



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho

Lima Internacional: Paisagens e Espaços de Fronteira

Volume 1

Tese de Doutoramento em Geografia
Ramo de Geografia Humana

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva

Julho de 2006

Declaração relativa às condições de reprodução da tese assinada pelo autor
(Anexo 2)

Agradecimentos

Não foi de ânimo leve que optámos, como objecto desta investigação, pelo estudo de um Lima raiano, quando, para nós, os seus contornos eram muito pouco definidos, o conhecimento sobre as suas gentes era muito diluído e a distância, que nos separava, correspondia, por motivos meramente pessoais, a um forte obstáculo, tendo em atenção as estratégias, que pretendíamos privilegiar, o contacto directo e sistemático com as populações.

Mas, os desafios que se nos colocavam, desde o interesse em conhecer trajectórias de vida e quadros ambientais, testemunhos de património físico e cultural peculiar, às problemáticas de um desenvolvimento equilibrado no século XXI em espaços *serranos* e de raia, foram suficientemente fortes e decisivos para a prova a que, voluntariamente, submetemos as nossas capacidades de trabalho e de persistência nos finais de uma carreira profissional, como é a nossa.

Se conseguimos realizar o presente trabalho em consonância com o cumprimento do nosso horário de docente no Departamento de Geografia da Universidade do Minho, o ficamos a dever à Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva que, apesar de todas as nossas dificuldades, sempre acreditou que seríamos capazes, não hesitando, sequer, em se disponibilizar para nos orientar e acompanhar ao longo de toda a investigação. Pelo apoio e confiança que sempre depositou no nosso trabalho, pelo que nos incentivou, quer no período que antecedeu a nossa tomada de decisão, quer no prosseguimento de tarefa tão árdua, pelo que nos ensinou e pelas suas enriquecedoras sugestões a nossa profunda gratidão.

Reconhecidos estamos também à Professora Doutora Paula Cristina Remoaldo quer pelas palavras de alento, verdadeiro lenitivo em momentos cruciais, que sempre nos dirigiu, quer pelos esforços em nos proporcionar horários de acordo com a investigação que tínhamos em curso. Encontrámos no Departamento de Geografia da Universidade do Minho um ambiente de liberdade e responsabilidade, condições indispensáveis à consecução de trabalhos de cariz científico.

Os nossos agradecimentos estendem-se ao Professor Doutor Manuel Silva e Costa pelo interesse demonstrado em que efectuássemos a investigação, bem como ao Professor Doutor João Sarmento pela preocupação, tantas vezes revelada, na conclusão do presente trabalho.

A Professora Doutora Maria Norberta Amorim motivou-nos na pesquisa científica quando conseguiu que efectuássemos a reconstituição demográfica da paróquia de Basto (Stª

Tecla), unidade territorial sobre a qual incidiu, em momento posterior, o nosso trabalho de Mestrado em História das Populações. Não esquecemos que o início do nosso percurso na investigação científica se deve ao entusiasmo que a Professora Norberta Amorim nos incutiu no estudo de temáticas próximas a uma das vertentes do conhecimento geográfico. As alterações pormenorizadas que nos sugeriu, neste trabalho, sobre o comportamento demográfico de populações raianas, ao longo de três séculos, são reveladoras da leitura cuidada que efectuou e do interesse que continua a manifestar sobre a nossa investigação.

O Professor Justino Magalhães pela curiosidade que nos transmitiu, na década de noventa do século passado, sobre as problemáticas da Alfabetização do séc. XVIII, e pelas sugestões que nos deu acerca do mesma temática, no presente trabalho, o nosso obrigada.

O Professor Doutor Ruben Lois Gonzalez do Departamento de Geografia da Universidade de Santiago, proporcionou-nos a cartografia digital georeferenciada sobre a província de Ourense, material sem o qual não conseguíamos realizar a investigação. Pela confiança depositada no nosso trabalho, com a entrega do material cartográfico de tão difícil acesso, a nível das entidades oficiais espanholas, os nossos reconhecidos agradecimentos.

A cartografia, que apresentamos, exigiu a colaboração incansável do Dr. Miguel Nogueira da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Dra. Maria da Luz Fernandes do Departamento de Geografia da Universidade do Minho, geógrafos com preparação específica em Sistemas de Informação Geográfica e, por isso, a eles dedicamos um agradecimento muito especial.

A Maria João Gonçalves e a Maria João Gregório, jovens licenciadas em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho, apoiaram-nos nas exigências associadas à interpretação digital da fotografia aérea, que apresentamos.

Muito presente temos, ainda, a gente tão generosa, lusa e galega, do Lima raiano, que com a sua simplicidade e espontaneidade, mas com uma grande sabedoria, resultado de uma herança cultural transmitida de geração em geração, nos deu um contributo indispensável na investigação, que tínhamos em curso. Para a boa gente do Lima raiano o nosso bem-haja. Não podemos deixar de salientar um reconhecimento particular aos autarcas das onze freguesias lusas pelo empenhamento e contribuição inestimáveis em nos enquadrar nas suas aldeias através da apresentação sistemática a todos os moradores.

Na descoberta do âmago da *serra* com os respectivos *poulos* e *currais*, envolvendo-nos no ambiente do pastoreio em comum de há umas cinco décadas, conduziram-nos o Senhor Manuel Trouxo e o Senhor Manuel Santos, na Serra Amarela; o Senhor Manuel

Soares e a Luísa Gomes, na Serra do Soajo; o Senhor Joaquim Franqueira, na Serra da Peneda; o Senhor António Veloso, na raia do "planalto" de Castro Laboreiro. Para todos o nosso muito obrigada.

Para os resultados do presente trabalho contribuíram Instituições através dos apoios que nos concederam e pelo qual expressamos o nosso melhor reconhecimento. Destacamos a importância da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do Núcleo de Estudos em População e Sociedade da Universidade do Minho, do Instituto Geográfico Português, da E,D,P., no Porto, além da Delegação do Instituto Nacional de Estatística, em Ourense.

A Faculdade de Letras do Porto através do Gabinete de Cartografia e Comunicação Gráfica possibilitou a feitura de material cartográfico que documenta o trabalho.

No Núcleo de Estudos em População e Sociedade, Núcleo de Investigação a que nos encontramos ligados desde a sua institucionalização, a Dra. Ana Alice Martins processou a informatização do ficheiro biográfico de todos os residentes da freguesia do Lindoso e respectivo encadeamento genealógico, enquanto o Daniel Freitas se debruçou sobre o tratamento estatístico.

O Instituto Geográfico Português disponibilizou toda a fotografia aérea e ortofotomapas em suporte analógico, além de ampliações fotográficas em suporte digital, de acordo o Programa F.I.G.I.E.E..

Na E.D.P., Porto, o Eng. Nuno Portal disponibilizou-nos todo o material cartográfico elaborado pela Empresa, na década de oitenta, e que constituiu o dossiê de reconhecimento e levantamento dos espaços submersos pela nova albufeira.

Na Delegação do Instituto Nacional de Estatística, em Ourense, recebemos todas as informações de que necessitávamos sobre os critérios utilizados nos sucessivos levantamentos censitários, desde o séc. XIX, assim como os diversos tipos de publicações em que se encontram exarados.

Mas foram muitas as Instituições que nos forneceram, com a maior simpatia e disponibilidade, informação sobre o presente trabalho e a quem estamos muito gratos. O Arquivo Histórico de Ourense, o Arquivo Arqueológico de Ourense, a Biblioteca y Archivo da Deputación Provincial de Ourense, o Arquivo Distrital de Braga, o Arquivo Distrital de Viana do Castelo, o Arquivo do Registo Civil de Viana do Castelo, o Arquivo Municipal de Melgaço, a Biblioteca Distrital de Braga, a Biblioteca Municipal do Porto, a Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, a Conservatória do Registo Civil de Ponte da Barca, a

Cooperativa Agrícola dos Arcos de Valdevez e Ponte da Barca e a Associação Raiana Agro-Pecuária de Monção e Melgaço.

A nível de freguesia distinguimos, com um agradecimento muito particular, os Cartórios das Juntas de Freguesia de Ermelo, do Soajo, da Gavieira, de Castro Laboreiro, do Lindoso, de Britelo, de Entre Ambos-os-Rios, de Germil e da Ermida, além do Cartório Paroquial da freguesia do Lindoso.

Por fim o meu Pai, que ao longo dos seis anos nos dispensou muita paciência e compreensão, além do ânimo e da coragem que nos transmitiu nos momentos mais difíceis e que nos sustentou até à conclusão do presente trabalho.

Resumo

Com a realização do presente trabalho questionamos espaços e paisagens hierarquizados pelo rio Lima, que registaram nas últimas décadas, a exemplo de todo o Mundo Rural, mutações económicas e sociais que os tornaram mais vulneráveis aos impactos da mundialização da economia.

Constitui a área da nossa investigação os espaços e territórios da bacia do rio Lima delineados pelas portelas a altitudes superiores a 1000 metros, inseridos nas unidades topográficas bem individualizadas, que são as serras espanholas do Xurés e do Labreiro, as portuguesas da Amarela e da Peneda, mas, directamente influenciados pela presença do limiar político, que é a fronteira, tendo, sensivelmente, como limiar as albufeiras, a norte, a das Conchas, e a sul, a de Touvedo.

Território que encerra um património dotado de uma preciosidade, que se identifica com as primeiras civilizações, a megalítica, a castreja, a romana, ou, a árabe, não esquecendo, também, a sueva e a visigoda. Mas, são as estruturas defensivas com função exclusivamente militar e contemporâneas do advento da Reconquista Cristã, os castelos, que em colaboração estrita com a acção humanizadora dos Mosteiros, se tornam imprescindíveis na compreensão do povoamento do território em estudo.

A pressão demográfica, as exíguas produções agrícolas e a própria influência colonizadora do mosteiro sob protecção militar do castelo incentivaram a busca de novos espaços, que, existiam nos patamares e *plainos* superiores da *serra*.

Modelo de povoamento milenar justificado pelas condições naturais, adversas e hostis, que exigiram às populações residentes a implementação de esquemas e estratégias peculiares de sobrevivência, como seja, a adopção de sistemas agrários que envolveram a exploração agrícola por conta própria e propriedade privada e os *montes em comum*, a exploração silvícola em comum.

A exemplo dos tempos medievais, até meados do séc. XX a economia das populações dependia, primordialmente dos respectivos *montes*, cuja expressão máxima da sua importância se reflectia no pastoreio em comum, que se complementava com as produções da exploração agrícola, por conta própria e propriedade privada.

Apesar do vultoso empreendimento do complexo hidroeléctrico do Lindoso, actualmente, do Alto Lindoso, são territórios que na primeira década do séc. XXI se caracterizam por um esvaziamento das suas gentes, consequências do intenso êxodo dos habitantes, que se iniciou nas décadas de cinquenta/sessenta do século passado.

Despovoamento que se processou a um ritmo acentuado, do que resultou um efectivo de habitantes, predominantemente idoso, que vive, maioritariamente, dos rendimentos provenientes do estrangeiro, as pensões de reforma adquiridas, após longos anos de trabalho árduo, em países como a França, os Estados Unidos, ou, o Canadá.

Paisagens e espaços inseridos no primeiro Parque Transfronteiriço Europeu, o do Gerês/Xurés, em que as parcelas, outrora de cultivo, se encontram predominantemente de *paul*, com a *serra* a destacar-se pelas manchas de floresta, as resinosas e, até, as folhosas a serem devoradas pelos incêndios de Verão, a que não fogem as extensas superfícies de pastagem, hoje, entregues "à sua sorte".

Se os territórios em estudo se identificam por uma baixa densidade relacional, encerram um conjunto de amenidades "latentes", como seja, a variedade de culturas, os valores paisagísticos e ambientais ímpares, além da matriz identitária multissecular das populações que, ainda, o povoam.

Os evidentes sinais da procura no âmbito do Turismo de Natureza, a acção motivadora das jovens Associações de Desenvolvimento Local junto dos residentes, a esclarecerem os programas de iniciativa comunitária, que visam a revitalização das respectivas aldeias, permite-nos considerar este Lima raiano, não só um mercado emergente, como admitir que se encontra no advento de uma nova economia suportada pela oferta de produtos endógenos e complementares.

Contudo, a oferta dos bens e dos novos serviços locais só se concretizará, quando se reunirem as condições propícias à recriação da agro-pastorícia em moldes a atrair e a fixar residentes, o que permite, sem qualquer dúvida, recriar as condições de vida local, indispensáveis ao incremento de outras actividades, nomeadamente, a turística e a de lazer, que contribuem, por sua vez, para assegurar a protecção e a valorização de estes espaços e paisagens com um teor arqueológico e cultural inestimável.

Em síntese, o Lima raiano por nós estudado reúne condições, caso haja vontade, inteligência e imaginação por parte de todos os intervenientes, os residentes e as entidades competentes, para a implementação de soluções que viabilizem, no séc. XXI, um desenvolvimento harmonioso entre a agro-silvo-pastorícia e o ambiente, que preserve o meio natural, a paisagem e o património rurais, emergindo, assim, uma nova vida em territórios *serranos* e de raia, aparentemente agrestes, mas, que num futuro próximo, poder-se-ão integrar, mesmo a nível peninsular, nas melhores bolsas de oportunidades.

The International Lima: Landscapes and Frontier Areas

Abstract

With the execution of this work we debate the areas and landscapes, hierarchized by the Lima, which showed in the past decades, just like the whole Rural World, economic and social changes that made them more vulnerable to the impacts of economic globalization.

Our research includes the areas and lands of the Lima hydrological basin limited by the gorges in altitudes over 1 000 ms, inserted in the well-defined topographic units of Xurés and Laboreiro in Spain and Amarela and Peneda in Portugal, but directly influenced by the political frontier and having as a limit the dams of Conchas in the north and Touvedo in the south.

It is a territory that includes a splendid patrimony identified with the earliest civilizations: megalithic, pre-Roman, Roman or Moorish and also the Suevi and Visigoth civilizations. But it is the castles, defensive structures for military use only, and contemporary to the beginning of the Christian conquest, that became indispensable to understand the peopling of the analysed territory, together with the humanizing work of the monasteries.

The demographic pressure, the scarce crops and also the colonising influence of the monastery, helped by the military protection of the castle, encouraged the search for new land on the landings and higher plateaus of the mountain.

This is a model of millennial peopling justified by the hostile, adverse, natural conditions that demanded from the natives the improvement of schemes and special survival strategies such as: agrarian methods based on the self-sufficient land exploration, private property, common land and common sylvan exploration.

From the Middle Ages up to the 20th century, the population economy mainly depended on its own common grazing, which was helped by agricultural crops, either on one's own account or in private property.

In spite of the huge venture of the Lindoso hydroelectric plant, the Alto Lindoso lands are nowadays, in the first decade of the 21st century, characterised by an emptying of their inhabitants as a consequence of the intense migration that started in the 50s and 60s of last century.

This decline in population, which happened at an outstanding rhythm, has resulted in a predominantly aged population who mainly lives from income from abroad, retiring pensions received after long, hard, working years in countries such as France, USA or Canada.

Landscapes and areas inserted in the first *Parque Transfronteiriço Europeu Gerês/Xurés*, in which the plots of land, formerly arable land, are now marsh, with the mountain showing green areas. The resinous and even the leafy trees are destroyed by summer fires which also affect the vast grazing grounds, now totally abandoned.

If the studied lands show a low relational density, they also include a collection of latent amenities such as the variety of crops, the unmatched landscape and environmental values, besides the centuries-old identity origin of the inhabitants who still live there.

The evident demand in Ecotourism areas, the motivating action of novel Local Development Associations near the population clarifying the community programmes (these programmes aim at revitalizing their villages), let us not only consider this bordering Lima an emerging market, but also admit that it is on the threshold of a new economy sustained by endogenous and complementary products.

However, the offer of goods and new local services will only become a reality when the favourable conditions to the re-creation of the agro-pasturing life are found, to attract and establish residents, what, undoubtedly, allows an improvement in the quality of the environment, which is the guarantee of other activities, tourism and leisure, which, in turn, contribute to guarantee the protection and valorization of these areas and landscapes, whose archaeological and cultural content is undeniable.

To sum up, the analysed bordering Lima has conditions if there are will, intelligence and imagination from all intervenients, the residents as well as the lawful entities, to implement solutions which make, in the 21st century, an harmonious development between the agro-sylvo-pasturing and the environment possible, which will preserve the rural environment, the landscape and patrimony, so that a new life in mountainous and bordering lands, which are apparently wild, can emerge. These lands will, in a new future, be likely to be incorporated, even in a peninsular level, in the best opportunity markets.

ÍNDICE GERAL

Volume 1

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	vii
Abstract.....	ix
Índice de Figuras – Texto.....	xiv
Índice de Quadros – Texto.....	xxi
Índice de Fotos – Texto.....	xxii
Índice de Quadros – Anexos.....	xxiii
Capítulo 0 – INTRODUÇÃO	31
0.1. A área em estudo: delimitação e enquadramento local.....	31
0.2. Fundamentos investigadores.....	40
0.2.1. Objectivos e a variedade múltipla de informação.....	42
0.2.2. Fontes: diversidade e princípios de selecção temporal.....	44
0.2.2.1. Documentos Manuscritos (Sécs. XIII-XXI).....	45
0.2.2.1.1. <i>Livros Paroquiais de Registos de Actos Vitais do Lindoso</i>	45
0.2.2.1.2. <i>Livro do Tombo das Demarcações dos lugares das Comarcas de Tralos Montes e Dantre Douro e Minho que estão ao longo da raia extremo de Castela e Gualiza</i>	47
0.2.2.1.3. <i>Catastro de Ensenada da Provincia de Orense</i>	48
0.2.2.1.4. <i>Dicionário Geográfico do Pe. Luís Cardoso</i>	49
0.2.2.1.5. <i>Livros de Inquirições de 1220 e 1258</i>	50
0.2.2.2. Fontes estatísticas.....	50
0.2.2.3. Coberturas aéreas (1960/70 e 1994/95) e cartográficas (1940 e 1995).....	52
0.2.3. Metodologias: pressupostos e especificidades.....	53
Parte I — O TERRITÓRIO DO LIMA RAIANO	61
Capítulo 1 – Os espaços de raia.....	63
Introdução.....	63
1.1. Percursos num tempo e no espaço.....	65
1.2. Estratégias para a autonomia e esboço dos contornos territoriais.....	85
1.3. Organização espacial <i>versus</i> estrutura defensiva.....	90
1.4. Linha de fronteira em construção.....	122
Reflexões conclusivas.....	135
Capítulo 2 – O povoamento <i>serrano</i> : estudo de casos.....	141
Introdução.....	141

2.1. Povoamento e a matriz dos aglomerados.....	143
2.2. Singularidades de um povoamento agrupado.....	192
2.2.1. "Duplo" povoamento em Castro Laboreiro.....	193
2.2.2. Povoamento “complementar” alicerçado na casa secundária.....	209
2.2.3. Outras formas de povoamento “complementar”.....	218
Reflexões conclusivas.....	229
Parte II — PERFIL EVOLUTIVO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO (sécs. XVIII/XXI).....	235
Capítulo 3 – O universo dos residentes.....	237
Introdução.....	237
3.1. Os lugares e as fontes geodemográficas.....	244
3.2. Estrutura sociodemográfica.....	281
3.3. Comportamento demográfico.....	304
Nota Prévia.....	304
3.3.1. Nupcialidade.....	306
3.3. 2. Fecundidade.....	309
3.3.2.1. Fecundidade no Casamento.....	309
3.3.2.2. Fecundidade fora do Casamento.....	315
3.3.3. Mortalidade.....	317
3.4. Alfabetização.....	320
Nota Prévia.....	320
3.4.1. Alfabetização no séc. XVIII.....	321
3.4.2. Escolarização (notas breves).....	330
Reflexões conclusivas.....	345
Capítulo 4 – Mobilidades geográficas.....	349
Introdução.....	349
4.1. Movimentos migratórios.....	350
Nota Prévia.....	350
4.1.1. Deslocações inter-lugares: naturalidade-residência.....	354
4.1.2. O êxodo do séc. XX: repercussões socioespaciais.....	371
4.1.2.1. Modificações na composição social da população.....	372
4.1.2.2. Interações espaciais a nível nacional e internacional.....	406
4.1.2.3. Fluxos à margem da legalidade.....	433
4.2. Movimentos intrarraianos.....	437
Nota Prévia.....	437
4.2.1. Comportamentos e trajectos “submersos”.....	440
4.2.2. A caminho da Peneda: as peregrinações das gerações seniores.....	456

Reflexões conclusivas.....	463
Volume 2	
Parte III — VALORIZAÇÃO DE UMA ECONOMIA CULTURAL E ORDENAMENTO DE UM TERRITÓRIO.....	471
Capítulo 5 – Sistemas agro-silvo-pastoris (sécs. XVIII-XXI).....	473
Introdução.....	473
5.1. Exploração silvo-pastoril em comum.....	476
5.2. Estruturas de pastoreio.....	527
5.2.1. Peculiaridades do pastoreio em comum e repercussões na paisagem.....	541
5.3. Exploração agrícola e morfologia agrária.....	582
5.3.1. Os solos cultivados e a toponímia.....	589
5.3.2. Cultura cerealífera: repercussões na estrutura agrária.....	595
5.3.3. Regadios e sistema de rega.....	620
5.3.3.1. Singularidades de um sistema de rega.....	623
5.3.3.2. Técnicas de rega nos espaços de regadio.....	635
5.3.4. Construções de apoio à exploração agrícola.....	644
5.4. Entreatajuda e hábitos comunitários na exploração agro-silvo-pastoril.....	661
Reflexões conclusivas.....	668
Capítulo 6 – Paisagem agro-silvo-pastoril e dinâmicas de evolução (séc. XX).....	679
Introdução.....	679
6.1. Espaços agro-silvestres: mutações das últimas décadas.....	680
6.2. Perspectivas de um amanhã para paisagens agro-silvo-pastoris em área protegida..	713
Reflexões conclusivas.....	722
Capítulo 7 – Amenidades e espaços de oportunidade no séc. XXI.....	727
Introdução.....	727
7.1. Recursos e potencial de desenvolvimento.....	729
7.1.1. O complexo hidroeléctrico do Alto do Lindoso.....	729
7.1.2. O Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés.....	744
7.1.3. Projectos de desenvolvimento no âmbito comunitário.....	753
7.1.4. O turismo: uma actividade emergente.....	763
7.2. Desafios de um Lima raiano – uma proposta síntese de desenvolvimento.....	776
NOTA FINAL.....	793
BIBLIOGRAFIA.....	799
ANEXOS - QUADROS (1 volume).....	855
ÍNDICE GERAL.....	xi

Índice de Figuras – Texto

1. Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo indicadores altimétricos.....	33
2. Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo o total da população por freguesias (2001).....	35
3. Lima raiano: Conteúdo espacial.....	37
4. Lima raiano: A humanização pré-medieval (do megalitismo à ocupação romana: uma amostra).....	67
5. Lima raiano: Estruturas de defesa e de povoamento medievais.....	93
6. Castro Laboreiro (séc. XVI) – “Vista da banda sul”.....	97
7. Desenho Topographico do Lindoso, Anno de 1803.....	105
8. Lima raiano: Distribuição do Domínio Senhorial dos Mosteiros de Celanova e de Ermelo (uma amostra).....	115
9. Lima raiano: Evolução da linha de fronteira, do séc. XIV à actualidade.....	131
10. Lima raiano: A matriz de povoamento – as aldeias.....	145
11. Castro Laboreiro: Pontes e respectivos eixos de ligação ao exterior em período medieval.....	151
12. Castro Laboreiro, a Vila (séc. XVI) – “Vista da banda norte”.....	153
13. Lima raiano luso: Os lugares do Soajo e da Gavieira no séc. XVIII.....	159
14. Lima raiano: Eixos de mobilidade no séc. XVI – os itinerários de Álvaro Vaz, Mem Afonso, Duarte d’Armas e Claude de Bronseval.....	167
15. Lima raiano: Índice de envelhecimento dos Edifícios, por lugar, em 2001.....	179
16. Lima raiano: O peso dos edifícios construídos no período de 1951 a 1980 no total do edificado, por lugar, em 2001.....	181
17. Lima raiano: Alojamentos segundo o uso (habitual, ocasional e vagos), por lugar, em 2001.....	187
18. Castro Laboreiro: O “duplo” povoamento nos meados do séc. XX.....	195
19. Castro Laboreiro: as deslocações sazonais <i>veranda-inverneira</i>	197
20. Castro Laboreiro: As deslocações inter-lugares, em 2000, (naturalidade-residência).....	207
21. Lima raiano luso: Povoamento “complementar” com casa secundária nos meados do séc. XX.....	213
22. Lima raiano: Outras formas de povoamento “complementar” nos meados do séc. XX.....	219

23. Lima raiano: Formas de povoamento geradas pelas deslocações sazonais, em meados do séc. XX.....	231
24. Lima raiano: População por subsecções lusas e secções espanholas (2001).....	239
25. Lima raiano galego: População segundo o sexo e grandes grupos etários (1787).....	247
26. Lima raiano galego: População segundo o estado civil (1787).....	248
27. Lima raiano galego: População e principais actividades (1787).....	248
28. Lima raiano: Principais profissões da população nos meados do séc. XVIII, segundo o género.....	250
29. Lima raiano galego: efectivo da população mencionada no <i>Catastro de Enseñada</i> segundo grandes grupos de idade (1753).....	252
30. Lima raiano: População, por lugar, em 1910/11.....	259
31. Lima raiano: População, por lugar, em 1940.....	261
32. Lima raiano: População, por lugar, em 1960.....	263
33. Lima raiano: População, por lugar, em 1991.....	265
34. Lima raiano: População, por lugar, em 2001.....	267
35. Lima raiano luso: População, por lugar, em 2000.....	269
36. Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1910/11 e 1940.....	273
37. Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1960 e 1991.....	275
38. Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1991 e 2001.....	277
39. Lima raiano: População residente segundo o sexo, por lugar, em 2001.....	283
40. Lima raiano luso: População residente segundo o sexo, por lugar, em 2000.....	285
41. Lima raiano: População residente segundo a situação profissional (empregados e reformados), por lugar, em 2001.....	287
42. Lima raiano luso: Sectores de actividades dos residentes empregados, em 2000.....	289
43. Lima raiano luso: Os produtores agrícolas singulares nas décadas de 1989 e 1999.....	282
44. Lima raiano luso: Os produtores agrícolas singulares a tempo completo, em 1899 e 1999.....	290
45. Lima raiano luso: Proporção da população familiar agrícola no total de residentes, 1989 e 1999.....	291
46. Lima raiano luso: Profissões/Actividades não agrícolas dos residentes, em 2000.....	293
47. Lima raiano luso: Profissões não associadas a organismos estatais e de solidariedade ou à iniciativa individual, em 2000.....	294

48. Lima raiano luso: Residentes com reformas portuguesas resultantes de actividades não agrícolas, em 2000.....	296
49. Lima raiano: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2001.....	299
50. Lima raiano luso: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2000.....	301
51. Lima raiano luso: A idade dos produtores singulares em 1999.....	298
52. Lima raiano luso: O grau de instrução dos produtores singulares em 1999.....	303
53. Lindoso: Esperança média de vida dos indivíduos casados de ambos os sexos - Gerações nascidas nos períodos de 1690 a 1849 e 1850 a 1899.....	319
54. Lindoso: Importância dos assinantes com data de nascimento identificada (1700-1789).....	323
55. Lindoso: Evolução do nível médio de assinaturas (1700-1789).....	325
56. Lindoso: Evolução do nível médio da assinatura para os assinantes com idades entre os 10 e 20 anos (1700-1789).....	326
57. Lindoso: Idade média da primeira assinatura (1700-1789).....	327
58. Lindoso: Proporção dos assinantes nos nascimentos (1700 a 1789).....	329
59. O Lima raiano luso: O grau de instrução nas diferentes freguesias (1878-1920).....	334
60. Lima raiano: Grau de instrução nos diferentes concelhos (1887-1920).....	335
61. Lima raiano: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2001.....	337
62. Lima raiano luso: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2000.....	341
63. Lima raiano luso: Os residentes com escolaridade superior ao Ensino Básico, ou obtida no estrangeiro, por freguesia, em 2000.....	343
64. Lima raiano luso: Residentes em idade escolar, em 2000.....	344
65. Lindoso: Óbitos registados nos <i>Livros Paroquiais</i> , no período de 1663 a 2001, ocorridos no exterior.....	352
66. Lima raiano luso (margem direita): deslocações de naturalidade-residência em 2000.....	356
67. Lima raiano luso (margem esquerda): deslocações de naturalidade-residência em 2000.....	357
68. Lindoso: Naturalidade dos cônjuges residentes nas três aldeias (1680-1950).....	360
69. Lindoso: Origem dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950).....	361
70. Lindoso: Concelhos de origem dos cônjuges residentes não naturais (1680-	

1950).....	362
71. Lindoso: Aldeias de origem (área em estudo) dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950).....	363
72. Lindoso: Freguesias de origem (dos concelhos das aldeias em estudo) dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950).....	364
73. Lindoso: Os residentes não naturais e respectivos períodos de entrada em 2000.....	367
74. Soajo: Os residentes não naturais e respectivos períodos de entrada em 2000.....	368
75. Castro Laboreiro: Os residentes não naturais e respectivos períodos de entrada em 2000.....	369
76. Britelo: Os residentes não naturais e respectivos períodos de entrada, em 2000.....	370
77. Lima raiano luso: os naturais deslocalizados e os espaços de residência, em 2000.....	373
78. Lima raiano luso: Períodos da primeira saída da população, por lugar, nas últimas décadas.....	375
79. Lima raiano luso: Períodos das saídas e entradas da população residente, por lugar, em 2000.....	377
80. Lima raiano luso: Períodos das deslocações dos residentes segundo a freguesia, grupos de idade e género, no séc. XX.....	379
81. Lima raiano luso: Períodos da primeira saída dos naturais não residentes segundo o sexo e os grandes grupos de idade, em 2000.....	383
82. Lima raiano luso: População residente e peso da mobilidade, por lugar, em 2000.....	387
83. Lima raiano luso: O peso das mulheres sem mobilidade na população residente, por lugar, em 2000.....	389
84. Lima raiano luso: População residente com mobilidade e data de regresso posterior a 1991, por lugar, em 2000.....	391
85. Lima raiano luso: População residente com mobilidade e idade inferior a 60 anos, por lugar, em 2000.....	393
86. Lima raiano luso (margem direita): Profissões dos naturais activos residentes no exterior em 2000.....	397
87. Lima raiano luso (margem esquerda): Profissões dos naturais activos residentes no exterior em 2000.....	398
88. Lima raiano luso (margem esquerda): Actividades e respectivos espaços de trabalho dos naturais não residentes, em 2000.....	399
89. Lima raiano luso (margem direita): Actividades e respectivos espaços de trabalho dos naturais não residentes, em 2000.....	400
90. Lima raiano luso: Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000.....	402

91. Lima raiano luso (margem direita): Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000.....	403
92. Lima raiano luso (margem esquerda): Grau de instrução dos naturais não residentes, em 2000.....	404
93. Lima raiano luso: Locais de trabalho dos residentes nos diferentes lugares segundo a frequência e o sexo, em 2000.....	417
94. Lima raiano luso: Espaços de residência dos naturais ausentes segundo a frequência e o sexo, por lugar de naturalidade, em 2000.....	419
95. Lima raiano luso: Períodos de estadia dos residentes segundo os diferentes locais de trabalho e sexo, por lugar, em 2000.....	421
96. Lima raiano luso: Períodos de estadia dos ausentes nos espaços de residência e trabalho, por lugar de naturalidade, em 2000.....	423
97. Lima raiano luso: Destinos dos residentes e respectiva sequência de opções em 2000.....	426
98. Lima raiano luso: Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes em 2000.....	427
99. Lima raiano luso (margem direita): Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes em 2000.....	428
100. Lima raiano luso (margem esquerda): Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes em 2000.....	429
101. Lima raiano: Corredores de fluxos “submersos”, meados do séc. XX.....	443
102. Lima raiano: Caminhos da Senhora da Peneda, meados do séc. XX.....	459
103. Lima raiano luso: Residentes, mobilidade e regressos de 1991 a 2000, por lugar, em 2000.....	467
104. Efectivo pecuário em Castro Laboreiro e no Soajo (1851).....	494
105. Castro Laboreiro: Evolução do efectivo pecuário (1851 a 1855).....	495
106. Lima raiano: Animais de pastoreio predominantes, por lugar, meados do séc. XX.....	499
107. Lima raiano: Animais de pastoreio, por lugar, em 2003.....	501
108. Evolução quantitativa dos animais de pastoreio nas freguesias lusas (1934-1999).....	507
109. Evolução quantitativa das espécies de gado “graúdo” nas freguesias lusas (1934-1999).....	508
110. Animais de pastoreio por exploração nas freguesias lusas (1979-2003).....	510
111. Animais de pastoreio por exploração nas freguesias lusas, em 2003.....	511
112. Evolução dos bovinos em vinte e sete das aldeias lusas em estudo e respectivas	

freguesias (1996-2002).....	513
113. Efectivo de caprinos e ovinos em vinte e sete das aldeias lusas em estudo e respectivas freguesias (2002 e 2003).....	514
114. Animais de pastoreio nas freguesias lusas e respectivas aldeias, em 2003.....	515
115. Animais de pastoreio em Castro Laboreiro e respectivas aldeias (2003).....	517
116. Proprietários de terras residentes e criadores de animais de pastoreio nos diferentes lugares das freguesias lusas, em 2000.....	522
117. Lima raiano luso: Idade dos criadores de bovinos nas diferentes aldeias, em 2000.....	524
118. Lima raiano: As <i>vigias</i> por lugar, nos meados do séc. XX.....	531
119. Lima raiano: As <i>vezeiras</i> por lugar, nos meados do séc. XX.....	533
120. Lima raiano: <i>Poulos</i> e <i>currais</i> segundo os lugares, meados do séc. XX.....	543
121. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: “vila” e Vilarinho das Quartas).....	553
122. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: Adrão).....	557
123. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: Tibo).....	563
124. Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio na serra Amarela, meados do séc. XX (uma amostra: Ermida, Mosteirô/Paradamonte e Cidadelhe).....	567
125. Freguesias lusas: Explorações agrícolas e os blocos com S.A.U. (1989, 1999).....	587
126. Lima raiano luso: As <i>veigas</i> , por lugar, em 2003.....	591
127. Lima raiano luso: Culturas em meados do séc. XVIII.....	599
128. Produção e consumo cerealíferos nos três concelhos lusos (1835-36).....	605
129. Principais culturas nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo (1848-1851).....	606
130. Produção vinícola no concelho do Soajo (1835-1851).....	607
131. Lima raiano luso: Culturas em meados do séc. XX.....	609
132. Lima raiano luso: Culturas em 2003.....	621
133. Rede de alimentação do sistema de rega (esboço).....	625
134. Esquemas de regadio nas <i>leiras</i> de milho <i>maíz</i>	641
135. Lima raiano luso: Eiras e regime de propriedade, por lugar, 2003.....	645
136. Ermida e Bilhares: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.....	689
137. Parada: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.....	693

138. A “vila” do Soajo: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.....	695
139. Várzea: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.....	697
140. Castelo: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003.....	699
141. Castro Laboreiro: Ocupação do solo em 2003.....	703
142. Gavieira: Ocupação do solo em 2003.....	709
143. As freguesias lusas: Variação da terra arável limpa (1989, 1999).....	715
144. As freguesias lusas: As explorações agrícolas e a ocupação da terra arável limpa (1989, 1999).....	716
145. As freguesias lusas: formas de exploração agrícola (1989, 1999).....	717
146. As freguesias lusas: Os produtores agrícolas singulares (1989, 1999).....	718
147. As freguesias lusas: Grau de instrução dos produtores singulares (1989, 1999).....	719
148. Paradamonte: O impacto da Electro del Lima na organização espacial (primeira metade do século X).....	731
149. O Lima submerso – principais manchas de ocupação do solo (anterior a 1992).....	737
150. Buscalque: Estrutura Fundiária (1983).....	739
151. Lima raiano: um espaço turístico (uma amostra: área lusa).....	767
152. Lima raiano: um território com futuro (uma amostra: área lusa).....	781

Índice de Quadros – Texto

1. Lima raiano: Área do conteúdo espacial e respectiva população (1857/1864 a 2001).....	32
2. Castelo (Lindoso): Parque residencial em 2000 e 2001.....	184
3. Validação dos resultados obtidos junto das populações lusas (17 de Junho a 13 de Novembro de 2000).....	243
4. Lima raiano: Cômputo dos vizinhos e moradores (séc. XVI).....	245
5. Lima raiano: População provável (séc. XVIII).....	246
6. Lima raiano: População no período pré-censitário moderno (séc. XIX).....	253
7. Lima raiano: Ritmo médio de variação do efectivo populacional, (1900-2001).....	255
8. Lima raiano: Estrutura sociodemográfica da população residente em 2001.....	257
9. Lindoso: Índice de masculinidade ao nascimento (1670-2001).....	306
10. Lindoso: Idade média ao primeiro casamento (1680-1959).....	308
11. Lindoso: Celibato definitivo (1720-2001).....	308
12. Lindoso: Taxas de Fecundidade no Casamento por grupos de idade.....	310
13. Lindoso: Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho.....	311
14. Lindoso: As famílias segundo o número de filhos (1680-2001).....	312
15. Lindoso: Concepções pré-nupciais (1680-2001).....	313
16. Lindoso: Duração dos casamentos (1680-1959).....	314
17. Lindoso: Nascimentos fora do Casamento (1670-2001).....	315
18. Lindoso: Estado civil das mães dos filhos nascidos fora do Casamento.....	316
19. Lindoso: Idade média da mãe solteira ao nascimento do primeiro.....	316
20. Lindoso: Mortalidade infantil (1861-2001).....	317
21. Lindoso: Esperança média de vida dos indivíduos casados de ambos os sexos.....	318
22. Lindoso: População alfabetizada. Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (1878-1920). Livros de Registo de Baptismos e Casamentos (1877-1911; 1912-1916).....	332
23. O Lindoso: Fluxos de entrada e saída na freguesia em função do casamento (1680-1950).....	358
24. A margem direita do Lima luso: <i>Baldios</i> e plano de reconversão na década de quarenta.....	488
25. Ermida: <i>Vezeira</i> e <i>vigias</i> em 2002 e 2003.....	535

26. Rotação de culturas na área galega, meados do séc. XVIII.....	601
27. Um calendário agrícola nos <i>espaços de centeio</i> , meados do séc. XX.....	612
28. Um calendário agrícola nos espaços do milho <i>maíz</i> , meados do séc. XX.....	613
29. O calendário de rega na Ermida.....	628
30. A “vila” do Soajo: calendário das águas do <i>eido</i> no período estival.....	631

Índice de Fotos – Texto

1 e 2. As <i>vigias</i> da Ermida (a caminho das pastagens em comum).....	537
3, 4, 5, e 6. Implementação de um esquema de regadio perecível e multissecular: o <i>aleirar/entalheirar</i> da parcela de milho <i>maíz</i>	636
7, 8, 9, 10 e 11. Expressões de técnicas de rega no solo cultivado: Leiras entalheiradas/aleiradas em Maio/2004.....	637
12, 13, 14 e 15. As <i>leiras</i> após a sementeira do <i>milho</i> , Maio/2004.....	639
16 e 17. Preservação do solo irrigado – Parcelas de batata, Maio de 2004.....	642
18 e 19. O regadio das forragens em Castro Laboreiro, Junho de 2003.....	643
20, 21 e 22. Os <i>canastros</i> com forma circular, Maio de 2004.....	649
23 e 24. Eiras de <i>herdeiros</i> , Maio de 2004.....	651
25 e 26. A paisagem do centeio em final de ciclo vegetativo.....	655
27, 28, 29 e 30. O caminho principal das Busgaslinhas “transformado” em eira (2004).....	656
31. O impacte das medas na paisagem do centeio, inícios dos anos oitenta do séc. XX.....	657
32 e 33. Hipotéticos espaços vitícolas na secção jusante da bacia do Cabril (séc. XIX).....	681
34 e 35. Lindoso: Espólio de duas <i>imemoriais adegas</i> em Cidadelhe (Maio de 2004).....	682
36 e 37. As adegas do Castelo do Lindoso (séc. XX).....	684
38. Formarigo e a área envolvente (inícios década de oitenta, séc. XX).....	707
39 Represa do Lindoso: vista geral da situação do local da barragem obtida de jusante, panorâmica em três partes, Abril de 1982.....	730
40, 41 e 42. Espaços submersos na área em estudo pela albufeira de Touvedo.....	742

Índice de Quadros – Anexos

I. BRITELO: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	857
II. CASTRO LABOOREIRO: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	859
III. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	873
IV. ERMELO: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	876
V. ERMIDA e GERMIL: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	877
VI. GAVIEIRA: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	878
VII. LINDOSO: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	881
VIII. SOAJO: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	883
IX. VILA CHÃ (S. João): A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	887
X. CIBÕES: A população residente segundo a naturalidade, o estado civil e o grau de instrução, em 2000.....	888
XI. BRITELO: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000.....	891
XII. ERMELO: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000.....	891
XIII. CASTRO LABOOREIRO: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000	892
XIV. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000	894
XV. ERMIDA: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000	895
XVI. GERMIL: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000.....	895
XVII. VILA CHÃ (S. João): Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000.....	895
XVIII. CIBÕES: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000.....	895

XIX. GAVIEIRA: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000	896
XX. LINDOSO: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000	897
XXI. SOAJO: Os residentes em idade escolar e a localização das respectivas Escolas, em 2000	898
XXII. BRITELo: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000	902
XXIII. CASTRO LABOREIRO: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000.....	903
XXIV. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000	905
XXV. GAVIEIRA: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000	906
XXVI. LINDOSO: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000	907
XXVII. SOAJO: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000	908
XXVIII. ERMELO: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000	909
XXIX. ERMIDA e GERMIL: Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000	910
XXX. Os três lugares, Paradela, Portuzelo (Vila Chã, S. João) e Vergaço (Cibões): Profissões e actividades desempenhadas pelos residentes, em 2000.....	910
XXXI. Lima raiano luso: Residentes com uma pensão de reforma portuguesa e resultante de uma actividade profissional não agrícola, em 2000	914
XXXII. BRITELo: A população residente e a mobilidade, em 2000.....	919
XXXIII. ERMELO: A população residente e a mobilidade, em 2000.....	919
XXXIV. CASTRO LABOREIRO: A população residente e a mobilidade, em 2000	920
XXXV. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: A população residente e a mobilidade, em 2000.....	924
XXXVI. GAVIEIRA: A população residente e a mobilidade, em 2000.....	925
XXXVII. LINDOSO: A população residente e a mobilidade, em 2000.....	926
XXXVIII. SOAJO: A população residente e a mobilidade, em 2000.....	927
XXXIX. ERMIDA, GERMIL e os “três lugares”: A população residente e a mobilidade, em 2000	928

XL. BRITELO: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	931
XLI. CASTRO LABOREIRO: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	933
XLII. ERMELO: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	937
XLIII. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	938
XLIV. ERMIDA: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	940
XLV. GERMIL: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	940
XLVI. GAVIEIRA: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	941
XLVII. LINDOSO: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000.....	942
XLVIII. SOAJO: Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	944
XLIX. VILA CHÃ (S.JOÃO): Naturalidade dos residentes não naturais e período de fixação de residência, em 2000	947
L. CIBÕES: Naturalidade dos residentes não naturais e período da fixação de residência, em 2000	947
LI. BRITELO: Saídas da população residente, em 2000	951
LII. CASTRO LABOREIRO: Saídas da população residente, em 2000.....	955
LIII. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Saídas da população residente, em 2000.....	965
LIV. ERMELO: Saídas da população residente, em 2000	969
LV. ERMIDA: Saídas da população residente, em 2000.....	971
LVI. GAVIEIRA: Saídas da população residente, em 2000.....	972
LVII. GERMIL: Saídas da população residente, em 2000	977
LVIII. LINDOSO: Saídas da população residente, em 2000.....	978
LIX. SOAJO: Saídas da população residente, em 2000	981
LX. VILA CHÃ (S. JOÃO): Saídas da população residente, em 2000	991
LXI. CIBÕES: Saídas da população residente, em 2000	992
LXII. BRITELO: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia,	

em 2000	995
LXIII. CASTRO LABOREIRO: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000.....	996
LXIV. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000	999
LXV. ERMIDA: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000	1000
LXVI. ERMELO: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000	1001
LXVII. GAVIEIRA: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000	1002
LXVIII. LINDOSO: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000	1004
LXIX. SOAJO: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000	1005
LXX. GERMIL: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000.....	1008
LXXI. VILA CHÃ (S. João) e CIBÕES: Sequência das saídas dos residentes e respectivos locais de estadia, em 2000	1010
LXXII. BRITELo: Entradas da população residente, em 2000.....	1011
LXXIII. CASTRO LABOREIRO: Entradas da população residente, em 2000.....	1014
LXXIV. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Entradas da população residente, em 2000.....	1021
LXXV. ERMELO: Entradas da população residente, em 2000	1024
LXXVI. ERMIDA: Entradas da população residente, em 2000	1025
LXXVII. GAVIEIRA: Entradas da população residente, em 2000.....	1026
LXXVIII. LINDOSO: Entradas da população residente, em 2000.....	1028
LXXIX. SOAJO: Entradas da população residente, em 2000.....	1031
LXXX. GERMIL: Entradas da população residente, em 2000.....	1036
LXXXI. CIBÕES: Entradas da população residente, em 2000	1036
LXXXII. VILA CHÃ (S. João): Entradas da população residente, em 2000	1037
LXXXIII. BRITELo: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1041
LXXXIV. CASTRO LABOREIRO: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1043
LXXXV. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Os naturais ausentes segundo a residência, o	

estado civil e o grau de instrução, em 2000	1051
LXXXVI. ERMELO: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1053
LXXXVII. ERMIDA: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1054
LXXXVIII. GERMIL: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000.....	1054
LXXXIX. GAVIEIRA: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1055
XC. LINDOSO: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1057
XCI. SOAJO: Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1059
XCII. Os “três lugares” (Paradela, Portuzelo e Vergaço): Os naturais ausentes segundo a residência, o estado civil e o grau de instrução, em 2000	1062
XCIII. BRITELo: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1065
XCIV. CASTRO LABOREIRO: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000.....	1067
XCV. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000.....	1074
XCVI. ERMELO: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1076
XCVII. ERMIDA: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1077
XCVIII. GERMIL: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1077
XCIX. GAVIEIRA: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1078
C. LINDOSO: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1080
CI. SOAJO: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1082
CII. VILA CHÃ (S. João): Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1085
CIII. CIBÕES: Os naturais ausentes segundo a residência, o género e a idade, em 2000	1085
CIV. BRITELo: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não	

residentes, em 2000.....	1090
CV. CASTRO LABOREIRO: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000	1092
CVI. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000	1097
CVII. ERMIDA: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000	1099
CVIII. GERMIL: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000	1099
CIX. GAVIEIRA: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000	1100
CX. ERMELO: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000.....	1101
CXI. LINDOSO: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000.....	1102
CXII. SOAJO: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000.....	1104
CXIII. VILA CHÃ (S. João): Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000	1107
CXIV. CIBÕES: Profissões e actividades desempenhadas pelos naturais não residentes, em 2000.....	1107
CXV. BRITELo: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000.....	1111
CXVI. CASTRO LABOREIRO: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000.....	1116
CXVII. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000	1138
CXVIII. ERMELO: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000.....	1144
CXIX. ERMIDA: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000	1147
CXX. GERMIL: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000	1148
CXXI. GAVIEIRA: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000	1150
CXXII. LINDOSO: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000.....	1156
CXXIII. SOAJO: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a	

década de saída, a idade e o género, em 2000.....	1162
CXXIV. VILA CHÃ (S. João): Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000.....	1175
CXXV. CIBÕES: Os naturais ausentes segundo o período de residência no exterior, a década de saída, a idade e o género, em 2000.....	1177
CXXVI. BRITELLO: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000	1181
CXXVII. CASTRO LABOREIRO: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000	1184
CXXVIII. ENTRE AMBOS-OS-RIOS: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000	1195
CXXIX. ERMELO: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000.....	1198
CXXX. ERMIDA e GERMIL: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000.....	1200
CXXXI. GAVIEIRA: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000.....	1201
CXXXII. LINDOSO: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000.....	1204
CXXXIII. SOAJO: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000	1207
CXXXIV. VILA CHÃ (S. João): Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000	1213
CXXXV. CIBÕES: Sequência das saídas e respectivos locais de estadia dos naturais não residentes, em 2000.....	1214

Capítulo 0 – INTRODUÇÃO

0.1. A Área em estudo: delimitação e enquadramento regional

Pretendemos estudar, com a prossecução de este trabalho, espaços e paisagens hierarquizados pelo rio Lima, mas, politicamente separados pela fronteira, que registaram nas últimas décadas, a exemplo de todo o Mundo Rural, mutações económicas e sociais que os tornaram mais vulneráveis aos impactos da mundialização da economia.

Constitui a área da nossa investigação os espaços e territórios da bacia do rio Lima delineados pelas portelas a altitudes superiores a 1000 metros e directamente influenciados pela presença do limiar político, que é a fronteira. (Fig. 1).

As paisagens vigorosas e imponentes, que queremos estudar e alvo da justa admiração de quem as visita, correspondem a um soco granítico compartimentado por redes de falhas tectónicas com idades diferenciadas de que resultaram unidades topográficas bem individualizadas, como as serras do Gerês, ou, da Peneda¹, drenadas pelas linhas de água, cuja bacia de recepção é a do rio Lima.

Independentemente de todo o acidentado de relevo, que impõe o movimento vigoroso e peculiar no Lima de raia, qualquer caminheiro, que aleatoriamente suba as vertentes e atinja as cabeceiras das linhas de água, vê-se confrontado com a evidência de imponentes superfícies aplanadas, as chãs² ou *chairas*³, a altitudes variadas, como as dos cimos dos interflúvios, ou, as que se dispõem pelas vertentes de acordo com o respectivo declive.

Espaços limianos de raia integram, a nível peninsular, os territórios rarefeitos em população, que contrastam com um litoral matizado por centros urbanos geradores de actividades que atraem e fixam uma mão-de-obra ávida de trabalho (Fig. 2).

Residentes limianos de raia, que fizeram num período multissecular da agro-silvo-pastorícia a actividade dominante, deambularam com os animais de pastoreio, miúdo e graúdo, pelas chãs e *chairas*, urdindo um sistema de movimentos e fluxos, que aproximou lugares e *sítios*, de ambas as nacionalidades, a altitudes entre os 50 e mais de 1200 metros.

Matriz identitária que, também, se entende pela complexidade intrínseca às novas relações de produção, em que a distribuição espacial do emprego pode ser interpretada como o resultado da forma como a produção se organizou em determinadas áreas geográficas e nos fenómenos relacionados com os movimentos de internacionalização e globalização das

¹ - Recordamos que numa perspectiva de evolução geomorfológica se insere num quadro mais vasto, o dos socos graníticos do velho Noroeste Ibérico, marcados pelo sistema tectónico hercínico e rejuvenescidos pela epirogenia pré-quaternária.

² - Designação que os residentes lusos dão às superfícies de erosão, independentemente, da altitude a que se desenvolvam.

³ - Designação que os residentes galegos dão às superfícies de erosão, independentemente, da altitude a que se desenvolvam.

economias.

O Lima que nos propomos estudar constituiu, também, uma bolsa importante de mão-de-obra ávida e carente, que, para integrar e usufruir dos actuais sistemas de produção, se viu na necessidade, a partir dos meados do séc. XX, em se deslocalizar para lugares, por vezes, bem longínquos, com consequências notórias para os seus espaços e paisagens, que se evidenciaram nas últimas décadas pelo forte decréscimo do efectivo populacional⁴ (Quadro 1).

Quadro 1 - Lima raiano: Área do conteúdo espacial e respectiva população (1857/1864 a 2001)

Conteúdo espacial	Área (Km ²)	População (milhares)															
		1857	1864	1888	1890	1900	1910	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Galego	296,03	9035	9 825	9 947	10 212	10 096	10 833	11 836	10 495	10 183	9 848	9 135	5 839	5 062
Luso	317,6	6 739	7 543	8 201	8 647	8 601	8 480	9 123	10 152	10 347	8 314	6 437	5 305	3 756
TOTAL	613,63	15 774		17 368		18 148		18 859	18 697	19 313	20 959	20 647	20 530	18 162	15 572	11 144	8 818

Fontes: *Nomenclatôr de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion, 1857, 1888, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991*, Província de Ourense, I.N.E., Madrid; *Censo de Población y Viviendas 2001*, www.ine.es.

Censos da População de Portugal, 1864, 1890, 1900, 1911, 1920 e 1930, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa; *Recenseamentos Gerais da População, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Se o Lima raiano, que individualizámos, abrange paisagens e espaços organizados por populações cujo ritmo de variação foi, nas últimas décadas, acentuadamente negativo, a matriz sociocultural comum confere-lhe uma unidade que não se compadece, nem com o movimento do relevo, nem com o limiar político.

Baseados em pressupostos físicos e humanos, que, sempre interagiram, delineámos para a nossa investigação uma secção da bacia do Lima, que considerámos território *serrano* e de raia (Fig. 3), e identificada:

- por verdadeiros patamares escalonados, que correspondem a planos de erosão⁵ dispostos por níveis de altitude⁶;

- pela morfogénese cíclica, que explica o *puzzle* de espaços que acomodam populações

⁴ - A apresentação sumária dos valores de população absoluta (Quadro 1) registados no período censitário limita-se, apenas, a "confirmar" a frase textual, sem qualquer pretensão na laboração de uma leitura estatística, que será apresentada nos capítulos posteriores, nomeadamente no Capítulo 3, *O universo dos residentes*.

⁵ - É possível identificar cinco níveis de erosão, os Níveis I, II, III, IV e V, respectivamente, às cotas de 150-200, 400-500, 600-800, 700-1000 e 1100-1300 metros.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1981, *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*, C.E.G., Lisboa, p. 23.

⁶ - Sem pretendermos problematizar os quadros geomorfológico e paleoclimático em que se insere o rio Lima de raia, pois não são esses os objectivos deste trabalho, diremos, muito simplesmente, que se enquadra num relevo:

- de erosão escalonado, cuja génese está associada aos paleoclimas tropicais do Mesozóico e Cenozóico, seguidos de uma evolução local, com características subtropicais húmidas, o que originou uma forte arenização dos granitos;

- de fractura, em que as fases tardias da orogenia hercínica determinaram processos de erosão e definiram a geometria angulosa dos volumes e as diferenças petrográficas das paisagens;

- em que o fenómeno da arenização dos granitos predominou e contribuiu, em grande escala, para a uniformização da paisagem, sem se poder esquecer, contudo, o trabalho do Pleistocénio frio e as formações, que os processos periglaciários e glaciários, na sua essência, originaram.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1981, *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*, C.E.G., Lisboa, pp. 39, 61 e 112.

Fig. 1 – Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo indicadores altimétricos

Fig. 2 – Lima raiano: Posicionamento na área envolvente segundo o total da população por freguesias (2001)

Fig. 3 - Lima raiano: Conteúdo espacial

implementadoras de formas de *habitat e modus vivendi* peculiares;

- pelas fortes ligações que, através dos tempos, essas mesmas populações estabeleceram entre o “seu lugar” e todos os outros, não só os “mais altos”, como os “do lado de lá da fronteira”;

- pelos residentes distribuídos por nacionalidades distintas, que apesar da evolução específica dos últimos séculos, ostentam fortes laços de união, que facilitam e aproximam os modos de vida, os costumes e as tradições, além da vontade de desenvolvimento concertado e em parceria, enquanto habitantes de espaços e paisagens profundos da União Europeia.

Em termos globais, diremos que a área em estudo se desenvolve no tramo limiano compreendido pelas albufeiras das Conchas, a norte, de Touvedo, a sul, até aos cimos mais elevados das unidades montanhosas, respectivamente, na margem direita, das serras do Soajo, Peneda e Laboreiro, na margem esquerda, do Xurés e da Amarela.

Como facilmente se constata, o Lima raiano, que delineámos, corresponde a uma área extensa e morfologicamente muito movimentada, pelo que reúne condições locais de clima diversificadas, que explicam os variados mantos herbáceos e de culturas, que, por serem diferenciados, contribuem para os índices de rentabilidade do solo, o matiz e a policromia da paisagem.

Organização de espaços e paisagens cujo imbricado foi gerador de movimentos e fluxos, que considerámos essenciais na identidade geográfica, que distinguimos, a exemplo de outros autores, nomeadamente geógrafos⁷, e que nos propomos estudar.

Lima transfronteiriço inserido no Noroeste Peninsular distingue-se, portanto, por uma unidade geográfica resultante da interacção conjunta do movimento do relevo, do modo de distribuição dos lugares, da baixa densidade relacional, da matriz sociocultural comum das populações que o povoam e, gradualmente, consolidada pelas diferentes civilizações, que a marca política da fronteira não conseguiu varrer.

Em nota de síntese, diremos que o Lima, objecto da nossa investigação, corresponde a um território que acolheu, desde há longos séculos, comunidades cujas actividades se desenvolveram em *sítios* e lugares distintos pelos níveis de altitude, pela exposição geográfica, pelas respectivas formas de implementação e peculiaridades do mesmo modo de

⁷ - Brito, Raquel Soeiro, 1951, “Migrations Pastorales et Agricoles dans les Montagnes du Minho” in *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*, Tomo III, Lisboa, pp. 78-82.

Brito, Raquel Soeiro, 1953, “Uma aldeia de Montanha do Minho. O Soajo. Estudo de Geografia Humana” in *Revista da Faculdade de Letras, Tomo XVIII, 2ª Série, nº 1-3*, Lisboa, pp. 88-132.

Medeiros, Isabel, 1986, “Estruturas Pastorais e Povoamento na Serra da Peneda” in *Estudos de Geografia Humana e Regional*, C11, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, policopiado, pp. 50-52.

Ribeiro, Orlando, 1991, “Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro” e “Montanhas Pastorais de Portugal, Tentativa de Representação Cartográfica” in *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural, Vol. IV*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 251-281.

Ribeiro, Orlando, 1995, *Opúsculos Geográficos, Estudos Regionais, Vol. VI*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 292-294.

vida, do que resultou um mesclado de padrão miúdo de paisagens e espaços, que, simultaneamente, lhe conferem uma identidade geográfica que nos dá o sentimento de não termos saído do mesmo lugar, apesar de em muitos deles, até, se falar línguas distintas, como facilmente se detecta, quando se decide visitar, por exemplo, a Fraga, ou, a Ermida, a Vila, na Lobeira, ou, a Vila, em Castro Laboreiro, Manín, ou, o Castelo, no Lindoso (Fig. 3).

Então, propomo-nos estudar um Lima raiano que:

– Desconhece a fronteira política e, por isso, abrange, no seu todo, espaços e paisagens que não foram investigados em qualquer ramo do conhecimento das ciências sociais, o que lhe dá a peculiaridade de ser inédito;

– Corresponde a um território de *montanha* e de raia, também, área protegida, que pretendemos explicá-lo por um modelo, provavelmente inovador, o gizado pelos fluxos e movimentos, uns, multisseculares, que resultaram de um mesmo modo de vida, o agro-silvo-pastoril, outros gerados pela força de uma mão-de-obra, que ao ultrapassar fronteiras, por vezes, transcontinentais, o associou, nas últimas décadas, a sistemas produtivos de cariz global.

– Enfrenta como principais desafios, para o séc. XXI, a recriação e o reforço de actividades produtivas em direcção a novas funções, aquelas que facilitam e privilegiam a preservação e promoção da qualidade do seu ambiente, para assim, melhorar o bem-estar das suas populações e combater, deste modo, o despovoamento.

0.2. Fundamentos investigadores

Encontramo-nos perante paisagens e espaços, os limianos de raia, com um vultuoso património multimilénar, construído e imaterial, gizado de um modo sábio e paciente por comunidades que, desde sempre, labutaram num quadro muito adverso.

Motivos, que entendemos suficientes para dedicar parte substancial de esta investigação à abordagem de temáticas, aparentemente fora da essência do saber geográfico, por entrarem demasiadamente na foro histórico, mas, cujo conhecimento se torna imprescindível, não só na compreensão do estádio actual, como na construção de propostas e cenários de desenvolvimento para o séc. XXI.

Nos variados e múltiplos documentos, por nós consultados, sobre problemáticas tão específicas, como, por exemplo, a presença das civilizações megalítica e dos fortificados, sejam eles, os castrejos, ou, os medievais, as relações económicas e mercantis, ou, as organizações espaciais contemporâneas, constatámos que os investigadores, lusos e espanhóis, tiveram, sempre, como limite adquirido da problemática em estudo, a fronteira

política, apesar de, frequentemente, admitirem a continuidade do fenómeno em investigação "no país vizinho"⁸.

Factos que em muito dificultaram o nosso trabalho, uma vez que nos sentimos "obrigados" a fazer leituras, que nos permitissem "tecer", ou não, uma certa continuidade do fenómeno "do outro lado da fronteira", recorrendo, para isso, a um continuado e intensivo trabalho de campo, que nos permitiu estabelecer correlações entre o fenómeno temporal em estudo e o espaço, ou, espaços em que teria decorrido.

Investigação, aparentemente, extemporânea de um trabalho de índole geográfica, mas, preciosa no nosso estudo sobre o Lima raiano, hoje em abandono e decadência. Partimos do modelo conceptual de que no séc. XXI, a importância do Mundo Rural advém não, propriamente, da produção do sector alimentar, mas da prestação de serviços a outras comunidades⁹, as resultantes da valoração de recursos naturais e ambientais, humanos e paisagísticos, que constituem a matriz identitária dos seus naturais.

Baseados neste conjunto de princípios, entendemos que a reorganização dos espaços e paisagens, que pretendemos estudar, far-se-á através da implementação de uma cultura de desenvolvimento, que promova os seus *sítios* e *lugares*, os verdadeiros testemunhos das memórias colectivas e individuais, pela valorização e salvaguarda da multiplicidade cultural, arquitectónica e paisagística.

Ao partirmos de uma hipótese, que queremos validar na realidade geográfica, que envolve e especifica o Lima raiano em estudo, temos que pressupor e admitir, embora estejamos confiantes na sua aplicabilidade, a complexidade do universo em que incide a investigação do presente trabalho.

Se não a conseguirmos devidamente justificar, através da apresentação de uma proposta de desenvolvimento para a realidade em estudo, esforçar-nos-emos em questionar modos possíveis de interpretação, ou, talvez melhor, em desenvolver leituras interpretativas, no âmbito geográfico, sobre a densidade e diversidade das paisagens e espaços que pretendemos investigar.

Admitimos, desde já, por ambicionarmos efectuar uma leitura fundamentada num conjunto vasto de dimensões, quer no âmbito temporal, quer no âmbito espacial, e pelo facto de os territórios se encontrarem em permanente mutação, a existência de lacunas na interpretação dos fenómenos geográficos implícitos na ruralidade a estudar.

⁸ - O ritmo actual da investigação científica é, de tal modo intenso, que permite a actualização, em períodos curtos, das diferentes áreas do conhecimento. Assim, para não correremos o risco do não cumprimento da calendarização, previamente estabelecida, para a realização do nosso trabalho, todas as fontes, manuscritas e impressas, além das obras bibliográficas, policopiadas e publicadas, corresponderão, dentro do possível, às últimas divulgações do ano de 2001, devido ao tempo que nos foi concedido para a realização do presente trabalho.

⁹ - "O Futuro do Mundo Rural", *PARECER, Doc. COM (88) 501 final*, 1988, Comité Económico e Social, Bruxelas.

Alertamos, também, para a especificidade das temáticas, que abordaremos, exigirem a pesquisa de uma multiplicidade e variedade de Fontes, o que implica que efectuemos, de acordo com a natureza de cada uma, uma *crítica* e metodologia adequadas.

Além disso, a variedade e a complexidade das Fontes investigadas exigiu-nos que recorrêssemos à utilização muito frequente de notas de rodapé. Reconhecemos que a sua leitura exige um esforço suplementar e se torna, por certo, cansativa, mas, que resulta do facto das normas institucionais que enquadram a redacção deste trabalho recomendarem a utilização do carácter oito para a respectiva letra.

Ora, atendendo à panóplia da informação conseguida e num esforço em estruturar o trabalho de um modo claro e objectivo, mas, a não lhe retirar a substância e a originalidade, limitamo-nos neste capítulo introdutório, nos itens respectivos, a efectuar uma simples apresentação das principais Fontes e dos princípios metodológicos adoptados. Remetemos, assim, para a introdução dos diferentes capítulos, que versam as respectivas problemáticas, a crítica e justificação pormenorizadas dos recursos investigados e metodologias adoptadas.

Decisões que poderão interferir na estrutura "normal" de um trabalho de natureza académica, mas, que entendemos serem aquelas que melhor respondem à variedade e diversidade das variáveis em estudo, por permitirem construir leituras assentes num esquema interpretativo que traduza, com clareza, a realidade geográfica que queremos dar a conhecer.

0.2.1. Objectivos e a variedade múltipla de informação

Propomo-nos estudar paisagens e espaços povoados por populações cuja sobrevivência, até meados do séc. XX, dependia, principalmente dos rendimentos provenientes de uma agro-silvo-pastorícia extensiva, com duração secular.

Territórios que na primeira década do séc. XXI se caracterizam por um esvaziamento das suas gentes, consequências do intenso êxodo dos habitantes, que se iniciou nas décadas de cinquenta/sessenta do século passado, mercê das actuais condições de funcionamento da economia de mercado.

Despovoamento que se processou a um ritmo acentuado, de que resultou um efectivo de habitantes, predominantemente idoso, que vive, maioritariamente, dos rendimentos provenientes do estrangeiro, as pensões de reforma adquiridas, após longos anos de trabalho árduo, em países como a França, os Estados Unidos, ou, o Canadá.

Paisagens e espaços em que as parcelas, outrora de cultivo, se encontram, predominantemente, de *paul*, com a *serra* a destacar-se pelas manchas de floresta, as resinosas e, até, as folhosas a serem devoradas pelos incêndios de Verão, a que não fogem as

extensas superfícies de pastagem, hoje, entregues "à sua sorte".

Territórios com uma baixa densidade relacional, que urge revitalizar e recriar em função da potencialização de amenidades "latentes", fundamentais para um amanhã risonho e promissor.

Recordamos a hipótese, de que partimos, se prender com a premissa de que as novas dinâmicas, as do séc. XXI, para o Lima raiano, que nos propomos estudar, exigirem a gestão integradora do seu ambiente, o que implica não só o surgimento de outras actividades, as relacionadas com a prestação de novos serviços, no campo da recuperação e valorização dos patrimónios arquitectónico, cultural e paisagístico, como a revitalização dos modos de vida tradicionais, nomeadamente o da agro-silvo-pastorícia.

Pressupostos que nos permitem, de acordo com o vultuoso património multimilenar, construído e imaterial, delinear para esta investigação, uma gama de objectivos, que exigem, que recuemos no tempo, em função das Fontes que conseguirmos consultar.

A implementação do sistema de lugares, assim como as suas "gentes", o modo de vida com duração multissecular, o agro-silvo-pastoril e respectivo impacte territorial, sem esquecer os investimentos de origem exógena do séc. XX, constituem as "grandes" problemáticas a privilegiar, porque o seu estudo possibilita, em nossa opinião, o aparecimento de soluções que viabilizam, para o séc. XXI, um desenvolvimento harmonioso entre a agro-silvo-pastorícia e o ambiente, que preserva o meio natural, a paisagem e o património rurais.

Objectivos ambiciosos, porque nos exigem, que recuemos às primeiras civilizações, nomeadamente, a megalítica e a castreja, ou, a romana e a árabe.

Contudo, faremos incidir a nossa atenção, com especial cuidado, a partir do período medieval, época em que se iniciou a construção gradual da linha de fronteira, cujo traçado físico apenas adquiriu contornos, definitivamente aceites, nos finais do séc. XIX, com a assinatura por ambos os países, Portugal e Espanha, do *Tratado dos Limites*, em 1864.

No período medieval, questionaremos o contributo da rede de edificações militares, os castelos, e da presença dos Mosteiros na humanização das paisagens e espaços limianos e de raia.

Debater problemáticas "medievais", como o processo do *encastelamento* e a acção povoadora das ordens monásticas, muito contribuirá para o conhecimento da génese e evolução da matriz de povoamento dos territórios em estudo, tanto daqueles que pereceram, como dos que existem na actualidade.

As interacções entre um passado multissecular e os processos actuais de mudança materializadas no território a estudar, só poderão ser entendidas se conhecermos o ritmo de

fixação dos "construtores" dos lugares, que foram as próprias populações.

Laborar leituras, que ultrapassem o campo da Demografia e nos elucidem sobre a vida económica e social das comunidades, exigem que nos esforcemos por comentar a composição e o comportamento demográfico dos residentes para épocas tão distantes, como os sécs. XVII/XVIII e a actualidade.

Estudar o êxodo rural e as respectivas consequências, desencadeado pelas populações, desde há longas décadas, mas, com uma intensidade atroz na segunda metade do séc. XX, é um dos principais motivos que justifica o desenvolvimento de este trabalho.

Conhecer as atitudes e comportamentos dos efectivos residentes e materializados na paisagem, torna-se indispensável na compreensão das actividades e modos de vida que justificam, na actualidade, não só as manchas de ocupação do solo, como o respectivo estádio de aproveitamento.

Comentar os investimentos de origem externa do séc. XX e seus impactes, nos âmbitos social e territorial, permite-nos debater as estratégias de valorização dos recursos de um Lima raiano, que quer ser atractivo para as populações, nomeadamente para aquelas que procuram espaços de lazer garantidos de conforto e de qualidade.

Conjunto de objectivos sobre problemáticas com conteúdos temporal e espacial muito vasto e variado, para os quais pretendemos encontrar as respostas que nos permitam a formulação de uma proposta síntese de desenvolvimento para espaços e paisagens marcados pela severidade de uma economia globalizante do séc. XXI.

Mas, se este trabalho, de algum modo, puder contribuir para um debate fundamentado sobre o presente de espaços rurais alvo de abandono e despovoamento, que tenha em conta o passado, para assim, se projectar e construir o seu futuro, entendemos ter conseguido, de forma inequívoca, a razão de ser da investigação.

0.2.2. Fontes: diversidade e princípios de selecção natural¹⁰

Ao privilegiarmos o estudo de um "Lima raiano", que é inédito, na base de um modelo, que entendemos ser inovador, o arquitectado nos movimentos e fluxos desenvolvidos, desde as primeiras civilizações, de que se tem conhecimento, estávamos cientes da amplitude, quer espacial, como temporal, que atribuíamos ao tema, pelo que nos exigiu que efectuássemos, não só estudos diacríticos, mas também, tendo em consideração os

¹⁰ - Recordamos que a crítica, devidamente pormenorizada, será efectuada em cada um dos capítulos cujo conteúdo privilegie as informações proporcionadas pela Fonte.

contrastantes períodos e espaços em análise, as possíveis relações de causalidade entre o modo como estes territórios se estruturaram no tempo e as complexas organizações actuais.

Assim, utilizámos uma diversidade de Fontes, que se distinguem pelos conteúdos e respectivos Arquivos¹¹, Bibliotecas e Centros de Investigação a que pertencem, mas, ainda, pelos conjuntos temporais e espaciais a que se referem.

0.2.2.1. Documentos Manuscritos¹² (Sécs. XIII-XXI)

0.2.2.1.1. Livros Paroquiais de Registos de Actos Vitais do Lindoso

Livros de *Registo de Baptismos, Casamentos e Óbitos* são documentos que abrangem toda a população independentemente do estatuto económicosocial, tanto na perspectiva diacrónica como na perspectiva sincrónica.

Documentos valiosos, mas que apresentam, por vezes, uma certa complexidade na respectiva interpretação, como exemplificamos com a apresentação de pequenas notas.

O primeiro registo de baptismo por nós encontrado data de 3/2/1669. Trata-se de um registo muito simples onde se menciona a data do baptizado, o nome do neófito, dos pais, dos padrinhos e respectiva localidade de residência. No século XVIII, mais concretamente de 1705 a 1796, o documento passa a conter a assinatura dos padrinhos. A “prática” de os padrinhos assinarem o registo de baptismo foi interrompida na última década desse século, para ser retomada em 1860.

Uma dos "obstáculos" associados à leitura destes documentos relaciona-se com a caligrafia do pároco, nomeadamente, no séc. XVII, quando recorria à abreviatura. Além disso, era frequente, até à primeira metade do séc. XVII, o neófito ser identificado, apenas, pelo nome próprio, enquanto para os pais, a este acrescentar-se o apelido, que poderia ser diferente, segundo o registo de baptismo de cada filho, pois, nessa época, era normal o indivíduo, independentemente, de ser feminino ou masculino, usar, indistintamente, o apelido materno ou paterno.

¹¹- Não podemos deixar, desde já, de referir a falta de documentação nos Arquivos Municipais dos Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca, para a área em estudo, justificada pelos períodos de turbulência do séc. XIX (Lutas Liberais e Invasões Francesas), a par, segundo a nossa opinião, de uma certa incúria, como, por exemplo, em Ponte da Barca, quando foi dada a "papelada velha" aos fogueteiros de Oleiros para confecção de foguetes.

A "pobreza" do Arquivo Municipal de Melgaço, poder-se-á explicar não só pelo turbulento século XIX, como pelo facto de Castro Laboreiro ter sido concelho até meados desse mesmo século, pelo que ter-se-á perdido muita documentação na transferência das respectivas competências.

A mesma lacuna de Fontes sentimos nos Arquivos dos concelhos da Lobeira, Lobios e Entrimo, justificada, pelos períodos conturbados, como o das Invasões Napoleónicas e os da Guerra Civil Espanhola.

¹²- Limitámo-nos a referenciar, neste espaço, os documentos utilizados com sistematicidade e que constituíram o suporte das temáticas substanciais do trabalho. Aqueles, que, pontualmente, foram utilizados, serão alvos de identificação nos momentos oportunos. Contudo, este facto não lhes retira a importância e o valor imprescindíveis na validação da verdade científica que é exigida a um trabalho desta envergadura.

O problema da identificação da filiação, foi praticamente uma constante nos filhos das mães solteiras, pois como identificar os neófitos, que, na maioria, são filhos de “Maria solteira?”. Esta questão foi ultrapassada no séc. XVIII (a partir de 30/1/1721), quando o registo passa a mencionar, sistematicamente a identificação dos respectivos avós maternos.

Se os primeiros registos de baptizado podem suscitar uma certa complexidade na respectiva interpretação, este problema não se coloca na leitura dos registos de casamento, pois, logo no primeiro registo que conhecemos, de 20/10/1673, se denota uma redacção não só muito mais cuidada, mas também, a identificação dos diferentes intervenientes completa, não esquecendo, sequer, a naturalidade dos noivos.

Sublinhe-se que era costume os casamentos realizarem-se, preferencialmente, na paróquia onde residia a noiva. Ora, problemas surgem quando o noivo era natural de S. Mamede do Lindoso e a noiva era oriunda de outra freguesia. Duas situações podem acontecer. O recém casal decide fixar residência na freguesia da noiva e “perde-se” a história de vida da jovem família, ou, decide viver no Lindoso e ficamos a desconhecer a data de casamento, assim como a identificação da noiva. Contudo, ultrapassámos, em parte, este obstáculo ao recorrermos ao primeiro registo de baptismo efectuado no Lindoso, para um dos filhos do casal, em que o pároco declara a identificação dos pais do baptizando.

A partir de 1708 o registo de casamento é enriquecido com a assinatura dos padrinhos e testemunhas do acto nupcial.

Ora, se esses manuscritos sempre foram efectuados de modo preciso e rigoroso, o mesmo não aconteceu em relação aos primeiros registos de óbito por nós encontrados. Limitações na respectiva interpretação são uma realidade até finais do séc. XVIII, apesar do primeiro registo de óbitos, que possuímos datar de 21/11/1663. Com uma certa frequência, na identificação do óbito quando se trata de solteiro(a) e não é referida a filiação, mencionando-se, apenas, o nome próprio e o lugar de residência. A partir de 1720 (29/12/1723) as dificuldades traduzidas nas lacunas de informação desapareceram.

Felizmente, a partir de 01/01/1860 existe, do ponto de vista demográfico, informação sistemática sobre os indivíduos mortos com idade inferior a um ano e, logicamente, conseguimos, a partir dessa data, determinar os índices de mortalidade infantil. Trata-se de uma grave lacuna neste tipo de documentos, pois impede-nos de obter indicadores, que muito contribuiriam no esboço da imagem, para a época anterior a 1860, sobre as condições de vida das camadas, que não atingiram um ano de vida.

0.2.2.1.2. Livro do Tombo das Demarcações dos lugares das Comarcas de Tralos Montes e Dantre Douro e Minho que estão ao longo da raia estremo de Castela e Gualiza

O documento, que consultámos, é um traslado do manuscrito original sobre a delimitação dos limites das povoações raianas, que João III mandou efectuar, em 1538, incidindo a nossa consulta na parte do documento referente à área raiana em estudo, precisamente, os concelhos do Lindoso, Soajo e Castro Laboreiro¹³.

O enviado do rei, especificamente, mandatado para proceder à demarcação cuidadosa da fronteira, Mem Afonso, esteve, em 1538, respectivamente, nos dias 22, 24 e 26 de Julho, no Lindoso, à porta da sua fortaleza, no Soajo, o qual pertencia à montaria real, e na casa do concelho de Castro Laboreiro.

Como não encontrou nos arquivos concelhios textos, ou, qualquer outro tipo de documento sobre os tradicionais limites dos dois reinos, Mem Afonso teve que recorrer à *inquirição*, e ouvir os magistrados municipais, outras individualidades, especialmente, chamadas, e os homens com longa vida e experiências variadas, que residiam nas freguesias, directamente, limítrofes do território galego, e se deparavam, diariamente, com a demarcação, pelo que foram considerados os elementos mais credíveis e seguros nas informações prestadas.

Após uma leitura cuidada do documento em questão ficámos convictos que, em pleno séc. XVI, a fronteira na área em estudo se delineava num espaço, que seria o resultado de uma oposição entre a toponímia dos lugares principais, quer em ambas as margens dos rios Lima e Laboreiro, quer nas alturas das serras da Peneda e Amarela.

Assim, o conceito de fronteira parece reduzir-se a uma sequência de topónimos que estariam ordenados e marcados nos mapas mentais, que os inquiridos, considerados idóneos, construíram em função dos percursos e trajectos, mais frequentemente, efectuados.

Contudo, trata-se de um documento de relevante importância para o nosso trabalho, pois remete-nos para uma época em que as informações sobre o evoluir da fronteira e, logicamente, do espaço raiano, são muito escassas e elementares, pelo que o seu conteúdo se tornou precioso, apesar dos obstáculos na leitura, por não dominarmos o tipo de escrita da época, que nos obrigaria a recorrer a um tradutor, caso não tivesse sido publicada, em 2003, a transcrição respectiva¹⁴.

¹³ - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Núcleo Antigo, Livro VII*, microfilme, rolo 1762, fls. 138-151.

¹⁴ - Moreno, Humberto Moreno (coord.), 2003, *Demarcações de Fronteira, Lugares de Trás-os-Montes e de Entre-Douro-e-Minho, Vol. III*, Centro de Documentação e História Medieval, Universidade Portucalense-Infante D. Henrique.

0.2.2.1.3. Catastro de Ensenada da Província de Orense

Do *Catastro de Ensenada*¹⁵ da Província de Orense, consultámos os Livros, manuscritos, designados, respectivamente, por *Estados A* ou *Respuestas Generales*, vulgarmente, conhecidos pelos *Interrogatorios*, e os *Personales*, de *Familia* ou *Padrones*, que fazem parte de um conjunto de documentos mais vasto os *Estados B* ou *Respuestas Particulares*.

Os *Interrogatorios* constam de quarenta perguntas, que abrangem um amplo leque de temas, como, por exemplo, a localização, limites e identificação dos lugares da unidade territorial em que se está a processar o inquérito, o efectivo da população, os sistemas e tipos de cultura praticados, de acordo com a qualidade dos solos agrícolas, sempre classificados em três categorias, os montes e respectivas coberturas vegetais, as abelhas, moinhos e azenhas, segundo os proprietários, as actividades artesanais e comerciais, que, por ventura, existam.

As respostas, exaradas em acta manuscrita, que respeitam a numeração das perguntas, foram dadas, para cada unidade territorial, pelo respectivo conselho, constituído por lavradores escolhidos de acordo com a idoneidade e pelo pároco, o membro imparcial.

Contudo, apesar da clareza das instruções, os critérios utilizados, pelos diferentes conselhos, nas redacções das respostas, variaram, provavelmente, por causa de uma certa subjectividade, ou, interpretação errada das instruções, ou, simplesmente, porque se pretendeu aligeirar a informação, ou, por qualquer outro tipo de motivos não identificado.

Os *Estados B* ou *Respostas Particulares* compilam uma gama variada de informação, resultante das declarações dadas pelos cabeças de casal e distribuída por um conjunto de documentos, de acordo com o tipo de informação.

Nos livros *Personales*, de *Familia* ou *Padrones* distinguem-se os *Padrones de Legos* e os *Padrones de Eclesiásticos*. Aqueles, os livros de *Padrones de Legos* apresentam uma relação das famílias ordenadas alfabeticamente pelo cabeça de casal, segundo as freguesias da unidade cadastrada. Para cada agregado familiar é mencionado o nome do cabeça de casal, sexo, idade e profissão, assim como para os restantes membros familiares e criados, que sejam de maior idade. Em relação aos menores de dezoito anos, apenas é referenciado o efectivo segundo o sexo. Contudo, em determinadas unidades administrativas, para os elementos femininos, que não sejam cabeça de casal, não são referidas as respectivas idades.

Nos livros dos *Padrones de Eclesiásticos* a estrutura e conteúdo são idênticos aos dos leigos, mas, incide sobre os fogos, cuja cabeça de casal é um eclesiástico, que nos casos que

¹⁵ - O Decreto-Lei de 10/10/1749 dá início ao processo da realização do Cadastro, que se realiza em 1753.

levantamos, eram cleros seculares, dos quais se mencionam as respectivas idades e cargos, assim como as das pessoas que integram o agregado, familiares e criados.

Se cada *Estado A* incide sobre entidades territoriais, correspondentes a divisões administrativas já desaparecidas, pelo que inclui várias freguesias, lugares e coutos ou jurisdições inteiras, sem qualquer outro critério para o seu agrupamento, que não seja o da comodidade, cada um dos outros livros, nomeadamente, os *Personales, de Familia ou Padrones* abrangem, por princípio, uma freguesia.

Como, facilmente, se pode verificar, está-se perante documentos, que, atendendo à época, fornecem informações muito preciosas, do ponto de vista geográfico, apesar de resultarem de um processo, de âmbito nacional, que visava a implementação de uma reforma fiscal, como meio de se conseguir um aparelho estatal mais eficaz.

0.2.2.1.4. Dicionário Geográfico do Pe. Luís Cardoso

As *Memórias Paroquiais* (1758) traduzem-se, em termos latos, num texto fragmentado pelas respostas, que os diferentes autores, os Párcos, redigem, na concretização de um *Interrogatório* aplicado a nível nacional.

No questionário foram consideradas três grupos de questões. Um primeiro grupo, que incide propriamente na freguesia, com a localização e enquadramento de âmbito geográfico e eclesiástico, o efectivo de residentes maiores, a descrição das culturas produzidas e animais criados, e a indicação de obras e instituições, figuras e acontecimentos de relevo, que possam, por ventura, existir. Um outro grupo de questões debruça-se sobre as unidades montanhosas, nomeadamente sobre o povoamento vegetal e animal, as linhas de água importantes, as ermidas, ou, outro tipo de construções dignas de serem mencionadas. O terceiro grupo de questões pretende, primordialmente, abordar as características da rede hidrográfica, a existência de moinhos, azenhas e águas medicinais, além de um possível aproveitamento piscícola.

Se para o geógrafo é uma Fonte importante não podemos, contudo, deixar de referir o modo global e genérico como as temáticas são abordadas, cuja minúcia e qualidade das respostas dependem, em muito, do espírito de rigor e de pormenor dos respectivos párcos.

0.2.2.1.5. Livros de Inquirições de 1220 e 1258

De todos os documentos de carácter administrativo produzidos no séc. XIII destacamos os grandes *Inquéritos Régios*, nomeadamente, os que abrangem toda a área lusa em estudo¹⁶, os de 1258.

Estes *Inquéritos* foram aplicados por Comissões constituídas por representantes do Rei, especificamente preparados e indigitados para semelhante tarefa e pelos oficiais locais, conhecedores dos territórios em levantamento.

Abrangem uma gama variada de questões das quais destacamos, além de um conjunto de deveres dos moradores perante o rei traduzidos nos tributos pagos em dinheiro e em géneros, as preocupações de defesa de uma região estratégica como, por exemplo, a obrigação dos residentes participarem na conservação dos respectivos castelos, em troca de uma protecção dentro das muralhas, em caso de guerra. Mas, a “riqueza” das *Inquirições* justifica-se, ainda, pelos conhecimentos, que nos conseguem transmitir sobre a intensidade da senhorialização dos territórios, isto é, permite-nos identificar os principais *Senhores do Domínio Directo*, que na área lusa em estudo se evidenciam a *Coroa*, o *Mosteiro de Ermelo* e a *Ordem de Malta*.

Os *Inquéritos Régios* revelaram-se de muita utilidade na realização do nosso trabalho, porque nos permitiram entender nos espaços lusos, minimamente, a rede de fluxos, de pessoas e bens, que, além de ser densa e extensa, era dinamizada pela estrutura defensiva, o castelo, e, assim, confirmarmos que o conhecimento e utilização, por parte das populações, dos lugares mais recônditos da serra, ter uma duração multissecular.

0.2.2.2 Fontes estatísticas

Neste tipo de trabalho torna-se imprescindível a utilização de dados estatísticos, não na efectuação de tabelas e séries cronológicas, quase, intermináveis, mas, quando, criteriosamente, seleccionados, na comprovação de uma certa evidência, ou, excepção, que, pela peculiaridade que encerram, são elementos fundamentais na leitura, de âmbito geográfico, a efectuar.

Imbuídos neste princípio, preocupámo-nos em recuar no tempo e procurar publicações estatísticas anteriores à efectuação do primeiro Recenseamento da População, quer na Espanha, quer em Portugal¹⁷.

¹⁶ - Desconhecemos se os primeiros inquéritos reais efectuados, os de 1220, foram aplicados na margem direita do Lima. Como estas *Inquirições*, de 1220, se inseriram numa conjectura de “força” em relação ao Bispo de Braga, Estevão Soares da Silva, é provável que a margem direita limiana não tivesse sido alvo deste levantamento régio, pois pertencia, eclesiasticamente, ao bispado de Tui.
Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, Lisboa (policopiado), p. 32.

Desde logo, uma gama de problemas se levantou. Como se repercutem a épocas em que as divisões administrativas diferem torna-se, frequentemente, difícil fazer a correspondência dessas unidades às, actualmente, existentes. Contudo, conseguimos fazer o paralelismo possível, tendo sempre presente uma crítica de advertência sobre as alterações na delimitação das entidades geográficas em causa.

Um outro aspecto a ter em conta, relaciona-se com o facto de os indicadores fornecidos incidirem em unidades administrativas de grande extensão, pelo que as respectivas leituras, apenas, nos permitirem inferir tendências e quadros demográficos, numa perspectiva muito global e genérica. Apesar destes problemas, acrescidos daqueles que resultam dos critérios utilizados na obtenção dos dados, não serem, em muitos casos, os mais aconselhados para a obtenção de valores credíveis, privilegiámos, o *Numeramento de 1527-1532*, o *Vecidinario de Orense de 1591* e o *Catastro de Flordiblanca de 1780*. Baseados nestas Fontes, faremos uma leitura breve, mas cuidada, tendo, sempre, presente uma crítica pertinente sobre os indicadores que viermos a apresentar, para um tempo em que as Fontes demográficas escasseiam, independentemente, do rigor científico dos valores conseguidos.

Um outro problema nos surgiu, mas, relacionado com o tipo de informações, que pretendíamos para o período censitário, e que não conseguimos ultrapassar. Como se torna lógico e evidente, desejávamos organizar elementos estatísticos dos dois países, que tivessem sido recolhidos no mesmo tempo e para entidades geográficas correspondentes. Contudo, as normas de cedência de determinado tipo de informação, nomeadamente, à escala do lugar¹⁸, divergem, de acordo com o país, pelo que se nos tornou impossível, para itens, que consideramos importantes, esboçar uma leitura quantitativa e comparativa dos lugares em estudo.

Em relação à Espanha, as Fontes de índole demográfica e do período censitário¹⁹, distribuem-se pelo *Censo de la Población de España* e pelo *Nomenclátor de España*, cujas publicações mais antigas, a que tivemos acesso, datam de 31 de Dezembro de 1887. Enquanto o *Censo* se debruça sobre indicadores, meramente, relacionados com a população²⁰, e cujos resultados são fornecidos a uma escala, nunca, superior à do concelho, aquele, o *Nomenclátor*, incide sobre o universo dos edifícios, descendo ao pormenor de os distinguir, por exemplo,

¹⁷ - Por uma questão de critério, limitámo-nos, apenas, a consultar Fontes, que são da exclusiva responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística de cada país.

¹⁸ - Foi o caso do Instituto Nacional de Estatística, o I.N.E. espanhol, que em defesa da privacidade dos indivíduos, apenas fornece determinado tipo de informação censitária à escala dos concelhos, mesmo que a sua utilização à escala do lugar, ou, até, da freguesia, tenha finalidades meramente académicas, devidamente, comprovadas.

¹⁹ - São Fontes publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

²⁰ - Todo o tipo de indicadores demográficos, desde, as idades, sexo, grau de instrução, sectores de actividade, profissões, mobilidade de estrangeiros e nacionais, etc., mas, sempre a uma escala, que não seja superior à do concelho.

segundo a respectiva função e o número de pisos, com a particularidade de apresentar os resultados à escala do lugar, assim como os efectivos totais dos respectivos habitantes.

Em Portugal, os primeiros *Recenseamentos Gerais da População*, em nosso entender, são menos ricos em informação, nomeadamente, sobre o edificado, lacuna grave, que, forçosamente, se repercutiu na reflexão que efectuamos a organização territorial.

A partir de 1980 inclusive, os critérios de levantamento e a forma de apresentação dos indicadores é idêntica, pois ambos os países seguem o modelo da União Europeia, apesar de a Espanha manter o rigor na selecção da escala, quando se trata do fornecimento de dados, estritamente demográficos.

Como geógrafa, devemos salientar que esta Fonte, por motivos que, já, parcialmente enumerámos, não nos permite, infelizmente, fazer o estudo dos fenómenos, que interagem na dinâmica dos territórios, entendidos ao nível de análise, a que nos propusemos estudá-los.

0.2.2.3. Coberturas aéreas (1960/70 e 1994/95) e cartográficas (1940 e 1995)

A leitura da organização territorial exigiu que se associasse às Fontes já estudadas a leitura de fotografias aéreas distanciadas por um período temporal cerca de trinta anos (nas escalas de 1/2500, 1/3000 e 1/10000) e um moroso trabalho de campo em espaços criteriosamente seleccionados²¹.

Assim, baseados no estudo de territórios amostra, conseguimos, para os inícios século XXI, avaliar a evolução das manchas cultivada e construída, para além de delinear a tendência da ocupação territorial para os próximos anos.

Certamente, que o recurso às duas coberturas aéreas, voo de 1965/70 e de 1994/95, permitiu-nos detectar, de forma mais precisa e fundamentada, as mutações da paisagem na raia limiana.

Contudo, foi a utilização de cartografia portuguesa e espanhola, escala 1/25 000 e para períodos distintos, décadas de quarenta/cinquenta e de noventa do séc. XX, que tornou possível a ilustração desta investigação.

Dos inúmeros problemas que surgiram na sua utilização e, sempre, decorrentes de terem sido laboradas segundo diferentes sistemas de projecção²², limitamo-nos a referir, quando cartografávamos a área em estudo, as relacionadas com o traçado da linha de fronteira. Para que a posição relativa dos lugares, das redes hidrográfica e viária e de todos os

²¹- Freguesias de Castro Laboreiro, Gavieira, Ermida; "vila" do Soajo e Várzea, na freguesia do Soajo; Castelo e Parada, na freguesia do Lindoso.

²² - Enquanto a Cartografia portuguesa foi elaborada com base da *projecção de Gauss*, para a cartografia espanhola foi utilizado a *projecção U.T.M. Datum europeu*.

outros elementos a cartografar não fossem obliterados e, logicamente, não fosse "distorcida" a representação da organização territorial do Lima em estudo, houve a necessidade de se proceder ao seu desenho "manual", o que nos permitiu apresentar a cartografia de um Lima raiano, que entendemos ser inédita.

Além de todos os problemas e obstáculos decorrentes das Fontes cartográficas que, de acordo com a nacionalidade são suportadas por sistemas de projecções diferenciados, não podemos deixar de evidenciar toda a morosidade exigida na execução dos variados mapas temáticos, plenamente justificada pelo pormenor e minúcia da informação que encerram.

0.2.3. Metodologias: pressupostos e especificidades²³

Na opção pela individualização de um Lima de raia, com abrangência internacional, está implícita a extensão da área em estudo e a complexidade da temática em análise, pelo que, como já o afirmámos, nos exigiu o recurso a Fontes muito variadas, inclusive com nacionalidade diferenciada e a aplicação de metodologias diversas, apesar de distintas, mas, que considerámos as mais adequadas.

Preocupados em evitar um simples cômputo e interpretação estática de dados e imagens, esforçámo-nos por conseguir uma interpretação das dinâmicas territoriais no sentido prospectivo, isto é, conseguir uma interpretação fundamentada no cruzamento e confrontação do conhecimento obtido através das diferentes Fontes, privilegiando o trabalho de campo na perspectiva do contacto directo e sistemático com os residentes, os verdadeiros interessados nas mudanças verificadas, ou, em curso.

Atendendo à diversidade das Fontes e à adopção de critérios, apenas, de índole geográfica na delimitação do território em estudo, sabíamos *a priori* que um conjunto de obstáculos se nos iam deparar, como, por exemplo, os relacionados com o facto de Instituições análogas possuírem normas e regras de trabalho diferentes, por se encontrarem sediadas em países distintos.

Uma outra limitação relacionou-se com a extensão do território em estudo, pelo que atendendo ao período de tempo que nos foi atribuído para a realização deste trabalho, vimo-nos constrangidos, segundo as problemáticas em reflexão, a optar pela selecção de espaços amostra, que, atendendo ao elevado grau de representatividade, pensamos traduzirem bem a realidade geográfica deste Lima raiano.

²³ - Lembramos que as diversas metodologias por nós utilizadas na realização desta investigação serão *per si* devidamente explicitadas e justificadas no capítulo cujo desenvolvimento do conteúdo dê ênfase à metodologia em causa.

Apesar de todos os obstáculos com que nos fomos deparando no decurso da nossa investigação, estivemos sempre movidos pela determinação em estudar, tanto quanto nos fosse possível, Fontes, escritas e orais, na sua máxima exaustão, a fim de conseguirmos os objectivos a que nos propusemos atingir, isto é, construir uma leitura, no âmbito geográfico, correcta e capaz de apresentar sugestões de desenvolvimento às populações que agem nesses territórios.

Deste modo, recuámos no tempo, tanto quanto as Fontes e a Bibliografia adequada nos permitiram, e começámos por traçar um quadro breve e sucinto, mas claro e objectivo, sobre os primórdios da presença humana no Lima materializada nas construções megalíticas e castrejas.

Não esquecemos as civilizações que se lhes seguiram, como a romana, a sueva, ou, a árabe, dando relevo às estratégias de avanço e recuo despelotadas pelas forças asturianas e que se prolongaram pelos séculos VIII e XII, fazendo do Lima um dos palcos privilegiados da Reconquista, como testemunham as torres e castelos, que ainda hoje podemos admirar e que assumiram importância de relevo no ordenamento do território raiano.

Baseados em bibliografia especializada, cujos autores são de competência científica inquestionável, e para uma época em que escasseiam as Fontes, preocupámo-nos, como geógrafa, em fazer a leitura possível de um território, que sempre materializou fluxos de pessoas e mercadorias dinamizados por núcleos de povoamento, que foram determinantes na organização territorial, que apresenta na actualidade.

No âmbito demográfico, optámos pela reconstituição demográfica da freguesia de S. Mamede de Lindoso num espaço temporal que ultrapassa os três séculos (1669-2001). Freguesia de extenso limiar com o concelho de Lobios, detentora, até 1986, do posto de alfândega da Madalena, é um bom exemplo para o estudo de comportamentos demográficos raianos.

Para conseguirmos a reconstituição demográfica da freguesia tivemos que elaborar ficheiros, familiar e individual de todos os residentes da freguesia, utilizando a *metodologia de Maria Norberta Amorim*²⁴. Desta forma, foi-nos possível calcular não só indicadores de índole estritamente demográfica, como conseguir valores relativos à problemática da Alfabetização no séc. XVIII e obter informações, embora sem sistematicidade, sobre a mobilidade dos residentes para o mesmo período secular, o XVIII.

²⁴- Amorim, Maria Norberta, 1991, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

No respeitante ao conceito de Alfabetização no Antigo Regime e toda a problemática que o envolve, seguimos a *metodologia de Justino Magalhães*²⁵.

Ainda preocupados em enriquecer o quadro demográfico das populações raianas conseguimos, para o século XVIII (1753), esboçar a estrutura demográfica da população galega, concretamente daquela que residia nos territórios que, actualmente correspondem aos concelhos de Entrimo, Lobeira e Lobios, o que nos permitiu problematizar o ambiente sócio-profissional das gerações que viveram numa época em que as Fontes fornecedoras de este tipo de informação escasseiam, ou, mesmo não existem, como é o caso português.

Como geógrafa, privilegiámos, contudo, a interpretação da organização territorial contemporânea explicada, por um lado, pela génese e evolução das paisagens e espaços em crescente aproveitamento e ocupação até meados do séc. XX, por outro, pelos fluxos populacionais desencadeados nas últimas décadas.

Assim, o seu estudo obrigou-nos a remontar, esporadicamente, a épocas em que as Fontes escasseiam e, quando existem, permitem, por vezes, interpretações controversas aos próprios investigadores e especialistas para as épocas em estudo.

Cientes destes problemas e obstáculos, e após a pesquisa bibliográfica, que nos foi possível efectuar, complementada pelos diálogos que conseguimos estabelecer, não só com naturais seniores e interessados nas "raízes" da sua terra, como com investigadores sobre as temáticas das épocas em questão, fomos para o terreno na expectativa de interpretar a leitura arqueológico/histórica, que nos permitiria uma abordagem de índole geográfica para um período que *grosso modo* incluiria os últimos séculos.

Esta estratégia de índole metodológica, impôs-nos a tomada de um conjunto de opções na selecção dos espaços alvo de investigação pormenorizada e minuciosa, escolha, que sempre foi fundamentada na importância da respectiva área de influência e, logicamente, na rede de oferta de bens e serviços na actualidade.

Como estudámos, atendendo aos objectivos que nos propusemos atingir, povoações e comunidades das duas nacionalidades, ao desenvolvermos o trabalho de campo, sem esquecer a Baixa Limia, privilegiámos, pela intensidade da pesquisa, o Alto Lima, em virtude da maior acessibilidade às Fontes, à documentação bibliográfica e na abordagem de interlocutores lusos.

Apesar de sermos uma cidadã europeia, somos naturais e residimos em Terras de Santa Maria e, como tal, é normal e compreensível, que perante o período temporal, que nos

²⁵ - Magalhães, Justino, 1994, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, Instituto das Ciências da Educação.

foi proposto para a realização desta investigação, as nossas opções recaíssem, preferencialmente nas terras lusas, sempre que a representatividade do(s) espaço(s) amostra não fosse posta em causa.

Porém, a preocupação em conseguirmos “bons” espaços amostras, levou-nos, também, a desenvolver no território galego e junto dos residentes um trabalho minucioso e de pormenor, imprescindível na interpretação da organização territorial de um Lima raiano, que apesar de todas as vicissitudes, se apresenta no séc. XXI, com uma identidade de índole geográfica, só possível pela atitude das populações, que nas suas interações ignoraram a existência de uma fronteira política com duração multissecular.

Mas, antes de prosseguirmos, entendemos evidenciar que quando nos decidimos por um trabalho de campo, que privilegia a permanência junto das populações, sabíamos, que enveredávamos por um caminho de percurso longo, lento e demorado, mas, muito estimulante à nossa capacidade de integração em ambientes culturais, que embora distintos dos nossos, têm de comum, a raiz de um rural, por vezes, esquecido, além de, simultaneamente corresponder às estratégias mais adequadas, porque nos permite sentir e compreender os anseios de comunidades, que sempre labutaram em espaços, que lhes foram adversos, mas, que nos propusemos estudar para, assim, sermos capazes de apresentar propostas de desenvolvimento, de acordo com os respectivos sentimentos e aspirações, sem pôr em causa o seu torrão natal.

Na consecução destes propósitos tornou-se imprescindível, pelo que não podemos deixar de realçar, a amabilidade e abertura espontâneas com que fomos recebidos por todos os residentes na área em estudo.

Com uma postura inicial de expectativa e de certo modo receosa, pois sentíamos-nos "estranha" em terras, que pisávamos pela primeira vez, estes sentimentos esvaíram-se nos primeiros momentos da conversa informal, pois a simpatia e a boa vontade manifestadas pelos nossos interlocutores em nos ajudar na tarefa que tínhamos em mão era, de imediato, tão evidente que, desde logo, ficávamos invadidos por sentimentos de segurança e de estarmos entre conhecidos de há longos tempos.

Assim, de forma célere, conseguimos criar condições, que nos permitiram um trabalho intenso e continuado, traduzido na abordagem individual de todos os residentes na área lusa, do qual obtivemos indicadores *sui generis* sobre questões relacionadas com a mobilidade geográfica verificada nos últimos cinquenta anos, e no estabelecimento de diálogos e conversas, que, de um modo sistemático e, em certos casos, informal, foram estabelecidos com lusos e galegos, em situação individual e, ou, em grupo, mas de que resultou um

conhecimento capaz de gizar quadros de um modo de vida, que se repercutiram no aproveitamento e conseqüente geometria da paisagem.

No que diz respeito à saída massiva dos residentes em meados do séc. XX, tivemos interesse em conhecer não só os motivos que levaram os residentes a procurarem novos locais de trabalho, mas, principalmente conseguir trajectórias de vida, não só daqueles que partiram, permaneceram dez, vinte ou mais anos no exterior e regressaram, muito provavelmente, em definitivo, como as dos filhos que, ainda, se encontram a labutar longe da terra mãe.

Para atingirmos estes objectivos, conseguimos um levantamento, que efectuámos junto das populações lusas no período de Junho a Novembro do ano de 2000, no qual obtivemos indicadores inéditos sobre itinerários percorridos e estadias efectuadas na vizinha Lisboa, ou, Porto e na longínqua Austrália, ou, Estados Unidos, não descorando países próximos como a França, Andorra ou Suíça.

Simultaneamente, estes itinerários foram sequenciados e enquadrados no tempo, de acordo com a ordem de preferência da localidade de estadia, não se descorando o grau de instrução e as profissões desempenhadas pelos diferentes intervenientes.

Se na abordagem sistemática e individual do residente luso recorremos à respectiva Autarquia, que, amavelmente, se disponibilizou, ou, para que um dos elementos²⁶, ou, um dos familiares²⁷, nos acompanhasse pessoalmente, ou, então, para nos indicar um morador idóneo, que, sempre, fez a nossa apresentação junto de cada residente, nos diálogos e conversas com um carácter, de certo modo, informal, optámos por encontros casuais, que surgiram, ou, no campo, enquanto guardavam o *gado*, ou, praticavam alguma tarefa, ou, junto à habitação, quando usufruíam uns momentos de descanso, ou, no largo da aldeia em redor do fonte centenária, o local de encontro usual e propício para amenas conversas.

Em relação às conversas estabelecidas com o maior número possível de residentes, em momentos e situações diferenciadas, quer em território luso, quer em território galego, naturais, ou, então, a viverem no lugar há dezenas de anos, distintos pela idade, instrução e cultura geral, preocupámo-nos em cruzar as múltiplas informações, relatos e descrições acerca da mesma problemática. Seleccionámos, em seguida, aquelas que ganharam consistência, porque, apesar da diversidade dos interlocutores, que, na maioria dos casos, se desconheciam entre si, eram mencionadas, de igual modo, com a mesma exaustão e pormenor, isto é, a coincidência dos factos era notória, tanto no tempo, como no espaço, parecendo, até, em muitas situações, que estávamos perante a mesma pessoa.

²⁶ - O caso da Autarquia das freguesias de Entre Ambos-os-Rios, da Ermida e Ermelo.

²⁷ - A Autarquia das freguesias de Germil e Castro Laboreiro.

Além disso, a sequência das nossas permanências nos lugares, ao permitir uma integração gradual nos quadros de vida locais, facilitou-nos, também, a triagem da informação oral resultando, deste modo, uma súpula rica e consistente de conhecimentos, que viabilizam, pensamos nós, gizar uma leitura interpretativa, de âmbito geográfico, sobre espaços cuja complexidade se torna evidente.

Mas, estudar numa perspectiva geográfica o espaço do Lima raiano pressupõe, também, entender os movimentos que, desde sempre, se efectuaram, embora com períodos de intensidade diferente, entre as povoações separadas pela fronteira política e cujas marcas, ainda se encontram, por vezes, evidentes nos carreiros de pé posto, ou, então, nos caminhos que, apenas, eram acessíveis à mula carregada de mercadoria, ou, naqueles "mais largos" em que fluía o carro de bois, e constituíram durante séculos a rede viária dos maciços limianos de raia.

Estudar esta rede viária e, logicamente, os fluxos clandestinos que a animava, exigiu-nos recorrer, de modo persistente e sistemático, às populações, lusas e galegas, que através de conversas com carácter informal, mas muito enriquecedoras para a nossa investigação, nos integraram não só nos eixos viários, como nas diferentes "fases" associadas ao domínio do tipo de bens em circulação "submersa" na segunda metade do século XX.

A rede viária *serrana* foi, também, de suma importância para materializar os movimentos que, anualmente e a pé, a população, nomeadamente, a galega, movida pelo fervor religioso à Senhora da Peneda, na freguesia da Gavieira, realizava na primeira semana de cada Setembro. Mais uma vez, foi o contacto directo com as populações, nomeadamente, a galega, que nos pôs a par dos percursos efectuados, que ignoravam, de facto, a existência de uma fronteira política e aproximavam, de modo indesmentível, povos sediados na Lobeira, Ourense, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca ou Braga.

Diremos que conseguimos, através da nossa presença assídua e sequencial junto das populações, sistematizar interacções justificadas, ou, por factores socioeconómicos, ou, por motivos religiosos, mas que traduzem a expressão máxima da cordialidade e das boas relações de vizinhança de povos unidos por fortes laços histórico-culturais, que, apenas, o factor político pretendia, sem o conseguir, quebrar.

Populações da raia limiana, que falam línguas distintas, mas que se entendem muito bem, desenvolveram modos de vida, que têm em comum o recurso à *serra*, com a prática de sistemas agro-silvo-pastoris que, apesar das diferenças, não muito significativas, se enquadram nos regimes pastoris de *montanha*.

Populações que, desde sempre, encontraram no exterior outros recursos de subsistência, vêem-se na primeira década do séc. XXI envelhecidas, com o despovoamento da sua aldeia a tomar, progressivamente, contornos mais graves e a reflectir-se na paisagem com as áreas, outrora, amanhadas, a darem lugar a extensos giestais, apesar de, nas últimas décadas, a rede viária se ter intensificado, com a estrada sinuosa, mas, alcatroada a chegar a todos os lugares.

São problemas de despovoamento, de evolução das áreas agrícolas e dos impactos na paisagem resultantes de um abandono progressivo e de um desleixo não desejado, por parte dos autóctones, que nos propusemos questionar. Apoiados na fotografia aérea, desenvolvemos um intenso e minucioso trabalho de campo, que teve como base a entrevista e conversas informais com os residentes, galegos e lusos, que nos permitiu fazer a história de vida possível dos espaços e paisagens, que observamos.

Atendendo à extensão da área em estudo, seleccionámos, para apresentação neste trabalho, um espaço amostra, que inclui paisagens diversificadas²⁸ e bem representativas do Lima raiano na segunda metade do séc. XX, para com o auxílio da fotografia aérea referente aos anos de 1965/70 e 1994/95, escalas de 1/2500 e 1/3000, esboçarmos áreas cultivadas nos dois períodos para sermos capazes de avaliar a evolução do espaço agrário, assim como a tendência que se prospectiva, para a raia limiana, nos próximos anos.

Além do espaço agrário, preocupámo-nos com um Lima de raia humanizado que não descora, por exemplo, o impacto resultante da central hidrelétrica do Lindoso, que desde 1922 labora e que se transformou no imponente empreendimento dos inícios dos anos 90 do século XX, a central do Alto do Lindoso.

Tendo, sempre, como principal estratégia ouvir e dialogar com as populações, as verdadeiras intervenientes no desenvolvimento da sua terra, passámos no decurso dos cinco anos em que decorreu o nosso trabalho de campo, outros longos períodos de tempo em conversas informais com os residentes sobre as consequências resultantes da criação do *Parque Nacional da Peneda-Gerês*, em 1971²⁹, ou, sobre outras problemáticas que, também, afectam a qualidade de vida, por exemplo, a utilização e aplicação de medidas institucionais e fomentadas pela União Europeia, nomeadamente através dos Programas L.E.A.D.E.R. e I.N.T.E.R.R.E.G., e das expectativas criadas sobre a sua importância no modelo de desenvolvimento para o século XXI.

²⁸ - Freguesias de Castro Laboreiro, Gavieira, Ermida. Lugares do Soajo e Várzea, freguesia do Soajo; lugares do Castelo e Parada, freguesia do Lindoso.

²⁹ - Criado pelo Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio de 1971.

Há que salientar que nunca deixámos de reflectir, conjuntamente, com os residentes, sobre a necessidade da preservação do meio ambiente traduzido, por exemplo, na água cristalina, que gorjita das fontes e *corgas*, no ar saudável que faz circular os agradáveis odores das carquejas e das urzes além do silêncio, nomeadamente o nocturno, que é, apenas, interrompido pelos grilos e ralos, que se retemperam do calor suportado, enquanto o sol se encontra acima do horizonte, quando, paulatinamente descreve a sua órbita diurna aparente.

Como que numa breve sùmula diríamos, que nos preocupámos em ouvir e dialogar, durante cinco anos, com os residentes raianos do Lima, lusos e galegos, e fundamentados, também, nas Fontes escritas e Bibliografia, que conseguimos encontrar, nos propusemos estudar o território organizado, desde há longos séculos, e cuja expressão máxima se traduz:

1 – nas linhas de água, as *corgas*, de caudal reduzido, mas animadas de uma força viva muito intensa, que deslizam entre meandros apertados e sempre escoam no rio Lima;

2 – na rede viária *serrana* imprescindível na interacção das populações e de existência multissecular;

3 – nos contornos, quase sempre irregulares, das parcelas ocupadas por culturas, fênos ou pastagens;

4 – nas áreas em que as culturas e pastos foram substituídas por extensos giestais;

5 – no património construído, pertencente a gerações distintas e alvo de uma dinâmica recente de valorização, que se reúne e concentra em aldeias distribuídas pela serra;

e problematizar esta geometria do espaço rural raiano do Lima, numa perspectiva de desenvolvimento do século XXI.

PARTE I – O TERRITÓRIO DO LIMA RAIANO

Capítulo 1 – Os espaços de raia

Introdução

Efectuar um estudo de âmbito geográfico na área raiana do Lima de acordo com os objectivos por nós estabelecidos, pressupõe, como já o afirmámos, questionar acontecimentos históricos que deixaram marcas significativas na paisagem, independentemente da época em que se desenrolaram.

Norteados por este tipo de objectivos debruçámo-nos sobre as épocas megalítica, castreja, romana, suevo-visigótica, da Reconquista e, naturalmente, a da estabilização da fronteira na bacia do Lima.

Sem queremos questionar a génese das terras limianas de fronteira na base de um determinismo histórico-geográfico, a verdade é que elas se foram delineando e estabilizando em função de um acidente natural, a secção do vale do Lima na intersecção das unidades montanhosas Laboreiro/Peneda/Soajo e Amarela/Gerês, que facilita a aproximação de lugares como Ponte de Lima e Xinzo del Lima, além de uma vontade política expressa através de dois poderes, o político e o local.

O poder político emergiu em função de um grupo de homens unidos em torno de um projecto comum consubstanciado na mente de um estrangeiro, o Conde Henrique (1096-1112), que visava a independência de uma área territorial compreendida entre os rios Minho e Tejo, retomado mais tarde por um forte poder local concentrado nos burgos da região Entre-Douro-e-Cávado, que defrontou a hegemonia dos Travas na batalha de S. Mamede, em Guimarães (1128), com um triunfo simbolizado na vitória de Afonso Henriques³⁰.

Complexas estratégias político-militares se desenrolaram no período que mediou a vitória de S. Mamede e o momento em que Afonso Henriques foi, oficialmente, reconhecido rei de Portugal, primeiro por Afonso VII de Leão e Castela, em Zamora, em 1143³¹, depois, muito mais tarde e após várias vicissitudes, em 1179, pela Santa Sé.

Todos estes acontecimentos históricos, muitos deles ainda não devidamente esclarecidos pelos respectivos investigadores, exigiram ao longo de duras e prolongadas décadas, quer à autoridade de Leão e Castela, quer à autoridade portugalense, a implementação nas terras de fronteira e, logicamente no vale do Lima, de planos estratégicos, ora de defesa dos respectivos territórios, ora de avanço e penetração nas terras limítrofes,

³⁰ - Mattoso, José, 1984, “Dois séculos de vicissitudes políticas” in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp. 57-58.

³¹ - Comprometendo-se, para o efeito, a desistir da posse do senhorio de Astorga.

apoiados no castelo, edificação militar que emergiu na Reconquista e se multiplicou por toda a Idade Média, enquanto a linha de fronteira se ia paulatinamente estabilizando.

Ao abordarmos problemáticas cujo conteúdo ultrapassa o saber geográfico, deparámo-nos com as dificuldades inerentes à impossibilidade da leitura de determinadas Fontes, precisamente documentos manuscritos, pelo que nos ficou interdita toda a documentação "de origem" conhecida e referente às problemáticas do povoamento que verificar-se-iam desde os primórdios da humanização do Noroeste Peninsular aos primeiros séculos de existência de Portugal.

Estamos a referir-nos a um longo período, que entendemos ter sido determinante na organização territorial dos espaços que nos propomos estudar, pelo que na expectativa em colmarmos esta lacuna recorreremos às publicações e trabalhos de investigadores, portugueses e galegos, de competência inquestionável.

Após uma selecção minuciosa e exaustiva dos trabalhos publicados e policopiados, que segundo os nossos critérios, respondem às problemáticas que pretendemos questionar, iniciámos um estudo cuidado que nos permitiu, por um lado, reflectir sobre estratégias e comportamentos dos diferentes grupos envolvidos no Noroeste Peninsular multimilenar, por outro, apercebermo-nos de dificuldades que não conseguimos contornar, mas, por entendermos serem pertinentes, passamos, a título de exemplo, a referenciar.

Os próprios especialistas, em abono da verdade científica, frequentemente limitam-se a levantar questões, que não passam de um conjunto de dúvidas devidamente estruturadas acerca de uma determinada problemática, limitando-se, por isso, a alertar para a probabilidade, mesmo que seja muito remota, da ocorrência do fenómeno que pretendem esclarecer.

Sobre a mesma questão, é normal as opiniões divergirem, consoante as fontes exploradas, ou, então, a metodologia utilizada pelo investigador. Além disso, há frequentemente a imprecisão e a omissão da própria Fonte, que conduz a interpretações diferenciadas segundo a área de investigação.

Outro aspecto importante para o nosso trabalho traduz-se no facto de existirem documentos que mencionam a localização de acontecimentos, por exemplo, a implementação de um castelo medieval num dado lugar e os especialistas, arqueólogos, explorarem a área provável de localização e não terem, ainda, encontrado vestígios, ou, por que simplesmente desapareceram, ou, por que possivelmente o castelo nunca teria existido, ou, por que como há lugares vários com o mesmo nome, não terem conseguido nenhuma localização válida e, portanto, as dúvidas continuam por discernir.

Apesar de todas as limitações³² e cientes da complexidade e dificuldade traduzidas na leitura deste tipo de documentos e publicações, fomos para o terreno e com a ajuda das populações preocupámo-nos em reconhecer as marcas possíveis, que nos permitissem a elaboração de um quadro que, na lógica de uma leitura de geógrafo permita compreender, ou, simplesmente enquadrar para épocas tão diferentes e afastadas no tempo, a organização e aproveitamento de espaços ricos em civilizações, mas, simultaneamente, humildes pela ocultação dessas mesmas civilizações.

Assim, sem pretendermos entrar em áreas do conhecimento que não são as nossas, compreender as terras limianas de raia, segundo os objectivos por nós traçados, implica que se elabore um quadro breve, mas legível, com a apresentação de casos amostra sobre as marcas conhecidas e gizadas pelas diferentes civilizações, além dos acontecimentos históricos que estiveram na origem das estratégias adoptadas pelos variados intervenientes e que se materializaram na paisagem através de uma rede de fortificados e de núcleos populacionais, que se protegeram e privilegiaram, em função da necessidade militar e de povoamento das áreas envolventes, elementos preciosos na leitura interpretativa da paisagem recente, principal objecto de estudo deste trabalho.

1.1. Percursos num tempo e no espaço

A primeira manifestação da individualidade humana no Noroeste Peninsular, muito provavelmente está associada à civilização megalítica³³ traduzida na implementação das antas ou dólmenes³⁴, que atinge os limites do povoamento actual.

A observação da carta de distribuição destes monumentos tumulares³⁵ já identificados no Noroeste Peninsular permite localizá-los próximos do traçado de caminhos, posteriores calçadas romanas e caminhos reais³⁶, vias privilegiadas na comunicação, não só para a

³² - O ritmo actual da investigação científica, nomeadamente a arqueológica, é de tal modo intenso, que permite a actualização, em períodos curtos, das respectivas áreas do conhecimento. Assim, para não correremos o risco do não cumprimento da calendarização, previamente estabelecida, para a realização do nosso trabalho, todas as fontes, arqueológica, histórica e outras, por nós manuseadas, corresponderão, dentro do possível, às últimas publicações no momento da redacção deste capítulo, Novembro de 2002, e não da conclusão final do trabalho. Deste modo, salvaguardamos todas as investigações publicitadas em período posterior, às quais estamos abertos, mas que não as abordamos, devido ao tempo que nos é concedido, para a realização desta investigação.

³³ - Esta civilização desenvolveu-se no longo período da Pré-História entre os inícios do Neolítico e o Calcolítico, distinguindo-se pelo uso da pedra polida. Contudo, nas explorações arqueológicas realizadas na área em estudo, concretamente na Baixa Limia, encontraram-se pequenos fragmentos de cerâmica, que permitiram reconstituir várias formas de recipientes.

³⁴ - Monumentos consagrados à sepultura e ao ritual, no sentido de ocultação do enterramento, são as principais marcas, actualmente conhecidas, do Megalitismo no Noroeste. Constituídos, em princípio, por uma câmara, de formas variadas, envolvida pela massa tumular (montículos de pedras e terra), as mamoas.

³⁵ - O conhecimento da civilização megalítica evolui em função do desenvolvimento da investigação arqueológica, que na última década tem dado passos importantíssimos nos dois países peninsulares.

³⁶ -Franco, José M. Eguillete, 1999, *A Baixa Limia Galega na Prehistoria Recente, Arqueoloxiadunha Paisaxe da Galicia Interior*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, pp. 240-243.

maioria de cada monumento em si, como para a interacção entre eles, explicando-se talvez, assim, o número significativo de bolsas encontradas.

Ora, o Lima raiano em estudo é profíquo em manchas de construções tumulares megalíticas (Fig. 4). Exemplo de um importante agrupamento de construções megalíticas desenvolve-se na serra do Labreiro, não se podendo esquecer, contudo, os núcleos das serras do Soajo, da Peneda e da Amarela (Fig. 4).

No *planalto* de Castro Labreiro, assim designado pelas populações locais, está identificada, possivelmente a maior bolsa destes monumentos³⁷ em Portugal, que se prolonga pela Baixa Limia ao longo de caminhos e carreiros, actualmente quase não utilizados, contrariamente à importância, que protagonizaram durante a Idade Média, quando materializavam as densas relações comerciais entre o Norte de Portugal e a Galiza.

Encontramo-nos perante uma forma de distribuição dos monumentos funerários, que corrobora a opinião dos investigadores em que os construtores megalíticos privilegiariam as cabeceiras divisórias das linhas de água e as chãs ao longo de caminhos, apesar de esporadicamente optarem pelo fundo de vale na edificação das suas obras de carácter tumular.

A densidade de túmulos que caracteriza a área que estudamos, a exemplo de todo o Noroeste Peninsular, poderá indiciar para a época um surto demográfico que se traduziria na localização/fixação de grupos humanos portadores de um ritual funerário megalítico.

Uma vez que os investigadores, ainda não descobriram, pelo menos até 2002, qualquer povoado dos construtores dos dólmenes, a hipótese de que os próprios monumentos funerários deverão ser interpretados como o reflexo de um certo grau de sedentarização, ou, do controle efectivo e ritual do território, não se pode colocar para o Lima de raia em estudo.

Se o estado actual da investigação arqueológica ainda não permite obter informações sobre a relação entre o povoamento e a localização dos monumentos megalíticos, o estudo tipológico e funcional dos artefactos neles encontrados e as metodologias utilizadas no respectivo estudo, permitem pensar que a actividade económica dos construtores do megalitismo no Noroeste Peninsular, em que este Lima raiano se inclui, indicará as práticas da agricultura, da criação de gado ou da agro-pastorícia, apesar de todo o desconhecimento que ainda existe sobre o aparecimento das economias de produção de alimentos³⁸.

Salientamos, também, os santuários da arte rupestre, de idade pré-histórica e proto-histórica, precisamente na Serra Amarela, próximo das aldeias de Parada e da Igreja (Britelo),

³⁷ - Oliveira Jorge, V., 1982, *Megalitismo do Norte de Portugal. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Dissertação de Doutoramento, policopiada, Faculdade de Letras do Porto, Porto, p. 421.

³⁸ - Franco, José M. Eguillete, 1999, *A Baixa Limia Galega na Prehistoria Recente, Arqueoloxiadunha Paisaxe da Galicia Interior*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, Ourense, pp. 21-22; 316-322.

Fig. 4 - Lima raiano: A Humanização pré-medieval (do megalitismo à ocupação romana – uma amostra)

e na Serra do Soajo, o de Gião constituído por uma efectivo assinalável de gravuras implementadas em mais de 100 rochas (Fig. 4).

Independentemente do estado de desenvolvimento do conhecimento arqueológico, poderemos, numa primeira leitura de âmbito geográfico, inferir que a bacia raiana do Lima, assim como o Noroeste Peninsular, num lato período entre os milénios IV e III A.C., foi ocupado por populações, provavelmente muito próximas da sedentarização, ou, então, no seu início, mas, incontestavelmente num estágio de desenvolvimento tecnológico, que lhes permitiu deixar obras, que desafiam o homem do séc. XXI para a descoberta da respectiva matriz sociocultural e identitária.

À civilização megalítica suceder-se-ia a civilização dos primeiros povoados fortificados, os castros, especialmente numerosos no Noroeste Peninsular onde o relevo favorece os sítios defensivos e o próprio isolamento. Factores determinantes na sua localização terão sido, portanto, as condições naturais de defesa proporcionadas pelas colinas de altitude, em média, a não ultrapassar os 900 metros³⁹, interrompidas pelas linhas de água, que sendo vias de comunicação, eram, também, os obstáculos à invasão de povos agressores. A forma de distribuição dos castros justifica-se, também, pelos solos favoráveis às práticas da agricultura e da criação de gado, além da importância da exploração mineira, designadamente o estanho e o ouro, que estavam na base de rotas de comércio tradicional⁴⁰.

A insuficiência das condições naturais de defesa, relevo e linhas de água, motivou a construção de sistemas defensivos, de acordo com a morfologia e as possibilidades das populações, em que a muralha representa o principal elemento de protecção. Assim, as povoações cercadas por muros de pedra solta, apresentam, de um modo geral, duas ou mais ordens sucessivas de muralhas, que rodeavam todo o povoado. O recinto fortificado abrange um espaço vazio, por vezes múltiplo, onde se poderia fazer culturas, ou, recolher os gados, em caso de guerra. As dimensões destes povoados eram variáveis, dependendo do número de habitantes que abrigavam. Em todo o caso, e sem embargo de abrigos dispersos pelos vales e planícies utilizados, temporariamente, por pastores e cultivadores, representam uma forma de povoamento fortemente concentrado, determinado tanto pela natureza da implementação como pela função defensiva.

³⁹ - Raras são as fortificações castrejas que se localizam a altitudes muito superiores a 800 metros, com excepção, na área em estudo, Castro Laboreiro e Fraga, sensivelmente a 1000 metros.

⁴⁰ - Silva, Armando Coelho Ferreira, 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de de Ferreira, pp. 20-24.

A elevada densidade de ocupação do vale do Lima e de todo o Noroeste Peninsular⁴¹, revela que na Idade do Ferro estariam, já, implementados os principais núcleos de povoamento, que persistem até aos nossos dias.

A título de exemplo e sem preocupações de uma cartografia exaustiva na área objecto do nosso estudo (Fig. 4), a distribuição dos povoados castrejos incidiriam principalmente nas freguesias do Lindoso e de Castro Laboreiro, no Monte dos Castelos e no concelho da Lobeira, a altitudes a não ultrapassarem os 900 metros, com excepção para o povoado da Fraga⁴².

O paralelismo entre a distribuição dos castros e a das principais aglomerações contemporâneas demonstra bem a importância que o castrejo concedeu às características do *sítio* e da *posição*, factores que justificam a longevidade destas povoações, independentemente da evolução dos condicionalismos no tempo.

Da Idade do Ferro, a cultura castreja teria vivido sensivelmente entre 900 A.C. e o séc. I D.C. Contudo, certos castros ascendem ao Neolítico, outros foram romanizados, muitos mantiveram-se ininterruptamente povoados durante dois ou três milénios, conservando, no seu espólio a marca de várias influências de civilização.

Quando no séc. II A.C. as campanhas de *Decimus Iunus Brutus* fizeram avançar os exércitos romanos de Sul para Norte, com a travessia do rio Lima⁴³, era intenso o fluxo de mercadorias materializado nas vias fluviais e terrestres⁴⁴, que conduziam ao oceano, o meio privilegiado de ligação com os outros povos peninsulares, que demandavam estas terras, as do Noroeste Peninsular, em busca de metais e de toda a gama de artefactos, que o castrejo modelava ao aproveitar as matérias primas⁴⁵ endógenas.

⁴¹ - Implementação das unidades castrejas *grosso modo* na mancha de distribuição dos monumentos megalíticos, estendia-se principalmente pela planície litoral e pelas vertentes de meia encosta, rareando, nitidamente, nas áreas montanhosas.

Silva, Armando Coelho Ferreira, 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de de Ferreira, p. 61.

⁴² - Silva, Armando Coelho Ferreira, 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de de Ferreira, pp. 71 e 76;

Cuevilas, Florentino Lopez; Lourenço, Xurxo, "Catalogo dos Castros Galegos, Terra da Lobeira" in *Revista Nós, Tomo V, nº 116*, pp. 175-182; *nº 117*, pp. 189-200; *nº 118*, pp. 211-222;

Franco, Xosé Maria Eguileta *et al*, 1989, "Arqueologia na Baixa Limia. O encoro do Lindoso e o seu entorno: Lobios (Ourense)" in *Arqueoloxía, Informes 3*, pp. 149-150.

⁴³ - Rio Lima, conhecido na Antiguidade pelo rio Lethes, também chamado o rio do Esquecimento, em virtude de rezar uma lenda que o viajante, que o atravessasse, esquecia a Pátria e os amigos. Conhecedores, os soldados romanos chegados à margem esquerda, recusaram-se a avançar. Então, Bruto arrebatou o estandarte e, sozinho, já na margem direita, demonstrou aos seus soldados, que a história não passava de uma simples mito. As tropas, então, cumpriram as ordens do Comandante, mantendo bem vivos os sentimentos de lealdade à sua Roma Imperial.

⁴⁴ - Caminhos, que não seriam mais que sendas, por ser usual o transporte dorsal com a utilização do cavalo autóctone, robusto e veloz.

⁴⁵ - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp. 220-221.

Investidas romanas que só terminaram após a conquista efectiva de todo o Noroeste Peninsular em 25 A. C.⁴⁶ e que teriam sido desencadeadas pela necessidade em garantir o acesso aos filões de metais (ouro, cobre e estanho), razão pela qual, a ocupação romana neste território peninsular nunca foi tão intensa como nas outras áreas da Península Ibérica. O vale do Lima desempenhou, com certeza, uma importância económica bem marcante neste período, a avaliar pelas extintas jazidas mineiras, essencialmente auríferas, ainda hoje identificadas, como por exemplo, na Serra Amarela (Fig. 4, p. 67).

A presença romana foi suficientemente importante nas profundas mudanças no ordenamento territorial da Península⁴⁷, quer através do quadro administrativo, quer da rede viária e, logicamente do sistema urbano, que foram gizados e implementados⁴⁸.

No quadro administrativo provincial em toda a Península Ibérica sob ocupação romana, evidenciamos o *conventus*, unidade territorial com um centro urbano de hierarquia máxima, que polarizou outros lugares centrais em substituição dos espaços castrejos com *habitat* desorganizado, situando-se o vale do Lima no *Conventus* com capital em *Bracara Augusta*⁴⁹.

No Noroeste Peninsular romano a desproporção entre a vasta área rural e agrícola com forte criação de gado, que remontava à época da cultura castreja, e os raros centros urbanos, são as características dominantes⁵⁰ de um sistema urbano que, apesar de frágil, foi rasgado por uma importante rede viária⁵¹.

⁴⁶ - Alarcão, Jorge, 1988, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa América, 3ª Ed., Lisboa, pp. 22-25.

⁴⁷ - A diversidade de etnias castrejas, apesar de se encontrarem quase sempre em conflito entre si, tinham em comum a oposição feroz ao exército romano, que se traduziu, em termos de ordenamento do território, num processo de agrupamento das pequenas unidades castrejas, em lugares altamente estratégicos, polarizando as actividades defensiva, político-administrativa, económica e religiosa. Estas aglomerações, de cariz proto-urbano, com as funções de lugares centrais em territórios bem definidos, integram um Noroeste Peninsular matizado de etnias de pequena dimensão, que no séc. I D.C. e na perspectiva da jurisdição romana, apresentava problemas prementes, como a necessidade de delimitação das respectivas áreas étnicas, o estabelecimento do direito de propriedade, ou, do estatuto jurídico, exigindo às forças dominadoras soluções, rápidas e eficazes, que passavam pela integração administrativa com base na organização provincial, na presença militar e na organização dos serviços.

Se as investigações arqueológicas permitem identificar a fase proto-urbana em grandes povoados, como, entre outros, as cidades de Âncora (Vila Praia de Âncora), Briteiros (Guimarães), Castromao (Celanova), San Cibrán de Lás (Carballiño), San Torcuato (Ourense), Sanfins (Paços de Ferreira), Stª Luzia (Viana do Castelo), Stª Tecla (La Guardia) ou Terroso (Póvoa de Varzim), não conhecemos, em 2002, estudos publicados, ou ,policiados, que permitam qualquer leitura, para esta fase de vida dos castros, no território objecto do nosso estudo.

Alarcão, Jorge, 1988, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, 3ª Edição, Lisboa, pp. 14 e 32;

Silva, Armando Coelho Ferreira, 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de de Ferreira, p. 43;

Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p. 145.

⁴⁸ - Alarcão, Jorge, 1988, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, 3ª Edição, Lisboa, pp.31-61;

Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp. 160-167; 206.

⁴⁹ - A região a norte do rio Douro foi enquadrada por três *conventus*, *Conventus Bracarum*, *Conventus Asturum*, *Conventus Lucensis*, que tiveram como sedes, respectivamente as cidades de *Bracara Augusta*, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, cidades fundadas pelo Imperador Augusto.

⁵⁰ - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p. 235.

⁵¹ - A rede viária foi construída nos dois primeiros séculos do Império, por etapas, de acordo com os interesses romanos. Assim, numa primeira fase, as vias construídas responderam, essencialmente, às necessidades militares, como, por exemplo, a via de Braga a Astorga, que

O vale do Lima constituiria uma das encruzilhadas entre o oeste litoral, desde sempre densamente povoado, e o interior menos povoado, com as sedes urbanas em Lugo e Astorga⁵².

Dos eixos primários que emanavam de Braga em direcção a Astorga⁵³, não podemos deixar de referir um tramo da Via XVIII, que interligava Braga a Astorga, passando pela província de Ourense, incluindo lugares do "Lima raiano" em estudo (Fig. 4, p. 67)⁵⁴.

Em Rio Caldo, no lugar de Baños, foram recolhidos, na década de oitenta do séc. XX, inúmeras peças de cerâmica relacionadas com a romanização, indícios de um importante núcleo residencial romano, além da localização do traçado da Via Militar XVIII e eixos secundários⁵⁵ na bacia do rio do mesmo nome, o Caldo (Fig. 4, p. 67).

Se se conhecem, apesar de todas as lacunas, principalmente itinerários principais que conectavam os principais centros urbanos⁵⁶, uma rede viária secundária foi construída, que interligava as povoações, por ventura mais recônditas, aos eixos principais, nomeadamente neste Lima raiano em estudo (Fig. 4, p. 67).

Admitimos pelas informações colhidas em território luso, na sequência da tradição oral que abrangeu muitas gerações e na documentação, que conseguimos recolher⁵⁷, uma rede viária secundária estruturada em função da Via XVIII, que teria como pilares pontes, ainda hoje em utilização, nomeadamente em Castro Laboreiro e no Lindoso, no lugar de Parada, por exemplo⁵⁸, da qual partiam caminhos rurais em direcção aos aglomerados de menor importância hierárquica. (Fig. 4, p. 67)

passava, ou, por Tuy e Lugo, ou, por Chaves, para mais tarde, serem resolvidos os problemas de acesso ao interior, que exigiram novos traçados, como foi o caso da Via Nova, que interligava Braga a Astorga através da província de Ourense.

Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p. 220.

⁵² - Na época do domínio romano as populações deixam os castros e vieram viver para as zonas baixas, mais acessíveis e favoráveis não só à prática de uma agricultura e pecuária mais rentáveis mas, sobretudo, à intensificação de uma vida comercial caracterizada por uma teia densa de fluxos de pessoas e mercadorias, que a malha viária da época tão bem materializa. Contudo, uma percentagem significativa de castros mantiveram-se sempre povoados.

⁵³ - Alarcão, Jorge, 1988, *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, 3ª Edição, Lisboa, pp.90-91;

Almeida, Carlos Alberto Brochado, 1968, *Vias Medievais Entre Douro e Minho*, Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras, Porto, policopiada, pp.30-38;

Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp.207-218 e 394-397.

⁵⁴ - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp. 209-210.

⁵⁵ - Franco, Xisé Maria Eguileta; Cao, Celso Rodriguez; Rodriguez, Manuel Xusto, 1988, *Arqueoloxía na Baixa Limia. O Encoro do Lindoso e o seu Entorno: Lobios (Ourense)*, Xunta da Galícia, Conselleria de Cultura e Xuventude.

⁵⁶ - Se a documentação referente à rede viária romana inclui a denominação de povoações, provavelmente, as mais importantes, não mencionam o traçado, de facto, dos respectivos eixos, pelo que a sua cartografia deverá ser, sempre, muito questionada. É certo que para colmatar as lacunas da documentação, existem, por exemplo, os miliários e as pontes. Contudo, aqueles são desconhecidos para extensão significativa da rede viária e estas, ou, simplesmente não foram construídas, uma vez que os romanos por princípio, atravessavam os rios em barcas, ou então, nos cursos de água menos caudalosos limitavam-se a construir poldras, ou simplesmente, as pontes desapareceram pela acção do tempo, à excepção daquelas em que, ainda hoje, afortunadamente prevalecem vestígios.

⁵⁷ - Rodrigues, Pe. Aníbal (1985) *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*, Câmara Municipal de Melgaço, Melgaço, 25 p..

⁵⁸ - Apesar da importância do conhecimento da rede viária no período de ocupação romana na interpretação da organização territorial de este "Lima raiano", entendemos que uma pesquisa mais pormenorizada extravasa os objectivos finais desta investigação, motivos pelos quais nos limitamos a referir a problemática, enquanto se aguarda publicação de informação produzida por investigadores especialistas.

Independentemente do grau de conhecimento sobre a rede viária, em pleno período de ocupação romana, ela teria sido decisiva nos fluxos verificados nesta secção do Lima, uma vez que as vias romanas, as primárias, ao serem estradas do Estado e do Império, eram vias estratégicas que, ao aproximarem os grandes centros administrativos, materializavam os fluxos dos militares, dos agentes da administração, da mala postal e do comércio, fluxos, todos eles, relacionados com o exército, mas, que desenvolveram, também, a actividade económica das respectivas regiões⁵⁹.

As novas condições criadas pelo poder romano, a organização de estradas e a nova administração, foram favoráveis não só ao aproveitamento das minas de estanho e de ouro, estas as mais importantes, sempre exploradas em proveito do governo imperial, mas, também, ao desenvolvimento de mercados locais⁶⁰, os *fora*, uma primeira categoria de cidades mercado, que seriam quatro no Noroeste Peninsular⁶¹, dois dos quais bem localizados.

Em nota de sùmula e apesar do conhecimento sobre o Noroeste Peninsular e, logicamente, sobre o Lima da época romana ser, ainda, insuficiente, poder-se-á admitir, a exemplo do que aconteceu com outras regiões peninsulares, que as concentrações urbanas mais significativas, interligadas por eixos viários importantes, dinamizaram as áreas envolventes, através da atracção de pessoas⁶² para trabalharem nas minas e nos aparelhos militar e administrativo do Império, surgindo, assim, pólos urbanos de grau diferenciado, distribuídos de modo frágil e desequilibrado pela vastas áreas rurais, as grandes produtoras dos bens agrícolas, pecuários e piscatórios, que alimentavam as gentes do mundo urbano.

O início da crise do Império Romano manifestada pela acentuada ruralização e pela perda do vigor da vida urbana, não deveria ter atingido significativamente o Noroeste, pois as *villae* (organização fundiária assente nos latifúndios) desenvolveram-se na parte meridional da Península⁶³. Contudo, no séc. III, surgiram as primeiras *villae* no Noroeste⁶⁴, ao mesmo

⁵⁹ - Almeida, Carlos Alberto Brochado, 1968, *Vias Medievais Entre Douro e Minho*, Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras, Porto, policiada, p. 17.

⁶⁰ - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p.245.

⁶¹ - *Forum Bibalorum* localizado no Bubal, a oeste de Verín, próximo da via XVIII, a estrada de Chaves a Ourense por Verin; o *Forum Limicorum* talvez confundido com o sítio de Nocelo da Pena, cidade principal dos Limici, a alguns Kms a sul da via XVIII, que passava a norte de Xinzo del Lima; o *Forum Gurrorum* foi uma *mansion* desta via no conventus Asturum; Forum Narbasurum, embora se possa localizar no *conventus* de Braga, poder-se-á supor que tem as mesmas características dos anteriores.

Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p. 245.

⁶² - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p. 256.

⁶³ - Alarcão, Jorge, 1990, "O Domínio Romano" in Oliveira, Vítor Jorge *et al*, *Portugal das Origens à Romanização, Vol. I, Nova História de Portugal*, coord. Joel Serrão e A. Oliveira Marques, Lisboa, p.424.

⁶⁴ - Foram encontrados testemunhos arqueológicos, que testemunham a existência de *villae* noutros locais do Noroeste Peninsular, como, por exemplo, no vale do Lima, a *villa* de Parada de Outeiro (Vilar de Santos), na área de Braga as *villae* de Palmeira e da Ribeira e próximo de Chaves a *villa* de Vilarinho.

tempo que se iniciou um movimento de retorno da população aos castros⁶⁵, talvez a pressentir a época de insegurança que se aproximava com a invasão dos novos povos de origem germânica, entre os quais se destacam os vândalos, suevos e alanos, a quem Roma capitulou no ano de 411.

Na divisão da Península Ibérica romana pelos povos invasores, o Noroeste exterior, limítrofe com o oceano⁶⁶, no qual se inclui o Vale do Lima, coube aos Suevos, tornando-se Braga o núcleo político do reino suevo.

Com a ocupação sueva, mantiveram-se os centros urbanos e os simples povoados, que muito provavelmente, assistiram ao aumento da população devido à chegada arrítmica de refugiados oriundos das vastas áreas hispânicas devastadas pelas invasões bárbaras⁶⁷.

Os suevos, povos essencialmente guerreiros e camponeses, minoritários em relação à população dominada, encontraram nos centros urbanos, predominantemente ocupados por hispano-romanos, os principais focos de resistência, traduzida na defesa dos valores culturais, o uso do latim, a aplicação do direito romano e a prática de uma religião diferente, o Cristianismo, cujo culto confirmado na Península Ibérica no séc. III tinha a sua grande área de consolidação nas cidades e áreas envolventes⁶⁸.

A conversão dos suevos ao Cristianismo permitiu que os centros urbanos Braga, Astorga e Lugo mantivessem o estatuto de cidades episcopais, que já o eram, de facto, desde o séc. IV, século em que se iniciou a organização da hierarquia eclesiástica⁶⁹ no Noroeste Peninsular. Este acontecimento contribuiu, de modo decisivo, para a conservação de uma malha urbana, cuja idade remonta aos tempos da instalação romana⁷⁰, em pleno período de intensificação da vida rural.

Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p. 413-415.

⁶⁵ - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp. 419-422.

⁶⁶ - Abengochea, Juan Jose Sayas; Moreno, Luís A. García, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)" in Lara, Manuel Tañón (coord.), *Vol. II*, Barcelona, pp. 251-253.

⁶⁷ -Leguey, Jean Pierre, 1993, "O Portugal Germânico" in Marques, Oliveira A. H. (coord.), *Nova História de Portugal, Vol II, Portugal das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, p.31.

⁶⁸ - A evangelização principiou, em princípio, pelas cidades, particularmente por aquelas que detinham uma maior importância, ou, por que eram capitais de província, ou, por que tinham melhores vias de comunicação, ou, então, o comércio mais intenso, o que facilitava as comunicações com Roma. Das cidades e respectivos arredores, o Cristianismo foi irradiando para os meios rurais, primeiro, para os lugares mais próximos, depois para os mais afastados, onde, por iniciativa, ou, dos bispos, ou, dos grandes proprietários, ou, da piedade dos fiéis, se erguiam novos templos, levando, assim, a autoridade eclesiástica a dar autonomia espiritual e económica às igrejas das sedes das circunscrições administrativas e de outros lugares importantes, os *vici*, *castella* e *pagi*. Deste modo, a igreja paroquial abrangia, até ao séc. VII, como regra, um grande território, chamado *parochia*, ou, *diocesis*, pois era a imitação e prolongamento do território directamente governado pelo bispo.

Costa, P. Jesus Avelino, 1959, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra. Vol.I, pp. 92 e 93.

⁶⁹ - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp.443-444.

⁷⁰ - A ocupação preferencial das áreas rurais, deixando os núcleos urbanos para a população, já, existente, a conversão ao Cristianismo e o carácter minoritário em que os suevos se encontravam, seriam factores decisivos para a calma e clima de paz vividos no Noroeste Peninsular suevo.

A chegada dos Visigodos no séc. V trouxe uma nova onda de lutas e de saques ao Noroeste Peninsular⁷¹, readquirindo importância justificada as povoações fortificadas, os *castella*, como por exemplo o *castellum* de Tui⁷².

Tal como aconteceu no período de ocupação sueva, são os centros urbanos que oferecem a maior resistência cultural aos invasores, o que acentuou a diferença entre campo e cidade, constituindo aquele, área de predomínio, inicialmente, de populações suevas vencidas e, mais tarde, de seguidores de movimentos heréticos⁷³, enquanto cresce a importância sociocultural da Igreja de Roma, que se assume, cada vez mais, como instituição supra regional.

Neste período conturbado, os centros urbanos alteraram a respectiva fisionomia através da perda de qualidade das construções, do desaparecimento do convívio social, tão característico do *forum*, da proliferação de edifícios religiosos e da importância adquirida pela muralha no ordenamento do respectivo espaço⁷⁴. Contudo, este fenómeno não foi sinónimo de decadência urbana, pois assistiu-se a uma transformação nas cidades e no respectivo modo de viver, ao aparecimento de novos centros como, por exemplo, *Portucale*, em que antigos núcleos de *facies* rural, foram abrangidos pela aquisição de funções tipicamente urbanas⁷⁵.

Mas, a presença suevo-visigótica intensificou o fenómeno rural, bem patente nos múltiplos vocábulos de origem germânica (Cando, Britelo, Froufe e Germil)⁷⁶, a par dos de origem romana (Cidadelhe e Lindoso)⁷⁷, que identificam, ainda hoje, povoações do Noroeste. Populações afastadas dos centros de decisão, quase entregues a si próprias, cada vez mais

Abengochea, Juan Jose Sayas; Moreno, Luís A. Garcia, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglosIV-X)", in Lara, Manuel Tañon (coord.), *Historia de España, Vol. II*, Barcelona, pp. 251-253.

⁷¹ - A submissão dos suevos não foi pacífica, pois ofereceram ao povo invasor uma resistência tenaz, apesar de todas as divisões e lutas internas, lançando o Noroeste num clima de anarquia e pilhagens, com as revoltas ferozes dos camponeses, como por exemplo, as que levaram à queda de Braga em 455, e os ataques no litoral, por povos provenientes da actual Dinamarca, os Hercules.

Abengochea, Juan Jose Sayas; Moreno, Luís A. Garcia, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglosIV-X)" in Lara, Manuel Tañon (coord.), *Historia de España, Vol. II*, Barcelona, p.261-267; Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp.446.

⁷² - Forma de concentração da população pré-romana, possivelmente, com origem nos castros, em redor de uma fortaleza conservada, pelo menos nos primeiros tempos do Império, e que serviu de refúgio aquando das invasões do séc. V.

Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, p. 204.

⁷³ - Tranoy, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la peninsule ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion de Boccard, Paris, pp.425-427 ; 443-447.

⁷⁴ - Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, p. 83.

⁷⁵ - Moreno, Luís A. Garcia, 1981, "Las Invasiones y la Época Visigoda, Reinos y Condados Cristianos" in Lara, Manuel Tañon (coord.), *Historia de España, T. II*, Madrid, p. 402.

⁷⁶ - Exemplos de aglomerações em estudo com topónimos germânico.

Costa, P. Avelino Jesus, 1998, "Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca", Vol. I in *Actas do Seminário Da Terra da Nóbrega ao Concelho de Ponte da Barca*, Vol. I, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca.

⁷⁷ - Exemplo de povoações em estudo com topónimos romanos.

Costa, P. Avelino Jesus, 1998, "Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca", Vol. I in *Actas do Seminário Da Terra da Nóbrega ao Concelho de Ponte da Barca*, Vol. I, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca.

sentiam a autoridade do senhor da terra que trabalhavam, ou, a dos grandes proprietários, vizinhos das suas reduzidas e diminutas parcelas⁷⁸.

Apesar das perturbações que caracterizaram o período de ocupação suevo-visigótica⁷⁹, a rede densa de pequenos núcleos populacionais justificou a organização paroquial do séc. VI⁸⁰, que atingiu na diocese de Braga a expressão de uma organização territorial considerada a mais perfeita do Noroeste Peninsular e, talvez, de todo o Ocidente, pois não se encontra modelo equivalente em qualquer província eclesiástica do mundo latino⁸¹.

Independentemente das dificuldades associadas à localização correcta da toponímia mencionada no *Parochiale suévico* e redigido entre 572 e 585⁸², ele não identifica territórios limianos em estudo como, já, organizados em paróquias nos primeiros séculos da Cristandade⁸³.

Se nos finais do séc. VI o Entre Douro-e-Minho correspondia à área mais desenvolvida e melhor organizada, em termos paroquiais, de todo o Noroeste Peninsular⁸⁴,

⁷⁸ - A estrutura fundiária assentava na grande concentração da propriedade, pertença dos senhores, por vezes descendentes dos antigos proprietários das *villae* romanas, ou, então, dos monges que estiveram na origem da fundação dos primeiros mosteiros cristãos. As fundações monásticas, em grande número, neste período, resultaram da iniciativa de grandes proprietários, que lhes atribuíam, de imediato, extensos domínios fundiários, reorganizando-se as respectivas populações em função do novo centro, o mosteiro. A par, ao perder importância a propriedade camponesa, aumentava a dependência do pequeno agricultor em relação ao seu vizinho, o onipotente senhor, laico ou religioso. A título de exemplo, no séc. VII, S. Frutuoso de Braga, filho de um membro da alta nobreza visigótica, fundou numerosas igrejas e mosteiros no Noroeste Peninsular.

Abengochea, Juan Jose Sayas; Moreno, Luís A. Garcia, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)", in Lara, Manuel Tañón (coord.), *Historia de España, Vol. II*, Barcelona, pp.384-387;

Mattoso, José, 1992, "Época sueva e visigótica" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, pp. 344-353.

⁷⁹ - O Noroeste só atingiu a acalmia no séc. VI, quando foi, definitivamente, integrado por Leovegildo no reino visigodo, com o centro de decisão principal localizado em Toledo, mantendo, assim, as características de território periférico, mas com uma suave autoridade central.

Abengochea, Juan Jose Sayas; Moreno, Luís A. Garcia, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)", in Lara, Manuel Tañón (coord.), *Historia de España, Vol. II*, Barcelona, pp.333-335;

Cortázar, José Angel García, 1988, "La época medieval" in Artola, Miguel (coord.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, pp. 25-28.

⁸⁰ - Na diocese de Braga devem ter surgido bem cedo as paróquias rurais, pois o *cânon 7 do I Concílio Bracarense*, em 561, já se refere a elas, ao estabelecer a divisão dos rendimentos eclesiásticos em terças que, por curiosidade, eram, assim, distribuídos: uma terça para o bispo, outra para o clero, outra para a fábrica da Igreja, esta última administrada pelo arcepreste ou arcediogo, que devia prestar contas ao bispo.

Costa, P. Jesus Avelino, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 1959, Coimbra. Vol. I, p. 96.

⁸¹ - David, P. Pierre, 1947, "L'Organisation Ecclésiastique du Royaume Suève au Temps de Saint Martin de Braga" in *Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*, Portugalia Editora, Lisboa, p. 6.

⁸² - David, P. Pierre, 1947, "L'Organisation Ecclésiastique du Royaume Suève au Temps de Saint Martin de Braga" in *Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*, Portugalia Editora, Lisboa, pp. 1-82.

⁸³ - Costa, P. Jesus Avelino, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 1959, Coimbra. Vol. I, pp. 133-137; 1981, "Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, Antecedentes da diocese de Viana" in *Actas do I Colóquio Galaico-Minho*, I Vol., Ponte de Lima, pp. 73-79;

David, P. Pierre, 1947, "L'Organisation Ecclésiastique du Royaume Suève au Temps de Saint Martin de Braga" in *Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*, Portugalia Editora, Lisboa, pp. 31-44;

Fernandes, A. Almeida, 1967, "As Paróquias Suevas" in *Arquivo do Alto Minho, IV Vol., II Série*, pp. 165-205; *Vol. V, II Série*, pp. 5-57; *Vol. IV, II Série*, pp.7-34.

⁸⁴ - No Noroeste Peninsular, a área correspondente às dioceses de Braga, Porto e Tui, distingue-se pelo desenvolvimento muito superior da organização paroquial, com um total de 62 paróquias (30 para Braga, 25 para o Porto e 17 para Tui), em relação à área restante, com 33 paróquias (10 para Astorga, 11 para Ourense, 8 para Iria "Compostela" e 4 para Lugo). Contudo, há que referir que estas paróquias se estendiam por extensos territórios, que abrangiam, por certo, povoados muito distantes. A título de curiosidade, o número de paróquias suélicas da diocese de Braga é precisamente o mesmo dos Arcediagos e Terras em que esta diocese se dividiu nos sécs. XI-XII. Mas, problemas existem, de difícil resolução, como, por exemplo, conhecer a verdadeira relação entre a paróquia do séc. VI e a dos sécs. X e XI.

Costa, P. Jesus Avelino, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 1959, Coimbra. Vol. I, p. 132;

David, P. Pierre, 1947, "L'Organisation Ecclésiastique du Royaume Suève au Temps de Saint Martin de Braga" in *Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*, Portugalia Editora, Lisboa, pp. 80-82 ;

Oliveira, P. Miguel, 1950, *As Paróquias Rurais Portuguesas, Sua Origem e Formação*, Lisboa, pp. 71-72.

também as paróquias da secção média do Vale do Lima⁸⁵ distribuídas por hierarquias eclesiásticas distintas, encerravam um património matizado por culturas, pertença de comunidades que, paulatinamente, iam construindo a respectiva matriz identitária.

Com a fragilidade do poder visigótico⁸⁶ a acentuar-se progressivamente, não foi difícil ao movimento expansionista árabe fixar, nos inícios do séc. VIII (711-716), o contorno máximo da incursão na Península Ibérica. Ao utilizar as vias de comunicação romana, depararam-se-lhes capitulações sistemáticas das povoações e, apenas, alguns núcleos com uma resistência debilitada e fugaz⁸⁷.

Minoritários perante a população local, que, maioritariamente, permaneceu nos lugares de origem, o poder árabe preocupou-se, em primeiro lugar em controlar as vias de comunicação e em implementar postos militares nos lugares estratégicos, devidamente seleccionados⁸⁸. Uma vez a Península Ibérica controlada e, após as derrotas além Pirinéus⁸⁹, privilegiaram, para ocupação, as áreas peninsulares em que as condições climáticas e ordenamento dos territórios mais afinidades apresentavam com os seus lugares de origem⁹⁰.

Deste modo, foi a Península mediterrânea, com o sistema urbano melhor organizado e com técnicas agrícolas mais desenvolvidas, a privilegiada na fixação muçulmana, como ainda hoje se pode detectar através da frequência dos topónimos de etimologia árabe e do património arquitectónico.

A Península mais chuvosa e fresca, com um frágil sistema urbano disseminado numa paisagem, eminentemente rural, e um Atlântico de ondas vorazes e ameaçadoras, não era

⁸⁵ - Na secção jusante e actualmente distribuídas pelos concelhos de Ponte de Lima: *Agilio* que corresponderá a Rebordões na actual freguesia do Souto; *Berese* que corresponderá a Barreses em Ponte de Lima e *Aunone*, que incidirá na actual freguesia de Calheiros; Viana do Castelo: *Ovinia* que incidirá na freguesia da Areosa.

Costa, P. Jesus Avelino, 1959, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga, Vol. I*, Coimbra, p. 132;

David, P. Pierre, 1947, "L'Organisation Ecclésiastique du Royaume Suève au Temps de Saint Martin de Braga" in *Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*, Portugalia Editora, Lisboa, pp. 80-82.

⁸⁶ - Uma sociedade profundamente dividida segundo facções da aristocracia e do clero, que progressivamente, ganharam autonomia, encontrava-se, praticamente impossibilitada para a formação de um exército, que permitisse uma resistência coerente e unida ao povo invasor. Além disso, as comunidades rurais, quase entregues a si próprias, preocupavam-se mais com o resultado das colheitas do que com uma possível mudança do Senhor.

Abengochea, Juan Jose Sayas; Moreno, Luís A. Garcia, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)", in Lara, Manuel Tañón (coord.), *Historia de España, Vol. II*, Barcelona, pp.333-337;

Cortázar, José Angel García, 1988, "La época medieval" in Artola, Miguel (coord.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, pp.46-48.

⁸⁷ - Marques, A. H. Oliveira, 1993, ""O Portugal "Islâmico"" in Marques, A. H. Oliveira e Serrão, Joel (coords.), *Portugal, das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, Nova História de Portugal, Ed. Presença, Lisboa, pp. 121-123.

⁸⁸ - Rachel, Arié, 1984, "Espanha Musulmana (siglos VIII-XV)" in Lara, Manuel Tañón (coord.), *Historia de España, Vol. III*, Barcelona, pp. 13-18;

Cortázar, José Angel García, 1988, "La época medieval" in Artola, Miguel (coord.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, pp. 62-63.

⁸⁹ - Rachel, Arié, 1984, "Espanha Musulmana (siglos VIII-XV)" in Lara, Manuel Tañón (coord.), *Historia de España, Vol. III*, Barcelona, p. 16;

Cortázar, José Angel García, 1988, "La época medieval" in Artola, Miguel (coord.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, p. 62.

⁹⁰ - Rachel, Arié, 1984, "Espanha Musulmana (siglos VIII-XV)" in Lara, Manuel Tañón (coord.), *Historia de España, Vol. III*, Barcelona, p. 15;

Cortázar, José Angel García, 1988, "La época medieval" in Artola, Miguel (coord.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, p. 65-69.

atractiva a uma população mais habituada a viver em áreas com climas cálidos, mas suaves, e em que a urbe desempenhava funções de autênticos pólos dinamizadores.

Talvez por este conjunto de razões, se compreenda o aspecto fugaz da ocupação muçulmana no Noroeste Peninsular Atlântico, através dos berberes, povos guerreiros, pastores e criadores de gado⁹¹, que não ultrapassou o ano 756⁹².

Apesar de uma presença efémera, que se preocupou mais em controlar as vias de comunicação e as portelas, que em colonizar⁹³, o sistema organizacional da sociedade local foi crucialmente atingido, como o comprova a fuga para Norte⁹⁴, não só dos responsáveis pelos sistemas administrativo e eclesiástico, como dos proprietários de extensos domínios, ficando os camponeses, cada vez mais entregues a si próprios⁹⁵.

O vale do Lima não foi excepção, nomeadamente no foro eclesiástico, a assistir ao esvaziamento dos centros urbanos directamente com ele relacionado, Braga, Tui e Ourense, quando os respectivos bispos e todos os seus dependentes partiram, não se sabendo exactamente em que data, em direcção ao Norte⁹⁶.

Sem hierarquias vitais para o ordenamento dos territórios, muito provavelmente, viveu-se um período de marasmo e decadência acentuada pela saída de populações seguidoras dos seus senhores. Sem poder público e com o sequente vazio de autoridade, são as paróquias rurais o factor de unidade e estabilidade de populações, que vivem das rotinas de uma agricultura e criação de gado seculares, que encontram na protecção divina a sua forma de resistência e de sobrevivência.

O vale do Lima, espaço com comunidades isoladas e de população diminuída, sem cidades nem entidades administrativas enquadradoras, viu-se, então, parte integrante de uma região mais vasta, de contornos por vezes difíceis de delinear que se estendia entre duas

⁹¹ - Torres, Claudio, 1992, "O Garb-Al-Andaluz" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. I*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 363-374 e 394-398.

⁹² - Depressa os berberes se aperceberam, que na distribuição da Península pelos povos invasores lhes coube a área mais agreste, mais pobre e perigosa e, logicamente, a mais afastada dos longínquos centros de decisão. Assim, revoltaram-se em 739, abandonaram as áreas que lhe tinham sido atribuídas e iniciaram uma marcha violenta em direcção a sul, que só terminou em 756, com o regresso à terra mãe, as Montanhas do Atlas e do Riff.

Rachel, Arié, 1984, "Espanha Musulmana (siglos VIII-XV)" in Lara, Manuel Tañon (coord.), *Historia de España, Vol. III*, Barcelona, p. 19.

⁹³ - O controle implementado era o suficiente para assegurar o acesso às jazidas dos metais, garantir a cobrança dos impostos junto às populações camponesas vencidas e suster qualquer tentativa de incursão, para sul, das populações insubmissas e que viviam escondidas no interior montanhoso setentrional.

⁹⁴ - Lugares encravados e protegidos pelas montanhas setentrionais, *habitat* de povos montanheses (ástures, cântabros e vascões), que na sequência da sua hostilidade contra os romanos e visigodos resistiram, também, ao domínio muçulmano. O núcleo mais antigo de oposição organizada à ocupação árabe localizou-se nas Astúrias.

Beirante, Maria Ângela, 1993, "A "Reconquista Cristã"" in Marques, A. H. Oliveira e Serrão, Joel (coords.), *Portugal, das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, Nova História de Portugal, Ed. Presença, Lisboa, pp. 253-255.

⁹⁵ - Mattoso, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, pp. 444-447.

⁹⁶ - David, P. Pierre, 1947, "La Métropole Ecclésiastique de Galice du VIIIème au XI siècle, Braga et Lugo in "Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VIème au XIIème siècle, Portugalia Editora, Lisboa, pp. 119-183 ;

Mattoso, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, p. 475.

civilizações distintas, ou seja, entre o urbano Al-Andaluz e as ruralizadas sociedades cristãs que se tinham auto-confinado à protecção das linhas de montanha do Norte⁹⁷.

A insegurança também provinha do Oceano, com as incursões dos vikings, que a partir de 843, se começaram a fazer-se sentir nas povoações ribeirinhas, não só nas localizadas no litoral, mas também nas distribuídas pelas margens dos rios navegáveis, nomeadamente, o rio Lima, com pilhagens a celeiros, mosteiros e igrejas. A instabilidade e o ambiente de terror vividos pelas populações da ribeira motivaram que subissem à *serra*, para lugares mais tranquilos e seguros, recorrendo à prática da pastorícia, enquanto aguardavam tempos mais calmos, que permitissem o regresso. Além disso, as populações vêem-se confrontadas com uma série de maus anos agrícolas, em virtude das irregularidades climáticas, que se fizeram sentir nos finais do séc. VII e inícios do VIII.

São períodos de grande incerteza e penúria para a população de um Noroeste considerado *terra de ninguém*, com a morte sempre por perto, porque o guerreiro destrói e saqueia, porque as colheitas são más, porque a mobilidade é difícil e a troca de produtos rareia, factores que apenas contribuiram para uma diminuição acentuada do efectivo demográfico⁹⁸.

Enquanto territórios, como o vale do Lima, viviam períodos difíceis, mais para Norte a minoria visigoda, que optou pela fuga à permanência sob autoridade islâmica, mobilizava os povos cantábricos para a recuperação do espaço ibérico dominado pelos muçulmanos⁹⁹.

Aproveitando o abandono berbere e o desinteresse andaluz¹⁰⁰ foram, gradualmente, unindo a vontade de monarcas que defendiam a sua filiação na monarquia visigoda, começando por trespassar os míticos Montes Cantábricos atingindo, primeiro, as Astúrias, depois, a Galiza, tendo a área recuperada nos inícios do séc. X como limite sul o rio Douro.

⁹⁷ - Mattoso, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, p. 445-448.

⁹⁸ - Mattoso, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, pp. 444-447.

⁹⁹ - Este interesse passou pela adaptação de esquemas culturais hispano-romanos, a povos que nunca os tinham verdadeiramente aceite, como o predomínio do catolicismo, da propriedade privada, da cultura cerealífera, do direito escrito da tradição romana, de uma estrutura social hierarquizada bem como dos vínculos privados de dependência e encomendação.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, pp. 113-114.

¹⁰⁰ - O desinteresse do Al-Andaluz pelo Norte Peninsular, não se explica propriamente pelo pouco valor que o Norte significava para os muçulmanos, mas, sobretudo, por problemas de estabilidade do próprio Al-Andaluz, como os conflitos internos frequentes, as incursões vikings nas orlas costeiras, os receios de ataques vindos do Norte de África, a pressão franca na marca catalã mesmo o perigo de uma intervenção do califado de Bagdad.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, pp. 113-114.

Contudo, durante este período (sécs. VIII-X), era uma área que não estava estabilizada, registando-se avanços e recuos¹⁰¹, pois se a incursão militar era feita com uma certa facilidade, já era muito mais complexo a consolidação dos poderes administrativo e eclesiástico¹⁰². Além disso, compreendia territórios com povos distintos, cuja aculturação se fazia lentamente e, por vezes, com fortes perturbações. Por outro lado, estava-se perante lugares rarefeitos em população, o que dificultava, também, a expansão com bases sólidas e duradouras¹⁰³.

Área de fronteira, nomeadamente, o vale do Lima, transformou-se num dos espaços para a passagem dos guerreiros, muçulmanos e cristãos, com um grande factor de instabilidade, traduzido na pilhagem dos celeiros e habitações, o que contribuiu, forçosamente, para a diminuição da população residente. Contudo, esta *terra de ninguém*, passaria a usufruir de uma certa acalmia e segurança com a conquista de Coimbra em 878, por Hermenegildo Guterres. Esta conquista cristã permitiu a abertura de um corredor em direcção ao sul, que facilitou o acesso a lugares mais urbanizados, detentores de uma maior riqueza, o que melhorou, substancialmente, a quantidade e qualidade dos saques das forças vencedoras.

Dir-se-á que as campanhas de instabilidade e sofrimento a áreas de domínio impreciso como era, entre outros territórios, o vale do Lima¹⁰⁴, ou, as incursões no mundo muçulmano, demasiadamente ambiciosas para terem continuidade, pois faltava, normalmente, a retaguarda de apoio¹⁰⁵, justificavam-se pelos saques que proporcionavam e pelas riquezas usurpadas, que eram o suporte de guerra¹⁰⁶.

Nos recuos estratégicos os monarcas asturianos traziam, normalmente, populações oriundas das regiões por onde tinham passado e ocupado¹⁰⁷, imbuídas, ainda, pela cultura

¹⁰¹ - Torres, Claudio, 1992, “O Garb-Al-Andaluz” in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. I*, Ed. Estampa, Lisboa, p. 364-366 e 401; Mattoso, José, 1992, “Portugal no Reino Asturiano e Leonês” in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, pp. 476-478 e 511-513.

¹⁰² - Mattoso, José, 1992, “Portugal no Reino Asturiano e Leonês” in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, pp. 444-446.

¹⁰³ - Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, p. 115.

¹⁰⁴ - Mattoso, José, 1992, “Portugal no Reino Asturiano e Leonês” in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, pp. 478-479 e 484.

¹⁰⁵ - Exemplo da campanha vitoriosa de Afonso II das Astúrias, que em 798, atingiu Coimbra e Lisboa.

Macías, Santiago, 1992, “Resenha de factos políticos” in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, p. 420.

¹⁰⁶ - Mattoso, José, 1992, “Portugal no Reino Asturiano e Leonês” in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, p. 490.

¹⁰⁷ - A polémica sobre a existência, ou não, de uma área de “ermamento” estratégico entre cristãos e muçulmanos tem envolvido historiadores portugueses e espanhóis. Assim, desde a posição de Claudio Sánchez Alobornoz, grande defensor da existência de uma área de despovoamento total, o vale do Douro, que teria sido criada por Afonso I, levando mais para Norte as populações locais, ou, a de Alexandre Herculano, também defensor da teoria do “ermamento”, embora, com enquadramentos diferenciados, até posições totalmente divergentes, como a do P. Pierre David “ (...) Un cadre au monis subsiste: le cadre diocésain et paroissial (...)”, ou, a do P. Avelino Jesus da Costa, “Ruiu a organização administrativa e militar, mas manteve-se a paroquial e diocesana, com os fiéis reunidos à volta das igrejas e em união com o seu prelado, que, apesar de viver em Lugo, continuava a exercer os seus direitos no Território bracarense: recebia as pensões dos bens eclesiásticos, erigia paróquias, sagrava igrejas por si ou seus delegados.”, até à de Orlando Ribeiro fundamentado em argumentos geográficos e históricos, se declara frontalmente contra a existência dessa área despovoada, que seria tampão entre o Mundo cristão e o muçulmano, pois

visigótica e que se fixavam nas áreas de vale, onde praticavam a cultura cerealífera extensiva e a pecuária, em contraste à pastorícia, predominante nas montanhas do noroeste peninsular¹⁰⁸.

Crucial na vida do Noroeste foi a chegada de comunidades moçárabes¹⁰⁹, maioritariamente eclesiásticas, desejosas em colaborar na recuperação do espaço ibérico usurpado, só terminada com a expulsão dos últimos infiéis. Assim, o Norte da Península conhecido como terra inóspita de *montanhas e serranias* e com povos agressivos, passou a terra desejada, merçê das façanhas heróicas desencadeadas pelo reino asturiano.

A vinda dos moçárabes mais do que contribuir para o surto demográfico, foi essencial para a reestruturação dos sistemas de raiz visigótica, os socioeconómico, político e cultural, desenvolvendo-se cada vez mais o ideal da Reconquista¹¹⁰. Além disso, com a afluência das correntes migratórias moçárabes, as terras a norte do Douro, a antiga *Galécia*, assistiram à expansão dos terrenos cultivados, ao retomar de velhas tradições, à reimplantação da rede diocesana anterior à ocupação muçulmana¹¹¹.

Não podemos deixar de referir o significado, para o movimento de recuperação e povoamento de todo este território de ocupação muçulmana, da descoberta, por volta dos começos do séc. IX, do túmulo do apóstolo Tiago, próximo de Iria Flavia (cidade actual de Compostela), num castro quase abandonado¹¹². O incentivo religioso de Tiago trouxe uma

“ (...) houve desordem profunda e prolongada, na ausência de governo regular, e nova concepção dos direitos da coroa sobre os prédios rústicos, onde por meio da *presúria*, se instala uma nova classe de proprietários. Mas, abaixo deles, estavam os cultivadores, livres ou servis, os apeiros da lavoura, o gado de trabalho. Foi deste substrato de toda a vida rural que os presores se apropriaram ao mesmo tempo que das vilas e das propriedades rústicas (...)”, as opiniões dos investigadores são, de facto não só divergentes, como contraditórias.

Albornoz, Claudio Sánchez, 1956, *España. Un enigma histórico*, Buenos Aires e 1966, *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires;

Costa, P. Jesus Avelino, 1959, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra. Vol. I, pp. 139-206 .

David, P. Pierre, 1947, "La colonisation épiscopale et l'occupation royale" in "*Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VI^{ème} au XII^{ème} siècle*", Portugalia Editora, Lisboa, pp. 169-184.

Mattoso, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, pp449-451.

Ribeiro, Orlando, 1987, *A Formação de Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, pp. 76-99.

¹⁰⁸ - Cortázar, José Angel García, 1988, "La época medieval" in Artola, Miguel (coord.), *Historia de España Alfaguara*, Madrid, pp.115-11; Herrera, Carmen Diez, 1982, " "El "valle" unidad de organización social del espacio en la Edad Media" " in *Estudios Medievais, nº 10*, Porto, pp. 3-32.

¹⁰⁹ - Populações cristãs que permaneceram em pleno reino Al-Andaluz, que viviam momentos, ora de coexistência pacífica, ora de forte instabilidade e insegurança, em relação ao mundo do islão.

¹¹⁰ Os moçárabes ao engrossarem, em larga escala, sobretudo nos meados do séc. IX, o corpo clerical do Noroeste contribuíram para a difusão, a um ritmo intenso, de textos bíblicos de origem visigótica, o elo de união de grupos e territórios tão diferenciados, que, gradualmente se iam ocupando.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, p. 118;

Mattoso, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal, Vol. I*, Lisboa, pp. 456-457.

¹¹¹ - Abengochea, Juan Jose Sayas; Moreno, Luís A. Garcia, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)" in Lara, Manuel Tañon (coord.), *Historia de España, Vol. III*, Madrid, pp.412-413.

¹¹² - A descoberta foi imediatamente interpretada como um sinal comprovativo da justeza de posições dos que defendiam a necessidade de oposição ao inimigo muçulmano, bem como a consequente recuperação violenta dos territórios que tinham constituído o antigo reino visigodo. Assim, não só o prestígio do clero asturiano, como dos monarcas que se empenhavam na recuperação e cristianização dos territórios ocupados, foi definitivamente consolidado e aumentado, adquirindo, de vez, o protagonismo da vida religiosa de toda a Península, agora com o apoio declarada dos bispos da Gália.

dinâmica imparável no avanço cristão em direcção ao sul. Em escassas dezenas de anos foi recuperada toda a área Entre Minho-e-Douro, começando-se por ocupar as antigas cidades de origem romana, entre elas Braga e Ourense (cerca de 877)¹¹³.

Tal como já o tinham feito os suevos e, posteriormente, os visigodos, a autoridade asturiana optou, também, pela ocupação, em primeiro lugar, dos centros urbanos, pois além de encontrar uma certa cooperação, passava a controlar os principais nós de circulação, viária e fluvial, que lhe permitia o domínio da região, timidamente, hierarquizada. Além disso, ia ao reencontro da organização eclesiástica visigótica, ainda não diluída, com a reimplantação dos bispados, que a nível regional e local se pretendiam difundir e que surgiam como uma emanção da autoridade dos monarcas asturianos. Concentravam-se, assim, num só espaço os dois poderes, o do senhor, o magnate que chefiava o grupo de guerreiros e empreendia o enquadramento militar e o do bispo que levava a cabo as acções necessárias para o reerguer das instituições episcopais¹¹⁴.

Simultaneamente, o espaço rural assistiu a uma vaga de construções de templos e mosteiros, fortemente ligados aos magnates, quer por laços familiares, quer por uma simples dependência¹¹⁵, que incentivavam os camponeses, que recorriam à sua protecção, à aceitação da ordem social que lhes era familiar¹¹⁶. O apoio das famílias condeais às instituições monásticas reflectia bem a sua prosperidade económica, resultante da peculiaridade de serem os senhores com capacidades para a arte da guerra e, por isso, os responsáveis pelas áreas de fronteira¹¹⁷, garantes da defesa de regiões mais vastas¹¹⁸.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, pp. 120-121.

¹¹³ - Além de estas, foram recuperadas Tui e Astorga em 854, Porto em 868 e Chaves em 872. As cidades mais a Norte, Lugo e Iria Flavia (Compostela) já tinham sido ocupadas no início deste mesmo século, o IX, num período anterior ao do fervor em torno do Apóstolo de Santiago.

¹¹⁴ - Os monarcas asturianos delegavam poderes aos condes presores e consideravam ser seu o direito a nomeação dos prelados. Estes senhores, os magnates, impunham uma nova autoridade, através da língua de raiz romana, da estrutura social hierarquizada, com base na posse das novas unidades agrárias dimensionadas à custa do saque e partilha das terras, pertença das populações locais, e, simultaneamente, defendiam uma hierarquia religiosa perfeitamente organizada. Em contrapartida, os camponeses ao “submeterem-se” ao senhor asseguravam, nas alturas de perigo, a sua protecção e dos familiares, além de garantirem a possibilidade de serem socorridos, nos anos em que os alimentos escasseassem, mesmo que estas “regalias” não compensassem, muitas das vezes, os direitos e contribuições pecuniárias a que ficavam obrigados. Talvez por estes motivos se compreenda o modo tão pacífico como as populações aceitaram a presúria e a pilhagem associadas à chegada dos novos senhores e respectivos séquitos.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, pp.122-124.

¹¹⁵ - Os saques e pilhagens, sobretudo de metais preciosos, resultantes das vitórias dos magnates sobre os muçulmanos nas terras do Sul, permitiram uma melhoria das condições económicas, que beneficiou o rei (ficava com um quinto da totalidade dos saques) e todos os seus representantes locais, os magnates, a quem era atribuído o título de conde. Por curiosidade, acrescentamos que, na época, o prestígio do Senhor, não era tanto avaliado pela quantidade de bens móveis, mas, muito mais, pelos sucessos militares, pela posse de bens fundiários e pelo volume de doações que efectuavam aos cenóbios a que se ligavam.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: o exemplo entre Minho e Lima Medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Doutoramento (policopiada), Lisboa, pp.130-131.

¹¹⁶ - Mattoso, José, 1981, "As Famílias Condeais Portuguesas dos sécs. X e XI" in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, pp. 101-157.

¹¹⁷ - A título de exemplo, o influente mosteiro de Celanova, construído por S. Rosendo, bispo de Dume-Mondonhedo, descendente do presor de Coimbra Hermenegildo Guterres, retrata bem a estreita ligação entre as famílias de presores e as comunidades monásticas.

Como resultado do ritmo a que se processava a organização da Igreja de Roma, proliferavam as paróquias que, já, no séc. X, se distribuíam, em grande número pelo Noroeste, que na área lusa em estudo constituíam um efectivo de quatro, Castro Laboreiro, Britelo, Ermelo e Soajo¹¹⁹.

Áreas de fronteira enquadradas pelos poderes clerical e monástico, eram devidamente coordenadas pelos senhores, cujas posições e domínios foram consolidando junto à corte régia, através de uma densa e complexa rede de relações familiares, habilmente tecida através das estratégias políticas e matrimoniais¹²⁰.

Contudo, outras redefinições surgiram, quando o poder régio castelhano-leonês, no séc. XI, entregou o governo das áreas sensíveis, como era o vale do Lima, a magnates que garantissem a estabilidade estratégica, de acordo com os princípios em que assentava a sua autoridade¹²¹, em detrimento das famílias condais descendentes dos primeiros presores do Entre Douro-e-Minho.

A ofensiva árabe agudizou-se, culminando com a derrota de Afonso VI em Zalaca (Outubro de 1086). Afonso VI dando continuidade a uma abertura já iniciada pelos reis de

Mattoso, José, 1982, "S. Rosendo e as correntes monásticas da sua época" in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, pp. 29-53;

Rossi, Maria I. Carzolio, 1988, "Participación monastica en el control de la repoblación. El monasterio de San Salvador de Celanova" in *Cuadernos de História de España*, t. LXX, Buenos Aires, pp. 5-59.

O mosteiro de Ermelo, que muito provavelmente teria sido construído numa época anterior à da rainha D. Teresa, que lhe doou os bens reguengos de S. Martinho de Britelo, concelho de Ponte da Barca.

Costa, P. Avelino de Jesus, 1984, "O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez (subsídios para a monografia do concelho)" in *Separata da Terra do Valdevez*, Braga, pp. 31-32.

¹¹⁸ - O conde de Portucale superentendia a área Entre Douro-e-Minho, enquanto o senhor de Coimbra era o responsável pelas terras a sul do Douro, o que lhe possibilitava incursões na área de domínio muçulmano.

Beirante, Maria Ângela, 1993, "A "Reconquista Cristã"" in Marques, A. H. Oliveira e Serrão, Joel (coords.), *Portugal, das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, Nova História de Portugal, Ed. Presença, Lisboa, pp.269-274.

¹¹⁹ - Paróquias com idade igual, ou, anterior ao séc. X, segundo o censal organizado pelo bispo D. Pedro entre 1085-1089.

Costa, P. Jesus Avelino, 1959, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Coimbra. Vol. I, pp. 171-206.

¹²⁰ - A importância militar e estratégica dos territórios que controlavam, as riquezas a que tinham acesso e que conseguiam acumular cimentou a importância desses grupos familiares e proporcionou a sua penetração na corte, consolidando a sua posição, não só através da ocupação de cargos régios, como das alianças matrimoniais que envolveram a família real, já, sediada em León. Com as novas atribuições na corte, os magnates sentiram-se na necessidade de delegar os seus poderes, em homens da sua confiança, os infanções, que reforçaram o seu prestígio junto das populações. Enquanto os senhores condais andavam absortos pelas políticas palacianas, a ameaça muçulmana não só continuava bem presente, como se tornava mais ameaçadora, com o Al-Andaluz a constituir-se como califado de Córdoba em 929.

Rachel, Arié, 1984, "Espanha Musulmana (siglos VIII-XV)" in Lara, Manuel Tañon (coord.), *Historia de España, Vol. III*, Barcelona, pp. 23-25.

¹²¹ - O poder muçulmano retomou o confronto com os reinos cristãos, mediante expedições punitivas, as *ceifas*, pretendendo marcar a superioridade hispânica, que culminou nos finais do séc. X, com a incursão do caudilho andaluz Almançor até Santiago de Compostela.

Mattoso, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês" in Mattoso, José (coord.), *Antes de Portugal, História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, p. 478.

Simultaneamente, deu-se o regresso, em força, dos vikings, remetendo-se, novamente, o Noroeste e, naturalmente, o vale do Lima, a uma área de fronteira, sinónimo de destruição e desorganização, especialmente depois da queda de Coimbra. A incapacidade dos monarcas auturo-leoneses em continuarem a progressão cristã para sul, deslocou para Navarra o centro propulsor do combate ao islão. Em 1031, caiu o califado olmeia de Córdoba, desmembrando-se o Al-Andaluz nos reinos dos *taifas*, que envolvidos em guerras fratricidas se fragilizaram militarmente e foram obrigados a garantir a paz com os monarcas cristãos, que recuperaram as áreas perdidas, como Coimbra, em 1064. O poder régio castelhano-leonês em confronto com os descendentes das primeiras famílias presoras do Entre Douro e Minho, entregou a estratégia de controle de Portucale ao magnate moçárabe de Coimbra, Sisnando Davides, plenamente identificado com os ideais da Reconquista.

Rachel, Arié, 1984, "Espanha Musulmana (siglos VIII-XV)" in Lara, Manuel Tañon (coord.), *Historia de España, Vol. III*, Barcelona, pp. 26-31;

Mattoso, José, 1980, *Ricos Homens, infanções e cavaleiros. A nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, pp.13-15 e 30-35.

origem navarra e ciente das dificuldades perante os Almorávidas, decidiu pedir auxílio militar a grupos de cristãos francos, que desde há muito, tinham manifestado a sua simpatia pela causa da Reconquista Ibérica. Mercê das profundas alterações religioso-culturais que podiam introduzir na Península, a resposta além pirenaica foi dada com um grande entusiasmo e adesão através da vinda não só de jovens desejosos de fama e poder, mas de clérigos e monges francos, que ao gerir dioceses e mosteiros foram os grandes veiculadores da reforma monástica de raiz cluniacense e dos princípios de obediência da aceitação universal do poder papal sobre toda a Cristandade¹²².

Transformações profundas, que puseram em causa costumes e hábitos, secularmente arreigados, geraram reacções violentas, nomeadamente dos moçárabes¹²³, que gradualmente foram perdendo influência política.

Bem diferente foi a posição dos infanções no Entre Douro-e-Minho que, sem resistência, aceitaram as inovações vindas de além Pirinéus, incentivando, até, a aceitação das reformas junto aos mosteiros que patrocinavam¹²⁴.

A pressão almorávida a sul do Tejo e as turbulências resultantes da aplicação das reformas eclesiásticas franco-romanas, exigiram nos territórios galaico-portugalenses uma autoridade militar não só eficaz, como em consonância com os objectivos das reformas em curso, pelo que Afonso VI decidiu redefini-los em condado e entregá-los ao nobre borgonhês Raimundo¹²⁵.

Não satisfeito com a decisão tomada, o mesmo monarca autonomizou e entregou, em 1096, a Henrique¹²⁶, o borgonhês, os territórios que desde o rio Minho se estendiam até à *terra dos mouros*, sob a designação de *Condado Portucalense*¹²⁷.

¹²² - Fernando I permitiu a entrada na Península da Ordem de Cluny, que desenvolveu a reforma monástica de base cluniense. O filho Afonso VI, permitiu o reforço dessas influências quando promoveu, a partir de 1080, a substituição do ritual visigótico-moçárabe, pelo ritual franco-romano vigente além Pirinéus.

David, P. Pierre, 1947, "La liturgie dans la province de Braga au Vième siecle" e "Les livres liturgiques romano-francs dans la diocèse de Braga au XII ème siècle" in *Études Historiques sur La Galice et le Portugal, du VI ème au XII ème siècle*, Portugalia Editora, Lisboa, pp. 83-118 e 503-509 ;

Mattoso, José, 1982, "Data da Introdução da liturgia romana na diocese de Braga" in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, pp. 91-102;

Mattoso, José, 1983, "O Condado Portucalense" in Mattoso, José (coord.) *História de Portugal, Tomo II*, Lisboa, pp. 3-6;

Mattoso, José, 1993, "Dois séculos de vicissitudes políticas" in Mattoso, José (coord.), *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, *História de Portugal, Tomo II*, pp. 24-26.

¹²³ - Mattoso, José, 1987, "Os Moçárabes" in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, p. 26.

¹²⁴ - Mattoso, José, 1987, "O Monaquismo Tradicional em Portugal no séc. XII" in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 167-181.

¹²⁵ - Mattoso, José, 1984, "O Condado Portucalense" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, p. 12.

¹²⁶ - Apesar de ser estrangeiro encontrar-se-ia ligado à casa real castelhano-leonesa, pelo casamento com Teresa, a filha fora do casamento de Afonso VI.

¹²⁷ - Muito provavelmente Afonso VI autonomizou o Condado Portucalense devido à incapacidade de Raimundo em defender territórios estrategicamente tão importantes na defesa do reino, passando a concentrar as suas atenções e autoridade no controle dos territórios galegos a Norte do rio Minho.

Mattoso, José, 1984, "O Condado Portucalense" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp. 18-19.

Reajustamentos políticos e estratégicos, muito provavelmente, estiveram na base da separação administrativa de territórios que sempre, até essa data, tinham estado debaixo de poderes de decisão comuns e fizeram, mais uma vez, do vale do Lima terra de fronteira. Fronteira que já não resultou do confronto entre povos distintos, do ponto de vista cultural, mas dos pronunciados acidentes geográficos, os vales do Minho e Lima, as serras da Peneda, Amarela e Gerês, que separaram o *Condado Portucalense* dos territórios galego e leonês.

Acidentes geográficos que contribuíram para o delinear dos contornos de unidades políticas dominadas por aristocracias com uma longa tradição cultural e de autonomia, fortemente intervenientes nas questões sucessórias da monarquia leonesa, de que sempre resultaram benefícios, quer no reforço da autoridade, quer no alargamento territorial. Por outro lado, o quadro eclesiástico não era mais tranquilizante, com a organização diocesana a processar-se a um ritmo forte, principalmente no séc. XI, antevia confrontos nas respectivas áreas de influência entre Compostela, muito prestigiada pelo túmulo do Apóstolo Santiago e a Sé bracarense, a sucessora de uma antiga metrópole da instituição suevo-visigótica¹²⁸.

Factos como estes, susceptíveis de gerarem conflitos, foram, quase sempre, resolvidos através das armas nas sociedades eminentemente guerreiras, como estas, as do Noroeste Peninsular. A prolongarem-se as tradições bélicas, o vale do Lima e territórios que o enquadram transformar-se-iam num dos principais palcos de disputa entre os poderes distintos em presença. Além disso, o território limiano funcionava como protecção das terras situadas a sul, mais férteis e povoadas, e, por isso, importantes para a sobrevivência de qualquer pólo difusor de autoridade situado no Entre Douro-e-Minho.

Conjunto de razões suficientemente importantes para justificarem e confirmarem, de modo inquestionável, nos tempos subseqüentes à instituição do Condado Portucalense, em 1096, mas, principalmente, após a morte de Afonso VI, em 1109, o vale do Lima como parte integrante das terras de fronteira.

1.2. Estratégias para a autonomia e esboço dos contornos territoriais

A circunstância de existir uma estreita relação de dependência em relação ao monarca leonês¹²⁹, Afonso VI, não impediu que o conde Henrique aproveitasse todas as ocasiões para proclamar a sua autonomia no período de governação do Condado Portucalense (1096-1112).

¹²⁸ - Mattoso, José, 1984, "O Condado Portucalense" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp.20-23

¹²⁹ - Com a entrega do Condado portucalense Henrique era obrigado, estatutariamente, a auxiliar o rei nas tarefas militares e governativas, assistindo às sessões que se realizavam na cúria régia.

Assim, se a nível interno se preocupou em tranquilizar a nobreza portugalense através da concessão de privilégios, imunidades e da atribuição de cargos influentes, a nível externo, as suas atenções voltaram-se, tanto para as intervenções militares na periclitante fronteira sul, onde a ameaça almorávida era constante, como para áreas dispersas pela Península¹³⁰. A sua posição de nobre franco ligado familiarmente aos interesses cluniacenses foi determinante não só na tomada de decisões a favor da consolidação dos objectivos da Cristandade de além Pirenéus¹³¹, como nas pretensões ao alargamento do respectivo domínio político no Norte Peninsular¹³² com a obtenção dos senhorios de Zamora e Astorga em 1111.

A morte de Henrique, em 1112, pôs em causa toda esta estratégia de expansão em terras galegas e leonesas. A viúva, Condessa Teresa, recebeu a autoridade condal num momento particularmente delicado¹³³. Se por um lado, os ataques almorávidos faziam perigar a fronteira sul, tornando-se imperiosa a sobrevivência de Coimbra, por outro, a contenda sucessória que se desenrolava em terras galegas e leonesas¹³⁴ acabaria por envolver as hostes portugalenses. Se a contenção almorávida não se transformou numa façanha impossível, já foi difícil para Teresa manter uma posição imparcial entre os interesses das nobrezas, a portugalense, cada vez mais desejosa de uma autonomia face à Galiza, e a galega que esperava da Condessa a reunificação dos territórios a Norte e a Sul do rio Minho.

Neste confronto de interesses, mais uma vez, o vale do Lima se transformou num dos palcos preferenciais das complexas estratégias bélicas cujos planos de acção estão, ainda hoje,

¹³⁰ - Mattoso, José, 1984, "O Condado Portugalense" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp. 23-24.

¹³¹ - Promoveu a nomeação de dois francos para as mitras de Braga e Coimbra, nomeadamente, Geraldo de Moissac e Maurício Burdino, apoiou a aplicação das regras de Cluny nos cenóbios do Condado, ao mesmo tempo que fortaleceu as posições da Igreja Portugalense frente a uma Sé Compostelana, que sob as orientações do bispo Diego Gelmires, buscava cada vez mais protagonismo.

Mattoso, José, 1984, "O Condado Portugalense" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp. 26-30.

¹³² - O desejo de Henrique em obter vantagens políticas e territoriais para o Condado Portugalense ficou, já, expresso em 1105, quando assinou o *Pacto Sucessório* com Raimundo.

Contudo, com as mortes sucessivas de Raimundo (1107), do infante Sancho (1108) e de Afonso VI (1109), a situação política do reino castelhano-leonês, da Galiza e do Condado Portugalense tornou-se mais complexa, com Urraca (a única filha legítima de Afonso VI) a ser a sucessora.

Henrique tomou posições assumidas nos conflitos entre Urraca de Castela e Afonso de Aragão e, mais tarde, na Galiza, nos que envolveram Afonso Raimundes, filho e herdeiro do conde Raimundo. Pelas vitórias conseguidas, conseguiu Henrique a entrega de territórios leoneses, no qual se incluía Astorga, (cedidos por Urraca, após Henrique ter vencido, como seu aliado, os exércitos de Afonso I de Aragão, em 1111, quando este, por sua vez, tinha dominado os magnates galegos apoiantes da esposa em Viadangos) e territórios na Galiza até ao Castelo da Lobeira, que estariam incorporados no Condado Portugalense, aquando da morte do Conde Henrique, em 1112.

Brandão, Frei António, 1944, *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, Ed. Actualizada, Biblioteca Histórica, Série Régia, Ed. Civilização, pp. 79-82 e 129-131;

Mattoso, José, 1984, "O Condado Portugalense" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp.33-35.

¹³³ - Parece ser uma opinião consensual que as terras da Galiza conseguidas pelo conde Henrique, não só se mantinham no Condado Portugalense, como eram palco de guerra, quando Teresa, viúva sucedeu ao marido.

"Livro de Foral da Leitura Velha", fl. 25, Torre do Tombo in Brandão, Frei António, 1944, *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, Ed. Actualizada, Biblioteca Histórica, Série Régia, Ed. Civilização, pp. 79-80.

¹³⁴ - Se a estratégia de estabilização da fronteira a sul passou pelo reforço do prestígio dos cavaleiros instalados a sul do Douro, mais complexas se tornaram as estratégias a adoptar numa teia tão complexa (ainda não devidamente clarificada) que teve como vértices do triângulo: Urraca, viúva de Raimundo, que pretendia salvaguardar os seus interesses na Galiza, não se deixando absorver pelo expansionismo de Afonso de Aragão; Afonso Raimundes, filho de Urraca e Raimundo, que reivindicava a sucessão de seu pai e servia, ao mesmo tempo, de baluarte aos desejos do protagonismo da família galega dos Trava; o bispo Gelmires, que procurava o máximo de dividendos para a hegemonia episcopal que pretendia instituir.

Mattoso, José, 1984, "O Condado Portugalense" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp. 36-40.

A resistência oferecida pela Igreja de Braga¹⁴² às tendências expansionistas da Sé de Tui e o descontentamento dos nobres portucalenses que, com desagrado, assistiam à deslocação dos centros de poder para norte do rio Minho, associados à incapacidade de Teresa e respectivos membros da corte, nomeadamente os Trava, em resistir ao avanço combinado de Afonso VII e do bispo Gelmires nas terras de Portucale¹⁴³ foram factores, mais que suficientes, para uma oposição centrada em Afonso Henriques, que retomando o velho projecto do pai, o conde Henrique, tomou a chefia do Condado Portucalense, após a vitória na batalha de S. Mamede, em Guimarães, em 1128¹⁴⁴.

Com Afonso Henriques à frente dos destinos do Condado¹⁴⁵ e após a morte de Teresa em 1130, criaram-se as condições para os avanços em direcção ao sul islâmico¹⁴⁶, que garantiriam, não só um alargamento territorial, como o acesso a riquezas inquestionáveis nas cidades do Garb-Al-Andaluz. Além disso, as posições dos Trava e do bispo de Tui estavam, gradualmente, a enfraquecer-se perante a posição, cada vez mais forte, de Afonso VII¹⁴⁷.

Pareceria que as terras limianas e os territórios a norte iriam entrar numa época de acalmia, após a turbulência dos últimos anos, quer provocada pelos exércitos castelhano-leonês e portucalense, quer pelas pirataria muçulmana e *viking* que continuavam a flagelar, com regularidade, as áreas ribeirinhas do Noroeste Peninsular.

Se o contorno político da fronteira, a norte, regressou ao rio Minho, após o desaire de 1127¹⁴⁸, as interacções estabelecidas, ao longo do tempo, pelas populações do Noroeste e, nomeadamente pelas limianas, mantiveram-se sempre muito fortes, intensificadas, ainda, pelo facto da diocese de Tui fazer sentir a sua hierarquia nos territórios portucalenses limitados a sul pelo rio Lima.

¹⁴² - Diocese muito prestigiada pela antiga posição de metropolitana e pela hegemonia que atingiu na época suevo-visigótica, com uma reorganização apoiada pelo conde Henrique e que assentou no modelo franco-romano.

Costa, P. Jesus Avelino, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 1959, Coimbra. Vol. I, pp. 7-38.

¹⁴³ - A morte de Urraca ocorrida em 1126, conduziu ao trono do reino castelhano-leonês o filho Afonso VII, facto que veio alterar o equilíbrio de forças no flanco galego-portucalense. Assim, Afonso VII e suas tropas, após terem pacificado a frente aragonesa, atravessaram o rio Minho, juntamente com Gilmeres, atingiram o centro condal de Guimarães, em 1127, deixando atrás de si devastações incalculáveis, o que obrigou à assinatura de uma paz vergonhosa para os portucalenses. A resistência a esta onda invasora já foi organizada por nobres portucalenses em torno de Afonso Henriques, pois Teresa encontrava-se no condado de Toroño com os nobres seus fieis, nomeadamente a família dos Trava.

Mattoso, José, 1984, "Dois séculos de vicissitudes políticas" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp.54-57.

¹⁴⁴ - Mattoso, José, 1984, "Dois séculos de vicissitudes políticas" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp.57-58.

¹⁴⁵ - Após a vitória na batalha de S. Mamede permaneceram no condado Portucalense os condes galegos que aceitaram a supremacia de Afonso Henriques.

¹⁴⁶ - Os nobres portucalenses ao apoiarem Afonso Henriques esperavam a recuperação das principais linhas de actuação do conde Henrique, ou seja, o avanço para sul em relação ao mundo islâmico e, simultaneamente, as pretensões de alargamento territorial para Norte que contrariassem a autoridade galega e permitissem uma postura régia perante o exterior.

Mattoso, José, 1992, "A primeira tarde portuguesa" in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 22-25.

¹⁴⁷ - Mattoso, José, 1984, "Dois séculos de vicissitudes políticas" in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, p. 59.

¹⁴⁸ - Quando se lê que, em 1130, já estava estabelecida a fronteira entre a Galiza e Portucale, querer-se-á referir que, nessa época, já eram bem evidentes as províncias de fronteira, onde se delineariam os contornos de uma linha de raia, que tardou a surgir.

Maña, Manuel Garcia, 1988, *La Frontera Hispano-Lusa en la Provincia de Ourense*, Boletín Avriense, Anexo 11, Ourense, p. 24.

O Lima tornou-se, assim, como que a divisória entre um norte, residência de famílias nobres galegas¹⁴⁹ e, eclesiasticamente ligado à diocese de Tui, e um sul, centro dos mais significativos apoios, material e humano, à autoridade condal portugalense¹⁵⁰. Afonso Henriques para contrariar a influência galega¹⁵¹, tinha de procurar garantir, em primeiro lugar, o domínio da cidade de Tui e das áreas envolventes, Toroño e Limia, o que lhe permitiria controlar uma sede de bispado, que se assumia como um dos elementos chave para a hegemonia das áreas polarizadas pelos rios Minho e Lima.

Se a estratégia utilizada por Afonso Henriques não foi linear, não deixou, apesar de tudo, de ser importante na vida das populações até finais da década de sessenta do séc. XII. Ela oscilou entre ocupações territoriais militarmente agressivas, recuos estratégicos ou impostos, aliciamento de apoios perante a concessão de doações e hábeis aproveitamentos das divergências, que não deixaram de dilacerar a nobreza galega. Intervenções que com o decorrer do tempo foram dependendo cada vez mais dos ritmos determinados pelas acções a empreender na fronteira sul¹⁵².

Quanto às acções dos monarcas castelhano-leoneses, sempre nordeadas pela necessidade de manter inatingível o seu prestígio e autoridade¹⁵³, assentaram, tanto no confronto bélico, como na utilização hábil da diplomacia.

Por todo este conjunto de motivos, tempos conturbados atingiram, de novo, estas terras de fronteira e, logicamente, o vale de Lima, com Afonso Henriques a desencadear estratégias militares que lhe permitissem a autoridade em territórios como os de Toroño e da Limia¹⁵⁴.

¹⁴⁹ - O norte do Lima, seria mais propício à instalação dos dependentes das famílias nobres galegas que a política de Teresa tinha atraído, pois era suficientemente próximo da Galiza e, também, por que a menor densidade de implantação da nobreza portugalense permitiria uma acomodação mais tranquila.

Andrade, Amélia Aguiar, 1992, "Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste" in *Actas do I Congresso D. Afonso Henriques*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, p. 83.

¹⁵⁰ - A sul do Lima, além dos solos mais férteis, encontravam-se as maiores densidades, não só de habitantes como de mosteiros, o património mais significativo, quer dos nobres portugalenses, quer dos próprios condes. O sul do Lima funcionou, ainda, como a principal área de recrutamento dos mancebos que engrossaram os exércitos condais. Não se pode esquecer Braga e Guimarães, os núcleos urbanos mais importantes para o enquadramento eclesiástico e administrativo do Condado Portugalense.

Andrade, Amélia Aguiar, 1992, "Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste" in *Actas do I Congresso D. Afonso Henriques*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, p. 84.

¹⁵¹ - "Que a guerra que Portugal teve com Castella e Leão, por estes dez ou onze annos, foi quasi sempre movida pelos Portuguezes, os quaes, segundo parece, tinham algumas pretensões sobre parte da Galliza; e foi sustentada pelos Castelhanos e Leonezes, tanto por defensão de suas terras, como por se estimularem de que el-Rei de Portugal em lugar de lhes prestar algum genero de sujeição, como elles talvez pretendião, lhes invadissem frequentemente os seus estados de Galliza, e lhes tomasse nelles algumas praças e lugares".

Cardeal Saraiva, (D. Francisco de S. Luís), 1873, *Obras Completas*, Tomo II, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 251-252.

¹⁵² - Andrade, Amélia Aguiar, 1994, "Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste" in *Actas do I Congresso D. Afonso Henriques*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, p. 85.

¹⁵³ - Andrade, Amélia Aguiar, 1994, "Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste" in *Actas do I Congresso D. Afonso Henriques*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, p. 85.

¹⁵⁴ - Aproveitando a animosidade dos senhores galegos em relação a Afonso VII, Afonso Henriques conseguiu, logo em 1130, um exercício de autoridade sobre Toroño e a Límia, construindo, até, o Castelo de Celme, símbolo da sua soberania. Afonso VII, em pleno período de afirmação, não permitiu tanta irreverência pela parte do primo, destruiu o castelo e expulsou Afonso Henriques de Toroño e da Límia.

Mas, em 1137, Afonso Henriques aproveitando-se da situação de Afonso VII, demasiadamente ocupado com a política aragonesa e navarra, entrou, de novo, na Galiza e reocupou Toroño e a Límia.

Apesar de todas as façanhas bélicas que, com sucesso, esteve envolvido nas terras a norte do rio Lima, Afonso Henriques, após o desastre de Badajoz em 1170, era um caudilho militar derrotado, humilhado e com a saúde debilitada, pelo que foi obrigado a ceder todos os territórios integrados, quer na Limia, quer em Toroño. Os anos que decorreram até 1185, foram dominados pela pressão almóada sobre a fronteira sul. As dificuldades vividas pelos reinos peninsulares deixou para segundo plano os conflitos fratricidas que tinham perturbado as fronteiras internas da Cristandade¹⁵⁵.

A estabilização da guerra com os almoádas permitiu que nos últimos anos do séc. XII, Sancho I já não decorresse à via diplomática para resolver os seus conflitos com o rei de Leão. Os períodos intercalares, de paz e de conflito militar¹⁵⁶ sucederam-se, por motivos, principalmente de querelas entre as famílias da nobreza peninsular, mas, a partir de 1220 deu-se início a um longo período de acalmia, pois, na verdade, o enfrentamento entre as monarquias leonesa e portuguesa já não podia ter lugar em regiões periféricas, mas sim, naquelas que se assumiam como as mais centrais e estratégicas para garantir as melhores condições no acesso ao sul islâmico.

1.3. A organização espacial *versus* estrutura defensiva

O vale do Lima, desde os primórdios da sua humanização, apresenta elementos na

“Os senhores de Toroño e da Límia e seus castelos, faltando à fé que deviam ao imperador, entregarão as honras e castellos a el-Rei de Portugal”.

“Chronica Affonso VII, num. 29, ano 1137” in Cardeal Saraiva, (D. Francisco de S. Luís), 1873, *Obras Completas, Tomo II*, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 249.

Contudo, os nobres galegos fiéis ao Imperador, reagem violentamente e, algures na Límia, deu-se a batalha de Cerneja, com bom resultado para Afonso Henriques. Afonso VII foi à Galiza, submeteu o conde da Límia à sua autoridade e encontrou-se com Henriques em 4 de Julho de 1137, obtendo o seu juramento de fidelidade, além dos territórios ocupados. A solução encontrada pelo tratado de Tui foi a mais conveniente para quem tinha de tratar de problemas tão graves, a sul com os infieis.

Mattoso, José, 1984, “Dois séculos de vicissitudes políticas” in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal, Vol. II*, Lisboa, pp. 60-61.

O sucesso que Afonso Henriques teve na fronteira sul perante o mundo árabe, levou-o, de novo, em 1141, para outra incursão a Norte. Ganhou os condados de Toroño e da Límia, a que reagiu, de imediato, o Imperador, Afonso VII, que conquistou, muito provavelmente, o castelo de Castro Laboreiro, elemento fundamental na defesa da fronteira, acabando ambos por se encontrarem em Valdevez. Contudo, como a nenhum deles interessava continuar as contendas estabeleceram as pazes, contentando-se o Imperador com o reconhecimento da sua autoridade por parte do primo restabelecendo-se as fronteiras, sem perdas nem ganhos para cada um dos lados.

“Documentos Régios, nº 186”, *Documentos Medievais Portugueses, Vol. I*, 1958, Academia Portuguesa da História, Lisboa, p. 229.

A paz de Afonso Henriques com o primo teria durado até 1160, ano em que entrou novamente na Galiza e ficou senhor de Tui e de outras terras além Minho, até o castelo de Cedofeita, acima de Pontevedra.

Cardeal Saraiva, (D. Francisco de S. Luís), 1873, *Obras Completas, Tomo II*, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 276.

Mas o encontro entre Afonso Henriques e Fernando II (O Imperador Afonso VII morreu em 1157) que teve lugar na abadia de Celanova, nos finais desse mesmo ano, restituiu Tui e sua região envolvente à autoridade do monarca aragonês.

Afonso Henriques, no entanto, voltou a ocupar o território da Límia em 1162 e, no ano seguinte, Tui e Toroño (ou teria sempre ocupado desde 1160). Uma ocupação que se prolongou para além do tratado de paz em Pontevedra, em 1165, com Fernando II. Com o abandono da cidade de Tui em 1169, Afonso Henriques partiu para sempre, pois não são conhecidas mais tentativas suas para estender sua influência para além do rio Minho.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 171.

¹⁵⁵ - Quando ocorreu a morte de Afonso Henriques (1185) e de Fernando II (1187) já estavam definidas as províncias de fronteira, nas quais, gradualmente, se foi delineando a linha de raia.

¹⁵⁶ - Como, por exemplo, em 1212, quando o castelo de Contrasta (Valença) foi destruído e a vila de Melgaço foi conquistada. A oposição portuguesa, feita em contra-ataque através do Lima, traduziu-se infrutífera uma vez que os leoneses saíram vitoriosos de um encontro que teve lugar em Valdevez, o que lhes permitiu manter o domínio de todo o Alto Minho, até 1213, ano de elaboração de um acordo de paz em que eram restituídas a Portugal todas os lugares ocupados.

paisagem facilmente identificados com os problemas de defesa suportados pelas respectivas populações.

Assim, em plena época da cultura castreja, foram os cimos dos montes assentes em vertentes agrestes e declivosas, os sítios privilegiados para a implementação de estruturas defensivas *sui generis*, os povoados fortificados.

A ocupação romana na localização das construções de defesa optou por posições, que facilitassem o controle de sistemas de lugares, ou por que estavam próximas da rede fluvial, ou então, das redes de caminhos, tradicional e, recentemente, construída. A civilização romana trouxe para a Península novos princípios no conceito estratégico de defesa.

A opção pelos lugares, cujas acessibilidades rentabilizassem os controles defensivo e estratégico da área a ocupar foi, também, seguida, quer pelos invasores de origem germânica, quer pelos de origem árabe. Contudo, a instabilidade e insegurança vividas levaram as populações a reocupar antigos povoados de altitude e a recuperar outros, que nunca tinham sido totalmente abandonados.

Com o emergir da Reconquista Cristã assistiu o Noroeste ao aparecimento de uma nova estrutura arquitectónica, exclusivamente militar, concebida para acolher, não um povoado, mas uma pequena guarnição de soldados encarregados da segurança de um território. Ao castelo¹⁵⁷ competia defender uma área, em coordenação com os castelos limítrofes inseridos na mesma estratégia, estando muitas vezes ligados uns aos outros por torres de vigia (atalaias). Do castelo saíam as forças que percorriam os campos vizinhos dando segurança às populações e aos trabalhos agrícolas, que ali recolhiam e para ali transportavam o produto da colheita¹⁵⁸.

Esta nova concepção de defesa explica, no fundo, a mudança no tipo de povoamento, com uma nítida e decisiva distribuição das populações pelos vales agrícolas, já iniciado com a ocupação romana, mas, que se intensificou nas centúrias seguintes e, apenas, se concluiu nos séculos XI-XII¹⁵⁹ (Fig. 5).

¹⁵⁷ - Recinto fortificado, cercado de altas muralhas ameadas, onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas, localizados em posição estratégica e topográfica propícia à resistência (em princípio em lugares altos), à observação, à protecção das populações vizinhas, que nele se refugiavam ou à protecção de um sítio ou povoação.

Nunes, António Lopes Pires, 1988, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, pp. 35-36.

¹⁵⁸ - Nunes, António Lopes Pires, 1988, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, p. 42.

¹⁵⁹ - A partir do momento em que as populações se distribuem pelas áreas de vale, os amuralhamentos, apenas, podiam garantir a segurança de uma parte do território e das populações. Daí, a necessidade, sentida pelos Senhores da Idade Média, em erguer muralhas em torno das principais aglomerações e em construir uma rede de castelos sob a qual se apoiasse o sistema defensivo do território.

Barroca, Mário Jorge, 1990/91, "Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)" in *Revista Portugalia, Nova Série, Vol. XI-XII*, p. 89.

Assim, o estudo de esta nova estrutura militar, o castelo¹⁶⁰, revela-se de primordial importância na compreensão da organização de qualquer um dos territórios peninsulares, nomeadamente o vale do Lima¹⁶¹.

Questionar o processo do *incastellamento* no vale do Lima raiano significa, segundo os objectivos já definidos e na base da documentação que conseguimos reunir, reflectir sobre a rede de edificações militares, com idade e arquitectónica diferenciadas, que surgiram num período lato de quatro séculos¹⁶² e sobre os quais se apoiou o sistema defensivo/ofensivo do território.

Numa leitura comparativa (Fig. 4, p. 67 e Fig. 5) poder-se-á inferir que, a muitos dos antigos castros sucedeu-lhes o castelo românico¹⁶³. Deste modo, segundo as épocas históricas distintas, o homem, nomeadamente, o do vale do Lima, optou para a instalação dos seus sistemas defensivos pelos *sítios*, normalmente elevados, e pelas *posições*, que lhe asseguravam o controle e coordenação de extensas áreas matizadas pelas rechãs e fundos de vale, retalhadas em parcelas culturais com solos de sopé e, ou, de aluvião formados paulatinamente pela acumulação dos detritos provenientes da escorrência e da erosão normal.

¹⁶⁰ - Desconhece-se a data exacta do aparecimento dos primeiros castelos, mas, muito provavelmente, teriam surgido em meados do séc. VIII, em pleno início da época da Reconquista encetada por Afonso I das Astúrias.

Barroca, Mário Jorge, 1990/91, "Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)" in *Revista Portugalia, Nova Série, Vol. XI-XII*, p. 91.

¹⁶¹ - Para fazermos uma reflexão sobre a dinâmica territorial adstrita às estratégias de defesa do vale do Lima, em área de fronteira, recorremos à informação publicada, resultante de investigações efectuadas, quer por historiadores, quer por arqueólogos, galegos e portugueses. Além disso, recorremos, para a área portuguesa, a Fontes, as mais ricas, segundo opiniões dos especialistas, que fornecem as informações possíveis de reunir, a partir do depoimento de testemunhas, que foram chamadas a pronunciarem-se perante inquiridores régios, sobre a satisfação e ou a usurpação de direitos devidos ao rei, as *Inquiritiones de 1220 e 1258*.

Lembramos, também, os problemas levantados, logo à partida, com a identificação das unidades militares, resultante do cruzamento da informação proveniente das fontes escritas com as oriundas das investigações arqueológicas, como, por exemplo, os manuscritos que localizam edificações militares como o Castelo de St^a Cruz, em terras galegas, mas cujos vestígios arqueológicos não foram ainda encontrados, além de não existir uma memória oral e colectiva dos residentes nos lugares referenciados pelos manuscritos.

Independentemente dos problemas resultantes da interpretação das próprias Fontes, há ainda a considerar o facto da visão global sobre a área em estudo, que conseguimos obter, fundamentar-se na interpretação de documentos escritos em épocas posteriores às edificações defensivas, como são os finais do séc. XII e seguintes, o que nos permite questionar a veracidade das diferentes descrições.

¹⁶² - Um conjunto de problemas de ordem metodológica, se nos levantaram, que de um modo sucinto passamos a enumerar. Perante a rede densa de construções militares, optámos por dar uma maior atenção, àquelas que se localizam na bacia do Lima. Contudo, outras edificações existem, que contribuíram, também, de modo decisivo, na determinação da autoridade para área em questão, pelo que lhes fazemos uma breve, mas, oportuna alusão.

Além destes problemas, um outro surge, não menos importante, que edificações militares abordar? As já confirmadas pelas investigações arqueológicas, mesmo que sendo ténues vestígios, ou, também as referenciadas, apenas, nos manuscritos? Optámos por dar uma maior atenção àquelas cuja existência, já, está devidamente comprovada pelos vestígios encontrados. Contudo, se entendermos que se torna oportuno, até por curiosidade, fazer uma alusão às não encontradas no terreno, faremos breves referências, mas sempre com o cuidado de as distinguir daquelas cujos vestígios, ou construções, ainda emergem na paisagem.

¹⁶³ - O castelo românico foi arquitectado para uma defesa passiva, isto é, a sua estrutura possuía poucas soluções que permitissem um ataque eficiente em caso de cerco, pois a resistência baseava-se, principalmente, na espessura e altura dos muros. As muralhas definiam um pátio com perímetro relativamente pequeno, albergando, apenas, uma pequena guarnição. Tinha uma porta, a principal e, por vezes, "a porta da traição", que assegurava, em casos de revoltas, ou, de cercos, a comunicação da guarnição com o exterior.

Barroca, Mário Jorge, 1990/91, "Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)" in *Revista Portugalia, Nova Série, Vol. XI-XII*, p. 121.

Fig. 5 – Lima raiano: Estruturas de defesa e de povoamento medievais

Foi o caso do castelo de Castro Laboreiro¹⁶⁴ (Fig. 5), lugar central de uma rede viária, na qual evidenciamos os eixos que o interligam, não só aos núcleos Milmanda e Celanova, como às vilas de Melgaço e dos Arcos de Valdevez, que adquiriu uma posição estratégica preciosa para o domínio da raia seca entre o Lima e o Minho.

Implementado numa elevação escarpada sobre o soco granítico, de acesso muito difícil, cuja edificação actual corresponde a uma construção de Dinis, em 1290¹⁶⁵, atinge-se, a partir do lugar da Vila, quer pelo Norte, através do caminho que é o mais difícil, mas também o mais curto, quer pelo nascente, por um caminho mais suave, mas que, ambos conduzem, directamente, à porta da Traição, vulgarmente, conhecida pela porta do Sapo.

¹⁶⁴ - A primeira referência, devidamente identificada, sobre Castro Laboreiro data de 1143, na Carta de Couto atribuída por Afonso Henriques ao Mosteiro de Paderne, concelho de Melgaço, quando o monarca justifica os privilégios concedidos ao mosteiro, pelos serviços que a Abadessa lhe tinha prestado, quando tomou o castelo de Laboreiro "... pro servitio quod mihi fecit dona Ilvira Sarrazeni abbatissa ipsi monasterii servitio scilicet decem equas cum suos filios (...) quando tomavit dominus rex castellum de Laborario..." .

"Documentos Régios, nº 186" in *Documentos Medievais Portugueses*, 1958, Tomo I, Lisboa, p. 229.

Se existe opinião consensual, entre historiadores e arqueólogos, que a posição do castelo corresponde à de um antigo castro, também parece não restarem dúvidas, pela análise deste mesmo documento, que a fortaleza foi conquistada por Afonso Henriques, ao monarca leonês, em data anterior a 1143, muito provavelmente, após a derrota que Afonso VII lhe infringiu, aquando da ocupação, de Toroño e da Límia, em 1141.

Existe um outro facto histórico referido na correspondência trocada no contencioso entre o Convento de Celanova e a Ordem de Cristo de Portugal sobre o domínio senhorial da Igreja de S. Salvador de Monte Córdova, concelho de Stº Tirso, de 1477, resolvido em 1574. O Abade de Celanova justificava o direito que reivindicava, o usufruto das rendas e bens da referida Igreja e Priorado, baseado num primeiro acordo estabelecido, em 1279, em que se decidiu que a vila e castelo de Castro Laboreiro eram pertenças do rei de Portugal, enquanto o Mosteiro ficava com o senhorio do Priorado de Monte Córdova. Uma sentença dada em 1314, pelo rei Afonso, conde de Bolonha, confirmou, definitivamente aquela composição.

"Pleito entre el monasterio de Celanova y la Orden de Cristo sobre la iglesia de San Salvador de Monte Córdoba, año 1569" e documentos vários que se encontram na mesma pasta.

Arquivo Histórico de Orense, Bande, Cajón 69, Caja 9865, *Documento 71*, Orense.

E Consuelo, Jesús Ferro, "Monte Córdoba, Priorado de San Rosendo de Celanova en Portugal" in *Boletín Avriense*, 1973, Tomo III, Año III, Museo Arqueológico Provincial, Orense, pp. 7-13.

Mas, se não se encontra o documento original sobre este acordo existe na Torre do Tombo, datado de 29 de Agosto de 1275, uma sentença de Afonso III, para que se cumpra a carta de composição, que se transcreve, assinada entre Sancho II e o Abade e Convento de Celanova, em Zamora, a 28 de Fevereiro de 1241, pela qual a Igreja e o castelo de Castro Laboreiro, com todos os seus direitos e haveres, passam para controle do monarca, ficando para o Mosteiro a Igreja de Monte Córdova, no bispado do Porto, também, com todos os direitos e haveres.

A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III, Livro I*, fls. 134v-135.

Estes factos evidenciam a importância estratégica de Castro Laboreiro, quer para Leão, quer para Portugal, cujo exercício de autoridade dependeria das vitórias conseguidas, nos longos períodos de consolidação da autonomia lusa. Contudo, seria uma solução política, que permitiu a Castro Laboreiro ficar sob a autoridade da Coroa Portuguesa.

A título de curiosidade, reza a tradição histórica, que Afonso III de Leão deu, entre outras, a povoação do mesmo nome, Castro Laboreiro, a Hermenegildo, conde das cidades do Porto e Tui e avô de S. Rosendo, o fundador do mosteiro de Celanova, como recompensa de ter vencido um outro conde, o poderoso Witiza. Costa, P. António Carvalho, 1869, *Corografia Potuguesa e Descrição Topografica, Tomo I*, 2ª Edição, Braga, p.300.

Também, conta a tradição, que o castelo foi construído, posteriormente, por S. Rosendo (que viveu entre 907 e 977), para constituir um flanco de contenção às invasões sarracenas, que provinham do oceano. A verdade é que, ainda hoje, o castelo é conhecido, no grupo das pessoas mais idosas, quer em Milmanda ou em Bande, quer em Castro Laboreiro, pelo castelo de S. Rosendo.

¹⁶⁵ - Contudo, há referências documentais, que reportam a origem do castelo para épocas anteriores, como por exemplo, a *carta de Couto* atribuída ao convento de Paderne, por Afonso Henriques, em 1141, e dois documentos em escrituras inseridas no Livro das Datas do Mosteiro de Fiães, em que se descrevem propriedades, com a transcrição "(...) ipsa iacentiam in Parada sub monte Leporario (...)" e "(...) territorio Ualladares subtu monte Leborario (...)" .

"Documentos Régios, nº 186" in *Documentos Medievais Portugueses, Tomo I*, 1958, Lisboa, p. 229;

Couselo, Xesús Ferro (1995), Tumbo de Fiães, *Boletín Avriense*, Anexo 20, nºs 49 e 189, Museu Arqueológico Provincial, Ourense pp. 60 e 129.

Mons/castro/castelo, expressões que, em muitos casos, significam local de refúgio e de defesa.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira (1978), *Casteologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens a 1220*, Porto, p. 26 (policopiado).

Em que medida podemos questionar, que no morro do castelo e no período anterior à Reconquista, se implantou um reduto defensivo, um *mons/castro*, em que, nos períodos de perigo, se refugiavam as populações da área envolvente, e, posteriormente, tornado castelo, devido ao posicionamento em relação à fronteira?

Contudo, um outro acesso, aparentemente, uma via romana, liga a Vila, precisamente a Ponte Velha, à porta principal, a porta a nascente, a porta do Sol.

Com dois recintos muralhados¹⁶⁶, em que o de maiores dimensões teria como função abrigar as populações e gado em épocas de invasão¹⁶⁷, do castelo vislumbra-se uma panorâmica, quase total da freguesia, a do vale, em direcção a sul, e a das orlas do planalto, para nascente e norte.

A primeira informação "topográfica", que encontramos, sobre este castelo e o respectivo lugar, o da Vila, data do século XVI, da autoria de Duarte de Armas¹⁶⁸, sob a forma de uma planta e dois desenhos, duas vistas panorâmicas, obtidos em duas posições diferentes, as das bandas do norte e do sul, respectivamente¹⁶⁹. É de crer que se tratam de desenhos efectuados com a preocupação em retractar a fortaleza com a maior exactidão e objectividade possíveis, pois se a torre de menagem desapareceu por completo e parte das muralhas caíram em ruínas (restauradas nas décadas de cinquenta), em 1949¹⁷⁰ e 1957¹⁷¹, ainda, se podia localizar, na vista de sul, a fonte que o Autor legendou como "h~ua fonti muy booa" (Fig. 6).

¹⁶⁶ - O castelo foi alvo de reparações na década de cinquenta e na década de setenta foram desenvolvidos trabalhos de escavação sob a coordenação do Arquitecto Roberto Leão, dos quais resultaram a exumação de precioso espólio, que se encontra em fase de catalogação.

¹⁶⁷ - Barroca, Mário Jorge (1990/91), "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII), *Portugalia, Nova Série, Vol. XI-XII*, p. 121.

Esta função atribuída ao recinto de maiores dimensões, como que materializa o dever do Alcaide do castelo em acolher as populações de Riba de Mouro (S. Pedro de Mou), em caso de conflitos bélicos, conforme se encontra exarado nas *Inquirições de 1258*.

"Inquirições de D. Afonso III", 1888, in *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, Lisboa, p. 375.

¹⁶⁸ - Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas do Reino*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Estampas 33 A e B e C.

¹⁶⁹ - Não vamos questionar, nem as datas prováveis, pois todas as opiniões convergem para o primeiro quartearão do séc. XVI, nem as diferenças encontradas nos desenhos em papel de linho e em pergaminho, que se encontram, respectivamente, nos Arquivos Central de Madrid e Nacional da Torre do Tombo. Ainda existem outras problemáticas, como, por exemplo, se os desenhos em papel correspondem a esboços preliminares dos desenhos definitivos, feitos sobre pergaminho, ou, a esboços mais aperfeiçoados feitos a partir dos elementos recolhidos no trabalho de campo, mas ainda imperfeitos. Serão antes desenhos feitos no mesmo momento mas por pessoas diferentes, provavelmente, o Duarte de Armas e o seu pagem.

"Duarte de Armas, "Livro das Fortalezas", c. 1509-c. 1516" (1987), in *Portugaliae Monumenta Cartographica, vol. I*, Lisboa, p.72.

Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas (...)*, int. de Manuel da Silva de Castelo Branco, 1990, Lisboa, p.1.

Dias, José João Alves (1996), *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, p. 73.

¹⁷⁰ - Os Padres Manuel Pintor e Aníbal Rodrigues orientados pelos desenhos de Duarte de Armas, localizaram a nascente de água, na vertente voltada a sul, pondo a hipótese de que a fonte estaria soterrada.

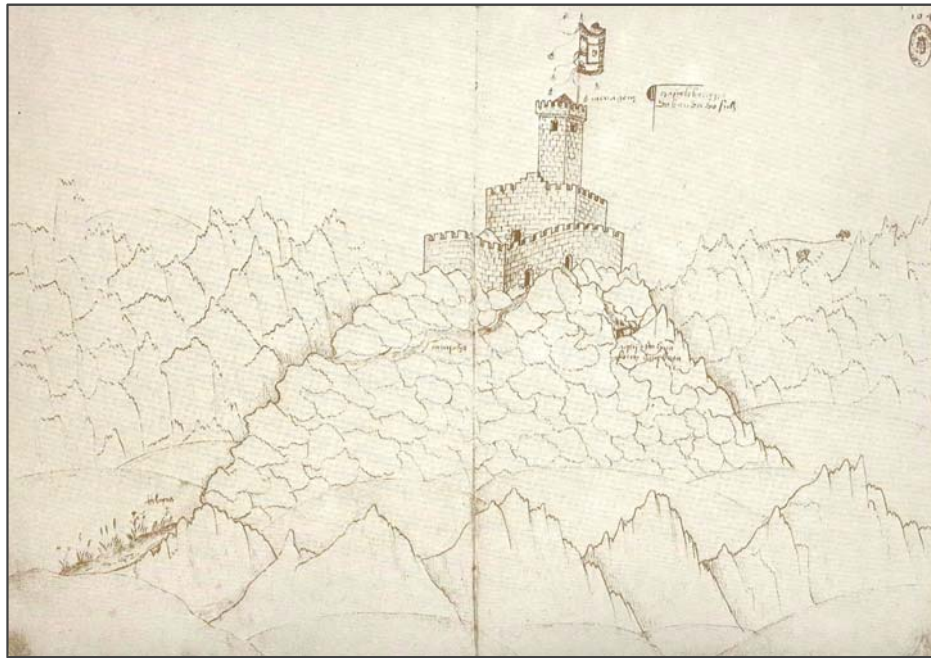
Pintor, P.e Manuel A. Bernardo, "O Recontro do Val-de-Vez onde foi?" in *Revista Independência, Separata n.ºs 17 e 18*, Braga, p. 10.

¹⁷¹ - Armando Cortesão e sua mulher, em 19 de Agosto de 1957, em visita a Castro Laboreiro, conseguiram localizar a fonte, que estava praticamente seca, através da vegetação que se distinguia pela exuberância, "em contraste com a aridez dos temerosos rochedos encimados pelas ruínas do castelo".

"Duarte de Armas, "Livro das Fortalezas", c. 1509-c. 1516" (1987), in *Portugaliae Monumenta Cartographica, vol. I*, Lisboa, p.72.

Nas décadas de 50 e 70 procedeu-se a escavações e obras de restauro e, apesar de todos os esforços que têm sido enveredados, nos finais do século XX, (as últimas tentativas de localização verificaram-se há uns dois anos) não se conseguiu encontrar vestígios de uma Fonte, que brotava, na vertente sul e em plena pujança, no século XVI e que Armando Cortesão conseguiu, ainda, localizar no Verão de 1957.

Fig. 6 - Castro Laboreiro (séc. XVI): "Vista da banda sul"



Fonte: “Duarte de Armas, “Livro das Fortalezas”, c. 1509-c. 1516”, 1987, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, Lisboa. (Original, Lisboa, I.N.T.T.)

Castelo de raia seca dinamizou o lugar da Vila, como centro de um território, em que os contornos do concelho e paróquia se confundiam¹⁷², abrangia uma única comunidade, a “crasteja”¹⁷³, distribuída por casais afastados, numa região agreste e dificilmente controlada pelo poder central., mas estratégica, porque assegurava a primeira linha, em caso de instabilidade bélica, como aconteceu, por exemplo, nos primórdios da nacionalidade, nas Guerras da Independência e da Restauração¹⁷⁴.

Mercê desta posição estratégica se compreende o sistema defensivo implementado na bacia do Minho através de aparelhos militares, como os de Milmanda¹⁷⁵, St^a Cruz¹⁷⁶,

¹⁷² - O concelho de Castro Laboreiro, constituído por uma única freguesia, a de St^a Maria de Castro Laboreiro, perdurou desde 1271 a 1855.

¹⁷³ - “ (...) O nome pátrio dos habitantes de Castro Laboreiro é crastejo, que assenta na forma popular de crasto (...).

Vasconcelos, J. Leite de (1927), “Excursão a Castro Laboreiro in *De Terra em Terra*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 21.

¹⁷⁴ - O castelo de Castro Laboreiro esteve sob coordenação da alcaidaria-mor do Castelo de Melgaço, durante longos períodos, nomeadamente, desde meados do séc. XVI (1542), quando Melgaço e Castro Laboreiro passou a ser Domínio Senhorial da Casa de Bragança.

Pintor, P. Manuel A. Bernardes, 1975, *Melgaço Medieval*, Braga, p. 114.

I.N.T.T., *Chancelaria de D. João III, Livro 38*, Lisboa, fl. 125.

¹⁷⁵ - Situa-se no concelho de Celanova, freguesia de St^a Maria de Milmanda. Pelas investigações que efectuámos, desconhece-se a data da construção, embora seja opinião consensual, estar implementado, num velho castro. A importância estratégica, no longo período de “separação” de Portugal é, unanimemente, reconhecida. Actualmente, permanecem na paisagem, como elementos mais evidentes, um troço da muralha, que envolve o núcleo da povoação, a torre, adaptada a campanário da Igreja, e, segundo informações por nós obtidas junto à população residente, também um “túnel” que fará a ligação subterrânea à linha de água, que corre na base da colina, o rio Tuño, inacessível em Agosto de 2002, em virtude dos silvedos e ervas daninhas, que obstruíam as entradas.

¹⁷⁶ - Como não se encontram vestígios deste castelo, há manuscritos, que embora sem o explicitarem, permitem deduzir que se localizou na paróquia de St^a Cruz de Grou, concelho da Lobeira. Contudo, a leitura da documentação que descreve o contencioso entre o Mosteiro de Celanova e o conde de Benavente, sobre a jurisdição civil e o senhorio deste castelo e territórios dele dependente, com sentença de 18 de Agosto de 1503, situam-no na paróquia de Riodemolinos, concelho de Quintela de Leirado, localização com a qual concordam os investigadores galegos contemporâneos.

Documento 71, Cajón 69, Caja 9862, Bande, Arquivo Histórico de Ourense, Ourense.

Sande¹⁷⁷, ou Vila Nova dos Infantes¹⁷⁸, que Afonso Henriques pretendeu dominar, através das variadas incursões e ataques, que efectuou no território galego (Fig. 5, p. 93).

Se do castelo de St^a Cruz não se encontram vestígios, em relação ao de Sande existe a Torre que, embora degradada, se impõe na paisagem de um modo austero, mas majestoso, reportando-nos às épocas atribuladas como, por exemplo, à do cerco que Afonso Henriques lhe impôs nos agitados anos da década de sessenta do século XII (1165)¹⁷⁹.

Do castelo de Milmanda prevalece a torre de vigia, reaproveitada como campanário da Igreja de St^a Maria, além dos troços da muralha que delimitam o pequeno burgo, ainda, hoje habitado. A uma distância próxima, situa-se a recuperada vila medieval de Vila Nova dos Infantes que, com a sua Torre, não deixa esquecer ao forasteiro mais distraído a importância que readquiriria, como qualquer outra estrutura permanente de defesa nos períodos de turbulência e instabilidade militares na fronteira luso-galega.

Como que numa breve súplica, dir-se-á que, em plena bacia do Minho, foi gizado um sistema estratégico de defesa¹⁸⁰, que não se limitou a enquadrar as aglomerações distribuídas pela secção jusante do próprio rio, mas também, as populações reunidas em povoados distribuídos num Lima, estrategicamente, matizado por uma rede de estruturas militares defensivo/ofensivas, devidamente organizada. Destas, destacamos, além do castelo de Castro Laboreiro, posição avançada na vertente ocidental do vale limiano, um conjunto de castelos e torres.

Assim, na Terra da Limia (Fig. 5, p. 93), cuja rede hidrográfica condicionou a rede de caminhos, com um traçado sensivelmente paralelo, que se cruzaram através das pontes, ou,

Nas nossas observações no terreno, preocupámo-nos em questionar, de modo intensivo, as populações residentes, quer em St^a Cruz de Grou, quer em Riodemolinos, sobre a existência provável de um castelo nas suas terras. Não existe memória, colectiva ou individual, sobre a fortaleza em questão. Contudo, os residentes de Riomolinos chamaram-nos a atenção para a existência de uma colina, que denominam por Castelo, apesar de lá não existir qualquer vestígio, como nos foi garantido, inclusivamente, por um habitante com a idade de 92 anos. Em Agosto de 2002, foi-nos impossível atingir esta elevação, em virtude dos matos e silvas, que cresciam, de modo contínuo, há uns bons 20 anos.

Independentemente das dificuldades na localização do castelo de St^a Cruz, é facto inquestionável, para qualquer investigador, que desempenhou um papel importantíssimo nas lutas renhidas, aquando da independência portuguesa.

¹⁷⁷ - Localizado no município de Cartelle, muito próximo da aglomeração de Oleiros, está assente num penhasco de difícil acesso, com origem, muito provavelmente, num antigo núcleo castrejo. É opinião generalizada, que teria surgido nos últimos anos do séc. IX.

¹⁷⁸ - Localizada na povoação medieval de Vila Nova dos Infantes, muito próximo da cidade de Celanova, desde início ligada à família de S. Rosendo e ao próprio Santo, pertença do Mosteiro de Celanova, que teria sido construído em tempos altomedievais.

¹⁷⁹ - A título de curiosidade e segundo a tradição histórica, se diz que Afonso Henriques levantou o cerco ao castelo de Sande por causa de “uma terrível tempestade atribuída à intersecção de S. Rosendo”. Contudo, este mesmo milagre se atribui a outros contratemplos que Afonso Henriques teve em terras galegas, nomeadamente, na destruição do castelo de Cedofeita, que teria, também, sido construído por Afonso Henriques, muito provavelmente, junto a Celanova, mas com uma duração muito efémera, de dias, apenas, pois um raio fulminante, também por interferência de S. Rosendo, o destruiu. Factos, como estes, que circulam no imaginário popular encontram-se, ainda, muito presentes nos trabalhos dos historiadores galegos, que pretendem evidenciar a importância e influência protectoras de S. Rosendo nas populações orenseanas ao longo do tempo.

Reportando-nos a Afonso Henriques, após o levantamento do cerco ao castelo de Sande, dirigiu-se e ocupou os castelos de St^a Cruz e de Castro Laboreiro. Embora não haja documentação fidedigna sobre a construção do castelo de Castro Laboreiro, é um facto, normalmente, aceite que, embora tenha sido construído por iniciativa galega, foi sempre objecto de disputa entre os dois estados, acabando por ficar em terras lusas.

¹⁸⁰ - Este conjunto de fortalezas complementava um sistema mais complexo de defesa/ataque estabelecido ao longo da linha de fronteira definida pelo rio Minho.

das simples, mas úteis barcaças, nas secções, onde as margens das linhas de água se encontram mais próximas, começamos por evidenciar as torres¹⁸¹, ainda, hoje, imponentes na paisagem, Pena¹⁸² Sandias¹⁸³ e Porqueira¹⁸⁴.

Se nos debruçarmos sobre os respectivos *sítios* e *posições* não parecem restar dúvidas que respondem perfeitamente à necessidade do controle de vastas e amplas áreas do território envolvente, o extenso *plano* do rio Lima interrompido pela “laguna” de Antela, actualmente um bom exemplo de emparcelamento e recuperação intensiva de solos com aptidão agrícola.

Como numa posição estratégica relativamente à torre da Porqueira, na margem direita do Lima, encontram-se vestígios do castelo de Celme¹⁸⁵, obra de Afonso Henriques, base importante, durante um curto período, nas suas incursões para Norte, pois, rapidamente teria sido tomado por Afonso VII. O *sítio* e a *posição* óptimas, do ponto de vista estratégico, permitiriam aos seus ocupantes o controle, a oeste, da única entrada possível para quem viesse de sul, ou seja, da Baixa Limia, coordenando, assim, todo o vale até à Serra de S. Mamede.

Ainda em Xinzo de Limia se verificam vestígios de um outro castelo, na freguesia de St^a Maria da Ribeira¹⁸⁶, cuja implementação estratégica fortaleceu o sistema militar da Limia, área muito favorável às incursões portuguesas do séc. XII¹⁸⁷, que atingiram, por vezes, a vila de Allariz¹⁸⁸ (Fig. 5, p. 93).

¹⁸¹ - Estas torres são, praticamente, os únicos vestígios de fortificações da Límia melhor conservados e contiveram no seu recinto murado outras construções, que só investigações arqueológicas futuras poderão publicitar.

Cao, Celso Rodríguez, “Desde os Castelos” in Carneiro, Luís Martínez, *Antela, A Memória Asolagada*, Xerais, p. 55.

¹⁸² - Localiza-se no município da Porqueira de Limia. Há controvérsia sobre a data da sua construção. As hipóteses medeiam entre uma construção sueva ou uma construção do séc. XII, para enfrentamento a Afonso Henriques.

¹⁸³ - Situa-se no Município de Sandias, implementada sobre um antigo castro, outrora junto à lagoa, e, actualmente, numa colina. Muito provavelmente, a construção do castelo, do qual fazia parte, data do séc. XII.

¹⁸⁴ - Localizada no município de Xinzo, é das três torres a melhor conservada. Seria construída nos sécs. XI-XII, segundo as opiniões mais generalizadas.

¹⁸⁵ - Localizado no município de Rariz da Veiga, freguesia de Sta Maria de Congostro, é opinião aceite pelos investigadores por nós consultados, que foi mandado construir por Afonso Henriques, numa das suas incursões à Límia, mantendo-se divergências, apenas no que diz respeito à data, 1133 ou 1139.

Actualmente, não existem nem a torre, nem o castelo, apenas alguns vestígios.

Iglesias, Mercedes Barrosa; Carballo, Maria Antonia Calvo; Earley, Ana Garcia; Oubiña, Eva Tobal, 1995, “As Torres do Val da Limia” in *Aspectos Historicos de Orense, Anexo*, Xornadas de Historia de Galicia, Serviços de Publicación de la Diputation Provincial de Orense, pp. 49-65.

¹⁸⁶ - Localizado no município de Xinzo de Limia, freguesia de Sta Maria de Mosteiro de Ribeira, assenta, muito provavelmente, num antigo núcleo castrejo, com data sempre anterior ao séc. XII, com certeza o séc. X. Do castelo não há restos, apenas vestígios a nível toponímico. Iglesias, Mercedes Barrosa; Carballo, Maria Antonia Calvo; Earley, Ana Garcia; Oubiña, Eva Tobal, 1995, “As Torres do Val da Limia” in *Aspectos Historicos de Orense, Anexo*, Xornadas de Historia de Galicia Serviços de Publicación de la Diputation Provincial de Orense, pp. 59-60.

Ao trabalhar no campo, na expectativa de encontrar o castelo, foi-nos difícil encontrar alguém que tivesse conhecimento dele. Finalmente, lá encontramos um residente, que nos informou sobre o local, dizendo que havia por lá umas escavações, feitas há tempos, por umas pessoas, que as limitaram por umas fitas vermelhas. A título de curiosidade, se o castelo era, praticamente, desconhecido pela população, todos nos indicavam a colina sobranceira, designada, também, por castelo.

¹⁸⁷ - Mais uma época histórica a confirmar a importância da passagem natural, que é o rio Lima, para as expedições de perfil militar, que começaram com os romanos, continuaram-se com os suevos, visigóticos, muçulmanos, e, nos sécs. X a XII, se prolongaram nos cristãos hostilizados por um ideal de autonomia e independência.

¹⁸⁸ - Allariz, cujo castelo teria sido o centro nevrálgico do sistema militar, no período conturbado da independência lusa, actualmente, não só ele é desconhecido, como a respectiva localização, apesar de toda a documentação existente, pelo que investigações arqueológicas poder-se-ão desenrolar num período próximo.

Fernandez, Francisco Conde-Valdiz, 1957-58, “El Castillo de Allariz y su Emplazamiento” in *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense, Tomo XIX, Fasc. I-IV*, pp. 169-196;

No sistema ofensivo/defensivo da Limia, mas, na parte meridional, se incluem outras fortalezas das quais destacamos (Fig. 5, p. 93)¹⁸⁹ os castelos sobranceiros ao rio Lima, o do Monte dos Castelos¹⁹⁰ e o de Araúxo, também conhecido pelo da Vila¹⁹¹, os implementados na secção a montante do rio Salas, o da Rainha Loba¹⁹² e os outrora portugueses da Piconha¹⁹³ e de Sandin, também conhecido por Portelo¹⁹⁴, enquanto das torres evidenciamos, segundo as fontes que conseguimos reunir, a de Lobios¹⁹⁵, a de Aceredo¹⁹⁶ e a do Castelo das Donas¹⁹⁷.

Se do Monte dos Castelos¹⁹⁸, apenas, se conhecem vestígios, entre outros, de cerâmica e numismática, soltos, que permitirão levantar a hipótese da existência de uma provável unidade ofensiva/defensiva, que, de facto, não está investigada, mas, em parte pelo acidentado de relevo forte e *sui generis*, que, em muito facilitaria o estabelecimento de esquemas bélicos,

Franco, José María Eguileta; Rodriguez, Manuel Xusto, 1992, “Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodologicas” in *Gallecia, n.º 13*, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 296;

Rumbao, Alfredo Cid, 1984, *Historia de Allariz, Villa y Corte Romanica*, Diputacion Provincial de Orense, Orense, p.18.

¹⁸⁹ - Abordamos fortalezas referenciadas, não só em documentos históricos, mas, também, aceites nos trabalhos de arqueólogos, apesar de carecerem, segundo a nossa pesquisa, de investigação arqueológica publicitada, até 2002. Deste modo, mais do que fazer uma reflexão sobre as edificações, propriamente ditas, preocupamo-nos em entender os respectivos sítios e posições, em função de um quadro estratégico defensivo/ofensivo em áreas rarefeitas em população.

¹⁹⁰ - Localizado no Monte dos Castelos, município de Entrimo, um antigo castro, muito provavelmente, deu lugar a uma fortaleza medieval, a avaliar pelos vestígios arqueológicos espalhados nas vertentes do Monte em questão.

Franco, José María Eguileta; Rodriguez, Manuel Xusto, 1992, “Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodologicas” in *Gallecia, n.º 13*, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 292;

Rumbao, Alfredo Cid, 1960, *Castillos de la Provincia de Orense*, La Región, 29 de Junho, Orense.

García, Higinio, 1918-1922, “Exploraciones arqueológicas en “Monte dos Castelos”” in *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo VI, n.º 143, pp. 389-395.

¹⁹¹ - Localizado no município de Lobios, freguesia de S. Martiño de Arauxo, muito próximo de Portugal, nomeadamente, do Lindoso e Portela do Homem, Fernando II doou-o, em 1176, à mitra de Ourense, aparecendo, quase de imediato, designado como solar do cavaleiro Paio de Araújo. A partir desta data, não voltou a ter importância, propriamente, histórica. Em 1150, Fernão Enes teria povoado a vila de Araújo, apesar de só ter atingido o título de vila no séc. XIV, segundo O Nobiliário das Famílias de Portugal.

Duran, Carlos Olbes, 1997, *Castillos de Ourense*, Ed. Lancia, S. A., Leon, p. 15.

Franco, José María Eguileta; Rodriguez, Manuel Xusto, 1992, “Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodologicas” in *Gallecia, n.º 13*, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 293 e 294;

Rumbao, Alfredo Cid, 1960, *Castillos de la Provincia de Orense*, La Región, 29 de Junho, Orense.

¹⁹² - Localizada no município de Baltar, não há, ainda, uma opinião generalizada sobre a data de construção, pondo-se a hipótese de se implementar na cidadela pré-romana de Salas. Foi mandado demolir por Filipe IV, no séc. XV, por que se tinha convertido num ninho de ladrões e contrabandistas.

A título de curiosidade, reza a lenda, ter-se dado, nas suas imediações, uma grande batalha entre mouros e cristãos.

Franco, José María Eguileta; Rodriguez, Manuel Xusto, 1992, “Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodologicas” in *Gallecia, n.º 13*, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 296;

Rumbao, Alfredo Cid, 1960, *Castillos de la Provincia de Orense*, La Región, 29 de Junho, Orense.

¹⁹³ - Na povoação da Piconha, em frente a Tourém, povoação do concelho de Montalegre, na Terra de Barroso, já no séc. XVI, se encontrava “dentro da Galiza”, conforme refere a demarcação efectuada no ano de 1538.

Arquivo Distrital da Casa de Bragança, Vila Viçosa, MS. &NG., 6, fls 307-320 v.

¹⁹⁴ - Localizado no termo de Barroso.

¹⁹⁵ - Localizado no município de Lobios, na paróquia de St. Martín, conservam-se os muros em ruínas. Atribui-se a construção a Payo de Araújo, cavaleiro de ascendência portuguesa.

Franco, José María Eguileta; Rodriguez, Manuel Xusto, 1992, “Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodologicas” in *Gallecia, n.º 13*, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 296;

Rumbao, Alfredo Cid, 1960, *Castillos de la Provincia de Orense*, La Región, 29 de Junho, Orense.

¹⁹⁶ - Citada em documentação particular localizada no Porto.

Franco, José María Eguileta; Rodriguez, Manuel Xusto, 1992, “Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodologicas” in *Gallecia, n.º 13*, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 296.

¹⁹⁷ - Uma provável torre de vigilância de carácter roqueiro situada na jurisdição de Rio Caldo.

Franco, José María Eguileta; Rodriguez, Manuel Xusto, 1992, “Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodologicas” in *Gallecia, n.º 13*, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 296.

¹⁹⁸ - Conjunto de elevações/cotos “coroados” por penhascos de granito, cujas formas *sui generis*, resultantes da acção meteorizadora, alimentam curiosas histórias/lendas de mouros encantadas, além das vitórias e fracassos associados às guerras entre galegos e lusos.

o castelo de Araúxo¹⁹⁹ no interflúvio das bacias de Caballeiro e do Salas, constitui uma verdadeira fortaleza natural a dominar uma paisagem de rara beleza, que tem como fundo, nos dias de hoje, a barragem do Alto do Lindoso.

Independentemente da importância defensiva/ofensiva que estas fortificações, por ventura, viriam a exercer, não se pode ficar indiferente, uma vez no terreno, às preciosas posições estratégicas, que permitem o controle pleno das passagens para Portugal, através de vales como, por exemplo, o do Salas e Montanha, que conectam, respectivamente, os territórios de Montalegre e de Castro Laboreiro.

Embora se desconheça a data de construção²⁰⁰ do castelo de Arauxo, ou, da Vila, quando se tem em conta a primeira referência documental conhecida, poder-se-á datar do século XII²⁰¹. Se as recentes investigações arqueológicas indiciam a construção do castelo de Arauxo para a Baixa Idade Média, a destruição que teria sido violenta, ter-se-á verificado pela segunda metade do séc. XV²⁰². Atendendo ao período de existência, poderemos pensar que exerceu, com certeza, uma certa importância na estratégia ofensivo/defensiva da área em estudo.

Sem querermos entrar em detalhes, porque não são esses os objectivos, que orientam este trabalho, salientamos o facto da implementação do castelo da Vila estar perfeitamente adaptada à morfologia da área e se enquadrar no grupo dos castelos roqueiros, ao erguer-se sobre um afloramento rochoso, com as vertentes de forte declive e de difícil acesso, a dominar uma área com cruzamentos complexos de vias de comunicação, nomeadamente as que davam acesso a Portugal (Fig. 5, p. 93).

Conhecido, também, pelo nome da povoação que lhe fica, mesmo, muito próximo²⁰³, a aldeia da Vila, fundada em 1150²⁰⁴, que se teria salientado, em termos de importância

¹⁹⁹ - Recentemente foram efectuadas escavações arqueológicas encontrando-se devidamente assinalado, quer na boa estrada de acesso, quer *in loco* pelas reconstituição de estruturas, como a porta de acesso ao castelo. Enquadra-se perfeitamente nos denominados castelos roqueiros, ou, “ninhos de águia” edificado numa elevação rochosa, praticamente inacessível. Das povoações actuais, que, actualmente, o circundam, muito provavelmente, a maioria teria surgido debaixo da sua protecção.

²⁰⁰ - Muito provavelmente será contemporâneo do castelo de Castro Laboreiro, isto é, teria sido construído no período lato dos sécs. IX-X, período de avanço das forças asturianas e povoamento da Limia.

Eguilleta, José Maria *et al.*, 1992, “Un caso particular: el sector meridional de la “Tierra de Limia” in *Gallaecia, nº 13*, Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 294.

²⁰¹ - Muito provavelmente 1175 e 1176, ano em que Fernando Anes teria povoado a vila de Arauxo.

Eguilleta, José Maria *et al.*, 1992, “Un caso particular: el sector meridional de la “Tierra de Limia” in *Gallaecia, nº 13*, Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 294.

²⁰² - Eguilleta, José Maria *et al.*, 1992, “Un caso particular: el sector meridional de la “Tierra de Limia” in *Gallaecia, nº 13*, Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 295.

²⁰³ - Ainda hoje os moradores da aldeia da Vila identificam o castelo, que lhes é muito vizinho, com um certo orgulho e satisfação, quando referem “... a aldeia é esta, mas o castelo, que é da Vila, fica à entrada ...”.

²⁰⁴ - Eguilleta, José Maria *et al.*, 1992, “Un caso particular: el sector meridional de la “Tierra de Limia” in *Gallaecia, nº 13*, Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 293.

hierárquica, em relação aos lugares vizinhos, o que lhe mereceu, nos meados do séc. XIV²⁰⁵, o estatuto de Vila, para o que, muito provavelmente, terá contribuído a presença do castelo (Fig. 5, p. 93).

Como que, ainda, sob a protecção imediata do castelo e circundando a aldeia da Vila, distribui-se, pela secção jusante do Salas, isto é, pelas bacias dos rios Caballeiro e Lobios, um conjunto de lugares, quer localizados a montante, e implementados às maiores altitudes, em plena vertente, que nos conduz aos cimos da serra do Xurés, quer a jusante, os de menores altitudes, com uma forma mais irregular e densa na distribuição.

Neste conceito de esquema defensivo, apoiado na selecção de posições estratégicas, se enquadra o actual concelho da Lobeira, com a respectiva sede, a Vila, atendendo à cota a que se encontra localizada, a dominar a secção juzante do Grou e todo o território limiano, desde Caballeiros à serra do Xurés, que inclui as entradas para Portugal, por Portela do Homem, além da Portela Velha, próximo da Madalena, no Lindoso, o que permite aos investigadores, questionar a importância relevante, que teria assumido, esta Vila da Lobeira, mormente, nos períodos das guerras fronteiriças, apesar de não o poderem comprovar, por não encontrarem documentação específica, ou, vestígios arqueológicos sobre a existência de unidades defensivas para a época medieval e posteriores²⁰⁶.

Mas, o sistema defensivo/ofensivo da Limia meridional só se completaria com a implementação de fortificações na secção a montante do rio Salas, que interagiriam com os sistemas defensivos portugueses, já, localizados no vale do Cávado²⁰⁷. Elementos de um sistema bélico, que marcou uma época e cuja memória permanece através de documentos, manuscritos e descrições efectuadas em períodos posteriores, ou, sobretudo, da paisagem, mas, que não resistiram à deteriorização inexorável do tempo, embora os vestígios, por vezes despercebidos, quer ao residente, quer ao visitante, aguardam, pacientemente, a atenção do investigador²⁰⁸ (Fig. 5, p. 93).

²⁰⁵ - Eguilleta, José Maria *et al*, 1992, "Un caso particular: el sector meridional de la "Tierra de Limia" in *Gallaecia*, nº 13, Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 294.

²⁰⁶ - Para o actual concelho da Lobeira apenas se conhecem vestígios arqueológicos relacionados com as unidades defensivas castrejas, já, referenciadas.

²⁰⁷ - Apesar de localizadas na Limia a interacção do sistema defensiva/ofensiva teria muito a ver com posições fortificadas portuguesas localizadas no vale do Cávado, área não incluída nos objectivos deste trabalho. Contudo, não perdendo o objectivo básico deste item, o enquadramento bélico da nossa área de estudo, limitámo-nos a fazer uma breve referência geoestratégica.

²⁰⁸ - O sistema defensivo/ofensivo da Límia incluiria, na época, outras estruturas militares sob comando das unidades mais poderosas. Destas, há, por vezes, meras referências, muitas delas, envolvidas num quadro lendário. A título de exemplo, referimos, no eixo Xinzo de Limia a Verín, fortalezas que existiriam em Abavides, Lobaces e Vila de Rei. Em conversa com os habitantes, concluímos que desconheciam a possível existência dos "castelos". Contudo, havia sempre alguém a contar uma lenda sobre mouros e cristãos, ou, então, histórias de encontros amistosos, normalmente jantares, entre os reis luso e castelhano. Outro aspecto, em nossa opinião, curioso, que aconteceu várias vezes, foi o facto da colina mais próxima, ser denominada por castelo, como, por exemplo, em Vila de Rei.

Outros exemplos poderíamos descrever, mas como um dos nosso objectivos é questionar o sistema defensivo/ofensivo em todo o vale do Lima raiano, português ou galego, na base de elementos já devidamente estudados, limitámo-nos a deixar uma breve reflexão sobre a necessidade de um estudo exaustivo sobre o Lima raiano na época da definição do território português.

Independentemente do estádio das investigações, não restam dúvidas que a Limia foi salpicada por uma densa rede de fortalezas, que enfrentou, em território luso, o Alto Lima, um sistema ofensivo/defensivo, mais rarefeito²⁰⁹, constituído, na área em estudo, essencialmente, por quatro castelos²¹⁰ (Fig. 5, p. 93).

Além da posição estratégica da unidade ofensiva/defensiva de Castro Laboreiro, evidenciamos a do castelo de Aboim da Nóbrega²¹¹, assente num batólito de granito, que permitia controlar os vales do Vade e do Lima português e vislumbrar a bacia do Cávado, nomeadamente, o vale do Homem, desde as faldas ocidentais do Gerês até Braga²¹².

Na circunscrição territorial sob administração e controlo do castelo da Aboim da Nóbrega edificou-se o castelo do Lindoso²¹³, com uma função estritamente militar e sem qualquer estatuto jurídico-administrativo autónomo, no período medieval.

Localizado junto à fronteira, o castelo do Lindoso não só actuou, de acordo com as posições estrategicamente tomadas por Aboim da Nóbrega, provavelmente, em coordenação

²⁰⁹ - Não podemos deixar de evidenciar a muito provável importância estratégica do castelo de Bouro, bastião defensivo português de Portela do Homem, uma das entradas privilegiadas na Baixa Límia, para quem utilizasse a geira romana que interligava esta área à cidade de Braga, a avaliar pelas frequentes alusões a Portela do Homem, na bibliografia por nós consultada.

²¹⁰ - Incidimos a nossa reflexão sobre as unidades defensivas localizadas e, devidamente, reconhecidas na área em estudo, mas, sempre que se torne necessário para uma melhor compreensão sobre as estratégias de defesa, estendemos a nossa observação a outras estruturas distribuídas pela área envolvente.

²¹¹ - Localiza-se na freguesia de Sampriz, concelho de Ponte da Barca. A primeira referência conhecida encontra-se no “Livro do Inventário dos bens de Mumadona” datado de 1059: “Et ad radice castro annofrice”.

“Documentae Chartae, nº 420” in *Portugaliae Monumenta Historica*.

Em 1130, surge com a designação de “Agnobrega”.

“Documentos Régios, nº 11” in *Documentos Medievais Portugueses, vol. I*, Academia Portuguesa da História, Lisboa.

Em 1220 é referenciada por “Annovrege” e “Annovrega”.

“Inquirições de D. Afonso II”, 1220, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, pp. 38, 117, 188 e 235.

Em 1258 identifica-se por “Agnofrica”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p.406.

Cabeça da Antiga Terra da Nóbrega, o castelo, hoje reduzido a vestígios, no cimo de um penedo vigoroso, teria sido mandado construir por Ourigo Ourigues da Nóbrega, o Velho, sobre as ruínas de um velho castro.

Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 38.

²¹² - Em dias límpidos e sem neblinas, no cimo do penhasco, base dos reduzidos vestígios do castelo, identificam-se as manchas humanizadas correspondentes às cidades de Braga e Viana do Castelo. Esta visualização não só se torna mais fácil, como deslumbrante, nas noites cristalinas, com as estrelas a projectarem-se na esfera oca e de raio imenso, que é a esfera celeste.

²¹³ - Situa-se na freguesia do Lindoso, concelho de Ponte da Barca. O topónimo Lindoso já é referido nos documentos existentes sobre a demarcação da diocese de Braga e atribuída ao rei Miro, no período 569 a 582: “A fauce fluminis Limie per ipsum flavium usque ad Lindosum”

Costa, P. Avelino Jesus, 1959, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Vol. I, p.29.

Mas, o castelo é de data bem mais recente, possivelmente, sempre anterior a 1258, pois as Inquirições feitas, nesse ano, na freguesia do Lindoso, dizem que os habitantes tinham por costume dar de comer ao alcaide do Castelo, quando este ia prestar preito dele à caça, ou, a recolher o seu pão: “dant a comer ao Alcaide do Castello quando vay a preito teer ou a monte correr ou a seu pam coler”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 414; P.

Avelino Jesus Costa, 1988, “Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca, Subsídios para a sua história” in *Actas do Congresso Subsídios para a História da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca, Vol. I*, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, p. 63.

Contudo, nas investigações arqueológicas recentes desenvolvidas pelos investigadores do Parque Nacional da Peneda-Gerês focou demonstrado que o castelo foi erigido em meados do séc. XIII pelo que consideramos o século que corresponde à data da edificação.

Fontes, Luís Fernando de Oliveira; Regalo, Henrique Jorge L. De Araújo, 1994, “A Componente Arqueológica do “Projecto de Tratamento Museológico e Rentabilização Cultural” do Castelo do Lindoso” in *V Jornadas Arqueológicas, I Vol.*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 37.

Apesar das divergências sobre a data da construção, as opiniões dos investigadores, historiadores e arqueólogos, coincidem quando afirmam que o castelo teve uma função estritamente militar e nunca deteve, enquanto existiu a Terra da Nóbrega qualquer estatuto jurídico-administrativo autónomo, a circunscrição territorial em que o castelo se inseriu.

com o de Castro Laboreiro, como foi o escudo da vanguarda, a par de Castro Laboreiro, ao sistema ofensivo galego, articulado pelo “triângulo” castelos de Milmanda, St^a Cruz e Allariz/sistema frontal da Límia (castelo de Celme, torres da Porqueira, Pena e Sandiás).

De construção dionisina, o sistema defensivo foi alvo de uma completa reestruturação ao longo da segunda metade do séc. XVII, adaptando-se às exigências determinadas pela introdução da artilharia nas tácticas militares da época²¹⁴. Há que destacar a intervenção efectuada pelos espanhóis em 1662, quando construíram uma nova muralha em volta da cerca medieval, após a tomada do castelo, na sequência de cinco dias de violentos combates²¹⁵, sendo retomado numa difícil e heróica jornada, em 1664. Assinada a paz, em 1668, reconhece-se ao castelo do Lindoso um papel decisivo na manutenção do traçado da fronteira no Lima.

Há, ainda, a evidenciar que este castelo se articulava, à escala local, com um sistema defensivo mais vasto, implementado sobre o rio Cabril, de três trincheiras e três baterias, respectivamente, em Chão do Clérigo, Portela e Eido Velho, controlando, deste modo, o acesso ao vale do rio Lima, que era, ainda, mais dificultado, nos tempos de guerra, com a destruição da ponte em madeira, que fazia a ligação das duas margens do Cabril (Fig. 7).

Atendendo à função, exclusivamente militar, o castelo do Lindoso terá conhecido uma ocupação descontínua, aproveitando-se, de facto, os seus recursos apenas nos períodos de conflitos regionais e, ou, nacionais, mas, que não invalidou as influências cultural e social, que os seus militares exerceram sobre a população autóctone, a avaliar pela frequência com que eram convidados para padrinhos de Baptizados e testemunhas de Casamentos, no século XVIII. Por curiosidade, evidenciamos o elemento que seria o mais popular, não só no corpo militar, como na própria freguesia, pelo facto de testemunhar quarenta e três actos vitais,

²¹⁴ -Recordamos que o castelo do Lindoso, na Idade Média, não tinha independência jurídico-administrativa, pois permanecia sob coordenação directa do castelo da Nóbrega.

²¹⁵ -Fontes, Luis de Oliveira; Regalo, Henrique de Araújo, 1997, *Lindoso, o castelo e a região*, Parque Nacional Peneda-Gerês, Instituto da Conservação da Natureza, Braga, pp. 30-31.

Fig. 7 - Desenho topográfico do Lindoso

distribuídos por trinta e um baptizados e doze casamentos²¹⁶. Também mancebos, em número apreciável, oriundos de terras distantes e deslocados em serviço militar, decidiram por se fixarem no Lindoso, ao escolher como noiva uma jovem residente local²¹⁷.

Castelo com funções estritamente militares estava na Idade Média, como já o dissemos, sob comando do castelo de Aboim da Nóbrega, enquanto no século XVIII dependia da Praça de Valença do Minho, como, sempre, mencionaram, de forma solene, os diferentes Párcos no registo dos actos vitais a que assistiram militares, permanecendo activo até 1895, ano em que ficou sob a vigilância da Guarda Fiscal²¹⁸.

Ainda nas faldas da serra da Peneda, o castelo de St^a Cruz²¹⁹ foi, com toda a probabilidade, a primeira estrutura militar a organizar o território dos Arcos de Valdevez²²⁰, pois a situação privilegiada, com o domínio das férteis terras de Valdevez, permitir-lhe-ia um vasto horizonte, no vislumbre dos movimentos das forças invasoras²²¹. Além disso, a sua posição privilegiada permitia-lhe em coordenação com o castelo de Aboim da Nóbrega coordenar e implementar um sistema defensivo/ofensivo de uma área tão extensa como é a bacia do Lima, talhada em plenas serras Amarela e da Peneda que, em termos latos, abrange a secção montante lusa, ou seja, o tramo que se estende desde a fronteira da Madalena até Ponte da Barca/Arcos de Valdevez, sem esquecer, logicamente, os esquemas tácitos gizados em colaboração com o castelo de Castro Laboreiro, nos tempos de incertezas e de dificuldades bélicas (Fig. 5, p.93).

Não podemos deixar de recordar no vale do Minho a posição geoestratégica de Melgaço, que justificou a implementação de uma fortificação cujas principais finalidades

²¹⁶ - *Livros de Registos Paroquiais da freguesia do Lindoso, Livro de Baptizados e Livro de Casamentos*, Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

²¹⁷ - *Livros de Registos Paroquiais da freguesia do Lindoso, Livro de Casamentos*, Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

²¹⁸ - Em 1932 foi declarado Monumento Nacional, apesar do estado arruinado em que se encontrava. Posteriormente foi alvo de recuperações diversas, mantendo-se, actualmente sob administração do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

²¹⁹ - Localizar-se-ia num penedo, sobranceiro à vila de Arcos de Valdevez a que, localmente, as populações chamam Castelo de Rio Frio, ou, simplesmente, Castelo. A primeira referência conhecida encontra-se no Livro da Mumadona, Inventário dos seus bens, em 1059 “ad radice castro sancta cruce”.

Documentae Chartae, D.C. 420., *Portugaliae Monumenta Historica*.

Contudo, em 1258, o castelo já se encontrava destruído, “(...) ora jas esse Castello derribado (...)”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 379;

Almeida, Alberto Ferreira, 1978, *Casteologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, Desde as origens a 1220*, Porto, p. 33;

Delgado, Mário, 1992, *Castelos do Norte de Portugal na Fundação do Estado Português*, Palestra realizada em Espinho, pp. 35 e 36;

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1977, “O Recontro de Val-de-Vez Onde Foi?”, *Revista Independência, Separata n^os 17 e 18*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, pp. 12-13.

²²⁰ - Parece ser opinião cada vez mais aceite, que uma “boa entrada” das forças leonesas, em território português, passaria por itinerários na serra da Peneda, a partir de Castro Laboreiro em direcção ao vale do Vez, que lhes permitia boas ligações ao centro, nomeadamente, Braga e Guimarães. Assim, o castelo de St^a Cruz, além de cabeça da Terra de Valdevez teria sido, muito provavelmente, um pólo defensivo importante, como, por exemplo, no encontro de Valdevez, verificado numa data próxima à da tomada do Castelo de Castro Laboreiro, por Afonso Henriques.

²²¹ - Ainda, hoje, se encontram na Serra da Peneda, caminhos e carreiros, com direcções e sentidos variados, que passando por Porto dos Asnos (limite de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro), Sistelo (Padrão), Cabreiro (Couço), testemunham, muito provavelmente, a via mais fácil, para as forças invasoras, entre Castro Laboreiro e o vale do Vez.

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1977, “O Recontro de Val-de-Vez Onde Foi?”, *Revista Independência, Separata n^os 17 e 18*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, pp. 33-36.

seriam suster as investidas de leste, ao mesmo tempo que reforçava a primeira linha de avanço das forças leonesas, que encontravam como posto avançado o castelo de Castro Laboreiro, pelo que a vila se transformaria num flanco de apoio para qualquer iniciativa de expansão territorial sobre a Limia, além de completar a linha de lugares fortificados distribuídos pela margem esquerda do Minho, imprescindível na contenção dos ataques leoneses provenientes do Norte²²².

Logo, após a leitura (Fig. 5, p. 93) poder-se-á inferir que os aparelhos militares medievais, galegos e lusos, nomeadamente, os cabeças de Terra²²³, tiveram como princípios de localização um conjunto de factores, de âmbito geográfico, os cimos elevados, favorecedores de amplos e vastos horizontes visuais e o traçado das redes, fluviais e viárias, além das posições resultantes do cruzamento das respectivas linhas, cruzamentos esses, que facilitaram o controle e vigilância dos vastos territórios, que tinham, como missão, proteger.

Também, o nosso trabalho de campo nos permite acrescentar, que a distribuição destas estruturas militares, elementos privilegiados no ordenamento do território, tinha em conta os núcleos populacionais e as áreas com solos mais férteis, construindo-se, em casos, como o de Castro Laboreiro²²⁴, cercas junto à muralha, assente em soco granítico, para nelas se abrigarem as populações e o gado, quando a insegurança aumentava.

Nesses momentos de crise, o sistema defensivo era complementado pela acção voluntariosa das populações locais, as únicas, verdadeiramente, conhecedoras das portelas e dos vaus que, aproximavam as populações espalhadas pelos aglomerados isolados da serra, mas, que em tempo de guerra, poder-se-iam transformar em perigosas vias de penetração das forças opositoras.

O conhecimento privilegiado do território pelos camponeses resultante dos percursos, por vezes, diários às rechãs da *serra*, ou, a outros povoados das redondezas, eram fulcrais não

²²² - Não se pode esquecer o modo como Afonso Henriques foi obrigado a retirar-se de Toronho e da Límia, após o desastre de Badajóz. Este recuo não significou o abandono definitivo destes territórios, como o demonstraram, por exemplo e nos finais do séc. XII, as investidas de Sancho I, que lhe permitiram a ocupação de territórios em Toroño, nomeadamente Tui e Salvaterra, na sequência dos conflitos de ordem familiar entre as duas coroas, devido à anulação do casamento entre Afonso VIII e Teresa Sanches.

²²³ - Unidade territorial, com designações diferentes segundo a autoridade que as coordenava, condado, tenência ... , de dimensão muito variada, mas, possuíam uma única estrutura militar, o castelo cabeça-de-terra, que corporizava o poder e a ordem nesse território. Implementaram-se nos sécs. XI-XII, entrando em decadência em pleno séc. XIII. Desconhecem-se os motivos dessa decadência, mas, muito provavelmente estará relacionada, entre outros factores, com a estabilização da fronteira (o tratado de Alcanices, foi assinado em 1297). Exemplo de Terras, na área em estudo, a da Límia, a da Nóbrega e a de Valadares; na área envolvente, as Terras de Milmanda e a de Santa Cruz.

Dominguez, Olga Gallego, 1988, *La Organización Administrativa Territorial de la Antigua Provincia de Ourense a Medios del Siglo XVIII*, Boletín Avriense, Anexo 10, Ourense, p. 37.

²²⁴ - Também as *Inquirições de Afonso III*, na freguesia de Mou (a actual Riba de Mouro), Terra de Valadares, fazem referência ao dever do alcaide do castelo de Castro Laboreiro em acolher as populações, em caso de conflitos bélicos "(...) et o Alcaide desse Castello se os vir in coita deve os acoler no Castello et inparalos."

"Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 375.

só na vigilância como na defesa, ou ataque dessas posições estratégicas²²⁵. Assim, se pode explicar a participação dos habitantes, por exemplo, do Lindoso²²⁶, do Soajo²²⁷ nas estratégias de defesa, respectivamente de portelas, a do Cabril, na serra Amarela e a do Galo na Serra da Peneda. Também, os habitantes da freguesia de Mou²²⁸ eram chamados a vigiar as "travessas" do Monte Labreiro²²⁹, enquanto os residentes da freguesia de S. Salvador de Cabreiro guardavam a portela do Couço²³⁰ (Fig. 5, p. 93).

Há que recordar que o sucesso das façanhas militares passava essencialmente pela perda, ou, manutenção da unidade de defesa, o castelo estrategicamente localizada. Daí se justificar em muitas ocasiões de conflito a necessidade em se “recrutar” homens residentes nas freguesias inseridas na área de influência directa da estrutura militar, a fim de participarem nas operações bélicas, como acontecia, por exemplo, com os residentes da freguesia de Riba de Mouro que tinham o dever de acorrerem ao chamamento do alcaide do castelo de Castro Labreiro²³¹.

Um outro tipo de contribuição muito frequente no quadro defensivo solicitado às populações, nomeadamente aos camponeses do vale do Lima, incidiu nas prestações de trabalho manual de acordo com a condição social, as anúduvas²³², que abrangeram grande número de freguesias²³³, além de outros tipos de contribuição, que podiam ser exigidos às populações, ainda, no âmbito da manutenção e reparação do castelo²³⁴.

²²⁵ - As referências encontradas nas *Inquirições de D. Afonso III*, 1258, sobre os deveres, dos residentes nas freguesias serranas da Peneda, em guardar as portelas, favorecem a tese de que, a serra da Peneda teria sido um espaço, frequentemente, escolhido pelas forças leonesas nas incursões efectuadas em território nacional, pois faz a ligação, com relativa facilidade, de Castro Labreiro aos actuais Arcos de Valdevez.

²²⁶ - Em relação ao Lindoso, referem as *Inquirições de 1258*, que os habitantes guardavam a passagem do rio Cabril, em plena serra Amarela “(...) Et quando lis vem mandado de guardarem o porto de Cabril et de Lindoso anno de guardar terterdia (...)”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 414.

²²⁷ - Também referem as *Inquirições de 1258*, que os habitantes do Soajo guardavam a passagem do rio Castro Lebreiro, na aldeia da Várzea “(...) dixerunt que guardam a Portela de Galo, et pectam as iij. Vozes consuzudas”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 396.

²²⁸ - Actual freguesia de Riba de Mouro, concelho de Monção.

²²⁹ - “(...) dixerunt que quando ouverem guerra am de guardar as travessas do monte de Lebreiro (...)”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 375.

²³⁰ - “(...) se guerra vem do regno de Leom, vam guardar o porto de Couso (...) de Vilar de Cabreiro (...) vam guardar o porto de Couso (...)”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888 Lisboa, p. 380.

²³¹ - “(...) et se ouvirem voz dapelido do Castello de Lebreiro devenli a acorrer”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 375.

²³² - Anúduva, prestação de trabalho imposta para construção, reedificação e reparação das fortalezas e palácios ou moradas que ali serviam para albergar o castelão ou alcaide.

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1975, *Melgaço Medieval*, p. 85.

²³³ - Por curiosidade e a título de exemplo, nas *Inquirições de Afonso III*, 1258, das vinte e uma freguesias enquadradas pela Terra da Nóbrega, os habitantes de dezassete expressaram “(...) vam in anuduva (...)”, enquanto os residentes das quatro restantes, não fizeram qualquer referência a este tipo de contribuição. Assim, S. Mamede do Lindoso, muito provavelmente, por, em determinadas circunstâncias ter que alimentar o *castelário*, enquanto S. Vicente de Germil e S. Salvador de Bravães encontravam-se sob domínio senhorial do Mosteiro de Bravães e S. Lourenço de Touvedo ser uma Honra.

Em relação à Terra de Valadares, os habitantes de nove das quinze freguesias, por ela enquadradas, declararam, também, “(...) vam in anuduva (...)”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, pp. 374-378 e 406-415.

²³⁴ - As Inquirições, quer de 1220, quer de 1258, mencionam, por vezes, a outras obrigações dos residentes para com o seu castelo, através de expressões como *fazer o castelo*, ou, então, *levar madeira ao castelo*.

Não se pode, também, esquecer o facto do abastecimento da guarnição em alimentos e animais depender, em larga medida, das comunidades camponesas inseridas no território sob protecção da fortaleza, cuja entrega era feita ao castelário²³⁵, uma espécie de ecónomo²³⁶, a quem deviam, também, alimentar em determinadas circunstâncias como acontecia, por exemplo, na freguesia do Lindoso²³⁷.

Se este tipo de informações, preciosas para o conhecimento das interacções que eram estabelecidas pelo castelo, relativamente às populações moradoras na área envolvente, paisagens rarefeitas e organizadas por pequenos núcleos, que se distribuíam pelas rechãs, de modo a giz a linha de fronteira, nos são fornecidas pelas *Inquirições*, nomeadamente as de 1258, é curioso assinalar que esta Fonte nada refere no espaço reservado à freguesia de Santa Maria de Castro Laboreiro, que se relacione com o seu castelo, que de acordo com as posições estratégicas da Aboim da Nóbrega actuaria em articulação provável com o castelo do Lindoso.

Independentemente das lacunas na informação, não restam dúvidas que os castelos medievais constituíram-se em verdadeiros pólos hierarquizadores de territórios com condições, por vezes, bem adversas à fixação humana, ao tecerem uma malha de prestação de serviços, que abrangeu, embora em graus distintos, toda uma população aí fixada. As idas ao castelo, pelos mais variados motivos, fizeram parte do quotidiano das comunidades camponesas, contribuíram para o alargamento do seu espaço, muito limitado aos percursos na *serra*, enquanto vigiavam o gado e intensificaram as relações recíprocas de boa vizinhança.

Relações de vizinhança que adquiriam um outro significado em tempos de conflito. Ao enquadrarem territórios, que forças exteriores pretendiam ocupar, os castelos foram elementos dinamizadores nos esforços comuns, ao serem capazes de despertar nas populações que protegiam ideais de manutenção e construção de uma linha de fronteira.

Barroca, Mário Jorge, 1990/91, "Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)" in *Revista Portuguesa, Nova Série, Vol. XI-XII*, pp. 122-123.

Contudo, sobre a área em que incide, directamente, o nosso trabalho, não encontramos, nas *Inquirições*, qualquer referência, a este tipo de prestação. Mas, há que assinalar o depoimento dos habitantes da freguesia de Rio Frio em relação ao castelo de St^a Cruz "(...) quando fazem o Castelo de Sancta Cruz duzem a vara pora Poya cumnos de Soutelo et cumnos de Sancta Christina (...)".

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 382.

²³⁵ - Ainda por curiosidade e a título de exemplo, nas *Inquirições de Afonso III*, 1258, das vinte e uma freguesias enquadradas pela Terra da Nóbrega, quinze expressaram "(...) dam ao Casteleiro in cada mes, senos dineiros".

Os habitantes que não se consideravam ligados a este contributo distribuíam-se pelas freguesias de S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, S. Martinho de Britelo, S. Vicente de Germil, S. Mamede do Lindoso e S. Salvador de Touvedo.

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, pp. 406-415.

²³⁶ - Era da responsabilidade do *castelário* gerir e administrar os serviços específicos da fortaleza.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 195.

²³⁷ - "(...) dant a comer ao Alcayde do Castello quando vay a preito teer ou a monte correr ou a seu pam coler (...)".

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 414.

As situações conflituosas vividas ao longo do séc. XI a inícios do séc. XIII deveriam ter gerado nas populações sentimentos confusos e desorientados, pois contrapunham-se às recordações milenárias da boa vizinhança entre grupos ligados pela cultura, pelo sentir e pelo pulsar perante as condições de vida, que um projecto político "aproveitando" complexos montanhosos, como a Peneda, ou, a Amarela ousava dividir.

Num vale do Lima com uma população rarefeita, sem núcleos urbanos, ou, então, muito incipientes, num período em que se tomavam as primeiras medidas no âmbito da organização administrativa, local e regional, o castelo poderia aparecer como um verdadeiro centro do poder. Assim, ao seu responsável máximo, o alcaide, não competia, apenas, gizar e implementar as estratégias militares, com competência e firmeza, competia-lhe, também, exercer a autoridade em nome de um conde, ou, do rei e enquadrar em áreas administrativas mais vastas as populações dispersas pelos povoados, adquirindo, assim, em muitos casos, o estatuto de um autêntico senhor territorial²³⁸.

Se os castelos foram o símbolo material de ordem militar e administrativa, os mosteiros e a Igreja surgiram como os grandes protagonistas no quadro religioso. O mosteiro foi um elemento imprescindível no enquadramento das comunidades camponesas atingidas pelo isolamento e dificuldades de sobrevivência (Fig. 5, p. 93).

O prestígio do mosteiro junto das populações permitia-lhe, em detrimento das actividades pastoris, aumentar a extensão das terras aráveis, implementar novos sistemas de cultura, com relevo para os cereais e para a vinha, combatendo, assim, a míngua e a falta de alimentos que na época era uma situação quase normal, por ser generalizada. Além disso, a influência do mosteiro fez-se sentir, também, na dinamização do ensino da escrita e da leitura, aumentando o reduzido universo dos alfabetizados, cada vez mais necessários no preenchimento dos lugares, que o novo sistema político-administrativo, muito gradualmente ia produzindo.

²³⁸ - Cada Terra tinha um Senhor, a quem, por princípio, era atribuído o nome da circunscrição, mas, que, nem sempre, estaria, directamente, à frente dos respectivos desígnios político-militares. Por exemplo, a Terra da Nóbrega, com o centro no castelo da Nóbrega, imperaram os senhores da Nóbrega e os de Bravães. A família da Nóbrega, cujas origens se desconhecem, pois, apenas se sabe que, na década de 1180, Afonso Henriques deu a Ourigo Ourigues dois casais em Penelas, freguesia de Sampriz, por ter construído o castelo da Nóbrega "(...) quia fecit illi castellum de Anovrega (...)". Muito provavelmente, o pai seria Ourigo Soares, o fundador do Mosteiro de Crasto. Onze anos mais tarde, Ourigo Ourigues acedeu ao apelo de Sancho I e rumou para sul, em defesa da fronteira do Tejo. Contudo, foi um descendente, João Pires de Aboim, privado de Afonso III, que ao empenhar-se, também, na defesa das fronteiras a sul, construiu um enorme senhorio no Ribatejo e Alentejo, ficando conhecido como D. João de Portel.

Os senhores de Bravães, cujo primeiro ascendente conhecido Paio Vasques, foi, em 1122, mordomo-mor da rainha Teresa, fundaram o mosteiro de Bravães, para o qual conseguiu, de Afonso Henriques, uma carta de couto.

Paio Vasques nascido pelas mãos de uma aristocracia de categoria média, demarcou-se dos mosteiros fundados pelos ricos-homens, seguidores da regra beneditina, e passou a integrar-se na rede de comunidades nortenhas que adoptaram a regra de Stº Agostinho.

Coelho, Maria Helena Cruz, 1990, "A Terra e os Homens da Nóbrega no séc. XIII" in *Homens, Espaços e Poderes, sécs. XI-XVI, Notas de Viver Social*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 182-183;

"Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 38.

Mudanças nos hábitos de vida bem aceites pela população camponesa, pois, em troca e nos anos de crise, poderiam dispor não só do acesso ao celeiro do mosteiro, mas, conseguir a estabilidade e protecção, tão preciosas para quem tinha a maioria dos dias pautados pela insegurança, incerteza e angústia, além da possibilidade em assistir e participar nos complexos, mas comoventes serviços religiosos, tão generosamente oferecidos pelos monges.

Sem querermos desenvolver uma área de estudo que não é abrangida pelos objectivos que nos propusemos atingir com a realização deste trabalho, limitar-nos-emos a constatar que as relações de boa vizinhança entre o mosteiro e as populações camponesas abrangeram problemáticas tão diferenciadas como as da produção, as intelectuais, ou religiosas, mas, nas quais foi sempre realçado o papel determinante da unidade monástica na organização, quer do próprio território, quer da comunidade nele residente. Além disso, quando as estruturas do poder laico entravam em crise, o mosteiro²³⁹ podia surgir como um órgão substituto capaz e credível²⁴⁰.

Recordamos que os mosteiros optavam, sempre que lhes era possível, pelas áreas de colinas e vales abertos em que as actividades económicas, nomeadamente as agrícola e pecuária, permitiam uma maior rentabilidade, que justificará, em certa medida, a baixa densidade de unidades monásticas nos sistemas montanhosos da Peneda e da Amarela (Fig. 5, p. 93).

Como um bom exemplo da capacidade em organizar e dinamizar comunidades inseridas em territórios agrestes e difíceis, mas, que urgia proteger e povoar, destaca-se o mosteiro fundado, em meados do séc. X, por S. Rosendo²⁴¹, o mosteiro de Celanova²⁴²,

²³⁹ - Na breve abordagem sobre o contributo do mosteiro na estabilização e povoamento das áreas de fronteira, referimos, como exemplos, os que se implementaram, de facto, na área que estudamos (Celanova e Ermelo) e aqueles que, apesar de localizados na bacia do rio Minho, intervieram, provavelmente, de um modo mais activo, na consolidação da fronteira limiana (Stª Maria de Fiães e S. Salvador de Paderne).

²⁴⁰ - Mais do que nos debruçarmos sobre a origem e a densidade de mosteiros, que proliferaram na área em estudo, limitámo-nos, a título de exemplo, mencionar, segundo as Fontes que conseguimos reunir, aqueles que maior influência teriam tido na capacidade organizadora das populações alvo do nosso trabalho.

²⁴¹ - S. Rosendo, filho dos Condes de Menéndez, teria nascido em Salas (Monte de Cordoba, concelho de Stº Tirso, Portugal), em 907. O avô, general Hermenegildo, distinguiu-se na conquista de Coimbra aos muçulmanos, em 876, proporcionando o primeiro sonho de uma Galiza compreendida entre Mondoñedo e o Mondego. O filho, Gutierre Menéndez, conde do Porto e Tui, continuou a façanha do pai e consolidou as posições galegas, principalmente, entre o Lima e o Douro. Filho de uma das famílias mais poderosas e detentora de grandes domínios, S. Rosendo, teve uma ascensão vertiginosa. Com 18 anos já era bispo de Dume, passando, em período muito curto, a bispo de Mondoñedo e, em seguida, de Iria-Flavia (Compostela). Durante o seu episcopado mandou construir o mosteiro de Celanova. Enquanto Bispo, distinguiu-se pelo modo como enfrentou e venceu os normandos, que em invasões sucessivas tinham penetrado e ocupado extensas áreas em território galego. Rechaçou, também, forças muçulmanas em áreas, que, actualmente, são portuguesas. A título de curiosidade, relembramos que, vários cronistas para a época, atribuem o castelo de Castro Laboreiro, o castelo de S. Rosendo, como é conhecido na Galiza, a obra de S. Rosendo. Acabando de construir o seu mosteiro, S. Rosendo pediu demissão de Bispo e retirou-se para o seu convento, onde veio a morrer em 977. Foi canonizado pelo Papa Celestino III, no séc. XII.

²⁴² - Este mosteiro, "filho espiritual" do mosteiro de Ribas de Sil, foi um dos mosteiros mais ricos de Ourense. O poder económico resultou das numerosas doações efectuadas, primeiro por S. Rosendo e sua poderosa família, depois pelas inúmeras ofertas, quer dos reis de Leão e Castela, quer de particulares, que, generosamente seguiam os gestos pios da Coroa. Todo o domínio senhorial do mosteiro, que incluía outros mosteiros como o de Stª Maria da Ribeira, S. Paio de Rabanal, S. Vicente de Arnoia, Mixós, S. Salvador de Sabucedo, S. Martin de Grou, se estendia pelo sudoeste da província de Ourense, com excepção dos domínios dos conventos de Rocas, Naves e do Priorato de Monte Cordova, em Stº Tirso. Relembramos que, para o domínio deste Priorato continuar a pertencer a Celanova, muito provavelmente, este mosteiro cedeu, em troca, a vila e o castelo de Castro Laboreiro à coroa portuguesa, em 1279. Evidenciamos, ainda, o facto dos castelos de Sande, Stª Cruz e Milmanda se encontrarem debaixo do domínio senhorial deste convento, em meados do séc. XII.

construído num período de fortes instabilidade e turbulência provocadas pelas investidas muçulmanas e vikings do séc. X no Noroeste Peninsular.

Nos primeiros séculos de vida este mosteiro assistiu a um alargamento continuado do seu domínio, assim como à acumulação de privilégios em virtude da generosidade da família do fundador²⁴³, da coroa²⁴⁴, da nobreza e de particulares privilegiados, que, com as suas dádivas²⁴⁵, se inseriram, gradualmente, nas propostas encorajadoras vindas do além Pirinéus, através de S. Rosendo, personalidade forte e muito culta, predisposto para a nova forma de pensar da época, a filosofia da regra beneditina.

Assim, nos meados do séc. XII o Domínio Senhorial do Mosteiro de Celanova estender-se-ia, de um modo global, pelo sector meridional da Limia, com destaque para os territórios, sensivelmente compreendidos entre Celanova e a fronteira, precisamente a margem direita do Lima (Fig. 8).

Se desde o séc. X o Mosteiro de Celanova foi alvo de doações por parte das mais variadas entidades, destacamos as da serra do Labreiro confirmadas, em 1145, por Afonso VII. Com a finalidade de atrair e fixar populações em áreas tão agrestes como as da serra do Labreiro, foi implementado na secção jusante da bacia do Grou, com solos mais férteis e parcelas de "maior" dimensão, o mosteiro de San Martín de Grou, que se tornou o pólo dinamizador de uma área que se teria estendido, a leste, até à fronteira, e a Norte, a territórios que se incluem, nos dias de hoje, em concelhos como os de Cortegada e Pontedeva, sem se esquecer o de Quintela do Leirado, onde, muito provavelmente, se edificou o castelo de St^a Cruz da Lobeira, unidade imprescindível na manutenção da estabilidade militar com Portugal²⁴⁶ (Fig. 8).

A extensão e o valor do património, a personalidade e o prestígio a que se encontra associado, fizeram do mosteiro de Celanova o núcleo catalizador de uma sociedade, que se organizou e ordenou um território em situações conjunturais muito específicas, as decorrentes da situação de fronteira.

A estreita ligação entre a génese dos mosteiros e a participação de famílias nobres, ou,

²⁴³ - No cartulário de Celanova encontram-se exaradas muitas doações das quais destacamos, por exemplo, uma efectuada pela mãe de S. Rosendo, em 23 de Fevereiro de 938.

"Ilduara, viuva de D. Gutierre, y Madre de San Rosendo, Hace Donacion, al Monasterio de Celanova, de algunas villas y de otros bienes", Cartulario de Celanova, Arquivo Provincial de Orense, Orense, fls 5v. a 6v.

²⁴⁴ - "Privilégio de D. Afonso VII el Imperador haciendo varias donaciones al Monasterio de Celanova y confirmando sus antiguos cotos. Era 1183. Año 1145" in *Boletín de la Comisión de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense, Tomo I*, 1898-1901, nº 15, pp. 148-151.

²⁴⁵ - Há a evidenciar, que ao período de expansão e riqueza dos primeiros séculos de vida do Mosteiro, seguiu-se na Baixa Idade Média, uma época de crise, não só para Celanova, como para os outros mosteiros, em virtude das usurpações efectuadas por certos magnates e das imposições levadas a cabo pelos encomendatários e abades comendatários. Contudo, a Reforma dos Reis Católicos devolveu aos mosteiros a sua vida própria, além dos bens ocupados pelos senhores poderosos.

²⁴⁶ - Núñez, Arturo Vásquez, 1898-1901, "Documentos Históricos" in *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos e Artísticos de Orense, Tomo I*, Orense, pp. 148-151.

de posição privilegiada reconhecida, torna-se difícil de estabelecer no caso do Mosteiro de Ermelo²⁴⁷.

Localizado no limiar da serra do Soajo²⁴⁸ e num contexto de insuficiência das estruturas administrativas, a carta de couto²⁴⁹ que lhe foi concedida por Afonso Henriques²⁵⁰ permitir-lhe-ia não só enquadrar populações que, de outro modo, se manteriam alheias a qualquer tipo de autoridade, como favorecer a sua fixação, estratégia imprescindível na estabilidade e consolidação de uma área de fronteira²⁵¹.

Apesar da grande lacuna que existe na documentação do Mosteiro de Ermelo, o Domínio Senhorial estender-se-ia, quer pela serra Amarela, quer pelas serras do Soajo e da Peneda (Fig. 8).

Na verdade, a Ordem de Cister²⁵² ficou conhecida pela preferência por lugares agrestes e pouco habitados, contrariamente às opções da maioria das unidades monásticas, os plainos de aluvião, ou, então, de sopé, mais promissores para uma melhor rentabilização dos recursos humanos na actividade principal, o amanho da terra, seguido pela pesca fluvial.

Único mosteiro luso²⁵³ estritamente localizado na área em estudo estabeleceu ligações, mormente, com conventos da mesma regra escolástica, como o mosteiro de St^a Maria de Fiães²⁵⁴ (Fig. 5, p. 93). Localizado na linha de fronteira, junto ao rio Trancoso o mosteiro

²⁴⁷ - Desconhece-se a data exacta da edificação. Se a tradição do próprio Mosteiro atribui a Teresa a sua fundação, conforme o declarou o seu Abade Frei João Martins a D. João I, em 5 de Janeiro de 1388, na *Benedicta Lusitana*, I, p. 417 se declara que foi fundado no ano de 688 da Era Cristã. Apesar desta grande divergência, é bem provável que o Mosteiro seja de uma época anterior à de D. Teresa, tendo sido esta, apenas, uma benfeitora que patrocinou a sua restauração e lhe doou bens, como, por exemplo, os bens reguengos de S. Martinho de Britelo. Costa, P. Avelino Jesus, 1984, *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez, (Subsídios para a sua monografia)*, Braga, pp. 31-33.

²⁴⁸ - Começaria por estar localizado em S. Pedro de Arcos ou do Vale, também designado por St^a Maria do Vale e, posteriormente, deslocalizado para a freguesia de St^a Maria de Ermelo.

“(…) é Couto per padroes, et que o coutou Rey don Alfonso o primeiro (et aqui seive primeiramente o moesteiro dArmelo, et dixerunt que aqui o coutou elrey don Alfonso I^o, et o abbade et os fratres sacaromno daqui et poseromno in aquel logar que chamam Armelo.)”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 389.

²⁴⁹ - Atribuição ao mosteiro de Ermelo, pelo poder régio, da possibilidade de usufruir direitos senhoriais sobre territórios com dimensões assinaláveis.

²⁵⁰ - Afonso Henriques coutou a freguesia de S. Pedro do Vale em favor do mosteiro de Ermelo.

Costa, P. Avelino Jesus, 1984, *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez, (Subsídios para a sua monografia)*, Braga, pp. 34.

²⁵¹ - Desconhece-se a extensão do domínio do Mosteiro de Ermelo, que passou por múltiplas vicissitudes, ao longo da sua vivência. Contudo, pelas Inquirições de Afonso III, sabe-se, que tinha quatro casais na freguesia de S. João de Vila Chã, um, na freguesia de Santiago de Vila Chã, alguns bens na freguesia de Azias. Foi-lhe coutado as freguesias de S. Pedro dos Arcos, Germil e Britelo, o lugar de Vergaço e a terra reguenga doada pela rainha Teresa em Ermelo.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, Lisboa, 1888, pp. 389, 396, 412, 414, 415.

²⁵² - O mosteiro de Ermelo pertenceu à Ordem Beneditina, para em meados do séc. XIII, passar para a Reforma de Cister, ficando dependente do Mosteiro de Fiães.

Costa, P. Avelino Jesus, 1981, *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez, (Subsídios para a sua monografia)*, Braga, p. 116.

²⁵³ - É reconhecido pelos historiadores, especialistas nesta área do conhecimento, a carência de documentação sobre os conventos portugueses da área raiana luso-galega.

²⁵⁴ - Provavelmente foi uma instituição que nasceu na época visigótica, mas, o primeiro documento encontrado a fazer referência ao mosteiro tem a data de 1142. Seguiu a regra beneditina até 1194 e, em 1194, já tinha abraçado a Ordem de Cister.

Costa, P. Avelino Jesus, 1981, “Comarca Eclesiástica de Valença do Minho” in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, I Vol.*, Associação Cultural Galaico-Minhota, Ponte do Lima, p.116.

**Fig. 8 - Distribuição do Domínio Senhorial dos Mosteiros de Celanova e de Ermelo
(uma amostra)**

Fiães foi alvo de atenções privilegiadas, quer por Afonso Henriques²⁵⁵, quer por Sancho I²⁵⁶, quer por muitos particulares²⁵⁷ que o enriqueceram com múltiplas e valiosas dádivas²⁵⁸, aumentando-lhe a capacidade em atrair e fixar novas populações²⁵⁹ (Fig. 5, p. 93).

Na realidade, os mosteiros foram factores de atracção na fixação humana, o que lhes poderia trazer dividendos avultados, quando passavam a ter direito ao usufruto dos direitos senhoriais, além da importância inquestionável no enquadramento religioso das comunidades camponesas.

Os mosteiros também conseguiram nas áreas em que o estado de guerra se transformou numa constante ameaça, como foram os espaços de fronteira, prestar apoio de ordem militar. Assim, emergiu o mosteiro de S. Salvador de Paderne²⁶⁰ (Fig. 5, p. 93) quando Afonso Henriques lhe concedeu a carta de couto, em 1141, como uma forma de compensação e reconhecimento pelo que o cenóbio, nomeadamente, a abadessa lhe tinha concedido²⁶¹ em abastecimentos e valores monetários na conquista, nesse mesmo ano, do estratégico castelo de Castro Laboreiro.

Quando reflectimos sobre a situação peculiar que se verificou na margem direita do rio Lima, território português queurgia estabilizar, mas que estava submetido a uma entidade

²⁵⁵ - Afonso Henriques doou ao Mosteiro uma valiosa herdade, a da Nossa Senhora da Orada. Contudo, em 1199, Sancho I, numa medida enquadrada na política de estabilização da fronteira apoderou-se desta herdade, concedeu-a aos moradores de Melgaço, compensando o Mosteiro com quatro casais e meio na freguesia de Messagães, concelho de Monção. Foi-lhe outorgado carta de couto em 1258, não se sabendo quem lha atribuiu.

Azevedo, Riu; Costa, P. Avelino de Jesus; Pereira; Marcelino Rodrigues, 1979, “Doação ao abade de Fiães e ao seu mosteiro de quatro casais e meio em “vila” de Figueiredo, em troca de Stª Maria de Orada, que D. Afonso Henriques doara ao mosteiro e que depois D. Sancho concedeu aos povoadores de Melgaço”, nº 122 in *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. I, Centro de História da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 192-193;

Costa, P. Avelino Jesus, 1981, “Comarca Eclesiástica de Valença do Minho” in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, I Vol.*, Associação Cultural Galaico-Minhoto, Ponte do Lima, p.116.

²⁵⁶ - Sancho I continuou a política de enquadramento monástico encetada por Afonso Henriques, que passou pela confirmação de antigas cartas de couto outorgadas pelo pai, como por exemplo, ao mosteiro de Friestas, em Sanfins, concelho de Valença; pela concessão de novas cartas de couto, como as dos mosteiros de Stª Maria de Miranda, concelho de Arcos de Valdevez, em 1207, de Cabana, Afife, concelho de Viana do Castelo, em 1177, ou de Longos Vales, S. João, concelho de Monção, em 1199; e dádivas, como a que efectuou aos habitantes do concelho de Melgaço, ou, aos mosteiros de Ganfei, concelho de Valença e de Refojos do Lima, concelho de Ponte de Lima.

-Costa, P. Avelino Jesus, 1981, “Comarca Eclesiástica de Valença do Minho” in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, I Vol.*, Associação Cultural Galaico-Minhoto, Ponte do Lima, pp.101-132.

²⁵⁷ - A nobreza e mesmo proprietários não privilegiados ao assumirem um comportamento próximo do seguido pelos monarcas perante os cenóbios, estariam a canalizar, através da doação, todo um espólio resultante na participação nos saques das cidades islâmicas no período imediato à conquista de Lisboa em 1147.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 213-214.

²⁵⁸ - O mosteiro adquiriu numerosos bens nas duas margens do rio Minho, estando a maior parte deles documentados no cartulário *Livro das Datas de Fiães*, que se encontra no Arquivo Distrital de Braga, o único cartulário existente nesta área raina.

²⁵⁹ - O mosteiro expandiu-se não só através das dádivas e testamentos particulares, mas pelas compras que efectuou, como se concluiu pela leitura do respectivo Cartulário, bem demonstrativo da sua saúde financeira.

²⁶⁰ - A primeira referência ao mosteiro de S. Salvador de Paderne data de 16-4-1141, na carta de couto concedida por Afonso Henriques à abadessa Elvira Sarracins “(...) monasterio de Paterni (...) pro servitio quod mihi fecit dona Ilvira (...) istum pretium et servitium fuit datum quando tomavit dominus rex castellum de Laborario (...)”.

“Documentos Régios, nº 186” in *Documentos Medievais Portugueses, Vol. I*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, p. 229.

²⁶¹ - A avaliar pelo tipo e volume de dádivas atribuídas, o mosteiro encontrava-se, na década de quarenta do séc. XII, numa boa situação financeira, segundo a opinião de historiadores especialistas nestas temáticas medievais.

episcopal sediada em Tui²⁶², politicamente dependente da autoridade do rei de Leão e Castela²⁶³, talvez, nestes territórios a importância do mosteiro fosse acrescida, em virtude de ter sido com o respectivo templo, a única presença suficientemente próxima das comunidades rurais, que poderia contrariar, ou pelo menos, minorar a hegemonia de uma sede episcopal sediada num núcleo urbano sob soberania estrangeira.

Para estas comunidades rurais, as da margem direita do Lima²⁶⁴, estabeleceram-se vínculos com centros de decisão em território galego, por vezes difíceis de conciliar, nomeadamente quando as orientações do poder político luso enveredassem por sentidos opostos²⁶⁵.

Os monarcas²⁶⁶ com a cedência de benefícios e vantagens decorrentes da atribuição, por exemplo, das cartas de couto²⁶⁷ esperavam por parte dos respectivos mosteiros, assim como dos seus dependentes, uma maior sintonia com a estratégia régia da afirmação fronteiriça, o que contribuiria, também, para fazer dos mosteiros pólos de poder local em áreas cujas debilidades das estruturas administrativas régias eram mais que evidentes.

Apesar do recurso a entidades, como as ordens religiosas e a nobreza, na implementação de uma autoridade enquadradora em áreas de fronteira, ter como consequências aspectos muito vantajosos, não deixou de se traduzir em perdas significativas para o poder régio, pois retiravam-lhe à sua influência directa, além dos territórios, sempre extensos, os dividendos económicos deles resultantes, que se tornariam, não só cada vez mais volumosos à medida que o séc. XIII se aproximava, como imprescindíveis na implementação das estruturas administrativas, que seriam o suporte desse mesmo poder régio²⁶⁸.

Também o quadro económico e social peninsular e, nomeadamente, do vale do Lima, começou a ter alterações positivas explicadas por um conjunto de condicionalismos

²⁶² - Em 1156, Afonso VII, com o acordo de Afonso Henriques, confirma a divisão das igrejas e arcediagos do bispado de Tui, feita entre o bispo D. Isidoro e seu cabido.

Costa, P. Avelino Jesus, 1981, "Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, Apêndice Documental" in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, I Vol.*, Associação Cultural Galaico-Minhota, Ponte do Lima, p.157.

²⁶³ - A importância da cidade episcopal de Tui traduziu-se, entre outros aspectos, numa acumulação de bens patrimoniais traduzidas, por exemplo, nas doações efectuadas por Teresa e o filho Afonso Henriques, mas, principalmente, através das ligações estabelecidas com as igrejas e mosteiros da área.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 203.

²⁶⁴ - Costa, P. Avelino Jesus, 1981, "Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, Apêndice Documental" in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, I Vol.*, Associação Cultural Galaico-Minhota, Ponte do Lima, pp.158-162.

²⁶⁵ - Apenas recordamos que os párocos, além de serem nomeados, ou, confirmados pelos bispos tudenses, permaneciam sempre com ligações a Tui, ou, por causa dos sínodos episcopais, ou, muito simplesmente, através das visitas pastorais, que traziam, periodicamente, a autoridade eclesiástica à paróquia. Com a influência que o pároco, sempre exerceu, junto às populações rurais, corria-se o risco de se ver aumentada a influência galega.

²⁶⁶ - A política da concessão de benefícios senhoriais às unidades monásticas, através da carta de couto, já foi implementada por Teresa, embora com objectivos diferentes, quer dos de Afonso Henriques, quer dos de Sancho I, justificados pelo seu posicionamento pró-galego.

²⁶⁷ - A concessão da carta de couto, como uma forma de atribuição de privilégios, regalias e vantagens económicas e sociais aos cenóbios e senhores condais, adquiriu o mesmo relevo e magnitude na Galiza, nomeadamente, no mosteiro de Celanova.

²⁶⁸ - Daí se explique a diminuição na outorga de novas cartas de couto, limitando-se Sancho I e, principalmente, Afonso II a confirmar as já existentes.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 215.

favoráveis. A melhoria das condições climáticas sentida a partir do séc. X associada às novas técnicas agrícolas desenvolvidas pela presença monástica explica os primeiros excedentes de produção agrícola, responsáveis pela diminuição das carências alimentares, o principal causador do ritmo da variação demográfica. Além disso, os ataques de vikings e muçulmanos rareavam, cada vez mais, o que permitiu às populações do litoral o retorno às actividades da pesca e cabotagem.

Começaram-se, então, a reunir as condições básicas para que fluxos de pessoas e mercadorias se intensificassem, independentemente das distâncias a percorrer, favorecendo as actividades mercantis e, logicamente, quem detinha o direito de cobrar portagens e peagens²⁶⁹.

Deste modo, o poder régio no enquadramento de uma região teria que ter em atenção não só os condicionalismos estratégicos do ponto de vista militar, as divisões administrativas e respectivas personalidades e instituições, mas, também as potencialidades económicas, a fim de as gerir dentro da sua esfera do poder, de modo a usufruir todas as vantagens daí decorrentes.

Estes factos contribuíram, de modo decisivo, na alteração da organização da ocupação humana, que passou pela aplicação a um território de um esquema político-social centrado na autoridade régia, que a paisagem reproduziu através das aglomerações, que se pretendiam com cariz urbano, e que surgiram a partir de uma comunidade a quem foi atribuído um regulamento, a carta de foral²⁷⁰.

A outorga de Teresa²⁷¹, em 1122, de uma carta de privilégios a favor dos moradores de Ourense e o estabelecimento de um mercado mensal, juntamente com a doação à respectiva Sé de vários bens e direitos senhoriais, revela bem a necessidade em se dinamizar a demografia e a economia de um núcleo posicionado na encruzilhada de uma rede viária primária, que aproximava os centros mais importantes da Península Cristianizada²⁷².

²⁶⁹ - Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 216.

²⁷⁰ - “Texto concedido a uma certa comunidade, no qual se estabeleciam direitos e deveres dos seus membros, se criava uma orgânica de gestão local, se determinavam os parâmetros do relacionamento com o outorgante do documento e se acordava a partilha dos rendimentos que era possível obter”.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 217.

²⁷¹ - Carta de privilégio dada por Teresa, em Ourense e em 17 de Fevereiro de 1122 na presença do Conde Trava.

“ 1122, Fevereiro, 17 – Teresa outorga a sua protecção aos moradores de Ourense, estabelece um mercado mensal e doa à respectiva Sé vários bens e direitos senhoriais”.

Sé de Orense, *Privilégios, Tomo I*, doc. 4, or. Chanc. Car.”;

“Documentos Régios, nº 60” in *Documentos Medievais Portugueses, vol. I*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, p. 75.

²⁷² - Tornava-se premente para o desenvolvimento económico de Ourense atrair e fixar população a que a Mitra foi sensível ao divulgar com a autoridade decorrente do poder senhorial adquirido, no mesmo ano de 1122, a *Carta-puebla* (carta de povoamento) não só a favor dos moradores, mas extensiva a todos aqueles que decidissem residir na cidade. Por curiosidade, referimos uma das regalias: “que las casas que edificaren y los campos que labraren fuesen suyos y de sus hijos (...)”.

Sueiro, Manuel Martinez, 1978, *Fueros Municipales de Orense*, Publicaciones de la Excma. Diputacion Provincial, Orense, p. 6.

Em data próxima, 1125, Teresa concedeu a carta de foral a uma comunidade localizada na freguesia de Ponte²⁷³, margem esquerda do rio Lima (actual Ponte de Lima), nó de uma nevrálgica rede viária, que permitiu a ligação de um litoral mais povoado e com os solos mais férteis, a um interior montanhoso, de difícil acesso, em que a população rareava e a qualidade de vida era mais parca, e um sul, a área mais populosa e rica do Condado Portucalense, a um Norte, que era a entrada para Toroño e a Limia²⁷⁴.

A instituição, juntamente com a carta de foral, de uma feira tanto para Ourense como para a Ponte²⁷⁵, efectuou-se na opção por núcleos, cuja acessibilidade favorecia a intensificação de movimentos, humanos e mercantis, capazes de gerarem múltiplas e novas actividades, que exigiam a fixação de pessoas, quer em novos lugares, quer nos já existentes, procedendo-se, assim, gradualmente a um ordenamento de territórios, a escalas diferenciadas, pois, à partida, as funções oferecidas por Ourense²⁷⁶ eram de um grau muito superior, em comparação às oferecidas por Ponte. Além disso, Ourense e Ponte foram núcleos polarizadores de territórios em que, gradualmente, se traçou uma fronteira, que afastou povos com a mesma matriz cultural. Assim se justifica a importância atribuída por Afonso Henriques a Melgaço quando, em 1183, concedeu aos seus habitantes carta de foral²⁷⁷.

Evidenciamos o facto de Castro Laboreiro, flanco avançado no vale do Lima, ter sido, por ventura, alvo da atenção particular, também de Afonso Henriques, a avaliar pela importância que adquiriu nos avanços sobre a Límia.

Contudo, seria Sancho I a conceder-lhe a primeira carta de privilégios, cuja síntese se pode ler no texto das *Inquirições de 1258*²⁷⁸. A necessidade em garantir a estabilidade da fronteira teria justificado a regalia da isenção de pagamento de portagens em todo o reino,

²⁷³ - “Documentos Régios, nº 69”, *Documentos Medievais Portugueses, vol. I*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, pp. 85-86.

²⁷⁴ - Há que não esquecer que o rio Lima era navegável, precisamente, até Ponte de Lima.

²⁷⁵ - A instituição da feira para a Ponte foi feita sem a indicação do local, calendário, ou, periodicidade.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 217.

²⁷⁶ - Se com a carta de povoamento, 1122, Ourense recuperou o título de cidade, em 1131, Afonso VII concedeu-lhe os *bons foros* de Allariz, que se estenderam a toda a Límia. Não só se ignora o motivo de tão importante concessão, como se desconhece, que privilégios estariam, de facto, associados aos *bons foros*. Contudo, não podem ser menosprezados, mesmo que se traduzissem, apenas, numa franquia sobre as portagens e peagens. Muito provavelmente, o monarca leonês entendeu privilegiar populações, que suportavam a insegurança e a instabilidade, recorrentes de uma área de fronteira.

Sueiro, Manuel Martinez, 1978, *Fueros Municipales de Orense*, Publicaciones de la Excma. Diputación Provincial, Orense, p. p. 10 e 14.

²⁷⁷ - “1183, Julho, 21 – Carta outorgada aos moradores de Melgaço na qual se lhe faz doação de terras da coroa situadas no referido lugar e de metade de Chaviães, para aí morarem, segundo o foral de Ribadavia (Galiza), como eles próprios pediram e lhes foi concedido”.

“Documentos Régios, nº 353”, *Documentos Medievais Portugueses, Vol. I*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, pp. 475-477.

²⁷⁸ - “Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, 1888, Lisboa, p. 378.

Muito provavelmente, a atribuição desta carta de foral a Castro Laboreiro integrou-se no conjunto de medidas que Sancho I tomou, como, por exemplo, a doação fundiária aos moradores de Melgaço, em 1199, que teriam por finalidade a retribuição e garantia de apoios indispensáveis, nas situações bélicas aí vividas, após 1197.

numa tentativa em atrair novos residentes para terras agrestes, mas, simultaneamente, com paisagens tão sumptuosas, como são as dos Montes de Laboreiro²⁷⁹.

Motivos semelhantes, ou seja, a necessidade imperiosa em estabelecer um ambiente de segurança e prosperidade nos territórios agitados de fronteira que passaria, inevitavelmente, pela existência de núcleos populacionais redimensionados, estiveram presentes, também, na iniciativa tomada por Afonso IX, quando outorgou uma carta de privilégios à vila de Lobeira, em 1228²⁸⁰.

Vila da Lobeira²⁸¹ cuja importância na Idade Média lhe adveio da posição estratégica, não só na rede viária que aproximava lugares como Braga ou Allariz²⁸² (Fig. 5, p. 93), como no controle da Limia Baixa, que de Caballeiros se estende até à Portela do Homem.

É curioso assinalar, apesar das situações bélicas vividas na Limia, em virtude da fronteira política²⁸³, as relações de boa vizinhança entre os dois povos com a mesma matriz cultural, que se traduziram, por exemplo, na concessão das mesmas regalias a todos os residentes na Vila da Lobeira²⁸⁴, os naturais e os portugueses que nela desejassem residir.

A institucionalização para a vila de Lobeira²⁸⁵ na carta de foral de uma feira mensal com calendário estipulado, de acordo com o da feira de Milmanda²⁸⁶ (Fig. 5, p. 93), parece demonstrar bem a importância da canalização para locais e datas específicas de um tráfego, por certo intenso, de bens agrícolas e artesanais, cujas produção e fabrico permitiram,

²⁷⁹ - Extensa mancha territorial, sensivelmente, delineada por Celanova, Parada do Monte, nas margens do rio Mouro, o lugar de Padrão (freguesia de Sisteló), na margem esquerda do rio Vez e na qual se incluiria todo o Soajo.

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, "O Recontro de Val-de-Vez Onde Foi?", *Revista Independência, Separata n.ºs 17 e 18*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, p. 30.

²⁸⁰ - Convém relembrar, que à Límia, no séc. XII, Afonso VII tinha atribuído os *bons foros* de Allariz.

Gonzalez, Julio, 1944, "1228, Junio 10, Bayona, Concede fuero a Lobeira, n.º 547" in *Alfonso IX, Tomo II*, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, pp. 647-648;

Fernandez, Xurxo Lourenzo, 1930, "Foro de Lobeira" in *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos, V*, Santiago de Compostela, pp. 1-34.

²⁸¹ - A vila real de Lobeira corresponde, actualmente, ao lugar da Vila, no concelho da Lobeira.

²⁸² - O mosteiro expandiu-se não só através das dádivas e testamentos particulares, mas pelas compras que efectuou, como se concluiu pela leitura do respectivo Cartulário, bem demonstrativo da sua saúde financeira.

²⁸³ - A vila de Lobeira teria melhores ligações a Portugal, que a toda a Galiza.

Priegue, Elisa Ferreira, 1988, *Los Caminos Medievales de Galicia*, Boletín Auriense, Anexo 9; Museo Arqueológico Provincial, Ourense, p. 173.

²⁸⁴ - "(...) si esos pobladores fueren mas de Portugal (...) mando que cumplan mi esta cosa por fuero y non mas, e que esos pobladores y las heredades dellos sean libres y quintas de todo outro mi fuero (...).

Gonzalez, Julio, (1944), "1228, Junio 10, Bayona, Concede fuero a Lobeira, n.º 547" in *Alfonso IX, Tomo II*, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, p. 647.

²⁸⁵ - A feira era no dia três de cada mês, sempre anterior à feira de Milmanda.

Gonzalez, Julio, 1944, "1228, Junio 10, Bayona, Concede fuero a Lobeira, n.º 547" in *Alfonso IX, Tomo II*, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, p. 648.

²⁸⁶ - Milmanda, importante lugar estratégico de ordem bélico, materializado no respectivo castelo, concentrou preocupações muito particulares, dos respectivos monarcas, pois tornava-se necessário estabilizar uma área de fronteira, com fortes ligações culturais e viárias às vizinhas localidades de Castro Laboreiro e Melgaço. Assim, em 1199, Afonso IX outorgou a carta de foral, diligência na promoção do desenvolvimento de um núcleo populacional forte, capaz de se tornar um pólo ordenador de toda a área envolvente.

Gonzalez, Julio, 1944, "1199, Junio Benavente, Concede fuero a Milmanda, n.º 126" in *Alfonso IX, Tomo II*, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, pp. 180-183.

respectivamente, desenvolver povoados rurais, galegos e lusos, que as ligações históricas e económicas teimavam em aproximar²⁸⁷.

Diremos que os apoios régios, galego e luso, no desenvolvimento de centros, que funcionassem como burgos de cariz urbano, fornecedores de serviços, nomeadamente as mercadorias transaccionadas nas feiras, fariam parte de uma estratégia de afirmação de autoridade em territórios fortemente disputados, por serem de fronteira e, como tal, numa evidente tentativa de prevenir e minorar qualquer espécie de incursão das forças vizinhas militares.

Sendo assim, se compreenderá melhor a pertinência dos forais concedidos às populações, por exemplo, de Milmanda e Lobeira, ou, aos moradores de Melgaço e Castro Laboreiro, ainda que este, provavelmente, fosse mais tardio, mas, cujos apoios seriam fundamentais em caso de conflito com os vizinhos do lado de lá da fronteira, que, já se começava a esboçar²⁸⁸.

Em nota de síntese, limitar-nos-emos a inferir que, na verdade, estabilizar territórios de fronteira, significou, também, favorecer o desenvolvimento de núcleos urbanos, ou, de cariz urbano, o que implicou uma vontade régia²⁸⁹ empenhada em criar soluções, que permitissem o melhor enquadramento das populações instaladas nesses territórios, que foram determinantes na configuração espacial dos respectivos reinos.

1.4. Linha de fronteira em construção

De acordo com os objectivos estabelecidos para a realização deste trabalho, torna-se pertinente reflectir, embora de um modo amplo, sobre problemáticas que envolveram o gizar físico da fronteira limiana, tendo como princípio a apresentação de exemplos que, apesar de aleatórios, permitam entender o tipo de interacções que, nos primeiros tempos, se estabeleceram entre dois povos apartados simplesmente por uma vontade política.

Se nos primeiros tempos a fronteira²⁹⁰ poder-se-ia entender como um território de contornos pouco definidos, com maior ou menor profundidade consoante a posição das

²⁸⁷ - Na província de Ourense das vilas históricas o favor régio traduzido em carta de foral, apenas, foi atribuído a Allariz, Ribadavia, Caldelas, Lobeira e Milmanda.

²⁸⁸ - Para tranquilizar e estabilizar as populações, talvez, tenha sido este o motivo principal que explique o facto de Afonso Henriques ter concedido à comunidade de Melgaço a outorga do foral de Ribadavia atribuído por Fernando II, em 1164.

²⁸⁹ - A carta foralenga traduzida num texto, especificamente, laborado para o incentivo e desenvolvimento de núcleos populacionais em áreas, que pelas suas características específicas, nomeadamente os perigos de ordem bélica, não se apresentavam, naturalmente, atractivas à fixação humana. Daí, os inúmeros privilégios, dos quais destacamos a dependência exclusiva do rei, a isenção de pagamento de portagem em todo o reino, a possibilidade de ascensão social, as vantagens judiciais, entre outros.

²⁹⁰ - De início, a expressão fronteira seria utilizada no sentido “a frente de luta com os mouros” passando, a partir dos meados do séc. XII, a designar os limites dos reinos da península cristã.

Gomes, Rita Costa, 1987, “A construção das fronteiras” in Bettencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 359-360.

fortalezas inimigas, que marcavam o início de territórios controlados e organizados pelas formações em confronto, mais tarde, começou a ser entendida como um território ocupado por um domínio senhorial²⁹¹ traduzido nos senhorios nobre, monástico ou clerical, que modelaram a paisagem e afeiçãoaram as comunidades pelo poder socioeconómico, cultural e, por vezes, militar.

Com a evolução do poder político forças dispersas foram reunidas em torno de um poder central, o poder régio, que quis chamar a si a responsabilidade de povoar e desenvolver, nomeadamente, áreas que pela sua posição estratégica apresentavam uma especificidade conjuntural, que requeria uma atitude e enquadramento muito particulares, pois, estava em causa a consolidação das fronteiras políticas do reino²⁹².

O perfil da fronteira no noroeste peninsular desenhou-se desde um traçado mais nítido, quando utilizou como limite uma linha física, os rios Minho e Trancoso, a um contorno muito mais vago e impreciso, quando atravessou, por exemplo, o vale do Lima.

Todavia, mesmo no vale do Minho, a fronteira continuou a ser reforçada e consolidada pelas iniciativas tomadas, quer por Afonso III, quer por Dinis²⁹³. Ao fomentar-se o desenvolvimento de núcleos urbanos ao longo do rio Minho, como Melgaço, ou, Valença, criaram-se condições para que estas aglomerações em torno da sua fortaleza fossem capazes de assegurar a defesa de lugares estratégicos²⁹⁴, que, no seu conjunto, pontearam e defenderam uma linha de fronteira²⁹⁵, além de garantir, sobretudo, no caso de Valença e Monção, o domínio de uma rede viária, que tendia a ser o sistema nevrálgico do ordenamento de toda a região litoral²⁹⁶.

²⁹¹ - Nunca é de mais recordar, que o domínio senhorial optou pelas terras com solos mais férteis e pelos lugares com melhores acessibilidades, isto é, pelo noroeste das planícies e das colinas. O interior montanhoso, de solos pobres e pouco espessos, ficou para as populações, que entregues praticamente à sua sorte, se auto-organizaram, fomentado uma estrutura agro-pastoril, com características muito peculiares, com laivos, por vezes, de comunitarismo.

²⁹² - As cartas de foral foram o instrumento precioso na acção de povoamento das áreas periféricas dos reinos, nas quais se inseria o vale do Lima. Os moradores enquadrados por um texto foralengo tomavam em suas mãos a ingente tarefa de cultivar, povoar e defender o núcleo de cariz urbano e o respectivo termo.

²⁹³ - Afonso III renovou as cartas de foral a Melgaço (1258), Valença (1262) e atribuiu o primeiro texto a Monção, em 1261, enquanto Dinis concedeu a carta de foral à comunidade de Caminha e, mais tarde, em 1321, àquela que residia junto ao castelo de Cerveira. Muito provavelmente, também, a comunidade de Castro Laboreiro teria visto o seu foral, concedido por Sancho I, a ser renovado por Afonso III, a ter em conta o título do foral que lhe foi atribuído por Manuel I "foral da vylla de Castro leboreiro dado por El Rey dom afonso Conde de bollonha".

A.N.T.T., Leitura Nova, L.1, *Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fl. 49.

Por curiosidade, em 1312, Castro Laboreiro já tinha tabelião real, embora não tivesse o epíteto de vila.

A.N.T.T., *Chancelaria de Dinis*, Livro 3, fl. 1v.

²⁹⁴ - Há, ainda, a não esquecer as medidas, que, no âmbito económico, foram implementadas por Afonso III, que em muito contribuíram para uma definição, com rigor, da noção de fronteira, como, por exemplo, a necessidade em estabelecer os lugares em que se poderia pagar o contributo decorrente da transacção das mercadorias com os reinos estrangeiros, ou, então, fazer o controlo das importações e exportações.

Mattoso, José, 1995, *Identificação de Um País, Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325, II- Composição*, Ed. Estampa, 5ª Edição, Lisboa, p. 195.

²⁹⁵ - Poder-se-á dizer que esta política de povoamento, também, responderia e iniciativas tomadas em território galego, como a criação de núcleos de cariz urbano, como Guarda, Redondela ou Monterrei.

Andrade, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteiras: O Exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, policopiado, Lisboa, p. 331.

²⁹⁶ - A par, emergiu a necessidade de se criar um instrumento jurídico e formal que instituisse a delimitação e demarcação entre os reinos de Castela e de Portugal. Assim, segundo as informações que conseguimos obter, a primeira carta assinada por Afonso X de Castela e Afonso

No caso do vale do Lima, a raia chegou, por assim dizer, até onde se desenharam os diferentes ciclos de erosão, determinantes no encaixe do rio, que se anima a jusante pelo aumento da força viva das águas²⁹⁷.

Foi o monarca Dinis quem mais se preocupou com o traçado de uma fronteira alicerçada numa sequência de unidades defensivas²⁹⁸, quando mandou reconstruir, entre muitos outros, os castelos da Nóbrega²⁹⁹, o de Castro Laboreiro³⁰⁰ e edificar o castelo do Lindoso³⁰¹, unidades que intervieram, por exemplo, na Guerra da Independência³⁰². Unidades defensivas, que concederam aos territórios em que se inseriram uma fisionomia fortemente militar, mas, simultaneamente foram os marcos de continuidades e, ou, rupturas nas relações de fronteira entre os dois reinos³⁰³ (Fig. 5, p. 93).

A fronteira tornou-se, por isso, um espaço, ou, melhor, uma linha, que embora delimitadora de uma soberania e símbolo de resistências³⁰⁴ permitiu, apesar de tudo, uma complementaridade nas funções fornecidas por ambos os lados³⁰⁵.

Assim, ao enquadrar populações, politicamente separadas, permitiu nas primeiras centúrias fluxos livres de residentes e respectivos bens materializados nas trocas e transacções de mercadorias isentas de impostos, nas visitas a membros familiares fixos no outro lado para,

III de Portugal, sobre a nomeação das personalidades que deviam proceder à demarcação dos limites dos dois Reinos, data de 5 de Junho de 1264.

Barreiros, José Baptista, 1961, "Carta pela qual D. Afonso X nomeia D. João Garcia e D. Afonso Garcia para demarcarem os limites dos reinos de Leão e de Portugal e D. Afonso III de Portugal nomeia D. Diogo Lopes de Baiam e D. João de Aboim para o mesmo efeito" in Barreiros, José Baptista, 1961, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista Distrito de Braga, Fascículos I e II*, Braga, p. 8.

²⁹⁷ - Era o rio Lima antes da acção interventora do homem, traduzida na construção do complexo hidro-eléctrico do Lindoso.

²⁹⁸ - À medida que a Reconquista avançava para sul assistiu-se a uma acentuada decadência e abandono dos castelos, que acabaram por entrar em ruína. As populações concelhias, as responsáveis pela sua manutenção, através da incumbência de prestação de serviços à comunidade, desinteressaram-se, de todo, pelas velhas, mas importantes, unidades defensivas. O rei Dinis apercebendo-se da situação de caos, desenvolveu uma política de recuperação do sistema militar, principalmente, o de fronteira, através do restauro e construção de novas unidades defensivas, que só os acontecimentos das últimas décadas de trezentos (a guerra da Independência), explicaram a importância preventiva deste conjunto de medidas.

Moreno, Humberto Baquero, 1986, "Os castelos Medievais" in *Revista Gaia, Vol. IV*, Gabinete de História e Arqueologia, Vila Nova de Gaia, pp. 19-31.

²⁹⁹ - Por curiosidade, foi oferecido por Dinis à esposa, rainha Santa Isabel, em 24 de Abril de 1281, como garantia das suas arras.

Costa, P. Avelino de Jesus, 1998, *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol I, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, p. 63.

³⁰⁰ - Foi mandado reconstruir, segundo a crónica de D. Dinis, escrita por Rui de Pina, no último capítulo sobre "Das Obras e coisas notáveis que El-Rei D. Dinis fez em sua vida".

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1975, *Melgaço Medieval*, Melgaço, p. 87.

³⁰¹ - Dinis gostaria tanto, pela beleza que ostentava, da obra que mandou edificar, o castelo, que permaneceria na povoação em frente, na margem direita do rio Lima, o Soajo, durante dias só para o poder bem admirar.

Costa, P. António Carvalho, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica, I Volume*, Braga, p. 213.

³⁰² - Até este momento não conseguimos encontrar documentação capaz de descrever o verdadeiro contributo destas fortalezas.

³⁰³ - Não existiria uma noção rigorosa de fronteira, como linha divisória e limitadora de áreas de poder até finais do séc. XIII, primeira metade do séc. XIV. A partir desta época, verificaram-se mudanças significativas nas relações políticas entre os dois reinos, pois as guerras e os tratados de séc. XIV aproximaram-se dos conflitos e convenções modernas, por suporem noções objectivas de hegemonia política, ou, de supremacia económica.

Mattoso, José, 1987, "A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos sécs. XII e XIII" in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 49-69.

³⁰⁴ - A fronteira exerceu, de facto, funções legais, fiscais e de controlo, militares e ideológicas, mas que se desenvolveram, consoante as circunstâncias, em diferentes graus de rigidez.

³⁰⁵ - Limitámo-nos a apresentar, de um modo muito sucinto, exemplos que poderá tipificar, em nosso entender, o ambiente de vizinhança vivido pelas populações raianas, para uma época, ainda bem distanciada, daquela em que se inserem os objectivos essenciais, que nos propusemos atingir com este trabalho.

já, se não falar nos grandes encontros em dias festivos, romarias e feiras, sempre, motivos para intercâmbios na cultura, nas tradições e nos modos de vida, indispensáveis para a sobrevivência em terras tão adversas, como são as áreas agrestes, mas, simultaneamente acolhedoras do vale raiano do Lima³⁰⁶.

A manutenção das relações de boa vizinhança, por exemplo, entre os residentes de Castro Laboreiro e populações vizinhas galegas, nomeadamente as de Milmanda, Lobeira e Arauxo, permitiu a estas populações raianas a garantia de uma subsistência que, embora difícil, era atenuada, quer pela troca e transacção livres de pão³⁰⁷, ou seja, o centeio produzido em quantidade no *planalto* castrejo, pelo vinho que se ia buscar às "terras ricas" nas secções jusante dos vales do Minho e do Lima³⁰⁸, quer pelo compáscuo comum das manadas, indistintamente constituídas pelos gados lusos e galegos.

Modos de vida estrategicamente organizados por populações residentes em áreas muito difíceis para a fixação humana, mas, cuja adversidade justificaria o facto de os monarcas, desde os primórdios da nacionalidade, terem privilegiado estratégias que visavam atrair e fixar outras gentes, pois, era importante não só para esta área raiana, como para a estabilidade a nível nacional.

A título de exemplo, tornava-se imprescindível que Castro Laboreiro fosse capaz de fixar pessoas, para que uma área estrategicamente importante em relação à vizinha Galiza, como era o *planalto* castrejo, se povoasse, mesmo que, apenas, o conseguisse num limiar mínimo.

Muito provavelmente teria sido este o principal motivo que levou João I, em 1430, a conceder uma carta de privilégios aos castrejos, que os isentou do pagamento de portagens, dos embargos em vigor, ou, de qualquer outro tributo, que, num futuro, mais ou menos longínquo, viesse a ser implementado, além das onerações sobre qualquer bem ou mercadoria em trasacção, quer no país, quer de outros reinos³⁰⁹.

³⁰⁶ - Uma prática antiga de vizinhança, consubstanciada no privilégio de fronteira livre, traduziu-se, entre outros aspectos, na transacção e transporte, sem quaisquer entraves, de pão, vinho, carnes, gado ... , pelas populações raianas, lusas e galegas, nos primeiros séculos de independência.

Marques, José, 1978, "Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela, no séc. XV" in *Revista Bracara Augusta*, Vol. 32, n.ºs 73-74, Câmara Municipal de Braga, p. 10.

³⁰⁷ - Apesar das carências graves de pão, presentes no quase normal ambiente de crise vivido, a partir dos finais do séc. XIII, que se prolongou pelo séc. XV, registou-se, sempre, saída de cereais por Castro Laboreiro em direcção à Galiza, nomeadamente, para Araúxo e Milmanda, além das direccionadas para as localidades da Límia, através dos portos da área do Lindoso, ao longo do vale do rio Lima. Este facto não traduziria, por ventura, excesso de produção no Entre Cávado e Minho, mas, muito simplesmente, uma hábito, com duração secular, dos fluxos efectuados à sombra dos privilégios de vizinhança, originando, por vezes, situações dramáticas, como se pode depreender no apelo efectuado a Afonso V pelo procurador de Ponte de Lima, em 1478, a fim que se refreasse a saída de pão e carnes para a Galiza, pois existia muita penúria e fome nas férteis terras de Ponte de Lima.

Marques, José, 1978, "Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela, no séc. XV" in *Revista Bracara Augusta*, Vol. 32, n.ºs 73-74, Câmara Municipal de Braga, p. 36.

³⁰⁸ - As populações envolvidas nas trocas e transacções raianas "transformavam-se", também, em intermediários com funções de almocreves.

³⁰⁹ - Relembramos que Sancho I atribuiu a Castro Laboreiro a primeira carta de privilégios, cuja síntese se encontra nas *Inquirições de 1258*.

Na verdade, foi no séc. XV que a fronteira reforçada pelo poder militar que potencializava a diferenciação política, assumiu, sem dúvida, o significado legal, quando começou a desempenhar, sobretudo, uma função fiscal, com a imposição de taxas sobre a circulação dos bens, com consequências gravosas para as populações raianas a serem impedidas de usufruírem o velho privilégio de fronteira livre.

Não foi fácil a estas populações marcadas por um forte periferismo sacudir, quer a crescente pressão fiscal dos agentes régios³¹⁰ que desanimava a vinda dos galegos, quer a influência senhorial, que cobrava portagens arbitrárias e exercia abusos³¹¹, contrariando, assim, a corrente regular de trocas, causando, em muitos casos, uma animosidade entre comunidades vizinhas, como o deixam transparecer as múltiplas declarações efectuadas nas diversas Cortes do séc. XV³¹².

³¹⁰ - Populações, altamente lesadas pelas medidas de foro fiscal, aproveitaram a presença de Afonso V no vale do Minho, em 1462, para irem ao seu encontro e queixarem-se, não só da violência de que eram alvo, por parte das autoridades, como para lhe solicitar a confirmação dos velhos privilégios de vizinhança, que abrangiam, também, as vizinhas populações galegas. Curioso é, ainda, registar, que populações galegas raianas tomaram a mesma iniciativa perante o monarca português.

De todas as povoações raianas, Castro Laboreiro, talvez, fosse a mais atingida, por este conjunto de medidas, atendendo ao isolamento a que ficou votada e que levantou graves problemas de subsistência.

Afonso V sensível ao pedido e à situação de penúria da população castreja, outorgou, em Monção, uma carta em que lhes concedeu a manutenção do velho privilégio de fronteira livre, nomeadamente, com Milmanda e Araújo, além da regalia de “lá hirem paçer com seus gados (...) e assi meesmo y o faziam os dictos lugares que vinham ca a nossos rregnos ssem lhe sobre ello ser posto embargo (...) porquanto a dicta terra era muito fragosa e sse a assi nom fezessem se nam poderiam manter nem ssoportar, ouvemos por bem de ellos vizinharem e trautarem com os sobredictos assy como sempre tiveram de costume”.

“Privilégio de Afonso V ao concelho de Castro Laboreiro”, *Chanc. De Afonso V, Liv. I, A.N.T.T.*, fl. 41-41v.;

Além Douro, Liv. 3, fl. 276v;

Marques, José, 1978, “Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela, no séc. XV” in *Revista Bracara Augusta, Vol. 32, n.ºs 73-74*, Câmara Municipal de Braga, pp. 12-13.

³¹¹ - A título de exemplo, mencionamos o caso de Castro Laboreiro inserido na rota do sal, que oriundo de Aveiro, chegava, por barco, a Valença, onde era transaccionado aos mercadores galegos, resultando, sempre, lucro através das sisas, portagens e direitos reais. Como a grande maioria dos galegos eram oriundos da Terra da Límia e de Ourense, além de outros lugares, entravam em Portugal por Castro Laboreiro e Lamas de Mouro “por ser caminho mais direito e mais seguro”.

Nas Cortes de 1459, o procurador de Valença, a exemplo do que já tinha acontecido nas Cortes de 1439, declarava e protestava contra os alcaides de Melgaço, respectivamente Fernando de Castro e Martim de Castro, que acolhiam ladrões “roubadores”, instigando-os a assaltar e a prender os almocreves galegos, para os fazer transitar por Melgaço, onde queriam cobrar os devidos impostos. A circunstância desses almocreves terem de se desviar do caminho previamente esboçado, por causa do local da portagem, Melgaço, eram motivos mais que suficientes, para deixarem o mercado de Valença a favor dos habitantes em Redondela, ou em Pontevedra, com prejuízos incalculáveis para o comércio e fazenda portuguesas. Solicitou, portanto, o procurador, a influência do monarca na manutenção da rota de Castro Laboreiro e em exigir aos alcaides de Melgaço a cobrança das portagens em Cubalhão (Porto das Asnos) ou em Ponte de Mouro, eliminando-se, deste modo, um desvio oneroso aos clientes. Na sequência do pedido, o rei determinou a audição do contador e do alcaide, para apuramento do lugar mais apropriado para pagamento.

Contudo, nos finais do séc. XV a presença de galegos incómodos ameaçava a estabilidade da vila de Melgaço, pelo que levou os procuradores do concelho a recorrerem ao monarca Manuel, a solicitarem que proibisse a entrada dos malfeitores galegos a fim de se evitar mortes, roubos e outros males, continuando-se, assim, as incompatibilidades entre a Câmara e o alcaide-mor, em virtude, deste, os acolher junto de si. No ano de 1500, Manuel dava razão ao concelho ao ordenar que os corregedores e juizes cumprissem a lei.

Moreno, Humberto Baquero, 1978, “Relações entre Portugal e Galiza nos sécs. XIV e XV” in *Revista da Faculdade de Letras, II Série*, vol. III, Porto, pp. 40-41;

Moreno, Humberto Baquero, 1984, “Áreas de conflito na fronteira Galaico-Minhota no Fim da Idade Média” in *Actas do II Colóquio Galaico-Minhoto, Vol. I*, Santiago de Compostela, pp. 59-60.

³¹² - Nas mesmas Cortes de Lisboa, de 1459, os procuradores, de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez em unanimidade declararam “que os guallegos de Monterrei e de Milmanda e de Araújo e de outras partes que antiguamente sempre costumaron de viir a vossa feira dessa villa de Ponte de Lima que se faz de quymze em quymze dias viinhom com suas bestas e mercadorias aa dita feira e levavom, dhii muito sall e outras cousas...”. Assim, faziam queixa da nova portagem, de dois reais por cada besta, implementada pelo donatário da Terra da Nóbrega, João de Magalhães, aos galegos que passavam na Barca, a caminho da feira quinzenal de Ponte de Lima, imposto que desencorajava a vinda dos almocreves, que seriam atraídos por outros mercados, nomeadamente, galegos. Contudo, este imposto ainda se mantinha, apesar de todas as consequências negativas, em 1481-82, quando, novamente os procuradores de Ponte da Barca, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez protestaram, mas, contra Gil de Magalhães, enumerando não só os prejuízos causados à feira de Ponte de Lima como à de Arcos de Valdevez.

Não é de estranhar a frequência dos apelos a pretenderem a manutenção de privilégios como os decorrentes das velhas práticas de vizinhança, por exemplo, em Castro Laboreiro, Melgaço, ou Soajo³¹³, em relação aos seus vizinhos galegos, pois a interacção que os unia, enraizava numa matriz cultural, que uma fronteira política não conseguiria, por ventura, esvaír³¹⁴.

Merece destaque o clima de cordialidade que prevalecia nestas populações³¹⁵ e que contrastava com a pesada acção fiscalizadora, fonte de reclamações e factor de tensões entre estas e os agentes responsáveis pela aplicação dos impostos, apesar do alívio, embora temporário, causado pelos privilégios³¹⁶, como por exemplo, os que Afonso V concedeu, aquando da sua visita ao Minho, em 1462.

Poder-se-á dizer que no séc. XV, com Afonso V no quadro de uma estrutura fiscal inteiramente controlada pelos funcionários do rei, se começou a delinear gradualmente um outro limiar de fronteira materializado na rede de portos secos, que complementando a dos castelos, se perfilou perante a sucessão dos portos da vizinha Galiza³¹⁷.

A par da intensidade dos fluxos de índole económico³¹⁸, uns legais, outros informais³¹⁹, há que não esquecer as deslocações a Compostela no quadro de uma

Mesmo com todas estas dificuldades, está-se perante um eixo de ligação de importância essencial nas relações económicas do Lima raiano, por onde circulou, durante séculos, o sal e o pescado portugueses, como, ainda, o descreve o foral manuelino de Ponte de Lima, que distingue o pescado e marisco, do peixe de água doce, para efeitos de pagamento de portagem.

Coelho, Maria Helena Cruz, 1990, "As relações fronteiriças Galaico-Minhotas à luz das Cortes do séc. XV" in *Revista da Faculdade de Letras*, II NSérie, vol. VII, Porto, p. 67;

Costa, P. Avelino Jesus, 1998, *Subsídios Para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol. I, p. 170 e 172; Marques, José, 1978, "Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela, no séc. XV" in *Revista Bracara Augusta*, Vol. 32, n.ºs 73-74, Câmara Municipal de Braga, p. 18.

³¹³ - As dificuldades na utilização das pastagens do outro lado da fronteira surgiram, em função das ordenações régias, que proibiam, simplesmente a respectiva utilização. A esta medida régia, o monarca teve, por vezes, que recuar criando excepções, como por exemplo, no caso do Soajo, quando Afonso V, em 1459, permitiu aos monteiros a venda do gado na criação da Galiza, para assim, conseguirem subsistir.

"Chancelaria D. Afonso V. Livro 36, fl. 90" in Andrade, Amélia Aguiar; Krus, Luís, 2001, *Valdevez Medieval, Documentos, II. 1300-1479*, n.º 153, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, p. 210.

³¹⁴ - A propósito, também, se recorda o facto de em qualquer um dos acordos e tratados de paz, redigidos durante o termo da Guerra da Independência, se evidenciar, de modo muito explícito, o reconhecimento e regulamento sobre a convivência e as relações económicas entre os dois povos, como que a dar contorno legal a uma situação de facto.

³¹⁵ - Não podemos deixar de mencionar, por mera curiosidade, o pedido efectuado a Fernando I de Portugal, em 1369, por vilas e cidades galegas, nomeadamente Ourense, Allariz, Milmanda, Salvaterra, Padrão, La Guardia,, Baiona e Corunha, para "que começasse entrar per Castella, e que lhe dariam as villas, e receberiam por senhor, fazendo-lhe menagem".

Marques, José, 1978, "Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela, no séc. XV" in *Revista Bracara Augusta*, Vol. 32, n.ºs 73-74, Câmara Municipal de Braga, pp. 6-7.

³¹⁶ - Estes privilégios foram extensivos aos núcleos urbanos, por exemplo, Caminha e Valença, ou, às vilas galegas La Guardia, Goyan, Milmanda e Araúxo.

³¹⁷ - Gomes, Rita Costa, 1987, "A construção das fronteiras" in Bettencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 381.

³¹⁸ - Um comércio cujo área de influência ultrapassou, em muito, a área estritamente raiana, que teve como centros principais as feiras, que permitiram institucionalizar, com calendários bem definidos, fluxos de bens e pessoas, em ocasiões de convívio humano e em lugares de encontro de culturas, maneiras de ser e formas de vida, de povos vizinhos, mas do lado de lá da fronteira. Por curiosidade, os galegos procuravam sal, pescado, pão e gado, oferecendo queijo, manteiga, sebo, unto, além de couros, panos, ferro e aço.

Não podemos deixar de referir, que, apesar dos condicionamentos a que se encontrava votado Castro Laboreiro funcionou, também, como um dos nós da complexa rede viária, que materializou um comércio, nomeadamente o do sal, que englobou, também, toda a área em estudo e que se estendia desde Aveiro às terras da Límia, passando por Valença, Melgaço e Ponte de Lima.

Coelho, Maria Helena Cruz, 1990, "As relações fronteiriças Galaico-Minhotas à luz das Cortes do séc. XV" in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. VII, Porto, p. 66.

religiosidade tanto mais forte que a personalidade do Apóstolo Santiago e os resultados dos sacrifícios, que imbuíam as peregrinações em si, mas não menos significativos para o reforço dos laços culturais entre os dois povos.

Assim se compreenderá o facto de este território raiano, apesar de rarefeito em termos demográficos³²⁰, se ter mantido na encruzilhada de fluxo milenários, embora com intensidade diferenciada, que abrangeram bens e grupos humanos, que com as suas técnicas e culturas, influenciaram, de modo decisivo, o quadro sociocultural das populações organizadoras da paisagem nossa contemporânea.

Mas, um Lima raiano dotado de um ambiente físicocultural peculiar, que a fronteira política não conseguia esvaír, estava esquecido pelos poderes centrais, galego e luso, uma vez que do ponto de vista militar não acarretava problemas graves, se tivermos em consideração o acidentado da morfologia, sendo, apenas, alvo de atenção mais cuidada, por parte dos respectivos poderes centrais, nos períodos em que perigavam as respectivas soberanias, com maior evidência para a lusa (Fig. 5, p. 93).

Deste modo, seriam os longos períodos de cordialidade e boa vizinhança, que prevaleciam nas relações de ambos os lados da fronteira, quando se recorda, por exemplo, o facto de o primeiro alcaide nomeado pelo monarca Dinis para os castelos do Lindoso e de Castro Laboreiro ser, simultaneamente, Senhor, entre outros domínios, na Galiza, da Vila de Arauxo, dos Coutos de Lobios e Xendive, e em Portugal, de Britelo e Melgaço, transmitindo-se estes domínios aos respectivos herdeiros, pelo menos, até meados do séc. XV³²¹.

O controlo militar exercido por esta estirpe de alcaides e o domínio senhorial³²² que detinha em ambos os lados da fronteira, conduziram indubitavelmente a intervenções alternadas, ora na conjuntura portuguesa, ora na castelhana, de acordo com os interesses do momento, o que evidencia bem, em nosso entender, a precariedade e, mesmo, até uma certa

³¹⁹ - Em 1361, Pedro II, tomou medidas disciplinadoras no comércio efectuado pelos judeus nas áreas raianas, nomeadamente, na transacção de panos, sedas e lenços. A esta mercadoria “não declarada” eram atribuídas pesadas penas.

Onega, José Ramon, 1981, *Los Judios en el Reino de Galicia*, 1ª Ed., Ed. Nacional, Madrid, p. 298.

³²⁰ - O problema do despovoamento e o conseqüente marasmo económico prolongar-se-iam pelo século XVII, como se pode deduzir, pela confirmação destes mesmos privilégios em carta régia de 1672.

“Provisão dada por D. Pedro a pedido dos moradores do concelho de Castro Laboreiro, na qual são confirmados os privilégios concedidos por D. João I em 1430”.

Recenseamento de Arquivos Locais, Arquivos, Vol. 3, 1992, A.N.T.T, Distrito de Viana do Castelo, Câmara Municipal de Melgaço.

É de notar que se estava em plena Guerra da Restauração e, por conseguinte, o quadro sócio-económico seria grave em todo o país, quanto mais em áreas desde sempre desfavorecidas.

³²¹ - Paio Rodrigues de Araújo veio da Galiza para Portugal no reinado do monarca Dinis, de quem obteve as alcaldarias dos castelos do Lindoso e de Castro Laboreiro, e foi senhor dos concelhos do Lindoso e Castro Laboreiro, além de Britelo, Melgaço, Azeredo, Monção, Sanfins, Panoias, Rio Caldo, Terra de Vilar das Vacas, Cidraes e Casal das Donas no Barroso, sendo, ainda comendador de Paderne e Rio Frio. A par, possuía na Galiza, a vila de Arauxo, os coutos de Lobios e Xendive, Rio Caldo, Val de Podros e era alcaide-mor dos castelos de Milmanda, Santa Cruz e Sande.

Moreno, H. Baquero, 1978, “Relações entre Portugal e Galiza nos sécs. XIV e XV”, *Rev. Fac.de Letras*, II Série, vol. III, Porto, pp. 43-44.

³²² - Como os galegos possuam domínios em Portugal, também, se multiplicam os casos de portugueses, que possuam bens na Galiza, como, por exemplo, em 1753, era senhor do Couto de Xendive, D. Francisco Gabriel de Araújo Vasconcelos, morador na cidade de Braga. *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Orense, Interrogatorio*, Xendive, Coto, 1753, Arquivo Distrital de Ourense, Ourense, fl. 30.

artificialidade da fronteira política perante o quadro cultural e de interesses geoestratégicos com cariz regional.

Contudo, estas dinâmicas da raia luso-galega foram gradualmente como que amortecidas, por um lado, pela lógica de um estado português independente, por outro, pelo forte pendor centralista de uma Castela obeceçada pela homogeneidade política, que terá tido um dos epílogos na Guerra da Restauração³²³, na qual o castelo do Lindoso desempenhou um papel importante³²⁴.

Além disso, há que admitir, apesar do convívio e das práticas de vizinhança, cuja génese, como já várias vezes o afirmámos, nos reporta a períodos muito anteriores aos da autonomia e independência lusa, que a presença da fronteira política, principalmente a partir do séc. XV, gradualmente se foi arquitectando na mente das populações raianas, nomeadamente, nas do vale do Lima, através da consciencialização de que pertenciam a Estados diferentes³²⁵, tornando-se evidente a necessidade em materializá-la num limite contínuo suportado por marcos³²⁶, cuja implantação teria que ser criteriosamente "negociada" pelas populações intervenientes, mas, que não impediu querelas e contenciosos, por vezes, difíceis de resolver, ou mesmo de ultrapassar³²⁷.

Apesar de todas as resistências, o traçado do limiar político do Lima em estudo já apresentava, em pleno séc. XV, um contorno próximo daquele que ostenta na primeira década do séc. XXI (Fig. 9).

Diremos que a área raiana lusa se foi restringindo no tempo, precisamente, na serra Amarela e no Monte do Quinxo.

³²³ - É de recordar, que em épocas de instabilidade bélica, a fronteira do vale do Lima oscilava, de acordo com a força dos grupos em contenda, retomando a "sua" posição com os respectivos acordos de paz.

Exemplifiquemos com a Guerra da Restauração em que a fronteira se esvaiu devido às fortalezas de Castro Laboreiro e do Lindoso terem sido ocupadas pelas forças castelhanas, o que deu aso à sua "deslocação" para sul, mas, uma vez os Tratados de Paz estabelecidos, retomou o respectivo perfil, com a permeabilidade permitida pelas forças dos portos de controle.

³²⁴ - Silva, Armando Barreiros Malheiro, 1994, "O Contributo Histórico-Militar do Lindoso para a Restauração, Um Ataque Galego ao Castelo do Lindoso, 1657" in *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto* (Viana do Castelo, 27-29 de Setembro de 1985), *1 Volume*, Instituto Cultural Galaico-Minhoto, Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 231-243.

³²⁵ - A implementação das taxas alfandegárias, embora com recuos temporários, pelas querelas graves que, por vezes, causou, foi-se, gradualmente normalizando.

³²⁶ - A fronteira medieval era reforçada e vigiada através da manutenção de marcas materiais, que se multiplicaram sob a forma de marcos, cruzeiros, fragas, símbolos inscritos em árvores ou penedos.

Actualmente, após negociações intensas estabelecidas por uma Comissão Mista, luso-espanhola, que na segunda metade do séc. XIX, definiu oficialmente o contorno do limiar político entre os dois países, está assinalada por uma rede de marcos construídos, ou implementados em rochas.

A área que estudamos desenvolve-se entre os marcos número 2, em Porto dos Cavaleiros, e o marco número 65, implementando-se na Cruz do Touro o marco 60. A leste do marco 65 estende-se um vasto limiar, implementando-se o marco 66 numa área que não se insere no objecto desta investigação.

³²⁷ - Um dos principais critérios utilizados pelas populações, lusas e galegas, no delinear da "sua" fronteira, baseava-se no princípio do direito de posse transmitido desde tempos imemoráveis pelas gerações mais velhas e que lhes permitia a divisão e partilha das águas, dos matos e lenhas, além das pastagens, que alimentavam os respectivos gados, pelo que os espaços fornecedores destes bens eram, também, pertenças comuns aos dois povos.

Sendo assim, não é de estranhar que, esporadicamente tenham surgido, em áreas bem localizadas da fronteira, nomeadamente a limiana, renhidas disputas acompanhadas, em muitos dos casos, por roubos e atropelos, que poderiam assumir, em épocas de guerras ou de lutas civis, grandes violências, a que o Tratado de Limites de 1864 veio a pôr cobro.

Em relação ao Quinxo, já, na primeira metade do séc. XVI seria galego, em virtude das manadas do alcaide-mor do Lindoso terem abandonado as respectivas pastagens, apenas, justificado pela incúria e desleixo deste Senhor, como assinalam as pessoas mais idosas do Lindoso, aquando da demarcação de 1538³²⁸.

No que diz respeito à Serra Amarela, as querelas entre os vizinhos da raia, os residentes no Lindoso e em Maním, prolongaram-se até ao séc. XIX, terminando, apenas, em 1864³²⁹ com a solução acordada pelos responsáveis na definição da fronteira, um grupo de trabalho constituído por portugueses e galegos, a Comissão Mista³³⁰, mas, que deixou descontente a comunidade do Lindoso.

Se a perda do Monte do Quinxo pela população do Lindoso a favor das comunidades galegas teria sido pacificamente aceite, pelo facto de as respectivas pastagens, apenas, puderem ser utilizadas pelos gados do Alcaide, já, em relação ao Monte da Madalena, os problemas agravaram-se e foram alvo de renhidas contendas entre os vizinhos raianos.

Data de 1803 o "Desenho Topográfico" (Fig. 7, p. 105), que entendemos pretender confirmar e apoiar as pretensões dos habitantes do Lindoso, mas que a Comissão Mista não atendeu, ao acordar que o espaço em disputa, ou seja o compreendido pelo rio Cabril e o limiar político multissecular, fosse "dividido pela linha de fronteira a implementar em duas partes iguais"³³¹. A esta mesma Comissão Mista deparou-se-lhe em Castro Laboreiro um outro tramo da fronteira limiana, de certo modo confuso, entre Anaman e Coto dos Cravos³³², que os

³²⁸ - "(...) dita Serra sobredita que té óra os Galegos pastão com os seus gados e não consentem que os gados deste lugar vão lá pastar à sessenta anos, e daí para traz sempre este concelho e os que nele foram moradores de cento, duzentos, e trezentos anos e mais sempre possuíam por termo desta vila a dita Serra, que lhe os galegos tem tomado, que verdadeiramente é Termo desta Vila e do Regno de Portugal, e que ainda agora há aqui alguns antigos, que se acordam e sabem o Termo desta Vila partir com Galiza, a saber (...) de que os Alcaides Mores que foram desta Vila, a saber, Paio Rodrigues de Araújo Avô de João Rodrigues Araújo que ora é Alcaide Mór desta Vila, em dita Serra trazia sua vacaria pacificamente enquanto viveu, ate que morreu e depois por sua morte a trouxe seu filho, que ficou por Alcaide Mor por nome Lopo Rodrigues de Araújo, que haverá cinquenta anos pouco mais ou menos, que ainda aí trazia por seu Termo desta Vila e que por aquele tempo os moradores deste Concelho terem que a terra Outeira onde traziam seus gados e não se serviam da dita Serra os galegos das aldeias comarcãos: com a dita serra se meteram em posse dela molle, e molle até que de todo estão já de todo metidos em posse dela da dita maneira e que nunca este Concelho teve demanda com a Galiza sobre os terrenos (...).

"Cópia do Traslado do Tombo e Demarcação da freguesia do Lindoso, deste concelho, por onde confina com o reino da Galiza, 1538" in Barreiros, José Baptista, 1961, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanho", *Revista Distrito de Braga, Fasc. VII-VIII, Provas, Doc. Nº 53*, Braga, p. 152.

³²⁹ - Na questão dos limites de fronteira existiam, no séc. XIX, alguns problemas regionais, que urgia resolver, pelo que os dois governos decidiram, através da nomeação de uma comissão mista, redigir um acordo, que ficou conhecido por *Tratado de Limites de Fronteira*, cujas actas foram assinadas em 1864.

Tratado de Limites entre Portugal e Hespanha, Anexos ao Mesmo Tratado, 1895, Imprensa de Libanio da Silva, 91, Rua Norte, Lisboa.

"Actas de Entrega da Linha de Fronteira entre Portugal e Espanha correspondentes aos termos municipais de Melgaço e Entrimo, Melgaço e Lobera; Melgaço e Leirado; Melgaço e Padrenda; Melgaço e Vereia" in *Tratado de Limites entre Portugal e Espanha*, 1896, Câmara Municipal de Melgaço, Melgaço.

³³⁰ - A descrição exaustiva das negociações que envolveram a resoluções dos conflitos de fronteira, que foram vários encontram-se devidamente explanados e documentados em Barreiros, José Baptista, 1961, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista Distrito de Braga*, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

³³¹ - *Tratado de Limites entre Portugal e Hespanha, Anexos ao Mesmo Tratado*, Artº 4º, 1895, Imprensa de Libanio da Silva, 91, Rua Norte, Lisboa.

³³² - Marcos 40 a 42.

Fig. 9/- Lima raiano: Evolução da linha de fronteira, do séc. XIV à actualidade

vizinhos de Castro Laboreiro e de Entrimo "acertavam" anualmente³³³, que, facilmente foi resolvido, sem contestação aparente pelas populações envolvidas.

Por curiosidade, no Tratado de Limites de 1864 encontram-se mencionados espaços castrejos, cujas águas são de utilização comum e, logicamente, as respectivas pastagens, quer pelos gados galegos, quer portugueses³³⁴, como que remanescências da prática normal de compascuo gratuito, que nem a implementação do sistema fiscal e de controlo de fronteiras implementado no séc. XV teria conseguido anular³³⁵, mas, que os moradores de Milmanda e Celanova teriam rompido, como se pode entender no Foral de Castro Laboreiro atribuído por Manuel I, em 1513³³⁶.

Ao debruçarmo-nos sobre a configuração física do limiar político da área em estudo, que, desde muito cedo se apresentou com uma estabilidade, em nosso entender, muito forte (Fig. 9), teremos que admitir que os incidentes ocorridos num período, sensivelmente, de cinco séculos, traduzir-se-ão em detalhes e pormenores, que não tiveram significado nas mutações da paisagem.

Se as marcas físicas mais evidentes, naturais, ou, construídas, resistiram ao desgaste inexorável do tempo não significa, todavia, que um processo social se não tenha desenvolvido, desde então, num Lima raiano rarefeito e isolado, que em pleno séc. XIX, voltou a ser palco de fortes turbulências, mas, associadas às Invasões Francesas³³⁷, que, mais uma vez, comprometeram a acalmia de que as populações se encontravam tão necessitadas. Contudo, perante as invasões napoleónicas, que de modo impiedoso se abateram sobre as aldeias e lugarejos, a defesa fez-se num só corpo, o luso-galego, emergindo a matriz identitária construída através dos tempos e que uma vontade política quebrou, mas, que não conseguiu eliminar.

³³³ - As populações de Castro Laboreiro, Entrimo e respectivas autoridades, reuniam-se, anualmente, para não só percorrer o tramo raiano em causa, como para rectificar os sinais, procedendo-se, em seguida, à redacção do acordo conseguido e à gravação nos penhascos, da data de cada rectificação.

Barreiros, José Baptista, 1961, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola" in *Revista Distrito de Braga, Fasc. I-II*, Braga, pp. 24-25.

³³⁴ - "(...) Conforme o que preceitua o artigo 28 do tratado de limites de 1864, as águas que correm pelo regato Lama de Corno Dourado e as que há dentro de Portugal a uns 30 metros do marco 32 podem servir para n'elas beberem os gados hespanhoes e portugueses, sendo portanto de fruição comum (...)".

"Descrição da linha de fronteira entre Portugal e Hespanha, correspondente aos termos municipaes de Melgaço e Lobera" in *Actas de Entrega da Linha de Fronteira entre Portugal e Espanha correspondentes aos termos municipais de Melgaço e Entrimo, Melgaço e Lobera; Melgaço e Leirado; Melgaço e Padrenda; Melgaço e Vereia*, 1896, Arquivo Municipal de Melgaço, Melgaço.

³³⁵ - A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 1*, fl. 41-41v.

³³⁶ - "(...) E quanto aos de Castella ou Galiza decraramos que naquelles lugares de cella nova ou myll manda omde os portugueses paciam de graça por paçerem assi de graça na ditta terra os galegos della mandamos que estes taes se quyserem tornar aa vezinhamça em que dantes estavam nam paguem nada qua fazendosse sem malícia. E doutra maneira pagarão o que agora pagam (...) ou segundo em Galiza levarão dos montados aos portugueses".

A.N.T.T., *Leitura Nova, Liv. 1, Forais Novos de Entre Douro e Minho*, fl. 49v.

³³⁷ - Destacou-se a Xunta da Lobeira, decidida a combater pela liberdade ibérica, formou a 22 de Março de 1809, um regimento de voluntários, com 2100 combatentes, o Regimento da Lobeira, que integrada na divisão do Minho se distinguiu em Tuy, Campos de la Salud, Santiago e Puente de Sampayo.

Boletín Arqueológico de la Comision Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense, Tomo VII, Nº 148, Jan.-Fev., 1923.

Laços culturais e de identidade sobrepuseram-se, de novo, à fronteira política, em meados do séc. XX, no período da Guerra Civil espanhola (1933/36), com os lares lusos a servirem de refúgio às populações, que fugiam do terror e da fome, além da recolha possível de víveres e mantimentos, que eram enviados para os palcos da luta fratricida, segundo esquemas e planos capazes de iludirem o controlo e a vigilância de forças policiais tão poderosas, como era, por exemplo, a Polícia Internacional da Defesa do Estado.

Também o limiar fiscal nunca foi bem entendido pelo raiano, arquitecto de sistemas curiosos e engenhosos, capazes de lhe permitir, em pleno séc. XX e a escassos metros do controle alfandegário, levar no silêncio do cair do sol, a mercearia e a *pana*³³⁸, para a família, que, ansiosa aguardava pelo sucesso de semelhante façanha, ou, então, inserido em grupos de três a quatro dezenas de companheiros, na calada da noite, transportando cargas, sempre, entre 30 a 40 Kilogramas, subia a serra, ou atravessava as poldras, calcorreava mais uns quilómetros e, finalmente, batia à porta do comerciante, que enriquecia em função destes negócios, estrategicamente organizados por personagens, muitas das vezes, desconhecidos, mas, sempre indiferentes ao perigo, que constantemente espreitava os actores "no terreno".

Outros ambientes traduzem, em nosso entender, os espaços da fronteira limiana, como o doromeiro galego, na ordem dos milhares, que anualmente se deslocava, a pé, à Peneda no mês de Setembro, para participar nas celebrações das festas da Senhora da Peneda, pernoitava nos *quartéis*³³⁹ e regressava, calmamente ao seu lar, sem saber se, na verdade, tinha permanecido no estrangeiro, pois, desde as orações proferidas com ritmo cadenciado e muito sincero, às formas muito similares de saudação, lhes eram, de facto, muito familiares, como por exemplo, aquela comum entre minhotos, que cruzando-se no caminho³⁴⁰ se cumprimentam *Vamos?*, a que o amigo responde, mesmo passando em sentido contrário, *Vamos, vamos*, ou, a dos habitantes da Lobeira que ao se encontrarem anunciam *Vamos!* e cujo interlocutor, mesmo deslocando-se em sentido oposto, responde *Vamos!*.

Mas, como geógrafa preocupamo-nos com a organização da paisagem, que apesar de conter as marcas do limiar político, apresenta o mesmo tipo de estrutura fundiária, nela se praticam sistemas de cultura similares e se desenvolvem modos de vida pares, cujas repercursões no modelo de desenvolvimento para o séc. XXI questionaremos em função do evoluir de um conjunto de factores que, em nosso entender, ultrapassam a própria vivência e vontade dos respectivos residentes.

³³⁸ - Designação local atribuída a um tecido resistente, muito próximo das bombazinas.

³³⁹ - Edifícios expressamente construídos para albergarem visitantes que, em romagem, piedosamente se deslocavam à Senhora da Peneda.

³⁴⁰ - Coello, Antonio Martinez, 1984, "A Identidade das Formas do Saúdo no Noroeste Peninsular (Área Galaico-Minhota). Ensaio de Antropologia Social" in *Actas do II Colóquio Galaico-Minhoto, I Vol.*, Santiago de Compostela, p. 393.

Assim, nesta fase da investigação limitámo-nos na leitura de síntese, que nos foi possível estruturar, porque em muito ultrapassa a nossa área de conhecimento, reflectir, para um longo período que inclui o da construção da fronteira política, sobre territórios que nos propomos estudar numa perspectiva de evolução para o séc. XXI, em que, se por um lado, a variedade morfo-tectónica lhes concede uma unidade física, por outro, a ocupação humana indiferente à separação política traduz a matriz identitária, que matizada pela densidade e diversidade das culturas milenárias, lhes traça um quadro vivencial ímpar.

Diremos, então, que no Lima raiano, objecto desta investigação em que as condições biogeográficas foram determinantes no modo de vida estabelecido, desenvolveram-se comunidades organizadas, primordialmente em função dos aparelhos defensivos, com idades multisseculares e histórias de vida bem diferenciadas, como são as das civilizações castreja, ou, as da medieval, mas, sempre, estrategicamente implementadas, pois a insegurança e a instabilidade, assim o exigiram sendo, contudo, geradoras de ambiências urdidas por laços sócio-culturais, que nem a geomorfologia, ou, a fronteira política com períodos de forte belicidade, por motivos, quase sempre, de âmbito supra regional, conseguiram esvair.

Reflexões conclusivas

Mais do que questionar o evoluir das manchas territoriais drenadas pela bacia hidrográfica do rio Lima para períodos, que entendemos ultrapassarem em larga escala o limiar do conhecimento geográfico, limitar-nos-emos, de acordo com a pesquisa documental e bibliográfica que conseguimos efectuar, sintetizar os acontecimentos históricos com maior impacte na paisagem limiana e objecto do estudo que nos propusemos efectuar.

Ao recuarmos no tempo, constatamos que nos encontramos perante espaços e paisagens, que num lato período compreendido pelos milénios IV e III A.C., foram ocupadas por populações muito próximas da sedentarização, ou, mesmo no seu início, a avaliar pelos artefactos encontrados nas respectivas necrópoles, embora não se tenha, pelo menos até 2001, descoberto qualquer povoado dos construtores dos dólmens.

A investigação desenvolvida pelos especialistas permitem inferir que os construtores do megalitismo privilegiaram as cabeceiras divisórias das linhas de água e as chãs ao longo dos caminhos, embora, esporadicamente, tenham optado pelo fundo dos vales na edificação das respectivas obras tumulares, a que se associarão os solos mais férteis.

Na área em estudo identifica-se como o núcleo mais antigo a importante aglomeração de construções megalíticas do *planalto* de Castro Laboreiro, que se prolonga pelo território

espanhol, ordenando-se do ponto de vista cronológico, respectivamente as bolsas de Seida, do Mezio e as da serra Amarela.

Se à civilização megalítica se atribui importantes núcleos de necrópoles, será muito mais significativo o grau de humanização implementado pela civilização dos primeiros povoados fortificados, os castros. A exemplo de todo o Noroeste Peninsular, no Lima em estudo, o relevo favorece os *sítios* defensivos, pelo que a localização privilegiada pelas comunidades castrejas se explicará pelas condições naturais de defesa, proporcionadas, quer pelas colinas, quer pelo traçado das redes hidrográficas.

O paralelismo entre a distribuição dos castros e a das principais aglomerações contemporâneas demonstra bem a importância que o castrejo concedeu às características do *sítio* e da *posição*.

Se a cultura castreja terá sobrevivido, sensivelmente entre 900 A.C. e o séc. I D.C., certos castros datam do Neolítico, enquanto outros foram romanizados e se mantiveram durante dois a três milénios, como se constata pela observação dos respectivos espólios, que contêm artefactos atribuídos a variadas influências civilizacionais.

A ocupação romana poria cobro ao intenso fluxo de mercadorias castrejas que se processava do interior para o litoral, a fim de atingir o oceano, o meio privilegiado de ligação com outros povos peninsulares.

No Noroeste Peninsular a preocupação principal da ocupação romana traduziu-se no controle das passagens e cruzamentos estratégicos, as portelas e os vaus, para deste modo, se processar de modo seguro o transporte de metais (ouro, cobre e estanho) explorados nas jazidas, nomeadamente das serras Amarela e da Peneda, dos militares, dos agentes da administração, da mala posta e de todo o tipo de mercadorias.

Densidade muito elevada dos fluxos que exigiu a construção de uma sólida e importante rede viária primária, que na área em estudo não teria adquirido uma expressão muito significativa, comparativamente com outras regiões, nomeadamente no Sul da Península Ibérica.

O grande impacte romano ter-se-ia verificado no campo civilizacional, com a implementação, por exemplo, da primeira organização administrativa, de um código civil, ou na divulgação da língua, o latim, o popular e o erudito, cujas influências, ainda, marcam a civilização do séc. XXI.

Com o declínio e queda do Império romano outras civilizações ocuparam o Noroeste Peninsular, que facilmente se deixaram influenciar pela forte cultura romana, nomeadamente

na adopção do latim como língua veicular, a aplicação do direito romano, além da conversão ao Cristianismo cujo culto oficial no Império se verificava desde o séc. III D.C..

Primeiro, a civilização sueva, depois a visigoda, tiveram como preocupação inicial o controle dos núcleos urbanos, os principais focos de resistência, e o dos nós estratégicos da rede viária. Lima em estudo, área predominantemente rural, que na hierarquia eclesiástica se encontrava sob a égide de Braga, cidade episcopal desde o séc. IV D.C..

No séc. VI, e em termos de divisão paroquial, evidencia-se a diocese de Braga, que atingiria a expressão de uma organização territorial considerada a mais perfeita do Noroeste Peninsular, que, contudo, não teria estruturado, ainda em paróquias os territórios limianos em estudo.

A presença suevo-visigótica, que intensificou o fenómeno rural, estaria bem patente, como evidenciam os vocábulos de origem germânica das povoações do Cando, Britelo, Froufe e Germil, a par dos topónimos de origem latina, Cidadelhe e Lindoso, que marcam a influência da cultura romana.

Com a decadência do poder visigótico não foi difícil ao movimento expansionista árabe estender-se, nos inícios do séc. VIII, até ao limite máximo da sua incursão na Península Ibérica.

Apesar de uma presença efémera, que se preocupou mais em controlar as vias de comunicação e as portelas, que em colonizar, o sistema organizacional da sociedade local foi crucialmente atingido com a fuga para Norte dos Senhores e dos órgãos máximos da hierarquia eclesiástica, restando às populações que viviam da tradicional agricultura e da criação de gado o refúgio na paróquia.

O vale do Lima, espaço com comunidades isoladas e de população diminuída, sem cidades nem entidades administrativas enquadradoras, constituiu, assim, durante um longo período (sécs. VIII/X), área integrante de uma região mais vasta, com contornos por vezes difíceis de delinear, que se estendia entre duas civilizações distintas, a sul, o urbano Al-Andaluz, a norte, as ruralizadas sociedades cristãs.

A autoridade asturiana optou, a exemplo das civilizações dominantes anteriores, pela ocupação dos centros urbanos, pelo controle dos principais nós de circulação, não esquecendo a organização eclesiástica implementada no período visigótico.

Como resultado do ritmo a que se processava a organização da Igreja de Roma, proliferavam as paróquias, que no séc. X e na área lusa em estudo, incidiam nas actuais freguesias de Castro Laboreiro, Soajo, Ermelo e Britelo.

Transformações profundas, que puseram em causa costumes e hábitos seculares, verificaram-se com a chegada do grupos de cristãos francos, com Afonso VI, em 1096 a entregar, com uma certa autonomia, a Henrique, o Borgonhês, os territórios a sul do rio Minho, o Condado Portucalense.

Reajustamentos políticos e estratégicos justificariam a separação administrativa de territórios, que sempre tinham estado sob a mesma coordenação política e económica, constituindo-se o vale do Lima terra de fronteira e palco activo de complexas estratégias bélicas, que se prolongariam durante séculos.

A partir da Reconquista, uma nova estrutura arquitectónica, exclusivamente militar, o castelo, desencadeou uma nova concepção de defesa, que favoreceu a distribuição das populações pelas áreas com melhores solos agrícolas, nomeadamente, as de fundo de vale, incrementando-se, assim, mudanças significativas nas formas de povoamento.

Aparelho militar medieval, elemento privilegiado no ordenamento do território, teve como princípios de localização um conjunto de factores de âmbito geográfico, os cimos elevados, que permitiam a visualização de extensos horizontes, o traçado das redes fluviais e viárias, que facilitariam o controle e a vigilância dos vastos territórios, que tinham como missão proteger.

Se os castelos foram o símbolo material de ordem militar e administrativa, o mosteiro e a Igreja constituíram os grandes protagonistas no quadro religioso. Como um bom exemplo da capacidade em organizar e dinamizar comunidades inseridas em territórios queurgia proteger e povoar destaca-se na área em estudo o Mosteiro de Celanova.

A necessidade em estabelecer um ambiente de segurança e prosperidade nos territórios agitados de fronteira, que passaria pela existência de núcleos populacionais redimensionados, justificou a opção dos monarcas, lusos e galegos, na atribuição de cartas de privilégios, nomeadamente as cartas de foral, frequentemente acrescidas da concessão para a implementação de uma feira, a núcleos cujas acessibilidades favoreciam a intensificação de movimentos, humanos e mercantis, como em Milmanda, Lobeira e Melgaço.

Foi no séc. XV que a fronteira reforçada pelo poder militar, assumiu o significado legal, quando começou a desempenhar a função fiscal, causando graves prejuízos às populações raianas, então impedidas de usufruírem o velho privilégio de fronteira livre, começando-se a gizar um outro limiar de fronteira, o materializado na rede de portos secos no quadro de uma estrutura fiscal inteiramente controlada pelos funcionários do rei.

O traçado do limiar político do Lima em estudo já apresentava, em pleno séc. XVI, um contorno próximo daquele que ostenta na actualidade, pelo que a estabilidade, desde muito

cedo verificada, permite inferir que os incidentes ocorridos, no longo período de cinco séculos, traduzir-se-ão, apenas, em meros detalhes e pormenores, que não tiveram significado na organização dos espaços e paisagens em estudo.

Capítulo 2 — O povoamento *serrano*: estudo de casos

Introdução

O vale do Lima raiano ao estruturar-se em termos geomorfológicos por complexos maciços montanhosos caracteriza-se pela diversidade de organização e evolução territorial em função da morfogénese, da introdução de novas técnicas agrícolas e de culturas, como foi o caso do milho grão e da batata, da crescente pressão demográfica dos sécs. XIX e primeira metade do séc. XX e do êxodo rural das últimas décadas.

Os altos cimos apresentam formas de um modelado característico do Quaternário frio em que os processos de erosão glaciários e periglaciários não transformaram significativamente as unidades geomorfológicas datadas de épocas anteriores traduzindo-se, apenas, em alterações superficiais nos granitos desenvolvidos por criptogénese durante os períodos temperados do Plio-Quaternário³⁴¹.

Se actualmente constitui uma área especialmente chuvosa³⁴² a concentração das chuvas, principalmente na mudança de estação, e as consequentes enxurradas animadas de forte velocidade desgastam as encostas com fraca cobertura vegetal descontínua, a lande de altitude³⁴³ em que predominam as urzes e as carquejas. Cumulativamente o pastoreio impedindo a regeneração da manta vegetal rasteira abriu caminho à erosão favorecida pelos grandes declives. A terra arável foi, assim, irremediavelmente acumulando-se nos lugares baixos, talvegues de valeiros, ou sopé de elevações empobrecendo, cada vez mais, os cimos e as encostas.

O solo depende estreitamente da rocha-mãe em que a falta de humidade no período estival, que também é o de maior secura, não favorece a alteração química dos elementos mineralógicos, que constituem o granito sendo, assim, a desagregação mecânica especialmente activa. Além disso, durante os meses quentes e secos de Verão, o vento revolve as finas partículas formadas pela meteorização do granito e que a humidade não aglutinou.

Não é de admirar, pois, o facto da rocha, o granito, aflorar por toda a parte, no cimo das elevações, nas encostas abruptas, nos vales onde as torrentes continuam o seu trabalho de

³⁴¹- Coudé-Gaussen, Geneviève, 1988, ""Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho"" in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 211-213.

³⁴²- A área em estudo apresenta um clima, essencialmente, justificado pela influência das massas de ar de origem atlântica. A passagem das perturbações da superfície frontal polar, associada à exposição geográfica do relevo para Oeste e à altitude, originam, no Inverno, fortes precipitações, frequentemente, neve. O total de chuvas caídas atingem, em plena serra da Peneda, valores entre 2000 e 3000 mm, enquanto a temperatura média mais baixa para o mês mais frio atinge valores inferiores a 1º C, nas áreas mais elevadas. Assim, os invernos são ventosos, agrestes e, muitas vezes, com queda de neve nos territórios mais elevados.

³⁴³- Formação rasteira em que predominam as urzes e as ericáceas, que cobrem em manchas o soco granítico.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1988, ""Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho"" in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 211-212.

desgaste e a terra arável, de magra espessura, esbarrar frequentemente com obstáculos que limitam a sua distribuição.

Como já o referimos, sobressaem nestas paisagens os níveis de erosão, decisivos na fixação das populações. Assim, aos planaltos, restos das superfícies de erosão conservada na parte mais elevada das montanhas galaico-durienses, sucede-se um complexo e movimentado conjunto de formas, das quais se evidenciam as rechãs, verdadeiros patamares, outrora, meticulosamente aproveitados e cultivados, hierarquizados por outros, que acomodam as povoações, que, ora, condicionam declives muito marcados, ora, descaem, paulatinamente para o vale principal, o do rio Lima.

A Natureza não foi pródiga no Lima raiano. Partindo de recursos escassos, o homem só à custa de um árduo trabalho conseguiu, na grande maioria dos casos, preparar os seus espaços de cultura. A abundância da pedra permitiu levantar muros que não só seguram a terra e a desembaraçam para a lavoura, como assinalam na paisagem o vínculo jurídico de propriedade, enquanto resguardam as culturas dos gados, que, diariamente ladeiam as courelas a caminho das pastagens.

Inserido nas áreas muito pluviosas da Europa, o Lima raiano constitui um bom reservatório de água para o Verão, que é curto e seco, mas, ameno. Contudo, o generalizado encaixe da rede hidrográfica constitui um forte obstáculo ao regadio, porque não só a estiagem esgota muitas das *corgas*³⁴⁴, como se torna impossível trazer à superfície cultivada da rechã à cota mais alta, a água que corre nos vales profundos, pois pratica-se o sistema tradicional de rega, que aproveita a acção da gravidade para fazer chegar a água à cultura.

Apesar de todos os obstáculos, o Lima raiano não dispensa a rega que, ou, torna possível a produção, como é o caso do milho grão e dos fenos, ou, aumenta, de modo apreciável, o respectivo rendimento, como é o caso da batata e dos prados.

Perante semelhantes condicionalismos não admira, portanto, que seja o pastoreio extensivo a actividade, que melhor aproveite os terrenos incultos e pousios, espaços dominantes na paisagem raiana do Lima. Dever-se-á acrescentar os prados regados, uns permanentes, outros que se desenvolviam no mesmo chão em que se praticava as culturas de verão, a do milho grão associado ao feijão.

Se todo o Lima raiano foi povoado por gado bovino, cavalar (o resistente garrano), ovino e caprino, dependia da natureza do pasto as espécies animais, que predominavam nos diferentes lugares. Contudo, o que distinguia a vida pastoril, nomeadamente o pastoreio dos

³⁴⁴ - Designação que a população local atribui às linhas de água humildes, com caudal pouco volumoso, mas que exercem uma forte acção erosiva, em virtude da intensidade da força viva que as anima, explicada pelo tipo de vales em que se instalaram, os vales encaixados de fractura, vales com vertentes abruptas e perfis longitudinais de declive muito acentuado e irregular.

bovinos, foram os modos engenhosos e variados de aproveitamento da *serra*, isto é, das áreas acima dos limites da povoação e respectivas manchas agrícolas, que apresentando “pastos” mais verdejantes, porque a humidade é maior, justificavam nos meses de Verão a subida dos animais, por vezes, a mais de 1000 metros, acompanhados pelo pastor, ou, então, por parte, ou, por todo o agregado familiar, o que contrasta com a actualidade em que o gado isolado, ou, em manada, como que de modo errante, deambula pela *serra*.

Com a política florestal dos anos quarenta/cinquenta, os *baldios* foram fortemente reduzidos e invadidos progressivamente pelo pinhal, enquanto a vida pastoril perdeu gradualmente importância na economia local com a população a optar pelo êxodo em direcção às cidades e ao estrangeiro.

O tradicionalismo nos regimes pastoris, a mediocridade das pastagens, a idade média elevada das populações, são elementos que tornam problemático o futuro de muitas das paisagens e espaços do Lima raiano em estudo.

Só uma política coerente e persistente, que garanta aos residentes rendimentos suficientes e modos de vida atraentes, permitirá fixar populações jovens, impedindo-se, assim, a destruição completa de formas de vida *sui generis*, que constituem parte significativa dos patrimónios nacionais.

2.1. Povoamento e matriz de aglomerados

Se a presença humana no Lima raiano tem uma duração multimilenar como o pretendemos demonstrar quando questionámos a presença de civilizações tão distintas como a megalítica, a castreja, a romana, ou, a árabe, não restarão dúvidas, que muitos dos seus actuais traços fisionómicos, sociais e tecnológicos mergulham nas raízes desse passado longínquo (Fig. 4, p. 67).

Se o castelo, a mais importante construção medieval se tornou no elemento imprescindível na organização de este Lima raiano recordamos, também, a acção colonizadora dos Mosteiros, nomeadamente os de Ermelo, Fiães e Celanova, cujos domínios senhoriais ao estenderem-se pelas serras do Labreiro, Soajo e Amarela em muito teriam contribuído para a humanização da área em estudo (Fig. 5, p. 93; Fig. 8, p. 115).

Contudo, o aproveitamento do solo e as formas de *habitat* actuais do Lima raiano poderão corresponder a fenómenos contemporâneos do desenvolvimento da lande de

altitude³⁴⁵, isto é, aos finais do primeiro milénio da era actual, substituindo a floresta³⁴⁶. Assim, entre os anos 800 e 1000 D.C., ter-se-ia verificado, em virtude da necessidade de novos espaços de fixação, uma mutação brusca na cobertura vegetal com o recuo rápido da floresta³⁴⁷, a favor de outra associação, a lande, que se tornou uma das condições indispensáveis para o incremento dos regimes agro-pastoris implementados³⁴⁸.

Mas, as formas de fixação humana resultaram, além do vigor dos declives e do encaixe das linhas de água, dos solos com melhores aptidões agrícolas³⁴⁹ permitindo distinguir peculiaridades na interacção entre a distribuição dos lugares e os solos cultivados.

Assim, por exemplo, no planalto de Castro Laboreiro a conservação da velha superfície de erosão e da respectiva cobertura laterítica permitiu o desenvolvimento de uma paisagem relativamente homogénea, bastante uniforme e “aberta”. Enquanto o lugar da Vila se insere numa bacia de degradação granítica, ou seja, num alvéolo granítico³⁵⁰, unidade agronómica bem individualizada, que pela dimensão e potencialidades agrícolas constituiu o *sítio* do aglomerado rural, no fundo dos vales encaixados, nomeadamente no do *rio Grande*, encontram-se as inúmeras rechãs de origem cíclica, escalonadas ao longo das vertentes, com um potencial agrícola limitado, o que restringe a dimensão dos povoados (Fig. 10).

Quando o *plains* aluvial é mais extenso, surgem os aglomerados de maiores dimensões, como, por exemplo, Rouças, Tibo e Igreja, na freguesia da Gavieira.

³⁴⁵ - Os resultados obtidos através dos estudos polínico, sedimentológico e radiométrico das turfeiras da altitude das serras da Peneda e do Gerês permitem concluir que a lande, com predomínio das ericáceas, como *Erica* e *Calluna*, só se instalou nos altos cimos no primeiro milénio da era actual, substituindo a floresta.

Contudo, nesta paisagem de lande, os tufo de árvores estiveram sempre presentes, nomeadamente, *Pinus silvestris* e *Aulus*.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1988, "Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho" in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 215.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1981, *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*, C.E.G., Lisboa, p. 222.

³⁴⁶ - A floresta era constituída, principalmente, pelo *Quercus* (*Quercus tozza*), além de outras espécies, não tão importantes, mas sempre presentes, como *Betula* e *Corylus*.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1981, *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*, C.E.G., Lisboa, p. 220.

³⁴⁷ - O recuo tão rápido da floresta, em que dominava o *Quercus*, só poderá ser explicado, como o resultado das intervenções bruscas e brutais desenvolvidas pelo homem, que terá procedido ao um derrube intenso e rápido, muito possivelmente, através das queimadas e de um excesso da pastorícia.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1981, *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*, C.E.G., Lisboa, p. 224.

³⁴⁸ - O devaste sistemático da floresta e sequente aparecimento da lande de altitude, estará relacionado com o início da Reconquista, efectuada a partir das Astúrias, que ao proporcionar uma certa estabilidade e acalmia, proporcionou a vinda de grupos e famílias em busca novos espaços de fixação, nomeadamente, nos altos cimos da área em estudo.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1988, "Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho" in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 215.

³⁴⁹ - Assente no soco granítico os lugares distribuem-se pelas áreas em que os processos geomorfológicos e antropomórficos permitiram a conservação das formações arenosas, suporte de um solo bem drenado e básico resultante da composição calco-alcalina dos granitos.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1988, "Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho" in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 217.

³⁵⁰ - Quando os processos de modelação quaternária ou a desflorestação antrófica não arrastaram os detritos, os alvéolos constituem unidades agronómicas bem individualizadas, tornando-se, frequentemente o *sítio* do lugar, como por exemplo, a Bouça dos Homens.

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1988, "Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho" in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 217.

Fig. 10 - Liama raiano: A matriz de povoamento – as aldeias

Já nos contrafortes das serras, as rechãs ao possuírem maiores áreas e solos de melhor aptidão agrícola, fixaram um conjunto de aldeias de maior dimensão, como são os casos das freguesias do Soajo, do Lindoso, ou de Vilariño (San Xes).

Sem pretendermos questionar a problemática pedológica e as respectivas consequências, nomeadamente de âmbito agronómico, por não corresponder aos objectivos desta investigação, e fundamentados no critério de cruzamento de factores, como a disposição, escalonamento e dimensões das rechãs, que suportam as parcelas cultivadas e envolvem os lugares, embora a distâncias variáveis, e, nestes, as unidades edificadas e respectivas formas de disposição entre si, limitar-nos-emos a reflectir sobre uma malha ocupacional conseguida por populações, que têm em comum o modo de vida, pois, sempre privilegiaram nas suas práticas agro-pastoris a utilização da *serra*³⁵¹, apesar de, em muitos casos, o fazerem com diferenças acentuadas, de cultivarem espécies distintas e de recorrerem a animais diversificados, no âmbito da pastorícia³⁵².

Baseados nestes pressupostos, diremos *grosso modo* que na malha urbana de este Lima raiano³⁵³, que é rural e rarefeito, à medida que subimos e nos aproximamos dos altos cimos, se distinguem os lugares cujas altitudes não ultrapassam os 300 metros, com uma forma de certo modo não definida, relativamente próximos, daqueles a uma maior altitude e mais distanciados, mas, com um contorno relativamente preciso em que as casas ancestrais se dispõem entre si de forma mais compacta e arruada.

Salientamos que a maioria dos lugares se distribuem pelas cotas dos 300 a 600 metros, matizando uma auréola, a partir da qual a ocupação permanente se rarefaz, mas em que a importância dos lugares é notória, não só pelas dimensões adquiridas, como pela posição assumida no aproveitamento e organização deste espaço *serrano*.

Contudo, as povoações a altitudes superiores a 600 metros³⁵⁴ distinguem-se pelo aglomerado do núcleo ancestral bem compacto e apinhado, com os lugares cujas altitudes

³⁵¹ - Utilizamos as expressões *serra* e *montanha* por que reflectimos sobre aglomerações enquadradas em relevos, cujas altitudes correspondem às mais elevadas no nosso país. Contudo, não esquecemos que, a nível europeu, são designações utilizadas para áreas com cotas muito mais elevadas. Além disso, pode-se considerar que todo o complexo montanhoso em estudo integra uma sub-unidade geográfica europeia, a "média montanha atlântica".

Coudé-Gaussen, Geneviève, 1988, "'Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho"' in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro, 2º Vol.*, C.E.G., Lisboa, pp. 211-221.

³⁵² - Se a exposição e escalonamento dos patamares interferiu, de modo indiscutível no *habitat*, no tipos, até, por vezes, nos sistemas de cultura e nas formas de criação de gado, sempre bem expressas na paisagem, somos de opinião, que, não é suficiente para deixarmos de considerar toda a área em estudo uma área de *montanha*, ou melhor, de média montanha, pois a actividade comum a todas as populações foi, até às últimas décadas do séc. XX, a agro-pastorícia, com recurso, na época estival, às pastagens distribuídas por altitudes, quase sempre, superiores a 1000 metros. Os gados subiam à *serra*, não só por que lhes era proporcionado outras áreas de pasto, como se tornava necessário libertar as parcelas para as culturas de Verão, o milho grão associado ao feijão, na maioria das povoações, ou, então, naquelas em que, apenas, se praticava culturas de sequeiro, para permitir que as forragens se desenvolvessem, de modo a proporcionar bons pastos no Inverno.

³⁵³ - Sem querermos "dividir" de um modo rígido e linear, a área em estudo, pretendemos, apenas, evidenciar características das povoações, nomeadamente, a dimensão, planta e formas de distribuição, que permitirão distingui-las e estabelecer, genericamente, amplos conjuntos, justificados, em certa medida, pelos quadros naturais decorrentes dos níveis geomorfológicos.

³⁵⁴ - Saliente-se que a estas altitudes começam a aparecer os lugares com residências temporárias.

ultrapassam os 900 metros a pertencerem às freguesias de Castro Laboreiro³⁵⁵, Fraga e Parada do Monte³⁵⁶.

Dir-se-á que os Montes Laboreiro, a actual serra do Laboreiro, conseguiram catalisar e ordenar uma rede de povoados, cuja idade remonta à das civilizações tão longínquas, como a dolménica, a castreja, ou, a romana, (Fig. 4, p. 67), mas, em que a organização contemporânea só poderá ser entendida, entre outros factores, pela presença humanizadora dos Mosteiros, em plena época medieval (Fig. 8, p. 115).

Decorrente da necessidade de sobrevivência, as populações atraídas pela acção protectora do Mosteiro seriam, gradualmente lançadas na procura de novos espaços, agrícolas e de pastagens, que, apenas, poderiam ser encontrados, através de uma conquista persistente dos variados patamares, que se distribuem pelas altitudes de uma *serra* altiva, e, simultaneamente desafiadora.

Assim, como outras povoações, teria surgido A Fraga³⁵⁷, aldeia, que, até finais séc. XIX (1893), integrou a paróquia de San Martin de Grou, cuja Igreja, apesar da distância, era utilizada pelos seus residentes na celebração dos diferentes actos religiosos, baptismo, casamento e cerimónias fúnebres³⁵⁸.

Não podemos deixar de referir um possível velho núcleo populacional na bacia do Grou, A Ramalhosa, que estará na origem da freguesia em questão, A Fraga, assim como as múltiplas áreas com vestígios de construções, que se encontram espalhadas pela serra do Laboreiro, das quais distinguimos, em plena bacia do Montaña, e bem próximo de Queguas, as de Porcarizas e Malladoiro³⁵⁹, outrora, muito provavelmente, habitadas e, posteriormente, abandonadas.

Sem entrarmos em detalhes diremos globalmente, que mercê da actividade imposta pelos condicionalismos naturais, a humanização destes espaços se enquadra em períodos e ritmos de ocupação desencadeados por populações que, por motivos da pressão demográfica e, ou, do surgimento de novas culturas, como a da batata e a do milho graúdo, se distribuíram, gradualmente, por grupos que, por se encontrarem isolados, se organizaram de um modo irregular e diversificado, ora, fixando-se por períodos correspondentes aos do ciclo vegetativo

³⁵⁵ - Os lugares de Portelinha, Lamas de Vido, Várzea Travessa, Picotim, Coriscadas e a Vila.

³⁵⁶ - O lugar de Taboazas.

³⁵⁷ - Próximo da Fraga, no *sítio* A Ramalhosa, encontram-se umas ruínas de umas construções, de planta quadrada, cuja pedra, muito possivelmente, foi utilizada pelos habitantes da Fraga, na construção das suas moradias. Fernandez, J. Lorenzo, 1947, "Antiguas Habitaciones de Pastores en la Sierra del Laboreiro" in *Cuadernos de Estudios Gallegos, Tomo III*, p. 343.

³⁵⁸ - O cemitério da paróquia de San Martin era o utilizado pelos habitantes de Fraga para supultura dos seus familiares.

³⁵⁹ - Fernandez, J. Lorenzo, 1947, "Antiguas Habitaciones de Pastores en la Sierra del Laboreiro" in *Cuadernos de Estudios Gallegos, Tomo III*, p. 350.

das culturas praticadas, ora, limitando-se a amansar os novos espaços, mesmo que para tal tivessem que percorrer, quase diariamente, longas distâncias, ora, pastoreando os gados e os rebanhos da *rês*³⁶⁰ nas pastagens altas, mas, mais verdejantes e nutritivas.

Numa observação mais cuidada e assente, por exemplo, na serra do Laboreiro, poder-se-á inferir que esta unidade orográfica como que organizou e polarizou uma malha de aglomerados limianos distribuídos pela ourela e respectivos flancos, independentemente de fixarem, ou, não, permanentemente a população.

Não é de mais recordar que o *planalto* de Castro Laboreiro, desde sempre, se revelou de grande importância na vida de diferentes civilizações como testemunham os vestígios e obras que se distribuem pela paisagem castreja como, por exemplo, os nichos de monumentos tumulares (Fig. 4, p. 67), ou, o conjunto de pontes em que, pelo menos, um efectivo de dez³⁶¹ está, muito provavelmente, associado a civilizações tão distintas, como a celta, a romana e a medieval (Fig. 11).

Pontes interligadas por eixos de comunicação ao exterior, muitos deles, boas amostras de uma rede complementar implementada possivelmente pelos romanos³⁶², que ligava o território castrejo à *via Braccara Augusta - Astorga*, que atravessa a área em investigação, sensivelmente entre Portela do Homem e o Torno (Fig. 4, p. 67).

Do conjunto das dez pontes castrejas³⁶³ (Fig. 11), destacamos a classificada como monumento nacional³⁶⁴, a ponte da *Cava da Velha*, ou, *Nova*, e a única em estilo celta em Portugal, a ponte *Celta dos Portos*³⁶⁵.

Aquela, a ponte da *Cava da Velha*, muito próxima de um antigo castro, o da Cava da Velha, possivelmente um monumento romano que na Idade Média teria sido reconstruída, une as duas margens do rio Laboreiro, das quais emana uma calçada, aparentemente romana, que atravessa uma área isolada, coberta por vegetação, em que sobressaem as giestas.

³⁶⁰ - Designação popular dos rebanhos de cabras.

³⁶¹ - As dez pontes de Castro Laboreiro: Ponte da Dorna, declarada Imóvel de Interesse Público em 22/3/1983; Ponte Velha da Assureira ou Ponte da Capela declarada Imóvel de Interesse Público em 16/3/1983; Ponte Nova ou da Cava da Velha, classificada como Monumento Nacional em 18/3/1983; Ponte de Varziela declarada Imóvel de Interesse Público em 16/3/1983; Ponte das Cainheiras declarada Imóvel de Interesse Público em 16/3/1983; Ponte Velha; Ponte do Rodeiro; Ponte das Veigas; Ponte Celta dos Portos.

Rodrigues, Pe. Aníbal, 1985, *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*, Biblioteca Municipal de Melgaço, Melgaço, pp. 9-16.

³⁶² - Existem, actualmente e em número significativo, troços, que a população identifica como eixos romanos, a *jeira romana castreja*.

³⁶³ - É de evidenciar o quantitativo de pontes, em certa medida, desmesurado tendo em atenção a área da freguesia. Poder-se-á justificar, pela facto de Castro Laboreiro ter sido, muito provavelmente, um dos grandes centros populacionais das culturas megalítica e castreja, além de se encontrar, relativamente próximo de um eixo viário principal romano?

Rodrigues, Pe Aníbal, 1985, *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*, Biblioteca Municipal de Melgaço, Melgaço, pp. 17-18.

³⁶⁴ - “Processo nº 82/1/176, de 18/3/1983, Lisboa” in Rodrigues, Pe. Aníbal, 1985, *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*, Biblioteca Municipal de Melgaço, Melgaço, p. 23.

³⁶⁵ - Rodrigues, Pe. Aníbal, 1985, *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*, Biblioteca Municipal de Melgaço, Melgaço, pp. 32-33.

A envergadura desta obra inserida numa área em que se torna evidente o isolamento, poder-se-á entender, se recuarmos à época romana, pelas legiões necessitarem de passagens resistentes a fim de garantirem deslocações rápidas e seguras³⁶⁶.

Independentemente dos motivos que justificaram a respectiva construção, a arquitectura associada à austeridade do material que a constitui, o granito, conferem-lhe uma majestosidade, que lhe permite integrar-se na paisagem com uma beleza e elegância únicas.

A ponte *Celta dos Portos*, a única em estilo celta no país, une as duas margens do ribeiro dos Portos, precisamente, nos Portos de Cima³⁶⁷, das quais parte uma calçada aparentemente romana em direcção à Galiza, concretamente a Bande. De arquitectura simples, apresenta uma beleza rara e discretamente se integra numa paisagem, que é agreste, mas, simultaneamente, acolhedora.

Elementos de uma rede viária, cujas idades, apesar, de não serem, ainda, bem precisas, reportam-nos, sempre, a civilizações longínquas, o que nos permite colocar a hipótese de que Castro Laboreiro assumiria, nessas épocas, uma posição de *hinterland* no espaço peninsular (Fig. 4, p. 67; Fig. 5, p. 93).

Apesar de o património de Castro Laboreiro nos transportar a um passado multimilenar com fortes ligações ao exterior, a primeira referência que conhecemos, devidamente identificada sobre o nome da freguesia reporta-se ao século XII³⁶⁸, tendo-se efectuado no século XVI a primeira contagem dos moradores (1527-1532)³⁶⁹, assim como o primeiro esboço "topográfico" de um dos lugares (1509-1516)³⁷⁰, precisamente o da Vila³⁷¹.

Sem pretendermos questionar, pois não são esses os nossos objectivos, os motivos que explicarão o facto de sobre o mesmo lugar, que inclui a fortaleza, existirem do mesmo autor, Duarte de Armas, embora com diferenças significativas, dois desenhos que se conservam nos Arquivos Nacionais, respectivamente, de Lisboa e Madrid, limitamo-nos a mencionar que nas

³⁶⁶ - Rodrigues, Pe. Aníbal, 1985, *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*, Biblioteca Municipal de Melgaço, Melgaço, pp. 22-23.

³⁶⁷ - Situa-se a uns 500 metros de distância de um dólmen, a Mota Aberta.

Rodrigues, Pe. Aníbal, 1985, *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*, Biblioteca Municipal de Melgaço, Melgaço, p. 33.

³⁶⁸ - Conforme abordámos, no Capítulo I, *A Fronteira*, a Carta de Couto ao Mosteiro de Paderne de 1123, concedida por Afonso Henriques, menciona o castelo de Castro Laboreiro, mas, não permite, apesar de tudo, concluir da possibilidade da existência de aglomerados, devidamente, identificados.

Contudo, nas *Inquirições de 1258*, pode-se ler uma síntese da carta de privilégios, que teria sido concedida por Sancho I, aos habitantes de Castro Laboreiro, embora não se tenha encontrado o documento.

Em *sentença de 29 de Agosto de 1275*, Afonso III manda cumprir a carta de composição entre Sancho II e o Abade e Convento de Celanova datada de 28 de Fevereiro de 1241, pela qual o monarca fica a superintender o castelo e Igreja de Castro Laboreiro.

Em Fevereiro de 1312, Castro Laboreiro já tinha tabelião real, embora se desconheça se já seria "lugar sede".

Chancelaria de D. Dinis, Livro III, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, fl. 80.

³⁶⁹ - Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século." in *Archivo Historico Portuguez, Vol. III*, nºs 7 e 8, Lisboa, p. 246.

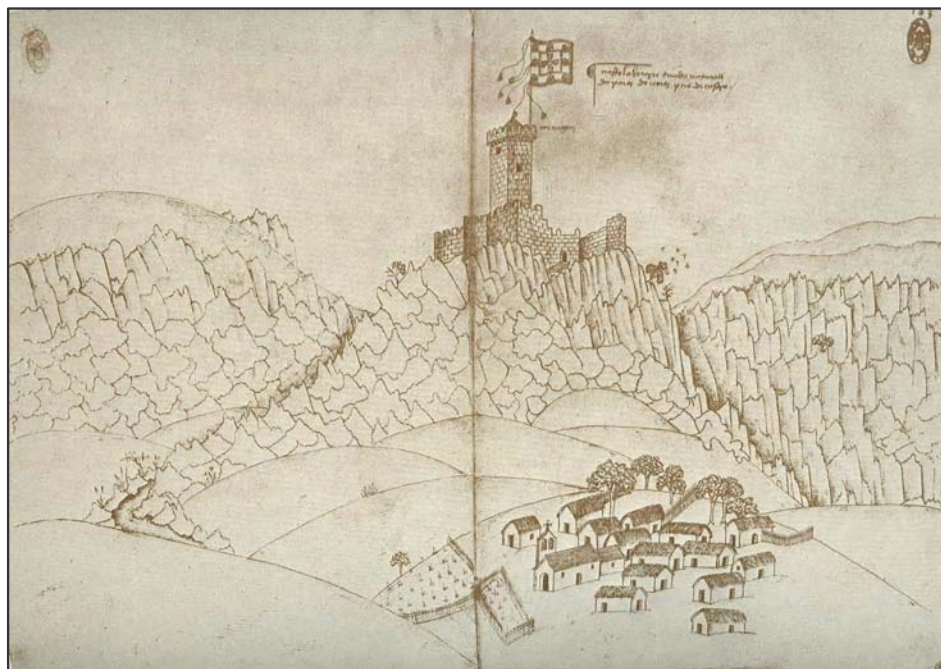
³⁷⁰ - "Duarte de Armas, "Livro das Fortalezas", c. 1509-1516" (1987) in *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, Lisboa, pp. 71-75 + Estampa 28-33.

³⁷¹ - Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas (...), introd. de Manuel Silva Castelo Branco*, 1990, Ed. Inapa, Lisboa, p.16.

Fig. 11. Castro Laboreiro: Pontes e respectivos eixos de ligação ao exterior em período medieval

representações preservadas no Instituto Nacional da Torre do Tombo, na vista de Norte se conseguir identificar catorze edifícios em mancha compacta, em redor da Igreja, que se evidencia pela dimensão e respectivo campanário, que, em posição altaneira, parece proteger o lugar (Fig. 12).

Fig. 12 - Castro Laboreiro, a Vila, (séc. XVI): "Vista da banda norte"



Fonte: “Duarte de Armas, “Livro das Fortalezas”, c. 1509-c. 1516”, 1987, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, Lisboa. (Original: Lisboa, I.N.T.T.)

Pela leitura minuciosa somos levados a inferir que o autor se preocupou em esboçar sebes mortas, aparentemente em estacaria, que delimitariam parcelas de pequena dimensão ocupadas por vegetação espaçada, muito provavelmente, culturas. Diremos, mesmo correndo o risco de uma dilação apressada, que, sensivelmente em quatro séculos e meio (1509/16 a 1960/80) não teriam sido significativas as alterações ocorridas na morfologia agrária, uma vez que prevalecem a forma e disposição em glómulo do casario humilde, além da parcela cultivada, o *barbeito*³⁷², sempre bem vedada, que se justifica pela necessidade em se proteger as culturas da *rês*, do gado³⁷³ e em se preservar a marca jurídica da propriedade. Curiosamente, do casario sobressai o campanário da Igreja, que de um modo simples, mas sobranceiro, domina, juntamente com o castelo, a aldeia.

³⁷² - Designação que o castrejo atribui à parcela, sempre de dimensões reduzidas, mas ocupada pelas culturas da batata e do centeio.

³⁷³ - Designação que a população atribui aos animais de pastoreio graúdos, o bovino e o cavalari.

Castro Laboreiro, em 1527, com cem moradores distribuídos por *casais separados*, que no Inverno se deslocavam para fugir ao rigores do clima³⁷⁴, apresentaria em pleno século XVI um *puzzle* de lugares, que os *Registos Paroquiais* da primeira metade do XVII, muito provavelmente, também, mencionam e integrarão maioritariamente a rede actual³⁷⁵, em princípio, completa no séc. XIX com a implementação dos lugares dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo³⁷⁶ (Fig. 10, p. 145).

Se a primeira referência que conseguimos encontrar para as povoações mais meridionais da freguesia castreja data dos meados do séc. XIX, somos de opinião que estamos perante lugares que atraíram residentes, desde há longos anos, mesmo, séculos. Com um enquadramento geográfico que os distingue da restante freguesia, porque as condições locais de clima permitem que se desenvolva um sistema agro-silvo-pastoril "mais rico"³⁷⁷, por incluir o ciclo do milho grão, o que conferia aos habitantes uma certa diferenciação social em relação aos restantes castrejos. Por outro lado, o acidentado do relevo proporcionou-lhes um isolamento, que em pleno século XX, quando ainda não existia qualquer ligação por estrada, se tornava mais apelativo deslocarem-se a Melgaço, do que à sede da freguesia³⁷⁸, ou, então, relacionarem-se com os vizinhos da Peneda, ou, da Galiza.

Mas, "regressemos" ao séc. XVI, período em que Castro Laboreiro, ou, melhor, o Alcaide do seu castelo, ermo em 1527³⁷⁹, superintendia a estratégia defensiva da fronteira,

³⁷⁴ - Referência no *Numeramento de 1527*, mas, em que o Autor não menciona os lugares de residência, no séc. XVI, dessa população castreja.

Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século" in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. III, nºs 7 e 8, Lisboa, p. 246.

³⁷⁵ - Medeiros, Isabel, 1984, "Acerca do Povoamento na Serra da Peneda" in *Terra de Val de Vez*, nº 7, Arcos de Valdevez, pp. 48-49 e 53.

³⁷⁶ - Se a rede das aglomerações já estaria definida *grosso modo* em pleno século XVII, conforme a leitura dos *Registos Paroquiais de Baptismos* da época, a primeira referência conhecida sobre estes lugares, ou, melhor dito, o lugar do Ribeiro, data do séc. XIX, precisamente de 21 de Novembro de 1836. Por curiosidade, o pároco menciona que os pais do neófito são moradores no lugar do Ribeiro, assim como os respectivos avós, paternos e maternos, o que nos permite pensar que o lugar, ou, os lugares já existiriam desde há longos anos. O segundo registo que encontramos foi efectuado em Janeiro/1837 e a partir daí a sequência de este tipo de actos para moradores do lugar do Ribeiro é muito semelhante à verificada para os outros lugares. Contudo, destacamos um registo de Junho/1851 em que o pároco localiza os pais do baptizando no lugar dos Ribeiros, expressão que desaparece nos registos seguintes e é substituída por Ribeiro de Baixo e Ribeiro de Cima.

Livro de Registos de Baptismo nº 8 e 9 in Microfilme, rolo nºs 64, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

³⁷⁷ - As próprias populações são sensíveis às diferenças dos Ribeiros, em relação à freguesia, como nos dizia uma residente do lugar da Vila, em Julho/2003, "(...) os Ribeiros são diferentes (...) já não são serra (...) são ricos (...) têm milho (...)".

A autoestima do habitante dos Ribeiros é elevada, relativamente, ao castrejos dos outros lugares, a deduzir pelos comentários que encetámos, durante longas horas, em finais de Julho/2003. Exemplifiquemos "(...) nós aqui temos tudo, batatas, cebolas, tomates, feijão verde (...) tudo o que é de quintal (...) os outros não têm nada disto (...) nem precisamos de ir à Vila (...) nunca estivemos muito ligados (...) falámos sempre mais, nos tempos dos nossos pais, com os da Peneda, de Olelas e da Illa (...)".

³⁷⁸ - Diziam-nos um natural do Ribeiro de Baixo, em Agosto de 2003, emigrante em França e a passar férias na sua aldeia, que nunca se sentiram muito ligados à freguesia, nomeadamente, à Vila, pois no tempo do Pai preferiam ir fazer as compras e vender o gado (quando não era transaccionado no contrabando, o que raramente não acontecia) a Melgaço, pois o esforço da caminhada não diferia, em muito, do despendido, quando se dirigia à sede da freguesia. Além disso, tinham boas e fortes ligações com as populações da Peneda e com os vizinhos galegos (por causa do gado, que pastavam, em conjunto, no cimo da *serra*), não precisando, portanto, de recorrerem muito aos conterrâneos, que designavam pelos *castrejos*, excluindo-se a eles próprios.

³⁷⁹ - "(...) e tem huú castello sobre húa fragua ermo povoado de gralhas (...)".

Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI.século" in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. III, nºs 7 e 8, Lisboa, p. 246.

que incluía o território do Soajo³⁸⁰, ou seja, toda a serra do Soajo e o flanco sul da serra da Peneda, não sendo de surpreender, os atritos que, esporadicamente surgiam entre os principais intervenientes na organização e defesa *serrana*³⁸¹, como, por exemplo, os relacionados com o valor dos foros que o alcaide desejava cobrar às gentes do Soajo e estas reagiam, por vezes, com protestos violentos, quando consideravam tratar-se de uma grande injustiça.

A primeira referência conhecida sobre o Soajo data do ano 950 D.C.³⁸² na divisão do legado de Hemenegildo entre a Mumadona de Guimarães e seus filhos. Nos anos de 959 e 1059 surge, de novo, o Soajo, respectivamente no testamento³⁸³ deixado pela Mumadona ao mosteiro que fundou em Guimarães, e no inventário³⁸⁴ dos imóveis desse mesmo mosteiro, multiplicando-se-lhe as referências no período da monarquia lusa, nomeadamente a partir das *Inquirições de 1258*.

O Soajo na Idade Média³⁸⁵ e na sequência de usos e costumes vindos de gerações anteriores, superintendia maioritariamente toda a *serra*³⁸⁶, entendida como as actuais do Soajo e da Peneda, o que conferia aos habitantes privilégios reais, como os *direitos de montaria*, que implicavam aos monteiros, isto é, aos guardas fiscais da serra, a gestão dos espaços de culturas, pastagens e caça.

Em virtude destes privilégios reais, que os soajeiros, sempre, tanto prezaram, poder-se-á entender que o actual lugar da freguesia da Gavieira, a Peneda, possa corresponder a um antigo *sítio*, muito provavelmente uma antiga área de pastagens, pertença dos moradores do Soajo³⁸⁷, idêntica àquelas que, actualmente, ainda, podemos observar, e que foram frequentadas, até meados do séc. XX, na época estival, pelos pastores e respectivos gados e rebanhos da *rês*. À evolução do *sítio* da Peneda não se pode dissociar o fenómeno religioso, que terá tido um grande incremento na segunda metade do século XVI em virtude das fortes

³⁸⁰ - Os soajeiros tinham como obrigação militar defender, em caso de Guerra, a Portela do Galo, por causa da passagem da fronteira no Porto-à-Várzea.

Pintor, Pe. Manuel A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo" in *Terra de Val de Vez, nº 2- II Semestre*, G.E.P.A., Braga, p. 8.

³⁸¹ - O monarca Dinis, em 1282, pôs termo a litígios entre o alcaide e monteiros, exigindo, que estes cumprissem um conjunto de deveres, que passavam pelo pagamento, entre outros bens, de cera, mel, pão de centeio, isto é, os direitos que, sensivelmente, o soajeiro pagava ao rei, em 1258.

Pintor, Pe. Manuel A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo" in *Terra de Val de Vez, nº 2- II Semestre*, G.E.P.A., Braga, p. 10.

³⁸² - "Suagio et Monimenta et adjunctionibus de Camanto sicut resonat in commelun genitori nostro Donno Ermigildo".

Vimaranis Monumenta Historica, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães, fl. 5.

Partilha de bens feita no testamento do conde Hermenegildo à sua mulher Mumadona de Guimarães e seus filhos.

Pintor, Pe. Manuel A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo" in *Terra de Val de Vez, nº 2- II Semestre*, G.E.P.A., Braga, p. 6

³⁸³ - "In ripa Limie portionem in Suagio sive terras et pumares. In Moimenta sub Portela de Vice que sunt de nostra quinta".

Vimaranis Monumenta Historica, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães, fl. 7.

³⁸⁴ - "Et in ripa Limie ex alia parte villa Soagio cum suos incommunisatos et montarios et piscariis ab integro per suos terminos et cum omnibus prestationibus suis"

Vimaranis Monumenta Historica, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães, fl. 45.

³⁸⁵ - "Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p. 396.

³⁸⁶ - Estes privilégios eram extensivos aos moradores das freguesias de Cabreiro e S. Jorge, segundo as *Inquirições de 1258*.

"Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, pp. 380 e 387.

³⁸⁷ - Pintor, Pe. Manuel Bernardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, Uma Jóia do Alto Minho*, Braga, pp. 16-17.

epidemias que grassaram no país³⁸⁸, levando as populações em peregrinação e penitência a recorrerem à protecção da Nossa Senhora das Neves, o nome, de facto, da Senhora da Peneda.

Mas, foram as últimas décadas do séc. XVIII que teriam assistido à fixação intensiva de famílias vindas, principalmente dos concelhos de Castro Laboreiro e Valadares³⁸⁹, que se deslocaram para a Peneda atraídas pelos postos de trabalho resultantes das obras com grande envergadura e relacionadas com a construção do imponente complexo, que envolve o Santuário³⁹⁰, os *quartéis* destinados ao alojamento dos peregrinos, dos quais já se destacavam os galegos, pois, nessa época, a Peneda era um lugar desprovido de habitações e os romeiros viam-se obrigados a descansar do rigor da caminhada nas *lapas* e *grutas*, que, proliferavam em abundância.

A ocidente da Peneda, encontramos a sede da freguesia, o lugar da Igreja, que terá a sua origem num núcleo humanizado por habitantes naturais da freguesia de Gave, actual concelho de Melgaço, freguesia que poderá justificar o nome actual, Gavieira³⁹¹.

Se o *Numeramento de 1527-1532*³⁹² inclui no concelho do Soajo duas freguesias, além da do Soajo, a da Gavieira, a primeira referência explícita a esta última, que conhecemos, encontra-se no Tombo da freguesia de Castro Laboreiro de 1565³⁹³.

Em pleno século XVII, a Gavieira, apesar de anexa ao Soajo, corresponderia a uma freguesia organizada, no foro eclesiástico, ao ter em conta a estrutura dos primeiros *Registos Paroquiais*³⁹⁴.

Quer em 1753³⁹⁵ no *Dicionário Geográfico*, quer em 1795³⁹⁶ no *Tombo da freguesia do Soajo e sua Anexa*, para a Gavieira, apenas, se descriminaram os lugares de Rouças, Tibo,

³⁸⁸ - Pintor, Pe. Manuel Bernardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, Uma Jóia do Alto Minho*, Braga, p. 25.

³⁸⁹ - Concelho extinto em 1852, que englobaria predominantemente freguesias inseridas no actual concelho de Melgaço.

O primeiro registo de baptismo da freguesia da Gavieira e relativo ao lugar da Peneda, ou, melhor dito, lugar de Nossa Senhora da Peneda, data de 17 de Março de 1776. Por curiosidade, os avós paternos eram da Peneda e os maternos do concelho de Valadares. Passado um intervalo de dois anos, ou seja, em Abril/1778, regista-se um segundo baptizado do lugar, em que os avós, paternos e maternos, do neófito eram oriundos, respectivamente, dos concelhos de Castro Laboreiro e de Valadares. A partir deste segundo registo, o evento e em relação ao lugar da Peneda, intensificou-se a um ritmo muito forte até finais do século, muito superior ao verificado nos lugares da Igreja, Tibo e Rouças.

Livro de Baptismo da Gavieira, nº 1 in Microfilme, rolo nº14, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

³⁹⁰ - Pintor, Pe Manuel A. Bernardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, Uma jóia do Alto Minho*, p. 31.

³⁹¹ - Vasconcelos, J. Leite de Vasconcelos, 1927, *De Terra em Terra, Vol. I*, Imprensa Nacional, p. 16.

³⁹² - "... no qual ha duas freguesias e moram nellas, 92 moradores..."

Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século" in *Archivo Historico Portuguez, Vol. III, nºs 7 e 8*, Lisboa, p. 245.

³⁹³ - A primeira documentação conhecida sobre a freguesia da Gavieira é muito tardia, do ano de 1565. No Tombo da freguesia de Castro Laboreiro de 1565, quando se procede à delimitação da freguesia alude-se à presença do cura da freguesia da Gavieira, em virtude da impossibilidade do Abade da paróquia do Soajo. Nesta época, na divisão eclesiástica, a Gavieira era uma freguesia anexa ao Soajo.

Livro de Tombos da Igreja de Stª Maria de Castro Laboreiro, 1565, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls 424-428v.

³⁹⁴ - Pintor, Pe Manuel A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo, S. Bento do Cando na freguesia da Gavieira", *Terra de Val de Vez, Nº 2, II Semestre*, G.E.P.A., Arcos de Valdevez, p. 18.

³⁹⁵ - Nas *Memórias Paroquiais* de 1753 declara-se, explicitamente, que a freguesia "... comprehende tres lugares, que sao o mesmo da Gavieyra, o lugar de Rouças, e o lugar de Tibo....".

Dicionário Geográfico, vol. 17, Memória 27, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Igreja. Em relação ao da Peneda, evidencia-se, já, a importância do Santuário e a respectiva Irmandade, assim como a religiosidade a S. Bento, em São Bento do Cando, que teria a suportá-la uma duradoura tradição³⁹⁷ (Fig. 13).

Relembramos que o *sítio* do Cando, na actualidade São Bento do Cando (Fig. 13), já existiria nos séculos XII-XIII sob domínio Senhorial do Mosteiro de Ermelo³⁹⁸, assim como o da Pomba³⁹⁹ (Fig. 13). Não seria apenas o Mosteiro de Ermelo a possuir Domínio Senhorial na actual Gavieira, mas também, o Mosteiro de Fiães, do qual dependia o de Ermelo, nomeadamente na Bouça dos Homens⁴⁰⁰ (Fig. 13).

Até meados do séc. XVIII outro núcleo, além do da Pomba, integrava a Gavieira, o da Ninhada, sendo aquele, muito provavelmente, de maiores dimensões, se atendermos ao número de baptizados efectuados no período 1706-1738⁴⁰¹ e de habitantes crismados em 1700⁴⁰² (Fig. 13).

Apesar do valor de estes indicadores, aparentemente, pouco significativo em termos de avaliação do efectivo de residentes, eles contribuem, pensamos nós, para a construção de uma imagem sobre os esforços despendidos por populações, cuja sobrevivência implicava a ocupação de espaços agressivos e muito adversos, que entendemos justificar a duração, por vezes, relativamente curta dos respectivos ciclos de vida.

Estamos convictos que nos finais do séc. XVIII estes dois lugares, o da Ninhada e o da Pomba, já não seriam habitados⁴⁰³, mas, outros começavam a emergir na paisagem, como o da Peneda e, muito mais tarde, já, em pleno séc. XIX, o lugar do Baleiral (Fig. 10, p. 145).

³⁹⁶ - *Tombo da Igreja de S. Martinho do Soajo e sua anexa S. Salvador da Gavieira*, Ano de 1795, Caixa 281, nº 2, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls. 1-48.

³⁹⁷ - Já se realizavam as duas festas anuais, a 21 de Março e 11 de Julho, com uma grande afluência de peregrinos, além de, por exemplo, a capela ter capelão, sustentado pelas ofertas dos devotos e populares.

Tombos, Livro II, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls 43-43v.

³⁹⁸ - Pintor, Pe Manuel A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo, S. Bento do Cando na freguesia da Gavieira", *Terra de Val de Vez, Nº 2, II Semestre*, G.E.P.A., Arcos de Valdevez, p. 20.

³⁹⁹ - *Livro de Tombo* da freguesia do Vale, Cartório Paroquial do Vale, Arcos de Valdevez, fls 597-609.

⁴⁰⁰ - Arquivo Distrital de Braga, *Cartulário de Fiães*, in Pintor, Pe Manuel A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo, S. Bento do Cando na freguesia da Gavieira", *Terra de Val de Vez, Nº 2, II Semestre*, G.E.P.A., Arcos de Valdevez, p. 20.

⁴⁰¹ - No período de Abril/1713 a Abril/1738, efectuaram-se 3 e 10 baptizados de neófitos naturais dos lugares de Ninhada e Pomba, respectivamente. Assinalamos, contudo, que a referência às duas localidades se encontra desde os primeiros registos paroquiais, nomeadamente, os de Baptismo, que conseguimos ler.

Livro Misto da Gavieira, nº 2 in Microfilme, rolo nº14, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

⁴⁰² - Em 1700 processou-se o Crisma na freguesia que, por curiosidade, foi dado a 22, 17, 13, 10 e 3 moradores, respectivamente, nos lugares de Igreja, Rouças, Pomba, Tibo e Ninhada.

Se os valores encontrados, não são válidos para o cômputo dos habitantes, nem nos permite sequer, em termos relativos, posicionar os lugares, poder-nos-ão, contudo, alertar para uma tendência possível, se pensarmos que, muito provavelmente, o lugar mais populoso poderá ser aquele, que, por princípio, terá o maior número de baptizados e crismados.

Livro Misto da Gavieira, nº 2 in Microfilme, rolo nº14, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

⁴⁰³ - Continuando a ter por Fonte os *Registos Paroquiais*, os últimos registos de Baptismos, para os lugares da Ninhada e da Pomba, datam, respectivamente, de Novembro/1759 e de Abril/1738.

Livro de Registo de Nascimento da Gavieira, nº 1 in Microfilme, rolo nº14 e *Livro Misto da Gavieira, nº 2* in Microfilme, rolo nº14, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

Desconhecemos as causas da implementação do Baleiral, mas, muito possivelmente, poderão estar relacionadas com a evolução positiva da Peneda, cujo aumento populacional contribuiria para que, gradualmente, as famílias optassem por se fixar a jusante⁴⁰⁴ (Fig. 10, p. 145).

Diremos que a evolução da Gavieira tipifica um modelo de povoamento, cuja tónica de humanização corresponde, em termos globais, à fixação gradual das populações de acordo com os recursos, sempre reduzidos e ocasionais do *sítio*, mas, objecto da opção, o que fomentou uma dinâmica territorial traduzida, ora na fixação do grupo e respectivo enraizamento, ora no abandono do lugar justificado pela pressão demográfica, que variava em função de um conjunto diversificado de factores, mas, dos quais não se pode menosprezar o volume de alimentos, quase sempre dependente do sistema agro-silvo-pastoril numa *serra* superintendida predominantemente pelo habitantes do Soajo.

Nesta dinâmica de povoamento poder-se-á enquadrar, entre outros, o lugar de Adrão (Fig. 10, p. 145), que, por corresponder a uma área de bons pastos, era ocupado pelos pastores e respectivos animais durante a época estival, que regressavam à sede da freguesia do Soajo, nos alvares das primeiras chuvas outonais, até ao momento em que se deu a fixação definitiva das primeiras famílias⁴⁰⁵.

No processo evolutivo dos núcleos principais do Soajo e a ter em consideração as *Memórias Paroquiais* de 1753, esta freguesia não comportaria os lugares de Vilarinho das Quartas e Cunhas⁴⁰⁶. Contudo, a organização territorial estava, já, bem definida na segunda metade do séc. XVIII, pois encontrámos a primeira referência a um lugar denominado Vilarinho Novo num registo de baptismo feito em 7/9/1730⁴⁰⁷, que relacionamos com o actual Vilarinho das Quartas, topónimo que surge, pela primeira vez, em Agosto/1760⁴⁰⁸, repetindo-se em Agosto/1770, data a partir da qual se verifica uma frequência similar à dos “velhos” lugares soajeiros (Fig. 13).

Cunhas um dos lugares mais jovens, segundo as Fontes que conseguimos consultar, nomeadamente os *Registos Paroquiais*, surge referenciado, pela primeira vez, em

⁴⁰⁴ - Medeiros, Isabel, 1984, “Acerca do Povoamento na Serra da Peneda” in *Terra de Val de Vez*, nº 4, Boletim Cultural, G.E.P.A., Arcos de Valdevez, p. 55.

⁴⁰⁵ - Brito, Isabel Soeiro, 1953, “Uma Aldeia de Montanha do Minho: O Soajo, Estudo de Geografia Humana”, in *Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Tomo XVIII, 2ª série, nºs 1 e 3, p. 34.

⁴⁰⁶ - Em 1753, o *Dicionário Geográfico* menciona seis lugares (Vila, Bairros, Vilar de Suento, Várzea e Adrão), enquanto o *Tombo da Igreja de 1795*, além do lugar da Vila, refere aqueles que possuem capela, por se encontrarem a mais de uma légua da Igreja, separados por caminhos ásperos e serras pedregosas, concretamente, Vilar de Suento, Várzea, Paradela e Adrão.

⁴⁰⁷ - *Livro de Registo de Baptismos nº 3* in Microfilme, rolo nº38, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

⁴⁰⁸ - Por curiosidade os avós, maternos e paternos, do neófito são todos do mesmo lugar, isto é, de Vilarinho das Quartas, pelo que nos permite pensar, que o lugar já tinha “vida” há muito mais tempo.

Livro de Registo de Baptismos nº 6 in Microfilme, rolo nº39, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

Fig. 13 – Lima raiano luso: Os lugares do Soajo e da Gavieira no séc. XVIII

23/1/1790⁴⁰⁹ e, a partir de Outubro/1795 o ritmo de baptizados dos recém nascidos é idêntico ao dos restantes lugares (Fig. 13).

O exemplo mais recente corresponde, precisamente, ao Campo Grande (Fig. 10, p. 145), que na década de setenta do século XIX, fixou, em termos permanentes, o primeiro jovem casal, seguindo-se outras jovens famílias, todas provenientes de Paradela, o lugar mais próximo e com os maiores laços decorrentes do próprio regime agro-pastoril⁴¹⁰.

Apesar das mutações verificadas estamos convictos que o Soajo nos últimos três séculos teria uma rede de lugares principais muito semelhante à actual, isto é, os lugares distanciados entre si, com casas reunidas e distribuídas por arruamentos, que não eram mais do que caminhos estreitos e tortuosos, muitos deles com forte declive, como, por exemplo, em Paradela, ou Adrão, Vilarinho das Quartas, ou Cunhas.

Contudo, a importância hierárquica do Soajo teria culminado em 1514 com a concessão da *Carta de Foral* por Manuel I, com a “vila”⁴¹¹ a ser sede de um concelho, que se extinguiu em 1852 e que abrangia, em termos administrativos, a área envolvente, ou seja, as freguesias da Gavieira e de Ermelo⁴¹² (Fig. 10, p. 145).

Se a primeira referência, que conhecemos sobre o lugar “Armelo” surge nas Inquirições de 1258⁴¹³ (Fig. 8, p. 115; Fig. 10, p. 145) não se pode desligar a evolução do *sítio* da freguesia à implementação do Mosteiro⁴¹⁴, com o mesmo nome, pertença dos frades beneditinos e, mais tarde, (inícios do séc. XIII) dos cistercienses⁴¹⁵.

⁴⁰⁹ - Os avós paternos deste baptizando eram de Cunhas, enquanto os maternos eram do lugar do Pelourinho, actualmente, integrado na sede da freguesia.

Livro de Registo de Baptismos n.º 7 in Microfilme, rolo n.º39, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

⁴¹⁰ - Informação que nos foi fornecida, em Agosto de 2000, por um habitante octogenário, neto da primeira família que fixou residência no lugar.

⁴¹¹ - No Soajo nunca existiu um aglomerado que, apesar das funções exercidas, pelo facto de ser sede do concelho, adquirisse o estatuto de Vila. Contudo, os soajeiros, orgulhosamente, atribuem a designação de “vila” ao lugar que sediou as funções administrativas inerentes de estatuto concelhio, precisamente, o lugar do Eiró. Hoje, a “vila” engloba todos os lugares próximos de Eiró, que em função de uma evolução positiva coalesceram e constituem uma única mancha construída, mas que as populações continuam a distinguir, da mesma forma que o fazia o respectivo Pároco, nos sécs. XVI e XVIII, quando identificava os pais do neófito acabado de baptizar e os localizava, por exemplo, em Concieiro, Pereira, Carreiras, Fraga da Mó, Torre, Raposeira, Lage, Pelourinho, Teso, Raposeira ou Rio Bom.

Livro de Registo de Baptismos n.ºs 1 a 8 in Microfilme, rolos n.º 38 e 39, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

⁴¹² - Nos finais do séc. XVIII, as *terras do Soajo* enquadravam todo um complexo montanhoso, que, além da freguesia do Soajo, incluía a da Gavieira e envolvia a de Ermelo.

⁴¹³ - “(...) et aqui seive primeiramente o moesteiro dArmelo, et dixerun que aqui o coutou elRey don Afonso I.º, et o abbade et os fratres sacaronno daqui et poseromno in aquel logar que chamam Armelo (...)”.

“Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p.389.

⁴¹⁴ - Os frades beneditinos ter-se-iam radicalizado, de início, na actual freguesia de S. Pedro do Vale, que corresponderia, à freguesia de Stª Maria do Vale/S. Pedro dos Arcos, e abrangeria o sítio de Ermelo, posteriormente escolhido pelos frades para a sua fixação. Ermelo, que significa pequeno ermo, seria um local solitário, ermo, e, por conseguinte, apelativo à oração e à espiritualidade.

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1952, “Ermelo” in *Jornal Vanguarda*, Quinzenário Regionalista de Arcos de Valdevez, n.º 139, Arcos de Valdevez, p. 4.

⁴¹⁵ - Costa, Pe. Avelino de Jesus, 1984, *O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez (Subsídios para a Monografia do Concelho)*, Separata da *Terra de Val de Vez*, Braga, p. 39.

Os frades ter-se-iam fixado em Ermelo, lugar ermo, propício à oração e reflexão, no período compreendido entre os meados do séc. XII e a primeira metade do séc. XIII⁴¹⁶, época em que iniciar-se-ia o arroteamento das terras bravas e incultas, criando-se, provavelmente, as condições para os primeiros laranjais, que produzem as famosas laranjas de Ermelo⁴¹⁷, enquanto o outro lugar, Vilarinho das Quartas, também, se ia implementando, em função do trabalho e esforço dos seus habitantes⁴¹⁸.

Recordamos que a influência humanizadora do Mosteiro ultrapassou os limites da freguesia, assim como o próprio rio Lima, (Fig. 8, p. 115), fazendo-se sentir na Serra Amarela, nomeadamente em Vergaço, Britelo e Germil, em que os topónimos de origem germânica nos permitem problematizar, para ambas as freguesias, uma existência que poderá ascender ao séc. VII, última fase do reino visigótico⁴¹⁹.

Independentemente de toda as questões relacionadas com a cronologia dos povoados, estes territórios, juntamente, com os de Entre-Ambos-os-Rios e do Lindoso⁴²⁰, encontravam-se organizados, no séc. XI, segundo as actuais freguesias, conforme o *Censual da Terra de Venati*⁴²¹, embora, nas *Inquirições de 1220*, sejam, apenas, referenciadas as freguesias de Britelo e Entre-Ambos-os-Rios.

Contudo, nas *Inquirições de 1258* são descritas as quatro freguesias, com referências curiosas, como, por exemplo, em relação os respectivos domínios senhoriais, com o Mosteiro de Ermelo a dominar em Germil⁴²² e em dois casais, em Britelo⁴²³, a Coroa⁴²⁴ no Lindoso e em quatro casais, em Tamente e, em Entre-Ambos-os-Rios existir um Couto, de que não se

⁴¹⁶ - Pelas *Inquirições de 1258*, sabe-se que, quando Afonso Henriques atribuiu o privilégio de Couto ao Mosteiro, o de Ermelo, se localizaria no Vale. Já estaria radicalizado em Ermelo, aquando destas Inquirições, pelo que a transferência, só se poderia ter verificado no período compreendido entre meados do séc. XII (Afonso Henriques morreu em 1185) e a primeira metade do séc. XIII.

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1953, "Ermelo" in *Jornal Vanguarda*, Quinzenário Regionalista de Arcos de Valdevez, nº 141, Arcos de Valdevez, p. 4.

⁴¹⁷ - Ermelo localizado na margem ribeirinha do rio Lima, em pleno fundo do vale, apresenta condições locais de clima propício ao desenvolvimento de culturas tipo mediterrâneas, pelo que, actualmente, as suas laranjeiras, são bem conhecidas, em virtude da qualidade excepcional das laranjas, que produzem.

⁴¹⁸ - "Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p. 389.

⁴¹⁹ - Costa, P. Avelino Jesus, 1998, "Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca", Vol. I in *Actas do Seminário Da Terra da Nóbrega ao Concelho de Ponte da Barca*, Vol. I, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, p. 21.

⁴²⁰ - Recordamos, o que comentámos no Capítulo I, *A Fronteira*, em relação ao topónimo Lindoso. É uma expressão que já se encontra nos documentos referentes à demarcação da diocese de Braga e atribuída ao rei Miro, no período 569 a 582: "A fauce fluminis Limie per ipsum flavium usque ad Lindosum" in Costa, P. Avelino Jesus Costa, 1959, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, Vol. I, p.29.

⁴²¹ - Recenseamento das paróquias da Diocese, mandado elaborar pelo Bispo D. Pedro, no período de 1085-1089.

Costa, P. Avelino Jesus, 1998, "Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca", Vol. I in *Actas do Seminário Da Terra da Nóbrega ao Concelho de Ponte da Barca*, Vol. I, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, p. 29.

⁴²² - "Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p. 415.

⁴²³ - "Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p. 413.

⁴²⁴ - "Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, pp. 413-414.

nomeia o Senhorio⁴²⁵, e a respectiva Igreja a possuir um casal⁴²⁶, além dos habitantes de Britelo e do Lindoso serem monteiros do rei (Fig. 10, p. 145).

O Lindoso nos finais do séc. XVII era uma freguesia com uma estrutura correspondente à actual⁴²⁷, ou seja, constituída pelas três aldeias, Castelo, Parada e Cidadelhe, com o lugar do Real, no Castelo, a ser evidenciado nos Registos Paroquiais, que, por curiosidade, correspondia ao lugar de residência da família que, no séc. XVIII, incluía o único elemento feminino da freguesia a exhibir assinatura nos actos vitais da Paróquia, além dos respectivos membros masculinos firmarem assinaturas com o traço mais laborado no universo dos padrinhos de casamento e de baptizados (Fig. 10, p. 145).

Actualmente, o lugar parece assistir a uma evolução positiva, pois se em Julho de 2000 estavam habitadas duas residências, uma das quais com um octogenário, passados três anos, concretamente, em Agosto de 2003, residiam quatro famílias, duas das quais em moradias construídas neste intervalo de tempo. Num breve percurso pelo lugar ressaltam os vestígios de paredes vigorosas com janelas e portais, cuja arquitectura evidencia testemunhos de residências, que ostentavam uma certa imponência, que, forçosamente, teria que contrastar com o parque habitacional e “normal” de épocas passadas.

Edifício, cuja traça nos faz lembrar, de imediato, antigos proprietários detentores de uma posição social privilegiada, encontramos, por exemplo, na freguesia de Britelo, lugar da Igreja. Uma antiga residência⁴²⁸, a nobre casa de Britelo, propriedade de bons fidalgos⁴²⁹, mas, cujas reparações recentes envolveram materiais como o alumínio (Fig. 10, p. 145).

Do conjunto das freguesias lusas por nós estudadas, a Ermida, confinada a um único lugar, é aquela que se estruturou, em termos paroquiais, mais tardiamente, apenas, no séc. XVII, muito provavelmente justificado pelo isolamento, que a agressividade da montanha proporciona, além dos limitados recursos de subsistência, manifestamente reduzidos e insuficientes para a manutenção de um pároco⁴³⁰ (Fig. 10, p. 145).

⁴²⁵ - Segundo as Inquirições de 1220, o Mosteiro de S. Martinho de Crasto exercia Domínio Senhorial em dois Casais, enquanto a Ordem Militar dos Hospitalários em sete, muito provavelmente, a área que, em 1258, por ser Couto, não pagava foro real.

⁴²⁶ - “Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p. 415.

⁴²⁷ - *Registos Paroquiais do Lindoso*, sécs. XVI-XIX, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Viana do Castelo.

⁴²⁸ - É a Quinta do Paço, com uma capela, que em 1758, era do Alcaide Mor do Castelo do Lindoso, “assistente na vila de Guimarães”. Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico, Nota 73, Vol. 7*, fl. 1239.

⁴²⁹ - Costa, P. António Carvalho, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topografica, Tomo Primeiro, Segunda Edição*, Tip. De Domingos Gonçalves Gouvea, Braga, p. 210.

⁴³⁰ - Costa, P. Avelino Jesus, 1998, “Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca”, in *Actas do Seminário Da Terra da Nóbrega ao Concelho de Ponte da Barca, Vol. I*, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, p. 34.

A Ermida, juntamente com os lugares de Lourido, Froufe⁴³¹ e um Casal de Sobredo, era um território que no séc. XVII (1658) integrava o Couto de Aboím⁴³², Comenda de Távora da Ordem de Malta. Por curiosidade, Froufe e Ermida constituíam, respectivamente, um único casal, enquanto Lourido se distribuía por três casais (Fig. 10, p. 145).

Se estas terras foreiras ao Couto de Aboím compreendiam seis unidades agrárias, em termos de Domínio Senhorial, a fragmentação do respectivo Domínio Útil era notório. Assim, o Casal do Sobredo⁴³³ dividia-se em oito fracções, o de Froufe⁴³⁴ em vinte e três, o da Ermida⁴³⁵ em trinta e seis, enquanto cada um dos três Casais de Lourido⁴³⁶ se distribuía, respectivamente, por vinte, oito e vinte e sete.

Desconhecemos as áreas agro-silvícolas abrangidas, contudo, poderemos inferir que a fragmentação dos Casais (122 fracções) seria, genericamente, acentuada, o que ajudará, segundo a nossa opinião, a questionar a posição económica da família deste Lima raiano em pleno Regime Enfitêutico.

Um quadro de vida dura e muito difícil em que a pobreza parecia imperar é traçado no séc. XVIII pelo pároco de S. Miguel de Entre-Ambos-os-Rios, nomeadamente para a Ermida, freguesia anexa, baseado no isolamento provocado pelo acidentado do relevo e na impossibilidade para muitas das famílias do pagamento da cõngrua, pois a produção agrícola era reduzida e incerta, opinião corroborada pelo pároco de Britelo em relação à sua própria paróquia, quando atribuiu “à aspereza do sítio” o seu “rendimento duvidoso”⁴³⁷ (Fig. 10, p. 145).

Populações cuja subsistência dependia essencialmente da utilização e aproveitamento da *serra* justificava que o privilégio real concedido a determinadas populações para a sua gestão corresponder a um dos mais altos atributos, como declararam os habitantes do Soajo⁴³⁸ em 1288⁴³⁹, privilégio extensivo aos moradores das freguesias do Lindoso⁴⁴⁰ e de Britelo⁴⁴¹,

⁴³¹ - Se tivermos em consideração, que Froufe é um topónimo de origem germânica, poderemos questionar em que medida a povoação poderia existir na fase final do reino visigótico, isto é, o séc. VII.

Costa, P. Avelino Jesus, 1998, “Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca” in *Actas do Seminário Da Terra da Nóbrega ao Concelho de Ponte da Barca, Vol. I*, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, p. 20-21.

⁴³² - *Tombo da Comenda de Távora, Livro 69*, Couto de Aboím, 1658, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls. 852-1090.

⁴³³ - *Tombo da Comenda de Távora, Livro 69*, Couto de Aboím, 1658, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls. 1072v.-1074v..

⁴³⁴ - *Tombo da Comenda de Távora, Livro 69*, Couto de Aboím, 1658, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls. 1074v.-1077.

⁴³⁵ - *Tombo da Comenda de Távora, Livro 69*, Couto de Aboím, 1658, Arquivo Distrital de Braga, Braga fls. 1084.-1087.

⁴³⁶ - *Tombo da Comenda de Távora, Livro 69*, Couto de Aboím, 1658, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls. 1077-1084.

⁴³⁷ - “Inquéritos Paroquiais de 1775, freguesias de Britello e Entre Ambos-os-Rios” in *Termos da Visita da 1ª Parte da Nóbrega e Neiva*, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

⁴³⁸ - O privilégio de Montaria Real estendia-se, na serra da Peneda, segundo *as Inquirições de 1258*, às freguesias vizinhas do Soajo, ou seja, Cabreiro e S. Jorge.

⁴³⁹ - “(...) non ha hi outra honra se non aquella que am per El Rey que som seus monteyros (...)”.

Livro I, Inquirições de Dinis, Instituto Nacional da Torre do Tombo, fls. 91v.-92.

⁴⁴⁰ - “Inquirições de D. Afonso III”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p. 414.

que lhes permitia a coordenação, respectivamente, das serras do Soajo, Peneda e da Amarela⁴⁴², nesta, a vertente drenada pela rede hidrográfica do Lima, mas, que não impedia, em ambas as margens, nem a escassez e míngua generalizada dos alimentos, nem um clima de insegurança para todos aqueles que se aventuravam na travessia dos vaus e portelas dispersos, embora estrategicamente implementados pelas extensas e majestosas paisagens limianas de raia.

De facto, seria uma tónica dominante neste Lima raiano isolado e rarefeito a insegurança de bens e pessoas dificilmente controlada pelo poder central, a avaliar pelas descrições efectuadas por viajantes que ao longo do séc. XVI o percorreram, e através das quais nos é possível, em pleno século XXI, esboçar uma leitura sumária das acessibilidades e do ambiente social instalado.

A instabilidade nos espaços que estudamos ter-se-ia repercutido por um longo período multissecular como se pode inferir na descrição da viagem que, em Janeiro de 1533, a comitiva de Dom Abade de Clairvaux⁴⁴³ efectuou entre o mosteiro de Bouro⁴⁴⁴ e o mosteiro de Pitões das Júnias, passando pelos de Ermelo e de Fiães (Fig. 14).

Partindo do mosteiro do Bouro, em 19 de Janeiro de 1533, a Comitiva pernoitou em Ponte da Barca para na manhã do dia 20 se deslocar a Ermelo. Se de início a Comitiva percorreu nas montanhas e ao logo do rio Lima, em direcção a leste, uma légua num bom caminho, desde logo continuou viagem em espaços muito montanhosos e isolados, até que lhe surgiu um grupo de homens armados, entre os quais o Comendador de Ermelo residente na freguesia do Vale, que tinham ido ao seu encontro, para lhe dar as boas vindas, de acordo com o estatuto de tão honrosa visita. A Comitiva, então protegida, continuou a viagem entre montanhas desenvoltas e despovoadas⁴⁴⁵ até atingir o almejado mosteiro em Ermelo.

⁴⁴¹ - "Inquirições de D. Afonso III", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, 1888, Vol. I, Lisboa, p. 413.

"Inquirições de D. Afonso II", 1220, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones* Vol. I, Lisboa, p. 119.

⁴⁴² - Pela leitura das *Inquirições de 1258* eram os monteiros reais destas duas freguesias, Lindoso e Britelo, os únicos a controlarem e fiscalizarem todo o flanco ocidental da serra Amarela.

⁴⁴³ - O mosteiro de Ermelo, se nos seus princípios, pertencia à Ordem de S. Bento, cedo adoptou a reforma de S. Bernardo de Clairvaux, também chamada de Cister, sendo filial do mosteiro de Fiães. Ambos os mosteiros em estado de decadência, principalmente, o de Ermelo, foram visitados em Janeiro de 1533, pelo Abade da Congregação, Dom Edme de Saulieu, abade de Clairvaux, que trouxera como secretário Frei Claude de Bronseval, que nos deixou pormenorizada crónica da viagem realizada.

Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, pp. 533-547.

⁴⁴⁴ - A comitiva partiu do mosteiro de Bouro na manhã de 19 de Janeiro e pernoitou em Ponte da Barca. Na manhã de 20 de Janeiro de 1933 saiu de Ponte da Barca e após ter atravessado uma ponte subiu uma légua nas montanhas, ao longo do rio num bom caminho em direcção a este.

Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, p. 535.

⁴⁴⁵ - "(...) Deinde ad reliquam viam semper secus predictus flumen procedentes peragendam scopulosam ac periculosam, inter horridos montes, regione omnino deserta, cucurimus passu bovino, donec tamdiu pervenimus ad monasterium (...)".

Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, p. 534.

À tarde, após a visita ao mosteiro, a Comitiva, em viagem para Fiães, decidiu⁴⁴⁶ por motivos de segurança e por ser inverno, substituir o percurso mais curto⁴⁴⁷, numa distância de quatro léguas, por um outro mais longo, que lhe exigiu retomar o mesmo caminho, pernoitar na freguesia do Vale para, na manhã seguinte, se dirigir aos Arcos de Valdevez e continuar viagem por Choças, Extremo, Barbeita, Melgaço, atingindo finalmente Fiães (Fig. 14).

Se a distância entre Arcos de Valdevez e Choças foi percorrida através de um caminho suave, a partir desta localidade, Choças, a Comitiva iniciou, ao longo de uma via tortuosa, uma subida acentuada, no final da qual se lhe deparou uma descida bastante fácil até Barbeita, aldeia de espaços aplanados, meticulosamente cultivados e enquadrados por montanhas.

Após a noite passada em Barbeita, a Comitiva reiniciou a viagem percorrendo durante toda a manhã do dia 22, na margem esquerda do rio Minho e sempre com a Galiza no horizonte, uma "boa estrada" que a conduziu a Melgaço para na parte da tarde efectuar uma íngreme subida em montanha agreste, atingindo, finalmente, o mosteiro de Fiães⁴⁴⁸.

A 26 de Janeiro, a Comitiva deixou Fiães em direcção ao mosteiro de Pitões das Júnias, começando por subir, durante uma hora, uma "região escarpada, vasta e estéril", em que percorreu duas "grandes léguas", com muita chuva e muito frio, até que encontrou, entre duas montanhas, uma linha de água, que, apesar do grande perigo, se tornou necessário atravessar, para continuar a viagem numa "região desértica" onde o vento soprava com muita violência, até que, pela tarde, iniciou a descida e chegou, após ter efectuado quatro léguas, desde as oito da manhã até às quatro da tarde, a uma aldeia do reino da Galiza chamada Vilarinho⁴⁴⁹ (Fig. 14).

Após uma leitura atenta da descrição efectuada por Frère Claude de Bronseval, o relator do diário da viagem, não nos resta qualquer dúvida de que o percurso entre Fiães e Vilarinho se efectuou na área objecto da nossa investigação.

Assim, um conjunto de questões, de imediato, se nos levantou. Que unidade montanhosa se desenvolve na saída de Fiães rumo à fronteira castreja? Qual foi a linha de água que a Comitiva, apesar do grande perigo em que incorria, se viu na necessidade em

⁴⁴⁶ - "(...) Et deinde factus est sermo pro via ad monasterium de Fenabilis carpenda. Erant nobis recta via tantummodo quatuor leucae, sed quia oportebat transire montes horrendissimos, patriam que frigidissiam et desertissimam, viamque male securam propter limites Galeciae et Portugalliae ibidem concurrentes, timuit illac transire Dominus ac etiam in predicto loco manere (...)".

Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris p. 536.

⁴⁴⁷ - A ligação directa entre ambos os mosteiros, menos temerosa para quem estava habituado aos caminhos da *serra*, era de Ermelo por Soajo a Adrão e Miradouro e dali em alternativa, pela Peneda ou pelo Cando, a Lamas de Mouro.

Pintor, Pe M. A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo, S. Bento de Cando na freguesia da Gavieira" in *Separata Terra de Val de Vez, n° 2, I Semestre*, pp. 21.

⁴⁴⁸ - Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, pp. 537-539.

⁴⁴⁹ - Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, pp. 543-545.

Fig. 14 – Lima raiano: Eixos de mobilidade no séc. XVI – os itinerários de Álvaro Vaz, Mem Afonso, Duarte d’Armas e Claude de Bronseval

transpor? Em que aldeia os viajantes pernoitaram, uma vez que existem no concelho da Lobeira, duas aldeias designadas por Vilariño, uma na margem direita do rio Grou, também conhecido por rio Fragoso, e incluída na freguesia de Vilariño (San Xes), outra na margem esquerda do mesmo rio, mas elemento integrante da freguesia de Montelongo (St^a Cristina)?

Recorremos, como foi a tónica dominante desta investigação, ao diálogo com os residentes de Vilariño (San Xes) e de Castro Laboreiro, com os quais efectuámos grande parte do percurso, a pé, nomeadamente no *planalto* castrejo.

Ora, se as montanhas com que a Comitiva se deparou, logo à saída de Fiães, não se torna difícil identificá-las com o conjunto montanhoso drenado por uma rede de *corgas*, que drenam vales encaixados, cujo talhe, apenas se justifica pelas orogenias pré-cenozóicas, a que o traçado da rede viária do séc. XXI, é, também, tão sensível, constituindo, de um modo global, a margem esquerda do rio Trancoso, a localização da linha de água, que foi imperioso atravessar, já, se torna mais problemática.

Pela leitura da descrição efectuada pelo Frère Claude de Bronseval, poder-se-á deduzir que era uma linha de água encaixada, cuja travessia, que teria sido feita sem o recurso de uma ponte, por muito frágil que fosse, implicou muito perigo, que se explicará pelo ambiente de tempestade em que a viagem decorria (vivia-se período de forte queda pluviométrica acompanhada de ventos que sopravam com muita intensidade), pelo que, de imediato, se nos levantaram duas hipóteses, ou corresponder ao rio Trancoso, ou então, ao rio Castro Laboreiro.

Se a Comitiva de Cister transpusesse o rio Castro Laboreiro, teria de o fazer, ou, no Rodeiro, ou, numa secção a jusante, pelo simples motivo de que o rio encaixa, a montante da aldeia. Por curiosidade, a "queda" de água, que resultou do desnivelamento dos dois patamares, ou seja, da transposição brusca do nível de altitude mais elevada, o do *planalto*, em que a linha de água corre em "vale escancarado", para o nível do talvegue encaixado, a população da aldeia, o Rodeiro, utilizou a intensidade da força viva na construção de uma bolsa de moinhos para produção de farinha de centeio, hoje, praticamente abandonados.

Segundo esta hipótese a Comitiva teria que atravessar lugares, por exemplo, a Portelinha, ou, Várzea Travessa, algumas *verandas*, mesmo que correspondessem a lugares constituídos por minúsculos casebres com cobertura de colmo, o que não se teria verificado⁴⁵⁰ e que se compreende pelo motivo de "obrigar" a fazer, no trajecto, um "desvio" para sul.

⁴⁵⁰ - "(...) Nous rencontrâmes entre deux montagnes une rivière qu'il fallait traverser. Nous le fîmes en courant un très grand danger et nous continuâmes dans cette région désertique (...)".

Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, p. 545.

Com a preocupação em se "eliminar" léguas é, em nossa opinião, o mais aceitável, que todo o percurso em solo português se tivesse efectuado em pleno *planalto* castrejo, no limiar da fronteira, na secção montante do rio Castro Laboreiro, ou melhor, no espaço dos variados olhos de água, as nascentes das quais brotam os fios ténues de água que, timidamente, se vão reunindo e deslizando e constituindo a bacia de recepção do rio castrejo.

Conjunto de motivos que nos permitem aventar que a "ribeira" cuja travessia representou muitos perigos para a Comitiva do Abade de Clairvaux corresponda ao rio Trancoso na secção montante, por sinal, uma área muito acidentada na qual se insere o actual marco de fronteira nº 2, em direcção ao marco 3, para fazer a travessia do *planalto* castrejo e deixar o solo luso em espaços compreendidos pelos marcos 36 a 39, a caminho de Vilariño de San Xes.

Somos, também, de opinião que a Comitiva pernitoitou em Vilariño de San Xes, por dois motivos principais. Pela leitura da descrição entende-se que decidiu passar a noite no primeiro lugar que teria surgido, após a descida das montanhas, logo, em San Xes, pois para atingir Vilariño, em Montelongo, teria que atravessar o vale encaixado do Grou, o Fragoso, e ter-se-ia deparado com um conjunto de aldeias, incluindo a Vila, sede do actual concelho da Lobeira, que se distribuem de montante para jusante, ao longo das duas vertentes, cujo significado do povoamento não passaria despercebido ao redactor do diário e que justificava uma alusão no roteiro de viagem (Fig. 10, p. 145).

Um outro motivo, que na nossa opinião é de suma importância, refere-se ao facto de, quando em Castro Laboreiro questionámos vários residentes, que na juventude tinham efectuado diversas vezes o percurso, a pé, entre Fiães, ou mesmo Melgaço, em direcção à Lobeira, todos terem descrito, sensivelmente este percurso, isto é, atravessavam o rio Trancoso em direcção ao marco 3, calcorreavam o "planalto", sempre longe das aldeias castrejas, para na área do marco 36, rumarem a Vilariño (San Xes).

Outro aspecto curioso relaciona-se com o facto de, quando os questionávamos sobre as distâncias, absoluta e tempo, entre as duas localidades, todos nos informaram ser *à volta de uns 20 Kms compridos e levar bem um longo dia* pelo que, quando os confrontávamos com as oito horas, de imediato, nos diziam, *a pé, não poderá ser*, mas, concordavam, quando acrescentávamos, viagem efectuada a cavalo.

Mas, voltemos às dificuldades do itinerário retomado pela Comitiva no dia seguinte, ou seja, o dia 27. Após uma noite de queda intensa de neve, a Comitiva reiniciou viagem e atravessou, após um percurso provável de uma légua, o rio Lima através de uma ponte em madeira muito "estrita e perigosa", iniciando uma subida íngreme. Como o tempo estava mau

e a paisagem envolta num manto de neve, perdeu-se durante uma meia hora, apesar de se fazer acompanhar por um guia, para reencontrar o caminho nos cimos da montanha. Ao descê-la, confrontou-se, de novo, com mais um obstáculo, o da travessia do rio Salas, que foi efectuada com muita dificuldade e perigo, para, em seguida, se dirigir em direcção a Requias e iniciar a escalada de uma alta montanha onde foi surpreendida por uma forte nevada em pleno coração da serra do Xurés, na Portela de Pitões, estando, então, muito próxima a entrada em Portugal, a caminho do mosteiro de Pitões das Júnias (Fig. 14, p. 167).

Independentemente das possíveis interpretações sobre as sendas e caminhos, de facto, percorridos pelo Dom Abade de Claivaux e sua Comitiva na área que estudamos, encontramos perante uma descrição que retrata, de modo evidente, as dificuldades físicas e de segurança dos espaços limianos de raia, que não impediam, contudo, que outros viajantes, nomeadamente os servidores do Reino, os deixassem de frequentar, apesar dos ambientes de instabilidade que dominavam no séc. XVI.

Álvaro Vaz, o responsável pelo *Numeramento de 1527* do Entre-Douro-e-Minho, em Agosto desse mesmo ano, atravessou a área em estudo, mas, se não se preocupou com a descrição do itinerário e respectivo ambiente envolvente, localizou o castelo de Castro Laboreiro numa fraga e povoado de gralhas⁴⁵¹, depois de ter partido do concelho de Aboim da Nóbrega, actualmente Ponte da Barca, e passado pelos do Lindoso, Soajo, Valdevez e Coura, percorrendo, muito provavelmente, o vale superior do rio Vez para atingir Castro Laboreiro (Fig. 14, p. 167). A partir de Castro Laboreiro deslocou-se para Melgaço, seguindo o vale do Minho até Caminha.

Se desconhecemos o caminho efectivamente utilizado pelo autor do *Numeramento de 1527*, poderemos, contudo, admitir, que teria percorrido a parte mais alta da serra da Peneda, apesar de ter prolongado bastante o percurso efectuado em pleno Verão⁴⁵², muito provavelmente, movido por sentimentos de insegurança que uma zona rarefeita, montanhosa e erma propicia, independentemente do estado pedregoso e tortuoso dos caminhos, causador de caminhadas muito difíceis e desgastantes das forças físicas (Fig. 14, p. 167).

Uma viagem, também, com dificuldades e certos receios, apesar de ser Verão, teria feito neste Lima raiano Mem Afonso quando, em Julho de 1538, João III lhe incumbiu a

⁴⁵¹ - "sobre h-ua fragua ermo povoado de gralhas" in Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século." in *Archivo Historico Portuguez, Vol. III, n.ºs 7 e 8*, Lisboa, p. 246.

⁴⁵² - Daveau, Suzanne, 2000, "A rede hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco" in *Revista Finiserra*, XXXV, 69, p. 23.

missão de fazer a demarcação da fronteira, pelo que se deslocou, sucessivamente de Vilarinho das Furnas ao Lindoso, Soajo, Castro Laboreiro e Melgaço⁴⁵³ (Fig. 14, p. 167).

Ora, se os percursos de Vilarinho das Furnas ao Lindoso e de Castro Laboreiro a Melgaço foram efectuados num intervalo de poucas horas, o mesmo, muito provavelmente, não se teria verificado em relação às distâncias, que separam, respectivamente o Lindoso do seu vizinho Soajo e, este de Castro Laboreiro, pois as delimitações dos respectivos concelhos em relação à Galiza foram efectuadas com um intervalo de dois dias, o que nos permite aventar, que os caminhos escolhidos por Mem Afonso, não teriam sido aqueles, que correspondiam à distância mais curta entre os dois lugares, ou seja, Soajo e Castro Laboreiro, mas, precisamente, aqueles, que embora mais longos, permitiriam uma certa tranquilidade.

Este ambiente de isolamento que o acidentado do relevo acentuava com os lugares bem afastados entre si, cujos moradores, em número reduzido, viviam maioritariamente em casebres, acarretando insegurança e medo nas populações, estender-se-ia por todo o Lima raiano, pois o castelo do Lindoso era "hua fortaleza dynificada", em 1538⁴⁵⁴, quando da estadia de Mem Afonso, e *hu~u castello ermo*, quando Álvaro Vaz o visitou em 1527⁴⁵⁵, tal como o castelo da Nóbrega, o castelo implementado sobre "hu~ua fragua ermo"⁴⁵⁶.

Também Duarte de Armas, muito provavelmente no Verão de 1509, partindo da Piconha, próximo de Randin, em direcção a Castro Laboreiro, percorreu "cynquo legoas de seras e mujtas ribeyras antre as quaes a maiyor há nome lima"⁴⁵⁷, continuando viagem para Melgaço por um caminho muito mau e fragoso, com extensão de duas léguas (Fig. 14, p. 167).

Com este percurso Duarte de Armas teria "esquecido" o castelo do Lindoso⁴⁵⁸, que embora seja inquestionável a sua existência em pleno século XVI não é representado nem referenciado em qualquer um dos desenhos, que constituem a obra tal como é conhecida.

⁴⁵³ - Em 22 de Julho de 1538, Mem Afonso assistiu, respectivamente, nas aldeias de Vilarinho das Furnas e do Lindoso, às delimitações com a Galiza, enquanto em 24 de Julho levantava o contorno da fronteira entre o Soajo e Galiza e a 26 de Julho continuava o levantamento em Castro Laboreiro e, nesse mesmo dia, em Melgaço.

Núcleo Antigo, Livro VII in microfilme, rolo 1762, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, fls. 138-151.

Moreno, Humberto Moreno (coord.), 2003, *Demarcações de Fronteira, Lugares de Trás-os-Montes e de Entre-Douro-e-Minho*, Vol. III, Centro de Documentação e História Medieval, Universidade Portucalense-Infante D. Henrique, pp. 145-167.

⁴⁵⁴ - Moreno, Humberto Moreno (coord.), 2003, *Demarcações de Fronteira, Lugares de Trás-os-Montes e de Entre-Douro-e-Minho*, Vol. III, Centro de Documentação e História Medieval, Universidade Portucalense-Infante D. Henrique, p. 151.

⁴⁵⁵ - Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século" in *Archivo Historico Portuguez, Vol. III, n°s 7 e 8*, Lisboa, p. 245.

⁴⁵⁶ - Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século" in *Archivo Historico Portuguez, Vol. III, n°s 7 e 8*, Lisboa, p. 244.

⁴⁵⁷ - Almeida, João 1943, *Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, Ed. Império, Lisboa, p. 463.

⁴⁵⁸ - Se Duarte de Armas foi encarregado por Manuel I em vistoriar as fortalezas, junto à fronteira, a fim de verificar os respectivos estados de conservação, os historiadores de competência irrefutável, que se têm debruçado sobre este problema, não encontram uma justificação plausível, sendo de muito difícil a aceitação da hipótese do desconhecimento da existência do castelo, por parte do autor.

Atendendo ao traçado do itinerário⁴⁵⁹, poder-se-á entender, muito provavelmente esta lacuna, pelo simples facto de ter optado pelos caminhos mais acessíveis e menos ermos da Baixa Limia, quando, a partir do castelo da Piconha, se dirigiu ao de Castro Laboreiro⁴⁶⁰.

Caso se tivesse deslocado ao castelo do Lindoso, o itinerário a percorrer poderia envolver a área, também, preterida pela Comitiva do Abade de Clairvaux, as serras do Soajo e da Peneda (Fig. 14, p. 167) muito "ermas e desertas", com todos os perigos daí decorrentes, aliás, a tónica dominante do ambiente limiano e de raia para um tempo de isolamento e incertezas.

Pelas fontes documentais, que conhecemos, podemos, então, esboçar um Lima raiano montanhoso, com difíceis acessos, afastado e de certo modo esquecido, ou mesmo abandonado pela administração central, que, embora, fosse bem conhecido pelos seus residentes não impedia que correspondesse a um território rarefeito e pouco seguro com repercussões inquestionáveis nas condições socioeconómicas das populações.

Quadro de isolamento geográfico que se repercutia, também, na situação de pobreza, que, de um modo generalizado, envolvia ambos os povos. Eram as dificuldades económicas que dominavam as populações de ambos os lados da fronteira e que se justificavam, quer pela estrutura fundiária inerente à *Enfiteuse*⁴⁶¹, que ao acentuar o fosso entre as classes sociais, agravava a situação de pobreza do enfiteuta⁴⁶², quer pela dinâmica económica positiva dos lugares do litoral, em detrimento de um interior⁴⁶³, que assistia, de modo passivo, ao êxodo dos seus patrícios⁴⁶⁴ para o continente americano e inclusive para Portugal, no caso da população galega.

As diferenças sociais continuaram a fazer-se sentir, nomeadamente no séc. XVIII, com o grupo dos pobres a ressaltar, através do modo de vestir da criança, ou talvez melhor, da desnudez que a expunha aos rigores climáticos, e através do magro sustento traduzido, quando muito, num naco de pão e numa exígua fruta autóctone⁴⁶⁵.

⁴⁵⁹ - Pela leitura da *Tavoada das fortalezas do estremo de portugall e castella* (fl. 134v. a fl. 136v.), podemos conhecer, embora de modo sumário, os itinerários percorridos por Duarte de Armas entre cada fortaleza e a seguinte, com a indicação dos respectivos nomes e distâncias, em léguas, o estado dos caminhos, a disposição dos terrenos, os cursos de água, as pontes....

Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas (...)*, int. de Manuel da Silva de Castelo Branco, 1990, Lisboa, p.14.

⁴⁶⁰ - Daveau, Suzanne 2000, "A rede hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco" in Revista *Finisterra*, XXXV, 69, p. 22.

⁴⁶¹ - "(...) Contrato de Emprazamento, Aforamento ou Enfiteuse quando o proprietário de qualquer prédio transfere o seu domínio útil para outra pessoa obrigando a esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada a que se chama foro ou cânon (...). *Código Civil de 1967*, Artº 1653º.

⁴⁶² - Valverde, Filgueira José, 1948, ""Una Inedita "Descripción del Reino de Galicia" (1647)"" in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Fasc. IX, Santiago de Compostela, p.149.

⁴⁶³ - Almansa, Javier Ruiz, 1948, "Descripción del Reino de Galicia por el licenciado Molina (1500)" in *La Población de Galicia (1500-1945)*, Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de Cada Epoca, Madrid, p. 110.

⁴⁶⁴ - Labrada, D. José Lucas, 1948, "Situacion Angustiosa de los Campesinos Gallegos en el Siglo XVII" in Almansa, Javier Ruiz, *La Población de Galicia (1500-1945)*, Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de Cada Epoca, Madrid, pp. 169-171.

⁴⁶⁵ - Ramon, Jose; Oxea, Fernandez, 1950, "Descripcion de los Estados de Monterrey en Galicia, por D. Pedro Gonzalez de Ulloa (1777)", *Cuadernos de Estudios Gallegos, Anejo IV*, Instituto P. Sarmiento, Santiago de Compostela, pp. 23-25.

O ambiente social marcado pela pobreza e austeridade traduzia-se, também, nas paisagens da Baixa Limia pelas manchas construídas em que se tornavam evidentes as habitações que não seriam dignas de esse nome, pois não passariam de simples "choças"⁴⁶⁶ mobiladas com peças toscas e em número muito reduzido.

Ambientes e paisagens similares ressaltariam, de igual modo, no Alto Lima, que pensamos poder tipificar, para o séc. XVI, com o caso de Ermelo⁴⁶⁷ povoado por casebres dispostos em volta da Igreja, que mais pareceriam *currais* habitados pelos trabalhadores das terras do Mosteiro⁴⁶⁸.

Em suma, povoações isoladas dos principais centros urbanos, com um ambiente social desolador e, até, mesmo, aterrador, em contraste nítido com a beleza e imponência da *serra*, seria a tônica dominante na área raiana, nestes últimos séculos, a ter em conta as descrições dos visitantes, que de modo esparso, se aventuraram nas travessias íngremes limianas.

Isolamento dos lugares motivado não só pelo acidentado do relevo, mas pelo estado dos caminhos continuava a ser uma realidade nos finais do séc. XVIII como, por exemplo, a "estrada" que ligava Castro Laboreiro ao Gerês e passava pelo Lindoso a não estar transitável, nem sequer para as mulas⁴⁶⁹, o que obrigou a comitiva de M. Link a dirigir-se ao Soajo, para transpor o rio Lima, passando por S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios e Vila Chã (Santiago) em direcção às povoações geresianas (Fig. 10, p. 145).

No roteiro de esta mesma viagem dos finais do séc. XVIII, as sedes dos concelhos de Castro Laboreiro e do Soajo são apelidadas como aldeias muito pobres⁴⁷⁰, em que na Vila, caso não existisse uma família generosa a oferecer a dormida, ter-se-ia de pernoitar ao ar livre, enquanto na "vila" do Soajo não havia onde tomar uma refeição, pois, qualquer um dos núcleos não possuíam uma simples pensão.

Sensivelmente da mesma época (1791) D. Frei Caetano Brandão, depois de se extasiar com a beleza da paisagem, que envolve o percurso de Melgaço a Castro Laboreiro, ao referir-

⁴⁶⁶ - Ramon, Jose; Oxea, Fernandez, 1950, "Descripcion de los Estados de Monterrey en Galicia, por D. Pedro Gonzalez de Ulloa (1777)", *Cuadernos de Estudios Gallegos, Anejo IV*, Instituto P. Sarmiento, Santiago de Compostela, p. 24.

⁴⁶⁷ - " (...) Monasterium est situm ad sinistram viae, iuxta flumen predictum quod opponitur monasterio ad orientem. Hic nichil undique videtur preter celum, flumen et horridos montes (...)".

Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, p. 534.

⁴⁶⁸ - "(...) In circuitu capellae sunt plures domuncalae quasi stabula porcorum et vacarum, in quibus habitant laboratores qui tenent monasterium ad fermam. Vidimus omnes domos, et videntur quasi cavernae ursorum Inter. magnos lapides compositae Et personnae ibidem morantes sunt nigrae fumo velut essen Egiptae (...)".

Bronseval, Frère Claude de, 1970, *Peregrinatio Hispanica, 1531-1533, Tome II*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris, p. 534.

⁴⁶⁹ - Link, M. , 1803, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799, Tome seconde*, Levrault, Schoel et Ce, Paris, p. 85.

⁴⁷⁰ - Link, M. , 1803, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799, Tome seconde*, Levrault, Schoel et Ce, Paris, pp. 85-86.

se aos castrejos, embora com termos delicados, considera-os "na sua primitiva simplicidade, sem que o luxo tenha feito a mais pequena alteração"⁴⁷¹.

Passado sensivelmente um século (1904) Leite de Vasconcelos ao entrar em Castro Laboreiro, pela Portelinha, é impressionado pelos telhados de colmo (palha de centeio) que, ao longe, mais se confundiam com os afloramentos do granito, mas, apesar da rusticidade, a freguesia procurava evoluir, pois já existiam várias casas de comércio na Vila⁴⁷² das quais se destacariam duas, em 1921, a pensar no modo com que eram publicitadas no jornal local⁴⁷³, além de uma fábrica de chocolates⁴⁷⁴ (Fig. 10, p. 145).

Nesta década de vinte a matéria-prima, o colmo, que cobria a casa castreja, já começava a dar lugar, graças ao “ouro do Brasil”⁴⁷⁵, às primeiras telhas, que, gradualmente iam contribuindo para um novo matiz das aldeias. Assim, Ribeiro de Baixo teria assistido à chegada das primeiras telhas nos finais da década trinta do séc. XX, vindas de Lamas de Mouro, carregadas por rapazes e raparigas, cujos dorsos suportavam, respectivamente, dezoito e treze unidades, pois os carreiros que interligavam as duas localidades *nem davam para passar as mulas, quanto mais um carro de vacas*⁴⁷⁶.

Seria um ambiente similar que Orlando Ribeiro, em 1936, encontrou quando vindo de Melgaço, entrou na Portelinha, “lugar arruado e compacto” e se deparou com um misto de casas telhadas e “palhoças cobertas de colmo”⁴⁷⁷.

Em relação ao lugar da Vila cuja morfologia e arquitectónica dos edifícios lhe permitiu ser tipificado, a exemplo de outras povoações serranas, uma aldeia “arruada, com casas cobertas de colmo e algumas de telha”⁴⁷⁸, era, apesar da "timidez", o pólo hierárquico da freguesia, por centralizar as funções desempenhadas pelas lojas de comércio, pela feira de gado, pela fábrica de chocolates e pelo fabrico de produtos artesanais, como a fiação e tecelagem da lã dos ovinos⁴⁷⁹.

⁴⁷¹ - Brandão, D. Frei Caetano, 1818, *Memórias para a História da Vida do Venerável Arcebispo de Braga, Tomo II* Impressão Régia, Lisboa, p. 119.

⁴⁷² - Vasconcelos, J. Leite, 1916, *Uma Excursão a Castro Laboreiro, Notas Numa Carteira*, Tip. Sequeira, p. 7.

⁴⁷³ - *A Neve*, Jornal Semanário de Castro Laboreiro, 1920-21, n.ºs 1 a 10.

⁴⁷⁴ - Fábrica de chocolates, *A Espanhola*, que funcionava na base da energia hidráulica, foi fundada em 1908 e reconstruída em 1919.

A Neve, Jornal Semanário de Castro Laboreiro, n.º 5, de 9 de Dezembro de 1920, p. 4.

⁴⁷⁵ - *A Neve*, Jornal Semanário de Castro Laboreiro, n.º 10, de 21 de Janeiro de 1921, p. 1.

⁴⁷⁶ - Informação fornecida por uma residente na freguesia de Rio Caldo, lugar de Torneiros e natural do Ribeiro de Baixo, mas, que o deixou há uns bons sessenta e cinco anos, o que não a impediu, de ter participado no transporte das telhas, que cobriram os primeiros telhados nesse lugar.

Informação por nós recolhida em Julho de 2003, em Torneiros do Rio Caldo.

⁴⁷⁷ - Ribeiro, Orlando, 1991, “Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro” in *Opúsculos Geográficos, IV Volume*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 252.

⁴⁷⁸ - Ribeiro, Orlando, 1991, “Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro” in *Opúsculos Geográficos, IV Volume*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 253.

⁴⁷⁹ - Ribeiro, Orlando, 1991, “Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro” in *Opúsculos Geográficos, IV Volume*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 253.

A planta da casa castreja, sempre de dois pisos, o rés-do-chão destinava-se ao abrigo dos animais e à arrecadação das alfaias e produtos agrícolas, enquanto o piso superior, a que se ascendia por escada exterior à residência do agregado familiar, era constituído pela cozinha e uma sala, onde, junto às paredes, se encontravam os leitos de dormir, bem conservados pelos fumos, que emanavam da lareira⁴⁸⁰ e inundavam toda a habitação, sempre, em granito, ou, melhor, em pedra solta, de grande aparelho, grosseiramente regular e sem reboco⁴⁸¹.

Numa tentativa em conseguirmos uma leitura que melhor nos permita entender as condições de vida destas populações não podemos deixar de evidenciar e descrever o leito de dormir do castrejo, que existiu até às primeiras décadas do séc. XX, sempre de dimensões reduzidas, mas suficientes para “aninhar” vários membros da família, em forma de caixão, atapetado com palha de centeio coberta por uma manta de burel⁴⁸², a fim de a separar dos corpos, que procuravam o descanso merecido num final de dia de trabalho árduo e pesado.

Quadros de vida inseridos numa paisagem pouco povoada, rarefeita e abandonada pela administração central, em que se tornam, sempre, evidentes as construções, como aquelas que Leite de Vasconcelos encontrou na “vila” do Soajo, quando da sua visita na década de oitenta do séc. XIX, as casas grandes na entrada da “vila”, a Igreja, que nada tinha de excepcional e a antiga cadeia, que mais parecia um cortelho, onde funcionava a escola⁴⁸³ (Fig. 10, p. 145).

Contudo, estes traços arquitectónicos seriam um pouco diferentes daqueles que caracterizariam outras aldeias, nomeadamente as soajeiras, como Adrão que nos finais do séc. XIX era um lugar de casas muito denegridas e apinhadas, com dimensão reduzida e habitadas por gente de aspecto muito pobre, apesar “de possuir uma capela e um padre proprietário”⁴⁸⁴.

Quadro ligeiramente diferente foi encontrado nos meados do séc. XX por Raquel Soeiro de Brito, pois, nessa época, na “vila” do Soajo, predominava a cobertura da casa em telha canelada, apesar das habitações continuarem, a exemplo, do que se verificava em Castro Laboreiro, a serem constituídas por grossos blocos de granito sobrepostos, sem qualquer reboco ou caição⁴⁸⁵. Por curiosidade, enquanto o soajeiro encontrava a telha no Prado, localidade próxima da cidade de Braga, o castrejo, com muito esforço, conseguia-a numa

⁴⁸⁰ - A Neve, *Jornal Semanário de Castro Laboreiro*, n.º 10, de 21 de Janeiro de 1921, 1.ª p..

⁴⁸¹ - Ribeiro, Orlando, 1991, “Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro” in *Opúsculos Geográficos, IV Volume*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 253.

⁴⁸² - Geraldès, Alice, 1979, *Castro Laboreiro e Soajo, Habitação, Vestuário e Trabalho da Mulher*, Col. Parques Naturais, n.º 4, p. 12.

⁴⁸³ - Vasconcellos, J. Leite, 1916, *Uma Excursão ao Soajo, Notas Numa Carteira*, Tip. Tirocinio, Barcellos, p. 7-9.

⁴⁸⁴ - Gomes, José Cândido, 1903, *As Terras de Valdevês, Memórias Históricas e Descritivas do Concelho dos Arcos de Val de Vez, Vol. V*, Tip. Minerva Vimaranesense, Guimarães, p. 12.

⁴⁸⁵ - Brito, Raquel Soeiro, 1953, “Uma Aldeia da Montanha do Minho: O Soajo, Estudo de Geografia Humana” in *Revista De Geografia da Faculdade de Letras*, Lisboa, p. 57.

freguesia limítrofe, Lamas de Mouro, o que evidencia bem o forte isolamento a que estava votado.

Apesar da acessibilidade, que se explica pela implementação da Central Hidroelétrica do Lindoso, a *Electro del Lima*, o Soajo, ou, melhor, a “vila”, nas primeiras décadas do séc. XX, tal como as outras aldeias, não se teria modificado significativamente, pois mantinha-se com “um aspecto triste e pobre”⁴⁸⁶, com os caminhos estreitos e sinuosos, mas pavimentados, ou, por lajes de granito, ou, simplesmente por camadas de saibro. A casa, sempre de dois pisos, distinguia-se pelo número de divisões que existiam no 1º andar, já que o rés-do-chão era sempre para resguardo dos animais e das alfaías agrícolas, correspondendo o material de construção a blocos justapostos de granito, sem reboco, a madeiras de carvalho e pinheiro e a cobertura de telha portuguesa.

Assim, na casa mais pequena, sempre de telha vã, o 1º andar englobava uma única divisão, que servia de cozinha, quarto de dormir e sala das refeições muito enegrecidos pelo fumo, que brotava da lareira sem chaminé, enquanto na de maiores dimensões o piso superior dividido por um tapamento em madeira continha duas divisões, a cozinha e o quarto de dormir, com dimensões mais reduzidas⁴⁸⁷.

Estes tipos de planta contrastam, de modo evidente, com um outro a que Leite de Vasconcelos designou por “casas grandes”, muito mais confortáveis e símbolo da posição social que o soajeiro dos finais do séc. XIX construiu por ter emigrado para o continente americano, cuja traça, ainda, ressalta a qualquer visitante do séc. XXI.

Apesar das vicissitudes, hoje, tudo é diferente neste Lima raiano, desde as estradas que, embora sinuosas, o aproximam das respectivas sedes concelhias, em contraste com os caminhos de outrora, pedregosos, quase intransitáveis, mas, parte integrante de um património do séc. XXI, que urge potencializar, às moradias construídas de raiz, ou restauradas, que nas últimas décadas animam as aldeias, porque lhes estendem, paulatinamente, a mancha construída, porque as matizam com os tons do granito, do reboco e dos telhados, porque, cada vez mais, valorizam a imponência e beleza das paisagens em estudo.

Aglomerados rejuvenescidos na última metade do séc. XX, apesar dos valores do índice de envelhecimento do edificado⁴⁸⁸ na década de 1991/2001 serem significativos, por

⁴⁸⁶ - Brito, Raquel Soeiro, 1953, “Uma Aldeia da Montanha do Minho: O Soajo, Estudo de Geografia Humana” in *Revista De Geografia da Faculdade de Letras*, Lisboa, p. 40.

⁴⁸⁷ - Brito, Raquel Soeiro, 1953, “Uma Aldeia da Montanha do Minho: O Soajo, Estudo de Geografia Humana” in *Revista de Geografia da Faculdade de Letras*, Lisboa, p. 44.

⁴⁸⁸ - Edifícios construídos, em Portugal, antes de 1945, na Espanha antes de 1950/ Edifícios construídos no período de 1991/2001)*100.

exemplo, em Germil, Ermida, Sobredo e Vilar de Suento, ou, Olelas, Illa, e Lobios (Fig. 15)⁴⁸⁹.

Como este índice pode induzir a uma leitura distinta da realidade, em virtude de considerar, apenas, os edifícios construídos na última década, quando a nossa investigação junto do edificado "novo" nos permite afirmar que o *boom* da construção está relacionado com o envio das primeiras poupanças da população emigrante verificado essencialmente a partir dos finais das décadas de cinquenta e inícios da de sessenta, preocupámo-nos em conseguir uma leitura quantitativa sobre a importância do efectivo construído no período das quatro décadas (1951-1980) no universo residencial em 2001 (Fig. 16).

Se na área lusa para a maioria das aldeias, nomeadamente em Castro Laboreiro, predominam os edifícios construídos no período das quatro décadas, em relação à área galega, apenas são significativos em Olelas, Illa, sedes dos concelhos de Entrimo e da Lobeira.

Quando, de um modo global, comparamos os dois tipos de valores, quer verificados em Portugal, quer na Galiza, não só o ritmo de construção seria mais intenso na última década do séc. XX, como as construções novas, no período das quatro décadas, adquiriram maior importância, no universo português, em relação aos espaços galegos.

Sem querermos tirar dilações apressadas somos de opinião, que seria maior o efectivo da população lusa que teria investido na construção da casa nova na sua aldeia, comparativamente às famílias galegas, que optariam pela reconstrução da "velha" casa familiar, ou, simplesmente, se decidiram pela aquisição da sua residência na área onde trabalhavam, ou, então, noutros espaços urbanos como Ourense, por exemplo.

Há a evidenciar, em 2000 e em relação aos residentes lusos que tinham trabalhado no exterior, a grande maioria possuía, pelo menos, outra residência, ou, na sede do respectivo concelho, ou em Viana do Castelo, mas, principalmente em Braga.

Construções "novas" que alteraram, ou, talvez melhor, modificaram a planta urbana dos respectivos povoados, por terem sido implementadas, com predominância, ao longo das novas vias asfaltadas, dando origem a que o núcleo "antigo" compacto se continue, mas, quase sempre sob a forma de "tentáculos", com comprimento e densidade variáveis.

Se evidenciamos na área lusa, área protegida desde 1970, as normas de construção, que são rígidas no sentido não só de manter a traça original e os materiais de construção autóctones, como na determinação das novas áreas a urbanizar, disponibilizando a Autarquia

⁴⁸⁹ - Como as entidades espanholas, apenas, publicitam valores de variáveis para os lugares com um número de habitantes superior a 49, que justificam pela necessidade em se defender a privacidade do cidadão, todas as povoações cujo total de moradores não atinge esse limiar estão referenciadas na cartografia, que apresentamos, com a indicação de "não disponível", a par da quantificação do efectivo total.

Fig. 15 – Lima raiano: Índice de envelhecimento dos Edifícios, por lugar, em 2001

Fig. 16 –Lima raiano: O peso dos edifícios construídos no período de 1951 a 1980 no total do edificado, por lugar, em 2001

terrenos, por vezes, a preços simbólicos, o que explica as novas manchas edificadas, que mais parecem lembrar quarteirões citadinos, como em Paradamonte e Paradelas do Soajo, no Castelo e Cidadelhe, também nos concelhos de Lobios e Entrimo, em parte, área protegida, a partir de 1993, é nítido o esforço enveredado no sentido da preservação da arquitectura local, apesar de não se ter conseguido evitar “os alumínio” e outra gama de materiais modernos.

O concelho da Lobeira distancia-se, em termos de preservação urbanística, com a proliferação de residências, umas recuperadas, outras novas, que ostentam traças e materiais importados de uma Europa, que acolheu os seus naturais, que, apesar da "modernidade" desvirtualizam e "anarquizam" as aldeias, que tanto necessitam em se desenvolver⁴⁹⁰, apesar de distinguirmos a aldeia de Torneiros, na freguesia de San Xes, com imponentes residenciais de traça secular, praticamente, todas reconstruídas por famílias que vivem na cidade, que ao preocuparem-se em preservar a traça genuína, mantêm o equilíbrio e harmonia identitárias da aldeia.

Desorganização urbana de um concelho, o da Lobeira, a que se acrescentam, em termos globais, as vacarias, os aviários e as pocilgas, que, além de muito magoarem, em termos paisagísticos, a serra do Laboreiro, a inquinam dos odores intensos que lhe são próprios, acrescidos do das “creolinas”, pois, não existia, no Verão de 2003, um sistema eficaz de tratamentos dos eflúidos⁴⁹¹.

Mas, ao debruçarmo-nos sobre a planta urbana predominante neste Lima raiano inferimos que se a forma de distribuição da habitação secular se traduz, predominantemente, pela casas dispostas em banda, ao longo dos arruamentos estreitos e sinuosos, hierarquizados pela “rua” principal, a planta actual do lugar varia em função da compacidade conferida não só pelas limitadas larguras das ruelas, que separam as fachadas das residenciais, como pela extensão, por princípio em banda, da área recém construída.

Assim, em qualquer aldeia, facilmente se distingue o núcleo antigo, ancestral, com as casas que coalescem ao longo de caminhos, estreitos e sinuosos, uns, autênticas ruas, com pavimentos em blocos de granito, como no Castelo e Parada de Lindoso, ou, na “vila” do Soajo e na Vila, em Castro Laboreiro, outros, revestidos por uma “mistura” de areia e asfalto, como nas aldeias galegas, ou, muito simplesmente, em terra batida, das manchas urbanas

⁴⁹⁰ - Segundo informações recolhidas, junto dos residentes nas diversas aldeias galegas, até há muito pouco tempo, não se tornava necessário submeter o projecto a uma equipa institucional e técnica. Mesmo, agora, fazem os possíveis para evitar essa aprovação, o que parecem ter conseguido.

⁴⁹¹ - São de facto, problemas graves que se levantam às autoridades locais, se pretenderem remediar uma situação, em nosso entender, lamentável, de um concelho que tem o privilégio de se implementar numa das áreas de maior valor paisagístico do Noroeste Ibérico, como é a serra do Laboreiro.

modernas dispostas ao longo dos eixos viários principais, sempre, asfaltados, em que a residencial emerge do quintal e jardim que a envolve.

Não será de mais recordar que a residência secular, em granito, se pode apresentar variações arquitectónicas, consoante o lugar em que se insere, caracteriza-se, essencialmente por dois pisos, o rés-do-chão destinado aos animais e, ou, à guarda das alfaias e produtos agrícolas, e um andar para habitação, ao qual se tem acesso por umas escadas exteriores.

Na primeira década do séc. XXI, estas habitações seculares contrastam entre a reconstruída, que rigorosamente sustenta a traça e materiais de raiz, a “adulterada”, quer na planta original, quer na gama e densidade dos materiais modernos aplicados, e a devoluta, muitas das vezes a exercer a função de armazém para fenos e aquela que, simplesmente, entrou em ruína, restando as pedras que se amontoam num chão, antigo rés-do-chão, que acolhia os animais e armazenava alfaias e produtos agrícolas.

De facto, desde o início da nossa observação, em 2000, nos chamou atenção, pelo impacto causado no núcleo da povoação, o elevado número de edifícios multisseculares com as austeras paredes de granito, por vezes, com janelas e o portas com talhe singular, se encontrarem devolutos, com parte significativa a servirem de palheiro, como acontecia na aldeia do Castelo, Lindoso, a povoação que escolhemos para a exemplificação do fenómeno.

A mancha de edifícios implementados em pleno "coração" multissecular da aldeia, cujos proprietários lhe retiraram a função residencial, atingia, em 2000, uma proporção muito próximo dos 50% (Quadro 2).

Quadro 2 - Castelo (Lindoso): Parque residencial em 2000 e 2001

2000	Funções	(nº)	(%)
Residências	Habitação	136	...
Residências "Devolutas"	Sem ocupação	11	...
	Celeiro/palheiro	46	...
	Em decadência	3	...
	Em ruínas	3	...
	Em recuperação	3	...
Devoluto/Habitado	48,5
Edificado (2001)	...	146	...

Fontes: Levantamento efectuado pela autora em Junho de 2000; I.N.E., *Recenseamento Geral da Habitação* de 2001.

Evidenciamos os edifícios em recuperação, curiosamente, com a finalidade de alojamento turístico, duas casas de turismo de aldeia (2001) e uma residencial (2004).

Os proprietários das casas devolutas residiam, ou, na aldeia em "casa nova", por princípio, construída ao longo da estrada transfronteiriça, trinta e nove (59,1%), ou, no

estrangeiro, vinte e um (31,8 %), ou, distribuíam-se (9,9%) pelas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto.

Tivemos curiosidade em questionar os proprietários sobre os motivos que os levaram, no lugar, a optar pela "troca" da residência, que não consideramos "velha", mas, simplesmente "antiga", atendendo à altivez das paredes em blocos de granito e ao talhe gracioso das portas e janelas, pela "moderna", mas, em que domina o tijolo e o reboco em alvenaria.

Foi a facilidade com que o automóvel e a carrinha *entram em casa*, ou, melhor, na garagem da casa, que constituiu a principal razão na decisão tomada, ao que se acrescenta, para um pequeno número, os custos, que seriam sempre mais elevados, na recuperação da traça multissecular.

As ruas tortuosas e estreitas do velho núcleo dificultam e, em muitos casos, impedem a circulação automóvel, a principal razão que nos foi dada para uma certa morte lenta, que verificamos em qualquer uma das aldeias por nós estudadas.

Do parque residencial "activo", ou seja, com condições de habitabilidade, 84,8% (118) correspondia a heranças familiares dos respectivos proprietários, enquanto, 15,25% (18) foram adquiridas por compra, o que nos permite inferir sobre importância que o limiano luso de raia atribui ao torrão natal, apesar de se ausentar durante um longo período da vida activa.

Nas últimas décadas, além da extensão do aglomerado, em função do ritmo de variação positiva das unidades residenciais, outras alterações significativas atingiram a fisionomia das aldeias raianas em estudo traduzidas no facto de um efectivo significativo destas unidades ser, apenas, habitado, por curtos espaços de tempo (Fig. 17).

Se de um modo global, a residência primária adquire uma maior importância nas aldeias galegas, evidenciamos as sedes dos concelhos, Entrimo, Lobios e Lobeira, cuja concentração de serviços explica, em nossa opinião, a fixação de um maior efectivo de famílias residentes.

As povoações inseridas nas áreas com uma morfologia mais acidentada, por exemplo, as que se distribuem pelos vales do Castro Laboreiro, Peneda, Agro e, mesmo Grou, apresentam, de um modo geral, a residência secundária a adquirir uma maior importância, que se entende, em nossa opinião, pelo grau de acessibilidade, que, apesar de tudo, nunca teria favorecido, apesar da evolução positiva das últimas décadas, uma possível deslocação diária do residente ao local de trabalho, que se poderia situar, por exemplo, na sede dos respectivos concelhos (Fig. 17).

Distinguimos o caso das *inverneiras* em Castro Laboreiro, cujos alojamentos, praticamente na totalidade foram pelas entidades oficiais e responsáveis pelo *Recenseamento*

de 2001 considerados sazonais, quando uma fracção significativa de residências ao longo dos doze meses do ano, se encontram vagas, pelo facto de os proprietários terem decidido jamais se deslocarem da "sua" *veranda* no período do inverno⁴⁹². Além disso, os motivos deste tipo de ocupação sazonal, que ainda se verifica e única na área em estudo, se justificarem *pelos usos e costumes de tempo imemorial*, associados ao modo de vida tradicional, a agro-pastorícia⁴⁹³.

Diremos, em nota de síntese, que nas últimas décadas este Lima raiano se modificou pelo ritmo de construção, mormente, da unidade residencial, ou, reedificada no centro do lugar, substituindo o velho lar, muitas das vezes em ruínas, ou, construída de raiz, predominantemente ao longo das vias com o piso asfaltado, contribuindo, deste modo, para o aumento da área construída, embora a tendência na variação populacional seja negativa, explicando-se, assim, a importância das residências, apenas, habitadas, durante um mês, por princípio o de Agosto, no período de um ano⁴⁹⁴, principalmente nas paisagens e espaços lusos.

Outro tipo de "edificado", embora com uma volumetria muito mais modesta, não passa despercebido a qualquer visitante, aquele que sempre desempenhou funções exclusivas de *palheiro*, ou, *adega*, muitas destas escavadas em pleno granito, que, contámos, no Castelo e em utilização, respectivamente, vinte e quatro e vinte unidades.

As *adegas*, ou, melhor *bolsas de adegas* teriam, pelo menos a partir do séc. XVIII, constituído elementos importantes na paisagem limiana, nomeadamente no Lindoso, a avaliar pela importância dada pelo autor do *Desenho Topográfico do Lindoso*, 1803, (Fig. 7, p. 105), quando localizou as *Adegas do Lindoso* na margem esquerda do rio Cabril, espaços actualmente revestidos por uma mancha arbustiva matizada, de modo esparso, por zimbros.

Se de facto a toponímia traduz a implementação efectiva deste tipo de edificado, de imediato, outra questão se levanta, mas, sobre a mancha agrícola, nomeadamente a vinícola, que se estenderia, muito provavelmente, até ao limiar físico da fronteira.

Quando da construção da albufeira do Alto do Lindoso (década de oitenta do séc. XX) foram descobertas na secção terminal do rio Cabril um efectivo assinalável de lagares e dornas, além de um edificado em ruínas que as populações entendem corresponder às antigas *adegas*. Se este tipo de imobiliário foi em grande parte submerso pela albufeira, encontram-se, ainda, imediatamente a montante, construções em ruínas, que os residentes do Lindoso não hesitam em considerar, também, como *velhas adegas*.

⁴⁹² - Problemática que desenvolveremos neste capítulo, no ítem O "duplo" povoamento em Castro Laboreiro.

⁴⁹³ - Desenvolveremos esta temática no Capítulo 5, *Sistemas agro-silvo-pastoris (sécs. XVIII-XXI)*.

⁴⁹⁴ - Temática a ser estudada no Capítulo 3, *O universo dos residentes*.

Fig. 17: Lima raiano: Alojamentos segundo o uso (habitual, ocasional e vagos), por lugar, em 2001

Em 2000, no Castelo distinguia-se no interior da povoação, a ladear o caminho, que "conduzia" os animais às pastagens da *serra*, um "nicho" de *adegas* escavadas no granito, algumas, ainda em actividade.

Outra tónica curiosa e bem evidente, ainda, na actualidade e em muitas das povoações, principalmente nas lusas, naquelas em que as populações mais dependiam de uma pastorícia traduz-se nos *currais* alinhados e "arruados", sempre, na parte alta do lugar, como que voltados para a *serra*, facilitando, assim, a condução da *fazenda* em direcção às áreas de pasto, a maiores altitudes. Se, actualmente, a maioria destes *currais* se encontra em ruínas, evidenciam-se aqueles, cuja cobertura é de chapa zincada, em virtude de terem sido reaproveitados, normalmente, para a arrecadação dos fenos.

Em decadência, ou, mesmo em ruínas, estão muitos dos espigueiros ou *canastros*, marcas da importância da cultura do milho⁴⁹⁵. Contudo, muitos existem francamente conservados, correspondendo a verdadeiros *ex-libris* das respectivas aldeias, como os da "vila" do Soajo, Castelo e Parada do Lindoso. Em mancha, ou, dispersos pelas parcelas, independentemente, do estado de conservação, os *canastros* proliferam pelas aldeias, lusas e galegas, e testemunham o "papel" que desempenharam na economia local.

As eiras, em pedra e *terreiras*⁴⁹⁶, constituem um elemento integrante das povoações e sussurram, por vezes, hábitos de índole comunitário, assim como o forno da aldeia, que se distribui, de um modo generalizado, pelo Lima galego, enquanto nos espaços lusos, apenas, existe nas aldeias de Castro Laboreiro, com excepção para o Ribeiro de Cima e o de Baixo (Fig. 10, p. 145).

Se os fornos comunitários galegos estão, maioritariamente preservados, constituindo um elemento de atracção turística, os castrejos necessitam, genericamente, de uma forte restauração, embora, em Outubro de 2000, tenhamos encontrado em funcionamento, segundo os costumes seculares, duas unidades, precisamente a da Ameijoeira e das Falagueiras. A Autarquia tem desenvolvido grandes esforços para a recuperação deste tipo de património, aliás, concluída, em 2003, nos fornos da Seara e das Cainheiras.

Recuperações que se estendem a todo o património local, porque se pretende transmitir às gerações vindouras o ambiente físico e social de uma época, cujo ciclo terminaria há, sensivelmente, cinco décadas, em que se privilegiava a utilização da matéria-prima nobre local, o granito, que suporta, além dos edifícios, *currais* e abrigos para gado, os

⁴⁹⁵ - Em Taboazas e Castro Laboreiro, com excepção para os lugares de Ribeiro de Cima e Ribeiro de Baixo, devido às condições de clima, não se desenvolveu a cultura do milho.

⁴⁹⁶ - Nas povoações de Entre-Ambos-os-Rios, nomeadamente em Froufe e no lugar da Igreja, em 2000, ainda se encontrava, além da conhecida eira em pedra utilizada para a malha do milho, a eira em terra, outrora, utilizada na malha do centeio, que, anualmente, era aplanada e recoberta por uma camada de excrementos de gado bovino, formando uma "couraça" sobre a qual se desenvolvia a malhada.

muros de socalco e resguardo das parcelas de cultivo, os caminhos, pontes e moinhos, os fontanários e lavadouros públicos, independentemente do estado de conservação.

Mas, outros elementos, indiscutivelmente associados à arquitectura paisagística do núcleo urbano da *serra* permanecem, como, por exemplo, a água, que, ou, corre velozmente, doida e selvagem, pelas “ruas” em direcção ao campo de feno e de milho, que são necessários regar, ou, gorjita no artístico fontanário a um ritmo cadenciado e permanente, lançando-se no tanque, por vezes, autêntica obra de arte, situado, quase sempre, no largo central transformado na Galiza em verdadeira sala de visitas e polarizador da vida social da aldeia.

É em torno da fonte do lugar que se reúnem os habitantes da aldeia e descansam os visitantes da fadiga da jornada, ao utilizarem os bancos em granito, cuidadosamente dispostos, que convidam a amenas "cavaqueiras", enquanto se usufrui a frescura rara nas tardes e noites quentes de Verão. No fontanário está sempre presente o copo em vidro ou a pequena garrafa, prontos a serem utilizados pelo passante. Por curiosidade, uma residente da Fraga nos confidenciou, com voz de lamento, que o copo, delicadamente colocado na fonte, apenas era utilizado pelos habitantes, pois o turista sempre utilizava a concha da mão, para se refrescar e matar a sede que o atormentava.

Mas, as transformações fizeram-se sentir no campo das acessibilidades. O isolamento secular das povoações ligadas, não só entre si, como em relação ao exterior pelos carreiros de pé posto, ou, pelos caminhos, que permitiam a circulação do carros de bois e da mula que transportava carga, foi quebrado pelas estradas asfaltadas, umas, substitutas das antigas veredas, outras, construídas de raiz.

As “ruas” do lugar, também, foram alvo de modificações, destacando-se nas aldeias lusas, caminhos principais, revestidos por blocos graníticos, ou, pavimentados por paralelos, com um boa rede de escoamento das águas pluviais e de rega, num esforço de continuidade da civilização do granito, enquanto, outros, de terra batida com o soco rochoso a aflorar, permanecem lamacentos e intransitáveis nos dias chuvosos de Inverno, enquanto aguardam a desejada intervenção urbanística.

Nas aldeias galegas vive-se uma situação algo diversa. As redes viárias dos diferentes lugares permitem uma eficaz circulação de pessoas, animais e bens, assim como estão equipadas com uma bom sistema de drenagem das águas, pluviais e de rega, na base de um revestimento económico, produzido com materiais modernos, a "argamassa envolvendo areias grosseiras" e, esporadicamente, o asfalto.

Comunidades que têm em comum uma cultura, com raízes profundas na civilização do granito, solucionam os seus problemas privilegiando, ou, a cultura identitária, por sinal, mais

onerosa, que obriga a fazer a modernização a um ritmo mais lento, em detrimento das comodidades das populações, ou, então, optando pelo progresso moderno, mesmo que se sacrifique a própria matriz cultural.

Contudo, o velho banco rectangular, em granito, junto à velha residência mantém-se firme e, ainda, bastante utilizado, pelos respectivos proprietários, quando buscam a frescura possível dos dias quentes de Verão, de ambos os lados da fronteira.

Se nos meados do séc. XX, um equipamento novo da aldeia, para a época, era a Escola das primeiras classes, hoje mercê do êxodo rural e da descida da taxa de fecundidade, o edifício encerrou na maioria das aldeias, degradando-se ao ritmo das intempéries, ou, então, readquire outras funções, como, por exemplo, na Fraga, que foi adaptado para o acolhimento de grupos de jovens, que queiram explorar a *serra*.

Um elemento, relativamente novo, no que diz respeito aos equipamentos e bens fornecidos, são os cafés, que se distribuem e multiplicam pela maioria dos lugares. Substitutos das velhinhas tascas, distinguem-se pelos materiais de equipamento e pela decoração, mas confundem-se no ambiente social, que proporcionam. À caneca de vinho tinto sucedeu-lhe a garrafa de cerveja, ao cálice da aguardente, o de *brandy*, aos quais se acrescentou a chávena do café expresso.

No que diz respeito ao mobiliário, os bancos compridos em madeira, onde se sentavam “irmamente” cinco ou mais cavalheiros, substituíram-se pelas mesas em volta das quais se colocam cinco ou quatro cadeiras individuais. Em frente do estabelecimento, sempre o parque de estacionamento de automóveis, muito ocupado aos fins-de-semana e fins de tarde de Verão. Se nos cafés lusos é habitual estabelecer-se amenas conversas, nos cafés galegos, pelo menos, aos domingos, são usuais os jogos, por exemplo, as damas e as vulgares cartas. É normal ouvir-se pedir nos cafés galegos um copo de vinho, com a frequência dos pedidos de uma cerveja, a “bebida moda” na parte lusa⁴⁹⁷.

Deixemos as problemáticas, que ultrapassam os objectivos, por nós estabelecidos, para nos reposicionar nas questões inerentes ao aproveitamento e ordenamento de espaços hierarquizados, de acordo com a distribuição dos núcleos habitados, que foi estabelecida, segundo uma malha, criteriosamente urdida em função das condições biofísicas, que as

⁴⁹⁷ - Outras *nuances* surgem nos hábitos sociais das populações como, por exemplo, o cumprimento do preceito dominical. Se há umas cinco, ou, mais décadas a aldeia parava, porque era “a hora da Missa” nos tempos que correm, o ritmo de vida continua. Sem nos preocupar com um levantamento quantitativo, pois não são esses os nossos objectivos, a noção que retivemos é que, apesar de tudo, nas Igrejas portuguesas a frequência e a diversidade etária são maiores, que nas Igrejas galegas no cumprimento do preceito dominical.

Ficamos com esta noção, pois quando andávamos no terreno, na parte lusa, e coincidia com o período da Missa de domingo, as pessoas “desapareciam e éramos “obrigados” a “descansar”, enquanto na parte galega, o nosso trabalho continuava com o mesmo ritmo. Além disso, num domingo muito chuvoso ao refugiarmo-nos num café, em S. Mamede de Grou, dizia-nos a proprietária, agora é hora da Missa, mas não vale a pena lá ir, pois quase ninguém vai à Igreja, o que era verdade, como pude confirmar, não só nesse domingo, como em outros soalheiros.

comunidades conseguiram potencializar, quando gizaram modos de vida, que atingiram o seu expoente máximo na agro-silvo-pastorícia, o principal eixo estruturante das interações que distinguem todo este Lima de raia.

2.2. Singularidades de um povoamento agrupado

A agressividade física do Lima raiano é um facto inquestionável que se exprime no mosaico de paisagens resultantes das formações superficiais graníticas em que ao lado da rocha nua se justapõe a lande e, em manchas esparsas, a bouça.

Recordamos que o modo de distribuição dos diferentes lugares só se compreenderá em função de uma adaptação por parte dos grupos muito cuidada e *sui generis*, de acordo com o potencial agro-silvo-pastoril dos solos e das formações arenosas subjacentes, obrigando o limiano da raia à utilização extensiva da lande em complementaridade com a prática de uma agricultura em parcelas com dimensão reduzida, mas com a maior aptidão agrícola.

Em função de este tipo de condicionalismos, encontramos agregados familiares que ao dispor de duas unidades residenciais, respectivamente implementadas em patamares a cotas diversificadas, as habitam em períodos alternados ao longo de um ano, num esforço de rentabilização máxima do solo arável e das pastagens envolventes.

Também as rechãs de solos mais férteis com depósitos de sopé, ou, de aluvião ao fixarem as populações condicionaram a implementação da casa sempre habitada pelo agregado familiar, mas, não impediram que na necessidade de obtenção de outros rendimentos, que lhes assegurassem a subsistência, membros da família deixassem o lugar no período em que as condições climáticas o permitiam, levassem a *fazenda*⁴⁹⁸ para pastorear na serra enquanto, ou, praticavam outras culturas em torno da casa mais pequena e modesta que, entretanto, construíram, porque a distância ao lugar era, de facto, grande, ou, se organizaram em sistemas de entreajuda na vigilância dos animais, enquanto erigiam os *cortelhos* e *cabanas* para resguardo dos pastores nas noites de Verão passadas a altitudes, normalmente, a ultrapassarem os 1000 metros.

Diremos que na paisagem do Lima raiano proliferam verdadeiros esquemas territoriais, distintos pelo tipo de adversidade a ultrapassar, mas que têm em comum um conjunto de interações, que ao longo de muitos séculos as comunidades foram construindo e marcando em territórios, ora cultivados, ora pastoreados do que resultou peculiaridades muito curiosas de um mesmo tipo de *habitat*, o agrupado.

⁴⁹⁸- Designação que as populações lusas dão, genericamente, aos animais, gado graúdo, miúdo e, até, galináceos.

2.2.1. “Duplo” povoamento em Castro Laboreiro

Se o território de Castro Laboreiro constitui, ainda hoje, para os investigadores das mais variadas áreas científicas tema de complexas problemáticas, a opinião é, contudo, unânime quando se referem à importância que adquiriu, desde os tempos mais recônditos, na organização da área em que se encontra inserido.

A complexidade territorial de Castro Laboreiro poder-se-á, desde logo questionar, quando reflectimos sobre o embicado das unidades morfológicas que o caracterizam.

A estrutura geomorfológica pode explicar as formas de maturidade bem conservadas, como são as cristas de granito desagregadas pela erosão e os vales largos, de fundo ligeiramente abaulado, percorridos por ribeiras, que, calmamente correm à superfície do *planalto*, destacando-se a drenagem efectuada pela "ribeira do Laboreiro". Dos processos de arenização resultaram extensas acumulações de areias, que constituem a terra arável, suficientemente funda e húmida, que o castrejo aproveitava para a cultura de sequeiro e o desenvolvimento de prados.

As formas de juventude, que se sucedem a sul, em que a acção erosiva cenozoica já mordeu o *planalto*, traduzem-se nas ribeiras encaixadas a mais de 250 metros e instaladas em vales com vertentes escarpadas e talvegues fortemente desnivelados. Em todos estes vales matizados por pequenas povoações encontram-se porções de solo arável utilizado para culturas e pastagens.

Poder-se-á inferir, que a drenagem da ribeira principal de Castro Laboreiro, o rio de Castro Laboreiro, *rio Grande*, como localmente é designado, contribuiu, decisivamente no modo de distribuição dos diferentes lugares, quer os da extensa área, ligeiramente ondulada, na orla do *planalto*, com as cotas a variar entre os 900 e 1200 metros, quer os dos encaixados vales de fractura, com valores de altitude a mediar os 600 a 900 metros, quer aqueles que, a Norte, se dispõem, gradualmente dos 1200 aos 900 metros, como que "voltados" para o rio principal (Fig. 18).

Se, de um modo global, as povoações castrejas atingem cotas que compreendem os 600 a 1200 metros, a freguesia atinge os valores mais elevados de altitude, a Norte, em pleno *planalto*, com Giestoso a atingir os 1336 metros.

O acidentado do relevo associado a um clima rude e agreste com a neve, por vezes, a cobrir a paisagem durante longos períodos do ano, justificam que Castro Laboreiro seja um território caracterizado por variações locais de tipos de tempo, que teriam determinado comportamentos na população, que são únicos em todo o Lima raiano.

Se em Castro Laboreiro existem lugares, por sinal os mais populosos, cujos moradores

permanecem os doze meses do ano, razão pela qual os designamos por lugares “fixos” (Fig. 18), destacamos os lugares que, anualmente, assistiam à saída de todos os seus habitantes acompanhadas pelos animais, desde o cão e o gato, ao bovino e à *rês*, além dos respectivos utensílios, domésticos e agrícolas, ora, para as aldeias de fundo de vale, as *inverneiras*⁴⁹⁹ protegidas dos ventos gélidos e secos que sopram de leste, e, simultaneamente expostas às influências climáticas de direcção Sul, onde passavam os rigorosos meses de Inverno, ora, para as povoações da orla do "planalto", junto das ribeiras, ou, nas lombas que separam pequenos vales, as *verandas*⁵⁰⁰, com verões frescos e arejados (Fig. 18).

O *verandejo* começava a *baixar à inverneira*, por principio, na primeira quinzena de Dezembro sendo, contudo, como que uma obrigação passar aí a noite de Natal, e *subia à veranda*, novamente acompanhados dos utensílios agrícolas e domésticos e, logicamente dos animais, na aurora da Primavera, normalmente no mês de Março, mas, sempre a tempo de aí passar as festas da Páscoa⁵⁰¹ (Fig. 19).

Curiosamente, os habitantes de uma *veranda* sempre teriam tido outros vizinhos na "sua" *inverneira*. Nunca existiria uma correspondência "total" entre os habitantes da *veranda/inverneira*, motivo que justificou, ainda em 2000, a complexidade da rede resultante da materialização dos fluxos de pessoas e animais, que se entrecruzam nos períodos da mudança sazonal (Fig. 19).

Questionados os nossos interlocutores justificaram, com a maior das naturalidades, esta diversidade nos sentidos das deslocações pelo acto de casar, que ao reunir cônjuges provenientes de *verandas* e, ou, *inverneiras* distintas, o casal era herdeiro de imóveis em vários lugares, optando para residência temporária por aquela que entendiam ser-lhes mais favorável.

⁴⁹⁹- Locais habitados durante o Inverno, isto é, desde a primeira quinzena de Dezembro até ao mês de Março, quando muito, primeira quinzena de Abril. Se não existia uma semana de Dezembro fixa para a mudança, era como que obrigatório, passar a noite de Natal na *inverneira*.

⁵⁰⁰- Locais habitados durante o Verão, isto é, desde os meados a finais do mês de Março até à primeira quinzena/meados do mês de Dezembro. Contudo, era como que obrigatório passar a Páscoa na *veranda*.

Veranda, vulgarmente, *Branda*, expressão cuja origem etimológica ainda não está em absoluto determinada, segundo as opiniões de diferentes filólogos. Sem querermos questionar a etimologia da expressão, pois não são esses os objectivos desta investigação, optámos, neste trabalho, pela grafia que o Pe. Pintor pensava ser a mais correcta, pois *Veranda* é uma expressão, provavelmente, com a mesma raiz etimológica de verão.

Pintor, Pe M. A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo, S. Bento de Cando na freguesia da Gavieira" in *Separata Terra de Val de Vez, n° 2, I Semestre*, pp.32-33.

⁵⁰¹- Sobre esta problemática, minuciosamente descrita, ler Geraldês, Alice Duarte, 1996, *Brandas e Inverneiras, Particularidades do sistema agro-pastoril castrejo*, Cadernos Juríz/Xurés, Instituto de Conservação da Natureza, Parque Nacional Peneda-Gerês, Braga, 62 p.

Fig. 18 – Castro Laboreiro: O “duplo” povoamento nos meados do séc. XX

Fig. 19.- Castro Laboreiro: as deslocações sazonais veranda-inverneira, em 2000

Quando nos interrogamos sobre os motivos que poderiam justificar o calendário destas mudanças sazonais concordamos, de certo modo, com a explicação generalizada da população envolvida, as condições locais do clima. As temperaturas muito baixas, mesmo negativas nos meses de Inverno, frequentemente acompanhadas por fortes nevões, inviabilizam nas aldeias a maior cota, não só a existência de pastagens, como a realização das tarefas quotidianas, pelo que a população confrontada com a necessidade, por um lado, em conseguir novos pastos para a sobrevivência dos animais, por outro, em fugir a semelhantes intempéries, refugiava-se nos lugares abrigados do fundo de vale.

Dir-se-á que parte dos castrejos faziam, anualmente, duas mudanças da casa, onde tudo se deslocava, pois até o caneco era necessário transportar. Os tempos eram difíceis e não havia disponibilidade económica para se ter simultaneamente duas casas apetrechadas, como me diziam amavelmente em Julho e Agosto de 2003 muitos dos participantes neste tipo de deslocação.

Com o movimento emigratório da população masculina das décadas de cinquenta e sessenta, para os países da Europa Ocidental, nomeadamente a França, a família castreja adquiriu um poder de compra, que lhe permitiu reconstruir, ou levantar de raiz, a sua habitação e equipá-la de forma a resistir aos rigores de um Inverno, por muito rigoroso que seja, no caso das *verandas*, ou, aos Verões quentes e, de certo modo, “abafados”, com são os das *inverneiras*.

Por este conjunto de razões, modificações significativas se registaram nas últimas duas a três décadas na mobilidade interna dos verandeiros (Fig. 19).

Em 2000, se predominavam as famílias que tinham escolhido como lugar de residência permanente, a *veranda*, com a Portela a manter todos os seus residentes ao longo do ano, sobressaía a Ameijoeira como a única inverneira a ser capaz de fixar famílias, que mantinham o seu quinhão, ou, nas Eiras, ou, no Cural do Gonçalo.

Contudo, a “atração” das *inverneiras* na fixação “permanente” de residentes encontrava-se com uma tendência positiva, pois em 2004, já residiam duas e quatro famílias, respectivamente na Curveira e nas Cainheiras, ao longo dos doze meses do ano.

Questionados sobre os motivos que os levaram a optar por um dos lugares, os castrejos não apresentam razões, em nosso entender, totalmente determinantes, pois alegam, por exemplo, que investiram na casa, nova, ou, reconstruída, localizada na *veranda* e,

portanto, não a vão abandonar⁵⁰², enfrentando bem os rigor dos invernos com os modernos sistemas de aquecimento.

Salientamos os moradores da Portela, que justificaram a sua "fixação" pelo facto da *inverneira* correspondente, a Varziela, se implementar a uma altitude muito próxima, motivo pelo qual os invernos são, de igual modo, muito rigorosos (Fig. 19, p. 197).

Não nos podemos esquecer que mesmo nos tempos em que se utilizava a palha de centeio, o colmo, para a cobertura da habitação, a casa "melhor", apesar de tudo, situava-se na *veranda* sendo aí que, sempre, se teria verificado o maior período de permanência.

Em relação à opção pela residência com carácter definitivo na *inverneira*, as justificações apresentadas relacionar-se-iam com o trabalho e cansaço associado à mudança, além daqueles que o decidiram, porque na sua *veranda* já ninguém reside, como sucede em Formarigo, ou então, porque os vizinhos da *inverneira* já nela se encontram fixados, como na Curveira.

Ao relacionarmos com o traçado da rede viária a posição das *inverneiras* habitadas todo o ano, em Agosto de 2004, Ameijoeira, Cainheiras e Curveira⁵⁰³, inferimos que se situam junto à estrada "mais jovem", aberta em 1975, que liga o lugar da Vila a Entrimo, através da Ameijoeira. Assim, entendemos que mesmo sem, objectivamente pensarem neste factor, talvez a acessibilidade tivesse sido determinante na opção efectuada. Contudo, depois de termos conversado com muitos dos residentes, ficamos convencidos que, muito provavelmente, são mais os motivos de ordem afectiva e de vizinhança, logo, emocionais, que justificam a escolha, do que propriamente outro tipo de razões.

Mas, as gerações seniores continuam, religiosamente a *baixarem* à *inverneira* de 12 a 20 de Dezembro, podendo-se estender o período até à véspera de Natal, dia 24, para *subirem* à *veranda* em Março (Fig. 19, p. 197).

As mudanças adquirem actualmente outras roupagens e cor. As duas casas, a da *veranda* e a da *inverneira*, estão mobiladas e apetrechadas, logo, só se torna necessário transportar alimentos, vestuário, o domingueiro, pois o da semana, "de cotio", existe em ambas as residências e, claro está, os animais. Com excepção dos animais de pastoreio, graúdo e miúdo, tangidos pelo respectivos donos e actualmente um efectivo muito reduzido, que continuam a fazer o trajecto a pé, o agregado familiar faz-se deslocar, ou na carrinha, ou no automóvel, ou então, no tractor com todos as "bagagens" necessárias para a estadia.

⁵⁰² - Não podemos deixar de mencionar que a *veranda* da Portela, actualmente, poder-se-á considerar um lugar "fixo", se atendermos ao facto, de todos os residentes permanecerem os doze meses do ano.

⁵⁰³ - Se em Outubro de 2000 na Curveira e nas Cainheiras não residiam moradores ao longo dos doze meses do ano, em Agosto de 2004, já o faziam duas e cinco pessoas, respectivamente.

Estes cenários contrastam com os vividos até aos meados do séc. XX em que o agregado familiar se deslocava a pé, com os utensílios a serem transportados, ou, em "carros de vacas", ou, pelas mulas e cavalos, ou, no dorso da gente jovem.

Partiam em grupo de vizinhos, mesmo que não fossem para o mesmo lugar, a *inverneira*, o que exigia que a data e local de saída fossem, previamente, combinados⁵⁰⁴.

Apesar das alterações dos últimos anos, ainda hoje, se mantém o gesto solidário em relação aos agregados com membros enfermos. Os vizinhos esperam que o doente se restabeleça, ou, que esteja em condições de suportar a deslocação, para só, depois, efectuar a partida.

Não era só o sistema agro-pastoril que se organizava em função destes movimentos, mas, também, os serviços que serviam esta população, como, por exemplo, a distribuição do correio e o local de funcionamento das escolas primárias.

Se a escola primária, que se localizava nas Cainheiras, *inverneira* que além de ocupar, sensivelmente o lugar central em virtude de se encontrar a uma certa equidistância em relação às aldeias que servia, *verandas* e *inverneiras* correspondentes, todas localizadas na margem esquerda do rio de Castro Laboreiro⁵⁰⁵, o mesmo não acontecia em relação àquelas que se distribuem pela margem direita do *rio Grande*.

Existia em Adofreire⁵⁰⁶ uma escola primária, que funcionava no 1º período escolar, isto é, desde o início das aulas, o mês de Outubro, a 15 de Dezembro, reabrindo a 15 de Março. O 2º período lectivo funcionava numa outra escola localizada na *inverneira*, a da Assureira. Nos primeiros anos, numa casa particular, passando, depois para um pavilhão, hoje totalmente abandonado.

A professora do Ensino Elementar participava, também, no movimento, mas, como por princípio, residia no lugar da Vila, limitava-se a percorrer, sensivelmente, a mesma distância, tomando, apenas, sentidos opostos.

Com a deslocação para as *inverneiras* faziam-se "acertos" entre as escolas, ao acolherem aquelas crianças, que residiam nos lugares mais próximos, mesmo que não correspondessem às *verandas* que a escola servia, pois eram longas e difíceis as distâncias a percorrer e, muitas vezes, sob condições climáticas muito adversas. Neste caso, as crianças tinham dois ambientes escolares, provavelmente diferenciados num curto espaço de um ano.

⁵⁰⁴ - Sobre esta problemática, minuciosamente descrita, ler Geraldês, Alice Duarte, 1996, *Brandas e Inverneiras, Particularidades do sistema agro-pastoril castrejo*, Cadernos Juriz/Xurés, Instituto de Conservação da Natureza, Parque Nacional Peneda-Gerês, Braga, pp. 28-36.

⁵⁰⁵ - Os alunos residentes nas *verandas* da Portela, Formarigo e Teso sempre frequentaram a escola da Vila, por questões de uma melhor acessibilidade. Para as Cainheiras iam os alunos dos Portos, de Cima e de Baixo, da Seara, de Padrosouro e Campelo.

⁵⁰⁶ - Esta escola era frequentada pelos alunos do Rodeiro, Antões, Adofreire, Outeiro, Queimadelo e Falagueiras.

Mesmo assim, nas últimas décadas, famílias havia que para suavizar a aspereza da caminhada hospedavam a criança numa família amiga, na *inverneira*, onde se localizava a escola, ou, então, na Vila.

Por curiosidade, além de estes estabelecimentos escolares, havia os que serviam os lugares “fixos”. Com a diminuição da população em idade escolar, as escolas foram-se reduzindo e, actualmente, as crianças são deslocadas diariamente para o agrupamento dos Pomares, na freguesia limítrofe de Paderne.

O calendário das deslocações sazonais também era cumprido pelo carteiro, quando se iniciou a distribuição do correio ao domicílio, mantendo-o, quando as *verandas* e *inverneiras* começaram a ter residências habitadas todo o ano, o que exigia que as famílias se deslocassem no período não usual de residência, à localidade mais próxima. Actualmente, é diferente, pois desde há uns seis anos, a distribuição da “mala posta” faz-se nos lugares habitados, independentemente do período em questão.

Se até os serviços eram sensíveis a este tipo de deslocações, não se pense que o lugar não habitado, *veranda* ou *inverneira*, ficava, de facto, sem vida. Se as casas estavam fechadas e não se verificava o bulício característico da permanência dos animais e pessoas, havia, sempre, um ou vários elementos da família a deslocarem-se amiúde e, em muitos casos, diariamente, mesmo em pleno inverno, à *veranda* respectiva, por que, ou, havia a água para conduzir aos *campos* de feno, ou, o muro de pedra solta para reparar, ou, o centeio e o pão cozido⁵⁰⁷ para transportar, ou, simplesmente, por que iam verificar se a casa e respectivas courelas não tinham sido alvo de vandalismo.

Além disso, enquanto residentes na *veranda*, periodicamente e de acordo com as fainas agrícolas, elementos do agregado familiar, individualmente, ou, em grupo, deslocavam-se à *inverneira* acompanhados do gado, que pastoreavam nas parcelas em pousio, ou, nos *campos* de feno, que não justificava o corte, e nela pernoitavam, sempre que a duração do trabalho o exigia, como por exemplo, *botar* as batatas em Maio, sachá-las em Junho, cortar e armazenar os fenos em Julho, segar o centeio e fazer as respectivas malhadas em Agosto, para, até Setembro, procederem à preparação do solo destinado à sementeira da cultura arvense possível na freguesia, a do centeio.

É evidente, que hoje o *verandejo* continua a deslocar-se, frequentemente, mas de tractor ou de carrinha, à outra residência e respectivas *propriedades*, mais com a preocupação em garantir a sua salvaguarda, ou, simplesmente, para fazer um pequeno cultivo, como

⁵⁰⁷ - Certas famílias tinham o hábito de *cozer o pão* em quantidade suficiente para abastecer o agregado familiar nas primeiras semanas passadas na *inverneira*, deixando-o, devidamente, protegido na *veranda*.

recordação dos tempos passados, uma vez que o seu nível de vida depende dos rendimentos provenientes das estadias no estrangeiro.

Contudo, as descrições que nos foram efectuadas, de forma tão sentida e vivida, por muitos dos intervenientes, e a conservada rede de caminhos bem murados, que interligam os lugares e bem patentes, ainda, na paisagem actual, permitiu-nos esboçar o ambiente de cores, sons e movimentos produzidos pelo carro de bois que “chiava” pesado pela carga, pelos chocalhos da *rês* e da manada, tangidas pelo ancião, adulto, ou, criança, em grupo, ou, de *per si*, ligeiros, ou, encurvados pela carga que transportavam, em amena cavaqueira, ou agitados e angustiados pelo trabalho que sempre espreitava, enquanto percorriam a distância que os separava do outro lugar, *veranda* ou *inverneira*, porque, assim o exigiam a necessidade de sobrevivência, ou, a do cumprimento e manutenção de uma tradição multissecular.

Desconhece-se o período em que se iniciou este movimento pendular e sazonal, que justifica o facto de distinguirmos em Castro Laboreiro um “duplo” povoamento. Recordamos que a primeira referência a um povoamento estival, que sugere a existência de um movimento com características sazonais encontrámo-la no *Numeramento de 1527-1532*⁵⁰⁸. Se a descrição nos permite admitir a existência multissecular de este tipo de movimentos, também nos leva a questionar se não seriam todos os castrejos, incluindo, os residentes nos actuais lugares “fixos”, a participar na “mudança”, que poderia ser feita, até, para lugares fora do concelho castrejo.

Um outro aspecto, também problemático, relaciona-se com a identificação dos primeiros lugares, cujos habitantes se envolveram neste tipo de movimentos sazonais, isto é, a população começou por se sedentarizar na *veranda*, onde passava a Primavera, todo o Verão e Outono, vendo-se na necessidade em *baixar* ao fundo do vale, à *inverneira*, lugar mais abrigado, para, assim, fugir, aos rigores, demasiadamente intensos, de um Inverno agreste e pródigo em muita neve, ou, pelo contrário, optou pelos lugares mais abrigados, os de fundo de vale, as *inverneiras*, com menores extensões de solo agrícola e, por conseguinte, os problemas de sobrevivência exigiram a subida das vertentes da bacia do Laboreiro, em busca de maiores extensões de solo propício à agro-pastorícia, mesmo que, localizadas a altitudes superiores aos 1000 metros?

⁵⁰⁸ - "... no quoall comçelho nom ha povoaçom junta soomente per casaes apartados vyvem no verão neste comçelho çem moradores porque no inverno se vão vyver fora por ser terra frya..."
Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século" in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. III, n^os 7 e 8, Lisboa, p. 246.

Se a rede de lugares em Castro Laboreiro e no séc. XVII seria muito próxima da actual⁵⁰⁹ e se tivermos em atenção a leitura dos primeiros *Registos de Baptismo*⁵¹⁰ que mencionam como lugar de residência dos pais do baptizando, sempre, uma *inverneira*, ou, um lugar “fixo”, “esquecendo” pura e simplesmente as *verandas*, muito provavelmente, ter-se-iam implementado, primeiro aquelas, as *inverneiras* e só, mais tardiamente, as *verandas*. Não conseguimos encontrar uma explicação plausível para a atitude assumida pelos diferentes párocos, a não ser que, possivelmente, o lugar mais importante seria, nessa época, o da *inverneira* e, portanto, havia que fazer a “distinção”, em relação à *veranda* que, já existiria, aquando do *Numeramento Joanino*.

Independentemente dos lugares que estiveram na origem deste tipo de movimento pendular e sazonal, hoje, ou melhor, em 2004, era a *veranda*, que adquiria um maior protagonismo, porque fixa a maioria dos residentes, os que optaram pela permanência durante todo o ano e, mesmo, aqueles que, ainda, cumprem a tradição e habitam nela, sensivelmente nove meses num período de doze.

Além disso, quando abordámos de forma sistemática todos os residentes, em Outubro de 2000, e lhes perguntávamos o lugar da naturalidade diziam-nos, sempre, com a maior espontaneidade, o nome da *veranda*, não surgindo um único caso, que mencionasse a *inverneira*, mesmo que fosse ela, de facto, o torrão natal. Contudo, foram-nos confidencializando que aquando da declaração do nascimento na Conservatória do Registo Civil, em Melgaço, a naturalidade indicada foi sempre a do lugar de residência da mãe no momento do acontecimento, pelo que no séc. XX e a nível oficial, indiferentemente *verandas* e *inverneiras* ditaram o lugar da naturalidade.

Apesar de todas as contingências, número significativo de castrejos, após décadas de labuta no estrangeiro, optam, actualmente, ou, melhor, na primeira década do séc. XXI, pela residência permanente na Vila, em virtude de uma maior acessibilidade a bens e serviços nela sediados, como os correios, a agência bancária, a farmácia, ou, a actividades geradoras de

⁵⁰⁹ - Lima, Alexandra Cerveira Pinto S., 1996, *Castro Laboreiro, Povoamento e Organização de um Território Serrano*, Instituto da Conservação da Natureza, Parque Nacional Peneda-Gerês e Câmara Municipal de Melgaço, Braga, pp. 59-62.

⁵¹⁰ - Após uma leitura cuidada de todos os *Registos de Baptismo* efectuados no período de 1597 a 1858, que envolvem nove *Livros Mistos* e 10 *Livros de Baptismos*, podemos dizer que, neste longo período, com cerca de três séculos, todos os párocos nomeiam, sempre, o nome de uma *inverneira*, para o lugar de residência dos pais do neófito, mesmo que o baptizado se tenha efectuado nos meses compreendidos entre Abril a Dezembro, a par dos lugares “fixos” da Portelinha, Várzea Travessa, Vido, Picotim, Covelo e Vila.

Contudo, há a assinalar a excepção do lugar de Outeiro, actualmente, uma *veranda*, que assistiria ao primeiro baptizado do filho de um seu residente em 30 de Abril de 1630. A partir deste momento os registos de baptizado do filhos dos moradores do Outeiro, sucedem-se, mas, com grandes espaços de tempo e de forma muito irregular.

Outro aspecto curioso, que gostaríamos de assinalar, pois não conseguimos encontrar explicação, para semelhante distinção, traduz-se no facto de o pároco, no período de 1629 a 1640 (*Livro de Registos Misto 2*), distinguir as aldeias do Bago, da Várzea Travessa, do Outeiro e do Vido, dos lugares da Ameijoeira, de João Alvo, de Pontes (...). A partir de 1640, isto é, a partir do *Livro Misto 3*, a distinção desaparece e todos os povoados são designados por lugares.

Livro de Registos Paroquiais Mistos 1 a 9 e de Baptismo 1 a 10 in Microfilme rolos nºs 63, 64 e 66, Arquivo Distrital de Braga, Braga.

emprego, por exemplo, na hotelaria e na restauração, deslocando-se no seu *jeep*, ou, na carrinha às *propriedades*, que conservam no lugar “fixo”, na *veranda*, ou, na *inverneira*, enquanto assistem a um despovoamento rápido e perigoso destas aldeias, onde as manchas de giestas proliferam e cobrem as parcelas, autênticos depósitos detriticos organizados em função do *rio Grande* (Fig. 20).

Ora, as alterações verificadas na paisagem não dizem respeito, apenas, ao manto vegetal, que reveste os espaços, outrora amanhados, mas, reflectem-se, também, na arquitectura e fisionomia dos elementos construídos.

Assim, se o edificado das *verandas* e *inverneiras* “desenhou”, em termos globais, núcleos fortemente concentrados, os dois “tipos” de residência sazonal distinguem-se pelo número de aldeias que envolvem, enquanto cada aldeia se diferencia pela dimensão da área construída e pelo matiz da densidade de casas reconstruídas e, ou, erguidas pela primeira vez.

Recordamos a importância do edificado “novo” no período de 1950/80 (Fig. 16, p. 181), quer nas *verandas*, quer nas *inverneiras*, que “contrasta” com o baixo índice de juventude verificado na última década do séc. XX (Fig. 15, p. 179).

As *verandas* implementadas, respectivamente ao longo de cada uma das margens do Laboreiro⁵¹¹, dispõem-se segundo a estrada, que praticamente sobrepõe o velho caminho, que, em cada margem do rio, conduzia ao *planalto*, apresentam um casario compacto, circundado, de imediato, pela aureola verde dos pastos e, como que superintendem o fundo do vale, em cuja secção sul proliferam e se distribuem, em maior número, as *inverneiras*⁵¹², através de manchas edificadas mais limitadas, em comparação com as *verandas*, algumas afastadas da estrada asfaltada, pelo que se torna necessário percorrer troços, relativamente, curtos, mas íngremes e de piso difícil, como, por exemplo, na Assureira, Podre, Alagoa ou João Alvo e Ramisqueira (Fig. 18, p. 195).

Se o *verandejo* apostou primordialmente na modernização da *veranda*, a sua postura perante a *inverneira* traduziu-se principalmente na conservação e resolução de problemas inerentes à degradação inexorável, mas normal, do tempo. Contudo, surgem construções novas, ou, melhor reconstruídas, mas com uma traça diferente, que desvirtualiza a paisagem como, por exemplo, na Varziela e na Entalada, a par de outras que, embora de traça “nova”, se enquadram no ambiente autóctone, como na Curveira, ou, no Bico. Poderemos dizer que as construções novas, ou, então, as remodelações profundas surgem, por princípio, naquelas

⁵¹¹ - Por uma mera questão de organização, identificam-se as *verandas* em função da sua localização, relativamente à linha de água estruturante, o rio Laboreiro, as da margem esquerda e as da margem direita.

⁵¹² - Também, por uma mera questão de organização, se distingue o grupo das *inverneiras* da margem direita, do grupo das *inverneiras* da margem esquerda, logicamente, em relação ao rio Laboreiro.

inverneiras em que se antevê um futuro promissor na base desenvolvimento turístico, ou então, as famílias decidiram escolhê-las como a aldeia de residência permanente.

Na *veranda* se a vaga de remodelações foi intensa e profunda, incidiu principalmente dentro do espaço do núcleo do povoado, que é sempre exíguo e diminuto, pelo que se torna muito difícil, delinear fases de “crescimento” do lugar, tendo em conta as gerações das unidades edificadas. Os residentes, por princípio, aproveitam a velha estrutura para nela erguerem um novo alçado, ou, então, levantam a casa “nova” sobre o chão em que assentava a casa demolida, mantendo-se, deste modo, a planta genuína da aldeia, em que prevalecem inalteradas as centenárias ruelas, largos e caminhos. Mas, apesar de tudo, novas unidades emergiram fora do núcleo ancestral, como nas Eiras, Padrosouro ou Campelo, estendendo-se a aldeia, ao longo da nova estrada asfaltada.

Após uma observação cuidada, dir-se-á que a construção “nova”, embora a um ritmo diferente do da Vila e dos outros lugares “fixos”, matiza as velhas aldeias do *verandejo*, em que se evidenciam as *verandas*, pelos edifícios que contribuem, uns, no alargamento em “linha” do lugar, outros no contraste com a velha casa, que resiste ao desmoronamento gradual, a que o proprietário parece indiferente, em contraste com as *inverneiras*, umas, gradualmente, desabitadas (Bago de Baixo, João Alvo, Ramisqueira), outras, suficientemente, atractivas na fixação permanente dos seus proprietários (Curveira, Cainheiras, ou, Ameijoeira), e as promissoras de um futuro, provavelmente, risonho, assente, nas potencialidades, no âmbito do turismo (Laceiras, Entalada).

Como numa muito breve nota de síntese, diremos que os novos rostos destas aldeias, não são mais que o reflexo das alterações profundas dos hábitos do *verandejo*, que, em função de uma melhoria da qualidade de vida, opta, por residir em lugares exteriores à freguesia, ou, então, não saindo desta, pelo lugar mais central, que, também, é o mais acessível, o da Vila e, em último caso, pela sua *veranda*, ou, *inverneira*, deixando as tradicionais deslocações sazonais, para os mais idosos, que, teimosamente, se esforçam por manter vivo uma face de um modo de vida, cuja duração dependerá da sua própria longevidade.

Fig. 20 – Castro Laboreiro: As deslocações inter-lugares, em 2000 (naturalidade-residência)

2.2.2. O povoamento “complementar” alicerçado na casa secundária

Outras variedades de *habitat* agrupado peculiares e únicas na área em estudo implementaram-se na margem direita do Lima e nas serras do Soajo e da Peneda⁵¹³, precisamente nas freguesias do Soajo e da Gavieira.

Recordamos que, apesar dos testemunhos megalíticos encontrados na serra da Peneda, esta constituiria um vasto território rarefeito, progressivamente ocupado, a partir da Reconquista, em virtude da consolidação e proliferação das novas freguesias, que, embora sem limites bem definidos, enquadravam as populações fixadas, sobretudo nas terras baixas, nas auréolas do maciço. Assim, bem inseridas no casco serrano, apenas o Soajo, na vertente sul e Castro Laboreiro⁵¹⁴, a norte, disputariam entre si, as potencialidades das serras do Soajo e da Peneda.

Contudo, pelas Fontes que conseguimos encontrar, nomeadamente pela leitura das *Inquirições de 1258*, ficamos convencidos que a importância económica e social da serras do Soajo e da Peneda foi entregue ao homem do Soajo, por real tributo, o da montaria real, privilégio que, ainda hoje, os moradores seniores conservam memória⁵¹⁵.

A organização da extensa área serrana e respectivo aproveitamento agro-pastoril e cinegético, pelos habitantes do Soajo sob responsabilidade máxima do monteiro-mor prolongou-se no tempo⁵¹⁶, precisamente pelo séc. XVI⁵¹⁷, com o *Numeramento de 1527-1532*

⁵¹³- Forma de povoamento similar encontra-se noutras freguesias da serra da Peneda, mas que não constituem objecto de estudo neste trabalho.

Medeiros, Isabel, 1984, *Estruturas pastoris e povoamento na serra da Peneda*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 92 p. (policopiado).

⁵¹⁴ - Relembramos que a Castro Laboreiro competia a defesa de toda a serra da Peneda, através do seu castelo, a cujo alcaide o soajeiro pagava um tributo.

⁵¹⁵ - Esta regalia permitia-lhes, por exemplo, organizar caçadas, dando ao senhor real as espáduas e as mãos, respectivamente, dos porcos grandes e ursos, que matassem. Além disso, nada pagavam por caçar nas sete semanas antes do entrudo e nas três primeiras semanas da quaresma, ou seja, durante quase dois meses e meio, desde o fim do Inverno a princípios da Primavera, curiosamente, a época da multiplicação das gerações. Esta isenção de tributo, no período da procriação, mais do que contribuir para o aumento do rendimento das famílias, permitiria que a gente da aldeia não fosse levada a caçar em tempo impróprio, com prejuízo para as reservas de caça e o consequente desequilíbrio ecológico. A caça tinha como importante complemento a recolha de mel e cera, provavelmente, silvestre. Ao soajeiro era exigido responder à convocação do rei, quando ultrapassava, para Norte, o rio Douro e pretendia participar em caçadas. Levaria, então, as suas lanças, cornos e cães, mas, em contrapartida, seria alimentado pelo rei.

Mattoso, José, 1987, "A caça no Soajo" in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 206-207.

⁵¹⁶ - Referências ao Soajo e, logicamente, aos deveres e direitos do soajeiro, foram confirmados pelos monarcas Dinis, Afonso III, Pedro I, João I e Manuel I com a atribuição do respectivo Foral, em 1514.

Por curiosidade, evidenciamos a protecção que continuou a ser concedida, por João I, perante os protestos que os soajeiros, por intermédio dos vereadores, procurador e concelho do julgado, apresentaram ao monarca contra fidalgos, que tinham comprado terras e herdades na região, e que por carta régia assinada, em Leiria, a 5 de Março de 1401, ordenou que esses fidalgos vendessem as terras além de ter proibido, a quem quer que fosse, apreender os cães de caça, *os sabujos*.

Mattoso, José, 1987, "A caça no Soajo" in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 205-211.

Pelas leituras que efectuámos, diremos que, se está perante uma longa época, em que o Soajo correspondia a um dos lugares eleitos pela nobreza e coroa, que se deslocavam, expressamente, para usufruírem, através das caçadas, os espaços áspersos, mas majestosos, do Soajo e da Peneda e que se estendiam pela Amarela, com o suporte no castelo do Lindoso, continuando-se pela serra do Gerês.

⁵¹⁷ - Pela carta de Foral concedida por D. Manuel, em 1514, pode-se concluir que os habitantes do Soajo continuavam isentos, praticamente, do pagamento de tributos ao Senhor Real, pois, ficariam apenas obrigados a contribuir com "(...) cinco sabujos feitos de monte sem outra njnhumha cousa (...)", pois "(...) nam há hy montados nem manyinhos, por que he tudo dos moradores da terra Isentamente (...)".

"Foral da Terra do Soajo", 1969, in Dias, Luís Fernando de Carvalho, 1969, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, conforme exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, ed. autor, p. 138.

a mencionar o Soajo *terra de montaria*⁵¹⁸, regalia que se mantinha no século XVIII⁵¹⁹ e, talvez, justifique o facto de em pleno século XX, apenas, o soajeiro poder convocar os habitantes das freguesias limítrofes, para, em conjunto, organizarem e efectuarem as batidas aos lobos, que dizimavam os animais de pastoreio.

Se para o soajeiro a arte de caçar, lhe proporcionava um conjunto de privilégios reais, pois o Soajo era *cabeça de sua Montaria*, a caça constituía, como para todas as populações da área em estudo, uma fonte importante na respectiva subsistência, articulando-se, muito provavelmente com a pecuária, que em muito dependia das pastagens naturais de Verão.

Assim, o limiano da raia necessitava de espaços amplos por onde deambulava à procura dos melhores exemplares de caça, dos melhores prados espontâneos para a sua *fazenda* e das rechãs com superfície agrícola útil que, apesar das dimensões reduzidas, lhe permitiam mais um espaço de cultura, independentemente da distância ao lugar em que residia.

Espaços, cujas expressões contemporâneas reflectem as mutações verificadas no comportamento dos respectivos habitantes, nas últimas décadas, nomeadamente os do Soajo e da Gavieira, mas, ainda, suficientemente reveladoras da importância assumida durante séculos na organização deste território.

Começamos pela “vila” do Soajo, precisamente pelo núcleo ancestral constituído por habitações alinhadas em arruamentos estreitos e sinuosos, com forte compacidade, circundado pela área cultivada, com bons solos agrícolas⁵²⁰, o *eido*⁵²¹.

Deparámo-nos no terreno, com dificuldades e complexidades acrescidas, quando quisemos fazer um esboço da área ocupada pelo *eido*, na base da fonte oral, pois não conseguimos encontrar, em Agosto de 2003, uma opinião consensual nos habitantes da “vila”, sobre a respectiva delimitação⁵²², uma vez que, as parcelas que lhe são contíguas têm formas

⁵¹⁸ - "O comçelho e montarya de Soajo que he dellRey nosso Senhor nom tem castello nem vylla (...) e nom tem logar junto e vyvem per casaes apartados ..."

Freire, A. Braancamp, 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século" in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. III, n^os 7 e 8, Lisboa, p. 245.

⁵¹⁹ - Costa, A. Carvalho da Costa, 1868, *Corografia Portuguesa, Tomo I*, 2^a ed., Braga, pp. 229-230; 1^a edição, 1706.

⁵²⁰ - Corresponde, globalmente ao patamar da cota dos 300 metros, em que se praticava um sistema de cultura intensivo, com o destaque para a cultura irrigada, de Verão, a do milho grão e que o pároco redactor da *Memória Paroquial de 1757* designou por "uma extensa campina".

⁵²¹ - O *eido* corresponde ao núcleo da "vila" do Soajo, constituído pela aglomeração dos edifícios habitacionais e pela rechã, suporte das maiores parcelas e com os solos mais férteis, irrigados pelas águas de duas importantes "poças" a da Presa e a Lages, integradas, em 1971, num novo plano de irrigação.

Brito, Isabel Soeiro, 1953, "Uma Aldeia de Montanha do Minho: O Soajo, Estudo de Geografia Humana", in *Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Tomo XVIII, 2^a série, n^os 1 e 3, p. 12.

Boisvert, Callier Colette, 1999, *Soajo, Entre Migrations et Mémoire. Études sur une société agro-pastorale à l'identité rénovée*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, pp. 158-161.

⁵²² - Consideramos terras do *eido*, aquelas que se encontram criteriosamente descritas na *Bilheta das águas do Eido*, caderno datado de 1898, copiado de um outro documento muito mais antigo e no qual estão referenciadas, pelo nome e, em relação a cada proprietário, todas as leiras, que têm direito à rega, além da hora do início da mesma e do quantitativo da água que lhe cabe

similares e a mesma ocupação cultural, mas, que distinguir-se-ão⁵²³ pela distância ao velho núcleo povoado, pelo que já se poderão designar por *verandas*⁵²⁴.

Independentemente de todas as "controvérsias", que entendemos ter ultrapassado com o recurso à *Bilheta das águas do Eido*⁵²⁵, à medida que nos afastamos do multissecular núcleo urbano e a morfologia da rechã⁵²⁶ evolui para a do socalco, quer a montante, ou, a jusante da aldeia, não nos restam dúvidas de que nos inserimos nas paisagens e espaços das *verandas*.

Nos solos cultivados, que gradualmente se distanciam da "vila", o soajeiro construiu junto das suas parcelas cultivadas uma outra casa, em granito, de planta simples, com rés-do-chão e 1º andar, que tinha como funções, no piso inferior, guardar os animais, alfaias agrícolas, fenos e lenhas, enquanto no piso superior acolhia⁵²⁷ o agricultor, nas épocas de trabalho mais intenso e prolongado, como eram as da Primavera/Verão. O piso elevado, com uma só divisão, ao qual se ascende por uma escada exterior, tem uma única e pequena janela, por causa das intempéries dos meses de inverno. A casa, sem chaminé, como as do *eido*, como que se prolonga por um austero muro, relativamente alto, em pedra granítica sobreposta, que delimita um pátio circular, cujo diâmetro, corresponde, sensivelmente, à largura da fachada da habitação, e que se encerra por um forte portão em ferro, devidamente, equipado com uma potente fechadura.

Este tipo de edificado prolifera e dispersa-se numa paisagem que a partir do *eido* se estende até Reigada, Ínsuas, Lapas e Murço, ou ultrapassa o rio Adrão, em Ramil, e atinge o próprio Lima nas verandas de Priscos e Rendufe (Fig. 21).

As *verandas* sucedem-se na paisagem a um ritmo veloz, de forma contígua e continuada, tornando-se muito difícil discriminar na paisagem um elemento, ou, uma simples referência, que permita ao observador aperceber-se, da "sequência" dos respectivos territórios.

Contudo, globalmente, distinguimos, com uma certa facilidade, as "ambiências" que envolvem as *verandas* que se desenvolvem a sul da "vila" e dispostas como em anfiteatro

Brito, Isabel Soeiro, 1953, "Uma Aldeia de Montanha do Minho: O Soajo, Estudo de Geografia Humana", in *Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Tomo XVIII, 2ª série, nºs 1 e 3, p. 10.

⁵²³ - Parcelas existem que, para uns habitantes, ainda, são considerados *eido*, enquanto para outros, são, de facto, *verandas*.

⁵²⁴ - Parece que só a população local, e a mais idosa, as consegue, devidamente, identificar, baseando-se na distância que as separa da casa ancestral, mas, quando confrontada com exemplos, em número significativo, de estarem separadas por percursos, a pé, de cinco e dez minutos, se limitar a referir "(...) bem é uma meia *veranda*(...)".

⁵²⁵ - Descrição pormenorizada do calendário estival da distribuição da água de rega pelas diferentes parcelas de cultura.

⁵²⁶ - Nas *Memórias Paroquiais* de 1753 o pároco é sensível à rechã cultivada que envolve o núcleo edificado, quando lhe chama uma *campina*.

Memória 183, vol. 35, *Dicionário Geográfico*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

⁵²⁷ - O agricultor, nas épocas de trabalho intenso, como, por exemplo, o da rega, ou, o das sementeiras, pernoitava na casa da *veranda*, assim como procedia à confecção das refeições, que eram, sempre, fugazes. Contudo, estas estadias na *veranda*, de duração curta, mas, que não impediam que deslocassem os animais domésticos, nomeadamente galináceos, não significavam para o agregado familiar a mudança de habitação. O soajeiro residia os doze meses do ano na casa do *eido*.

voltado, ou, para a secção jusante do rio Adrão, ou, para o próprio rio Lima, das implementadas a norte, que se enquadram de forma mais intensa e directa na agressividade e, simultaneamente, majestosidade da *serra*.

Além da “vila” do Soajo, outros lugares da freguesia possuem as suas *verandas* como é o caso da Várzea. Lugar que assistiu à submersão de uma área significativa da *veiga* com a construção da barragem do Alto do Lindoso, separa-se por uns cinco minutos de distância a pé da *veranda* das Ínsuas, que, em termos de paisagem cultural, não se diferencia do outro espaço cultivado, isto é, da *veiga*.

Nas Ínsuas encontrámos, em Agosto de 2003, duas unidades edificadas, que poderão ser utilizadas, ou, como habitação, ou, simplesmente, como armazém das alfaias agrícolas e fenos, esporadicamente, de milho grão. O reduzido número de construções foi-nos justificado pelo facto da proximidade em relação ao lugar.

Na mesma estação, Verão de 2003, já, as *verandas* da aldeia de Adrão, sempre distanciadas da aldeia, nomeadamente a de Bordença, apresentavam, a exemplo das da "vila", uma imagem de abandono e desolamento com as habitações em decadência e, mesmo em ruína, com as parcelas revestidas pelos silvedos, ou, então, naquelas cujos proprietários, num gesto de coragem e de tenacidade se recusavam, de modo passivo, a aceitar a morte lenta dos seus espaços de cultura, outrora fundamentais na sobrevivência dos seus familiares seniores, ostentavam o corte das forragens espontâneas, enquadrando-se, assim, num "ambiente de limpeza" e, até, de arrumo.

Independentemente do estado de aproveitamento destes velhos espaços agro-pastoris na primeira década do séc. XXI, limitamo-nos a salientar, em breve nota, que a expressão *veranda* atribui-se na freguesia do Soajo a espaços em que se praticaram os mesmos sistemas de cultura desenvolvidos nas parcelas que rodeiam o lugar primário, e que a população justifica a toponímia pela distância que as separa da casa principal, embora reconheça, para muitas delas, que não seja um indicador razoável por se encontrarem afastadas por uns cinco a dez minutos de distância, a pé, do lugar⁵²⁸.

Assim, pelas características destas *verandas*, interrogamo-nos sobre uma possível justificação para a origem e designação atribuída. Em que medida as necessidades de sobrevivência, ao exigir à população o alargamento dos espaços de cultura, este foi feito, ou, de modo contínuo, a partir da aldeia, porque as condições naturais o permitiram, ou, foram escolhidos espaços distanciados do lugar, os de melhores aptidões agrícolas, que, por sua vez,

⁵²⁸ - Neste Lima raiano, o Soajo, ou melhor, a "vila", é a aldeia com o caso único de *verandas* que se sucedem de forma contígua e continuada na paisagem a partir do lugar, mesmo a cotas inferiores, tendo em "comum" com as outras da mesma freguesia, o facto de se ter praticado o mesmo sistema de culturas do *eito*.

Fig. 21 – Lima raiano luso: Povoamento “complementar” alicerçado em casa secundária nos meados do séc. XX

se foram estendendo, até se verificar a coalescência, não só entre eles como com os do *eito*, ou, então, simultaneamente, se verificou o alargamento da manchas cultivadas, quer a partir da aldeia, quer a partir dos novos espaços, acabando todos eles por coalescer, pretendendo a expressão designar, genericamente, todo o *ager*, que não está, directamente associado ao “surgimento” das parcelas de cultura em torno da povoação e, logicamente, mais afastado do lugar?

Baseados na reflexão que temos estado a efectuar sobre uma possível génese e evolução dos lugares, sempre dependentes da fixação dos grupos, que, de modo árduo, foram conquistando espaços adversos e difíceis, como são os das serras do Soajo e da Peneda, a última hipótese será a mais aceitável, apesar de constituir um modelo, que se diferencia do da vizinha Gavieira, em nosso entender, um outro bom exemplo para questionarmos o matiz de paisagens e espaços, que tipifica a Peneda.

Na Gavieira, para cada aldeia, isto é, a par dos núcleos principais, onde labutam os residentes nos doze meses do ano, existem a altitudes superiores, outros lugares, (Fig. 21) as *verandas*, assinalados por residências, normalmente, mais modestas, cuja função principal era acolher parte do agregado familiar, em períodos específicos, por princípio, na época estival, de acordo com as fases do ciclo vegetativo das culturas, que nelas se praticavam.

O lugar principal sempre foi, ao longo de todo o ano, habitado, contudo, o respectivo índice demográfico variava, de acordo com a divisão, embora temporária, do agregado familiar imposta pelos trabalhos agrícolas desenvolvidos a altitudes superiores.

Se o percurso a efectuar entre o núcleo principal e o “anichado” a cotas mais altas, o da *veranda*, era muito duro nos tempos em que, apenas, se tornava possível fazê-lo a pé, não era motivo, contudo, para que os residentes não se deslocassem, frequentemente, à *veranda*, ou, porque as culturas (do centeio e da batata de sequeiro) e o gado o exigiam, ou, porque, simplesmente era necessário vigiar e proteger o património, como acontecia nos meses de Outubro, Dezembro, Fevereiro e Março. Nos meses restantes do ano, as fainas agrícolas impunham-se e, portanto, parte do agregado familiar subia e pernoitava na *veranda*, por períodos variados, de acordo com a duração do trabalho agrícola, mas, sempre de Maio a finais de Agosto a casa estava habitada, apesar dos membros familiares se revezarem, pois era necessário coordenar os trabalhos que, em simultâneo, se desenvolviam no lugar principal.

Hoje a situação é diferente. A todas as *verandas* chegam troços de estrada, em terra batida, para a preservação do quadro natural, nas Busgalinhas, Junqueira e Gorbelas, em

pavimento asfaltado em S. Bento de Cando e na Bouça dos Homens⁵²⁹. Acessos animados pelos tractores equipados com as respectivas alfaias agrícolas e pelas carrinhas, que, na época estival, diariamente interligam o lugar principal à respectiva *veranda* (Fig. 21).

Se as novas acessibilidades favorecem e incentivam os moradores a pernoitar na aldeia principal, agregados há, cujos membros mais idosos cumprem religiosamente a tradição, fazendo-se acompanhar inclusive dos galináceos. Contudo, o “normal” e “usual”, na actualidade, traduzem-se numa repetição de trajectos, com períodos variados, isto é, na subida à veranda, ou, diariamente, ou, então, com permanência correspondente aos dias exigidos pela realização da tarefa, descer ao lugar, para no dia, ou, nos dias seguinte, voltar o mesmo, ou, outro membro do agregado familiar.

Este quadro de movimento humano está bem presente nas Busgalinhas, Junqueira e Gorbelas, onde muitas das casas de granito escuro e austero foram reconstruídas com a preocupação da conservação não só da traça original como dos respectivos materiais de construção, preservando-se, assim, a austeridade, que quase as confundem com a majestosidade dos granitos que coroam a serra, enquanto, outras foram, apenas, “consertadas” para a defesa das intempéries, em contraste com aquelas que, simplesmente, se encontram em decadência e, ou, em ruínas (Fig. 21, p. 213).

Em S. Bento do Cando e nas Bouças dos Homens, não só o tipo de pavimento nos acessos, como os tipos de construção conferem uma outra imagem, a de um “ar mais urbano”. Assim, naquela, que em virtude do fenómeno religioso, a devoção a S. Bento, se destaca pelo largo da Capela, circundado por edifícios, com certa imponência, todos pertencentes à Irmandade do Santo, S. Bento, em que se evidenciam os *Quartéis*, que fornecem alojamento aos peregrinos, ou, aos turistas, que pretendam usufruir noites passadas a 950 metros de altitude, em pleno coração da Peneda, na Bouça dos Homens surgem as casas com uma traça e materiais, em que se salienta a argamassa com cores coloridas, que oblitera a parede austera de granito (Fig. 21, p. 213).

Situação bem diferente se encontra a *veranda* de Rufe dos moradores do lugar de Tibo, deixada há mais de meio século, pois era muito duro e difícil o respectivo acesso, além da produção ser muito baixa. Contudo, Rufe, ainda, mantém, actualmente, as habitações, isto é, os *casebres*⁵³⁰, além das parcelas, outrora, cultivadas, mas, que os respectivos proprietários,

⁵²⁹ - As *verandas* de S. Bento do Cando e das Bouças dos Homens, em nosso entender, estão desvirtualizadas por um certo grau de “urbano”, que lhes é conferido pelas construções e acessos e, em simultâneo, a decadência das manchas agrícolas.

⁵³⁰ - Como forma de expressar o aspecto precário e rudimentar das habitações, mesmo, quando habitadas, os moradores, espontaneamente, designam-nas por *cortelhos*.

quando do seu abandono, delimitaram por muros em pedra, a marca da propriedade privada, devidamente declarada na Secção de Finanças do concelho, o dos Arcos de Valdevez.

Somos de opinião, após uma reflexão fundamentada na aprendizagem efectuada junto dos respectivos moradores, que este tipo de *verandas*⁵³¹, as da Gavieira e as do Soajo, na sua globalidade, apresentam características, cujas diferenças são evidentes e significativas (Fig. 21, p. 213).

Na Gavieira, as *verandas* encontram-se, em relação aos respectivos núcleos principais, localizadas a altitudes muito superiores, separadas por formas vigorosas e variadas de relevo, muito afastadas, em distância tempo e absoluta, com outro sistema de culturas, o de sequeiro, e o mesmo *habitat*, o agrupado.

Características bem distintas daquelas que encontramos no Soajo, nomeadamente na “vila” em que as suas *verandas* apresentam *per si* uma unidade construída, dando a imagem de um hipotético *habitat* disperso, o mesmo sistema de cultura, as distâncias, tempo e absoluta, em relação à casa principal, serem, para um grupo significativo, bem diminutas, além das implementadas a jusante, se distribuírem por altitudes, que, gradualmente vão descendo até atingirem a cota dos 100 metros.

Actualmente, nas *verandas* do Soajo, salvo excepções, como velhas unidades edificadas a serem recuperadas, no âmbito do turismo, sobressaem as parcelas com vegetação espontânea, em livre desenvolvimento, e as construções em degradação, reflectindo a paisagem, de um modo geral, a descrença numa próxima revitalização.

Na Gavieira, principalmente na Junqueira, Gorbelas e Busgalinhas, a vida pulula, através das casas reconstruídas e, casos raros, de raiz, das manchas de centeio, dos fenos secos e enfardados ao longo dos meses Julho e Agosto, das vacas e respectivas crias, que deambulam pelas “ruelas” e pastoreiam nas parcelas envolventes, sem esquecer a instalação da electricidade, cujo equipamento estava a ser implantado no Verão de 2003 e entrou em funcionamento em 2004.

Independentemente das *nuances* e motivações que contribuam para o entendimento da génese e evolução de tão curiosa e *sui generis* forma de povoamento, para os habitantes de ambas as freguesias, Soajo e Gavieira, a expressão *veranda* justifica-se pela função habitacional prestada pelas unidades construídas no período em que os trabalhos agrícolas se

⁵³¹ - Este tipo de *verandas* para muitos autores, nomeadamente geógrafos, têm a designação genérica de *verandas de cultivo*, porque nelas se praticava uma agricultura cuja produção pretendia complementar o rendimento familiar.

Medeiros, Isabel, 1984, *Estruturas pastoris e povoamento na serra da Peneda*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 92 p. (policopiado).

Brito, Isabel Soeiro, 1953, “Uma Aldeia de Montanha do Minho: O Soajo, Estudo de Geografia Humana”, in *Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Tomo XVIII, 2ª série, nºs 1 e 3.

intensificavam, o estival, pois a distância que a separa do respectivo núcleo principal, embora os valores sejam, por vezes, muito diferenciados, era acentuada e tornava-se muito cansativo, para não dizer, em alguns dos casos, como na Gavieira, praticamente impossível, a deslocação diária do agricultor, o que impediria a laboração atempada das tarefas agrícolas.

2.2.3. Outras formas de povoamento “complementar”

A sobrevivência no Lima raiano sempre dependeu da complementaridade entre os espaços cultivados que envolvem o núcleo habitacional, ou que se encontram afastados, e as áreas de lande, pastagens livres a cotas elevadas, que se manifestam na paisagem, por formas organizacionais diferenciadas segundo esquemas de implementação dependentes dos respectivos utilizadores.

Assim, povoações como a Ermida, na serra Amarela, freguesia constituída por um único lugar, que tem a envolvê-lo a *veiga*, outrora, meticulosamente cultivada, cuja produção era complementada pela de outro espaço, a altitude dos 600-650 metros, a *veranda* dos Bilhares, separados por uns 30 a 40 minutos de distância a pé, que os residentes percorriam, sempre, que lhes era exigido pelo ciclo evolutivo do sistema de cultura, a rotação anual do milho grão e dos fenos.

Se nos Bilhares não encontramos habitações, pois a residência localizou-se, sempre, no lugar, destacam-se as cortes arruadas, hoje, muitas delas em ruínas, que tinham a função de acolher, durante a noite e no período estival, as cabras e ovelhas, devidamente protegidas pelo proprietário, que aproveitando a maior duração do dia natural, subiam mais na *serra*, onde encontravam os melhores pastos (Fig. 22).

Se este tipo de *veranda*, isto é, parcelas cultivadas afastadas do lugar principal, mas desprovidas de uma habitação de apoio ao agricultor, por rudimentar que fosse, é única na área lusa em estudo, encontramos em plena serra do Labreiro, na Carballeira, outros espaços, outrora cultivados, a altitudes dos 1000 metros, distanciados do lugar principal, a aldeia de Queguas, por 30 a 40 minutos a pé⁵³², onde se praticava a cultura do centeio (Fig. 22).

Estes espaços, na Carballeira, envolvem *grosso modo* o largo da capela da Senhora da Assunção⁵³³, junto do qual prolifera um conjunto assinalável de cortes em pedra, hoje, a maioria destruídas, de certo modo, arruadas, que se destinavam à recolha nocturna dos

⁵³² - Quando, de uma das vezes, que estivemos em Queguas e perguntámos o tempo provável que gastaríamos para chegar à Carballeira, fomos informados, que, como estavam habituados ao caminho gastavam uma meia hora, mas, nós levaríamos uma hora, que a título de curiosidade, apenas, gastámos 40 minutos.

⁵³³ - Até há uns cinquenta anos, fazia-se, anualmente, uma procissão com a imagem da Virgem, de Queguas à Carballeira, logicamente, no dia da Assunção. Actualmente, como a procissão já não se realiza recolheram a imagem da Senhora na Igreja local.

Fig. 22 – Lima raiano: Outras formas de povoamento “complementar” nos meados do séc. XX

caprinos, que no período estival pastoreavam a altitudes mais elevadas, enquanto em torno da aldeia de Queguas se processava o ciclo do milho grão (Fig. 22).

Sem querermos estabelecer paralelismo encontramos uma certa correspondência entre Queguas e a Ermida, aglomerados implementados nas vertentes opostas da bacia do Lima, durante muitos séculos isolados, com espaços de cultura separados do núcleo principal por uma distância de 30 a 40 minutos a pé, com um regime de pastoreio para os caprinos similar, diferindo, apenas, nas culturas praticadas, respectivamente de sequeiro (centeio) e de regadio (milho grão).

Outro exemplo, em nossa opinião curioso, mas, que evidencia a complexidade organizacional deste território em estudo, verificava-se em Castro Laboreiro com alguns dos residentes⁵³⁴ do Ribeiro de Cima e do Ribeiro de Baixo a subirem na serra da Peneda para cultivarem centeio e batata, fazendo-se acompanhar, no período estival, pelos animais de pastoreio, pernoitando os caprinos nas cortes da respectiva *veranda*, enquanto o proprietário se acolhia nos *cortelhos*, que "povoavam" o sítio (Fig. 22).

Se nestas *verandas* em que se cultivava em regime extensivo o centeio e a batata, não existia a casa de habitação, a exemplo da Ermida e da Carballeira, povoavam-nas, a par das cortes dos caprinos, os *cortelhos*, abrigos do agricultor, enquanto executava as variadas tarefas que o ciclo evolutivo das culturas exigiam, ou, protegia os ruminantes das feras e dos visitantes indesejados, que actuavam, por princípio, durante a calada da noite⁵³⁵.

Se são estes os casos de espaços cultivados distanciados dos respectivos povoados, sem casa de apoio ao agricultor, que encontramos no "nosso" Lima raiano, outros modelos de implementação nos espaços de altitude, nomeadamente nas áreas de pastagens⁵³⁶, foram, de igual modo, desenvolvidos pelas populações de ambas as margens do Lima.

Assim, se nos debruçarmos na margem esquerda, nomeadamente, na serra Amarela, nas extensas áreas de pastagens da Ermida, a altitudes mais elevadas, (Fig. 22) construíram-se nas chãs com uma surgência de água⁵³⁷, o *curral* e a *cabana*, aquele um recinto extenso, delimitado por um muro, relativamente baixo, em pedra granítica sobreposta, onde na época

⁵³⁴ - Esta deslocação apenas era efectuada pelos residentes que detinham o direito de propriedade nos espaços cultivados dos cimos da Peneda.

⁵³⁵ - Apesar desta *nuance* relativamente à Ermida e à Carballeira, isto é, a existência dos *cortelhos* utilizados pelo castrejo para pernoitar e cozinhar, entendemos que se enquadram nas características principais das *verandas* da Ermida e da Carballeira, pois não se verificava uma deslocação sistemática dos residentes das duas aldeias, em virtude de o trabalho ser muito mais intenso no fundo do vale, além de, apenas, um número restrito de famílias ser proprietárias de solos aráveis no cimo da *serra*.

⁵³⁶ - Isabel Medeiros designa-as por *verandas de gado*.

Medeiros, Isabel, 1984, *Estruturas pastoris e Povoamento na Serra da Peneda*, Centro de Estudos Geográficos, Estudos de Geografia Humana e Regional, Lisboa, pp. 38-39.

⁵³⁷ - Nas áreas com as melhores pastagens, pois como a fonte está presente, desenvolve-se uma espessa associação ervácea.

estival o gado era recolhido religiosamente todos os fins de tarde, enquanto nesta, na cabana, pernoitavam os pastores.

De forma curiosa a *cabana* é de construção circular, com pequeno diâmetro e uma altura que não permite a uma pessoa, de estatura média, se posicionar em pé, além da cobertura em abóbada ser constituída por blocos de granito, as lajes, encastelados e recobertas por torrões, quase sempre em forma cónica, esporadicamente, com a forma rectangular.

O chão da *cabana* era forrada por giestas e carquejas, sobre as quais se estendiam umas mantas, estando o leito pronto para receber os pastores, após um dia de solidão na *serra*. Junto à entrada da *cabana*, um pequeno recinto, que podia ter uma cobertura, onde se confeccionavam os alimentos e, ou, se guardava a lenha necessária não só para os cozinhados, como para atear as fogueiras, que amenizavam as temperaturas nocturnas demasiadamente baixas, apesar de se estar em pleno Verão.

Os cinco sítios⁵³⁸ da Ermida com os respectivos *currais* e *cabanas* encontram-se, actualmente, em pleno abandono e à mercê das intempéries meteorológicas, a exemplo do que acontece à maioria de este tipo de construções dispersas pela Amarela, alvo deste trabalho, com excepção no Lindoso, para uma das *cabanas* do Castelo⁵³⁹ e de Parada⁵⁴⁰, em que a Autarquia procedeu a uma remodelação total, desvirtualizando, por ventura, a traça original, com objectivos não só da preservação do património, como numa expectativa de atracção turística (Fig. 22, p. 219).

Um importante arranjo urbanístico foi efectuado pela mesma Autarquia e um conterrâneo na chã do Couto⁵⁴¹ com a implementação de uma simpática área de lazer, não intervindo, contudo, na velha *cabana* e *curreal*, pertença dos moradores na aldeia de Cidadelhe (Fig. 22, p. 219).

Mas, voltemo-nos para as formas de materialização dos movimentos realizados nos meados do séc. XX por pastores e animais em deambulação pela *serra* que se estendiam ao país vizinho, nomeadamente a Compostela, freguesia de Manin, S. Salvador, lugar limítrofe do Castelo do Lindoso, que tinha o seu *curreal* e respectiva *cabana* algures na serra de St^a Eufémia, em pleno estágio de abandono há mais de sessenta anos, pelo que, apenas, o recordam as pessoas mais idosas⁵⁴² (Fig. 22, p. 219).

⁵³⁸ - Serra Boa, Vidoal, Ledãos, Martinguim (só para bois) e Bentozelo.

⁵³⁹ - Colado da Porta.

⁵⁴⁰ - Bogalhedo.

⁵⁴¹ - Sítio de um dos *currais* da aldeia de Cidadelhe.

⁵⁴² - Pelas informações que conseguimos obter na margem esquerda do Lima galego, apenas, em Compostela se encontrariam *currais* e *cabanas*, muito provavelmente, apenas, num sítio, mas, totalmente abandonado nos primeiros anos do séc. XXI.

Se a tónica dominante no Lima galego seria o gado pernoitar, sempre, nos respectivos lugares, encontramos na margem direita construções associadas ao aproveitamento, na estação estival, das pastagens mais altas, em muito similares às que proliferam pela serra Amarela, precisamente nos Montes do Quinxo (Fig. 22, p. 219).

Pelas *chairas* mais altas do Quinxo distribuem-se cinco *currais*, as *cercas*⁵⁴³ e respectivas cabanas, utilizados até há uns bons sessenta anos, pertencendo duas aos moradores de Olelas, e três aos residentes do lugar da Illa. As *cabanas*, refúgios em que pernoitavam os pastores, de forma circular, construídas em pedra sobreposta, cobertas em abóbada por blocos de granito em forma cónica e recobertos por torrões, estavam próximas dos *currais*, isto é, das *cercas*, em que todos os fins de tarde se reuniam os bovinos, constituem, actualmente, vestígios que memorizam tempos muito difíceis vividos pelos habitantes mais idosos⁵⁴⁴ (Fig. 22, p. 219).

Memórias desses tempos difíceis, também, com uns bons sessenta anos, perduram nos residentes mais idosos de S. Xes de Vilariño, em que os *currais*, precisamente o *Curral Novo* e o *Curral Velho*, distanciados, aproximadamente por um quilómetro, em plena Serra do Labreiro, próximo da fronteira e sensivelmente a uns dois quilómetros da freguesia da Fraga, materializam (Fig. 22, p. 219).

Os *Currais*, o *Novo* e o *Velho*, correspondem na “serra alta” a “baixos abrigados”, ou, sejam, a *chairas*, onde se reuniam, também no período estival e ao fim da tarde, os bovinos, sempre adultos, sem qualquer vedação a delinear o espaço de descanso nocturno⁵⁴⁵. Próximo, a *cabana*, de forma circular, que “aproveitava” a estrutura de uma rocha granítica, com cobertura em ramos e torrões, e o chão forrado por carquejas e fetos envolvidos pelo *mandils*, a crossa feita de junco, sobre a qual pernoitavam os pastores, no período estival.

Se o estado actual dos abrigos⁵⁴⁶ é a completa degradação existem vestígios, pelo menos, no *Curral Novo*, de acordo com um residente do lugar de Senderiz, que no sentido de

O abandono da agro-pastorícia verificou-se bem mais cedo na Galiza, relativamente, a Portugal, pelo que se torna muito difícil encontrar residentes, que, ainda, se recordem das construções associadas ao pastoreio na *serra*. Contudo, estamos convictos, pelas conversas múltiplas e variadas que travamos, que a “regra usual” na margem esquerda galega, era o gado pernoitar durante todo o ano no lugar.

⁵⁴³ - Designação local dos recintos delimitados por muros de granito emparelhado, de pequena altura, que se destinavam à recolha nocturna do gado.

⁵⁴⁴ - Não nos foi possível observar estes *sítios*, em virtude da inacessibilidade resultante do estado em que se encontra a manta vegetal, como nos informaram os habitantes, quer de Olelas, quer da Illa.

⁵⁴⁵ - "(...) Cuando llega el verano y se agotan los pastos cercanos a los pueblos, se reúne el ganado de todos los vecinos dejando solamente el que se precisa para las labores del campo, y se lleva a las partes altas de la sierra, en donde hoy se encuentran los llamados *curral vello* y *curral novo* dos bois, y allí permanecen durante los grandes calores, cuidados y vigilados por vecinos que se turnan que pernoctan en chozas construídas al efecto, aprovechando casi siempre amontonamientos naturales de rocas (...) Esta norma la siguen todos los pueblos de la falda del Labreiro (...)".

Fernández, J. Lorenzo, 1947, "Antiguas habitaciones de pastores en la sierra del Labreiro" in *Cadernos de Estudos Galegos, Tomo III*, pp. 360-361.

⁵⁴⁶ - Apesar do nosso interesse em nos deslocar a estes *currais*, de imediato, fomos desanimados pela população, em função do estado, praticamente, inacessível dos caminhos e carreiros, que conduzem até eles, em virtude da densidade da manta vegetal.

“matar” saudades dos seus primeiros anos de vida, se envolveu no Verão de 2002 numa autêntica aventura pela descoberta das sendas, agora, mascaradas pela pujança da cobertura vegetal, mas que sabia, que o levariam à *chaira*, apesar de lhe ter demorado, praticamente um dia, quando, nos outros tempos, as percorria em cerca de duas horas.

Mas, outras construções peculiares, cuja mancha constituem verdadeiros povoados, também, justificadas pela agro-pastorícia, proliferam na serra da Peneda, com o Soajo a assumir uma posição de destaque (Fig. 22, p. 219).

Assim, apesar de todos os esforços em aumentar a área cultivada, os valores da produção agrícola, também, exigiam, que o soajeiro conduzisse o gado (bovino e cavalari) para pastagens mais altas, concretamente, na Primavera/Verão, período em que as condições meteorológicas o permitiam e se processava nas parcelas envolventes das aldeias e das respectivas *verandas*, o ciclo vegetativo das culturas de Verão.

Como marcas de um sistema agro-pastoril, que vigorou até há umas quatro a cinco décadas, encontramos na paisagem, a altitudes superiores a 1000 metros, os *poulos*, designação local das áreas correspondentes aos cimos aplanados e “abrigados” da serra, sempre com uma surgência de água límpida e cristalina, que brota e alimenta um manto, sensivelmente contínuo de lande, que se desenvolve sobre uma fina película de água, a que qualquer admirador da *serra* não pode ficar indiferente, pois, o simples caminhar é suficiente para que os pés fiquem humedecidos, mesmo que se esteja em finais de um mês de Agosto.

Os *poulos* espaços aplanados e “abrigados” em plenos *timos da serra*, ostentam construções *sui generis*, os *cortelhos* e as *bezerreiras*, que tinham como funções abrigarem nas noites muito frescas de Verão, respectivamente, os pastores, que faziam a vigilância do gado e dos respectivos vitelos.

Aqueles, os *cortelhos*, eram construções muito elementares, assentes nos rochedos vigorosos, de paredes circulares, constituídas por lajes e blocos simples de granito sobrepostos. A cobertura, quase sempre de forma cónica, era constituída por pedras de granito, também, sobrepostas e, em casos esporádicos, por uma “argamassa” de torrões, que alternavam com blocos irregulares de granito, enquanto o *chão*, forrado de carquejas e “queirogas”, servia de leito para descanso do pastor. Com largura e altura exíguas⁵⁴⁷, os *cortelhos* podiam apresentar uma única divisão ou três compartimentos. Neste caso, o principal funcionava como “quarto de dormir” e, em posição contígua, de cada lado, a cozinha e a cobertura para resguardo da lenha utilizada, quer no amanho das refeições, quer nas

⁵⁴⁷ - A altura varia conforme as unidades. Assim, se em alguns *cortelhos* uma pessoa pode manter-se em pé, na parte central, outros existem em que manter essa posição é, quase de todo, impossível.

fogueiras feitas na própria “divisão de dormir”, como defesa das temperaturas baixas, que se fazem sentir, mesmo nas noites de Verão.

De cada um dos lados do *cortelho* emana um muro em pedra, relativamente baixo, que contorna e fecha uma pequena área, a *bezerreira*, destinada à recolha dos vitelos, que sendo os animais mais frágeis, tornava-se necessário proteger das feras, por princípio, o lobo. A mãe, a *vaca parida*, não se afastava da *cria*, mas, deitava-se do lado de fora, o mais próximo possível da *bezerreira*, o recinto mais seguro, pois situava-se contígua aos *cortelhos*, onde pernoitavam os pastores.

Mais afastado, distribuía-se pelo *poulo* o restante gado, de modo irregular e sem qualquer vedação, mas, suficientemente próximo, para assim, se resguardar dos animais ferozes. A *bezerreira* desempenhava outras funções, como, por exemplo, abrigar a cabeça de gado doente e, como tal, a exigir cuidados especiais ao pastor, ou, então, o local de ordenha, quando se entendia mugir a vaca que se encontrava a amamentar.

Os *cortelhos* e as *bezerreiras*, propriedade privada, passam, por herança, de geração em geração, e estarão, devidamente, declarados na Secção de Finanças do Concelho e sobre os quais, os respectivos proprietários pagariam tributos, a “*sis*”, até meados da década de setenta do século XX.

À “*vila*” do Soajo pertencem os *poulos* de Chã da Cova e Chã da Cabeça, na serra do Soajo, de Felgueira Ruiva e Chã da Matança, na serra da Peneda, isto é, na cabeceira divisória das bacias dos rios Peneda e Laboreiro (Fig. 22, p. 219).

Evidenciamos o *poulo* da Chã da Cova pela recuperação efectuada num dos *cortelhos*, que emerge num efectivo em deteriorização, ao lado do *poulo*, hoje extensa mancha de pasto para os bovinos em deambulação.

Se actualmente a exemplo dos outros *poulos*, o da Chã da Matança não é utilizado, os habitantes dos lugares dos Ribeiros, de Cima e de Baixo, Baleiral, Tibo e Peneda, espontaneamente, no Verão de 2003, o referiram como “o poulo da vila do Soajo”, onde, além dos *cortelhos*, os soajeiros construíram uma casa telhada, actualmente em ruínas.

As distâncias que separam Felgueira Ruiva e Chã da Matança da “*vila*”, permitem-nos admitir, que estes *poulos* são mais uma referência a confirmar a superintendência da serra da Peneda pelos moradores do Soajo, quando detinham o privilégio real de montaria manifestada, também, em nosso entender, através de outros casos, que, ainda, estão bem patentes na paisagem, embora em degradação e decadência, como é o *poulo* de Seida, que pertence aos moradores de Cunhas, Paradela e Várzea (Fig. 22, p. 219).

A título de curiosidade, conseguimos contar, em Agosto de 2003, como propriedade dos moradores da Várzea trinta e nove *cortelhos* e vinte e dois *bezerreiras*. Não há uma ligação directa entre o quantitativo dos *cortelhos* e o das *bezerreiras*, pois cada agricultor poderia ser proprietário de um efectivo de *bezerreiras* diferente daquele que possuía em relação aos *cortelhos*⁵⁴⁸ Além disso, uma única *bezerreira* poderia abrigar todos os vitelos de um lugar. Também as dimensões não só dos *cortelhos* como das *bezerreiras*, podiam atingir valores dos mais variados. Assim, por exemplo, no *poulo* de Seida (Fig. 22, p. 219), ao lugar da Várzea, pertencerá, a par da *cabana* do povo, onde podiam pernoitar umas vinte pessoas, os outros *cortelhos* particulares, com as mais variadas dimensões, das quais evidenciamos uma das que tinha capacidade para abrigar três adultos e duas crianças. Neste *poulo*, a área destinada aos animais adultos era, relativamente extensa⁵⁴⁹ e distanciava-se uns 100 metros em relação aos *cortelhos e bezerreiras*.

Se, actualmente o Soajo e a Peneda, ainda, apresentam com uma certa evidência estas construções, embora degradadas, porque foram votadas inexoravelmente às variações meteorológicas, para a freguesia da Gavieira, elas não são significativas, ou melhor, não existiriam, pois os vitelos recém-nascidos desenvolviam-se na *veranda* onde se praticavam as culturas e só partiam para as pastagens “altas”, quando gado adulto, logo, capaz de se orientar na busca da fonte, do alimento e de resistir aos dias cálidos e às noites bem frescas, sem necessidade da presença do pastor.

Há evidenciar na bacia do Ramiscal⁵⁵⁰ um espaço de pastagens abrigadas pelo encaixe das vertentes da corga do mesmo nome, isto é, do Ramiscal, que o gado de Rouças usufruía no Inverno, de Setembro a Abril/Maio⁵⁵¹ e cujo acesso se fazia por um caminho que se fechava, quando os animais atingiam o fundo do vale, existindo para resguardo nocturno dos pastores uma *cabana*, ou melhor, um *cortelho*, o de Porto Cavado, e um *lapigo*⁵⁵², o do Tojal.

Relembramos os residentes de Tibo, que defrontados com a necessidade de espaços amplos de pastagens para os seus animais, construíram *cortelhos* em Tieiras, no Curro da Velha e no Canto do Corno, construções rudimentares, hoje, totalmente em decadência, ou melhor em ruínas (Fig. 22, p. 219).

⁵⁴⁸ - O número de *cortelhos e bezerreiras*, assim como as respectivas dimensões dependem do estatuto económico e social do respectivo proprietário. Assim, em Seida, foram-nos mostrados os *cortelhos* que pertenciam às famílias mais ricas, que eram em maior número e, também, de dimensões mais assinaláveis.

⁵⁴⁹ - Quando lá estivemos, apesar de não a medirmos, ficamos convencidos que poderia pousar uns três helicópteros, no mínimo.

⁵⁵⁰ - Elementos integrantes da área de pastagens da freguesia de Cabreiro.

⁵⁵¹ - Se os *terrenos* são propriedade dos moradores da freguesia limítrofe de Cabreiro, os habitantes de Rouças têm o usufruto das respectivas pastagens, pelo que na época invernosa o gado descia aos sítios mais abrigados e aí permanecia até aos alvares da Primavera, altura que voltava aos cumos mais elevados.

⁵⁵² - Abrigos escavados no subsolo, cuja abertura pode ser fechada por uma porta em madeira.

No Inverno, período em que as pastagens escasseavam, deslocavam os seus animais para a vale do Peneda, ou seja, para a vertente bem exposta a sul, a da Saramagueira, onde emergiam os *cortelhos* a as *lapas*⁵⁵³, nomeadamente a *lapa grande*, em que pernoitavam os pastores nas longas noites de Dezembro/Janeiro (Fig. 22, p. 219).

Lapas e formas curiosas que blocos de granito dispostos de modo casual sugerem às mentes mais criativas, como, por exemplo, determinados tipos de animais⁵⁵⁴, distribuem-se com uma certa densidade por todos os altos cimos limianos e que as populações, sempre, utilizaram como protecção, não só dos rigores climáticos, enquanto guardavam o gado, mas em situações de perseguição, como as vividas pelos galegos, quando da Guerra Civil de 1933/36, ou, então, nas décadas de cinquenta/sessenta, quando o emigrante luso partia clandestino e esperava “luz verde”, por parte do “passador”, para atravessar a fronteira.

Os abrigos, os naturais sob a forma de *lapas*, ou de meros rochedos, e os construídos, simples refúgios que os pastores se sentiram obrigados a erigir, matizam de forma irregular, mas densa, os altos cimos das *serras* limianas.

Relembremos, então e em nota de síntese, na serra do Laboreiro os vestígios de aglomerações⁵⁵⁵, que destinar-se-iam a refúgios dos pastores e *cercas* para os gados, que pastavam durante o período estival no manto espesso de lande, mas, muito possivelmente, abandonadas no século XVI⁵⁵⁶, e os *Currais*, o *Novo* e o *Velho*, utilizados até há uns sessenta anos, enquanto na vertente sul da Peneda, proliferava uma variedade de *cabanais* pastoris⁵⁵⁷, das quais destacamos nos *poucos* do Soajo os *cortelhos* e as *bezerreiras*, e nos *currais* da Amarela⁵⁵⁸ as *cabanais*, predominantemente de forma circular, que voltamos a encontrar nos Montes de St^a Eufémia e do Quinxo (Fig. 22, p. 219).

⁵⁵³ - Formas constituídas por blocos imponentes de granito, cuja disposição permitia uma entrada, em que se sobrepõe uma rocha, que funciona de falso telhado e cujo interior era utilizado pelos pastores para se resguardarem do frio da noite, das chuvadas e temporais que, por vezes, os surpreendiam em plena época de Verão. Podem apresentar a “marca” do homem, quando este resolve “fechá-las” através de um muro, que encerra com uma porta construída em madeira.

⁵⁵⁴ - A população da Gavieira justifica o nome da Portela do Lagarto pela forma, que um penedo de grandes dimensões sugere, a de um lagarto, quando observado a determinada distância e posição..

⁵⁵⁵ - Porcariças, Malhadoiro e Ramalhosa.

Fernandez, J. Lorenzo 1947, “Antiguas Habitaciones de Pastores en la Sierra del Laboreiro” in *Cadernos de Estudos Galegos, Tomo III*, pp. 341-349.

⁵⁵⁶ - Fernandez, J. Lorenzo, 1947, “Antiguas Habitaciones de Pastores en la Sierra del Laboreiro” in *Cadernos de Estudos Galegos, Tomo III*, p. 357.

⁵⁵⁷ - Na serra do Soajo, isto é, na vertente sul da serra da Peneda encontram-se “(...) desde o abrigo troglodítico, cavado nos granitos podres, até à cabana de planta circular, toda uma série de curiosas construções, que servem de abrigo temporário a pastores e por vezes aos seus rebanhos”.

Dias, Jorge, 1950, “Abrigos pastoris na Serra do Soajo” in *Extracto do Vol. XII, fasc. 3-4 dos Trabalhos de Antropologia e Etimologia*, p. 2.

Dias, Jorge, 1947, “Las Construcciones Circulares del Noroeste de la Península Ibérica y las Citanias” in *Cadernos de Estudos Galegos, Tomo III*, pp. 173-194.

⁵⁵⁸ - Nos cabeços da serra Amarela encontram-se outras construções, de tipo arcaico, formadas por grandes lajes dispostas de modo a orientar as portas para nascente, cuja origem e função estão, ainda, por descobrir, não se pondo de parte a hipótese de terem sido as casas de uma veranda há séculos abandonada.

Dias, Jorge, 1946, “As Casarotas na Serra da Amarela, Construções Megalíticas com uma Inscrição”, in *Extracto do fascículo I do vol XI dos “Trabalhos de Antropologia e Etimologia”*, 9 p.

Assim, de forma dispersa, *cortelhos*, *cabanas*, *lapas* e *recintos*, (*currais* e *cercas*) delimitados, ou, não, por muros, muitas vezes caídos, de granito escuro, se distribuem irregularmente, mas, de certo modo, intenso, pelos cimos do Lima raiano, que as populações relacionam, nomeadamente na Gavieira e em Castro Laboreiro, com a necessidade das gerações mais velhas, encontrarem outros espaços⁵⁵⁹, embora esporádicos, de cultivo, os *lavores*, porque a sobrevivência da família, assim o exigia, e, posteriormente aproveitados como *poulos*. Desconhecemos a idade destas formas de aproveitamento do espaço tão peculiares, mas, provavelmente, muitas delas serão contemporâneas da Reconquista⁵⁶⁰.

Outro elemento construído, que testemunha a dimensão dos fluxos estabelecidos, pelas populações em toda a área em estudo e ao longo dos séculos, independentemente das dificuldades e obstáculos dos caminhos e caminhadas, traduz-se no *fojo*⁵⁶¹, o baluarte da luta sem tréguas dada ao inimigo principal, o lobo. Se a rede de fojos é importante, o que evidencia o peso da pastorícia na economia familiar, encontram-se, de um modo geral, em pleno estágio de degradação, em virtude da meteorização.

Fluxos originados, por motivos dos mais variados, mas que se materializaram numa rede densa de sendas e carreiros tortuosos, muitas vezes, de pendor acentuado, que, na serra Amarela se encontra, devidamente, sinalizada pelas *guias*⁵⁶², autênticos “sinais de trânsito”, mas, bem reveladores das dificuldades, inclusive de orientação, sentidas, mesmo pelos caminhantes mais habituados a esta paisagem serrana⁵⁶³.

De uma forma muito global, diremos que as condições biogeográficas condicionaram as atitudes e comportamentos das diferentes comunidades, que, embora isoladas, tiveram em comum, as deslocações pendulares diárias e sazonais, através das extensas áreas montanhosas, que se materializaram numa paisagem agro-silvo-pastoril, que tem como núcleo principal o lugar/aldeia em interacção com outras formas de ocupação do solo, construída, cultivada ou pastoreada, a níveis de altitude distintos, que se tornou decisiva nas peculiaridades, que caracterizam o *habitat* agrupado de este Lima raiano.

⁵⁵⁹ - Em Castro Laboreiro e na Gavieira, residentes na casa dos setenta e oitenta anos, mencionaram-nos, espontaneamente, outros espaços de cultura, posteriormente áreas de pastagens, sempre a altitudes elevadas, que os pais amanhavam, porque havia "muitas bocas para alimentar na família e a produção no lugar era pouca".

⁵⁶⁰ - Se as justificarmos em função da cobertura vegetal espontânea, a lande, apesar das opiniões divergentes daqueles investigadores, que associam os *cortelhos* e *cabanas* às construções proto-históricas e castrejas.

⁵⁶¹ - Espécie de "cadafalso" destinado a apanhar o lobo a contra fé. Situa-se sempre numa vertente de forte declive, limitado por duas paredes, que correm segundo a inclinação da respectiva vertente e "afunilam" numa espécie de tanque bem fundo, camuflado por ramagens, para onde o lobo era encurralado, ao toque de latas e latidos caninos, para ser morto a tiro de caçadeiras. Após a façanha concluída, as caçadeiras disparavam para o ar, anunciando à população, que ficara na aldeia, o bom termo da missão.

⁵⁶² - Montículos de pedrinhas estrategicamente colocadas nas margens dos carreiros e caminhos sinuosos, que indicam, ou ao transeunte não habituado com a "serra", ou ao pastor em dias de nevoeiro, a direcção a seguir.

⁵⁶³ - Não encontramos, qualquer tipo de sinalização, nos caminhos, também, difíceis e isolados da margem oposta, isto é, na serra da Peneda.

Reflexões conclusivas

Qualquer tipo de abordagem sobre a organização territorial da área em estudo exige que se tenha em consideração um vasto e amplo conjunto de factores, dos quais salientamos os de âmbito geomorfológico, bioclimático e os da necessidade de sobrevivência, determinantes nos modos de vida, que, paulatinamente, as diferentes comunidades foram implementando, de acordo com as capacidades de utilização dos recursos proporcionados.

Ao caracterizar-se, em termos geomorfológicos, por maciços montanhosos, drenados por redes hidrográficas, que correm velozmente em vales estreitos e profundos, o “nosso” Lima raiano apresenta uma paisagem, acidentada, mas detentora de formas muito variadas, das quais salientamos as vertentes com boa exposição geográfica, as voltada para Sul, cujos patamares, a diferentes altitudes (entre os 100 e valores superiores a 1000 metros), a serem preferidos pelas populações para construção dos respectivos lugares, os edificadas, e, ou, os cultivados, ou, meramente, prados.

Os solos destacam-se, pelas extensões que ocupam, os arenosos e pouco espessos, resultado de processos erosivos glaciários e periglaciários na rocha mãe, que é o granito, em que se desenvolveu uma vegetação espontânea e rasteira, a lande, com o predomínio das ericáceas, em contraste com os mais férteis, mas muito limitados, a incidirem, preferencialmente nas rechãs.

Apesar do ambiente natural não ser favorável, encontramos na área em estudo, vestígios de civilizações, como a megalítica, ou, a castreja, a romana, ou, a árabe, em que os problemas de defesa estiveram bem presentes, como se pode inferir na opção pelo lugar, cuja posição permitisse coordenar e controlar as portelas, os vaus e, logicamente, as principais redes viárias peninsulares.

Contudo, são as estruturas defensivas com função exclusivamente militar e contemporâneas do advento da Reconquista Cristã, os castelos, que se tornam imprescindíveis na compreensão do território em estudo.

Ao castelo competia assegurar a protecção e a defesa de áreas relativamente extensas, muitas vezes, em coordenação com outros castelos limítrofes, pelo que estabelecia uma interacção forte com as comunidades, tornando-se o verdadeiro pólo dinamizador das áreas que protegia, como era o caso do castelo de Aboim da Nóbrega, que superintendia directamente o do Lindoso, em coordenação tácita com o de Castro Laboreiro.

A par da questão defensiva impunha-se na Idade Média o da fixação e humanização de novos espaços, em que a acção dos Mosteiros se mostrou decisiva, como foi o caso do de

Celanova, em relação à Serra do Laboreiro, sem esquecermos o de Ermelo, nas serras Amarela e da Peneda, apesar da grande lacuna na informação.

As populações atraídas pela protecção, respectivamente do castelo e do Mosteiro, tenderiam a fixar-se não só nas suas áreas de influência directa, como nos solos mais férteis, os depósitos de sopé e de aluvião, que cobrem as rechãs, proporcionando-lhe recursos, que, apesar de tudo, eram reduzidos, mas capazes de fixarem o agregado familiar.

A pressão demográfica, as exíguas produções agrícolas e a própria influência colonizadora do Mosteiro incentivavam a busca de novos espaços, que, existiriam nos patamares e *plainos* superiores da *serra*, entendendo-se deste modo a humanização da *serra* do Laboreiro, que teria como pólos dinamizadores as abadias de St^a Maria Real de Entrimo, St^a Cruz de Grou e San Martín de Grou, Domínios Directos do Mosteiro de Celanova (Fig. 3, p. 37).

A necessidade de sobrevivência obrigaria, assim, o limiano de raia a percorrer, minuciosamente, as extensas áreas montanhosas, mesmo as mais recônditas, e arquitectar esquemas de humanização, que melhor rentabilizassem os recursos do sítio escolhido.

Gradualmente, uma rede de fluxos foi gizada, cuja intensidade e perenidade dependeria das potencialidades oferecidas pelos *sítios* em interacção, o lugar principal e aqueles, também, marcados por construções, relativamente laboradas, como as *verandas* da Gavieira e as do Soajo, ou, então, simples e rudimentares, como os *poulos* do Soajo, ou, os *currais* e *cabanas* da Ermida e do Lindoso, de Olelas e da Illa, da Fraga e San Xes (Fig. 23).

Quando as condições do lugar, nomeadamente, as climáticas, não favoreciam a fixação das comunidades nos doze meses do ano estas reagiram com um esquema imaginativo e criativo, o do "duplo" povoamento, expresso nas *verandas* e *inverneiras*, em Castro Laboreiro (Fig. 23).

Uma observação cuidada (Fig. 23) permitir-nos-á entender que a organização territorial dos espaços e paisagens em estudo, principalmente os lusos, só poderá ser questionada se tivermos em atenção a multiplicidade e variedade de movimentos gerados pelas actividades que as populações a partir da aldeia principal e em períodos específicos do ciclo agro-pastoril incrementaram e dos quais resultou formas de povoamento peculiares que se distinguem, pelos patamares de altitude a que se localizam, pelos períodos em que eram habitados, ou pelo tipo de trabalhos desenvolvidos, resultando uma matriz densa de fluxos dinamizadora de toda a *serra*.

A paisagem limiana de raia esquematiza esta matriz de fluxos, uns sazonais, outros, permanentes, numa rede viária constituída por sendas e carreiros tortuosos e declivosos, que

Fig. 23 – Lima raino: Formas de povoamento geradas pelas deslocações sazonais, em meados do séc. XX

apenas o pastor e as cabras conseguiam calcorrear, pelo caminho largo, porque permitia a circulação da mula com a carga, ou, em casos mais raros, o carro de bois, que nas madrugadas de Verão, fazia o transporte das produções agrícolas para os outros lugares, normalmente, os mais habitados (Fig. 23).

Sistema de fluxos que desapareceu nas últimas décadas do séc. XX em virtude das profundas alterações no *modus vivendi* das populações. Comunidades atingidas pelo forte êxodo rural de há, sensivelmente, seis décadas, assistiram a uma redução acentuada dos seus elementos, que, no séc. XXI, fazem depender os seus rendimentos, principalmente, das reformas conseguidas, após árduos e longos anos de trabalho no exterior.

Hoje, uma rede de estradas "novas", embora sinuosas, interligam, de modo fácil, todos os núcleos, além de permitirem a aproximação rápida e confortável aos centros de Ourense e de Braga, "substituí" a tradicional rede viária, em grande extensão obstruída pela manta vegetal, que cresce livremente.

Também as construções "novas" alteraram, ou, talvez melhor, modificaram a planta urbana dos respectivos povoados, por terem sido implementadas, com predominância, ao longo das novas vias asfaltadas, dando origem a que o núcleo "antigo" compacto se continue, mas, quase sempre sob a forma de "tentáculos", com comprimento e densidade variáveis.

Em qualquer aldeia, facilmente se distingue o núcleo antigo, ancestral, com as casas que coalescem ao longo de caminhos, estreitos e sinuosos, uns, autênticas ruas, com pavimentos em blocos de granito, como no Castelo e Parada, no Lindoso, ou, na "vila" do Soajo e na Vila, em Castro Laboreiro, outros, revestidos por uma "mistura" de areia e asfalto, como nas aldeias galegas, ou, muito simplesmente, em terra batida, das manchas urbanas modernas dispostas ao longo dos eixos viários principais, sempre, asfaltados, em que a residencial emerge do quintal e jardim que a envolve (Fig. 10, p. 145).

Na primeira década do séc. XXI, as habitações contrastam entre a reconstruída, que rigorosamente sustenta a traça e materiais de raiz, a "adulterada", quer na planta original, quer na gama e densidade dos materiais modernos aplicados, a devoluta, muitas das vezes a exercer a função de armazém para feno e aquela que, simplesmente, entrou em ruína, restando as pedras que se amontoam num *chão*, antigo rés-do-chão, que acolhia os animais e armazenava alfaias e produtos agrícolas.

São, contudo, as moradias construídas de raiz, ou, restauradas, que, nas últimas décadas, animam as aldeias, porque lhes estendem, paulatinamente, a mancha construída, porque as matizam com os tons do granito, do reboco e dos telhados, porque, cada vez mais, valorizam a imponência e beleza das paisagens em estudo.

Aldeias, que na primeira década do séc. XXI, materializam um outro sistema de fluxos, o do mercado da mão-de-obra internacional, porque os seus naturais indo ao encontro dos lugares com potencialidades de emprego as interligaram a centros como Paris, Nova York, ou, Toronto, tornando-as os *nós* de um modelo global, que é virtuoso, porque proporciona rendimentos aceitáveis aos seus patrícios, mas, simultaneamente "perigoso" pela aculturação, que ameaça a respectiva matriz identitária.

Apesar das profundas alterações, recentemente, registadas, a paisagem do Lima raiano, pela complexidade que comporta, ter-se-á de entender na base de esquemas territoriais distintos pelo tipo de adversidade, que as comunidades tiveram, por si, de ultrapassar, mas que, no seu conjunto, se tipificam num único modelo organizacional, o do sistema de interações, gerador de fluxos multisseculares, que, gradualmente foram marcando os territórios, em função das potencialidades agro-pastoris, o que justifica a dinâmica territorial traduzida, ora, na fixação do grupo e respectivo enraizamento, ora, no abandono do lugar, do que resultou peculiaridades muito curiosas de um mesmo tipo de *habitat*, o agrupado.

Esquemas de organização territorial, hoje, em desuso e decadência, porque novas redes se implementaram, as resultantes da nova divisão social do trabalho, que, apesar de tudo, mantêm em evidência a peculiaridade de um povoamento serrano, cujo património ambiental, cultural e construído urge preservar e potencializar.

**PARTE II – PERFIL EVOLUTIVO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO
(SÉCS. XVIII-XXI)**

Capítulo 3 – O universo dos residentes

Introdução

Mais do que efectuarmos, neste momento do trabalho, um estudo exaustivo sobre as dinâmicas populacionais da área em estudo, porque entendemos que extravasa os objectivos que nos propusemos atingir, limitar-nos-emos a reflectir sobre indicadores de índole demográfica, criteriosamente seleccionados e que, em nossa opinião, se tornam indispensáveis na compreensão das atitudes e comportamentos assumidos pelas populações perante um território com o qual, desde sempre, se confrontaram.

Norteados por estes pressupostos, uma gama de dificuldades se nos depararam pelo facto de pretendermos trabalhar com indicadores referentes a unidades administrativas cujo conceito e conteúdos diferem nos dois países como, por exemplo, os que envolvem a freguesia e o concelho.

Enquanto na Espanha a unidade administrativa oficial de menor dimensão corresponde ao concelho⁵⁶⁴, em Portugal reporta-se à freguesia, dois conteúdos espaciais de difícil equivalência, em virtude, por exemplo, da discrepância nas respectivas dimensões.

Na Espanha existe a paróquia, unidade religiosa *grosso modo* a freguesia, com dimensões, em termos globais, mais limitadas comparativamente com a portuguesa, mas, que o trabalho por nós efectuado junto das populações nos permitiu considerar, quando constatávamos a inexistência de discrepância acentuada na correspondência dos conteúdos seleccionados.

Além da unidade administrativa, que é o concelho, adquire importância em Espanha, como acontece em Portugal, as entidades singulares, que são, genericamente, os lugares, as aldeias, pelas quais se distribui em pequenos grupos a população, que em virtude da problemática da "confidencialidade dos dados", quase sempre apresentada pelas entidades oficiais espanholas, quando por nós contactadas, nos impediu a referência e ilustração estatísticas para muitas destas unidades territoriais estudadas.

Um outro aspecto curioso, que não prescindimos em evidenciar, pela importância de que se reveste na leitura interpretativa que pretendemos efectuar, relaciona-se com a desagregação da informação de índole demográfica, quando se consideram unidades territoriais, como são as secções e as subsecções.

⁵⁶⁴ - No concelho a população distribui-se por "células de povoamento", ou seja, pelos lugares, pelas aldeias, por exemplo.

Labrador, Alberto Pazo; Solla, Xosé Manuel Santos, *Poboación e Territorio, As parroquias Galegas nos últimos cen anos*, 1995, Ed. Difux, S.L., Santiago de Compostela, p. 9.

Se em Portugal variáveis do recenseamento de 2001 são publicitadas à escala de subsecção, unidades territoriais relativamente de pequena dimensão, em Espanha o mesmo tipo de informação encontra-se divulgada à escala de unidades, que são as secções e que podem abranger territórios tão vastos, como o de um concelho, o da Lobeira⁵⁶⁵, por exemplo. (Fig. 24).

Se para os concelhos de Entrimo⁵⁶⁶ e de Lobios⁵⁶⁷ foram consideradas, respectivamente, duas e três unidades sectoriais, a extensão territorial que abrangem não permite que trabalhem no nível de observação, que, desde o início dissemos pretender investigar.

Relembramos que um dos objectivos primordiais que nos propusemos atingir nesta investigação implica um grau de pormenor no estudo dos fenómenos, que não se compadece com a "globalidade" com que a informação espanhola é publicitada, de acordo com o conceito de secção, ao que se acrescenta a inviabilidade de uma leitura comparativa das realidades territoriais em ambos os países (Fig. 24), motivos que entendemos serem suficientes para não efectuarmos este tipo de abordagem, ou seja, abordar os fenómenos demográficos segundo a informação proporcionada, quer pela secção, quer pela subsecção, independentemente do país em que se insere a área que pretendemos estudar.

Contudo, estas razões não implicam que deixemos de questionar, no que concerne ao recenseamento português, os critérios que foram utilizados na determinação de conceitos como o de *residual*, expressão que, por princípio, pode englobar extensas áreas de montanha, com altitudes a ultrapassarem os 1000 metros, quando, apenas, incluem, por exemplo, uma família constituída por três elementos, que residia numa habitação situada a escassas centenas de metros do núcleo principal, o da Peneda e à cota próxima dos 650 metros (Fig. 24).

Por outro lado, encontramos-nos perante áreas onde nas últimas décadas a construção de novas habitações proliferou com os proprietários, ou, por motivos de facilidade na aquisição de terrenos, por princípio cedidos em condições muito vantajosas pela Autarquia, ou, por questões de acessibilidade, frequentemente a optarem, em detrimento da casa paterna situada em pleno núcleo ancestral, por outros sítios para a residência. Constituem-se, assim,

⁵⁶⁵ - Na folha electrónica do Instituto Nacional de Estatística espanhol, o concelho da Lobeira surge com os códigos do concelho (32041 Lobeira), (Distrito 3204101), Secção 3204101001, com um total de 1193 habitantes.

Fonte: www.ine.es

⁵⁶⁶ - Na folha electrónica do Instituto Nacional de Estatística espanhol, ao concelho de Entrimo foi atribuído os códigos do concelho (320030 Entrimo), (Distrito 3203001), secção 3203001001 (771 habitantes) e (Distrito 3203002), secção 3203002001 (671 habitantes).

Fonte: www.ine.es

⁵⁶⁷ - Na folha electrónica do Instituto Nacional de Estatística espanhola o concelho de Lobios surge com os códigos (32042 Lobios), (Distrito 3204201) e secção 3204201001 (1129 habitantes), secção 320420002 (718 habitantes) e secção 320420003 (776 habitantes).

Fonte: www.ine.es.

Fig. 24 Lima raiano: População por subsecções lusas e secções espanholas (2001)

novos lugares habitados, mas, bem referenciados por uma toponímia, que, por ser secular, está bem presente na população local. Contudo, o recenseamento insere-os os novos lugares habitados, numa extensa área, a subsecção, que, por exemplo, no Castelo do Lindoso tem como limites a fronteira política.

Fundamentados no trabalho minucioso que efectuámos junto das populações outros exemplos, nomeadamente em Castro Laboreiro⁵⁶⁸, poderíamos apresentar, mas entendemos que os casos questionados serão suficientes para interrogarmos o tipo de trabalho de campo fomentado pelas entidades responsáveis na consecução do recenseamento, cuja expressão imediata se traduz nas delimitação das áreas que viriam a constituir, a subsecção, nomeadamente a *residual*, mas que decidimos não desenvolver por não corresponder a qualquer um dos objectivos desta investigação.

Limitamo-nos, simplesmente, a evidenciar o nosso trabalho de campo como um alerta para a necessidade constante em questionar as interpretações que, logicamente os indicadores estatísticos oficiais permitem, mas cujas "desarticulações" com a realidade territorial passam despercebidas a qualquer investigador que se limite à manipulação de dados, que considera inteiramente fiáveis por serem oficiais.

Apesar de todas as dificuldades, que muitas delas não conseguimos ultrapassar, esforçamo-nos em laborar uma leitura global para os territórios de ambas as nacionalidades, tendo em atenção as problemáticas decorrentes dos diferentes critérios e normas em vigor, de modo a não escamotear as questões de índole demográfica e territorial em estudo.

De acordo com as Fontes conseguidas, recuámos no tempo e esboçámos quadros demográficos para o período pré-estatístico, cujos valores, embora latos, nos permitem aventar ambiências em comunidades, apenas afastadas pelo limiar político multissecular, enquanto para o período censitário moderno utilizámos as Fontes oficiais publicadas, com o cuidado exigido pela divergência nos conceitos, conteúdos e normas vigentes em ambos os países peninsulares.

Preocupámo-nos em laborar, para o séc. XX, uma leitura breve e de síntese sobre a variação dos habitantes limianos e de fronteira, reflectindo, em molde miúdo, o quadro demográfico que caracteriza os lugares raianos em estudo no início do séc. XXI.

Deste modo, na expectativa de conseguirmos uma leitura precisa e objectiva sobre as problemáticas que envolvem estas populações raianas e que se repercutem, de forma

⁵⁶⁸ - Teremos oportunidade de exemplificar esta afirmação ainda, neste capítulo, nomeadamente, com os indicadores publicados pelo *Recenseamento de 2001*, quando classifica como residências secundária e principal, respectivamente as habitações das *inverneiras* e das *verandas*, quando, ainda muitas famílias continuavam a cumprir a tradição, ou seja, a residirem parte do ano, na *veranda* e na *inverneira* correspondente, fechando a casa do lugar que "deixam" por uns meses.

inquestionável, no ordenamento das paisagens e espaços em estudo, recorreremos não só aos indicadores oficiais publicitados para os diferentes lugares pelos recenseamentos de 1910, 1911, 1940, 1960, 1991 e 2001, espanhol e português, como utilizámos, no caso das aldeias lusas, os resultados que obtivemos no período de Junho a Novembro de 2000, quando, pessoalmente aplicámos um questionário sistemático a todos os residentes lusos, afim de conseguirmos obter um conhecimento minucioso sobre trajectórias de vida, cujos actores ultrapassaram os limiares da freguesia e do país, na busca de condições económicas mais atractivas e risonhas.

Se a finalidade primordial do levantamento efectuado se traduziu na obtenção de indicadores objectivos sobre a problemática da mobilidade, nomeadamente, o êxodo rural e o fenómeno migratório, permitiu-nos, também, conhecer, por exemplo, o quantitativo dos residentes nas diferentes aldeias, as respectivas idades, profissões, o grau de instrução, em suma, variáveis tratadas pelo censo realizado, sensivelmente no primeiro trimestre de 2001.

Atendendo a que os dois levantamentos se distanciaram no tempo por um intervalo que atingiria, em valores médios, os seis meses, utilizámos os dados oficiais como meio de aferição dos resultados por nós obtidos (Quadro 3), o que nos permite considerá-los muito fidedignos pelo facto do volume da amostra se apresentar muito próxima do universo em estudo.

As discrepâncias que se observam entendemo-las como o resultado da própria dinâmica da população, verificada no período que separou os momentos dos dois levantamentos, além da utilização de critérios, por ventura, ligeiramente diferenciados, que passamos a exemplificar.

Se por um lado, se trata de uma população com elementos muito idosos, que no momento do recenseamento já teriam sucumbido à lei natural⁵⁶⁹, por outro, há que atender, principalmente ao facto de nos encontramos perante comunidades, cujos membros se caracterizam por um forte grau de mobilidade. É usual que um residente acompanhe um familiar, quando regressa ao país onde trabalha, após as férias⁵⁷⁰ "gozadas", ou então, o emigrante, com muitos anos de labuta no estrangeiro, se decida, quando de férias, pelo retorno, muito provavelmente definitivo.

⁵⁶⁹ - Quando numa das manhãs de Outubro de 2000 chegamos a Tibo, pelas oito horas, de imediato, fomos informados que tínhamos que nos "apressar", pois às duas da tarde, a maioria dos habitantes ir-se-iam ausentar para participarem num funeral de uma habitante na Várzea, aldeia que tínhamos levantado no mês de Agosto anterior.

⁵⁷⁰ - Recordamos, na Ermida, um jovem de dezanove anos que, em Agosto de 2000, aguardava que um irmão "gozasse" o seu mês de férias para o acompanhar a França, onde estava decidido a trabalhar.

**Quadro 3 - Validação dos resultados obtidos junto das populações lusas
(17 de Junho a 13 de Novembro de 2000)**

Freguesias	Lugares	HM a)	HM b)	% c)
Ermelo	Igreja	51	49	
	Vilarinho do Souto	91	77	
		142	126	88,7
Gavieira	Baleiral	46	52	
	Igreja	88	101	
	Peneda	84	79	
	Residual	3	...	
	Rouças	163	127	
	Tibo	62	54	
		446	413	92,6
Soajo	Adrão	86	82	
	Campo Grande	5	3	
	Cunhas	158	129	
	Paradela	104	87	
	Várzea	64	61	
	"vila"	592	519	
	Vilar Suento	87	82	
	Vilarinho das Quartas	63	82	
		1159	1045	90,2
Castro Laboreiro	A-do-Freire d)	19	20	
	Ameijoeira	28	20	
	Campelo	42	43	
	Coriscadas	20	20	
	Curral do Goncalo	13	20	
	Curveira	2	0	
	Eiras	36	40	
	Falagueiras	25	22	
	Formarigo	2	7	
	Laceiras	2	0	
	Padrosoiro	22	31	
	Portela	22	22	
	Portelinha	25	23	
	Portos	36	32	
	Queimadelo	16	17	
	Residual	13	
	Ribeiro de Baixo	51	48	
	Ribeiro de Cima e)	50	54	
	Rodeiro f)	49	54	
Seara	43	50		
Teso	4	8		
Várzea Travessa g)	36	36		
Vido	24	24		
Vila	146	130		
		726	729	1,0
Lindoso	Castelo	216	235	
	Cidadelhe	128	136	
	Parada	192	179	
		536	550	1,02
Britelo	Igreja	201	195	
	Mosteirô	62	74	
	Paradamonte	351	344	
		614	613	99,8
Entre Ambos-os-Rios	Froufe	47	57	
	Igreja	160	171	
	Lourido	141	133	
	Sobredo	90	97	
	Tamente	104	75	
		542	533	98,3
Ermida	Ermida	83	90	
		83	90	1,1
Germil	Germil de Baixo	21	25	
	Germil de Cima	49	43	
		70	68	97,1
Vila Chã (S. João)	Paradela	73	70	95,9
	Portuzelo	45	47	1,04
Cibões	Vergaço	46	48	1,04

a) Resultados do Recenseamento de 2001; b) Resultados por nós obtidos no período de 17 de Junho a 13 de Novembro de 2000; c) HM b)/HM a) x 100; d) Inclui os lugares de Adrofreire e Outeiro; e) Inclui os lugares de Pousios e Ribeiro de Cima; f) Inclui os lugares de Antões e Rodeiro; g) Inclui os lugares de Picotim e Várzea Travessa.

Mas, se estes exemplos são claros e fáceis de identificar tornam-se mais complexas as situações daqueles elementos, que habitam na sua aldeia numa situação de pré-reforma⁵⁷¹, ou, que trabalham no estrangeiro com contratos por um período limitado⁵⁷², regressando enquanto decorre o tempo necessário para a renovação laboral tão desejada, ou, então, aqueles, por princípio septuagenários, que têm os familiares em linha directa no estrangeiro, normalmente na América Anglo-Saxónica e optam por se fixarem, todos os anos, sensivelmente de Março a Setembro/Outubro na aldeia⁵⁷³ que os viu nascer.

Outra situação abrange os estudantes que se ausentam durante o período lectivo⁵⁷⁴, para regressarem no período de férias, ou, após o curso terminado⁵⁷⁵, enquanto não conseguem trabalho, ou, então, os operários na construção civil, que são enviados pelo respectivo empreiteiro para obras em Lisboa, Faro, por exemplo, visitando a família esporadicamente.

Em suma, casos que se evidenciam num universo variado de situações, mas essenciais numa justificação, com substância, dos resultados estatísticos, que, por si, traçam modelos lógicos, mas, cuja leitura exige ser cautelosa, para não se descontextualizar da realidade, que pretendem representar e interpretar.

Cientes destes problemas, preocupámo-nos em minimizá-los com a aquisição de informação através das origens mais variadas, como a fornecida pelas entidades oficiais, além daquela que conseguimos em diálogo directo e profíquo com os residentes para, em seguida, procedermos ao respectivo cruzamento e, assim, delinear as perspectivas de futuro para populações que, desde sempre, labutaram num Lima amigo, mas simultaneamente tão adverso.

3.1. Os lugares e as fontes geodemográficas

Uma variedade de Fontes de índole sociodemográfica encontrámos para o período pré-censitário moderno, mas, com uma leitura comparativa nada acessível, não só porque divergem nos critérios e metodologias utilizadas na obtenção dos respectivos valores, como se

⁵⁷¹ - Casos há, que periodicamente, têm que se deslocar ao país onde trabalhavam e permanecerem algumas semanas, ou, mesmo meses, para, assim, "não perderem os seus direitos". Contudo, considerámo-los residentes em virtude de já não trabalharem efectivamente no país estrangeiro.

⁵⁷² - Estas situações atingiam os habitantes que pretendiam trabalhar em Andorra e na Suíça. Não os considerámos residentes porque, de modo esporádico e "obrigatório" permanecem na sua aldeia.

⁵⁷³ - Não os considerámos residentes.

⁵⁷⁴ - Lembrámos o caso de uma universitária, em Parada do Lindoso, que em Julho de 2000, mês em que efectuámos o levantamento, se encontrava no final da licenciatura, pelo que a considerámos residente, para em Novembro do mesmo ano, já integrar a equipa dos primeiros professores, que foram leccionar a Timor Leste.

⁵⁷⁵ - Situações que, embora, diversificadas têm em comum o facto de o habitante permanecer temporariamente no lugar, o que permitirá considerá-lo residente, num esforço em "travar", mesmo que seja estatisticamente, o despovoamento que caracteriza o lugar.

referem a períodos de tempo com amplitude muito variada e a circunscrições administrativas, por vezes, com difícil correspondência na actualidade.

Apesar de todos estes condicionalismos somos de opinião que uma observação, embora global, dos respectivos valores se torne importante para a compreensão das multisseculares dinâmicas territoriais.

Começemos pelas fontes demográficas, espanholas e lusas, para o período mais recuado, que conseguimos encontrar, o séc. XVI, cujos indicadores, apesar da abrangência, tornam-se pertinentes atendendo ao tempo e territórios a que se repercutem (Quadro 4).

Quadro 4 – Lima raiano: Cômputo dos vizinhos e moradores (séc. XVI)

A – Galiza (1591)

Denominação actual	Pueblos	Vecinos Total a)	Peche-ros b)	Hidal-gos	Cleri-gos
Olelas	Partido de Stª Maria de Olelas	134	128	3	3
Vila (Lobeira)	Partido do qº de Lobeira	225	219	3	3
Grou	Partido do Mosteiro de Grou	102	100	2
Araujo	Partido de Araujo	105	99	2	4
Riocaldo	Partido de Riocaldo	250	244	3	3
Terrachan (Entrimo)	Partido de Yntirmo	392	387	2	3
A área galega em estudo		1208	1117	13	18

a) Veciño: Cabeça de família com casa aberta e estável; b) Contribuintes.

Fonte: *Vecindario de Orense, 1591*, Arquivo Provincial e Historico de Ourense, pp. 413-414.

B- Portugal (1527-1532)

Concelhos	Freguesias	Moradores	Mancebos a)
Nobregua	Brytello	25
	Antre Ambos os Rios	10
	Jermil	6
	San Joham de Vyla Chã b)	43
	Couto de Aboim c)	52
Lindoso	Lindoso	41	30
Soajo	Soajo e Gavieira	92	35
Castro Laboreiro	Castro Laboreiro	100	30
Regalados	Syboes d)	15
A área lusa em estudo		384	95

a) Rapazes solteiros com idades entre 18 e 30 anos.

Integra: b) Os lugares de Paradela e Portuzelo; c) A freguesia da Ermida; d) O lugar de Vergaço.

Fonte: "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século", Julho e Agosto de 1905, *Archivo Historico Portuguez, Vol. III, nºs 7 e 8*, Lisboa, pp. 244, 245, 246.

Se da informação recolhida não é possível efectuar uma leitura precisa, poder-se-á, desde logo, questionar se o universo populacional galego apresentaria valores superiores em relação ao quantitativo luso, facto que se verificaria nos levantamentos e recenseamentos posteriores, nomeadamente nos do séc. XVIII (Quadro 5).

Quadro 5 – Lima raiano: População provável (séc. XVIII)

A- Portugal (1758)

Freguesias	Vizinhos	"Pessoas" a)	Menores
Ermelo	97	241
Soajo	441	1141
Gavieira	107	265
Castro Laboreiro b)
Lindoso	150	417	62 c)+60 d)
Britelo	150	380	40
Entre Ambos-os-Rios	221	519	48
Ermida	26	101
Germil	39	112	11
Vila Chã (S. João) - e)	192	402	...
Vergaço	20
Área lusa em estudo	1 443	3 578	221

a) Pessoas de sacramento; b) Não existe a Memória; c) Menores entre sete e doze anos; d) Menores de sete anos; e) Freguesia que inclui os lugares de Paradela e Portuzelo.

Fonte: *Dicionário Geográfico, 1758, Torre do Tombo, Lisboa.*

B - Galiza (1787)

Denominação actual	"Demarcaciones" a)	TOTAL	Homens	Mulheres
Arauxo (San Martin)				
Arauxo (San Payo)				
Cela e Xéas	ARAUJO	1 276	607	669
Stª Maria Real de Entrimo				
Illa				
Venceás	ENTRIMO	2 760	1 298	1 462
Xendive	GENDIVE	402	188	214
San Mamede de Grou	GROU DE CELANOVA	784	378	406
San Vicente				
San Xés				
Stª Cristina de Montelongo b)	LOBERA	1795	895	900
Stª Cruz de Grou				
San Martin de Grou				
Fraga	Stª CRUZ DE GROU	724	333	391
San Miguel de Lobios				
San Salvador de Manín	TRASPORTELA	621	281	340
Stª Maria do Valle do Rio Caldo	VALLE DE RIO CALDO	362	170	192
A área galega em estudo		8 724	4 150	4 574

a) Denominação atribuída pelo *Nomenclátor de 1787, Floridablanca*; b) Freguesia que não se integra na área em estudo.

Fonte: I.N.E., 1990, *Censo de 1787, Floridablanca*, Madrid, pp. 4249, 4252, 4255.

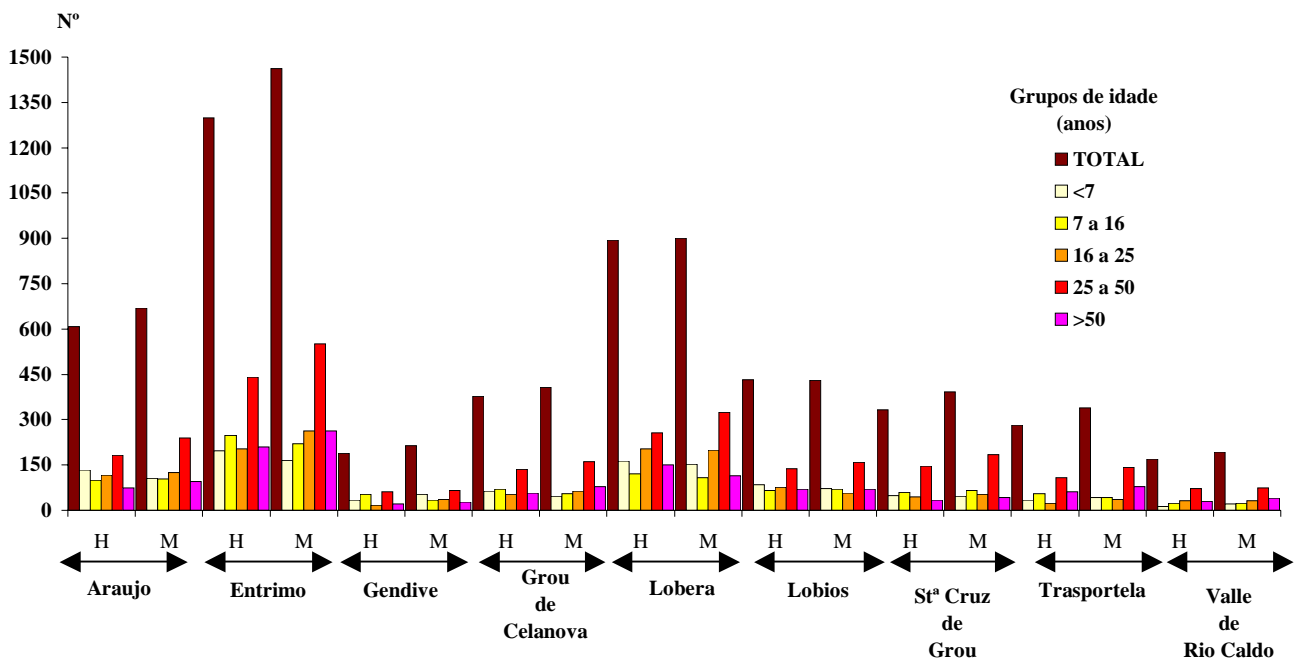
Mais do que leituras comparativas, porque desconhecemos o significado preciso de conceitos utilizados nas Fontes, nomeadamente as portuguesas, a observação de este tipo de valores permite-nos esboçar a distribuição espacial da população, cuja proporção não seria muito diferenciada da verificada nos inícios do séc. XXI.

Se a Fonte lusa, apenas nos permite um cômputo, que entemos ser muito global, dos "vizinhos" e "moradores em idade de sacramento", a Fonte espanhola faculta uma leitura

sobre as idades, estado civil e respectivas profissões dos residentes nas diferentes unidades territoriais.

Assim, por exemplo, pelo facto de os menores de sete anos corresponderem a um efectivo, em princípio superior aos indivíduos com idades compreendidas entre os sete e dezasseis anos, permitir-nos-á aventar elevadas taxas de mortalidade nos mais jovens, a exemplo do que aconteceria com os residentes que atingiam os quarenta a cinquenta anos de idade (Fig. 25).

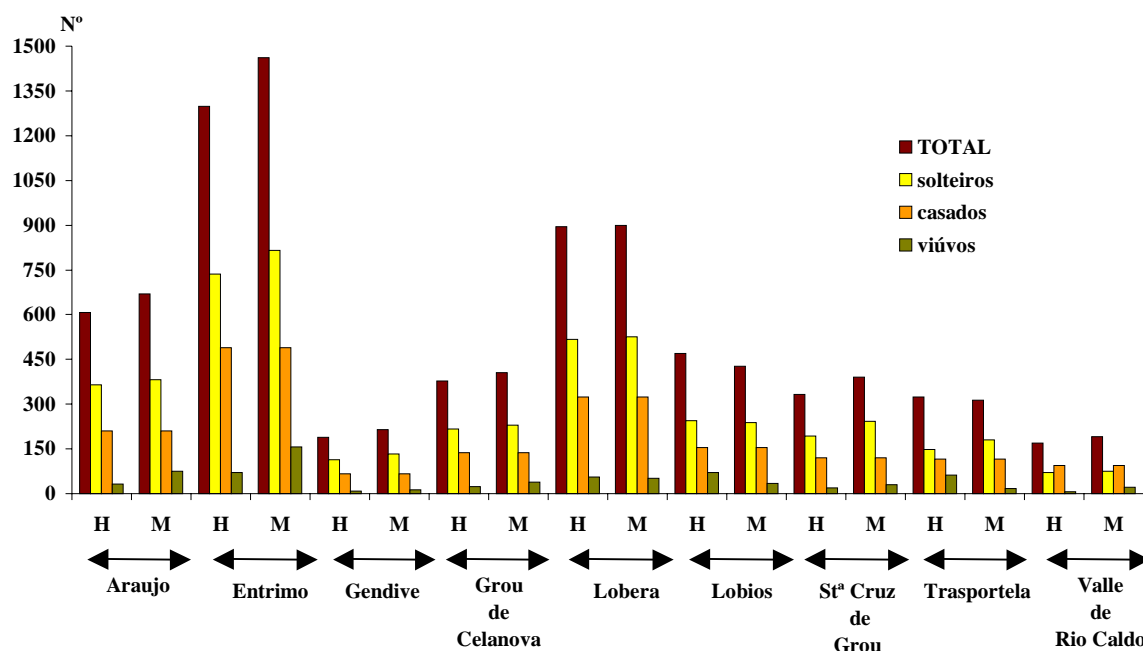
Fig. 25 – Lima raiano galego: População segundo o sexo e grandes grupos etários (1787)



Fonte: I.N.E., 1990, *Censo de 1787*, "Floridablanca", Madrid.

A esperança média de vida baixa poderá, também, de certo modo, ser "corroborada" pelo efectivo, em nosso entender, reduzido dos viúvos (Fig. 26).

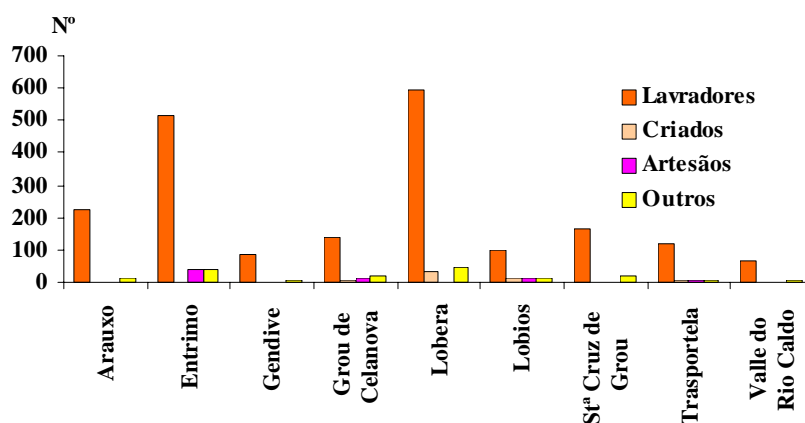
Fig. 26 – Lima raiano galego: População segundo o estado civil (1787)



Fonte: I.N.E., 1990, *Censo de 1787*, "Floridablanca", Madrid.

População atingida por elevados índices de mortalidade fazia depender a sua subsistência de uma agro-pastorícia⁵⁷⁶ praticada pelos indivíduos que esta Fonte designa por "lavradores" (Fig. 27).

Fig. 27 - Lima raiano galego: População e principais actividades (1787)



Fonte: I.N.E., 1990, *Censo de 1787*, "Floridablanca", Madrid.

⁵⁷⁶ - No Capítulo 5, *Sistemas Agro-Pastoris (sécs. XVIII/XXI)*, demonstraremos que a actividade principal era a agro-pastorícia.

Independentemente dos respectivos quantitativos estarem devidamente levantados, é de salientar, desde já, a importância da actividade na economia local.

Não podemos deixar de evidenciar os "criados", cuja maioria trabalharia nas explorações agro-pastoris, em troca de uma alimentação, quase sempre abaixo do limiar da sobrevivência.

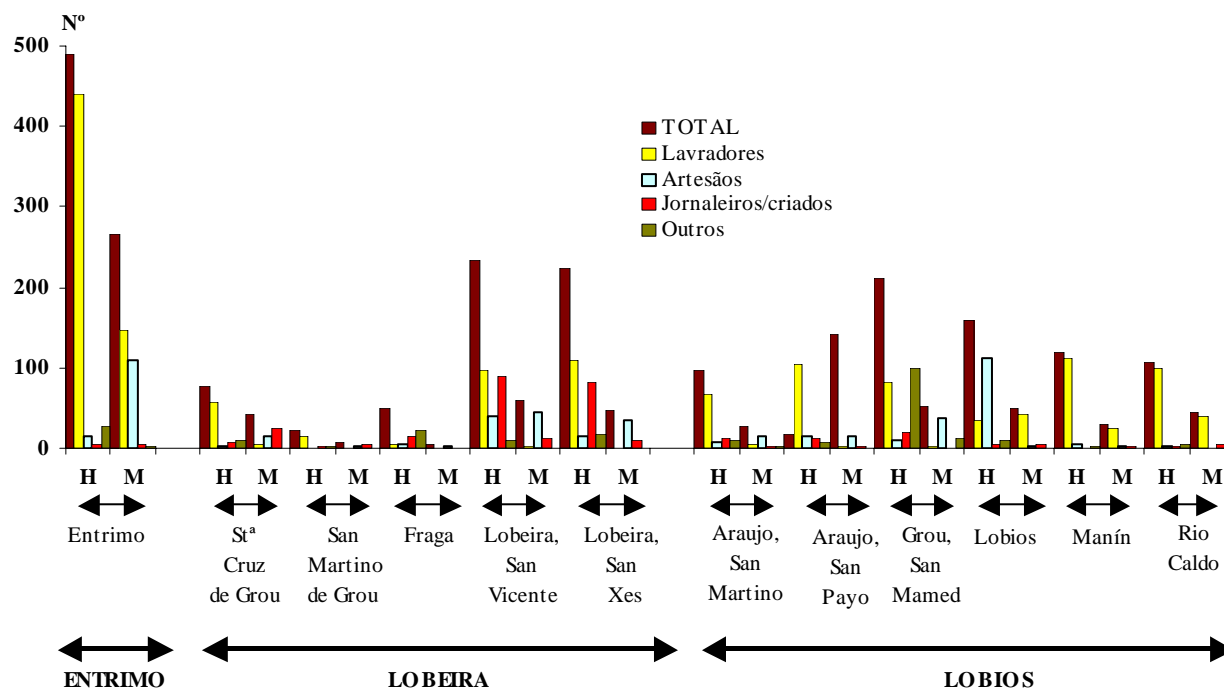
Mas, o quadro sócio-profissional que caracterizou os meados do séc. XVIII é apresentado, com minúcia, no *Catastro de Enseñada*, cuja metodologia utilizada no levantamento dos elementos permite aos especialistas considerá-lo como a primeira Fonte estatística espanhola.

Sem pretendermos efectuar uma crítica rigorosa sobre a Fonte, por não ser esse um dos objectivos que nos propomos atingir com a realização desta investigação, limitámo-nos a recordar que o *Catastro de Enseñada* foi o instrumento utilizado para a implementação de uma reforma fiscal, pelo que encerra uma descrição exaustiva de todos os residentes que desenvolviam actividades, ou, auferiam rendimentos susceptíveis da aplicação de um "imposto".

Daí, apenas fazer referência aos maiores de dezoito anos⁵⁷⁷ e existirem unidades administrativas em que apenas os homens têm direito a uma identificação, "esquecendo-se" as mulheres, mas, evidenciando todas aquelas consideradas cabeça-de-casal, como as viúvas e as solteiras "independentes", logo, obrigadas ao pagamento do "imposto". Por estes motivos, a leitura interpretativa dos resultados, em termos de dinâmica demográfica, terá que ser efectuada em moldes muito cautelosos, para que não se lhe retire todo o conteúdo precioso que encerra, como por exemplo, na descrição pormenorizada das profissões (Fig. 28).

⁵⁷⁷ - Em casos muito raros menciona jovens de dezasseis anos, os casados, e por tal, serem alvo da aplicação de um "imposto".

Fig. 28 - Lima raiano galego: Principais profissões da população nos meados do séc. XVIII, segundo o género (1753)



Fonte: "Interrogatorio", *El Catastro de la Provincia de Orense*, 1753, A.H.P.O.R., Ourense.

São os lavradores que se evidenciam, com excepção para Lobios, única povoação em que se diz residirem "fabricantes de telhas" (105) e para a Fraga, aldeia que se distingue pelo predomínio dos carvoeiros (22).

Se nos inícios do séc. XX não se torna difícil compreender "os carvoeiros da Fraga", em função das condições naturais adversas à prática de uma agro-pastorícia capaz de garantir o limiar da sobrevivência, mas favoráveis à "exuberância" das urzeiras e torgas, matéria-prima na obtenção do carvão, que teria uma procura elevada pelas famílias de poder económico mais elevado a residirem nas aldeias de altitude mais baixa, para os oleiros, ou melhor, "fabricantes de louça de barro"⁵⁷⁸, não conseguimos uma explicação aceitável, embora nos tenhamos preocupado em a adquirir.

Se o grupo dos jornaleiros e criados "matiza" toda a área destaca-se, contudo, na Bacia do Grou, nomeadamente em Stª Cruz de Grou, San Xes e San Vicente, o que nos permite aventar que o actual concelho da Lobeira corresponderia ao território com uma maior diferenciação social, com um efectivo acentuado de famílias pobres, comparativamente com aquele que se inclui na actualidade nos concelhos de Entrimo e de Lobios.

⁵⁷⁸ - Madoz, Pascual, 1849, *Diccionario Grafico-Estadístico-Histórico de España y Sus Posesiones de Ultramar*, Madrid, p. 319.

Por curiosidade, em Manín não foi referenciado qualquer jornaleiro ou criado, porque "todos se ocupam do cultivo das suas fincas".

Como actividade feminina muito importante em todas as povoações era a arte de tecer, as tecedeiras proliferavam em grande número, nomeadamente em Entrimo, Lobios e nas duas freguesias da Lobeira (San Xes e San Vicente).

Se esta Fonte nos permite uma observação de certo modo exaustiva sobre o quadro profissional e, logicamente sobre o ambiente sócio-económico da época, apresenta, por outro lado, grandes lacunas impossibilitadoras de uma leitura adequada sobre a estrutura etária então prevalente, não só nas povoações distribuídas pela bacia do Grou, como nas que integravam a Jurisdição de Araujo, San Martin e San Payo (Fig. 29).

Apesar de todos os problemas que não conseguimos resolver, entendemos apresentar os valores etários declarados, pois em todas as entidades geográficas, em que as mulheres também são mencionadas, estas correspondem a um efectivo, sempre superior aos dos homens, o que nos permite questionar se este facto poderá ser entendido por razões naturais, ou seja, a morte atingir, em princípio, o sexo masculino em idades mais jovens, em relação à média etária das mulheres, ou, então, a exemplo do que já acontecia na área lusa, por um êxodo que incidia nos homens em busca de melhores condições económicas.

Sem pretendermos "deslizar" para o campo especulativo, limitamo-nos a realçar que a Fonte permite-nos inferir de que nos meados do séc. XVIII e na população com uma idade superior a dezoito anos, o efectivo feminino atingia valores mais elevados em relação ao universo masculino, o que se repercutiria, de forma inquestionável, na organização do espaço e *mondus vivendi* da população.

Situação similar, isto é, um efectivo feminino, em valores médios superiores ao total masculino, constatámos na área lusa, precisamente nos concelhos de Castro Laboreiro⁵⁷⁹ e Soajo⁵⁸⁰, mas, nos meados do séc. XIX⁵⁸¹ (Quadro 6)⁵⁸².

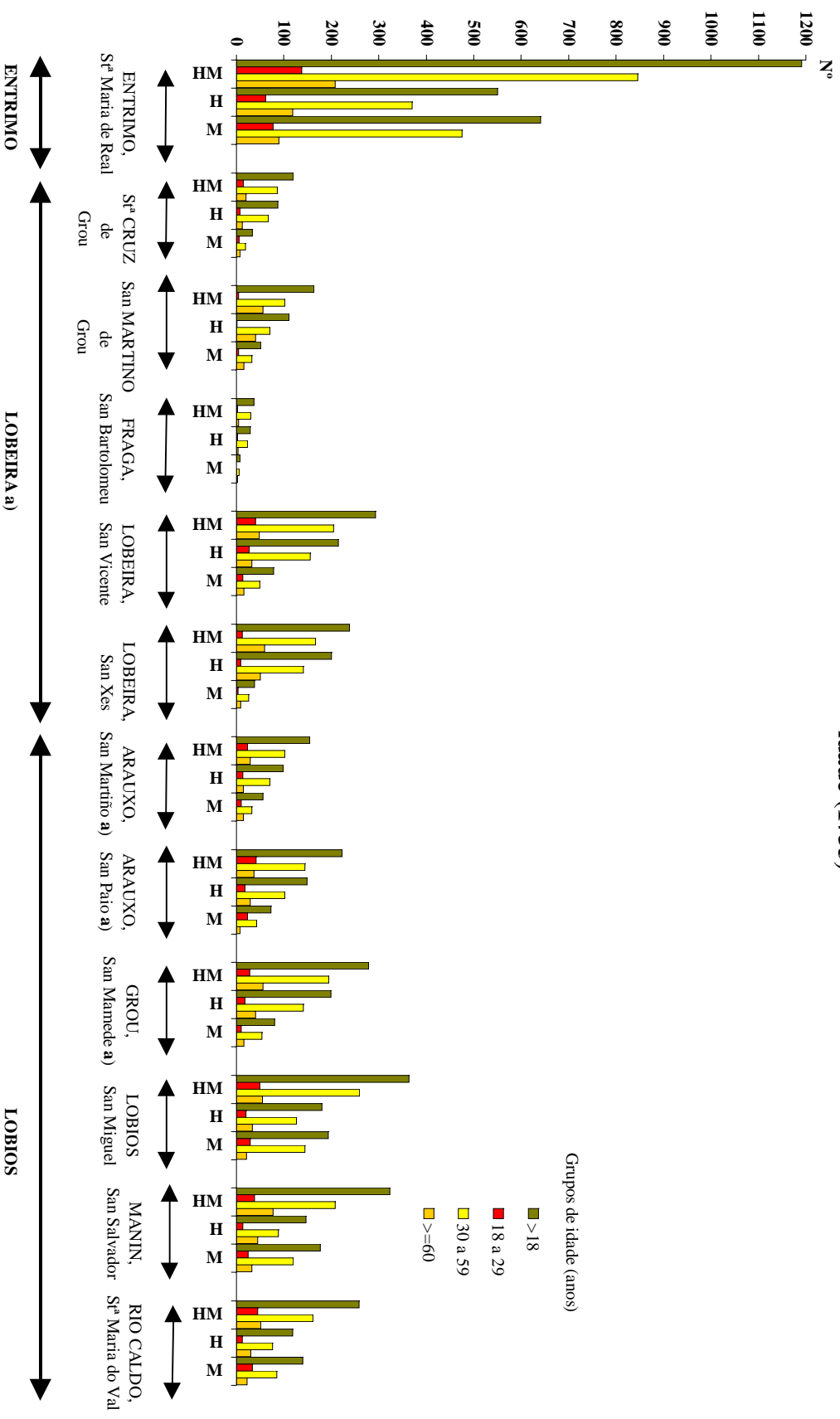
⁵⁷⁹ - O concelho correspondia a uma única freguesia a de Castro Laboreiro.

⁵⁸⁰ - O concelho englobava as actuais freguesias do Soajo, Gavieira e Ermelo.

⁵⁸¹ - As *Estatísticas da População* que encontramos no Arquivo do Registo Civil de Viana do Castelo não mencionam o então concelho do Lindoso. Apresentam os valores para o concelho da Barca, que não utilizámos, pelo facto de estudarmos, apenas, quatro das suas freguesias, Britelo, Entre Ambos-os-Rios, Germil e Ermida, o que daria uma leitura bastante desvirtualizada da realidade de raia e da *serra*.

⁵⁸² - Se foi no séc. XIX que se verificou os primórdios do período censitário consideramos, para a área lusa e para um período de catorze anos, os dados demográficos referentes aos então concelhos do Soajo e Castro Laboreiro, enquanto para a área galega os valores apresentados no *Dicionário de Madoz*.

Fig. 29 - Lima raiano galego: efectivo da poboación mencionada no *Catastro de Enseñada* segundo grandes grupos de idade (1753)



a) Apenas são mencionadas as mulleres que reunían condicións para pagamento do "imposto".

Fonte: "Interrogatorio", *El Catastro de Enseñada de la Provincia de Orense*, 1753, AHOP, Ourense.

**Quadro 6 - Lima raiano: População no período pré-censitário moderno
(séc. XIX)**

A- Nos concelhos de Castro Laboreiro e do Soajo (1837 a 1851)

	Anos	Habitantes (n°)			Fogos (n°)
		H	M	HM	
CASTRO LABOREIRO	1837 a)	740	622	1 362	405
	1840	1 036	1 026	2 602	391
	1843	730	780	1 510	420
	1846	590	708	1 298	488
	1849	620	892	1 512	526
	1851	764	844	1 608	529
	1854 b)	801	858	1 659	767
SOAJO	1837 a)	993	1 459	2 452	629
	1840	948	1 147	2 095	651
	1843	973	1 117	2 090	688
	1846	1 209	1 587	2 796	643
	1849	1 382	1 777	3 159	662
	1851 b)	1 542	1 743	3 285	683

a) Primeiro ano do cômputo; b) Último ano encontrado.

Fonte: *Estatísticas da População, 1837 a 1851*, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Viana do Castelo.

B- Nas paróquias e concelhos galegos em estudo (1849)

Parroquias	Vecinos (n°)	Almas (n°)	Casas (n°)	Alunos (n°)
Entrimo Stª Maria)	300	1 500	400	60
Illa (San Lourenzo)
Vencéas
ENTRIMO (concelho)	664	3 320
Araujo (San Martín)	144	500	84	18
Araujo (San Payo)	104	546
Grou (San Mamed)	120	600	120
Illa (San Lourenzo)
Lobios (San Miguel)	116	900	132	24
Manín ou Trasportela	148	560	150	30
Rio Caldo (Stª Maria)
Torno (San Salvador)	85	290	90	22
LOBIOS (concelho)	775	3 785
Fraga (San Bartolomé)	16	70	25
Grou (Stª Cruz)	96	338	110	100
Grou (San Martin)	24	96	30
Lobeira (San Ginés)	130	546	150	102
Lobeira (San Vicent)	86	400	408	50
Parada do Monte	36	200	50
LOBERA (concelho)	672	3 360

Fonte: Madoz, Pascual, *Diccionario Geografico-Estadistico-Historico de España y sus Posesiones de Ultramar*, 1849, Madrid.

Se a Fonte portuguesa nos permite avaliar a desagregação da população segundo o sexo, a Fonte contemporânea galega limita-se a fornecer o cômputo global, ou, seja o efectivo de "almas", mas, à escala da paróquia.

Se a leitura comparativa dos resultados se torna impossível, em virtude das metodologias utilizadas e da variação dos diferentes conteúdos espaciais, comprovar-se-á, contudo, a tendência de um maior efectivo populacional nas entidades de população galegas, relativamente às portuguesas.

Nestas, o Soajo ter-se-ia, desde o século XVI ao XIX, evidenciado como a entidade geográfica lusa com o maior número de habitantes, facto comprovado pelos valores censitários modernos, a partir de 1864.

Mas, antes de nos debruçar sobre casos específicos, observemos para o séc. XX o comportamento, em termos globais, das populações de ambas as nacionalidades sem que previamente tenhamos considerações, que entendemos pertinentes, sobre as Fontes e os valores demográficos que elas nos fornecem, pois, de novo fomos confrontados com os diferentes critérios utilizados por cada um dos países no cômputo da respectiva população.

Em Espanha considera-se a população de *hecho* e a de *derecho*, denominações que corresponderão em Portugal, respectivamente aos conceitos de população presente e residente, motivos que nos levaram a considerar, relativamente à Galiza, em todos as variáveis por nós estudadas os valores correspondentes à população de *derecho*.

Se para a Espanha conseguimos, para todos os momentos censitários, o total de habitantes para os lugares em estudo, a Fonte lusa apenas nos fornece informação similar para determinados momentos, razões que explicam o facto de, apenas, termos considerado os censos de 1911, 1940, 1960, 1991 e 2001, não nos esquecendo, contudo, que em relação a 1911 e 1940, os valores digam respeito ao efectivo da população presente⁵⁸³.

Ao constatarmos que não se verifica discrepância significativa entre o cômputo da população presente e a residente, quando o mesmo recenseamento as publicita, como por exemplo, o de 1960, ou, o de 1991, utilizamos os dois valores de "modo indiferenciado", apesar de não nos "esquecer" que relativamente a 1911 e a 1940 estamos a observar para Portugal "valores de população presente".

Como a área portuguesa em estudo abrange três lugares distribuídos por duas freguesias⁵⁸⁴, de imediato, se nos levantou o problema sobre a obtenção da população total para os períodos censitários em que não existem valores à escala do lugar.

Perante várias hipóteses que nos permitiriam ultrapassar mais este "obstáculo" optámos por organizar os dados censitários segundo critérios que nos proporcionam, em nosso entender, a melhor leitura estatística do território em estudo.

⁵⁸³ - Lembramos que, também, o recenseamento português de 1981, apenas, apresenta valores relativos à população presente.

⁵⁸⁴ - Paradela e Portuzelo, lugares da freguesia de Santiago (S. João), concelho de Ponte da Barca, e Vergaço incluído na freguesia de Cibões, concelho de Terras de Bouro.

Assim, ensaiamos duas leituras que se distinguem pelo facto de, ou, considerar todos os censos para as nove freguesias⁵⁸⁵ (Quadro 7), ou, os valores censitários recolhidos à escala de lugar, para assim, se incluírem as três aldeias (Paradela, Portuzelo e Vergaço)⁵⁸⁶.

Quadro 7 - Lima raiano: Ritmo médio de variação do efectivo populacional (1900-2001)

A - 1900 a 2001 (nove freguesias lusas)

Anos	Efectivo populacional (Milhares)					Taxas Médias de Crescimento aritmético (%)				
	Conteúdo espacial					Conteúdo espacial				
	Galego		Luso		Lima raiano	Galego		Luso		Lima raiano
	Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)		Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)	
1900	404 311	9 947	218 525	8 002	17 949		0,1	0,7	0,4
1910	411 560	10 212	1,8	0,3
1911	231 668	8 557	18 769	6,0	0,6	0,4
1920	412 460	10 096	230 122	8 387	18 483	0,2	-0,1	-0,7	-0,2	-0,2
1930	426 043	10 833	232 827	8 390	19 223	3,3	0,7	1,2	0,04	0,4
1940	458 272	11 836	261 133	8 865	20 701	7,6	0,9	12,2	0,6	0,8
1950	467 903	10 495	279 486	10 052	20 547	2,1	-1,1	7,0	1,3	-0,1
1960	451 474	10 183	277 748	10 115	20 298	-3,5	-0,3	-0,6	0,1	-0,1
1970	413 733	9 848	250 510	8 210	18 058	-8,1	-0,3	-9,8	-1,9	-1,1
1981	411 339	9 135	256 814	6 164	15 299	-0,6	-0,7	2,5	-2,3	-1,4
1991	354 474	5 839	250 059	5 141	10 980	-13,8	-3,6	-0,3	-1,7	-2,8
2001	338 446	5 062	250 275	4 318	9 380	-4,5	-1,3	0,09	-1,6	-1,5
2001/1900	-16,3	-0,5	14,5	-0,5	-0,5
2001/1940	-26,1	-0,9	-4,2	-0,8	-0,9

a) Província de Ourense; b) Área galega em estudo; c) Distrito de Viana do Castelo; d) As nove freguesias lusas; e) Toda a área galega e as nove freguesias lusas.

Fontes: *Nomenclatör de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion, 1900, 1910, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991*, Província de Ourense, I.N.E., Madrid; *Censo de Población y Viviendas 2001*, www.ine.es.

Censos da População de Portugal, 1900, 1911, 1920 e 1930, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa; *Recenseamentos Gerais da População, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

B - 1910/11 a 2001 (nove freguesias e os três lugares lusos)

Anos	Efectivo populacional (Milhares)					Taxas Médias de Crescimento aritmético (%)				
	Conteúdo espacial					Conteúdo espacial				
	Galego		Luso		Lima raiano	Galego		Luso		Lima raiano
	Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)		Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)	
1910	411.560	10 212
1911	218 525	8 760	18 972
1940	458.272	11 836	261 133	9 159	20 995	11,4	0,5	19,5	0,2	0,4
1960	451.474	10 183	277 748	10 427	20 610	-1,5	-0,7	6,4	0,7	-0,1
1991	354.474	5 839	250 059	5 308	11 147	-21,5	-1,4	-9,9	-1,6	-1,5
2001	338 446	5 062	250 275	4 482	9 544	-4,5	-1,3	0,09	-1,6	-1,4
2001/1940	-26,1	-0,9	-4,2	0,8	0,9

a) Província de Ourense; b) Área galega em estudo; c) Distrito de Viana do Castelo; d) As nove freguesias e os três lugares; e) Toda a área galega, as nove freguesias e três lugares lusos.

Fontes: *Nomenclatör de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion, 1910, 1940, 1960, 1991*, Província de Ourense, I.N.E., Madrid; *Censo de Población y Viviendas 2001*, www.ine.es.

Censos da População de Portugal, 1911, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa; *Recenseamentos Gerais da População, 1940, 1960, 1991, 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

⁵⁸⁵ - Ermelo, Soajo, Gavieira, Castro Laboreiro, Lindoso, Britelo, Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil .

⁵⁸⁶ - Paradela e Portuzelo, lugares da freguesia de Vila Chã (S. João). Vergaço aldeia que integra a freguesia de Cibões.

Após uma observação cuidada verifica-se que nos resultados globais não tem significado estatístico o efectivo populacional dos três lugares em questão, pois evidencia-se em qualquer uma das situações e ao longo de todo o século XX, a perda significativa de população, embora de modo drástico, a partir das décadas de quarenta/cinquenta.

Se no período de 1900 a 2001 este Lima raiano perdeu um total de 8 569 residentes (-0,5%), à área portuguesa "pertencem" 3 684 (-0,5%), enquanto à galega 4 885 (-0,5%). Contudo, se nos debruçarmos sobre os valores totais das unidades administrativas de maior grau de influência em que, respectivamente as áreas galega e lusa se inserem, verificámos que a província de Ourense registou uma variação negativa acentuada, enquanto o distrito de Viana do Castelo conseguiu apresentar uma ligeira variação positiva.

A perda da massa populacional limiana e de raia incidiu, essencialmente nas últimas seis décadas, 11 461 residentes (-0,9%), distribuídos por 4 482 portugueses (-0,8%) e 6 674 galegos (-0,9%), a exemplo do que aconteceu com as unidades territoriais com maior dimensão territorial, respectivamente o distrito de Viana do Castelo e a província de Ourense.

Embora a tendência evolutiva negativa da população seja similar nas duas comunidades, a lusa e a galega, somos de opinião, que a variação do ritmo demográfico deste Lima raiano é, em certo modo, "determinado" pelo comportamento da população galega, o que se explicará pelo maior efectivo de residentes.

Espaço geográfico que se tipifica por uma quebra acentuada de habitantes, com os idosos a adquirirem um peso muito forte em relação aos activos e aos jovens, o que explica o facto de o universo dos reformados ser muito superior aos residentes com emprego, situação bastante diferente da verificada, quer no distrito de Viana do Castelo, quer na província de Ourense, com valores "mais suaves" (Quadro 8)⁵⁸⁷.

⁵⁸⁷ - Preocupados em conhecer a estrutura sociodemográfica dos residentes deste Lima raiano, seleccionámos um grupo de indicadores que, embora em número limitado, entendemos serem representativos do ambiente social que enquadra o território em estudo.

**Quadro 8 - Lima raiano: Estrutura sociodemográfica da população residente em
2001**

Indicadores sóciodemográficos	Conteúdo espacial				
	Galego		Luso		Lima raiano e)
	Ourense a)	Límia b)	V. Castelo c)	Lima d)	
População residente com idade entre 25 e 64 anos	169 293	2403	126619	1978	4381
Índice de Dependência Jovem f)	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2
Índice de Dependência de Idosos g)	0,4	0,7	0,3	0,6	0,7
Reformados por 1000 residentes com emprego	845,4	1390,7	655,6	1835,5	1571,1
População sem saber ler nem escrever por 1000 residentes	59,7	88,5	165,2	282,3	176,1
População residente com o Ensino Básico por 1000 residentes	687,7	602,1	556,6	466,7	540,9
População residente com o Ensino Superior por 1000 residentes	81,4	40,9	9,5

a) Província de Ourense; b) Área galega em estudo; c) Distrito de Viana do Castelo; d) As nove freguesias lusas; e) Toda a área galega e as nove freguesias lusas; f) população residente com idade inferior a 15 anos relativamente aos residentes com idade entre os 15 e 64 anos; g) população residente com idade superior a 64 anos relativamente aos residentes com idade entre os 15 e 64 anos.

Fontes: *Censo de Población y Viviendas*, 2001, I.N.E., Madrid; *Recenseamento Geral da População*, 2001, I.N.E, Lisboa.

No que diz respeito à iliteracia sobressai a área portuguesa inclusive o distrito de Viana do Castelo, quer pelo índice de analfabetos ser o mais elevado, quer pelo índice de moradores com o Ensino Básico ser o mais baixo, comparativamente com a área da Galiza, que não impede, contudo, que este Lima raiano corresponda a um espaço habitado por pessoas muito pouco qualificadas.

Encontramo-nos perante territórios limianos de raia em perda acentuada, com as populações a apresentarem uma estrutura etária envelhecida e níveis de instrução muito baixos, distinguindo-se e afastando-se das unidades administrativas em que se inserem, o distrito de Viana do Castelo e a província de Ourense.

Quando nos debruçamos sobre os valores da população referentes aos diferentes lugares em estudo e para os momentos⁵⁸⁸ que as fontes oficiais, nomeadamente as lusas, os disponibilizam, verificamos que o recenseamento de 1911 distingue, por exemplo, as aldeias encaixadas no vale do rio Castro Laboreiro, as *inverneiras*, aldeias que, segundo a Fonte, desapareceram, em termos de dinâmica populacional, nos períodos censuais seguintes, sendo como que "substituídas" pelas aldeias localizadas a cotas mais elevadas, as *verandas*, além de "esquecer" o lugar de Ribeiro de Baixo (Figs. 30, 31 e 32).

Desconhecemos os critérios oficiais que justificaram semelhantes opções e que conduzem, quando se não conhece a dinâmica territorial, a leituras interpretativas dúbias, pois está-se perante lugares, *verandas* e *inverneiras*, habitados pelas mesmas famílias, que residiam, consoante a época do ano, num desses lugares.

⁵⁸⁸ - Debruçamo-nos sobre os *Recenseamentos de 1910 e 1911, 1940 e 1960*. Se para o período mais recente optámos pelos *censos de 1991 e 2001*, considerámos, também, os resultados do levantamento que efectuámos, de modo presencial, junto da população portuguesa, em 2000.

Se para todos os momentos censitários se verifica que o efectivo dos lugares, em ambos os países, foi atingido por uma variação traduzida, ora pela inclusão de supostos "novas" aldeias, ora pela supressão de outras entidades territoriais, evidenciamos os recenseamentos de 1960, nomeadamente o luso, em que se torna evidente o esforço realizado pelas entidades competentes em atingir as pequenas aldeias mais recônditas. Entendemos, assim, que se está perante a Fonte censitária, que, apesar de todas as lacunas e deficiências, melhor retrata, no séc. XX, a forma de povoamento da área em estudo, pois permite-nos a construção da imagem mental sobre o tipo de *habitat* nos espaços e paisagens do Labreiro, Peneda e Amarela., independentemente da aspereza das caminhadas, ou, da falta de acessos tão frequentes na época.

No entanto, foi nos últimos três momentos censitários, cujas normas e critérios adoptados na respectiva realização, estão de acordo com os vigentes na Europa comunitária, que se verificou as maiores alterações na identificação geográfica das entidades territoriais.

Assim, na freguesia de Grou (San Mamede), os vinte e quatro dos vinte e seis lugares, que se distribuem na vertente direita do rio que lhe dá o nome, de uma forma sequencial, praticamente contigua e estruturados pelo eixo viário principal, actualmente, uma estrada bem conservada, sempre, com habitantes computados nos diferentes recenseamentos, foram como que "eliminados", nos dois últimos períodos censuais, a favor da "entidade territorial" designada por Grou⁵⁸⁹, que se "impõe" no universo dos lugares em estudo com uma população superior a quatro centenas de habitantes.

Situação idêntica surge em Lobios (San Miguel) em que onze dos treze lugares foram, também, nos dois últimos censos, como que "incorporados" na "entidade territorial" de Lobios⁵⁹⁰, com um efectivo populacional superior a cinco centenas de habitantes.

Contudo, os seis lugares que constituem a freguesia do Riocaldo, se no recenseamento de 1991 "desapareceram" em detrimento da "entidade territorial" de Riocaldo com mais de cinco centenas de habitantes, "ressurgiram" em 2001 (Figs. 33, 34 e 35), com a dimensão resultante do volume dos respectivos residentes.

Situação similar constatou-se em Arauxo (San Paio) em que os oito lugares se "restringiram" em 1991, ao lugar de San Paio, para em 2001, ressurgirem com todo o seu "esplendor" demográfico.

⁵⁸⁹ - Como Grou não corresponde, de facto, a um lugar, fizemos corresponder, na representação cartográfica, ao lugar de Baldemir, aldeia em que se localiza a Igreja paroquial, que teria sido considerado, por princípio, o lugar central da freguesia, quando se decidiu a respectiva edificação.

⁵⁹⁰ - Do mesmo modo não existe o lugar de Lobios, pelo que na representação cartográfica o fizemos coincidir com Fondevila, o lugar considerado a sede do concelho.

Fig. 30: Lima raiano: População, por lugar, em 1910/11

Fig. 31 – Lima raiano: População, por lugar, em 1940

Fig. 32 – Lima raiano: População, por lugar, em 1960

Fig. 33 – Lima raiano: População, por lugar, em 1991

Fig. 34 – Lima raiano: População, por lugar, em 2001

Fig. 35- Lima raiano: População, por lugar, em 2000

Lugares inseridos num espaço europeu em que a importância das candidaturas dos projectos de desenvolvimento em muito depende da dimensão, em termos populacionais, do núcleo urbano, explica, em nossa opinião, semelhante reorganização estatística, mas, que dificulta, ou, talvez melhor, desvirtualiza uma leitura da dinâmica territorial efectuada à escala dos lugares.

Questão algo curiosa deparou-se-nos em 2000, na freguesia do Soajo, quando procedíamos ao levantamento de indicadores relativos à problemática da mobilidade, precisamente, no lugar mais importante, devido ao tipo de funções que oferece⁵⁹¹, aquele que correspondeu à sede do antigo concelho do Soajo, que foi extinto no séc. XIX e que actualmente o soajeiro, de uma forma orgulhosa, o designa por "vila"⁵⁹².

À "vila" corresponde um conjunto de pequenos lugares contíguos, articulados por caminhos, as "ruas" sinuosas que dão à aldeia uma configuração em mancha compacta, de certo modo complexa, que a população distingue pelos respectivos nomes e que os diferentes censos consideram, nomeadamente o de 2001, com a identificação de dez lugares, unidades territoriais que no nosso trabalho de campo era muito difícil delinear, motivo por que optámos em "incluir-las" num único lugar, o da "vila"⁵⁹³ (Figs. 34 e 35).

Quando comparamos as representações cartográficas da população absoluta em 2000 e 2001 (Figs. 34 e 35), inferimos que a nossa decisão sobre a estratégia utilizada ao "incluirmos" todos os residentes na "vila", não prejudicou nem desvirtualizou a realidade espacial que pretendemos, de facto, interpretar. Independentemente do número de lugares considerados, na cartografia dos valores absolutos referentes à população residente surge, sempre, a "vila" do Soajo como uma mancha urbana cuja compacidade é traduzida, ou, através de um conjunto de pequenos círculos muito próximos, ou, então, por um único círculo de maior diâmetro que engloba o cômputo total dos residentes.

Além disso, sabíamos que os valores por nós obtidos nunca seriam alvo de leituras comparativas para outros períodos, pois a metodologia utilizada era única, motivo pelo qual não surgiriam problemas similares aos verificados nas opções tomadas pelas equipas responsáveis pelos diferentes recenseamentos.

Questões no âmbito da individualização de determinados lugares surgiram-nos, também, em Castro Laboreiro, em virtude da proximidade entre eles. Contudo, apesar de serem lugares muito próximos, distinguem-se com facilidade na paisagem, pois,

⁵⁹¹ - Destacamos a farmácia e o banco.

⁵⁹² - Por questões de facilidade na identificação da mancha, praticamente, contínua de edificado, optámos por lhe atribuir a designação de "vila".

⁵⁹³ - Expressão que não se pode confundir com o topónimo Vila, núcleo urbano, quase sempre nas áreas rurais sede do concelho, pois escrevemos o vocábulo entre aspas e com letra minúscula.

independentemente das respectivas dimensões, sempre se encontram envolvidos por espaços cultivados, ou, outrora cultivados, facto, que entendemos explicar as diferenças nas cartografias da população absoluta, quer na referente a 2000, quer a 2001 (Figs. 34 e 35).

Assim, atribuímos identidade demográfica a Antões⁵⁹⁴, Outeiro⁵⁹⁵, Picotim⁵⁹⁶, Portos de Cima⁵⁹⁷, Portos de Baixo⁵⁹⁸ e Pousinhos⁵⁹⁹, que o censo de 2001 englobou, respectivamente no Rodeiro, Adrofreire, Várzea Travessa, Portos e Ribeiro de Cima (Figs. 34 e 35).

Em 2000, não existiam residentes "durante todo o ano" nas *inverneiras*. Contudo, em 2001 já existiriam dois, respectivamente nas Laceiras e na Curveira (Figs. 34 e 35).

Exemplos que na nossa opinião são suficientes para, numa breve nota, podermos inferir que alterações, aparentemente "sem significado" nos critérios que sustentam a escolha dos lugares alvo da contagem censitária, poderão conduzir a distorções apressadas como, por exemplo, à noção não verídica de períodos de vida demasiadamente curtos para lugares que, apesar de não terem direito a *status* estatístico, poderão ser determinantes na dinâmica do território em que se inserem, ou, então, como acontece nos critérios que estabelecem os conteúdos espaciais das secções e subsecções (Fig. 24, p. 239) permitirem a leitura de vastas áreas povoadas que se estendem pelos cimos da serra, quando, de facto, são os lugares de dimensão reduzida e com limites bem definidos, que suportam esse "pseudo povoamento", mas, que, apenas, o trabalho exaustivo e minucioso no território e junto das populações pode distinguir e evidenciar.

O modo como as entidades responsáveis pelos diferentes recenseamentos consideraram, ou, "eliminaram" os lugares, acarreta consequências importantes para a reflexão sobre os ganhos e as perdas na respectiva estrutura territorial, quando assente nos dados estatísticos oficiais e publicados.

Se a diminuição brusca, nas últimas cinco décadas, da massa populacional da área em estudo (Quadro 1, p. 32; Quadro 7, p. 255) adquiriu, em nossa opinião, um carácter irreversível, sendo fácil constatar e determinar a respectiva variação populacional, assim como para os lugares que sempre foram alvo do cômputo estatístico⁶⁰⁰ (Figs. 36, 37 e 38), o

⁵⁹⁴ - Dois habitantes.

⁵⁹⁵ - Oito habitantes.

⁵⁹⁶ - Quatro habitantes.

⁵⁹⁷ - Dezoito habitantes.

⁵⁹⁸ - Catorze habitantes.

⁵⁹⁹ - Onze habitantes.

⁶⁰⁰ - Como em dois momentos sucessivos, os lugares considerados nas contagens estatísticas "variaram", ou melhor, são diferentes, torna-se impossível, por exemplo, determinar a variação da população, para esses mesmos lugares, apesar de ter o conhecimento de que a população existia no período e lugar em causa, pelo que nos limitámos a referenciá-la através dos valores absolutos, para o momento em que lhe foi concedido o "estatuto" de figura estatística".

Fig. 36 – Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1910/11 e 1940

Fig.. 37 – Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1960 e 1991

Fig. 38- Lima raiano: Variação da população, por lugar, entre 1991 e 2001

mesmo tipo leituras, estatística e cartográfica, já não se tornam possíveis para aqueles lugares, que, ora "desapareceram", ora "emergiram" de acordo com os critérios oficiais adoptados em cada momento censitário (Figs. 36, 37 e 38).

Mas, comecemos por Castro Laboreiro. Ao debruçarmo-nos sobre a representação cartográfica da variação da população, no período de 1911 a 1940 (Fig. 36) a freguesia fica restringida a seis lugares, precisamente Ameijoeira, Ribeiro de Cima, Vila, Várzea Travessa, Vido e Portelinha, pela simples razão de os restantes terem sido alvo da contagem estatística, ou, em 1911, ou, em 1940, tornando-se notório, pelo "vazio" espacial, o "desaparecimento" das *verandas* e *inverneiras*, com excepção para a Ameijoeira.

Além disso, a variação acentuada, por sinal, negativa dos moradores do Ribeiro de Cima exige uma leitura muito cautelosa, pois não podemos esquecer que em 1911 lhe foram "atribuídos" os habitantes do Ribeiro de Baixo⁶⁰¹.

Contudo, na representação cartográfica da variação da população no período 1960/91 (Mapa 29) parte do vazio espacial desapareceu devido ao "emergir" das *verandas*, tanto as da margem direita como as da margem esquerda, além do Ribeiro de Baixo.

Com estas entidades espaciais a "manterem-se" na representação cartográfica da variação da população no período de 1991 a 2001 (Fig. 38), as *inverneiras* "perderam", de facto, o "direito" a serem consideradas entidades territoriais.

Outras situações não menos curiosas evidenciam-se, também, na área galega, nomeadamente nos períodos de 1960 a 1991 e 1991 a 2001.

No mapa de variação da população referente ao período de 1960 a 1991 (Fig. 37) as freguesias de Grou (San Mamede) e Lobios (San Miguel) ficaram, em nossa opinião, sem representatividade, pois restringem-se a dois lugares de muito pequena dimensão⁶⁰², pela razão de, em 1991, os habitantes terem sido "localizados", respectivamente, nas "entidades territoriais" de Grou e de Lobios⁶⁰³.

Da "eliminação" dos lugares que o recenseamento de 1991 "efectuou" em Araúxo (San Paio) e em Rio Caldo (Stª Maria), resultou uma variação positiva muito acentuada, respectivamente para San Paio⁶⁰⁴ e Devesa⁶⁰⁵, aldeias que na década de 1991 a 2001 "voltaram" a uma variação em função dos seus próprios residentes, mas, cujos valores têm de

⁶⁰¹ - Por curiosidade, em 1911 foram contabilizados 290 habitantes no Ribeiro de Cima, enquanto em 1940 seriam 128 e 147 os moradores, respectivamente no Ribeiro de Cima e no Ribeiro de Baixo.

⁶⁰² - Grou (San Mamed) pelas aldeias de Marás com 17 e 9 habitantes, e Rasela com 15 e 4 moradores, respectivamente em 1960 e 1991. Lobios (San Miguel) pelas aldeias de Ogos, com 15 e 4 habitantes, e Ribas de Arauxo com 37 e 29 residentes, respectivamente em 1960 e 1991.

⁶⁰³ - Grou com 522 habitantes e Lobios com 525 residentes.

⁶⁰⁴ - Em 1960 e 1991, respectivamente com 118 e 530 residentes.

⁶⁰⁵ - Em 1960 e 1991, respectivamente com 46 e 530 habitantes.

ser alvo de uma leitura muito cautelosa, resultante da deficiente estrutura territorial, apenas explicada pela "ausência oficial" dos lugares com habitantes em 1991 (Fig. 38).

De facto, quando nos debruçamos sobre as fontes censitárias e caso não tenhamos conhecimento suficiente sobre a estrutura territorial assente na distribuição efectiva dos lugares, somos levados a inferir que o Lima raiano em estudo, no período de 1910/11 a 2001, perdeu população em muitas das seculares aldeias e lugares, dilação que se justifica pelas diferentes estratégias metodológicas utilizadas nos diferentes cálculos estatísticos efectuados. (Fig. 30, p. 259 Fig. 31, p. 261; Fig. 32, p. 263; Fig. 33, p. 265; Fig. 34, p. 267).

Independentemente da importância "demográfica" que as Fontes censitárias atribuem aos diversos lugares, é um facto inquestionável a perda global de população para os lugares, nomeadamente, no período 1960/91 e na última década censitária (Fig. 37, p. 275; Fig. 38, p. 277).

Distinguimos, na última década (Fig. 38, p. 277) e em Portugal, as aldeias de Rouças, Adrão e Cunhas, Froufe, Lourido e Sobredo, cuja evolução positiva se compreende pela chegada, com carácter definitivo, dos naturais que durante longos períodos se ausentaram do torrão natal, enquanto na Galiza, lugares de Entrimo, como Terracha e Casal, ou da Lobeira, como Quintas, e, mesmo, os lugares que constituem Lobios, a evolução positiva se explicará pela atracção exercida pela oferta dos serviços inerentes à sede dos respectivos concelhos, sem excluirmos o retorno de naturais, após longos anos de labuta no estrangeiro, ou, nas áreas industriais de Madrid e Barcelona.

Em Portugal, também, evidenciamos Castro Laboreiro, ou, melhor, o lugar da Vila, sede de um conjunto de bens e serviços, capaz de atrair os naturais dos outros lugares castrejos que após um período longo de trabalho no estrangeiro, deixam a aldeia natal para construir casa nova na sede da freguesia a fim de passarem os últimos anos de vida.

Contudo, é a variação negativa acentuada que envolve, em termos globais, os lugares em estudo, lusos e galegos, apenas explicada pela atracção exercida pelos principais centros urbanos peninsulares e europeus, fomentadores do forte êxodo rural e das migrações com forte intensidade⁶⁰⁶, que atingiu este Lima raiano nas últimas cinco décadas.

Evidenciamos, no entanto, o facto das populações galegas terem iniciado, ainda, na década de quarenta uma saída massiva para os países latino-americanos de expressão espanhola, principalmente para a Venezuela. Fluxo de saída que se intensificou na transição das décadas de quarenta/cinquenta, mas, para países europeus, nomeadamente a França. A população lusa também engrossou, em grande número, as fortes correntes migratórias

⁶⁰⁶ - Questões que estudaremos no Capítulo 4, *Mobilidades Geográficas*.

intraeuropeias, mas, essencialmente, a partir dos anos sessenta. Factos que justificam, em nossa opinião, as aldeias galegas e lusas comportarem o maior efectivo absoluto, respectivamente em 1940 e 1960 (Fig. 30, p. 259; Fig. 31, p. 261; Fig. 32, p. 263, Fig. 33, p. 265; Fig. 34, p. 267).

Populações lusas e galegas, que reagiram às dificuldades dos respectivos territórios com atitudes similares, isto é, enveredando pela busca de novos horizontes, aqueles em que o mercado de trabalho lhes era mais favorável, ao que se acrescenta nas décadas mais recentes, a adopção de comportamentos demográficos próprios dos países desenvolvidos⁶⁰⁷, que justificam os níveis muito preocupantes das perdas populacionais das aldeias em estudo.

3.2. Estrutura sociodemográfica

Do processo de despovoamento sentido nos últimos sessenta anos resultou um conjunto de impactos com forte intensidade sobre os territórios do Lima raiano em estudo que, em certa medida, se entenderão pelas características da população residente na transição do milénio, nomeadamente, quando reflectimos sobre o peso da mulher e os grandes grupos etários, ou, sobre o a importância dos empregados e dos reformados na comunidade.

Mas, antes de reflectirmos sobre os valores de diversas variáveis publicados pelos recenseamentos de 2001, português e espanhol, relembramos que em todas as aldeias galegas com um efectivo inferior a 50 residentes, em virtude de uma alegada intromissão na privacidade individual, os quantitativos das diferentes variáveis não foram publicitados, motivo pelo qual aparece na cartografia, que elaborámos, a indicação de "informação não disponível", para cada um dos lugares em causa.

Contudo, esta omissão na divulgação de informação para localidades com um número inferior a 50 habitantes, não impede que possamos inferir, por exemplo, que nos encontramos perante comunidades em que a mulher adquire uma importância preponderante (Figs. 39 e 40), pois, quando não ultrapassa os 50% dos residentes, o que acontece na maioria das aldeias, atinge um valor, mesmo muito próximo da metade do efectivo da respectiva comunidade.

Comunidades limianas de raia em que não só "imperam" a mulher, como o grupo dos reformados, quando os comparamos com os residentes empregados (Fig. 41), com excepção para a Vila, Rouças, Paradamonte, Igreja (Entre Ambos-os-Rios), Paradela (Vila Chã) e Lobios.

⁶⁰⁷ - Em função dos objectivos que nos propusemos atingir com a realização de esta investigação, exemplificaremos com o estudo sobre o comportamento demográfico na freguesia do Lindoso no longo período sécs. XVII ao XXI que desenvolveremos, também, neste capítulo.

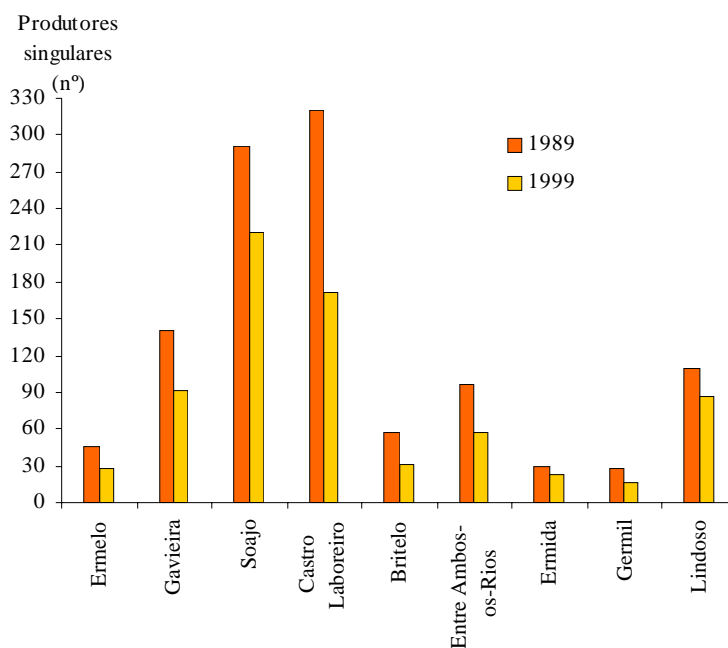
Se justificamos a importância dos empregados de Lobios pelos serviços que a sede do concelho, com o mesmo nome, fornece não nos esquecendo que aí se localiza a direcção do Parque Natural Baixa-Limia/Serra do Xurés, lembramos, também, que nos encontramos perante territórios onde o êxodo rural do séc. XX foi muito intenso, com consequências que se reflectiram, de modo notório, na estrutura social.

No Lima raiano luso, embora a baixa densidade de emprego seja evidente para a maioria das aldeias, distingue-se a Vila, em Castro Laboreiro, pelos serviços que fornece, a par da importância da construção civil, que predomina, também, em Paradamonte e Igreja (Entre Ambos-os-Rios).

Aliás, nas comunidades lusas, os sectores secundário, no âmbito da construção civil, e o terciário no domínio da restauração, absorvem o maior número de empregados, com excepção para Gavieira, Ermida, Germil e Vergaço em que sobressaem os residentes que desempenham uma actividade agrícola (Fig. 42).

Contudo, nas últimas duas décadas do séc. XX, todas as freguesias lusas se identificam pela evolução negativa, por vezes acentuada, dos produtores agrícolas singulares (Fig. 43)⁶⁰⁸, embora a Gavieira, o Soajo e o Lindoso apresentem um ritmo de descida mais "suave".

Fig. 43 - Lima Raiano luso: Os produtores agrícolas singulares nas décadas de 1989 e 1999



Fonte: I.N.E., R.G.A., 1989 e 1999, Lisboa.

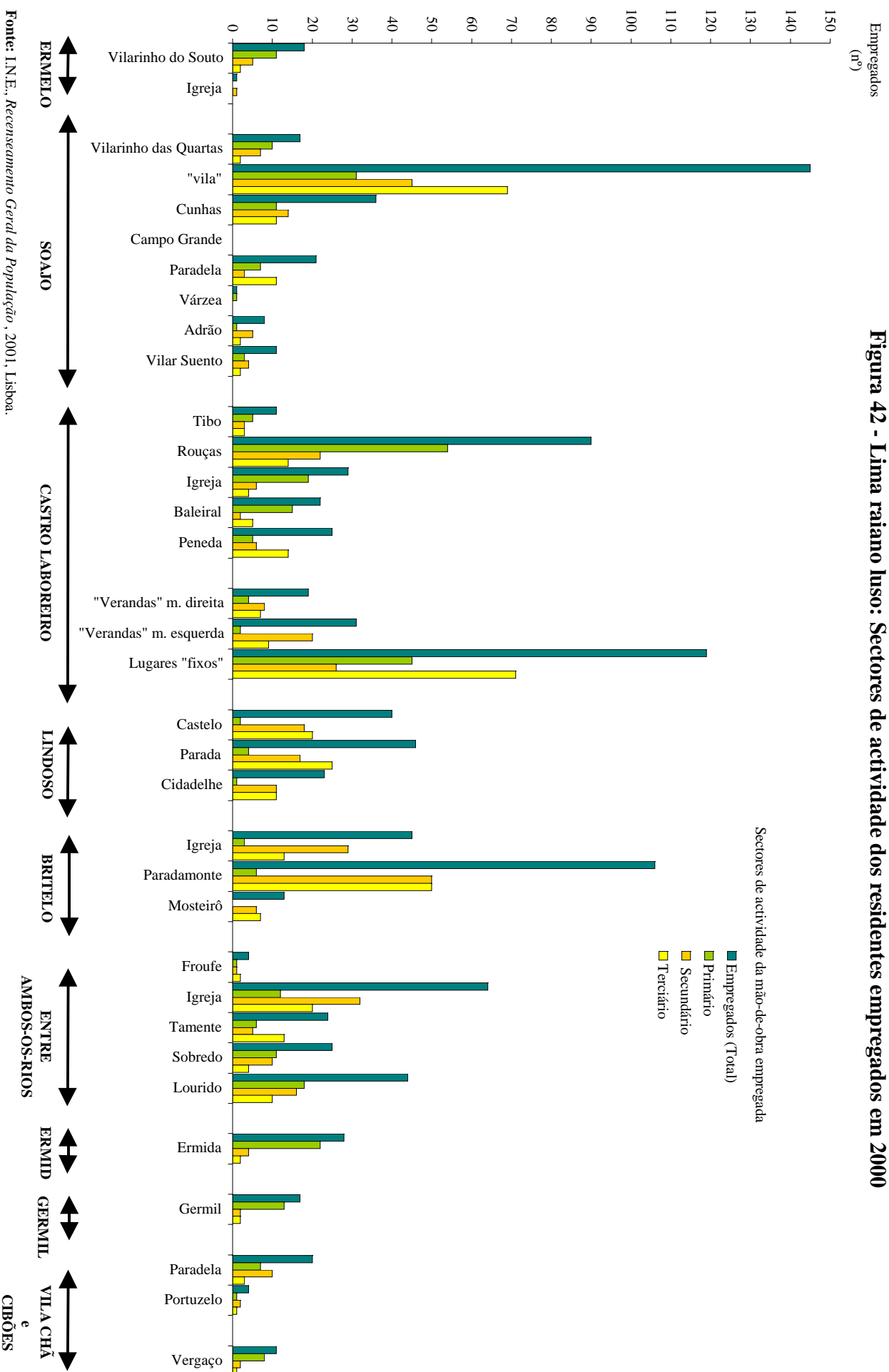
⁶⁰⁸ - Lembramos que não conseguimos nos Recenseamentos Gerais da Agricultura espanhóis valores à escala da freguesia, motivo que nos impossibilitou uma comparação com a realidade agrícola portuguesa.

Fig. 39 – Lima raiano: População residente segundo o sexo, por lugar, em 2001

Fig. 40 – Lima raiano: População residente segundo o sexo, por lugar, em 2000

Fig. 41- Lima raiano: População residente segundo a situação profissional (empregados e reformados), por lugar, em 2001

Figura 42 - Lima raiano luso: Sectores de actividade dos residentes empregados em 2000

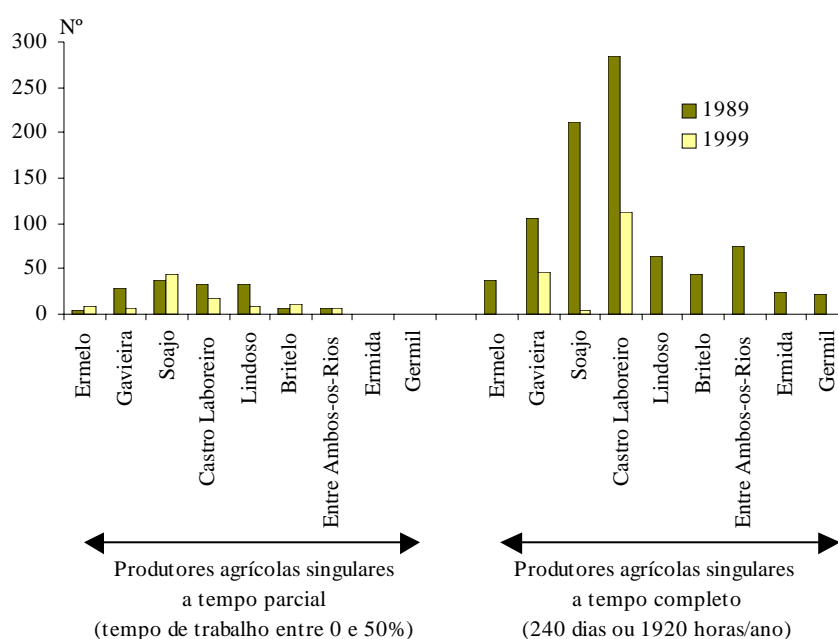


Fonte: IN.E., Recenseamento Geral da População, 2001, Lisboa.

Além disso, os produtores a tempo completo (Fig. 44), em 1999, praticamente desapareceram, com excepção para Castro Laboreiro e Gavieira, tendo o Soajo um produtor.

Contudo, os agricultores que dedicam à actividade menos de 50% do seu tempo activo, distribuem-se por todas as freguesias, com excepção de Germil e da Ermida, que explicamos pelo facto da actividade ser encarada pela maioria dos residentes como um entretenimento, uma forma de matar de saudades dos velhos tempos, conforme repetidamente nos confidenciavam os nossos interlocutores.

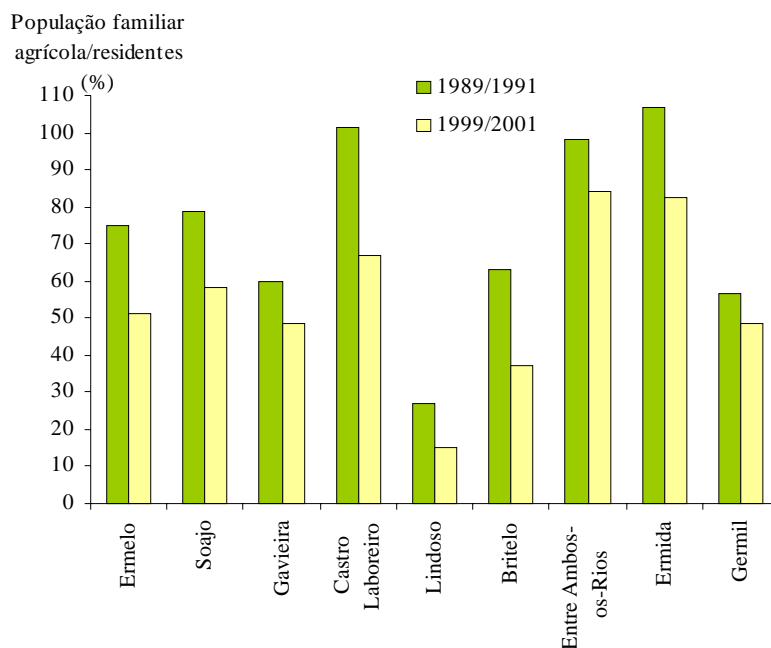
Fig. 44 – Lima raiano luso: Os produtores agrícolas singulares a tempo completo em 1989 e 1999



Fonte: R.G.A., 1989 e 1999, I.N.E., Lisboa.

O limiano luso continua, apesar de tudo, a considerar-se agricultor, o que explica, em nossa opinião, o "peso" da população familiar agrícola perante o total dos residentes (Fig.45), embora na última década se tenha assistido a uma evolução negativa que, estamos cientes, se acentuará nos próximos anos.

Fig. 45 – Lima raiano luso: Proporção da população familiar agrícola no total de residentes (1989 e 1999)



Fontes: I.N.E., Recenseamentos da População, 1991 e 2001, Lisboa.
I.N.E., Recenseamentos Gerais da Agricultura, 1989 e 1999, Lisboa.

Os valores encontrados na década de oitenta⁶⁰⁹ para as freguesias de Castro Laboreiro, Entre Ambos-os-Rios e Ermida entendemo-los em função do intervalo de dois anos, que medeia os dois momentos dos respectivos levantamentos estatísticos. Resultados que, em nossa opinião, não invalidam a leitura que pretendemos apresentar, ou seja, questionar a tendência negativa do peso da população agrícola no efectivo dos residentes em cada freguesia.

Apesar do quadro negativo que retrata o universo dos agricultores, o levantamento exaustivo e sistemático que efectuámos, permite-nos distinguir aquelas aldeias que consideramos com um certo dinamismo, em virtude dos seus residentes que um dia partiram e ao regressarem, relativamente jovens, detêm energia e poder económico, que lhes permitiu implementar um conjunto de investimentos, nomeadamente, na mecanização agrícola, entendida como a aquisição de um potente tractor e alfaias afins, nas novas explorações de pecuária em regime de pastagens livres, ou, na unidade de produção artesanal de derivados porcinos certificados, como a que existe no Rodeiro.

⁶⁰⁹ - O facto da população familiar agrícola publicada pelo *Recenseamento Geral da Agricultura de 1989* ultrapassar os residentes de 1991, entendemo-lo pelo intervalo que separou os dois momentos censitários e durante o qual a população diminui em função da lei natural da vida, ou, então, pelo êxodo rural. Contudo, apesar desta discrepância, consideramos um indicador "aceitável", na medida que nos apresenta a tendência evolutiva da importância da actividade agro-pastoril nas comunidades raianas.

Outras actividades desempenham os residentes na área lusa, nomeadamente aqueles que labutaram no estrangeiro e uma vez regressados, encetaram uma actividade similar àquela que exerceram durante longos anos, mas, agora, como pequenos empresários⁶¹⁰, ou, na construção civil, ou, na restauração, ou, no sector das limpezas urbanas, cujos escritórios se encontram sediados, quer na sede dos respectivos concelhos, quer em Viana do Castelo, mas, principalmente em Braga (Fig. 46).

Os funcionários públicos, em que se evidenciam os professores do Ensino Básico e Secundário distribuídos, por princípio, pelos centros urbanos mais próximos, correspondem a uma segunda geração, que não saiu, mas estudou no país, porque os progenitores labutavam nas terras distantes, auferindo rendimentos suficientes para dar lhes um futuro melhor.

A mesma explicação nos foi dada para os jovens licenciados inseridos nas funções liberais e nos quadros de empresas, por vezes a trabalharem em cidades tão distantes como Évora, ou, Bragança e Fafe, pelo simples facto de aí terem realizado a licenciatura, efectuado estágio e a entidade patronal os ter integrado nos respectivos quadros (Fig. 47).

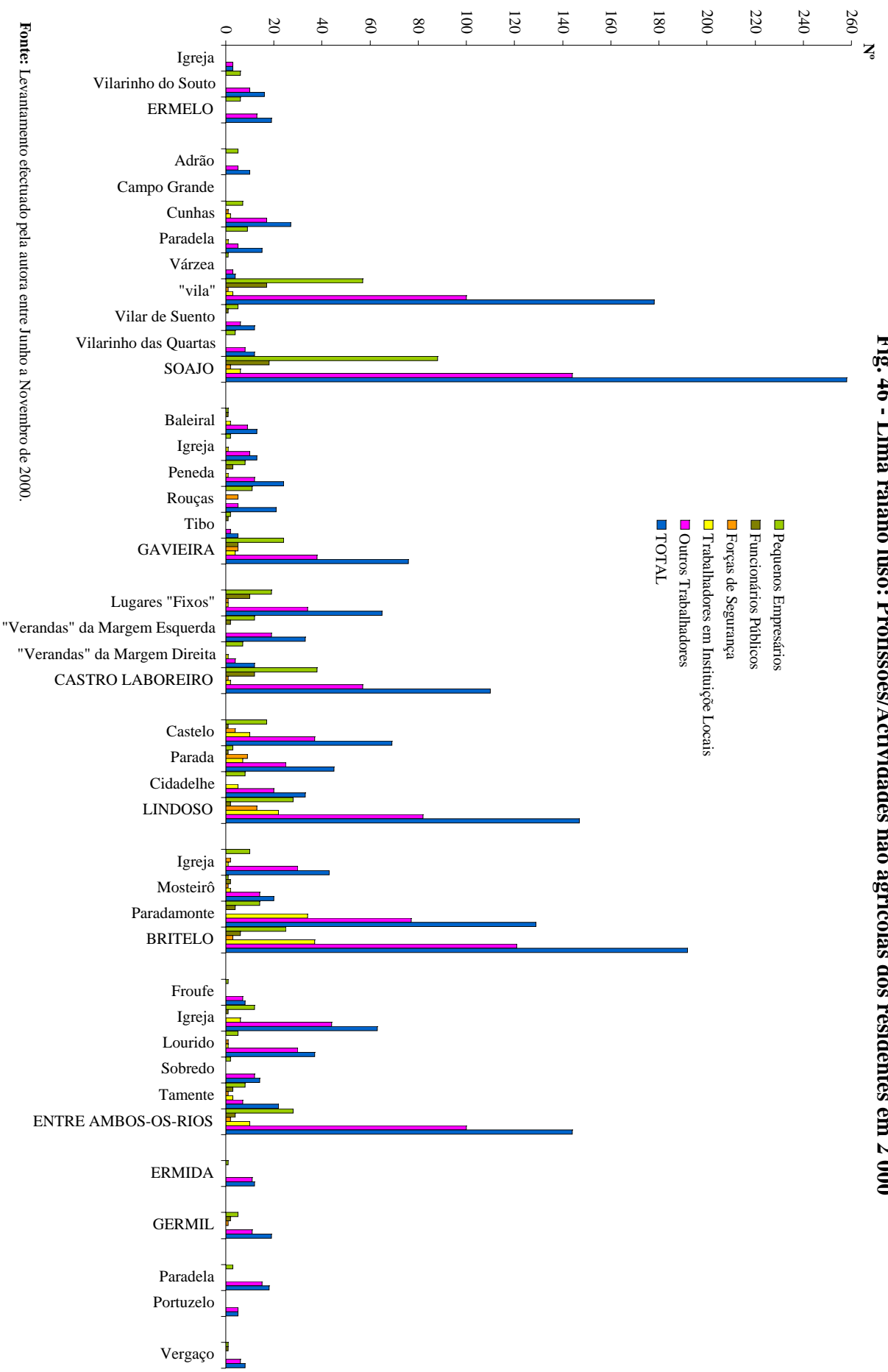
O grupo dos trabalhadores das Instituições Locais distribuem-se pelos Serviços da E.D.P. (no Castelo e em Paradamonte), do Parque Peneda-Gerês, por princípio Guardas Florestais, actualmente, Agentes de Protecção da Natureza, pelo complexo turístico da Senhora da Peneda e pelas instituições de solidariedade social, os Centros de Dia e os Lares para a Terceira Idade, estes, por princípio, nas sedes dos respectivos concelhos. Distinguimos os trabalhadores, sempre do sexo feminino, do complexo turístico da Senhora da Peneda e das Instituições de Solidariedade Social, pelo facto de predominarem os naturais de outros países, nomeadamente Angola e França.

Contudo, nos residentes com profissão, destacam-se os operários da construção civil⁶¹¹ pelo simples motivo de constituírem mão-de-obra indiferenciada, que, apenas possui o 6º ano, excepcionalmente o 9º ano, em que a maioria, ainda jovem, residiu no exterior, quando os pais lá se encontravam, a exemplo do que acontece com os trabalhadores em padarias, cafés ou minimercados.

Elementos de uma segunda geração que, em 2000, ou, trabalhavam nas obras sob ordens de empreiteiros, com maior dimensão, que os distribuía por todos o país, de acordo com as sub-empresas, que se comprometeram a executar, assegurando-lhes a dormida em

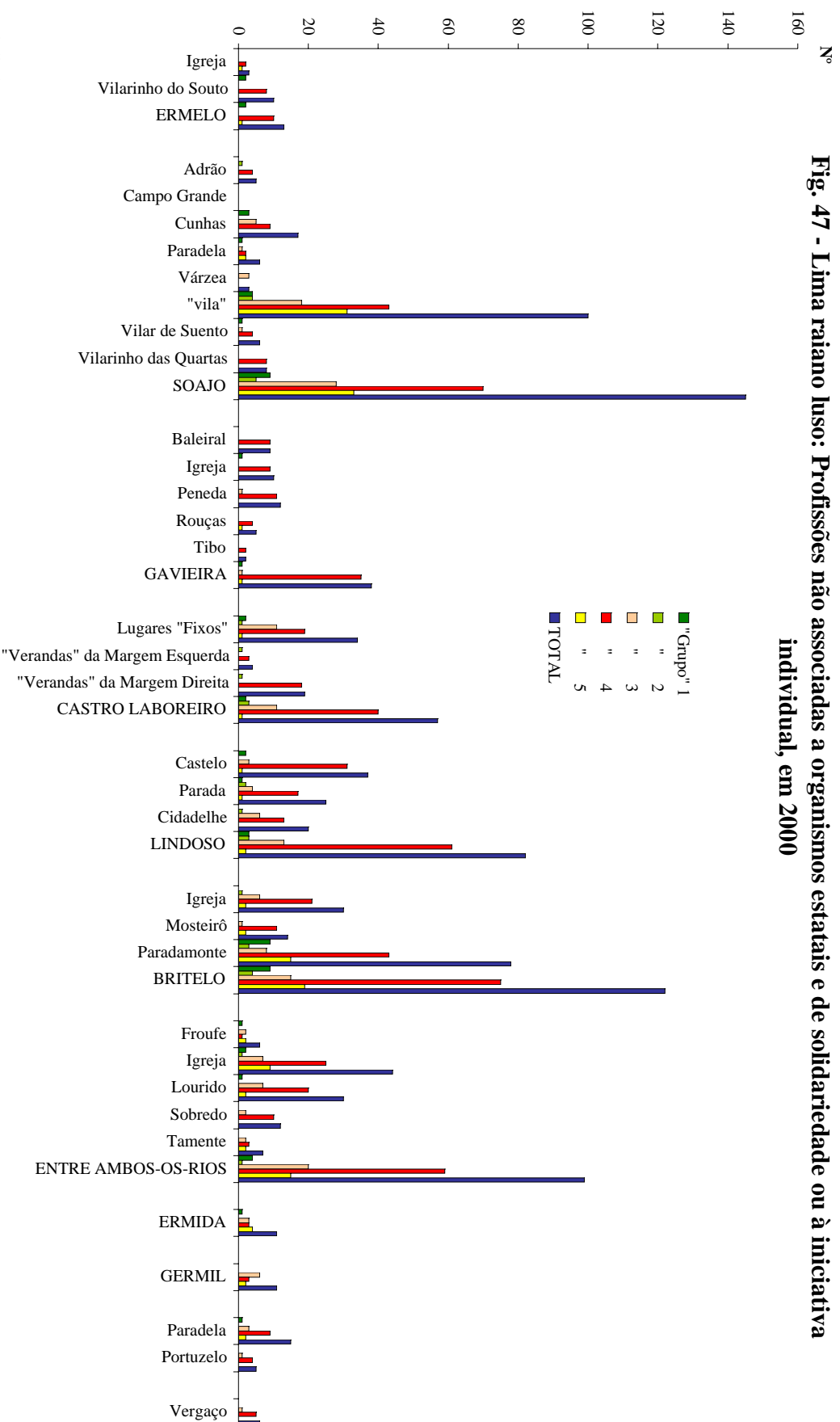
⁶¹⁰ - Em 2000, 1008 residentes se declararam com profissão dos quais 247 (24,5%) eram pequenos empresários.

⁶¹¹ - Contabilizámos 374 trabalhadores (37,1%) no universo em estudo.



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho a Novembro de 2000.

Fig. 47 - Lima raiano luso: Profissões não associadas a organismos estatais e de solidariedade ou à iniciativa individual, em 2000



Trabalhadores:

1 - Em Bancos, Seguros, Escritórios, Farmácias, outros; 2 - Nas Funções Liberais: advogados, engenheiros, médicos, outros; 3 - Nos cafés, padarias, mercearias/minimercados, canhoes, oficinas, outros; 4 - Na Construção Civil/obras/fábricas, imprezas, outros; 5 - Nas explorações agrícolas (caseiros e jornalheiros).

Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

contentores e o transporte à aldeia no fim-de-semana, ou, privilegiavam a cidade de Braga, por causa do alojamento, que estava assegurado no apartamento que os progenitores adquiriram, como uma forma de melhorar "o pé de meia" conseguido no exterior⁶¹².

Não escondemos que foi com uma certa surpresa, que nos deparámos com moradores no Soajo ("vila"), no Lindoso (Castelo), em Britelo (Igreja) e Entre Ambos-os-Rios (Igreja) que se intitularam de caseiros, embora o cônjuge fosse operário na construção civil. Trabalhavam pequenas explorações agrícolas, isto é, cortavam anualmente a vegetação daninha, de modo as parcelas apresentarem um ar de limpeza, a fim de garantirem a habitação.

Está-se perante um grupo social, que, juntamente com os jornaleiros, teve uma certa importância nestas aldeias, até á década de cinquenta do séc. XX.

Sem nos debruçar sobre as questões no âmbito da estratificação social, pois não são os objectivos que pretendemos atingir com esta investigação, este grupo profissional, o dos caseiros e jornaleiros, seria significativo nas aldeias em que se distinguiam as famílias com o maior *status* social, as famílias proprietárias das explorações agrícolas com maior dimensão, cujas residências, ainda hoje, se evidenciam pela traça e arquitectura rasgada num granito austero, mas, simultaneamente sumptuoso.

Um grupo profissional, que sempre se evidenciaria ao longo do século XX, até pela posição social, que a comunidade considera de destaque, diz respeito às Forças de Segurança, principalmente Guardas Nacionais Republicanos e os "velhos" Guardas da Alfândega, justificados pela proximidade da fronteira e pela facilidade com que o mancebo, através da prestação do serviço militar obrigatório, ingressava nas Forças Paramilitares.

Razões suficientes para explicar a proporção⁶¹³ deste grupo nos residentes, que auferiam, em 2000, uma reforma de origem portuguesa⁶¹⁴ (Fig. 48), se excluirmos todos os maiores de 65 anos abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social"⁶¹⁵.

Mas, são os residentes ex-trabalhadores em Instituições Locais, que correspondiam, em 2000, à maior proporção no universo dos residentes com direito a uma pensão de origem

⁶¹² - Encontrámos vários operários, nomeadamente na Gavieira, na "casa" dos trinta anos, operários em Braga, pela necessidade em utilizar o apartamento familiar, que estava vago e *tornava-se necessário arejar*.

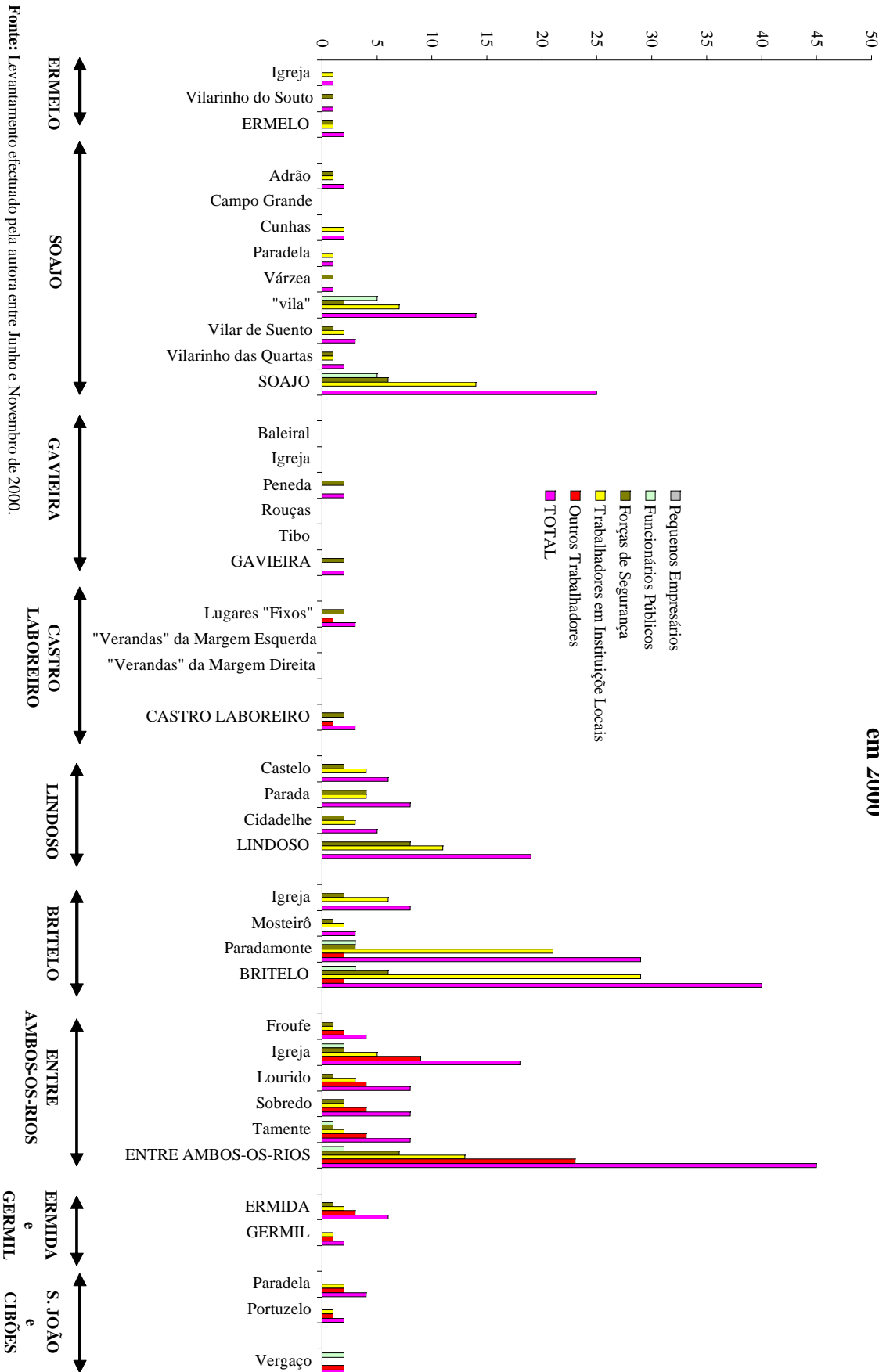
⁶¹³ - Em 2000, num total de 152 reformados e não abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, 33 foram elementos das Forças de Segurança (21,7%).

⁶¹⁴ - Não contabilizámos os residentes, que auferiam uma pensão com origem no exterior, em virtude de ser o tipo de rendimento comum a todos aqueles, pelo menos os homens, que ao ausentarem-se, apenas regressaram, quando tinham garantido a pensão de sobrevivência.

⁶¹⁵ - Não contabilizamos os detentores deste tipo de reforma, ou seja, a do Regime Geral da Segurança Social, uma vez que se estende, de um modo generalizado, a todos os elementos da comunidade com mais de 65 anos, que nunca tiveram em Portugal o que consideram *um emprego*.

Residentes com reforma portuguesa (r²)

Fig. 48 - Lima raiano luso: Residentes com reformas portuguesas resultantes de actividades não agrícolas em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

portuguesa⁶¹⁶ e não incluída no Regime Geral da Segurança Social, o que se justifica pela importância que desempenhou no mercado de trabalho local a actual E.D.P..

Empresa que nas últimas décadas tem sido atingida por reestruturações várias, que culminaram, sempre, com reduções sucessivas de funcionários, atingindo, de modo drástico, o trabalhador limiano⁶¹⁷.

Nos primeiros anos do séc. XXI o efectivo de trabalhadores locais na Central do Alto do Lindoso era mesmo muito limitado, com tendência progressiva para a redução, que irá aumentando, de acordo com o ritmo das aposentações⁶¹⁸.

Universo de aposentados e reformados que dominam o quadro social do Lima raiano em estudo (Fig. 41, p. 287), que dizem desempenhar, principalmente os lusos, uma actividade agro-pastoril, mas, em que a grande maioria a encara como uma forma agradável de viver os dias de reformado, fazendo depender os seus rendimentos de pensões conseguidas pelos árduos e longos anos de trabalho, que prestaram nos centros urbanos, nacionais, mas, primordialmente estrangeiros, a que acrescentam, as rendas dos apartamentos que possuem na cidade mais próxima, (Braga e Ourense), ou, na respectiva sede do concelho, o valor da reforma nacional e o "resultado" da venda de *umas cabeças de gado*, ou, *vitelos*, a par dos subsídios no âmbito da Política Agrícola Comum, que incentivam a criação da *barrosã* e da *cachena* ao ar livre e em moldes tradicionais.

Sociedade limiana de raia em que o grupo dos jovens se encontra de um modo global em perda, em comparação com o efectivo dos idosos (Figs. 49 e 50)⁶¹⁹.

Se a leitura global e comparativa, de acordo com as Fontes que foram por nós utilizadas, não é possível, torna-se, contudo, evidente, que o grupo jovem apresenta-se com um "peso" inferior, nomeadamente na Galiza, em relação ao grupo dos idosos. De facto, no efectivo dos residentes das aldeias galegas, o peso dos jovens com uma idade inferior aos 16 anos é substancialmente inferior à proporção dos residentes com mais de 65 anos.

⁶¹⁶ - Dos 152 elementos com pensões de reforma de origem portuguesa, mas não abrangidas pelo Regime Geral da Segurança Social, 74 (48,7%) eram, em 2000, antigos funcionários de Instituições como a E.D.P., ou, o Parque Nacional Peneda-Gerês.

⁶¹⁷ - Recordámos, por exemplo, em 2000, um electricista, residente em Paradamonte, "dispensado", há anos, pela Empresa, mas, como não reunia as condições para ser reformado, continuava a receber o salário, sem poder trabalhar, porque baixava a produtividade. Situação incompreensível para o funcionário que questionava, de um modo amargurado e até angustiado *por muito pouco que trabalhe, não produzirei mais do que estar parado?*

⁶¹⁸ - Por curiosidade, nesse mesmo ano, o de 2000, o sector das limpezas tinha sido entregue a uma empresa privada, sediada em Ponte da Barca, facto, que ainda mais alertou os moradores do Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, para o emprego, cada vez mais precário, que a Empresa oferecia a comunidades que nos anos vinte do século passado, a tinham recebido *de alma aberta*, franqueando-lhe a água, o território e a força de trabalho, em troca de um emprego minimamente estável.

⁶¹⁹ - Alertamos para a impossibilidade de uma leitura comparativa entre os três grandes níveis de idade, pois, apenas, nos foi permitido reagrupar os valores em: <19, 19 a 64, >=65 anos, e <16; 16 a 64 e >= 65 anos, de acordo com os dados fornecidos, respectivamente, pelos recenseamentos luso e a galego.

Em relação aos dados por nós recolhidos, optámos por uma leitura que melhor referenciasse a estrutura profissional, pois entendemos que um residente com mais de 60 anos de idade, não se encontra, já, nas melhores condições físicas para executar as tarefas que a agro-silvo-pastorícia, sempre, lhe exigiu.

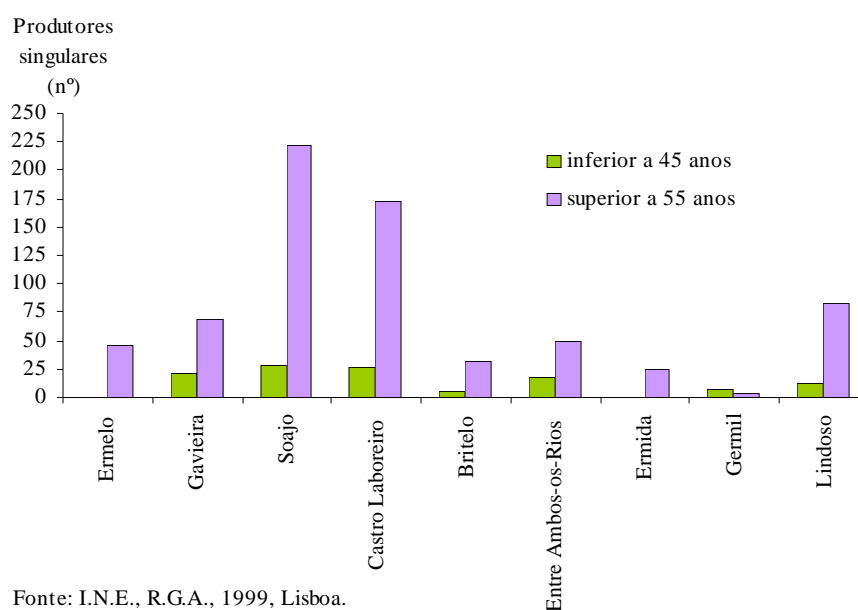
Conjunto de motivos que nos levou a pôr de parte a possibilidade da leitura comparativa com os valores oficialmente publicados.

Se para as aldeias portuguesas, de um modo global, a proporção dos jovens com idades inferiores a 19 anos não se encontra tão "desequilibrada", é notório, contudo, a sua "fragilidade" perante a importância das idades mais avançadas.

Fenómeno de desequilíbrio de gerações, que explicamos pelo facto de nos encontrarmos perante comunidades atingidas por um forte êxodo rural⁶²⁰, cujos elementos ao partirem muito jovens viveram o período de vida fértil no exterior, e aqueles que regressaram com carácter definitivo, fizeram-no com idades próximas, ou superiores a cinquenta anos, dedicando-se a maioria, à agro-silvo-pastorícia em moldes tradicionais.

Deste modo se explica o envelhecimento dos produtores agrícolas singulares, que predomina na área em estudo, nomeadamente na lusa, a que se associa um grau de instrução baixo (Fig. 51).

Fig. 51 - Lima Raiano luso: A idade dos produtores singulares em 1999



A idade avançada dos agricultores, associada aos baixos níveis de instrução (Fig. 52), repercute-se na falta de capacidade de reestruturação e modernização da actividade, pelo que para a grande maioria, a formação profissional agrícola e, ou, pecuária é, exclusivamente, a proveniente da prática.

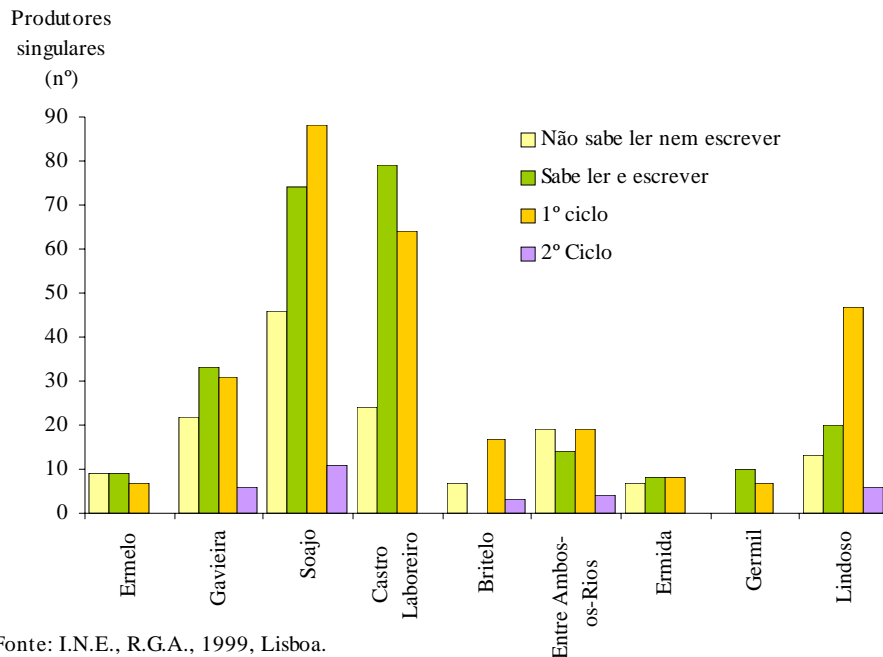
⁶²⁰ -Esta temática será devidamente estudada no capítulo 4, *Mobilidades Geográficas*.

Fig. 49

Lima raiano: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2001

Fig. 50 - Lima raiano luso: População residente, por grandes grupos de idade e lugar, em 2000

Fig. 52 – Lima raiano luso: O grau de instrução dos produtores singulares em 1999



Lima raiano em que as actividades associadas à agro-pastorícia se encontram em plena regressão (Figs. 43 e 44, pp. 282 e 290), em que vão resistindo os produtores mais idosos (gráfico das idades dos agricultores), logo, os que possuem, por princípio, um menor grau de instrução (Fig. 51), embora constituam a maior proporção dos activos em aldeias como as que integram as freguesias de Rouças, Ermida e Germil, ou, em Lourido, Portuzelo, Paradela (S. João) e Vergaço.

Esboço social, que nos permite, em modos de síntese, recordar que o Lima raiano em estudo e na primeira década do séc. XXI, enquadra, primordialmente, territórios que nas últimas décadas assistiram a um saída intensa e continuada das suas gentes, limitando-se na actualidade a atrair e a fixar, predominantemente os mais idosos, quase sempre, os menos qualificados, mas, curiosamente, com uma elevada percentagem de "agricultores", que subsistem com outros rendimentos, os provenientes do estrangeiro, das cidades e vilas próximas. Residentes que deixam os espaços cultivados de outrora à mercê da vegetação espontânea e aguardam a implementação de projectos adequados e adaptados à "sua" agro-pastorícia, ao "seu" ambiente, para assim, se conseguir sinergias capazes de fixar elementos da segunda e terceira gerações, a fim de se recuperar actividades e recursos endógenos, que se encontram numa letargia assustadora no início de este século.

3.3. Comportamento demográfico

Nota Prévia

Mais do que efectuarmos um estudo, no âmbito da Demografia, por entendermos que extravasa os objectivos desta investigação, elaborámos um quadro, que pensamos ser adequada para retratar a especificidade das dinâmicas, em termos demográficos, de uma população que organizou este Lima raiano ao longo de um período multissecular.

Recuámos no tempo, sensivelmente três séculos, de acordo com a Fonte disponível, os *Registos Paroquiais de Baptismo, Casamento e Óbito*. A morosidade e a minúcia exigidas pela investigação deste tipo de Fonte, a que se acrescenta o universo das comunidades organizadas em paróquias, que matizam a extensa área em estudo não se compadecem com os prazos estabelecidos para a efectuação do nosso trabalho. Assim, optámos como objecto de investigação cuidada, pela observação de uma freguesia, naturalmente lusa, a do Lindoso, que, atendendo à proximidade com os vizinhos galegos, nomeadamente os de Maním, concelho de Lobios, apresenta um quadro sócio-cultural, que, entendemos ter significado e ser representativo das comunidades paroquiais em estudo, quer sejam lusas, quer sejam galegas.

Como nos debruçamos sobre um período pré censitário moderno, recorreremos aos princípios de uma metodologia específica na organização e sistematização de variáveis provenientes de Fontes tão "sensíveis" como os *Registos Paroquiais*⁶²¹, a *Metodologia de Maria Noberta Amorim*.

Em pleno período dos *Recenseamentos Gerais da População* (1864-2001), continuámos a privilegiar como Fonte os *Registos Paroquiais*, pois estamos convictos, que, deste modo, se facilitará a leitura diacrónica de comportamentos, que o estudo de indicadores sobre a Nupcialidade, Fertilidade e Mortalidade, de modo tão evidente, revelam.

Ao observarmos os comportamentos da população do Lindoso num longo período, que ultrapassa os três séculos, desde logo, uma questão pertinente se levanta, a relacionada com a periodização dos valores conseguidos para as respectivas variáveis. Como pretendemos obter o quadro demográfico que reflecta, no tempo, as grandes alterações nas atitudes assumidas pelos verdadeiros actores, os residentes do Lindoso, nomeadamente no respeitante à mobilidade, tomámos como referências no estabelecimento dos diferentes intervalos de tempo as indicações que a própria Fonte nos transmitiu sobre a temática em questão e que corresponde a um dos principais objectivos, que justifica as razões deste trabalho.

⁶²¹ - Uma crítica, embora breve, efectuámos no item Fontes, os *Registos Paroquiais*.

Como estamos convencidos e o iremos evidenciar⁶²², que a saída para o exterior, precisamente para Lisboa, já se efectuava, com uma certa regularidade no séc. XVIII, embora a intensidade tenha aumentado no século seguinte, o XIX, estabelecemos dois períodos com um "longo intervalo", pois abrangem *per si* sensivelmente um século⁶²³.

Optámos por incluir no segundo sub-período por nós considerado as duas primeiras décadas do séc. XX, pelo facto de se constatar, através da leitura da Fonte, alterações sociais resultantes da implementação da República. Alterações que se reflectiram, por exemplo, na legalização do divórcio, na obrigatoriedade do registo civil dos diferentes actos que marcam o ciclo de vida da pessoa, o nascimento, casamento e morte, além da chegada esporádica de mão-de-obra proveniente de outras aldeias e concelhos limítrofes para trabalhar na abertura da estrada que ligou a sede do concelho a Cidadelhe, ou, nas obras da central hidroeléctrica do Lindoso, na empresa *Electro del Lima*, acontecimentos que se traduziram numa certa irregularidade no registo paroquial dos actos vitais.

Além disso, encontramos-nos perante um tempo ainda distante, em termos da existência de outras Fontes, nomeadamente as de índole geográfica, pelo que não conseguimos outro tipo de informações, que seriam preciosas numa outra possível periodização para o início do séc. XX, que provavelmente melhor ajudaria a conhecer os comportamentos e atitudes de comunidades em interacção com um território, que nos propusemos estudar com a realização deste trabalho.

Contudo, nas três décadas posteriores, 1920-1959, a leitura da Fonte revela o "retorno" à normalidade no registo dos actos vitais, apenas contrariada a partir da década de sessenta por uma descida rápida, ainda não "estancada" em 2001, e que se explica pela intensidade do êxodo rural, a que se acresce o controle da fertilidade.

Para este último período considerado, o de 1960-2001, desde já, alertamos para as grandes alterações verificadas no ciclo de vida dos limianos. Assim, a grande maioria dos nascimentos verificaram-se nos locais de trabalho dos progenitores, o estrangeiro, ou as duas regiões metropolitanas portuguesas, motivos suficientes para admitirmos que muitos dos neófitos não serem baptizados nas aldeias do Lindoso.

Em relação aos casamentos efectuados neste mesmo período, o trabalho que realizámos junto dos residentes permite-nos inferir, que por razões de prestígio e circunstância, a grande maioria dos nubentes vieram casar à aldeia que os viu nascer.

⁶²² - Esta temática é desenvolvida com o pormenor possível no Capítulo 4, *Mobilidades Geográficas*.

⁶²³ - Para o primeiro período o ano do início da observação depende do momento em que os valores da variável em estudo surgem registados na Fonte com regularidade e sistematicidade, o que difere para cada uma das variáveis em causa.

No que diz respeito aos óbitos ocorridos no exterior, quer tenha sido nos continentes americano, australiano e europeu, ou nas principais cidades portuguesas, o funeral efectua-se, quase sempre na aldeia por motivos afectivos e de solidariedade.

Por este conjunto de razões entendemos que os indicadores, no âmbito demográfico, das últimas quatro décadas do séc. XX, reflectirão as profundas e bruscas mutações de uma comunidade atingida, de modo inexorável por um fenómeno, o migratório, que de modo brusco e atroz dilacerou núcleos familiares e de vizinhança, com consequências muito significativas na reestruturação de territórios, que se pretende equilibrada e sustentada.

Então, estudar o comportamento demográfico da comunidade limiana, neste caso a do Lindoso, de acordo com as metas que nos propomos atingir com a realização desta investigação, pressupõe privilegiarmos aqueles indicadores, que esclarecem e elucidam a interacção que, ao longo do tempo, pacientemente a população limiana gizou no seu território e, inevitavelmente, se faz repercutir na dinâmica futura destes espaços e territórios de fronteira.

3.3.1. Nupcialidade

Antes de nos debruçar propriamente, sobre o acto de casar entendemos ter interesse reflectir sobre a proporcionalidade entre os sexos ao nascimento, pelas repercussões no contexto geral da população em fenómenos como os movimentos migratórios, a nupcialidade, ou os nascimentos fora do casamento, que inevitavelmente se farão sentir na dinâmica territorial.

Observemos, então, a proporção de indivíduos dos dois sexos no acto de nascer, tendo como indicador o índice de masculinidade ao nascimento (Quadro 9)⁶²⁴.

Quadro 9 - Índice de masculinidade ao nascimento (1670-2001)

Períodos	Nascimentos (n°)		Índice de Masculinidade
	H	M	
1670-1799	1 249	1 198	104,3
1800-1919	1 098	1 002	109,6
1920-1959	678	606	111,9
1960-2001	400	443	90,3
1670-2001	3 425	3 249	105,4

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos do Lindoso* (1663-2001).

⁶²⁴ - Índice de masculinidade ao nascimento traduz o número de rapazes nascidos por cem raparigas, também nascidas no mesmo intervalo de tempo.

O valor obtido para o período global em observação (105,4) valida, sensivelmente, o índice tipo das comunidades de raça branca⁶²⁵. Contudo, nos quatro sub-períodos considerados, a discrepância verificada entendemo-la como o resultado de "trabalharmos" pequenas amostras, que oblitera, indubitavelmente, o resultado do indicador em estudo.

Assim, inferimos que o Lindoso apresenta um índice de masculinidade ao nascimento, cujos valores não se afastam dos considerados "normal" pelos especialistas em Demografia. Encontrar-nos-emos, então, perante um fenómeno, cujos valores indicativos não se dissociarão, no âmbito demográfico, de outros como, por exemplo, os que envolvem o acto de casar.

Embora o acto de casar deva corresponder a uma opção natural dos respectivos intervenientes, está frequentemente dependente de um conjunto de factores, dos quais salientamos os conceitos de liberdade individual perante a autoridade paterna, os modos de vida e as profissões, que explicam a variedade de *status* social que caracteriza as comunidades e que se reflectiu, pelo menos até inícios do séc. XX, na evolução de variáveis, como, por exemplo, a idade média ao primeiro casamento⁶²⁶, ou o celibato definitivo⁶²⁷.

Como estamos interessados em estudar comportamentos de gerações, efectuámos uma observação longitudinal, o que nos "obrigou" a eliminar o último sub-período por nós considerado, o de 1959-2001, quando estudávamos o comportamento dos noivos em relação à idade do primeiro casamento.

Ora, ao fazermos incidir a nossa observação no período que medeia 1680 e 1959⁶²⁸ e em todos os indivíduos, de ambos os sexos, que casaram pela primeira vez com idades compreendidas entre os catorze e os quarenta e nove anos (Quadro 10), facilmente se constata que no Lindoso as mulheres contraíram matrimónio, em média, mais jovens do que os homens⁶²⁹, verificando-se, contudo, as amplitudes "extremas", respectivamente nos sub-períodos de 1680-1779⁶³⁰ e 1800-1919⁶³¹.

⁶²⁵ - Nas comunidades de raça branca, para um mesmo período de observação, pelo nascimento de cem raparigas nascem cento e cinco rapazes.

⁶²⁶ - Consideramos "idade ao primeiro casamento" a idade dos indivíduos que casaram com níveis etários superiores a doze anos e inferiores a cinquenta anos, pois estamos a pensar no significado da Nupcialidade na análise de outros comportamentos demográficos como a Fertilidade, independentemente das correlações que possam existir entre a Nupcialidade e as condições socioeconómicas e culturais da comunidade.

⁶²⁷ - Considera-se celibatário definitivo o indivíduo que morre solteiro com idade igual ou superior a cinquenta anos.

⁶²⁸ - Se o primeiro registo de casamento que encontrámos data de 20/10/1673, iniciámos a nossa observação no ano de 1680 em virtude de, apenas, a partir desta data se verificar regularidade e sistematicidade no assento dos respectivos actos matrimoniais.

⁶²⁹ - Um ano, sete meses e seis dias.

⁶³⁰ - Três meses e 18 dias.

⁶³¹ - Dois anos, sete meses e dois dias.

Quadro 10 - Lindoso: Idade média ao primeiro casamento (1680-1959)

Períodos	Homens		Mulheres	
	Observações	Idade Média	Observações	Idade Média
	(n°)	(anos)	(n°)	(anos)
1680-1799	285	26,5	340	26,2
1800-1919	321	29,2	396	26,6
1920-1959	218	27,1	224	25,3
1680-1959	824	27,6	960	26,1

Fonte: *Livros de Registo de Casamentos do Lindoso (1663-2001)*.

O sub-período de 1800-1919 evidencia-se, por um lado, pelos noivos serem, em valores médios, os mais "adultos", por outro, por corresponder "ao início" da tendência de descida, embora gradual, da idade ao primeiro casamento, independentemente do sexo.

O fenómeno da mobilidade, nomeadamente nos sécs. XIX e primeira metade do séc. XX, com a saída dos residentes masculinos para Lisboa, em muito teria influenciado a idade tardia do noivo em casar, comparativamente à "juventude" da noiva, que permanecia na aldeia a aguardar, que o eleito conseguisse, em terra distante, um "pé de meia", que lhes facilitasse a constituição de um lar.

Contudo, nas últimas quatro décadas do séc. XX a grande maioria das jovens enveredaram, também, pela saída para o exterior, explicando, talvez, a descida acentuada do celibato feminino⁶³², comparativamente aos restantes sub-períodos em observação, embora pesem, de modo significativo, aquelas que não chegaram a casar (Quadro 11)⁶³³.

Quadro 11 – Lindoso: Celibato definitivo (1720-2001)

Períodos	Óbitos					
	Homens			Mulheres		
	Total	solteiros, idade > 49		Total	solteiras, idade > 49	
	(n°)	(n°)	(proporção)	(n°)	(n°)	(proporção)
1720-1799	120	1	0,8	118	4	3,3
1800-1919	250	25	10	345	64	18,5
1920-1959	117	10	8,5	149	41	27,5
1960-2001	160	14	8,7	190	28	14,7
1720-2001	647	50	7,7	802	137	17

Fonte: *Livros de Registo de Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Surpreendeu-nos os valores verificados, para ambos os sexos e referentes ao séc. XVIII, por serem, comparativamente aos restantes sub-períodos, baixos e para os quais aventamos a possibilidade do sub-registo do fenómeno. Contudo, há que evidenciar o facto

⁶³² - O facto de o início da periodização do celibato definitivo se verificar em 1720 justifica-se pela nossa observação se ter processado a partir de 1670 e, assim, apenas no final de um período de cinquenta anos se conseguir obter os primeiros valores credíveis sobre a variável em questão.

⁶³³ - Pelo levantamento sistemático, que efectuámos em Junho de 2000, junto de todos os agregados familiares distribuídos pelas três aldeias do Lindoso, podemos constatar que não têm significado estatístico os raros casos de união de facto encontrados.

de, mesmo neste sub-período, o celibato definitivo atingir valores mais elevados no sexo feminino, em relação ao sexo oposto, fenómeno frequente e "normal" nas sociedades rurais até, pelo menos, os meados do séc. XX. Ficar solteiro com mais de cinquenta anos resultava, em grande medida, da interligação complexa de factores que envolviam o acto de casar como a situação económica, a estrutura demográfica e a natureza cultural da comunidade.

Além disso, o êxodo que atingiu os rapazes do Lindoso ao longo de um período multissecular, tornar-se-ia para um grupo significativo em saída definitiva da aldeia, pelo que constituirá, também, uma das justificações a considerar no *déficit* do mercado matrimonial para o sexo feminino, com implicações admissíveis no potencial reprodutivo da freguesia.

Em nota de síntese diremos que apesar dos índices de masculinidade encontrados, os valores da idade média ao primeiro casamento relativamente altos e para ambos os sexos, a que se acresce os do celibato definitivo, nomeadamente para a mulher, permitirão pensar que no Lindoso, até à segunda metade do séc. XX, residiria uma comunidade com uma capacidade reprodutiva sensivelmente limitada, mas que os indicadores da fertilidade poderão ajudar a esclarecer.

3.3. 2. Fecundidade

3.3.2.1 Fecundidade no Casamento

"Quem reconstitui famílias familiariza-se com um ritmo de nascimentos para o período do Antigo Regime que não pode deixar, intuitivamente, de classificar de natural"⁶³⁴.

Quando estudamos o comportamento reprodutivo de uma comunidade durante os últimos três séculos e meio é a fase de transição entre uma fertilidade próxima da natural e uma fertilidade controlada que mais desperta a atenção.

Estudaremos, com um certo pormenor, os indicadores relativos à Fecundidade que maior influência terão tido na dinâmica que a comunidade rural do Lindoso imprimiu na organização do território, em que habita, desde há longos séculos.

Contudo, antes de iniciarmos o seu estudo, referimos que o volume de observações sobre o qual incide o cálculo dos indicadores da Fecundidade no Casamento é sempre reduzido, pois torna-se necessário classificar cada família segundo uma tipologia⁶³⁵, para só utilizarmos as famílias que permitem extrair, com rigor, a informação pretendida.

⁶³⁴ - Amorim, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 160-1980*, 1991, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, p. 113.

⁶³⁵ - **Famílias Tipo 1** – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Famílias Tipo 2 – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos data de nascimento da mulher.

Começamos, então, por abordar o comportamento dos casais⁶³⁶ que realizaram o seu casamento nos três sub-períodos em estudo, precisamente pela observação das taxas de fecundidade no casamento por grupos de idade da mulher (Quadro 12).

Quadro 12 – Lindoso: Taxas de Fecundidade no Casamento por grupos de idade (15-49 anos da mulher e em permilagem) Descendência Teórica (15-49 anos da mulher) (1680-1959)

Períodos	Observações (nº)	Grupos de idade (anos)							Descendência teórica (15-49 anos)
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1680-1799	285	179	330	333	312	257	118	13	7,7
1800-1919	327	339	353	320	264	206	102	13	7,9
1920-1959	118	400	381	283	228	159	75	3	7,6
1680-1959	730	252	349	318	277	218	104	11	7,6

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamento e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Os valores de taxa de fecundidade no casamento por grupos de idade foram baixos para qualquer sub-período considerado. Contudo, o grupo de valores mais significativos corresponde às mulheres com idades entre os 20 e 29 anos, evidenciando-se no sub-período de 1920 a 1959 as mulheres mais jovens (15 a 19 anos) pelos valores médios de nascimentos atingidos (400 nascimentos em mil mulheres).

Ao questionarmos os valores relativamente baixos para a época⁶³⁷, das taxas de fecundidade detectadas no sub-período de 1680 a 1799, admitimos que nas comunidades do Antigo Regime existiriam mecanismos de regulação da fecundidade, actuando de uma forma consciente ou não na população, que regulariam a prática de "fecundidade natural"⁶³⁸.

Famílias Tipo 3 - Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento e data de nascimento da mulher e desconhecemos data de óbito do primeiro cônjuge a falecer.

Famílias Tipo 4 - Famílias das quais conhecemos data de casamento e desconhecemos data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge a falecer.

Famílias Tipo 5 - Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de nascimento da mulher, data de óbito do primeiro cônjuge a falecer e desconhecemos data de casamento.

Famílias Tipo 6 - Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de óbito do primeiro cônjuge a falecer e desconhecemos data de casamento e data de nascimento da mulher.

Famílias Tipo 7 - Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizado de filhos.

Amorim, Norberta, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, 1992, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 30-31.

⁶³⁶ - O universo em estudo, apenas, inclui nas Famílias Tipo I, aquelas que viveram em convivência conjugal 5 ou mais anos e que atingiram ou ultrapassaram, também, em convivência conjugal os 48 anos de idade da mulher. Nas famílias contemporâneas foram consideradas aquelas que no final da observação a mulher tinha ultrapassado o período da idade fecunda.

⁶³⁷ - Amorim, Maria Norberta, "O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial" in *Revista Ler História*, 36, 1999, pp. 9-43.

⁶³⁸ - Era normal na época uma amamentação prolongada pela mãe ao filho recém-nascido. O período dilatado do aleitamento poderá ser uma possível causa a ter em consideração, não só pelo facto de, biologicamente, a mãe a amamentar ter menores probabilidades em conceber, como também, pela dieta alimentar ser parca em variedade e, mesmo, em quantidade. Colocámos a hipótese da raridade dos alimentos

Se é muito difícil construir um quadro explicativo dos motivos subjacentes às baixas taxas de fecundidade no casamento em pleno período do "Antigo Regime", admitiremos, contudo, que condições fisiológicas e factores sócio-culturais, como o aleitamento prolongado e, ou a duração da abstenção pós-parto poderão ter sido determinantes no comportamento desta comunidade rural.

Este facto é confirmado pela observação dos valores de Descendência Teórica⁶³⁹ (Quadro12) para os três sub-períodos considerados em que no final da vida reprodutiva cada mulher com idade entre os 15 e 49 anos teria um número médio de filhos entre 7,6 e 7,9.

Pela observação destes indicadores, e em nota de síntese, somos de opinião que no Lindoso a fecundidade seria "próxima da natural" até aos anos vinte do séc. XX e, a partir desta década, os casais começariam "muito timidamente" a pensar em controlar a descendência.

Leitura que poderá ser corroborada pela observação da evolução da idade média da mãe ao nascimento do último filho (Quadro 13)⁶⁴⁰.

Quadro 13 - Lindoso: Idade Média da Mãe ao Nascimento do Último Filho (1680-1959)

Períodos	Observações (nº)	Idade média (anos)
1680-1799	141	39,8
1800-1919	191	38,8
1920-1959	71	35,2
1680-1959	403	38,5

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamento e Óbitos do Lindoso* (1663-2001).

No longo período em observação (1680-1959) a mãe assistiu ao nascimento do último filho com uma idade, em valores médios, sempre inferior aos 40 anos. Contudo, uma descida importante verificou-se na primeira metade do séc. XX, com a mãe a ter o último filho com uma idade, em média, próxima dos 35 anos.

A título de exemplo, se compararmos as idades médias da mulher do Lindoso ao primeiro casamento (Quadro 10, p. 308) e ao nascimento do último filho (Quadro 13) nos dois sub-períodos "limites", respectivamente o de 1680-1799 e o de 1920-1959, verificamos que se

compatíveis com o organismo das crianças com poucos meses de idade, o que se traduziria na necessidade da mãe em amamentar o filho durante um período mais dilatado. Além disso, as carências alimentares associadas ao trabalho árduo na agro-pastorícia contribuiriam para que as condições físicas da mulher fossem débeis o que dificultaria, também, a concepção.

⁶³⁹ - Número médio de filhos por mulher, nas condições de fecundidade encontradas e a convivência conjugal se estender dos 15 aos 49 anos da mulher.

⁶⁴⁰ - A observação continua a incidir nas famílias Tipo 1, naquelas que viveram em convivência conjugal 5 ou mais anos e que atingiram ou ultrapassaram, também, em convivência conjugal os 48 anos de idade da mulher. Nas famílias contemporâneas foram consideradas aquelas que no final da observação a mulher tinham ultrapassado o período da idade considerada fecunda (15 a 48 anos de idade).

registou uma redução média de quatro anos entre a data do primeiro casamento da mulher e o ano de nascimento do último filho⁶⁴¹, o que nos permite aventar que o autocontrole da fecundidade no casamento se tornou evidente, embora de modo bastante tímido no Lindoso, a partir dos anos vinte do séc. XX.

Tendência na evolução da fecundidade no casamento pode, também, ser entendida pelo número de filhos, que cada casal teve ao longo de toda a convivência conjugal⁶⁴² (Quadro 14).

Quadro 14 - Lindoso: As famílias segundo o número de filhos (1680-2001)

Filhos (nº)	Períodos							
	1680-1799		1800-1919		1920-1959		1680-1959	
	Famílias	Famílias	Famílias	Famílias	Famílias	Famílias	Famílias	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0	40	0	52	14,9	18	13,7	110	13,1
1	44	12,3	49	14	21	16	114	13,6
2	43	12	37	10,6	23	17,6	103	12,3
3	47	13,1	43	12,3	15	11,5	105	12,5
4	40	11,2	46	13,2	18	13,7	104	12,4
5	38	10,6	38	10,9	10	7,6	86	10,3
6	42	11,7	24	6,9	5	3,8	7	8,5
7	22	6,1	25	7,2	7	5,3	54	6,4
8	28	7,8	10	2,9	6	4,6	44	5,3
9	9	2,5	9	2,6	3	2,3	21	2,5
10	1	0,3	11	3,2	3	2,3	15	1,8
11	2	0,6	4	1,1	1	0,8	7	0,8
12	1	0,3	1	0,3	1	0,8	3	0,4
13	1	0,3					1	0,1
	358		349		131		838	
% de famílias sem filhos, por período								
	11,1		14,9		13,7		13,1	
Média de filhos por família e período								
	3,9		3,6		3,4		3,7	
Média de filhos por família fecunda e período								
	4,4		4,3		3,9		4,2	

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamento e Óbitos do Lindoso* (1663-2001).

Quando nos debruçamos, de um modo global, sobre as famílias fecundas constata-se que a sua frequência absoluta, independentemente do respectivo número de filhos, diminui de modo "brusco" no terceiro sub-período em observação (1920-1959), apesar das duas famílias com 11 e 12 filhos, respectivamente.

⁶⁴¹ - No sub-período de 1680 a 1799, a mulher casou com uma idade média de 26 anos, 2 meses e 16 dias e teve o último filho com a idade média de 39 anos, 9 meses e 29 dias, verificando-se em média 13 anos, 7 meses e 13 dias de convivência conjugal.

No último sub-período, de 1960 a 2001, a mulher casou pela primeira vez com uma idade média de 23 anos, 1 mês e 19 dias, em termos comparativos mais jovem 3 anos, 1 mês e 3 dias, vendo nascer o último filho, também mais jovem, com a idade média de 28 anos, 8 meses e 2 dias, verificando-se, em valores médios, uma convivência conjugal com a duração de 5 anos, 7 meses e 6 dias.

⁶⁴² - Famílias Tipo 1 e Tipo 2, isto é, famílias das quais conhecemos o início e o fim da união, independentemente da idade da mulher ao casamento. Ao optarmos pelas famílias que viveram toda ou parte da vida no Lindoso estamos cientes que ao privilegiarmos a essência do conhecimento demográfico, reduzimos o efectivo em observação, mas, por outro lado, eliminámos os habitantes que "transitaram" pela freguesia, evidenciando, assim, as famílias que teriam sido, no tempo, as grandes obreiras da organização económico-social e territorial deste território.

Por curiosidade, os núcleos familiares que estiveram na "moda", em função do número de filhos nos diferentes sub-períodos foram aqueles em que nasceram, respectivamente, três (1680-1979), quatro (1800-1919) e dois filhos (1920-1959).

Poderemos, então, inferir que se registou no longo período em observação (1680-1959) uma variação negativa não só no número de famílias com filhos, mas, como era de esperar, nos quantitativo de descendentes por núcleo familiar.

Se foi significativo o peso dos casais que não tiveram filhos, já, o valor médio de filhos por família fecunda não regista variações tão acentuadas nos três sub-períodos em observação.

Além de nos preocupar em conseguir indicadores que permitam leituras, no tempo, sobre o comportamento do casal, nomeadamente em relação ao quantitativo de filhos, somos de opinião que o estudo evolutivo das concepções pré-nupciais tendo por base a observação dos intervalos protogenésicos inferiores a oito meses⁶⁴³ poder-nos-á fornecer informações curiosas sobre a convivência íntima entre os noivos e, de alguma forma, sobre os constrangimentos sociais a que estavam sujeitos⁶⁴⁴ (Quadro 15).

Quadro 15 - Lindoso: Concepções pré-nupciais (1680-2001)

Períodos	Intervalos protogenésicos		
	Totais	< 8 meses	%
	1680-1799	356	48
1800-1919	329	29	8,8
1920-1959	176	19	10,8
1960-2001	201	28	13,9
1680-2001	1 062	124	11,7

Fonte: *Livros de Registo de Nascimento, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

É interessante observar que foi nos dois sub-períodos "limites", o de 1680 a 1799 e o de 1960 a 2001, que as concepções pré-nupciais atingiram valores percentuais superiores a 13%, embora se evidencie a época do pleno controlo da fertilidade (13,9%).

A importância dos valores para os dois sub-períodos em causa permite-nos questionar, por um lado, a influência da Igreja, nomeadamente nos sécs. XVII/XVIII, nos comportamentos dos noivos ao doutrinar sobre o pecado que eles recorreriam se

⁶⁴³ - O universo deste tipo de observação incide nas Famílias Tipo I, Tipo 2, Tipo 3 e Tipo 4, isto é, famílias das quais conhecemos a data de casamento independentemente da data de nascimento da mulher.

⁶⁴⁴ - Amorim, Maria Norberta, 1992, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 157-1666.

consumassem a sua união antes do acto religioso⁶⁴⁵, por outro, o papel do Serviço Nacional de Saúde, precisamente no sector do planeamento familiar e nas últimas décadas do séc. XX, junto à camada jovem solteira inclusive aquela que reside em espaços agro-silvo-pastoris e raianos.

Comunidade raiana cujos casais, no multissecular período em observação, apresentam, em valores médios, uma longo período de vida em comum (Quadro 16)⁶⁴⁶.

Quadro 16 - Lindoso: Duração dos casamentos (1680-1959)

Duração (anos)	Períodos					
	1680-1799		1800-1919		1920-1959	
	nº	%	nº	%	nº	%
0, 4	32	7,2	26	6,2	25	11,2
5, 9	46	10,3	24	5,7	31	13,9
10, 14	40	8,9	47	11,2	24	10,8
15, 19	48	10,7	28	6,7	20	9,0
20, 24	61	13,6	34	8,1	16	7,1
25, 29	47	10,5	38	9,1	14	6,2
>30	173	38,7	221	52,9	93	41,7
	447		418		223	
Duração média (anos)	26,2		30,3		24,7	

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Ora, são os casamentos com uma duração superior a trinta anos os que predominam em cada sub-período em observação⁶⁴⁷. Contudo, foi no sub-período de 1800 a 1919, que os casamentos tiveram uma maior duração média⁶⁴⁸ e se verificou a maior percentagem (52,9%) de enlaces com uma duração superior a trinta anos.

Se reflectirmos sobre os vários indicadores que seleccionamos para gizar uma leitura global, mas interpretativa, da evolução da fecundidade no Lindoso e no período sensivelmente de três séculos, poderemos inferir que nos encontramos perante uma comunidade em que a fecundidade no casamento seria próxima da natural até inícios do séc. XX, para nesse século, os casais iniciarem, embora timidamente, a controlar a descendência, fazendo-o, contudo, de um modo gradual, mas decidido nas últimas quatro décadas.

⁶⁴⁵ - Segundo as Constituições do Arcbispedado de Braga de 1639, no Título Nono, Constituição X, "Da idade que se requer para desposorios e da pena que ocorrem os desposados, que tem copula antes de casar".
"Constituições do Arcbispedado de Braga, 1639, Título Nono, Constituição X" in Amorim, Maria Norberta, 1987, *Guimarães 1580-1919, Estudo Demográfico*, I.N.I.C., pp. 227-229.

⁶⁴⁶ - A nossa observação inclui famílias Tipo 1 e 2, isto é, nas famílias nas quais conhecemos as datas de início e fim do matrimónio, quer tivessem ou não filhos e, independentemente da idade da mãe no casamento.

⁶⁴⁷ - Não consideramos o último sub-período, o de 1960 a 2001, por ser caracterizado pela existência de famílias com ambos os cônjuges sobreviventes, facto que altera as possíveis comparações dos resultados.

⁶⁴⁸ - 36 anos, 3 meses e 18 dias.

3.3.2.2. Fecundidade fora do Casamento

Embora estejamos conscientes da complexidade que envolve o fenómeno dos nascimentos fora do casamento somos de opinião que, sempre traduzem o resultado de pressões sociais a que os indivíduos se submetem de formas diferenciadas.

No total de nascimentos ocorridos no Lindoso e no período em estudo a percentagem de filhos nascidos fora do casamento foi, de um modo global, sensivelmente elevada⁶⁴⁹ (Quadro 17).

Quadro 17 – Lindoso: Nascimentos fora do Casamento (1670-2001)

Períodos	Nascimentos		
	Total	Fora do casamento	%
1670-1799	2485	188	7,56
1800-1919	2379	305	12,82
1920-1959	1568	268	17,09
1960-2001	736	45	6,11
1670-2001	7168	806	11,24

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

No entanto, é curioso constatar que nos sub-períodos "limites", o de 1680 a 1799 e o de 1960 a 2001, caracterizados pelos valores percentuais mais baixos de nascimentos fora do casamento correspondem, também, aos intervalos de tempo em que se observam os valores mais elevados de concepções pré-nupciais (Quadro 15), nomeadamente as últimas quatro décadas do séc. XX, que se distinguem, por um lado, pelos mais baixos valores de nascimentos fora do casamento, por outro pelos mais elevados valores de concepções pré-nupciais verificadas ao longo dos três séculos em observação.

Um outro aspecto interessante traduz-se no facto de o sub-período de 1920 a 1959 se evidenciar, não só pelos maiores valores percentuais de concepções pré-nupciais, como pelos maiores valores de celibato definitivo feminino (Quadro 11, p. 308).

Questionamo-nos se poderemos interrelacionar os indicadores, filhos nascidos fora do casamento e celibato definitivo feminino, uma vez que são as mães solteiras que predominam na nossa observação (Quadro 18).

⁶⁴⁹ - ⁶⁴⁹ - Amorim, Maria Norberta, "O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial" in *Ler História*, 36, 1999, pp. 9-43.

Quadro 18 - Lindoso: Estado civil das mães dos filhos nascidos fora do Casamento (1670-2001)

Períodos	Estado civil da mãe			TOTAL	solteira (%)
	solteira	casada	viúva		
1670-1799	101	2	12	115	87,8
1800-1919	115	5	9	129	98,1
1920-1959	107	5	4	116	92,2
1960-2001	23	0	0	23	100
1670-2001	343	12	25	380	90,2

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Para qualquer um dos quatro sub-períodos considerados a mãe solteira ultrapassa sempre os 85% no total das mães com filhos fora do casamento, distinguindo-se o sub-período de 1800 a 1919, em que atinge os 98,14% no universo em estudo.

Curiosamente, é neste sub-período que se é mãe solteira pela primeira vez com idade mais "avançada" (27,85%) comparativamente com as idades médias ao nascimento do primeiro filho nos restantes intervalos de tempo em estudo (Quadro 19).

Quadro 19 – Lindoso: Idade média da mãe solteira ao nascimento do primeiro filho (1670-2001)

Períodos	Observações (n°)	Idade Média (anos)
1670-1799	48	26,9
1800-1919	93	27,9
1920-1959	57	23,1
1960-2001	21	23,3
1670-2001	219	26,0

Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Distinguem-se, mais uma vez, as últimas oito décadas do séc. XX, em que a mãe solteira o foi pela primeira vez com idade sensivelmente superior a 23 anos.

Se, como já o afirmámos, se torna difícil e complexo gizar uma leitura capaz de interpretar os valores e as oscilações da fertilidade fora do casamento num intervalo de tempo a ultrapassar os três séculos, num esforço de compreensão da problemática⁶⁵⁰ numa sociedade que dava primazia à família nuclear e em que os irmãos casados não eram obrigados a dar protecção às irmãs solteiras, referimos como prováveis factores, a considerar entre outros, o índice de celibato definitivo feminino, as tarefas exigidas pela agro-silvo-pastorícia a proporcionar às jovens períodos prolongados fora de casa, nomeadamente na vigilância do

⁶⁵⁰ - Bertrell, Caroline B., 1991, *Homens que partem, Mulheres que esperam-consequências da emigração numa freguesia minhota*, Pub. D. Quixote, Lisboa, pp. 264-266.

gado em pastagem livre e em pleno "coração" da *serra*, além das estratégias que visavam conseguir marido, ou então, a garantir a protecção num futuro, quando a idade se fizesse sentir.

3.3.3. Mortalidade

Uma das dificuldades no estudo da Mortalidade traduz-se nas lacunas que frequentemente se verificam na respectiva Fonte.

Apesar do primeiro óbito registado datar de 21/11/1663, optámos por iniciar o nosso estudo em 1690, pois de 1663 a 1689 encontrámos grandes lacunas nos registos de óbito efectuados.

Outro problema se nos levantou, também, relacionado com a Fonte. Apenas a partir de 1860 o registo do óbito de menores de um ano de idade foi efectuado com regularidade.

Por estas razões, na variável demográfica Mortalidade, limitámo-nos a efectuar dois tipos de observações, ou seja, a determinação da mortalidade infantil para o período 1861-2001 e uma aproximação à mortalidade de um certo tipo de adultos, os adultos casados, que morreram com mais de vinte e cinco anos no intervalo de 1690 a 1899.

Mas, começemos por observar os indivíduos que morreram com idade inferior a um ano em três sub-períodos, o primeiro a iniciar-se em 1861 e os restantes a corresponder à periodização que temos vindo a adoptar (Quadro 20)⁶⁵¹.

Quadro 20 - Lindoso: Mortalidade infantil (1861-2001)

Períodos	Nascimentos			Óbitos < 1 Ano			Mortalidade (%o)		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
1861-1919	617	567	1184	57	54	111	92,4	95,2	93,8
1920-1959	681	608	1289	80	49	129	117,5	80,6	100,1
1960-2000	401	445	846	19	16	35	47,4	36,0	41,4
1861-2000	1699	1620	3319	156	119	275	91,8	73,5	82,9

Fonte: Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001).

Os valores de Mortalidade Infantil embora os possamos considerar suaves no intervalo de tempo em observação são diferenciais em relação ao sexo. Em qualquer um dos sub-períodos os rapazes foram mais atingidos do que as raparigas. Interrogamo-nos se a distribuição dos nascimentos segundo o sexo poderá ser uma das explicações do fenómeno, atendendo que, os sub-períodos, nomeadamente o de 1920-1959, em que se registou o maior

⁶⁵¹ - A observação incide na totalidade dos indivíduos que nasceram na freguesia e morreram com idade inferior a 1 ano, pelo que inclui a população cujos pais se fixaram temporariamente na freguesia, nomeadamente, aqueles que colaboraram nas obras de construção da estrada, que ligou Ponte das Barca a Cidadelhe, e das instalações da Central Hidroelétrica, a *Electro del Lima*.

número de nascimentos por cem raparigas (111,9%), apresentou, também, o maior número de óbitos de indivíduos do sexo masculino com idade inferior a um ano por mil nascimentos.

Diminuição acentuada, a ultrapassar os 50%, registou-se no sub-período de 1960-2001, que se entende pela melhoria não só das condições profilático/sanitárias, como da qualidade de vida da população, factores que se fizeram sentir, também, nos níveis de Mortalidade Adulta.

Ora, na determinação deste indicador fizemos incidir a nossa observação nos indivíduos casados, ou não no Lindoso, mas que nasceram e morreram na freguesia com idade superior a 25 anos e distribuídos por duas gerações, a de 1690-1849 e a de 1850-1899⁶⁵².

Quadro 21 - Lindoso: Esperança média de vida dos indivíduos casados de ambos os sexos

Gerações nascidas nos períodos de 1690 a 1849 e 1850 a 1899

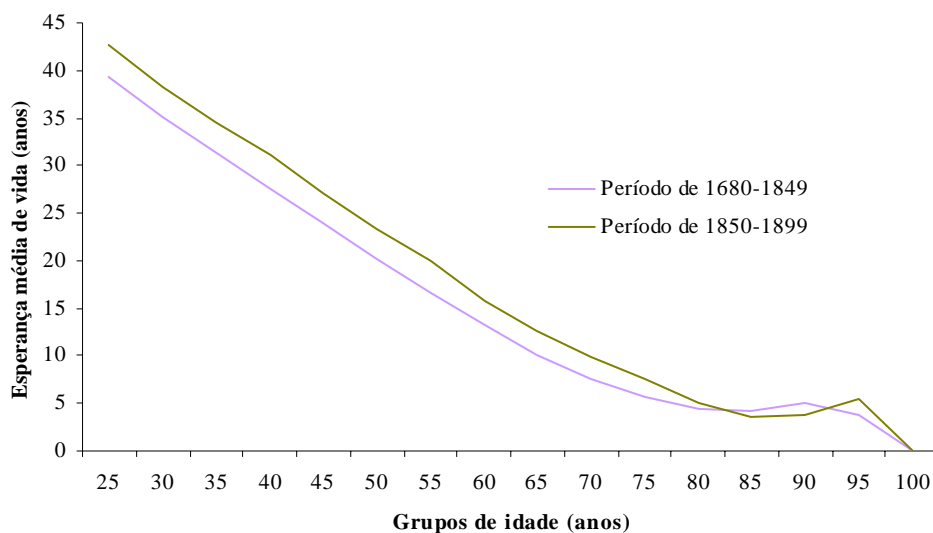
Grupos etários	Períodos							
	1690-1849				1850-1899			
	Sobreviventes (n°)	Saídos da observação (n°)	Óbitos (n°)	Esperança de vida (anos)	Sobreviventes (n°)	Saídos da observação (n°)	Óbitos (n°)	Esperança de vida (anos)
25	910	13	3	39,38	346	3	5	42,77
30	878	14	18	35,13	336	6	4	38,24
35	834	13	31	31,34	323	1	12	34,56
40	781	18	35	27,62	303	5	15	31,12
45	733	9	39	23,94	288	4	11	27,21
50	680	11	42	20,25	272	4	12	23,30
55	624	7	49	16,63	251	0	21	20,04
60	556	7	61	13,16	237	3	11	15,84
65	466	7	83	10,07	207	1	29	12,69
70	344	6	116	7,58	167	3	37	9,89
75	206	6	132	5,75	121	2	44	7,54
80	99	1	106	4,33	79	0	42	5,11
85	30	2	67	4,30	34	0	45	3,52
90	7	2	21	5,00	6	1	27	3,83
95	3	1	3	3,83	1	0	5	5,50
100	0	0	3	0,00	0	0	1	0,00

Fonte: Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001).

⁶⁵² - Após termos calculado os óbitos, os indivíduos que saíram da observação, ou, porque deixaram a freguesia, ou, porque o óbito não foi registado, além dos sobreviventes, para cada idade, calculámos a esperança média de vida respectiva. Com base nos valores encontrados construímos um quadro abreviado com a esperança média de vida segundo grupos etários de cinco anos para as duas gerações em estudo.

Fig. 53 - Lindoso: Esperança média de vida dos indivíduos casados de ambos os sexos

Gerações nascidas nos períodos de 1690 a 1849 e 1850 a 1899



Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Ao compararmos as duas gerações, como seria de esperar, a esperança média de vida é, em termos médios, maior para a geração nascida em 1850-1899 (Fig. 53). Contudo, por curiosidade, há a não esquecer, na geração nascida no período de 1690-1849 os indivíduos com idades superiores a oito décadas de vida e com uma forte resistência física, pois viveram mais anos relativamente à geração posterior.

Indicadores em consonância com os valores de sobrevivência da comunidade do Lindoso, para finais do séc. XVII a finais do séc. XIX, encontram-se na Idade Média ao Primeiro Casamento (Quadro 13, p. 311) e na Duração Média do casamento (Quadro 16, p. 314). Os nubentes casaram com idades relativamente altas, sempre superiores a 26 anos. Para todos os sub-períodos, a duração média do matrimónio ultrapassou os 26 anos, atingindo os trinta anos no sub-período de 1800-1919, para mais de 50% dos casais.

Estamos ainda a pensar nos valores relativamente baixos das taxas de fecundidade e da descendência teórica no casamento (Quadro 12, p. 310) que poderão, em parte, ser entendidos pelos valores "amenos" da mortalidade infantil. Não esquecendo, que a mortalidade infantil (Quadro 20, p. 317) corresponde a sub-períodos posteriores a 1860, parece-nos poder, também, admitir que estes resultados (Taxas de Fecundidade, Descendência Teórica e Mortalidade Infantil) vão ao encontro dos valores por nós encontrados para a sobrevivência das gerações.

Ora, se a combinação dos valores deste conjunto de indicadores nos permite aventar, para os séculos XVII ao XIX, uma relativa longevidade da comunidade do Lindoso, interrogamo-nos sobre os impactos na qualidade de vida da saída, com grande incidência para Lisboa, dos indivíduos do sexo masculino, que rumavam na busca de trabalho, em troca de um rendimento que a agro-pastorícia não só lhes regateava como não se compadecia com a míngua de alimentos, ou a satisfação de obrigações, entre outras, o pagamento do dízimo, das permícias, e dos bens d'alma, da décima rústica e do subsídio literário.

3.4. Alfabetização

Nota Prévia

Ao estudar a problemática da alfabetização neste Lima raiano pretendemos esboçar, de acordo com os objectivos da nossa investigação, o ambiente cultural que nos últimos séculos envolveu a organização do território tomando como indicador o grau de instrução das comunidades limianas.

Ora, fazer uma abordagem sobre o quadro de instrução para um longo período, nomeadamente o que inclui a problemática da alfabetização do séc. XVIII, implica que utilizemos outro tipo de informações, que contribuem, também, para o esclarecimento de indicadores e referências consideradas mais de âmbito geográfico, o que, se por um lado, colmata, indubitavelmente, lacunas no conhecimento do comportamento dos indivíduos, com implicações evidentes na evolução e desenvolvimento das paisagens e espaços em estudo, por outro lado, permite inferir e projectar de forma aprofundada as conclusões sobre a alfabetização e sobre o significado da cultura escrita no quotidiano das populações, neste caso as do Lima raiano, uma vez que, um e outro destes estudos assenta num cruzamento sistemático de informação.

Então, ao pretendermos recuar, sensivelmente três séculos, temos que recorrer a outro tipo de Fontes, totalmente distintas dos *Recenseamentos da População*, os *Registos Paroquiais de Baptismo e Casamento* para observarmos as assinaturas dos padrinhos e testemunhas dos casamentos e baptizados, que se efectuaram, particularmente no séc. XVIII.

Recordamos as dificuldades relacionadas, quer com o grau miúdo no estudo da Fonte, quer com a extensão da área, que contém uma variedade de paróquias, pelo que optámos por seleccionar uma freguesia, precisamente a do Lindoso que, como já o justificámos, constituirá "uma boa amostra" das comunidades em estudo, quer sejam as lusas, quer sejam as galegas.

Para este longo intervalo de tempo distinguimos três sub-períodos, não só de acordo com as Fontes utilizadas, mas também com as estruturas que favoreceram a alfabetização, que foram diferentes ao longo do período por nós considerado.

Privilegiámos a alfabetização no séc. XVIII, pois atendendo à especificidade da temática para um tempo em que as Fontes escasseiam, obteremos perspectivas novas sobre o ambiente cultural que envolvia a área raiana em estudo.

Um outro sub-período observado correspondeu à transição dos sécs. XIX-XX (1867-1916) e que já consideramos de Escolarização. Para esta época, colocámos em paralelo os resultados obtidos através das Fontes que utilizámos para o séc. XVIII, os Livros de Registo de Baptismo e de Casamento e os Recenseamentos Gerais da População de 1878, 1890, 1911 e 1920.

Por fim, baseados na informação de que dispomos e publicada pelos Recenseamentos da População, lusos e espanhóis, em particular os referentes ao último momento censitário, questionaremos o grau de instrução desta população raiana e respectivas repercussões para as próximas décadas.

3.4.1 – Alfabetização no séc. XVIII

Para obtermos o conceito de alfabetizado para o sub-período de 1700 a 1789⁶⁵³, adoptámos a escala de classificação de assinaturas de Justino Magalhães⁶⁵⁴, que se baseia no exame da assinatura e nos sinais deixados pelos padrinhos e testemunhas nos *Registos de Baptismo e Casamento*⁶⁵⁵, que neste caso, como já o dissemos, correspondem aos do Lindoso⁶⁵⁶.

⁶⁵³ - Considerámos este período em virtude dos padrinhos de baptismo terem iniciado, com sistematicidade, a assinar a partir de 1706, deixando de o fazer, desde 1790, motivo que empobreciu a amostra e "obrigou" a nossa observação a terminar em 1789.

"Assentos de Baptismo não é necessário pôr testemunhas. Visto de 15 de Janeiro de 1791".

Livro de *Registo de Baptizados* da freguesia do Lindoso, n.º 5 e 6, fl. ilegível, Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

⁶⁵⁴ - Escala de classificação do tipo de escrita segundo a metodologia de Justino Magalhães

Nível 1 – Assinatura através de um sinal em cruz ou outro símbolo. O "sinal" mais comum é a cruz, de dimensões variadas, desenhada de forma mais ou menos perfeita.

Nível 2 – É uma assinatura que facilmente se detecta que o assinante amestrou um traço de assinatura.

Nível 3 – Assinatura sem erros, com caracteres firmes que revelam uma certa destreza no manusear da caneta.

Nível 4 – É uma assinatura aperfeiçoada, caligráfica, estilizada.

Nível 5 – Assinatura personalizada, firme, legível, perfeita e desenvolta.

⁶⁵⁵ - Em todos os registos de casamento estão exaradas as respectivas assinaturas dos padrinhos e testemunhas, mas, atendendo ao número reduzido de enlances, comparativamente com os baptizados, o seu volume não é significativo para se constituir uma boa amostra.

⁶⁵⁶ - A escala utilizada, a caligráfica de cinco níveis e dentro de cada nível, procura-se seriar a assinatura de acordo com a perfeição do traço, permite formular um conjunto de questões, talvez melhor, de comentários.

Um indivíduo que assinava, utilizando um símbolo como uma cruz, era um indivíduo que não era capaz de ler e escrever, ou será correcto e legítimo poder dizer-se que quem assinava de cruz sabia escrever e ler?.

Em relação ao indivíduo que traçava uma assinatura de nível dois fica-nos a dúvida se de facto, ele lia e escrevia, pois é suficiente um indivíduo traçar uma assinatura nível dois, para se afirmar que sabia escrever e ler?

Os indivíduos com uma assinatura, cuja qualidade do traço classificámos com o nível três, foram, com certeza, indivíduos que sabiam ler e escrever "sem problemas".

O assinante com uma assinatura de nível quatro seria um escrevente com capacidade de redacção de textos para além da fluidez de leitura.

A fim de conhecermos, o mais exaustivo possível, o ambiente cultural da sociedade civil que, em pleno séc. XVIII, enquadrava o Lima raiano em estudo, preocupámo-nos em conseguir uma amostra, que fosse constituída, apenas, pelos naturais e residentes no Lindoso.

Assim, preocupámo-nos em distinguir os padrinhos e testemunhas de casamento naturais e residentes na freguesia⁶⁵⁷, excluindo todos aqueles que eram oriundos de outros lugares e concelhos⁶⁵⁸, além dos párocos e clérigos, mesmo os naturais da aldeia⁶⁵⁹, esforçando-nos, ainda, em considerar por uma só vez os assinantes que repetiam a sua presença activa nos diferentes actos vitais da aldeia.

Independentemente da complexidade que envolve os critérios que adoptámos na selecção da amostra e na atribuição de um nível a cada assinatura, outras questões se nos depararam, como por exemplo, não conseguirmos identificar através da respectiva data de nascimento todos os assinantes, o que explicamos, quer pela existência de sub-registo dos actos de baptismo, quer por serem naturais de outras localidades e terem optado por residir no Lindoso, nomeadamente em função do casamento. Desde já, esclarecemos que, apenas encontrámos dois indivíduos do sexo feminino a exhibir a respectiva assinatura⁶⁶⁰, uma vez que para as restantes madrinhas havia sempre um indivíduo do sexo masculino, normalmente um familiar ou o pároco, que assinava a rogo.

Pequenos exemplos da complexidade que envolve a temática em estudo, mas, que nos esforçámos em superar, através de uma reflexão cuidada, de modo a obter um conjunto de indicadores capazes de nos retratar, dentro do possível, o grau de literacia, que caracterizaria o Lima raiano no séc. XVIII.

Observemos, então, o universo dos assinantes, exclusivamente masculinos⁶⁶¹, em que, de imediato, nos deparámos especificamente com dois "sub-grupos", o dos assinantes com data de nascimento conhecida, logo todos eles autóctones, e o constituído por aqueles de que desconhecemos a respectiva data de nascimento (Fig. 54).

O assinante com uma assinatura de nível cinco seria o escritor, o leitor, o "matemático" para quem a arte de ler, escrever e contar eram destrezas que o distinguiam no universo dos homens cultos da época-

⁶⁵⁷ - O padrinho e a testemunha de casamento encontram-se sempre devidamente identificados no respectivo registo paroquial, tanto pela naturalidade, como pela residência.

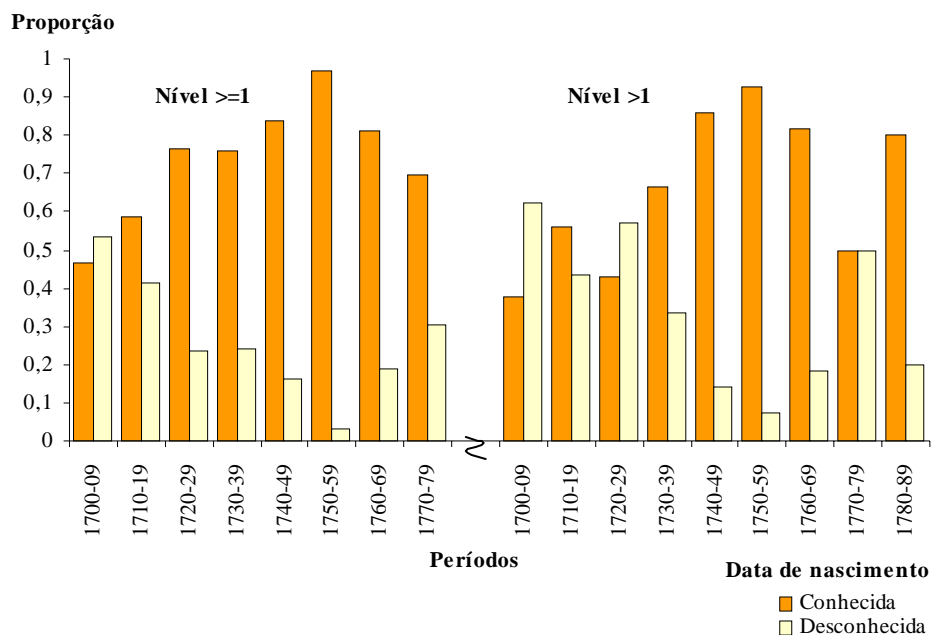
⁶⁵⁸ - Foi frequente elementos da Companhia instalada na fortaleza, o castelo do Lindoso, serem convidados para apadrinharem e testemunharem os momentos festivos da comunidade, como são sempre os baptizados e os casamentos.

⁶⁵⁹ - Recordamos que nos encontramos perante uma época em que, apenas, os Seminários Católicos constituíam o único tipo de Escola, que era acessível, pelo que se encontrava aberta a todos os estratos económicos e sociais.

⁶⁶⁰ - Ao termos encontrado em pleno séc. XVIII, apenas, dois elementos femininos a exibirem a respectiva assinatura em actos vitais da paróquia, de imediato, se nos levantar uma série de questões, como por exemplo, ler e escrever constituiu no séc. XVIII uma destreza destinada aos indivíduos do sexo masculino? Saber ler e escrever são indicadores de um poder social exclusivo deste mesmo sexo? Ou, o facto de as mulheres não assinarem em público correspondia a um comportamento cultural da época?

⁶⁶¹ - Como deparámos, apenas, com dois assinantes do sexo feminino, não serão alvo de tratamento estatístico, uma vez que as "privilegiaremos" com um estudo "personalizado".

Fig. 54 - Lindoso: Importância dos assinantes com data de nascimento identificada (1700-1789)



Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamento e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Verificamos que os autóctones, ou seja, os assinantes dos quais conseguimos identificar a data de nascimento:

- predominam em todo os intervalos de tempo em observação, com excepção para o de 1700 a 1709⁶⁶², o que nos permite inferir que a escolha dos padrinhos e testemunhas incidiria, preferencialmente na esfera familiar e local, remetendo-nos para a existência de redes de parentesco e, possivelmente, também de vizinhança, no universo das testemunhas e padrinhos de casamentos e baptizados do Lindoso;

- tiveram, até à década de 1750/59 inclusive, uma variação positiva no total de assinantes, evolução acompanhada, também, pelo alargamento do universo dos participantes, o que lhe atribui um maior significado.

Curiosamente, a exemplo do Lindoso, também em Basto (St^a Tecla) se verificou nos meados do séc. XVIII o período mais favorável ao incremento da alfabetização, a avaliar pela importância que adquiriram os assinantes naturais da freguesia no universo dos padrinhos e testemunhas de baptizado e casamento⁶⁶³.

⁶⁶² - Pelo facto de desconhecermos a data de nascimento não se exclui a enorme probabilidade de este sub-grupo incluir predominantemente naturais do Lindoso, uma vez que nos encontramos perante a primeira década do séc. XVIII, época muito próxima da obrigatoriedade do registo dos baptizados efectuados na paróquia.

⁶⁶³ - Carvalho, Elza Maria Gonçalves Rodrigues, 1999, *Basto (St^a Tecla), Uma Leitura Geográfica (do séc. XVI à contemporaneidade)*, nº 7, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, p. 91.

Dilações que vão ao encontro de estudos mais alargados que comprovam os meados do séc. XVIII como o período em que se observou o "ponto alto" na curva da alfabetização.

A regularidade e o "peso" com que o grupo dos autóctones se destaca, pela qualidade do traço, no universo dos assinantes e de modo inquestionável a partir da década de trinta, poder-se-á explicar, ou, pela existência de estruturas relativamente organizadas de iniciação à leitura e à escrita, ou, pela procura regular dessa mesma aprendizagem por parte da população, que na fase de vida activa se lhe deparava a necessidade em dominar a destreza da escrita.

Evidenciamos as duas madrinhas, não incluídas na figura, ambas naturais do Lindoso, precisamente das aldeias do Castelo e de Cidadelhe, que teriam exibido, respectivamente, a sua única assinatura em 1704⁶⁶⁴ e em 1717⁶⁶⁵.

Mas, importante, em nossa opinião, é conseguirmos conhecer a evolução do nível médio da qualidade do traço ao longo da vida do assinante, pelo que observámos a classificação que atribuímos, respectivamente, à primeira e última assinaturas encontradas, em relação a cada autor (Fig. 55)⁶⁶⁶.

De um modo global, diremos que não se verificou um aperfeiçoamento da escrita e muito provavelmente da leitura ao longo da vida dos limianos de raia. O nível médio da primeira assinatura tende a ser mais elevado que o nível médio da última assinatura, independentemente do efectivo considerado, o que revela, em nosso entender, uma representação e uma valorização, de certo modo, negativas da leitura e da escrita no quotidiano destas populações⁶⁶⁷, que poderemos compreender pelo desuso da arte de escrever, que se manifestaria na discrepância do traço.

Há a evidenciar, também em termos globais, a evolução positiva do nível médio da primeira assinatura *grosso modo* entre as décadas de trinta e setenta, nomeadamente nos indivíduos em que conhecemos a data de nascimento, o que nos permite admitir que ao longo do séc. XVIII se teriam reunido, progressivamente condições que justificariam a necessidade, por parte da população, na aprendizagem da escrita e, logicamente, da leitura.

Orientados por este pressuposto preocupámo-nos em conhecer a evolução do nível médio da assinatura para os assinantes que se iniciaram com idades inferiores a 20 anos, pois

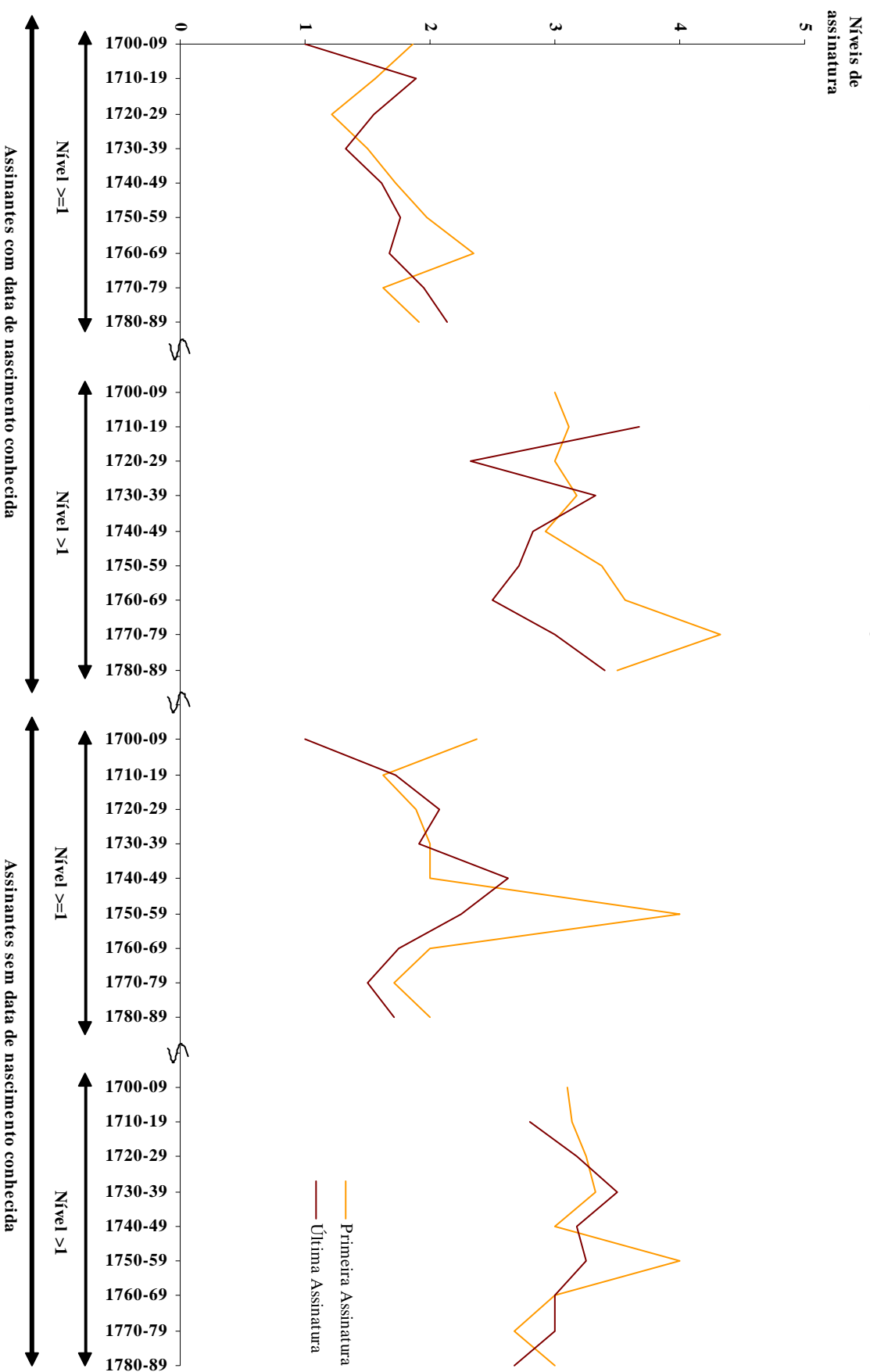
⁶⁶⁴ - Maria Cerqueira de Lima moradora em Real, no Castelo, nasceu em 12 de Outubro de 1704 e exibiria a sua única assinatura nos registos vitais da paróquia em Setembro de 1752, já, viúva e com 48 anos de idade.

⁶⁶⁵ - Catarina Lourenço moradora na aldeia Cidadelhe, nasceu em 9 de Junho de 1690 e assinou aquele que teria sido o seu único registo paroquial em Março de 1717, no estado de casada e com 27 anos de idade.

⁶⁶⁶ - No universo das assinaturas distinguimos, por um lado a evolução do nível médio de todas as assinaturas (nível \geq 1), por outro, a evolução do nível médio das assinaturas de facto traçadas (nível $>$ 1).

⁶⁶⁷ - Por curiosidade, os elementos femininos, respectivamente a Maria Cerqueira de Lima e a Leonor Lourenço firmaram a sua assinatura com uma qualidade de traço a que atribuímos os níveis 3 e 4.

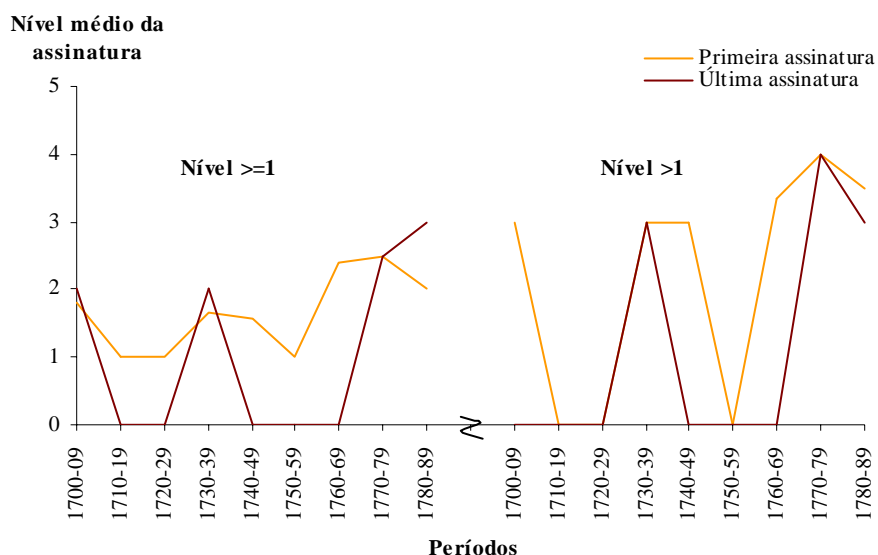
Fig. 55 - Lindoso: Evolução do nível médio das assinaturas (1700-1789)



Fonte: Livros de Registo de Baptizados e Casamentos da freguesia do Lindoso (1663-2001).

entendemos que este grupo representaria, com maior propriedade, a capacidade autográfica da população em geral (Fig. 56).

Fig. 56 - Lindoso: Evolução do nível médio da assinatura para os assinantes com idades entre os 10 e 20 anos (1700-1789)



Fonte: Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001).

Curiosamente a observação cuidada de este indicador conduz-nos a outro tipo de raciocínio. Se por um lado, há a salientar a qualidade deficiente do traço exibido pelo jovem quando se iniciava nos momentos festivos da comunidade⁶⁶⁸, por outro, denota-se uma certa melhoria proporcional ao nível demonstrado no início da sua prática da escrita, principalmente para aquela que classificamos com um nível inferior a três, o que poderá indiciar a existência de condições, embora muito periclitantes, mas suficientes, para timidamente envolver a população na destreza da escrita e da leitura. Por outro lado, o jovem, que certamente já escrevia e lia fluentemente⁶⁶⁹, quando pela primeira vez foi participante activo nos actos vitais da comunidade, manteve a qualidade do traço por um período longo da sua vida.

Numa leitura comparativa entre a Fig. 54 (p. 323), que evidencia a importância dos assinantes que firmavam pela primeira vez com uma certa qualidade do traço, o de nível 3, e a Fig. 56, que distingue o nível da primeira assinatura dos jovens assinantes, poder-se-á inferir

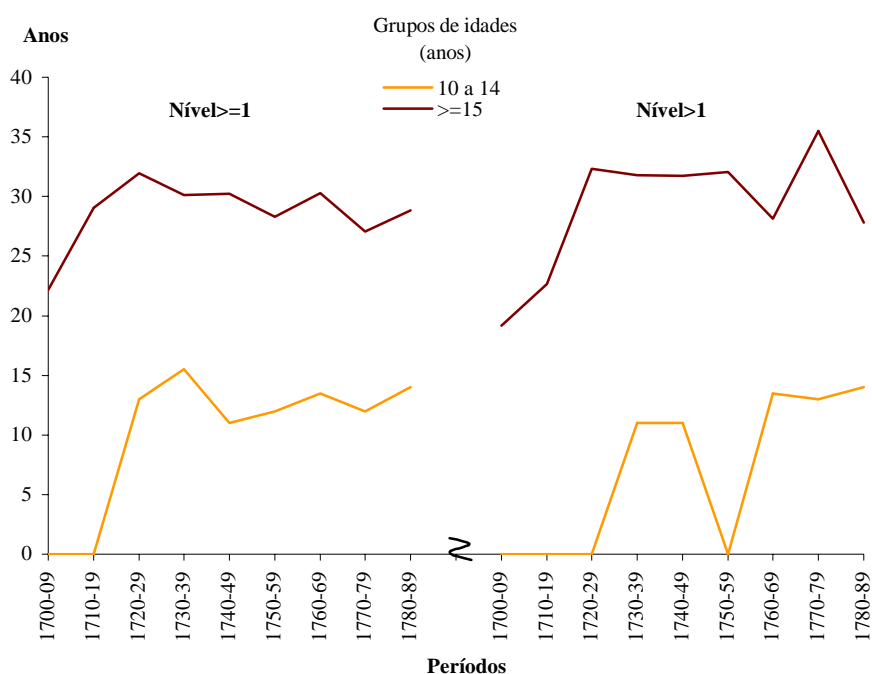
⁶⁶⁸ - Numa amostra de trinta e cinco jovens assinantes, traçaram assinaturas que classificámos com um nível igual a quatro e a três, respectivamente, um e onze jovens.

⁶⁶⁹ - Assinaturas classificadas com um nível >=3.

que a comunidade não disponibilizaria, para a maioria dos jovens, estruturas capazes de os envolver no ensino/aprendizagem da leitura e da escrita.

Também pela leitura das idades médias dos padrinhos e testemunhas de casamento e de baptismo⁶⁷⁰, que pela primeira vez exibiram em público a respectiva assinatura, nos é permitido aventar que, se por um lado, o desenvolvimento das destrezas implícitas no saber escrever e ler estariam, embora de um modo muito ténue, no horizonte dos muito jovens raianos (Fig. 57), essencialmente a partir da década trinta do séc. XVIII, por outro, o natural do Lindoso adquiriria a destreza da escrita numa fase mais avançada da sua vida.

Fig. 57 – Lindoso: Idade média da primeira assinatura (1700-1789)



Fonte: Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001).

Apesar das normas impostas, oficialmente pela Igreja, fossem peremptórias sobre a idade mínima dos padrinhos, curiosamente se detecta no longo intervalo de sete décadas (1720-1789) assinantes com idades inferiores a 14 anos⁶⁷¹, em que um pequeno número testemunhou o acto vital para a posteridade, com um traço, que evidencia grande qualidade na destreza e segurança no acto da escrita e, logicamente, da leitura.

⁶⁷⁰ - No cálculo deste indicador considerámos dois grupos etários. Aquele que engloba as idades dos 10 aos 14 anos inclusive e o que inclui as idades iguais ou superiores a 15 anos. Considerámos como limite superior do primeiro grupo os 14 anos em virtude de a Igreja, apenas, admitir padrinhos com idades superiores a 14 anos.

⁶⁷¹ - Dois elementos, respectivamente nas décadas de 1720-29, 1730-39; 1740-49; 1770-79; 1780-89; um elemento nas décadas de 1750-59 e 1760-69.

Ainda pela observação da mesma figura, verifica-se que de 1700 a 1789 e para os indivíduos com idades superiores a 15 anos, a idade média à primeira assinatura e nas primeiras décadas em observação, foi inferior aos trinta e cinco anos, com excepção⁶⁷², bem evidente, nos períodos de 1720-29. Ora, se a partir desta década, se registou uma descida muito gradual, não evitou, contudo, que os assinantes iniciassem, nas últimas décadas em observação, a sua vida de escrevente em actos públicos com idades médias entre os 28 e 35 anos.

O Lindoso apresenta-se no séc. XVIII, com um universo de escreventes e leitores, que se iniciaram no acto da escrita em público com idades compreendidas entre os 25 e 35 anos (Fig. 57), além de um grupo muito reduzido de jovens, aqueles que o fizeram com idades inferiores a 20 anos (Fig. 56, p. 326).

Esta leitura permite-nos levantar uma outra hipótese, que a aprendizagem da escrita e da leitura nesta freguesia e provavelmente nas limítrofes, para este sub-período, se por um lado, se iniciava com um grupo muito restrito de jovens, muito possivelmente adolescentes, por ventura no núcleo familiar, ou, nos grupos de catequese⁶⁷³, por outro, seriam as exigências da vida activa, que justificaria a necessidade do limiano de raia adquirir as destrezas implícitas no saber ler e escrever.

Limitar-nos-emos, neste momento do trabalho, a referir que nos sécs. XVII/XVIII teria sido significativo o fluxo das saídas para Lisboa e, até, para o Brasil⁶⁷⁴, motivos suficientes para que o natural do Lindoso se confrontasse com a necessidade em dominar a escrita, ou, porque as actividades, nomeadamente os negócios, em que se envolvia, o exigiam, ou, simplesmente, a correspondência inevitável com os familiares e amigos que permaneciam na aldeia. Por sua vez, aos elementos do núcleo familiar e de vizinhança, deparava-se-lhes

⁶⁷² - Idades médias da 1ª assinatura a ultrapassarem os 30 anos verificar-se-iam nas décadas de 1720-29 (31,96); 1730-39 (30,13); 1740-49 (30,24); 1760-69 (30,27).

⁶⁷³ - Exemplifiquemos na década de 1700-1709 com os indivíduos cuja assinatura classificámos superior a 1, ou então, em todas as décadas em que a idade média dos respectivos autores é sempre inferior a 20 anos. Este facto, de imediato, questiona as idades de aprendizagem da leitura e da escrita, além das estruturas que as fomentavam. Ora, se um indivíduo assinava com qualidade no traço, com uma idade inferior ou próxima dos vinte anos, inevitavelmente teria desenvolvido a sua aprendizagem numa fase infantil, quando muito adolescente, ou adolescente a jovem, pelo que, apenas, a família poderia incentivar o interesse por este tipo de aprendizagem, ou então, os núcleos de catequese.

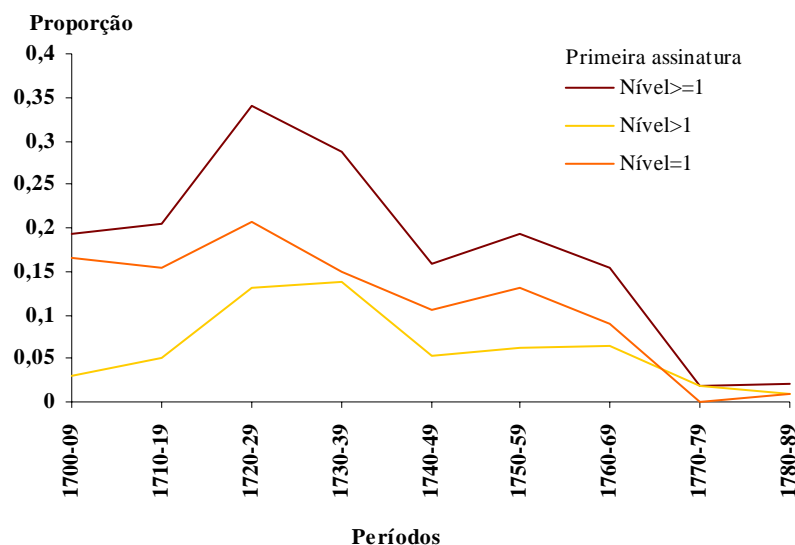
Somos de opinião, que os núcleos da catequese correspondiam aos centros, que poderiam dinamizar a aprendizagem da leitura e da escrita, pois, apenas a Igreja estava em condições de implementar as estruturas mínimas na divulgação e democratização da alfabetização, ao reunir recursos, não só materiais, mas, principalmente humanos, neste caso, o pároco e os curas, que coadjuvavam no trabalho da paróquia, após uns anos de estadia no Seminário da Diocese, a de Braga. Na época, saber ler e escrever era um atributo exclusivo das pessoas socialmente bem instaladas, pelo que, apenas a Igreja, pelos próprios objectivos que a motivam, ao tornar obrigatória a catequese para todos os residentes, se preocuparia em tornar acessível, a todos os paroquianos, independentemente do *status* social e económico, a "arma" de saber ler, escrever e contar. Mas, nestas terras limianas e de raia, a Igreja, incrementaria, de facto, o interesse pela aprendizagem da leitura e da escrita? Entendemos, em função dos indicadores analisados, que a influência da Igreja na alfabetização do jovem raiano não teria sido suficiente para implementar uma rede organizada na implementação sistemática do ensino/aprendizagem da escrita e da leitura.

⁶⁷⁴ - Como o vamos demonstrar, no Capítulo 4, *Mobilidades Geográficas*, ter-se-ia estabelecido uma corrente migratória, com um certo significado, no sécs. XVII/XVIII, nomeadamente para Lisboa.

idêntica exigência, que justificaria a procura de alguém capaz de os ensinar, pelo menos, no desenho das expressões suficientes para o diálogo escrito com os entes queridos.

Na expectativa em conseguirmos questionar o grau de organização da comunidade na divulgação da aprendizagem do saber ler e escrever, preocupámo-nos em conhecer a relação entre o efectivo de assinantes e o número de nascimentos (Fig. 58).

Fig. 58 – Lindoso: Proporção dos assinantes nos nascimentos (1700 a 1789)



Fonte: *Livros de Registo de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Lindoso (1663-2001)*.

Consideramos que há uma correlação positiva entre o efectivo de assinantes, independentemente do nível de assinatura exibido e o volume de nascimentos.

Ao debruçarmo-nos no caso específico dos escreventes, ou seja, naqueles cujo nível de assinatura é superior ao nível um, sobressaem as décadas de vinte e trinta com os valores proporcionais mais elevados (0,13 e 0,14), embora inferiores aos valores dos assinantes que não escreviam, em virtude de terem traçado a vulgarizada cruz.

Este facto, desde logo, nos permite questionar se é possível admitir a existência de estruturas, um tanto ou quanto organizadas, na divulgação da aprendizagem do saber ler e escrever, ou, se pelo contrário, eram as famílias mais influentes que ensinavam os seus próprios filhos, iniciando-os numa idade muito jovem, restando para os clérigos, ou, para o barbeiro, o cirurgião, o músico e o alfaiate⁶⁷⁵ a alfabetização daqueles indivíduos que ou pelo tipo de trabalho exercido permaneciam sob a esfera da Igreja ao longo da vida, ou então, daqueles moradores, que, já, adultos, se confrontavam com a necessidade premente em serem

⁶⁷⁵ - Moradores que, possivelmente, sabiam ler e escrever, pois exerciam profissões consideradas, na época, de destaque.

capazes de assinar, porque, por exemplo, pretendiam trabalhar no exterior, nomeadamente em Lisboa⁶⁷⁶.

Ora, um conjunto de questões se levantam no estudo desta temática, para um intervalo de tempo tão afastado, e para as quais não conseguimos encontrar respostas suficientemente objectivas pela inexistência de Fontes, pois implicam conhecer não só as estruturas que apoiaram e incentivaram a divulgação da aprendizagem do saber escrever e, por certo, ler e contar, como as motivações das populações deste Lima raiano em quererem adquirir destrezas no domínio da escrita e da leitura.

Contudo, apesar de todas as dificuldades, entendemos que a investigação desenvolvida permite formular, em nota de síntese, um conjunto de inferências que caracterizariam o ambiente cultural do Lindoso que, certamente, não diferiria, significativamente, do Lima raiano em estudo.

- Seria uma estrutura débil, deficientemente organizada que dinamizava e incentivava a divulgação da aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem;

- A grande maioria dos assinantes que firmavam o nome, por certo, a par da escrita, liam e contavam, pois predominava a assinatura de nível igual, ou, superior a três;

- Saber escrever e talvez ler e contar, iniciava-se para a maioria dos assinantes, numa fase adulta, em plena vida activa.

- Apenas um reduzido número de assinantes aperfeiçoaria, ao longo da vida, a destreza da escrita e, por certo, a leitura e a contagem.

- Existia uma certa sistematicidade e frequência na prática da escrita, através da participação nos actos vitais da freguesia;

- Ler, escrever e contar seria prática condicionada na comunidade pelo *status* adquirido, quer pelo rendimento, quer pela popularidade, quer pelo espírito de entreajuda, quer pelas relações de vizinhança.

3.4.2 - Escolarização (notas breves)

Foi no séc. XIX prolongado pelo séc. XX que mais se fizeram sentir as repercussões das reformas educativas, embora, muitas das quais não se chegaram a implementar limitando-se a permanecerem exaradas em Decretos-Lei dos diversos governos, ou em publicações de autores interessados e preocupados com a situação da instrução em Portugal⁶⁷⁷.

⁶⁷⁶ - Como o vamos comentar no Capítulo 4, *Mobilidades Geográficas*, ter-se-ia estabelecido uma corrente migratória, com um certo significado, no séc. XVIII, nomeadamente, para Lisboa.

⁶⁷⁷ - Questionámo-nos sobre a forma como se teriam repercutido no Lima luso e raiano em estudo, reformas educativas como a Pombalina, publicada em alvará de 28 de Junho de 1755, ou a exarada no Decreto-Lei de 16 de Agosto de 1779, com a qual o ensino elementar, até essa

Conjunto vasto de legislação, que emanou dos poderes políticos empenhados, pelo menos teoricamente, na divulgação generalizada da instrução pelas populações, mas, revelador do longo tempo de transição entre ambientes culturais específicos e assentes em estruturas distintas.

Optámos, então, por considerar um período, que entendemos representativo da vivência cultural, ou, talvez melhor, instrucional da época, com cerca de quarenta anos (1878-1916) sobre o qual fazemos incidir a nossa observação tomando como fontes, os *Registos de Baptismo e de Casamento* (de 1/1/1877 a 1/4/1911 e 3/1/1912 a 31/12/1916)⁶⁷⁸, e os *Recenseamentos Gerais da População* (1878, 1890, 1911 e 1920).

Na observação dos *Registos Paroquiais*, continuamos a basear-nos nas assinaturas dos padrinhos de baptismo e casamento e testemunhas de casamento, mas, como nos encontramos perante assinaturas bastante "uniformizadas"⁶⁷⁹, utilizámos uma escala dicotómica de classificação do tipo de escrita:

- Sabe escrever;
- Não sabe escrever.

Contudo, outras escalas de classificação do conceito de alfabeto foram adoptadas nos Recenseamentos Gerais da População, as fundamentadas nos indicadores:

- Não sabe ler nem escrever;
- Sabe ler e escrever⁶⁸⁰;
- Sabe ler.

Sem quer tirar dilações comparativas limitar-nos-emos a salientar os valores referentes ao sexo feminino obtidos na contagem que incidiu nos *Registos Paroquiais* relativamente aos valores encontrados no *Recenseamento da População* de 1911 (Quadro 22).

data, a cargo dos mestres e professores não eclesiásticos regressou, em boa parte, ao controlo dos religiosos, ou a assinada por Rodrigo da Fonseca e publicada em Decreto-Lei de 7 de Setembro de 1835, em que se lê "(...) a instrução primária será administrada gratuitamente a todos os cidadãos em Escolas Públicas e o método será o do Ensino Mútuo ou o de Lencastre (...)", ou as consequências da reforma de Costa Cabral, em 1844, que se propõe combater o analfabetismo decretando para todos "(...) os pais, tutores e outros quaisquer indivíduos residentes nas povoações em que estiveram colocadas as Escolas de Instrução Primária ou dentro de um quarto de légua (...) mandarem à escola os seus filhos, pupilos, ou outros subordinados desde os sete anos até aos quinze anos de idade ficando sujeitos se não o fizerem, primeiro a aviso, depois a intimação, depois a repreensão e por fim a multa (...), ou, então, a reforma descentralizadora de Rodrigues Sampaio em 1876, com grande impacto nacional-

⁶⁷⁸ - Para o intervalo de tempo de 2 de Abril/1911 a 1 de Janeiro/1912 não encontramos o registo dos actos vitais da freguesia.

⁶⁷⁹ - As estruturas que neste período de transição apoiavam a alfabetização, talvez melhor, a expansão da instrução a todas as aldeias, eram diferentes daquelas que foram o suporte da Alfabetização do séc. XVIII.

⁶⁸⁰ - Critério que desapareceu a partir do recenseamento de 1911 inclusive, mantendo-se, apenas o "saber ler".

Quadro 22 – Lindoso: População alfabetizada
Recenseamentos Gerais da População Portuguesa (1878-1920)
Livros de Registo de Baptismos e Casamentos (1877-1911; 1912-1916)

Períodos	Sabe ler e escrever				Não sabe ler nem escrever				Sabe ler				Sabe escrever		Não sabe escrever		Habitantes	
	H		M		H		M		H		M		H	M	H	M	H	M
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
1878 a)	119	38	5	1,2	193	62	388	99	0	0	0	0	312	393
1890 a)	89	28	5	1,3	215	68	378	98	11	3,4	1	0,3	315	384
1911 a)	365	83	407	99	77	17	5	1,2	442	412
1/1/1877 a 1/4/1911 b)	162	2	134	209
3/1/1912 a 31/12/1916 b)	55	3	40	54
1920 a)	240	69	429	98	108	31	8	1,8	348	437

a) Recenseamentos Gerais da População; b) Registos de Baptizados e Casamentos.

Fontes: Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, 1878, 1890, 1911 e 1920, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa.

Livros de Registo de Baptismo e Casamentos (1/1/1877-1/4/1911; 3/1/1912-31/12/1916), Registo Civil de Ponte da Barca e Cartório Paroquial do Lindoso.

No intervalo de Janeiro de 1877 a Abril de 1911 contámos dois indivíduos do sexo feminino que sabiam escrever⁶⁸¹ e 209 que não sabiam escrever⁶⁸². O Recenseamento de 1911 menciona 5 indivíduos do sexo feminino que "sabem ler"⁶⁸³ e 407 que "não sabem ler nem escrever", valores, que, independentemente da Fonte utilizada, retratam bem, em nosso entender, o "peso" das mulheres alfabetizadas na comunidade do Lindoso, ou seja, o elevado grau de iliteracia que imperava nas paisagens raianas, que se estendia, também, ao sexo masculino, apesar da diferença se tornar mais acentuada, de acordo com o tipo de Fonte utilizada⁶⁸⁴.

Resultados que, embora, levantem, de imediato, uma série de questões, limitamo-nos a interrogar, se com o funcionamento das escolas oficiais a nível nacional foi, apenas, considerado "alfabetizado" o indivíduo que tivesse frequentado a escola, pondo-se de parte a contagem de todos aqueles que, apesar de não terem frequentado a escola oficial, sabiam ler e escrever.

Hipótese que parece ser corroborada pela evolução dos "alfabetizados" masculinos no intervalo de tempo de 1878-1911, segundo a fonte estatística oficial e publicitada⁶⁸⁵.

O Censo de 1920 indicia a evolução negativa dos "analfabetos" do sexo masculino, "viragem" ainda não verificada nas mulheres, que entendemos pelo facto de nas primeiras

⁶⁸¹ - Por curiosidade, uma noiva e uma madrinha de baptismo.

⁶⁸² - Tanto para as noivas como para as madrinhas de casamento e de baptizado, o pároco declarava que "(...) por não saber ler nem escrever, a rogo, assinava ... (...)".

⁶⁸³ - Sem querermos questionar o conceito de "saber ler", por não corresponder aos objectivos que nos propusemos atingir com a realização deste trabalho, limitamo-nos a referir que "saber ler" não é sinónimo de "saber escrever". Contudo, o inverso já é recíproco, ou seja, quem sabe escrever, também sabe ler.

⁶⁸⁴ - 77 homens "sabem ler" menciona o Censo de 1911, 162 homens "sabem escrever" segundo a contagem, para o mesmo período, e resultante da nossa observação. Esclarecemos, que, embora tenhamos tido a preocupação em contar por uma só vez o assinante que participou num conjunto de actos vitais ela inclui aqueles que o fizeram ao longo de três décadas e, por ventura, parte deles já teriam sucumbido, em 1911, de acordo com a lei natural da vida.

⁶⁸⁵ - Peso dos "alfabetizados" na população masculina era de 38%, 28% e 31%, respectivamente em 1878, 1890, 1911 e 1920.

décadas da existência da escola oficial, esta ser muito mais frequentada pelos rapazes, pois se o recenseamento das crianças em idade escolar era obrigatório, a matrícula e a frequência respectivas tornavam-se facultativas, o que nos permite levantar uma outra questão, a relacionada com a implementação, de facto, da escolaridade universal.

Se os *Registos de Baptizado e de Casamento* (1912-1916), já, evidenciam a influência da escola oficial, com os padrinhos e noivos assinantes a ultrapassarem aqueles que não sabem escrever⁶⁸⁶, mantêm-se, contudo, muito reduzido o efectivo das madrinhas que exibem a respectiva assinatura⁶⁸⁷.

Apesar de atribuímos ao quadro cultural, ou talvez melhor, instrucional, que envolvia o Lindoso, na transição dos sécs. XIX-XX, um baixo índice de instrução/alfabetização, esta freguesia distinguia-se, pelos valores atingidos, das limítrofes e alvo da nossa investigação (Fig. 59).

Em 1878, era a freguesia com o maior valor percentual de homens que sabiam ler, ou ler e escrever. Nas quatro décadas em observação, o Lindoso "inclui" o grupo das freguesias que detinham o maior "peso" em homens alfabetizados, sempre superior a 10% dos homens residentes, a exemplo de Castro Laboreiro, Britelo, Ermida e Germil.

Nas mulheres alfabetizadas, cujos índices são inferiores a 5% do total das residentes, distinguem-se, apesar de tudo, as de Castro Laboreiro⁶⁸⁸.

Índices de alfabetização/instrução, que, independentemente do sexo, talvez não divirjam substancialmente dos apresentados, na mesma época, a de transição dos dois séculos, pelos respectivos concelhos em que se inserem⁶⁸⁹ (Fig. 60).

Se de um modo global o Lima raiano em estudo apresentava no intervalo de 1887/1890 a 1920, baixos índices de instrução/alfabetização, as mulheres correspondem ao grupo mais "segregado", evidenciando-se as portuguesas.

De facto, o grau de iliteracia era elevado em toda a área em estudo, mas, evidenciava-se o Lima luso com o maior peso de homens e mulheres analfabetos, comparativamente aos

⁶⁸⁶ - Num universo de 95 padrinhos e noivos, 55 exibem assinatura e 40 não o fazem porque não sabem escrever e alguém assina a rogo.

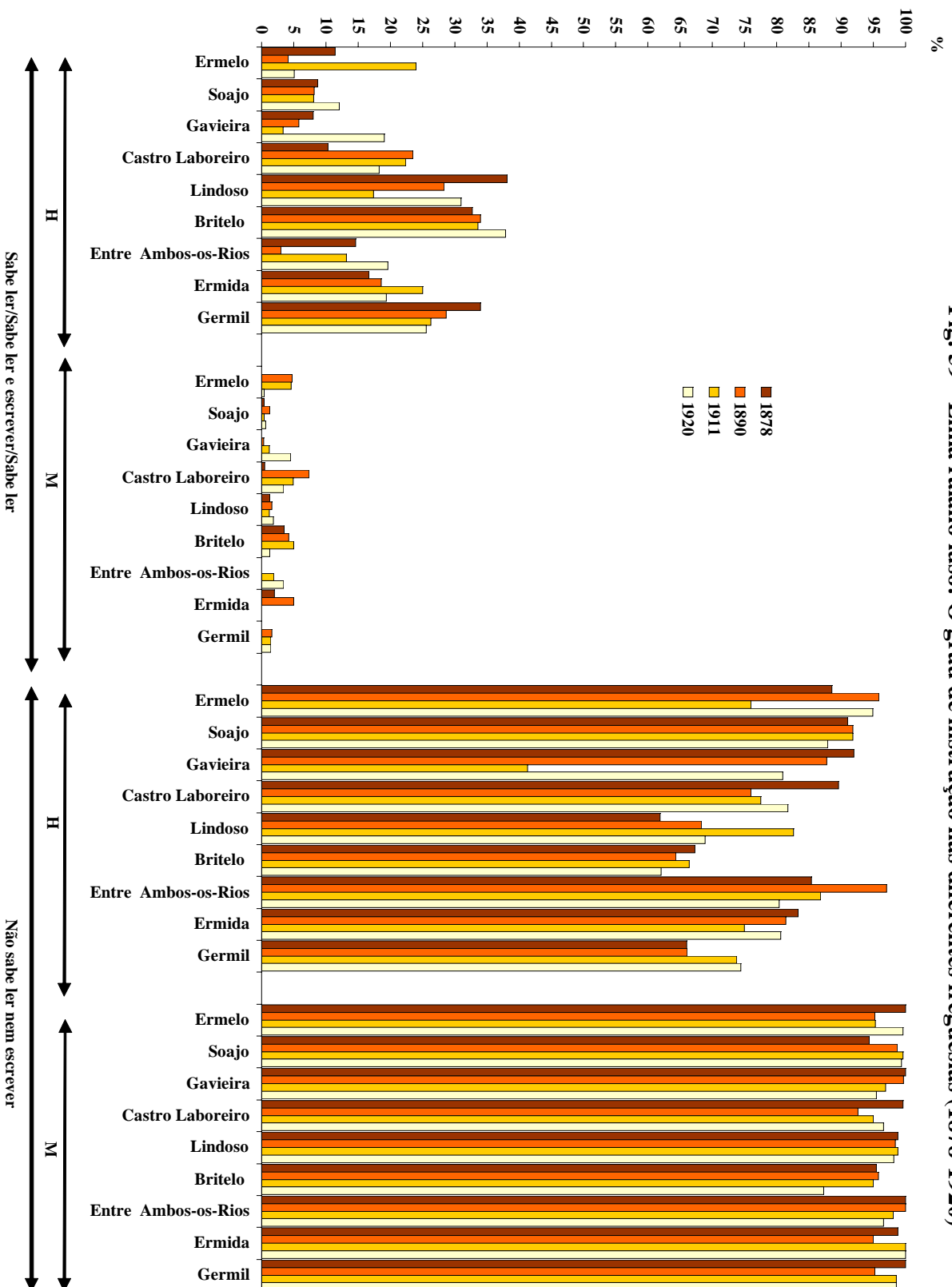
⁶⁸⁷ - Num efectivo de 57 elementos femininos, apenas, 3 desenvolveram a aptidão da escrita, o que lhes permitiu assinalar a presença nos actos da paróquia.

⁶⁸⁸ - Surpreendeu-nos os valores de Castro Laboreiro, respectivamente de 0,45% (1878), 7,39% (1890), 4,9% (1911) e de 3,4% (1920), em comparação, por exemplo, com o Soajo, 0,42% (1878), 1,3% (1890), 0,4% (1911), 0,6% (1920), ou, o próprio Lindoso, 1,27% (1878), 1,6% (1890), 1,2% (1911), 1,8% (1920), ou, mesmo, a Ermida 1,96 (1878), 5% (1890) e 0% (1911 e 1920).

⁶⁸⁹ - Se a escala de observação, a concelhia, não responde aos objectivos por nós estipulados na realização desta investigação, utilizámo-la, neste momento, pelo simples facto de não possuímos para a área espanhola indicadores sobre a alfabetização ao nível, por exemplo, da freguesia, a paróquia, justificado pelas respectivas autoridades em função da problemática sobre a confidencialidade dos dados, já, por nós, explicitada.

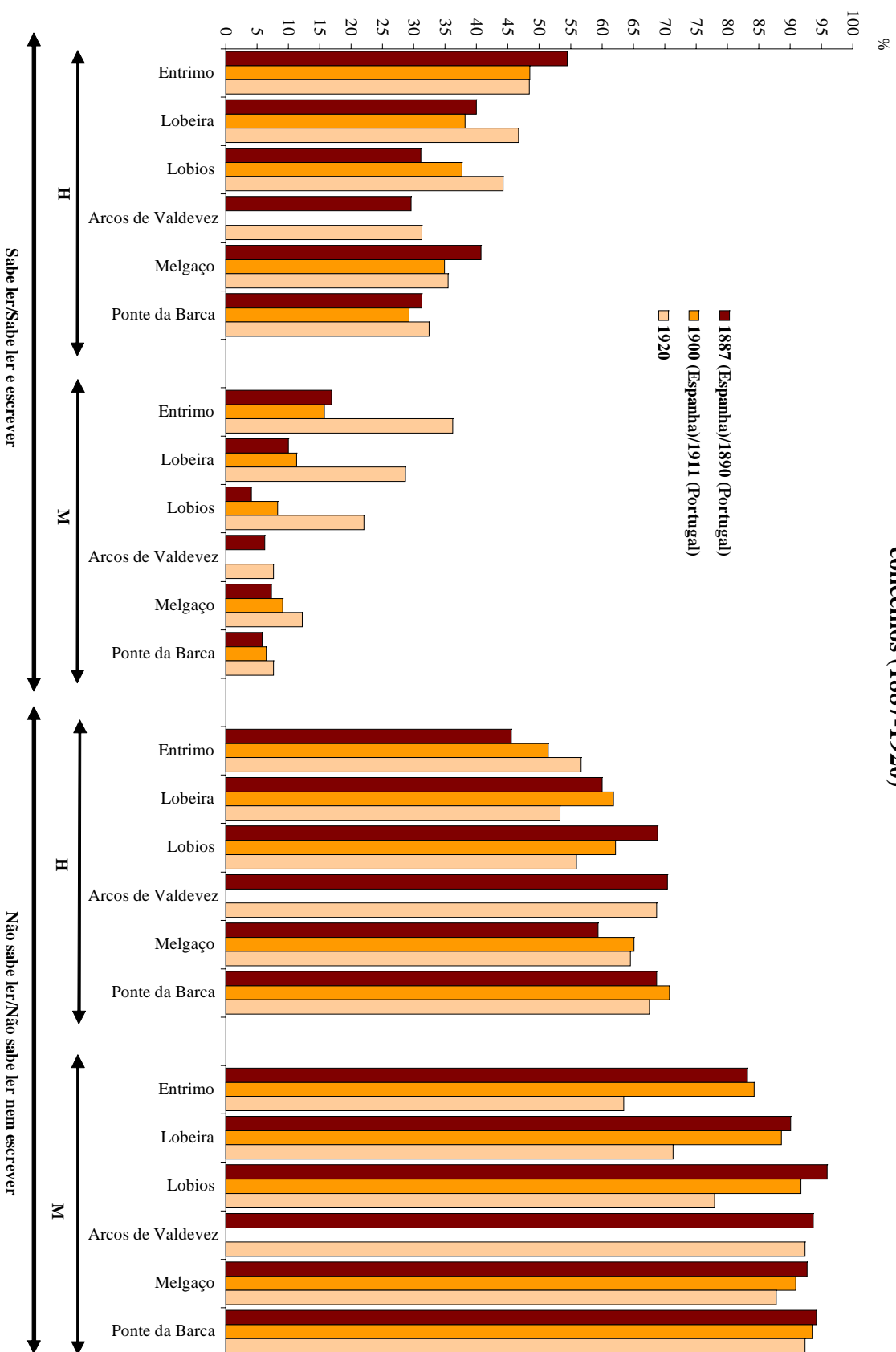
Assim, independentemente de todas as assimetrias que, aparentemente, ficam eliminadas, entendemos que uma leitura à escala concelhia, poder-nos-á permitir esboçar, não só o enquadramento instrucional das aldeias em estudo, como permitir questionar a importância da fronteira política em comunidades, que têm em comum a própria matriz identitária.

Fig. 59 - Lima raiano luso: O grau de instrução nas diferentes freguesias (1878-1920)



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1878, 1890, 1911, 1920, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa.

Fig. 60 - Lima raiano: Grau de instrução nos diferentes concelhos (1887-1920)



Fontes: Censos de la Población de España, 1887, 1900 e 1920, Ministerio de Trabajo, Tomo II, Madrid; Censos da População Portuguesa, 1890, 1911 e 1920, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa., Lisboa.

indivíduos espanhóis, de ambos os sexos, embora pesassem, também, os elevados índices de analfabetismo.

Por curiosidade, Lobios distingue-se como o concelho espanhol com o maior efectivo de analfabetos, independentemente do sexo, enquanto Melgaço era o concelho português que, apesar de tudo, apresentava, nas primeiras décadas do séc. XX, o maior "peso" de homens e mulheres a lerem e a escreverem.

Em nota de síntese, diremos que na transição dos sécs. XIX-XX, os valores, embora muito baixos, quer os oficiais e publicados, quer os que conseguimos na observação das assinaturas dos noivos e padrinhos de baptismo e casamento "colocam" o Lindoso no quadro das freguesias lusas com os melhores índices de escolarização, nomeadamente para o sexo masculino, índices que no seu todo não diferem, propriamente, do quadro apresentado pelos respectivos concelhos, que, de um modo global, são inferiores aos dos vizinhos espanhóis, o que não impede, mesmo assim, de considerarmos que estas comunidades de raia, lusas e galegas, se distinguem pelos deficientes índices de alfabetização/escolarização, fenómeno, aliás, já, evidente no séc. XVIII.

Índices de escolarização, que tenderão a evoluir ao longo do séc. XX, em função das novas políticas educativas, cada vez mais preocupadas com a implementação de uma Escola que promova e incentive a universalidade e democraticidade do ensino/aprendizagem, prolongando-se, gradualmente, o período de frequência obrigatória pelos jovens alunos, os cidadãos de um amanhã imbuído pelo "novo" conhecimento e tecnologias de ponta.

Contudo, a leitura dos indicadores publicitados pelo Recenseamento Geral da População, o de 2001 (Fig. 61), retrata um Lima raiano com uma proporção elevada de residentes que, em Portugal, se declaram sem saber ler nem escrever, em Espanha, de analfabetos.

Sem querer questionar o tipo de equivalência que possamos estabelecer entre os conceitos "não sabe ler nem escrever", em Portugal, ou "analfabeto", em Espanha, por não corresponder aos objectivos que nos propusemos atingir com a realização de esta investigação, poderemos inferir que, no séc. XX, os sistemas de ensino oficiais de ambos os países não proporcionaram as condições necessárias para a aquisição das destrezas da escrita e da leitura a um efectivo significativo de residentes limianos de raia, lusos e galegos, com idades, sempre superiores a cinco décadas de vida, embora contemporâneas da escola oficial.

Ao efectuar uma observação mais cuidada sobre o grau de escolaridade da população em estudo e em 2001 (Fig. 61), verificaremos que é no Lima galego que predominam as

Fig. 61- Lima raiano: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2001

aldeias onde a maioria dos residentes são analfabetos, como por exemplo, as que constituem as freguesias da Arauxo (San Martiño), Illa (San Lourenzo), ou Venceans (Santo Tome) e Pereira (San Fecundo).

Em Portugal são aldeias da Gavieira (Igreja e Tibo), do Soajo (Adrão, Vilar de Suento), Ermelo (Igreja e Vilarinho de Souto), Entre Ambos-os-Rios (Lourido e Sobredo), ou Vergaço e Portuzelo, em que dominam os habitantes que "não sabem ler nem escrever". Curiosamente, o Lindoso evidencia-se, também no início do séc. XXI, como a freguesia deste Lima raiano, cujos residentes distribuídos pelas três aldeias constituem o maior grupo daqueles que lêem e escrevem.

Posição similar no Lima luso têm as três aldeias do Lindoso, juntamente com Paradamonte, quando interpretamos os resultados do levantamento, que efectuámos no período de Junho a Novembro de 2000 (Fig. 62).

Antes de prosseguirmos, esclarecemos que, quando contactámos directamente com os residentes portugueses, não nos preocupámos, propriamente com o efectivo "analfabeto", ou então, que "não sabia ler nem escrever", mas, precisamente com aqueles que, independentemente de terem, ou não frequentado a Escola oficial, não conseguiram obter um diploma a certificar-lhes o nível de aprendizagem adquirido.

Estamos cientes que "eliminámos" em todas as aldeias, os residentes que embora nunca tenham frequentado a Escola, ou fazendo-o, não conseguiram o almejado diploma, embora sejam capazes de assinar o seu nome, ler títulos e anúncios num jornal, ou qualquer outro tipo de indicação útil, pois preocupámo-nos em conseguir um critério, que entendemos, além de ser o mais objectivo⁶⁹⁰, melhor retrata a eficácia da implementação e funcionamento do sistema de ensino universal e obrigatório, que, nos dois países funcionou na primeira metade do séc. XX.

Eficácia de um sistema de ensino universal, com resultados nada agradáveis para as populações do Lima raiano luso, a avaliar pela proporção dos indivíduos distribuídos por todas as aldeias, que, em 2000, não tinham sido "merecedores" de um diploma a certificar-lhe um grau de aprendizagem.

No critério que adoptámos, consideramos os residentes com a 3ª classe, pois a geração dos cinquenta anos de idade, em 2000, teve no período de vida escolar, como obrigatório a frequência de três anos, ou seja, a 3ª classe.

⁶⁹⁰ - O conceito "saber ler e escrever" é, em nossa opinião, muito vago e subjectivo, pois inclui no mesmo "grupo" aqueles que, apenas, sabem escrever o nome e ler alguns títulos de primeira página de um jornal, juntamente com os que escrevem e lêem fluentemente, mas, por variadas razões nunca frequentaram a escola, ou então, nunca conseguiram o desejado diploma.

Em todas as aldeias, os residentes com a 3ª classe correspondem a um grupo com uma certa representatividade, embora seja o grupo dos que possuem a 4ª classe, que esteja na moda, a xemplo dos "sem diploma".

Entendemos o reduzido grupo do 6º e 9º anos, pelo facto de corresponder aos jovens, que, após a escolaridade obrigatória cumprida, partiram e iniciaram a sua vida activa no estrangeiro, enquanto os residentes com mais de cinco décadas de vida que, de igual modo, saíram e trabalharam no exterior, mas, já completaram o período de trabalho considerado suficiente para lhes permitir um regresso com a posição social e económica desde sempre desejada.

O grupo que considerámos com "outros estudos" inclui os residentes com o Ensino Secundário, uma licenciatura, um curso profissional, ou profissionalizante. Distinguimos os residentes, que detinham um diploma concluído no estrangeiro, por curiosidade, sempre o país, para onde os progenitores emigraram, destacando-se os moradores do Soajo, Castro Laboreiro e Entre Ambos-os-Rios (Fig. 63).

Se o número de licenciados é, de facto, pouco relevante, ou, mesmo nulo em algumas freguesias, Castro Laboreiro distingue-se por ser aquela com um efectivo mais representativo.

Nas nossas inúmeras conversas de carácter informal com a população castreja, desde logo, nos apercebemos de uma preocupação, que lhes era nata, *pôr os filhos a estudar*, primeiro em Braga, em seguida, na Universidade em que conseguissem lugar, justificada pelo desejo de que viessem a desfrutar do bem-estar e qualidade de vida, que eles não conseguiram nos primeiros anos de vida usufruir.

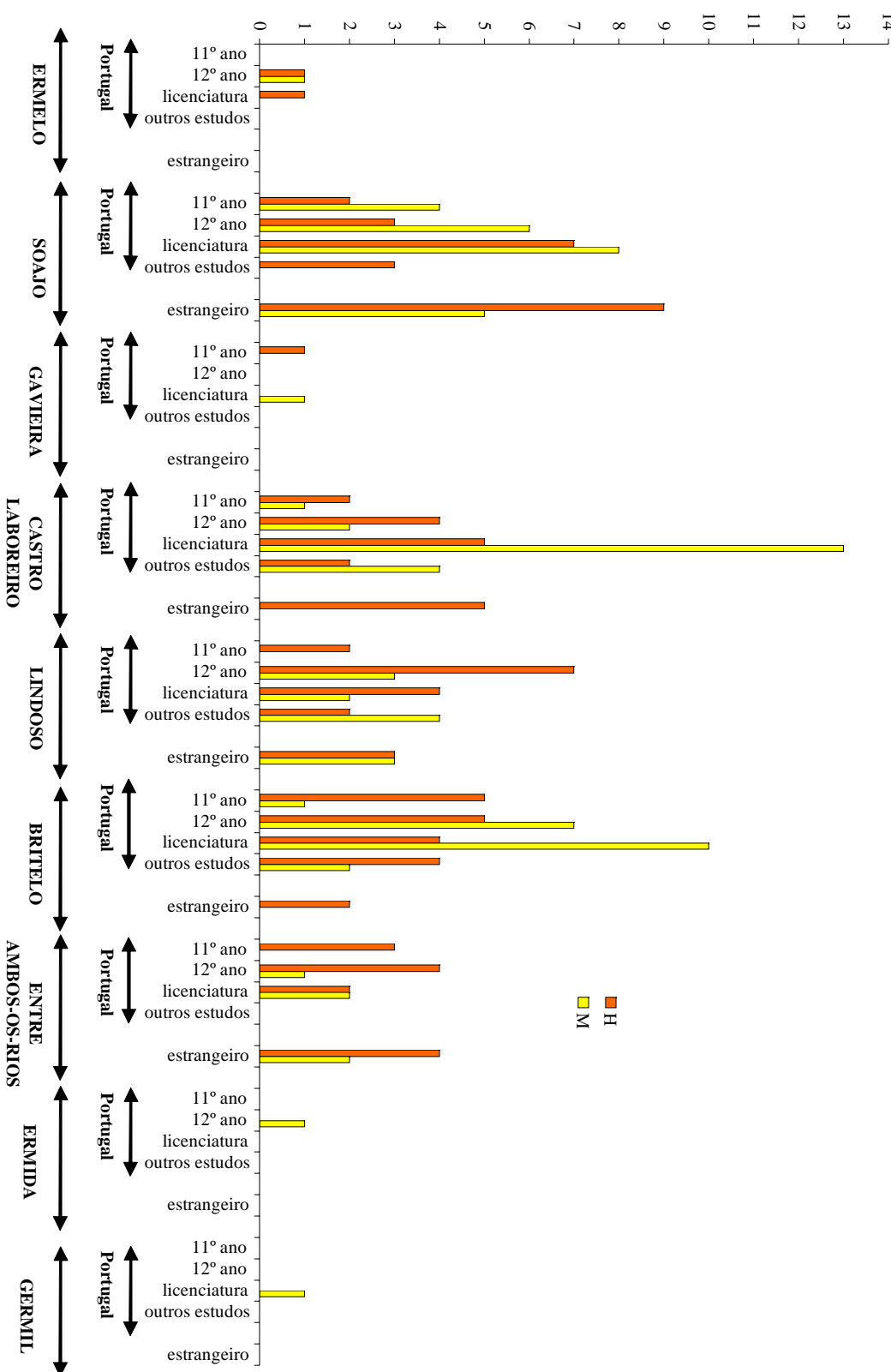
Preocupação que se estenderia, em 2000 e de um modo global, à comunidade raiana, nomeadamente a lusa, a avaliar pelo número de estudantes a frequentarem um curso superior (Fig. 64).

Se predominavam os alunos do Ensino Básico distribuídos pelos três ciclos respectivos há que assinalar um decréscimo acentuado nos alunos que frequentavam o Ensino Secundário, embora adquirissem um certo significado em aldeias como as da "vila" no Soajo, Castelo no Lindoso, Paradamonte em Britelo, ou a Igreja em Entre Ambos-os-Rios.

Chamou-nos, também, a atenção os poucos alunos que frequentavam cursos do ensino técnico/profissional, quando existiam em 2000 Escolas de Ensino Profissional no Soajo e no Lindoso, além dos Arcos de Valdevez.

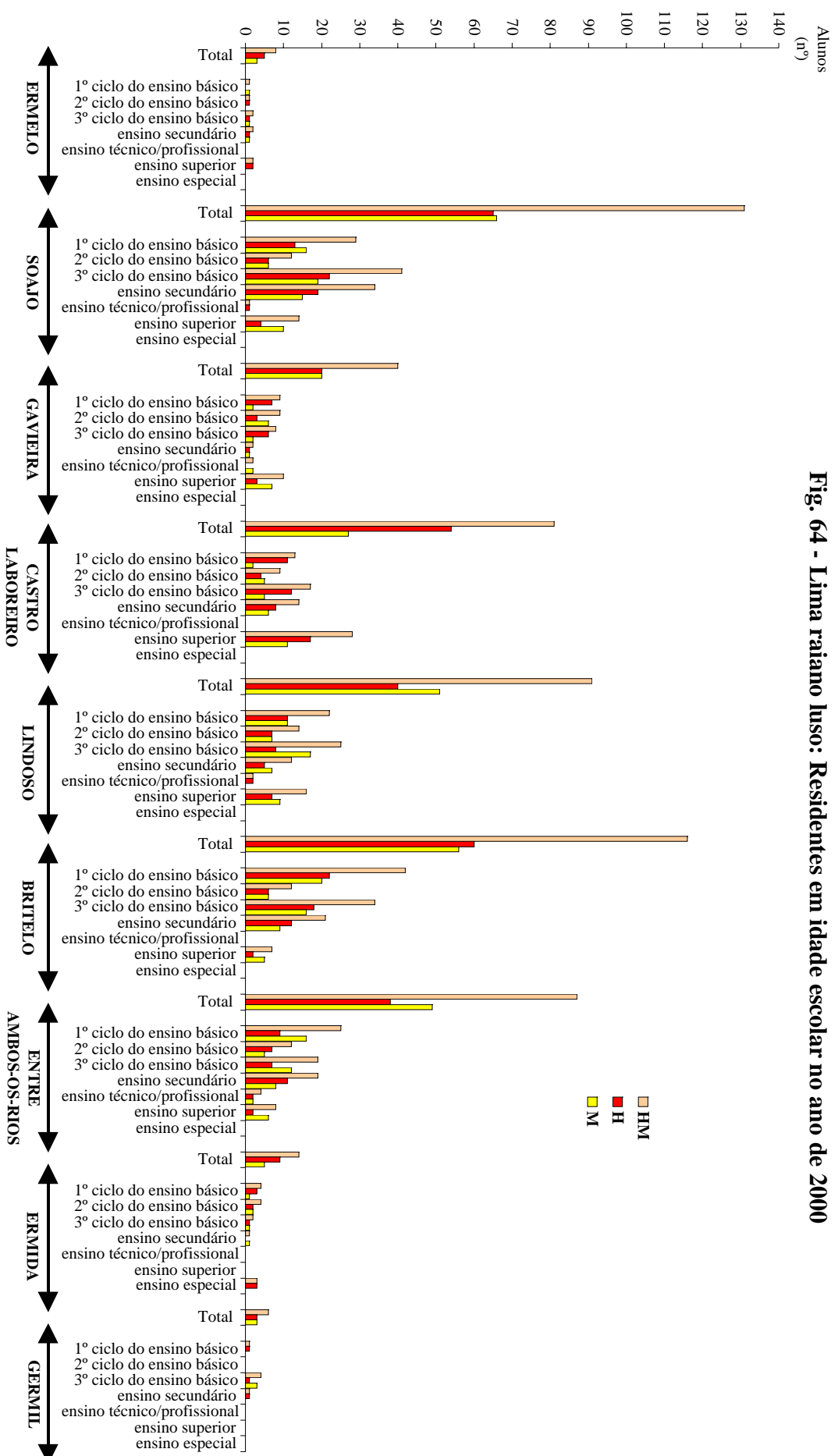
Fig. 62- Lima raiano luso: População residente segundo o grau de escolaridade, por lugar, em 2000

Fig. 63 - Lima raiano luso: Os residentes com escolaridade superior ao Ensino Básico, ou obtida no estrangeiro, por freguesia, em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Fig. 64 - Lima raiano luso: Residentes em idade escolar no ano de 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Pela observação, em 2000, dos alunos em idade escolar, somos levados a inferir que se, por um lado, a população adulta evidenciava um baixo nível de ensino, por outro, pela progressão dos jovens na vida escolar, poder-se-ia esperar, num futuro próximo, um quadro mais auspicioso para os residentes neste Lima raiano, se a maioria não se limitasse à frequência dos níveis de ensino de carácter obrigatório, quando se questiona se as competências que a Escola universal lhes pretende desenvolver, respondem às necessidades do tecido de oportunidades que o território limiano de raia tem para oferecer.

Perante semelhante cenário cultural, com profundas consequências sociais e territoriais, interrogamo-nos sobre o amanhã de um Lima raiano de muito baixa densidade, palco de uma população, predominantemente analfabeta, ou de baixo nível de instrução e com idade avançada, em perda continuada dos seus jovens, mesmo daqueles que frequentam a escola oficial, mas, na expectativa de, num futuro muito próximo, saírem ao encontro de espaços, que entendem ser mais promissores, como os das regiões metropolitanas, nacionais e europeias.

Reflexões conclusivas

Estudar a população distribuída por territórios separados por uma fronteira política, tendo por princípio a utilização de indicadores publicitados pelas respectivas entidades nacionais, desde logo, implica um conjunto de questões a resolver, as relacionadas com as opções adoptadas por cada país, não só nos critérios utilizados no levantamento das diferentes variáveis, como no detalhe da publicação dos respectivos valores

Se até 1980, por exemplo, em Portugal, só se consegue informação para o lugar sobre o total de residentes segundo o género, nos momentos censitários de 1911, 1940 e 1960, na Galiza ela existe para todas as décadas, mas, fornecida pelo *Nomenclátor*, uma vez que os Censos se limitam a publicitar os valores das variáveis para os diferentes concelho.

Se a partir de 1980 há uma certa "uniformização" de critérios, em virtude da entrada, na década de oitenta, de ambos os países na União Europeia, nomeadamente no pormenor das variáveis a publicitar e no nível territorial em que incidem, na Galiza, para todos os lugares com um número inferior a 50 habitantes, apenas, se divulga o total dos residentes para, deste modo, não se invadir a privacidade individual.

Crítérios que dificultam um trabalho de investigação que pretenda ser efectuado à escala do lugar e, dentro do possível, numa perspectiva de leitura comparativa das realidades de ambos os países.

Outras questões se levantam, também, com a divergência de critérios utilizados nos diferentes momentos censitários, mas, no mesmo país, como, por exemplo, aqueles que decidem sobre os lugares que "têm direito" a constituírem entidades estatísticas.

Como estes critérios variaram para cada momento censitário, principalmente, em Portugal, a leitura comparativa da dinâmica espacial, tendo em consideração os diferentes lugares, permite a dilação que num curto período de dez anos se verificou a "morte", ou, o "nascimento" de um conjunto de lugares, quando o trabalho junto das populações e a investigação de outras Fontes, nomeadamente as históricas, confirmam a existência multissecular dessas entidades espaciais, que, apenas, momentaneamente, conseguiram o estatuto oficial de lugar e, ou, de aldeia.

Independentemente das questões inerentes à variedade de critérios utilizados nos diferentes momentos censitários que, apenas, um trabalho exaustivo junto das comunidades pode esclarecer, um facto incontestado relaciona-se com a variação negativa dos residentes iniciada nas décadas de cinquenta e sessenta, respectivamente, na Galiza e em Portugal, que se mantém, ainda, na década de 1991 a 2001, embora a um ritmo não tão acentuado.

Se o residente de este Lima raiano era, nos meados do séc. XX, essencialmente agricultor, na primeira década do séc. XXI, predominam os reformados, enquanto no grupo dos activos se evidenciam os operários na construção civil e os trabalhadores distribuídos pela restauração e pequeno comércio, além dos pequenos empresários, ex-emigrantes que "abriram um negócio", por princípio na sede do concelho em que se inserem, e no "ramo" de actividade em que trabalharam no estrangeiro.

Universo de residentes em que se distingue os pesos dos maiores de sessenta anos e das mulheres. Como os índices de masculinidade ao nascimento se enquadram nos valores normais para as populações brancas, é o êxodo rural dos meados do séc. XX, que justifica a estrutura actual das diferentes comunidades.

Populações cujas mulheres casariam relativamente mais jovens que os respectivos cônjuges (Quadro 10, p. 308) e em que o número médio de filhos por casal fecundo no longo período de 1689 a 1959 se situaria em valores próximos dos quatro filhos por núcleo familiar.

Evidenciar-se-iam, a exemplo do Lindoso, os valores relativamente elevados dos nascimentos verificados fora do casamento.

Comunidades com uma relativa longevidade, a inferir pelos valores encontrados e relativos à sobrevivência das gerações dos indivíduos casados com uma idade superior a 25 anos, na comunidade do Lindoso, para o longo período de três séculos, que poderá ser

entendida pela qualidade de vida resultante dos rendimentos oriundos do exterior, nomeadamente de Lisboa, já, com uma certa evidência no séc. XVIII.

Fenómeno migratório, que, muito provavelmente, poderá ajudar a entender o facto de os naturais do séc. XVIII terem aprendido a escrever, possivelmente, numa fase adulta, em plena idade activa, como na comunidade do Lindoso.

Se no séc. XVIII seria restrito o núcleo dos residentes que fizeram um uso regular das suas capacidades autográficas, isto é, que sabiam escrever, mas, provavelmente, também, ler, manter-se-ia o impacto ténue da Alfabetização ao longo do séc. XIX.

Quadros de alfabetização e de instrução pouco auspiciosos, quer em Portugal, quer na Galiza, que se prolongaram pelo séc. XX, em virtude de os projectos escolares, luso e galego, implementados no período da escolaridade obrigatória não terem conseguido inverter uma relativa secundarização da cultura escrita no quotidiano e no desenvolvimento da vida local, pois os maiores beneficiários da escolarização massiva continuam a partir para o exterior, onde se fixam para exercerem uma profissão.

Na primeira década do séc. XXI os jovens alfabetizados em idade activa, a exemplo dos progenitores, independentemente de possuírem, ou não, uma especialização, nomeadamente uma licenciatura, optam por residir nos centros urbanos, nacionais e estrangeiros, contribuindo, assim, para que nas paisagens e espaços raianos em estudo se acentue a baixa densidade relacional, com tendência para se continuar.

Cenários para comunidades como as limianas de raia pautadas pelo predomínio das idades avançadas, dos analfabetos, ou, com um baixo nível de instrução, pela perda continuada de jovens, mesmo, daqueles que frequentam a escola oficial, mas, na expectativa de, num futuro muito próximo, saírem ao encontro de espaços, que entendem ser mais promissores, como os das regiões metropolitanas, nacionais e europeias, permitem aventar consequências de carácter irreversível, quer no âmbito social, quer territorial, muito provavelmente justificadas pelo facto de as "batalhas" da educação e da instrução nunca terem sido suficientemente motivadoras a fim de adquirirem um papel relevante na vida das comunidades em estudo.

Capítulo 4 – Mobilidades geográficas

Introdução

Se o sistema de povoamento que tipifica a área em estudo pode ser entendido, em larga medida, pela intensidade dos movimentos, que de acordo com o ciclo agro-silvo-pastoril, se manifestavam e interligavam os variados *sítios* e lugares, outros tipos de fluxos associados a fenómenos tão diferenciados, como o religioso e o "mercantil" interagem e animavam, directamente as aldeias lusas e galegas, porque ignoravam a existência da fronteira política.

Se estes tipos de movimentos se materializaram na paisagem limiana através de uma rede densa de caminhos e trilhos, hoje em desuso, o limiano de raia encetou, desde longa data, a demanda de outros lugares, nacionais e estrangeiros, na expectativa de conseguir uma qualidade de vida, que de modo nenhum lhe podia ser assegurada pelo *modus vivendi* local.

Assim, pretendemos neste momento da investigação abordar os movimentos, que consideramos como internos, por se terem gizado no "nosso" Lima raiano, e traduzidos nas multisseculares caminhadas, as peregrinações à Senhora da Peneda realizadas por espanhóis e portugueses, com uma frequência máxima na primeira semana de cada mês de Setembro, além daqueles, também, personalizados por indivíduos de ambas as nacionalidades, mas, no âmbito de uma transacção de bens, que se pretendia "esconder", a fim de evitar as imposições fiscais, nomeadamente no campo aduaneiro.

Além de este tipo de movimentos o limiano de raia enveredou, desde há longas décadas, mesmo, séculos, pela procura de novos horizontes, quer no país, quer no estrangeiro, que lhe proporcionassem outras ofertas de emprego, opção traduzida por uma frequência migratória muito irregular, mas, de grande significado nos meados do século passado e traduzida não só na melhoria substancial da qualidade de vida das famílias, como no ordenamento actual deste território limiano.

Ao confrontar-nos com a escassez de fontes bibliográficas e estatísticas, mais uma vez recorreremos às conversas informais com os residentes, galegos e lusos, que com a simpatia que os caracteriza, nos deram a informação possível sobre os tempos das caminhadas à Peneda, com a descrição dos caminhos e trilhos percorridos pelos galegos, que, todos os anos e de forma muito devota, a exemplo dos lusos, se dirigiam à Senhora das Neves⁶⁹¹, ou, sobre a ousadia daqueles que se "atreviam", quase sempre na calada da noite, a ultrapassar o limiar

⁶⁹¹ - A Senhora das Neves, vulgarmente conhecida pela Senhora da Peneda, pelo facto do Santuário se localizar na aldeia do mesmo nome.

político, transportando, por princípio, no dorso a mercadoria que deveria "ser deixada" na localidade mais próxima, mas, do outro país.

Em relação à obtenção de dados sobre as deslocações, quer para as grandes cidades, quer para o estrangeiro, optámos pelo questionário, que aplicámos junto de todas as famílias residentes na área portuguesa e cujos resultados obtidos acreditamos traduzirem a história de vida de milhares de limianos, que, ainda muito jovens foram confrontados com o dilema em permanecerem, tendo como troca uma vida muito dura e difícil, ou, demandarem em condições, por vezes, muito desumanas, mas, motivados pela esperança de, mais tarde, regressarem com um bom *status* económico e, logicamente, social.

Abordaremos neste espaço as problemáticas relacionadas com as deslocações, ou seja, as mobilidades das pessoas, como as que envolveram a romaria à Senhora da Peneda e o transporte ilícito de bens e mercadorias, privilegiando, contudo, os movimentos dependentes das ofertas do mercado de trabalho, a nível nacional e internacional, que implicaram novas residências e foram determinantes nas mutações verificadas nas últimas décadas, não só no campo social, como na estrutura territorial.

4.1. Movimentos migratórios

Nota Prévia

Se a população que estudamos, de forma indiscutível, não temia nos respectivos espaços de vivência os percursos longos e difíceis, por se desenvolverem em áreas com uma geomorfologia acidentada, como é a de este Lima Raiano, a grande característica incidia, em nossa opinião, na demanda, desde há muitos anos, de novos lugares, predominantemente integrados, quer nas actuais regiões metropolitanas, por princípio a de Lisboa, Barcelona e Madrid, quer em países longínquos, como os do continente americano, mais recentemente, os europeus comunitários.

Se recuarmos no tempo, facilmente nos apercebemos, que na saga do limiano de raia é uma constante a busca de novos horizontes, integrando-se, muito provavelmente, nas respectivas correntes migratórias nacionais, que ter-se-iam iniciado com as descobertas marítimas, embora com destinos diferenciados, de acordo com a nacionalidade.

Mas, se não temos elementos objectivos, que confirmem esta hipótese, pelo conhecimento que conseguimos, estamos convictos que nos encontramos perante um mercado de produção de mão-de-obra para a "exportação", que "funcionou" no tempo, de acordo com a solicitude e necessidades verificadas às escalas nacional e internacional.

Se não é possível quantificar, para o período anterior ao séc. XX, os vários tipos de fluxos de que o limiano de raia foi actor, desde os sazonais, como aqueles que nos Invernos do séc. XVIII envolveram os homens de Castro Laboreiro, que, anualmente, saíam do torrão natal para trabalharem como pedreiros⁶⁹², ou, aqueles cujo período de duração era mais prolongado, em virtude do mercado se distribuir por Lisboa e pelo Brasil, conseguimos, em relação a estes últimos, informações esporádicas na consulta minuciosa que efectuámos *nos Livros de Registo de Óbitos* da freguesia do Lindoso.

Antes de prosseguirmos, entendemos esclarecer que nessa época, nomeadamente nos sécs. XVII e XVIII, era obrigatório fazer-se o registo do óbito de todos os paroquianos, mesmo que residissem, há muitos anos, em locais distantes da freguesia de que eram naturais⁶⁹³.

Na base desta exigência, nos Livros de *Registo de Óbitos do Lindoso*, encontrámos para os sécs. XVII a XIX dezenas de casos relativos a paroquianos, sempre do sexo masculino, dos quais "chegou a notícia" de que tinham "falecido em Lisboa", ou, em menor número de casos, "nos Estados Unidos do Brasil" (Fig. 65)⁶⁹⁴.

⁶⁹² - "nos mezes d'Inverno sahem para fóra do concelho a trabalhar pelo officio de pedreiro, para ganharem o resto do sustento que o seu paiz não produz".

Vilas Boas, Custodio José Gomes, 1800, "Descripção Topographica das Commarcas Fronteiras da província do Minho" in Sousa, Fernandes; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho, População e Economia nos finais dos Setecentos*, 1997, Ed. Presença, Lisboa, p. 130.

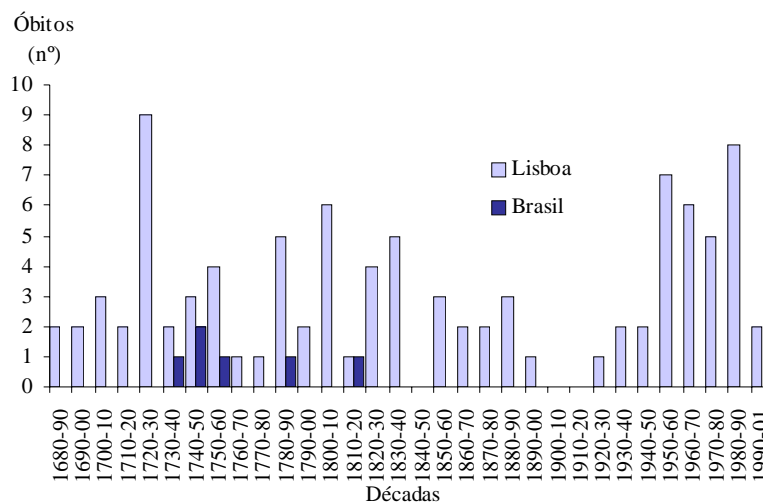
⁶⁹³ - Quando "chegava a notícia" do falecimento de um patricio, o familiar mais próximo era incumbido de o comunicar ao pároco, para que, de imediato, se efectuassem os "bens de alma", isto é, os officios e orações necessárias para que a "alma repousasse em paz".

⁶⁹⁴ - Há que ressaltar as dificuldades nas comunicações, pelo que "quando chegava a notícia" o acontecimento já se tinha verificado, há cerca de, pelo menos uns dois a três anos, conforme o pároco informa.

Se o primeiro registo do óbito acontecido em Lisboa data de 28-10-1691, somos de opinião que o falecimento ter-se-ia verificado, pelo menos dois anos antes. Aliás, em muitos casos o pároco informa que "chegou a notícia de que tinha falecido há uns dois anos atrás".

A data, que utilizamos, refere-se, sempre, à do acto do respectivo registo de óbito.

Fig. 65 –Lindoso: Óbitos registados nos *Livros Paroquiais* no período de 1663 a 2001 ocorridos no exterior



Fonte: Livros de *Registo de Óbitos* da freguesia do Lindoso, 1663 a 2001.

Os valores que a Fig. 65 referencia para o séc. XX vêm, de certo modo, ao encontro das informações que obtivemos em 2000, junto das populações, sobre a forte atracção que Lisboa, também, exerceu sobre a população do Soajo, de Ermelo e os residentes lusos da margem esquerda do Lima, sem esquecer as gentes do concelho de Lobios, nomeadamente, as das freguesias de Rio Caldo e Manín.

A propósito, não podemos deixar de referir a nossa surpresa, quando encontrámos nas aldeias de Rio Caldo e Manín habitantes com idades superiores a seis décadas a falarem o português, porque nos anos trinta e quarenta do séc. XX, tinham emigrado para Lisboa, onde trabalharam nas obras, num período superior a trinta anos, sendo, portanto, a sua pensão de reforma portuguesa.

De facto, era-lhes fácil atingir Lisboa, uma vez que iam a pé, "a salto", até ao Lindoso, melhor, Cidadelhe, para tomarem a camioneta em direcção a Braga, onde faziam o transbordo para uma outra, que os conduzia ao Porto e, a partir daí, serviam-se do combóio, que rumava à capital portuguesa.

Como tiveram a preocupação de nos evidenciar, nesses tempos, a Espanha estava a viver momentos muito difíceis, os da Guerra Civil, pelo que Lisboa era o "oásis" que ansiavam, pois tinham paz, segurança e trabalho bem remunerado, comparativamente à oferta nacional.

Gente galega, nomeadamente de concelhos que não se integram na nossa área de trabalho, como os de Randín e Baltar, que optou, nessa época, por Lisboa, onde parte

permaneceu durante todo o período activo, enquanto outra, na década de cinquenta, trocou a nossa capital por terras francesas.

Após estes pequenos "excertos" de histórias de vida contemporâneas, retomemos o período em que as fontes muito escasseiam, motivo pelo qual os valores encontrados impossibilitam tirar dilações objectivamente credíveis, pois, se a Fonte Paroquial não contemplará, muito provavelmente, todos aqueles que "partiram e nunca mais deram notícia", permite-nos, contudo, inferir que no Lindoso, desde há séculos, pelo menos, desde o XVII, verificar-se-ia um êxodo, que teria como destinos, essencialmente a cidade de Lisboa, de imediato, seguida pelo Brasil⁶⁹⁵.

Se essas saídas tinham como justificação a expectativa de conseguirem uma melhoria do nível de vida, pois *andavam no ganho*, e casos houve de sucesso⁶⁹⁶, outras, traduziram-se em experiências amargas de vida, como se pode induzir pelas expressões exaradas pelo pároco para justificar o modesto "bem de alma"⁶⁹⁷.

Embora não tenhamos investigado o mesmo tipo de fonte nas outras freguesias que constituem a área em estudo, lusa e galega, pelos motivos já, devidamente, explanados, o conhecimento de campo, que obtivemos junto das populações e na transição dos sécs. XX-XXI, permite-nos inferir que o fenómeno do êxodo rural e todas as experiências de vida a que ele se associam, envolveu, no tempo, toda a comunidade limiana e de raia.

São movimentos que nas décadas de cinquenta a setenta do séc. XX atingiriam os valores mais expressivos, dos quais resultaram as fortes mutações verificadas, quer no campo socioeconómico e cultural, quer em termos demográficos e de organização territorial, que se repercutirão, de forma irreversível ao longo de todo o século XXI, nas sociedades e territórios limianos e de raia, a exemplo do que sucederá em todo o noroeste peninsular profundo.

Razões, em nosso entender, suficientes para que privilegiássemos nesta investigação o conhecimento, com a minúcia possível, do fenómeno migratório do séc. XX, recorrendo, como já o afirmámos, ao contacto directo com os actores, ou, então, seus familiares, através

⁶⁹⁵ - Mas os naturais do Lindoso distribuíam-se por outras paragens, como refere o pároco quando menciona que faleceu (1) no Alentejo (séc. XVII), ou no Ribatejo (séc. XIX).

⁶⁹⁶ - "(...) foi sepultado na Capela de seu tio, na capela de S. José, no mesmo engenho de Bathe comarca de Pernambuco (...)"

Lº de Óbitos do Lindoso, nº 5, fl. 42.

"(...) chegou notícia certa que faleceu em Lisboa e fez testamento em Lisboa (...) deixou dinheiro em Lisboa e dinheiro aos familiares daqui (...)"

Livro de Óbitos do Lindoso, nº 3, fls 88, 88 v.

⁶⁹⁷ - "(...) Veio notícia que faleceu em Lisboa (...) e por lhe rematarem os seus bens por dívidas que devia na mesma cidade de Lisboa (...)" *Livro 4, Fol:31 v.*

"(...) não podia fazer mais bem de alma pelas muitas dívidas que o seu marido fizera estando em Lisboa (...)"

Lº de Óbitos do Lindoso, nº 3, fl. 76.

"(...) Chegou notícia que falecera nos Estados da América, cidade de Bahía (...) era pobre e filho solteiro (...)"

Lº de Óbitos do Lindoso, nº 5, fl. 22.

de um levantamento que efectuámos junto da população lusa, cujos resultados foram, em nossa opinião, validados, como já o demonstrámos, pela comparação com os valores conseguidos pela vasta equipa mobilizada pelo I.N.E. na elaboração do Censo de 2001⁶⁹⁸.

Recordamos que em virtude da extensão da área e do efectivo do universo em estudo, optámos por uma amostra que incluiu a população lusa, que de forma tão generosa se colocou ao nosso dispor, após a apresentação pessoal efectuada pelas respectivas autarquias locais sobre os objectivos a que nos propúnhamos atingir com este tipo de investigação.

Relembramos que nos preocupámos, através do contacto directo e sistemático com a população residente no território luso em estudo, em conseguir os indicadores suficientes que nos permitissem laborar o quadro estatístico capaz de compreender as trajectórias de vida, em termos da mobilidade, não só dos actuais residentes, que por largos anos constituíram os ausentes do seu torrão natal, como as dos seus descendentes ausentes, na base do conhecimento a que, amavelmente, os familiares e nossos interlocutores nos disponibilizaram.

Assim, conseguimos, pensamos nós, quadros de mobilidade que reflectem o comportamento de gerações, a "sénior", aquela em que predominam os "pioneiros" nas sendas do trabalho europeu e que, maioritariamente, já regressou, e uma outra, por princípio mais jovem, que, embora se mantenha distante, mantêm fortes ligações à aldeia através da árvore genealógica.

Gerações, cujo entendimento dos respectivos comportamentos, mesmo em termos de mobilidade, será, em nossa opinião, fundamental para a compreensão das mutações de que este Lima raiano, já foi alvo e que se prolongarão, indubitavelmente, pelas próximas décadas.

Em breve nota diremos, pois é a nossa opinião, que estamos perante correntes migratórias, que proliferaram no tempo e se incorporam no fenómeno do êxodo rural, a nível peninsular, com consequências drásticas na estrutura territorial e suficientemente reconhecidas, mas, difíceis, se não impossíveis de sanar, pela inexistência de propostas para a salvaguarda e desenvolvimento de um mundo agro-pastoril e rural em espaços raianos e de *montanha*.

4.1.1. Deslocações interlugares: naturalidade-residência

A distribuição da população residente por lugares e áreas de naturalidade, embora não nos dê informações sobre as mutações de residência, que se verificaram entre os lugares do nascimento e os da residência no momento em que efectuámos o levantamento, em 2000, nem

⁶⁹⁸ - Capítulo 3 – *O universo dos residentes*.

sobre os respectivos períodos de permanência, permite-nos questionar factores de mobilidade numa área que, por princípio, não se encontra "vacionada" para atrair novos moradores.

Apesar de tudo, de um total de 4 332 habitantes lusos, que contabilizámos no período de Junho a Novembro de 2000, 893 (20,6%) não tinham nascido nos lugares em que residiam, sendo 383 (42,9%) naturais de outros lugares inseridos na área em estudo, 84 (9,4%) naturais de outras freguesias, embora pertençam ao mesmo concelho, 275 (30,8%) naturais de outros concelhos e 151 (16,9) de outros países.

Atendendo à expressividade dos números e aos próprios objectivos da investigação, privilegiámos nesta fase do trabalho, o estudo das deslocações dos naturais da área em estudo, que numa fase da vida, embora permanecessem no "Lima raiano", optaram por outros lugares, que os nossos interlocutores, predominantemente com mais de sessenta primaveras, justificaram, em 2000, quase sempre, pelo acto de casar (Figs. 66 e 67).

São as aldeias da margem esquerda do Lima raiano, que maior atracção exerceram sobre os nativos dos lugares limítrofes, frequentemente parte integrante da mesma freguesia, como Parada⁶⁹⁹, Igreja (Britelo)⁷⁰⁰, Paradamonte⁷⁰¹, Igreja (Entre Ambos-os-Rios)⁷⁰² e a Ermida⁷⁰³. Na margem direita, com excepção das aldeias castrejas, distinguem-se, pela capacidade em fixar naturais de outros lugares, a de Paradela⁷⁰⁴ e a de Cunhas⁷⁰⁵.

Consideramos Castro Laboreiro um caso singular, que justificamos não só pela secular mobilidade sazonal intrafreguesia, como pela atracção que a sede do lugar, a Vila, exerce sobre os naturais de qualquer uma das aldeias castrejas. (Fig. 20, p. 207).

Os lugares mais meridionais (Ribeiro de Cima, Pousinhos e Ribeiro de Baixo) limitam-se, apenas, a perder nativos a favor da Vila, o que se entende pelas dificuldades nos acessos, apesar de ter sido construída, na década de oitenta, uma estrada a conectá-los à respectiva sede, além das *inverneiras*, com excepção da Ameijoeira, fenómeno implícito no próprio tipo de povoamento que lhes está associado.

⁶⁹⁹ - Dezoito residentes, respectivamente, naturais da Ermida (sete), "vila" do Soajo (quatro), Cunhas e Sobredo (um), o Castelo e Paradela (dois).

⁷⁰⁰ - Onze residentes, respectivamente, naturais de Paradamonte (quatro), Froufe, Igreja (Entre Ambos-os-Rios), Germil, Parada, Vilar de Suento, "vila" e Castelo (um).

⁷⁰¹ - Trinta e dois residentes, respectivamente, naturais de Cidadelhe (oito), Igreja (Entre Ambos-os-Rios (quatro), "vila" e Mosteirô (sete), Igreja (três), Cunhas, Ermida e Castelo (dois), Parada e Germil (um).

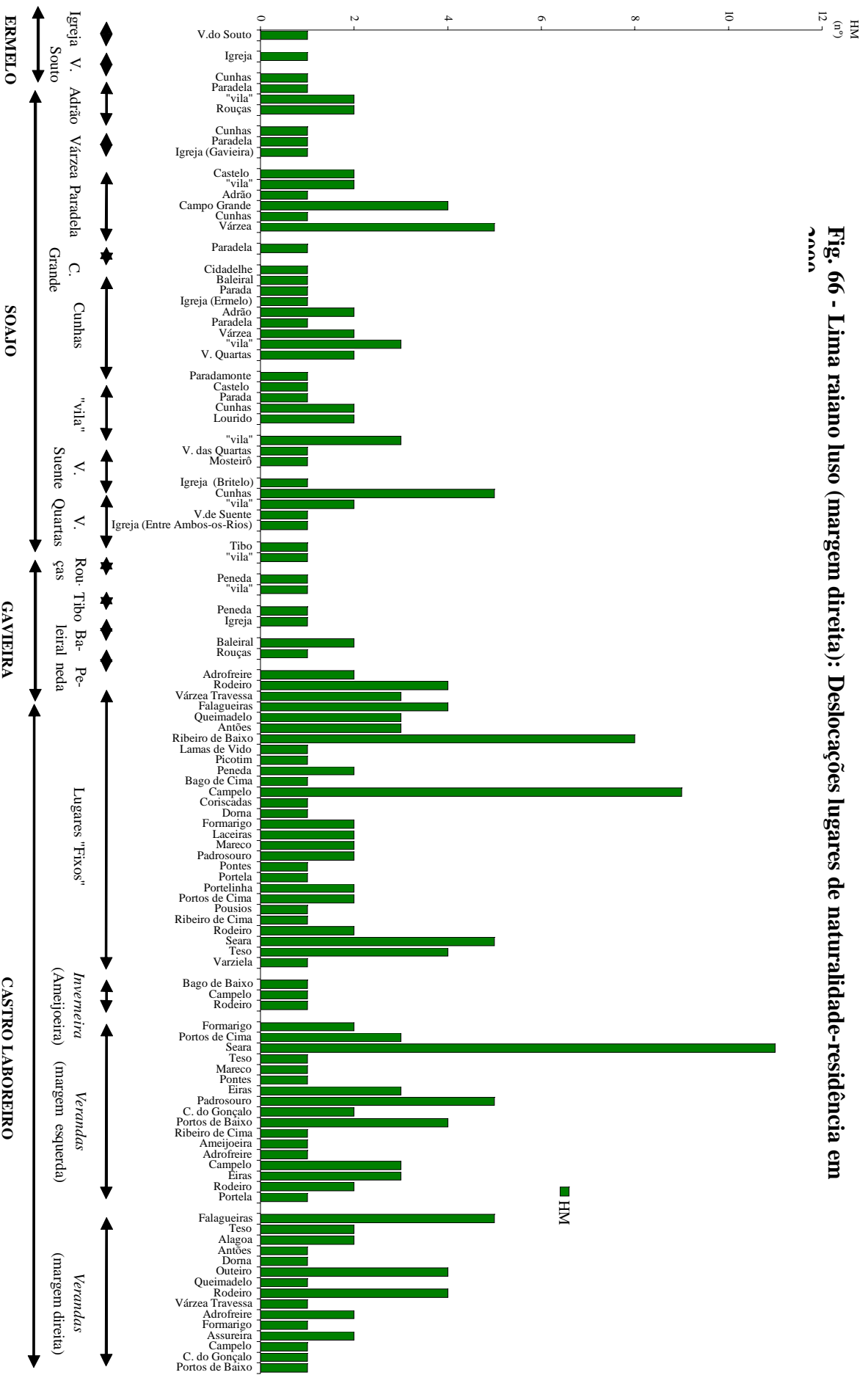
⁷⁰² - Vinte e dois residentes, respectivamente, naturais de Lourido (oito), Froufe e Sobredo (quatro), Tamente (três), Ermida, Igreja (Britelo) e Paradela (S. João) (um).

⁷⁰³ - Catorze residentes, respectivamente, naturais de Germil (quatro), Sobredo (dois), Paradamonte, Lourido, Froufe, Parada e "vila" (um).

⁷⁰⁴ - Quinze residentes, respectivamente, naturais da Várzea (cinco), Campo Grande (quatro), Castelo e "vila" (dois).

⁷⁰⁵ - Quinze residentes, respectivamente, naturais da "vila" (três), Adrão, Várzea e Vilarinho das Quartas (dois), Cidadelhe, Baleiral, Parada, Igreja (Ermelo) e Pardela (um).

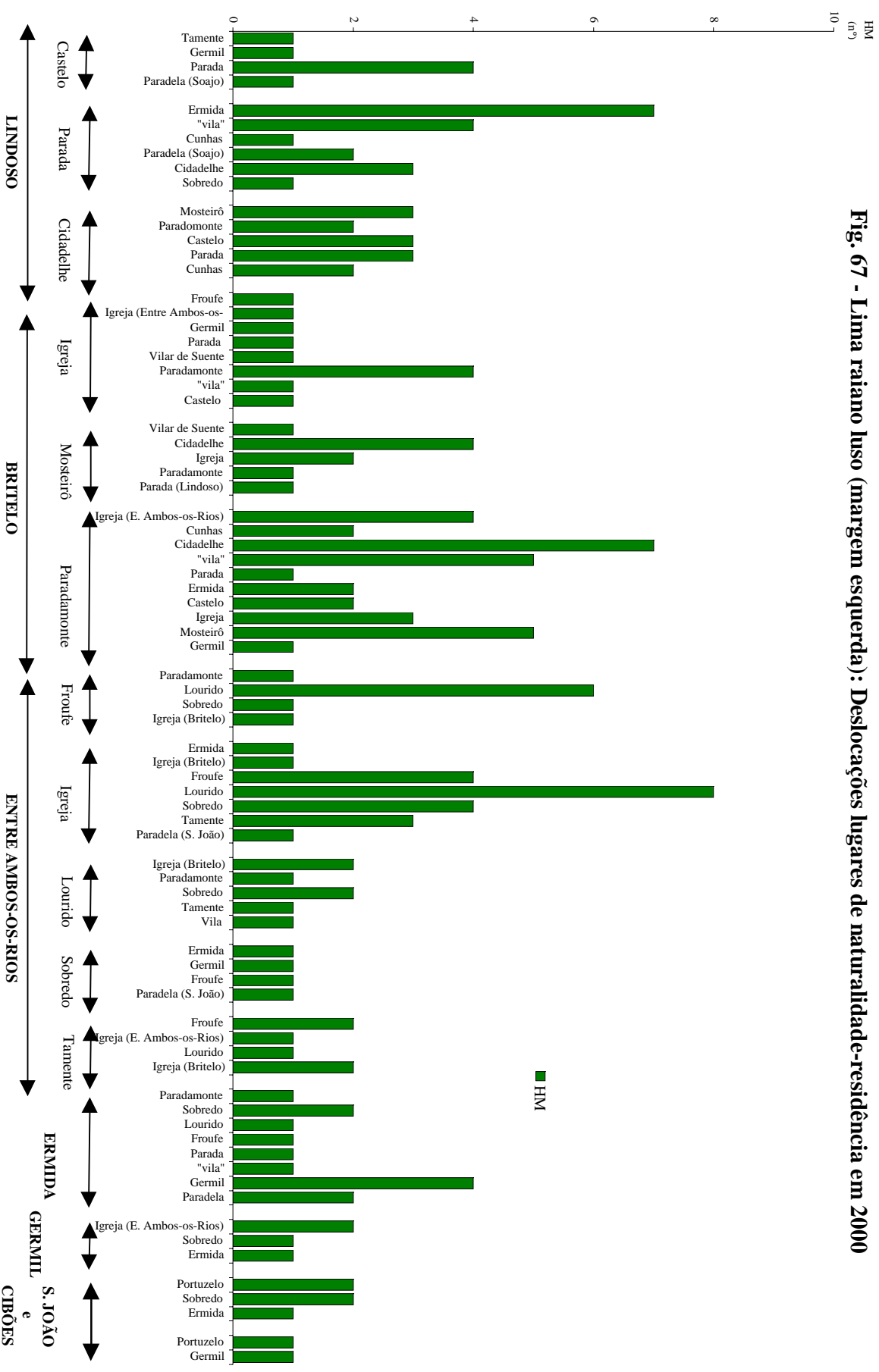
Fig. 66 - Lima raiano luso (margem direita): Deslocações lugares de naturalidade-residência em



Fonte: Levantamento por nós efectuado de Junho a Novembro de 2000.

Lugares e respectivas freguesias de residência

Fig. 67 - Lima raiano luso (margem esquerda): Deslocações lugares de naturalidade-residência em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Lugares e respectivas freguesias de residência

As deslocações, de certo modo intensas, entre as *verandas*, que constituem, respectivamente, um núcleo em cada uma das margens do rio Castro Laboreiro são, em nossa opinião, muito significativas, o que não impede, contudo, que os *verandejos* naturais de uma das margens tenham optado por residir numa das aldeias da margem oposta.

Mas, é a aldeia sede da freguesia, que pelas acessibilidades e pelo tipo de bens e serviços nela localizados, se evidencia na capacidade em fixar castrejos naturais de qualquer uma das aldeias, independentemente de corresponder a um lugar "fixo", a uma *veranda*, ou, a uma *inverneira*.

Complexidade de movimentos com um certo carácter definitivo, que retrata, em nossa opinião, a rede de um povoamento, que levanta um conjunto vasto de problemáticas, para as quais se torna difícil conseguir um esquema válido de interpretação⁷⁰⁶.

Independentemente da atracção que exercem as diferentes aldeias e que identificámos em 2000, somos de opinião, pela investigação que efectuámos, e apesar das Fontes escassearem⁷⁰⁷, que a área em estudo, nomeadamente a lusa, sempre conseguiu atrair no tempo, outros novos residentes, a exemplo das aldeias do Lindoso no longo período de 1680 a 1950 (Quadro 23).

Quadro 23 - O Lindoso: Fluxos de entrada e saída na freguesia em função do casamento (1680-1950)

	1680-1759				1760-1849				1850-1950				1900-1950				TOTAL			
	Entradas		Saídas		Entradas		Saídas		Entradas		Saídas		Entradas		Saídas		Entradas		Saídas	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Castelo	6	5	0	0	13	10	11	11	37	29	10	7	24	18	4	2	56	44	21	18
Cidadelhe	5	2	5	4	9	8	5	4	25	12	22	17	18	6	14	10	49	22	32	25
Parada	1	1	3	3	11	11	7	7	46	35	15	9	24	18	9	5	58	47	25	19
Freguesia	12	8	8	7	33	29	23	22	108	76	47	33	66	42	27	17	163	113	78	62

Fonte: Livros de Registo de Casamentos do Lindoso (Sécs. XVII-XX).

Se através da Fonte Paroquial se consegue conhecer os nubentes não naturais, que passaram a residir na freguesia, também é possível conhecer aqueles que nela nasceram e contraíram matrimónio, mas, para os quais não existe qualquer tipo de informações posteriores, o que nos permite admitir que se deslocaram, com carácter definitivo, por exemplo, para a terra natal do respectivo cônjuge⁷⁰⁸ (Quadro 23).

⁷⁰⁶ - Problemáticas desenvolvidas no Cap. 2, *O Povoamento*.

⁷⁰⁷ - Num esforço em conseguir colmatar lacunas significativas na informação, recorremos, de novo, às Fontes Paroquiais, os *Livros de Registos de Casamentos*, os do Lindoso, a freguesia que, como já o justificámos, entendemos constituir uma amostra representativa da realidade limiana, nomeadamente a lusa, no conhecimento do comportamento demográfico para o longo período a ultrapassar os três séculos.

⁷⁰⁸ - Também nestes casos se levantam os problemas da redução da amostra, por nós, já, ventilados, pelo que ressaltamos todos os casos de sub-registo, quer dos registos de óbito dos cônjuges, quer dos do baptismo dos respectivos filhos.

Os fluxos de saída motivados pelo matrimónio, a exemplo da fixação de nubentes não naturais, aumentou de intensidade com o tempo, evidenciando-se, de modo indiscutível, na primeira metade do século XX, também marcada pelo número de mulheres, que após o casamento, optaram por residir noutra lugar⁷⁰⁹, pois, até meados do séc. XIX, era no grupo masculino, que incidia preferencialmente este tipo de movimento.

Assim, de um modo global e no período em observação, o acto de casar contribuiria para que o efectivo populacional aumentasse, pois os nubentes que optaram por residir no Lindoso seriam em número superior àqueles cuja decisão se verificou em sentido inverso, ou, seja, em deixar a sua aldeia, atingindo o fenómeno um maior significado, também, na primeira metade do séc. XX.

Embora tendo em consideração todos os condicionalismos⁷¹⁰ que envolvem os valores encontrados para as três aldeias do Lindoso e para o período próximo dos três séculos⁷¹¹, somos de opinião que a tendência na fixação de novos residentes, não se distanciaria significativamente daquela que a realidade do Lima raiano luso do séc. XXI nos transmite, embora, para qualquer um dos sub-períodos que consideramos, nas famílias residentes sempre predominaram os nubentes naturais do respectivo lugar (Fig. 68).

⁷⁰⁹ - Não conseguimos, porque as Fontes não o permitiram, identificar as novas residências dos nubentes, que optaram por deixar o lugar de naturalidade. Contudo, se a opção normal, na época, era residir na terra do noivo (a), os lugares da nova residência inserem-se, sensivelmente na área do mercado matrimonial "tradicional" para a época, conforme comprovámos com o quadro em Anexo.

⁷¹⁰ - Como em cada registo de casamento se tornava obrigatório, que o pároco mencionasse, além da filiação dos nubentes, a respectiva naturalidade, quando um membro casal era oriundo de lugares, que não pertenciam à freguesia, logo se nos levantava a questão relacionada com a opção, que teria sido tomada na decisão da nova residência pelo jovem casal.

O problema ficou, em parte, resolvido, pela observação de outros momentos importantes na vida do casal e que as *Fontes Paroquiais* nos informam, os baptizados dos filhos e a data dos próprios óbitos, indicadores que asseguram a permanência da nova família no lugar.

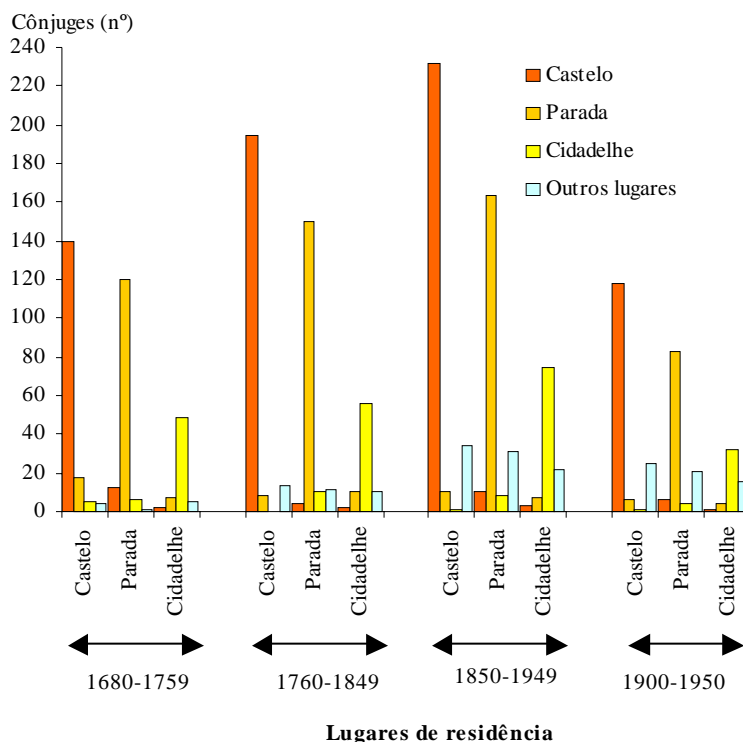
Ao adoptarmos este critério, corremos o "risco" de reduzir a amostra, pois, quando não conseguimos qualquer uma destas informações, "eliminámos" o casal, isto é, partimos do princípio que se ausentou com carácter definitivo, quando sabemos, perfeitamente, que era muito frequente o sub-registo, pois as turbulências sucediam-se, por exemplo, as guerras, ou, mesmo, nos períodos considerados "normais", os registos poderiam desaparecer, porque não havia condições de os acondicionar, ou, muito simplesmente, por esquecimento não se efectuavam, como era exigido.

Ainda queremos evidenciar o facto de aquelas famílias, que num determinado momento decidiram residir no Lindoso, das quais temos conhecimento pelos registos de óbitos, ou, dos baptizados e casamentos dos filhos, mas que não as considerámos nesta amostra, por desconhecermos a data correspondente à primeira fixação.

⁷¹¹ - Considerámos o período compreendido entre a data do primeiro registo de casamento encontrado com a referência da naturalidade de ambos os membros do casal (1680) e o ano de 1950. Decidimos terminar a observação em 1950, pelo facto de coincidir, sensivelmente com o início do período sobre o qual recai o nosso trabalho junto das populações, sem esquecermos que a mobilidade, a partir desta década, se traduziu, preferencialmente, pela deslocação/saída de todo o agregado familiar, motivo que leva os jovens a casarem na freguesia, nela baptizarem os filhos, com a indicação da residência dos pais e avós respectivos, mas, a residirem nas áreas urbanas e no estrangeiro, circunstâncias que "desvirtualiza" a Fonte no âmbito do parâmetro, que pretendemos estudar.

Em relação ao intervalo de 1850 a 1950 tivemos curiosidade em questionar se a atracção verificada no período em causa se teria distribuído de um modo "equilibrado" no tempo, ou, se teria "concentrado" nos anos do séc. XX, motivo pelo qual considerámos a "sub-período" 1900 a 1950.

Fig. 68 - Lindoso: Naturalidade dos cônjuges residentes nas três aldeias (1680-1950)



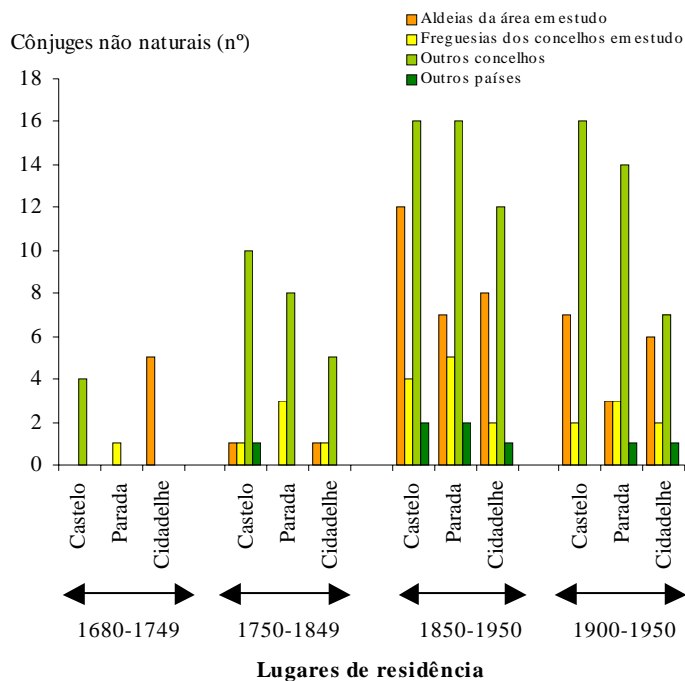
Fonte: *Livros de Registo de Casamentos* do Lindoso (1680-1950).

Nos nubentes naturais de outros lugares e residentes numa das aldeias do Lindoso, verificou-se, no tempo, uma evolução positiva, com evidência para a primeira metade do séc. XX.

Em qualquer circunstância se evidencia a importância da aldeia do Castelo na fixação de novas famílias, mesmo daquelas em que ambos os cônjuges, embora de aldeias diferentes, são naturais da freguesia, a exemplo do que se constata, quando se observa as ligações a outros lugares, quer estejam inseridos na área de estudo, noutras freguesias dos concelhos em que se enquadram as aldeias que estudamos, noutros concelhos, ou noutros países⁷¹² (Fig. 69).

⁷¹² - Como tínhamos interesse em conhecer as deslocações "internas" da freguesia, distinguimos as verificadas entre as três aldeias, isto é, as resultantes da efectuação de casamentos, cujos nubentes, ou, eram naturais da mesma aldeia, ou, de uma das duas restantes, o que nos permitiu "avaliar" os respectivos "graus de atracção", no âmbito do mercado do casamento. Além disso, conseguimos conhecer os lugares que estudámos, mas que não pertencem ao Lindoso, as outras freguesias do concelho, os outros concelhos e países, que "participaram" no mercado matrimonial no qual se insere o Lindoso nos últimos três séculos.

Fig. 69 – Lindoso: Origem dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950)

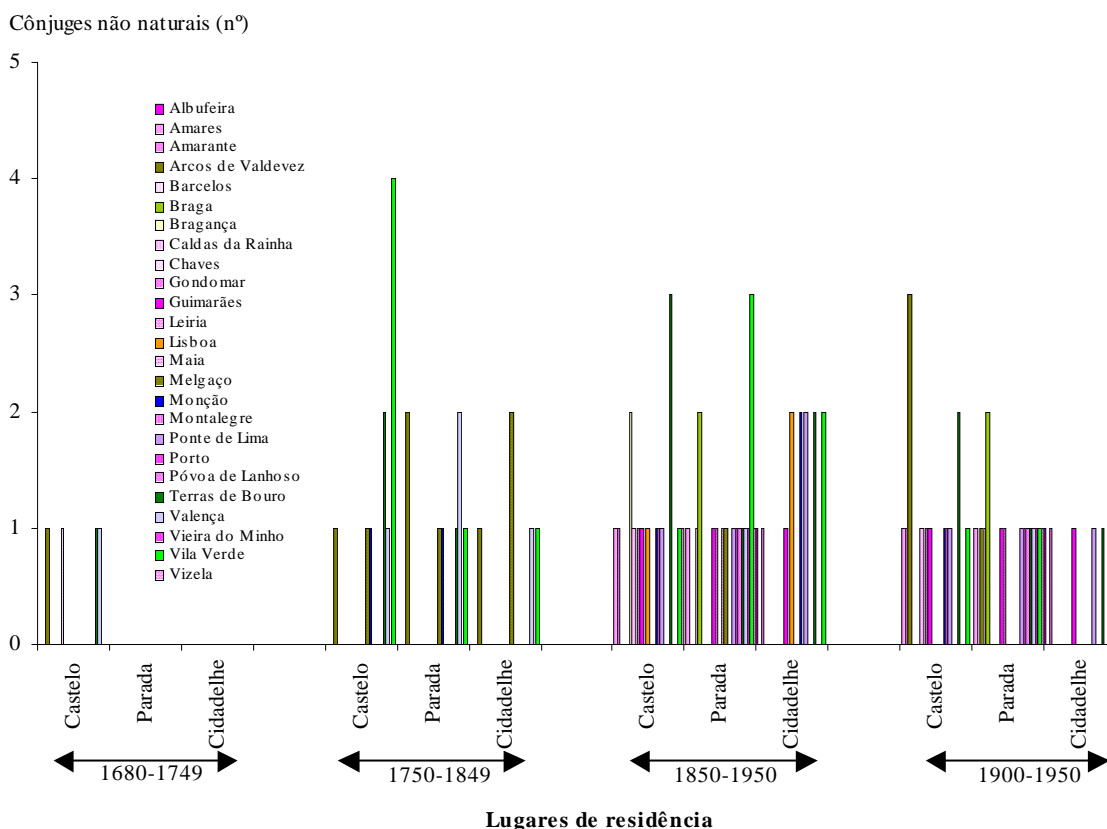


Fonte: *Livros de Registo de Casamento* do Lindoso (1680-1950).

Seriam, de facto, concelhos não inseridos na área em estudo que, apesar de tudo, forneceriam o maior número de nativos, que se decidiram ao casar fixarem-se na secção montante do vale do Lima português, nomeadamente numa das três aldeias do Lindoso (Fig. 69).

Efectivo em que, apesar do valor diminuto, se evidenciam os concelhos de Vila Verde, Terras de Bouro e Braga, sem esquecer Bragança, Albufeira, Lisboa, Guimarães, Ponte de Lima, ou, Monção (Fig. 70).

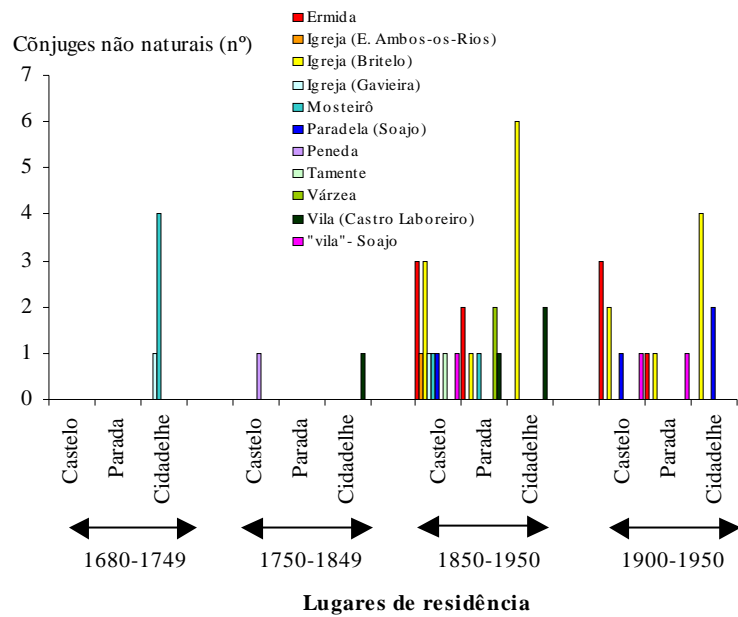
Fig. 70 - Lindoso: Concelhos de origem dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950)



Fonte: *Livros de Registo de Casamentos* do Lindoso (1680-1950).

Também os naturais das aldeias limítrofes e objecto desta investigação constituiriam parte significativa do efectivo de noivos, que ao escolherem o cônjuge numa das três aldeias do Lindoso, optaram por nelas se fixarem e constituírem família (Fig. 71), nomeadamente, os naturais da Igreja (Britelo), Ermida e na freguesia do Soajo, Paradela e a "vila".

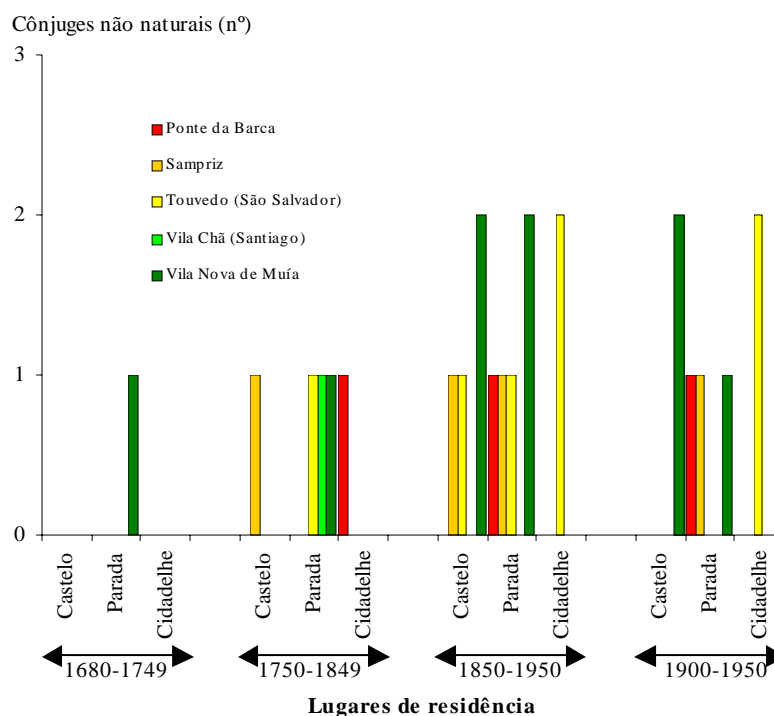
Fig. 71 – Lindoso: Aldeias de origem (área em estudo) dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950)



Fonte: *Livros de Registo de Casamentos* do Lindoso (1680-1950).

Quando o nubente proveio de outras freguesias, que não se inserem na área que estudamos, também seria, provavelmente, a proximidade a favorecer novos relacionamentos à gente nova do Lindoso (Fig. 72).

Fig. 72 - Lindoso: Freguesias de origem (dos concelhos das aldeias em estudo) dos cônjuges residentes não naturais (1680-1950)



Fonte: *Livros de Registo de Casamentos* do Lindoso (1860-1950).

Curiosamente, apenas cinco freguesias e todas do concelho de Ponte da Barca, teriam contribuído, através do casamento, para uma dinâmica positiva, no âmbito demográfico do Lindoso.

Embora estejamos perante valores com dimensão reduzida, que exigem uma leitura muito cautelosa e prudente, somos de opinião, que a diversidade das naturalidades dos noivos, que casaram no Lindoso, reflecte, de modo claro, interacções estabelecidas com outras comunidades, mas, que se modificaram no tempo.

Realçamos o período de 1750-1849 em que sobressaem os noivos oriundos de outros concelhos, nomeadamente de Valença do Minho⁷¹³, que se fixaram no Lindoso (Fig 70, p. 362). Como explicação mais provável encontramos-na no movimento de militares gerado pela fortaleza, o castelo do Lindoso, uma vez que são frequentes nos *Registos Paroquiais* referências a militares da praça do Castelo, ou, porque são padrinhos de baptismo, ou, então, testemunhas e padrinhos de casamento.

⁷¹³ - Pelas indicações que encontramos nos *Registos Paroquiais*, o castelo do Lindoso estava debaixo da superintendência da unidade defensiva de Valença do Minho.

Por outro lado, na transição dos sécs. XIX/XX, ou talvez melhor, no sub-período em observação, 1900-1950, torna-se nítida, em comparação com os intervalos de tempo anteriores, a intensificação das entradas através do matrimónio.

Esta tendência positiva na intensidade dos fluxos, que a Fonte Paroquial nos permite observar, é de certo modo corroborada pelo trabalho, que desenvolvemos, a partir do ano 2000, junto das populações, quando nos deparámos na margem esquerda limiana com testemunhos de residentes, cujos progenitores eram oriundos de outros concelhos, mas, que se deslocaram em virtude de terem sido atraídos, nos finais do séc. XIX e nos primeiros anos do século XX, pelas duas obras de grande envergadura, a estrada, que, numa primeira fase, interligou a sede do concelho, Ponte da Barca, ao Lindoso, precisamente em Cidadelhe, só mais tarde continuada até à fronteira, na Madalena, e a *Central Hidroeléctrica do Lindoso*, em Paradamonte com as respectivas infra-estruturas.

Se não nos foi possível, em virtude do tempo que nos foi concedido para a elaboração deste trabalho, apresentar uma amostra sobre o universo deste tipo de fluxos⁷¹⁴, inferimos, em função das descrições que nos foram efectuadas, que ter-se-ia verificado nesse período um movimento significativo na entrada de trabalhadores, não só nas três aldeias do Lindoso, mas em Britelo (Paradamonte e Igreja), em Entre Ambos-os-Rios (Igreja, Froufe e Tamente) e no Soajo ("vila", Paradela e Vilarinho das Quartas), que, após a conclusão das obras, parte deles se fixaram, ou, porque constituíram matrimónio, ou porque continuaram a trabalhar na Empresa, ou, simplesmente, porque nada os esperava nas suas terras.

Na década de quarenta, com a implementação dos Serviços Florestais outra gama de trabalhadores chegou, os *Guardas da Floresta* e todos os responsáveis pela implantação da manta florestal, uma vez que a mão-de-obra indiferenciada era assegurada, praticamente, pelos residentes.

Na década de oitenta, um outro empreendimento de grande envergadura exigiu a utilização intensiva de mão-de-obra, a construção da *Central Hidroeléctrica do Alto do Lindoso*, que atraiu muitas centenas de trabalhadores. Numa primeira fase, exigia-se mão-de-obra indiferenciada, posteriormente, uma certa especialização, nomeadamente no grupo dos electricistas.

⁷¹⁴ - Sem conseguirmos um estudo exaustivo sobre a fixação de trabalhadores oriundos de outras lugares, era-nos possível obter uma amostra representativa do fenómeno em causa, através da consulta dos *Livros Paroquiais de Registo dos actos vitais*, os *Livros de Baptismos* e de *Casamento* do Lindoso, Soajo, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, as freguesias mais "atingidas" por este *boom* de entradas, fazer um levantamento que nos permitiria conhecer as naturalidades não só dos pais dos baptizados, como a dos nubentes, para um período, que entendemos ser suficiente, o de 1860 a 1950.

Como se trata de um tipo de investigação, que exige uma grande disponibilidade de tempo, pelo pormenor e minúcia que exige, fomos obrigados, pelas justificações, já, apresentadas, a pô-la de parte, embora reconheçamos a sua importância inquestionável neste tipo de trabalhos.

No levantamento por nós efectuado em 2000 encontrámos nas aldeias directamente envolvidas pelas obras (Castelo, Parada, Cunhas e Paradela) residentes oriundos de lugares tão distantes como Miranda do Douro, Celorico de Basto, ou, Amarante, que resolveram fixar-se, ou, porque se tornaram trabalhadores da Empresa, principalmente electricistas, ou, constituíram família, ou, dedicam-se à construção civil, sendo, actualmente, empreiteiros, os construtores da área (Figs. 73 e 74).

A fixação de trabalhadores com carácter definitivo não atingiu, de modo nenhum, as proporções dos grandes empreendimentos da primeira metade do século XX, pois em função da concretização das diferentes fases da obra, o trabalhador era dispensado, partindo na busca de novas oportunidades de trabalho.

Se na primeira década do séc. XXI, não existem perspectivas de empreendimentos capazes de gerarem fluxos de entrada e respectiva fixação, é frequente encontrarmos jovens, naturais de áreas tão distantes, como a França, Estados Unidos, ou, Canadá, uns, em pleno período escolar, pelo simples motivo, de os pais terem labutado nesses países e decidido regressar à aldeia, outros, porque casaram com um residente limiano e, por conseguinte, deixaram o país que os viu nascer, para organizarem família própria na terra dos progenitores, ou, simplesmente, enquanto emigrantes se enamoraram de portugueses, também emigrantes, e decidiram habitar neste Lima raiano (Figs. 75 e 76).

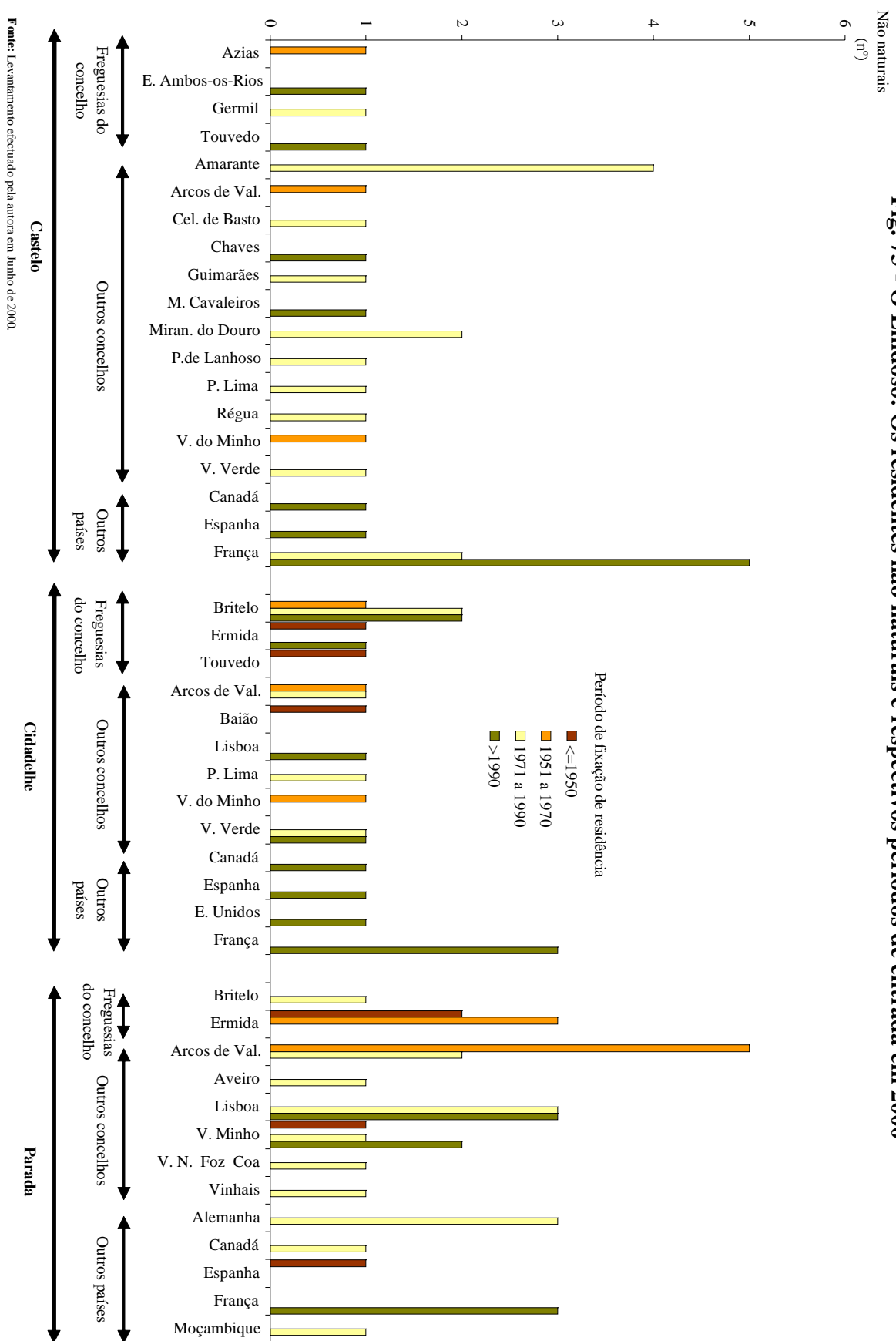
Deste modo, numa breve nota de síntese, e na base das Figs. 72 a 75, entendemos que os fluxos interlugares, naturalidade-residência, que investigámos neste Lima raiano, poder-se-ão organizar de acordo com grandes acontecimentos, dos quais distinguimos:

- . o casamento, o acto vital, que foi capaz de fixar os novos residentes, sensivelmente até meados do séc. XX, indo "buscar" naturais a lugares tão próximos, como os que se integram na área em estudo, ou então, a concelhos como os de Arcos de Valdevez, Vila Verde, Ponte de Lima, Valença, Melgaço, Monção, ou, Santiago de Compostela e Madrid;

- . a estrada de fronteira construídas na transição do séc. XIX-XX por centenas de trabalhadores em que predominariam os oriundos dos concelhos de Braga, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Melgaço, Monção, ou, Vila Verde;

- . a Central do Lindoso erigida, nas primeiras duas décadas do séc. XX, pelos trabalhadores que tinham vindo para as obras da estrada e que encontraram no novo

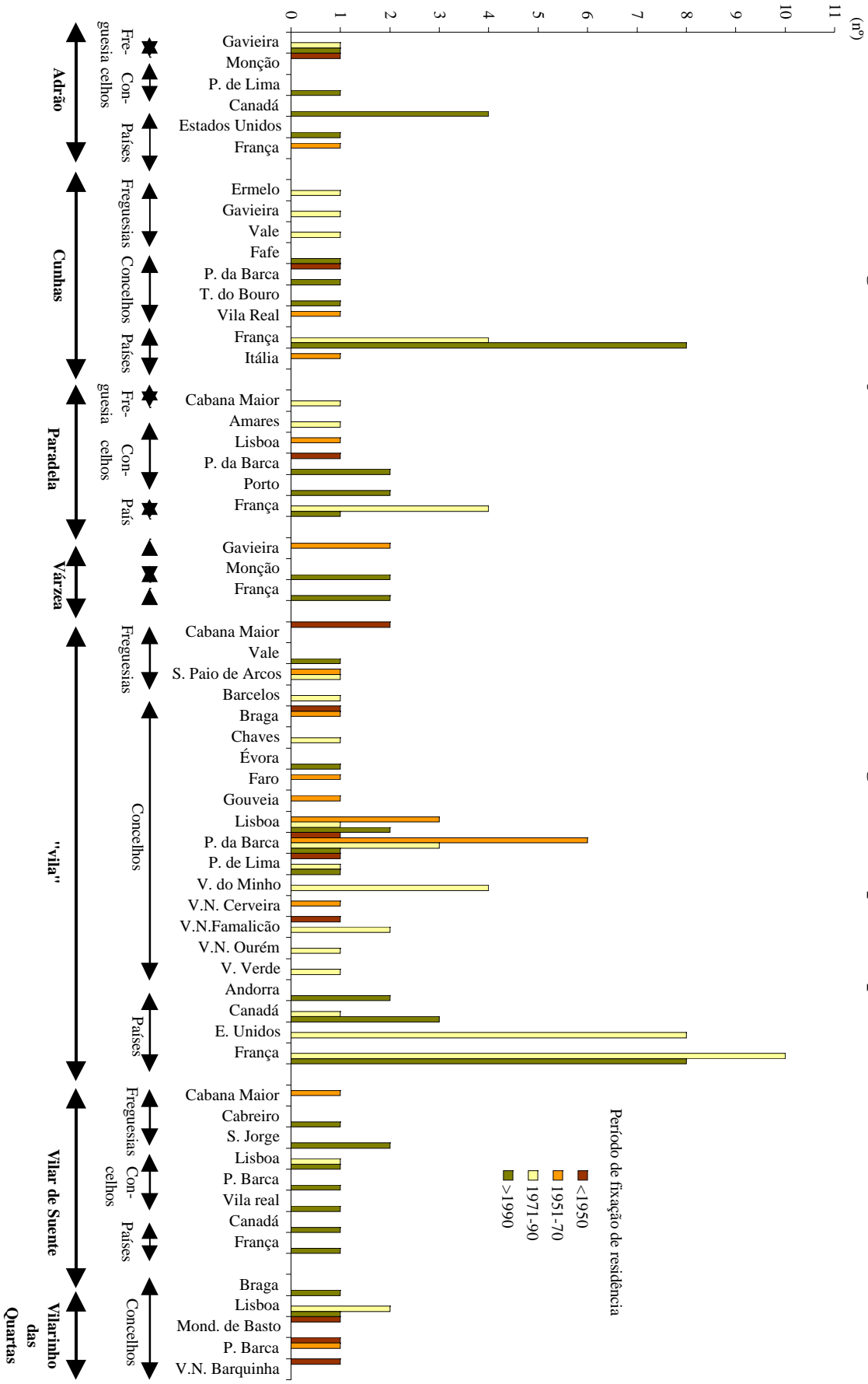
Fig. 73 - O Lindoso: Os residentes não naturais e respectivos períodos de entrada em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora em Junho de 2000.

Não naturais
(nº)

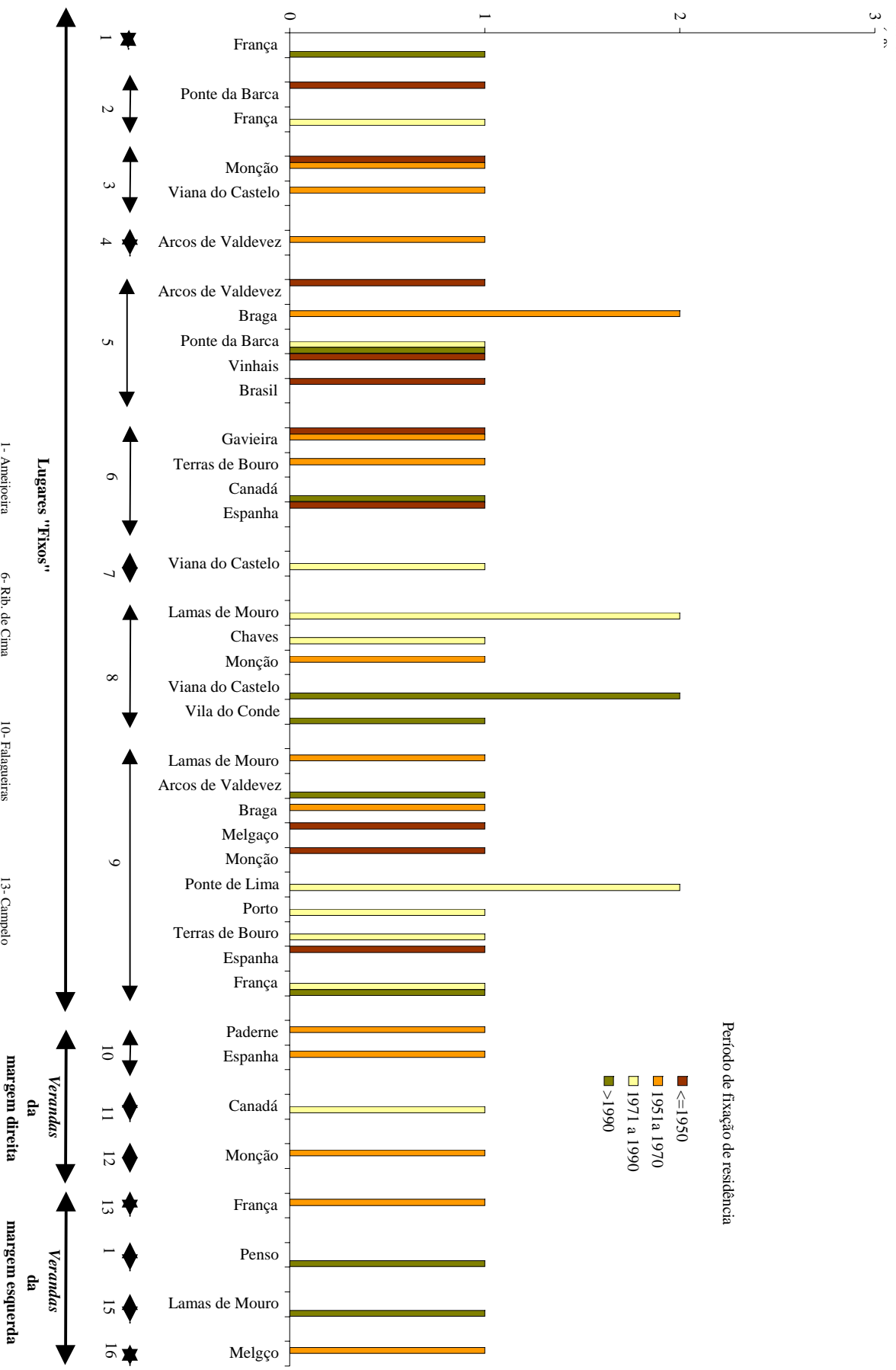
Fig. 74 - Soajo: Os residentes não naturais da freguesia e respectivos períodos de entrada em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora de Agosto a Setembro de 2000.

Não naturais

Fig. 75 - Castro Laboreiro: Os residentes não naturais da freguesia e respectivos períodos de entrada em 2000



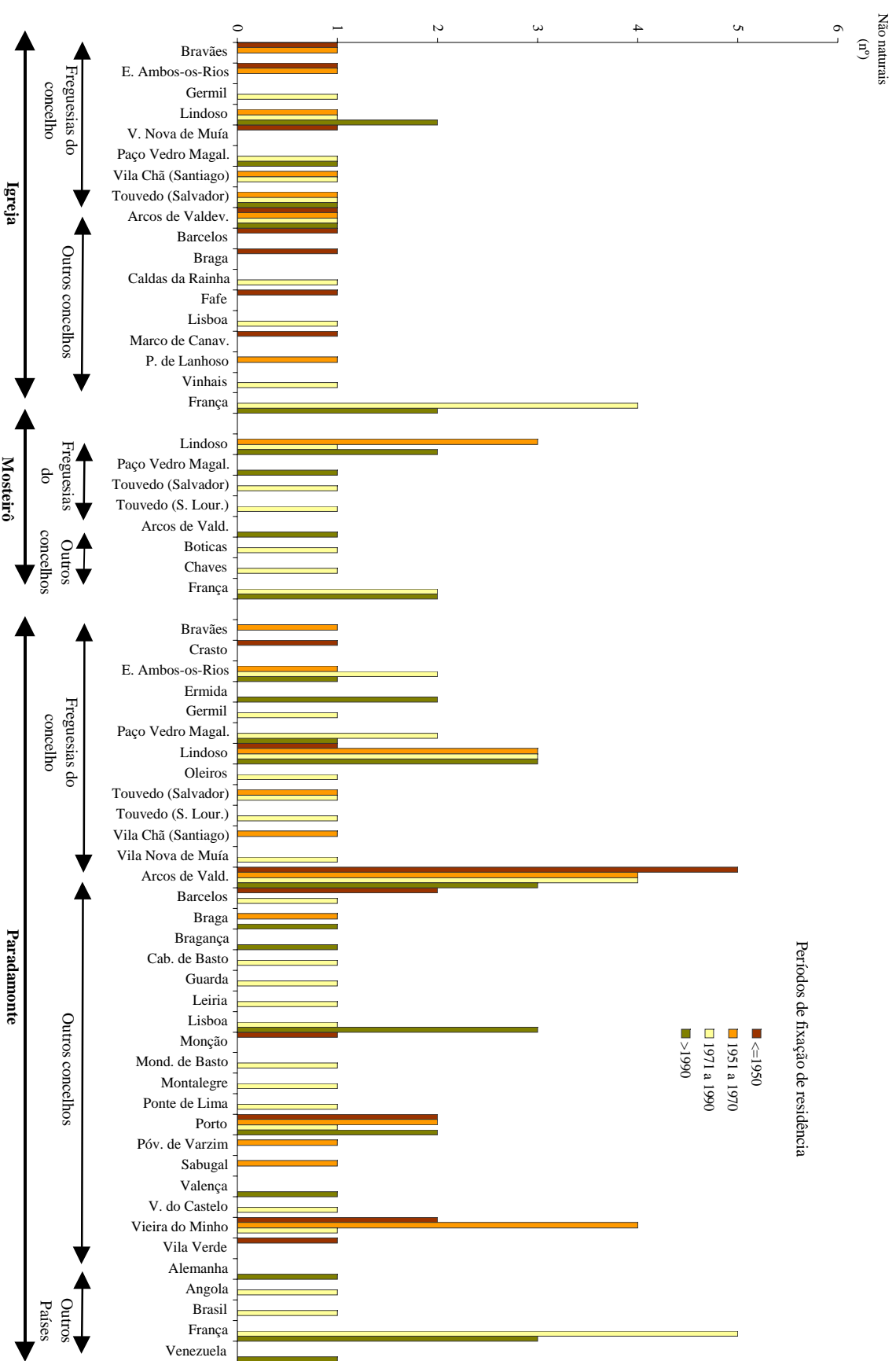
Lugares "Fixos"

Verandas
margem direita margem esquerda

- 1- Ameijoira
- 2- Cortesadas
- 3- Lamas de Vido
- 4- Picotim
- 5- Porcelinha
- 6- Rib. de Cima
- 7- Rib. de Baixo
- 8- Varzea Travessa
- 9- Vila
- 10- Falagueiras
- 11- Outeiro
- 12- Queimadelo
- 13- Campelo
- 14- Curral do Gonçalo
- 15- Padrosouro
- 16- Seara

Fonte: Levantamento efectuado pela autora em Outubro de 2000.

Fig. 76 - Brielo: Os residentes não naturais e respectivos períodos de entrada em



Fonte: Levantamento efectuado pela autora em Julho de 2000.

empreendimento condições para permanecerem, a que se juntaram, ou, os vizinhos do concelho natal, ou, de outros concelhos mais distantes;

. a implementação dos Serviços Florestais, nas décadas de quarenta e cinquenta do séc. XX, cujos Guardas eram predominantemente dos concelhos de Vieira do Minho e de Terras do Bouro⁷¹⁵;

. a central do Alto do Lindoso, que na década de oitenta e inícios da de noventa do séc. XX, atraiu mão-de-obra tão longínqua, como a natural de Bragança, ou, Macedo de Cavaleiros;

. o fenómeno emigratório do terceiro quartel do séc. XX, cujos intervenientes ao regressarem à terra natal, com carácter definitivo, trouxeram, por vezes, elementos da segunda geração, que não sendo naturais, admiram e sentem-se bem na terra dos progenitores, ou, do respectivo cônjuge.

4.1.2. O êxodo do séc. XX: repercussões socioespaciais

A complexidade do fenómeno em estudo, os movimentos migratórios da população limiana e de raia, porque ocorrem a escalas diferentes e envolvem universos, que se distinguem pelas características próprias dos indivíduos que os constituem, justifica a necessidade que sentimos em, aparentemente, "dividir" um fenómeno, que por si constitui um todo, que é coerente, apesar da diversidade dos actores e da multiplicidade de variáveis que envolve.

Perante a dificuldade em conseguirmos dados estatísticos oficiais, pela simples razão, que não existem, continuamos a desenvolver a nossa investigação na base dos dados e informações que, pessoalmente, recolhemos junto da população lusa ao longo de cinco anos (2000-2004).

Pelo significado que adquiriu nos meados do séc. XX estudamos com minúcia o êxodo rural dando atenção muito particular, não só à população residente constituída, quer pelos intervenientes no movimento, quer por aqueles que, embora não o tivessem engrossado, foram na sua aldeia o suporte social de todo o impacte dele resultante, como por aqueles naturais, que saíram e continuam a residir nos lugares de opção, ou, porque decidiram ficar, ou, porque não conseguiram as poupanças indispensáveis a uma sobrevivência condigna no torrão natal.

⁷¹⁵ - Tivemos oportunidade, em 2000, de falarmos com ex-guardas na situação de reformados, que optaram por comprar casa, trazer a família e fixarem-se, definitivamente, pelo que, já, residiam nas aldeias do Lima, nomeadamente, nas do Soajo, Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, há mais de quarenta e, até, cinquenta anos.

Como geógrafa, atribuímos suma importância ao território, pelo que privilegiamos as interações entre lugares, resultantes das deslocações e movimentos que o limiano, materializou nos "seus" espaços e paisagens, nacionais e internacionais, dando especial ênfase aos do Lima raiano luso em estudo. Assim, ao reflectirmos sobre o êxodo que se iniciou, com forte intensidade, há umas cinco décadas, pretendemos alertar para as modificações, em nosso entender, com carácter irreversível, produzidas na estrutura do efectivo activo e, por conseguinte, na composição social da comunidade limiana, com consequências nada promissoras para o reordenamento equilibrado e sustentado de um território, que urge ser encetado.

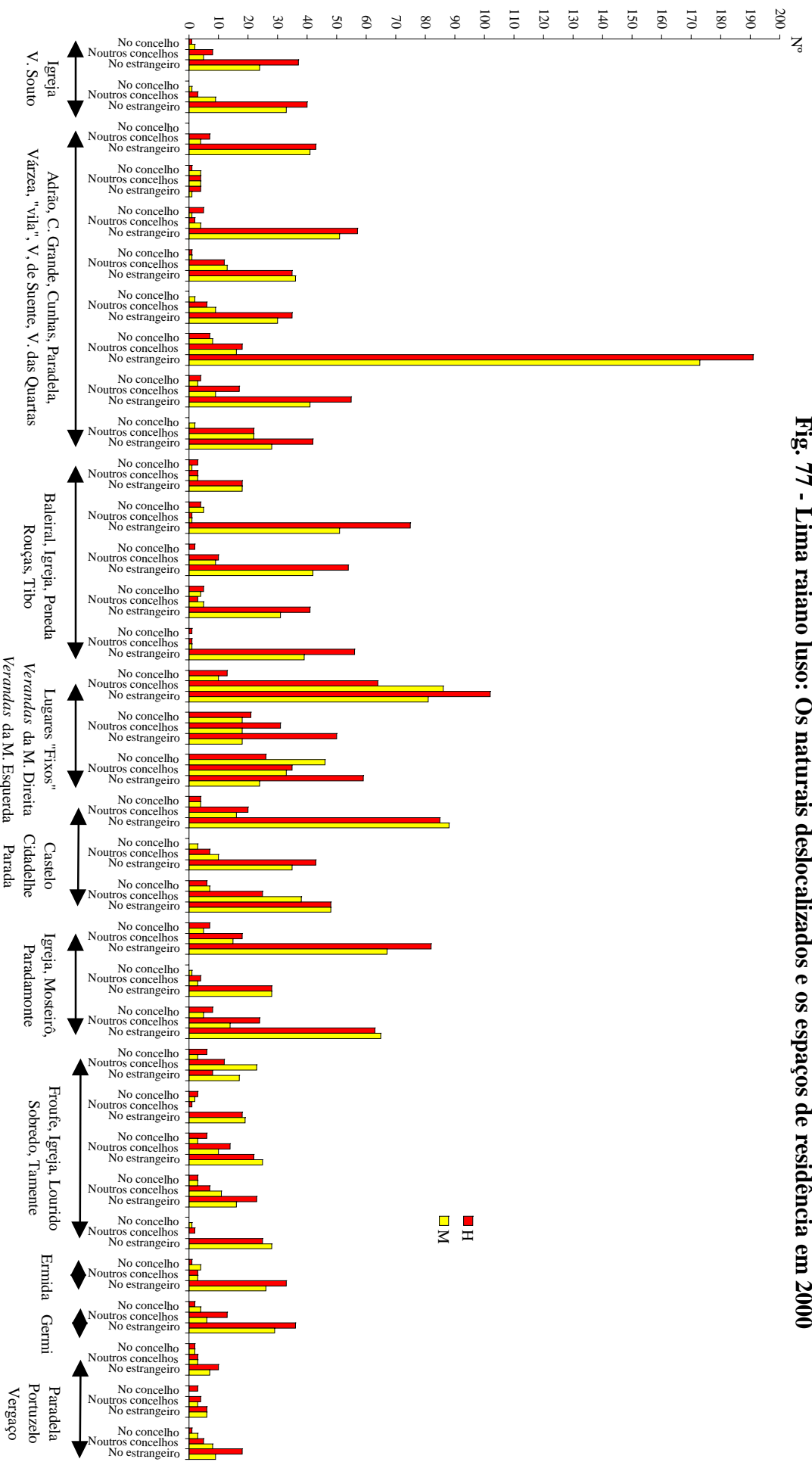
4.1.2.1. Modificações na composição social da população

Quando no Verão de 2 000 decidimos ir ao encontro dos residentes distribuídos pela área lusa, que investigámos, sabíamos na base dos indicadores demográficos publicados pelas entidades oficiais, que estaríamos perante uma comunidade, que nas últimas décadas tinha sido atingida por um ritmo negativo acentuado na variação dos seus residentes (Figs. 36, 37 e 38, pp. 273, 275, 277) em que se salientava um grupo etário elevado (Figs. 49 e 50, pp. 299 e 301), o baixo grau de instrução (Figs. 61 e 62, pp. 337 e 341), a que acrescentamos, pelas leituras efectuadas, as fortes ligações ao exterior, quer através dos rendimentos resultantes das pensões de reforma (Fig. 42, p. 289), quer através dos familiares que decidiram seguir o exemplo dos progenitores.

Passados cinco meses, pelo levantamento que efectuámos, sabíamos que a comunidade lusa seria constituída por 7 790 filhos da terra, em que 3 822 (49,1%) residiam no lugar em que nasceram, enquanto 3 968 (50,9%) se encontravam distribuídos pelos mais variados lugares. Assim, 299 limianos lusos de raia (7,5%) fixaram-se em lugares inseridos no concelho da respectiva naturalidade, 844 (21,3%) dispersaram-se pelos diferentes concelhos do País e 2 825 (71,2%) residiam no estrangeiro (Fig. 77).

Perante este quadro construído na base do levantamento por nós efectuado, dos dados estatísticos oficiais, da bibliografia produzida por investigadores nas áreas da Antropologia e da Sociologia, de imediato, um conjunto de questões colocámos. Que trajectórias de vida envolvem os limianos de raia da segunda metade do séc. XX? Onde se encontram? Que repercussões resultantes da forte mobilidade das últimas décadas no tecido social de 2000 e, logicamente, na reorganização territorial?

Fig. 77 - Lima raiano luso: Os naturais deslocatizados e os espaços de residência em 2000



Fonte: Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Numa primeira abordagem, facilmente se constata que o período em que se intensificaram os fluxos de saída tem uma amplitude, sensivelmente de três a quatro décadas, com o início nos anos cinquenta, apesar da intensidade máxima ter sido atingida nas décadas de sessenta e setenta do séc. XX, para inflectir, de modo indiscutível, nos últimos dez a vinte anos do mesmo século (Fig. 78).

Dos residentes que demandaram, há a evidenciar aqueles que voltaram, com carácter definitivo ao torrão natal, embora se evidencie, pelo número elevado, os indivíduos cujos projectos de vida exigem, ou, residirem para sempre na área que os acolheu, ou, permanecerem para além de 2 000, a fim de no momento oportuno regressarem para viverem no Lima que os viu nascer o tempo que lhes restar (Fig. 78).

Se nas últimas décadas do séc. XX, assistimos a movimentos de retorno, apesar de se realizarem com uma certa intensidade, o fluxo personificado pelos limianos que decidem voltar a fixar-se na aldeia, não "compensa", em termos de volume demográfico, o efectivo que saiu e reside no exterior (Fig. 78).

Mas, antes de continuarmos a nossa observação, esclarecemos que por questões não só de ordem metodológica, mas, essencialmente, pelo impacte que as decisões tomadas por estes limianos, impreterivelmente, causam na organização do território em estudo, damos particular destaque no universo dos que partiram (Fig. 78) aqueles que regressaram e, em 2000, constituíam fracção importante dos residentes da respectiva aldeia.

Os "novos" residentes integram, por princípio, o grupo que partiu mais cedo, ou seja, a partir dos anos quarenta, intensificando-se, contudo, o fluxo nos anos sessenta e setenta, para numa fase posterior, sensivelmente ao longo das últimas duas décadas do séc. XX, reengrossarem o efectivo da aldeia. (Fig. 79).

Se em termos globais, poderemos inferir, que a maioria dos limianos lusos de raia participante nas primeiras saídas, fê-lo com o pensamento no regresso (Fig. 80)⁷¹⁶, existem,

⁷¹⁶ - Embora nesta investigação privilegiássemos o lugar, na desagregação das duas variáveis em estudo, sexo e idade, a essa mesma escala, resultavam valores numéricos, demasiadamente pequenos, que não tinham expressividade neste tipo de representação gráfica, motivos, que nos levaram a optar pela unidade administrativa, a freguesia. Por estes mesmos motivos, considerámos um grupo etário (dos 16 aos 49 anos) com uma grande amplitude, que entendemos não desvirtualizar os resultados, que pretendemos demonstrar, uma vez que um dos objectivos principais desta representação gráfica é evidenciar a partida dos muito jovens, por terem menos de 16 anos e a saída estar fora dos horizontes para os adultos maiores de cinquenta anos.

Fig.78 - Lima raiano luso: Períodos da primeira saída da população, por lugar, nas últimas décadas

Fig. 79 – Lima raiano luso: Períodos das saídas e das entradas da população residente, por lugar, em 2000

Fig. 80 - Lima raiano luso: Períodos das deslocações dos residentes segundo a freguesia, grupos de idade e género, no séc. XX

contudo, aqueles que em 2000, ainda permaneciam no exterior⁷¹⁷, nomeadamente no estrangeiro (Fig. 81)⁷¹⁸.

Independentemente do calendário da primeira saída e da opção tomada em relação à fixação de residência na transição do milénio, o período marcado pelo forte êxodo do limiano de raia incide, indubitavelmente, nas décadas de sessenta e setenta do séc. XX.

O género distingue o ritmo dos fluxos personificados pelo limiano luso em estudo, quer tenha decidido regressar, quer resida no exterior, relativamente ao lugar que os viu nascer (Figs. 80 e 81).

O limiano de raia partia muito jovem, salientando-se os "primeiros" rapazes, em que um número significativo o fez com idade inferior a dezasseis anos, contrariamente à mulher, que, por princípio, realizou a primeira saída com idade superior aos dezassete e dezoito anos, registando-se o maior fluxo feminino nas décadas de setenta e oitenta.

Antes de prosseguirmos, há que enquadrar este ritmo migratório na expansão económica dos países industrializados do após-guerra, que atingiu o expoente máximo na década de sessenta, tendo como consequência imediata o alargamento do mercado de trabalho, a que as respectivas população nacionais eram incapazes de corresponder⁷¹⁹.

Por outro lado, em Portugal, a expansão económica das décadas de cinquenta e sessenta, que explica a transferência da população activa para os sectores secundário, comércio e serviços, foi insuficiente para absorver uma população que atingia a idade activa, nomeadamente a do sector dos trabalhadores agrícolas.

Grosso modo nos meados do séc. XX estavam reunidas as condições para o êxodo massivo de milhares de trabalhadores que, a título individual, enveredaram na saga de uma

⁷¹⁷ - Antes de prosseguirmos recordamos as dificuldades encontradas, que entendemos ter conseguido ultrapassar, no levantamento dos indicadores sobre os naturais não residentes no lugar onde nasceram.

Como adoptámos o princípio de questionar os nossos interlocutores sobre os familiares ausentes, os da linha genealógica directa, corremos o risco de duplicar informação, quando os dois membros do casal "ausente" eram naturais do mesmo lugar, freguesia, ou área em estudo, caso não estívéssemos devidamente atentos.

Num esforço em ultrapassar este problema, que era grave, em termos do volume da informação, logo no início, alertávamos o nosso acompanhante, que nos chamava a atenção, quando surgiam este tipo de casos.

Além disso, uma vez regressados do campo, tínhamos, de imediato, como um dos "trabalhos de casa" cruzar a informação e quando as dúvidas se levantavam, recorríamos, ou, ao nosso acompanhante e, ou, à Autarquia e, ou, aos residentes, com os quais, desde o início, conseguimos uma boa empatia.

Ao optarmos por esta estratégia, entendemos que os resultados conseguidos permitem uma leitura objectiva e muito próxima da realidade limiana, o que não impede, contudo, que ela seja feita tendo em atenção o problema, embora estejamos convencidos de que foi ultrapassado, como evidencia o comportamento das variáveis estudadas.

⁷¹⁸ - Os objectivos que pretendemos atingir com a laboração desta Figura ao identificarem-se com aqueles que justificam a Figura anterior () exigiu-nos que utilizássemos escalas diferentes, quer na consideração das unidades espaciais, quer na formação das classes etárias. Sabemos que ao decidir-nos por esta opção se inviabiliza a leitura comparativa das duas figuras, mas, beneficia-se o pormenor com que pretendemos estudar a problemática em questão.

⁷¹⁹ - Recordamos que os países da Europa Ocidental em plena fase expansão económica estavam confrontados, desde o séc. XIX, com a diminuição das taxas de natalidade, agravada pela redução dos índices de fecundidade no período da Primeira Guerra Mundial e o decréscimo muito acentuado da taxas de natalidade nos seis anos de duração da Segunda Guerra Mundial, do que resultavam graves carências de mão-de-obra activa.

deslocação, provavelmente temporária, para a Europa do Noroeste⁷²⁰, na qual se torna necessário salientar a importância da proximidade geográfica entre os países fornecedores e consumidores de mão-de-obra não qualificada.

Contudo, a crise que se fez sentir nos países desenvolvidos e importadores de mão-de-obra nos finais dos anos sessenta, princípios dos setenta, e os consequentes processos de reestruturação dos respectivos sectores produtivos justificam as medidas que foram tomadas pelas respectivas entidades governamentais, não só na contenção, em grande escala, da entrada de novos trabalhadores estrangeiros⁷²¹, como num retorno à terra-mãe, que teve impacto na área em estudo nas décadas de oitenta e noventa⁷²².

As décadas de setenta e de oitenta, marcam a "viragem" nas migrações europeias dos meados do séc. XX, em que o trabalhador dos anos sessenta, predominantemente do sexo masculino e afastado da família, "dá lugar" à reunificação familiar, assistindo-se, nos finais do mesmo século, por parte das respectivas entidades responsáveis, a uma preocupação em estabilizar os trabalhadores estrangeiros residentes, ao integrar a população estrangeira que permanece, nomeadamente as gerações mais novas, e ao apoiar o retorno daqueles que pretendem regressar com carácter definitivo.

Se as entidades oficiais dos países importadores de mão-de-obra estimulam o retorno daqueles que pretendem regressar, as medidas adoptadas neste sentido, provavelmente, terão um carácter essencialmente conjuntural, em virtude de estes trabalhadores desempenharem uma função estrutural no mercado de trabalho em que labutam, porque ao realizarem as tarefas que os nacionais recusam, constituem, em certos ramos de actividade, um efectivo significativo e, de certo modo, insubstituível.

Por este conjunto de razões, todas exógenas ao país exportador de mão-de-obra e, logicamente ao Lima raiano, se compreende a participação mais tardia da mulher, que, quando do nosso trabalho no campo, a confrontávamos com os motivos da sua saída, sempre se justificou com razões, aparentemente tão evidentes, como o casamento, ou, os familiares,

⁷²⁰ - O fenómeno migratório dos meados do séc. XX, em particular o da emigração para o estrangeiro, tem que ser entendido no quadro de transferências internacionais de mão-de-obra, que se processa entre países menos desenvolvidos e países industrializados, no caso em estudo, o sistema de transferências internacionais de trabalhadores na Europa Ocidental no após-guerra

Recordamos que se estava num período em que o desenvolvimento da Europa Ocidental, em virtude do decréscimo acentuado dos ritmos da expansão demográfica, dependia do recurso a mão-de-obra estrangeira pouco qualificada, tornando-se Portugal num dos países europeus exportadores, nomeadamente para a França, a então República Federal Alemã e, em menor escala, para o Luxemburgo, Bélgica e Suíça.

⁷²¹ - A década de setenta foi um década assinalada por um conjunto de legislação produzida nos países desenvolvidos e importadores de mão-de-obra, que visava, essencialmente, limitar e, em muitos casos, proibir a entrada de novos trabalhadores, mas, privilegiou, em termos globais, a entrada de familiares dos trabalhadores estrangeiros, já, residentes no país.

⁷²² - Se é na década de oitenta que os espaços lusos em estudo assistem ao regresso definitivo dos trabalhadores, que, em maioria, preferiram aceitar a indemnização proposta pela respectiva entidade patronal e juntar-se ao agregado familiar, que nunca saíra do torrão natal, é nos anos noventa, que receberam, com carácter definitivo, o maior fluxo de naturais, em virtude de terem completado o período de trabalho exigido para auferirem a ambicionada reforma.

Fig. 81 – Lima raiano luso: Períodos da primeira saída dos naturais não residentes segundo o sexo e os grandes grupos de idade, em 2000

nomeadamente o progenitor e irmãos, que, por, já, se encontrarem no exterior, lhe garantia a estabilidade e segurança de que necessitava para enveredar na busca de novos horizontes.

Do mesmo modo, se compreende o êxodo dos menores com idades inferiores a dez e onze anos que, independentemente do sexo, acompanhavam os pais, ou seja, a mãe, que ao deslocar-se ao encontro do marido conseguia, em função das políticas de reunificação familiar, a imprescindível e tão desejada legalização.

Inferimos, então, que a mulher, em termos comparativos com os indivíduos do sexo masculino, não só participou no êxodo mais tarde, predominantemente, nos finais da década de setenta e anos oitenta, com idade mais "avançada", como, quando regressou com carácter definitivo, fê-lo *grosso modo* após um período de estadia menos prolongado no exterior (Fig. 81).

As idades superiores a quarenta e cinquenta anos, independentemente do sexo, como é admissível, são "proibitivas" para o êxodo, com excepção, por exemplo, para os progenitores, sempre idosos, que optam, por causa da viuvez, ou, por razões de saúde, por residirem com os descendentes, que estão ausentes e, desse modo, fugirem à solidão assustadora das noites longas dos invernos rigorosos da *montanha* (Figs. 80 e 81, pp. 379 e 383).

Entendemos que os limianos que optaram pela residência, com carácter definitivo, na terra natal, no momento da primeira saída já tinham projectado o seu retorno, conforme as opiniões que recolhemos ao longo dos cinco anos junto dos nossos interlocutores, quando nos afirmavam, por exemplo, que "não levaram" a família nuclear, pois, ao partirem pela primeira vez, já tinham decidido, que o fariam por um período limitado, pelo que os programas de ajuda ao retorno teriam funcionado como o lenitivo suficiente para a antecipação de um regresso, desde sempre, previsto.

Se atendermos à evolução do fluxo de entrada, que em muito se reduziu na década de noventa, poderemos inferir, que a decisão em regressar atinge os mais velhos e entusiasma aqueles que foram os primeiros na decisão em procurar novos rumos.

Justifica-se as entradas para os indivíduos menores de 16 anos, pelo facto de se incluírem na segunda geração que, ou, partiu muito cedo, por vezes, ainda na fase da amamentação, devido à saída da mãe, ou, nasceu no exterior e fixa-se pela primeira vez em território luso.

Entradas com carácter definitivo, que em muito contribuíram na recomposição do quadro demográfico e social das aldeias, de certo modo, *sui generis*, pois constata-se que adquirem significado os habitantes maiores de quarenta a cinquenta anos, além da nova

tecnologia simbolizada no tractor potente, que, por vezes, não consegue trabalhar nas parcelas, por serem de dimensões tão reduzidas o que, logicamente, se reflecte na reorganização territorial de este Lima raiano.

Numa simples observação da comunidade, de imediato, se evidencia no efectivo dos residentes, a proporção daqueles, que viveram um período, com duração variável, distante da terra que os viu nascer, mas, que a elegeram para habitar no início do terceiro milénio (Fig. 82).

Quando melhoramos o pormenor da observação sobre os valores que conseguimos, inferimos que a proporção dos residentes que partiram, mas voltaram com carácter definitivo, relativamente à população total, têm um peso superior a 50% em 26 das aldeias, com destaque para aquelas⁷²³ que ultrapassam os 70% dos moradores.

A importância dos residentes que trabalharam durante um determinado período no exterior, é, em termos globais, sensivelmente maior na margem direita do rio Lima.

Nas aldeias em que o peso da mobilidade tem uma menor importância no efectivo dos residentes, como na Gavieira (Peneda, Rouças e Igreja), ou, em Germil, por exemplo, compreender-se-á pelo facto dos patrícios terem saído e optado por não regressarem com carácter definitivo.

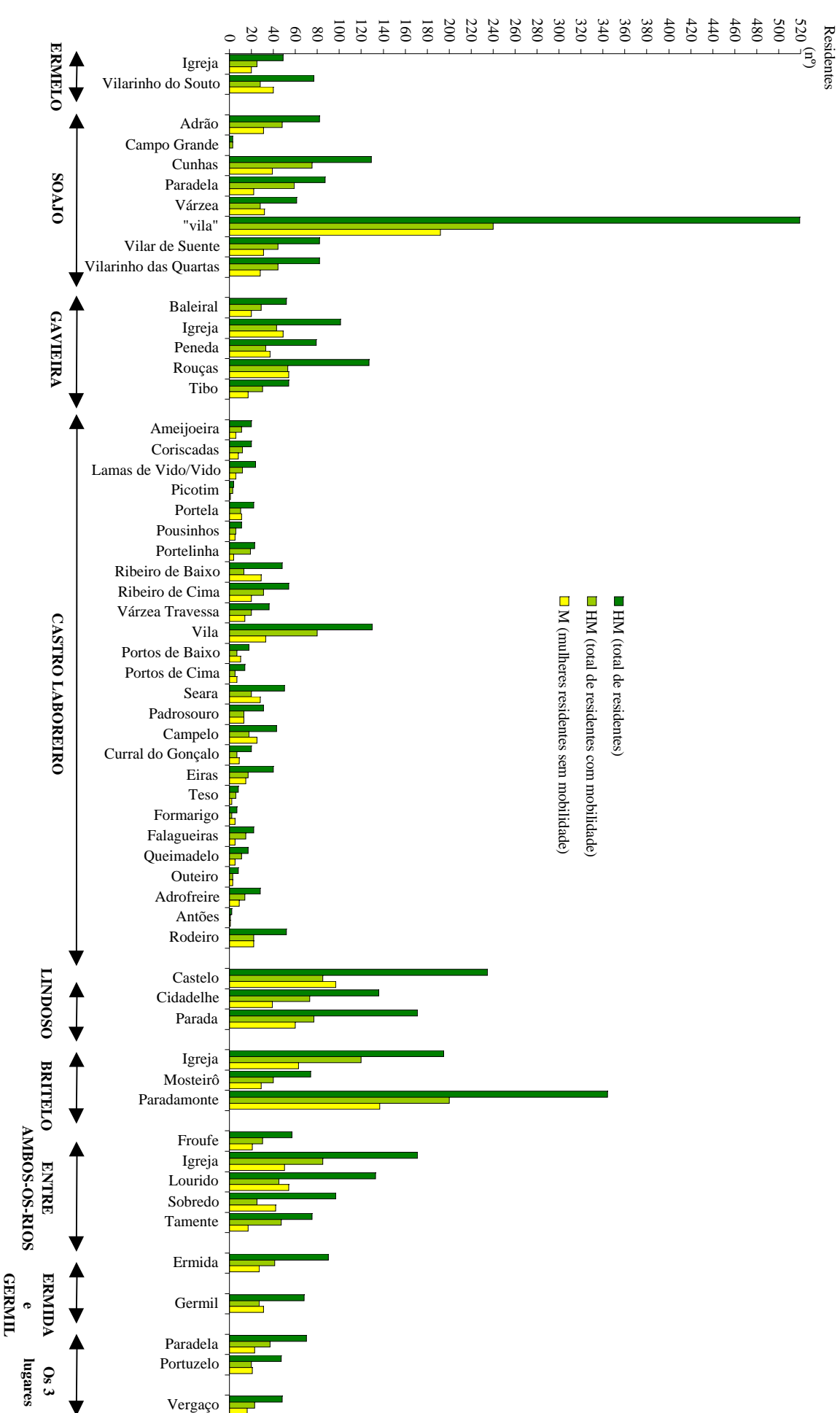
Residentes de um Lima raiano luso com histórias de vida passadas longe da aldeia, que, juntamente com os elementos femininos, que sempre viveram e trabalharam na terra, constituem os dois principais grupos no efectivo demográfico dos diferentes lugares (Fig. 83).

Se em termos globais, a proporção das mulheres, que sempre residiram na aldeia, atinge, em comparação com o "peso" dos indivíduos regressados, valores mais modestos, constitui, apesar de tudo, em cada aldeia uma "fracção" não inferior a 30 e 35%, mas, nunca ultrapassando os 55 a 60% da totalidade dos residentes, o que nos permite salientar a importância do contributo feminino na "sobrevivência" dos modos de vida seculares, nomeadamente o da agro-pastorícia, enquanto os familiares masculinos labutavam em terras distantes.

⁷²³ - Vila, Portelinha, Coriscadas, Falagueiras e Queimadelo (Castro Labreiro), Paradela e Campo Grande (Soajo), Igreja (Britelo) e Tamente (Entre Ambos-os-Rios).

Fig. 82 - Lima raiano luso: População residente e peso da mobilidade, por lugar, em 2000

Fig. 83 - Lima raiano luso: O peso das mulheres sem mobilidade na população residente, por lugar, em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Como, já, inferimos (Figs. 80 e 81, pp. 379 e 383), a mulher participou, também, activamente na saga do êxodo que predominou nos meados do século XX, ao "engrossar" os contingentes de uma mão-de-obra indiferenciada, que rumou ao exterior e cuja ausência na terra-natal teve repercussões bem distintas daquelas que resultariam se o fenómeno fosse restrito, apenas, aos elementos masculinos⁷²⁴.

Segundo as opiniões variadas, que recolhemos nas diferentes aldeias em estudo e das quais partilhamos, uma vez que os fluxos de saída ter-se-iam verificado, desde sempre⁷²⁵ e com forte intensidade⁷²⁶, o surto emigratório dos meados do séc. XX distingue-se não só pela diferença na direcção tomada, mas, por motivos de ordem estrutural, em virtude da participação de novos actores, as mulheres, que ao deslocalizarem a família nuclear despelotaram a decadência, em muitos casos, o abandono das explorações agro-silvo-pastoris, com todas as consequências para a reorganização e ordenamento da paisagem.

Actores de ambos os sexos em que adquirem um peso significativo, quer os que regressaram, com carácter definitivo, na década de noventa⁷²⁷ (Fig. 84), quer os que, em 2000, tinham uma idade inferior a 60 anos⁷²⁸ (Fig. 85).

Se por um lado, o volume de regressos verificados na última década do séc. XX explica, de certo modo, a variação da população em 2001 (Fig. 38, p. 277), nomeadamente a variação positiva de certos lugares, como Adrão, por outro lado, a "juventude" de quem retorna, ainda, em plena idade activa, permite entender o dinamismo da silvo-pastorícia, de aldeias como Rouças, na Gavieira.

⁷²⁴ - Recordámos um residente em Vilarinho das Quartas, que em Agosto de 2000, nos justificava o despovoamento da sua aldeia, a exemplo das limitrofes, pelo facto, aparentemente simples, de no êxodo dos meados do séc. XX participar, de um modo activo, a mulher, que ao partir fazia-se acompanhar da família, nomeadamente dos filhos, regressando, apenas, quando estivesse, assim como o marido, em condições de usufruir o *rendimento da reforma*, uma vez que os descendentes dificilmente voltariam.

Era uma grande diferença, de âmbito estrutural, comparativamente ao êxodo, também volumoso, verificado até aos anos cinquenta, em que, apenas, o homem era o actor, pois partia muito jovem, em direcção a Lisboa, quase sempre com idade inferior a dezasseis anos, *vinha sempre casar à terra*, onde deixava a mulher e os filhos na labuta diária da agro-pastorícia, para regressar, com carácter definitivo, quando os filhos, começando sempre pelo mais velho, atingissem a idade da partida para percorrerem, a exemplo do pai, o trilho sinuoso e difícil de uma vida de trabalho, que se prolongaria sensivelmente até aos quarenta anos de idade, a idade, em valores médios, de regressar à terra..

⁷²⁵ - Quando os nossos interlocutores, sempre com mais de sete décadas de idade, nos afirmavam que as correntes migratórias, desde sempre existiram, referiam-se aos tempos das suas *lembranças*, ou seja, aos factos que viveram, ainda crianças, ou então, às histórias de vida que lhes foram contadas pelos respectivos progenitores, pais e avós.

⁷²⁶ - A tradição e convicção orais confirmam, de certo modo, as informações, que conseguimos sobre a mobilidade geográfica no tempo, que, embora escassas, nos permitem aventar que o limiano de raia sempre, ou melhor, nos últimos três séculos, estaria envolvido em correntes migratórias, muito direccionadas para Lisboa e ex-colónias portuguesas, primeiro o Brasil, mais tarde Angola e Moçambique.

⁷²⁷ - Distinguímos Lamas de Vido, Campelo, Vila (Castro Laboreiro); Rouças, Igreja e Baleiral (Gavieira); Adrão, Várzea (Soajo); Castelo e Cidadelhe (Lindoso); Tamente, Igreja e Lourido (Entre Ambos-os-Rios); e Germil, os lugares cujos habitantes com mobilidade, cerca de 50%, se fixaram num período a não ultrapassar, em 2000, os dez anos.

⁷²⁸ - Excepção para a maioria das *verandas* e os lugares Portelinha, Lamas de Vido, Várzea Travessa, Ribeiro de Cima e Ribeiro de Baixo, Pousinhos (Castro Laboreiro); Peneda, Baleiral, Tibo (Gavieira); Adrão, Várzea, Vilarinho das Quartas e Vilar se Suento (Soajo); Igreja, Vilarinho do Souto (Ermelo); Tamente, Igreja, Froufe, Lourido, Sobredo (Entre Ambos-os-Rios); Ermida, Vergaço e Portuzelo, em que mais de 50% dos residentes com mobilidade têm uma idade superior a 60 anos.

Fig. 84 - Lima raiano luso: População residente com mobilidade e data de regresso posterior a 1991, por lugar, em 2000

Fig. 85- Lima raiano luso: População residente com mobilidade e idade inferior a 60 anos, por lugar, em 2000

Curiosamente, este tipo de leitura corrobora as dilações que retirámos das conversas estabelecidas ao longo dos cinco anos de investigação com os residentes lusos que, maioritariamente, nos disseram terem regressado numa idade próxima dos cinquenta anos, ou seja, no momento em que atingiram o tempo necessário para a ambicionada reforma, uma vez que tinham partido, ainda, muito jovens (Fig. 80, p. 383).

Este facto é de suma importância para a vitalidade das aldeias, que, de um modo global, se pautam não só pela variação negativa dos habitantes, em muitos casos acentuada, (Figs. 36 e 37, pp. 273 e 275), como pelo sector dos jovens corresponder, por princípio, ao grupo etário menos representativo (Figs. 49 e 50, pp. 299 e 301).

Então, somos de opinião que a tendência positiva na proporção dos residentes a auferirem uma pensão de reforma será uma constante nos próximos anos, enquanto os jovens residentes em busca do primeiro emprego optam pelos centros urbanos, nacionais, mas, principalmente estrangeiros.

Debrucemo-nos, então, sobre o percurso provável, no âmbito do emprego, do jovem limiano, munido da escolaridade obrigatória, o nono ano⁷²⁹, que nos primeiros anos do séc. XXI continua, a exemplo dos progenitores, a ser atraído pelo estrangeiro.

O incremento das Tecnologias da Informação está a produzir autênticas revoluções nos processos de trabalho em todos os sectores da actividade económica, nomeadamente, nas formas de produção industrial e no sector terciário.

Se por um lado, a intensificação da automatização em sectores onde já predominava o fabrico em série e o trabalho em cadeia, como, por exemplo, o do automóvel, que empregava milhares de trabalhadores indiferenciados, lançou no desemprego grande número de empregados, por outro, os sectores tradicionalmente intensivos em mão-de-obra pouco qualificada, como as indústrias eléctricas e electrónicas, ou, as da confecção de vestuário, estão a ser alvo do fenómeno da "robotização", o que explica as ameaças, cada vez mais fortes, ao futuro do trabalho.

Em contrapartida, surgem novos empregos, como, por exemplo, programadores, operadores de equipamento, etc., que, pelos níveis de qualificação da mão-de-obra exigida, se predestinam, logicamente, a trabalhadores nacionais, em virtude dos maiores níveis de qualificação.

⁷²⁹ - Uma preocupação dos pais que, apenas, vêem o futuro dos filhos no estrangeiro era, no período de 2000-2004 "equipá-los", além da escolaridade obrigatória, com a *carta de condução de carros ligeiros e de pesados*.

A par, há os sectores que, em pleno período de transição para a produção automatizada, verificaram aumentos significativos de mão-de-obra, pelo que o trabalho temporário e a contratação a prazo são cada vez mais frequentes.

Ora, a flexibilização do trabalho e a ameaça permanente do desemprego, tornar-se-á para o jovem limiano, que procura estabilidade laboral no estrangeiro, ou, num incentivo para a participação em cursos de formação e actualização profissional, caso as vagas sobrem aos nacionais, ou, numa justificação para seguir, religiosamente, os percursos dos progenitores, o operário da construção civil, o empregado na empresa das limpezas, o ajudante na restauração, em suma, o executor de tarefas que os trabalhadores nacionais se recusam, desde há longos anos a efectuar.

De facto, são estes os tipos de tarefas em que, predominantemente, se ocupam os naturais limianos, que residem no estrangeiro (Figs. 86 e 87).

Emprego que parece distribuir-se de acordo com o género, os homens, operários da construção civil, as mulheres, predominantemente empregadas de limpeza nas famílias e nas empresas da especialidade (Figs. 88 e 89).

Há que salientar o facto de a mulher, com muita frequência, assegurar a habitação familiar através do seu trabalho, o desempenho das funções inerentes à portaria de um prédio, o tipo de emprego, que, como nos confundiam, sempre foi o mais desejado.

O trabalho na fábrica é, indiferentemente executado por ambos os sexos, a exemplo do que sucede na restauração, ou, no comércio, predominantemente o alimentar.

Há a evidenciar os indivíduos, em muito pequeno número, que exercem uma profissão, para a qual se exige uma qualificação de grau superior, pelo simples facto de terem saído muito jovens, na companhia dos pais, (Figs. 86 e 87), e, por isso, todo o trajecto académico foi efectuado no país que os acolheu.

Contudo, são os trabalhadores não qualificados que proliferam, independentemente do espaço geográfico de residência⁷³⁰ (Figs. 88 e 89).

Recordamos que, também, nos residentes em território português predominam as tarefas indiferenciadas, que se distribuem, ou, pela construção civil, os operários, ou, pela restauração, os cozinheiros e ajudantes de cozinha⁷³¹, além dos empregados de mesa de cafés

⁷³⁰ - Relembramos que, em 2000, dos naturais que integraram o êxodo, residiam no País 1 113 (28,4%) e no estrangeiro 3 968 (71,2%).

⁷³¹ - Não podemos deixar de referenciar a nossa surpresa, quando em 2000, nos deparámos com a "bolsa" de cozinheiros em Lisboa, naturais da margem direita do Lima, nomeadamente de Portuzelo, Germil, Entre Ambos-os-Rios e Britelo. Muitos desses cozinheiros desempenhavam a profissão na marinha mercante, pelo que eram designados na aldeia por *embarcadiços*.

Fig. 86 - Lima raiano luso (margem direita): Profissões dos naturais activos residentes no exterior em 2000

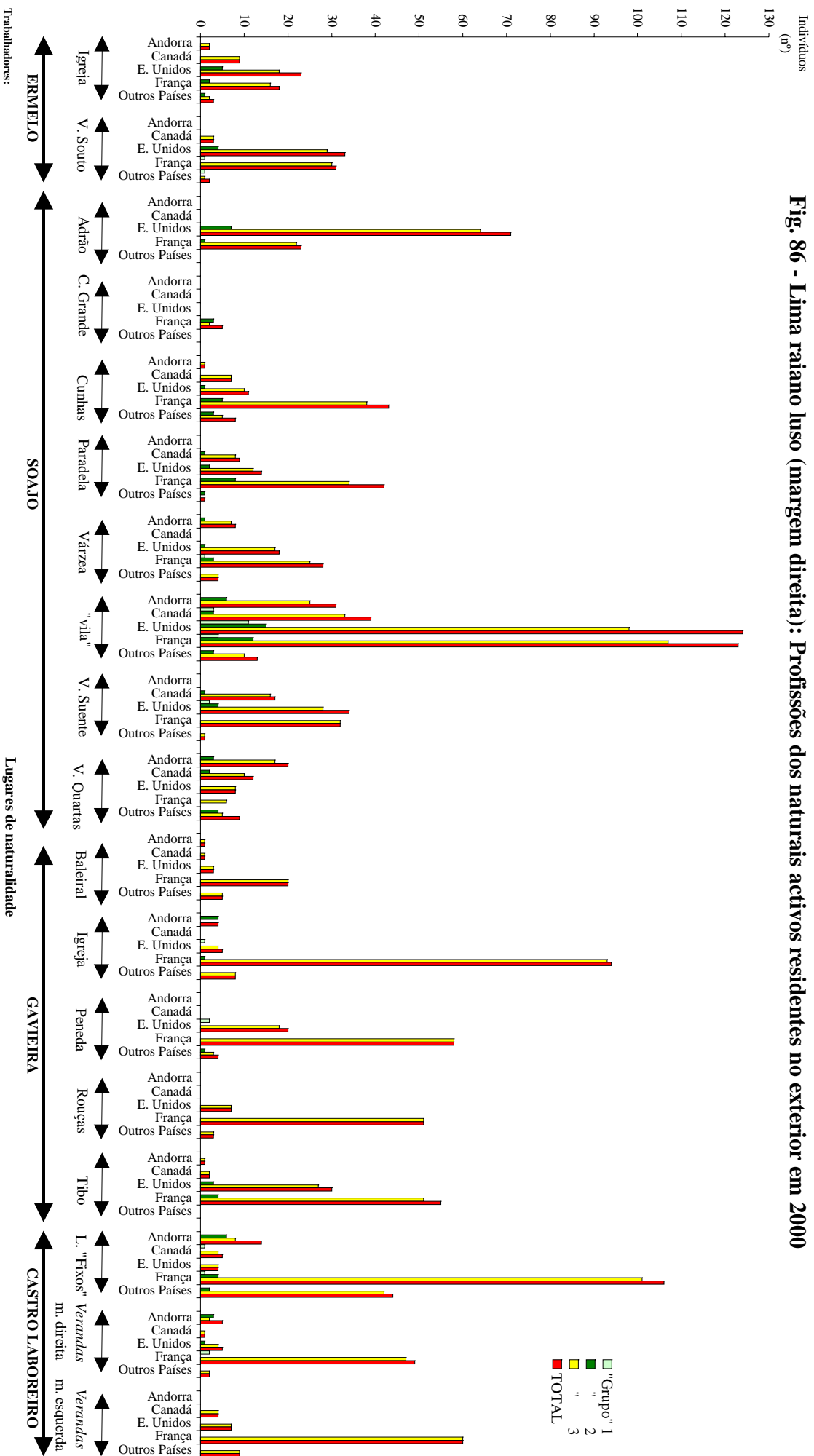


Fig. 87 - Lima raiano luso (margem esquerda): Profissões dos naturais activos residentes no exterior em 2000

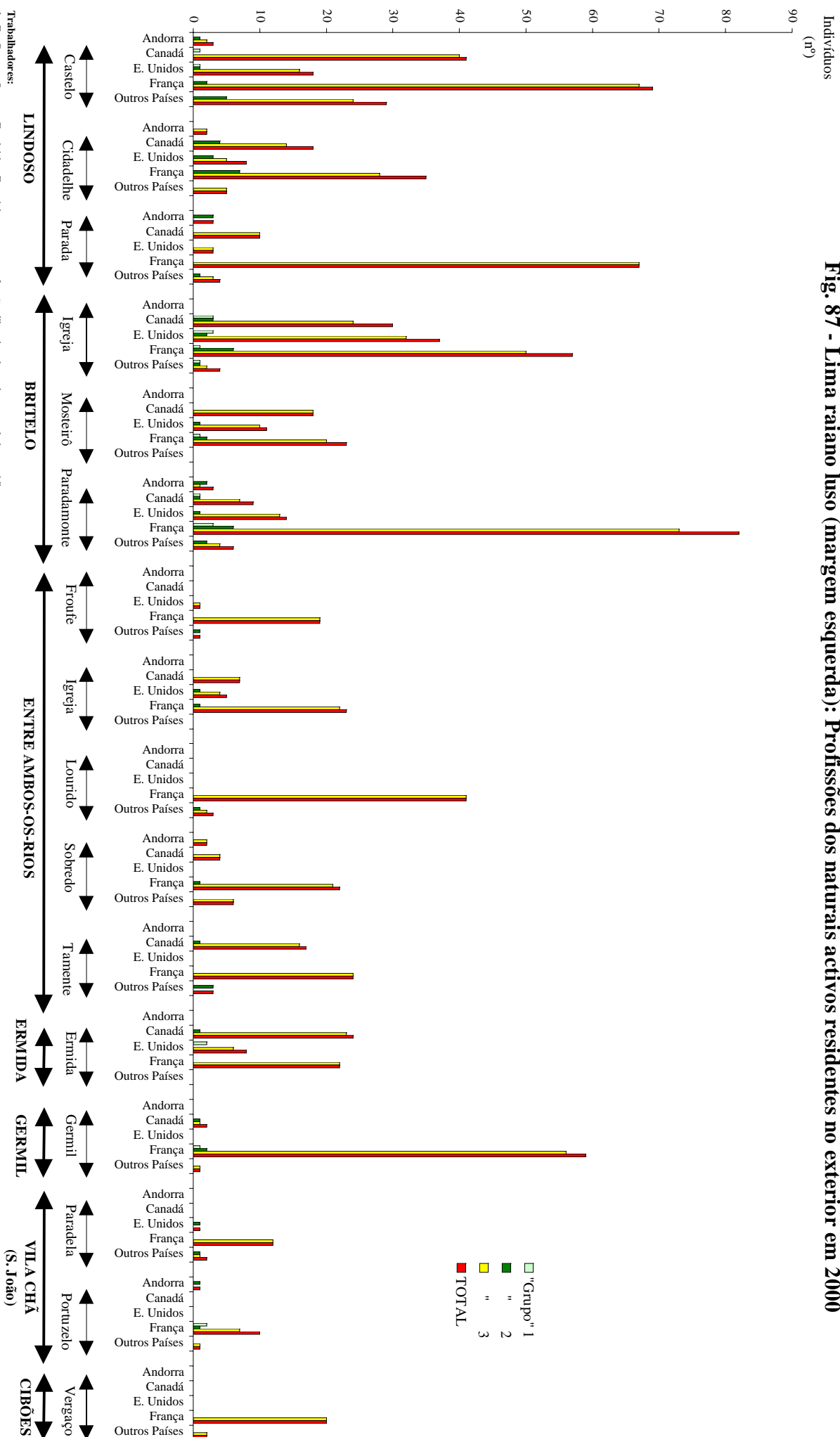
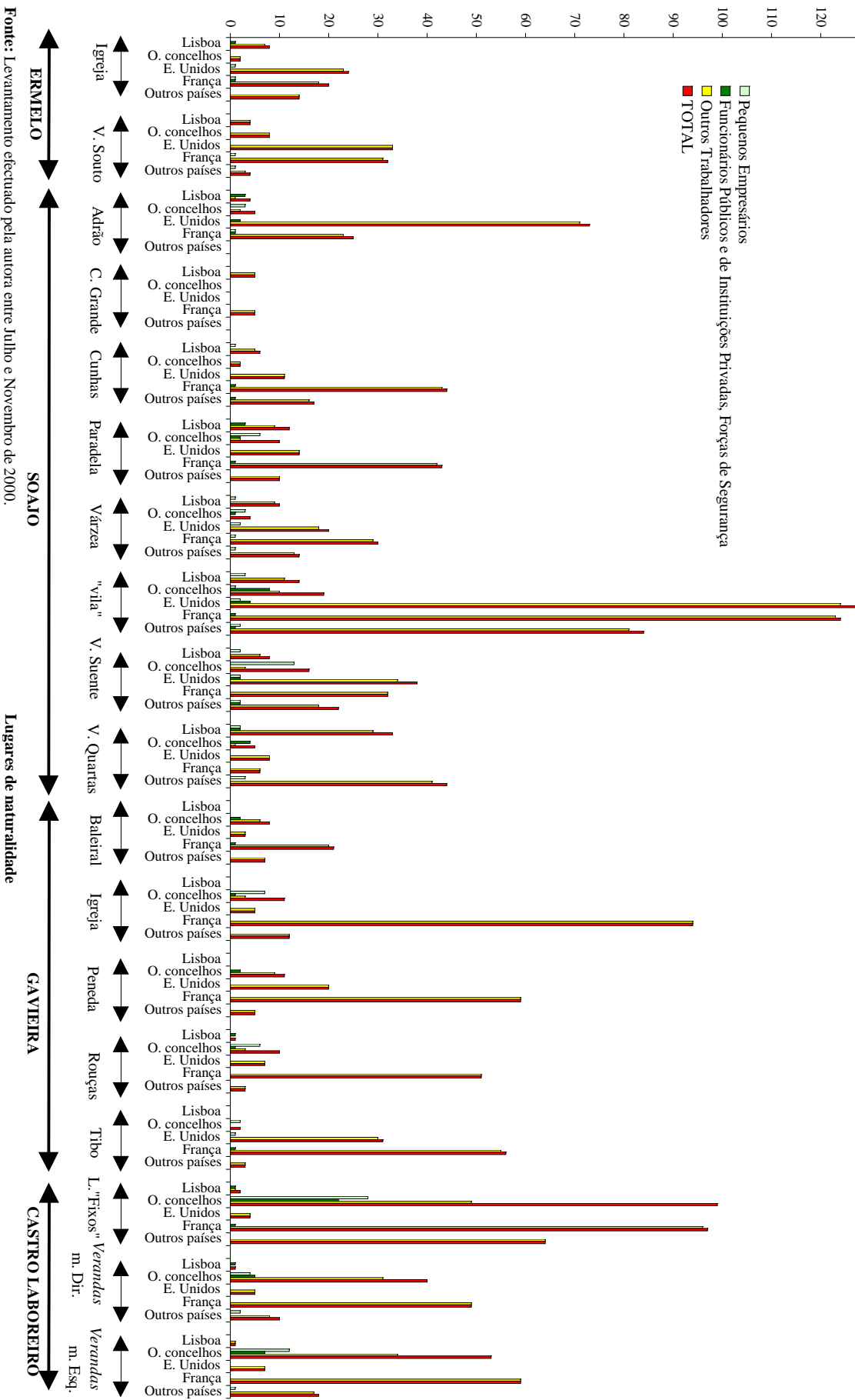
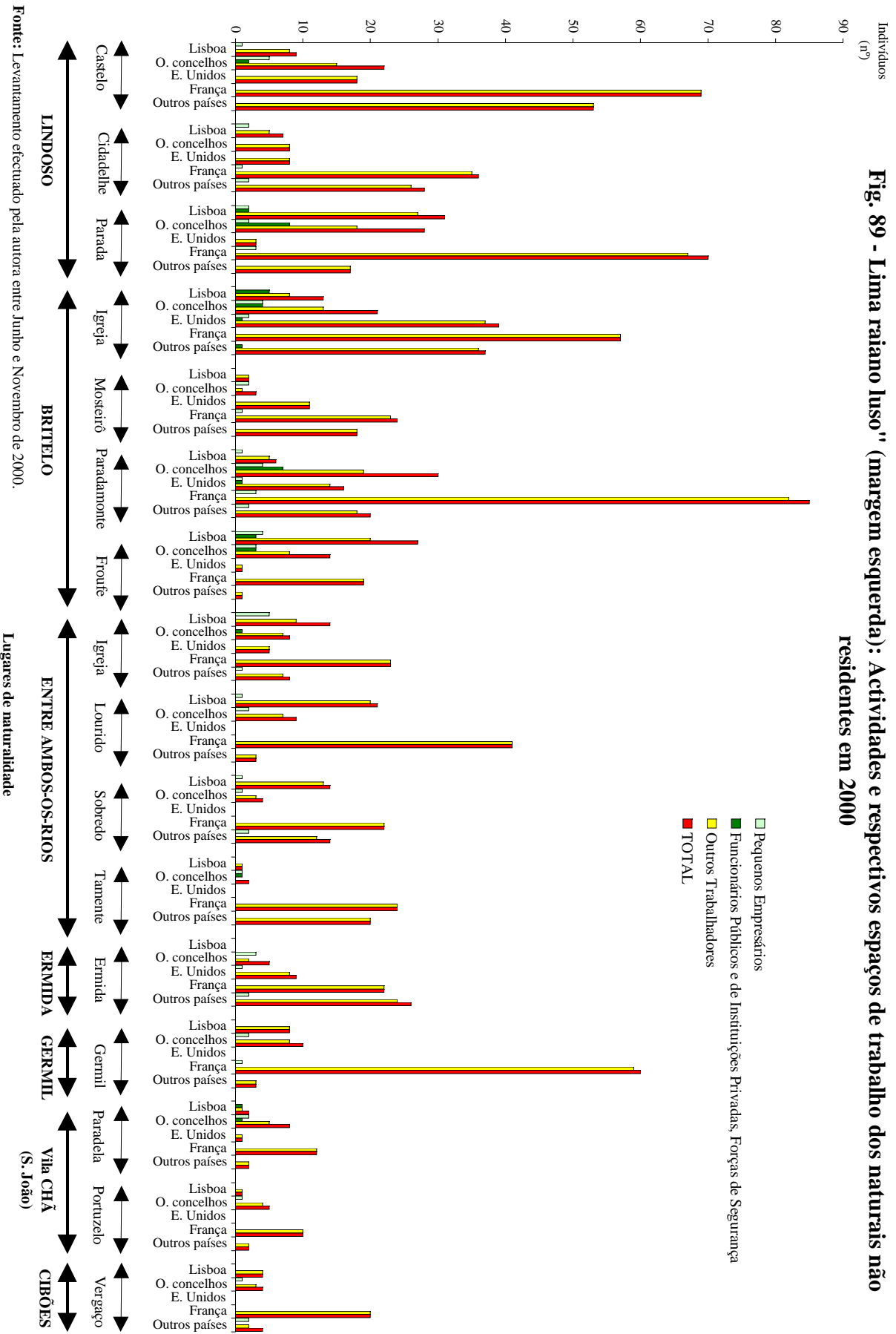


Fig. 88 - Lima Raiano luso (margem direita): Actividades e respectivos espaços de trabalho dos naturais não residentes em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Julho e Novembro de 2000.

Fig. 89 - Lima raiano luso" (margem esquerda): Actividades e respectivos espaços de trabalho dos naturais não residentes em 2000



e restaurantes, sem esquecer os padeiros, actualmente em número muito reduzido, na região de Lisboa⁷³².

Há a distinguir os Funcionários Públicos, predominantemente professores do Ensino Básico e Secundário, que se distribuem pelo País, além dos pequenos empresários, os proprietários de cafés e restaurantes, e os *construtores*, que matizam, de modo indiferenciado os territórios nacional e estrangeiro.

Em suma, independentemente dos territórios, nacionais ou estrangeiros, em que o natural luso da área em estudo exerça a respectiva profissão, (Figs. 86 e 87) destaca-se o emprego, que exige mão-de-obra indiferenciada, com um baixo grau de instrução, em muitos casos, analfabeta (Fig. 63, p. 343, e Fig. 90).

Independentemente do local de residência, nacional ou estrangeiro, nos princípios do séc. XXI, a grande maioria dos naturais viveu a idade em período escolar no Lima onde nasceu, cumprindo o período de escolaridade obrigatória, a 3^a e a 4^a classes⁷³³, para os mais velhos, os 6^o e 9^o anos, para os mais jovens. (Figs. 91 e 92).

Destacamos aqueles, que muito jovens, se deslocaram para o exterior e frequentaram a escola no país que os acolhera, pelo que nos informaram terem cumprido a escolaridade que lhes fora exigida⁷³⁴.

Não podemos "esquecer" a proporção daqueles que não possuem diploma⁷³⁵, quer para os residentes no Lima raiano, logicamente os mais numerosos, quer para os residentes noutros lugares, nomeadamente os que labutam no estrangeiro (Fig. 63, p. 343, e Figs. 90, 91 e 92).

Quando pormenorizamos a observação no grau de instrução concedido pelo sistema de ensino português, facilmente se evidencia, que as maiores qualificações, apesar de corresponderem a um efectivo reduzido, são auferidas pelos naturais a residirem no território

⁷³² - O êxodo sistemático para Lisboa das populações ribeirinhas ao rio Lima, efectuar-se-ia há longas décadas, pelo menos desde o séc. XIX, envolvendo contingentes volumosos de jovens do sexo masculino, que desempenhavam tarefas variadas e indiferenciadas, que no caso dos mancebos do Soajo e Ermelo eram essencialmente trabalhadores nas padarias, pelo que no séc. XXI, são, ainda, conhecidos na memória oral pelos *padeiros do Soajo*.

⁷³³ - Recordamos que na década de cinquenta o ensino obrigatório tinha a duração de três anos, precisamente a 3^a classe.

⁷³⁴ - Relembramos, que optámos por referenciar, simplesmente a conclusão da obrigatoriedade escolar no país estrangeiro, pois a indicação precisa do "patamar" da escolaridade exigia-nos que estudássemos a lei base do ensino obrigatório em vigor nos diferentes países, temática que ultrapassa as finalidades desta investigação.

⁷³⁵ - Relembramos que o grupo " Sem diploma" inclui os que não sabem ler, não sabem escrever, não sabem ler nem escrever e todos aqueles indivíduos, que não possuem um certificado comprovativo das habilitações efectivamente possuídas, embora possam ler e escrever fluentemente.

Naturais não residentes (n°)

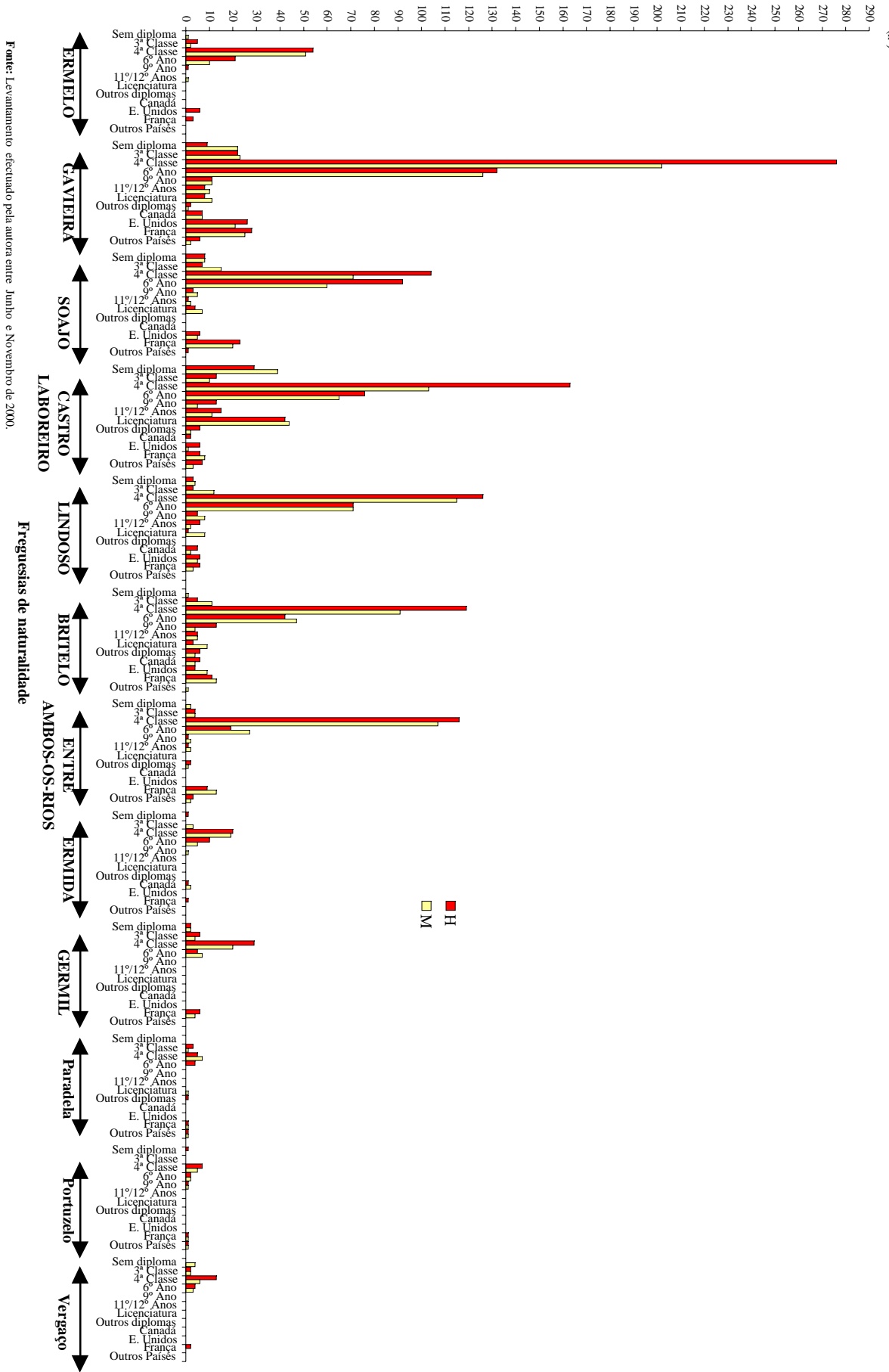
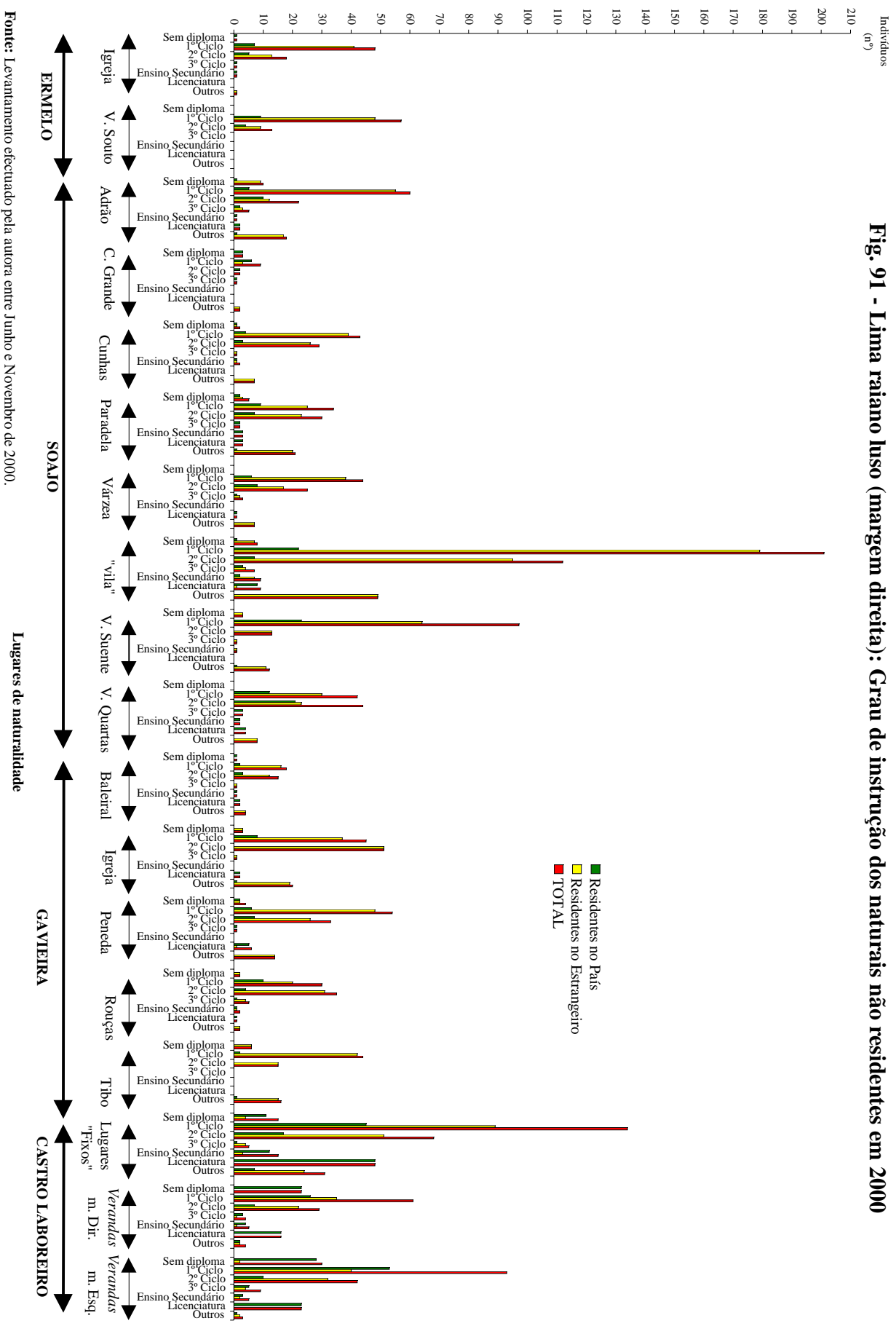


Fig. 90 - Lima raiano luso: Grau de instrução dos naturais não residentes em 2000

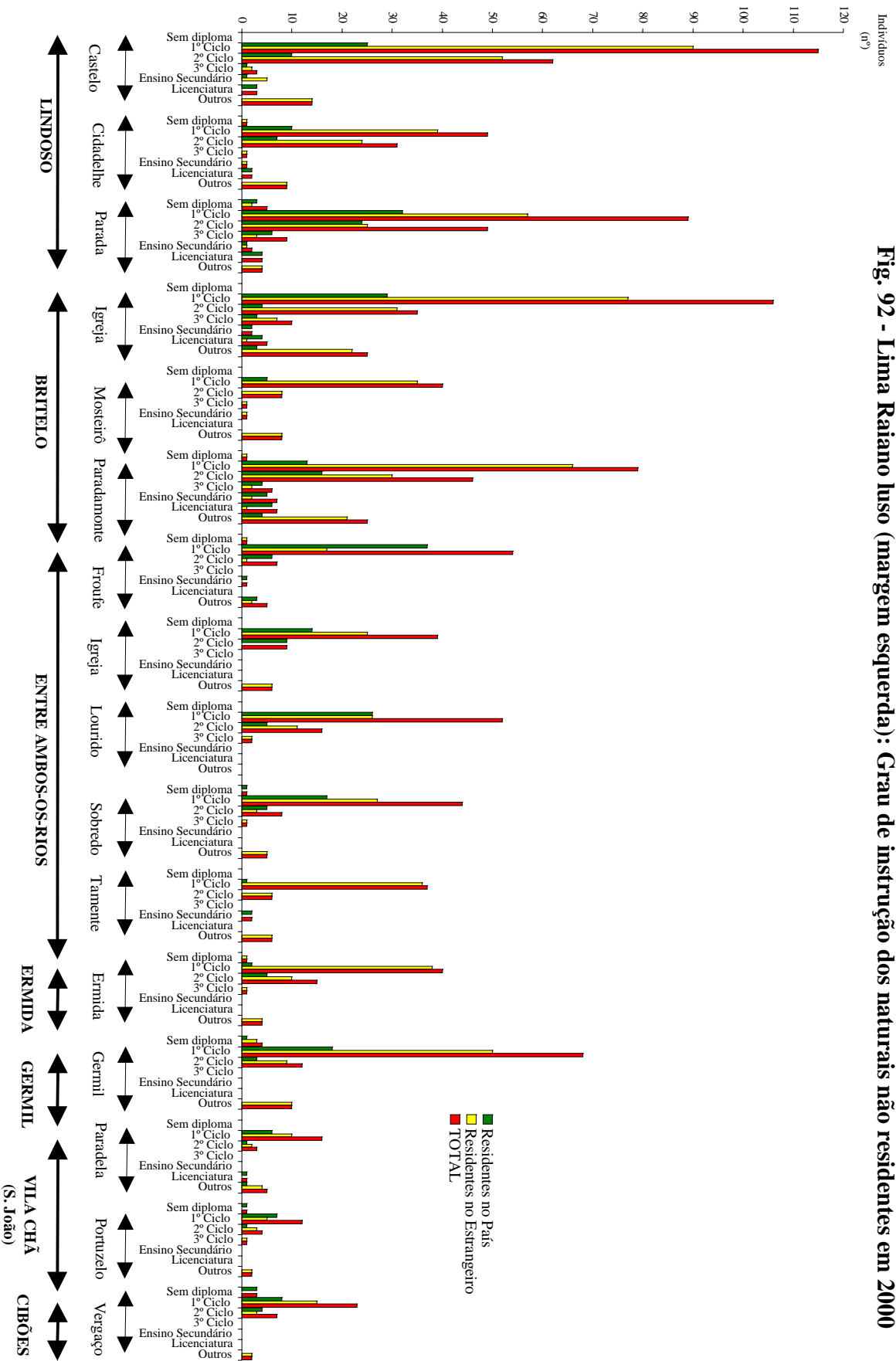
Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Fig. 91 - Lima raiano luso (margem direita): Grau de instrução dos naturais não residentes em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Fig. 92 - Lima Raiano luso (margem esquerda): Grau de instrução dos naturais não residentes em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Outubro de 2000.

Lugares de naturalidade

nacional, como, por exemplo, os licenciados⁷³⁶.

Não podemos deixar de evidenciar o facto de, em 2000, não existirem licenciados de este Lima raiano a residirem no estrangeiro, além de Castro Laboreiro ser a freguesia com um maior número, embora, dispersos pelo território nacional⁷³⁷ (Figs 91 e 92).

Perante o grau de instrução, que predomina nos activos limianos de raia, e os níveis de qualificação exigidos pelos processos de trabalho "revolucionados" pelas Novas Tecnologias da Informação, que conduzirão a uma evolução acentuada na precarização do trabalho, ao jovem limiano de raia, caso não consiga a formação profissional adequada e permanentemente actualizada, surge num horizonte, cada vez mais próximo, a ameaça crescente do desemprego, independentemente do lugar e do país em que resida, que o votará, inexoravelmente para os serviços e tarefas a que os progenitores se viram na necessidade de executar, ou, então, muito provavelmente, ao retorno à terra-mãe, uma vez que o regresso às origens não se justifica, apenas, por estar desempregado, mas, resulta fundamentalmente das perspectivas futuras em termos de condições de vida e de trabalho.

Uma reflexão sobre o tecido social de este Lima raiano, sempre aberto a receber os patrícios, que um dia partiram, nomeadamente, sobre o grupo etário predominante, o grau de instrução dos habitantes, o "estado" da multissecular agro-pastorícia, o tipo de actividades que se desenvolvem, as "responsáveis" pela qualidade actual do emprego, basicamente ligado à construção civil, à restauração/hotelaria incipientes e ao pequeno comércio alimentar, sem esquecer o tipo de atracção exercida pelos núcleos urbanos próximos, nomeadamente, a sede dos respectivos concelhos, mas, principalmente Braga, em menor "grau" Viana do Castelo, permite-nos questionar as tendências, para os próximos anos, da evolução socioprofissional da comunidade limiana.

Se são factos, aparentemente adquiridos, que as estruturas profissionais e sociais de qualquer comunidade evoluem, isto é, vão-se transformando no tempo e no espaço, pela mobilidade socioprofissional e social entre gerações, que a posição social de um indivíduo estará não só fortemente dependente da sua origem familiar, como, em certa medida, da sua origem geográfica, que residentes povoarão este Lima raiano nas próximas décadas?

Em 2000, a renovação de gerações⁷³⁸ encontrava-se comprometida, parte dos naturais limianos, a segunda geração, residia no exterior, os seus descendentes tinham,

⁷³⁶ - Optámos pela representação gráfica dos lugares das três freguesias, que em nosso entender, constituem uma amostra representativa da realidade em estudo, pois o pormenor da informação relativa a todas as aldeias encontra-se nos quadros em anexo.

⁷³⁷ - Uma das grandes preocupações do casal castrejo é *dar um curso superior* ao filho, apesar dos sacrifícios que lhe eram exigidos, como o trabalho árduo em terras estranhas e as poupanças, obrigatoriamente indispensáveis.

⁷³⁸ - Se este trabalho não inclui um estudo sobre um dos graves problemas que afecta esta comunidade, o da renovação das gerações, pois extravasa os objectivos que nos propusemos atingir, somos de opinião, que o exemplo do Lindoso, que desenvolvemos e aprofundámos, a

maioritariamente, naturalidade estranha, além de estarem imbuídos pela instrução e cultura das comunidades, que os acolheram⁷³⁹, então, como entenderão estas gerações a terra dos progenitores?

Somos de opinião que nos próximos tempos de este Lima raiano, à medida que os adultos e idosos de 2000, em função da lei natural, forem sucumbindo e os jovens, por questões de origem familiar e geográfica, se forem afastando, elementos da segunda geração, em situação de reforma, muito provavelmente, seguirão o exemplo dos progenitores ao regressarem à terra-mãe, mas, as gerações subsequentes, que atitude assumirão perante a realidade limiana?

Que atractivos, ou, melhor, que projectos capazes de potencializarem e rentabilizarem os recursos locais estão a ser estudados a fim de "captar" jovens nacionais, nomeadamente jovens licenciados carenciados de trabalho e disponíveis para se deslocalizarem e assumirem novos desafios?

Entendemos que a habitabilidade de estas aldeias e respectivo reordenamento territorial, num amanhã não muito longínquo, dependerá de uma conjugação de esforços, que enveredem, por um lado, na captação de adultos de meia idade, residentes no exterior, mas cujas raízes remontam ao Lima raiano, por outro, na atracção de gente jovem limiana e oriunda de outros lugares, nacionais e estrangeiros, com um grau de instrução elevado, licenciados e pós-graduados, por natureza abertos à mudança e disponíveis para aceitarem desafios inovadores, suficientemente atractivos e com perspectivas válidas de sucesso.

4.1. 2. 2. Interações espaciais a nível nacional e internacional

É um facto irrefutável que este "Lima raiano", ao longo de um tempo, nunca inferior a três séculos, sempre esteve "ligado" a espaços e paisagens tão próximas como as de Lisboa, ou, longínquas como as do Brasil e Cuba, mais recentemente, França, Suíça, ou, Andorra, graças à tenacidade e capacidade de trabalho dos respectivos habitantes.

Limitamo-nos a referir, por não corresponder aos objectivos que nos propusemos atingir, que Portugal, desde muito cedo, constituiu um centro de atracção para os galegos, nomeadamente, já, na primeira metade do séc. XVIII com os empregados domésticos a destacarem-se em Lisboa, a par da mão-de-obra utilizada na implementação da região vinícola do Alto Douro, fluxo que teria existido até meados do século XIX, período em que se

par dos valores que apresentámos sobre o efectivo das classes jovem, adulta e idosa, nos permitem questionar as consequências da idade desta comunidade, a limiana, no reordenamento de um território classificado área protegida e parte integrante do primeiro parque nacional, o Parque Peneda/Gerês.

⁷³⁹ - Tivemos a oportunidade de contactar no mês de Agosto com muitas famílias, em férias, cujos descendentes, em idade escolar, não pronunciavam nem entendiam uma palavra da língua portuguesa.

verificaria a viragem para o continente americano, em especial, nos anos setenta e oitenta, também, para o Brasil, com embarque feito no Porto⁷⁴⁰.

Se a memória oral dos nossos interlocutores nos reportam aos finais do séc. XIX, com as deslocações das gerações mais velhas, nomeadamente a dos avós, para Lisboa e continente americano (Brasil, Argentina e Cuba), fontes manuscritas, os *Registos Paroquiais*, informam-nos que, já, nos sécs.XVII e XVIII seria um facto, de certo modo, normal o limiano luso residir e trabalhar em Lisboa, ou, no Brasil.

Castro Laboreiro seria a excepção, pois os seus residentes nunca teriam sido suficientemente atraídos por Lisboa, nomeadamente nos períodos que envolveram, quer os finais do séc. XIX e todo o século XX, quer a transição dos sécs. XVIII/XIX, de acordo com a leitura dos *Registos de Óbito* (1788 a 1825) dos *fregueses* ausentes no "interior norte e centro do País, no Reino de Leão e Castela"⁷⁴¹.

Recordamos a surpresa de que fomos "acolhidos", logo nos primeiros contactos com as populações lusas, no Verão e Outono de 2000, quando, facilmente nos apercebemos, que nos espaços de mobilidade traçados pela memória oral dos nossos interlocutores, se distinguiam os da comunidade castreja, que não incluíam Lisboa, pólo de atracção importante para as outras comunidades, principalmente para as gerações mais velhas, os avós e os pais dos limianos seniores, que, também, nas idades dos onze a doze anos, se deslocalizaram para a capital, mas, contrariamente, aos progenitores, por lá permaneceram um período relativamente curto, em virtude da atracção dos novos mercados de trabalho, os do centro da Europa, nos finais da década de cinquenta, inícios da década de sessenta do séc. XX.

Mas, espaços de atracção secular e comuns à comunidade limiana foi, de modo inquestionável, no séc. XIX, o continente americano, nomeadamente, para os galegos, Cuba, e o Brasil, tanto para os lusos, como para os galegos⁷⁴², fenómeno a que não ficaria alheio a abolição oficial da escravatura em 1888⁷⁴³, que compeliu, desde logo, os *fazendeiros* a procurarem na importação de mão-de-obra branca a substituta do trabalho negro e escravo.

Se no período anterior à abolição da escravatura, em que vigoravam as normas, de certo modo limitativas, da entrada franca de imigrantes, era o jovem mancebo do Minho, que engrossava as fileiras migratórias para se dedicar, quase e só, ao comércio, principalmente

⁷⁴⁰ - Lopo, Domingo L. Gonzalez, 1993, "La Emigracion a Portugal desde el Suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XX" in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, (Séculos XIX e XX)*, Ed. Fragmentos, Lda., Algés, pp. 373-383.

⁷⁴¹ - " Distritos de Bragança (31), Guarda (19), Vila Real (21), Espanha 43 (indeterminados), Leão e Castela (29)".

Lima, Alexandra Cerveira Pinto S., 1996, *Castro Laboreiro, povoamento e organização de um território serrano*, Cadernos Juriz/Xures 1, Editores Instituto da Conservação da Natureza, Parque Nacional da Peneda-Gerês, Câmara Municipal de Melgaço, Braga, pp. 47-50.

⁷⁴² - O Brasil teria exercido, nesta época, também, uma forte influência sobre os residentes galegos, nomeadamente no concelho de Entrimo.

⁷⁴³ - A abolição da escravatura foi decretada no Brasil 13 de Maio de 1888 e em Cuba em 1880.

comércio a retalho e de importação, a partir das últimas décadas do séc. XIX, a par do ambiente favorável ao caixeiro minhoto, eclodiram as condições propícias ao surgimento de um novo estrato profissional, o do trabalhador da *fazenda*, que desencadearia a exportação massiva de trabalhadores agrícolas, a que o Lima raiano não ficaria indiferente.

Êxodo transatlântico, de forte intensidade, que atingiu as primeiras décadas do séc. XX, que segundo a memória dos nossos interlocutores foi personificado pelos portugueses, que rumaram ao Brasil, Estados Unidos da América e, também, Cuba, enquanto os galegos se dirigiam para a Argentina, Cuba e, também, Brasil.

De facto, foi a geração progenitora daqueles galegos que, no início do séc. XXI, já tinham ultrapassado as setenta primaveras, que constituiriam, sensivelmente até aos finais dos anos vinte do séc. XX, os últimos contingentes para a Argentina, Cuba⁷⁴⁴ e, até, Brasil, a exemplo do que sucedeu com os portugueses, mas, em relação ao Brasil e aos Estados Unidos da América, cuja "presença", ainda permanece na memória dos mais idosos⁷⁴⁵ com períodos de vida passados em terras transatlânticas.

Êxodo para a "América"⁷⁴⁶, que os jornais locais da época, nomeadamente os lusos, faziam eco⁷⁴⁷, quando noticiavam a chegada e davam as boas vindas aos conterrâneos "que vieram passar um período de férias"⁷⁴⁸, referenciavam a reconstrução do parque habitacional devido "ao ouro do Brasil"⁷⁴⁹, ou, publicavam artigos a recordarem a vida de um emigrante

⁷⁴⁴ - Tivemos a oportunidade de conversar em Caballeiros com uma cubana, na casa dos setenta anos, que, simpaticamente nos contou a história de vida da família. O pai, natural de Braga, precisamente, da freguesia de Ferreiros, casou em Bande com uma galega de Surreaus. Em 1916 emigrou para Cuba, levando a mulher, em 1925. Em Cuba nasceram os quatro filhos, dos quais, apenas, ela sobrevive. Com a implementação do actual regime, as condições de vida tornaram-se, mesmo, muito difíceis, pois há falta de géneros de primeira necessidade, pelo que, há três anos resolveu voltar à Galiza, na expectativa de conseguir, em período posterior, *arrastar* os filhos, uma vez que tinha mudado de país. Contudo, a lei cubana é para cumprir, pois só permite o regresso de naturais, mas, filhos de espanhóis, impedindo, já, a saída dos respectivos netos, que tenham nascido na ilha. Tem *alguns terrenos* em Bande, que não consegue vender, pelo que vive da pensão concedida pela Segurança Social e dos serviços que presta a um casal com mais de noventa anos.

⁷⁴⁵ - Encontrámos residentes no Lindoso, Entre Ambos-os-Rios, Ermelo, Soajo e Castro Laboreiro que nos nomearam vizinhos da geração dos avós, que tinham trabalhado na *América*, isto é, nos Estados Unidos da América.

⁷⁴⁶ - Ainda no séc. XXI o limiano de raia luso distingue o emigrante *que trabalha na América*, daquele que *se encontra no Canadá*. Por curiosidade, não esquecemos, logo nos primeiros contactos que encetámos no Lindoso, a nossa confusão, quando, por exemplo, nos referiam dois irmãos, em que um, *se encontrava na América*, enquanto o outro *no Canadá*. Depois de pedirmos que nos esclarecessem se a América eram os Estados Unidos Unidos, confirmavam, com um certo ar de admiração, *sim é a América*, porque o outro país é o Canadá.

Sem querermos entrar numa leitura de cariz especulativo entendemos que na memória colectiva permanece o ideário da América forte e rica, por todos ansiada e identificada no início do séc. XXI com os Estados Unidos da América.

⁷⁴⁷ - "(...) Ao regressar ao pátrio lar, dessa vasta América do Norte (...) vejo com infinito desgosto lançado ao mais completo abandono o Soajo (...) os caminhos públicos estão uma lástima, os montes escalvados, sem vegetação alguma, as águas por explorar, as crianças sem as escolas necessárias (...)".

"Desditos da minha Terra" in *Jornal A Concórdia*, Número Especial, 7 de Dezembro de 1930.

⁷⁴⁸ - "Chegado do Brasil, tivemos o prazer de cumprimentar (...)".

A Neve, *Jornal Semanário de Castro Laboreiro*, n.º 2, 18 de Novembro de 1920, p. 3.

Limitámo-nos a evidenciar este jornal, pelo facto de corresponder ao único periódico laborado em Castro Laboreiro. Contudo, o mesmo tipo de notícia encontramos nos periódicos, também da época, mas cuja redacção se encontrava sediada nos Arcos de Valdevez e em Ponte da Barca.

⁷⁴⁹ - *A Neve*, *Jornal Semanário de Castro Laboreiro*, n.º 10, de 21 de Janeiro de 1921, p. 3.

em terras do "sonho dourado"⁷⁵⁰, mas que as leis de 1921 e 1924⁷⁵¹ e a recessão mundial de 1929 pôs, praticamente termo⁷⁵².

A trajetória de vida de um emigrante "americano" com sucesso exigia, além de outro tipo de atitudes, que construísse na *terra* a residência, sempre imponente, não só pela austeridade do granito, mas, principalmente pela grandiosidade da traça a evocar, no caso dos "brasileiros" as mansões em terras de Vera Cruz.

Unidades de edificado que, na primeira década do séc. XXI, se distinguem e não passam despercebidas, por exemplo, no Soajo e no Lindoso, ou, Entre Ambos-os-Rios e em San Xes.

Esvaindo-se o sonho do continente americano, pela evolução política e socioeconómica, e pela retracção geral dos anos vinte, a alternativa passou a ser constituída pelos países europeus do centro, eles próprios, os grandes produtores da emigração transatlântica, até 1930.

A primeira oportunidade surgiu com a I Guerra Mundial, que possibilitou a partida para a França e Inglaterra de operários portugueses para assegurarem tarefas na retaguarda produtiva, constituindo-se, assim, o "primeiro ensaio" da emigração intraeuropeia.

Em Castro Laboreiro, espontaneamente nos referiram que, mesmo antes da I Guerra Mundial, precisamente, na primeira década do séc. XX, elementos das gerações mais velhas trabalharam em França. Se a grande maioria, com a eclosão do período bélico, regressou à terra natal, houve castrejos que permaneceram e combateram integrados nas tropas francesas⁷⁵³.

⁷⁵⁰ - "(...) Foi na América do Norte aonde durante três anos trabalaste, nas grandes fábricas de armas e canhões e aonde manipulaste explosivos de grosso calibre que em França eram disparados com grande êxito pela artilharia aliada contra as trincheiras alemãs, destruindo fortificações e aniquilando exércitos. A minha viagem era mais curta mas também gloriosa. Era de Valença donde regressava. Foi ali onde deixei o meu equipamento de soldado (...)"

"Coisas Passadas" in *A Neve*, Jornal Semanário de Castro Laboreiro, nº 4, 2 de Dezembro de 1920, p. 4.

⁷⁵¹ - Com a independência dos Estados Unidos da América, em 1776, a sociedade americana, desde logo, foi confrontada com um conjunto de desafios (assegurar a sobrevivência política através do crescimento demográfico diminuindo, assim, o perigo de uma possível tentativa de reconquista por parte do Reino Unido, maximizar a força de trabalho nacional e o povoamento de várias regiões para promover o desenvolvimento económico), que justificaram a necessidade de atrair e intensificar a entrada de mão-de-obra, nomeadamente europeia, razões suficientes para que um corpo de leis fosse gradualmente legislado, de acordo com as necessidades e motivações dos momentos.

Deste modo, a lei de 19 de Junho de 1921 estabelece o primeiro sistema de quotas (o número máximo de imigrantes portugueses a entrar no ano fiscal de 1921-22 seria de 2 520 pessoas). Contudo, foi considerado que a lei era, mesmo assim, incapaz de sustentar o fluxo sul e leste europeu, razões que justificam a lei de 1924 (permite a entrada de 503 lusos), pelo que o volume de fluxo migratório português ficou reduzido aos níveis que tivera antes de 1870, isto é, algumas centenas de imigrantes por ano. De facto, as leis de 1921 e 1924 foram devastadoras para a emigração portuguesa nos Estados Unidos, restrições que se manterão até 1965.

Baganha, Maria Ioannis B., 1993, "Interesses Colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração, 1776-1927" in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, (Séculos XIX e XX)*, Ed. Fragmentos, Lda., Algés, pp. 28-40.

⁷⁵² - "(...) Através dos séculos o Soajo tem-se modificado (...) deve-se, sem dúvida, à corrente emigratória, presentemente estacionária para o estrangeiro, nomeadamente para a América do Norte, e para diferentes terras do sul do País (...)

Jornal *A Concórdia*, nº 541, de 14 de Dezembro de 1930.

⁷⁵³ - Perante estas informações, lembrámos se a participação dos castrejos na I Guerra Mundial, não seria como elementos integrados no corpo das tropas portuguesas deslocado para o centro da Europa, a que decididamente os nossos interlocutores responderam que não, pois também, *houve os castrejos que estavam cá e foram convocados e obrigados a integrarem o exército nacional.*

Na realidade, no século XX, o êxodo castrejo teria fluído com uma certa intensidade em direcção à Europa, indiferente à época e aos entraves oficiais em vigor⁷⁵⁴.

É um facto que nos períodos de paz europeus da primeira metade do séc. XX, muitos castrejos trabalharam em França, constituindo mais de uma dezena aqueles que se encontravam em terras gaulesas, quando eclodiu a II Guerra Mundial, que motivou, com excepção de um castrejo, o seu regresso, para voltarem em 1947/48⁷⁵⁵, mas, fazendo-se acompanhar de outros vizinhos e familiares.

Enquanto os castrejos se distribuíam pela Europa, as outras populações lusas, que estudamos, no mesmo período dirigiam-se, maioritariamente para Lisboa, seguindo os passos das gerações precedentes, que o fizeram com impacto e sistematicidade, pelo menos, desde o séc. XIX⁷⁵⁶.

Eram os *lisboanos*, cuja alcunha, por vezes, adquiria o "estatuto" de apelido⁷⁵⁷. Partiam muito jovens, por princípio com idades compreendidas entre os 10, 11 a 14 anos para desempenharem todo o tipo de trabalho indiferenciado e associado ao *paquete*, o mocinho de recados, que trabalhava nas explorações agrícolas da área saloia lisboeta, na distribuição do pão e entrega de qualquer tipo de mercadorias associadas às tradicionais mercearias e casas de comércio a retalho⁷⁵⁸.

No Soajo, orgulhosamente e de modo espontâneo, recordam o estatuto de padeiro, que o soajeiro "conquistou", já, no século XIX, pela qualidade do pão, a *boroa* caseira, que conseguia fabricar.

Não esqueçamos, que no séc. XIX e nos centros urbanos, como Lisboa e núcleos vizinhos, estar-se-ia numa fase de transição do fabrico do pão de modo artesanal para o fabrico mecânico, a produção em grande escala.

Primeira metade do século XX, que não foi risonha, em termos económicos, para as comunidades em estudo, quando recordamos a quebra drástica dos fluxos transatlânticos,

⁷⁵⁴ - "(...) se encontram detidos em parte incerta do país vizinho, muitos portugueses, constando-se alguns naturais desta freguesia, à ordem do governo português e por causa das leis portuguesas sobre a Emigração. Estranhámos que tal aconteça, pois todos precisam de ganhar com que viver e o Governo não lhe concede aqui na sua Pátria, o trabalho que vão procurar entre estranhos (...)".

"Emigração" in *A Neve*, Jornal Semanário de Castro Laboreiro, nº 3, 25 de Novembro de 1920, p. 2.

⁷⁵⁵ - Informações, que recolhemos em 2000, mas que não contabilizámos pela impossibilidade em conseguirmos uma sistematicidade junto dos filhos desses mesmos emigrantes e, actualmente, no grupo das cinquenta primaveras.

⁷⁵⁶ - Recordámos as referências, que encontrámos nos registos de óbitos do Lindoso, que demonstram a importância do movimento em relação a Lisboa, já, no século XVIII, mas, há a não esquecer a atracção exercida pelo Brasil, muito importante até aos finais dos anos vinte do século passado.

⁷⁵⁷ - Encontrámos um registo de baptizado de um neófito em que os pais eram naturais do lugar de Tibo, freguesia da Gavieira, de 3-4-1867, em que o pai e o avô paterno tinha o apelido de *Lisboano*, respectivamente, José Joaquim Rodrigues Lisboano e Manuel José Rorigues Lisboano.

Livro 1 de Registo de Baptizados da freguesia da Gavieira, de 1738-1867, Arquivo Distrital de Viana do Castelo, Viana do Castelo.

⁷⁵⁸ - Ainda recordamos no Lindoso, em Ermelo e Entre Ambos-os-Rios, os residentes que nos diziam, os *rapazinhos iam para Lisboa e sujeitavam-se a tudo, desde o trabalho nas estrebarias e vacarias nos arredores de Lisboa, aos recados dos patrões, donos de padarias, tascas e mercearias, ou drogarias e outras casas de comércio.*

mercê da crise económica mundial de 1929, a Guerra Civil Espanhola de 1933-1936, a II Guerra Mundial, ao que se acrescenta as dificuldades, que foram muito grandes, inerentes às políticas de florestação dos explorações silvícolas em comum, quer na área galega, quer na área lusa, e das quais resultou a redução drástica das áreas destinadas às pastagens em comum.

Enquanto a maioria dos limianos lusos recorria à oferta de emprego que Lisboa e área envolvente lhes ofereciam, os galegos, nos anos quarenta, eram dinamizados por novos centros de atracção, primeiro a Venezuela, de imediato, a França, a exemplo do que acontecia com os castrejos, relativamente ao país europeu. Contudo, só a partir dos finais da década de cinquenta o movimento em direcção a França se estendeu, com expressividade, a toda a comunidade limiana lusa em estudo.

O êxodo galego com maior intensidade em direcção à Venezuela⁷⁵⁹ coincidiu com o período em que se iniciou a atracção pela França. Embora o câmbio fosse, de igual modo, muito favorável, a distância que separava os dois países europeus era bem mais reduzida, o que justifica o "desinteresse tão rápido"⁷⁶⁰ dos galegos pelo mercado de trabalho transatlântico. Além disso, outros pólos fomentadores de emprego emergiam em Espanha, precisamente as cinturas de Barcelona e Madrid, em início de industrialização, o que justifica, na primeira década do séc. XXI, a dimensão da bolsa de população galega limiana naquelas áreas metropolitanas, principalmente, na de Barcelona.

Apesar de os centros urbanos europeus, na década de cinquenta, terem apresentado condições mais atraentes para a mão-de-obra em estudo, ainda residem no país latino-americano, a Venezuela, muitos milhares de galegos, os actores do êxodo das década de quarenta/cinquenta, com idade avançada, a que se junta a geração descendente, já, de naturalidade venezuelana, mas, em que a grande maioria vive, actualmente, em condições muito penosas. Embora a Xunta da Galicia disponibilize viagens de regresso gratuitas e uma

⁷⁵⁹ - Justificava-se o êxodo para a Venezuela em virtude do câmbio ser muito favorável e a população trabalhar, primordialmente, na construção civil e na restauração.

⁷⁶⁰ - Se o *boom* do surto emigratório para a Venezuela se verificou, de facto, nos finais dos anos quarenta, o movimento, nos dois sentidos e entre ambos os países, perdurou nas décadas seguintes, em virtude não só da chegada de familiares, nomeadamente a família nuclear, quando o pai estava a ser alvo de sucesso, como das visitas frequentes que, então, faziam ao torrão natal.

Não resistimos em mencionar fragmentos de viagens efectuadas pelos nossos interlocutores, que, espontaneamente, se apressaram a destacar a eficiência e os preços baixos das transportadoras portuguesas, para a Venezuela, quer a aérea, quer as marítimas.

Até 1960 a viagem tinha que se fazer por barco, pois, apenas, nesse ano, surgiu a possibilidade do avião, dando-se o embarque em Vigo. Se para todas as companhias espanholas de navegação a viagem tinha a duração de 14 dias, com horários totalmente descontrolados, os barcos portugueses, *o Srª Maria* e *o Vera Cruz*, apenas, levavam oito dias, além de os horários serem, sempre, cumpridos. As viagens de barco terminaram em 1966.

A partir de 1960 passou, a maioria dos galegos a levantar voo no, então, aeroporto de Pedras Rubras, pois a T.A.P. fazia os preços mais baixos, além de pôr um autocarro que "recolhia" os passageiros pelas diversas aldeias galegas.

Tornava-se mais caro e era menos confortável *pegar o avião em Santiago*, comentava, com um ar muito compenetrado e sério, um dos nossos interlocutores, um simpático octogenário, que residia, em 2003, na Pereira, garantindo-nos que, ainda, no séc. XXI, a T.A.P. era a companhia transportadora preferida pelos emigrantes na Venezuela, quando vinham de férias, pois, continuava a compensar a deslocação ao aeroporto de Sá Carneiro.

pensão de sobrevivência, apenas, um grupo reduzido usufruiu semelhantes concessões, em virtude de não ter casa, família, nem amigos⁷⁶¹.

Situações de vida confirmadas pela opinião generalizada dos residentes, que questionámos, sobre a comunidade que se encontra, há longas décadas, na Venezuela e cuja opinião foi unânime nas dificuldades de sobrevivência, para uma grande maioria, não só no continente americano, como, caso regressassem, na Galiza, apesar das condições que lhes são proporcionadas, em virtude do desenraizamento ser total.

São bem diferentes as histórias de vida daqueles que na década de cinquenta optaram pelo mercado de trabalho europeu.

Residirá em França e na primeira década do século XXI um efectivo galego, relativamente reduzido⁷⁶², em virtude da grande maioria já ter regressado, ou, porque trabalhou os anos suficientes, que lhe permitiram a reforma, ou, porque entenderam ser-lhes mais favorável usufruir dos programas de apoio ao retorno implementados a partir da década de setenta do séc. XX.

Encontram-se no primeiro caso, os mais idosos, aqueles que saíram na década de cinquenta, que trabalharam o período de tempo exigido na obtenção da reforma completa⁷⁶³, enquanto no segundo "grupo" se enquadram os trabalhadores, que partiram mais tarde, quase sempre com um período de trabalho não superior a doze anos, que regressaram, predominantemente, na década de oitenta.

Ex-emigrantes que fizeram opções de residência similares, ou seja, residem em Ourense e passam todos os fins-de-semana na aldeia que os viu nascer.

Enquanto os mais velhos usufruem a pensão de reforma que, justamente lhes é devida, os mais jovens, em plena idade activa, conseguiram um emprego, quase sempre nos serviços, sediados em Ourense⁷⁶⁴, em menor número em Pontevedra e em Vigo⁷⁶⁵, tendo em comum a "particularidade" de não "esquecerem" os fins-de-semana na casa da aldeia, construída de novo, ou totalmente renovada.

⁷⁶¹ - Tivemos oportunidade de falar em Grou (San Mamede) com uma viúva regressada, com mais de setenta anos de idade, de semblante triste e preocupado, cuja sobrevivência dependia da pensão da Segurança Social e de uns primos que lhe disponibilizaram a casa em que residia. Estava preocupada com os dois filhos e netos, que estariam a passar grandes dificuldades e ansiosos pela Galiza. Contudo, era muito difícil, para não dizer impossível o regresso, pois não tinham casa e o emprego dificilmente o conseguiriam, uma vez que a idade era próxima dos cinquenta anos de idade.

⁷⁶² - Efectivo essencialmente constituído por filhos de ex-emigrantes e trabalhadores numa situação de pré-reforma.

⁷⁶³ - Por exemplo, um casal de San Xes, que residiu quarenta e dois anos em França, construíram residência no concelho de Entrimo, mantendo-se os filhos em plena idade activa, no país em que nasceram.

⁷⁶⁴ - Tivemos oportunidade de falar, num dos sábados do Verão de 2003, em Parada do Monte, com um motorista, que trabalhou em França entre 1972 e 1978, como operário. Nessa data regressou, conseguiu emprego em Ourense, enquanto a mulher era empregada de limpeza em casas particulares. Se reside em Ourense, todos os fins-de-semana vem cuidar da casa que construiu, por curiosidade, num sítio do qual se vislumbra uma bela paisagem, que tem como plano de fundo, embora, muito distante, a barragem do Alto do Lindoso. A propósito, conhecia muito bem o norte de Portugal, pois a profissão exigia-lhe deslocações muito frequentes a Viseu e à Guarda, na distribuição de rações para animais.

⁷⁶⁵ - A Citroen instalou uma fábrica de montagem de automóveis, captando mão-de-obra na área em estudo.

Comportamento muito semelhante tiveram aqueles que optaram por Barcelona. Para Barcelona, verificou-se dois períodos de êxodo intenso, respectivamente, nas décadas de cinquenta e de oitenta. Os intervenientes no êxodo dos anos cinquenta já se encontram reformados, residem, maioritariamente em Ourense, têm casa neste Lima raiano, onde vêm passar, religiosamente, os fins-de-semana e parte da época de Verão, enquanto os mais jovens, que partiram mais tarde, e se encontram em plena fase de trabalho, vêm, a exemplo dos emigrantes em França, apenas, passar o mês de férias de Verão⁷⁶⁶.

Embora não tenhamos efectuado um levantamento sistemático e quantitativo, pois o período que nos foi estipulado para a realização deste trabalho não se compadece com o tempo necessário para uma pesquisa tão vasta, tivemos a preocupação em conhecer, na globalidade, os espaços de residência dos naturais galegos distribuídos pelo exterior⁷⁶⁷.

Pelas numerosas conversas que encetamos, quer com residentes em Ourense, Vigo e, mesmo, Madrid⁷⁶⁸, estes em férias de Verão, quer com os habitantes da área em estudo, ficamos cientes que, na primeira década do séc. XXI, Ourense funciona como um dos pólos importantes de fixação dos naturais de este Lima raiano galego, tanto para os reformados e para o elevado número de activos, nomeadamente os ex-emigrantes da França, que regressaram em plena idade laboral, como para os mais jovens que nunca emigraram e cujos progenitores optaram por residir na terra que os viu nascer.

Uma outra dilação que retirámos, permite-nos inferir que maioritariamente a comunidade galega em estudo se encontra distribuída pela Venezuela, França, Barcelona e com um "certo peso" em Ourense⁷⁶⁹.

⁷⁶⁶ - Tivemos a oportunidade de falar com bastantes limianos, que residem em Ourense, uns já reformados, que trabalharam, quer em França, quer em Barcelona, outros em plena fase de vida activa, que a iniciaram em França, mas, passados uns dez a doze anos regressaram, para continuarem a trabalhar em Ourense e, casos mais raros, em Pontevedra, que têm em comum, independentemente da posição social, o comportamento do fim-de-semana, isto é, todos os fins de tarde das sextas feiras chegam à aldeia para partirem no domingo após o almoço.

⁷⁶⁷ - Entendemos que a "distribuição" dos descendentes directos de um casal residente em Taboazas, no Verão de 2003, constitui um bom exemplo da realidade da área em estudo. Assim, os sete filhos do casal dispersaram-se pela Venezuela (dois, comerciantes), pelo Porriño, (um, operário numa empresa de frangos), por Barcelona (um, operário), e por Ourense (as três filhas). Destas, uma casada e empregada de limpeza em três casas particulares, as duas, solteiras, em que uma trabalhava numa loja de confecção e a outra numa empresa, ou melhor, armazém de pronto a vestir.

⁷⁶⁸ - Contactámos com residentes em Madrid e em período de férias, cujo efectivo não será significativo no universo da população em estudo. Integram-se num estrato social em que predominam os licenciados, nomeadamente médicos, advogados e detêm na aldeia, as casas com uma traça de antiguidade e "imponência", bem reveladora do estatuto social, que os proprietários, em décadas passadas, deteriam na aldeia.

⁷⁶⁹ - Limitámo-nos a apresentar alguns exemplos, embora tenhamos questionado residentes em todas as aldeias em estudo, o que nos permitiu tirar as dilações apresentadas no corpo do texto.

Assim, na aldeia de *Sabariz*, no Verão de 2003, existiam 22 fogos, com 21 habitantes, todos com familiares a trabalhar e a residir em Ourense.

Em *Caballeiros*, no mesmo ano de 2003, existiam sete fogos com catorze habitantes, todos com familiares distribuídos pela Venezuela, Barcelona, França e Ourense.

A mesma situação em *Facós*, com a grande maioria dos naturais distribuídos pela França (o menor número), por Barcelona (em muito maior número relativamente à França), mas, mesmo muitos residentes em Ourense (estiveram na França, residem em Ourense, mas, passam, sempre, na aldeia os fins-de-semana), além dos poucos residentes na Suíça.

Situação similar em *Queguas*. Quem emigrou para França, ou, está reformado e vive em Ourense, ou, está à espera do tempo da reforma, ou, vieram trabalhar para Ourense. No Verão de 2003, existiam pessoas a residir em França, Barcelona, Ourense (o maior número) e Suíça (número reduzido).

Um outro aspecto, em nosso entender, muito importante e revelador do potencial económico da Galiza, diz respeito ao facto de os "menores de trinta anos", quando iniciaram o período activo não sentiram a necessidade em emigrar, nem em se deslocarem para Barcelona, ou, Madrid e, mesmo, para Bilbao, pois o mercado de trabalho à escala regional, já, era atractivo, quer em Ourense, quer em Pontevedra, nas novas cinturas industriais dos núcleos urbanos, como Vigo e Porriño, por exemplo.

Recordamos, que o mercado de trabalho de Barcelona, na primeira década do séc. XXI, está mais "vocacionado" para aqueles limianos galegos de raia, que encetaram o período de trabalho há uns vinte a vinte e cinco anos, época em que a Galiza, nomeadamente o litoral, ainda não tinha iniciado o surto industrial, entendendo-se, por estes motivos, o ritmo veloz da decadência do fenómeno migratório.

Assim, nos dias de hoje, distinguem-se os naturais galegos de este Lima raiano em grande número a trabalharem em Ourense, ou nas áreas indústrias do litoral como Pontevedra, Porriño e Vigo, que passam todos os fins-de-semana na casa reconstruída na aldeia natal.

As mulheres em idade activa trabalham predominantemente na cidade de Ourense no sector das limpezas, a exemplo do que acontecia em França na segunda metade do séc. XX, enquanto as mais jovens, com um maior nível de escolaridade obrigatória e com cursos de formação específica, ou talvez melhor, profissionalizante, se colocam nos Lares da Terceira Idade, Infantários e Escolas, sem esquecer o comércio, nomeadamente nas "novas" lojas de pronto a vestir, que consideram de luxo.

Nos homens em idade activa destacam-se os residentes em Ourense, que, ou, são motoristas de camiões de distribuição de mercadorias, que, frequentemente circulam em Portugal⁷⁷⁰, ou, pequenos proprietários de bares, actividades distintas das que exerciam, quer em França, na Venezuela, ou em Barcelona, operários da construção civil e empregados na restauração, sem esquecer os operários nas fábricas de Pontevedra e Porriño.

Independentemente do local onde trabalham o comportamento destes limianos é muito similar perante a aldeia que os viu nascer. Enquanto os residentes em Barcelona e na Europa do Centro, todos os anos passam o mês de férias de Verão na casa que construíram, o símbolo

Olelas não se afasta da "moda" com naturais a residirem, respectivamente, na França, Andorra, Suíça, Ourense (o maior número), Vigo e Barcelona.

Em *Vencéans* se muitos naturais emigraram para França, em 2003, a grande maioria estava reformada e vivia em Ourense, limitando-se a um grupo muito reduzido os residentes em terras gaulesas, a que se acrescentavam os residentes em ndorra, Vigo, Barcelona (menos gente que em Ourense).

Salientamos o facto de no Verão de 2003 se encontrar uma família a passar férias, que, já, há muitos anos residia no Brasil.

Na *Pereira* se a grande maioria dos naturais foram emigrantes em França, em 2003, já, tinham regressado, ou, na situação de reformados, ou, em idade activa e residiam, predominateente, em Ourense. Contudo, os mais novos tinham optado por Vigo, Barcelona, além de um pequeno grupo permanecer, ainda, em França.

⁷⁷⁰ - Conhecemos motoristas, que, a exemplo de todos os naturais que trabalhavam na Galiza, passavam todos os fins-de-semana na casa da aldeia, distribuíam, semanalmente mercadorias em Portugal, deslocando-se até Lisboa, ou, pelo interior centro até Viseu e a Guarda.

da "nova" posição económica, os residentes na Galiza, maioritariamente em Ourense, todas a sextas-feiras chegam ao fim da tarde, para ocuparem o sábado no tratamento do quintal, no arranjo do pequeno jardim e da casa, também, o orgulho máximo da ascensão social, enquanto se convive com os vizinhos, de igual modo, ausentes durante a semana, e se recuperam energias, para no domingo, à tarde se regressar à cidade.

Na realidade, a paisagem adquire uma fisionomia e movimento totalmente diferentes durante o fim-de-semana. Janelas abertas, automóveis na berma da estrada, pessoas a "tagarelar" nas ruelas, a mondar e a regar o quintal, o ruído esporádico do berbequim, que ecoa pela porta entreaberta, o murmúrio da água que corre na *levada* a caminho das *verduras*, os cafés animados pelos grupos que conversam e jogam as damas, contrastam com as casas bem fechadas, a solidão e o silêncio dos cinco dias úteis, que o ancião sentado na berma da estrada, ou, à porta de casa, de modo nenhum pode quebrar.

Ambiente de solidão e silêncio caracterizam, também, as aldeias lusas nos longos meses em que o dia natural é diminuto e o sol se torna incapaz de chamar à berma da estrada o casal de anciãos, que em redor de troncos fortes, embora vencidos pela força cortante da máquina bem afiada, emanam a chama aquecedora dos membros entorpecidos e a cinza que matiza e se confunde com as recordações daqueles que um dia partiram, longe labutam, enquanto aguardam pelo dia em que hão-de voltar, mas que o casal não sabe se consegue esperar.

Quadro social e territorial que, se por um lado justifica, em 2001, o predomínio dos alojamentos com uma ocupação sazonal em muitas aldeias, principalmente nas portuguesas, (Fig. 17, p. 187), por outro, reflecte a mobilidade registada na segunda metade do séc. XX.

Diremos que a década de cinquenta do século passado fica assinalada na história da emigração ibérica, como a década da viragem, isto é, os espaços secularmente tradicionais de acolhimento de mão-de-obra, os do continente americano, ao que se acresce, no caso de Portugal, os territórios da África colonial, são preteridos a favor de uma Europa do Centro, principalmente a França, cuja situação económica fez eclodir uma saída massiva de trabalhadores ibéricos.

Em função dos objectivos que nos propusemos atingir com a realização desta investigação e já devidamente explicitados, ao debruçarmo-nos, com um certo grau de minúcia, sobre a realidade das aldeias lusas em estudo, não é difícil constatar, o forte grau de atracção que a França, desde logo, exerceu sobre a comunidade em estudo. (Figs. 93 e 94).

De facto, a França é o país que mais se envolve na história de vida de todos os naturais, independentemente do sexo, quer residam nas diferentes aldeias em estudo, quer se encontrem radicalizados no país que, por princípio, lhes criou as maiores expectativas numa vida com qualidade.

Salientamos no continente americano o Canadá e os Estados Unidos, que a partir da década de sessenta⁷⁷¹, receberam contingentes com certa intensidade, principalmente os naturais das aldeias do Soajo, Lindoso (em que se salienta o Canadá), Britelo, Entre Ambos-os-Rios, principalmente as aldeias da Igreja e Tamente.

Se o êxodo para Lisboa e área envolvente teve nos meados do século passado uma redução drástica, a capital portuguesa conseguiu, apesar de tudo, atrair um efectivo de naturais limianos e de raia, relativamente significativo, que se distribuiu entre os que regressaram com carácter definitivo à aldeia da naturalidade, e aqueles que acreditaram nos horizontes de vida que a cidade lhes proporciona.

Há a distinguir Castro Laboreiro, cujos naturais, de facto, sempre estiveram voltados para a Europa, nomeadamente a França nas décadas de cinquenta e sessenta, e mais tarde, para a Suíça e Andorra.

É significativo o volume dos limianos lusos que têm um período de residência, nos diferentes países, superior a dez e vinte anos, independentemente de, em 2000, já, terem optado, ou não, por regressarem à aldeia de origem. (Figs. 95 e 96)

Contudo, há a distinguir a estadia com uma duração inferior a dez anos, (Fig. 95) para aqueles que habitaram "outros países", em que se inclui Andorra, Suíça e Austrália.

Também, aqueles limianos, que residem em "outros espaços" (Fig. 96) distribuem-se, por Braga (cidade de opção dos castrejos), pela sede dos três concelhos (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Melgaço), centros privilegiados de residência e trabalho no todo nacional (com excepção de Lisboa), pela Suíça e Andorra, os países que entraram na senda da emigração limiana, principalmente a partir da década de oitenta.

Os anos oitenta e noventa⁷⁷² evidenciam-se, também, pela intensificação dos fluxos em direcção a outros países europeus, precisamente a Suíça e Andorra, embora, em situações de precariedade legal e económica, por períodos limitados, cuja autorização temporária de trabalho podia variar entre os três, seis, ou nove meses por ano.

⁷⁷¹ - Recordamos que a fase mais restricionista da política de imigração dos Estados Unidos terminou em 1965.

⁷⁷² - Lembramos que o fluxo de retorno significativo dos emigrantes limianos se verificou ao longo de todo este período.

Fig. 93 – Lima raiano luso: Locais de trabalho dos residentes nos diferentes lugares segundo a frequência e o género, em 2000

Fig. 94 – Lima raiano luso: Espaços de residência dos naturais ausentes segundo a frequência e o sexo, por lugar de naturalidade, em 2000

Fig. 95 – Lima raiano luso: Períodos de estadia dos residentes segundo os diferentes locais de trabalho e género, por lugar, em 2000

Fig. 96 – Lima raiano luso: Períodos de estadia dos audentes nos espaços de residência e trabalho, por lugar de naturalidade, em 2000

Também nestes países, Andorra e Suíça, ao fluxo de indivíduos activos, com carácter sazonal e que se repete durante o tempo necessário para se conseguir a autorização de residência com carácter definitivo, segue-se, quase sempre, a reunião familiar, a exemplo do que aconteceu nas décadas de oitenta, por exemplo, na França.

Mas, a trajectória do limiano migrante, que estudamos, é normal "incluir" vários espaços de estadia, ou melhor, de trabalho, por vezes, até a "repetição", de lugares⁷⁷³ (Figs. 97,98, 99 e 100)⁷⁷⁴.

Se para a grande maioria dos naturais, independentemente de residirem na aldeia da naturalidade, ou no lugar escolhido para trabalhar, optam, apenas por um lugar, é frequente e, até, considerado normal, terem experiência de vida em duas localidades, em vários casos, três e quatro espaços que se podem distribuir, ou não, pelo mesmo continente.

Torna-se inquestionável o facto de a França corresponder ao espaço que maior atracção exerceu sobre limiano luso em estudo, quer como primeira e única opção, quer para, em casos esporádicos, ser preterida a "favor" dos Estados Unidos e Canadá.

Salientamos, contudo, o exemplo dos limianos lusos, em 2000, quase todos, já, idosos, que foram, ainda muito jovens, envolvidos pelo fluxo, na época considerado "normal", em direcção a Lisboa, para, em curto espaço de tempo, "sentirem" o envolvimento da França na ciclo das próprias vidas.

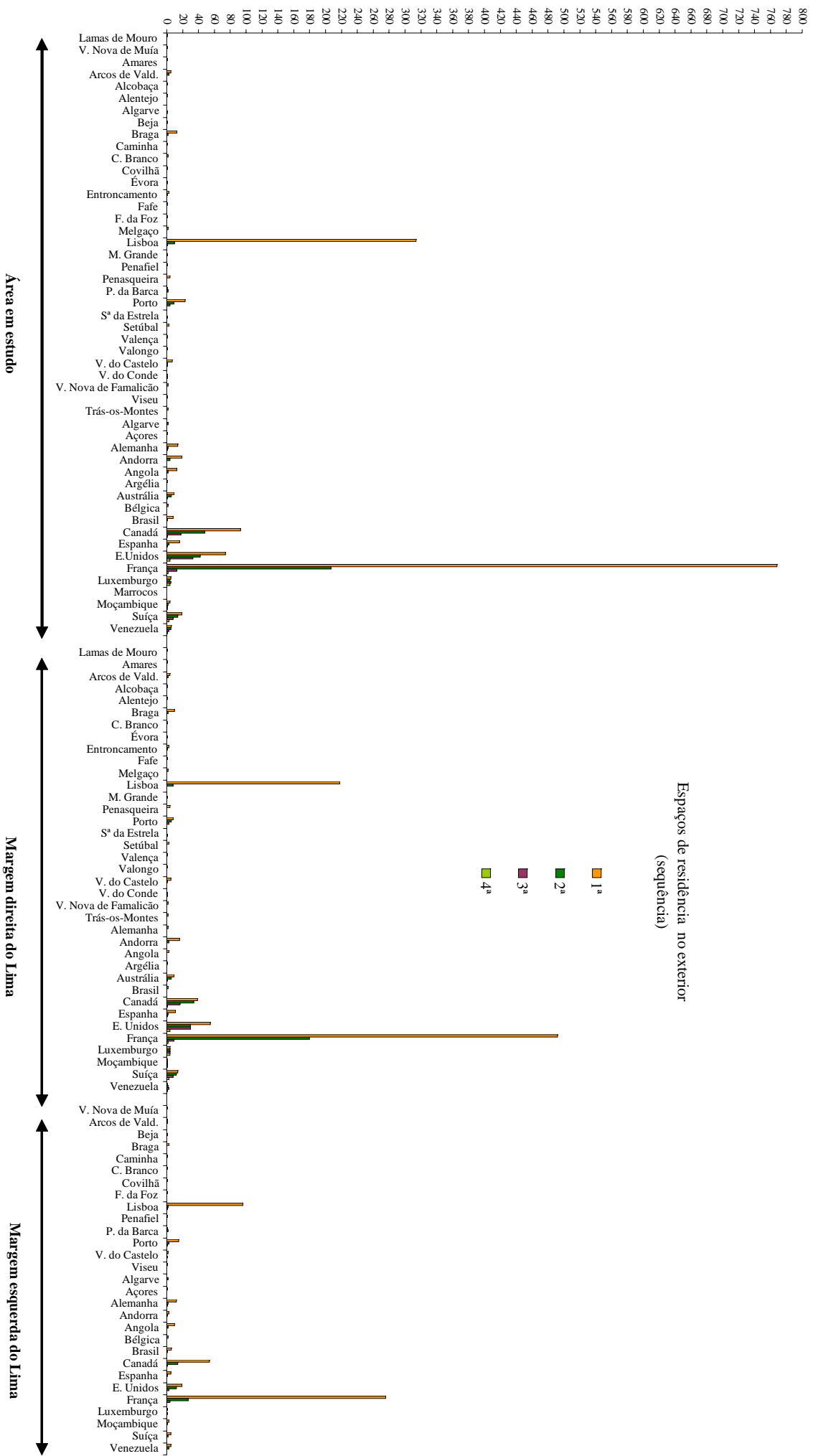
Nos limianos lusos há a evidenciar aqueles, que, após um percurso no estrangeiro, residem em território nacional, que não corresponde à aldeia da naturalidade, pelo simples facto de a terem preterido a "favor" de centros urbanos, nomeadamente a sede do respectivo concelho, esporadicamente o Porto, ou, Viana do Castelo, mas, principalmente a cidade de Braga.

Nos residentes no estrangeiro, evidenciam-se, como é lógico, o grupo etário em idade activa, nomeadamente as idades compreendidas entre os vinte e trinta e nove anos, "remetendo-se" os maiores de sessenta anos, para um reduzido efectivo, simplesmente explicado, ou, por que estão na pré-reforma, a aguardarem os sessenta e cinco anos para

⁷⁷³ - Considerámos uma "segunda" estadia, relativamente ao mesmo espaço de residência, quando se decidiu voltar num período superior a cinco anos.

⁷⁷⁴ - Optámos por inserir no texto principal as aldeias das freguesias do Soajo e de Entre Ambos-os-Rios, pois entendemos que correspondem a dois exemplos significativos da realidade lusa em estudo. Para não tornar a leitura "pesada" e de certo modo "aborrecida", remetemos para os Anexos as representações gráficas das restantes aldeias, permitindo, assim, a mesma leitura de pormenor, nos momentos em que as problemáticas levantadas o justifiquem.

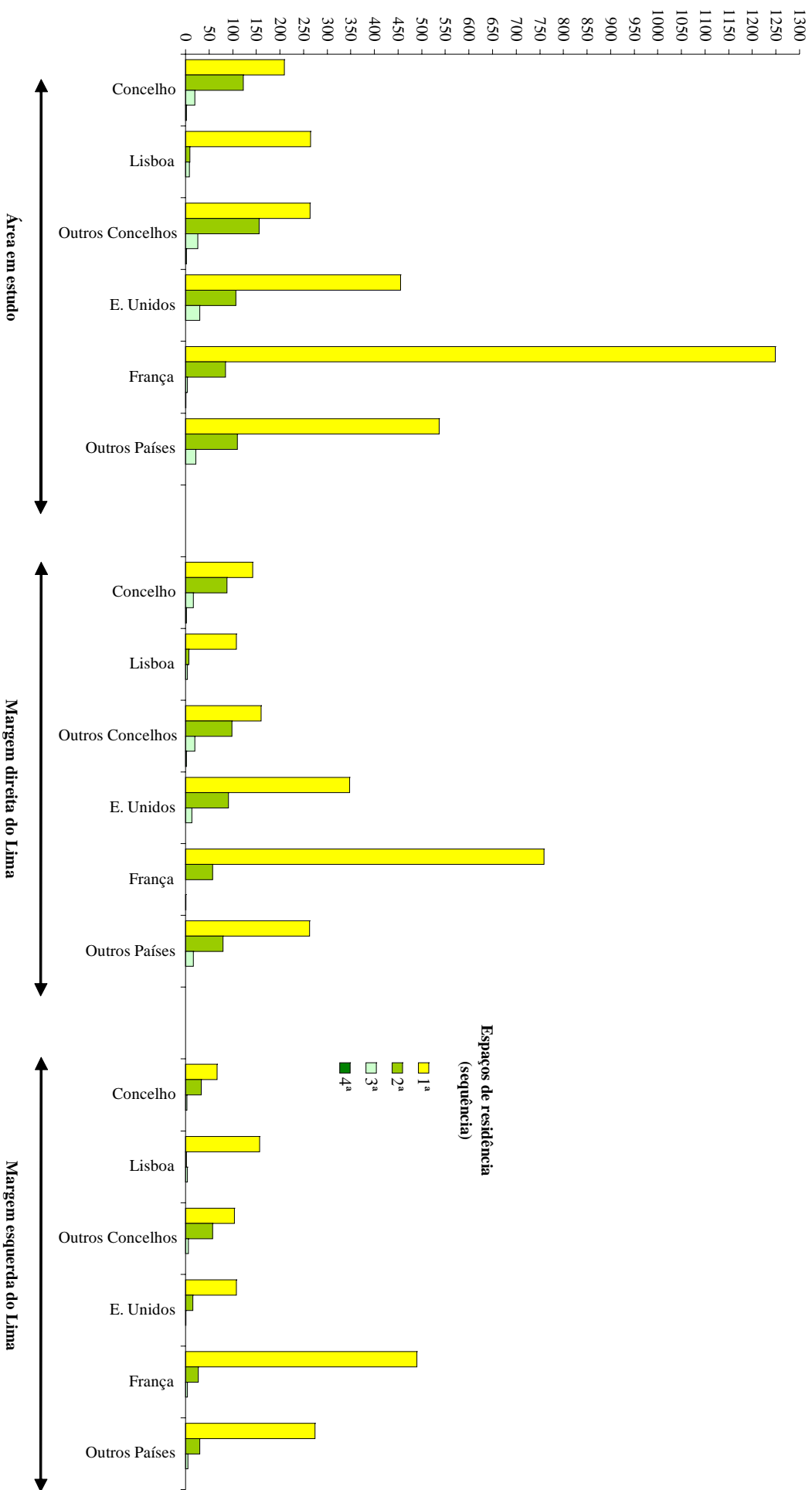
Residentes
(n^o)



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

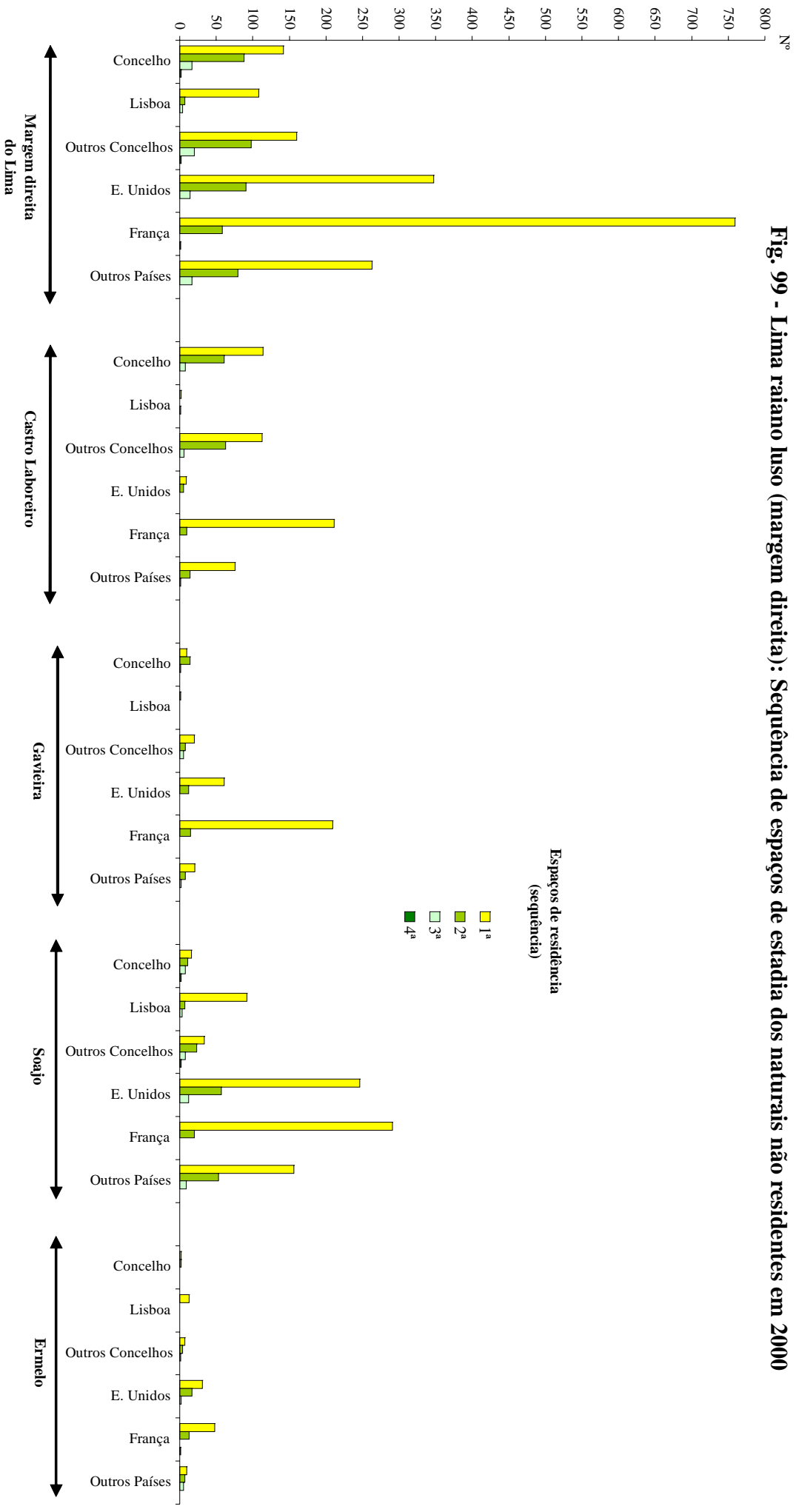
Naturais não residentes (n^o)

Fig. 98 - Lima raiano luso: Sequência de espaços de residência dos naturais não residentes em 2000



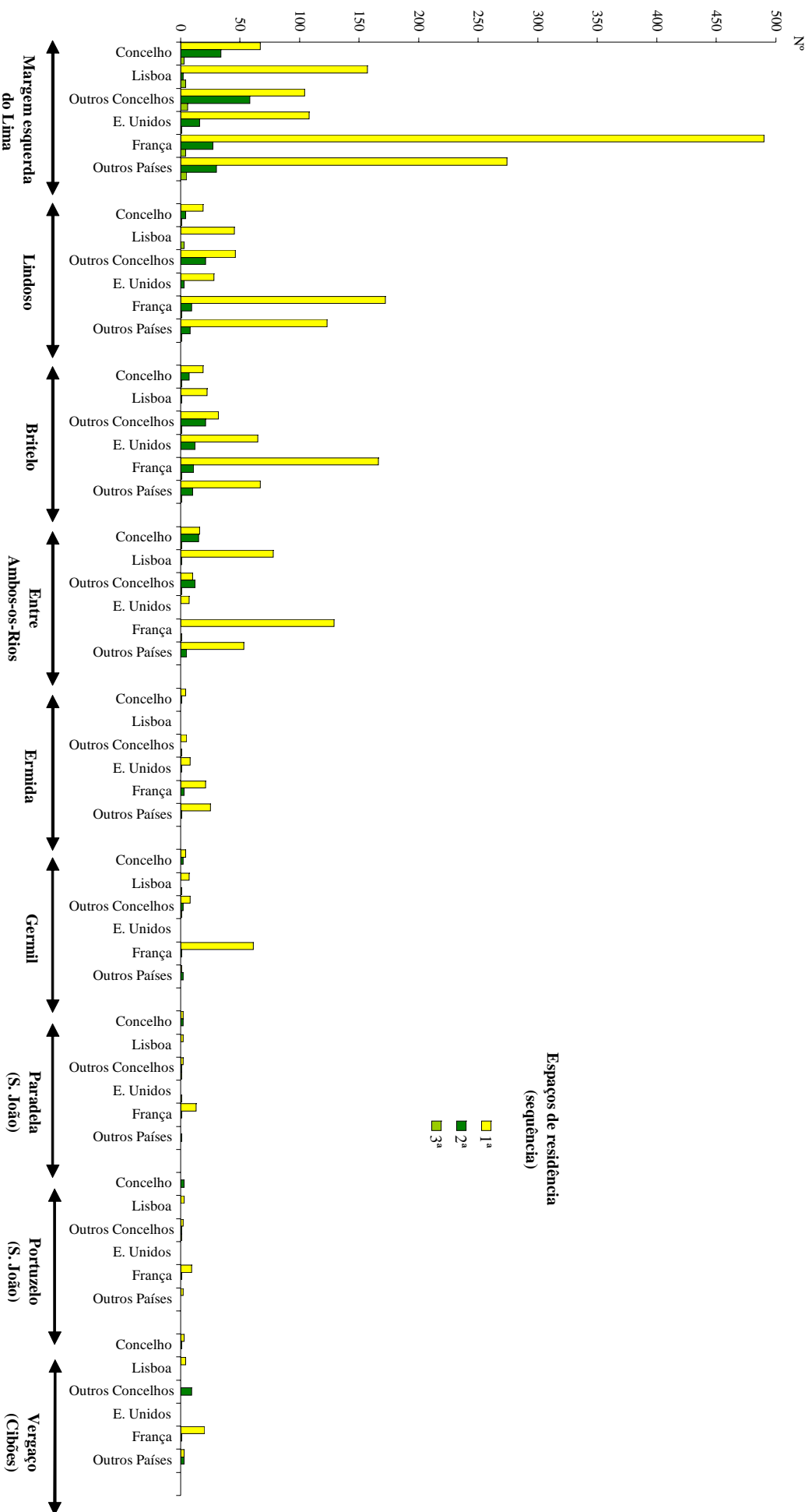
Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Junho e Novembro de 2000.

Fig. 99 - Lima rajano luso (margem direita): Sequência de espaços de estadia dos naturais não residentes em 2000



Fonte: Levantamento efetuado pela autora de Julho a Novembro de 2000.

Fig. 100 - Lima raiano luso (margem esquerda): Sequência de espaços de estadia dos naturais não residentes em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora entre Julho e Novembro de 2000.

regressarem, com carácter definitivo, ou, simplesmente, decidiram permanecer, pois as famílias, mesmo as alargadas, se encontram radicadas e bem integradas na sociedade que acolheu os respectivo "patriarcas", simpáticos e bem dispostos anciãos, em 2000.

Esta decisão não os impede de todos os anos revisitarem a aldeia, abraçar os amigos e familiares, dar uma atenção especial à residência e ao quintal, em suma, conseguirem energias novas numa *serra*, de que eles tanto gostam, mas que se tornou incapaz de lhes proporcionar o nível de vida que, sempre, ambicionaram⁷⁷⁵.

Um aspecto curioso que, de imediato, nos chamou a atenção foi o facto de as habitações, mesmo aquelas que, apenas são ocupadas durante o mês de Verão, apresentarem, independentemente da época do ano, um "aspecto" de habitabilidade, porque o quintal e o jardim se encontram devidamente tratados, os vasos verdejantes a ornamentarem as varandas e escadas principais.

Há o "bom costume" de os vizinhos, familiares, ou, não, cuidarem do arranjo e manutenção da casa e quintal, num acto de solidariedade e de boa vizinhança, perante aqueles que se mantêm em terras mais ou menos distantes.

Vizinhos com histórias de vida passadas no exterior, que um dia decidiram regressar, e justificavam, em 2000, a evidência do grupo etário superior aos sessenta anos de idade (Figs. 49 e 50, pp. 299 e 301).

Mas, são os activos com idades entre os quarenta e sessenta anos, que ressaltam, nomeadamente, aqueles que decidiram trabalhar apenas num país, como a França, os Estados Unidos, ou, o Canadá, ou seja, o grupo de indivíduos que, independentemente do sexo, quando partiram pela primeira vez, tinham como projecto de migração, trabalhar massivamente, economizar o máximo, para num curto espaço de tempo poderem regressar, talvez, de vez, à terra que os viu nascer.

Pelas inúmeras conversas que encetámos, ao longo dos cinco anos de trabalho junto das populações, ficámos convencidos que nas gerações mais novas em que se verifica uma maior diversidade de idades e de posições no ciclo de vida, os projectos de regresso terão sido adiados, em virtude de um maior enraizamento nas comunidades em que se inserem, que lhes proporciona outras expectativas de mobilidade social.

Poder-se-á inferir que os projectos de sucesso económico e social, que nos "primeiros" emigrantes da segunda metade do séc. XX, pressuponha o regresso à aldeia com um poder de

⁷⁷⁵ - Recordamos, a título de exemplo, em Britelo (Igreja) e no Soajo (Adrão), os simpáticos casais, a residirem, respectivamente, nos Estados Unidos e no Canadá, que, religiosamente, todos os meses de Março regressavam, *a tempo de fazerem o quintal*, consumirem a produção de hortícolas, e nos finais do Setembro seguinte atravessarem o Atlântico, a fim de passarem o Inverno, em condições mais favoráveis, junto dos filhos e netos, estes, quase todos nascidos na terra de trabalho dos progenitores.

compra bem mais elevado do que aquele com que partiram, "converteu-se", essencialmente para a geração mais jovem, num outro projecto, o da promoção social no país em que trabalham.

Os "pequenos empresários"⁷⁷⁶ (Figs. 86 e 87, pp. 397 e 398), o grupo, embora reduzido, dos licenciados, que integrámos nas Funções Liberais, e o dos trabalhadores em escritórios e bancos são, em nosso entender, os expoentes máximos de percursos profissionais, que elucidam a ascensão social da comunidade limiana, nomeadamente nos Estados Unidos, França e Canadá.

Queremos, ainda, evidenciar o facto de muitos limianos, além da residência nova na aldeia, possuírem habitação própria⁷⁷⁷ no local de estadia, outro indicador, que em nosso entender, contribui, de forma decisiva, para padrões de vida, que tendem a aproximar-se dos média do país em que laboram.

Contudo, como já o temos abordado, as ligações com este Lima raiano não esmorecem, encontram-se bem evidentes nas deslocações "quase obrigatórias", que a família efectua à aldeia, no mês férias de Verão e, em muitos casos, "reforçadas" pela vinda no período de Natal, ou então, em "deixarem" o Canadá, ou, os Estados Unidos pelo período necessário para cuidar do progenitor, em fase de doença e velhice avançada, como verificámos, por exemplo, no Lindoso.

Comportamentos que reforçam as ligações à aldeia de origem e, talvez reveladores do desejo de um regresso, que se adia pela indefinição das estratégias de retorno.

As dificuldades na "reinserção" em Portugal, a necessidade do acompanhamento da segunda geração, maioritariamente, não nascida na terra lusa, o receio de impedimento de reentrada no espaço de trabalho, caso um dia, o voltassem a decidir, foram os motivos mais frequentes, que ouvimos dos nossos interlocutores, que justificaram, em muitos casos, o esperar pelo tempo da reforma, para uma decisão no retorno, com carácter "mais duradouro", à sua aldeia. Contudo, para as segunda e terceira gerações, a probabilidade de fixação no país de acolhimento, para muitos casos, também, de naturalidade, tenderá a aumentar em progressão exponencial.

Então, que futuro para as paisagens limianas e de raia?

É um facto incontestado que nas paisagens em estudo, lusas e galegas, se desenvolvem fluxos sazonais com características muito peculiares, as adstritas aos próprios naturais em

⁷⁷⁶ - Lembramos, que neste grupo profissional incluímos os proprietários de bares e cafés, de minimercados e pequenas lojas de comércio (roupas, papelarias, padarias), de taxis e camiões TIR, além das oficinas de reparação mecânica e empresas de construção civil.

⁷⁷⁷ - Não procedemos ao levantamento sistemático deste indicador, mas pelas múltiplas conversas encetadas estamos cientes que uma grande maioria possui casa própria no local de trabalho.

idade activa, ou, na reforma, mas, residentes no exterior, quer nas urbes nacionais, quer estrangeiras que, movidos pelos laços de pertença e necessidade de descanso e de lazer, as habitam em períodos bem delineados, dando-lhes novas cores e sons expressas nos automóveis na berma da estrada, nas janelas abertas na maioria das habitações, nos cafés que se enchem, nas águas de rega que circulam a caminho dos quintais, ou, simplesmente nos grupos em amena "cavaqueira" no largo da sua aldeia.

Se na primeira década do séc. XXI as paisagens galegas assistem a uma tendência positiva na deslocação pendular semanal dos naturais, porque nos núcleos urbanos próximos se desenvolveram condições de trabalho capazes de os "conquistar" a outros espaços longínquos como a França e, mesmo, Barcelona, em Portugal são os fluxos anuais justificados pelo período de férias dos residentes no exterior, quase sempre o estrangeiro, que animam e dão nova vida às ruas das diferentes aldeias.

Apesar da tendência positiva no despovoamento dos territórios em estudo, os comportamentos das respectivas comunidades diferem de acordo com a nacionalidade, que se explica pelo recente desenvolvimento económico na Galiza, permitindo-nos inferir uma estabilização, ou, mesmo um retrocesso, nos fluxos emigratórios dos espaços galegos, enquanto, em Portugal, muito provavelmente, manter-se-ão *grosso modo* as saídas para o estrangeiro, nomeadamente, para os "poucos" jovens, ainda, residentes, no entanto, sempre dependentes dos mercados de trabalho nos países de atracção.

De qualquer modo, as paisagens limianas e de raia em estudo, enfrentam as mesmas grandes ameaças, num futuro não muito longínquo. Independentemente dos respectivos quadros socioeconómicos que, directamente as envolvem, continuam a corresponder a espaços atingidos por um feroz esvaziamento populacional, que se iniciou, sensivelmente na década de cinquenta, e para o qual, não foram efectuados, durante as longas cinco décadas, quaisquer tentativas nem esforços para estancar semelhante surto de despovoamento.

Não são as estadias de fins-de-semana, nem as de um mês, no período estival, que criam as condições de interdependência económica, cultural e profissional, capazes de articularem os dois espaços, o das aldeias de origem e o das residências primárias e, ou de trabalho, numa perspectiva de formação de espaços integrados e sustentados, que interliguem regiões específicas, apesar da melhoria dos meios de comunicação e da abertura de fronteiras, pelo que o futuro do Lima raiano em estudo se nos afigura de muito incerto.

4.1.2.3. Fluxos à margem da legalidade

Desde a era dos Descobrimentos que a população em estudo seria atraída por novos espaços e horizontes, independentemente das dificuldades e obstáculos que, por ventura, ter-se-ia com que confrontar, nomeadamente, a aquisição das devidas autorizações oficiais, para que as deslocações se pudessem efectuar com tranquilidade e relativa segurança.

Ora, todas as informações que conseguimos recolher, nomeadamente as relacionadas com o território português, nos levam a inferir que, desde sempre, se verificou uma certa relutância, por parte das autoridades, na permissão da saída de contingentes de mão-de-obra, mesmo para os territórios no espaço europeu.

Sem pretendermos fazer uma leitura exaustiva, limitar-nos-emos a recordar, que, em Portugal, se tornaria mais fácil a emissão de passaporte para o Brasil, no séc. XIX, que, frequentemente tinha o cariz de colectivo, ou, melhor, familiar, do que, no século passado, conseguir-se uma autorização de residência na Europa em construção.

No século XX tornava-se difícil conseguir passaporte⁷⁷⁸ devido aos requisitos que eram exigidos, pelo que, quando nos meados do mesmo século, surge a grande atracção pela França, os actores vêm-se perante a necessidade de partirem desprovidos de qualquer autorização oficial, apesar das leis penalizadoras em vigor para as saídas, que as autoridades consideravam ilegais⁷⁷⁹.

Assim, os trabalhadores portugueses confrontaram-se com sérios problemas para a transposição da fronteira⁷⁸⁰ resultantes, por um lado, das dificuldades que lhes advinham da posição rígida tomada pelas autoridades, por outro, da sorte em conseguirem a equipa,

⁷⁷⁸ - A concessão do almejado passaporte, mesmo para turistas, dependia da informação dada pelo Presidente do Município a que o cidadão pertencesse ao respectivo Governador Civil.

O passaporte, apenas, era concedido ao trabalhador, quando comprovasse ter contrato de trabalho no país em que laborava, neste caso, a França. Deste modo, o processo de legalização era iniciado pelas autoridades francesas, com a concessão da autorização de residência obtida a partir do momento em que emigrante confirmasse, a situação de trabalhador. Mas, a concessão do almejado passaporte, apenas, era conseguido, quando regressasse à terra, com carácter temporário, mas, devidamente munido do contrato de trabalho francês.

Assim, mais uma situação difícil se deparava ao emigrante português. Por um lado, podia pedir passaporte, pois era detentor de um contrato de trabalho, por outro, poderia no momento em que o fizesse, ser preso, pois encontrava-se numa estadia temporária, logo ilegal, à luz da lei portuguesa.

Em 1966 foi exarada a lei de amnistia aos trabalhadores, que regressassem, mesmo por um período temporário, logo, ainda, em situação considerada ilegal, pelo que se verificou, nesse ano, um número excepcional de legalizações.

⁷⁷⁹ - O Dec. Lei 5654 de 10 de Maio de 1919, prevê uma pena de quinze dias a três meses de prisão, para todo aquele que tentasse a saída sem a devida legalização.

O Decreto-Lei 46 939, publicado em 1966, menciona a pena maior de dois a oito anos de prisão para todos os que viabilizassem as saídas não autorizadas.

Contudo, o Dec- Lei 49 400, de 24 de Novembro de 1969 atenua a punição, fazendo-a corresponder a uma multa, com excepção para os indivíduos que pretendessem evitar o serviço militar.

O concelho de Ministros de 2 de Julho de 1970 retira a componente repressiva dos anteriores diplomas, apesar de continuar a considerar delito o acto de saída não autorizado, até Abril de 1974.

A partir desta data, o passaporte de saída prolongada, "o passaporte de emigrante" vigorou até 1988 para todos os países da União Europeia.

⁷⁸⁰ - Ressalvamos o caso das deslocações para a então República Federal Alemã que, apenas, admitia trabalhadores munidos do respectivo passaporte de residência prolongada obtido junto da Câmara do município a que o trabalhador pertencia e onde se afixava, num Edital, as ofertas de trabalhos, que as autoridades alemãs enviavam às congéneres portuguesas.

minimamente honesta, que em troca de quantias, sempre, avultadas, os colocariam no país que lhes ofereceria trabalho.

Os portugueses tiveram pouca sorte, assim se expressavam os residentes galegos, quando, no Verão de 2003, se referiam aos condicionalismos que envolveram a primeira partida dos portugueses e os comparavam com as condições que envolveram a sua própria primeira saída.

Se num primeiro momento, as autoridades espanholas, também, impediram o fluxo de saída, que espontaneamente se estabeleceu, rapidamente se capacitaram da importância do movimento, facultando, assim, nos inícios da década de cinquenta, um passaporte de turista, que permitia ao titular uma estadia continuada de três meses. Como o período de seis meses de trabalho, era o tempo considerado suficiente para que o emigrante conseguisse o *dossier* da legalização, limitava-se a três meses, a duração de estadia sem qualquer protecção legal⁷⁸¹.

Enquanto o trabalhador galego atravessava a península, de modo tranquilo, em segurança e com uma certa "calma" procurava trabalho em solo francês, o português começava a sua saga com a entrega ao "engajador" de avultada quantia⁷⁸², sem qualquer garantia de sucesso na viagem, correndo, desde logo, grandes riscos na manutenção da integridade física⁷⁸³, em ser descoberto pelas polícias, lusa, espanhola⁷⁸⁴ e francesa⁷⁸⁵, em ser vítima de burlas⁷⁸⁶, tão frequentes, feitas pelos próprios "passadores"⁷⁸⁷, em sucumbir nas dezenas de quilómetros de caminhada consecutiva, muitas das vezes, sem água nem alimentos e nas noites passadas ao relento entre os penhascos da *serras* sumptuosas, mas assustadoras, além das dificuldades em conseguir trabalho.

Contudo, existiam excepções, em que a deslocação era feita de combóio e, até, de avião⁷⁸⁸.

⁷⁸¹ - Na Galiza, também se verificaram saídas para a então R.F.A., mas, como se exigia o processo completo da legalização, o fluxo teria sido muito pouco significativo.

⁷⁸² - Consoante as informações que conseguimos, os primeiros homens a aventurarem-se (segunda metade da década de cinquenta) pagariam entre uns cinco a seis mil escudos, que *naquele tempo era muito dinheiro*, referência, que todos os nossos variados interlocutores tiveram, sempre, a preocupação em evidenciar.

⁷⁸³ - Muitos portugueses passavam períodos consecutivos de vinte e quatro horas sem água, nem qualquer tipo de alimentos, vendo-se na necessidade de ingerirem erva verde, para não correrem o risco de morrerem de fome, aliás, o que aconteceu a dois companheiros dessa mesma viagem, como nos relatou um simpático ancião, no Verão de 2003, em Rouças, na Gavieira.

⁷⁸⁴ - Segundo a opinião dos portugueses, a polícia espanhola, até 1965, era muito dura para os clandestinos portugueses, perseguia-os, prendia-os, alvejava-os, chegando, mesmo, a matar, como, por exemplo, o que aconteceu na ponte da Malleta (ponte que ligava o concelho de Entrimo ao de Lobios), actualmente submersa pela albufeira do Alto do Lindoso.

⁷⁸⁵ - A polícia francesa exercia a vigilância e controle, de acordo com as necessidades de mão-de-obra no momento. Se fossem necessários trabalhadores a polícia "desaparecia" e a circulação fazia-se, mais facilmente do que em Portugal, caso contrário, isto é, se os trabalhadores "novos" fossem desnecessários, o controle francês era tão, ou, ainda, mais rigoroso do que o efectuado pela polícia portuguesa.

⁷⁸⁶ - Só por curiosidade um exemplo, de "engajadores" que conduziam os portugueses às proximidades de Ourense, atravessavam o rio Minho, dizendo-lhes que tinham acabado de passar o "rio que separa Navarra de França", deixando-os entregues ao seu destino.

⁷⁸⁷ - Designação que as populações atribuem aos homens conhecedores dos caminhos obscuros, longe do olhar vigilante das entidades policiais, que contratavam para efectuarem a viagem que os levava ao país em que pretendiam trabalhar.

⁷⁸⁸ - Não resistimos a descrever aventuras de um soajeiro, que em 1958 emigrou para França, onde permaneceu até 1969, ano que rumou para os Estados Unidos e se fixou até 1975, tendo como "tarefa" principal conseguir deslocações isentas de legalidade aos respectivos conterrâneos.

Mas, as deslocações a "coberto" da legalidade, processaram-se, também, no eixo transatlântico, quer para o Canadá, quer para os Estados Unidos, mas "via França"⁷⁸⁹.

Pelas informações recolhidas junto dos próprios intervenientes, as pessoas que partiram numa situação clandestina, ficamos convencidos de que o fluxo não autorizado em direcção ao continente americano, se processou, nas décadas de sessenta e setenta, a um "bom ritmo".

Não esqueçamos, que as saídas, legalmente não permitidas, adquiriram muita importância, também, na transição dos dois séculos passados, nomeadamente para os Estados Unidos, com os residentes lusos facilmente a atingirem Vigo, onde embarcavam em direcção a Cuba e, da então ilha espanhola, atingiam os Estados Unidos, frequentemente, com entrada por Miami.

Mas, retomemos os movimentos daqueles que, nos meados do séc. XX, avidamente procuravam novos mercados de trabalho e cujas *lapas* e carreiros tortuosos dos espaços e paisagens limianas em estudo, em pleno séc. XXI, silenciosamente recordam as lágrimas vertidas, quando a ajuda tardava⁷⁹⁰, ou, obstáculos não previstos se levantavam.

Dependia das redes de "passadores" e dos meios de transporte utilizados, em Espanha, o itinerário a escolher. Se os "engajadores" envolvidos optassem pelo combóio, como meio de transporte em Espanha, a saída fazia-se, sempre por Melgaço, ou Monção, em função da

Assim, o interessado em emigrar enviava-lhe o Bilhete de Identidade e duas fotografias, uma, que seria utilizada no futuro "passaporte", a outra cortada ao meio, em que uma metade era reenviada para o respectivo dono e a outra metade, ele próprio a guardava para, mais tarde, ser utilizada como prova de que o "processo estava pronto".

Como um português residente em França, mas em condições ilegais, caso quisesse regressar, bastava-lhe dirigir-se ao Consulado Português, que, prontamente, lhe concedia um passaporte válido, apenas, para o regresso, o nosso simpático ancião, "aproveitando-se" desta oportunidade legal, animava um amigo da sua "confiança", a deslocar-se ao Consulado, que após a autorização concedida, de imediato lhe entregava o almejado documento.

Agora, "entrava" a habilidade e perícia deste "engenhoca", membro de uma equipa de dois elementos. Com muita calma e "arte" retirava toda a identificação verdadeira e, em seu lugar, escrevia com o mesmo tipo de letra e tinta toda a identificação do pseudo titular, acrescentava todos os países para os quais pretendia que o "documento" fosse "válido", além do respectivo visto de saída de Portugal, que se efectuava, sempre, por Chaves, em virtude da maior facilidade na transposição da fronteira na área envolvente, além, claro está, de todo o cuidado com o carimbo branco. Uma vez o "documento" pronto ele próprio se deslocava a Portugal, ou, ficava por Verín, enquanto ao interessado fazia chegar a meia fotografia para ser complementada pela outra metade, já, chegada pelo correio a comprovar, que não havia "enganos".

Era a ocasião da partida, cuja viagem decorria normalmente até Chaves, onde se transpunha a fronteira a pé, na companhia de um "passador", para em Verín ser entregue "o passaporte de turista", que permitia ao respectivo "titular" circular livremente por Espanha e atravessar a fronteira franco/espanhola, pois, até, *tinha visto de saída de Portugal*. Quando, pela repetição de "muitos casos legalizados" a polícia, em Irun, se apercebeu, dos falsos documentos e, portanto, começaram a surgir os problemas, o estratagema continuou, mas, em vez da viagem ser efectuada de combóio, passou a ser de avião, Madrid/Paris, não tendo surgido mais obstáculos, pois *quanto mais rico se é menos as pessoas são incomodadas*, a "conclusão lógica" deste ancião na casa dos setenta anos, no Verão de 2004.

⁷⁸⁹ - O "engajador" era o mesmo soajeiro, que utilizava uma "engenhoca" similar à que acabámos de descrever. Na base da falsificação do passaporte que o Consulado português concedia, apenas válido para o regresso ao país, dirigia-se o novo "titular", já, em Paris, ao Consulado dos Estados Unidos, a requerer o visto de entrada e permissão de trabalho nos Estados Unidos, tendo, contudo, que provar que trabalhava na área requerida, nestes casos, "sempre, na esfera do fabrico do pão", há, pelo menos, uns cinco anos. A comprovação traduzia-se numa declaração da entidade empregadora, com assinatura reconhecida pelo notário, neste caso, sempre, portuguesa (uma família soajeira proprietária de um grupo de padarias na Costa da Caparica) em que atestava, que a pessoa em causa tinha sido sua empregada no período mínimo exigido pela lei. Perante este documento autêntico, mas "falso", a viagem rumo aos Estados Unidos estava assegurada. Se até 1972 era fácil adquirir a almejada legalização, a partir desse ano, o processo tornou-se bem mais complicado, mas, mesmo assim, não constituiu obstáculo, para que outras "passagens" fossem conseguidas, até que, em 1975, este soajeiro foi colocado em Portugal, pela polícia americana, após meses de prisão, em resultado de uma denúncia efectuada pela esposa.

⁷⁹⁰ - Exemplificamos com os castrejos, nomeadamente residentes no Ribeiro de Baixo e no Ribeiro de Cima. Enquanto guardavam os rebanhos e as manadas, frequentemente, encontravam, sob abrigo das *lapas*, homens esfomeados vindos, não sabem de onde, a aguardarem a chegada do "passador", prometida há vários dias, ou então, aqueles, que faziam, *umas brasas*, para comerem algo, enquanto aguardavam o momento oportuno para prosseguirem a jornada.

estação "mais segura" a utilizar. Mas, como a escolha do meio de transporte recaía, quase sempre, por se tornar "mais seguro", nas carrinhas e "carroças", além das longas caminhadas "pedestres", a área em estudo constituiu uma bolsa importante nas deslocações efectuadas à margem da legalidade, não só para os residentes, como para outros trabalhadores oriundos das áreas envolventes.

Quando se decidia atingir a Espanha através das próprias povoações, as bacias dos rios Labreiro, Peneda e Cabril, a par do planalto castrejo, constituíram as bolsas em que se adensavam as longas caminhadas realizadas, sempre, durante a noite, longe dos caminhos principais, através dos carreiros do gado e das sendas improvisadas, enquanto os *currais* e as *lapas*, em que a *serra* é pródiga, corresponderiam aos *sítios* de uma espera angustiada, mas, em que esperança de um amanhã risonho foi, sem qualquer dúvida, o grande baluarte⁷⁹¹.

Atingido o país tão desejado, de imediato, outros problemas, não menos importantes, se levantavam, os decorrentes da integração numa nova sociedade, em que se destacam as dificuldades inerentes em se conseguir um alojamento, um trabalho, ou, a almejada legalização.

Oriundos de um meio rural, cuja sobrevivência em muito dependia dos hábitos multisseculares de entreaajuda, da cooperação e utilização em comum de bens tão preciosos, como a água e a *serra*, ao que se acrescenta as relações de parentesco e de vizinhança, o sistema de valores e laços sociais, não era difícil estabelecer verdadeiras redes de solidariedade interna nas comunidades imigrantes, em que os primeiros que chegaram constituíram para aqueles que se lhes seguiram, familiares, simples vizinhos, ou, meramente portugueses, um ancoradouro em que os recém-chegados encontravam segurança, ajuda e orientação nos primeiros contactos com a nova sociedade, ao conseguir-lhes trabalho, alojamento, ao orientá-los na aquisição do processo de legalização, em suma, favorecer-lhes o necessário à vida quotidiana num país que, até a própria língua lhes era totalmente desconhecida.

Redes de solidariedade interna que não funcionaram, apenas em França, mas, em todos os países em que trabalham portugueses, nomeadamente nas décadas de oitenta e noventa, nos países dos "novos" destinos, a Suíça e Andorra.

No entanto, à medida que o tempo passa, ou, melhor, à medida que a integração e o enraizamento se processa, estes comportamentos são alvo de mudanças, emergindo, contudo, em situações excepcionais, como nas doenças, falecimentos, acidentes, o que não impede, que

⁷⁹¹ - Curiosamente, a área fronteiriça de Chaves foi, também, muito utilizada por estes limianos para a transposição da fronteira, pelo simples motivo de se "tornar fácil" o "controle" da Guarda Fiscal, devido às características da morfologia, que a caracteriza, além da densidade da "rede de tráfego", talvez melhor organizada, facilitar a "aquisição" do meio de transporte necessário para se circular em Espanha

os limianos lusos em férias não se lamentassem, nos Verões de 2002 a 2004, de que o espírito de entreaajuda e de solidariedade *não fosse mais o que era*.

4.2. Movimentos intrarraianos

Nota Prévia

Não será demais recordar que a organização dos espaços raianos em estudo se entenderá em função das deslocações e movimentos que os residentes encenaram num longo período multimilenar, cujas amplitudes variaram entre lugares e *sítios* da mesma freguesia, do mesmo país, ou, de países distintos, independentemente do continente em que se encontrem inseridos.

Importância relevante, apesar da limitada amplitude, adquiriram os fluxos de bens e pessoas entre lugares vizinhos que há, sensivelmente oito séculos, foram separados pelo traçado físico da fronteira que, de acordo com as circunstâncias, se concretizavam, quer no silêncio da noite, quer no período em que o astro rei se encontra acima do horizonte.

Movimentos, que designamos por intrarraianos, o exemplo máximo das relações amistosas e de solidariedade, por vezes, até de cumplicidade, entre comunidades cuja fronteira, que lhes foi imposta, não conseguiu aniquilar a matriz comum que lhes confere a identidade.

Reveladoras do espírito de entreaajuda, que sempre caracterizou os dois povos, foram, por exemplo, as deslocações "modestas", personificadas pelos residentes de Castro Laboreiro e do vale do Grou. Umas, de carácter sazonal e relacionadas com as tarefas agrícolas castrejas, nomeadamente, o corte do centeio e do feno, outras, de carácter definitivo que implicaram a transacção imobiliária e a opção por um novo lugar de residência.

Como nos inícios dos anos sessenta, a esmagadora maioria dos homens de Castro Laboreiro se encontravam em França, a mulher castreja tinha a seu cargo todas as tarefas agrícolas. Na época em que o trabalho se adensava, precisamente no mês de Julho, mês do corte dos fenos e do centeio, recorriam aos vizinhos e amigos galegos, principalmente os residentes nas aldeias da Fraga e Taboazas, que se deslocavam às *verandas* identificadas, em 2003, pelos próprios ex-trabalhadores, como a dos Portos e a da Seara⁷⁹².

Deslocavam-se, sempre, pelo período de quinze dias, em troca da alimentação e de doze mil pesetas, para a realização de tarefas, que no Verão de 2003, ainda, as descreveram como muito árduas. Começavam de manhãzinha, descansavam duas horas, no período do

⁷⁹² - No decorrer das conversas concluímos que trabalhavam, afinal, em todas as *verandas* da margem esquerda.

meio dia, para terminarem ao pôr-do-sol. Trabalhavam, indiferentemente, nas *verandas* e nas *inverneiras*, e em *patrões*, ou seja, *patroas* distintas⁷⁹³.

Diziam-nos um dos antigos assalariados, em 2003 e residente na Fraga, que a dureza aumentava, quando, após um dia de trabalho árduo na *inverneira*, havia que fazer todo o percurso, a pé, para a *veranda*, aldeia onde, sempre, pernoitavam, independentemente *das patroas para quem estivessem a trabalhar*, que, por sinal, deveriam ser bastantes exigentes no ritmo a imprimir ao trabalho⁷⁹⁴.

Situações laborais que interpretámos, por um lado, pela carência de trabalho em terras limianas galegas, por outro, como um dos muitos sinais das boas relações de vizinhança que, sempre, existiu entre as comunidades raianas, apesar da separação política.

Relações amistosas que, em muito teriam contribuído, para que, também, na década de sessenta, dezasseis famílias castrejas vendessem os bens de que eram detentoras nas *verandas* da margem esquerda, em que se distingue a Seara, para *adquirirem propriedades* na freguesia de Grou (San Mamede). Famílias que a população galega, em 2003, considerava de sucesso⁷⁹⁵, não pelos rendimentos resultantes do investimento nas *terras* do Grou, mas por aqueles, que foram conseguidos, através do trabalho intenso, durante longos anos, em França, onde, ainda, residem quatro desses grupos familiares.

Geração, que emigrou para a França na década de cinquenta, se radicou em Grou (San Mamede) nos anos sessenta e, em 2003, os elementos mais "jovens" estavam com sessenta a oitenta anos de idade.

Estávamos curiosos em "descobrir" os motivos, que justificaram as aquisições na vizinha Espanha, que se basearam no facto de em Grou (San Mamede) *se produzir de tudo, milho, centeio, hortaliças, vinha*, contrariamente a Castro Laboreiro, que se limita ao gado, centeio e batata, além de os *terrenos* na Galiza, na época, serem muito baratos, em virtude da diminuição drástica da mão-de-obra justificada pelo êxodo para a Venezuela e França⁷⁹⁶.

Foi a justificação unânime dos elementos de três famílias compradoras, que conseguimos contactar, no Verão de 2003. Uma senhora e dois cavalheiros, ela com setenta anos, eles, um a ultrapassar os oitenta, outro, filho de um comprador, com 45 anos, que se deslocou para Grou (San Mamede) com cinco anos de idade.

⁷⁹³ - (...) *hoje trabalhava numa patroa, amanhã era chamado por outra e assim era, sempre, a seguir* (...).

⁷⁹⁴ - Mais nos comentou, com uma expressão de admiração, o nosso interlocutor. (...) *Nós aqui juntámos o feno e levámo-lo para o palheiro* (...) *elas lá só queriam que o cortasse, pois havia muito trabalho* (...) *a seguir, o centeio e as batatas* (...).

⁷⁹⁵ - (...) *Grou (San Mamed) quase pertence aos de Castro* (...) expressão utilizada pela primeira pessoa que nos mencionou a radicação das famílias portuguesas, que residia, em 2003, em St^a Cruz de Grou.

⁷⁹⁶ - Pelas informações que nos deram os próprios galegos, eram explorações agrícolas pertencentes aos senhores mais importantes da área, (...) *tudo família de médicos e advogados* (...), a residirem em Madrid, que se limitariam (...) *a vender a qualquer preço* (...), devido (...) *à falta de caseiros. Os de Castro compraram muito barato as melhores fincas* (...).

Se a aquisição, há uns quarenta anos, foi lucrativa, no séc. XXI, a grande maioria das explorações "integram" a extensa paisagem das parcelas de *paul*, que *ninguém quer*, nem por preços simbólicos, embora muitas das suas residências debruçadas sobre o rio Grou, se evidenciem pelas respectivas traça e volumetria, mas, apesar de tudo, incapazes de constituírem um simples sinal de um futuro próximo promissor.

Por motivos bem diferentes, outros portugueses, optaram por se fixar, nomeadamente em Grou (San Mamede)⁷⁹⁷ e Grou (St^a Cruz), Compostela⁷⁹⁸ e Aceredo, quando na década de sessenta ao tentarem atingir a França, não conseguiram iludir as polícias aduaneiras e ficaram "encurralados" na fronteira luso-espanhola.

Impedidos não só de avançar, como de recuar, valeu-lhes os residentes das aldeias limítrofes, que os acolheram, protegeram e lhes deram trabalho, até que, finalmente, fixaram residência numa das comunidades.

Significativo teria sido aquele outro grupo, também de portugueses naturais, principalmente das aldeias do Lindoso e do Soajo, que nos anos cinquenta se deslocavam às aldeias limítrofes, nomeadamente da Illa e Lantemil⁷⁹⁹, especificamente para trabalhar, por princípio, como canteiros⁸⁰⁰, terminando, a grande maioria por constituir família e aí permanecer.

Mas, outro tipo de interacções se estabeleceram nas aldeias vizinhas, as gizadas pelos *bailes e festas dos sábados*, por exemplo, em Olelas e em Paradela (Soajo), atraindo, respectivamente, muitos jovens lusos e galegos, que justificarão, em grande medida, os casamentos "mistos", que pela investigação que efectuámos, "deslocariam" o membro do casal português para a aldeia do cônjuge galego⁸⁰¹.

De facto, não encontrámos na área lusa, onde efectuámos um trabalho minucioso, exemplos de este "tipo" de casais, situações frequentes "do lado de lá da fronteira", embora, apenas, para cônjuges, cujas idades ultrapassavam, em 2003, as seis décadas de vida.

⁷⁹⁷ - Encontrámos em Grou (San Mamede) aldeia da Cruz um português, que não conseguindo iludir a polícia de fronteira acabou por constituir família e aí se radicalizar.

⁷⁹⁸ - Várias famílias radicalizadas há mais de quatro décadas residiam, quer em Aceredo, quer em Compostela, após uma travessia agitada da fronteira a caminho de França, que não conseguiram atingir, na década de sessenta.

⁷⁹⁹ - Encontrámos um português que na década de cinquenta, a exemplo de outros portugueses, ia trabalhar como canteiro para Entrimo onde casou e se radicalizou.

⁸⁰⁰ - Na Illa, Lantemil, Quintela e toda a área envolvente, no período imediato a seguir à II Guerra Mundial, verificar-se-ia um fluxo com certa intensidade de trabalhadores portugueses que trabalhavam nas obras, nomeadamente como canteiros. (...) *Naquele tempo, todos os canteiros eram portugueses, acabando a maior parte por casar e ficar (...)*, assim nos informaram no Verão de 2003, vários residentes em Lantemil e na Illa.

Nós próprios encontrámos e falámos com um português natural do Lindoso a residir em Lantemil, que se tinha deslocado na década de cinquenta para trabalhar nas obras como canteiro e acabou por constituir família e se fixar.

⁸⁰¹ - Recordamos em Olelas o facto de todas as famílias terem membros ascendentes naturais de Castro Laboreiro, das aldeias do Ribeiro de Baixo e do Ribeiro de Cima e, até, da Gavieira, do Baleiral e da Peneda. Em Quintela, no Verão de 2003, encontrámos um casal em que o elemento feminino é natural de Paradela (Soajo).

Episódios que retratam quadros de vida de populações, que, desde sempre se entenderam muito bem, embora o poder político pretendesse, sem resultado, inquinar, cujos actores, independentemente da nacionalidade, recordam num cenário de pobreza e de grandes dificuldades, mas, que nos anos oitenta passaram a integrar o mesmo espaço socioeconómico.

Movimentos de raia que se inserem num conjunto mais vasto, o das deslocações que envolviam um efectivo assinalável de intervenientes, que, movidos, quer por factores de ordem económica, quer de ordem cultural e religiosa, cruzavam a fronteira, ou, sob o espectro da perigosidade, ou, sob a auréola da boa disposição e de uma alegria contagiante.

4.2.1. Comportamentos e trajectos "submersos"

Comunidades de raia, que faziam depender a respectiva sobrevivência de uma economia agro-silvo-pastoril familiar e de pequenos excedentes, confrontavam-se com a necessidade imperiosa em recorrer a formas de rendimento que ao apelarem, independentemente da nacionalidade, à cooperação entre si eram não só dificultadas como estimuladas pela morfologia em que se insere o traçado da fronteira política e pelo rigor na vigilância desenvolvida pelas autoridades de ambos os países.

Se podemos afirmar, como já o comprovámos⁸⁰², que o fenómeno do contrabando⁸⁰³ na raia luso-espanhola se desenvolveu em função da evolução do traçado estável da fronteira política⁸⁰⁴, faremos incidir a nossa investigação no período iniciado nos anos trinta do séc. XX pela dificuldade em conseguirmos, para datas mais remotas, informações que venham ao encontro dos objectivos que nos propusemos atingir, embora tenhamos presente a importância da actividade na economia de subsistência das populações, lusas e galegas, nas épocas de crise e de forte instabilidade político-social, que se verificaram nos séculos anteriores.

O tipo de contrabando que caracterizava este Lima raiano ao enquadrar-se nas redes familiares, maioritariamente de subsistência, cumpria regras sociais e de hierarquia, desde há muito estabelecidas, das quais destacamos o *status* do "patrão local", o intermediário que não só garantia aos "gestores" das respectivas redes localizados em Lisboa, ou, em Ourense e Madrid, os homens suficientes, ou seja, os jornaleiros "ilegais" que transpunham a linha de fronteira com a respectiva mercadoria, como a "negociação" indispensável para que a acção

⁸⁰² - Esta problemática foi equacionada no Capítulo 1, *Os espaços de raia*.

⁸⁰³ Utilizamos a expressão contrabando no sentido de "Tipo de actividades económicas desviantes que se escondem para prevenir imposições fiscais quer se trate de direito aduaneiro ainda importante no terceiro mundo (contrabando), o IVA, ou do registo de transacções prediais, etc."

Castro, Joaquim, 2003, *emigração & contrabando*, Gráficas Amares, Amares, p. 69.

⁸⁰⁴ - Capítulo 1, *Os espaços de raia*.

decorresse "dentro da normalidade" com as autoridades, os agentes fiscais dos postos de fronteira.

A este tipo de actores, acrescentamos aqueles em que o agente assumia, ele próprio, todos os riscos da actividade, negociando não só a mercadoria, como fazendo o respectivo transporte para as diferentes *casas de comércio* distribuídas pela raia, nas aldeias e vilas limítrofes, depois de ter conseguido, em muitos casos, estabelecer com determinados guardas e carabineiros, um *status quo* na base das relações de vizinhança, que comprovavam a importância da actividade no equilíbrio da economia familiar.

Evidenciamos, ainda, aquele personagem mais modesto, que se arriscava em atravessar a fronteira para fazer as compras necessárias à manutenção do agregado familiar, ou, para adquirir as sementes e produtos agrícolas a utilizar na sua diminuta exploração agro-pastoril.

Lembramos, também, que independentemente da mercadoria a transportar, um conjunto de riscos incorriam os respectivos intervenientes, tanto maiores, quanto menor fosse a influência social da teia que manipulava a organização do grupo.

Daí, um conjunto de precauções havia, sempre a tomar, principalmente por aqueles que trabalhavam por conta própria, como por exemplo, nunca efectuar o mesmo trilho duas vezes consecutivas, apesar de afastado dos caminhos usuais, nunca guardar a mercadoria em casa, mas deixá-la escondida no *monte* entre as carquejas e as urzeiras, ou, no forno da aldeia, ou, mergulhada no poço do vizinho, ou, muito simplesmente, no *canastro*, entre as espigas, que aguardavam serem debulhadas⁸⁰⁵.

Qualquer que fossem as estruturas em que se desenrolaram as teias do contrabando, sempre identificadas pela complexidade, embora distintas pelo grau de cumplicidades, mesmo, adquirindo laivos de uma certa divisão social do trabalho, desenvolviam-se em redes de economia desviante, submersa, que restringiam a identidade dos actores aos grupos de pertença, em que se destacava a família nuclear e, ou, a alargada.

Independentemente dos elos e cumplicidades, com idade multissecular, que justificaram a actividade neste Lima raiano, impõe-se, ainda, evidenciar as duas bacias limítrofes, a do Minho e a do Cávado, respectivamente, a Norte e a Sul, identificadas pelo

⁸⁰⁵ - Os residentes de Caballeiros, de St^e Cruz e de Sabariz, em conversas distintas e espontaneamente, nos contaram a história *de uma mula tão esperta, que até sabia o caminho da Vila, em Castro, para a Vila na Lobeira*. O dono, um comerciante da Lobeira, precisamente, da Vila, duas vezes por semana deslocava-se com a sua mula a Castro Laboreiro para fazer o abastecimento da sua loja. Como a mula regressava muito carregada não conseguia passar nas sendas e carreiros muito estreitos e escondidos, pelo que o dono enviava-a pelo caminho "normal", reunindo-se, calmamente, em casa. Uma das vezes a mula foi "encontrada" pelos carabineiros, que se limitaram a retirar-lhe a carga e a deixá-la em paz, pois "desconheciam" o verdadeiro patrão.

Outra história curiosa foi-nos contada em Castro Laboreiro e referente a *um cão muito esperto*, que atravessava, sozinho, os marcos da fronteira castreja com a coleira recheada de objectos pessoais em ouro.

forte protagonismo que, desde sempre, desempenharam nas variadas e complexas malhas da economia subterrânea (Fig. 101).

Assim, no vale do Minho, destacamos Melgaço, pólo importante na hierarquia nacional nos lugares do contrabando e entreposto principal numa área que envolvia Castro Laboreiro, com um dos eixos significativos a implementar-se ao longo da bacia apertada do Trancoso.

O vale do Cávado, a sul, também, desde sempre evidenciado pela malha densa e irregular de sendas e trilhos de este tipo de economia desviante, que se prolongava, por exemplo, para Randín, "partilhando", contudo, com o "nosso" Lima raiano, mas, da serra Amarela, um dos centros importantes no fluxo clandestino, que existia no concelho de Lobios, a aldeia de Torneiros do Rio Caldo.

Deste modo, enquanto Castro Laboreiro estabelecia uma interação, por vezes, forte com o vale do Minho, no *hinterland*, que era Melgaço, através da bacia do Trancoso, as aldeias limianas da serra Amarela em estudo "partilhavam", com uma certa frequência, as sendas e carreiros com a bacia do Cávado, nomeadamente, a do Homem, quando o centro de transacção paralela era Torneiros do Rio Caldo.

Apesar das dificuldades generalizadas nos acessos e resultantes do movimento intenso do relevo que se traduz, por exemplo, no forte encaixe dos vales em que circulam as linhas de água, cujo caudal tão humilde, apenas acentua a importância da geodinâmica interna no modelado da área em estudo e que nos permite *grosso modo* distinguir as duas margens limianas, somos de opinião, que, globalmente este Lima raiano correspondia a uma única bolsa de actividades paralelas, na qual se esboçaram corredores, ou, talvez melhor, espaços de contrabando, em função da intensidade do tráfego⁸⁰⁶, sempre dependente da importância e do valor dos bens em transacção (Fig. 101).

Começamos pela serra Amarela com um nó importante, que era o Lindoso, na aldeia do Castelo, onde chegavam, através de trilhos vários, mas, sempre distanciados dos caminhos principais e da estrada internacional, a da fronteira, os homens oriundos das aldeias a jusante, ou mesmo de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, cujos fluxos se reflectiam, de igual modo, no *modus vivendi* da população, que residia na área sensivelmente delineada pelas secções terminais e respectivas confluências dos rios de Castro Laboreiro, Agro/Montaña, Grou,

⁸⁰⁶ - Ao comentarmos os itinerários de este tipo de economia desviante, há que ter, sempre presente, que nos estamos a referir a *atalhos e trilhos escondidos*, mesmo, que ficassem distanciados por uns escassos 200 metros do caminho principal, que nunca eram percorridos duas vezes consecutivas pelo "transportador", pois *na serra não é difícil conseguir carreiros e linhas diferenciadas, consoante as patrulhas e o grau de fiscalização*. Por estes motivos, se nos é impossível falar nos caminhos do contrabando, conseguimos identificar, ou, melhor delinear, em função da frequência dos fluxos, aquilo que designamos por corredores, nos quais esboçamos, baseados nos *sítios* de referência obrigatória, eixos de contrabando.

Fig. 101 - Lima raiano: Corredores de fluxos “submersos”, meados do séc. XX

Salas, Caldo e Cabril (Fig. 101).

No Castelo, ainda hoje são bem conhecidos os trilhos utilizados, de acordo com o tipo de mercadoria⁸⁰⁷, as condições climáticas⁸⁰⁸ e o "temperamento" dos bem conhecidos guardas da fronteira.

Muito populares eram as sendas ribeirinhas, que interligavam as aldeias actualmente submersas pela imponente albufeira.

Passava-se, também, facilmente a fronteira, na secção jusante do rio Cabril, nomeadamente no sítio próximo das Vinhas do Covelo, onde existiu a velha ponte em madeira, que se destruía, aquando das guerras com os espanhóis, depois substituída pela ponte em pedra, que integrava a velha estrada de fronteira, actualmente submersa, ou, então, mais a montante, em Portamaceira "equipada" com um bom passadiço (Fig. 101).

Mas, quando a carga era, de facto valiosa, ou, a vigilância era mais apertada, ou, o caudal do Cabril era tão volumoso, que impedia a passagem, mesmo em Portamaceira, havia que subir mais a *serra*, cruzando-se a fronteira próximo de Cruz do Touro, em direcção a Torneiros do Rio Caldo (Fig. 101).

Os habitantes das aldeias da Ermida, de Mosteirô, Lourido e Sobredo, por exemplo, dirigiam-se aos Bilhares e, a partir daí, ora, desciam a Portamaceira, ou, mesmo às Vinhas de Covelo, ora, subiam para "acompanharem" os homens de Germil, Vergaço, Portuzelo, Vila Chã e os provenientes da Bacia do Homem, "juntando-se" aos do Lindoso, nas sendas tortuosas de Cruz do Touro, até aos Torneiros do Rio Caldo (Fig. 101).

Palco de actividade económica desviante muito acentuada e de "grande envergadura" foi a margem direita limiana, na qual começamos por evidenciar os vales do Grou⁸⁰⁹ e do Montaña⁸¹⁰, além do "planalto" de Castro Laboreiro, privilegiando-se cruzar a fronteira nos

⁸⁰⁷ - A mercadoria mais valiosa exigia trilhos e atalhos mais isolados, que a Guarda Fiscal dificilmente patrulhava, exigindo que o "transportador" enveredasse pelas veredas mais sinuosas, que circundavam as linhas de água encaixadas nos vales mais apertados.

⁸⁰⁸ - A opção pelos diferentes trilhos estava, também, muito dependente do regime pluviométrico, devido à variação dos caudais, quer do Lima, quer do Cabril. Assim, se o caudal era reduzido, como acontecia no período estival e nos *invernos secos*, fazia-se a passagem para o *outro lado*, em qualquer tramo do vale, pois, existiam, sempre, umas pedras ao longo do leito, nomeadamente, o do Lima, que facilitavam a travessia. Quando os caudais eram volumosos, havia a necessidade de subir ao longo do Cabril, normalmente, sempre transponível em Portamaceira, mas, se o regime pluviométrico, fosse, de facto, acentuado, tornava-se necessário contornar o respectivo vale pelo que, apenas, a montante, na área do Ramisquedo se atingia a fronteira, por Cruz do Touro, passando-se pelas Eiras a caminho do rio Caldo. Em contrapartida, nos *invernos com muita neve*, "abandonava-se" *os altos da serra* e optava-se pela secção terminal do Cabril

⁸⁰⁹ - No vale do Grou, além da Fraga e Taboazas, distinguimos os lugares da margem direita, nomeadamente, os das freguesias de Grou (San Mamede e Vilariño (San Xes), respectivamente, Ferreiros, Silvares ou Pousa e Canle, Sabariz e Baldemir, as "sedes" dos principais "responsáveis e gestores" das redes de contrabando, que se continuavam por Bangueses, Bande, Xinzo, Merca e, até, Ourense.

Os habitantes nas aldeias da vertente oposta, a esquerda, distinguir-se-iam pelo consumo dos produtos "transaccionados", o que não impedia, que muitos dos residentes fossem recrutados como "carregadores" das mercadorias, ou mesmo, donos de *comercios*, que, após a transposição do rio, o Grou, nas poldras e passadiços "normais", "engrossavam" o movimento clandestino nas sendas e carreiros da margem direita em direcção a Portugal.

⁸¹⁰ - O vale do Montaña adquiriu importância por se ter tornado *uma área de passagem de bandos de homens* oriundos de Xinzo e Merca, por exemplo, que se deslocavam "ao largo" da ermida de San Benito, Vencénas e Queguas a caminho da fronteira, na área envolvente ao marco 36. Contudo, não significa que a população não se envolvesse no tráfego, mas, pelas descrições que nos efectuaram, somos de opinião, que se traduziria mais num comércio com um cariz local e "identificado", por exemplo, em Queguas, pelas duas *casas de comércio* existentes na época.

espaços que envolvem os marcos mais próximos, respectivamente da Senhora do Anamão⁸¹¹, das *verandas* dos Portos de Cima e da Seara⁸¹², ou, do Rodeiro⁸¹³ e do lugar "fixo" da Portelinha⁸¹⁴ (Fig. 100).

Assim, o lugar castrejo da Vila, em virtude desta malha submersa, estava próximo de localidades tão distanciadas, como Caballeiros, as aldeias de San Xés, de Grou (San Mamede), Queguas, ou, da Lobeira, de Guxinde, ou, da Fraga, que, por sua vez, se conectavam com núcleos urbanos mais distanciados, como Xinzo del Lima, Bande, ou, Ourense, por exemplo.

Um outro corredor, em nossa opinião muito significativo, correspondia aquele que interligava os vales da Gavieira e Peneda à bacia do Laboreiro, a jusante do Mareco (Fig. 100) com os residentes da Gavieira a poderem optar, de acordo com o tipo de mercadoria, o grau de vigilância da Guarda Fiscal e das intempéries climáticas⁸¹⁵, essencialmente, por dois eixos, aquele que os conduzia à Mistura das Águas, Olelas, Illa, ou, aquele que os levava ao Ribeiros, o de Cima, ao Mareco e Pereira e o de Baixo, à Mistura das Águas.

A aldeia da Pereira tornou-se um dos "grandes" interpostos, por ser o principal nó na malha viária do contrabando, que abrangia, por exemplo, A Terrachá e Feira Vella interligadas, ou, à Vila, em Castro Laboreiro, pelas bacias do Agro e do Laboreiro, a montante do Mareco, ou, às diferentes aldeias da Gavieira pela bacia da Peneda, sem esquecermos a "ligação", também intensa, com o Valoiro, depois de os "homens" terem cruzado Guxinde, Vilar e aldeias de Grou (San Mamede).

Não esquecemos o Soajo e as aldeias, a ocidente, que se interligavam, em termos de "comércio informal", à Baixa Limia, tanto pela Várzea, em direcção a Olelas e à Pereira, como pelo Lindoso, que, pelos eixos da serra Amarela atingiam as aldeias vizinhas galegas, até Lobios.

Distinguiam-se, contudo, pela intensidade dos fluxos, as sendas e carreiros, que, na Várzea garantiam a conexão permanente com os grandes amigos e vizinhos de Olelas, através das quatro passagens no Laboreiro, duas das quais submersas pela albufeira⁸¹⁶ e, apenas, utilizadas nas estações de menor queda pluviométrica, enquanto a do Coto do Salto se mantinha transponível, mesmo, quando o caudal do rio se avolumava nos períodos mais

⁸¹¹ - Marcos 40 a 47.

⁸¹² - Marcos 36 a 29.

⁸¹³ - Marco 23.

⁸¹⁴ - Marcos 2, 3 e 10.

⁸¹⁵ - Se o caudal dos rios da Peneda e do Laboreiro adquirissem grande volume, tornava-se impossível a travessia na Misturas das Águas, pelo que a "única saída" era a dos Ribeiros.

⁸¹⁶ - Poldras do Porto da Várzea e Poço do Sezão, as *passagens* no período, sensivelmente, do Outono, Primavera e Verão, pois, quando o Inverno chegava e o caudal do rio avolumava e havia que utilizar o Couto do Salto, ou, a Mistura das Águas.

pluviosos de Inverno, além da de Mistura das Águas, importante, de igual modo, para os oriundos dos vales da Peneda e da Gavieira (Fig. 101).

Fluxos que se intensificavam, de modo muito significativo, nos dias que antecediam a realização das feiras, as quinzenais da Lobeira⁸¹⁷ e Entrimo⁸¹⁸, e as mensais de Caballeiros⁸¹⁹, Feira Vella⁸²⁰ e Lobios⁸²¹, por si, também, animadas e, até, justificadas pela importância do contrabando, principalmente o dos animais de pastoreio (predominantemente caprinos e bovinos, mas, também ovinos).

Diremos que estamos perante corredores, ou, talvez melhor, espaços de contrabando matizados pelas *casas de comércio* animados pelas feiras e delineados pelos fluxos em direcções e sentidos, que se mantiveram, sensivelmente no tempo e que convergiam em nós, salientando-se, nomeadamente, os correspondentes à Feira Vella (A), Terrachá (A), Cabaleiros, Valoiro (O), Lobios, ou, Torneiros do Rio Caldo, porque nos foram identificados, para as décadas de cinquenta/setenta do séc. XX, como as "centrais" dos camiões de "grande envergadura", que faziam o transporte da mercadoria, de acordo com a respectiva importância, para cidades tão distantes como Madrid e Barcelona (Fig. 101, p. 443).

A "centralidade" dos lugares envolvidos pelos corredores do contrabando dependia do grau de acessibilidade, relativamente ao exterior, e sempre decorrente da abertura de vias, mesmo em terra batida, mas, que permitiam o tráfego automóvel.

Como as localidades galegas se impuseram na "nova" malha viária, em virtude da antecipação da política espanhola no alargamento da rede de estradas, nomeadamente as florestais, ao atraírem as camionetas e carrinhas, possibilitaram o aumento significativo do volume das mercadorias transaccionadas, manifestado nos fluxos não só dos bens, como dos próprios intervenientes.

À medida que a política da abertura de estradas foi progredindo, incluindo Portugal, apesar de o perigo ser muito maior, outros *hinterlands* se evidenciaram, nomeadamente na Várzea e Paradela, na Portelinha, Ameijoeira, ou, em Olelas e Guxinde⁸²².

Embora a actividade clandestina, desde sempre se tenha verificado e as informações escritas que conseguimos, relativamente às primeiras décadas do séc. XX⁸²³ sejam muito

⁸¹⁷ - Dias 10 e 31/mês.

⁸¹⁸ - Dias 1 e 16/mês.

⁸¹⁹ - Dia 19/mês.

⁸²⁰ - Dia 9/mês.

⁸²¹ - Dia 1/Mês.

⁸²² - Para evitar o controle alfandegário utilizavam-se *vias manhosas* ou seja, caminhos pedregosos, sensivelmente, paralelos à estrada oficial, abertos por máquinas, que, embora de circulação difícil, permitiam, o trajecto dos veículos.

⁸²³ - "(...) O infeliz tinha por costume ir à Espanha frequentes vezes por tabaco de contrabando, para si e mais vizinhos. As praças fiscais souberam e começaram a vigiá-lo no posto fiscal de Paradela (...)".

Sem autor, *Jornal O Povo da Barca*, 4/3/1900, n.º 48, Ponte da Barca, Biblioteca Municipal do Porto.

esporádicas, as nossas fontes orais, nomeadamente as galegas⁸²⁴, reportaram-nos para a época da Guerra Civil espanhola e períodos subsequentes.

Nas décadas de trinta, quarenta e os primeiros anos da de cinquenta, sensivelmente 1952/54, estão bem vincadas na mente dos mais idosos, nomeadamente os galegos, pelas dificuldades em conseguirem os bens necessários para a manutenção do limiar mínimo da sobrevivência, imperando, nesse período, o tráfego de bens de primeira necessidade em direcção a Espanha⁸²⁵, cuja intensidade aumentou, de modo brusco e assinalável, após o final da Guerra Civil.

Esta falta de géneros essenciais à sobrevivência humana, que teria sido praticamente total, prolongou-se pela década de quarenta, pois, uma vez terminado o conflito espanhol, os residentes nas cidades deslocavam-se às aldeias em busca dos géneros, que não surgiam nos mercados urbanos, contribuindo, assim, para a intensificação acentuada de um fluxo informal, que marcou, de forma indiscutível, o modo de vida destas populações até aos primeiros anos da década de cinquenta.

Este *boom* na economia desviante traduzido no tráfego intenso de bens e géneros oriundos de Portugal, explica-se, também, pela estabilidade política e pela posição de neutralidade assumida pelo nosso país durante a II Guerra Mundial, que lhe permitiu desenvolver sectores de produção, nomeadamente, o dos géneros primários, em pleno contraste com o caos generalizado, não só no país vizinho, devido à Guerra Civil, como em toda a Europa, que "espalhava" a penúria e a fome generalizadas.

Para este período, em sentido lato, entre os anos vinte/trinta a quarenta/cinquenta do séc. passado, enquanto os residentes nas bacias de Grou e Montaña evidenciam as boas e fortes relações comerciais clandestinas com Castro Laboreiro, nomeadamente, a Vila, os habitantes nas secções a jusante, respectivamente, do Agro/Montaña e Caldo, lembravam o comércio com os vizinhos do Lindoso e do Soajo, sem esquecerem, também, os castrejos, que contactavam, quer através da Mistura das Águas e Olelas, quer da Ameijoeira (Fig. 101, p. 443).

Apesar de se tornar muito difícil passar a fronteira era normal, praticamente, todos os dias, mulheres de Castro Laboreiro, do Lindoso e do Soajo, por princípio em grupos,

"(...) Está sendo feito por uma forma desenfreada por todo o distrito, o contrabando para Espanha não só em géneros produzidos nesta região, mas também de outros pontos do país, que clandestinamente atravessam o distrito e a fronteira e vão abastecer o mercado espanhol.

Os géneros que em mais larga escala saem para o país vizinho são cereais, gado, aves, ovos, tabaco, moedas e tecidos (...)"

Sem autor, *Jornal A Concórdia*, 30/11/1920, n.º 52, Ano I, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸²⁴ - Apenas um octogenário residente na Pereira se referiu ao período anterior à Guerra Civil, que o caracterizou pelo tráfego clandestino *do café e do tabaco americano vendidos ao retalho nos comércios de Entrimo e Feira Vella*.

Segundo o mesmo interlocutor *o tabaco americano andou sempre*.

⁸²⁵ - "(...) Durante a Guerra e nos anos seguintes muita fome (...)". Expressão sentida de um morador da aldeia de Carreiras em Junho de 2003.

atingirem, respectivamente, as povoações dos vales do Grou e Montaña, ou, Pereira, Olelas e a Illa, ou, Aceredo, Entrimo e, mesmo, Lóbios, com os açafates à cabeça repletos de bens tão primários como sabão⁸²⁶, açúcar, café, sal, sardinhas, petróleo, o gás, isqueiros, louça, vassouras, tecidos, *enfim tudo, porque a fome era muita*⁸²⁷ e havia que os distribuir pelos *comercios e portas dos particulares*.

Com estes "distribuidores" cruzavam-se nas sendas, aleatoriamente traçadas, que serpenteavam de forma sinuosa e irregular os interflúvios raianos, outros homens e mulheres, mas galegos, que a título individual, se deslocavam às *casas de comércio* lusas para fazerem as suas compras, que se poderiam destinar, ou, ao consumo familiar, ou, quase sempre, para revenda, quer nas unidades de comércio, quer junto de particulares dispersos pelas aldeias galegas vizinhas.

A estes actores de "iniciativa individual", galegos e lusos, há que acrescentar os comerciantes, *donos dos comércios e das tendas*, que recorrendo a gericos e mulas, sozinhos, ou, com grupos de dez a vinte homens, especificamente contratados, faziam o transporte dos artigos e géneros para transaccionarem nas suas lojas, ou, enviarem, por camião, para a cidade.

Uma variedade de outros produtos foram, nas décadas de quarenta e cinquenta, transaccionados nos dois sentidos da fronteira, que variaram no tempo, de acordo com as necessidades e vagas do consumo, o sistema cambial e o proteccionismo aduaneiro vigente em cada um dos países peninsulares⁸²⁸.

Sem nos querer repetir, mas, preocupados em retratar o "ambiente de clandestinidade da época", evidenciamos que, além dos artigos de primeira necessidade⁸²⁹ transaccionou-se para a Espanha, no período imediato à II Guerra Mundial, a sacarina em bruto⁸³⁰, os automóveis velhos⁸³¹, os ovos⁸³², as linhas⁸³³, o arame⁸³⁴. Há, também, a destacar a prata em

⁸²⁶ - O contrabando do *sabão rosa* perdurou até aos inícios da década de setenta e, por curiosidade, nos Verões de 2002 e 2003, residentes em Senderiz, Sabariz, Queguas e Torneiros do Rio Caldo perguntaram-nos se ainda existia, pois não o conseguiam adquirir desde os anos setenta (...) *tinha sido o melhor sabão que encontraram* (...).

⁸²⁷ - Uma preocupação comum aos nossos interlocutores galegos, quer residentes na Fraga, Taboazas, Grou (San Martiño), Grou (Stª Cruz), Gaiás, Vilariño (San Xes), Sabariz, Canle, quer na Pereira, Olelas, Illa, ou Quintela, foi destacar, com decisão o facto de durante o período bélico, não poderem cultivar um simples quintal, pois, quando os hortícolas despontavam, de imediato, eram usurpados, durante a noite, pelas milícias, assim como era-lhes impossível criar galináceos e coelhos, ou, armazenar outros géneros e alimentos, pois o normal e o usual era a entrada impetiva, pelas mesmas forças, a qualquer hora do dia, ou, da noite, a fim de usurparem todo o tipo de bem considerado necessário.

⁸²⁸ - Estabelecemos "épocas" e respectivos eixos de percurso privilegiados, que caracterizam, em nosso entender, os diferentes períodos, ou, talvez melhor, "etapas" do contrabando, em função não só das espécies transaccionadas, como da importância do respectivo volume.

⁸²⁹ - Recordamos o sal, o café, o açúcar, pedras de isqueiros e fósforos (proibidas na década de quarenta/cinquenta em Espanha), as sardinhas, o bacalhau, as vassouras, os tecidos, as louças, por exemplo.

⁸³⁰ - Um "comércio" muito intenso durante a Guerra e a década de cinquenta.

⁸³¹ - Com a Guerra Civil as pessoas ficaram sem os automóveis, porque foram requisitados pelas autoridades, mas, conservaram os respectivos documentos. Terminada a Guerra Civil, vinham a Portugal comprar, num sucateiro, um carro, desmontavam-no e transportavam-no para Espanha, onde era "identificado", de acordo com a documentação que o comprador possuía.

bruto⁸³⁵ e a trabalhada⁸³⁶, as barras de ouro⁸³⁷, de estanho e de cobre⁸³⁸, enquanto a Portugal afluíam as moedas em prata⁸³⁹, o chocolate, a pana (bombazine), o *clorato*⁸⁴⁰ e instrumentos da lavoura, nomeadamente as sacholas⁸⁴¹, os arados em ferro⁸⁴² e respectivas peças soltas, que

A título de curiosidade, vários residentes no vale do Grou e distribuídos por Canle, Sabariz e Caballeiros espontaneamente, nos falaram no automóvel transportado por *muitos carros de bois que foram alugados em Castro Laboreiro*, transpuseram a fronteira no marco 36, para chegarem a Canle.

Também nos relataram em Castro Laboreiro os casos do automóvel e do camião desmontados em Melgaço, que, pelo Rodeiro atingiram o marco 23 em direcção a Bangueses.

O contrabando de peças de automóveis, como motores foi, também, muito vulgarizado, havendo, apenas, a preocupação de lhes alterarem o número, de acordo com o exarado nos documentos com "idade" anterior ao período da Guerra Civil.

⁸³² - O contrabando dos ovos foi muito significativo na segunda metade da década de quarenta e os anos cinquenta. Eram transportados em cestos, por homens que *carregavam*, em valores médios, vinte e cinco a quarenta dúzias. Era uma mercadoria, que embora *seja leve, é de difícil transporte*, em virtude de uma fragilidade, que não se compadece com os passos mais apressados, ou, mesmo de corrida, que aconteciam, quando os homens eram, por exemplo, preseguidos pela Guarda Fiscal e ou Carabineiros.

O nosso interlocutor de Rouças, por exemplo, dispunha, em cestos, "camadas" de ovos intercalados com "camadas" de farelo de milho. Na Gavieira os ovos eram produzidos *pelas galinhas das mulheres* residentes, que os vendiam nas lojas locais, que "abasteciam" os "passadores" que, a título individual, os transportavam a Olelas, Pereira ou Illa.

Por curiosidade, um dos nossos interlocutores residente em Parada do Lindoso, quando fazia o transporte de quinze dúzias de ovos, entre os Arcos de Valdevez (onde eram adquiridos, principalmente na feira quinzenal) e o Vao, necessitava de duas noites (a primeira para deslocar os ovos dos Arcos de Valdevez a Parada; a segunda para efectuar o percurso desta localidade à localidade espanhola) o *patrão* pagava-lhe 180\$00 (100\$00 pelo transporte dos Arcos a Parada e 80\$00 pela deslocação até terras espanholas).

Caso o transportador tivesse um problema com as autoridades alfandegárias, mesmo junto à *casa de comércio* em que era suposto colocá-los e perdesse a mercadoria, já, não recebia qualquer pagamento, embora tivesse efectuado todo o percurso a que se tinha comprometido.

⁸³³ - Um tráfego muito denso na década de cinquenta.

⁸³⁴ - O arame transaccionou-se, sensivelmente, desde os anos cinquenta até a meados da década de sessenta.

⁸³⁵ - Transaccionou-se ao longo do período que antecedeu a II Guerra Mundial, assim como durante a própria Guerra.

⁸³⁶ - A prata trabalhada eram peças soltas, adquiridas por grupos específicos, que as vendiam aos "passadores", em Melgaço, que as transportavam em mulas, a Castro Laboreiro para, em seguida, percorrerem os trilhos clandestinos da fronteira.

⁸³⁷ - Após a II Guerra Mundial, décadas de cinquenta e sessenta. Um nosso interlocutor residente em Queguas referiu-se este "negócio", como um dos mais difíceis, envolvendo muito pouca gente e, sobretudo, rica, pois exigia um grande capital, pelo que era designado *pelo negócio da bolsa negra*. O contrabando dos lingotes de ouro também nos foi referido, de modo espontâneo, por residentes em Sabariz, Vilarinho (San Xes), Pereira e Cabaleiros (San Martiño).

Quando abordamos outros interlocutores limitavam-se a comentar *era um contrabando só para ricos (...)* e *de muito poucos (...)* ouvia-se falar, mas não se sabia como se passava.

De facto, nenhuma das pessoas que referenciaram este tipo de contrabando, mostraram-se desconhecedoras do processo em que se desenrolava, o que não, em certos casos, nos convenceu, mas que tivemos de aceitar.

Contudo, conseguimos através de um octogenário, que fora Guarda Fiscal no posto de Melgaço, confirmar a "importância" do contrabando dos lingotes de ouro, que chegaram a Portugal, por via marítima, num barco, *altamente secreto*, que partira de Macau.

⁸³⁸ - Tanto o estanho como o cobre vinham em barras com a forma *de um jugo das vacas*, pesando cada uma vinte e cinco quilogramas. Conforme nos informou o nosso interlocutor de Caballeiros (San Martiño) ia adquiri-las à Vila, em Castro Laboreiro, ou, à fronteira, ou então, a *um sítio combinado com os homens de Castro*, onde eram escondidas, para em Caballeiros, ou, no Valoiro serem colocadas, durante a noite, num camião, que as transportava para Ourense e outras cidades.

Desconhecia os verdadeiros mentores deste esquema de contrabando, que intitulou como um *contrabando caro, do alto*, quer em Portugal, quer na Espanha, mas, o responsável pelo "negócio" em Castro "acertava" com a guarda fiscal uma determinada quantia por cada carga efectuada, eliminando, deste modo, os perigos da "transferência".

Contudo, houve percalços, como o caso da noite em que os Carabineiros surpreenderam na Cabeça Vella, próximo da Terracha (Entrimo), *uma carga* de barras de cobre, transportada por vinte e duas mulas, que nos foi mencionada, de forma espontânea, pelos residentes, quer no vale do Grou, quer no de Pacín, preocupando-se, contudo, os nossos interlocutores da Illa em esclerecer que a apreensão se tinha verificado devido a uma denúncia, por represália.

Mas, voltando, propriamente ao caso das barras, eram transportadas em mulas (cada mula carregava 100 Kgs), ou então, pelos rapazes novos e fortes (um rapaz conseguia *carregar* 50 Kgs).

O nosso interlocutor de Cabaleiros, por exemplo, conduzia catorze *mulas vazias* para a Vila, em Castro, sendo duas mulas "controladas" por um homem, que recebiam 400 pesetas por dia, ou melhor, noite.

O estanho e o cobre eram matérias-primas utilizadas nas fundições. Contudo, se o "escoamento" do cobre em barra predominou na década de cinquenta, com a implementação e alargamento da rede eléctrica, a procura "voltou-se", na década de sessenta, para o fio de cobre.

⁸³⁹ - Após a Guerra Civil com a adopção da nova moeda, a *peseta*, a velha moeda em prata, o *peso* perdeu o valor fiduciário, pelo que se revalorizou pela prata que o constituía, sendo muito "procurado" não só em Portugal como nos países da América Latina, as antigas colónias espanholas.

Por curiosidade, dizia-nos uma residente em Pereira muito ligada ao contrabando, que adquiria uma moeda em prata por quinze pesetas para a vender em Portugal por setecentas.

⁸⁴⁰ - Matéria-prima para a produção dos foguetes.

⁸⁴¹ - Instrumentos agrícolas, que eram vendidos aos lavradores das redondezas. Grandes clientes das sacholas eram os trabalhadores dos Serviços Florestais, na década de cinquenta, quer os da margem direita, quer os da margem esquerda do Lima.

⁸⁴² - Meados da década de cinquenta a inícios dos anos sessenta.

muito se rompiam, como os *bicos* e os *rastos*, além do azeite, das bolachas, das galochas, quer para homem, quer para mulher, e dos brinquedos, por exemplo.

Mas, retomemos a continuidade do raciocínio temporal, sobre as actividades "informais" na área em estudo. Se este tipo de contrabando começou a declinar, sensivelmente, nos meados da década de cinquenta, em função da forte emigração espanhola, nos primeiros anos, para os países da América Latina, as antigas colónias, em que se destacou a Venezuela e, na parte final da década, para a França, não foi sinónimo de desaparecimento desta actividade submersa. Pelo contrário, atingiu as maiores proporções nas décadas de sessenta/setenta pelo volume de "mercadoria" envolvida, concretamente o gado, o café e o tabaco, a que se acrescentam os electrodomésticos, as televisões, os rádios, as máquinas de jogos, enfim, toda a gama⁸⁴³ que circulava, quer por Castro Laboreiro, quer pelo Lindoso e pela Várzea, para Espanha.

Este aumento do volume do tráfego está, em certa medida, directamente relacionado com a abertura de novas vias, mesmo em terra batida⁸⁴⁴, que permitia a circulação de camionetas até próximo da fronteira, pelo que no caso de Castro Laboreiro e das povoações dos vales do Grou e do Montaña, a mula, o meio de transporte de "longa distância", ter sido substituída pelas carrinhas e camiões, que, utilizando a rede de caminhos florestais, aproximavam a carga da fronteira⁸⁴⁵, limitando-se na linha política e divisória dos dois países, os homens a transportá-la, no dorso, durante parcas centenas de metros, em casos excepcionais⁸⁴⁶, alguns quilómetros, o que justificaria, também, em nossa opinião o redimensionamento dos mercados envolvidos, que passaram a incluir, em termos de distância absoluta, não só lugares muito mais distanciados, como um maior efectivo de clientes caracterizados, também, por um nível mais elevado de poder de compra (Fig. 101, p. 359).

⁸⁴³ - Adquiriu uma grande popularidade, nos anos setenta, toda a gama Grundig, como nos fizeram questão em evidenciar, no Verão de 2003, os nossos interlocutores lusos e galegos.

⁸⁴⁴ - Diziam-nos em Castro Laboreiro, que nos finais da década de cinquenta *já começaram os espanhóis a terem bons caminhos*, os florestais, que lhes permitiam *fazer o transporte em camiões*. Assim, na parte portuguesa transportava-se a mercadoria em mulas, que contrastavam *no lado de lá* com os veículos de rodas.

Este desequilíbrio nos meios de transporte exigia o envolvimento de um maior número de carregadores lusos, para assim, num mesmo tempo, responder ao cumprimento dos tempos determinados pelo veículo com motor de explosão.

⁸⁴⁵ - À alteração do meio de transporte, está associada à "alteração" verificada nos locais, ou melhor, nos marcos considerados estratégicos na *passagem* da fronteira. Assim, a Portelinha adquire uma nova importância, pelo facto de ser o lugar castrejo mais próximo dos marcos, que passam a ter uma maior frequência, o três e o dois, em detrimento daqueles que conectavam o Penedo do Anamão, aos 47 a 42, ou então, os que envolvem, globalmente, a Seara e os Portos de Cima, os 29 a 36.

No caso da "utilização" do marco 3, a mercadoria vinha em camiões até à localidade galega da Assureira e daí era transportada em mulas, que atravessavam o Trancoso, e atingiam Alcobaca (lugar vizinho da Portelinha), ou então, eram direccionadas para o marco 3 rumo à Portelinha.

A Ameijoeira destaca-se pelo facto da estrada proveniente de Entrimo a atingir nos anos cinquenta, continuando-se, em território luso, até ao lugar da Vila, apenas, na década de oitenta.

⁸⁴⁶ - As distâncias dilatavam-se quando, por motivos variados, mas esporádicos, ao esquema implementado de vigiância "escapava" o controle fiscal.

Ora, o gado, nomeadamente o bovino, ao usufruir pastagens de pertença comum às comunidades de ambos os países, tornou-se, desde sempre, o bem "mais fácil" de transaccionar⁸⁴⁷, pois, uma vez no pasto, "naturalmente" engrossava a outra manada para não mais regressar⁸⁴⁸.

Por curiosidade, recordamos a legislação que, em 1920, impôs a obrigatoriedade do manifesto do gado⁸⁴⁹ em todas as freguesias lusas a uma distância inferior a 10 Km da linha de fronteira, no intuito de restringir o forte escoamento, que se verificava na época, mas que, provavelmente, apenas, seria efectivamente conseguido pela fiscalização rigorosa ao longo da fronteira, "apreendendo-se aí todo o gado com destino a Espanha"⁸⁵⁰. Como este surto na "exportação" de gado, apenas, terminou quando as duas moedas nacionais atingiram um equilíbrio cambial, já, se não justificava, em 1924, a vigência da referida lei⁸⁵¹.

Constatámos que na memória dos nossos interlocutores surgia, sempre, em primeiro lugar, como mercadorias de contrabando os animais, bovinos, caprinos e ovinos, cujo fluxo se intensificava de acordo com o calendário das feiras, os locais privilegiados, para as transacções, que tinham por finalidade fazê-los chegar às grandes cidades, as limítrofes, como Ourense, ou, as distantes Madrid e Barcelona, quando não o conseguiam, de imediato, através dos camiões, que partiam, por princípio, do Valoiro, Caballeiros, Entrimo e Lobios (Fig. 101, p. 359).

Se neste período o tráfego se fazia sentir nos dois sentidos seria, contudo, mais intenso em direcção à Galiza⁸⁵², além de ficarmos convencidos, no caso dos bovinos, que, para Portugal, eram "recambiados" os animais velhos, esgotados, por vezes adoentados, enquanto para a Espanha se escoavam, preferencialmente, os vitelos e os jovens aptos para o trabalho, sendo na primeira década do séc. XXI recordados pela qualidade os bovinos de Ponte de Lima⁸⁵³.

⁸⁴⁷ - Como nos referiram, por exemplo, em Olelas, Pereira, Lindoso, Soajo, Grou (San Mamed), Fragas, Vilariño (San Xes), Castro Laboreiro, Entrimo, Illa ... *o gado andava no monte todo junto (...) os carabineiros e a guarda fiscal, não distinguiam o gado português do espanhol.*

Como já o afirmámos, podemos constatar, em Maio de 2003, nos prados naturais do planalto castrejo, a "manada internacional".

⁸⁴⁸ - Situações curiosas nos contaram no Lindoso, nomeadamente em Parada, a envolverem a Guarda Fiscal, que cobria de serrim e areia os carreiros que conduziam à fronteira sobranceira ao Cabril, na expectativa de que os homens na calada da noite, carregados de mercadoria deixassem as marcas das respectivas passadas. Contudo, estes, sempre muito cautelosos, faziam passar, previamente, pela senda a colcorrear, várias unidades de gado, confundindo, deste modo, os agentes da autoridade.

⁸⁴⁹ - Decreto Lei 6.412 de de 20 de Fevereiro de 1920, alterado pelo Decreto 6.461 de 2 de Março do mesmo ano.

⁸⁵⁰ - Sem autor, *Jornal A Concórdia*, 29/8/1920, Ano I, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸⁵¹ - Sem autor, *Jornal A Concórdia*, 14/12/1924, Ano IV, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸⁵² - Não nos esqueçamos das expressões dos nossos interlocutores galegos, independentemente, do local de residência, que quando os questionávamos sobre o comércio do gado exclamavam *tudo por aqui era contrabando de gado.*

⁸⁵³ - Recordamos o nosso interlocutor residente na Pereira, que se dirigia ao Mareco, e, sempre pelo monte, passava na Portela do Lagarto e atingia a freguesia limítrofe de Castro Laboreiro, Lamas de Mouro, onde na aldeia de Alcobaça encontrava os *passadores* com os quais fazia o negócio das vacas de Ponte de Lima. De regresso, sempre a pé, tangia o gado recém-adquirido, saindo de Portugal, também, pelo Mareco, após os bovinos terem "mergulhado" nas águas límpidas do Laboreiro, em direcção a Pereira.

Vendia o gado, ou, na Pereira e povoações limítrofes, ou, em Entrimo, nos dias de feiras, o primeiro e o décimo sexto dia de cada mês. Contudo, para se poder apresentar na feira, cada animal precisava de um documento, tipo "bilhete de identidade", o *vindin*, que não era difícil

Além da "passagem franca" que as pastagens comuns proporcionavam, quer no *planalto* castrejo, no Quinxo, ou, na serra Amarela, espontaneamente os nossos numerosos interlocutores referiam-nos como outros nós principais do tráfego de gado o Mareco/Pereira e a Mistura das Águas⁸⁵⁴/Olelas⁸⁵⁵.

Com a "nova" rede viária implementada, quer na área lusa, quer na galega, verificou-se um incremento do "comércio submerso" do gado bovino, que envolveu grandes quantidades, só possível porque existiam os padrões locais, os responsáveis perante a "organização sem rosto", pela angariação dos transportadores, os jornaleiros ilegais, e pelas "negociações" com as autoridades fiscais, capazes de garantir a estabilidade necessária à travessia com sucesso da linha de fronteira, sempre efectuada a pé, como no caso do "planalto" castrejo⁸⁵⁶.

Por curiosidade, um outro movimento de animais com um certo impacto⁸⁵⁷, mas sem tradição, correspondeu, nos anos oitenta, à entrada de suínos⁸⁵⁸ oriundos de Espanha, que chegavam, por exemplo, em Castro Laboreiro, em camião, na calada da noite, junto ao marco 3, onde eram entregues aos homens castrejos, que os tangiam até à estrada, na época designada de nacional, na Portelinha⁸⁵⁹ para os transportarem, para o abate, a Vila Verde e Vila Nova de Famalicão.

Nesse mesmo período e em função das novas acessibilidades, fluxo intenso⁸⁶⁰ envolveu os congelados⁸⁶¹, mariscos e "peixe", além das bananas, a das Canárias, que, transportados da Corunha, ou, de Vigo, atingiram toda a fronteira, nomeadamente, a limiana em estudo, e que exemplificamos, com Castro Laboreiro, cujas "entradas" se processavam pela Portelinha⁸⁶², ou, pela Ameijoeira⁸⁶³.

conseguir, pois em Celanova havia uma rede organizada, que disponibilizava cada bilhete de "identidade", ou talvez melhor, de "naturalidade" do animal, em troca de duas pesetas.

Os negociantes iam à fronteira, ou então, a Castro Laboreiro, nomeadamente, à Vila, Cainheiras e Laceiras, adquirir o gado nos *passadores*, vendendo-o aos agricultores, que, por princípio *se deslocavam ao seu comércio*.

Curiosamente, esta descrição veio confirmar a conversa informal, que tínhamos tido, dois meses antes, com um residente de Grou (Stª Cruz), quando se referiu à sua compra de *uma vaca de Ponte de Lima*, tendo, para isso deslocado-se à Pereira, pelo que atravessou o rio Grou, passou por Ferreiros (Grou San Mamede) e Guxinde, demorando um dia, pois saiu às seis da manhã e chegou a casa às quatro da tarde.

⁸⁵⁴ - Quer a "passagem" do Mareco, quer a de Mistura das Águas, "obrigava", quando o caudal do rio Laboreiro era volumoso, que os animais fizessem a travessia a nado, "motivada" por uma corda que era fixa a cada uma das margens, após atada nos cornos do animal, que depois de empurrado para o rio, era conduzido, a nado, para a margem oposta.

⁸⁵⁵ - Diziam-nos em Olelas, *o gado vinha de todos os lados*, ou seja, dos lados da "vila" do Soajo, Cunhas, por Paradela e pela Várzea, além dos Ribeiros pela Mistura das Águas.

⁸⁵⁶ - Incidia preferencialmente nas áreas que envolvem, respectivamente, os marcos 2, 3, 10, 18 e, esporadicamente, o 36.

⁸⁵⁷ - Durou, sensivelmente, desde os meados da década de setenta até à abertura da fronteira.

⁸⁵⁸ - Entravam uma média de quinhentos exemplares por semana.

⁸⁵⁹ - Os animais, por natureza barulhentos, quando a caminho dos camiões, que os agurdava, passavam, sensivelmente, a uns duzentos metros do posto da Guarda Fiscal.

⁸⁶⁰ - Perdurou, sensivelmente, desde a década de setenta até à abolição da fronteira, em 1986.

⁸⁶¹ - Mariscos, polvo, pescada, por vezes, bacalhau, além das bananas.

⁸⁶² - Uma vez a mercadoria na Assureira, mas a espanhola, era transportada em mulas, pelo marco 3, até à Portelinha, onde a aguardavam outros camiões.

Curiosamente, não esquecemos o fogo de artifício produzido na década de oitenta em Oleiros, concelho de Ponte da Barca, "transaccionado" na Várzea/Olelas e utilizado na festa anual da Illa, fluxo que terminou em virtude de um dos artesãos ter casado com uma autóctone e, por conseguinte, ter surgido uma nova unidade de produção em terras galegas.

Mas, debrucemo-nos sobre as outras transacções com muitas décadas de existência e bem presente na memória das populações mais idosas, que envolviam mercadorias oriundas de outros continentes, a do café e a do tabaco, logicamente o "americano".

Comecemos pelo tabaco e com o exemplo de Castro Laboreiro, precisamente para o período dos finais dos anos sessenta e durante toda a década de setenta, época identificada por um movimento intenso em direcção à Espanha⁸⁶⁴.

Transportado para a costa em pequenos barcos, que em autêntica cabotagem, o distribuíam pelo litoral e, em situações particulares, nas próprias margens do rio Minho. Uma vez recolhido nos camiões, que circulavam em vias pouco frequentadas, em terra batida, transpunham Melgaço, para através do vale do Trancoso atingirem Castro Laboreiro, onde as mulas o transportavam a vários sítios⁸⁶⁵ da fronteira em direcção a Espanha (Fig. 101, p. 443).

Se o comércio do tabaco adquiriu notoriedade, nomeadamente, no planalto castrejo, o movimento de maior impacto teria sido, sem sombra para dúvidas, o relacionado com a trasacção do café, cuja importação, desde sempre, foi dificultada pelas autoridades espanholas.

Embora o fluxo fosse intenso e sensivelmente constante, a travessia do limiar político era efectuada, sempre a pé, em pequenas quantidades, pois o cheiro activo que exarava traía o processo mais *suis generis*⁸⁶⁶ utilizado pelo transportador.

Mas, quando na década de sessenta a torrefacção passou a efectuar-se em localidades espanholas, como Ourense, iniciou-se um novo ciclo, em virtude do café *em cru*, ou seja, não torreficado, não exarar cheiro e, portanto, ser muito mais fácil iludir as autoridades fiscais.

Este facto coincide com o aumento da produção em Angola⁸⁶⁷ e a abertura de novos acessos, principalmente em Espanha, pelo que, se por um lado, os "passadores" a título

⁸⁶³ - Por simples curiosidade, à Ameijoeira chegavam camiões com catorze toneladas de mercadoria, que, a distribuíam por dois veículos de menor dimensão, em virtude da estrada, ainda em terra batida, Ameijoeira/Vila, não reunir condições de segurança para a circulação de unidades de semelhante calibre.

⁸⁶⁴ - Lembrámos a notícia que recolhemos no jornal *O Povo da Barca* de 4/3/1900 e que nos reporta para a entrada de tabaco clandestino oriundo da Espanha. Pelo trabalho que efectuámos, tiramos a dilação de que o fluxo tanto se efectuou em sentido a Espanha, ou, a Portugal, dependendo, por exemplo, das condições reunidas no momento e da marca a transaccionar.

⁸⁶⁵ - Os sítios mais utilizados eram assinalados pelos marcos 10 (para Gorgo), 18 (para Mociños), 23 (para Bangueses), 42 (para Queguas) e 47 (para Vencéans).

⁸⁶⁶ - Um dos processos utilizados, por exemplo, consistia em encher de café, um garrafão, até ao gargalo, a que se sobrepunha uma camada de unto capaz de o isolar do vinho, que acabava por encher o garrafão, para em seguida, ser tapado com a devida rolha.

⁸⁶⁷ - Na década de sessenta e primeiros anos da de setenta, se o café provinha essencialmente de Angola, também se transaccionava grandes quantidades oriundas do Brasil.

individual proliferaram, por outro, implementaram-se novos esquemas, com o predomínio dos "patrões locais", que em coordenação com os principais gestores sediados em Lisboa e em Ourense, faziam chegar à fronteira camiões de grande porte carregados com toneladas do produto, que se armazenava, enquanto se aguardava pelos momentos mais oportunos para que grupos de homens, lusos e espanhóis, a pé, fizessem o seu transporte, através da fronteira em direcção ao país vizinho.

O *negócio do café* envolveu a grande maioria dos limianos de raia, pelo que desde as mulheres e homens galegos e lusos, a título individual, ou, debaixo de ordens do "patrão", aos donos de *tendas*, que acompanhavam as suas mulas e os seus homens, quer até aos marcos da fronteira, quer até às *comércios*, ou, então, aos *bandos de homens*⁸⁶⁸ oriundos Xinzo de Limia e Celanova que, durante anos, a pé, transportaram muitos milhares de toneladas⁸⁶⁹, incrementando-se, assim, um fluxo que se iniciava na região de Lisboa, para terminar nas torrefacções espanholas, ou, talvez melhor, no consumidor individual⁸⁷⁰.

Um outro tipo de "actividade submersa", nas décadas de sessenta e setenta, mas directamente relacionada com o sistema cambial, envolveu as remessas, em francos franceses, dos emigrantes galegos, dando azo a verdadeiras bolsas negras localizadas, por exemplo, no Ribeiro de Baixo, nos Caballeiros, em Sabariz e na Pereira.

Os francos eram entregues aos "intermediários", que se deslocavam aos balcões das filiais bancárias sediadas em Portugal, por princípio em Melgaço, ou, em casos esporádicos, quando o volume das quantias o justificavam, às vilas mais afastadas, para serem convertidos em escudos, moeda trocada, em Espanha, pela peseta.

A justificação para semelhante tipo de movimento incidia no facto de, por um lado, as autoridades francesas permitirem, apenas, o envio da moeda proveniente dos horários normais de trabalho⁸⁷¹, por outro, pelo maior quantitativo em pesetas, quando resultante das duas reconversões.

Por princípio, os "agentes" responsáveis por semelhantes transacções eram os donos dos grandes *comércios* ou, então, elementos, a título individual, como o caso do Ribeiro de Baixo⁸⁷².

⁸⁶⁸ - *Bandos*, que podiam atingir vinte a trinta, como cinquenta a sessenta homens.

⁸⁶⁹ - Cada homem transportava, por princípio, uns vinte e cinco a trinta quilogramas de mercadoria, mas, poderiam atingir os quarenta, ou mesmo, os cinquenta quilogramas, casos se tratasse de jovens fortes e robustos.

⁸⁷⁰ - Com a revolução dos cravos, praticamente, terminou este movimento clandestino, que animou, praticamente duas décadas as comunidades em estudo.

⁸⁷¹ - A exemplo dos emigrantes portugueses, era no trabalho extra, que se conseguia, de facto, melhorar, substancialmente, o "pé de meia".

⁸⁷² - Era um senhor *de muita idade*, na casa dos oitenta anos, *sem saber ler*, que durante muitos anos, converteu os francos dos emigrantes de Olelas e redondezas, *sem nunca se ter enganado*, conforme nos informava, com admiração, uma residente de Olelas no Verão de 2003.

Mas, as sendas e carreiros em que proliferam as *lapas* e rochedos com formas curiosas foram, também, em pleno século XX, testemunho das angústias e sobressaltos dos foragidos da Guerra Civil Espanhola e, mais tarde, como já o referenciámos, dos homens portugueses, que *a salto* pretendiam atingir a França.

Lapas e rochedos que foram abrigo dos fugitivos da Guerra Civil, principalmente durante o dia natural, uma vez que, quando a noite chegava, refugiavam-se nas casas dos amigos portugueses⁸⁷³, e, mais tarde, nas décadas de cinquenta/sessenta, dos transeuntes lusos, ávidos de trabalho, que esperavam um a dois, ou, mais dias, pelo "passador", que os conduziria à fronteira franco-espanhola⁸⁷⁴.

Histórias de vida, umas, dramáticas, outras consideradas de sucesso, encerram os trilhos e sendas de este Lima raiano, os materializadores de movimentos multisseculares, que variaram de acordo com as épocas, com os bens e pessoas em circulação, mas, sempre sintomáticos de modos de vida paralelos, que o limiar político não conseguiu esvaír, apesar dos sistemas controladores alfandegários, que o raiano soube aproveitar num esforço em conseguir a subsistência familiar, ou, um "significativo pé de meia"⁸⁷⁵, sem esquecer aqueles cujas "travessias" justificavam atingir novos horizontes, os de uma Europa Comunitária que emergia da Guerra considerada a mais mortífera na escala temporal.

4.2.2. A caminho da Peneda: as peregrinações das gerações seniores

Se a aldeia da Peneda, como já o questionámos, adquiriu expressão no século XVIII, em virtude da fixação dos trabalhadores e respectivas famílias, que se deslocavam para participarem nas obras do Santuário, o culto à Senhora das Neves estaria, já, implementado há várias dezenas, talvez melhor, centenas de anos⁸⁷⁶.

⁸⁷³ - Os foragidos da Guerra Civil não estavam seguros nas aldeias lusas, em virtude da boa colaboração entre a polícia secreta portuguesa e as autoridades espanholas, o que justificava as incursões frequentes e assíduas das duas entidades, em operações separadas, ou, combinadas, às residências lusas, em busca daqueles que entendiam ser "cabecilhas" importantes, ou, simplesmente, homens a recrutar para a frente da batalha. Por este facto, permaneciam todo o dia escondidos nas *lapas* e rochedos, onde lhes era levado alimentos e água, sempre que a população, galega e portuguesa, conseguisse "escapar" às respectivas vigilâncias policiais.

⁸⁷⁴ - Portugueses, que já tinham passado a fronteira luso-espanhola e que aguardavam pela melhor ocasião para circularem pelas estradas e caminhos espanhóis, de modo a ultrapassarem no horário "mais conveniente" a fronteira franco-espanhola.

⁸⁷⁵ - Recordamos a septuagenária residente na Pereira, que em Maio de 2003, nos mencionou, com muito orgulho, as quatro casas de que era proprietária (duas na Pereira e as outras duas na sede do concelho, Entrimo), mercê de todo um trabalho, que a título individual, desenvolveu durante as longas décadas, em que a "actividade submersa" foi muito frutífera.

⁸⁷⁶ - Desconhece-se a época em que teria surgido o fervor mariano, mas, a primeira metade do séc. XIII poderá ser aventada, se se considerar a descrição de Frei Pedro Gonçalves, mais tarde, S. Telmo, que faleceu no tempo do Bispo D. Lucas, que regeu a Sé de Tui de 1239 a 1249 e mencionada no *Agiológio Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*:

"(...) Da Galiza passou a Portugal e na Província de Entre Douro e Minho residiu mui de assento, ora no hospital de Guimarães (...) ora na ermida de Nossa Senhora da Peneda, que fica em alta penhasca na comarca de Valença (...)"

Frei Pedro Gonçalves, Dominico, 1657, "Agiológio Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas" in Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, Uma Jóia do Alto Minho*, Braga, pp. 24-25.

Contudo, o culto à Senhora das Neves, na Peneda, poderia ter tido um grande incremento na segunda metade do séc. XVI devido às grandes epidemias que grassaram por todo o país, nomeadamente, em Braga e Viana do Castelo, o que justificaria a deslocação de assinalável número de devotos à Peneda, a solicitarem a protecção da Virgem de semelhante flagelo.

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, Uma Jóia do Alto Minho*, Braga, p. 25.

Se datam da primeira metade do séc. XVIII as primeiras referências escritas⁸⁷⁷ sobre o "fenómeno" da Peneda, já, no séc. XVII existia uma ermida⁸⁷⁸, com capelão privativo (1736), que seria o pólo de romagem de muitos peregrinos, quer minhotos, quer galegos, que aumentariam em ritmo acelerado nas décadas e séculos posteriores⁸⁷⁹.

Local despovoado e com difíceis acessibilidades, a Peneda oferecia aos seus visitantes condições inóspitas de alojamento⁸⁸⁰, as *lapas* e *grutas* que proliferavam e, ainda hoje se dispersam na área circundante. Assim, iniciou-se, em pleno séc. XVIII, um complexo de obras grandiosas, que abrangeram não só a construção de um Santuário⁸⁸¹, muito mais amplo, relativamente à Igreja, que existia, como a de edifícios grandiosos, os *quartéis*, destinados a alojar os romeiros, além de, gradualmente, se abrirem e corrigirem os caminhos, que à aldeia convergiam.

Quartéis que, ainda, hoje se impõem na aldeia e que são alvo de fortes remodelações, nesta primeira década do séc. XXI, personificam a necessidade imperiosa em se conseguir, desde longa data, alojamento para os milhares de peregrinos, que, ainda, nas primeiras cinco a seis décadas do século XX, se deslocavam, a pé, de locais tão distantes, como os dos concelhos de Melgaço, Valença, Caminha, Monção, Ponte de Lima e Viana do Castelo, ou, das terras galegas de Xinzo del Lima, Ourense, Celanova, Randím e Baltar, por exemplo.

Preocupámo-nos, como já o afirmámos, em redescobrir os eixos principais que os peregrinos, na primeira semana de todos os Setembros, percorriam para prestarem o seu culto à Senhora das Neves, a da Peneda.

Privilegiámos os itinerários percorridos pelos devotos galegos, na transposição da fronteira, pois, somos de opinião, que a sua redescoberta corresponde a mais um contributo para o conhecimento aprofundado das relações transfronteiriças no Noroeste Peninsular.

⁸⁷⁷ - Os primeiros Livros de Receitas e Despesas, precisamente, uma tomada de contas, com a referência dos tesoureiros e o montante global da despesa e receitas anuais, datam de 1719, assente numa antiga ermida muito visitada por romeiros de perto e de longe, de todo o Minho e além fronteiras

⁸⁷⁸ - Um casal residente na freguesia limítrofe de Riba de Mouro exarou no testamento que efectuou no tabelião de Tangil em 1695, "(...) deixavam à Senhora da Peneda cada um deles sua missa no ano em que cada um deles falecesse e se daria a esmola de oitenta réis (...)".

Ermida que foi substituída por "uma igreja com um espaço para trezentos pessoas e com sua capela-mór", conforme o descreve, nos inícios do séc. XVIII, o Frei Agostinho de Santa Maria em *Santuário Mariano*.

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, Uma Jóia do Alto Minho*, Braga, pp. 28-31.

⁸⁷⁹ - Por curiosidade, referimos as residências de um grupo de devotos, que contribuíram com esmolos para a ajuda das obras em execução, exarado no *Livro de Contas da Confraria, no triénio de 1752-55*, que se distribuem pelos actuais concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Vila Verde, Entrimo, Porto e um emigrante no Brasil, mas, natural dos Arcos de Valdevez.

⁸⁸⁰ - Os peregrinos acomodavam-se entre os matos e rochedos, conforme descrição do Frei Agostinho de Santa Maria em *Santuário Mariano*. Pintor, P. Manuel A. Bernardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, Uma Jóia do Alto Minho*, Braga, p. 30.

⁸⁸¹ - Este Santuário, cuja construção data do séc. XVIII, foi substituído no séc. XIX, por aquele que, ainda hoje impera sob o "olhar" atento do rochedo imponente, que é o da Meadinha.

Nas inúmeras conversas informais⁸⁸² que mantivemos com galegos e portugueses, todos foram unânimes em afirmar que a devoção à Senhora da Peneda mobilizava na semana das Festas⁸⁸³, em Setembro, *aldeias inteiras*, ficando, simplesmente, os inválidos, os idosos e os muito jovens⁸⁸⁴.

Pelas descrições que nos efectuaram, de ambos os lados da fronteira, o ambiente vivido nessa semana era muito *sui generis*⁸⁸⁵. De cada aldeia, lusa ou galega, partiam os romeiros em grandes grupos, munidos de uma vara, na qual se apoiavam, do fanel, da pequena *trouxa* e dos indispensáveis instrumentos musicais, não se esquecendo, por exemplo, os portugueses do cavaquinho, da flauta e da concertina, enquanto os galegos do bombo, do reco-reco e da pandeireta. Partiam, por princípio, com o pronúncio do crepúsculo da manhã e ao som das cantigas, que os jovens, rapazes e raparigas, faziam ecoar pelo silêncio da *montanha*, ou, pelas ruas das aldeias, que iam atravessando. À medida que se deslocavam, cruzavam-se, sucessivamente com outros grupos, que, em conjunto, continuavam a caminhada (Fig. 102).

Distinguimos os galegos oriundos das aldeias e lugares mais afastados, que se faziam transportar em mulas e jericos, que, uma vez chegados à fronteira⁸⁸⁶, por exemplo, às aldeias de Pereira e Bouzadrago⁸⁸⁷, tinham que deixar os animais, em famílias, já, com "reservas" de cortes para os abrigar e, claro, alimentar⁸⁸⁸, pois as autoridades alfandegárias, apenas,

⁸⁸² - Ao não pretendemos estudar as Festas, limitámo-nos, apenas, em conseguir entender a materialização de comportamentos dos nossos interlocutores, personagens com idade superior a seis décadas, em espaços que retractam uma época, já, ultrapassada pela profundas transformações sociais.

⁸⁸³ - As festas decorrem entre o dia trinta e um de Agosto e oito de Setembro de cada ano.

"(...) Os romeiros começam a afkuir a 28 de Agosto para assistir às novenas. Todos os dias seguintes entra e sai gente de forma a que nunca se juntam todos os romeiros e é bom porque se assim não fosse não caberiam no recinto da romaria (...).

Um romeiro, *Jornal A Concórdia*, 18/9/1927, n.º 387, Ano VIII, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸⁸⁴ - "(...) concorre gente de todos os concelhos limítrofes e sobretudo das populações espanholas mais próximas, não faltando também gente da beira mar (...)".

Um romeiro, *Jornal A Concórdia*, 18/9/1927, n.º 387, Ano VIII, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸⁸⁵ - Para uma descrição pormenorizada e faseada no período aproximado de cem anos, deve-se ler, Pinto, José, 2002, "*Os Santos Esperam, Mas Não Perdoam...*". *Um estudo sobre a Romaria da Peneda*, ed. do Autor, pp. 69-90.

⁸⁸⁶ - Não resistimos em recordar a forma entusiasta como um residente em Pereira nos descreveu o ambiente vivido na sua aldeia na semana da Peneda, *uma verdadeira romaria*, com os grupos e grupos a passarem e a deixarem os seus animais à guarda das famílias.

⁸⁸⁷ - Pela investigação que efectuámos, estamos convictos que era na Pereira e em Bouzadrago, as aldeias galegas mais próximas da fronteira, que, por princípio, se verificava a "recolha" mais significativa dos animais.

⁸⁸⁸ - Uma casa acolhia, em cortes, cinco a seis burros, enquanto *os donos iam à Peneda*. O "alojamento" de um burro ficava por cinco pesetas.

Fig. 102- Lima raiano: Caminhos da Senhora da Peneda, meados do séc. XX

permitiam a passagem dos peregrinos a pé. Uma vez em território luso, quer entrassem pelos Portos de Cima/Seara, pela Senhora do Anamão/Cainheiras, pela Ameijoeira/Mareco, ou, Mistura das Águas, surgiam-lhes as castrejas a "oferecerem-lhes" os seus jericos, por serem muito mansos e não deixarem cair ninguém (Fig. 102)

À excepção dos romeiros, que, optavam pelos itinerários dos Ribeiros, ou do vale da Peneda, todos se encontravam e reuniam na Vila, onde *matavam o bicho* com um *copito de vinho numa das tendas*, a fim de conseguirem forças suficientes, que lhes permitissem vencer as subidas íngremes, que os separavam de Tieiras e Portela do Lagarto⁸⁸⁹ (Fig. 102).

Nesses tempos, quem se deslocasse, pela manhã, a Tieiras, à Meadinha, ou, ao Miradouro, por exemplo, desfrutava de uma imagem inédita e inesquecível, oferecida pelos cordões intermináveis dos romeiros que, provenientes das mais variadas direcções, convergiam para o fundo do vale em garganta, onde se insere o Santuário⁸⁹⁰ (Fig. 102).

⁸⁸⁹ - Mas, com o aparecimento da estrada, que conecta a Vila a Melgaço, quase sempre, surgia alguém com uma *carripana*, uma camioneta velha, aberta nas traseiras, que se oferecia a transportá-los por *uns cem escudos*, que, divididos por uma multidão entrincheirada atrás, como *as sardinhas*, constituía uma quantia módica.

Uma vez todos acomodados, iniciava-se a viagem rumo a Tieiras e Portela do Lagarto, de onde, já, se deslumbrava o Santuário e todo o espectáculo oferecido pelas multidões a descenderem a ladeira muito inclinada rumo à Peneda.

"(...) Hoje o acesso é facilitado pela estrada. Os automóveis às centenas despejaram gente sobre a Peneda. Há vinte anos ainda as estradas mais próximas eram em Lindoso, Melgaço ou Tangil e depois grande maioria ia a pé ou a cavalo. Podemos mesmo afirmar que a quase totalidade dos romeiros da Peneda faziam o trajecto a pé desde as suas terras, algumas bem distantes (...).

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, "A Peneda, Terra dos Nossos Avós", *Notícias dos Arcos*, nº 834, de 13 de Novembro de 1955, Arquivo do Jornal, Arcos de Valdevez.

⁸⁹⁰ - Movimentos cadenciados, animados pelos sons dos cantares e das músicas, ao que se associava o dos foguetes e o das girândolas lançados, estas, as girândolas, pelos galegos, que desciam as vertentes íngremes da margem esquerda do vale da Peneda, aqueles, os foguetes, pelos portugueses, que se deslocavam nas encostas, não menos abruptas do Miradouro, para, em seguida, serpentearem nas sendas e veredas de Tibo e Baleiral, ou, nas da Meadinha, após terem passado, por exemplo, por Gorbelas, ou, pela Bouça dos Homens.

Após um pormenorizado trabalho de campo baseado nas conversas de carácter informal, que estabelecemos com mais de duas dezenas de residentes distribuídos por toda a área em estudo, estamos convictos que os portugueses efectuavam a sua "entrada" no vale da Peneda, essencialmente, pelo Miradouro e pela Meadinha, enquanto os galegos o faziam, predominantemente pela vertente oriental.

Assim, na base das informações recolhidas junto dos actores, preocupámo-nos em elaborar um esboço dos principais itinerários, talvez, melhor, eixos utilizados pelos peregrinos galegos, que tinham, sempre, o obstáculo da fronteira, apesar de as autoridades portuguesas, durante este período, a franquearem, mas, condicionada à deslocação a pé.

Pelo Miradouro "entram" os romeiros provenientes, predominantemente, não só dos concelhos de Arcos de Valdevez (área sul) e Ponte da Barca, como todos aqueles lugares que lhes ficam a jusante, enquanto na Meadinha se reuniam, por princípio, os peregrinos que provinham dos concelhos dos Arcos (secção norte), Monção, Valença, Caminha, Vila Nova de Cerveira, ou, Paredes de Coura, que, seguindo itinerários distintos, tinham como *nós* imediatamente anteriores Gorbelas e Bouça dos Homens, enquanto os galegos, faziam a sua "entrada" pela Chã da Matança, Felgueira Ruiva, ou, por Tieiras e pelo Lagarto, aos quais se juntavam, predominantemente, castrejos e melgacenses

Queremos destacar, entre outros, o eixo utilizado pelos residentes do concelho de Lobios, na margem esquerda do Lima, que atravessavam o rio, para o qual podiam utilizar uma barca, que interligava, entre outras, as aldeias ribeirinhas do Vau, Buscalque, Aceredo, Reloeira (hoje submersas), Quintela, Compostela, Lantemil e Illa. Reuniam-se em Olelas com os respectivos habitantes e chegados à Mistura das Águas optavam, ou, pela margem esquerda do rio Peneda, passando por Tibo, Baleiral rumo à Peneda, ou, pela continuação do percurso ao longo do rio Laboreiro, em direcção aos Ribeiros, podendo optar em "desviar" para o Santuário, ou, no Ribeiro de Baixo, ou, no Ribeiro de Cima.

Um outro itinerário muito utilizado, mas, pelos habitantes da margem direita do rio Lima, concretamente, aqueles que residiam no concelho de Entrimo, em Grou (San Mamede), ou, a jusante de Stº Cruz de Grou, incluía a Pereira, Ameijoeira/Mareco, onde se atravessava através de umas poldras, o rio Laboreiro para, em seguida, se atingir o Ribeiro de Cima em direcção à Peneda. Mas, como este percurso implicava caminhar *um pouco antes de se chegar ao Ribeiro de Cima, por uma ponte em arame*, que oscilava muito, os mais temerosos continuavam a descer, na orla do rio, até ao Ribeiro de Baixo, para aí, enveredarem para a Peneda.

Evidenciamos para os habitantes de Queguas e Venceans, ser-lhes, também, favorável um dos itinerários de San Xés, aquele que converge no marco nº 42 da fronteira e a interliga à Senhora de Anamão, Cainheiras e Vila.

Para os romeiros residentes mais a Norte, precisamente no concelho de Quintela do Leirado, era o percurso que contém o marco de fronteira nº 24, a ser utilizado, pois *levava-os direitinhos ao Rodeiro*, em direcção à Vila.

Independentemente do percurso efectuado⁸⁹¹, a chegada ao Santuário verificava-se, sempre, após longas horas de uma dura caminhada, o que não impedia, contudo, que os romeiros se incorporassem, de imediato, nos rituais litúrgicos calendarizados e efectuassem as promessas, que se tinham proposto realizar, caso a Senhora lhes acudisse, na aflicção, que os atingira⁸⁹².

Após o dever religioso cumprido, quase sempre, com a noite a despontar, pulverizavam-se os grupos, lusos e galegos, que se distinguiam pelas *desgarradas*, pelas músicas e bailaricos a estenderem-se pela madrugada⁸⁹³. Eram verdadeiros arraiais⁸⁹⁴, para os quais muito contribuíam a alegria manifestada nas gargalhadas e cantares dos grupos galegos⁸⁹⁵.

Uma vez exaustos, os romeiros "acolhiam-se" sob uma *lapa*, ou, simplesmente, num *cantinho*, ou, num dos degraus do escadório, à espera que a manhã raiasse, para, em casos raros, se iniciar o regresso, pois a maioria permanecia, no mínimo um dia completo, de modo a ser-lhe possível participar nas celebrações estipuladas para esse período⁸⁹⁶.

Hoje tudo é diferente. A rede de estradas ao aproximar as aldeias, possibilitou que os romeiros, necessitem apenas de umas horas para cumprirem as suas promessas. Além disso, o fervor extrovertido de outrora, foi substituído, ou, pela indiferença de uma grande maioria dos jovens, ou, por uma certo desânimo dos mais idosos, motivada pelas profundas mudanças, algumas introduzidas pela própria Igreja no cumprimento dos votos, outras pelas rusgas, ranchos e desgarradas terem sido substituídas pelos sons esporádicos das concertinas, que, só

⁸⁹¹ - "(...) É a passagem dos romeiros em Val de Poldras. Aí passam eles aos milhares. Era um dos caminhos que mais romeiros levava à Peneda (...). Passavam ali vindos de Seixas, Caminha, Cerveira, Valença, Paredes de Coura, todo o concelho de Monção e parte dos Arcos (...)".

Pintor, P. Manuel A. Bernardo, "A Peneda, Terra dos Nossos Avós", *Notícias dos Arcos*, nº 834, de 13 de Novembro de 1955, Arquivo do Jornal, Arcos de Valdevez.

⁸⁹² - O dia 5 de Setembro, sempre teria correspondido ao dia de maior afluências de espanhóis, uma vez que o consideram como *o dia da Senhora das Neves*.

⁸⁹³ - "(...) De dia e sobretudo de noite que doidejante alegria, que grande entusiasmo o de todo aquele povo que ri, que folga, deliciando-se naquelas expansões, sem excepcionar os velhos que também se sentem remoçar, lembrando anos longínquos em que vieram à romaria (...)".

"Um romeiro", *Jornal A Concórdia*, 18/9/1927, nº 387, Ano VIII, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸⁹⁴ - "(...) Não faltam tabernas de comer e beber, barracas de quinilharias, mesas com refrescos, etc. (...)".

"Um romeiro", *Jornal A Concórdia*, 18/9/1927, nº 387, Ano VIII, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸⁹⁵ - "(...) A nota mais vibrante de alegria é dada pelas espanholas, que numa dança constante, mostram aliar a resistência física um especial feito por tudo o que é divertimento, alegria, prazer (...)".

"Um romeiro", *Jornal A Concórdia*, 18/9/1927, nº 387, Ano VIII, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

⁸⁹⁶ - Distinguímos estes romeiros daqueles, também, muito numerosos, mas, que permaneciam na Peneda a semana, ou seja, os nove dias, para, assim, participarem em todas as celebrações religiosas, nomeadamente, na *novena*. Eram estes peregrinos que, por princípio, mais usufruíam os *quartéis*⁸⁹⁶, pois além de puderem pernoitar, dispunham de uma cozinha onde podiam confeccionar os alimentos.

Por curiosidade, na *novena* "consideram-se" duas *meias novenas*. Assim, inicia-se no primeiro dia das Festas, ou seja, dia 31 de Agosto ao meio dia, para nos segundo e terceiro dias se efectuar às nove da manhã. Ao quarto dia, dia 3 de Setembro, dá-se começo, ao meio dia, a outra *meia novena*, que termina no nono dia, o dia 7 de Setembro.

"(...) Nos compridos e espaçosos edifícios, os quartéis dorme gratuitamente uma multidão de romeiros ficando ao ar livre os que aí não se podem recolher. Na Casa da Mesa ficam os Mesários e empregados. Ao hotel recolhem-se os mais abonados. É uma casa espaçosa com bons quartos onde se está relativamente muito bem (...)".

Um romeiro, *Jornal A Concórdia*, 18/9/1927, nº 387, Ano VIII, Arcos de Valdevez, Biblioteca Municipal do Porto.

os homens mais velhos teimam em tocar, num esforço inglório em recordar *os outros tempos das festas da Peneda*⁸⁹⁷.

Se as deslocações a pé desapareceram, encontrámos em Guxinde, no Verão de 2003, grupos de jovens a residirem no estrangeiro e em Ourense, que aproveitavam as férias de Verão para explorarem os itinerários, que os avós tinham efectuado há uns bons quarenta anos, em direcção à Peneda. Estas iniciativas, que já vinham desde 1997, inserir-se-iam numa dinâmica mais alargada, que abrangia as aldeias limítrofes, em que os jovens imbuídos de um espírito "aventureiro", encaravam as dificuldades e aspereza⁸⁹⁸ deste tipo de percursos como autênticas actividades lúdicas radicais.

Também na área lusa, na época estival, a coincidir com o período das festas, recriam-se estes percursos, que atraem muita gente moça, orientada por "guias", ou, melhor, romeiros de outrora, supostamente com experiência na resolução das dificuldades decorrentes dos obstáculos inerentes a este tipo de caminhadas, de ânimo leve e feliz, propõem-se a percorrer os longos trilhos, nos outros tempos frequentados por centenas, ou talvez, milhares de devotos, plenos de religiosidade, hoje animados pelo espírito da aventura, das novas experiências e, por que não, da curiosidade em descobrir a *serra*.

Independentemente dos motivos que justifiquem os interesses na reconstituição das sendas e caminhos tortuosos de outrora, talvez, estas iniciativas venham a evidenciar, que os velhos caminhos da Peneda, "defalecidos" e abandonados, quer pelos lusos, quer pelos galegos, possam constituir um elemento importante na revitalização destas paisagens, quando, devidamente potencializados num plano integrado de desenvolvimento local, que privilegie as actividades lúdicas e de lazer.

Reflexões conclusivas

O limiano de raia, desde sempre, ou, pelo menos nos últimos três séculos, teria enveredado pela procura de lugares de trabalho no exterior. Se as ex-colónias americanas exerceram uma forte atracção sobre as comunidades em estudo, com destaque do Brasil, em relação aos portugueses, e de Cuba para os espanhóis, Lisboa evidenciou-se no séc. XIX e nas primeiras décadas do séc. XX, como o principal mercado de trabalho para o limiano luso, com

⁸⁹⁷ - Há, ainda, muitas famílias portuguesas⁸⁹⁷, que passam os nove dias a participarem, fervorosamente, em todos os actos litúrgicos, principalmente naquele que inspira, aos devotos, o maior fervor religioso, a *novena*. Recordamos que, quando iniciámos o nosso trabalho de campo, no Verão de 2000, deparámo-nos com residências fechadas nas diferentes aldeias do Soajo, porque os proprietários encontravam-se na Peneda a participarem na *novena*. Além disso, circular na rede viária de acesso à Peneda, nesse período, é, de certo modo, arrojado, devido à forte intensidade do tráfego, não só de automóveis, como de autocarros, maioritariamente galegos, perante a capacidade de escoamento das estradas, estreitas e sinuosas.

⁸⁹⁸ - Além das dificuldades inerentes ao próprio traçado dos caminhos, na primeira década do séc. XXI, encontram-se intransitáveis, devido à manta vegetal, que se desenvolveu de modo anárquico, pois não há *gado* nem *rês* para alimentar, nem se torna necessário o corte da lenha e do *estrume* para a cama dos animais.

excepção do castrejo, que, já, privilegiava outros destinos, precisamente a França.

Se na transição das décadas de quarenta/cinquenta do séc. XX a comunidade galega optou pela Venezuela, para, de imediato, inícios da década de cinquenta a "trocar" pela França, mercê do câmbio ser, de igual modo, muito favorável e a distância bem mais reduzida, a comunidade lusa, ou, melhor, os homens lusos continuam a sua saga em direcção a Lisboa para, nos finais da década de cinquenta "descobrirem" um novo mercado de trabalho, a França.

Na década de cinquenta outras oportunidades surgem para a mão-de-obra galega, as cinturas em início de industrialização de Barcelona e Madrid. Para Barcelona, de acordo com os "surtos" industriais, verificou-se dois períodos de êxodo intenso, respectivamente, nas décadas de cinquenta e de oitenta, o que explica, na primeira década do séc. XXI, a dimensão da bolsa de população galega limiana, naquela área metropolitana.

Se o êxodo para Lisboa e área envolvente teve nos meados do século passado uma redução drástica, a capital portuguesa conseguiu, apesar de tudo, fixar um efectivo de naturais lusos, relativamente significativo, que se distribuía, em 2000, pelos que regressaram, com carácter definitivo, à aldeia da naturalidade, e aqueles que acreditaram nos horizontes de vida que a cidade lhes proporcionara.

Há a acrescentar a mão-de-obra, em número aceitável, que nas décadas de sessenta e setenta privilegiou como locais de trabalho os proporcionados pelo dois países do continente americano anglo-saxónico, principalmente oriundos das aldeias do Soajo, Lindoso (em que se salienta o Canadá), Britelo, Entre Ambos-os-Rios, com destaque para as aldeias da Igreja e Tamente, além da Gavieira, a Peneda (com evidência para os Estados Unidos).

As décadas setenta e oitenta, marcam a "viragem" nas migrações europeias dos meados do séc. XX, em que o trabalhador dos anos cinquenta e sessenta, predominantemente do sexo masculino e afastado da família, dá lugar à reunificação familiar.

Razões que permitem compreender a participação mais tardia da mulher limiana, em termos comparativos com os indivíduos do sexo masculino, que, apenas, participou no êxodo mais tarde, predominantemente nas décadas de setenta e oitenta.

Se na primeira década do século XXI a comunidade lusa em terras gaulesas mantém o significado de há umas quatro décadas, o efectivo galego apresenta-se relativamente reduzido em virtude da maioria dos elementos, já, ter regressado, ou, porque trabalhou os anos suficientes, que lhe permitiram a reforma, ou, porque entendeu ser-lhe mais favorável usufruir dos programas de apoio ao retorno implementados a partir da década de setenta do séc. XX, enquadrando-se neste "grupo" os trabalhadores jovens, quase sempre com um

período de trabalho não superior a doze anos, que regressaram, predominantemente, na década de oitenta.

Ex-emigrantes, os jovens em plena idade activa conseguiram um emprego, quase sempre nos serviços, sediados em Ourense, em menor número, em Pontevedra e em Vigo. Na primeira década do séc. XXI, Ourense funciona como um dos pólos importantes de fixação dos naturais de este Lima raiano galego, tanto para os reformados, como para o elevado número de activos, os ex-emigrantes da França e os mais jovens, que nunca emigraram e, já, conseguiram na Galiza o primeiro emprego.

Maioritariamente, a comunidade galega em estudo encontra-se distribuída pela Venezuela, França, Barcelona e com um "certo peso" por Ourense, que atrai nos primeiros anos do séc. XXI os "menores de trinta anos", que não sentiram, deste modo, a necessidade em emigrar, ou, em deslocar-se para a cintura industrial de Barcelona, o que explica o ritmo veloz da decadência do fenómeno emigratório no Lima galego em estudo.

Diferente é a trajectória do emigrante luso, mesmo, a do jovem do séc. XXI, que a exemplo dos progenitores, é condicionado a privilegiar o mercado de trabalho estrangeiro, em detrimento do nacional.

Motivos suficientes para se entender a "normalidade" com que a trajectória de vida dos emigrantes lusos "inclui" vários espaços de estadia, melhor, de trabalho, por vezes, até a "repetição" dos lugares.

Se nas últimas décadas do séc. XX se assistiu a movimentos de reingresso com carácter definitivo (Fig. 103), não "compensa", em termos de volume demográfico, o efectivo que reside no exterior.

Entradas, com carácter definitivo, que, em muito, contribuíram na recomposição do quadro demográfico e social das aldeias extremamente deficitárias em residentes, principalmente masculinos e com idades inferiores aos quarenta anos, de certo modo, *sui generis*, pois constata-se que adquirem significado os habitantes maiores de cinquenta anos, com repercussões muito positivas para as novas vivências da aldeia.

Uma vez fixados em Portugal, ou, tornam-se pequenos empresários no ramo em que trabalharam e, portanto, ganharam experiência, ou, dedicam-se à silvo-pastorícia.

Na aldeia, são os *construtores*, os donos dos cafés e de restaurantes, a par de uma agro-pastorícia, que querem desenvolver em moldes modernos e que simbolizam na aquisição de um potente tractor, cujas dimensões não lhes permite entrar em muitas das parcelas cultivadas, sem esquecer a imprescindível *carrinha*, ou, *jeep*, que lhes permite o acesso "rápido" a todos os *sítios da serra*.

Se os projectos de sucesso económico e social, que nos "primeiros" emigrantes da segunda metade do séc. XX, pressuponha o regresso à aldeia com um poder de compra bem mais elevado do que aquele com que partiram, "converteu-se", essencialmente para as gerações mais jovens, num outro projecto, o da promoção social no país em que trabalham.

Se o fenómeno do êxodo rural, com intensidade diferenciada, teria sido uma constante, pelo menos, nos últimos três séculos, a área em estudo, nomeadamente a lusa, teria conseguido atrair outros novos residentes, embora com um menor significado.

O casamento justificou num longo período de três séculos a entrada de noivos naturais de outras aldeias inseridas em outros concelhos como os de Arcos de Valdevez, Vila Verde, Ponte de Lima, Valença, Melgaço, Monção, ou Santiago de Compostela e Madrid.

Seriam, contudo, as obras de grande envergadura dos finais do séc. XIX e séc. XX, a construção da estrada de fronteira, a implementação das duas Centrais, a do Lindoso e a do Alto Lindoso, que atrairiam o maior número de mão-de-obra e oriunda, quer dos concelhos próximos de Braga, Vieira do Minho, Terras de Bouro, Melgaço, Monção e Vila Verde, ou, dos longínquos Bragança e Macedo de Cavaleiros.

Evidenciam-se muitos dos trabalhadores implicados na construção da estrada de fronteira e na Central do Lindoso, que constituíram família e se fixaram, principalmente nas aldeias do Lindoso, de Britelo e do Soajo.

A implementação dos Serviços Florestais, nas décadas de quarenta e cinquenta do séc. XX, cujos Guardas ao pertencerem, predominantemente, aos concelhos de Vieira do Minho e de Terras do Bouro, trouxeram as respectivas famílias e fixaram-se nas aldeias do Soajo, Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios.

O próprio fenómeno migratório do terceiro quartel do séc. XX, cujos intervenientes ao regressarem à terra natal, com carácter definitivo, trouxeram, por vezes, elementos da segunda geração, que não sendo naturais, admiram e sentem-se bem na terra dos progenitores, ou, do respectivo cônjuge.

Movimentos de entrada e de saída, com carácter duradouro, que sempre se teriam verificado no tempo, embora com intensidade diferenciada, mas, cujo resultado final é nos primeiros anos do séc. XXI, predominantemente em desfavor das comunidades e lugares em estudo, com repercussões muito negativas no ordenamento do território e em termos de gestão ambiental.

Fig. 103 – Lima raiano luso: Residentes, mobilidade e regressos de 1991 a 2000, por lugar, em 2000



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho

Lima Internacional: Paisagens e Espaços de Fronteira

Volume 2

Tese de Doutoramento em Geografia
Ramo de Geografia Humana

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva

Julho de 2006

**Parte III — VALORIZAÇÃO DE UMA ECONOMIA CULTURAL E
ORDENAMENTO DE UM TERRITÓRIO**

Capítulo 5 – Sistemas agro-silvo-pastoris

Introdução

Recordamos que, desde sempre, as populações da área em estudo fizeram depender a sua sobrevivência da potencialização dos recursos que o seu *chão* lhes proporcionava, recorrendo, por isso, ao engenho alicerçado num forte espírito de solidariedade e de cooperação, de esquemas e estratégias capazes de maximizar as produções e de enquadrar este Lima de raia numa especificidade própria, embora, se torne mais que evidente, o contraste e a variedade das suas paisagens e territórios.

Comunidades isoladas e afastadas dos principais centros urbanos e de decisão, dispersas num território, que *a priori* lhes era hostil, organizaram-se de modo a gerir *per si* a maioria dos seus problemas, de forma autónoma e autogestionária, sem, contudo, ter deixado de existir a propriedade privada e a iniciativa individual, atributos fundamentais das sociedades liberais⁸⁹⁹.

Assim, nas aldeias, além da propriedade privada que inclui, predominantemente, as parcelas de cultivo e o edificado, coexiste a montanha em comum, isto é, *o monte*, as terras do comum, incultos ou *baldios*, pela simples razão de corresponder à melhor forma de se conseguir, em termos de rendimento, os resultados mais vantajosos. Se os *baldios* englobavam uma vasta área da aldeia, não passariam de uma reserva patrimonial da comunidade, a quem se reconhecia o direito de gerir directamente, através do conselho dos vizinhos, que eram sempre os residentes considerados mais idóneos, substituído posteriormente pelas assembleias da freguesia, os *adjuntos*⁹⁰⁰ do povo, coordenadas pelas Juntas de Paróquia, as actuais Juntas de Freguesia.

Baldios, expressão que as populações associam, normalmente, à terra que a ninguém pertence, poderá ter origem germânica, no sentido que lhe davam os germânicos na sua fase nómada “espaço vital, livre à expansão das gentes”⁹⁰¹. Os *baldios*⁹⁰² não estando

⁸⁹⁹ - Polonah, Luís, 1990, “Espírito de Comunitarismo” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 30, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, p. 66.

⁹⁰⁰ - Designação que a população mais idosa do Lindoso, ainda, hoje, atribui às reuniões dos moradores convocadas pela Junta da Freguesia.

⁹⁰¹ - Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 23.

⁹⁰² - Divergem as opiniões sobre o conceito de *baldio*. Como simples ilustração, limitámo-nos a mencionar as duas definições:

“(…) em sentido rigoroso só são terrenos baldios aqueles que estão na propriedade comum particular de todos os moradores ou vizinhos de um determinado lugar, aldeia ou região, sendo por isso vedado a qualquer deles individualmente o aproveitamento particularizado de todo ou parte do terreno; trata-se de uma propriedade particular comum não personalizada (…).”

Castro, Armando, 1963, “Baldios” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, Iniciativas Editoriais, Lisboa, p. 277.

“(…) Aqueles terrenos que ficaram pertencendo aos moradores do termo e no seu domínio em comum, assim como os allodiaes no seu domínio em particular e que antigamente se explicaram pela palavra logradouros do povo (…).”

Thomaz, Antonio de Villa Nova, 1790, “Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo da villa de Ourem” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, Tomo II, Lisboa, p. 414.

individualmente apropriados, são ““cousas comuns” em que não se pode incluir a exploração silvo-pastoril, de carácter privado, dos terrenos em comunhão””⁹⁰³. Pelo contrário, para as populações, a expressão *maninho* significa o que é improdutivo, por não servir para agricultar, como são os pastos e os *montes*, pelo que será o termo mais adequado para referenciar os terrenos sujeitos à exploração agro-pastoril em comum⁹⁰⁴.

À exploração em comum estão associados um conjunto de direitos, os de *servidão*, que não constam de qualquer documento escrito a que se possa atribuir validade jurídica, em face do direito português, por falta de forma legal. São mesmo incompatíveis com as leis civis e administrativas, como o *compáscuo*, as passagens (por carreiros e sendas tortuosas e caminhos), o corte de lenhas e matos, a exploração e aproveitamento de mães de água.

Os direitos de *servidão*, parte integrante da exploração, estabelecidos sobre prédio alheio em benefício dos terrenos da aldeia, isto é, os terrenos em comunhão, ao transmitirem-se segundo os usos e costumes, desde *tempos imemoriais*, constituem uma verdadeira instituição, a *instituição costumeira*⁹⁰⁵.

Desconhece-se a origem da exploração em comum, mas, estará associada a uma época longínqua, muito provavelmente, à pré-romana⁹⁰⁶. No entanto, sem pretendermos questionar a possível génese e evolução histórica⁹⁰⁷, a sua importância advirá da época da Reconquista e da consequente organização dos territórios em estudo⁹⁰⁸.

Atendendo às condições associadas ao alargamento gradual e à consolidação do País, o poder monárquico confrontou-se com a necessidade da concessão de forais, que, em muitos dos casos se limitaram a confirmar um conjunto de direitos e deveres dos residentes em

⁹⁰³ - - Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 23.

⁹⁰⁴ - Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 23.

⁹⁰⁵ - Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 11.

⁹⁰⁶ - Sampaio, Alberto, 1923, *As Vilas do Norte de Portugal*, Porto, p. 31.

⁹⁰⁷ - A organização do pastoreio comum, em terrenos de um grupo de particulares, será um “legado” da pastorícia castreja e autóctone praticada nos montes.

As antigas populações castrejas resistiram nos cimos não só à ocupação romana, como às que lhes sucederam, nomeadamente, a sueva e a visigótica. Além disso, o movimento monástico de São Frutuoso de Braga (em pleno período visigótico), ao preconizar a reunião de famílias inteiras num agregado, cuja subsistência fazia depender do pastoreio comum, à vez, nos terrenos desse mesmo agregado, não seria nada mais do que a reprodução do antigo aldeamento castrejo.

A organização silvo-pastoril, poder-se-á explicar, então, por um pacto similar, mas, estabelecido entre pequenos grupos de particulares, que conjugaram esforços, por motivos, meramente, económicos, encontrando na silvo-pastorícia em comum, a melhor forma de rentabilizarem a produção. Sistema que nada teria sido alterado com a ocupação árabe, ou melhor, a berbere, povos, que viviam, essencialmente, da pastorícia e que respeitavam os costumes dos vencidos, como era a norma dos vencedores árabes.

Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, pp. 20-21.

⁹⁰⁸ - Após a Reconquista, encontram-se diplomas régios de concessão singular e colectiva de terras, como, por exemplo, as *Inquirições de Afonso V*.

Além disso, relembramos, na sequência de usos e costumes vindos de gerações anteriores, os privilégios das populações do Soajo, Lindoso e Britelo, decorrentes dos *direitos de montaria* em vastos espaços das serras do Soajo, Peneda e Amarela.

Capítulo 2, *Povoamento serrano*.

lugares considerados em posição estratégica, como eram a dos espaços de raia⁹⁰⁹, que abrangiam naturalmente o reconhecimento e a confirmação do direito à usufruição das vastas áreas de incultos, os terrenos de exploração comum.

Também o poder real e o senhor feudal, para se pagarem da protecção, que garantiam às populações debaixo da sua alçada lançavam tributos, que revestiam a forma de *montádego*, ou, *montado* e, em muitos casos, de um simples *foro*, que pagava o concelho em conjunto, ou, os usufruidores dos terrenos para pastos⁹¹⁰.

Além disso, tornou-se evidente em certos diplomas que o Monarca e o Senhor impunham a obrigação de “consentir-se o aproveitamento por todos os moradores da povoação”⁹¹¹, mesmo que não se tratasse de herdeiros. Deste modo, desvinculava-se o terreno dos seus primeiros proprietários, ou, dos seus representantes, tendo, assim, muito provavelmente surgido os primeiros *baldios* no sentido, que lhe é atribuído pelo povo, a terra a que ninguém pertence.

Contudo, grande foi a luta contra a exploração silvo-pastoril em comum, que, apesar de todas as vicissitudes, ainda persiste na área em estudo, pois, tem a inspirá-la a premente necessidade económica das populações.

Se a exploração silvo-pastoril foi ao longo da história alvo de rudes golpes⁹¹², cuja problematização⁹¹³ ultrapassa os objectivos, que nos propusemos atingir, abordaremos na legislação produzida e implementada no séc. XX pelo Estado Novo e Democrático, a que teve maior impacte na área em estudo, profícua em gado (bovino e cavalari), ovinos e caprinos, mediante o pastoreio em comum e a propriedade solidária e indivisível dos *montes*.

⁹⁰⁹ - As condições que levaram os monarcas a concederem forais foram abordadas no Capítulo 1, *Os espaços de raia*.

⁹¹⁰ - Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, p. 3.

⁹¹¹ - Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, pp. 22-23.

⁹¹² - Com a Lei das Sesmarias (1375) o monarca Fernando iniciou uma verdadeira perseguição política à exploração silvícola e pastoril exclusiva, ao exigir o aproveitamento das terras “que são para dar pão e não o dão” e ao proibir a posse de gado a quem não era lavrador e confinar, em caso de infracção, o confisco deste ao comum do lugar.

“Lei das Sesmarias” in *Ordenações Afonsinas, Livro IV, título 1º, § 12º*.

⁹¹³ - Das legislações emanadas a incidir na problemática dos *baldios, maninhos* e explorações comuns, limitámo-nos, globalmente, a referenciar:

- As *Ordenações Manuelinas* em que as Sesmarias voltam a ser objecto de atenção, quando se determina, que só se dêem de sesmarias os terrenos que não sejam alvo de pastagem comum, mas, logo, em seguida, se permite a expropriação em benefício da agricultura;

- As *Ordenações Filipinas*, ao mandarem, que os Vereadores comprovassem “se algumas possessões, servidões, caminhos ou rossios do concelho andam em alheados”, favoreceram a passagem dos bens do povo, para o rol dos bens do concelho, a quem, depois, se sobrecarregaria com tributos, traduziram-se, talvez, no golpe mais rude e sério dado na instituição silvo-pastoril, após a “Lei das Sesmarias”;

- A legislação Pombalina e a emanada durante o reinado de Maria I facilitaram mais, esta passagem, ao acentuar-se a “confusão” entre a propriedade dos bens comuns e os bens do concelho, caminhando-se, apressadamente, para a desamortização;

- O primeiro *Código Civil*, que manteve a propriedade comum dos terrenos, mas, aboliu a essência deste tipo de exploração, o direito de *compásquo*, que, apesar de tudo, se manteve na prática.

- O processo de desamortização verificou-se, já, no séc. XVIII, intensificou-se no regime liberal e alargou-se mais tarde, com a implantação da República.

Velozo, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.ª Ltd.ª, Braga, pp. 24-29.

O modo como se desenrolaram e organizaram as tarefas na exploração silvo-pastoril em comum esteve, estritamente interligado com os ciclos vegetativos das culturas, que se praticavam, quase sempre, a altitudes inferiores, em explorações agrícolas, de pequena dimensão e de tipo familiar, mas, juridicamente, propriedade privada.

Da complementaridade dos rendimentos oriundos das duas formas de exploração, a silvo-pastoril em comum e a agrícola, familiar e por conta própria, dependeu, desde tempos desconhecidos, a sobrevivência das famílias na base de um sistema agro-silvo-pastoril, que, em pleno séc. XXI, apenas, os mais idosos, são capazes de se pronunciarem sobre a importância efectiva na vida da aldeia, de uma forma tão *sui generis* de exploração, a agro-silvo-pastoril.

5.1. A exploração silvo-pastoril em comum

As extensas áreas de lande, com o predomínio da carqueja, da urze e de “um fino pasto de gramíneas”⁹¹⁴, que proliferam pelas *serras* do Lima raiano, justificam a intensidade das práticas pastoris verificadas, muito provavelmente, a partir da Reconquista e que foram organizadas mediante o pastoreio em comum na propriedade indivisível e solidária, em que se distinguiram os *montes*.

Mas, a primeira documentação específica, que conseguimos encontrar, para a área em estudo, e que retrata a importância económica das pastagens em comum, reporta-nos para o séc. XV, precisamente quando Afonso V na sua visita ao Minho satisfaz a petição das populações, nomeadamente as de Castro Laboreiro, ao permitir-lhes manter seculares costumes da fronteira livre, que incluíam o pastoreio comum dos gados, lusos e galegos, em *montes comuns*, que ignoravam a divisão política, ou, quando o mesmo monarca abriu excepções, como as conferidas aos monteiros do Soajo, traduzidas, por exemplo, na manutenção do *compáscuo* em *montes galegos*⁹¹⁵.

Contudo, o *compáscuo* gratuito em *montes comuns*, que ignoravam as respectivas nacionalidades, punha-se, já, em causa no séc. XVI, como se constata na Carta de Foral atribuída pelo monarca Manuel a Castro Laboreiro, em que se expressa a manutenção da gratuitidade dos pastos para o gado galego, nomeadamente o proveniente de Celanova e de Milmanda, em cujas pastagens, também, os gados portugueses deambulavam livremente,

⁹¹⁴ - *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Distritos de Viana do Castelo e Vila Real, Vol. II*, 1941, Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna, p.10

⁹¹⁵ - Esta problemática foi abordada no Capítulo 1, *Os espaços de raia*.

apesar da denúncia da “malícia” de certos galegos, pelo que, para esses, se tributariam determinados valores, caso demandassem as pastagens castrejas⁹¹⁶.

Recordamos, ainda, a perda do *compáscuo* gratuito no Monte do Quinxo, que atingiu o gado do Lindoso, em detrimento do galego, pelo facto do Alcaide ter pura e simplesmente deixado de enviar os seus animais, perdendo-se, assim, *um uso e costume*, que perduraria há cerca de uns trezentos anos, conforme referem, de modo preocupado, residentes do Lindoso, que colaboraram na demarcação da respectiva freguesia, em 1538⁹¹⁷.

Mas, se é um facto, que os *montes comuns* a lusos e galegos, se foram esvaindo, à medida que se definia e estabilizava a fronteira, não podemos deixar, desde já, de mencionar, a título de exemplo, sensivelmente, até à década de sessenta do séc. XX, quando o pasto rareava na parte lusa, ser frequente os gados das aldeias do Castelo do Lindoso, Cunhas, Paradela e Várzea transporem as linhas de água do Cabril, Lima e Laboreiro, para pastorearem nos Montes de St^a Eufémia e do Quinxo, ou então, os de Castro Laboreiro descerem até às pastagens da Carballeira, em Queguas, assim como, em pleno séc. XXI, no planalto do Laboreiro as manadas de gado, de ambas as nacionalidades, indiferentes aos marcos bem visíveis, que assinalam os territórios dos dois países, pachorrentamente pastarem durante os meses estivais no cumprimento dos *usos e costumes*, que vêm desde os *tempos imemoriais*⁹¹⁸, *apartando-se*, apenas, com o regresso às respectivas aldeias, devido aos rigores do Inverno, nas bacias do Grou e Montaña, ou, do Laboreiro (Fig.3, p. 37).

Nem sempre o pastoreio no outro lado da fronteira era feito de modo calmo, como nos comentava, em Abril de 2003, um habitante octogenário do Castelo do Lindoso, quando se referia aos *currais*, só para bois, sites junto à fronteira, mas em território espanhol, os de Gavião e da Torre, ainda utilizados, quando era jovem, e claro está, em situação clandestina, correndo-se, permanentemente, o risco de os bovinos serem apreendidos pelas autoridades

⁹¹⁶ - Esta problemática, também, foi abordada no Capítulo 1, *Os espaços de raia*.

“Foral da Vylla de Crasto Leboreiro dado per El Rey dom afomssso Comde de bollonha” in Dias, Luís Fernando de Carvalho, 1969, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, p.66.

⁹¹⁷ - No século XV os Alcaldes Mores do castelo do Lindoso pastoreavam a sua “vacaria” na *serra* do Guinxo com águas vertentes para Portugal, sendo as pastagens interditas aos moradores do Lindoso. Contudo, perderam-se estes Montes, em virtude do Alcaide Lopo Rodrigues de Araújo prescindir, sem motivo justificado destas pastagens, começando, então, os galegos a pastorear os seus gados, não consentindo mais os gados lusos.

Tombo e Demarcação da freguesia do Lindoso, 1538, Núcleo Antigo, nº 289 in rolo 1762, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, fls. 138-142.

Sem termos a preocupação de fazer o cruzamento de Fontes, pois a Fonte oral, não passa do relato de uma lenda, parece-nos curioso, contudo, referir a “história”, que uma residente de Olelas, espontaneamente, fez questão em nos contar. Assim, em Julho de 2003, dizia-nos essa nossa interlocutora, que o “seu” lugar, isto é, Olelas foi “fundado” pelos portugueses, pois contara-lhe uma velha senhora, que ultrapassou a idade dos 100 anos, que “há muitos, muitos anos”, o cura do Lindoso mandava pastorear o seu gado no Monte do Guinxo, até que, de uma vez, o criado/pastor resolveu passar o Inverno, para nunca mais regressar ao Lindoso, acabando por constituir família e, assim, surgiu e cresceu Olelas.

⁹¹⁸ - Explicação que nos foi dada por dois castrejos, em Maio de 2002, quando se disponibilizaram em me acompanharem ao planalto para ter a possibilidade de “sentir” o ambiente dos marcos fronteiriços, além das pastagens “altas” do Laboreiro.

espanholas, o que acontecia, com frequência, pelo que se tornava necessário *conversações*, que terminavam com a libertação, após o pagamento de uma avultada multa⁹¹⁹.

Contudo, apesar dos "incidentes" esporádicos as populações, independentemente da nacionalidade, associam, genericamente, a expressão *os montes* à terra a que ninguém pertence, distribuindo-os pelas diferentes aldeias, ou melhor, por cada *povo* de acordo com a delimitação efectuada, há muitos séculos e através de marcos, que, ainda hoje, persistem e se respeitam.

Deste modo, a comunidade de cada aldeia usufruía o seu *monte* no pastoreio em comum das *reses* e do gado, na extracção das lenhas e dos matos, aquelas fonte de combustível, estes o "forro" das camas dos animais⁹²⁰.

Esta forma curiosa de exploração, a silvícola em comum, era regulamentada em cada um dos lugares por um conjunto de normas, que constituíam parte de um código, o *Código das Posturas*, sujeito a alterações através dos tempos, de acordo com os interesses dos membros das diferentes comunidades. Essas alterações, assim como as regras novas, eram propostas, ora pelo Presidente da Junta, ora pelos próprios moradores, que em assembleia discutiam e aprovavam, por maioria, mas, quase sempre por unanimidade, as novas tomadas de decisão, que, como no Lindoso eram enviadas ao edil concelhio para serem homologadas e, posteriormente, entrarem em vigor, ou, como no Soajo, passavam de imediato a edital afixado na porta principal da Igreja Matriz, enviando-se a respectiva cópia ao administrador da comarca, com excepção para aquelas que, segundo a opinião da assembleia, necessitavam de um estatuto "com maior força", apenas obtido pela homologação do respectivo administrador concelhio⁹²¹.

⁹¹⁹ - Como a corroborar a nossa fonte oral, encontrámos várias actas, das quais evidenciamos a que retracta a reunião da Junta do Lindoso, em 1915, na qual o sr. Presidente apresentou à assembleia " (...) o assunto referente ao gado apreendido pelos carabineiros da vizinha Espanha (...)", que depois de discutido os participantes acordaram em "(...) chamar três homens de cada um dos lugares para resolver o assunto (...) decidindo-se ainda por unanimidade (...) que as despesas que se efectuassem com esta questão sejam pagas pelo povo da freguesia em partes iguais por fogo (...)".

Livro de Actas, acta de 1/1/1915, Arquivo da Junta do Lindoso, Lindoso.

⁹²⁰ - A utilização e importância dos *montes comuns* na economia das populações processava-se de igual modo nas duas comunidades, a lusa e a galega. Também, a problemática das possíveis origem e evolução se levanta, de forma similar, em ambos os lados da fronteira. Contudo, por uma questão de maior facilidade no acesso às fontes e legislação lusas, privilegiaremos estas, na ilustração de momentos importantes na "vida" destes *montes*, recuando, sempre que possível, ao séc. XIX. A par, apoiar-nos-emos nos testemunhos dos residentes lusos e galegos, que, com mais de setenta primaveras, participaram nos mesmos períodos difíceis, nomeadamente, o dos anos quarenta e cinquenta do séc. XX.

⁹²¹ - Procedemos à leitura das *actas das assembleias das freguesias do Soajo, Gaviéria, Castro Laboreiro e Lindoso*, que se encontram nos Arquivos das respectivas Juntas. Decidimo-nos por este grupo de freguesias, por estarmos convictos, após a investigação efectuada, com intensidade e junto das populações de toda a área em estudo, que as quatro freguesias são bons elementos representativos do Universo alvo do nosso trabalho. A distribuição em mancha, aparentemente desequilibrada, em relação às duas margens do Lima, justifica-se, pelo mero facto da complexidade na organização territorial da margem direita limiana, ser muito mais acentuada, conforme pretendemos mostrar através deste trabalho. Após esta justificação, em nosso entender, oportuna, conseguimos no *Arquivo da Junta do Soajo a acta mais antiga, ano de 1855*, enquanto no *Arquivo da Junta da Gaviéria a primeira acta "conservada" data de 1938*. Nos *Arquivos das Juntas do Lindoso e de Castro Laboreiro* encontram-se actas das assembleias de freguesia a partir do ano de 1900. Em relação a Castro Laboreiro, no Arquivo da Câmara Municipal de Melgaço existe um único exemplar, o *Livro de Registo de Actas das Sessões* do concelho e extinto em 1855, com uma só freguesia, Castro Laboreiro, para o período 1839-1849.

Em Castro Laboreiro, enquanto concelho e até meados do séc. XIX, os castrejos dirigiam-se à Casa do Paço, no lugar da Vila, para em dia de sessão camarária coordenada pelo "Presidente e mais vereadores efectivos" requererem que fossem *coutados* determinados *montes*, a fim de revitalizarem áreas de pastos, lenhas e matos⁹²², recorrendo, por vezes, à instância superior, a Administração Geral de Viana, quando a concelhia, provavelmente não se mostrava disponível para o respectivo deferimento⁹²³, acabando, contudo, por decidir, de acordo com a decisão tomada pelo órgão hierárquico superior⁹²⁴.

A edilidade não se limitava a deferir os requerimentos que solicitassem a *coutagem dos montes*, mas também, os pedidos de delimitação das áreas em comum entre aldeias vizinhas, como, por exemplo, as do Mareco e Ribeiro de Cima⁹²⁵, ou, a ordenar a respectiva delimitação física⁹²⁶.

Independentemente do tipo de órgão a decidir⁹²⁷, uma preocupação sempre presente nas populações e, facilmente, detectada através da leitura das actas das assembleias das freguesias, relacionava-se com a necessidade de se *demarcarem* e *coutarem* terrenos na exploração em comum, evocando-se o benefício de todos, ou, da maioria dos moradores, resoluções, frequentemente acompanhadas pela implementação de uma vedação, pois pretendia-se a maior eficácia nas decisões tomadas.

⁹²² - Em 31 de Julho de 1840 apareceram "(...) diferentes cidadões dos lugares de Campello, Seara, Formarigo e Curral do Gonçalo e requererão que se lhe concedesse autorização para serem coutados todos os montes do Rio Brigeiro p^a c^a. (?) montes para não ser queimado (...)"

"Auto da Câmara feitos na Casa do Paço" in *Administração do concelho de Castro Laboreiro*, Arquivo Municipal de Melgaço, Melgaço, fl. 137.

⁹²³ - Em 21 de Janeiro de 1841 "(...) aparecerão presentes os moradores dos lugares do Vido, Cainheiras, Varziella deste concelho com um alvará da Administração Geral de Viana de 12 de Dezembro de 1840 exigindo que se lhe coutassem os montes dos ditos lugares (...) para 5^a feira que vem (...) afim de se coutar o montado".

"Auto da Câmara feitos na Casa do Paço" in *Administração do concelho de Castro Laboreiro*, Arquivo Municipal de Melgaço, Melgaço, fls. 140 e 140v.

⁹²⁴ - "(...) estando presentes os moradores dos lugares do Vido, Cainheiras, Varziella deste concelho com um alvará da Administração Geral com data de 12 de Dezembro último afim de lhe ser coutado os montes e rocios dos ditos lugares e conformando-se esta Municipalidade com as determinações do Referido Alvará concordarão e determinarão que se observassem, os seguintes coutos e penas.

Primeiro seria coutado desde a Corga das Fechas, "(...) e será coutado tudo desde vinte de Maio até dez de Setembro e desde o mês de Outubro que vão os habitantes para as Brandas, até vinte e quatro de Dezembro, tudo de cada um anno depois cada um entrava pelos limites das suas Enverneiras. Sera coutado para tudo, tanto de cortar, roçar e arrancar; e todo o que for encontrado a comer paga por cada cabeça de gado por cada vez quatrocentos e oitenta reis; por cada duzia de réz que for encontrado a comer o mesmo acima; por cada homem que for encontrado a roçar, arrancar, ou cortar, o mesmo acima. Aplicada a terça dos que foram carregados no livro pagar a terça de Sua Mag. (...)"

"Auto da Câmara feitos na Casa do Paço" in *Administração do concelho de Castro Laboreiro*, Arquivo Municipal de Melgaço, Melgaço, fls. 150 e 150v.

⁹²⁵ - "(...) os moradores do lugar do Ribeiro apresentarão à Camara a necessidade de lhes ser dividido o monte comum dentre o Ribeiro e o Mareco (...) lhe dividirão o monte da maneira seguinte: ficara livre para os habitantes do Ribeiro e para os do Mareco todo o dito Monte tanto para comer como para cortar e roçar sem se entender coutado nem vedado (...)

"Auto da Câmara feitos na Casa do Paço" in *Administração do concelho de Castro Laboreiro*, Arquivo Municipal de Melgaço, Melgaço, fl ? (roto).

⁹²⁶ - "(...) 31 de Maio de 1843 (...) nesta aparecerão alguns habitantes do lugar da Menjoeira deste concelho e requerirão fosse vedado toda a fraga do dito lugar do Bago, tão só montes de comer e a tudo a Câmara lhe há por vedado do dito monte de comer de toda a qualidade de gado à exceção do gado manço (?) entre cada dia 20 de Maio até 8 de Setembro de cada hum anno e todo o gado de Bago que for encontrado na Corga de (?) e dentro do prado, requeria fossem coimados cada huma cabeça de gado \$240 e cada huma dusia de rez \$240, isto se entende tambem nos que forem encontrados no montado vedado atras escripto.

"Auto da Câmara feitos na Casa do Paço" in *Administração do concelho de Castro Laboreiro*, Arquivo Municipal de Melgaço, Melgaço, fl ? (roto).

⁹²⁷ - Não conseguimos qualquer registo de sessões camarárias para os concelhos do Soajo e do Lindoso, no séc. XIX.

Assim, uma gestão equilibrada, ou, melhor, sustentada na utilização dos recursos, que eram escassos, exigia que se proibisse, isto é, *coutasse* durante um determinado período, por sinal, muito variável, pois era estipulado de acordo com o tipo e o estado de depredação do bem que era necessário recuperar, as pastagens para o gado *vacum*, lanígero ou caprino, as lenhas e matos, ou, então, o torgo para a feitura do carvão⁹²⁸. Quem "esquecesse" as regras era punido, por princípio, com a aplicação de multas pecuniárias⁹²⁹.

Num esforço em entendermos esta forma tão *sui generis* de exploração silvícola, deparámo-nos com uma série de questões, como por exemplo, as que envolviam a marcação dos "talhões", que cada morador podia usufruir, isto é, roçar mato, cortar lenha, ou, arrancar torgo para fazer carvão, precisamente até aos anos cinquenta do séc. XX.

Em relação às lenhas, como as coberturas arbóreas eram escassas e, praticamente, inexistentes, não se levantavam quase nunca problemas relacionados com a aquisição do material lenhoso, sendo as populações "obrigadas" a eleger como combustível principal e normal o *torgo* e *giesteiras*⁹³⁰. Contudo, quando os povoamentos arbóreos existiam, deliberavam-se medidas proibitivas a fim de, entre outros motivos, proteger a mancha em causa⁹³¹.

⁹²⁸ - Por curiosidade, passamos a mencionar um extracto da acta de uma sessão extraordinária da assembleia da freguesia do Soajo de 13/10/1863, requerida pelos moradores de Vilar do Suento "(...) todos unanimemente para o benefício dos seus montados requeriam e queriam que a Junta demarcasse e coutasse não só para os de fora mesmo para os moradores do lugar unanimemente todos os moradores do mesmo lugar espontaneamente se obrigarão aqui desde hoje em diante (...) nenhum será senhor de cortar matos nem arbustos com fouce, enxada, fouchinha, machado ou qualquer instrumento agrícola e nenhum dos mesmos moradores poderá pastorear ou mesmo deitar seu pastor as suas reses (...) e pastagem de todo o gado lanígero, *vacum*, com a condição porém que a rê miúda como ovelhas e cabras desde o die três de Outubro atyé três de Março poderão andar apastorados no dito montado e desde o dia três de Março até ao dia três de Outubro não poderão andar no dito montado quer pastorados quer por apastorar (...)"

ou a acta de uma sessão de 16/12/1871

(...) vários moradores do lugar de Adrão (...) que vários carvoeiros e carvoeiras desta freguesia arrasavam e deteoravam os montes daquele lugar de Adrão arracando o torgo para fazer carvão no que lhes causam grandes prejuízos na pastagem do gado *vacum*, lanígero e por isso requeriam à mesma Junta que lhe determinassem uma multa a toda e qualquer pessoa que arrancasse torgo pela raíz para carvão e mesmo para interesse das pastagens que queriam que ficasse coutado (...) e deliberaram unanimemente que toda e qualquer pessoa que seja encontrada a fazer carvão dentro dos limites desta coutada pagava a multa de 1200 réis para consortes (...).

Livro de Actas da freguesia do Soajo, Actas de 13/10/1863 e 16/12/1871, Arquivo da Junta de Freguesia do Soajo, Soajo.

⁹²⁹ - Por exemplo, em Castro Laboreiro, em assembleia de freguesia de 15/6/1911, foram clarificadas as posturas de 28/10/1896 e melhoradas as de 19/7/1898, relativamente ao *couto* dos montes de Anaman, onde era proibido, além de cortar lenha e fazer carvão, o pastoreio do gado, graúdo e miúdo, nos períodos de 20 de Maio a 10 de Setembro e de 20 de Outubro a 24 de Dezembro. A transgressão era punida com uma multa de 5 mil réis para cada cabeça de gado graúdo e por cada dúzia ou fracção, de ovinos ou caprinos. Além disso, cada pessoa encontrada a fazer carvão ou a cortar lenha pagava também a multa de 5 mil réis.

Arquivo da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro, *Livro de Actas das Assembleias da Freguesia, Acta da sessão de 15/6/1911.*

Outro caso, mas na Gavieira, em assembleia de freguesia de 24/3/1942, delineou-se um *couto* nos *montes* da aldeia de Rouças, com a proibição de "todos os gados e rês da pastagem de 25 de Junho de cada ano a 18 de Novembro". Neste período por cada animal encontrado a pastar o respectivo dono pagava de multa 10\$00.

Livro de Actas das Assembleias de Freguesia, Acta da sessão de 24/3/1942, Arquivo da Junta da Freguesia da Gavieira, Gavieira.

⁹³⁰ - Evidenciamos Castro Laboreiro, em que as populações seleccionavam determinadas parcelas, para um sistema rotativo plurianual, entre a *giesta* e o *centeio*.

⁹³¹ - A preocupação das populações na preservação das manchas arbóreas, pode ser exemplificada com a Gavieira, mesmo, que se pretenda obter outros fins, como o de "afastar", os Serviços Florestais, quando em assembleia da Junta foi deliberado "(...) na lenha da Pomba só se pode cortar lenha seca (...) fica proibido cortar lenha verde. Não convém desvastar os carvalhos para que não venham com novas plantações de árvores (...). O que for encontrado com lenha verde por cada carro pagará a multa de 50\$00 e cada feixe 10\$00 mesmo que seja misturado com seca (...)"

Livro de Actas, Acta da reunião de 11/9/1943, Arquivo da Junta da Freguesia da Gavieira, Gavieira.

Mesmo numa leitura breve e sumária, mas, minimamente elucidativa sobre o significado dos *montes* nas economias locais, há que distinguir, em primeiro lugar⁹³² os *montes altos* dos *montes baixos*⁹³³, aqueles bem afastados da aldeia, logo com maiores distâncias a percorrer no transporte dos materiais, o lenhoso e arbustivo, com muito más acessibilidades, portanto, só pretendidos pelos moradores em último recurso. Assim, caso não estivessem *coutados*, o que era raro, cada residente podia roçar mato e fazer carvão no *sítio*, que lhe parecesse mais favorável.

Uma certa ordem havia que se estabelecer na utilização dos *montes baixos*, os mais próximos das aldeias, os mais acessíveis e, também, em função das condições naturais, aqueles que ostentavam cobertura vegetal mais densa e viçosa, o que tornava premente a respectiva *coutagem*⁹³⁴.

Nestes *montes* muito dificilmente era permitido arrancar *torgo*, ou, outras espécies vegetais, com a finalidade de se fazer carvão. Em relação ao roço de matos, uma vez aberto o *couto*⁹³⁵, em função da mancha existente e das necessidades de cada um, procedia-se na aldeia a uma combinação tácita, para atribuição dos talhões a roçar, ou então, muito simplesmente, o primeiro a chegar cortava uma manada de *estrume*⁹³⁶ com a qual formava um feixe, que era posicionado de modo a *demarcar* e a informar o vizinho, que chegasse a seguir, da área eleita, código entendido, e que o levava a iniciar o roço um pouco mais adiante.

Nesta forma usual e normal de distribuição das manchas de mato, o *estrume* dos *montes em comum*, distinguia-se a freguesia do Lindoso, em que esta tarefa era da exclusiva

⁹³² - Numa data não muito afastada, em reunião da Assembleia da freguesia do Soajo de 7/9/1957, procedeu-se a uma "distinção" dos montes em função do factor altitude.

" (...) foi dividido o monte baldio da freguesia em duas zonas compreendendo-se por montes baixos toda a área (...) e monte alto todo o monte que fica desta divisão para cima (...)."

Livro de Actas, Acta da reunião de 7/9/1957, Arquivo da Junta de Freguesia do Soajo, Soajo.

⁹³³ - Medeiros, Isabel Marques, 1986, "Significado Geográfico dos Baldios na Economia pastoril da Serra da Peneda" in Brito, Raquel Soeiro (coord.), *Estudos de Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, p. 341.

Contudo, não podemos confundir o sentido desta expressão, com o significado agrícola, que adquire no *Dicionário de Valdez*, *monte bajo* "monte baixo, coberto de arbustos, silvas e plantas rasteiras", em paralelismo com *monte alto* "monte, mata, bosque florestal, selva alta, povoado de árvores corpulentas", *monte tallar* "mata, floresta de corte, que se decota de tempos a tempos e cujas árvores não excedem a quarenta anos" e *monte blanco* "mata comum ou pertencente a todos".

Baeta Neves, C. M., 1965, "Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores" in *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Vol. XXVIII, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, p. 24.

⁹³⁴ - Em reunião de 24 de Abril de 1892, na freguesia do Soajo, a assembleia, procedeu à *coutagem* dos *montes baixos* das diferentes aldeias, a pedido dos seus moradores.

"(...) requerimento de vários moradores desta freguesia afim de coutarem os montes baixos para utilidade dos mesmos moradores (...) deliberaram unanimemente que fossem coutados (...)."

Livro de Actas, Acta da reunião de 24 de Abril de 1892, Arquivo da Junta do Soajo, Soajo.

⁹³⁵ - A proibição nos terrenos destinados ao roço de matos, abrangia um período nunca inferior a dois anos, devido ao ciclo evolutivo das espécies a deixar desenvolver.

"(...) apareceram vários moradores do lugar de Vilar que pretendem coutar o montado de que fica próximo do seu lugar, pois é monte derrotado não só no roço ainda nascente mas também na lenha e mais produção (...) será proibido roçar-se no prazo de três anos o tojo que se criar bem como cortar as lenhas para fazer carvão, arrancarem sargaço, mas cortar-se os fetos que se criar todos os anos nos meses de Junho de todos os anos e o tojo no ano imediato ao que terminar o prazo (...) e no caso de necessidade ficam de reserva os montes altos (...)."

Livro de Actas, Acta da reunião de 14/10/1894, Arquivo da Junta do Soajo, Soajo.

⁹³⁶ - Designação vulgar dado pelas populações aos matos, que eram necessários roçar, para forrar as camas dos animais, que depois de fermentados, eram incorporados na solo lavrado, estando, assim, a *terra adubada*, ou seja, estrumada e apta a acolher a nova cultura.

competência da Junta de Freguesia⁹³⁷, que tomava a seu cargo o sorteio das parcelas cujo número correspondia ao total das famílias interessadas⁹³⁸. Esta "prática" terminou relativamente há poucos anos, pois está bem presente na mente dos residentes com mais de quatro décadas de idade.

Pela investigação efectuada estamos convictos que o Lindoso foi a freguesia em que a Autarquia mais se impôs na gestão muito controlada das áreas silvícolas em exploração comum, os vulgarmente denominados *montes*.

Assim, por exemplo, as áreas em que era permitido o arranque e extracção das *urzeiras* para fazer carvão, localizavam-se, praticamente, apenas nos cimos afastados⁹³⁹, sendo a actividade, quase e só permitida àqueles residentes que não tinham outros recursos para participar nas despesas comuns da freguesia⁹⁴⁰ e, então, a Autarquia autorizava-os, em determinadas áreas, mesmo *coutadas*, à *feitura* do combustível, com a condição de ser transaccionado na totalidade, para que o resultado da venda se destinasse exclusivamente aos cofres da Autarquia.

Estamos convictos que *fazer carvão* foi uma actividade importante para todas as comunidades da área limiana em estudo, mesmo que para isso fosse necessário recorrer a uma certa clandestinidade na freguesia onde se residia, ou recorrendo às vizinhas, quando a aldeia tinha *poucos montes*. O carvão, material combustível que se vendia bem nos centros urbanos próximos, Ponte da Barca, Melgaço, ou, Arcos de Valdevez, nos ferreiros, principalmente, nos de "renome", que, em virtude da numerosa clientela, precisavam de quantidades assinaláveis, dinamizava todo aquele grupo social que não possuía *terras*, ou, então, eram detentor de exíguas parcelas, insuficientes para a sobrevivência do agregado familiar.

⁹³⁷ - "(...) apreciado e discutido a partilha dos montes de roço nos limites do uso e costume da freguesia não consentindo que ninguém rosse estes adubos sem ordem e partido em talhões (...)".

"(...) deliberando partir ao povo do Castelo uma porção de talhões de matos para adubos das próximas sementeiras, encarregando o regedor da freguesia de proceder a esse trabalho (...)".

Livro de Actas, Actas das reuniões de 16/7/1922 e 16/3/1924, Arquivo da Junta do Lindoso, Lindoso.

⁹³⁸ - Em cada lugar e perante a área a roçar, a Autarquia dividia-a em talhões, de acordo com o número de famílias interessadas. A cada talhão, aos quais atribuíam um número, que deixava num penedo ou qualquer outro sinal mais evidente. Num saco introduzia tantos papelinhos, quanto os talhões a sortear, cada um dos quais com um dos números deixados no terreno. Agora, chegava o momento de cada agricultor tirar um bilhete, com o número do talhão que lhe caiu em sorte, que teria de ser roçado no período, já, estipulado pela Autarquia. Caso contrário seria punido de, no ano seguinte, não ter direito a uma outra área de roço.

A título de exemplo: "(...) tendo também largamente discutido a partilha provisória dos matos resolveu-se que essa partilha continuasse com rigorosa exactidão ficando cada habitante da partilha com a obrigação de no prazo de três meses proceder ao roço dos mesmos podendo assim competir para a igualdade do mesmo mato na próxima partilha; de contrário, ficarão com as penalidades terminado o prazo mencionado de ser arrematado e reveter no cofre da Junta para reparações dos caminhos e outras verbas destinadas ao bem geral comum dos povos e da agricultura (...)".

Livro de Actas, Acta da reunião de 20/6/1919, Arquivo da Junta do Lindoso, Lindoso.

⁹³⁹ - "(...) que relativamente carvão ninguém estranho a esta freguesia o possa fazer dentro dentro dos limites desta mesma freguesia, e que só aos naturais desta freguesia é permitido uma vez em cada semana, isto é, aos sábados, mas nunca no monte coutado (...)".

Livro de Actas, Actas da reunião de 20/10/1929, Arquivo da Junta do Lindoso, Lindoso.

⁹⁴⁰ - Por exemplo, obras de interesse público, o abrir um caminho, as despesas judiciárias, quando a Autarquia se envolvia em questões, com freguesias limítrofes, que eram esclarecidas na barra dos tribunais, como a definição dos limites dos respectivos *montes*, em suma, em actividades e tarefas de *interesse comum* e que acarretavam despesas nas quais se tornava necessário a participação de toda a comunidade.

O carvão corresponderia, nas primeira metade do séc. XX, a uma fonte assinalável de receita para populações, como as da Ermida, Britelo ou Entre Ambos-os-Rios, pois tinham de certo modo mercado assegurado em Paradamonte, na Central Hidroeléctrica do Lindoso, ou, no lugar da Igreja, em Entre Ambos-os-Rios, num ferreiro com muita clientela e, portanto, a forja consumia grandes quantidades do produto, ou, no "almocreve" de Braga, que todas as semanas trazia mercadoria, nomeadamente mercearias e *carregava* carvão.

À excepção da Ermida, Lourido ou Froufe, que tinham *muitos montes* e, portanto, aos habitantes não lhes era difícil, nas maiores altitudes, *fazer uns sacos de carvão*, as outras populações vizinhas viam-se na necessidade de na calada da noite *subir aos montes* que não lhes pertenciam para durante a madrugada, isto é, no pronúncio da alvorada *fazer* as quantidades suficientes do combustível⁹⁴¹ que tinham assegurado aos seus fregueses.

Como já o afirmámos, o aproveitamento diário da exploração silvícola em comum, traduzia-se no *compáscuo*, pelo que as pastagens para os gados bovino, cavalari, muar e asinino, ou, para os ovinos e caprinos, tinham que ser preservadas na base de uma utilização sustentável que as populações conseguiram através da *demarcação dos coutos*, principalmente nos *montes baixos*⁹⁴², cujas regras eram rigorosamente cumpridas pelos pastores a fim de se evitar sanções bem onerosas.

Um outro aspecto, em nosso entender relevante, relaciona-se com a *desamortização* destas áreas *baldias*, por vezes, gradual, por vezes, mais brusca a favor de terceiros, nomeadamente privados.

Sem querermos, pois não são os objectivos que nos propusemos atingir com a realização deste trabalho, enveredar por uma problemática tão vasta e complexa, como é a *desamortização dos baldios* e que nos reporta à revolução burguesa de 1383-1385, limitámo-nos a referir, na base da investigação efectuada, a venda de fracções, as parcelas, com dimensões das mais variadas, pelas diferentes Juntas de Freguesia, que advogavam a necessidade da obtenção de um pecúlio para o equilíbrio do orçamento da Autarquia,

⁹⁴¹ - *Fazer carvão* na clandestinidade era difícil, pois, quando a matéria prima, enterrada em covas, de pouca profundidade, se encontrava em combustão, lançava nuvens de fumo para a atmosfera, que eram detectadas a muitos quilómetros de distância, pelo que a melhor maneira de iludir a vigilância autárquica, era deitar mãos à tarefa, nas noites, mesmo, muito escuras.

⁹⁴² - Por uma simples curiosidade e na continuidade da leitura que estamos a desenvolver, sobre os esforços das populações na preservação e revitalização das áreas de pastagem, apresentamos mais dois exemplos, entre muitos dos que se podem encontrar nos *Livros de Actas*, de qualquer uma das freguesias em estudo.

"(...) nenhum dos mesmos moradores poderá pastorear ou mesmo deitar seu pastor as suas reses à excepção do gado vacum mesmo nenhum passará com as suas reses o sitio mencionado (...) e as reses miúdas se apastorarão desde três de Outubro a três de Março (...)".

"(...) também requeriam os montes coutados (...) para não pascentarem nem botarem o gado vacum, lanígero desde o primeiro de Junho até ao primeiro de Novembro (...) todo aquele que fizer pagará a multa de 600 réis pela primeira vez e de 800 pela segunda (...)".

Livro de Actas, Actas das reuniões de 13/10/1863 e 16/12/1871, Arquivo da Junta de Freguesia do Soajo, Soajo.

"(...) certos habitantes prejudicam com os seus animais lanígero e caprino as propriedades de labouro e em virtude disso foi proibida a pastagem em montes baixos dos referidos animais (...)".

Livro de Actas, Acta da reunião de 26/7/1942, Arquivo da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

nomeadamente, quando enveredavam por obras de interesse público, como a abertura de vias, a construção de edifícios escolares, ou até, por lhes ser exigido pela autarquia camarária a contribuição no edificado concelhio⁹⁴³.

Também é normal e frequente nos diferentes *Livros de Actas* das assembleias de freguesia por nós consultados encontrarem-se desabafos, quer por parte da Autarquia, quer por parte de cidadãos, sobre múltiplos casos de apropriação de áreas de exploração comum, levadas a efeito pelos habitantes, sendo-lhes proposto a compra desses mesmos terrenos para, assim, melhorar os cofres da Autarquia, ou, pelo menos, uma colecta, de modo a contribuir para o bem público.

Uma atitude muito generalizada e bem evidenciada nas *Actas de Assembleia* das diferentes freguesias a partir dos anos vinte, prolongando-se pelas décadas de trinta e quarenta do século passado, era o pedido por parte dos residentes e sempre aceite da concessão de licença para exploração agrícola de um *pedaço de terreno baldio*, que podia atingir milhares de metros quadrados, no Soajo, ou, simplesmente umas centenas, na Gavieira, em troca de um valor pecuniário simbólico⁹⁴⁴.

Evidenciamos Castro Laboreiro que na década de vinte os habitantes solicitavam uma licença para cultivar parcelas de *terreno baldio*, cuja áreas podiam mediar entre os 300 a 7000 m², por prazo de um ano, que automaticamente era revogada por períodos sucessivos, conforme nos informaram em Fevereiro de 2004⁹⁴⁵.

Assim, de forma gradual e legitimado por um quadro legal, que se vem implementando desde as *Ordenações Filipinas* (1602)⁹⁴⁶, os terrenos a que ninguém pertencem, nomeadamente os da área em estudo, passam para os órgãos administrativos,

⁹⁴³ - Apesar dos múltiplos casos de venda de terrenos baldios, por todas as freguesias, que evocaram as mais variadíssimas razões, limitamo-nos a referir a participação da Junta do Soajo na construção da casa dos Magistrados, nos Arcos de Valdevez.

"(...) afirmo de tratar da falada venda dos baldios para a construção de casa para os magistrados judiciais (...) terminando por apresentar uma proposta no sentido de serem vendidos alguns baldios para tal fim o que foi aprovado por unanimidade (...)".

Livro de Actas, Acta da reunião de 24/4/1927, Arquivo da Junta de Freguesia do Soajo, Soajo.

Não podemos esquecer, que estas atitudes se enquadravam nos decretos n.ºs 10 552 e 10 553, de 16/2/1925 e eram encorajadas pela legislação promulgada pelo Estado Novo, nomeadamente, no ano de 1927.

⁹⁴⁴ - Outro aspecto, muito frequente na Gavieira era o pedido de autorização para "tapar um pedaço de terreno no monte baldio no bocal da branda da Junqueira com as medidas de 50 por 10 metros" ou " tapar um pedaço de terreno no monte baldio no bocal da branda de Gorvelas, no sítio da eira das Gorbelinhas com as medidas de 50 por 12 metros".

Livro das Actas, Acta da reunião de 6/4/1942, Arquivo da Junta da Gavieira, Gavieira.

⁹⁴⁵ - Todas as vendas de áreas de *baldio* efectuadas pelas Autarquias, a partir dos finais da década de vinte do séc. XX, estavam legalmente cobertas pelo conjunto de decretos do Estado Novo de 1927, nomeadamente, os *Decretos-Lei de 7 de Abril de 1927* e o de *24 de Maio de 1927*, que autorizava todas as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais "a alienar em hasta pública os terrenos baldios que lhes pertencem quando se encontrem em determinadas condições".

Duarte, Gorjão, 1976, "Baldios, propriedade e aproveitamento comunitário" in *Poder Local, Revista de Administração Democrática*, n.º 6, Estudos Democráticos, p. 19.

⁹⁴⁶ - Duarte, Gorjão, 1976, "Baldios, propriedade e aproveitamento comunitário" in *Poder Local, Revista de Administração Democrática*, n.º 6, Estudos Democráticos, p. 19.

como as Juntas, ou, mesmo os Municípios, que os retalham e os entregam em exploração privada a famílias, que se tornam pequenos agricultores⁹⁴⁷.

Contudo, estamos convencidos que a privatização de manchas *baldias* teria adquirido um novo ritmo na área em estudo e nas décadas de quarenta/cinquenta com a chegada dos agentes dos Serviços Florestais, que teriam sido "benévolos" para todos aqueles que lhes apresentassem o simples pedido de uma "reserva" para cultivar, ou, a mancha delimitada por um muro, *démarches* suficientes perante as novas autoridades para a comprovação da "propriedade privada"⁹⁴⁸.

Mas, se a paisagem dos *montes*, através dos muros que foram construídos, adquiriu as marcas da propriedade privada em detrimento da exploração em comum, esta é atingida no seu cerne, por um rude golpe, talvez, o mais incisivo, com a ocupação dos Serviços Florestais, consequência da implementação do *Plano de Povoamento Florestal*, iniciado em 1939⁹⁴⁹.

Se somos de opinião, pela leitura das *Actas de Assembleia* das freguesias, que a exploração silvícola em comum se enquadrava num corpo administrativo, que era a Paróquia, não foi essa a convicção dos órgãos da *Junta de Colonização Interna*, quando em 1939, procederam ao "levantamento dos baldios"⁹⁵⁰, considerando, nomeadamente *os montes do Soajo e Gavieira*, "bens do concelho" e Germil "sem baldios"⁹⁵¹.

⁹⁴⁷ - Somos de opinião que esta evolução da exploração em comum "acompanha" o quadro que Alberto Sampaio traçou sobre "a formação histórica da paisagem agrária minhota":

"" (...) Foi assim que nos últimos cinquenta anos se tem transformado a propriedade dos montes. Divididos e aforados aos vizinhos de um lugar ou paróquia, que já os possuíam em comum, cada um recebeu a sua gleba, a sua "sorte", que limitou com marcos. (...) Depois, o dono da sorte veda-a duma maneira contínua e aparece então a bouça que termina a série e estabelece definitivamente a propriedade particular. Assim se taparam ou se estão tapando todos os montados, assim vão desaparecendo os baldios nestes terrenos"".

Sampaio, Alberto, 1887, "Estudos de Economia Rural no Minho", Guimarães, in *Estudos Históricos e Económicos* (1923), Porto, vol. II, pp. 208-209.

⁹⁴⁸ - Falámos, no Soajo, com residentes com mais de setenta primaveras, que nos asseguraram as muitas noites passadas a levantar muros em áreas de *baldio*, para nos dias seguintes serem apresentadas aos responsáveis dos Serviços Florestais, como sua propriedade, "declaração", que era aceite.

Se relacionarmos estes factos com a preocupação da Junta do Lindoso exarada em *Acta de reunião de Fevereiro de 1955*, sobre a vedação de *terrenos baldios* indispensáveis ao *logradouro comum* e autorizada pelos Serviços Florestais, somos de opinião, que um certo movimento, apesar de efémero, foi gerado nas décadas de quarenta e cinquenta, a favor de uma certa "individualização" traduzida na paisagem, pelos muros em pedra, que delimitam áreas, cujas dimensões são das mais variadas, e matizam, ainda hoje, de modo evidente, o *baldio*.

"(...) diversos indivíduos da freguesia se têm apoderado e vedado terrenos baldios indispensáveis ao logradouro comum, isto dizem eles, com autorização do regime florestal (...) e consta-me que há outros com autorização para tapar mais terrenos de logradouro estando à espera da oportunidade para o fazer (...) foi resolvido por unanimidade que não se deixasse tapar mais baldios de logradouros comuns (...)".

Livro de Actas, Acta da reunião de 20/2/1955, Arquivo da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

⁹⁴⁹ - Do corpo legislativo laborado pelo Estado Novo (mais de trinta decretos-leis), limitámo-nos a distinguir aqueles que, segundo nossa opinião, mais directamente, atingiram a economia silvo-pastoril das comunidades:

- o *Decreto-Lei nº 27 207, de 11 de Novembro de 1936*. Dele emana a criação da *Junta de Colonização Interna*, que teve como uma das missões a elaboração de um estudo sobre o reconhecimento e a elaboração de um plano de aproveitamento dos baldios existentes na época. Deste estudo resultaram as publicações, em 1939 e 1941, respectivamente, *Reconhecimento dos Baldios do Continente* (3 vol.) e *Plano de Aproveitamento dos Baldios Reservados* (4 vol.).

- A *Lei nº 1971, de 15 de Junho de 1938*, na sequência da qual e do *Decreto-Lei nº 27 207, de 11 de Novembro de 1936*, foi publicada vasta legislação, que teve como objectivo principal, submeter ao regime florestal uma extensa área de terrenos de exploração comum considerada *baldio*.

- O *Código Administrativo* (1941) que, entre outros aspectos, determina, em relação à exploração pastoril em comum, que os prédios constituem propriedade privada; são exclusivos de certas e determinadas pessoas, e não de todas aquelas que morarem em certo lugar ou freguesia; não se confinam, necessariamente, aos limites paroquiais ou concelhios; e distingue, entre outros, os terrenos arborizados, ou, destinados à arborização.

⁹⁵⁰ - A Junta de Colonização Interna considerou os *baldios* das freguesias de Ermelo, Castro Laboreiro, Lindoso (uma parte), Britelo (uma parte), Entre Ambos-os-Rios (uma parte) como sendo *montes* inseridos no quadro administrativo da Paróquia, enquanto as áreas baldias das

Um comportamento impróprio tiveram os órgãos dos Serviços Florestais para com as comunidades de Ermida, Froufe, Lourido e Sobredo, quando classificaram os seus *montes* bens do Município.

Trata-se de comunidades que foram integradas no *Couto de Aboim*, cujo domínio senhorial pertencia à Ordem de Malta e extensivo, portanto, aos respectivos *montes*, expressamente delineados no séc. XVII (1658) na demarcação⁹⁵² do *Couto de S. Silvestre da Ermida*, com as populações a pagarem um *foro*⁹⁵³ em função do respectivo domínio útil.

Assim, quando o primeiro *Código Civil*, em 1867 aboliu a *Enfiteuse* os habitantes de estas aldeias passaram a ser os proprietários de todos os antigos territórios enfitêuticos, nos quais se incluíam, como seria de esperar, os respectivos *montes*.

Ora, populações herdeiras do extinto *Couto de Aboim*⁹⁵⁴, precisamente, as da Ermida, Lourido e Froufe, quando confrontadas pelos Serviços Florestais enveredaram pela via judicial, na reivindicação do direito de propriedade sobre os *montes*, que tinham adquirido quando da extinção da *Enfiteuse*, no séc. XIX, e que lhes foi reconhecido por sentença do Tribunal da Relação do Porto na década de cinquenta⁹⁵⁵.

Assim, surgiu na margem direita do rio Lima, nomeadamente nos três aglomerados alvo deste trabalho, uma situação jurídica de propriedade que muito provavelmente seria a "normal" numa evolução "lógica" dos "terrenos a que ninguém pertence", caso não se tivesse verificado as sucessivas "intromissões" legislativas, iniciadas com o monarca Fernando I, mas que se acentuaram a partir de Filipe II.

freguesias do Soajo, Gavieira, Ermida e aquelas que, nas freguesias atrás mencionadas não se enquadram, administrativamente, na Paróquia, no Corpo Administrativo do Município.

Reconhecimento dos Baldios do Continente, Vol. II, Parte I, 1939, Junta de Colonização Interna, Ministério da Agricultura.

⁹⁵¹ - Nessa mesma categorização, que exclui Germil, menciona-se, mesmo, que "não foram encontrados baldios". Ficamos estupefactos com a afirmação, pelo que tentamos saber, junto das populações de Germil, o que se tinha passado, de facto, nos finais dos anos trinta com os Serviços Florestais.

Na realidade, a equipa ligada a florestação tentou implementar-se em Germil, iniciando, até, a construção de uma casa, hoje totalmente em decadência. Contudo, a população reagiu mal, "conseguiu" um documento legal", que provava "o seu direito de propriedade" os *montes*, fazendo deslocar a Germil, um advogado.

A veracidade legal destes documentos, que me foi assegurada, mas não comprovada, por residentes, inclusivé membros da Autarquia, levanta sérias dúvidas, segundo opinião de um antigo Guarda Florestal, que reside numa freguesia limítrofe.

Não se pode esquecer, que estas "deligências legais", foram acompanhados por fortes ameaças físicas, que desencorajaram e levaram a equipa a abandonar Germil, pois *a área baldia era muito reduzida, o que não justificava a continuação de descatos*, que, por ventura, teriam um desfecho infeliz.

⁹⁵² - "Livro da Comenda de Távora, nº 69", 1658, in *Livros de Tombos*, Arquivo Distrital de Braga, Braga, fls. 1087-1090.

⁹⁵³ - Por curiosidade, mencionámos o *censo* e a *fumagem*, que os diversos casais pagavam no dia de Páscoa de flores, na casa da renda no Assento da Igreja de Nossa Senhora de Assunção do Couto de Aboim:

Casal do Sobredo, fraccionado por oito caseiros, sessenta réis; Casal de Froufe distribuído por vinte e dois caseiros, vinte e cinco réis; Casal em Lourido distribuído por vinte caseiros, noventa réis; outro Casal em Lourido dividido por vinte e nove caseiros cem réis; outro Casal em Lourido, distribuído por oito caseiros cento e cinquenta réis; Casal da Ermida fraccionado em trinta e seis caseiros, duzentos réis.

"Livro da Comenda de Távora, nº 69", 1658, in *Livros de Tombos*, Arquivo Distrital de Braga fls. 1072-1087.

⁹⁵⁴ - A população de Sobredo optou por aderir ao *Plano de Povoamento Florestal*, opondo-se, judicialmente, as comunidades da Ermida, Froufe e Lourido.

⁹⁵⁵ - É com muito orgulho e satisfação, que, actualmente, os elementos representantes de todos os co-proprietários, que têm a responsabilidade da gestão destes montes, falam do processo jurídico (...) *longo e difícil, porque era contra o poder do Salazar, mas, que conseguiram vencer ... e ... no Tribunal da Relação do Porto!*(...).

Desta nova situação, isto é, do reconhecimento pela via judicial do direito de propriedade para todos os habitantes das três povoações⁹⁵⁶ em relação aos respectivos *montes* houve a necessidade, de imediato, em constituir uma entidade de personalidade jurídica capaz de representar os co-proprietários, pois, logo se levantaram questões, como a do pagamento da contribuição, a “velhinha décima”, que de bom grado e, por que não dizê-lo, até, felizes, todos contribuíram com a parte que lhes cabia, até aos finais da década de setenta, além dos trâmites inerentes à reutilização de tão vastas manchas silvícolas.

Há a realçar, que indiferente ao tipo de propriedade, o modo de exploração silvícola em comum sempre foi similar para toda a área em estudo, apesar das *nuances* que, por ventura, distinguiram as diferentes comunidades.

Retomando as *démarches* desenvolvidas pelos órgãos da *Junta de Colonização Interna*, que visaram a implementação dos povoamentos florestais e, independentemente, dos problemas como os que envolveram a Ermida, Lourido e Froufe, no que concerne ao regime de propriedade, há que ter em consideração as estratégias adoptadas, por exemplo, no levantamento das variáveis utilizadas na elaboração do plano a aplicar nas áreas a reconverter, cujos valores foram solicitados pela *Direcção Geral da Acção Agrária Social, Divisão de Baldios, Incultos e Colonização aos Municípios*, que, por sua vez remeteram para as *Juntas de Freguesia*, que se limitariam a apresentar valores prováveis, como podemos constatar no Lindoso⁹⁵⁷.

Apesar de toda a subjectividade, os valores publicados permitem-nos, pensamos nós, uma interpretação, embora tendencial, das áreas a ocupar pelas "novas" associações vegetais, na extensa mancha, parte integrante da multissecular exploração em comum (Quadro 24)⁹⁵⁸.

⁹⁵⁶ - Por curiosidade, não foram, apenas, estas áreas de inculto a ficarem isentas do Regime Florestal, ou, de outra medida de carácter estatal, ou, emanada por outra qualquer entidade, mas, todas aquelas áreas das outras freguesias, que foram propriedade privada dos herdeiros dos foreiros da Ordem de Malta e que constituem, no seu conjunto, o Couto de Aboim.

⁹⁵⁷ - *Livro de Actas, Actas* das reuniões de 19/6/1932 e 17/7/1932, Arquivo da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

⁹⁵⁸ - Não podemos deixar de questionar a validade destes valores, uma vez que, apesar de terem sido obtidos junto das entidades locais, nomeadamente, as Juntas de Freguesia, correspondem, na maioria dos casos, a avaliações aproximadas, dependendo, até, dos interesses dos próprios avaliadores. Contudo, tomámo-los como indicadores de tendências, ou, melhor, de posições, que traduzirão, muito provavelmente, a “hierarquia” das diferentes manchas de ocupação, de acordo com a respectiva extensão. Além disso, embora não se refiram a toda a área que estudamos, somos de opinião, atendendo à dimensão, territorial e populacional, que abarcam, que constituem uma amostra representativa da problemática, que envolveu todas as comunidades deste Lima raiano.

Quadro 24 – A margem direita do Lima luso: *Baldios* e plano de reconversão na década de quarenta

Freguesias	Fogos de Agricultores (Nº)	Propriedade particular (Ha)	Os Baldios (Ha)											
			Aptidão		O plano de reconversão									Matas dos Serviços Florestais
			Agrícola	Florestal	Propriedade particular						Logradouro comum			
					Casais		Glebas		Pastos e culturas	Chãs e verandas	Pastagem e mato			
					Nº	Áreas	Agrícolas	Florestais						
		Agrícolas	Florestais											
Ermelo	123	315	20	1015	0	0	0	17	361	0	0	337	320a)	
Soajo	670	1380	85	4145	30	60	60	0	649	0	23	780b)	2665	
Gavieira	190	370	15	6225	0	0	0	0	380	0	15	485	5360	
C. Laboreiro	419	1380	100	6280	0	0	0	100	738	2702	0	0	2840	
TOTAL	1 402	2 270	220	17 665	30	60	60	117	2128	2 702	38	822	10 865	

a) Inclui três hectares de terra classificada como de aptidão agrícola; b) Cerca de 50% são afloramentos quase contínuos.

Fonte: *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Distritos de Viana do Castelo e Vila Real, Vol. II, 1941*, Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna, pp. 30-31 (adaptado).

Se não restam dúvidas que para qualquer uma das quatro freguesias são as áreas de exploração em comum, que predominavam em relação às privadas, isto é, à “propriedade particular”, a Gavieira e Castro Laboreiro surgiram como as detentoras das maiores extensões de solos com aptidão para os povoamentos florestais, destacando-se aquela, a Gavieira como a entidade que “entregou”, praticamente, todo a sua área de exploração em comum (86%) aos Serviços Florestais⁹⁵⁹.

Em Castro Laboreiro distinguiu-se a mancha granítica, que foi submetida à florestação, da xistosa que preservou a cultura secular do centeio em rotação plurianual com o pousio, rapidamente coberto pelo giestal, e o respectivo aproveitamento comum pelos gados. Além disso, manteve-se, mas, em *logradouro comum*, devidamente, regulamentado, a divisão rotativa das parcelas, por família, para o cultivo do centeio, a par da pastagem em comum do gado⁹⁶⁰.

Ao Soajo, logo seguido pela Gavieira, foram permitidas as maiores áreas, em valores absolutos, de *logradouro comum*, que, devidamente regulamentadas asseguraram às respectivas Juntas de Freguesia o rendimento capaz de garantir os trabalhos de benfeitorias como, por exemplo, a reparação e construção de *levadas* e represas, a captação de águas, ou, o melhoramento de pastagens.

⁹⁵⁹ - Por curiosidade, os técnicos florestais reconheceram a forte feição pastoril, que explicam em função da tradição e da necessidade, admitindo que as transformações ter-se-iam de fazer muito devagar.

Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Distritos de Viana do Castelo e Vila Real, Vol. II, 1941, Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna, p. 27.

⁹⁶⁰ - *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Distritos de Viana do Castelo e Vila Real, Vol. II, 1941*, Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna, pp. 27-28.

Ermelo seria a freguesia cuja mancha de usufruto comum atingiu uma área superior, em relação à entregue aos Serviços Florestais, embora, em termos comparativos, ficasse aquém da verificada no Soajo, Gavieira, ou, em Castro Laboreiro.

Não é difícil constatar e admitir, perante a observação deste exemplo que, em nosso entender, é representativo da forma como decorreu a implementação do *Plano de Povoamento Florestal*, na década de quarenta, a redução substancial dos *montes* em comum, porque lhes subtraíram os localizados nas chãs e vertentes⁹⁶¹, cujas condições locais de clima favoreciam os povoamentos de folhosas e resinosas, de acordo com o limiar das condições favoráveis ao desenvolvimento do respectivos ciclos vegetativos, o que ocasionou reacções, por vezes, violentas por parte das populações.

A rigidez das normas a cumprir não permitia a conciliação desejável entre o poder institucional, ou seja, o dos interesses do Estado, numa atitude de ocupante e empresário, com o interesse das comunidades, embora técnicos florestais, directamente responsáveis pela implementação da obra, reconhecessem que o regime silvo-pastoril poderia resolver, a contento, os problemas das populações, deixando-se a arborização para as áreas, ainda, vastas, mas, correspondentes às superfícies pedregosas, ou, então, ameaçadas pela erosão⁹⁶².

Ainda hoje, na área em estudo, as populações mais idosas têm bem presente a dificuldade decorrente da subtracção das extensas áreas destinadas às novas plantações, assim como no período posterior, as relacionadas com o crescimento das espécies arbóreas.

Relembramos que o povoamento arbóreo subiu em altitude de acordo com as condições locais de solo, temperatura e humidade, pelo que todos os espaços que não reuniam condições favoráveis ao ciclo vegetativo das espécies a plantar, passaram a constituir os *montes em comum*, sempre, os mais afastados e que se estendiam pelas chãs elevadas, por princípio, exclusivas dos gados bovino e cavalari⁹⁶³.

Então, para que os gados atingissem as pastagens tornava-se necessário, na maioria dos casos "atravessar" as áreas de plantação, além de pastorearem, frequentemente, próximo dos respectivos limites, saltando, com facilidade, para as novas coberturas vegetais. No sentido de obrigarem os donos a uma vigilância apertada, eram aplicadas multas, cujo valor se tornava desmedido e insuportável para as magras bolsas dos criadores.

⁹⁶¹ - As áreas de lande, que se desenvolviam entre os valores médios dos 600 a 800 metros de altitude.

⁹⁶² - A redução da área a arborizar seria como que equilibrada pelas maiores extensões das pastagens, que seriam melhoradas o que permitiria o aumento dos efectivos pecuários.

Neves, C. M. Baeta, 1965, "A arborização dos baldios e o regime silvo-pastoril" in *A Gazeta das Aldeias*, p. 257.

⁹⁶³ - Quando íamos a caminho do *poulo* de Seida, em pleno coração da serra da Peneda, em Agosto de 2003, confrontámos o "nosso" interlocutor, um residente da Várzea, com esta questão, ao que retorquiu (...) *o gado aqui em cima andava à vontade. O problema estava nos caminhos, nas passagens, mas da Várzea a Seida, até nem havia problema. Os pastos altos nunca foram da floresta e eles nunca se meteram connosco* (...).

Numa tentativa de evitarem as pesadas multas, as comunidades dos diferentes lugares sentiram-se na necessidade de construírem muros em pedra, com centenas de metros de comprimento, a ladear os caminhos e veredas, de modo a evitar a entrada dos animais nas áreas recém plantadas e a proteger.

Mas, mesmo assim, não conseguiam suster de modo eficaz os animais⁹⁶⁴ pelo que não encontraram outra solução, se não a que implicou a venda compulsiva de grande parte da *rês* e, por vezes, da manada.

As múltiplas conversas, de carácter informal, que estabelecemos com os residentes mais idosos, permitiram-nos distinguir posicionamentos diferenciados das populações perante a acção dos responsáveis pelos Serviços Florestais nas décadas de quarenta e cinquenta.

O grande grupo, o dos descontentes, constituído por aqueles cujo *modus vivendi* dependia dos animais de pastoreio, que ao ser-lhes retirado muitos hectares de pastagem, se lhes depararam como alternativas a venda compulsiva de centenas de cabeças, nomeadamente caprinos, e o recurso a novas estratégias na vigilância dos animais, que conseguiram manter.

O grupo dos favoráveis em que se distinguiram aqueles, que nada ou pouco possuíam e graças à *Floresta* conseguiram trabalho nas plantações e respectiva manutenção, a par de um outro, mesmo, minoritário, o dos proprietários "maiores", como na "vila" do Soajo, que arrendavam as suas terras e pagavam um salário aos pastores, conseguindo, com facilidade, alargar os seus *montes* em função do *balديو*, como consequência dos diálogos fáceis e amenos estabelecidos com as equipas técnicas.

Actualmente, a opinião das gerações com menos de quatro décadas de idade é, de um modo geral, favorável às políticas florestais das décadas de quarenta e cinquenta, pois viabilizaram a cobertura arbórea de extensas áreas, que as populações nunca teriam conseguido, lamentando, contudo, a implementação desorganizada em termos paisagísticos e ambientais.

Uma política similar de conversão florestal atingiu, também, nas mesmas décadas, os *montes* galegos. A atitude de descontentamento por parte das populações, que se viram privadas de áreas substanciais de incultos em comum, não diferiu, em muito, da assumida

⁹⁶⁴ - Dizia-nos, em Junho de 2001, um residente de Parada do Lindoso, quando a caminho das pastagens mais altas, em plena serra Amarela, atravessávamos uma área de pinhais e vidoeiros, (...) *muito corri por estes caminhos, quando estas árvores foram plantadas, para que os animais não passassem a vedação. Era um desassossego. A multa era muito pesada (...) o povo foi mesmo obrigado a vender a rês e o gado (...).*

Em Março de 2002, recordava um habitante de Cidadelhe: (...) *bem guardávamos os animais, mas ... estavam sempre a fugir (...).*

pela gente lusa, mas cujas repercussões far-se-iam sentir mais tarde, através dos incêndios propagados, como represália das medidas florestais tomadas em anos anteriores⁹⁶⁵.

Contudo, para que estas áreas florestadas, galegas e lusas, voltassem a estar sob o controlo das respectivas comunidades, ou melhor, das respectivas Juntas de Freguesia e de Paróquia, tornou-se necessário a implementação, em ambos os países, do regime democrático, pelo que no ano de 1976 foi aprovada, em Portugal, a nova legislação regulamentadora do funcionamento dos seculares *montes explorados em comum*⁹⁶⁶.

Relembramos que na área em estudo a exploração em comum visava, essencialmente, o aproveitamento das chãs cobertas pela mancha herbácea, para o pastoreio em comum, dos matos, para as camas dos animais, das lenhas utilizadas na lareira e *feitura do carvão*, e das madeiras, como matéria prima na construção e reparação das habitações, cortes e alfaias agrícolas.

A subtracção de manchas de exploração comum, com expressão muito significativa na sobrevivência das respectivas populações, teve como consequência imediata, a redução drástica do efectivo pecuário, a que o limiano, luso e galego, respondeu com a procura de novos horizontes de trabalho, por vezes, bem distantes do torrão natal, mas, que estão na génese de um novo quadro sociocultural, que, actualmente, envolve e distingue estas populações *serranas* e de raia.

Então, até meados do séc. XX, a economia das populações dependia, primordialmente dos respectivos *montes*⁹⁶⁷, cuja expressão máxima da sua importância se reflectia no pastoreio em comum⁹⁶⁸, nomeadamente, dos bovinos, caprinos e ovinos.

A primeira referência explícita às variedades de gado criadas na área em estudo, encontrámo-la, para o séc. XVIII, no *Catastro de Ensenada*⁹⁶⁹ e no *Dicionário Geográfico*⁹⁷⁰.

⁹⁶⁵ - Conforme nos diziam em San Xes, nomeadamente, em Sabariz, a revolta contra os Serviços da Floresta foi tão grande, que, como reacção, os moradores deixaram crescer os pinheiros e, a partir dos dez a doze anos de idade, foram ateando incêndios até os destruir. (...) *agora, como esses montes voltaram para a paróquia, podíamos fazer muito dinheiro, mas ... não temos nada para vender* (...).

Dois residentes de Sabariz em Junho de 2003.

⁹⁶⁶ - *Decreto-Lei n.º 39/76, no art.º 3.º*: “(...) são devolvidos ao uso, fruição e administração dos respectivos compartes os baldios (...)” e, simultaneamente, se institui os órgãos específicos para o exercício da administração: as assembleias de compartes e os conselhos directivos, que admite duas modalidades em alternativa, ou, um conselho exclusivamente constituído pelos compartes, ou, então, em regime de associação entre os compartes e o Estado;

Decreto-Lei n.º 40/76 permite a anulação de todos os actos e negócios que tivessem visado a apropriação de baldios, mesmo aqueles que foram efectuados antes de 2574/1974;

A *Constituição da República Portuguesa*, no *art.º 89.º*, consagra os baldios como estrutura comunitária, com posse útil e gestão de comunidades locais.

Rodrigues, Manuel, 1987, *Os Baldios*, Coleção Universitária, Ed. Caminho, Lisboa, pp. 60-62.

⁹⁶⁷ - Apesar de todas as mutações verificadas nas últimas décadas, em Junho de 2002, dizia-nos um residente da Ermida (...) *toda a nossa vida passa pela serra; se nos tiram a serra, morremos. À serra vamos buscar tudo, a água, a lenha, a madeira e os pastos. De que vivemos se não tivermos onde alimentar o gado?* (...).

⁹⁶⁸ - Se é normal e usual os estudos sobre a problemática do pastoreio nestas áreas de montanha referirem a criação de gado, até meados do séc. XX, como um complemento da actividade agrícola, a nossa investigação permite-nos inferir que seria, precisamente, a criação de gado extensiva e ao ar livre, a actividade principal e, como complemento, surgiria, então, a agricultura de baixa produção em solos, predominantemente, arenosos e pobres, atendendo ao facto das populações fazerem depender, em grande parte, a sua sobrevivência de uma alimentação na base da carne, do leite e derivados, que encontravam nos seus animais, além da venda de bovinos e das *reses*, condicionar a compra de alimentos, vestuário e outros bens de consumo.

Se qualquer uma das Fontes, não menciona o quantitativo, mesmo, aproximado, dos efectivos pecuários⁹⁷¹, dão-nos a informação preciosa sobre as espécies criadas, bovino, pontualmente, o cavalari, ou, melhor, as bestas⁹⁷², caprino e ovino, além do porcino, este, em relação às povoações galegas⁹⁷³.

Se a Fonte galega não nos esclarece, precisamente, sobre o modo como se processava a criação dos diferentes tipos de gado, permite-nos, contudo, inferir que o recurso à *serra* tornar-se-ia imprescindível, a avaliar pelas descrições, em todas as entidades territoriais, das extensas áreas de *montes comuns*, que, por vezes, incluíam devesas e souts, ou, simplesmente, souts, como no Rio Caldo, em S. Miguel de Lobios e em Maním⁹⁷⁴. Por sua vez, a Fonte portuguesa ao evidenciar as funções prestadas pelas *serras*, que envolviam as respectivas povoações, informa-nos das *reses* e gados⁹⁷⁵ que deambulavam em pastagem livre na busca das chãs com as melhores landes. Distinguimos a *Memória do Lindoso*, em que o pároco se preocupou em esclarecer o facto do gado bovino e, provavelmente, também, o cavalari, pernitemos na *serra* no período estival⁹⁷⁶.

Criação de gado, graúdo e miúdo, em pastagens livres, que se continuou e muito provavelmente aumentou no séc. XIX, nomeadamente, no Lindoso⁹⁷⁷, Castro Laboreiro⁹⁷⁸ e

⁹⁶⁹ - “Interrogatorio” in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livros nº 1935 (concelho de Entrimo), 2187 e 2196 (concelho da Lobeira), 2205, 2208, 2212, 2216, 2219 e 2222 (concelho de Lobios), Arquivo Histórico de Ourense, Ourense.

⁹⁷⁰ - Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 7, fls. 1239-1242 (Britelo); Vol. 13, fls. 185-200 e 249-261 (Entre-Ambos-os-Rios, Ermelo e Ermida); Vol. 17, Memória 27 (Gavieira) e fls. 209-215 (Germil); Vol. 20, fls. 665-672 (Lindoso); Vol. 35, fls. 1363-1368 (Soajo), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

⁹⁷¹ - Estamos convencidos, que é por causa de uma certa fuga aos impostos que, no *Catastro* todos os habitantes declaram “que só podem dizer que há alguns pares de bois, vacas...”.

⁹⁷² - Se na Galiza, apenas, no concelho de Entrimo se mencionam as bestas, mas, “alguns pares”, em Portugal, os párocos de Germil e do Soajo, fazem alusão ao gado cavalari, curiosamente, também designado por “bestas”, isto é, algumas bestas.

⁹⁷³ - Como a grande finalidade do *Catastro de Ensenada* incidia no levantamento das produções para, assim, se proceder à correspondente determinação dos rendimentos sobre os quais incidiriam os impostos, verificou-se um certo cuidado na avaliação dos rendimentos, neste caso, sobre as cabeças de gado. Assim, por exemplo, em Entrimo, a autoridade regulou da forma seguinte: “uma parilha de bois para fazer carretos, 30 reais e de vacas, sem crias, 20; uma vaca parida, por causa do leite e da manteiga, 30 reais, dos quais se estimaram 15 reais pela cria e os restantes pelo leite e manteiga; uma ovelha dois e dezassete reais, aqueles pela cria e estes pela lã; um carneiro, pela lã, um real; uma cabra, 3 reais, em que se regularam dois pela cria e um pelo leite; uma porca com quatro crias, que se podiam considerar ao ano, dezasseis reais”.

“Interrogatorio” in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livro nº 1935, Arquivo Histórico de Ourense, Ourense

⁹⁷⁴ - “Interrogatorio” in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livros nº 2219, 2212 e 2216 (concelho de Lobios), Arquivo Histórico de Ourense, Ourense.

⁹⁷⁵ - “(...) reses na serra que vem a ser gado, cabras e carneiros (...)”.

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 7, fls. 1239-1242 (Britelo); Vol. 13, fls. 185-200 e 249-261 (Entre-Ambos-os-Rios, Ermelo e Ermida); Vol. 17, Memória 27, fls. 209-215, (Gavieira e Germil), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

“(...) gados que vem a ser bois, vacas, cabras e ovelhas e algumas bestas (...)”.

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Memória 27 fls. 209-215 (Germil); Vol. 35, fls. 1363-1368 (Soajo); Vol. 20, fls. 665-672 (Lindoso), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

⁹⁷⁶ - “(...) se criam os gados dos lavradores, grosso e miúdo, gado grosso nela dorme no tempo quente (...)”.

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 20, fls. 665-672, (Lindoso), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

⁹⁷⁷ - “(...) Produz (...) muitos gados (...)”.

Costa, Pe. António Carvalho, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topographica, Tipographia de Domingos Gonçalves Gouvea*, 2ª Ed., Braga, p. 213.

⁹⁷⁸ - “(...) muitos gados de toda a casta, as maiores ovelhas galegas (...)”.

Costa, Pe. António Carvalho, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topographica, Tipographia de Domingos Gonçalves Gouvea*, 2ª Ed., Braga, p. 300.

no concelho do Soajo⁹⁷⁹, a exemplo do que sucedia na área galega, como, por exemplo, na Fraga⁹⁸⁰ e na Illa⁹⁸¹, em Lobios (San Miguel)⁹⁸² e San Xes⁹⁸³, ou Manim⁹⁸⁴ e Arauxo (San Martin)⁹⁸⁵.

Na impossibilidade de conseguirmos, para o séc. XIX, valores sobre a evolução quantitativa da pecuária na área em estudo, à escala de freguesia, limitámo-nos a apresentar, como uma simples referência, o efectivo provável nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo⁹⁸⁶, em 1851⁹⁸⁷ (Fig. 104).

⁹⁷⁹ - “(…) Tem este Concelho grandes matas & dilatados montados em que se criou (…) muitos gados de toda a casta (…)”.

Costa, Pe. António Carvalho, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topographica, Tipographia de Domingos Gonçalves Gouvea*, 2ª Ed., Braga, p. 230.

⁹⁸⁰ - “(…) Los cerros (…) están poblados de Tojo, matas bajas; y yerbas de pasto (…) ganado vacuno, mular, caballar, lanar y cabrio (…)”.

Madoz, Pascual, 1850, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, Tomo VIII, Madrid, p. 160.

⁹⁸¹ - “(…) se cria ganado vacuno (…)”.

Madoz, Pascual, 1850, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, Tomo ¿?, Madrid, p. 494.

⁹⁸² - “(…) se cria ganado vacuno, de cerda, lanar y cabrio (…)”.

Madoz, Pascual, 1850, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, Tomo VIII, Madrid, p. 319.

⁹⁸³ - “(…) se cria ganado vacuno, de cerda, mular, caballar, de lana y cabrio (…)”.

Madoz, Pascual, 1850, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, Tomo ¿?, Madrid, p. 318.

⁹⁸⁴ - “(…) se cria ganado vacuno y cabrio (…)”.

Madoz, Pascual, 1850, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, Tomo ¿?, Madrid, p. 179.

⁹⁸⁵ - “(…) se cria ganado vacuno y lanar (…)”.

Madoz, Pascual, 1850, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, Tomo ¿?, Madrid, p. 453.

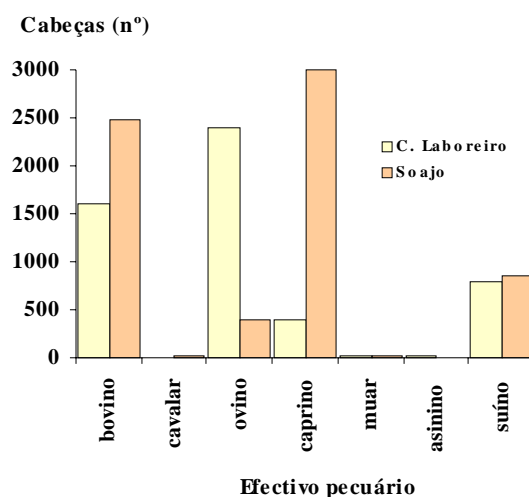
⁹⁸⁶ - Para o séc. XIX, apenas, conseguimos valores quantitativos, à escala do concelho, nomeadamente, o do Soajo e Castro Laboreiro, no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, Viana do Castelo.

As estatísticas oficiais portuguesas, que conhecemos, para o séc. XIX, nomeadamente, *O Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870*, elaborado e publicado pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 1873, limitam-se a referenciar valores à escala concelhia, pelo que as colocámos de parte, atendendo ao facto de trabalharmos com freguesias. Em relação às estatísticas galegas, limitam-se, também, a referenciar valores à escala do *concello*, pelo que nos vimos obrigados a excluí-las da nossa observação, por entendermos que a leitura a efectuar poderia “esconder” a realidade das aldeias em estudo.

⁹⁸⁷ - “Os algarismos que contem este mapa podem apenas considerar-se como um cálculo aproximado e ainda muito distante do verdadeiro. Estes trabalhos são sempre difíceis de organizar com exactidão e muito mais em o nosso país onde são novos e há a vencer a desconfiança dos povos muito omissos em prestar esclarecimentos que se lhes exigem”.

“Mapa Numérico do gado existente no Districto de Viana do Castelo durante o ano de 1851” in *Estatísticas Agrícolas*, 1851, Administração Geral de Viana, Arquivo do Governo Civil, Viana do Castelo.

Fig. 104 - Efectivo pecuário em Castro Laboreiro e no Soajo (1851)



Fonte: *Estatísticas do distrito de Viana do Castelo*, Administração Geral de Viana, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Embora pesem todos os condicionalismos admitidos pelo próprio intendente da pecuária na aquisição dos valores apresentados, somos de opinião que, apesar de tudo, são bem reveladores das espécies que, sempre, predominariam neste Lima raiano em estudo, o bovino, ou melhor, o *vacum*, o ovino e o caprino.

Se o efectivo de bovinos tinha expressão acentuada nos dois concelhos, em relação ao gado miúdo, no Soajo tornar-se-iam evidentes os caprinos, enquanto em Castro Laboreiro ressaltariam os ovinos.

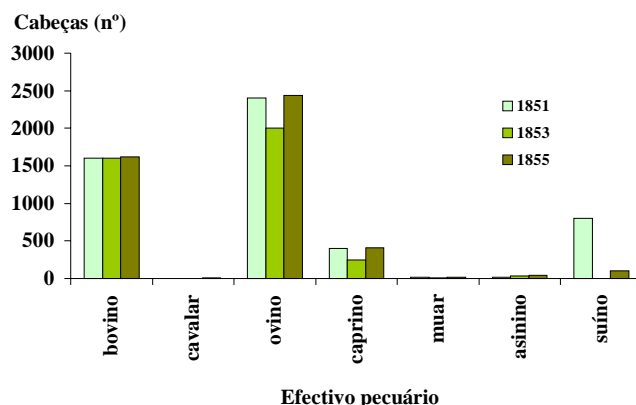
Não podemos deixar de referir a função importante desempenhada pelos bovinos, a partir do segundo ano de vida, no *amanho* da terra, além do contributo provável no equilíbrio financeiro do agregado familiar, quando canalizados para a produção de carne, enquanto vitelos, ou, já, adultos e com alguns anos árduos de trabalho agrícola.

Relembramos que nos meados do séc. XIX se registou na sociedade portuguesa uma procura crescente de "carne do talho" à qual se veio a acrescentar a partir de 1847 a exportação para a Grã-Bretanha, fenómenos que deram origem a um comércio de gado muito intenso e que caracterizou todo o Norte, desde os meados daquele século até, sensivelmente, 1890⁹⁸⁸, ao qual as terras limianas e de raia, não teriam, por ventura, ficado indiferentes.

Efectivo de bovinos, cuja variação não foi significativa em Castro Laboreiro no período de 1851 a 1855 (Fig. 105), a exemplo do gado miúdo, mas, o mesmo não aconteceria em relação aos suínos, cuja lacuna justificar-se-á, em nosso entender, num dos lapsos verificados quando do levantamento efectuado.

⁹⁸⁸ - Pereira, Miriam Halpern, 1971, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico, Portugal na segunda metade do séc. XIX*, Ed. Cosmos Lisboa, pp. 115-126.

Fig. 105 - Castro Laboreiro: Evolução do efectivo pecuário (1851 a 1855)



Fonte: *Estatísticas do distrito de Viana do Castelo*, Administração Geral de Viana, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Como em nota de síntese, diremos que este tipo de Fontes, bibliográficas, manuscritas e estatísticas, para os sécs. XVIII-XIX, independentemente da confiança e da precisão das informações obtidas, permitem-nos, apesar de tudo, tirar a dilação de que a criação de gado revestia-se de uma importância assinalável, para não dizer fundamental, na economia das populações, com o gado graúdo, nomeadamente o bovino, a consumir as pastagens "melhores" e a deixar as mais pobres para o gado miúdo, em que as ovelhas e os carneiros predominariam nas freguesias que possuíam as chãs com melhores mantos herbáceos e as cabras nas freguesias detentoras de vastos espaços pedregosos e rochosos, com tímidas urzes e carquejas a despontar pelos esparsos interstícios.

Ainda hoje, apesar das grandes mutações verificadas no séc. XX, as populações distinguem em relação ao gado miúdo, as freguesias com os melhores *montes* e, por conseguinte, onde existiram muitos ovinos, daquelas em que predominaram os caprinos, porque as suas pastagens se estendiam pelas superfícies fragosas, como por exemplo, o vale do Grou, nas secções, respectivamente, a montante e a jusante, ou, na Gavieira e em Germil. Realidades de uma silvo-pastorícia bem diferentes daquela que constatamos nos primeiros anos do séc. XXI, o ano de 2003.

"Quadros da pecuária", que pretendemos retratar com o recurso a esboços cartográficos para dois momentos distintos, o dos meados do séc. XX e o dos inícios do séc. XXI, pelo que se torna imperioso que reflectamos sobre os critérios utilizados, que entendemos corresponderem àqueles que permitem a leitura mais próxima das realidades em estudo.

Enquanto na representação cartográfica referente aos meados do séc. XX nos limitámos a evidenciar a variedade de animais predominante, uma vez que todas as aldeias eram povoadas, nessa época, por exemplares das três espécies principais (bovinos, ovinos e caprinos), na representação cartográfica de 2003 sentimos a necessidade em proceder à respectiva discriminação, em virtude de se ter verificado nas últimas décadas e em todas as aldeias em estudo, a eliminação de espécies de pastoreio, ou, total, ou, parcial, neste caso a incidir nos ovinos e caprinos.

Um outro critério relacionou-se com a opção da entidade geográfica sobre a qual faríamos incidir a(s) variável(eis) a representar, decidindo-nos pela totalidade dos lugares em estudo.

Opções de critérios que uma leitura breve poderá induzir a dilações não próximas da verdade. Assim, quando comparamos as espécies de pastoreio nos dois períodos em causa, poder-se-á num primeiro momento ser levado a induzir que, em 2003, se verificava uma maior diversidade nas espécies, ou, que as maiores bolsas identificadas se localizavam, precisamente nas áreas em que se verifica uma maior densidade dos lugares, como por exemplo, no vale do Grou, ou nas *verandas* castrejas.

Equívocos ultrapassados, quando recordamos que este tipo de cartografia tem por objectivo, apenas, permitir uma leitura qualitativa, ou seja, permitir, por um lado a visualização da distribuição espacial, por aldeia, dos animais de pastoreio, que, ou predominaram nos meados do séc. XX, ou, existiam em 2003, independentemente do quantitativo verificado em cada uma delas, por outro lado, conhecer em dois momentos distanciados por um período sensivelmente de cinco décadas as principais diferenças não só na respectiva distribuição espacial como nas próprias espécies pastoris.

Entendemos, também, recordar que privilegiámos neste tipo de abordagem as informações que os residentes, amavelmente, nos forneceram. Se para Portugal conseguimos indicadores oficiais à escala do lugar e em relação aos últimos anos em observação, para a Galiza tornou-se impossível, a exemplo de outra variáveis por nós já comentadas, aceder às estatísticas oficiais capazes de ilustrar o quadro da pecuária nas diversas aldeias alvo da nossa investigação.

Deste modo, enquanto para as aldeias lusas conseguimos cruzar informação estatística oficial e publicada com a informação oral, que recolhemos junto dos residentes mais idosos, em relação aos lugares galegos esforçámo-nos em ouvir as populações com muitas décadas de vida, preferencialmente as localizadas nas proximidades das lusas, isto é, as residentes nas bacias do Grou, Montaña e Agro, nos Montes do Quinxo e St^a Eufémia.

Estamos cientes dos riscos que corremos como, por exemplo, a descrição dos factos com uma certa subjectividade motivada, ou, pelo avolumar dos anos de vida, ou, por questões, meramente afectivas, que em virtude de uma certa saudade pode, efectivamente, acarretar distorções a uma realidade, que os diferentes interlocutores pretenderam, apesar de tudo, transmitir na base de uma verdade, que conseguimos apurar, através do cruzamento dos variados e múltiplos relatos, que obtivemos em momentos e situações diferenciadas.

Deste modo, após longas e variadas conversas, os nossos interlocutores que se desconheciam entre si, levaram-nos a distinguir as povoações ribeirinhas da Limia, com boas parcelas de pasto, algumas já submersas pela albufeira do Alto do Lindoso, em que a tónica dominante era as vacas leiteiras, a raça *rubia*, que se distribuía pelo fundo do vale do Lima e se estendiam, respectivamente, até Entrimo e Lobios⁹⁸⁹. Esporadicamente, surgiam as ovelhas, sem serem significativas na economia das populações (Fig. 106).

Na secção jusante e na margem esquerda do Grou eram as vacas e ovelhas que coexistiam, pois, apesar das parcelas se desenvolverem em socalcos, *os montes eram bons*.

Um aspecto curioso, que não podemos deixar de, novamente, assinalar, foi a preocupação dos nossos interlocutores, a exemplo dos portugueses, em evidenciar, no universo do *gado* miúdo, aquele que foi predominante.

Na margem direita do Grou, em S. Mamede de Grou, à medida que se caminha para montante, a par dos bovinos, as ovelhas iam diminuindo em detrimento dos caprinos, acabando estes por imperar em todas as aldeias de San Xes, enquanto no vale do Montaña, dominavam na secção a montante (Queguas e Vencéans), mas, cediam lugar aos ovinos em Vilar, que se impunham na secção terminal (Fig. 106; Fig. 10, p. 145).

No vale do Agro evidenciava-se Pereira com muito *gado* leiteiro, a *rubia*, e muitas ovelhas, mas, as cabras, predominavam a exemplo de Bouzadrago e Guxinde.

Em todo o Monte do Quinxo e em St^a Eufémia, em Taboazas e na Fraga, o efectivo era constituído pelo *gado* bovino e cavalari e pelos rebanhos de ovelhas e cabras, cujas proporções

⁹⁸⁹ - A produção leiteira adquiriu uma importância na economia destas populações galegas, nos meados do séc. XX, pela abertura de uma fábrica de queijos, em Ferreiros de Baixo, que, nessa época, laborava com o leite produzido nas povoações limítrofes e que, diariamente, recolhia junto dos pequenos produtores. Daí, todos os pastos capazes de alimentar as *rubias* serem, cuidadosamente, aproveitados. Actualmente, a fábrica utiliza como matéria-prima os leites fornecidos pela cooperativa leiteira de Lugo, pelo que não tem qualquer impacto na economia das famílias locais.

não seriam muito diferentes das verificadas nas terras lusas, com evidência clara para os caprinos.

No vale do rio Caldo, além dos bovinos, eram significativos os ovinos, mas, seriam os caprinos a imperar (Fig. 106).

A exemplo das aldeias portuguesas, hoje, é bem diferente a realidade da silvo-pastorícia galega (Fig. 107). Se o gado graúdo, bovino e cavalari, indiferente às intempéries de Inverno, ainda, povoa, praticamente, todo o ano os “velhos” *montes comuns*, distribui-se por um número limitado de explorações, cujos proprietários se entusiasmarão com os incentivos da Comunidade Europeia.

Contudo, muito provavelmente⁹⁹⁰, totaliza e ultrapassa, em várias aldeias, os efectivos de há umas seis a sete décadas atrás, pois, nessa época, cada família, nunca teria, um número superior a quatro, cinco cabeças de gado, para já ser uma família muito abastada⁹⁹¹, pois, o “normal” era uma, duas a três cabeças de gado.

Em contrapartida, se as cabras atingiam, em certas aldeias os milhares, precisamente nas mais incrustadas na *serra*, além das *muitas* ovelhas, que dominavam nos povoados com *montes* mais viçosos, hoje limitam-se a rebanhos de caprinos esporádicos⁹⁹², sempre com mais de cem unidades, pertença de famílias motivadas pelos contributos da União Europeia (Fig. 107).

Assim, no Verão de 2003, na bacia do Grou, por exemplo, na secção a montante, distinguimos a Fraga, freguesia, outrora, povoada por *muitas* cabras e ovelhas, além do *muito* gado graúdo. No Verão de 2003, ainda, percorriam os caminhos da aldeia cabras e ovelhas⁹⁹³, além do gado bovino e equino, que permanecia todo o ano nas pastagens do Labreiro. Na aldeia⁹⁹⁴, destacavam-se como “símbolo” da “nova” pastorícia, o *barracão* que albergava uns cem vitelos, enquanto as mães, num total próximo das duas centenas, pastavam no *monte*, a par de uns cem garranos, além de o *curral* para as duas centenas de caprinos, que constituíam a única exploração de ruminantes na freguesia.

Contrariamente, em Taboazas, das *muitas* vacas, cabras e *menos* ovelhas restavam, quatro vacas, que seriam vendidas nos finais do período estival.

⁹⁹⁰ - Como não possuímos dados estatísticos a expressão verbal reflecte o conceito subjectivo das expressões “muito” e “pouco” que os nossos variados interlocutores interiorizaram.

⁹⁹¹ - Expressão utilizada pelos nossos interlocutores em Maio a Agosto de 2003, independentemente, da aldeia onde residem.

⁹⁹² - Poder-se-á dizer que os ovinos “desapareceram”, à excepção da Fraga, da área galega alvo da nossa investigação.

⁹⁹³ - Não nos foi possível assistir à chegada dos rebanhos, mas, ao percorrermos as ruas “pavimentadas” da aldeia, de imediato, nos apercebemos da importância do gado miúdo, pela quantidade de dejectos, que nos conduziram, facilmente, às respectivas cortes, apesar do aspecto limpo, que apresentavam, uma vez que são lavadas, praticamente, todos os dias.

⁹⁹⁴ - Existiam, ainda, duas pocilgas.

**Fig. 106 - Lima raiano: Animais de pastoreio predominantes, por lugar, meados do séc.
XX**

Fig. 107- Lima raiano: Animais de pastoreio, por lugar, em 2003

A situação, para jusante, não era muito diferente, com Parada do Monte⁹⁹⁵ a não possuir uma cabeça de *gado* graúdo, apenas, um rebanho de caprinos, enquanto, no vale do Grou o *gado* miúdo desapareceu⁹⁹⁶ e, apenas, as vacas, que eram *muitas*⁹⁹⁷, em pastagem livre, no *monte*, durante todo o ano (Figs. 106 e 107; Fig. 10, p. 145).

Evidenciamos na secção montante do Grou um jovem criador de gado na aldeia de Vilariño⁹⁹⁸ (San Xes), detentor de duas explorações com cerca de trinta bovinos cada, que as distinguiu pelos respectivos regimes de criação, “o intensivo”, com o efectivo a ser alimentado nos prados que envolviam a povoação e “o extensivo” em que o gado pastoreava nos Montes Labreiro.

Mas, continuando “a descer” a margem direita do rio Grou (Fig. 107), deparámo-nos com a freguesia de Grou (San Mamede), outrora, com *muitas* vacas e ovelhas e *algumas* cabras era, no Verão de 2003, uma freguesia com *granjas*⁹⁹⁹, em que distinguimos duas vacarias, uma vocacionada para a produção de leite¹⁰⁰⁰, enquanto a outra, para a produção de carne, esta, com um efectivo de vinte vacas a pastarem no *monte*, aquela com doze elementos a pastarem no lugar, ou seja, no prado envolvente, por sinal, pertença de uma família castreja, que na década de sessenta, a exemplo de outras, optou pela residência em terras galegas¹⁰⁰¹.

Na vertente oposta, nas diferentes povoações, que se distribuem pela margem esquerda do Grou (Figs. 106 e 107; Fig. 10, p. 145), nomeadamente, nas da freguesia da Lobeira, em que as *muitas* vacas e ovelhas de outrora foram substituídas por *bastantes* vacas, que pastam

⁹⁹⁵ - As explorações modernas abrangiam, também, uma pocilga e dois aviários.

⁹⁹⁶ - Dizia-nos, em Julho de 2003, duas interlocutoras que, há cinco, seis décadas atrás os rebanhos eram muito numerosos e existiam milhares de cabras em Senderiz. Elas próprias guardaram muitas vezes os animais dos pais, que tinham rebanhos com cerca de 100 e 150 caprinos, respectivamente, que era um número normal, por família.

Para exemplificar a importância dos caprinos na economia das famílias, dizia-nos um residente em Canle, em Maio de 2003 (...) *as cabras eram tantas, que, na Primavera nasciam no monte quinze crias, por dia. Era necessário os donos ajudar a trazê-las, em sacos, às costas, para a corte* (...) acrescentando, que, aí, permaneciam, até ficarem gordas para a feira, em Bande. Assim, as mães davam-lhes de mamar durante a noite e de dia os donos engordavam-nas com milho, batatas, centeio (...) *enfim, com o que podiam* (...) *para as vender nas feiras tinham que estar muito gordinhas* (...) *havia muita gente a vender e os compradores eram muito exigentes* (...); *as crias nunca iam para o monte, porque emagreciam e era necessário engordá-las o mais depressa possível por causa da venda* (...) *eram o nosso rendimento* (...).

⁹⁹⁷ - Não conseguimos quantificar as expressões (...) *muitas/muito* (...), frequentemente, utilizadas pelos nossos variados interlocutores. Mas, ficámos convencidos, que, embora sendo uma expressão subjectiva, queriam referir, que, no cômputo global, para o lugar, correspondia a um efectivo maior, em relação àquele que se registava, no “período pleno” da criação de gado tradicional.

⁹⁹⁸ - Encontravam-se em funcionamento, na mesma altura, três pocilgas.

⁹⁹⁹ - Designação genérica atribuída pelas populações às explorações de pecuária de moldes modernos.

Contabilizámos em Junho de 2003 em San Mamede de Grou, além das duas vacarias, sete aviários e duas pocilgas.

¹⁰⁰⁰ - Como em Portugal, também na Galiza, foi muito significativo, na economia das famílias, o subsídio de incentivo à produção de leite, atribuído, no período de transição para a entrada na Comunidade Europeia. Nesse intervalo de tempo, a maioria das famílias, a exemplo das lusas, adquiriram uma a duas vacas leiteiras, pois correspondia a uma forma fácil em se conseguir um pecúlio, cujos objectivos nunca se prenderam com a competitividade da exploração no mercado europeu. Também, nesse período, as vacarias, de pequena dimensão, destinadas à criação de gado leiteiro se multiplicaram, principalmente, no vale do Grou, desaparecendo com o *terminus* do período de transição, mantendo-se, agora, as construções, como o testemunho de uma actividade, cujos promotores nunca interiorizaram, nem entenderam, de facto, o espírito empreendedor exigido pelas normas do mercado comunitário.

¹⁰⁰¹ - Grou (San Mamede), no Verão de 2003, ostentava vários barracões que, na transição das décadas de oitenta/noventa foram vacarias, posteriormente extintas, por que *não compensava*. Pelas conversas estabelecidas, estamos convictos, que o “surto” esporádico de explorações de gado *vacum* se explica pelos subsídios “extraordinários” inerentes ao período de transição da Espanha na entrada na Comunidade Europeia.

todo o ano no *monte*, evidenciando-se, contudo, as *granjas*, nas quais se destacam as pocilgas¹⁰⁰².

O ambiente das aldeias na secção jusante do mesmo rio Grou, em nada é diferente, como, por exemplo, em St^a Cruz de Grou, em que das *muitas* ovelhas e das cinquenta e uma vacas de há uns vinte anos, prevaleciam, em Junho de 2003, respectivamente, quatro e duas cabeças, enquanto em Caballeiros, das *muitas* ovelhas e vacas de outrora pastavam todo o ano na *serra bastantes* vacas (Figs 106 e 107; Fig. 10, p. 145).

Panoramas similares caracterizam este Lima galego e raiano, como, por exemplo, nas bacias do Agro, Montaña, Caldo ou Montes do Quinxo (Figs 106 e 107).

Na bacia do Agro, a montante, a aldeia da Pereira era animada, no Verão de 2003, pelo *gado* graúdo, em *grande* quantidade, pelas ovelhas e cabras e na paisagem distinguíam-se os *barracões* de duas vacarias¹⁰⁰³ (Figs. 106 e 107; Fig. 10, p. 145).

Em Bouzadrago, as duas vacarias e a exploração de caprinos substituíam as *muitas* cabras, *poucas* ovelhas e *algumas* vacas, que pastoreavam, outrora, nos *cimos mais altos*, enquanto em Guxinde¹⁰⁰⁴ *poucas* vacas deambulavam durante o ano num *monte*, outrora, fonte de alimentação para *muitas* cabras, *menos* ovelhas e *bastantes* vacas (Figs. 106 e 107; Fig. 10, p. 145).

Não podemos deixar de referir, em Pereira, em Junho de 2003, a beleza da chegada, ao entardecer, dos rebanhos de ovelhas, ainda numerosos, mas que os residentes, já consideravam pequenos, com os cordeiros muito gordinhos e branquinhos, a seguirem os passos firmes das mães, enquanto os cabritos, em menor número, aguardavam, na corte, a chegada das progenitoras, que, ainda, pastavam nas proximidades.

Mais a jusante, na freguesia de Ferreiros, no Verão de 2003, todas as ovelhas e *gado vacum*, que a povoaram durante séculos, tinham desaparecido, apesar das autoridades enveredarem esforços para a criação do *gado autóctone*, o *cacheño*¹⁰⁰⁵.

No vale do Montaña salientamos Queguas, onde predominavam as cabras, que pastavam, juntamente, com as ovelhas, que eram em número mais reduzido¹⁰⁰⁶. Se em Junho de 2003 os ovinos e caprinos eram, respectivamente, oito e cinco exemplares, em

¹⁰⁰² - Por exemplo, Facós era "povoado" no Verão de 2003 por um universo de dezassete vacas distribuídas por duas famílias, doze e cinco animais, respectivamente, e nem sequer, uma ovelha a colorir a paisagem.

¹⁰⁰³ - Em Pereira havia uma pocilga.

¹⁰⁰⁴ - Existia um aviário.

¹⁰⁰⁵ - Há umas cinco décadas dominavam as vacas *cacheñas*, que segundo os nossos interlocutores (...) *era um gado de muito rendimento, pois produzia muito leite* (...) e facilmente escoado na fábrica de queijos local.

¹⁰⁰⁶ - Para evidenciar a importância e o modo como evoluiu o *gado caprino* na aldeia, o nosso interlocutor recorda-se que, no seu tempo de jovem, existiam sete rebanhos, em que o maior tinha trinta e oito dúzias de cabras. Depois, à medida, que as pessoas foram saindo, a aldeia passou a ter cinco rebanhos de sete dúzias cada, para, passar a dois rebanhos, que se juntaram por serem, já, pequenos, e, actualmente, ou seja, em 2003, apenas, "animarem" a aldeia oito ovelhas e cinco cabras.

contrapartida, havia *muitas* cabeças de gado graúdo, que deambulam todo o ano, pelo *monte*, a exemplo do que acontecia em Vencéans¹⁰⁰⁷ e Vilar (Figs. 106 e 107; Fig. 10, p. 145).

No Monte do Quinxo, pelo dinamismo e entusiasmo dos habitantes, destaca-se Olelas, em que as *muitas* cabras, ovelhas e vacas eram substituídas, em 2003, pelas *muitas cachenas*, das quais evidenciámos as distribuídas pelas quatro *granjas*, isto é, as quatro explorações extensivas, cujo efectivo por unidade rondava, no Verão de 2003, as duas centenas (Figs. 106 e 107).

Contrariamente no Monte de St^a Eufémia *poucos* bovinos e *garranos* proporcionavam o contributo da Comunidade Europeia aos respectivos proprietários, residentes em Compostela, Maním, ou, Lobios, ao pastarem, durante todo o ano nas vertentes das bacias do Cadoz e Caldo, enquanto os ruminantes pura e simplesmente desapareceram (Figs. 106 e 107; Fig. 10, p. 145).

Com excepção da secção jusante do Lima galego, que era povoada, quase e só pelo gado leiteiro, em todas as aldeias em estudo, galegas e lusas, até meados do séc. XX, existia um universo constituído pelos efectivos de bovinos, a *cachena*, a *barrosã* e a *rubia*, sempre reduzido em comparação com o dos ovinos e caprinos, que conferiam à paisagem um matiz, cujo tom dominante dependia da espécie que, pela quantidade, imperava. Em 2003, eram os bovinos que, de uma forma irregular, se distribuíam e deambulavam pelos espaços e paisagens limianas. (Fig. 106).

Se nas aldeias galegas o gado miúdo, em 2003, tinha desaparecido, com excepção para Queguas, Fraga, Parada do Monte, Pereira e Bouzadrago, na maioria das aldeias lusas, todos os dias eram percorridas pelas cabras e ovelhas, embora em pequeno número, que se dirigiam para o pasto, quase sempre a parcela devoluta próxima da povoação.

Em breve nota limitar-nos-emos a constatar que os efectivos de caprinos e ovinos, que há uns cinquenta anos dominavam as chãs dispersas pela Peneda, Amarela, ou Laboreiro "deram lugar" aos bovinos, cujo efectivo depende do dinamismo das famílias distribuídas pelas diferentes aldeias em estudo (Figs. 106 e 107).

Após uma observação cuidada (Figs. 106 e 107) diremos que, quer o predomínio dos caprinos em toda a área lusa e na Serra do Laboreio, quer o predomínio do gado *vacum* e dos ovinos, respectivamente nas parcelas "ribeirinhas" do Lima e secção jusante do Grou, foram substituídas em toda a área em estudo e no início do séc. XXI pelo domínio dos bovinos.

¹⁰⁰⁷ - Nos "tempos" dos ruminantes, Vencéans era povoada por cinco rebanhos, *cabras e ovelhas juntas*, com o predomínio daquelas, desaparecendo, pura e simplesmente, na actualidade.

Evolução no "povoamento" dos animais de pastoreio, que se entende pelas mutações de carácter irreversível verificadas nas últimas décadas, a variação negativa dos residentes a que se associa o peso do grupo das idades mais avançadas.

Após uma leitura qualitativa e de síntese (Figs. 106 e 107) sobre a distribuição espacial dos animais de pastoreio, em dois momentos distintos, a Fig. 108 permite-nos, delinear a tendência evolutiva dos efectivos de animais, que, no séc. XX¹⁰⁰⁸, povoaram o Lima de raia luso, apesar de se ter de prescindir da leitura comparativa dos respectivos valores, em virtude das diferentes metodologias na recolha dos respectivos dados.

Localizam-se na margem direita do Lima as freguesias com o maior efectivo de qualquer um dos tipos de animais de pastoreio, Castro Laboreiro, Gavieira e Soajo. Independentemente da validade dos raciocínios que possamos inferir, somos de opinião que a principal dilação a retirar incide nas décadas de cinquenta e sessenta, identificadas *grosso modo* como o período da viragem, isto é, o período em que se iniciou a redução acentuada nos quantitativos dos pequenos ruminantes, enquanto a variação dos bovinos se processou de modo diferenciado nas comunidades.

O *gado* muar, tão importante como meio de transporte para qualquer tipo de carga, até meados do séc. XX¹⁰⁰⁹, surge como uma modesta fracção no universo dos animais "graúdos" (Fig. 109). Pelo contrário, os equinos, ou melhor, *os garranos*, raça autóctone, mercê da protecção que lhe é concedida pela atribuição de um subsídio comunitário, assiste a uma evolução positiva na última década do séc. XX, que se continua na actualidade (Fig. 109).

¹⁰⁰⁸ - Como definimos que a nossa investigação fosse feita a uma escala igual ou superior à representativa da freguesia, limitámo-nos, portanto, a recorrer à informação estatística, que nos permita a abordagem das áreas, previamente, por nós estabelecidas.

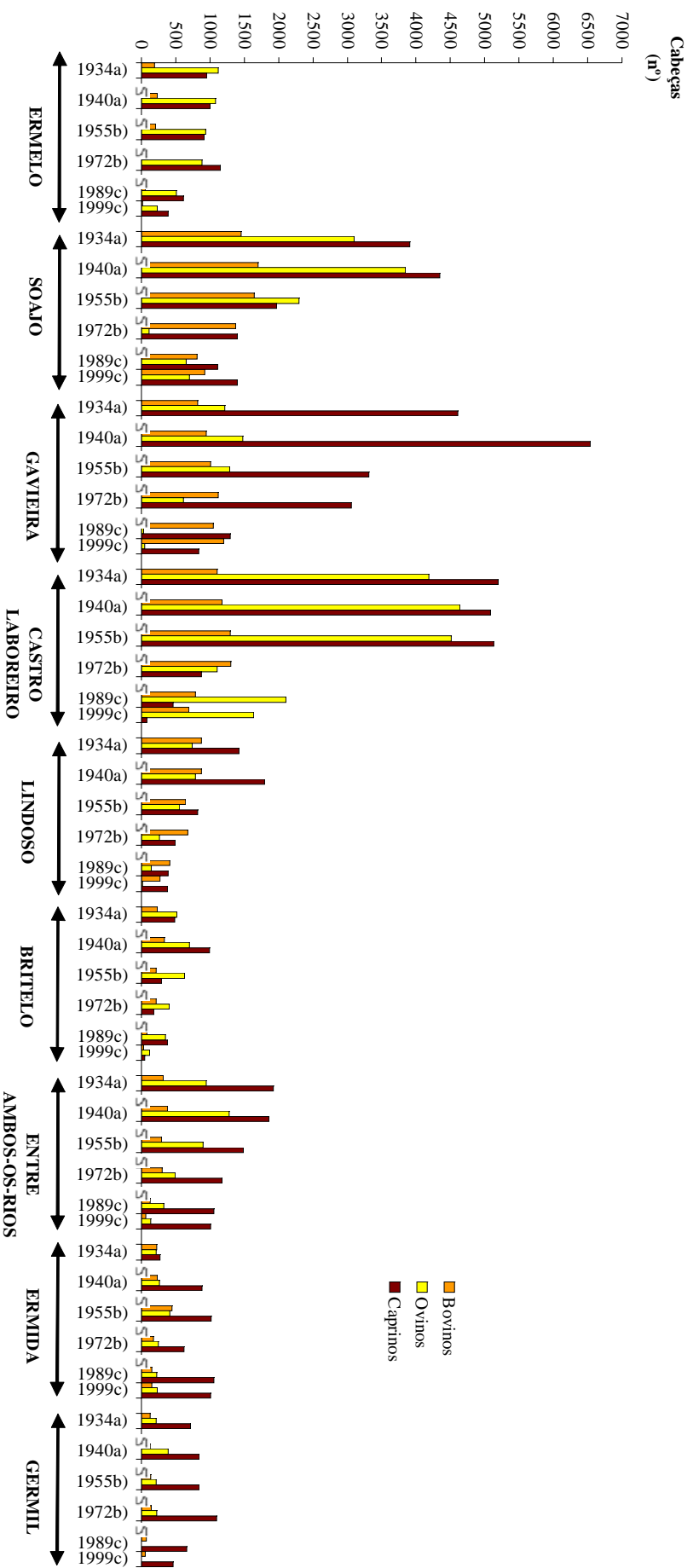
Assim, não conseguimos valores, em qualquer momento, para os efectivos pecuários galegos, por uma alegada questão de resguardo da privacidade do cidadão. Os indicadores disponibilizados remetem-nos para o *concello*, apesar do pedido, por nós apresentado e devidamente justificado, às autoridades competentes.

¹⁰⁰⁹ - A importância das mulas como meio de transporte, principalmente, de mercadorias, foi-nos referida pelos habitantes, lusos e galegos, que viveram os difíceis tempos das primeiras cinco a seis décadas do séc. XX.

Também era da mesma opinião, em 1870, o Intendente de Pecuária de Viana do Castelo, quando se referia à importância da espécie, embora estivesse em declínio, por causa do "desenvolvimento da aviação", mas, que deveriam ser protegida, pois "(...) para o serviço de carga e para o tiro pezado, estes animaes, pela sua força e rusticidade, e até pela sua conformação especial são muito próprios e não devem ser desprezados."

"Intendência da Pecuária de Viana do Castelo, Viana do Castelo", *Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870, 1873*, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Lisboa, p. 343.

Fig. 108 – Evolução quantitativa dos animais de pastoreio nas freguesias lusas (1934-1999)



Fontes: a) *Arrolamentos Gerais de Gados e Animais de Caproetra, 1934 e 1940*, Lisboa, Ministério da Agricultura; b) *Arrolamentos Gerais de Gado, 1955 e 1972*, Lisboa, I.N.E.; c) *Recenseamentos Gerais da Agricultura, 1989 e 1999*, Lisboa, I.N.E..

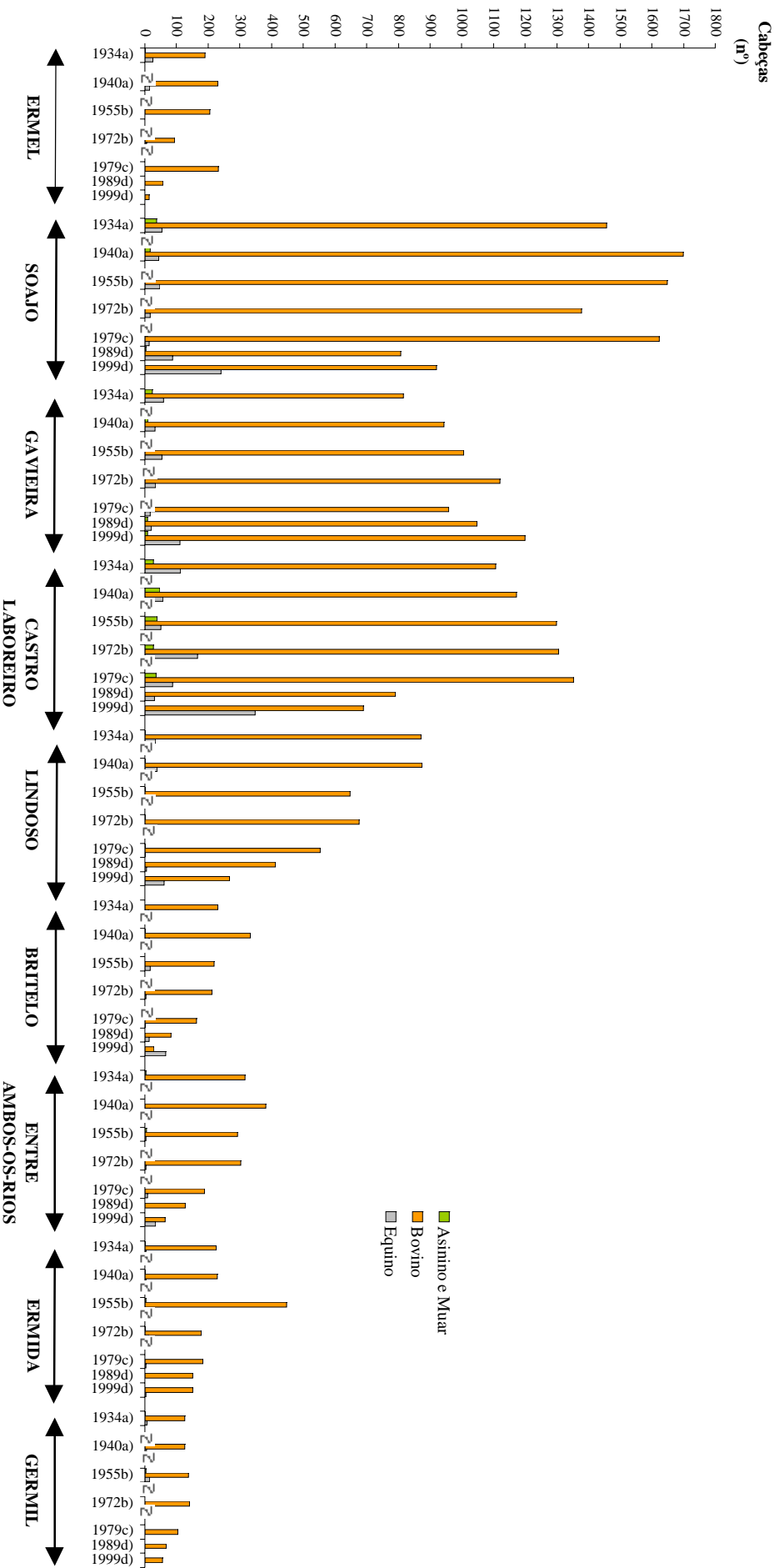


Fig. 109 - Evolução quantitativa das espécies de gado "grauído" nas freguesias lusas (1934-1999)

Fornes: a) Arrolamentos Gerais de Gado e Animais de Capoeira, 1934 e 1940, Lisboa, Ministério da Agricultura; b) Arrolamentos Gerais de Gado, 1955 e 1972, Lisboa, I.N.E.; c) Recenseamento Agrícola do Continente, Gado, 1979, Lisboa, I.N.E.; d) Recenseamentos Gerais da Agricultura, 1989 e 1999, Lisboa, I.N.E...

Se a década de setenta, quer em 1972, quer em 1979, corresponde, para as comunidades lusas (Figs. 107 e 108), a um período em que o efectivo de bovinos atingiria um limiar mínimo em relação aos períodos anteriores, os anos oitenta surgiram como a década das "decisões", isto é, ou, as comunidades se deixaram "vencer" pelo ritmo da variação negativa mesmo muito acentuado, que se processa até aos nossos dias, como em Ermelo, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, ou, então, num esforço reactivo responderam afirmativamente, apesar da descida, embora moderada, em Castro Laboreiro, Lindoso, Ermida e Germil, destacando-se, contudo, nos anos noventa, o Soajo e a Gavieira, com uma variação positiva bem evidente¹⁰¹⁰.

Não nos apercebemos de uma variação tão nítida, com excepção da Gavieira e, de certo modo da Ermida, quando observamos a evolução dos valores médios de bovinos por exploração (Fig. 110) nos últimos vinte e cinco anos e nas diferentes freguesias.

A explicação plausível que encontramos, de acordo com as informações que nos foram fornecidas pelas populações, a variação dos animais depende mais das famílias que decidem continuar a actividade, ou então, a pôr-lhe cobro, do que propriamente, de alterações verificadas na própria exploração.

Somos de opinião, que as mesmas razões não podem ser atribuídas ao ritmo de variação dos pequenos ruminantes, nomeadamente, dos caprinos. Verificámos junto dos respectivos criadores a facilidade com que se adquire, ou, se vende um rebanho com cerca de duzentas reses¹⁰¹¹, pelo que os dados estatísticos terão que ser interpretados como representativos de situações caracterizadas por uma certa efemeridade¹⁰¹², pois as famílias que adquirem um rebanho, sempre com mais de cem animais, fazem-no entusiasmadas pelos "lucros" inerentes aos incentivos comunitários, mas, rapidamente constata, que é necessário esforço, para, de facto, obterem os lucros que projectaram, procedendo, assim, de forma inesperada à respectiva venda (Figs. 110 e 111).

Em relação às ovelhas, estamos cientes que a situação é algo diferente, pois nas aldeias onde, ainda sobrevivem, verifica-se uma certa "estabilidade"

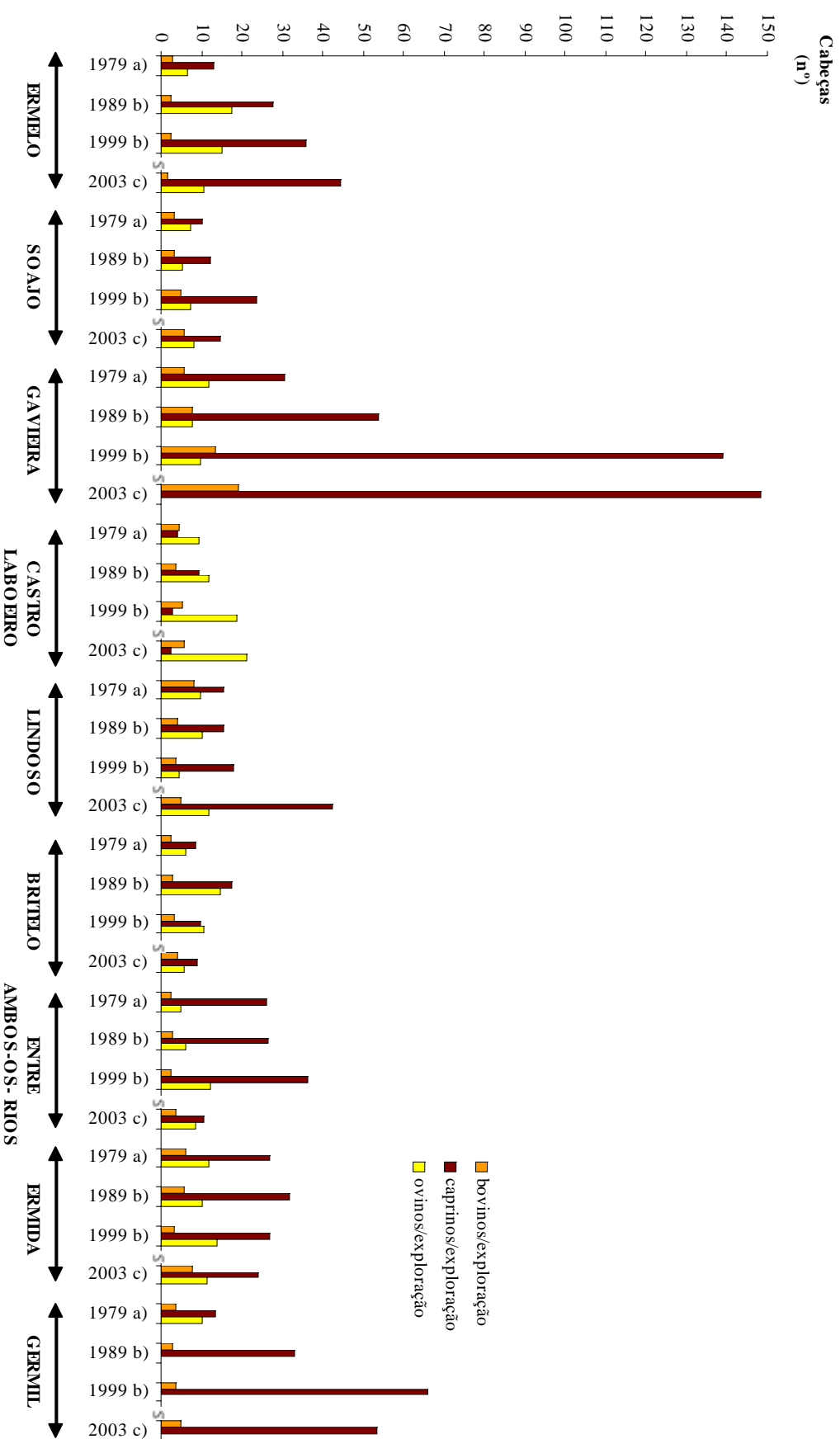
¹⁰¹⁰ - Como definimos que a nossa investigação fosse feita a uma escala igual ou superior à representativa da freguesia, limitámo-nos, portanto, a recorrer à informação estatística, que nos permita a abordagem das áreas, previamente, por nós estabelecidas.

Assim, não conseguimos valores, em qualquer momento, para os efectivos pecuários galegos, por uma alegada questão de resguardo da privacidade do cidadão. Os indicadores disponibilizados remetem-nos para o *concello*, apesar do pedido, por nós apresentado e devidamente justificado, às autoridades competentes.

¹⁰¹¹ - Não resistimos em transcrever um outro desabafo de um criador efémero de caprinos, pois entendemos retractar o "espírito empresarial" da área em estudo: "(...) não compensa o trabalho de se passar grande parte do dia, ora ao sol, ora à chuva, no monte (...) o subsídio não dá para isso".

¹⁰¹² - Como um mero exemplo, apresentamos o caso dos 593 caprinos do lugar de Rouças que, em 2003, povoavam a freguesia da Gavieira, mas, que já não existiam no Verão de 2004, pois as quatro famílias detentoras resolveram, em consenso, proceder à respectiva venda, por entenderem não ser rentável a *vezreira*.

Fig. 110 - Animais de pastoreio por exploração nas freguesias lusas (1979-2003)



Fontes: a) *Recenseamento Agrícola do Continente, Gado*, 1979, Lisboa, I.N.E.; b) *Recenseamentos Gerais da Agricultura, 1989 e 1999*, Lisboa, I.N.E.; c) *Animais Interencenados*, 2003, Cooperativa Agrícola Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Secção de Sanidade Animal, Arcos de Valdevez; A.R.A.P., Associação Ratana Agro-Pecuária de Monção e Melgaço, 2003, Secção de Sanidade Animal, Monção.

Cabeças/exploração (n°)

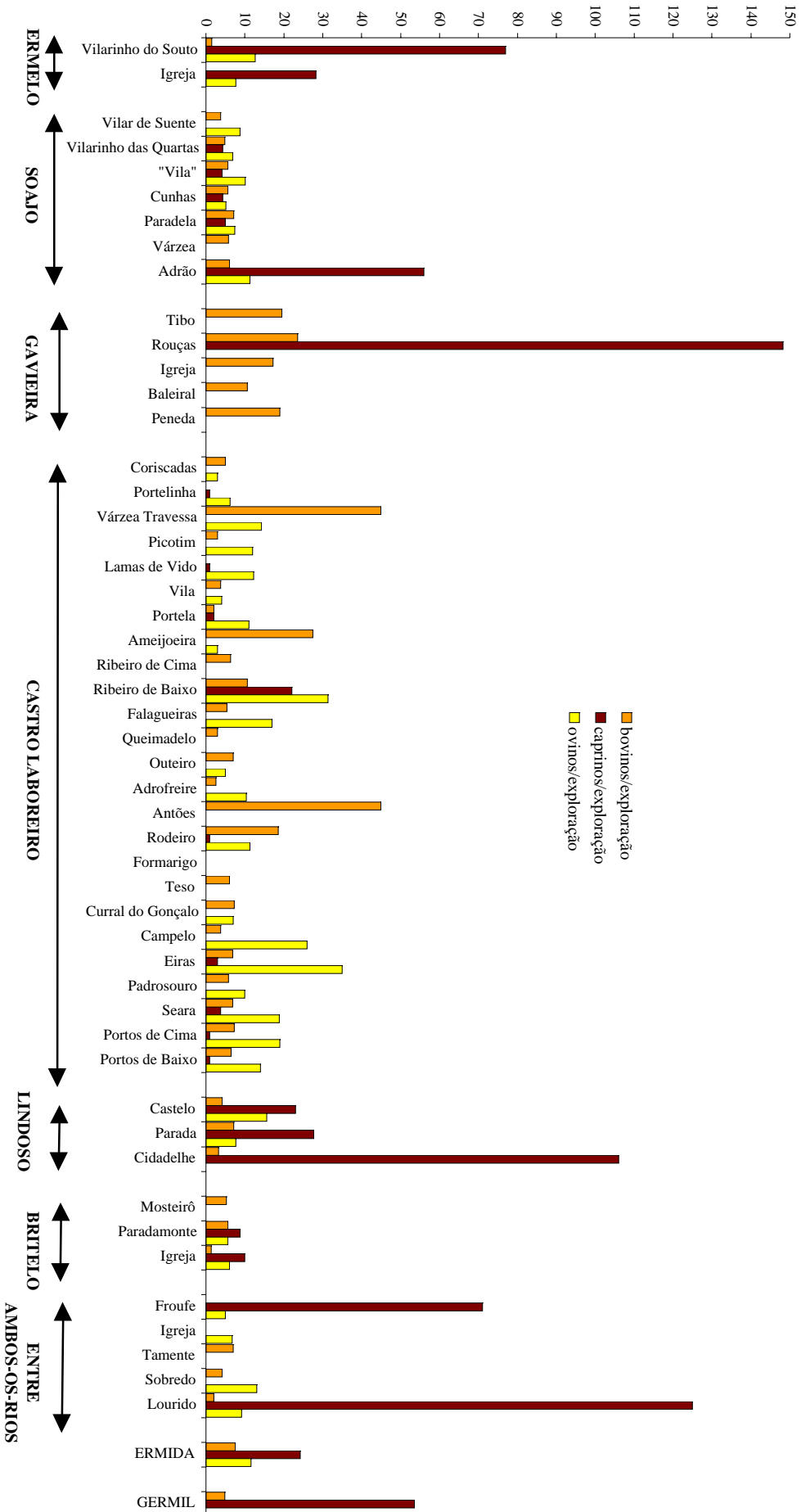


Fig. 111 - Lima raiano luso: Animais de pastoreio por exploração segundo as aldeias lusas, em 2003

Fontes: *Animais Intervencionados*, 2004, Cooperativa Agrícola Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Secção de Sanidade Animal, Arcos de Valdevez; *Animais Intervencionados*, 2004, A.R.A.P., Associação Ramana Agro-Pecuária de Monção e Meilgaço, Secção de Sanidade Animal, Monção.

no universo das famílias criadoras, uma vez que o efectivo é “maior” nas comunidades, tradicionalmente, já, vocacionadas para a sua criação, como em Castro Laboreiro ou, mesmo no Soajo, pelo que os exemplares por exploração, comparativamente com os caprinos, se mantem reduzido. Necessário se torna dizer, que as famílias, que, ainda, possuem, quando muito, até umas cinco a seis ovelhas, não as consideram como fonte de rendimento, mas, simplesmente, como um meio de distracção, pois criar gado bovino implicava-lhes deslocações frequentes à *serra*, que são sempre violentas e desgastantes, além do corte e arrecadação dos fenos, no início de cada Verão, esforços e trabalhos de que a saúde e a idade já não se compadecem.

Mas, quando pretendemos questionar a evolução dos animais de pastoreio, nas aldeias em estudo, ficamos limitados no espaço e temporalmente, devido às especificidades e diferenciação de conteúdo das Fontes¹⁰¹³, mas, apesar de tudo, nos permitem admitir, na transição do século, uma acentuada variação negativa negativa para os bovinos (Fig.112) em Vilarinho do Souto e Igreja (Ermelo), Vilar de Suento, Cidadelhe, Paradamente, Igreja (Britelo), Froufe, Lourido, Igreja (Entre Ambos-os-Rios) e Tamente. Fenómeno de características opostas ocorreu na “vila” do Soajo, Rouças e Igreja (Gavieira).

Em relação ao gado miúdo, embora os dados oficiais escasseiem, a nossa vivência leva-nos a admitir que a actual variação negativa manter-se-á a verificar, com uma certa intensidade na primeira década do séc. XXI. (Fig. 113).

A realidade recolhida¹⁰¹⁴ no ano limiar da nossa observação, 2003¹⁰¹⁵, (Fig. 114; Fig. 107, p. 501) revela o desaparecimento dos bovinos em Vilarinho de Souto, Froufe e Igreja

¹⁰¹³ - Ao pretendermos girar um quadro sobre a criação de animais de pastoreio nas diferentes aldeias lusas em estudo, recorremos à *Cooperativa Agrícola dos Arcos de Valdevez e Ponte da Barca e Associação Raiana Agro-Pecuária de Monção e Melgaço*, Secção de Sanidade Animal, que nos forneceram os dados disponíveis, nomeadamente, a partir da respectiva informatização. Assim, se para os concelhos dos Arcos de Valdevez e Ponte da Barca conseguimos dados a partir de 1995, para Castro Laboreiro, apenas, nos foi possível obter elementos referentes a 2003.

Daf se justifica, por vezes, a lacuna de valores, não só no que diz respeito ao período considerado, como às variáveis que pretendíamos estudar.

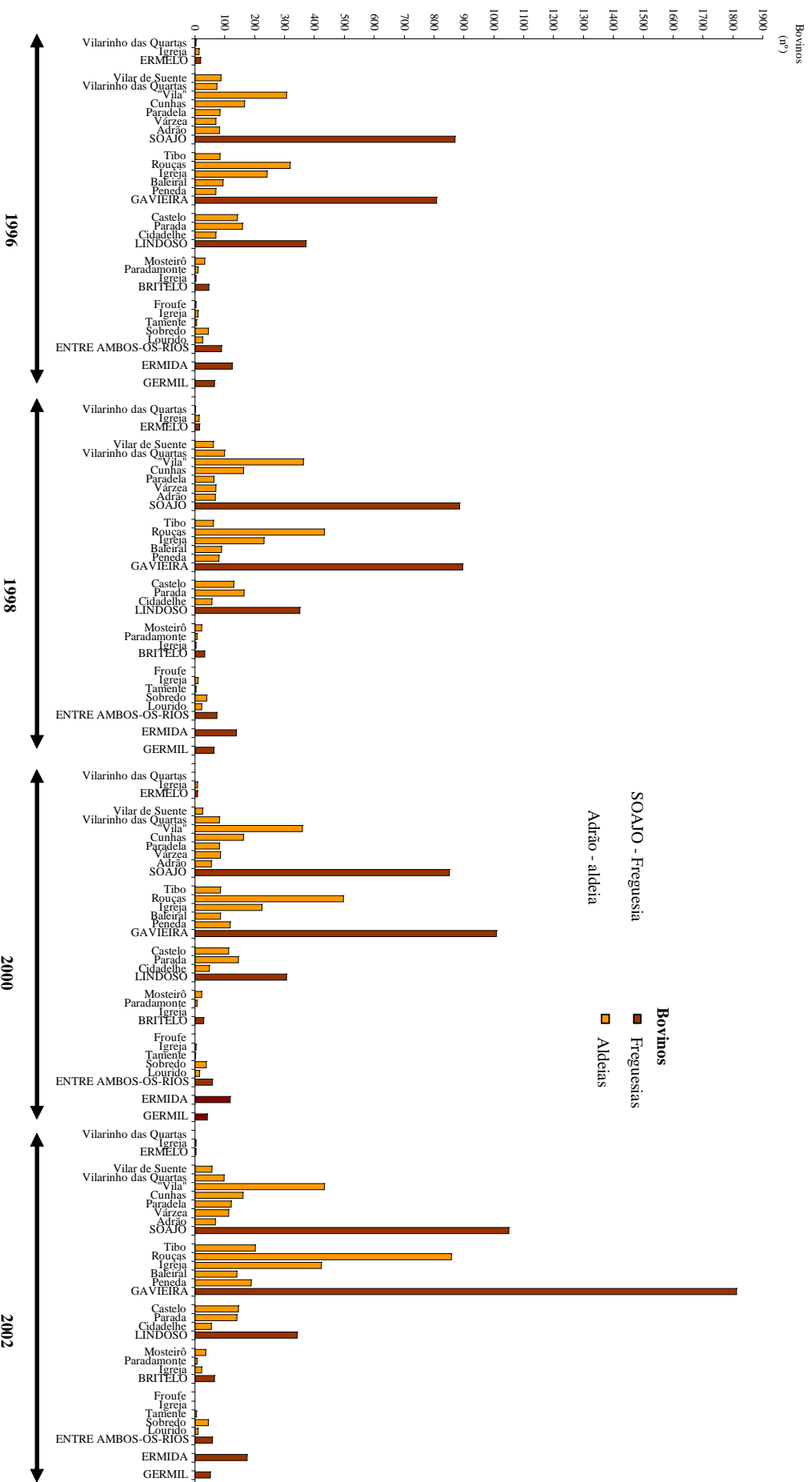
Não podemos deixar de referir, que o mesmo procedimento tivemos em relação à Galiza, quando, pessoalmente, nos dirigimos aos Serviços Pecuários, secção de Sanidade Animal, sediados em Bande, a formular o mesmo pedido, a que o respectivo técnico, médico veterinário, amavelmente acedeu, mas, quando, passado uma semana, voltámos para recebermos os elementos pedidos e entregarmos o pedido formulado por escrito, já tinha uma resposta negativa dada pelo superior hierárquico, em Ourense, alegando a salvaguarda do sigilo dos criadores de gado. Mesmo assim, animou-nos a escrever directamente para Santiago de Compostela, o que fizemos, mas em vão, porque nem se dignaram responder.

¹⁰¹⁴ - Como definimos que a nossa investigação fosse feita a uma escala igual ou superior à representativa da freguesia, limitámo-nos, portanto, a recorrer à informação estatística, que nos permita a abordagem das áreas, previamente, por nós estabelecidas.

Assim, não conseguimos valores, em qualquer momento, para os efectivos pecuários galegos, por uma alegada questão de resguardo da privacidade do cidadão. Os indicadores disponibilizados remetem-nos para o *concello*, apesar do pedido, por nós apresentado e devidamente justificado, às autoridades competentes.

¹⁰¹⁵ - O único ano em que conseguimos informações para todas as aldeias lusas em estudo.

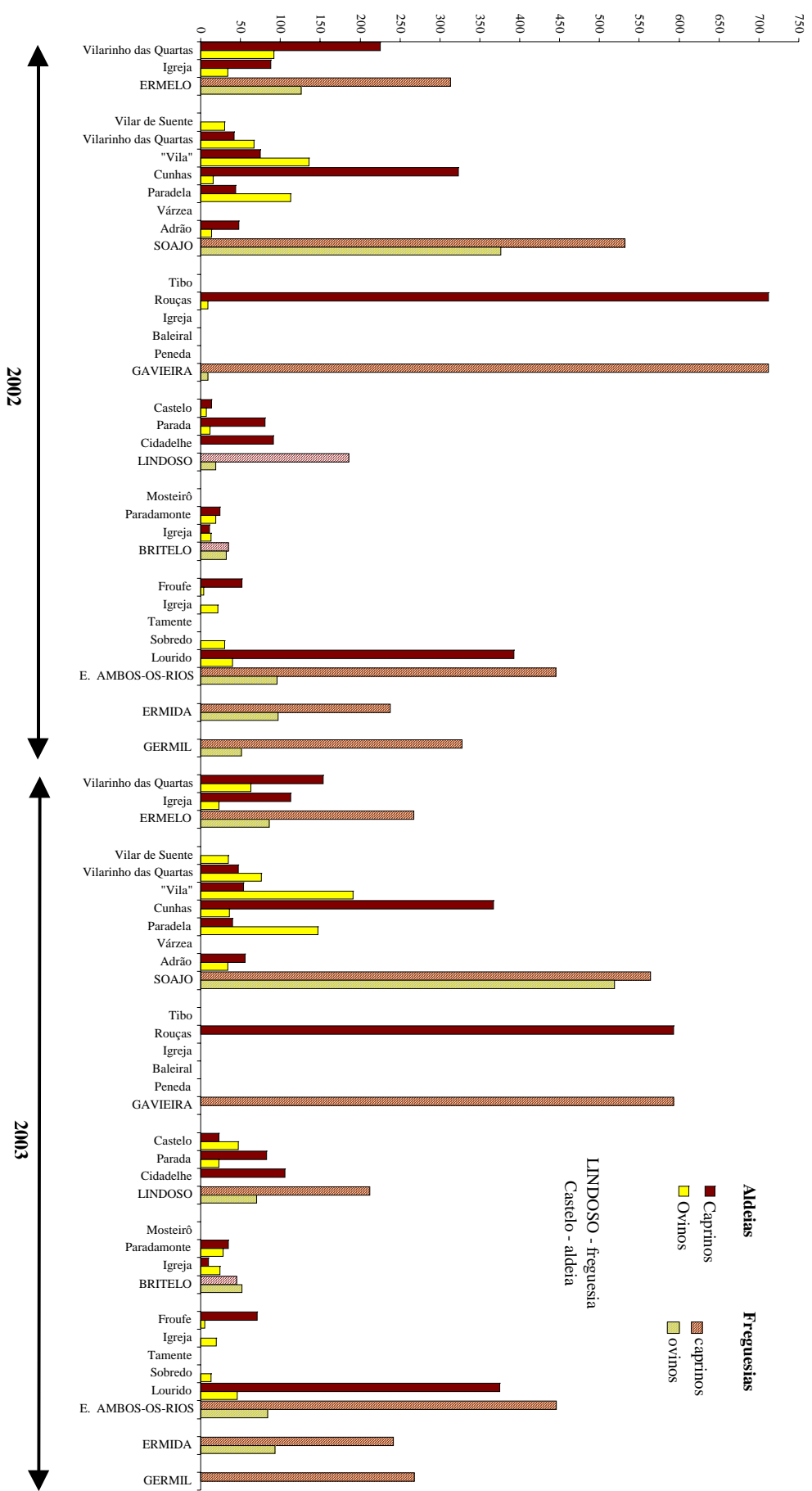
Fig. 112 - Evolução dos bovinos em vinte e sete das aldeias em estudo e respectivas freguesias (1996-2002)



Fonte: Anúnius intermunicipais. Cooperativa Agrícola Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Secção de Sanidade Animal, 2004. Arcos de Valdevez.

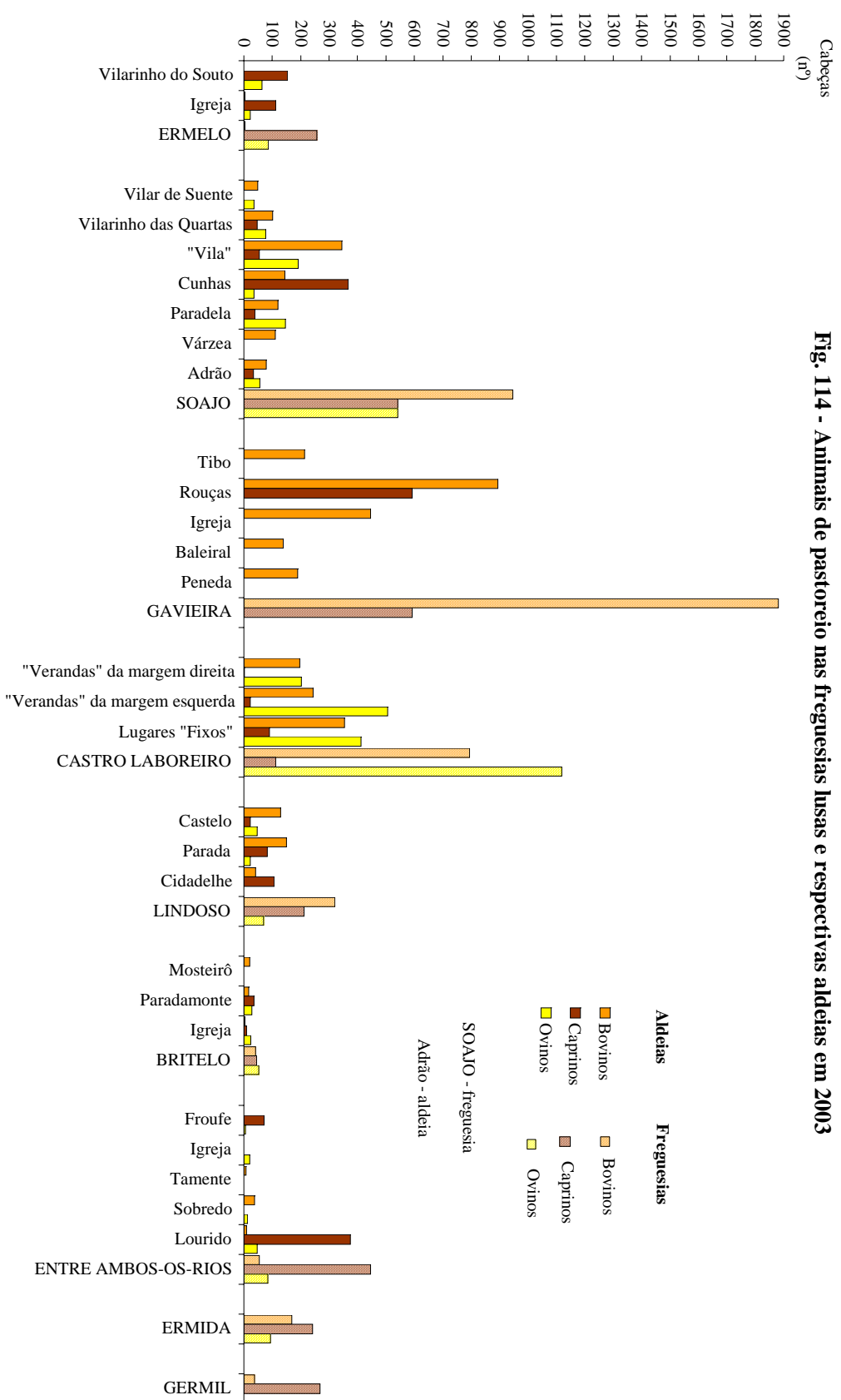
Caprinos
(n^o)

Fig. 113 - Efectivo de caprinos e ovinos em vinte e sete das aldeias lusas em estudo e respectivas freguesias (2002 e 2003)



Fonte: Animais intermencionados, Cooperativa Agrícola Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Secção de Sanidade Animal, 2004, Arcos de Valdevez.

Fig. 114 - Animais de pastoreio nas freguesias lusas e respectivas aldeias em 2003



Fontes: *Animais intercomunitários*, 2004, Cooperativa Agrícola Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Secção de Sanidade Animal, Arcos de Valdevez; A.R.A.P., Associação Raiana Agro-Pecuária de Monção e Melgaço, 2004, Secção de Sanidade Animal, Monção.

(Entre Ambos-os-Rios), dos ovinos na Várzea e em todos os lugares da Gavieira, Cidadelhe e Froufe e dos caprinos em Vilar de Suento, nas quatro aldeias da Gavieira (à excepção de Rouças, que em 2004 assistiu à venda dos últimos exemplares), nas *verandas* da margem direita em Castro Laboreiro, em Tamente e Igreja (Entre Ambos-os-Rios).

Pelo contrário, a “vila” do Soajo, Rouças e Igreja (Gavieira) e os lugares “fixos” em Castro Laboreiro, sobressaem como os lugares cujas pastagens alimentam maior efectivo de bovinos (Fig.114), enquanto Cunhas, Lourido e Germil permitem as maiores amostras de caprinos neste Lima luso e de raia e as *verandas* da margem esquerda em Castro Laboreiro alimentam o maior rebanho de ovelhas.

No respeitante às aldeias de Castro Laboreiro (Fig. 115) são as pastagens de Várzea Travessa, do Rodeiro e do Ribeiro de Baixo, que alimentam as maiores manadas castrejas, curiosamente as aldeias, que, a par de Antões, Ameijoeira, Tibo e Roças sustentam as explorações com um efectivo superior a vinte cabeças de bovinos, enquanto as ovelhas dominam no Ribeiro de Baixo, Rodeiro, Campelo e Seara e os caprinos adquirem, comparativamente, às outras espécies de gado uma posição modesta nos diferentes lugares. (Fig. 114 e Fig. 107, p. 501).

Apesar das variações positivas dos animais de pastoreio serem justificadas pelos subsídios comunitários vigentes nas duas últimas décadas, conforme nos afirmaram todos os criadores com quem contactámos, apenas um número reduzido de famílias se sente estimulado em prosseguir com as suas explorações, com um certo cunho empresarial¹⁰¹⁶.

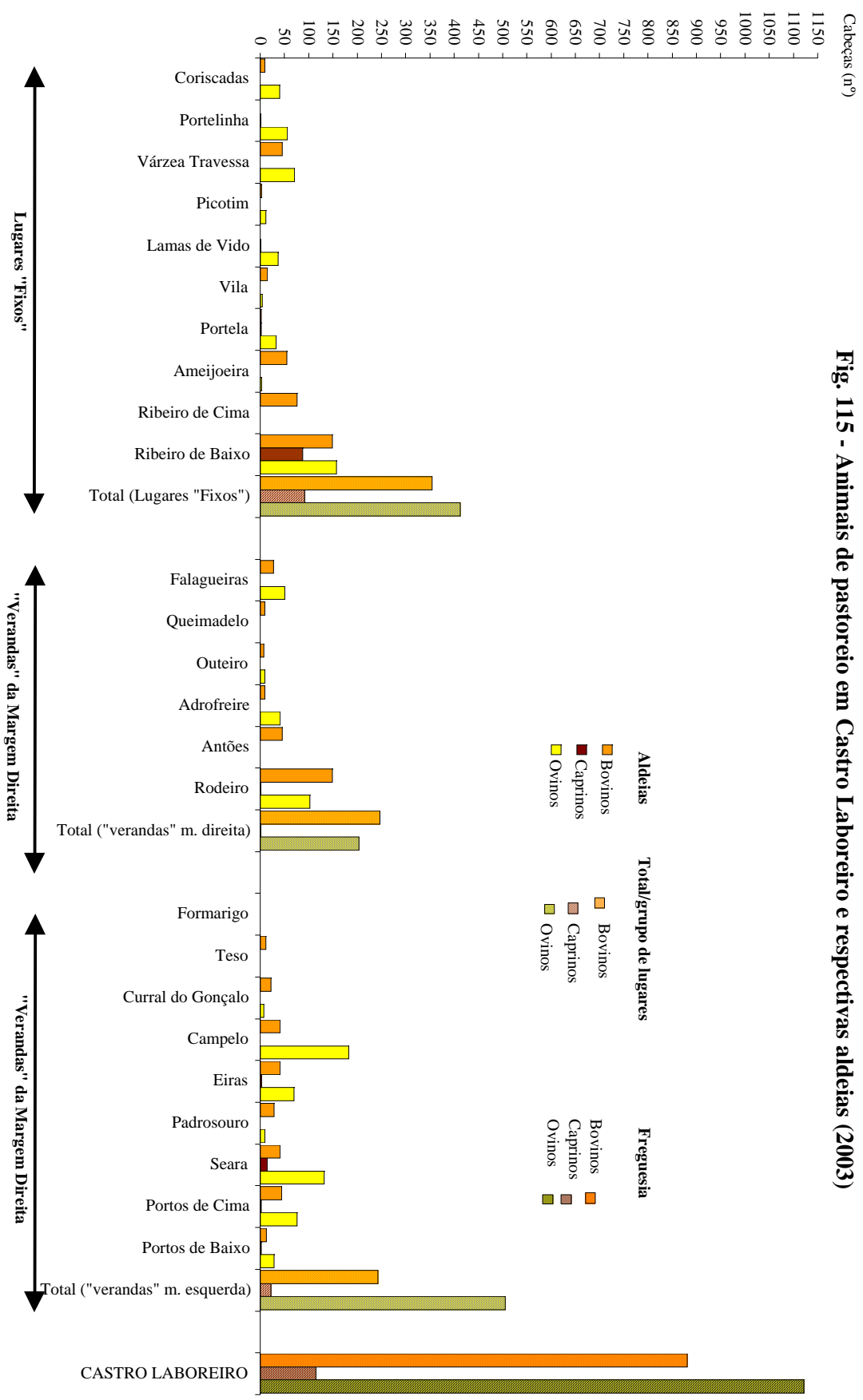
Na “vila” do Soajo, encontrámos no Verão de 2000, duas explorações de bovinos, cujos moldes pressupunham o cariz empresarial, apesar das características bem contrastantes, que apresentavam. Se uma delas, com cerca de trinta vacas, tinha a “idade” de um ano, estruturada na base de um contrato de arrendamento e de um projecto devidamente aprovado pelas entidades agrárias, que garantiria ao casal um apoio para um período de cinco anos, apresentava, já, sinais claros de desistência, a outra exploração com umas setenta

¹⁰¹⁶ - Sem pretendermos fazer um texto, demasiadamente, descritivo, correndo o risco de se tornar maçador, mencionamos, por mera curiosidade, outros laivos das mesmas histórias de vida, isto é, dos únicos casos de explorações de pecuária, em moldes racionais, que existiam, no Soajo, em 2000.

A exploração que se estruturou na base de um arrendamento rural era de um casal com as idades de trinta e um e trinta e cinco anos, sendo ela natural de Chaves, emigraram para a Suíça, onde estiveram sete e cinco anos, como operário na construção civil e empregada de limpezas de um hotel, respectivamente, onde nasceram dois filhos, que tinham a idade inferior a dez anos. Como vigiar o gado *no monte* era penoso e, mais duro, ainda, tratar e cortar o feno, alimentavam o gado na base da forragem, que compravam na Galiza. Assim, como as *despesas eram muitas*, iriam terminar com a exploração, quando atingissem o término do primeiro ano dos contratos, o de arrendamento e o de investimento. Passados meses, confirmámos, que a exploração, já, tinha acabado.

Pelo contrário, a exploração por conta própria pertencia a uma família natural do Soajo, o casal com idade de quarenta e um e quarenta e sete anos e um filho de vinte e um anos. O marido estivera quinze e treze anos, respectivamente, na França e no Canadá e a esposa, vinte e um anos no Canadá. Era um investimento, que dava (...) *bom rendimento, apesar do muito trabalho* (...) e esperavam não só mantê-lo, como aumentar o efectivo em função das *crias* femininas, que fossem nascendo. Em 2003, a exploração não só se mantinha, como tinha aumentado o efectivo, tal como estava previsto em 2000.

Fig. 115 - Animais de pastoreio em Castro Laboreiro e respectivas aldeias (2003)



Fonte: Animais Intervencionados, A.R.A.P., Associação Raiana Agro-Pecuária de Monção e Melgaço, Secção de Sanidade Animal, 2003, Monção.

barrosãs, quarenta vitelos e vinte garranos, perdurava há seis anos, com os proprietários e criadores regressados do Canadá a prescindirem de qualquer apoio comunitário, a afirmarem “bons rendimentos” e a anteverem um futuro promissor, embora o excesso de trabalho fosse inquestionável, para qualquer um dos três elementos, que trabalhavam na exploração.

Nesse mesmo ano, uma exploração de caprinos, com mais de três centenas de unidades, existia em todo o Soajo, precisamente, em Cunhas¹⁰¹⁷. Era uma exploração, que perdurava há uns seis anos, estava em pleno desenvolvimento, que se mantinha e afirmava no Verão de 2004¹⁰¹⁸.

Ainda, em 2000 e em toda a área lusa em estudo, existira, apenas, uma outra exploração de pecuária, em Castro Laboreiro, ou melhor, na Várzea Travessa, em que predominavam as ovelhas na ordem das centenas, mas, que, em 2003 tinham sido substituídas por barrosãs e garranos¹⁰¹⁹.

No período de três anos (2000 a 2003) surgiram outras explorações de pecuária, no Rodeiro/Antões, com uma sociedade de primos a construir instalações novas que acolhem umas noventa barrosãs, nos Ribeiros, de Cima e de Baixo, respectivamente com cerca de vinte e cinco e trinta e cinco barrosãs, que permanecem todo o ano em pastagem livre, vindo, apenas, ao lugar, para *apartarem as crias*¹⁰²⁰.

Em 2003, duas famílias castrejas moradoras na Vila e em Queimadelo eram detentoras de uns setenta e sessenta garranos, que pastavam e deambulavam ao longo do ano pelo planalto.

¹⁰¹⁷ - A exploração com trezentos e trinta e seis cabeças, além dos cabritos, surgiu em 1994, na base de um projecto que financiou toda a construção das cortes e arrecadações, além de 17% da compra das cabras. O casal, na casa dos trinta e sete anos, é natural do Soajo e o marido trabalhou doze anos na Suíça, como operário na construção civil e regressara em 1990.

A área da exploração incluía parcelas do casal e parcelas arrendadas, de modo a obter-se a área mínima, capaz de rentabilizar a exploração. As cabras pastoreavam, durante o dia, sob o olhar atento do proprietário, regressando, todas as noites aos *currais*. Os cabritos ficavam, na corte, sob a responsabilidade da esposa, que, também, tinha a seu cargo cortar a erva fresca e tenra, para alimentação dos mesmos.

Tratava-se de uma exploração rentável, que estava em franco progresso, pois além da venda das crias havia um subsídio por unidade, que compensava todo o trabalho do casal a quem era proibido tirar um dia, que fosse, de folga, no ano. O efectivo estava em franco aumento, como podemos confirmar em 2003.

¹⁰¹⁸ - Esta exploração contrastava com uma outra, também de caprinos, na “vila” do Soajo, em extinção, pois a três centenas de cabras estavam a ser alienadas, em virtude dos criadores, um casal, na casa dos vinte e oito anos, comprarem o feno, na Galiza, pois era muito duro andar todos os dias no *monte*. Passados dois meses perguntamos pelo casal, que já tinha ido, de novo, para a França, após a venda total do rebanho.

¹⁰¹⁹ - É uma exploração cujo proprietário, engenheiro agrónomo, deixou o seu lugar de técnico nos Serviços Agrários de Viana do Castelo, com a idade de trinta e seis anos, em troca do aproveitamento das pastagens em pleno *planalto* castrejo, começando com umas vinte vacas e duzentas ovelhas, para em 2003, possuir umas sessenta barrosãs e uns trinta garranos muito bem alojados em instalações, especificamente, construídas na área de pastagens.

¹⁰²⁰ - Não podemos deixar de referir um “acontecimento”, que, por mero acaso, assistimos, em Julho de 2003, no Ribeiro de Baixo e que retracta bem, segundo a nossa opinião, o ambiente da criação de gado, no séc. XXI e na raia limiana. Ao descermos um dos caminhos íngremes e sinuosos, que nos conduzia às águas límpidas do Laboreiro, deparámo-nos com um grupo de homens a cercar e a conduzir, cuidadosamente, uma barrosã e a cria, que, quando nos avistaram, solicitam-nos, gestualmente, para nos afastarmos, devido à perigosidade dos animais. Ficamos estupefactos, recuámos, mudámos de direcção e, em posição sobranceira, observámos os acontecimentos. Quando, finalmente, conseguiram atingir uma determinada corte, a mãe entra e, para nosso espanto, a cria salta, ultrapassa os guardadores, que, impotentes, assistem à fuga apressada e impetuosa do jovem animal. Curiosos aproximámo-nos e somos informados, que se tratava de um animal, que nascera e se criara *no monte* sem nunca ter contactado com humanos e, por tal era “selvagem”, pelo que se iria perder, a exemplo de outras, pois era frequente casos similares. Quando os confrontámos com a perda de rendimentos, ao desconhecerem, muitas das vezes, as crias perdidas, com um sorriso nos respondem (...) *também não temos trabalho, nem despesa (...) é mais uma ou menos uma (...)*.

Ainda na margem direita do Lima, não podemos deixar de referir o caso, de certo modo curioso, de Rouças, que, embora não existam explorações de pecuária organizadas em moldes racionais, são várias as famílias, que possuem trinta a quarenta cabeças de *gado*¹⁰²¹ a pastorearem e a deambularem, por princípio, todo o ano na *serra*, apercebendo-se, muitas das vezes das *crias*, quando, já, estão bem crescidas, pois aguentam os rigores das temperaturas altas no Verão¹⁰²² e baixas no Inverno, uma vez que, apenas, nos invernos mais rigorosos, parte dos animais tomam a iniciativa de descerem ao povoado.

Contudo, em Tibo, uma exploração não passa despercebida ao turista mais distraído, não pelo efectivo pecuário, embora esteja em progressão e ultrapassasse a centena, mas, pelo *barracão*, construído em 2003, que desordena e inquina toda uma paisagem e ambiente considerados área protegida e que os responsáveis pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês parecem não querer aperceber-se.

Na serra Amarela, com explorações de pecuária modestas, o gado bovino permanece nas pastagens altas a partir da Primavera, regressando ao povoado com o anúncio dos primeiros rigores do Inverno. Em contrário, o *garrano*, cujo efectivo tende a aumentar, deambula os doze meses, isolado ou em grupo, pelos cimos, a cotas variadas, atingindo, facilmente, as *chairas* galegas, o que obriga os respectivos donos a fazerem percursos longos e difíceis, para os localizar¹⁰²³.

Deixemo-nos de descrições que, só por si, se tornam de leitura cansativa, mas, que entendemos se tornam necessárias, perante a dificuldade, que não conseguimos superar, na aquisição de elementos estatísticos indispensáveis no traçado, mesmo em esboço, do retrato económico de uma sociedade, cuja evolução se repercute, de modo indiscutível, nas mutações dos espaços e paisagens do Lima de raia em estudo.

Mais do que procedermos a meras leituras descritivas, textual e quantitativa, pretendemos, através da utilização de metodologias distintas, reflectir sobre um dos elementos fundamentais nos modos de vida das comunidades em estudo, a criação dos animais de pastoreio, cuja variação negativa se iniciou nas décadas de quarenta/cinquenta, indubitavelmente associada às políticas nacionais de florestação e consubstanciada pelo êxodo rural subsequente.

¹⁰²¹ - Estas famílias detinham no Verão de 2000 um efectivo nunca superior a vinte unidades.

¹⁰²² - Temos bem presente a imagem de resistência de um vitelinho, com umas horas de vida, a suportar a intensidade dos raios solares das treze horas de um dia de Agosto de 2003, deitado, junto da mãe, numa das margens encharcadas do “pântano”, isto é do reservatório de água, que “abastece” a Peneda. Quando questionámos um residente, acerca das probabilidades de sobrevivência do recém-nascido, nada preocupado, responde-nos (...) *não há problema (...) assim, é que eles são bons (...) eles resistem (...)*.

¹⁰²³ - Em Junho de 2002, encontrámo-nos em plenos cimos da Amarela, junto ao muro divisório de Vilarinho das Furnas em relação à Ermida, com um criador, que procurava os seus garranos, muito provavelmente, já “em terras de Espanha”, como era o costume. Era um criador preocupado, pois quinquenalmente, tinha que (...) *ver os animais, nem que para isso andasse léguas (...) tinha que saber das crias (...)* não podia perder o subsídio (...).

Como já o comentámos, as consequências das políticas nacionais de florestação manifestadas na restrição de vastas áreas de pastos, nas normas rígidas de circulação dos animais a caminho das rechãs mais altas, cujo incumprimento implicava, sempre, aos respectivos donos o pagamento de pesadas multas, tiveram um impacto semelhante em ambas as comunidades, a lusa e a galega, que se traduziu, de imediato, na redução drástica dos rebanhos e dos gados, pois não havia *que dar-lhes de comer*¹⁰²⁴ e, logicamente, nas dificuldades de sobrevivência que se acentuaram, pois a fonte principal de rendimento tinha sido atingida de uma forma inexorável.

Na Galiza, a implementação das medidas de florestação coincidiu, sensivelmente, com a emigração para a Venezuela¹⁰²⁵, de imediato seguida pela verificada para a França, fenómenos, que justificariam as alterações tão bruscas e rápidas nos efectivos pecuários¹⁰²⁶, comparativamente com o caso português.

Independentemente da nacionalidade, além das políticas florestais, seria o êxodo dos anos cinquenta, que se prolongou pelas décadas seguintes, uma das principais causas das mutações profundas iniciadas no universo dos animais e repercutidas, de modo incisivo e irreversível, no quadro económico-social de toda a área em estudo, a partir dos meados do séc. XX.

Se a evolução negativa da pastorícia, acompanhou, por assim dizer, o “abandono” das parcelas de cultivo, em toda a área em estudo, não foi, contudo, sinónimo da alienação dos bens imóveis, isto é, das *terras*¹⁰²⁷, que, por herança familiar, passaram por sucessivas gerações e constituem, ainda hoje, um dos bens mais preciosos, apesar de se encontrarem devolutas, ou seja de *paul*, e das dimensões das unidades fundiárias serem, quase sempre, reduzidas. Assim se compreende que, actualmente, os residentes limianos falem, com um certo orgulho, que lhe escapa através do olhar, das suas *terras*, embora o façam com o desgosto e a tristeza de quem já não tem capacidade para tomar em braços uma agro-

¹⁰²⁴ - Expressões utilizadas, em Junho de 2003, por moradores da freguesia de San Xes, precisamente nas aldeias de Vilariño, Senderiz, Canle e Sabariz.

¹⁰²⁵ - Tentámos, junto das populações averiguar em que medida o surto emigratório para a Venezuela poderia ser justificado pelas políticas de florestação, mas, não conseguimos, de facto, explicações claras e objectivas. Limitaram-se os nossos variados e múltiplos interlocutores a afirmar que (...) *a vida aqui era muito dura e miserável* (...) e se as condições de vida na Venezuela eram bem melhores, o que atraiu, de facto, foi o *câmbio ser alto*. Contudo, atendendo à distância, *era muito duro*, pelo que, na mesma década, de cinquenta, quando surgiu a oportunidade de um país bem mais próximo, a França, as pessoas nem hesitaram e saíram, em grande número. Ficámos convencidos que as más condições de vida decorrentes da Guerra Civil Espanhola que, passados uns dez a quinze anos, a Galiza não tinha conseguido superar, justificaria o forte fluxo emigratório, que se iniciou para a Venezuela, sendo as políticas de florestação, mais um simples factor a interagir num todo tão complexo como é o fenómeno da emigração.

Informações que recolhemos em Junho e Julho de 2003, junto dos verdadeiros actores deste período tão conturbado, os residentes galegos com mais de setenta primaveras, nomeadamente, os do vale do Grou.

¹⁰²⁶ - Sem valores quantitativos para comprovar, estamos convencidos, pelas informações que recolhemos, junto dos residentes galegos, que a diminuição dos animais de pastoreio, nomeadamente, os caprinos e ovinos, foi feita, mesmo, num curto intervalo de tempo e nas décadas de quarenta, inícios da de cinquenta.

¹⁰²⁷ - Designação que a população, nomeadamente, a lusa atribui ao conjunto das suas courelas, independentemente, das unidades de exploração, que possam constituir.

pastorícia, que, sempre lhe foi madrastra, mas, simultaneamente, essencial na sobrevivência da família, ou, então, enveredar por uma exploração de cariz empresarial.

Aproveitando um dos elementos aferidores, talvez, o mais importante, do *status* social numa época não muito afastada¹⁰²⁸, preocupámo-nos, na área lusa em quantificar, no ano de 2000, os residentes e, simultaneamente, *titulares de terras*¹⁰²⁹ para relacionarmos as unidades, agrícola e pecuária, que, sempre estiveram associadas, uma vez que o pastoreio tradicional é, nos nossos dias, sinónimo de vitalidade do agregado familiar¹⁰³⁰, pois, só a ele se dedicam as famílias cujos membros possuem condições físicas que lhes permitem um trabalho, de certo modo árduo, contribuindo, assim, para uma “nova” vida e dinamismo na sua aldeia.

Em 2000, parte das *terras* encontravam-se, simplesmente devolutas (Fig. 116), sem a presença de qualquer espécie de pastoreio, como na “vila” do Soajo, em todas as aldeias de Britelo e de Entre Ambos-os-Rios, à excepção de Lourido.

Contudo, quando a agro-silvo-pastorícia é praticada, a tónica dominante incide na criação de gado bovino¹⁰³¹, precisamente a *barrosã*, porque é o animal de maior rendimento em virtude de ser considerada raça autóctone e, por conseguinte, objecto de protecção específica em termos de subsídios comunitários, além do rendimento acrescido, normalmente anual, o resultante do nascimento de uma nova cria (Fig. 111, p. 511).

Ora, se nos anos sessenta/setenta¹⁰³², o efectivo das espécies de pastoreio, em valores absolutos, teve por princípio uma redução acentuada, nas últimas duas décadas assistiu-se, em determinadas aldeias, a um ressurgimento, mercê das novas explorações que emergiram com um efectivo superior à média tradicional, a par daquelas que resistem por inércia, graças à persistência da família mais “corajosa”, que teima em manter o seu animal, porque o

¹⁰²⁸ - Até aos meados do séc. XX, um dos indicadores principais na avaliação da posição económica e influência social da família assentava na pertença dos “domínios ao luar”, que incluía, como é lógico, a extensão das *terras* e respectiva qualidade dos solos.

¹⁰²⁹ - Em conversas informais e perante as *terras*, apercebemo-nos, que correspondem a conjuntos de duas ou mais parcelas, com dimensões das mais variadas, que foram exploradas pelo agregado familiar e, sempre, implicaram a criação de gado em regime de pastoreio. Assim, segundo o critério que adoptámos, a uma unidade de *terras* fizemos corresponder a propriedade fundiária de um agregado familiar, outrora, uma exploração agro-pastoril, independentemente do seu estado de aproveitamento, em 2000.

¹⁰³⁰ - Em qualquer aldeia, lusa ou galega, o residente associa a criação de gado bovino, àquela que exige um maior esforço dos criadores, porque implica a subida à *serra*, de quando em vez, para verificar o estado de saúde dos animais. Assim, apenas, os habitantes mais “jovens” e saudáveis poderão desafiar as subidas, que apesar de agrestes, permitem usufruir os “ares” e as belezas incomparáveis dos cimos austeros. Além disso, o gado *vacum* exige, no Inverno, forragens secas, pelo que se torna necessário, o corte do feno no início do Verão.

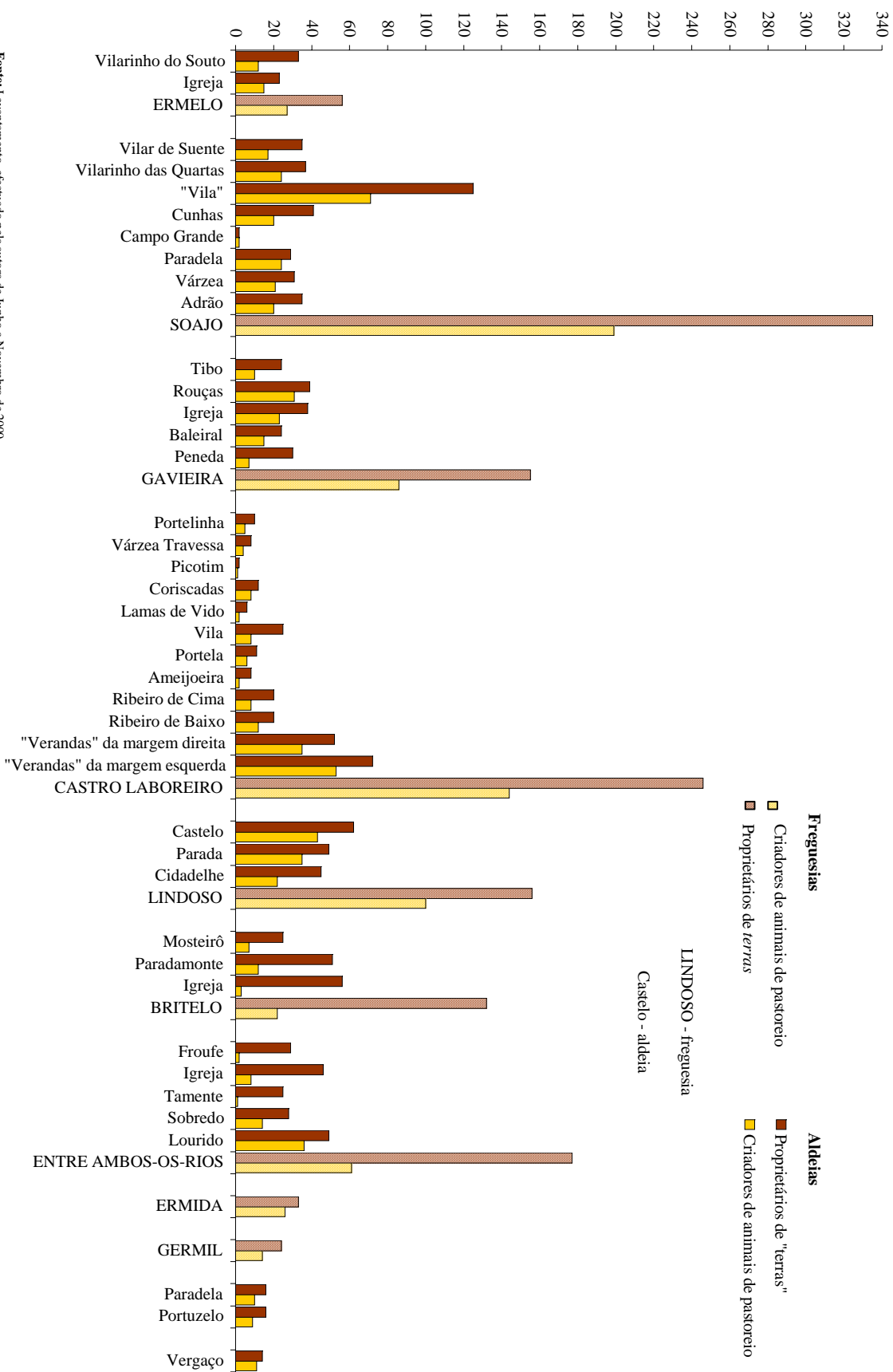
Logo, o casal mais idoso, ou, então, aquele em que os problemas de saúde já se começam a fazer sentir, “distrai-se e mata saudades” com duas a três, no máximo cinco a seis ovelhas, porque basta-lhes como pasto as ervas e silvas pujantes, que ladeiam os caminhos da aldeia, ou então, a forragem verde e espontânea, que se desenvolve nas parcelas, antigamente, cultivadas.

¹⁰³¹ - Como o garrano, raça autóctone, é alvo de apoios comunitários, actualmente, muitas famílias, lançam-no na *serra*, perdendo-lhe, frequentemente, o rasto, inclusive o das próprias crias.

¹⁰³² - Este período tomámo-lo como referência para o caso português, pois, na área galega, consoante as informações que conseguimos recolher, os valores mínimos, ou até, a eliminação dos ruminantes ter-se-ia verificado, em média, uma a duas décadas mais cedo.

Indivíduos
(nº)

Fig. 116 - Proprietários de terras residentes e criadores de animais de pastoreio nos diferentes lugares das freguesias lusas em 2000



Fonte: Levantamento efectuado pela autora de Junho a Novembro de 2000.

considera, como de estimação acabando, contudo, por “acabar”, quando assiste à venda da última cabeça, por falta de saúde e energia, por princípio, do proprietário vergado pela idade.

Diremos que são as aldeias imbricadas na serra, como Rouças, Olelas, Queguas ou Fraga, que conseguem preservar os sons e as cores, que animam e matizam os caminhos e ruelas, quando a *cachena*, ou, a *barrosã*, na época estival, pachorrentamente se desloca *per si* em direcção à corte, porque a *cria* a espera, ou, então, no Inverno a manada, procura nas parcelas de feno verde, ou, simplesmente, na berma da estrada, o pasto, que, embora, parco, lhe permite ultrapassar os rigores de um inverno, que lhe é, sempre, adverso.

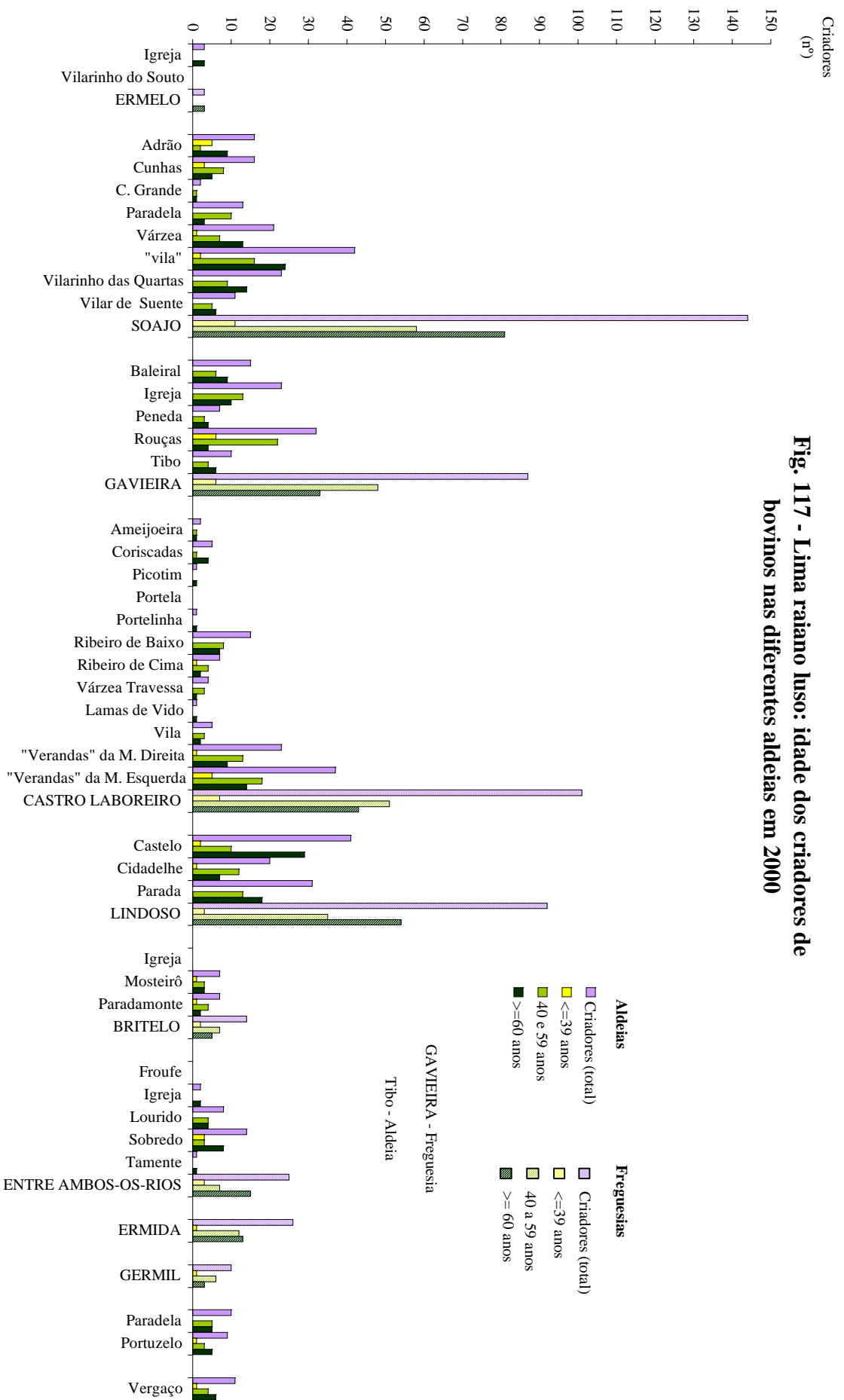
Partindo-se do princípio que se mantêm, sensivelmente, as mesmas condições, prevemos, para os próximos anos, uma tendência evolutiva diferenciada, que exemplificámos na área lusa, com a Gavieira, precisamente, Rouças e Igreja, onde, muito provavelmente, os efectivos terão uma evolução, acentuadamente positiva, ao contrário de outras aldeias, como as da Ermida, Lindoso, ou, as do Soajo (Figs. 112 e 113, pp. 513 e 514; Fig. 117), com um declínio progressivo e proporcional ao envelhecimento dos actuais criadores.

Se os limianos são incentivados para a criação de raças consideradas autóctones, surpreendeu-nos Castro Laboreiro, nomeadamente, o Rodeiro, com as manadas a adquirirem um matiz "multirracial", em que a *charolesa* e a *turina*, coabitam com a *rubia*, a *cachena* e a *barrosã*. Quando confrontámos os respectivos proprietários, pelo facto de estarem a perder contributos específicos das raças consideradas indígenas, fomos surpreendidos pelas opiniões generalizadas, de que com estas raças os rendimentos são maiores, porque o período de desenvolvimento e, logicamente, de crescimento do animal é mais curto e, por conseguinte, a venda verifica-se a um ritmo mais intenso.

O gado autóctone de Castro Laboreiro era a raça *cachena*, localmente designada por *pisca*¹⁰³³, espécie, que existia, em certa quantidade, há uns cinquenta a sessenta anos, caracterizado por ser muito resistente, em virtude das características do casco, que suportava bem a aspereza dos caminhos, além de produzir leite suficiente para a engorda da *cria* e para consumo doméstico, contrariamente, ao que sucedia à *rubia*, raça galega, que, embora maior produtora de leite, suportava com dificuldade grandes caminhadas, em virtude do tipo de casco não ser adequado ao piso difícil dos caminhos castrejos¹⁰³⁴.

¹⁰³³ - Raça que o castrejo apelida de raça “local”, que situa em função do tamanho e dimensão dos chifres (...) entre a *barrosã* e a *cachena* (...), mas, que segundo a opinião dos técnicos é, de facto, a raça *cachena*.

¹⁰³⁴ - Há uns trinta a quarenta anos criavam-se muitas *rubias* em virtude do castrejo ter, diariamente, o escoamento do leite assegurado, no outro lado da fronteira, em Pereira, pela “fábrica” de queijos artesanais de Ferreiros de Baixo.



Fonte: Levantamento efectuado pela autora de Junho a Novembro de 2000.

Outros argumentos nos apresentaram residentes de Ferreiros de Baixo, ao justificarem, em Agosto de 2003, a ausência de *gado* bovino na freguesia. A *rubia* foi a espécie sempre adoptada, até inícios dos anos noventa, por ser uma boa produtora de leite, que era absorvido pela unidade local de fabrico artesanal de queijo.

Actualmente, além de os incentivos comunitários serem canalizados para a *cachena*, espécie de muito menor rendimento e, portanto, *não interessa*, perderam o mercado, pois a empresa de queijos de cariz familiar assegura a matéria-prima numa cooperativa sediada em Lugo.

A justificação não é assim tão linear, pois estávamos perante explorações com um, dois a quatro exemplares, que sobreviveram nos últimos anos de vida, porque coincidiram com o período de transição para a entrada da Espanha na Comunidade Europeia, e, portanto, foram alvo, a exemplo do que aconteceu em Portugal, de subsídios específicos, que visavam garantir a competitividade no mercado único e, não prolongar, por mais uns tempos, a agonia de explorações, que, forçosamente, acabariam por encerrar.

Curiosamente, as populações, lusas e galegas, outrora criadoras de “gado leiteiro”, como em Castro Laboreiro, ou, San Mamede de Grou e Pereira, sempre nos lembraram este “período áureo” na produção de leite, *por causa do subsídio*, que não entendem porque razões deixou de existir e, assim, *o gado deixou de dar rendimento*.

Sem querermos comentar estas problemáticas, pois entendemos ser extemporâneo, nesta fase do trabalho, limitar-nos-emos a lembrar que, apesar de todos os condicionalismos, predominam, actualmente, as explorações com a barrosã, como em Rouças, muitas das vezes, acompanhadas pelo pequeno rebanho de ovinos, como nas *verandas* de Castro Laboreiro, ou, no Castelo do Lindoso, e a *cachena*, por exemplo, em Olelas.

Se nas actuais explorações, lusas e galegas, predominam os efectivos, raramente, superiores às duas dezenas de unidades, destacam-se aquelas, em número muito limitado, cujos proprietários enveredaram pela “via empresarial”. Destacamos o vale do Grou, nomeadamente, o concelho da Lobeira, em que além dos *barracões* para os bovinos, sobressaem na paisagem os referentes às pocilgas¹⁰³⁵ e aos aviários, não só por se distribuírem com uma certa densidade, precisamente, no concelho da Lobeira, como pelas agressões, em

¹⁰³⁵ - Não desmentimos a surpresa sentida, quando nos apercebemos das primeiras unidades e todo o impacte causado, não só nos solos, como nos odores que exalam para o meio envolvente. Quando confrontámos as populações com estas questões retorquiam, de modo feliz, (...) *os cerdos são vendidos em Portugal (...)* Porto, S. João da Madeira (...).

termos ambientais, bem evidentes, mas, cuja rentabilidade justifica a perenidade da implementação¹⁰³⁶.

A moda da tríade tradicional, isto é, dos bovinos, ovinos e caprinos numa única exploração, desapareceu neste Lima raiano, à excepção da Fraga e Ermida, aldeias que, apesar de todas as vicissitudes, conseguem impressionar pelo dinamismo da maioria dos residentes.

Um conjunto de factores explica o declínio global, para toda a área em estudo, lusa e galega, muito provavelmente, irreversível, da criação de *gado*, mesmo, do bovino, como, por exemplo, o estado de degradação das pastagens, a falta de uma rede de comercialização eficiente, nomeadamente, da carne barrosã, que é certificada, mas, o problema principal encontra-se, segundo a nossa opinião, na idade demasiadamente, avançada dos actuais criadores, sem que se preveja, para um futuro próximo, a necessária renovação de gerações, que exemplificamos com a área lusa (Fig. 117).

Em qualquer uma das aldeias lusas o jovem criador de *gado*, ou, não existe, ou, então, ocupa uma posição, mesmo, minoritária¹⁰³⁷. Salientamos no Soajo, Cunhas e Paradela, a Igreja e Rouças, na Gavieira, os Ribeiros e as *verandas*, em Castro Laboreiro, Cidadelhe no Lindoso, Paradamonte em Britelo, a Ermida e Germil, que, apesar de tudo, são aldeias, cujos criadores apresentavam uma idade inferior a sessenta, mas, quase sempre, superior a quarenta anos.

Relembrámos que a criação de *gado*, na actualidade e no “nosso” Lima raiano, incide, precisamente, no *gado* graúdo considerado autóctone, o *garrano* e a *barrosã*, ou, a *cachena*, que pastoreiam, durante todo o ano ao ar livre, a altitudes mais elevadas, nos meses de temperaturas altas e amenas, e a cotas mais próximas dos povoados, nos meses rigorosos de Inverno, recolhendo, nos dias de intempérie, às cortes, que se encontram próximas, ou, mesmo, na aldeia.

Somos de opinião que as novas explorações de pecuária, predominantemente de bovinos, lusas e galegas, as *granjas*¹⁰³⁸, se justificam, por um lado, pelo regresso do emigrante com idades no grupo dos cinquenta anos a iniciar os sessenta, ávidos de melhorar a sua terra e demonstrarem o seu poder de investimento, a par dos incentivos comunitários direccionados para a criação de *gado* autóctone em pastagens livres. Estes incentivos animam, também, embora esporadicamente, jovens galegos e esposas lusas, que assistiram à partida

¹⁰³⁶ - Embora não tenhamos desenvolvido uma investigação específica sobre a implementação e funcionamento das pocilgas, pois pensamos não se enquadrar propriamente nos objectivos que nos propusemos atingir, ficámos convencidos, que se tratam de unidades com forte rentabilidade, embora não tenham impacto significativo no emprego e nível de vida locais, mas que contribuem, de modo acelerado, no equilíbrio da balança comercial espanhola.

¹⁰³⁷ - Pelas observações efectuadas, a mesma afirmação sustentámo-la em relação à área galega estudada, embora não tenhamos elementos quantitativos para o comprovar.

¹⁰³⁸ - Designação local atribuída pelas populações galegas às unidades de exploração pecuária em moldes modernos.

dos maridos, mas, continuam a laborar a terra com o exemplo dos seus avós e, actualmente, melhoram o seu pecúlio à medida que aumentam o efectivo de animais, apesar dos processos continuarem a ser os mais rotineiros.

Além disso, das variadas conversas, com carácter informal, que mantivemos com muitos criadores de gado autóctone, lusos e galegos, a “vida” das suas explorações, mesmo as de cariz “empresarial”, dependerá da manutenção dos apoios comunitários¹⁰³⁹ que, por curiosidade, na Galiza, são bem mais elevados, sensivelmente, o dobro por animal, em comparação com os atribuídos em Portugal, mas, que não nos impede, atendendo à facilidade com que se encerram, ou, se implementam, de as considerar efémeras e nada relevantes na reorganização territorial, que urge fazer em espaços e paisagens que, a curto e médio prazo, correm graves riscos de um despovoamento, por ventura, absoluto, caso o espírito “aguardemos por melhores dias” continue a prevalecer.

Somos de opinião que, apesar de todo o Lima raiano em estudo reunir condições muito favoráveis à criação extensiva de animais de pastoreio, miúdo e graúdo, para a produção de carne, que, pela qualidade, que a caracteriza, não se tornará difícil escoá-la no mercado europeu, a pastorícia praticada, em pleno séc. XXI, apenas, pode ser explicada pela inércia resultante da importância adquirida, ao longo de uma época multissecular, para populações cuja sobrevivência em muito dependia das manadas e dos rebanhos, que, calmamente, pastavam nas extensas áreas de gramíneas, urzes e carquejas, que, embora, debilitadas e "raquíticas", ainda, se distribuem pelas chãs e *chairas* limianas e de raia.

5.2. Estruturas de pastoreio

Nos tempos distantes, difíceis e adversos, o limiano da raia soube conjugar acções capazes de minimizar os seus esforços ao rentabilizar, por exemplo, a organização do pastoreio de acordo com o tipo de animais, a natureza dos pastos e as condições específicas de cada comunidade, que, apesar das diferenças que distinguem os variados esquemas de vigilância, corresponde a um mesmo modo de vida, o silvo-pastoril em exploração comum, apenas, susceptível de ser recordado na actualidade e na maioria dos casos pelos residentes mais idosos.

Se a tónica dominante foi o pastoreio em pastagens silvícolas comuns, distinguiu-se, logo de imediato, pelo facto de envolver animais de pastagens magras, o miúdo, ou, então,

¹⁰³⁹ - Não nos esquecemos da forma peremptória e rápida como nos respondeu o mais jovem criador de gado, que encontramos, residente em Vilarinho (San Xes), quando o questionámos sobre o futuro das suas duas explorações, (...) *até 2006 existem (...) depois dependerão do próximo quadro comunitário de apoio* (...).

Distinguimos o caso da Fraga, pois a exploração de gado bovino, em moldes extensivos, pertence ao talhante da Vila, Lobeira, que, por conseguinte, tem o escoamento, praticamente, garantido.

aquele cujo porte exige associações herbáceas ricas e suculentas, como é o caso do gado graúdo. Espécies que não se distinguem, apenas, pela exorbitância do pasto, mas, também, pelo valor económico que representavam no agregado familiar. Ora, se as cabras e as ovelhas¹⁰⁴⁰, são menos exigentes no alimento, também, o respectivo valor monetário é, relativamente baixo em comparação com as espécies bovinas¹⁰⁴¹ e cavalares. Não é de admirar, portanto, que o efectivo dos pequenos ruminantes atingisse quantitativos, indiscutivelmente elevados na aldeia e, como é lógico, nos respectivos núcleos familiares.

Rebanhos que englobavam, por vezes, cerca de um milhar de unidades, diariamente eram conduzidos por caminhos, os carreiros estreitos, sinuosos, muito declivosos, que exigiam um controle muito cuidado e constante, por parte dos seus proprietários. Como se tratava de animais de pequeno porte, logo, praticamente indefesos perante os ataques matreiros da fera que espreitava, o lobo, tornava-se necessário, também, recolhê-los todas as noites nas respectivas cortes.

Não é de estranhar, pois, que as comunidades organizassem esquemas de vigilância, de modo a sobrar-lhes tempo para a realização de outras tarefas, nomeadamente, as agrícolas¹⁰⁴². De este modo, nada melhor que a reunião de esforços de todos os residentes, traduzida na vigilância em conjunto do rebanho da aldeia, *à vez*, por princípio, de acordo com o número de *cabeças* que cada família possuía.

Problemas congêneres envolviam o gado bovino, uma vez que o cavalari, ou melhor, o *garrano*¹⁰⁴³ foi, desde sempre, lançado nos *montes* para, sozinho, ou, em grupo, deambular, indiferente à estação do ano, meses consecutivos em busca do alimento, por ser considerado um animal robusto e capaz de vencer a adversidade¹⁰⁴⁴.

Gado bovino em menor número, mas a exigir pastos mais suculentos, implicou esquemas de vigilância mais variados, até por que muitas das manadas, como as da serra Amarela e as do Monte do Quinxo, por exemplo, desde sempre pastorearam o período compreendido entre a alta Primavera e os inícios do Outono, nos cimos da *serra* devidamente acompanhadas, incluindo o período nocturno, pelos pastores, que se *revezavam* de acordo com o número de animais, que a família possuísse.

¹⁰⁴⁰ - As gentes do Soajo chamam a um conjunto de ovelhas e carneiros a *fazenda*.

¹⁰⁴¹ - As populações lusas chamam a um conjunto de bois e vacas o *gado*.

¹⁰⁴² - Se as populações, lusas e galegas, desconhecem a origem e os motivos dos *usos e costumes* multisseculares relacionados com a pastorícia, são unânimes em admitir e concordar em pleno, que traduzem uma economia, no tempo e na multiplicação desnecessária de esforços.

¹⁰⁴³ - Designação da raça local de equídeos.

¹⁰⁴⁴ - É o gado ao *feirio*, pois trata-se de gado, que pasta livremente, numa situação semi-selvagem, que, em muitos dos casos, para ser apanhado se torna necessário lançar artimanhas, pelos respectivos proprietários.

Dias, Jorge, 1948, *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituto para a Alta Cultura, Porto, pp. 65-66 e 85-86.

Os moradores da aldeia reuniam em conselho, o *adjunto*¹⁰⁴⁵, sempre, que surgissem casos de interesse comum a resolver, como as questões relacionadas com a calendarização da *vezeira*¹⁰⁴⁶ e da *vigia*¹⁰⁴⁷, isto é, a fixação do *número de dias a dar por cada fogo à roda*, ou seja, *à vez*, normalmente, de acordo com o quantitativo de animais que o agregado familiar possuísse¹⁰⁴⁸ (Figs. 118 e 119).

Se em muitas das aldeias pressupunha-se uma certa correspondência entre os dias a dar à *vigia*, ou, à *vezeira* e o número de animais, miúdo e graúdo, que o agregado familiar possuía, noutras, esta correlação, já, não era tão linear, ou, mesmo não se verificava¹⁰⁴⁹.

Em relação ao gado miúdo, apesar de todas as diferenças, em muitos dos casos a frequência da participação do pastor na *vigia* dependia do efectivo que o agregado familiar possuísse. O limiar de pequenos ruminantes, que constituía *um dia* de vigilância, para cada agregado familiar, variava entre um máximo de vinte e quatro, como nas aldeias da freguesia de Vencéans¹⁰⁵⁰, a um mínimo de cinco ovelhas e seis cabras, respectivamente, em Torneiros de Rio Caldo¹⁰⁵¹ e Sabariz¹⁰⁵² sendo, contudo, o valor mais “usual” as dez e as doze unidades, ou, não existia uma referência limite, como no caso das aldeias de Castro Laboreiro, nas da Gavieira e em parte das do Soajo (Fig. 118).

Além disso, havia comunidades que consideravam as cabras, animais mais “irrequietos”, em relação aos mais “pacatos”, as ovelhas, o que justificava, portanto, uma maior vigilância daqueles, as cabras, enquanto a outras era-lhes indiferentes tais

¹⁰⁴⁵ - Por curiosidade, apenas nas três aldeias do Lindoso, encontrámos os residentes a designar, naturalmente, os *adjuntos*, quando os questionávamos sobre o funcionamento das assembleias, que tinham por objectivos resolver questões comuns aos habitantes.

¹⁰⁴⁶ - Por princípio, as populações designam por *vezeira*, quando se trata de guardar à *vez* as manadas dos bovinos, enquanto pastam na exploração silvícola em comum.

¹⁰⁴⁷ - As populações dão, em termos gerais, a designação de *vigia*, quando se trata de guardar à *vez*, os rebanhos de ovinos e caprinos nas pastagens silvícolas em comum.

Vigia e *vezeira* são, contudo, expressões que, de um modo indiferenciado, as populações atribuem à *vigilância em comum e à vez*, quer dos bovinos, quer dos pequenos ruminantes.

¹⁰⁴⁸ - Se um *dia* correspondia a dez ruminantes, como no Castelo, Paradamonte, ou, na Fraga, queria significar, por exemplo, que uma família que era obrigada a *dar cinco dias*, possuía cinquenta ruminantes. Mas, se o *dia* correspondesse a catorze cabras, como era o caso de Lourido, uma família com o mesmo número de *dias*, era detentora de um rebanho com setenta efectivos.

¹⁰⁴⁹ - Pelas observações, que efectuámos, estamos convencidos, que nas aldeias galegas os pastores *davam os dias à vigia* dos pequenos ruminantes, sempre, de acordo com o efectivo de animais que possuíam, embora, o respectivo limiar fosse muito variável, como o vamos demonstrar. O mesmo não acontecia em povoações lusas, como no Baleiral, na Peneda, ou, nas aldeias do Soajo e de Castro Laboreiro, em que os pastores entravam na *roda*, sempre, com o mesmo intervalo, independentemente das cabeças de caprinos ou ovinos, que o seu agregado possuísse. Em relação aos bovinos o número de exemplares, que obrigava o agregado familiar *dar um dia à vezeira*, também, era diferente, consoante as aldeias. Assim, por exemplo, *dar um dia à vezeira* correspondia a ser dono de dois e três animais, por princípio, vacas, respectivamente, nos Torneiros do Rio Caldo e em Mosteirô, ou, na Ermida.

¹⁰⁵⁰ - Nas aldeias de Queguas e Vencéans o efectivo dos caprinos era muito superior, relativamente, ao dos ovinos, o que já não acontecia em Vilar, onde estes predominavam, pelo que as *poucas* ovelhas eram incluídas nos rebanhos das cabras.

Retomamos o exemplo da aldeia de Queguas, quando nos finais da década de quarenta, havia sete pastores por dia na *vigia* correspondentes aos sete rebanhos, para, rapidamente, passar a cinco pastores, em função da redução drástica do efectivo de caprinos (cinco rebanhos), terminando com dois pastores por *vigia*, porque, apenas, existia dois rebanhos, que eram pequenos.

¹⁰⁵¹ - Em Torneiros do Rio Caldo, se o limiar das cabras a exigir, por dia, um pastor na *vigia* era o de cinco unidades, já, passava a dez animais, quando se tratava do rebanho das ovelhas.

¹⁰⁵² - A título de curiosidade, o limiar de animais, que exigia a participação de um pastor, por dia, variava, por vezes, na própria freguesia, consoante a aldeia. Assim, por exemplo, na freguesia de San Xes, freguesia, com muito poucas ovelhas, estas integravam os rebanhos dos caprinos, pelo que os seis animais, por princípio, cabras, que exigiam, em Sabariz, a presença de um pastor, ao longo de um dia, eram “substituídos” na aldeia dos Torneiros por dez, enquanto em Senderiz, Vilariño (San Xes), Canle e Baldemir, o quantitativo passava para doze elementos.

características. Assim, enquanto na serra Amarela, dois e um pastor faziam a vigilância, respectivamente, do rebanho das cabras e do das ovelhas, no vale do Grou e Agro, por exemplo, um pastor vigiava o rebanho de caprinos.

As aldeias em estudo, também, se distinguiram pelo facto de, em simultâneo, possuírem rebanhos para cada espécie, o das ovelhas e o das cabras, ou, quando aquelas eram pouco numerosas, o “misto”, isto é, o rebanho das cabras matizado pelas ovelhas, nestes casos, sempre, escassas¹⁰⁵³ (Fig. 118).

Na serra Amarela, ou seja, em Froufe, Tamente, Sobredo e Lourido, a que se “associa” o lugar da Igreja, freguesia de Britelo, era o rebanho das cabras, que coloria as respectivas ruelas, guardado por dois pastores, que *entravam na roda* de acordo com as unidades de exemplares do *cabeceira*¹⁰⁵⁴.

Já em Britelo, nas aldeias de Paradamonte e Mosteirô, o rebanho vigiado, também, por dois pastores, era “misto”, por incorporar as duas espécies¹⁰⁵⁵, enquanto nas três aldeias do Lindoso, distinguia-se o rebanho dos ovinos e o dos caprinos¹⁰⁵⁶.

Em Ermelo, se na aldeia da Igreja a *vigia*¹⁰⁵⁷ da *rês* (cabras) perdurava todo o ano¹⁰⁵⁸, em Vilarinho do Souto, apenas existia no período estival¹⁰⁵⁹.

Distinguimos na freguesia de Entre Ambos-os-Rios, a aldeia da Igreja onde nunca vigorou a *vigia* dos pequenos ruminantes, pois os caprinos, praticamente, não existiam e as ovelhas, que eram *muitas*, pastoreavam sob controlo dos respectivos donos.

Outro aspecto, em nosso entender, curioso, acontecia, por vezes, coexistir na mesma aldeia *vigias* “independentes”, como, por exemplo, em Olelas, em que perdurou a par da do lugar, chamada a *do povo*¹⁰⁶⁰, uma outra, a das famílias mais “difíceis”, designada pela *do corno*.

¹⁰⁵³ - Por exemplo, na freguesia de San Xes, ou, na de Vencéans, como praticamente não existiam ovelhas, os rebanhos eram de cabras, esporadicamente, com *algumas* ovelhas, enquanto em Parada do Monte seriam “mistos” e, por exemplo, em Torneiros do Rio Caldo, Ludeiros existia a *vigia* das cabras e a das ovelhas.

¹⁰⁵⁴ - Enquanto em Froufe, Tamente e Sobredo, cada cabeceira entrava na *roda* por cada 13 animais, em Lourido o limiar era de 14 unidades e na Igreja (Britelo) variava entre 30 a 40 exemplares.

¹⁰⁵⁵ - Cada agregado familiar dava à *vigia* um pastor por dez ovinos, ou, caprinos, que possuísse.

¹⁰⁵⁶ - Enquanto no Castelo e em Parada os ovinos eram guardados por um pastor e os caprinos por dois, em Cidadelhe, as ovelhas tinham a *vigiá-las* dois elementos enquanto as cabras, nos *tempos antigos* quatro, que *passaram* a três, reduzindo-se uma unidade, à medida que o total dos animais ia, também, diminuindo.

As três aldeias distinguiam-se, ainda, pelo número de animais necessários para o pastor, à *vêz*, entrar na *roda*. Assim, se em Cidadelhe quinze ovelhas e vinte e cinco cabras eram, respectivamente, o limiar exigido, em Parada os valores alteravam-se para vinte cabras e dez ovelhas.

¹⁰⁵⁷ - Dois pastores, os *figureiros*, vigiavam os rebanhos da *rês*, um residente no Lugar de Cima e outro do Lugar de Baixo, que entravam na *roda* sem atenderem ao número de animais do cabeceira. Cada um partia do “seu” lugar, mas, os dois rebanhos juntavam-se no *monte*. Contudo, havia famílias, que não integravam os seus animais na *vezeira*.

¹⁰⁵⁸ - Para as ovelhas não existia *vezeira*, ficando a cargo do respectivo dono. Segundo nos disse uma residente, *as ovelhas até andavam sós*, pois deitavam-se de manhã para os pastos envolventes e, ao fim da tarde *ia-se saber delas*, quando não regressavam à corte.

¹⁰⁵⁹ - A justificação que nos deram em Julho/2003, relacionou-se com a eficiência dos pastores, quando nos alegaram, que *os vezeiros não guardavam bem*.

¹⁰⁶⁰ - Cada família *dava* um pastor por dia e por cada doze animais, quer se tratasse de ovinos ou de caprinos, para a guarda do rebanho, que era misto.

Fig. 118 – Lima raiano: As vigias por lugar, nos meados do séc. XX

Fig. 119 – Lima raiano: As *vezeiras* por lugar, nos meados do séc. XX

Também em Olelas, como em outras aldeias em estudo, por exemplo, na Ermida, em Germil, ou, nas aldeias da freguesia da Gavieira, Soajo, Lindoso e de San Xes, na *vigia do povo* vigorava, temporariamente, uma outra, a *vigia dos cabritos e anhos*¹⁰⁶¹.

Distinguímos a comunidade da Ermida, que no Verão de 2004 mantinha, a par da *vezeira* dos bovinos, embora “adulterada”, as *vigias da rês*¹⁰⁶² e das ovelhas, conseguindo, assim, manter a *fazenda*¹⁰⁶³, como sempre o fizeram os progenitores *desde tempos imemoriais* (Quadro 25).

Quadro 25 - Ermida: *Vezeira e vigias* em 2002 e 2003

Animais de pastoreio e as famílias	2002				2003			
	Famílias (nº)	Animais (nº)			Famílias (nº)	Animais (nº)		
		Bovinos	Ovinos	Caprinos		Bovinos	Ovinos	Caprinos
vacas, cabras e ovelhas	6	32	109	202	6	33	100	170
vacas e cabras	5	23	0	151	6	16	0	138
vacas e ovelhas	2	8	24	0	1	16	35	0
vacas	11	40	0	0	11	39	0	0
TOTAL	24	103	133	353	24	104	135	308

Fonte: Junta de Freguesia da Ermida, *Rol da vezeira e vigias*, anos de 2002 e 2003.

Das vinte e quatro famílias criadoras de animais de pastoreio, não é demais salientar os seis núcleos familiares (25%), que mantinham a “tradição”, isto é, distribuíam os seus animais pelas três *instituições*, a *vezeira* e as duas *vigias*, que, curiosamente, se impõem, no total de cada espécie, com destaque para os pequenos ruminantes. Contudo, das famílias, ainda, associadas à silvo-pastorícia, quase metade (onze), apenas, possuía animais na *vezeira das vacas*, porque, é a que *dá menos trabalho*, em virtude de se ter “dispensado”, na época estival, o pastor de permanecer as vinte e quatro horas na *serra*.

A *vigia* dos caprinos ao corresponder, como sempre, ao maior efectivo, apresenta, todavia, uma tendência negativa, contrariamente, aos bovinos e ovinos, que, embora, em menor número, muito provavelmente, resistirão, um pouco mais ao desânimo, que a população deixa transparecer, porque *a idade vai vindo* e os jovens demandam, atraídos pelo emprego que os centros urbanos, quase sempre, estrangeiros, vão oferecendo.

Se no tempo, e em termos comparativos, diferenças importantes distinguem as *vigias* dos pequenos ruminantes, quer se trate da dos caprinos, quer da dos ovinos, ainda no Verão

¹⁰⁶¹ - Com uma duração média de três meses, sensivelmente entre Janeiro/Fevereiro e Março/Abril, o período de nascimento e respectiva engorda para abate do efectivo dos cabritos e anhos.

¹⁰⁶² - Na área lusa em estudo, perdurava no Verão de 2004, a *vigia da rês* além da Ermida, em Germil e em Lourido.

¹⁰⁶³ - Designação genérica, que a população da serra Amarela atribui aos animais, sejam eles bovinos, caprinos, ovinos, suínos ou, mesmo, de capoeira. Contudo, já na margem direita, por exemplo, no Soajo, a expressão, apenas, engloba o conjunto das ovelhas e carneiros.

de 2004, prevalecia, na Ermida, a vigilância efectuada, respectivamente, por dois¹⁰⁶⁴ e um pastor, mas, com os pequenos ruminantes a pernoitarem, ao longo de todo o ano, na aldeia.

Se é normal que as incursões na *serra* sejam, progressivamente, mais incisivas, em função da duração do dia natural, as distâncias percorridas, diariamente, para atingir o pasto, são, devidamente, estimadas pelos respectivos pastores, de modo, a chegarem à aldeia ao pôr-do-sol.

Apesar das diferenças, cumpre-se, ainda na primeira década do séc. XXI, o ancestral “ritual” da saída dos pequenos ruminantes para as pastagens.

Numa varanda sobranceira ao largo dos *adjuntos*, cerca das nove horas da manhã, surge um *cabeceira* que, com uma *corneta*¹⁰⁶⁵, emite os *toques de chamada*, ou melhor, anuncia a hora da reunião e saída dos animais para o pasto, recolhendo-se, de imediato.

Ainda, não estávamos refeitos da surpresa e já nos confrontávamos com os animais a surgirem pelas portas estreitas dos seus currais, que, entretanto, tinham sido entreabertas pelo dono, sempre um ancião. De todas as "ruas" emanam pequenos ruminantes que se dirigem *per si* para o largo do Cruzeiro, o largo principal (o dos *adjuntos*), para, de imediato, enveredarem pelo caminho usual das pastagens (Fotos 1 e 2).

¹⁰⁶⁴ - As cabras são animais mais irrequietos e “atrevidos”, logo, a requererem uma maior atenção, em comparação com as ovelhas, aquelas eram acompanhadas, por dois pastores, enquanto estas, as ovelhas, apenas, por um. Actualmente, se um pastor é sempre um adulto, o outro, nem sempre está presente, ou, então, é um jovem em férias escolares. Curiosamente e sem surpresa, predominam os pastores femininos na vigia dos ruminantes.

¹⁰⁶⁵ - Não podemos deixar de referir a tristeza, com que nos disseram, que a corneta em uso, *é nova e sem valor*, pois *a antiga, a verdadeira corneta*, já muito velha, a precisar de conserto, tinha sido levada por um senhor, que andou na Ermida, há vários anos, a fazer um estudo, conquistou muita confiança, prontificou-se a levar a corneta para consertar e, até Maio de 2004, nunca mais tinha aparecido.

As vigias da Ermida em 2004 (saída da aldeia a caminho das pastagens em comum)



Foto 1 – A da rês. Maio de 2004.

Foto 2 – A das ovelhas. Maio de 2004.



Fonte: Fotos tiradas pela autora em Maio de 2004.

Em primeiro lugar saiu a *rês*, guardada por uma pastora com mais de sessenta anos e um jovem para, passados uns cinco minutos, surgirem as ovelhas "guiadas", simplesmente, por um octogenário, pois são *animais pacatos e sossegados*.

Naquela manhã de Maio de 2004, o largo principal da Ermida foi matizado, por momentos, pelas cores da modernidade, o preto do automóvel, que aguardava o comando para arrancar, e os castanhos e brancos pérolas dos animais de pequeno porte que, sob um silêncio, que não se esquece, cumpriam os ritmos cadenciados pelos *usos e costumes imemoriais*.

Mas, como já o afirmámos, nos últimos trinta anos, alterações importantes incidiram, também, nestes *usos e costumes*, como, por exemplo, o desaparecimento de uma outra *vigia*, *a dos cabritos* que, apesar do nome, também, incluía anhos ou cordeiros, que pastavam em

redor da aldeia, no período entre o mês de Março e 1 de Maio, podendo ser guardados por menores, rapazes ou raparigas, desde que tivessem mais de 14 anos.

Recordamos, ainda, que no Verão de 2004 e na área lusa em estudo, apenas, nas aldeias de Lourido e de Germil, a par da Ermida, se continuava a praticar a vigilância dos caprinos, de acordo com *os usos e costumes oriundos de tempos imemoriais*.

Germil que, até há uns quarenta anos, era animada pelos rebanhos distintos da *rês* e dos ovinos, povoava-o, em Maio de 2004, cerca de trezentos caprinos, cuja *vigia* era feita, à vez, pelos pastores das quatro famílias proprietárias¹⁰⁶⁶ (Fig. 107, p. 501).

Em Lourido, as “normas” de participação do pastor na *vigia* dos caprinos sempre foram cumpridas com rigor, que “controlava”, nos Verões de 2000 e 2004, um efectivo, respectivamente, na ordem de um milhar e de seis centenas da unidades de caprinos¹⁰⁶⁷.

Se para as outras comunidades a vigilância dos rebanhos à vez, desapareceu é, por princípio, sinónimo que a aldeia ficou sem a cor e o som dos pequenos ruminantes, nomeadamente, no início e final do dia, os momentos da partida para os prados naturais e da chegada ao *curral* respectivo, como, por exemplo, no Soajo e na Gavieira.

Se na “vila” do Soajo, nos meses invernosos, sensivelmente, de finais Outubro a Abril/Maio¹⁰⁶⁸, o *gado*¹⁰⁶⁹ descia à aldeia e pastoreava sob protecção dos respectivos donos, à *fazenda*¹⁰⁷⁰ e à *rês* aplicava-se nos doze meses do ano a *vigia*, com o pastor, o *pegureiro*¹⁰⁷¹, a conduzi-las para as pastagens comuns mais próximas, aumentando o percurso, em função, do estado do tempo e da duração do dia natural.

Nos dias naturais com maior duração, os de Verão, a distância percorrida atingia tal dimensão, que os animais miúdos para pernoitarem, frequentemente, eram recolhidos nos *cortelhos*, por vezes, distanciados da aldeia¹⁰⁷², mas, distribuídos pelas *verandas* e caminhos, que conduziam à *serra*¹⁰⁷³, vindo o pastor, sempre, dormir a casa.

¹⁰⁶⁶ - O rebanho da *rês* era vigiado nos *tempos antigos* por três pastores, que *depois passaram* a dois e *agora* está reduzido a um. Primeiro, cada pastor dava à *vigia* um dia por cada vinte cabras, actualmente, traduz-se num pastor por rebanho.

Nesses tempos, quando o Inverno era muito rigoroso, as cabras, como de costume, reuniam-se, mas, *ia um pastor de cada casa com as suas*, para o *monte* à cota inferior aos 600 metros, onde raramente caía neve.

¹⁰⁶⁷ - Em relação à *vezeira* dos bovinos, no período estival, embora a vigilância fosse da responsabilidade dos respectivos donos, esporadicamente, juntavam-se dois a três criadores para pernoitarem nas cabanas, chegando, até, a *renderem-se* em função de um consenso espontaneamente estabelecido (Fig. 22, p. 219).

¹⁰⁶⁸ - A duração do período dependia do aparecimento dos primeiros dias, quer fossem os de mau tempo, normalmente, no mês de Outubro, quer os de bom tempo, anunciadores do período estival, em princípio, a coincidir com o mês de Maio.

¹⁰⁶⁹ - Designação, que as populações, atribuem, normalmente, aos bovinos.

¹⁰⁷⁰ - Recordamos a designação que a população do Soajo dá conjunto de ovinos.

¹⁰⁷¹ - Topónimo utilizado pela população, não só do Soajo, como de Castro Laboreiro e Gavieira, quando se refere ao pastor.

¹⁰⁷² - Esta situação surgia na época estival, período em que os ruminantes se inseriam mais na *serra*, em busca das melhores pastagens, mas, também, mais afastadas das suas cortes, pelo que, para evitar caminhadas prolongadas e “violentas”, se erguiam essas construções tão rudimentares, em que os animais se abrigavam, mas o pastor vinha, sempre, dormir a casa.

¹⁰⁷³ - Queremos referir, que este *uso e costume* não abrangeria, todos os criadores de gado miúdo, pois há a distinguir as famílias detentoras de não mais de meia dúzia de cabeças, que tomariam a seu cargo o pastoreio, além daquelas, que tomavam a iniciativa de se reunirem e estabelecerem entre si a *vigia*, com os ruminantes a pernoitarem todo o ano na corte do lugar.

Na “vila” do Soajo uma *vigia*¹⁰⁷⁴ podia incluir, apenas, cabras, ovelhas, ou, cabras e ovelhas, tudo dependia das famílias interessadas. Quem tivesse um pequeno número de caprinos, ou, ovinos, ou então, um efectivo numeroso¹⁰⁷⁵, prescindia, por princípio, da vigilância em comum¹⁰⁷⁶ (Fig. 118, p. 531).

Já na Várzea existiam três *vigias*¹⁰⁷⁷, a das *cabras*, com um efectivo cerca de dois milhares, guardado por três pastores, a das *cabras pequenas*¹⁰⁷⁸ e a das *ovelhas*, que correspondiam a um efectivo muito mais reduzido¹⁰⁷⁹.

Se na freguesia do Soajo¹⁰⁸⁰, ovinos e caprinos pastoreavam, sempre, devidamente, vigiados e pernoitavam nas cortes do lugar, das *verandas*, ou, nos *cortelhos* distribuídos, de modo irregular, mas com uma certa densidade, pelas orlas da serra do Soajo, as "ruelas" e caminhos da Gavieira¹⁰⁸¹ eram, também, coloridas pelos rebanhos do gado miúdo, que dominavam no efectivo dos animais de pastoreio e, diariamente, percorriam, em busca dos melhores pastos, a serra da Peneda matizada pela extensão e densidade das associações herbáceas.

Na Gavieira, se no período frio e chuvoso, os rebanhos pernoitavam nas cortes da aldeia, em Março/Abril *subiam*¹⁰⁸², passando a noite, sempre, nos *currais* da *sua veranda*, iniciando, todas as manhãs, acompanhados por dois pastores¹⁰⁸³, uma longa caminhada na esperança da descoberta de recônditos da *serra*, capazes de lhes oferecerem pastos mais suculentos¹⁰⁸⁴ (Fig. 118, p. 531).

¹⁰⁷⁴ - O *cabeceira* que tivesse um limiar mínimo de dez ovinos ou caprinos, já, tinha que participar na *vigia*, entrando na *roda*, com uma frequência, que nada tinha a ver com o quantitativo que possuía.

¹⁰⁷⁵ - Segundo informações recolhidas em Março de 2004, as famílias com setenta e mais animais de pequeno porte, podendo ultrapassar a centena, preferiam elas próprias tratar dos seus animais, pois *faziam-no melhor*, assim como aquelas famílias cujo efectivo não ultrapassava a dezena.

¹⁰⁷⁶ - Estamos convictos, que o número de *vigias* era muito variável, pois dependia do interesse imediato do agregado familiar. Assim, as cinco ou seis *vigias* num certo período, rapidamente, poderiam passar a uma ou duas.

¹⁰⁷⁷ - Um agregado familiar participava na *vigia*, através de um pastor/dia e por trinta cabras, ou, sete ovelhas.

¹⁰⁷⁸ - Havia a preocupação, por parte das famílias, de *criar* os "cabritos fêmeas", vendendo, apenas, os "cabritinhos machos". Por este facto, tornava-se necessário ensinar e adaptar, gradualmente, a jovem *rês* à aspereza da *serra*, razão suficiente, para que a fase de "juventude" fosse vivida" com uns certos cuidados.

¹⁰⁷⁹ - Por curiosidade, as *vigias* são justificadas pelos residentes da Várzea em função da ameaça do lobo e da necessidade em resguardar as culturas de Verão.

¹⁰⁸⁰ - Em Adrão, a *fazenda* e a *rês*, constituíam uma só *vigia*, que era guardada por dois pastores, que entravam na *roda*, independentemente do efectivo do *cabeceira*, mas, em Paradelas na única *vigia* participava um pastor, que dava um *dia* à *vigia* por cada vinte caprinos que o *cabeceira* possuísse, enquanto em Vilarinho da Quartas, com duas *vigias*, a das cabras e a das ovelhas, eram acompanhadas, respectivamente, por um pastor, que participava, *à vez*, sem se atender ao efectivo que representava, a exemplo do que se processava em Vilar do Suento (Fig. 116, p. 522).

Nas aldeias do Soajo a *vigia* terminou há umas quatro décadas, com excepção para Cunhas, que teria acontecido há umas seis dezenas de anos.

¹⁰⁸¹ - Para os caprinos, a *rês*, e os ovinos, aqueles em muito maior número, existia a *vigia* em que participavam, nas cinco aldeias, dois pastores, cedidos *à vez*, por cada vizinho, sem se atender ao número de animais que possuísse.

¹⁰⁸² - À excepção de Tibo, nas últimas seis décadas.

¹⁰⁸³ - Cada agregado familiar participava na *roda* com um pastor, não olhando ao número de cabeças, que possuía, tal como o fazia no período do Inverno.

¹⁰⁸⁴ - Distinguimos, de novo, a comunidade de Rouças, que, a exemplo do *gado*, tinha muita *rês* e ovelhas, sendo aquela, a *rês* muito mais numerosa, pelo que existia, há uns quarenta anos, três *vigias*, guardadas por dois pastores cada, cedidos *à vez*, por cada *vizinho*, e, claro está, sem se atender ao número de animais que possuísse.

Exemplos, em nosso entender, significativos e bem elucidativos da singularidade, mas, também, da complexidade de que se revestiu o pastoreio em comum, nomeadamente, o do *gado miúdo*, não só pelo volume de unidades que atingiu em cada aldeia, envolvendo todas as famílias, como pelo facto de prevalecer ao longo dos doze meses do ano, motivos suficientes para que as populações estivessem veiculadas durante toda a vida a este tipo de *instituição costumeira*.

Mas, as chãs que se estendem pelas grandiosas e vastas *serras* em que se insere a área em estudo foram *usufruídas*, também, desde *tempos imemoriais*, por outras comunidades, em nosso entender, em moldes bem mais complexos, em virtude da multiplicidade das *nuances* adoptadas.

Assim, os “detalhes”, que diferenciavam os hábitos tradicionais na vigilância em comum dos rebanhos em pastagens comuns, estendiam-se à *vezeira* do gado graúdo, o bovino, que se processava, apenas, no estio. Desde as aldeias, lusas e galegas, em que nunca existiu a *vezeira* dos bovinos, ficando a cargo do proprietário o pastoreio do seus animais¹⁰⁸⁵, até àquelas que incluiu a presença dos pastores durante as vinte e quatro horas, várias *nuances* encontrámos neste Lima raiano em estudo (Fig. 119, p. 533).

O número de *dias a dar à vezeira* por cada agregado familiar, a exemplo das *vigias*, podia variar em função do número de cabeças de gado, entre um número mínimo de duas unidades (as aldeias galegas da margem esquerda), a um quantitativo máximo de oito cabeças (aldeias do vale do Grou e do Soajo), ou, simplesmente, sem número estipulado, como em Adrão, em Tibo e na Igreja (Gavieira).

Contudo, eram os três bovinos a exigir um pastor por dia, a cada núcleo familiar, que imperava nas aldeias da serra Amarela em estudo e nas quais vigorou este tipo de *instituição costumeira* (Fig. 119, p. 533).

Nas aldeias em que nunca se verificou a *vezeira* dos bovinos distinguimos, na Galiza, as da margem esquerda do rio Grou, além das aldeias a jusante e sobranceiras ao rio Lima, algumas, hoje, submersas pela albufeira do Alto do Lindoso, em que o gado, sempre leiteiro, pastava no *prado* ou, então, os respectivos criadores cortavam e transportavam no dorso e à cabeça molhos volumosos de erva, o alimento que era consumido na corte, quando na paisagem surgia o manto verde, que eram os milharais.

Na área lusa começamos por distinguir as duas aldeias de Ermelo, em que os bovinos

¹⁰⁸⁵ - Distinguimos as freguesias de Ermelo, Castro Laboreiro, Germil e as aldeias de Vilar do Suente, Cunhas, Paradela, Várzea, Roucas, Baleiral, Peneda, Sobredo, Paradela (freguesia de Vila Chã S. João), Portuzelo, Vergaço e as povoações das bacias do Agro e Montaña, onde nunca teria existido para o gado bovino, a *vezeira*, contrariamente, ao que se verificou em relação aos pequenos ruminantes, em que esta *instituição costumeira* teria prevalecido em toda a área em estudo.

pernoitaram, sempre na corte, sendo, logo, pela manhã, *deitados ao monte* próximo, pelos respectivos donos para cerca do meio-dia regressarem. Da parte da tarde, ou, eram alimentados na corte, ou, encaminhados para o *pasto*, o restolho das courelas.

Costumes idênticos tinham comunidades da serra Amarela, nomeadamente, as das freguesias de Germil, Entre Ambos-os-Rios (Sobredo, Tamente, Froufe e Igreja) e Britelo (Igreja), além de Vergaço, Paradela e Portuzelo (Fig. 119, p. 533).

Na época estival, quando os campos estavam preparados para “receberem” os milharais, logo de manhã muito cedo, cada família encaminhava os seus bovinos para o *monte*, para regressavam, *per si*, cerca do meio-dia. Ao meio da tarde, depois da *sesta* passada na corte, eram novamente para lá encaminhados, onde pastavam até à noite.

No período invernos, embora os animais repetissem as mesmas saídas da corte, os movimentos dirigiam-se para o *campo*, mas, se o dia estivesse muito soalheiro esporadicamente, atingiam *os montes* mais próximos.

Actualmente, como predominam as parcelas de *paul*, os movimentos ao longo do ano sucedem-se entre uma *saída para o campo*, ou, no estio, para o *monte* mais próximo, tudo dependendo do estado do tempo, ou, da disposição do dono, quase sempre ancião, nunca esquecendo, contudo, a *sesta* passada na corte.

Instituições costumeiras, a *vigia* e a *vezeira* desapareceram¹⁰⁸⁶, deixando-se de praticar na Galiza, nos anos quarenta, em raros casos, nos inícios da década de cinquenta, enquanto em Portugal terminou, com excepções¹⁰⁸⁷, nos moldes tradicionais em finais dos anos sessenta atingindo, por vezes, a década de setenta.

5.2.1. Peculiaridades do pastoreio em comum e repercussões na paisagem

Como geógrafa não podíamos deixar de evidenciar, com a apresentação de exemplos, os impactes na organização da paisagem limiana e de raia motivados pelas deslocções de "longa distância", no período estival, "personificadas", principalmente, pelos bovinos em pastoreio comum, que exigiam a "reestruturação" temporária da comunidade, a fim de se tornar possível, aos respectivos membros, por um lado, realizarem as tarefas agrícolas, muito intensas nessa época do ano, por outro, vigiar e proteger a principal fonte de rendimento, *o seu gado*, em pastagens de "altitude".

¹⁰⁸⁶ - A nossa investigação encontrou dificuldades inesperadas, pois os residentes com sessenta primaveras, na Baixa Limia, desconheciam ou não se recordavam destes seculares *usos e costumes*, enquanto os portugueses, da mesma idade, estavam muito à vontade nas descrições que, amavelmente, nos efectuaram. Perante esta situação deparámo-nos com “casos” galegos, que não conseguimos, devidamente esclarecer, pois as pessoas em condições de nos informar, as mais idosas, apresentavam-se confusas, perante factos de há muitos anos e, portanto, já esquecidos.

¹⁰⁸⁷ - Ermida (com a *vigia* das cabras e das ovelhas), Germil e Lourido (com a *vigia* das cabras).

Comecemos pela *instituição costumeira* extinta há cerca de uns sessenta anos¹⁰⁸⁸, mas, muito *sui generis*, que vigorou nas aldeias do vale do Grou (Fig. 120).

San Xes e Fraga são freguesias que *detêm algum monte* ao largo da fronteira, na serra do Labreiro, área de Penagache. Assim, *os povos* destas freguesias, no início da Primavera, normalmente em Abril, quando se avizinhassem prenúncios de bom tempo, reuniam as vacas adultas¹⁰⁸⁹, a que se juntavam as das aldeias próximas como as de Parada do Monte e as de outros *povos* da margem esquerda, nomeadamente, St^a Cruz, Gaiás e Facós, constituindo-se, assim, *o gado do povo*, que não ultrapassava as duzentas vacas, que rumavam em direcção às pastagens do Labreiro e, por lá, permaneciam até aos finais de Setembro, ou seja, enquanto perdurasse o bom tempo¹⁰⁹⁰.

O gado do povo estava, sempre, vigiado por dois pastores, “recrutados” à vez, entre *os povos* e de acordo com as cabeças que o *vecino* possuía. Assim, dois pastores, os *pojersos*, iam todas as manhãs *revezar* aqueles, também dois, chegados na véspera, que *baixavam* em seguida ao respectivo *povo*¹⁰⁹¹.

Existiam dois *currais*, o Novo e o Velho, ou, melhor, duas *chairas* abrigadas, cada uma com a respectiva *cabana*, a dos pastores, das quais, hoje, apenas, restam fragmentos das paredes, que distam cerca de 1 Km entre si e, sensivelmente, 2 Km da Fraga.

Uma vez terminada esta *instituição costumeira*¹⁰⁹² cada proprietário ficou responsável pelos seus próprios bovinos, encaminhando-os no estio, logo pela manhãzinha, para *o monte* próximo, onde pastoreavam entregues a si mesmos, para os ir buscar à noitinha. Mas, quando *o calor apertava*, sensivelmente, entre as onze e as dezasseis horas, as vacas *baixavam*, cerca

¹⁰⁸⁸ - Os nossos interlocutores, em Maio de 2003, não foram capazes de calendarizar, de facto, as últimas idas do *gado do povo* para os *montes* da Fraga, mas informou-nos um residente em Sabariz, que, quando chegaram os Serviços Florestais já *não havia este sistema de criação*, enquanto um outro residente, mas, em Canle, com sessenta e dois anos de idade, que se lembrava, ainda miúdo, de se *ter desfeito as idas* e uma moradora, em Senderiz, que, quando casou há cinquenta e dois anos, ainda havia *quem fosse dormir ao monte*.

¹⁰⁸⁹ - As vacas a amamentar e as que estavam para ser mães ficavam na aldeia.

¹⁰⁹⁰ - Pela descrição que nos foi efectuada, em Junho de 2003, quase poderemos recriar um dos dias de todos os finais de Abril em que pequenos grupos de gado adulto, tangidos pelo respectivos proprietários, emanavam das diferentes aldeias da margem esquerda do Grou, caminhavam em direcção ao Beloso, o lugar da reunião, faziam a travessia do rio para, então, enveredarem, juntamente com o outro gado, o da margem direita, em direcção às *chairas* do Labreiro, onde pastavam e deambulavam até às primeiras chuvas de Outono (Mapa 47).

Curiosamente, o nosso interlocutor, um residente de San Xés de Vilariño, preocupou-se em esclarecer que *os povos que não tinham monte*, nomeadamente os da margem esquerda, procediam a um pagamento, que não se traduzia em dinheiro, pois *a miséria era muita*, mas *em coisas para comer*.

¹⁰⁹¹ - Os pastores tinham uma alimentação muito fugaz, traduzida em pão, água, por vezes, um pouco de carne, que eles próprios cozinhavam. Dormiam, sempre, os dois por noite, numa *cabana* redonda, com muros em pedra e cobertura feita de ramos intercalados por *torrões*. O *chão*, forrado com fetos e carqueja envoltos pelo *mandils*, uma croça de junco, constituía o leito de dormir.

No *curral*, uma *chaira* abrigada, próxima da *cabana* dos pastores, reuniam-se, quando o sol rasava o horizonte, as vacas afim de pernoitarem e, quando a aurora despontava *marchavam* de novo, em direcção às pastagens, que as esperavam, uma extensa área, que se estendia, quer para leste, quer para oeste em direcção a Portugal.

¹⁰⁹² - Os nossos interlocutores, que foram vários, não foram capazes de encontrar uma justificação objectiva, para este facto, mas no modo como se expressavam, estava implícito a redução de mão-de-obra verificada a partir da década de quarenta.

Fig. 120- Lima raiano: *Poulos* e *currais* segundo os lugares, meados do séc. XX

do meio-dia e pelas cinco da tarde eram reencaminhadas para as pastagens envolventes, regressando à corte à noite.

Casos se verificaram em que os bovinos permaneciam todo o estio no *monte*, deslocando-se os proprietários para vigilâncias esporádicas, como em Canle e Vilariño de San Xes, mas, quando o lobo ameaçava, os residentes de Vilariño pernoitavam, *à vez*¹⁰⁹³, debaixo de um *coberto* feito de ramos e folhas, ou, simplesmente, se *embrulhavam numa manta* que transportavam.

A Fraga distinguir-se-ia, pois segundo uma residente, na casa dos sessenta anos, que, quando jovem, no Verão saía todos as manhãs com as vacas de seu pai para o *monte*, passando por lá o dia inteiro com *as gentes* de Castro Laboreiro que, também, se encontravam a guardar o seu gado e regressava à noite.

Mas, logo adiante, encontrámos uma outra residente, sensivelmente da mesma idade, assegurando-nos que, no Verão, ou melhor, em Abril/Maio, as vacas iam para o *monte*, ficavam sozinhas, até chegarem as chuvas de Outono, mas, diariamente, se deslocava, *à vez*, um residente, que *ia ver como elas estavam*¹⁰⁹⁴.

Perante estes factos, aparentemente contraditórios, esforçámo-nos em esclarecê-los e, após variadas conversas ficámos convencidos, que era possível as duas situações, isto é, a do *gado do povo*, que durante todo o Verão pastoreava e pernoitava no *monte* sob uma vigilância deficitária, e a do gado daquelas famílias, que preferiam elas próprias assegurar uma protecção contínua, que incluía os bovinos pernoitarem na corte, pois o lobo sempre espreitava e podia fazer os seus estragos.

Uma situação curiosa se passava em Taboazas, aldeia que tinha *muito e bom monte* em Bangueses¹⁰⁹⁵, onde há muita *chaira com muito feno*¹⁰⁹⁶ e que nunca participou na *vezeira do gado do povo*, que existiu na área de Penagache, nos *montes* da Fraga.

No Verão, todas os fins de tarde, pelas dezassete horas, o gado era encaminhado para o *monte*, onde pastava e pernoitava, para no dia seguinte, quando o *calor apertava*, cerca das onze horas/meio dia, tomar a iniciativa de regressar à corte, a fim de passar a *sesta*, a exemplo, do que, sempre aconteceu na freguesia de Vencéans, nomeadamente, em Queguas.

¹⁰⁹³ - O criador que possuísse cinco a seis vacas dava à *roda* um dia de vigilância.

¹⁰⁹⁴ - Logo se apressou a dizer que com as cabras e as ovelhas era diferente, porque são animais pequenos e o lobo, facilmente os comia, pelo que vieram, sempre e diariamente pernoitar na corte. Havia dois rebanhos, o das cabras e o das ovelhas e a *vigia* era feita pelo pastor, que entrava na *roda* *à vez*, dando um dia por cada dez cabras, ou, ovelhas que o agregado possuísse. Com as vacas já não era assim, pois as pessoas que, diariamente, as iam ver, entravam na *roda* sempre com o mesmo intervalo, pois era indiferente possuir duas, como quatro ou mais cabeças de gado graúdo.

¹⁰⁹⁵ - Extensa área, sensivelmente a nor-nordeste de Taboazas, com boas pastagens, mas, que já não se insere no Lima raiano, que estudamos.

¹⁰⁹⁶ - Afirmação feita, de modo espontâneo, por habitantes de Senderiz, Canle e Sabariz.

Diariamente, os bovinos recolhiam à corte, quer no Verão, ou melhor, nos dias de maior calor, para passar a *sesta*, ou então, nas restantes estações para pernoitar, após o dia nas pastagens livres, para as quais, logo pela aurora, eram reencaminhados pelos respectivos donos, regressando *per si*, paulatinamente, ou, porque tinham a *cria* para amamentar, ou, porque seguiam aquelas, que rumavam ao povoado, como acontecia na bacia do Agro, por exemplo, em Pereira, Guxinde e Bouzadrage, ou, nos Ferreiros, o de Baixo e o de Cima. Se, por ventura, à noite falhassem na corte, o proprietário, logo pela manhã, enveredava na sua busca (Fig. 120).

Se o gado da freguesia da Pereira que todos os dias, de manhãzinha, era conduzido ao *monte*, regressando à corte, cerca do meio dia, para, à tarde, ser reencaminhado ao pasto, mas, no *campo*, até ao entardecer, verões havia, há uns cinquenta anos, que três a quatro vizinhos da aldeia da Pereira *juntavam as suas vacas, sempre poucas*, conduziam-nas para os cimos do Monte do Quinxo e por lá pernoitavam, *à vez*, junto a um dos penedos, pois não possuíam *cabana* nem *curral*. Era um *uso e costume* sem significado na aldeia, pois o normal no Verão era o gado, ou, melhor as vacas, de manhã dirigirem-se para o *monte*, regressando à corte com *o calor a apertar*, cerca do meio dia, para ao meio da tarde, com mais frescura, pastarem no *prado* e pernoitarem na corte.

Sentimos a necessidade de evidenciar o Monte do Quinxo, não só pela interação e proximidade às povoações portuguesas (Paradela, Várzea, Peneda, Baleiral, Ribeiro de Cima, Ribeiro de Baixo e Ameijoeira), como pela dinâmica que as populações conseguiram imprimir, bem patente na actualidade, em Olelas, apesar das mutações profundas das últimas décadas¹⁰⁹⁷.

Até há cerca de sessenta a cinquenta anos, o *gado* da Illa e de Olelas, durante o período estival permanecia nos cimos elevados onde era vigiado por dois pastores, que se *revezavam*¹⁰⁹⁸ por períodos de vinte e quatro horas¹⁰⁹⁹ (Fig. 119, p. 533; Fig. 120).

Situação algo diferente acontecia, por exemplo, em Torneiros do Rio Caldo, em que os bovinos pastoreavam na *exploração silvícola em comum* vigiados diariamente pelo pastor que entrava na *roda*, de acordo com o número de exemplares, que possuía, enquanto em Ludeiros,

¹⁰⁹⁷ - Desde já referimos, que os habitantes dos Ribeiros, de Cima e de Baixo, em Castro Laboreiro, levavam para o Quinxo os animais, bovinos e gado miúdo, em troca do pagamento de um tributo.

No Monte do Quinxo, toda a área de pastoreio compreendida, sensivelmente, entre a Ameijoeira e Olelas *pertence* às comunidades de Pereira, Bouzadrage, Illa, Olelas e Lantemil, que na década de cinquenta o dividiram entre si, ficando os senhores das maiores áreas, os residentes da Illa e de Olelas (fig. 120).

¹⁰⁹⁸ - As famílias com duas vacas, já, *entravam na vezeira*, e todos participavam com os mesmos *dias*, independentemente, do efectivo que possuíssem. Por curiosidade, quem tivesse, apenas, um animal enviava-o na *vezeira*, mas não participava.

¹⁰⁹⁹ - Pernoitavam nas *cabanas*, construções circulares com muros em pedra e cobertura constituída por ramos intercalados por torrões, num total de cinco, duas de Olelas e três da Illa, sempre junto dos *currais*, as *cercas*, onde se reguardavam os bovinos.

Cimadevila, Maním, ou, Compostela os animais iam de manhã para o *monte* e, por si, regressavam ao fim da tarde.

Contudo, não seria bem assim, até há uns cinquenta anos, quando na *serra* pernoitavam os pastores¹¹⁰⁰, que se *revezavam* no final de um período de vinte e quatro horas, numa *cabana*, junto ao *curral* em que todas as noites se reunia o gado¹¹⁰¹, da qual, hoje, restarão, apenas, vestígios esquecidos e “perdidos” na *serra* de St^a Eufémia (Fig. 119, p. 533; Fig. 120).

Se na Galiza em estudo as *vezeiras*, assim como as *vigias* se extinguíram há mais de meio século, na área lusa, também, alterações muito significativas se verificaram nas últimas décadas, embora, encontrássemos comunidades que, no Verão de 2003, nos afirmavam continuar a “preservar” a *vezeira*, apesar, das profundas alterações.

Começemos por exemplificar com a freguesia do Soajo, em meados do séc. XX. Nos meses invernosos, sensivelmente, de finais Outubro a Abril/Maio¹¹⁰², o gado¹¹⁰³ *descia* às aldeias, pernoitando na corte.

No caso da “vila”, os animais distribuíam-se pela aldeia e *verandas*, as situadas a altitudes superiores, como Reigada, Ínsuas ou Murço¹¹⁰⁴, (Fig. 21, p. 213) e pelas “mais próximas” do rio Lima¹¹⁰⁵, como Pisqueiros ou Rendufe, pastoreando *de Outubro até ao Natal nas bouças e tapadas*, outrora, parte dos *montes baixos em comum*, muito preservados, para os pastos de Inverno¹¹⁰⁶.

Em função da abundância do pasto e de acordo com as *coutadas*¹¹⁰⁷ e as parcelas, que os donos possuíam, os animais percorriam, no Inverno, áreas relativamente extensas, pelo que se justifica a pulverização de abrigos, os *cortelhos*, que, de modo irregular, ainda, hoje, com muita facilidade, se encontram¹¹⁰⁸.

¹¹⁰⁰ - Uma família com dois exemplares tinha que dar à *vezeira* um pastor durante um dia, ou seja, vinte e quatro horas.

¹¹⁰¹ - Este *uso e costume* está tão distanciado da mente das populações, que a reacção imediata do residente é referir o facto de o *gado* ter, sempre e durante todo o ano, pernoitado na corte. Contudo, parecia-nos estranho este hábito, pois no vizinho Lindoso, a norma multissecular foi os animais permanecerem todo o estio na *serra* e terem vigilância durante as 24 horas, o que nos motivou para uma procura sistemática e insistente, até encontrarmos residentes com umas seis décadas, que se recordavam, quando miúdos, de os pais terem participado na *vezeira*, frisando, contudo, que *já não era do seu tempo*.

¹¹⁰² - A duração do período dependia do aparecimento dos primeiros dias, quer fossem os de mau tempo, normalmente, no mês de Outubro, quer os de bom tempo, anunciadores do período estival, em princípio, a coincidir com o mês de Maio.

¹¹⁰³ - Designação, que as populações, atribuem, normalmente, aos bovinos.

¹¹⁰⁴ - Na *veranda* do Murço fazia-se um *couto*, *todo o monte voltado para o rio Adrão*, conforme nos foi mencionado em Março de 2003.

¹¹⁰⁵ - Em função do encaixe do Lima, os Invernos tornam-se mais suaves à medida que a cota dos socalcos diminui.

¹¹⁰⁶ - Nos *montes baixos*, as áreas de carrascos eram reservadas para serem pasto no Inverno.

¹¹⁰⁷ - Nos *montes baixos* faziam-se *coutadas* para serem pastoreadas no Inverno pelo gado e pelas cabras, como, por exemplo, na *veranda* de Murço, a extensa área inculta *voltada para o rio Adrão*, sensivelmente desde o *Areiro aos Martinhos*, consoante nos dizia um residente na “vila” em Março de 2004.

¹¹⁰⁸ - A partir de finais de Dezembro até ao dia de *subirem à serra*, os bovinos *metiam-se no campo*, isto é, nas parcelas, por sinal, bem muradas, que ostentavam, umas, os “tapetes” de *erva castelhana e molar*, os *lameiros*, outras, o *restolho*, resultado do corte do milho graúdo, nos inícios do Outono, além de aproveitarem nas *bouças*, bermas dos caminhos e áreas incultas próximas, as gramíneas, carrascos e tojo, que, em muitos dos casos, de modo esparsos, despontavam.

Nos dias em que os animais não podiam sair da corte, por serem *muito chuvosos e nevosos*, eram alimentados com *palha* (caule de centeio e milho, que, após ser separado dos respectivos cereais, era seco e colocado em medas, para ser utilizados como alimento dos animais no

Com o estado de tempo a melhorar, era sinal que a época das sementeiras do milho estava próxima e, por conseguinte, o *gado* retirava-se da povoação¹¹⁰⁹ e *subia à serra*, regressando com o Outono, a exemplo, do que acontecia, em termos globais, nas outras freguesias em estudo.

Há a distinguir dois “períodos” explicados pela política florestal dos anos quarenta. Até a esta década, o *gado* deambulava, de um modo global, *por si e sozinho*, mas, quase sempre, em grupo, subindo em altitude, à medida que o *calor apertava*, em busca das *pastagens mais arejadas*, ou, deslocando-se para os fundos dos valeiros, sempre mais aconchegados, quando, a temperatura *baixava*, limitando-se os donos, de quando em vez, a subir para verificar como se encontravam, ou, então, a aguardar as notícias, que um vizinho lhes trouxesse.

Poder-se-á dizer, que *nesses tempos antigos o gado fugia sozinho*, porque conhecia muito bem a *serra*, limitando-se os donos *a ir ver como estava*, além de *ver as crias*, que, entretanto, nasciam e que, dificilmente, acompanhavam o ritmo da caminhada das mães.

Com o início das plantações florestais, ou seja, a partir da década de quarenta, este esquema de pastoreio de Verão foi alterado, precisamente, nas pastagens próximas das novas áreas de plantio, ou, quando se tornava necessário atravessá-las, exigindo uma vigilância constante dos animais pelos respectivos donos, como, aconteceu, por exemplo, na “vila”, contrariamente, às aldeias de Cunhas, Paradela e Várzea, pois as *suas pastagens* ficavam distantes das novas plantações (Fig. 120, p. 543).

A intensidade da emoção, expressa nos rostos, com mais de setenta primaveras, que nos falaram de esses tempos, permitiu-nos esboçar uma “Peneda alta e de Verão” matizada pelos tons dos *pastos* e dos *gados*, pontualmente, pelas parcelas de centeio, batata e fenos, mas, muito animada pela rede intensa de movimentos, dos quais evidenciamos os da *barrosã*, que, com passos pachorrentos, mas, livres, mostrava conhecer todos os recônditos, quando percorria, de um modo despreocupado e indiferente aos perigos, as longas distâncias em busca dos melhores alimentos, que, embora bem afastados, proliferavam numa *serra*, ainda, hoje, tão imponente.

No Soajo¹¹¹⁰, com excepção para a aldeia de Vilar de Suento¹¹¹¹, o *gado* no Verão

Inverno) e feno secos, cortados e armazenados durante o período estival.

¹¹⁰⁹ - Entrava-se no período em que todo a parcela, do lugar ou da *veranda*, até a de dimensões mais ínfimas, era aproveitada para a cultura do milho. Não havia espaço nem pasto para os animais, quanto mais para o graúdo.

¹¹¹⁰ -Em detrimento de uma descrição do pastoreio nas pastagens “altas” e de Verão, para todas as aldeias do Soajo, debruçar-nos-emos, essencialmente, sobre dois exemplos, que entendemos serem representativos da estrutura pastoril soajeira, precisamente, o da “vila” e o das aldeias de Cunhas, Paradela e Várzea, aquele, o da “vila” com pastagens distribuídas por duas áreas, bem distantes, em redor, respectivamente, dos *poulos* da Chã da Cabeça, da Cova e de Felgueira Ruiva e Chã da Matança, enquanto este, o de Cunhas, Paradela e Várzea, com uma única, mas extensa área de pasto centrada no *poulo* de Seida.

pastoreava, sempre, a altitudes superiores aos 1000 metros¹¹¹² e descrevia percursos distintos conforme a aldeia de que emanava.

Os bovinos da “vila” privilegiavam, nos primeiros meses, sensivelmente de Abril/Maio a 10 de Julho¹¹¹³, duas chãs, os *poulos* da Chã da Cova e da Chã da Cabeça, enquanto os bovinos de Vilarinho das Quartas eram os vizinhos da *poulo* da Urzeira, os bovinos das aldeias de Cunhas, Paradela e Várzea se reuniam em Seida e os de Adrão, por princípio, até 10 de Julho¹¹¹⁴, dirigiam-se para o Curral do Pai, Corga da Baja, Moranho e Naia (Fig. 120, p. 543).

Deste modo, nas aldeias do Soajo¹¹¹⁵, logo que o tempo o permitia, por princípio, já, no mês de Abril, as vacas “singelas”, isto é, as que não estavam para ser mães, ou, que não se encontravam a amamentar, constituíam a manada que iniciava a “temporada” das “pastagens em altitude”, onde, entregues a si mesmas, esperavam pelas futuras mães, que chegavam mais tarde, em data próxima do S. João, já, acompanhadas pelas *crias*, de muita tenra idade, a exigir uma assistência cuidada e a justificar a presença imprescindível do pastor.

A presença do pastor tornou-se, desde sempre, necessária e por períodos prolongados¹¹¹⁶, quando as jovens *crias* eram encaminhadas para os altos cimos que, embora acompanhadas da mãe, exigiam, de um modo contínuo e sistemático, “cuidados especiais”, até se tornarem jovens vitelos *ensinados a sobreviverem na serra*.

Os pastores, por sinal, quase sempre, os donos dos animais¹¹¹⁷, uma vez *no poulo*

¹¹¹¹ - Aldeia em que o gado pastava todo o anos nos *montes* envolventes, vindo sempre pernoitar à corte, na aldeia.

¹¹¹² - Relembrámos que, se genericamente, os *poulos* da margem direita do Lima correspondem a chãs, com altitudes a ultrapassar os 1000 metros, revestidas, por um tapete, ou, manchas de gramíneas, sempre abrigadas dos ventos, destinavam-se aos locais de reunião do *gado* que, após a noite passada e ao raiar da aurora, abalava em busca do pasto, que se estendia pelas elevações circundantes e a perder de vista. Eram nestas pastagens, que se juntavam os gados de várias aldeias, mesmo de outras freguesias, mas, quando a tarde caía, cada manada enveredava pelas sendas, que a conduzia ao “seu” *poulo*.

Ainda recordámos que os *poulos* da margem direita do Lima, distinguem-se, além dos *cortelhos*, pelas *bezerreiras* com *funções* de abrigo para os vitelos, enfermaria para os animais doentes, local de mungir as vacas, que se encontravam a alimentar os bezerros Capítulo 2, Povoamento.

¹¹¹³ - De 1 de Agosto a 8 de Setembro pastavam nas *chãs* da Peneda, primeiro na Felgueira Ruiva e, posteriormente, na Chã da Matança.

Muito provavelmente, nos *tempos antigos*, não teria sido este o período de “reserva” das pastagens da Peneda ao pastoreio dos *gados* do Soajo. Sendo, assim, em 25 de Março de cada ano, iam os *antigos* colocar um ramo verde sobre um penedo, no Coto da Veiga Longa, como sinal de vedação das respectivas pastagens, delineando a “fronteira” com as áreas de pasto dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, apesar de, apenas, levarem o *gado* no dia de S. Bento, que permanecia até ao dia 5 de Setembro, o dia da Senhora das Neves. Nesse dia, retiravam ficando, de novo, *para os do Ribeiro, a pastagem franca até 25 de Março do ano seguinte*.

Pintor, Pe. Manuel A. Bernardo, 1955, “Soajo e as Pastagens de Felgueira Ruiva” in *Notícias dos Arcos*, nºs 824, 825, 29 de Maio de 1955 e 12 de Junho de 1955, Arcos de Valdevez.

¹¹¹⁴ - A exemplo do *gado* da “vila”, de finias de Julho a 8 de Setembro, pastava na chãs da Peneda e pernoitava no *poulo* de Curro da Velha.

¹¹¹⁵ - Salientamos que Vilar de Suento *não tem poulo*, o que significa, que, na época estival o gado pastava, livremente, no *monte* envolvente à aldeia, passando, com *a chegada da floresta a andar sempre vigiado* e a pernoitar na corte do lugar, enquanto no Inverno, de manhã, pastava no *monte* próximo e, à tarde, *no campo*.

Vilar de Suento seria a única aldeia do Soajo, em que se cortou erva que, depois era transportada em molhos e às costas, a fim de constituir repasto para gado, na corte.

¹¹¹⁶ - O pastor ia dormir, pelo menos, no *poulo* e regressava à aldeia na manhã seguinte, ou então, passava um dia e duas noites. Tudo dependia do desenvolvimento dos vitelos e do lobo *andar ou não nas proximidades*.

Quando os vitelos ficavam “sozinhos” o pastor sabia que *estavam lá outros vizinhos*, que davam notícias, caso surgisse qualquer problema.

¹¹¹⁷ - Como cada pastor, ou seja, cada dono preocupava-se com os seus jovens animais, significa que a população nos *sítios* com altitudes a ultrapassar os 1000 metros, tinha um aumento substantivo nos meses de Junho/Julho, o que justifica, segundo a opinião dos residentes, que nós, também, corroboramos, os inúmeros *cortelhos* e *bezerreiras*, que tipificam os *poulos* do Soajo.

preocupavam-se não só em proteger as *crias* de tenra idade, mas, principalmente, em dar uma particular atenção, pela importância que lhe era atribuída, à aprendizagem dos jovens vitelos, como, por exemplo, na orientação na *serra*, na procura das áreas com os melhores pastos, na busca das fontes, bem dispersas, que brotam água límpida e cristalina, elemento imprescindível nos dias bem quentes de Verão, além de os habituar a não se afastarem da manada e a regressar ao *poulo*, para a passagem, em grupo, da próxima noite, após um dia de pasto na melhor lande, que conseguissem encontrar.

Ora, se no *poulo* de Seida, bem distante das áreas florestais, prevaleceu, mesmo a partir da década de quarenta, os *usos e costumes* tradicionais, nos *poulos* da Chã da Cova e da Chã da Cabeça, pela proximidade das "novas plantações"¹¹¹⁸, os pastores confrontaram-se com a necessidade, a partir de essa década, de uma vigilância permanente dos *gados*, pois as multas eram “pesadas”¹¹¹⁹. Imbuídos numa cultura multissecular de entreaajuda, não lhes foi difícil enveredar pelo sistema da *vezeira*¹¹²⁰, permanecendo no *poulo*, sempre, dois a três pastores, cedidos *à vez* pelos respectivos agregados familiares¹¹²¹, que se mantinham por um período, normalmente, de três dias, podendo atingir os seis¹¹²².

Nos *poulos* da freguesia do Soajo, até à feira do Cando, dia 10 de Julho, cada pastor *apartava*¹¹²³ as *crias* e preocupava-se na *engorda dos vitelos*, pois a feira anual em S. Bento do Cando aproximava-se a ritmo veloz¹¹²⁴.

Esta feira não tinha, apenas, impacte na economia das populações, mas, correspondia a um dos marcos nos *usos* de este regime pastoril.

Em Seida, a venda de todas as *crias*, além de ser um sinal de bons negócios, significava, que o pastor podia regressar à aldeia e deixar no pasto os seus bovinos, todos bem habituados a estas paisagens, limitando-se *a subir*, de quando em vez, para verificar o respectivo estado físico. Caso lhe restassem vitelos, recentemente nascidos, permanecia mais

¹¹¹⁸ - Há que não esquecer o caminho utilizado pelo *gado*, quando se dirigia para os *poulos* da Chã da Cabeça e da Cova, ser “enquadrado” pelas plantações dos Serviços Florestais.

¹¹¹⁹ - Este problema também foi sentido pelos residentes de Vilarinho das Quartas, em relação ao *poulo* da Urzeira e pelos habitantes de Adrão, com os *poulos* da Naia, Curral do Pai, Moranho e Corga da Baja, resolvendo com a “implementação” da *vezeira*.

¹¹²⁰ - Na primeira década do séc. XXI, o soajeiro, quando se refere à *guarda do gado*, utiliza, com maior frequência, a expressão *vigia* em detrimento de *vezeira*, embora esta expressão seja, por vezes, utilizada.

¹¹²¹ - As famílias com uma cabeça de gado entravam, alternadamente, na *roda*, enquanto as detentoras de um número superior, participavam, sempre, com os mesmos *dias*, independentemente, do efectivo que detivessem.

Era frequente os pastores da “vila” serem homens pagos pelo *cabeceira*, que lhe cabia, naqueles dias, entrar na roda.

A “vila” do Soajo foi a única aldeia lusa, objecto do nosso trabalho, em que encontramos “pastores/contratados”, contrariamente, ao que conseguimos verificar, quer nas outras aldeias da Peneda, quer nas da serra Amarela, onde os pastores correspondiam, por princípio, aos donos dos animais.

¹¹²² - Ficámos convencidos, que para os criadores da “vila” o número de pastores, que se reuniam na *vezeira*, não obedecia a normas muito rígidas, pelo que em dadas alturas, o número poderia ser mais elevado, pois *gostavam da serra e faziam-no por gosto*, a explicação, que nos foi dada por um residente em Março de 2003, ou então, um jornaleiro “mudava” de patrão e, portanto, acumulava *dias*.

¹¹²³ - Designação popular do desmame, isto é, a cria, gradualmente, deixa o leite materno, à medida que aprende os primeiros sabores do pasto, de início, finas e tenras gramíneas, para, depois, se familiarizar com todo o tipo de espécies vegetais enquanto aprende a orientar-se e a sobreviver na *serra*.

¹¹²⁴ - Esta feira anual de gado, a 10 de Julho, insere-se nas festas de S. Bento do Cando, que se realizam a 10 e 11 de Julho.

umas semanas na *serra*, sensivelmente, as que separam o S. João das festas da Peneda¹¹²⁵, tempo suficiente para ensinar bem os jovens animais a conduzirem-se pelas deslumbrantes paisagens, pois, caso o não fizesse, era obrigado, no ano seguinte, a *subir* um a dois meses mais cedo, a fim de proceder à aprendizagem voluntariamente adiada dos animais que, entretanto, o tinham acompanhado na *descida* ao lugar.

Se em Seida e a partir das festas no Cando, a presença do pastor rareava, existia, sempre, alguém junto das seus animais, nomeadamente, as pessoas *mais antigas*, que voluntariamente davam uma *olhadela* pelas *cabeças* dos vizinhos, que, embora, não fossem sua *pertença*, eram capazes de tão bem identificar. Além disso, aquele que, esporadicamente, *subia* para confirmar os seus exemplares, fosse da Várzea, Paradela ou Cunhas, espontaneamente trazia informações ao vizinho sobre o estado da manada¹¹²⁶.

Contrariamente, depois da feira do Cando, isto é, a partir de 10 de Julho, as Chãs da Cabeça e da Cova, assim como a da Urzeira, despovoavam-se, pois o gado, apenas, o adulto e bem habituado à *serra*¹¹²⁷, deslocava-se para outras pastagens, bem mais longínquas¹¹²⁸, que ficam nas chãs da Peneda¹¹²⁹, contíguas, ou, mesmo nos *montes* das aldeias dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, os *poulos* de Felgueira Ruiva e o da Chã da Matança, em que as *lapas*, sob as quais pernoitavam os pastores, eram uma tónica importante¹¹³⁰ (Fig. 121; Fig. 120, p. 543).

O *poulo* “mais idoso”, ou melhor, aquele que teria sido mais frequentado, em *tempos antigos*, logo, *imemorais*, seria o de Felgueira Ruiva, em que, além dos *cortelhos*, haveria muitas *lapas* aproveitadas, como abrigo pelos pastores. Contudo, nos inícios dos anos sessenta do século XX, os residentes da “vila” incidiram a sua atenção na Chã da Matança ao

¹¹²⁵ - As crias, por princípio, estavam *apartadas* até finais de Agosto, quando muito, na primeira semana de Setembro, a semana das festas da Senhora das Neves, que se iniciam a 31 de Agosto e terminam a 8 de Setembro.

¹¹²⁶ - O *poulo* de Seida era, também, “disputado” pela população de Rouças, quando, em Abril de 2004, nos afirmaram que a *cabana do povo*, como o próprio nome o indica é de todos e não da exclusividade, dos habitantes do Soajo e, também, tinham lá *cortelhos*. Além disso, segundo os nossos interlocutores de Rouças, *os do Soajo*, apenas, tinham direito a *estar, até Agosto, depois iam-se embora*.

Em contrapartida, o residente do Soajo, isto é, da Várzea, quando nos levou a Seida, foi peremptório, ao afirmar, que o *gado* de Rouças, *sempre invadiu todas as pastagens*, porque *foi, sempre, muito* e deambulou livremente por *todos os montes envolventes a Seida*, que são vastos e com extensas chãs com espessas coberturas de gramíneas e urzes, como tivemos oportunidade de constatar.

Estes exemplos, apenas, pretendem demonstrar as dificuldades de sobrevivência em áreas, cuja adversidade das condições naturais, explica, em nossa opinião, a complexidade de estruturas silvo-pastoris enraizadas ao longo de séculos.

¹¹²⁷ - A partir dos inícios dos anos sessenta, também as jovens *crias* acompanhavam o gado adulto, o preparado para a *serra*.

¹¹²⁸ - A trajectória de estas deslocações não era, assim, de forma tão linear, pois, muitas das vezes, o *gado* antes de ir para os *montes* da Peneda, descia para *aproveitar* pasto, que despontava, ora, na beira dos caminhos, ora, nas *bouças* povoadas de carvalhos.

¹¹²⁹ - Ao *gado* do Soajo *juntava-se* o de Vilarinho das Quartas, a pastorear no *poulo* da Urzeira, que, mesmo antes de chegar o 11 de Julho, “tomava a iniciativa” de, por si e na “companhia” dos animais das Chãs da Cova e da Matança, enveredar pelas sendas, que o conduziam à capela da Senhora da Paz, Adrão, Tibo, Baleiral e, finalmente, às desejadas pastagens da Peneda. Contudo, para que pudessem *usufruí-las*, os respectivos donos pagavam, pelas pastagens, uma certa quantia aos *legítimos possuidores*, ou seja, aos residentes da “vila”.

Não era apenas o residente da “vila” a ter direito às *pastagens das chãs da Peneda*, também os habitantes de Adrão, a partir da feira do Cando, encaminhavam os seus gados para o Curro da Velha, uma área de pasto bem próxima dos pastos de Ribeiro de Cima, com os populares *cortelhos* a servirem de abrigo nas noites muito frescas, apesar de se estar em pleno período estival.

¹¹³⁰ - *Se o dia 8 de Setembro era o dia do abandono e da entrega das pastagens da Peneda, pelo povo do Soajo aos povos vizinhos, os dos Ribeiros, Peneda e Baleiral*, como nos disseram anciãos de estas localidades, a entrada oficial e consumo das mesmas pastagens, apenas, se verificaria a partir de 1 de Agosto.

construírem com materiais modernos, que incluiu a telha, uma casa, *a casa do Soajo*¹¹³¹, logicamente para abrigo dos pastores, marcando assim, os *seus direitos de utilizadores de pastagens* alvo de acesas polémicas multisseculares, nomeadamente, com os habitantes dos Ribeiros¹¹³².

Deslocação sazonal, que à margem de todas as polémicas, imprimiria um certo impacto, pela importância do movimento, em Tibo e no Baleiral, aldeias da Gavireira *atravessadas pelo gado*¹¹³³, além dos pastores e das mulheres carregadas com os açafates dos alimentos e utensílios de cozinha, a avaliar pelas descrições, que, espontaneamente, as populações nos fizeram nos Verões de 2002 e 2003.

Não seriam, apenas, nestas duas aldeias a encontrarmos referências sobre a importância de estas pastagens, as da “vila” do Soajo, pois não esquecemos, que tomamos delas conhecimento, pelos residentes de Castro Laboreiro, precisamente, no Ribeiro de Baixo, com uma descrição bem pormenorizada, evidenciando *a casa nova da Chã da Matança*, construída *pelos do Soajo* nos inícios dos anos sessenta, porque os gados castrejos andavam nas pastagens contíguas e, por tal, viam diminuídas as respectivas áreas de lande.

As contendias, que envolveram soajeiros e castrejos, perdurariam ao longo dos séculos, terminando, por vezes, com cenas de “pugilato”, ou então, com a apreensão dos animais “soajeiros” nas cortes castrejas, para exigir um resgate, que sempre era feito, através do pagamento de uma pesada multa¹¹³⁴.

¹¹³¹ - A construção de esta casa causou um certo impacto, para não dizer, “respeito” e “estupefacção” nos habitantes, quer dos Ribeiros, do Baleiral, da Peneda e mesmo de Tibo, a avaliar pelo modo, como ela nos foi referenciada e descrita, no Verão de 2003, por um grande número de moradores de estas localidades.

Assim, por exemplo, residentes em Tibo referiram-se a esta construção como *uma casa nova*, que os moradores do Soajo tinham edificado para alojamento dos pastores, mas que *foi destruída, pelas gentes dos Ribeiros*.

Independentemente, de este tipo de atitudes, a exposição às condições climáticas, muito rigorosas, são mais que suficientes, para justificar a degradação em que se encontrará, qualquer tipo de construção desocupada há dezenas de anos.

¹¹³² - O *Tombo do Soajo de 1795* e na *demarcação* da freguesia, faz uma na descrição pormenorizada no sector oriental, ou seja, nos limites com Castro Laboreiro, precisamente, com os Ribeiro de Cima e Ribeiro de Baixo, incluindo, assim, as extensas pastagens “centradas” no *poulo* de Felgueira Ruiva, pormenor de descrição que contrasta com as generalidades do sector ocidental.

Assim, poder-se-á pôr a hipótese que, muito provavelmente, nos finais do séc. XVIII, o pároco já, queria *defender para o Soajo estas pastagens de Verão*, uma vez que o Tombo da freguesia de Castro Laboreiro, de 1563, menciona como limite com a freguesia do Soajo, a linha de água, que é o “rio” Peneda, afluente do rio do Laboreiro, incluindo, portanto, “metade” da actual aldeia da Peneda, como território castrejo.

Pintor, Pe. Manuel A. Bernardo, 1955, “Migalhas de História: o Soajo” in *Notícias dos Arcos*, nºs 819, 820, 6 de Março de 1955 e 20 de Março de 1955, Arcos de Valdevez.

¹¹³³ - Por curiosidade, lembramos um comentário de uma residente no Baleiral, que, em Agosto de 2003, nos confidenciava, que se apercebia da proximidade das festas de S. Bento do Cando, pela passagem de vacas, que isoladas, ou, em pequenos grupos, por iniciativa própria, tinham deixado os *poulos* da Cova e Chã da Cabeça e buscavam pastos mais férteis e contíguos aos *montes* do seu lugar.

¹¹³⁴ - Pintor, Pe. Manuel A. Bernardo, 1955, “Soajo e as Pastagens de Felgueira Ruiva” in *Notícias dos Arcos*, nºs 824, 825, 29 de Maio de 1955 e 12 de Junho de 1955, Arcos de Valdevez.

Fig. 121 – Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: “vila” e Vilarinho das Quartas)

Nestas pastagens, *as da Peneda*, sempre se praticou a *vezeira*¹¹³⁵ com o agregado familiar com mais de uma *cabeça* a participar na *roda*, dando um dia até um limite máximo de oito exemplares, que possuísse, enquanto o dono de uma única *cabeça*, fazia-o em alternância de *rodas*. O gado estava, de este modo, sempre, acompanhado por pastores¹¹³⁶, que permaneciam um período, de início, de uma a duas semanas.

Como os pastores passaram a ser “contratados”¹¹³⁷, principalmente a partir dos inícios da década de sessenta, acontecia que, nos últimos anos, permaneciam um período bem mais prolongado, ou melhor, o tempo completo, isto é de finais de Julho a 8 de Setembro¹¹³⁸.

Ora, chegado o dia oito de Setembro havia que reconduzir o *gado*, ou, de novo, para os cimos da serra do Soajo, os *poulos* da Chãs da Cova e da Cabeça, ou, para a povoação e *verandas* envolventes da aldeia¹¹³⁹, tudo dependendo das condições climáticas, do estágio de desenvolvimento das culturas e, logicamente, da qualidade dos *pastos*¹¹⁴⁰ (Fig. 121).

Estes movimentos sazonais terminaram há umas três décadas, com o abandono das pastagens, *as da Peneda*, pelos residentes da “vila” em 25 de Julho de 1973, em virtude de os dois pastores contratados para a vigilância de um efectivo reduzido a cinquenta e oito vacas, considerarem o vencimento auferido não compensar os esforços da estadia na *serra*.

Mas, sensivelmente até esta década, a de setenta, também, os bovinos da aldeia de Adrão, durante o Verão percorriam longas distâncias entre as serras do Soajo e a da Peneda (Fig. 122).

¹¹³⁵ - A *vezeira* existiria desde os séculos anteriores, por causa do lobo, mas, quando desapareceu a fera o *gado* pastoreava por si, *gozando da mais ampla soltura na serra*, e donos havia *que não se importavam dele durante todo o Verão*. Contudo, no final da I Guerra Mundial, o lobo oriundo da Europa Central e da Espanha repovoou a serra da Peneda, pelo que os donos dos animais foram obrigados, *outra vez a vigiá-los mais de perto, vigia* intensificada com a chegada dos Serviços Florestais.

Pintor, Pe. Manuel A. Bernardo, 1955, “Soajo e as Pastagens de Felgueira Ruiva” in *Notícias dos Arcos*, nºs 824, 825, 29 de Maio de 1955 e 12 de Junho de 1955, Arcos de Valdevez.

Por curiosidade, quando em Agosto de 2003, nos deslocámos ao *poulo* de Seida o nosso acompanhante, nos afirmou, *que nos tempos antigos não era preciso guardar o gado porque não havia lobo*.

¹¹³⁶ - Conforme nos informaram residentes octogenários, recordam-se, em jovens, de serem seis, os pastores, pois pastoreavam cerca de *quinhentas cabeças de gado*, reduzindo-se para quatro e, finalmente, para dois, evolução, que se processou de acordo com a variação negativa dos animais.

¹¹³⁷ - Cada pastor era pago pelos donos dos bovinos, à unidade, isto é, por cabeça de gado e por dia. Assim, quantos mais animais tivesse a seu cargo, maior seria o pecúlio angariado. Razões que justificam o facto de vários residentes na “vila” nos afirmassem que não haveria *vezeira*, porque os pastores eram sempre os mesmos. Informação que, embora, não seja verdadeira entendemos, quando, após muita persistência, nos foi explicado, que os pastores embora fossem, sempre, os mesmos, eram pagos, *à vez*, pelos diferentes patrões, de acordo com o *gado* que possuíam.

¹¹³⁸ - De facto, o *gado* da “vila” teria, apenas, *direito a usufruir as pastagens da Peneda* no período compreendido entre 1 de Agosto e 8 de Setembro. Como a distância que as separa dos *poulos* de Chã da Cova e de Chã da Cabeça é considerável, a partida coincidia com o calendário da feira do Cando, “gastando-se” a segunda quinzena do mês de Julho na deslocação entre as duas áreas de pastagem.

¹¹³⁹ - Contudo, as opiniões várias e diversificadas, que conseguimos recolher, foram unânimes, em referir, que nos finais de um período estival, apesar de todos os trajectos, que se poderiam, ainda, efectuar, na busca de outros pastos, apenas, com um pouco, para não dizer muita sorte, teriam uma certa viçosidade, pois as vertentes e chãs da *serra* estavam totalmente *comidas e rapadas* pelos largos milhares de caprinos e as centenas de bovinos, que, com o pronúncio do Inverno, desciam aos respectivos lugares, para, assim, se iniciar um outro ciclo, com muitos e longos dias passados na corte e as refeições a serem magras e esparsas, embora, existisse o *lameiro*, a palha e o feno secos.

¹¹⁴⁰ - Não resistimos a referenciar, de novo, o modo como as populações de Tibo e do Baleiral se preocuparam em nos frisar, que o *gado* do Soajo, sozinho, atravessava os respectivos lugares, a antever as datas limites do período a que tinham direito em pastar nos *montes* da Peneda.

Em Agosto de 2004, encontrávamo-nos no *poulo* da Urzeira e uma “pastora”, comentou, com uma certa perplexidade, como era possível o *gado* tomar a iniciativa para percorrer semelhantes distâncias, rumo às chãs da Peneda, embora, da Cova, que não dista mais que uns 500 metros da Urzeira, se vislumbra perfeitamente a capela da Senhora da Paz, assim como as primeiras casas da última geração, de Adrão.

Se de Abril a até 10 de Julho os bovinos deambulavam e usufruíam as pastagens do Soajo, deslocando-se até ao *poulo* do Moranho, a partir da feira do Cando rumavam à serra da Peneda, onde se destacava o *poulo* do Curro da Velha, muito próximo das pastagens dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, além do *poulo* de Felgueira Ruiva.

Pastoreio que, também, exigia uma vigilância permanente, efectuada pela presença de dois pastores, que *à vez*, sem se ter em atenção as *cabeças de gado*, de que eram proprietários, permaneciam na *serra*.

Sensivelmente até meados do século XX, qualquer que fosse o espaço de tempo, que o pastor do Soajo permanecesse nos *timos das serras*, a do Soajo e a da Peneda, estas estavam, neste período do ano, o estival, constantemente, a ser calcorreadas e conectadas entre os diferentes *sítios* e aldeias, contribuindo na intensificação dos fluxos as mulheres, que transportavam produtos frescos para o pastor cozinhar, com uma periodicidade, por princípio, em dias alternados, para a Cova e a Urzeira, de três em três dias para Seida e, com um limite mínimo de uma semana, para Felgueira Ruiva e Chã da Matança, ou, para o Curro da Velha, intervalo de tempo que dependia da distância a que se encontrava o pastor e do tempo de permanência (Figs. 120 e 121, pp. 543 e 553).

Se nas últimas décadas da *vezeira* a dieta alimentar do pastor do Soajo, a exemplo de outras comunidades, melhorou com a introdução de alimentos frescos, até finais da década de cinquenta, sobrevivia¹¹⁴¹, durante uma semana, com *uma saca* de farinha de milho, *algumas* batatas, *um pouco* de toucinho, ou de bacalhau (com muita sorte), além, claro está, do leite, que todas as manhãs era mungido às vacas, que se encontravam a amamentar as *crias*¹¹⁴², para confeccionarem os populares *caldo de leite*¹¹⁴³ e *sopa de leite*¹¹⁴⁴.

Não nos esquecemos, contudo, que na serra da Peneda em estudo, pastoreiam outras manadas, cujos donos se distribuem pelas cinco aldeias da Gavieira e cujo modo de vida assentava, até meados do século XX, indubitavelmente, na pastorícia em montes comuns.

Ao pretendermos estabelecer um possível paralelismo entre os esquemas de pastoreio adoptados pelas comunidades, quer de esta freguesia, quer da do Soajo, constatamos, que as diferenças são significativas e bem evidentes, que se entenderão, pensamos nós, em função dos processos de povoamento incrementados.

¹¹⁴¹ - Por curiosidade, o pastor da *rês* não tinha uma melhor sorte, pois, até finais da década de quarenta, faziam-se acompanhar, ao longo do dia, por batatas cozidas e pão, depois de “bebida” uma sopa de água de unto.

¹¹⁴² - Era uma prática usual, em toda a margem direita do rio Lima em estudo, mungir as vacas, que se encontravam a amamentar, havendo até a expressão *duas tetas para Deus, duas tetas para a cria*.

¹¹⁴³ - Num pote, ou, panela ferviam água, leite e farinha, para obter o conhecido caldo de leite.

¹¹⁴⁴ - Num pote, ou, panela ferviam leite e água, a que se adicionava boroa.

Fig. 122 – . Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: Adrão)

Na Gavieira, as *verandas*, a altitudes cerca dos 1000 metros e com a função habitacional, embora de cariz sazonal, justificam, quando dos alvares do bom tempo, sensivelmente, Março/Abril e, mesmo, Fevereiro, caso as condições meteorológicas o justificassem, a *subida* dos animais, gado miúdo e graúdo, e todo o esquema de pastoreio de Verão, que se processava a partir de estes núcleos secundários (Fig. 21, p. 213).

O gado adulto dirigia-se para os *cimos* e, por lá deambulava, em busca das melhores manchas de lande, até às primeiras chuvas e rigores outonais, à excepção das vacas, que amamentavam, ou, estavam à espera do seu rebento, que pastavam nos campos de feno da *veranda* e *prados* em redor, pernoitando, sempre, na corte da *veranda*. Uma vez a *cria* independente, a mãe iniciava a abalada, rumo a *sítios* mais *arejados* e, por ventura, com *pastos* mais suculentos.

Rouças conhecida como a aldeia da Gavieira que, sempre, teve *muito* gado, este, uma vez na Junqueira e nas Gorbelas, distribuía-se e deambulava, livremente, pelos altos cimos, bem afastados dos povoamentos florestais, pastoreando em conjunto, muitas vezes, por exemplo, com os animais das freguesias limítrofes de Cabreiro, Carracolva e Soajo (Fig. 21, p. 213).

Não era, apenas, no Verão que se podiam encontrar os bovinos de Rouças muito afastados das respectivas *verandas*, Junqueira e Gorbelas. Em virtude de uma *instituição costumeira* podia fruir, na época invernal, sensivelmente, entre Setembro/Outubro a Abril/Maio, das pastagens desenvolvidas na secção montante do vale do Ramiscal, no fundo do vale, ou melhor, desde as cotas mais baixas até à altitude limiar do aparecimento do manto de neve¹¹⁴⁵ numa *veranda pertencente aos moradores* da freguesia de Cabreiro (Fig. 120, p. 543).

Em Porto Cavado o *gado* permanecia durante um mês, *do S. Miguel ao Santos*, enquanto no Lapigo do Tojal, mais a montante, pastoreava desde finais de Setembro a princípios de Maio¹¹⁴⁶.

Apesar de ser Inverno o homem de Rouças sentia a necessidade de, quando em vez, *ir ver o seu gado*, pois os perigos eram muitos, como a permanente ameaça da fera, o lobo, pelo que, em virtude da distância e de uma vigilância mais cuidada, ter de pernoitar nesses *sítios*, numa *cabana*, em Porto Cavado e numa *lapa grande*, um *lapigo*¹¹⁴⁷, por se tratar de um

¹¹⁴⁵ - Dizia-nos um habitante de Rouças no Verão de 2003, para nos explicar até que altitude se desenvolvia o pasto: *a neve é que tirava o ponto*.

¹¹⁴⁶ - *Sítios* que não se enquadram na área por nós estudada, em virtude de se implementarem na bacia do rio Vez.

¹¹⁴⁷ - Como o direito do *usufruto* de esta pastagem incidia em pleno Inverno, as noites tornavam-se “mais suaves”, quando a *cabana* era escavada no subsolo.

abrigo escavado no subsolo, o Lapigo do Tojal¹¹⁴⁸, além de poder *usufruir* de vários *cortelhos* disseminados pelas áreas de pastagem¹¹⁴⁹. O acesso ao Lapigo do Tojal era feito por um caminho, que era fechado, após a *descida do gado*, para ser franqueado, quando o período do direito de pastagem terminasse, em princípios de Maio.

Já o gado da aldeia vizinha e sede da freguesia, a Igreja se, também, em Abril/Maio sobe às *verandas*, mas de S.Bento do Cando e das Busgalinhas, exige outros cuidados aos respectivos criadores (Fig. 21, p. 213).

Assim, quando busca os melhores *lameiros* para norte/nordeste¹¹⁵⁰, corre o “risco” de através das *chãs mistas*¹¹⁵¹ entrar nos campos da *veranda* da Aveleira, freguesia de Gave e, como represália, ser encurralado, exigindo-se aos proprietários pela “libertação” o pagamento de uma multa, por sinal, pesada.

Para evitar estes problemas, sempre se praticou a *vezeira*, que até há uns vinte anos, era constituída, diariamente, em cada *veranda*, por dois pastores¹¹⁵², actualmente, reduzido a um¹¹⁵³, que entra *na vez*, sem olhar ao número de efectivos, que cada *cabeceiro* possui¹¹⁵⁴.

Em contrapartida, quando o *gado* se dirige para norte/noroeste, em direcção às pastagens de Seida, não surgem os problemas dos danos em terrenos cultivados e, portanto, sempre pastou *por si* e livremente.

Mudanças significativas no “comportamento” do *gado* das aldeias da Peneda e do Baleiral, verificaram-se, também, nos meados do século XX.

Por princípio em Abril, o gado adulto, antes de subir à “sua” *veranda*, a da Bouça dos Homens, tomava a “iniciativa” de madrugada, bem cedo, subir a vertente, a margem esquerda do “rio” Peneda, pastar¹¹⁵⁵ livremente e na *hora da mosca*, isto é, cerca do meio dia, descer, para, ao fim da tarde, voltar a *subir e pernoitar na serra* (Fig. 21, p. 213).

Também acontecia, por exemplo, o *gado da Peneda* pernoitar muito próximo da Chã

¹¹⁴⁸ - Não conseguimos “visitar” estes *sítios*, em virtude das más condições dos acessos motivadas pela exuberância da vegetação espontânea que, actualmente não é consumida pelo *gado*, mas, quando nos encontrávamos em Seida, depois de atravessarmos as poldras da *corga* das Forçadas, em Porto Besicande, a caminho da Pedrada, isto é, na área divisória das bacias do Peneda e do Vez, deparou-se-nos a bacia de recepção do Vez, tendo o nosso acompanhante indicado a direcção destes *sítios*, assim como, por exemplo, a mata protegida do Ramiscal.

¹¹⁴⁹ - O acesso ao Lapigo do Tojal era feito por um caminho, que era fechado, após a *descida* do gado, para ser franqueado, quando o período do direito de pastagem terminasse, isto é, em Abril, a fim dos moradores de Cabreiro procederem à sementeira do milho.

¹¹⁵⁰ - As pastagens situam-se, para o *gado* das Busgalinhas, na Chã do Fento, para o *gado* de S. Bento, nas *chãs mistas*, pastagens usufruídas pelos gados da Aveleira e da Igreja, ambas muito próximas dos *campos da veranda* da Aveleira.

¹¹⁵¹ -Espaços que não se enquadram na área por nós estudada.

¹¹⁵² - A aldeia da Igreja tinha, então, duas *vezeiras*, a das Busgalinhas e a do Cando, participando, por dia, quatro pastores, isto é, dois das Busgalinhas e dois do Cando.

¹¹⁵³ - Em Julho de 2003 no Cando existiam seis famílias, que participavam na *vezeira*.

¹¹⁵⁴ - A população da Igreja não tem na *serra* nem *cortelhos* nem *bezerreiras*, por que possuem as *verandas*, vindo, sempre, o pastor pernoitar na “sua” *veranda*, assim como vinha, até há uns quarenta anos, parte da manada, isto é, aquela, que facilmente poderia entrar nos “pastos proibidos”. Com a chegada dos Serviços Florestais, tornou-se prática usual o gado vir pernoitar à *veranda*.

¹¹⁵⁵ - Nestas “incurções”, os animais aproximavam-se, muito, dos *poulos* do Soajo, chegando, muitas vezes por atingi-los e pastarem a par.

da Matança¹¹⁵⁶, apenas, durante umas semanas¹¹⁵⁷, onde existiriam os *cortelinhos* e os *quinteiros*, também, conhecidos por *quinteirinhos*, aqueles, os *cortelinhos*, para resguardar do frio nocturno os pastores, que à vez e em grupos de dois, ou, quatro, *ensinavam* as *crias* durante o dia e as protegiam na noite, enquanto dormiam nos *quinteirinhos*.

Em relação às *vacas paridas*, quando não estavam presentes os pastores, subia-se todos os dias para mungi-las, pois, caso contrário, era uma das tarefas que cabiam aos guardadores.

Usos que no séc. XXI, apenas, são recordados pelos residentes mais idosos, pois a geração dos cinquenta anos, detém imagens muito esvaídas dos tempos de criança, como, por exemplo, a do pai ir dormir à *serra*, a coberto das *lapas*, com uma simples *manta*, ou, *casaco puído* a resguardá-lo das “baixas” temperaturas nocturnas¹¹⁵⁸.

Quando os *pastos se encontravam gastos*, lá para fins de Junho¹¹⁵⁹, a manada tomava a iniciativa de se deslocar para as pastagens envolventes da Bouça dos Homens, sem antes deambularem pelas *pastagens do pântano* (reservatório de água sobranceiro ao Santuário da Peneda, construído nos inícios do séc. XX, a fim de se produzir energia eléctrica para o Santuário), as da Chã do Monte¹¹⁶⁰.

Foi um *uso e costume*, que perdurou até aos inícios dos anos quarenta¹¹⁶¹, pois, em meados de esta década, o *gado* passou a dirigir-se, sensivelmente em Maio, para a *veranda*, a Bouça dos Homens, e a deambular pelas pastagens envolventes, onde passava a noite.

Alterações significativas e profundas verificaram-se com o povoamento florestal que, além da redução drástica das áreas de pasto, nomeadamente, nos *montes* na margem esquerda do rio Peneda, obrigou a uma vigilância muito intensa, que incluiu, por exemplo, o *gado*¹¹⁶² passar a pernoitar na *veranda*, a Bouça dos Homens, com excepção daquele que continuava a dirigir-se para as áreas mais distanciadas das novas plantações, como eram, por exemplo, as da Chã do Monte¹¹⁶³.

¹¹⁵⁶ - *Poulo* próximo de outros, como o da Chã da Matança, os das *verandas* dos Ribeiros ou o de Felgueira Ruiva, que a exemplo destes, foi-nos impossível fazer uma “visita”, em virtude do estado de degradação, em que se encontram os caminhos, além da vegetação, que obstruiu, por completo, os acessos.

¹¹⁵⁷ - Este *uso e costume* perduraria até à década de quarenta do séc. XX.

¹¹⁵⁸ - Esta imagem de o pai pernoitar, em noites de Verão, esporadicamente, nos cimos da serra, a coberto de uma *lapa*, encontrámo-la, também, em residentes, na casa dos cinquenta anos, em outras aldeias, como Rouças e Baleiral.

Não podemos descorar a densidade de *lapas* que povoam a Peneda, a necessidade das populações protegerem os seus animais e da vulgaridade com que eram utilizadas, por constituírem bons abrigos, nomeadamente, quando o calor *apertava* e se tornava muito cansativo descer, ao fim da tarde, ao lugar, para logo, de manhã, sem que o dia tivesse despontado, voltar a subir as vertentes íngremes e fastidiosas.

¹¹⁵⁹ - Não nos podemos esquecer que, em meados/finais de Julho, chegava o *gado do Soajo* e tornava-se imperioso *libertar as pastagens*.

¹¹⁶⁰ - Na Chã do Monte, acontecia, pastorearem em conjunto e em plena liberdade, gados de Rouças, Baleiral, Igreja e Peneda.

¹¹⁶¹ - A “suspensão” de este *uso* ter-se-á relacionado com a implementação dos Serviços Florestais.

¹¹⁶² - A partir dos anos cinquenta, o gado, na Bouça dos Homens, de manhã *ia para o campo de feno*, com o calor do meio dia tomava a iniciativa de regressar à corte para, cerca das dezasseis horas, ser encaminhado para o monte envolvente, regressando à noitinha.

¹¹⁶³ - Recordamos, que no levantamento efectuado pelos Serviços Florestais, a Gaveira correspondeu à freguesia do Núcleo do Soajo, que, em proporção, maior área teve que ceder, na década de quarenta, para as manchas de resinosas.

A exemplo das outras quatro aldeias da Gavieira, Tibo *possuía* várias áreas de pastagens no período estival¹¹⁶⁴. Contudo, qualquer residente na casa das sete décadas de idade, salta-lhe, de imediato, à memória, aquelas que maior significado teriam na economia familiar.

Era a Rufe que os residentes de Tibo, nos finais das sementeiras na aldeia, em Abril/Maio *faziam subir* os seus animais, enquanto olhavam pelos seus *labores* de centeio e batata. As *crias* e mães dormiam na *veranda*, enquanto o gado restante ascendia às chãs mais altas, por onde deambulava.

Como o rendimento era muito baixo e a subida era muito penosa, há umas boas seis décadas optaram pelo abandono das parcelas de cultivo e pela deslocação, de imediato, dos *gados* para outras pastagens, bem longínquas, precisamente, em Tieiras, sensivelmente, na cabeceira do rio Peneda (Fig. 123).

Em Tieiras, aproveitaram as *lapas* e levantaram os *cortelhos* e as *bezerreiras*, também, chamados *quinteirinhos*, para resguardo das *crias*, enquanto o gado pastava nas áreas envolventes, sempre, protegido por dois e quatro pastores, respectivamente, durante o dia e a noite, que se *revezavam*, diariamente. Assim, ao fim de cada tarde, chegavam os dois pastores, cedidos *à vez* pelas famílias detentoras de cabeças de gado, que se juntavam aos que, já, lá se encontravam, fazendo, a *verificação do gado* e a ceia com os alimentos, normalmente, batatas acabadas de chegar. De manhãzinha, bem cedo, regressavam à aldeia, aqueles que tinham permanecido no dia anterior, deixando a tarefa para os recém-chegados na véspera. A *vezeira* terminava nos finais do Verão, quando o mau tempo ameaçava e obrigava os animais a regressar ao lugar.

Com os povoamentos florestais e a inevitável redução das áreas de pastagem verificou-se uma diminuição drástica do efectivo pecuário, pelo que já não se justificava a deslocação para pastagens tão longínquas e a exigir uma *vigia* tão “apertada”, elegendo, assim, outras, bem mais próximas, as do Canto do Corno, onde os pastores dormiam sob uma *lapinha*, junto a *cortelhos*, que, ainda, hoje, persistem. Quando uma *cria* nascia no *poulo*

¹¹⁶⁴ - Nos *tempos antigos*, conforme nos dizia um octogenário, no período estival, ou melhor, de Abril/Maio a Setembro/Outubro, os moradores de Tibo, conduziam o *gado* por um conjunto de pastagens, bem distantes, entre si. Assim, em Abril/Maio *levavam-no* para Rufe, onde cultivavam. No S. João, ou seja, nos meados de Junho o *gado* deslocava-se para Pedra Furada, junto ao *fojo* de Seida, para, logo de seguida, ser encaminhado para o monte da Peneda, isto é, a margem esquerda do “rio” Peneda, onde permanecia de Julho a Setembro. Neste período, *passava*, ainda em Julho, pelas pastagens da Pedra Alta, enquanto no mês de Agosto pastoreava no Canto do Corno e, em Setembro, em Tieiras, para nos finais desse mesmo mês, *vir para a porta*.

Fig. 123 – Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio nas serras do Soajo e da Peneda, meados do séc. XX (uma amostra: Tibo)

traziam o par, mãe e vitelo, para a aldeia, pastoreando, apenas, as vacas adultas e independentes, ou seja, as *sirilheiras*¹¹⁶⁵.

Se os animais voltavam a Tibo, terminado o mês de Setembro, em pleno Inverno, nos meses de Dezembro/Janeiro, *usufruíam* outras pastagens, juntamente com a *rês* e os ovinos, agora na secção terminal do “rio” da Peneda, na margem esquerda, vertente soalheira, por estar bem exposta a sul¹¹⁶⁶, precisamente na Saramagueira. Nas pastagens da Saramagueira¹¹⁶⁷, ainda permanecem os *cortelhos* e *lapas*, onde pernoitavam os animais, gráudo e miúdo, nomeadamente, uma *lapa grande* para abrigo nocturno das cabras, daí se designar a *lapa das Cabras*. Há a evidenciar que, além da *rês* e das *sirilheiras*, também as vacas, com as respectivas *crias*, *usufruíam* as condições locais e excepcionais de clima e, claro está, de *pasto* (Fig. 123).

Independentemente das “pastagens de Inverno”, as afastadas do lugar, que os animais de Rouças e de Tibo *usufruíam*, em Outubro, ou melhor, quando os dias chuvosos surgissem, *gado* e *reses*, de todas as aldeias da Gavieira regressavam à povoação e pastoreavam no *lameiro*, na orla dos caminhos e *monte* envolvente, mas, caso a neve e o mau tempo *fustigassem*, permaneciam na corte com a palha e o feno secos a constituírem a refeição.

À excepção de Tibo¹¹⁶⁸, antes da chegada do novo período estival¹¹⁶⁹, o gado da Gavieira fazia duas incursões às respectivas *verandas*, precisamente, nos meses de Novembro e Janeiro, para *espontar* o centeio, já, *crescidinho*, e as ervas, que se desenvolveram com as chuvas de Outono. Nos dois meses intercalares em que permanecia, diariamente, éra *deitado ao monte*, mas, recolhia, todos os fins de tarde, à corte, embora os donos descessem, para pernoitar no lugar principal.

Esquemas de pastoreio de bovinos que, apesar das diferenças, se estenderam às aldeias da serra Amarela e se mantiveram, sensivelmente, até, aos anos setenta do séc. XX. (Figs. 119 e 120, pp. 533 e 543; Fig. 124).

Em primeiro lugar, ficamos cientes que as normas que regulamentavam o funcionamento da *vezeira* na serra Amarela, que, também, funcionava, apenas, no período estival, eram implementadas, de modo imperativo, pelo *conselho de cabeceiros*, o *adjunto*, logo, com muito mais rigor e firmeza, relativamente aos exemplos da Soajo e da Gavieira.

¹¹⁶⁵ - Designação, que a população da Peneda dá às vacas sem *crias*.

¹¹⁶⁶ - A revelar as condições excepcionais de clima, em virtude do encaixe do vale e da boa exposição, a sul, da vertente esquerda, é a mancha de sobreiros, que a povoam, uma fonte importante de rendimento, devido à extracção multissecular da cortiça, por sinal de óptima qualidade.

¹¹⁶⁷ - Hoje torna-se impossível o acesso a estas pastagens, indo por Tibo, em virtude da ponte de acesso à margem esquerda do “rio” Peneda ter sido destruída pelas intempéries, de há uns anos.

¹¹⁶⁸ - Recordamos que a aldeia não tem *veranda* para cultivar centeio e batatas, a exemplo das outras quatro aldeias, *há uns bons sessenta anos*.

¹¹⁶⁹ - Excluímos Tibo nas últimas seis décadas, o período do abandono da *veranda* de Rufe.

Abordaremos, desde já, pelas singularidades que apresentam, as três aldeias vizinhas, as de Mosteirô e Paradamonte (freguesia de Britelo) e a de Cidadelhe (freguesia do Lindoso).

Enquanto as comunidades das três aldeias do Lindoso são detentoras *de muito monte*¹¹⁷⁰, as de Paradamonte e Mosteirô com áreas de pastagens reduzidas, viram-se na necessidade de implementar *cabanas* e *curros*¹¹⁷¹ na mesma chã dos *currais* e *cabanas* de Cidadelhe, nomeadamente, nas chãs do Couto e do Baraçal (Fig. 124), situação que originou, no tempo, muitas quezílias entre os órgãos autárquicos das respectivas freguesias, a de Britelo e a do Lindoso¹¹⁷².

Por curiosidade, estivemos, no Verão de 2004, nas chãs do *Couto* e do *Baraçal* onde se erguem, com igual "magnitude" os dois *currais* e respectivas *cabanas*, pertencentes, respectivamente, a Cidadelhe e a Paradamonte/Mosteirô, apenas, separadas por uma distância próxima dos quatrocentos a quinhentos metros.

Como as aldeias de Britelo têm, de facto, *muito pouco monte*, as áreas de pastagem, assim como os respectivos *currais* e *cabanas* são comuns aos bovinos de ambas as aldeias.

A exemplo de todas as aldeias da serra Amarela em estudo e em que se praticava a *vezeira*, também, no Lindoso e em Britelo, a *instituição costumeira* se iniciava em Maio e se prolongava até finais de Setembro. O *gado*, o adulto e o jovem¹¹⁷³, mas com autonomia suficiente para subsistir na *serra*, era vigiado por dois pastores, que se *revezavam*, nos alvares da manhã, após, passarem a noite na *cabana*, juntamente, com os dois chegados na véspera, ao fim da tarde¹¹⁷⁴.

As *vacas de leite*, a exemplo de todas as aldeias, também denominadas *vacas paridas*, ficavam na respectiva aldeia, sendo encaminhadas, pela manhã, para o *monte* próximo, tomando a iniciativa, ao meio da tarde, de regressarem à corte, onde o vitelo as aguardava para o merecido repasto¹¹⁷⁵.

¹¹⁷⁰ - Distinguimos a aldeia do Castelo com a maior área silvícola, a justificar o maior número de *currais*, relativamente às outras aldeias, a de Parada e a de Cidadelhe.

¹¹⁷¹ - Designação que os residentes de Paradamonte dão aos *currais*.

¹¹⁷² - Áreas de pastagens que foram objecto de fortes contendas entre as Juntas de Britelo e do Lindoso, sendo a última quezília resolvida por via judicial, nos anos cinquenta do séc. XX. Assim, em função dos *documentos antigos* apresentados pela Junta de Freguesia do Lindoso, o tribunal decidiu a favor da reivindicação de esta, isto é, o *povo de Britelo* (entenda-se Paradamonte e Mosteirô), apenas, têm direito a *usufruir* as pastagens do Couto e do Baraçal, nos meses de Julho e Agosto.

¹¹⁷³ - No Castelo do Lindoso existia um *curral*, o da Travanquinha, só para jovens animais, que se iniciavam nas sendas e trilhos *serranos*.

¹¹⁷⁴ - Apenas um simples exemplo demonstrativo dos pastores envolvidos nas *vezeiras* do Castelo, que *possuía* sete *cabanas*, o que significava, catorze pastores durante o dia e vinte e oito à noite, que *davam* um *dia* por cada duas cabeças de gado, que o *cabeceira* possuísse. Se acrescentarmos as *vigias* dos rebanhos, o das ovelhas e o das cabras, somos de opinião que a mão-de-obra envolvida só poderá ser entendida pela pressão demográfica sentida nas comunidades e o desequilíbrio com os recursos decorrentes da agro-silvo-pastorícia.

¹¹⁷⁵ - Uma das primeiras imagens, que retivemos sobre as *vacas de leite*, reporta-se a Julho de 2000, quando em plena aldeia do Castelo do Lindoso, ao meio da tarde, nos apercebemos de dois "ungidos", em tons diferentes, mas com a sequência de um diálogo estabelecido em código. Como os sons permaneceram por mais de uma meia hora, tentámos saber o que se estava a passar com os animais. Dirigimo-nos a outra "ruela" e deparámo-nos com a barrosa junto à porta da corte, que permanecia fechada, avisando, por um lado o filhote, por outro o dono da sua chegada. Aos seus "alertas", apenas, respondia o vitelo, pois o dono, ou, o vizinho estavam ausentes.

Fig. 124 – Lima raiano luso: Percursos de bovinos em pastoreio na serra Amarela, meados do séc. XX (uma amostra: Ermida, Cidadelhe e Mosteirô/Paradamonte)

Situação similar se verificava na Ermida, que a par das *vigias* dos caprinos e dos ovinos, diz preservar, na primeira década do séc. XXI, a *vezeira* dos bovinos, apesar das alterações significativas registadas nas últimas décadas (Fig. 119, p. 533).

Na Ermida existiam duas *vezeiras*, a das vacas e a dos bois, que eram castrados¹¹⁷⁶, *era gado de trabalho, dos carros*, essencialmente, destinados a *puxar* os tradicionais "carros de bois", que carreavam os produtos agrícolas "pesados" e toda a mercadoria necessária à aldeia¹¹⁷⁷, pois, até aos inícios dos anos noventa, a ligação "mais rápida" ao exterior, materializava-se num "carreiro" estreito e sinuoso, as *Cambas*, que interligava a povoação ao aglomerado mais próximo, Lourido.

Evidenciamos o facto de o *gado* da Ermida, talvez melhor, as vacas, em princípio, começavam por pernoitar nos *currais* situados a menor altitude, para, progressivamente, à medida que a calor aumentava, *ir subindo* na *serra* e utilizando, aqueles que lhe ficavam na área de pastoreio, mas, a cotas mais elevadas (Fig. 120, p. 543; Fig. 124). Contudo, caso o *tempo arrefecesse* o *gado baixava* voltando, de novo, a ocupar os recintos deixados, há, relativamente pouco tempo.

Na serra Amarela e nas aldeias em estudo não existia, nem um *timing*, nem uma sequência obrigatória na ocupação dos respectivos *currais*, uma vez que os pastos eram consumidos, apenas, por uma única manada, a da aldeia, vulgarmente designada pelo *gado do povo*, ou, a *vezeira do povo*, além de *os montes* serem *pertença* exclusiva de do respectivo lugar.

Na Ermida, a exemplo da maioria das aldeias da serra Amarela em estudo, os pastores eram dois, por *vezeira*, que, nunca, se afastavam da manada. Mas, ao fim da tarde, chegavam outros dois, que, juntamente, com os que lá se encontravam, procediam à *contagem do gado*¹¹⁷⁸, já reunido no *curral* (Fig. 124).

Junto a este, ergue-se a *cabana*, onde pernoitavam os quatro pastores, pois, a regra era, durante a noite, permanecerem o dobro dos vigilantes do período diurno, para assim, os

¹¹⁷⁶ - Enquanto a *vezeira* dos bois, por princípio, pernoitava durante todo o período estival no *curral* de Martinguim, as vacas "passavam a noite", indiferentemente em qualquer um dos quatro *currais*, que lhe eram destinados. Como iniciavam o percurso nas pastagens que se distribuíam pelas menores altitudes, pernoitavam, sucessivamente, nos *currais*, que se dispersam segundo a altitude. Contudo, se as condições meteorológicas se alterassem, havia a necessidade em baixarem, em busca de melhores condições, pelo que de um modo indiferente voltavam a "povoa" o *curral*, por ventura, já, utilizado naquela estação. Conforme nos foi informado, não existia um critério a cumprir nem uma utilização sequencial dos diferentes *currais*, que para as vacas, por princípio, eram quatro.

¹¹⁷⁷ - A Ermida teve "estrada", ou melhor uma via de terra batida, que a ligava a Lourido, nos inícios dos anos noventa do século passado.

¹¹⁷⁸ - Caso no acto da contagem e entrega do *gado* aos dois pastores recém-chegados, se verificasse o extravio de uma ou mais cabeças, os dois pastores, na manhã seguinte, chegados à aldeia, tinham de comunicar ao respectivo dono, para, em conjunto, procederem à busca do(s) animal(is).

Por curiosidade, apesar de todas as alterações registadas, nas últimas décadas, em Junho de 2001, quando fazíamos a primeira visita aos cinco *currais* da Ermida, acompanhados pelo *cabeceira*, que lhe cabia, nesse dia, *ir ver o gado*, encontrámos um ancião, que procurava a sua vaca, desaparecida há três dias. Perante este facto, fizemos "um desvio" frutífero, pois conseguimos encontrar o animal no *curral* sobranceiro à albufeira de Vilarinho, outrora pertença da famigerada aldeia de Vilarinho das Furnas.

animais serem melhor protegidos, caso surgisse perigo, como um possível ataque dos lobos¹¹⁷⁹ (Fig. 124).

A ceia, a cargo dos pastores, que estavam a terminar o dia, era confeccionada, assim como todas as refeições, numa panela de três pés, *o pote de ferro* e, quase sempre, constava de um *caldo* em que entravam as batatas, os feijões, a carne de porco (em dias de sorte) e, esporadicamente, a hortaliça, sempre acompanhado da *boroa* de milho.

De manhã, ainda o dia, praticamente, não despontava, os dois pastores, que tinham permanecido no dia anterior, regressavam à aldeia, para, na maioria das vezes, entrarem na outra *vezeira*, ou, numa das *vigias* dos pequenos ruminantes, ficando com a tarefa da guarda, os chegados na *véspera*¹¹⁸⁰.

Lembramos que, a exemplo do passado, ainda hoje, a *vezeira* dos bovinos se verifica, embora de uma forma muito mitigada¹¹⁸¹, no período de 1 de Maio¹¹⁸² a 30 de Setembro, data a partir da qual os animais, quer permaneçam na *serra*, quer *desçam ao povoado* ficam por “conta e risco” do proprietário.

Com os alvares dos dias frios e chuvosos, todos os bovinos *descem ao povoado*, para pastarem no restolho das parcelas de cultivo e áreas envolventes, permanecendo na corte, nos dias mais invernosos, sendo, então, alimentados com o feno seco arrecadado no Verão, enquanto aguardam os primeiros dias primaveris, prenunciadores das “pastagens altas” que, apesar de tudo, são mais suculentas.

Nos “velhos tempos”, no período compreendido entre 29 de Junho e princípios de Setembro¹¹⁸³, os rebanhos da Ermida, o da *rês* e o dos ovinos, para pernoitar, trocavam as cortes da aldeia pelas dos Bilhares (Fig. 120, p. 543).

Nos Bilhares, logo de manhãzinha¹¹⁸⁴, partiam em simultâneo, mas, por caminhos diferentes, em direcção à *serra*, os dois rebanhos, o das ovelhas e o das cabras, acompanhados

¹¹⁷⁹ - Quando os dois pastores falhavam à contagem do *gado* e só apareciam na manhã seguinte, sem uma justificação plausível, como doença, o dia de muita água, ou motivos semelhantes, estava sujeito a uma multa de 2\$50, que revertiam para os cofres da Junta de Freguesia.

¹¹⁸⁰ - O pastor não permanecia 24 horas na *vezeira*, mas 36 horas, pois chegava ao fim da tarde, pernoitava nas duas noites seguintes, intercaladas por um dia natural.

¹¹⁸¹ - O *gado* deambula, entregue a si mesmo, pela *serra*, limitando-se um morador, *à vez*, de acordo com o número de *cabeças*, diariamente, *subir a serra* e aperceber-se que tudo está, ou não, *a decorrer dentro da normalidade*.

¹¹⁸² - Neste dia, ou seja, no dia um de cada mês de Maio, o Presidente da Junta reúne todos os criadores, por princípio, no adro da Igreja, para fazer o levantamento dos animais, segundo os respectivos donos e, assim, determinar os *dias*, que cada família *tem que contar para a vezeira*.

Até, sensivelmente, à década de setenta seria diferente, uma vez que “competia” ao zelador reunir os *vizinhos* no largo principal da aldeia, o largo do Cruzeiro, a fim de fazer a contagem dos animais e determinar o número de dias que caberia a cada *fogo*, ou melhor, ao chefe de *fogo*, o *cabeceira* de casa.

¹¹⁸³ - Não havia dia fixo para que os ruminantes passassem a pernoitar no lugar, ou melhor, esse dia não era divulgado com antecedência, além de variar ao longo dos anos, para, de este modo, se iludir os ladrões.

¹¹⁸⁴ - Nos Bilhares, a saída das *vigias* não era “assinalada” pelo toque das cornetas, limitando-se os pastores, à hora marcada pelo sol, ou melhor, à hora em que os raios solares incidiam em dois traços gravados numa pedra de uma das paredes, dar ordem de saída aos rebanhos, depois de ter aberto todas as portas das cortes, que albergavam os ruminantes.

pelos respectivos pastores, que regressavam ao fim da tarde, tendo à sua espera os donos, que procediam à contagem dos respectivos animais, não fosse ter-se extraviado algum dos exemplares, e à recolha nas cortes. Aqui, pernoitavam, *à vez*, dois dos proprietários do gado miúdo, para evitar um provável assalto, caso estivessem entregues a si mesmos, enquanto os três pastores iam para a aldeia, ou, entravam, de imediato, numa das *vezeiras* dos bovinos.

Uma situação similar vivia-se em Queguas até à década de cinquenta. Assim, dependendo das condições meteorológicas, desde o mês de Maio/Junho a Outubro/Novembro, os caprinos e ovinos trocavam as cortes da aldeia pelas da Carballeira (Fig. 120, p. 543). Como na Ermida, os pastores pernoitavam na aldeia, ficando dois donos, por noite, a vigiar os rebanhos¹¹⁸⁵.

Na Carballeira existe uma capela, a capela da Ascensão, “nesses tempos” centro de umas festas, que se iniciavam em Maio, sempre, numa quinta-feira, com uma procissão, que trazia o andor da Padroeira para a aldeia, onde permanecia para, no S. João, dia 24 de Junho, regressar, também, em procissão, à “Sua” capela. Estas festas perduraram de acordo com a vida deste sistema agro-pastoril.

Recordamos a situação similar, verificada em Castro Laboreiro, nas aldeias dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, mas, que, apenas, envolvia os *moradores que detinham propriedades* a altitudes superiores. (Fig. 22, p. 219; Fig. 120, p. 543).

Se nas aldeias castrejas, lugares “fixos”, *verandas* e *inverneiras*, a criação do gado grosso, sempre esteve a cargo do agregado familiar¹¹⁸⁶, o gado miúdo, em que dominava a *rês*, integrava-se na *vigia*¹¹⁸⁷ do respectivo lugar, guardado pelo pastor, ou melhor, dois pastores, os *pegureiros*, que participavam na roda *à vez*, sem atender ao número de animais¹¹⁸⁸ de cada *vizinho*.

Com a mudança sazonal, os *verandejos*, adquiriam outros *vizinhos*, pelo que se tornava necessário reorganizar a *vigia*, que se processava num esquema semelhante, embora os pastores a entrar *na roda*, assim como o efectivo dos rebanhos, fossem, quase sempre, diferentes (Fig. 118, p. 531).

¹¹⁸⁵ - Em Ferreiros de Cima, até aos anos quarenta, existiu uma prática semelhante, isto é, os ovinos pernoitavam no Verão, a cotas ligeiramente superiores, em três *casetas*, enquanto na aldeia se processava a cultura do milho. Contudo não conseguimos informações suficientes, atendendo, à distância, no tempo, e à memória das pessoas, que, vagamente, diziam recordar-se.

¹¹⁸⁶ - Os bovinos, de manhã, pastoreavam no *pasto*, isto é, nos fenos próximos de casa, regressando à corte pelas onze horas, meio-dia. Deixavam-na pelo meio da tarde em direcção ao *monte*, acompanhados pelo pastor. Mas, há umas cinco décadas, quando os verões eram muito quentes, o pastor, cerca das 17, 18 horas da tarde conduzia-os aos altos cimos, em busca de melhores pastagens, onde se juntava a outros dois a três pastores, pernoitando, o grupo, debaixo de uma *lapa*, ou, simplesmente das urzeiras, para regressarem no dia seguinte, quando o calor começava a apertar e retomarem, novamente e ao fim da tarde, o rumo aos altos cimos.

¹¹⁸⁷ - Como predominavam os caprinos, relativamente, aos ovinos, na *vigia*, aqueles eram exclusivos, ou então, estes, os ovinos, matizavam-na, ligeiramente.

Os ovinos, quase sempre, pastavam em conjunto com os bovinos.

¹¹⁸⁸ - Uma família com um efectivo de cabras não superior a dez, por princípio, não as integrava na *vigia*, assim como as ovelhas, que, quase sempre, pastoreavam com a manada.

Aspectos curiosos e *sui generis* distinguíam a criação da *rês* e dos ovinos nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo. No período estival, por princípio de Junho a Setembro, *subiam* à serra da Peneda, apenas, o *gado* e os pequenos ruminantes, cujos donos *eram proprietários de terrenos destinados à cultura da batata e do centeio*, pois, só estes dispunham de espaços para a construção dos *cortelhos* e das *cabanas*¹¹⁸⁹, os abrigos da noite, respectivamente, dos pequenos animais e do proprietário (Fig. 120, p. 543).

Nos cimos da Peneda, a exemplo das aldeias, praticava-se a *vigia* com a *rês* e as ovelhas juntas, embora aquela fosse em muito maior número, guardadas pelo pastor, que se *revezava*, independentemente do número de cabeças que o *cabeceiro* possuísse¹¹⁹⁰. O pastor vinha pernoitar, sempre, à aldeia, pois na *caseta* pernoitava o dono, à vez, o “guardião” nocturno dos pequenos ruminantes¹¹⁹¹.

Um aspecto curioso, traduz-se no facto de, neste período do ano, “fragmentarem-se” os rebanhos e o *gado* das duas aldeias, uma vez que, apenas as famílias com propriedades na Peneda, tinham o direito de *apoular*, isto é, de pernoitar e de permanecer dias, ou melhor, meses, em virtude de, além da *caseta*, possuírem os *cortelhos* para, durante a noite, albergar o *gado* miúdo, enquanto os bovinos pastoreavam, livremente, pelos altos *timos da serra*.

As famílias que não tinham direito à *veranda*, por não *possuírem terrenos*, conduziam, no Verão, os animais, bovinos, caprinos e ovinos para o Monte do Quinxo, pagando um *tributo aos povos* da Illa, Bouzadrago e Pereira¹¹⁹² (Fig. 120, p. 543).

Se, actualmente, em virtude das fortes mutações, já não se verifica esta obrigação tributária, todos os dias a ponte em madeira, no Ribeiro de Baixo¹¹⁹³, que liga as duas margens do Laboreiro, é atravessada pelos animais e respectivo pastor, em busca das melhores gramíneas em solo galego.

No período estival e enquanto os bovinos pastavam livremente nos altos cimos do Quinxo e da Peneda, os pequenos ruminantes eram vigiados pelos pastores¹¹⁹⁴, que pernoitavam, sempre, no lugar, independentemente do *gado* miúdo pastorear no Quinxo, ou na Peneda.

¹¹⁸⁹ - Na *veranda* do Ribeiro de Cima erguiam-se seis *cabanas*, sinal que seis famílias possuíam *aí terrenos*, enquanto na *veranda* do Ribeiro de Baixo dez famílias eram detentoras da respectiva *cabana*, também, localmente, designada por *caseta*.

¹¹⁹⁰ - Por exemplo, no Ribeiro de Cima *subiam* três rebanhos, que totalizavam cerca de mil cabeças, oriundos dos “lugares” de Além, Rio dos Ossos e Pousios, vigiados por três pastores, que *entravam* nas *rodas* respectivas à vez, sem olhar ao efectivo de cada cabeceira.

¹¹⁹¹ - Situação similar encontrámos na Ermida e em Queguas, que neste item, oportunamente, desenvolveremos.

¹¹⁹² - O *povo* de Olelas era *um povo muito amigo* e nunca quiseram um tributo, conforme nos confidenciou um residente do Ribeiro de Cima em Maio/2003.

¹¹⁹³ - Não nos podemos esquecer da sensação, que tivemos, quando pela primeira vez, num dia dos meados de Outubro de 2000, nos dirigimos ao Ribeiro de Baixo, por sinal, um dia enevoado, frio e a ameaçar chuva, e nos deparámos, cerca das onze horas, com um pequeno rebanho de ovelhas e onze vacas que, com muita calma e paciência acompanhavam o ancião, de dorso alquebrado, apoiado na *vara*, o símbolo do caminhante na *serra*, rumo ao monte galego em busca *das chairas com bom feno*.

¹¹⁹⁴ - Entrava na *roda*, sem atender ao efectivo de cabeças, que o agregado possuía.

Mas, nesses tempos, a carência de pastos, no Verão, era, de facto, muito grande, pelo que muitas famílias dos Ribeiros, de Cima e de Baixo, emprestavam os seus bovinos aos moradores dos lugares “fixos”, nomeadamente, Portelinha, Várzea Travessa, Vila, para serem utilizados como instrumentos de trabalho, quase sempre, *lavar a terra para as batatas e carrear estrume*¹¹⁹⁵ em troca, pura e simplesmente, do alimento.

Quando o tempo frio e chuvoso se avizinhava, os animais, graúdo e miúdo, desciam da Peneda e do Quinxo, ao respectivos lugar, mantendo-se a *vigia* para o gado miúdo, mas, se *o Inverno era muito* cada família tomava a seu cargo o pastoreio e alimento dos seus pequenos animais, a exemplo do que aconteceu, desde sempre, com o gado graúdo.

As *vigias* terminaram há umas quatro décadas, com a redução drástica da *rês* e das ovelhas conseguindo estas, apesar de tudo e em pleno séc. XXI, contribuir, juntamente com a manada¹¹⁹⁶, para os coloridos, tão peculiares do *campo*, no Inverno e do *monte*, no Verão.

Hoje, o castrejo, de forma “independente”, conduz, diariamente, os seus animais, bovinos e ovinos, nos dias chuvosos e frios para o pasto, ou seja, para os seus campos de feno, outrora de centeio, próximos do lugar, quer seja o “fixo”, a *veranda*, ou, a *inverneira*, ou, então, nos dias com maior número de horas solares e com temperaturas mais amenas para o *monte*, o *planalto*, ou, simplesmente, as orlas do Quinxo e da Peneda.

Em síntese, encontrámos em aldeias, geograficamente muito distanciadas, a Ermida, Queguas e os Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, a mesma *instituição costumeira*, que exigia aos pequenos ruminantes deixarem, no período estival, a povoação, incidirem na respectivas *serras*, Amarela, Peneda e Laboreiro, em busca de melhores pastos e a pernoitarem a altitudes compreendidas, em valores médios, entre os 600 a 1000 metros.

Esta mudança nas estadias nocturnas do gado miúdo compreende-se e justifica-se por vários motivos. Por um lado, era necessário afastar nas quatro aldeias os animais das parcelas onde o milho começava a despontar e, para o qual, os rebanhos constituíam uma constante ameaça, por outro, impunha-se *encher com mato verde* as cortes, após a retirada do *estrume*, aquando das sementeiras, a do milho, em Abril/Maio, na *veranda* dos Bilhares, a do centeio em finais de Agosto/Setembro, nas *verandas* dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, e da Carballeira, e, finalmente, por que os *dias eram grandes* e davam a oportunidade para se aproveitarem outras pastagens em plena Amarela, Peneda e Laboreiro, mais viçosas, mas, também, mais longínquas.

Se, actualmente, os Bilhares e a Carballeira perderam a função de abrigo nocturno

¹¹⁹⁵ - Designação local do mato, mistura de carqueja, urzes etc., cortadas para forrar as camas dos animais.

¹¹⁹⁶ - Há a salientar, que os bovinos das explorações com um “certo cariz empresarial” se mantêm, pelo menos, na época das temperaturas altas, no *planalto* de Castro Laboreiro, onde pastoreiam, juntamente, com o gado galego.

para os pequenos ruminantes, naquela, nos Bilhares, a barrosã continua a deslocar-se, por períodos sucessivos, desde o dia do Natal a meados de Março¹¹⁹⁷, a fim de pastar nas *ervas/restolho*, que cobrem, espontaneamente as "velhas" parcelas de milho, regressando ao fim da tarde à aldeia, onde pernoita, enquanto nos Ribeiros e na Carballeira, os bovinos, durante o ano e em pastagem livre, deambulam e povoam-nos em busca do melhor pasto, ou seja, as *ervas/restolho* que, espontaneamente cobrem as numerosas parcelas, com uma certa dimensão, que, há umas seis décadas, ou, eram "searas" de centeio, ou, então parcelas de centeio e de batata.

Se muitas das cortes estão em ruínas, outras foram conservadas, para serem utilizadas, nos Bilhares, como palheiros¹¹⁹⁸, na Carballeira, como abrigos¹¹⁹⁹ dos bovinos, que "queiram" resguardar-se dos rigores do Inverno, enquanto nos Ribeiros os *cortelhos* ficaram, simplesmente abandonados à acção inexorável da meteorização.

Elementos construídos de espaços e paisagens, que, embora em declínio, são fundamentais para o entendimento de modos de vida adoptados por comunidades, que durante muito séculos, "elegeram" como actividade principal uma silvo-pastorícia, em que os caprinos e ovinos, além dos bovinos, se enquadraram em esquemas de pastoreio, cujas diferenças não teriam sido, de facto, significativas em todo o "nosso" Lima raiano.

Hoje, tudo é diferente, em virtude das grandes modificações que se verificaram nas últimas décadas em relação às *instituições costumeiras, vigia e vezeira*.

Se as *vigias*, em 2004, tinham terminado, com excepção para as aldeias da Ermida, Germil e Lourido, as comunidades portuguesas da serra Amarela dizem continuar a praticar a *vezeira* dos bovinos.

Exemplifiquemos com a Ermida, que, apesar de tudo, somos de opinião, que é a comunidade que melhor "cumprirá" o "velho" *uso e costume*.

Como o gado bovino, no período da *vezeira*¹²⁰⁰, deambula entregue a si mesmo na serra, o pastor, à *vez* e de acordo com o número de efectivos que o agregado familiar possui, logo, pela manhã, calcorreia as sendas, devidamente, sinalizadas pelas *guias* para controlar, não só os percursos efectuados pelo *gado* e a direcção que está a tomar, como para socorrer aquele, que possa estar com problemas, ou, porque o parto se aproxima, ou, porque teve um

¹¹⁹⁷ - A primeira deslocação faz-se, por um período de oito dias, a começar no dia de Natal e terminar no dia de Ano Novo. A partir de esta data, após combinação na aldeia, o gado desloca-se de 15 em 15 dias, durante um dia, para pastar na *veiga*, pernoitando, sempre, na aldeia.

¹¹⁹⁸ - Se a *veiga* não é cultivada, todos os anos o feno é cortado e, em parte, guardado nas velhas cortes, agora, "consertadas".

¹¹⁹⁹ - As portas das cortes conservadas encontram-se sempre abertas, como que à "disposição" dos bovinos que as queiram utilizar, como abrigo. Um facto, que nos ressaltou, em Fevereiro de 2003, relacionou-se com o *chão* não estar forrado com espécies arbustivas e daí resultar um cheiro muito forte e os animais, caso se queiram "deitar" o ter de o fazer sobre os excrementos secos e estremes.

¹²⁰⁰ - Há a salientar que, por princípio, as vacas no período final da gravidez, ou, a amamentar, não participam na *vezeira*, pastam junto à aldeia, enquanto o vitelo permanece na corte.

acidente, ou, porque se tresmalhou da manada e corre o risco de se perder, ou, muito simplesmente, na calada da noite, foi abatido pelo lobo.

Após ter o gado verificado e saboreado o seu *farnel*, junto à fonte de água límpida e cristalina, regressa à aldeia com a consciência de missão cumprida.

Nas aldeias do Soajo e da Gavieira o *gado* é lançado para o *monte* e pelas *altas pastagens* permanece, até ao momento que "decide" regressar ao seu povoado, quase sempre, devido ao mau tempo¹²⁰¹. Se há donos que se esforçam em os controlar periodicamente, outros limitam-se a receber as informações que o vizinho lhe traz aquando da "visita" aos seus animais.

Situação similar existe nas aldeias galegas em estudo em que, também, os bovinos, como na Fraga, Queguas, ou, Vilariño de San Xes, pastoreiam todo o ano no *monte*, no mais próximo, ou no mais afastado da respectiva aldeia, consoante a época do ano, ou seja, aproximam-se do povoado no período das chuvas e das temperaturas baixas, ou afastam-se durante o estio.

Nas aldeias lusas, na época das chuvas e do frio, quando os bovinos *baixam* ao povoado, pernoitam na corte e alimentam-se do pasto que despontou, ou nas courelas, outrora cultivadas, ou nas bermas dos caminhos e estradas, enquanto nos dias mais rigorosos permanecem na corte e são alimentados pelo feno seco cortado e enfardado em Junho/Julho do ano anterior, enquanto aguardam os alvares da Primavera para encetarem na *serra* uma nova aventura, ao deambularem e calcorrearem veredas e sendas em busca de pastos mais suculentos, até não conseguirem “aguentar” as intempéries do Inverno que se aproxima, tomando, então, a iniciativa de regressarem ao povoado.

Também a figura do pastor jovem e robusto, que de ânimo leve percorria, nos meados do séc. XX, todos os "meandros" *serranos*, foi substituída pela do ancião que, embora a custo, porque os *anos pesam*, consegue coragem para *subir a serra*, porque nela *tudo é uma maravilha* e, simultaneamente, aproveita para *ver as vacas*¹²⁰², que deambulam nas “altas pastagens” em busca das gramíneas mais suculentas que, por ventura possam emergir nos “tufos” de lande esparsos e quase sempre raquíticos.

Modificações, em nosso entender profundas, mas, que não impedem que os criadores de bovinos da serra Amarela, apesar de admitirem as adulterações das últimas décadas, se

¹²⁰¹ - Contudo, há animais que permanecem todo o ano na *serra* sendo os respectivos proprietários "obrigados" a procuras intensas aquando do controle sanitário.

¹²⁰² - Um dos grandes inimigos é o lobo, espécie protegida, que faz grandes estragos, como por exemplo, no Verão de 2004, que, até finais de Julho na Chã da Cova e na Urzeira, já tinha devorado sete vitelos. Actualmente, a maioria dos vitelos nascem na *serra*, pelo que os perigos se intensificaram, a que o soajeiro parece permanecer indiferente, em nossa opinião, por dois motivos principais, o facto de os Serviços do *Parque Nacional da Peneda-Gerês* indemnizarem, quando devidamente comprovado o ataque da fera, além da prática da pastorícia *matar saudades de épocas afastadas* e não corresponder, de modo nenhum, à sobrevivência dos respectivos donos.

afirmarem “cumpridores” dos *usos e costumes* inerentes à *vezeira*, porque à *vez*, *sobem para ver o gado* e detectar a *cria* que se tornou, por ventura, presa fácil da fera, para *a tempo* o comunicarem e *fazer prova* ao Parque¹²⁰³, enquanto as *vigias* dos pequenos ruminantes, salvo as raras excepções¹²⁰⁴, desapareceram.

Ora, as especificidades de *usos e costumes* nos modos de pastoreio de comunidades vizinhas, por vezes, inseridas na mesma freguesia, com que nos confrontámos, justificaram que questionássemos os motivos de semelhantes realidades.

Estamos convictos que estas *instituições costumeiras* não se podem dissociar da complexidade e diversidade das formas de povoamento¹²⁰⁵ que, gradualmente, se foram processando no espaço e no tempo.

Um outro aspecto, que segundo a nossa opinião, se torna, também, inquestionável, relaciona-se com a precariedade de recursos a usufruir por populações em permanente rotura com o espaço de que dependiam¹²⁰⁶. Não esqueçamos que a vigilância dos animais de pastoreio no período estival era organizado de acordo com a *qualidade e a extensão* dos *prados* naturais dispersos pelas *chãs* e *chairas*, sempre superiores a 900 metros e a mão-de-obra disponível¹²⁰⁷ nas respectivas comunidades.

Sem querermos enveredar, mesmo de modo sucinto, pela vertente sociológica, por não serem esses os objectivos, que nos propomos atingir com a realização desta investigação, debruçámo-nos, embora, de forma muito sumária, sobre exemplos, já apresentados, mas, elucidativos do ritmo e condições de trabalho que envolviam, na época estival e no período anterior à década de setenta do séc. XX, o desempenho do pastor nas comunidades, nomeadamente, nas da serra Amarela, que o guardador da Ermida, em nosso entender, tão bem tipifica¹²⁰⁸.

Na Ermida, as *vezeiras* e as *vigias*¹²⁰⁹ envolviam, diariamente, na guarda dos bovinos quatro¹²¹⁰ e oito pastores¹²¹¹, durante o período em que a altura do sol registasse,

¹²⁰³ - Como as populações estão proibidas de realizarem batidas aos lobos, ou, empreenderem qualquer outra forma de abate da fera, são indemnizadas pelos Serviços do Parque Nacional da Peneda-Gerês, por todos os exemplares, bovinos e equinos dizimados, depois de devidamente comprovado, por fotografia e pela presença de um vigilante da Natureza.

¹²⁰⁴ - Ermida, Germil, Lourido e Rouças.

¹²⁰⁵ - Objecto de estudo do Capítulo 2, *O povoamento serrano*.

¹²⁰⁶ - Reflectamos, por exemplo na organização do pastoreio na época estival, nas comunidades galegas do vale do Grou, ou, de Castro Laboreiro, Gavieira e Soajo, ou, simplesmente, do Monte de Quinxo e da Serra Amarela, nomeadamente, Olelas, aldeias do Lindoso, Ermida e Germil.

¹²⁰⁷ - Mão-de-obra que respondia à realização, em simultâneo, de tarefas tão variadas como, por exemplo, na cultura de regadio do milho maíz, nos patamares com altitudes entre os 200 e 600 metros e na participação na *vezeira*, ou, na *vigia*, nas *chãs* com cotas a cerca dos 1000 metros.

¹²⁰⁸ - Este exemplo corresponde, também, entre outros, ao ritmo de entrada na *roda* do residente do Monte do Quinxo, nomeadamente, o da Illa e Olelas, ou, então, o do Lindoso, quer habitasse no Castelo, em Parada, ou, Cidadelhe.

¹²⁰⁹ - Duas *vezeiras*, a dos bois e a das vacas; duas *vigias*, a das ovelhas e a das cabras. Não incluímos a *vigia* dos cabritos, com uma duração média de três meses/ano.

¹²¹⁰ - Dois pastores para cada uma das *vezeiras*, respectivamente, a dos bois e a das vacas, que totalizavam quatro pastores.

respectivamente, valores positivos e negativos, enquanto na vigilância do gado miúdo três pastores¹²¹².

Sem pensarmos no isolamento e nas longas caminhadas, que esta forma de pastoreio exigia ao pastor, que, sem sobra para dúvidas, teria que apresentar excelentes condições físicas¹²¹³, questionamos as condições de alojamento dos quatro homens numa *cabana*, que nem permitia, na parte central, que uma pessoa se mantivesse, normalmente, de pé, a que se acrescenta as temperaturas nocturnas baixas, que exigiam, com frequência, o atear de uma fogueira, para, de esse modo, se atenuar, em certa medida, o frio das noites de Verão a altitudes cerca dos 1000 metros.

Acrescido a estes factos, acontecia, muitas vezes, que se tornava necessário, no cumprimento da *vez*, a família *fazer passar*, de imediato, de uma para outra *vezeira*, ou, *vigia*, o mesmo pastor, principalmente, quando era jovem e sinónimo de vigor físico, o que justificava, em muitos casos, uma ausência de quinze dias consecutivos na casa paterna, além das refeições serem, por princípio, fugazes.

As condições de trabalho seriam similares para os pastores do vale do Grou, que participavam na *vezeira* do *gado do povo*, quando pensamos na dieta alimentar, durante as vinte e quatro horas, pão e água, esporadicamente, carne, enquanto os animais buscavam as melhores áreas de lande da serra do Labreiro, ou, na *cabana* em plena *chaira* utilizada no acantonamento das vacas, durante a noite, numa atitude defensiva em relação à fera, que se encontrava, sempre, próxima¹²¹⁴.

A imponente serra da Peneda foi, também, palco de páginas de vida árdua do limiano de raia, mesmo, para aquele, como na Gavieira, que podia dispor da residência secundária e não praticava a *vezeira*, mas lhe era exigido, de quando em vez, *subir* para *ver o seu gado*, ou, então, em pleno Inverno, dormir nos *lapigos* e *lapas* do Ramiscal, ou, da Saramagueira. Ainda na Gavieira, não podemos esquecer a comunidade de Tibo, que num período de cinco meses de Verão, percorria, há mais de sessenta anos, cinco áreas de pastagens, bem afastadas entre si.

Apesar de tudo, somos de opinião que dos esquemas de pastoreio, por nós estudados, aqueles que envolveram o maior grau de complexidade, porque exigiram criatividade diferenciadas na interacção entre a comunidade e as áreas fornecedoras dos recursos naturais,

¹²¹¹ - Quatro pastores a pernoitarem em cada uma das *cabanas* junto aos *currais*, ou seja, o das vacas e o dos bois, o que envolvia oito elementos.

¹²¹² - Um e dois pastores, respectivamente na vigilância diurna dos ovinos e dos caprinos.

¹²¹³ - Na Ermida, assim como em todas as aldeias em que se praticavam estes esquemas de pastoreio, eram, sempre, os jovens a envolverem-se neste tipo de tarefas.

¹²¹⁴ - Relembremos que as comunidades que *não possuíam montes*, pagavam um tributo pelos pastos consumidos pelos seus gados traduzido em *alguma coisa para comer porque a fome era muita*.

sempre, pautadas pelo forte grau de precariedade, foram protagonizadas pela maior freguesia do concelho dos Arcos de Valdevez, o Soajo¹²¹⁵.

Se nunca teria existido a *vezeira* para os bovinos de Cunhas, Paradela e Várzea, apesar de os respectivos donos fazerem longas caminhadas e pernoitarem, parte do Verão, no *poulo* de Seida, ou, para os animais de Vilar de Suento, que, sempre, pastorearam nos *montes* próximos da aldeia, o *gado* da “vila”, Vilarinho das Quartas e Adrão realizavam outros longos percursos, para *usufruírem* pastagens distintas e bem distanciadas, como as que circundavam os *poulos* da Chã da Cova e Chã da Cabeça, Urzeira e Naia, ou, os de Felgueira Ruiva, Chã da Matança e Curro da Velha, estas últimas subtraídas ao *gado* castrejo, ou, melhor, das aldeias dos Ribeiros no período que mediava as festas de S. Bento do Cando das da Senhora da Peneda.

Situação similar, ou seja, a disputa "feroz" de áreas de pastagens entre comunidades vizinhas encontrámos, também, na serra Amarela limiana, precisamente entre as freguesias do Lindoso e de Britelo, nas aldeias de Cidadelhe e de Mosteirô/Paradamonte.

Comportamentos entre comunidades que, ainda na primeira década do séc. XXI, a paisagem, de modo tão evidente retrata, quando ostenta, na mesma chã o *curral* e respectiva *cabana*, em "duplicado", mas, pertença de cada uma das comunidades.

Como “nesses tempos”, isto é, no período que, de um modo lato, terminaria nos meados do séc. XX, o efectivo de animais de pastoreio atingia um quantitativo assinalável, tornava-se necessário ir, até, aos lugares mais recônditos da *serra*, em busca de novos espaços de lande, pelo que no Verão o pastor, ao acompanhar as manadas, tinha a necessidade em se proteger das temperaturas excessivas, quer as demasiadamente elevadas, as do meio-dia, quer as demasiadamente baixas, as nocturnas, utilizando os grandes blocos de granito, que proliferam em abundância, principalmente na margem direita do Lima, que, ainda, nos primeiros cinco anos da década do séc. XXI, as populações eram tão sensíveis, quando, em profícuas e longas conversas as "transportávamos a tempos", apenas, conhecidos pelas gerações com mais de seis décadas de vida.

As *lapas* e *lapigos* da serras do Soajo, da Peneda e do Leboreiro, utilizadas para abrigo dos pastores, já, faz mais de meio século e, posteriormente, pelos grande grupo de trabalhadores, que de forma clandestina partiam para o centro da Europa, principalmente para França, testemunham, de forma silenciosa, fragmentos de vida de comunidades, cuja

¹²¹⁵ - A exemplo do esquema, ou melhor, do modelo de povoamento, traduzido na fixação dos grupos de familiares, que, de certa forma anacrónica, estiveram na origem dos diferentes *sítios* e aldeias.

sobrevivência em muito dependia da resistência dos seus elementos na realização de longas distâncias, sempre, em condições muito adversas.

Deslocações¹²¹⁶ que eram para o limiano de raia, residente, quer no Laboreiro, na Peneda, ou, na Amarela, sinónimo de caminhadas longas e penosas, por causa dos carreiros declivosos e pedregosos, que "desapareciam", com frequência, tornando-se, então, necessário calcorrear rochedos de granito austero e de rara beleza, mas perigosos, por serem muito escorregadios, sem esquecer, a parca refeição transportada na saca de fole¹²¹⁷, o pedaço de pão, não muito grande e, quando havia *presigo*, um *naco* de toucinho, ou, uma *lasca de bacalhau* era a sorte grande, que tinha saído¹²¹⁸.

Se ao rigor das caminhadas acrescentarmos as condições climáticas, atenuadas, durante a noite, pela fogueira acesa à porta da *cabana*, do *lapigo* ou da *lapa*, poderemos, mesmo a décadas de anos de distância, avaliar o desequilíbrio entre a massa humana, que se impunha alimentar, e a precariedade dos recursos fornecidos pelas chãs bem distantes e afastadas do lugar, sempre, com um solo pouco espesso e pedregoso, explicativo da precariedade da lande para o alimento da manada e dos rebanhos, que, a todo o custo, havia que preservar, mesmo que se disputassem desde *tempos imemoriais o direito do usufruto da pastagem*, por períodos curtos, mas essenciais na manutenção, por exemplo, do efectivo dos bovinos¹²¹⁹.

Mas, para lá das relações de pertença, embora temporal, de *bens usufrutuários*, os *prados* naturais, em toda a área em estudo, fomos sensíveis, em relação ao Soajo, ou, melhor, à “vila” do Soajo, ao modo como a *vezeira* foi organizada, que contrastava com os outros exemplos, galegos e lusos, por nós estudados, nomeadamente, no que diz respeito ao período de estadia contínua do pastor¹²²⁰ e ao respectivo estatuto “socioprofissional”¹²²¹.

Se o período de estadia, podia corresponder a três ou seis dias consecutivos, o “estatuto” do guardador, admitia a figura do pastor, que não era proprietário dos bovinos que vigiava, mas, era pago em função das unidades, ou seja, por cabeça de gado “controlada”

¹²¹⁶ - Deslocação exigida pela *instituição* da *vezeira*, ou simplesmente, pela iniciativa própria e pessoal.

¹²¹⁷ - Saca feita em pele de animal.

¹²¹⁸ - A ligeireza destas refeições foi, gradualmente, atenuada em função da melhoria das condições de vida justificada pelo êxodo rural.

¹²¹⁹ - Relembrámos, por exemplo, as quezílias em torno das *pastagens da Peneda*, entre castrejos e soajeiros que, embora remontem a *tempos imemoriais*, ainda na actualidade, facilmente, se podem constatar, através do modo como a elas se referem as populações envolvidas.

¹²²⁰ - Relembrámos que esse período podia corresponder a três ou seis dias consecutivos, enquanto nas outras comunidades era de vinte e quatro horas, ou melhor, cerca de trinta e seis, pois incluía um dia natural e as duas noites que o intercalavam.

¹²²¹ - O pastor da “vila” nos *poulos* da Cova e da Chã da Cabeça poderia ser um “agente”, especificamente, contratado para cuidar, “preparar” as jovens *crias*, além da vigilância dos animais adultos, contrariamente, ao que sucedia nas outras aldeias, nomeadamente nas da Várzea, Cunhas, Adrão, ou, Paradela, em que os cuidados dos jovens animais recaíam sobre os respectivos proprietários, sem esquecermos todas as outras comunidades, que estudámos.

Além disso, nos *poulos* da Peneda, ou seja, em Felgueira Ruiva e Chã da Matança, a guarda dos animais estaria a cargo de assalariados, situação cada vez mais frequente à medida que a mão-de-obra rareava, precisamente, a partir da década de cinquenta.

Não esquecemos, que os residentes da “vila” e donos do gado que *ia para a Peneda*, justificam o abandono destas pastagens pelo facto de não lhes ser rentável, em virtude do pagamento, que lhes foi exigido pelos pastores.

durante o período de um dia.

Diremos, que na “vila” do Soajo participavam na *vezeira* os donos do gado, através de um pagamento ao pastor, que poderia permanecer semanas consecutivas nas “pastagens altas”, caso os diferentes criadores optassem pelo mesmo guardador.

Além disso, se por princípio o *cabeceira* participava na *roda* de acordo com as cabeças de bovinos, que possuísse, por interposta pessoa, o assalariado, na serra do Soajo não haveria uma preocupação no cumprimento rigoroso da regra, pois, na Chã da Cova, sempre, existia alguém para proteger, ou, dar a notícia do incidente, que envolvesse o seu animal¹²²², não se sentindo, quase sempre, a falta do “pastor institucional”.

Mas, como já o demonstrámos, a pastorícia praticada no “nosso” Lima raiano não se limitava aos bovinos, estendia-se aos pequenos ruminantes, caprinos e ovinos.

Nas aldeias, cujas parcelas, sempre de reduzidas dimensões, ostentavam uma “manta” herbácea viçosa, os designados *lameiros*, eram os ovinos que percorriam as “ruelas” a caminho do pasto, sempre próximo, controlados pelos respectivos donos, como na Igreja (Entre Ambos-os-Rios), Caballeiros, St^a Cruz, ou Gaiás.

À medida que a manta herbácea “perde pujança” surgiam os caprinos¹²²³, a *rês*, que, ou, em rebanhos *estremes*, ou, em rebanhos *mistos* pastoreavam no *monte* das povoações¹²²⁴, de acordo com a instituição da *vigia*, além de pernoitarem, sempre na corte, que ficava na aldeia, ou, no Verão, nos *sítios* mais próximos das pastagens, como era o caso dos Bilhares, da Carballeira, e dos Ribeiros, mas cujos pastores passavam, sempre, a noite na aldeia.

Contudo, esta *instituição costumeira* distinguia-se, nos diferentes lugares, pelos pastores que guardavam o rebanho, pelo número de animais necessários para o *cabeceira* participar um dia na *roda*, ou, simplesmente, participava-se indiferente aos *ratios* do agregado familiar, como na Gavieira, Castro Laboreiro, ou, no Soajo, contrariamente, ao que acontecia na Serra Amarela em que se cumpria meticulosamente o *ratio* estipulado¹²²⁵.

Se aldeias havia em que todos os pequenos ruminantes pastoreavam inseridos na *vigia do povo*, como nas da Gavieira, por exemplo, surgiam aquelas povoações, em que, além de esta *vigia*, existia uma outra constituída pelos caprinos e, ou, ovinos das famílias, que maiores dificuldades tinham em se integrar na comunidade, como em Olelas, ou, na “vila” do Soajo,

¹²²² - Esta situação, também, acontecia, por exemplo, em Seida, mas as populações, cujos gados pastoreavam essas pastagens, abertamente nos declararam, que não praticavam a *vezeira* para os bovinos.

¹²²³ - Relembrámos, que são animais pouco exigentes no pasto, pelo que as gramíneas que despontam nas diáclases dos granitos em virtude dos fenómenos da meteorização são suficientes para a respectiva sobrevivência.

¹²²⁴ - No Lima luso em estudo, a aldeia de Vilarinho do Souto era excepção, pois, relembramos, que existia a *vezeira* no período estival.

¹²²⁵ - Outros exemplos poderíamos mencionar, mas limitámo-nos, neste momento, a lembrar o modo como se determinava a entrada do pastor na *roda* da *vigia*, ou, da *vezeira*, por exemplo, nas aldeias do Soajo, do Lindoso ou, da Ermida. Naquelas, do Soajo, não se dava relevo ao efectivo de cada *cabeceiro*, enquanto nestas, no Lindoso e na Ermida, a distribuição sempre foi feita com “muito rigor”, isto é, o pastor participava de acordo com os exemplares do seu agregado familiar.

com os rebanhos a serem distribuídos por várias *vigias*, ou, a ficarem sob o controlo directo dos respectivos donos¹²²⁶.

Mais do que discriminar todas as *nuances* verificadas nos esquemas de pastoreio do *gado*¹²²⁷, da *rês* e dos ovinos, na área em que incide o nosso trabalho, pretendemos, com a redacção destas notas de síntese, evidenciar a peculiaridade de situações, que, ao abrangerem os exemplos mais significativos, permitirão, devido à multiplicidade dos "pequenos detalhes" que distinguem os *usos e costumes*, inclusive em aldeias vizinhas, constituir um conjunto de variáveis estáveis no suporte de um modelo explicativo dos comportamentos de comunidades, que interagiram com espaços e territórios que, apesar de tudo, foram o garante da sua sobrevivência multissecular.

Somos de opinião, pelo trabalho que desenvolvemos, não só junto das populações, mas em observação directa nas extensas áreas de pastagens, a cotas superiores a 1000 metros e em plenas serras da Peneda, da Amarela e do Laboreiro, que a construção de simples esboços de modelo(s) explicativo(s), ou, mesmo, quadro(s) de sistematização das estruturas de pastoreio em estudo, contribuirão para a compreensão dos comportamentos que implicaram um ordenamento territorial, cuja complexidade, ainda, é bem expressiva nos nossos dias.

Encontramo-nos perante comunidades fixadas em patamares envolvidos por extensas áreas com um movimento do relevo muito acentuado, apenas, interrompido pelas rechãs, outros patamares revestidos pela lande, que, apenas, com "arte" e "imaginação" poderia ser, devidamente, aproveitada para alimento dos animais.

Populações que, rapidamente, teriam decidido que os animais de pastoreio seriam a principal fonte de subsistência e de rendimento, necessitariam de efectivos numerosos, para reagirem à falta de alimentos, pois as condições naturais não eram pródigas ao desenvolvimento de uma agricultura, mesmo de subsistência.

Desde logo, se confrontaram com o desequilíbrio entre o "volume" das pastagens e os animais necessários, mesmo os correspondentes ao limiar mínimo da sobrevivência, pelo que, com o risco da rotura sempre presente, sentiram a necessidade em optar por espécies, que sobrevivessem aos recursos que poderiam disponibilizar.

Com pastos, predominante magros e dispersos por áreas muito distanciadas, a solução privilegiada incidiria nos caprinos, mas, recorrendo-se ao efectivo de bovinos, de acordo com

¹²²⁶ - Relebrámos, que, neste grupo se incluíam os agregados familiares com menos de dez animais, aqueles que possuíam mais de setenta a oitenta exemplares e com uma prole numerosa e, portanto, com mão-de-obra suficiente para dar uma maior atenção ao rebanho no pasto.

¹²²⁷ - Nunca teria existido a *vezeira* nas aldeias das freguesias de Ermelo, Castro Laboreiro, Germil, além de Vilar do Suento, Cunhas, Paradela, Várzea, Rouças, Baleiral, Peneda, Sobredo, Paradela (freguesia de Vila Chã S. João), Portuzelo, Vergaço e as povoações das bacias do Agro e Montaña.

os *prados* naturais, que poderiam ser *usufruídos*.

A variação positiva da população era sinónimo de necessidade de maior efectivo de animais, pelo que, outras áreas de pastagens urgia procurar, uma vez que se ignorava e não se aplicavam técnicas de melhoramento dos pastos.

A única opção era *a subida na serra* em busca de outras rechãs abrigadas das intempéries e com revestimento vegetal, que permitisse condições mínimas de sobrevivência, nem que para isso, fosse necessário deslocar-se o agregado familiar¹²²⁸, parte de esse mesmo agregado¹²²⁹, ou, simplesmente, o pastor¹²³⁰.

Movimentos, uns diários, outros sazonais, mas, que envolviam, sempre, toda a comunidade, pelo que se tornava necessário “descobrir” esquemas, ou melhor, formas que minimizassem os esforços despendidos, através da maximização da mão-de-obra, pois acompanhar os animais no pastoreio significava menos braços para trabalhar na outra actividade, a agrícola.

Por outro lado, as condições ambientais, desde as aptidões do solo à viçosidade da lande que se *usufruía*, variavam, pelo que se impunha, mesmo que se tratasse de comunidades muito próximas, uma conjugação de esforços diferenciada pelos respectivos membros.

A forma de organização da comunidade em muito dependia dos graus de isolamento e de agressividade do respectivo espaço vital, pelo que a participação em actividades com laivos de comunitarismo¹²³¹ e a gestão de bens comuns¹²³² adquiriram contornos, que, apesar da suma importância nas diferenças encontradas e que são indiscutíveis, não conseguem retirar a singularidade, que identifica as populações de este Lima raiano.

Nuances organizacionais e comportamentais, que se repercutem não só na estratificação social da comunidade, mas nos próprios territórios, através da rede de sendas e carreiros, que interligam as aldeias entre si e os *sítios* com habitação sazonal e envolvidos pelas courelas ocupadas pela cultura secundária, ou, simplesmente, com *currais* e *cabanas*, *poulos*, *cortelhos* e *bezerreiras*, ou, então, os *cortelhos*, *lapigos* e *lapas*, que se distribuem de modo irregular, mas denso, por toda a área em estudo.

5.3. Exploração agrícola e morfologia agrária

Sem nos debruçar sobre a génese e evolução das formas de exploração agrícola e,

¹²²⁸ - O exemplo dos *verandejos* de Castro Laboreiro.

¹²²⁹ - O caso dos habitantes da Gavieira.

¹²³⁰ - A maioria das comunidades em estudo, por exemplo, as do Lindoso, da Illa, ou, do vale do Grou.

¹²³¹ - A *vezeira* e a *vigia*, a reparação dos caminhos, das poças e respectivas condutas ...

¹²³² - A exploração silvícola, as mães de água ...

logicamente, dos sistemas de cultura, em virtude da investigação, que entendemos ser necessária, ainda não ter sido efectuada pelos especialistas, relembramos¹²³³ que os primeiros núcleos megalíticos ter-se-iam implantado no “planalto” de Castro Laboreiro, continuado pelas rechãs de Seida, do Mezio, para "terminarem", a sul, na mancha dos monumentos da Serra Amarela¹²³⁴ (Fig. 4, p. 67).

Épocas recônditas e de fortes problemáticas em que os especialistas parecem ser unânimes, no facto de o homem do megalitismo em terras limianas e de raia, poder ser tipificado como membro de comunidades de pequena dimensão, que praticaria uma agricultura incipiente, mas, com um suplemento valioso, a criação de gado, pelo que necessitaria de extensas áreas, muito provavelmente cobertas por associações florestais¹²³⁵ em que sobressairiam as manchas de carvalhos intercaladas pelos tapetes de gramíneas.

Nestas extensas áreas de rechã¹²³⁶, além do pastoreio, seria possível praticar uma agricultura tipo itinerante nas clareiras abertas pela técnica das queimadas em simultâneo com a caça, a recollecção e a pesca.

Ainda baseado na informação arqueológica, será possível admitir que em virtude da redução gradual das áreas disponíveis para uma "agricultura", que embora fosse incipiente, desencadeava o esgotamento dos solos, ao que se acrescentaria um certo aumento populacional, pelo que o homem, em grupo, apesar de permanecer na *serra*¹²³⁷ era incentivado pela proximidade de um “grande” rio, o Lima, para iniciar a "descida", assumindo-se, assim, o povoado, que era precário, como um centro fixador e organizador da comunidade.

Deste modo, a partir dos milénios IV e III A.C. as comunidades megalíticas sobreviriam com a prática do pastoreio e de uma agricultura tipo itinerante, de início, nos solos pouco espessos do *planalto*, posteriormente, nos fundos dos vales, do que resultariam *habitats* rotativos, logo, precários, a par das obras fúnebres implementadas a cotas mais altas que, pela monumentalidade, seriam o símbolo da respectiva territorialidade.

Nos milénios seguintes surgiriam povoados sedentários nas proximidades das vias de comunicação naturais, cujos habitantes, a par de uma agricultura assente na agro-pastorícia,

¹²³³ - Capítulo 1, *Os espaços de raia*.

¹²³⁴ - Os especialistas concluíram que os núcleos de megalitismo mais antigos se localizam no interior, na *montanha*, concretamente o núcleo do *planalto* de Castro Laboreiro, e à medida que nos deslocámos para o litoral, as idades são mais recentes, nomeadamente, os núcleos de Seida, Mezio, que se "prolongam" pela serra Amarela.

Soares, Nuno Miguel S. R., 2000, “O Núcleo Megalítico do Mezio (Arcos de Valdevez)” in *Separata das Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. III, Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Porto.

¹²³⁵ - Pelos novos métodos de análise da vegetação pré-histórica, nomeadamente, através da Antracologia.

¹²³⁶ - Áreas bem extensas, pois desenvolver-se-iam desde as cotas mais elevadas dos patamares até ao fundo dos vales.

¹²³⁷ - Relembramos, que a “ocupação” megalítica, em sentido lato, ter-se-ia verificado na área em estudo, em primeiro lugar, no *planalto* castrejo, posteriormente e, sucessivamente no tempo, nas chãs de Seida, Mezio e Serra Amarela.

teriam desenvolvido arte rupestre esquemática, como por exemplo, o “santuário” do Gião, no Soajo, ou, o da Bouça do Colado, em Parada do Lindoso¹²³⁸ (Fig. 4, p. 67).

Actividade agro-pastoril que, “com os tempos”, nomeadamente, na primeira “etapa” do Bronze Final, ter-se-ia intensificado e “especializado”, procedendo-se, já, ao armazenamento de sementes e à utilização de animais de tiro¹²³⁹.

Actividades "agrárias" que, cerca do séc. X A.C. estarão associadas ao aparecimento dos “novos” povoados identificados pelas defesas naturais, cujos habitantes, embora dependentes de uma economia agro-pastoril, se inseririam num movimento global que atingiu, praticamente, toda a Península, a partir dos primórdios do milénio I A.C. ao fomentarem a produção e a transacção intensa de armas, utensílios e objectos rituais.

Quando da ocupação romana, a civilização castreja peninsular distribuir-se-ia por núcleos de pequena dimensão, cujos grupos, ora se guerreavam, ora se aliavam, ou, coligavam com o invasor, praticando a cultura cerealífera, nomeadamente, a cevada¹²⁴⁰, junto das fortificações, ou seja, nos cimos aplanados, em que o amanho da terra seria mais "fácil" e seguro, devido ao clima de guerra, sempre presente, enquanto a altitudes inferiores, extensas áreas eram votadas à ocupação florestal (Fig. 4, p. 67).

Cultura cerealífera que seria limitada, pois os melhores solos, os de fundo de vale, estavam abandonados, obrigando o castrejo a alimentar-se nove meses no ano de pão de glandes, além das castanhas¹²⁴¹, o fruto endógeno e, por ventura, indispensável na dieta alimentar.

Sendo assim, a economia castreja teria como “pilar” os animais de pastoreio, pelo que a pastorícia, ou, melhor, a silvo-pastorícia seria a tónica dominante nas actividades multimilenares do habitante do noroeste peninsular num sistema, por ventura, muito próximo daquele que vigorou até meados do séc. XX, no “nosso” Lima raiano¹²⁴².

Se o aproveitamento actual do solo se explica pelo desenvolvimento, nos finais do primeiro milénio da era actual, da lande de altitude¹²⁴³ substituindo, assim, a floresta¹²⁴⁴, as

¹²³⁸ - O núcleo de Arte Rupestre do Gião datado dos sécs. III e II A.C. e a estação da Bouça do Colado do milénio II e I A.C..

¹²³⁹ - Alarcão, Jorge, (coord.), 1990, "Portugal. Das Origens à Romanização - A Consolidação do Sistema Agro-Pastoril", in Marques, A. H. de Oliveira; Serrão, Joel (dirs.), *Nova História de Portugal, vol. I*, cap. III, Editorial Presença, Lisboa, pp. 144-162.

¹²⁴⁰ - Estrabão, na sua Geografia, refere que o habitante do noroeste peninsular bebia uma espécie de cerveja feita na base da cevada.

Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ª Ed., Vega, Lisboa, p. 26.

¹²⁴¹ - Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ª Ed., Vega, Lisboa, p. 27.

¹²⁴² - Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ª Ed., Vega, Lisboa, pp. 29-33.

¹²⁴³ - Relembrámos que entre os anos 800 e 1000, ter-se-ia verificado, em virtude da necessidade de novos espaços de fixação, uma mutação brusca na cobertura vegetal, com o recuo rápido da floresta a favor de outra associação, a lande, que se tornou uma das condições indispensáveis para o incremento dos regimes agro-pastoris implementados.

Esta problemática foi questionada no Cap. 2, *Povoamento*.

repercussões da ocupação romana no Noroeste Peninsular, far-se-ão sentir na aplicação do direito romano, por exemplo, no direito pleno ao solo, isto é, o poder absoluto do homem em relação à terra, bem expressa na paisagem através da *demarcação*, ou seja, a delimitação da propriedade pelos *marcos*.

Se a *villa*¹²⁴⁵, a propriedade rústica romana de maior dimensão, em virtude da organização e funcionamento assaz complexos, subsistiu nos períodos posteriores à ocupação de Roma, mesmo no da presúria¹²⁴⁶, as repetidas convulsões sociais que se fizeram sentir em plena época da Reconquista e nas centúrias seguintes, contribuíram, de modo decisivo, para o seu parcelamento em “pequenas lavouras”, isto é, propriedades de dimensões reduzidas, que as *Inquirições do séc. XIII* aludem, quando mencionam as *quintanas* ou *quintas* e os *casais*, substituídos, actualmente, pela *quinta* e o *quintal*, espaços agrícolas, por princípio, com habitação para o agricultor e arrecadações para as alfaias e produtos agrícolas¹²⁴⁷. Por simples curiosidade, em 1258, existiriam na freguesia do Lindoso uns dez *casais*¹²⁴⁸ e na aldeia de Tamente quatro¹²⁴⁹.

Num esforço em “igualizar” a distribuição das terras, mercê do parcelamento e dispersão dos blocos, na *villa* demarcavam-se os *casales*, conjuntos de blocos dispersos, as *glebas*, de modo a incluírem os diferentes tipos de solo, sinónimo de ocupação cultural distinta¹²⁵⁰, para que cada família pudesse fazer face às necessidades básicas da

¹²⁴⁴ - A floresta era constituída, principalmente, pelo *Quercus* (*Quercus tozza*), além de outras espécies, não tão importantes, mas sempre presentes, como *Betula* e *Corylus*.

Coudé-Gaussen, Geneviève (1981), *Les Serras da Peneda et do Gerês, Étude Géomorphologique*, C.E.G., Lisboa, p. 220.

¹²⁴⁵ - Prédio rural romano, a *villa* era um organismo muito complexo. Na *villa* praticava-se uma variedade de culturas, de acordo com os tipos de solo e as condições locais de clima, além de os trabalhadores agrícolas se posicionarem de modo diverso, consoante trabalhassem as terras do Senhor, ou então, a maioria, cultivassem, mediante prestações, sub-unidades constituídas por glebas dispersas, para que, cada um conseguisse um pouco das produções. Próximo às áreas de cultivo encontravam-se os terrenos para uso comum, fornecendo pastagens, mato e lenhas.

Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ªEd., Vega, Lisboa, pp. 107-108.

¹²⁴⁶ - Em plena expansão da Reconquista, a propriedade era apreendida pelas forças vitoriosas, reservando-se, sempre, uma fracção, que poderia ser *villae* inteiras ou fraccionadas, para o rei.

Com esta “aquisição de prédios” constituir-se-ia o património real, vulgarmente conhecido pelos *bens da coroa*, ou, quando se trata de bens fundiários, simplesmente, *terra reguenga*., a par do património do nobre, o do Senhor, ou, o dos Mosteiros, os Cenóbios e o das Ordens Religiosas, além dos cavaleiros recompensados pelas prestações e vitórias na guerra.

Senhorios que “flutuavam”, de acordo com os acontecimentos políticos, como, por exemplo, Hermenegildo, pai de S. Rosendo, cujos bens, anteriormente de Guícia, constituíram a recompensa de o ter vencido nas margens do rio Lima.

Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ªEd., Vega, Lisboa, pp. 118-120.

¹²⁴⁷ - Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ªEd., Vega, Lisboa, pp. 70-75.

¹²⁴⁸ - (...) sunt x. casaes e non mais (...).

“*Inquirições de D. Afonso III*”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Vol. I, 1888, Lisboa, p. 414.

¹²⁴⁹ - “ (...) há uno logar que chamam Tamenti e há y ij. casaes (...) dam cada ano al Rey de cada fogo senas gallinas(...)”.

“*Inquirições de D. Afonso III*”, 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Vol. I, 1888, Lisboa, p. 414.

¹²⁵⁰ - As superfícies aplanadas com solos enxutos eram dedicados à cereicultura, alternando-se os cereais de Verão, o milho alvo e o painço, com os cereais de Inverno, o centeio, a aveia; junto às linhas de água, o linho, matéria-prima indispensável na confecção do bragal; nos sítios abrigados e secos, as vinhas; em redor da casa a horta; em tufos esparsos a árvore de folha caduca; nas áreas pedregosas as bouças, que forneciam o estrume para a cama dos animais e as lenhas; nas terras húmidas, os lameiros e as pastagens dos animais. Ao lado dos terrenos, que o senhor reservava exclusivamente para si e para cada casal, encontravam-se os de logradouro comum, onde todos os moradores podiam pastorear o gado, cortar mato e lenha para utilização doméstica.

sobrevivência, a exemplo do que, ainda, hoje acontece com as “maiores das naturalidades” na área em estudo¹²⁵¹.

Os princípios do quadro legal da *villa* romana, indiferentes às mutações culturais e sociais, perpetuar-se-iam de modo a influenciar as estruturas fundiárias definidas pelos diferentes quadros jurídicos, dos quais destacamos, neste momento, o da *Enfiteuse*¹²⁵².

Se para a área em estudo, não conseguimos informação suficiente sobre a dimensão e o grau de dispersão do prédio rústico para um período que terminou com a publicação do primeiro *Código Civil*, em 1867, somos de opinião, mesmo correndo o risco de retirarmos dilações apressadas, que o Domínio Útil seria muito fragmentado e disperso neste espaço agrário limiano de raia.

Se baseamos estas dilações nas informações que nos são fornecidas pelas *Inquirições de 1258* e pelo *Tombo Comenda de Távora*¹²⁵³ de 1650, relativo às aldeias da Ermida, Sobredo, Froufe e Lourido, fundamentámo-las na investigação, que efectuámos, sobre o quadro fundiário *enfitêutico*, nos sécs. XVII a XIX, de uma comunidade inserida nas Terras de Basto¹²⁵⁴.

Sem esquecermos que a redacção do primeiro *Código Civil* ao institucionalizar a propriedade privada e o direito à herança, em partes iguais, por todos os filhos do casal contribuiu, por princípio, para uma maior pulverização das unidades rústicas actuais, pensamos, mesmo assim, que o quadro legal que emergiu no séc. XIX não teria implicado, em termos de estrutura fundiária, modificações dignas de relevo, pois o Domínio Útil encontrar-se-ia, nesse momento, já fragmentado e pulverizado, logo, pertença de um vasto conjunto de famílias limianas e de raia.

Logo, a dimensão média do prédio rústico atingiria, sempre, valores reduzidos, não muito distanciados dos referenciados pelos indicadores oficiais publicados nos finais do séc. XX¹²⁵⁵ (Fig. 125), pelo que não teria sido alvo de alterações significativas e contrastantes nos

Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ªEd., Vega, Lisboa, pp. 93-96.

¹²⁵¹ - Os nossos interlocutores, quando confrontados com a excessiva divisão parcelar, deram-nos, sempre, como justificação: *assim todos os herdeiros ficam com bons e maus bocados de terra*.

¹²⁵² - O *Código Civil de 1967* no Artº 1653º define Enfiteuse como " (...) o contrato de Emprazamento, Aforamento ou Enfiteuse quando o proprietário de qualquer prédio rústico transfere o seu domínio útil para outra pessoa obrigando a esta a pagar-lhe anualmente certa pensão determinada a que se chama foro ou cânão (...)"

¹²⁵³ - Se não conseguimos encontrar Fontes que nos descrevessem o prédio rústico para o período enfitêutico, a leitura do Tombo da Comenda de Távora, da Ordem de Malta, elaborado em 1650 e relativo às aldeias da Ermida, Sobredo, Froufe e Lourido, permite-nos aventar que o Domínio Útil seria, de facto, muito parcelado ao ter em conta o número de caseiros, cento e vinte e dois, no conjunto dos seis Casais, embora não estejam discriminados os prédios rústicos, assim como as respectivas áreas.

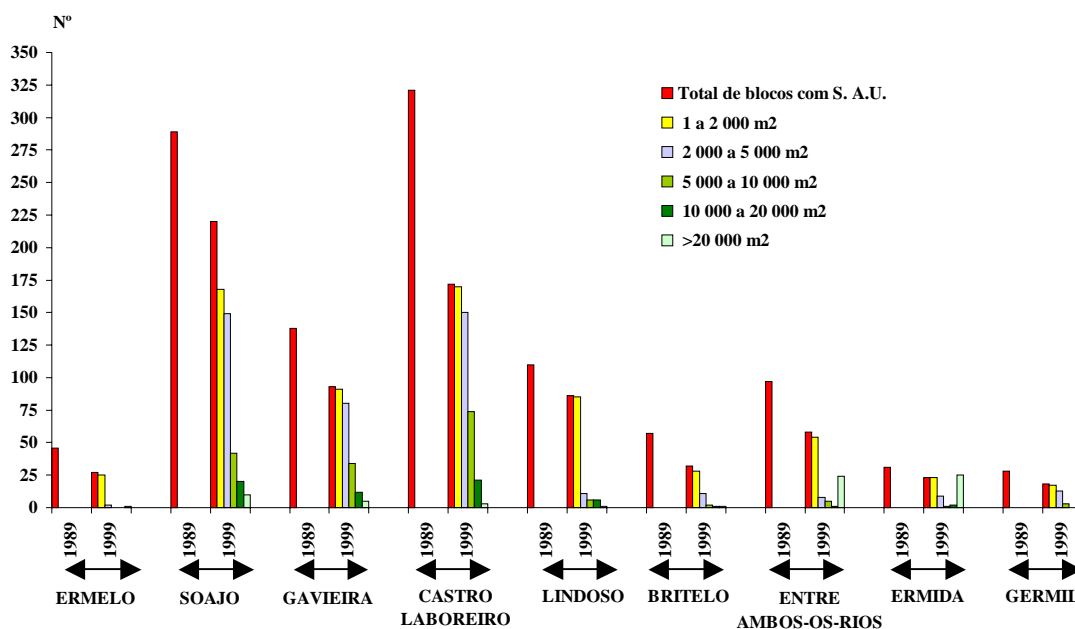
Arquivo Distrital de Braga, 1658, *Tombo da Comenda de Távora*, Livro 69, Couto de Aboim, fls. 1072-1084.

¹²⁵⁴ - Carvalho, Elza Maria Gonçalves Rodrigues, 1999, Basto (Stª Tecla), Uma leitura geográfica (do séc. XVI à contemporaneidade), N.E.P.S., Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 182-190.

¹²⁵⁵ - Não disponibilizamos indicadores para as aldeias galegas, em virtude das Entidades Oficiais, apenas cederem informação para o concelho, o que entendemos desvirtualizar a leitura, que pretendemos fazer à escala do lugar.

últimos séculos, assim como a dispersão que o caracteriza e que, por ventura, explicará *usos e costumes* nas actividades agrícolas, que vêm *de tempos imemoriais*.

Fig. 125 - Freguesias lusas: Explorações agrícolas e os blocos com S.A.U. (1989, 1999)



Fontes: R.G.A., 1989 e 1999, I.N.E., Lisboa.

Se para as freguesias lusas em estudo se verificou, na última década do séc. XX, uma evolução negativa no total de blocos com superfície agrícola utilizada¹²⁵⁶, por vezes acentuada, como em Castro Laboreiro, predominam nas freguesias da margem direita do Lima, à excepção de Ermelo, os blocos com dimensão inferior a meio hectare, 5 000 m² de superfície agrícola utilizada, enquanto no Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, “imperam” o bloco com uma área de S.A.U. não superior a 2 000 m². Salientamos, ainda, Entre Ambos-os-Rios e a Ermida, como as entidades geográficas em que adquire significado as explorações agrícolas constituídas por unidades fundiárias com uma área a ultrapassar os dois hectares.

Perante a informação estatística, oficial e publicitada tão reduzida enveredámos, nos inícios do séc. XXI, pela observação directa da realidade fundiária, que conjugámos com as informações preciosas, amavelmente fornecidas pelos nossos interlocutores com mais de sete

¹²⁵⁶ - Em relação a 1989, o R.G.A., apenas fornece informação sobre o total de blocos com superfície agrícola utilizada.

Se, para qualquer uma das freguesias lusas, não podemos dissociar a fragmentação dos blocos do direito sucessório, por morte dos progenitores, entendemos que a evolução positiva do total de blocos de S.A.U. na última década do séc. XX será, também, em parte, explicada pelo “novo” conhecimento adquirido, quando o agricultor efectuou o cadastro da sua propriedade rústica, na base do ortofotomapa à escala de 1/5000.

décadas de vida, sobre a dimensão e localização dos parcelas de cultura, não só da sua *lembrança*, como das memórias que lhes foram transmitidas pelos seus antecessores.

Diremos, na base das informações orais recolhidas, que a qualidade dos solos, quer os de fundo de vale, quer os das rechãs a cotas mais elevadas, funcionou como elemento determinante na fragmentação do prédio rústico, porque se tornava imprescindível, que todos os herdeiros do casal pudessem usufruir um rendimento, assaz mais elevado, nem que para isso, os irmãos ficassem co-herdeiros, em parcelas de cultura, que se foram dividindo através dos *marcos* e sulcos que, apenas, os próprios e os vizinhos conseguem distinguir.

Fragmentação fundiária, que as populações consideram “normal e natural”, pois é assim, desde os tempos dos antepassados mais afastados, mas, que corrobora a importância da silvo-pastorícia na sobrevivência de populações, que se defrontaram com a necessidade de fazer da agricultura um complemento, embora importante, da sua actividade, a agro-silvo-pastoril.

Como a tónica dominante na paisagem é a “invisibilidade” da parcela jurídica, deparámo-nos com a necessidade de questionarmos os nossos interlocutores sobre o(s) titular(es), por exemplo, de uma unidade de cultura, ou de *paul*, que, por princípio, nos referiam dois, três, ou mesmo, seis e oito proprietários, porque lá se encontravam os *marcos*, para nós, despercebidos, mas concretizados nas “pedrinhas” colocadas em “posições” estratégicas, outras vezes num pequeno bordo em terra, ou, num rego de condução da água e, portanto, *distinguem-se bem*¹²⁵⁷.

Acontece com muita frequência, principalmente, na margem esquerda do Lima, que na mesma unidade parcelar um proprietário possui dois e três prédios distanciados e intercalados por outras propriedades de outros vizinhos ou familiares.

Perante uma pulverização tão forte do prédio rústico, interrogámo-nos sobre o modo como se processava a “declaração” na respectiva Secção de Finanças. Se até meados da década de noventa, nas partilhas entre irmãos e familiares bastava a palavra, pois, assim o faziam os bisavós e tetravós, com o levantamento cadastral efectuado nessa década, a unidade de cultura, sempre com um nome, foi dividida em fracções numeradas e correspondente(s) à(s) propriedade(s) do respectivo titular.

Estruturas fundiárias que implicam ao agricultor um conjunto de *deveres e direitos de servidão*, entre outros, na utilização dos caminhos de acesso ao respectivo prédio e das condutas das águas de rega, que nunca se enquadraram na legislação jurídica instituída, mas

¹²⁵⁷ - Estivemos perante situações, como em Entre Ambos-os-Rios, Britelo e Lindoso, que toda a parcela estava de *paul* e, portanto, tornava-se difícil distinguir as unidades jurídicas, mas, espontaneamente e de imediato, o nosso interlocutor as delineava, porque sempre existia, em último recurso o *marco* escondido pelas ervas espontâneas, ou, o rego que, outrora, conduzia a água à cultura em desenvolvimento.

cujos cumprimentos se tornam fundamentais na harmonia e funcionamento *do dia a dia* da comunidade.

Instituições costumeiras que, em nossa opinião, resultam da adversidade justificada pelas condições difíceis da morfologia e do clima, dos solos pouco espessos e facilmente arrastados pela acção intensa dos fenómenos de escorrência, a que se associou a variação positiva e acentuada dos residentes, que era imperioso alimentar.

5.3.1. Os solos cultivados e a toponímia

Se em toda a área em estudo, lusa e galega, são frequentes e numerosos os casos de pulverização e dispersão dos prédios rústicos, que exigem a combinação e entendimento dos intervenientes no cumprimento de variadas *instituições costumeiras*, aldeias existem em que a comunidade organizou determinados espaços agrícolas em função de um estatuto e *performance* muito *sui generis*, apesar das variantes encontradas.

São os espaços agrícolas, que as populações identificam como as *veigas*, que se distinguem, frequentemente, pela extensão e morfologia, ou, então, pelo modo de gestão, nomeadamente, pelas normas e regulamentos de funcionamento, mas, que podem diferir, independentemente da localização se verificar, ou não, na mesma aldeia¹²⁵⁸ (Fig. 126).

Enquanto a Ermida, por exemplo, se destaca pelo facto de todas as parcelas cultivadas se distribuírem pelas *veigas*, reservando-se a expressão *campo*, para as parcelas cobertas por associações herbáceas espontâneas, o valioso feno, na maioria das aldeias lusas em estudo, a par das *veigas*, existem outras manchas cultivadas, a que as populações atribuem, genericamente, também, a designação de *campo*, no qual, se aplicam, na maioria dos casos, normas de funcionamento similares e, sempre, baseados, nos *usos e costumes imemoriais*.

Quando questionados pela existência simultânea das *veigas* e do *campo*, os nossos interlocutores, que foram vários e bem diversificados, tanto do ponto de vista cultural, como do grau de enraizamento na aldeia, não foram capazes de justificar semelhante distinção, cuja origem se esvai nos *tempos imemoriais*.

Castro Labreiro distingue-se, na área lusa em estudo, pela inexistência das *veigas*, pela expressão *campo*, a exemplo da Ermida, a ser atribuída às parcelas de feno e pelos *barbeitos*¹²⁵⁹ designarem as parcelas de culturas, o centeio e a batata, tubérculo que é de sequeiro na *veranda*, de regadio na *inverneira*.

¹²⁵⁸ - Procedemos a um levantamento e observação exaustivos das *veigas* lusas, pois entendemos que constituem uma boa amostra do universo das *veigas*, uma vez que nas aldeias da Galiza em estudo, as *veigas* eram "geridas" por "estatutos" semelhantes aos praticados na área lusa, desempenhando, também, uma posição importante nos modos de vida dos respectivos residentes.

¹²⁵⁹ - No Ribeiro de Cima e no de Baixo a expressão, apenas, engloba a parcela de batatas, pois a de milho designa-se habitualmente por *leira*, ou, *propriedade*.

Nas aldeias sem *veiga*, a expressão *campo* engloba toda as parcelas, cultivadas, ou, em pousio, como é o caso da freguesia da Gavieira, com excepção para Tibo.

Quando questionámos os residentes, nos diferentes lugares da Gavieira, pela existência singular da *veiga* de Tibo, todos foram unânimes e espontâneos em referirem a extensão da mancha contínua, outrora cultivada, como o elemento de distinção, relativamente, ao *campo*. De facto, a *veiga* de Tibo desenvolve-se em solo de aluvião, na secção terminal do "rio" da Pomba¹²⁶⁰, muito próximo da confluência com o "rio" da Peneda.

Nesta freguesia, a Gavieira, a fragmentação e dispersão do prédio rústico, a exemplo das outras freguesias com *veigas*, é, também muito acentuada, mesmo que a área cultivada seja cognominada, genericamente, por *campo*. Além disso, todo um conjunto de *direitos de servidão*, como por exemplo, o período estabelecido para as entradas de carro de bois, foram similares, quer estivessemos na *veiga*, ou, no *campo*.

Não conseguimos em toda a área em estudo, lusa e galega, onde as *veigas* também dominam, encontrar motivos fortes e claros, que justificassem semelhante distinção, uma vez que os *direitos de servidão*, a partilha e divisão de bens comuns como, por exemplo, os acessos e a água de rega, sempre se impôs em toda a área de cultivo, quer se enquadrasse na *veiga*, ou, no *campo*, sem, já, questionarmos a fragmentação e pulverização do prédio rústico e a toponímia.

De facto, encontramos áreas, ou, pequenos lugares designados por *veiga*, como por exemplo, em Castro Laboreiro, o lugar das Veigas, a jusante de Lamas de Vido, ou então, no Soajo, concretamente na "vila", dois lugares, o da Veiga onde se localiza o cemitério e o da Veiga de Bairros. Contudo, as populações de Castro Laboreiro e do Soajo, ou, melhor da "vila", são unânimes em não as distinguirem, em termos de estrutura agrária, ou de hábitos agrícolas tradicionais, pois é um nome atribuído a um lugar.

Se esta é a opinião generalizada não podemos deixar de referir a *lembrança* de uma octogenária da "vila" do Soajo sobre a descrição da área efectuada pela avó, uma mancha, que seria a *veiga* antes da implantação do cemitério, o "motivo" das alterações que se verificaram na paisagem.

Actualmente, além do cemitério, emergem as parcelas que se distinguem pela dimensão, já considerada assinalável, separadas por muros bem visíveis, que teriam substituído a "extensa" superfície cultivada, retalhada por pedrinhas, sulcos e carreiros, que não se impunham na paisagem, mas, eram suficientes para a distinção dos prédios, que pertenceriam a muitas famílias. Em Fevereiro/Março de cada ano seria *aberta* ao gado de

¹²⁶⁰ - Nesta secção o "rio" adquire o nome de "rio" da Veiga.

Fig. 126 – Lima raiano luso: *As veigas*, por lugar, em 2003

todos os proprietários para pastorear, em conjunto, no *restolho* e feno desenvolvido durante o Inverno.

A acreditar nesta *lembrança* estaremos perante uma *veiga*, que perduraria até meados do séc. XIX, sendo destruída pela construção do cemitério, cujo *terreno* excedente teria sido, gradualmente fragmentado, fechado e apropriado por habitantes.

Esforçámo-nos, em vão, por verificar junto de outros soajeiros, esta versão, mas, apenas, encontrámos uma memória muito vaga que, de modo nenhum, pode corresponder a um elemento "testador". Contudo, a designação do lugar, permite-nos admitir uma possível *veiga*, destruída pela construção do cemitério e recordada, em pleno séc. XXI e de modo objectivo, simplesmente pela toponímia.

Na freguesia do Soajo identificam-se de modo claro, as *veigas* em Vilar de Suento, Paradela e Adrão, enquanto o habitante da Várzea fala, de forma saudosa, nas duas *veigas* do lugar, a de Cima e a de Baixo, hoje submersas pela albufeira do Alto Lindoso (Fig. 126).

Diremos que na margem direita do Lima luso por nós estudado, além das quatro aldeias do Soajo, distinguem-se pelas *veigas*, Tibo e em Ermelo, o lugar da Igreja, contrariamente ao que acontece na margem esquerda, que, a par do *campo*, surgem em todas as aldeias, embora, se possam distinguir pelos modos de "gestão".

Em termos de morfologia agrária, a *veiga* corresponde, na maioria dos casos, a um conjunto de parcelas, as *leiras*, suportadas por socalcos¹²⁶¹, como que dispostas em anfiteatro, como nas três aldeias do Lindoso, na Ermida, em Adrão e Paradela, em Lourido e Sobredo, ou, Germil, ou então, a *plainos* de aluvião, como nas aldeias de Tibo, da Igreja, em Britelo, e Entre Ambos-os-Rios (hoje submersa pela albufeira de Touvedo), além de Froufe e Tamente.

Qualquer que seja a morfologia, distingue-se, na maioria dos casos, um muro contínuo, "forte", que a delimita, a que as populações do Lindoso chamam o *cordão*, que, de quando em vez, é interrompido por um dos vários portões, a *cancela*, que dá acesso a um dos caminhos principais, que conduz directamente à unidade morfológica que, esporadicamente, se pode identificar com o prédio jurídico, ou, nos casos mais vulgares e frequentes, é *pertença* de vários proprietários.

Além das *cancelas* existem os *portelos*, passagens secundárias, que surgem de quando em vez, no *cordão*, que se "escavou" junto ao solo para a circulação da *água de rega*, e, como é necessário acompanhá-la, a "altura" foi suavizada com a implementação de um degrau, ou então, com a retirada do bloco superior de granito.

¹²⁶¹ - Socalcos, cuja dimensão e desenvoltura dependem do declive do território em que se inserem.

Na *veiga*, a parcela de cultura apresenta dimensões muito variadas, mas, juridicamente, quase sempre dividida em prédios, de pequenas dimensões, os *cabeceiros*, distribuídos por vários proprietários, cujo estatuto social em muito dependia do respectivo quantitativo, apesar de, quase sempre, bem afastados entre si.

Unidades de morfologia agrária, que pela próprias especificidades fundiárias materializam um quadro estrutural *sui generis* em que sobressaem um conjunto de *direitos*, os *de servidão*, como as passagens para carros de bois e água de rega, a cevadura¹²⁶², ou, a calendarização das tarefas agrícolas, que ao transmitirem-se segundo *os usos e costumes* desde *tempos imemoriais*, constituirão uma verdadeira *instituição costumeira*.

Mesmo na *veiga*, existem prédios, as *tomadas*, assim denominados no Lindoso, cujos proprietários não são abrangidos pelos deveres de dar passagem de caminho, pelo simples motivo de corresponderem a leiras, ou seja, a parcelas distintas, "singulares", servidas por uma *cancela*, ou, um *portelo* exclusivo, embora cercadas, pelo menos em parte, pelo *cordão*.

A conservação das *veigas* em estudo implicava a execução de trabalhos, que exigiam a participação de todos os proprietários, como o *tapa muro*, isto é, o arranjo, ou, melhor, a conservação do *cordão*, o *fazer xurreira*, ou seja, antes de se iniciar o período da rega, arranjar e consertar as *poças* e os *regos* que as interligava à *veiga* respectiva, ou, o arranjo da rede de caminhos, que incluía o corte das silvas e plantas daninhas, cabendo a cada um a preservação das suas *testadas*, isto é, a fracção dos socalcos que suportava, directamente, os respectivos *cabeceiros*.

A determinação dos dias para a execução de este tipo de trabalhos, assim como a respectiva fiscalização, eram efectuadas pela autoridade, por princípio, o regedor¹²⁶³, mas poder-se-ia estender ao cabo, ou, simplesmente, ao zelador, tendo por suporte o quadro legal emanado dos respectivos *Código de Posturas*¹²⁶⁴.

Quem se recusasse em colaborar nos trabalhos de conservação do património, independentemente, da inerência à própria *veiga*, era alvo de represálias¹²⁶⁵, que poderiam ser monetárias, o pagamento de uma multa considerada, sempre, avultada pelos nossos diferentes

¹²⁶² - As populações designam por *ceiva*, *ceivada*, ou, *ceivadura*.

¹²⁶³ - Além da Autarquia existiam o regedor e o cabo nomeados, respectivamente, pela Entidade Camarária e pela Junta de Paróquia, actualmente, de Freguesia, além dos zeladores, que poderiam atingir, no máximo, dois elementos, indicados pelo povo.

¹²⁶⁴ - "Que a época para compor os caminhos será aquela que as autoridades julgarem mais conveniente".

"Posturas da Freguesia" in *Livro de Actas 3*, artº 8º, 1929, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso Lindoso.

ou

"Que no lugar do Castelo continuará em vigor o costume de as poças de rega serem feitas e limpas pelos proprietários das latadas que cobrem as ditas poças".

"Posturas da Freguesia" in *Livro de Actas 4*, artº 6º, 1929, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

¹²⁶⁵ - Pelas inúmeras conversas que estabelecemos com os residentes em todas as aldeias em estudo, este tipo de punições em muito dependia do grau de flexibilidade na aplicação das normas em vigor na aldeia, que se estendiam desde a marcação do calendário agrícola, nomeadamente, os dias da sementeira do centeio, ou, do milho e das segadas, à aplicação da multa ao residente, que não respeitou o *status quo*, secularmente, estabelecido.

interlocutores, ou, a proibição de benefícios, como, por exemplo, no Lindoso, o *direito ao roço*, ou seja, o aproveitamento *do talhão de estrume*, isto é, de mato que lhe tinha tocado em sorteio, quando se escusava em participar no concerto do *cordão*.

Evidenciamos, para toda a área em estudo, a obrigatoriedade dos residentes em participarem noutros tipos de trabalhos, também, estipulados pelas autoridades e que visavam a preservação do património da aldeia, nomeadamente, os caminhos, as *cabanas* e os *currais*, o adro da Igreja e o cemitério, por exemplo.

Direitos e deveres de servidão, que só poderão ser entendidos em função da estrutura fundiária e dos sistemas de cultura praticado, justificado pelo tipo de solo, condições climáticas e, logicamente, pela água de rega disponível, recursos naturais muito esparsos e adversos a uma produção de alimentos capaz de alimentar as comunidades de forma sustentável.

5.3.2. Cultura cerealífera: repercussões na estrutura agrária

Área vocacionada para a cultura cerealífera, seria a cevada, na época da civilização castreja, a colorir os solos menos espessos e mais pobres, os dos cimos aplanados, que contrastariam com os mais férteis, os de fundo de vale, votados para a ocupação florestal, nomeadamente, a floresta de folha caduca.

Mas, é para a Idade Média e relativamente à área lusa, que nos remetem as primeiras Fontes, por nós encontradas, as *Inquirições de 1258*, quando nos informam que no *foro* pago pelas populações se inclui, respectivamente, para Castro Laboreiro¹²⁶⁶ o "pão" e a cevada¹²⁶⁷, para o Soajo o "pão"¹²⁶⁸, para o Lindoso o "pão terçado"¹²⁶⁹, enquanto para Britelo¹²⁷⁰ e Entre Ambos-os-Rios, precisamente, o lugar de Tamente¹²⁷¹, o "bragal"¹²⁷².

¹²⁶⁶ - "(...) quando el Rey for in vila de Laboreiro dant a el de cada casa ij.ij. panes et senas teeigas de cevada (...)".

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, Lisboa, 1888 p. 389.

¹²⁶⁷ - Pela bibliografia consultada, somos de opinião que a expressão *pão* significa o *pão meado*, uma mistura de centeio e milho de sequeiro, muito provavelmente, o milho alvo.

Ribeiro, Orlando, 1991, "O Milho, A Vida Rural e a Expansão Portuguesa" in *Opúsculos Geográficos O Mundo Rural, IV Vol.*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 193-194.

Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ªEd., Vega, Lisboa, p. 85.

¹²⁶⁸ - "(...) senos panes de viii. panes in alqueire encetados (...)".

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, Lisboa, 1888, p. 396.

¹²⁶⁹ - "(...) ij. quarteiros de pam, scilicet, tertia de centeo et tertia de milo et tertia de painzo (...)".

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, Lisboa, 1888, p. 413-414.

¹²⁷⁰ - "(...) iij. bragaes e ij. cubitos de bragal (...)".

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, Lisboa, 1888, p. 413.

¹²⁷¹ - "(...) v j. bragal (...)".

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1888, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones, Vol. I*, Lisboa, p. 414.

¹²⁷² - Expressão que significará tanto a roupa branca como o pano com que é confeccionada.

Sampaio, Alberto, *Estudos Históricos e Económicos - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ªEd., Vega, Lisboa, p. 88.

Perante uma informação escassa, mas incisiva, somos de opinião que na Idade Média e nas rechãs aráveis, mas enxutas, de este Lima raiano se praticava um sistema rotativo de culturas de sequeiro com o milho, o alvo e o painço, cereais de Primavera, a alternarem com o centeio e a cevada, os cereais de Inverno, restando para as vertentes e chãs mais elevadas, nas *terras a que ninguém pertence* a exploração silvícola em comum.

Nos solos mais espessos e com mais água, logo, os mais férteis, nos quais sobressaem na área lusa os de aluvião, junto ao rio Lima, como são os de Tamente, Froufe, e da Igreja, quer de Ermelo, Britelo ou Entre Ambos-os-Rios, desenvolver-se-iam os linhares, produtores da matéria-prima, que complementar a lã dos ovinos na confecção do vestuário.

Embora não tenhamos conseguido fontes galegas que versem este tipo de problemáticas, para a época em causa, e sem querermos tirar dilações apressadas, somos de opinião, em função das condições ambientais e dos sistemas agro-silvo-pastoris praticados até meados do séc. XX, que a cor das rechãs cultivadas na Galiza em estudo não se ressentiriam da presença da fronteira política, pelo que seria a expressão da rotação das culturas de sequeiro, as da Primavera, a do milho, o alvo e o painço, em alternância com as de Inverno, a cevada e o centeio, a matizar o solo arável. A exemplo da área portuguesa, nos solos mais espessos e com mais água, nomeadamente, junto ao rio Lima e delineados, respectivamente pela fronteira, Lobios, Entrimo e Lobeira floresceriam os linhares.

Sem esquecermos as pequenas hortas, além das prováveis árvores de fruto e de uma vinha¹²⁷³, que, por ventura e de modo esparsos, matizariam os espaços mais abrigados, explicarão a escassez de vegetais na dieta alimentar medieval de este Lima raiano.

Condições muito favoráveis de desenvolvimento encontrou no noroeste peninsular, nomeadamente em áreas de *montanha*, um cereal, o milho grosso, que ao enriquecer a policultura, "revolucionou" não só a paisagem, como a qualidade de vida das famílias rurais.

Cereal que se adapta bem, quer aos socalcos e rechãs que quebram os maiores declives, quer aos patamares de fundo de vale e próximos da confluência das linhas de água mais proeminentes, que ao ser semeado tarde, para que o ciclo vegetativo se desenvolva de modo a "aproveitar" as temperaturas altas de Verão, exige, além da lavra, na sequência da qual se faz a sementeira, um esquema de rega, de modo a colmatar a evapotranspiração, e a permitir, também, nas parcelas em que se desenvolve, o ciclo evolutivo das culturas de Inverno e da Primavera.

¹²⁷³ - Sampaio, Alberto, *Estudos Históricas e Económicas - I, As Vilas do Norte de Portugal*, 1923, Col. Documenta Histórica, 2ªEd., Vega, Lisboa, pp. 92-95.

Se as "velhas" práticas agrícolas incluíam a rega dos prados e linhares, é com um saber tácito, que se estende, nos meses de Verão, os esquemas de regadio à cultura "nova", que, também exige os estrumes e o trabalho dos seculares animais de pastoreio, no que se aplica toda a mão-de-obra de uma população densa e sôfrega de novas produções¹²⁷⁴.

A primeira informação que conseguimos sobre o cultivo do milho grosso na área em estudo, reporta-nos para o século XVIII¹²⁷⁵, período em que a cultura se expandiria de modo sistemático e, decisivamente assumida, como a principal num sistema rotativo, por princípio, bienal, como a Fonte galega nos informa (Fig. 127).

Antes de prosseguirmos lembramos que a cartografia, que elaborámos, limita-se a dar uma informação qualitativa sobre as espécies de cultura predominantes nos diferentes lugares, pois desconhecemos, porque não encontramos Fontes, que nos esclarecessem sobre as manchas de ocupação do solo de acordo com as diferentes culturas.

Além disso, enquanto o *Interrogatorio* ao tomar como unidade territorial a jurisdição, discrimina as povoações nela inseridas, que no séc. XVIII correspondem, sensivelmente, àquelas que conhecemos na primeiros anos do séc. XXI, o *Dicionário Geográfico de 1758* não só menciona a freguesia como o conjunto de lugares nela inseridos e, ainda hoje, povoados.

Na laboração de este tipo de cartografia fomos "obrigados" a associar a cultura ao lugar mencionado, pelo que poder-se-á, numa leitura imediata, inferir que na Galiza dominaria uma maior mancha de cultivo, em comparação com Portugal, o que pode não ser verdade, em virtude de uma maior densidade de lugares.

Assim, a leitura qualitativa que a cartografia nos fornece, permite-nos inferir, com a ressalva de Castro Laboreiro¹²⁷⁶ que, de um modo global, toda a área em estudo, nos meados do séc. XVIII, era dominada pelo milho. Distinguimos Taboazas cujas condições naturais, apenas, permitem o desenvolvimento do centeio.

¹²⁷⁴ - Se a cultura milho *mais*, oriundo do continente americano, se ensaiava no início do séc. XVI na bacia do Gualdaquibir, teria vindo para Portugal, precisamente para o Campo do Mondego, no primeiro quarteirão do mesmo século para, no século XVII, ser o alimento em "moda" nas terras baixas de um noroeste identificado com o Minho (ter-se-ia expandido durante este século, o XVII, pela Galiza, muito provavelmente, a partir do Minho) para nos séculos posteriores, se expandir pelas áreas de montanha.

Ribeiro, Orlando, 1991, "O Milho, A Vida Rural e a Expansão Portuguesa" in *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV Vol., Fundação Calouste Gulbenkian, p. 198.

Ribeiro, Orlando, 1998, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Liv. Sá da Costa, 7ª edição, Lisboa, p. 115.

¹²⁷⁵ - "Interrogatorio" in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livros nº 1935 (concelho de Entrimo), 2187 e 2196 (concelho da Lobeira), 2205, 2208, 2212, 2216, 2219 e 2222 (concelho de Lobios), Arquivo Historico de Ourense, Ourense.

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 7, fls. 1239-1242 (Britelo); Vol. 13, fls. 185-200 e 249-261 (Entre-Ambos-os-Rios, Ermelo e Ermida); Vol. 17, Memória 27 (Gavieira) e fls. 209-215 (Germil); Vol. 20, fls. 665-672 (Lindoso); Vol. 35, fls. 1363-1368 (Soajo), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

¹²⁷⁶ - Não existe no Arquivo da Torre do Tombo a Memória Paroquial referente a Castro Laboreiro.

Se ambas as Fontes nos informam sobre a importância dos cereais na produção agrícola, evidencia-se o milho especificado como *grosso*, na Fonte espanhola, mas, que a portuguesa só distingue para as freguesias do Lindoso e de Britelo (Fig. 127).

Se *as Memórias Paroquiais* em estudo omitem para sete freguesias a variedade de milhos cultivados, mas, como na área galega o milho miúdo e o painço adquiriam uma certa importância, aventamos que, muito provavelmente, os milhos medievais, ainda, se cultivariam na área lusa, embora com menor expressão.

Além disso, há que questionar desde quando as populações começaram a cultivar o milho de crescimento mais rápido, o *milho centeiro*, também conhecido pelo *milho de estivada* ou o *milho serôdio*, isto é, aquele que se semeava, após uma cava ligeira efectuada no *restolho* de centeiro, logo a seguir à ceifa, sensivelmente em finais de Junho, pelo que, também, se regava no período estival.

Apesar de todas as limitações e sem querermos tirar dilações apressadas, aventamos que, muito provavelmente, o *milho grosso* de regadio encontrar-se-ia em fase de evolução positiva, pois o milho de sequeiro que, em termos comparativos é, sempre de menor rendimento, adquiria uma certa expressão, em alternância com o centeiro, ou, esporadicamente com o trigo.

Indiferente ao modo como o domínio da cultura é descrito e tendo em atenção de que a respectiva expansão ter-se-ia feito a partir do Minho, não nos restam dúvidas, que a nova gramínea assumiria uma posição importante na dieta alimentar transfronteiriça.

Independentemente de todos os condicionalismos seria o milho e o centeiro a constituírem as manchas cerealíferas predominantes, nomeadamente, nas povoações lusas (Fig. 126).

Evidenciamos as culturas do linho e do trigo que matizavam toda a mancha cultivada galega, enquanto em Portugal limitar-se-iam a colorir parcelas das freguesias de Britelo, de Entre Ambos-os-Rios e do Soajo¹²⁷⁷.

Mas, se a exemplo do *Dicionário Geográfico*, o *Catastro de Enseñada*, ou, melhor, o *Interrogatorio* contém a descrição das produções, nomeadamente as cerealíferas, fornece, também, outras informações importantes para uma leitura geográfica, ao distinguir, embora não os delineie, os solos com aptidão para as culturas de regadio e de sequeiro, classificados, por sua vez, em três categorias, ou melhor, três qualidades (Quadro 26) em função do

¹²⁷⁷ - Por curiosidade, os párocos que declaram as suas freguesias produtores de trigo, linho e vinho utilizam a expressão "produz mais" enquanto para a produção de trigo o fazem com a afirmação "produz ainda que pouco".

Fig. 127 – Lima raiano luso: Culturas em meados do séc. XVIII

respectivo rendimento¹²⁷⁸, ou seja, o solo de *primeira, segunda e terceira qualidades*.

A exemplo do séc. XX, nas áreas de regadio, o milho *grosso* estreme, ou esporadicamente associado com o feijão, era a cultura de Verão, para dar lugar no Inverno, ou, simplesmente à *forragem/restolho*, ou, ao nabal, que se semeava, a par da *ferrã*¹²⁷⁹ (Quadro 26).

Eram os linhares¹²⁸⁰ que alternavam e matizavam os "lavrados de regadio", em períodos rotativos de dois, ou, quatro anos, sendo aquele, o bienal, o mais usual.

Nos solos de sequeiro desenvolvia-se, também, o milho *grosso* em rotações, embora mais distanciadas no tempo, com o centeio, esporadicamente com o trigo, sem esquecer os solos mais pobres, em que o centeio "rodava" com o milho painço, em povoações dos actuais concelhos da Lobeira e de Lobios (Quadro 26).

Quando fazemos uma leitura comparativa de ambas as margens limianas (Quadro 26) em território galego, verificámos que era a ocupação intensiva do solo que predominaria, com a policultura promíscua a garantir o maior rendimento da unidade de solo arável.

Como desconhecemos a localização e dimensão dos espaços de sequeiro e de regadio, o que nos impossibilita uma leitura objectiva e comparativa com a realidade predominante, até meados do séc. XX, o trabalho de investigação, que efectuámos, permite-nos aventar que a associação do milho e feijão, que alternava com o linho, efectuar-se-ia nas parcelas de menor altitude, próximo da confluência das linhas de água, onde se desenham as parcelas de maior dimensão e com solos mais férteis, os de aluvião, embora os esquemas de rega, sempre

¹²⁷⁸ - As produções, sempre declaradas por unidade de superfície, o *ferrado*, eram determinadas em função da produção média, para um período de oito anos, cuja unidade, embora distinta, também se designava por *ferrado*. Exemplifiquemos com a "descrição" de uma área de regadio relativa a Entrimo.

"A quantidade de frutos que produz cada medida de *ferrado* de terra em sementeira que levam calculada oito nos anos com outros e com uma ordinária cultura é da forma seguinte: *ferrado* de terra de lavradio regadio de primeira qualidade que regularmente se semeia de milho *grosso* um ano e feijão intercalado com ele produz de milho sete *ferrados* e de feijões meio quarto e decorrido este fruto no mesmo ano se semeia de *ferrã* e frutifica desta espécie três *haces* e no qual não produz outros frutos alguns; e no seguinte ano se semeia de linho e frutifica seis *haces* qua cada um se compõe de um peso regular que pode transportar uma mulher desde a herdade ao rio para seu curtimento e de linhaça o mesmo *ferrado* e meio que se há deitado à terra e depois de curtido este fruto se semeia o mesmo de nabos e *ferrã* intercalados com eles pelo que regularmente de nabos quatro reais e de *ferrã* um real respeito que este não se usa mais que para gasto dos gados, eis os frutos que produz o dito *ferrado* de terra de regadio de primeira qualidade e no término de dois anos = que um *ferrado* de terra de lavradio de segunda qualidade se semeia de milho *grosso* e feijões intercalares com ele e frutifica de milho cinco *ferrados* e de feijões meio quarto e no mesmo ano não frutifica outra coisa e no seguinte se semeia de linho e produz cinco *haces* do mesmo peso e disposição do de primeira qualidade cujos cinco *haces* são o mesmo *ferrado* e meio de linhaça que se semeia e decorrido o mesmo ano se semeia de nabos e *ferrã* intercalados cuja utilidade de nabos ronda os dois reais e cujos dois anos não frutifica outra coisa = que o *ferrado* de terra de lavradio regadio de terceira qualidade se semeia de milho *grosso* e um ano frutifica quatro *ferrados* e no qual não produz outra coisa e o seguinte se semeia de feijões e frutifica desta espécie um *ferrado* = ".

"Interrogatorio" in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Orense*, 1753, Livros nº 1935 (concelho de Entrimo), Arquivo Historico de Ourense, Ourense.

¹²⁷⁹ - Na Fonte encontra-se a expressão *ferraña*, que não conseguimos encontrar no dicionário, mesmo, o espanhol. Em troca de opinião com duas simpáticas técnicas do Arquivo Histórico de Ourense, após uma busca em todos os dicionários que o Arquivo possui, chegamos a uma opinião de que se tratará de uma forragem em que na composição entra o centeio. Ora, como em Portugal, no restolho do centeio se semeia centeio de má qualidade para se obter uma *ferrã*, que constitui um óptimo alimento para o gado, optámos por traduzir a expressão como *ferrã*, apesar da dilação que estamos a efectuar.

¹²⁸⁰ - Não conhecemos Fontes que fundamentem a época em que se iniciou o cultivo do linho na Galiza. Contudo, os especialistas são de opinião que, já, na Idade Média, a cultura tenha adquirido uma grande preponderância.

Fernández, Xaquín Lorenzo, 1933/1934, "Notas Etnográficas da Terra de Lobeira. O liño e a lá" in *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, VI, Compostela, pp. 27-81.

dependentes da gravidade¹²⁸¹, seriam estabelecidos em função dos açudes traçados a partir dos *arroios*¹²⁸² e das nascentes.

À medida que se sobe em altitude, assistir-se-ia a uma alteração gradual dos tons e cores das vertentes, com as culturas menos exigentes a imporem-se, decisivamente, nas rechãs que constituem a paisagem.

Outras informações preciosas nos fornecem as duas Fontes, lusa e espanhola, nomeadamente, em relação às vinhas.

A vinha ao implantar-se no patamar cuja altitude medeia sensivelmente os 300 metros, quer em Portugal, quer na Galiza, nestes espaços, nos galegos, distribuir-se-ia, pontualmente, a cotas muito próximas dos 600 metros, que se explicará pela boa exposição geográfica dos lugares (Fig. 126, p. 591).

Em relação à vinha¹²⁸³, a fonte espanhola distingue a vinha *rasa*, a da cepa baixa, e a vinha *parral*, a da cepa alta, sendo esta mais produtiva¹²⁸⁴.

Embora desconheçamos a verdadeira extensão das vinhas, a fonte espanhola leva-nos a admitir a sua importância na economia das comunidades, o que aconteceria, também, na parte lusa com as aldeias, que reuniam condições mínimas para o respectivo ciclo evolutivo¹²⁸⁵, apesar de se produzir vinho ácido e com pouco álcool¹²⁸⁶ (Fig. 127, p. 599).

Sem conseguirmos informação suficiente sobre o tipo de cepa que predominaria na área lusa, somos de opinião que seria, já, a vinha de enforcado a "impôr-se" na paisagem, com o carvalho a constituir o suporte ao caule volúvel, anualmente, renovado¹²⁸⁷.

¹²⁸¹ - Não podemos deixar de referir que nas *Memórias Paroquiais*, os Párcos de Britelo, Entre Ambos-os-Rios e Ermelo, informam que as parcelas cultivadas junto ao rio Lima não são irrigadas pelo caudal deste, em virtude de correr a um nível inferior.

¹²⁸² - Designação local de linhas de água de pequeno caudal, mas com uma grande força viva. Expressão equivalente, na parte lusa, a *corgas*.

¹²⁸³ - A produção da vinha, o vinho, era medida, por princípio, em *moios*, em que a unidade se subdividia em dezasseis *quartos*, correspondendo cada *quarto* a vinte *quartilhos*, no caso de Entrimo. Se, em toda a área, o *moio* se subdividia em dezasseis *quartos*, a equivalência do *quarto* em *quartilhos* variava. Assim, por exemplo, se em Entrimo correspondia a vinte, em Arauxo e San Miguel, já, era a dezasseis, enquanto em Grou (San Mamede), Rio Caldo ou Manfm, se subdividia em dezoito *quartilhos* ou *picholas*.

¹²⁸⁴ - Em Entrimo, por exemplo, um *ferrado* de vinha de cepa daria em média, um *moio*, onze e oito *quartos*, consoante fosse, respectivamente, de primeira, segunda ou terceira qualidade.

Um *ferrado* de vinha de *parral* produziria vinte e quatro, catorze e dez *quartos*, de acordo com a qualidade do solo, de primeira, segunda ou terceira.

Em Manfm, que reúne condições mais adversas à viticultura, um *ferrado* de vinha *parral* produziria sete, quatro e dois *quartos*, conforme o solo fosse de primeira, segunda e terceira qualidade, enquanto o mesmo *ferrado* de vinha *rasa*, daria seis, três e dois *quartos*, segundo o solo de primeira, segunda e terceira qualidade.

¹²⁸⁵ - O párcos de Entre Ambos-os-Rios ao fazer referência à produção de vinho acrescenta "(...) os lugares que ficam mais próximos do rio Lima, alguns do Soajo, Ermelo, Lindoso, e os dois de Lourido e Tamente se colhe bastante vinho (...)".

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 13, fls. 185-200 (Entre Ambos-os-Rios), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

¹²⁸⁶ - O párcos de Britelo ao comentar o gosto que os seus fregueses tinham pelo vinho acrescentava "(...) embora vinho de castas muito azedas (...)".

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 7, fls. 1239-1242 (Britelo), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

¹²⁸⁷ - O párcos de Britelo lamentava, também, o interesse dos seus fregueses na plantação de carvalhos em detrimento de outras árvores de fruta, que se poderiam desenvolver em função das condições locais.

"(...) carvalhos com vides (...)".

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 7, fls. 1239-1242 (Britelo), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Espécie de ambiência mediterrânea, a vinha não seria complementada na área galega pela presença da oliveira¹²⁸⁸, enquanto na área lusa a produção do azeite indicia, logicamente, que a oliveira matizaria as freguesias de Ermelo, Britelo e Entre Ambos-os-Rios¹²⁸⁹, existindo, até, um lagar em Froufe, "o suficiente para moer toda a azeitona da área em redor"¹²⁹⁰.

Curiosamente, as culturas associadas ao mundo mediterrâneo matizavam a mancha cultural de este Lima raiano, precisamente nas chãs ao abrigo dos ventos de norte/leste e melhor expostas à incidência da radiação solar.

Sobre as produções consideradas de pouca importância, como as das hortas, as *Memórias Paroquiais* omitem qualquer informação, enquanto o *Interrogatorio* distingue as de sequeiro e as de regadio, embora, se limite a referenciar que "se semeiam vários frutos", ou seja, espécies várias de hortícolas, e, claro está, a indicar o valor médio da produção de um *ferrado*¹²⁹¹.

Os prados não podiam ser esquecidos distinguindo-se no *Interrogatorio* os que produzem a erva para alimentação do gado, nomeadamente erva seca, que depois de cortada, "ficam de pasto", ou, os de "terceira qualidade", que, por princípio, "só servem para pasto", referências "esquecidas" pela Fonte portuguesa.

Além disso, se as *Memórias Paroquiais* se limitam a descrever os animais que pastoreiam nas *serras*, ou, esporadicamente a enumerar as espécies arbustivas¹²⁹² e arbóreas¹²⁹³ que as cobrem, no *Interrogatorio* distingue-se nos *montes*, os "arborizados", ou sejam, os soutos e respectivas produções de "castanha verde" e as devesas de *robles*¹²⁹⁴, que

¹²⁸⁸ - O *Interrogatorio* não lhe faz qualquer menção.

¹²⁸⁹ - A produção de azeite é referida pelas expressões "produz ainda que pouco" em relação a Ermelo e "produz" para as freguesias de Britelo e Entre Ambos-os-Rios.

¹²⁹⁰ - Somos de opinião que, quer no Soajo, na "vila, quer no Lindoso, em Cidadelhe, as parcelas encaixadas, junto ao rio Lima, reuniam condições favoráveis à cultura, mas, os respectivos párcos limitam-se a referenciar "o que se produz mais".

¹²⁹¹ - Exemplificamos com a descrição referente à freguesia de Maním: "(...) um ferrado de horta de primeira qualidade assim de regadio como de sequeiro onde se semeiam diferentes sementes e não admite cálculo separado de primeira qualidade em trinta reais ao ano, de segunda qualidade vinte reais ao ano e de terceira qualidade em dez reais ao ano (...)"

"Interrogatorio" in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livros, 2216 (Maním, San Salvador), Arquivo Historico de Ourense, Ourense.

¹²⁹² - "(...) é povoada esta de urzes, carqueijas e giestas e silvas e tojo e algas partes as cavão de barbeito e largão fogo e ao depois semeião centeio, e não tem ervas medicinais (...)"

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 17, fls.209-215 (Germil), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

¹²⁹³ - "(...) As plantas da serra sam carvalhos cerquinhos, sobreiros, azevinheiros, ameeiros, cerejeiras silvestres, salgueiros (...)"

Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 20, fls. 665-672 (Lindoso), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

¹²⁹⁴ - "(...) Um *ferrado* de devesa de robles sendo de primeira qualidade se corta de oito em oito anos pelo ar e pelo pé e produz dois carros de lenha, os de segunda qualidade se corta pelo ar e pelo pé de dezasseis em dezasseis anos e produz os mesmos dois carros e os de terceira qualidade se corta pelo ar e pelo pé de trinta e dois em trinta e dois anos e frutifica um carro (...)"

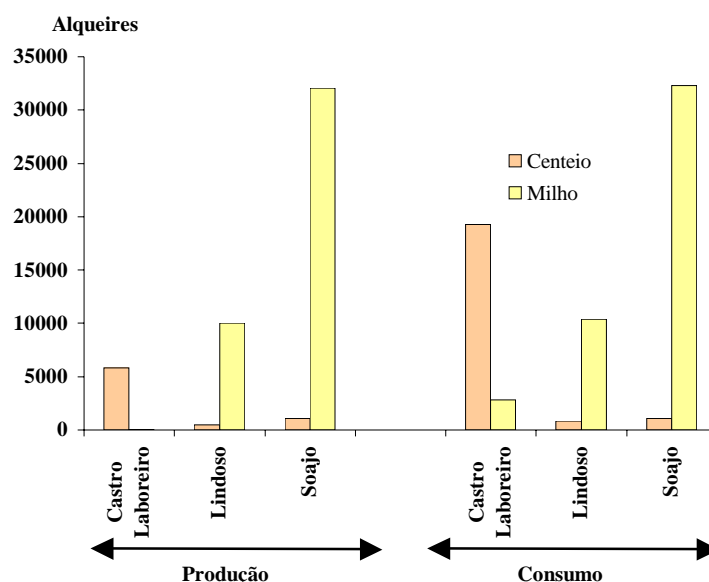
"Interrogatorio" in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livro 2212 (Lobios, San Miguel), Arquivo Historico de Ourense, Ourense.

"produzem algum estrume para as propriedades", além daqueles que se limitam a "produzir estrume ou tojo", ou, "algum pasto para o gado"¹²⁹⁵.

Independentemente das metodologias utilizadas, mas, sempre orientadas pelas finalidades, que se pretendiam atingir com a realização de este tipo de inquéritos, a leitura de ambas as Fontes permite esboçar as manchas vegetais, cultivadas, ou, espontâneas, mas que predominaram em pleno século XVIII neste Lima raiano.

Assim, na área cultivada, a exemplo dos séculos posteriores, evidenciar-se-ia a mancha cerealífera, com destaque para o milho, provavelmente o *grosso*, e o centeio num sistema rotativo, predominantemente bienal. Produção cerealífera que seria insuficiente, nomeadamente, na área lusa, a avaliar pelo *défice* da produção em função das necessidades alimentares no séc. XIX (Fig. 128).

Fig. 128 - Produção e consumo cerealíferos nos três concelhos lusos (1835-36)



Fonte: *Estatísticas do distrito de Viana do Castelo*, Administração Geral de Viana, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Salienta-se Castro Laboreiro a produzir, apenas, o centeio e em quantidades muito inferiores às necessárias para a dieta alimentar, pelo que a sobrevivência era, de facto, muito

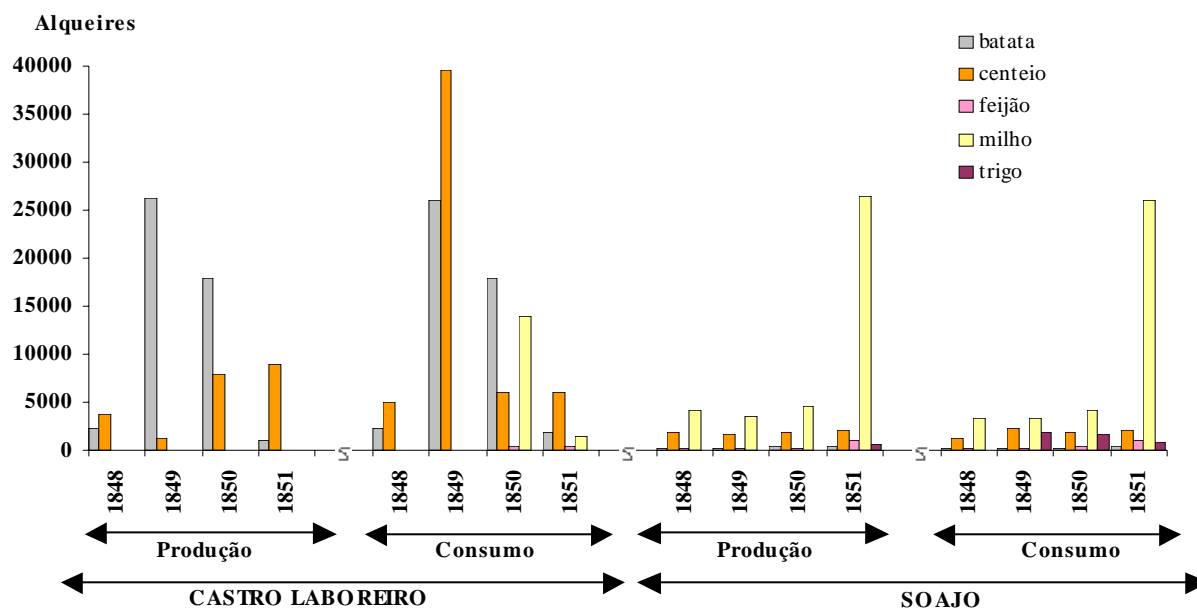
¹²⁹⁵ - "(...) um *ferrado* de monte que produz estrume de primeira qualidade se corta de três em três anos e frutifica dois carros, os de segunda qualidade se corta de seis em seis anos e produz os mesmos dois carros, os de terceira qualidade nunca se corta e só serve para pasto e diversão dos gados (...)".

- A.H.O., "Interrogatorio" in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livro 2219 (Rio Caldo, Stª Maria do Vale).

difícil, pela impossibilidade do cultivo de outras culturas, como constatou D. Frei Caetano Brandão, na sua visita, em 1791¹²⁹⁶.

Não podemos esquecer a batata que, em pleno século XIX, se expandiria por este Lima raiano, nomeadamente por Castro Laboreiro (Fig. 129)¹²⁹⁷.

Fig. 129 - Principais culturas nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo (1848-1851)



Fonte: Estatísticas do distrito de Viana do Castelo, Administração Geral de Viana, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo.

Se os valores obtidos para a colheita de 1851 indicam uma quebra brusca na produção, questionamos se eles traduzem uma ineficácia na recolha dos dados, ou, se pelo contrário, reflectem um "mau ano para a batata", de imediato ultrapassado pelas safras seguintes, ou, então, correspondem ao início de um longo período, que, por motivos, que desconhecemos, conduziram a um declínio na produção do tubérculo, ou, simplesmente, dão continuidade a valores, como os de 1848, que, prolongar-se-iam até ao século XX¹²⁹⁸.

Aventamos esta última hipótese em função do testemunho prestado pela população castreja, quer dos lugares "fixos", quer das *verandas*, com mais de sete décadas de vida, que

¹²⁹⁶ - "(...) arvore fructifera nem huma só; e ainda as outras são muito raras: não há milho nem trigo, nem hortaliça de casta alguma; apenas o grão de centeio (...)".

Brandão, D. Frei Caetano, 1818, Memórias para a História da Vida do Venerável Arcebispo de Braga, Tomo II Impressão Régia, Lisboa, Tomo II, p. 119.

¹²⁹⁷ - Estas estatísticas, e todas as recolhidas no séc. XIX, terão que ser consideradas partindo da probabilidade em poderem conter uma grande margem de erro, devido à dificuldade em se obter da parte dos agricultores os valores verídicos sobre as suas produções.

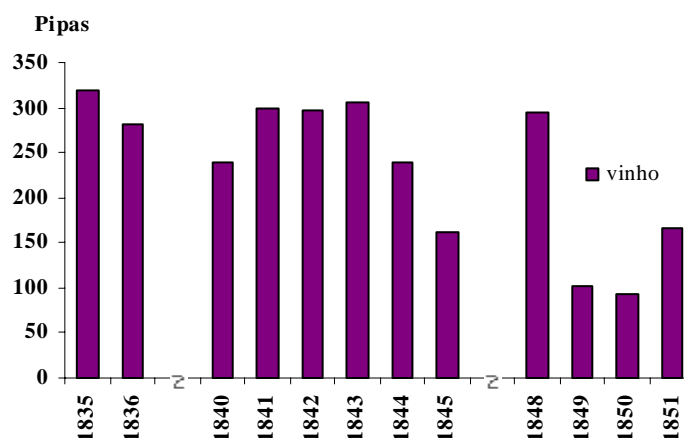
¹²⁹⁸ - Se as estatísticas, que conseguimos, referem, para 1851, uma produção de 1000 alqueires de batata, ela seria, de acordo com a mesma Fonte, de 23 000 alqueires, em 1854.

não se cansou em nos recordar a escassez de alimentos¹²⁹⁹ que caracterizou, não só os seus primeiros anos, como *os tempos dos pais e avós*, em virtude da sobrevivência depender do centeio, pois a cultura da batata, apenas, adquiriu importância económica, quando se começou a escoar para outros lugares¹³⁰⁰, atingindo o expoente máximo a partir das primeiras décadas do séc. XX.

Ora, se o centeio era a cultura, exclusivamente consumida na alimentação, quer do homem, quer dos animais, a batata era sinónimo de valor fiduciário, assim como o gado de pastoreio.

Exceptuando-se, portanto, os lugares "fixos" e as *verandas* castrejas, além das *verandas* da Gavieira, a que acrescentamos a aldeia galega de Taboazas, espaços cujas condições naturais, nomeadamente as climáticas, apenas, permitem o desenvolvimento de um único cereal de sequeiro, o centeio, todo o "Lima raiano", nos últimos séculos, corria-se por uma policultura, em que sobressaía a cultura cerealífera de regadio, concretamente, a do milho *grosso*¹³⁰¹, sem se esquecer as manchas descontínuas de trigo e dos linhares, além das da vinha cuja produção, para o Soajo e no séc. XIX, a Fig. 130 pretende representar¹³⁰².

Fig. 130 - Produção vinícola no concelho do Soajo (1835-1851)



Fonte: *Estatísticas do distrito de Viana do Castelo*, Administração Geral de Viana, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo.

¹²⁹⁹ - "(...) seus ordinarios frutos são centeyo, & pouco milho miudo (...) bastantes nabos, menos couves Gallegas (...)".

Costa, Pe. António Carvalho, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topographica*, Tipographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 2ª Ed., Braga, p. 300.

¹³⁰⁰ - Quando se descobriu mercado para o tubérculo, as condições de vida melhoraram, pois como nos diziam os nossos simpáticos interlocutores na Primavera e Verão de 2003, (...) *o centeio que se cultivava foi sempre para o consumo da casa (...) cultivava-se batata para fazer dinheiro (...) começou-se a viver melhor* (...).

¹³⁰¹ - Não se encontram no Arquivo Distrital de Viana do Castelo indicadores estatísticos sobre as produções do Lindoso, embora, a exemplo do Soajo e Castro Laboreiro, fosse um concelho do mesmo distrito.

¹³⁰² - Para os anos 1839, 1846 e 1847, a Fonte, sem justificar, refer "valores não declarados".

Independentemente do grau de fiabilidade, os valores permitem admitir a imprevisibilidade das produções, muito dependentes das condições climáticas, evidenciando-se, para este período, as vindimas de 1849 e 1850, como as menos produtivas¹³⁰³, apesar de se conseguir "o vinho mais temporão da província"¹³⁰⁴.

Se as Fontes escritas, lusas e galegas, não nos dão informação suficiente sobre os espaços efectivamente ocupados pela vinha, aventamos, em função dos diálogos que encetámos com a população de ambas as nacionalidades, que os patamares vitícolas de há, sensivelmente dois séculos, não difeririam, em substância, dos matizes conferidos pelas cepas dos meados do séc. XX, que se distribuíam pelas cotas que não ultrapassavam, em média, os trezentos metros, com excepção para as encostas "soalheiras", ou seja, as abrigadas dos ventos frios de norte e de leste (Fig. 131).

De facto, no intervalo de dois séculos não se teriam verificado alterações significativas nas cores e tonalidades da mancha cultivada em toda a área que estudamos (Fig. 126, p. 591; Fig. 131).

A vinha continuaria a cobrir as parcelas mais abrigadas e com melhor exposição à incidência dos raios solares, enquanto as duas culturas cerealíferas expandir-se-iam por todas aquelas courelas, que independentemente da dimensão, ou do declive, poderiam contribuir no aumento, ainda que reduzido, da produção do agregado familiar.

Antes de prosseguirmos, recordamos que nos encontramos perante uma cartografia, que, a exemplo do mapa das culturas do séc. XVIII e pelos mesmos motivos, nos permite, apenas, uma leitura qualitativa sobre a distribuição das principais espécies cultivadas há, sensivelmente, cinco a seis décadas, tendo como fonte a informação que recolhemos junto das populações, no período de três anos (2002-2004).

Como a técnica de cultivo principal, com excepção para Castro Laboreiro, para as *verandas* da Gavieira e para Taboazas, era a rotação anual, ou, bienal da cultura "rica", o milho, com a "cultura" pobre, o centeio, optámos na representação cartográfica por mencionar, para cada lugar, o cereal dominante (Fig. 131).

Contudo, nas aldeias em que era o milho a "impor-se" na paisagem, sempre existia, o matiz do centeio, com a batata a "colorir" parcelas de dimensão reduzida, por princípio, nos quintais.

¹³⁰³ - A Fonte, em jeito de nota, refere para a colheita de 1850, mas sem justificar, que se tratou "da mais escassa que tem havido no concelho".

¹³⁰⁴ - "(...) é de tão bom clima a terra que o vinho é o mais temporão na província (...)",

Costa, Pe. António Carvalho, 1868, *Corografia Portuguesa e Descrição Topographica*, Tipographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 2ª Ed., Braga, p. 230.

Fig. 131 - Lima raiano luso: Culturas em meados do séc. XX

O linho, a exemplo dos meados do séc. XVIII, manteria, sensivelmente, os "seus espaços", pois nem a Gavieira, ou Castro Laboreiro, Ermida, ou Germil, em Portugal, e Taboazas na Galiza, reúnem condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento.

Evidenciamos, em Castro Laboreiro, os prados, os *campos* de forragens regados ao longo de todo o ano, pela expressão "verde" que tão bem se distingue dos tons amarelos e castanhos que dominam a paisagem castreja. (Fig. 131), além de corresponderem aos espaços que proporcionavam *o maior rendimento* aos respectivos proprietários.

Contudo, era o centeio a única cultura cerealífera que emergia na paisagem castreja, em alternância, ou, com a batata, a cultura mais exigente, ou, o pousio¹³⁰⁵ em que proliferavam as *forragens/restolho* utilizadas como pastagem para os animais de pastoreio. (Quadro 27).

Ao semear-se em finais de Agosto, princípios de Setembro¹³⁰⁶ para ser cortado no Junho/Julho seguintes, o ciclo evolutivo da pragana correspondia a um ano agrícola, quer em Castro Laboreiro, quer na Gavieira, ou melhor nas respectivas *verandas*¹³⁰⁷ (Quadro 27).

A plantação da batata exigia uma preparação "cuidada" do solo, sinónimo de se tornar necessário estrumar¹³⁰⁸, acto único na rotação completa. Uma vez o tubérculo extraído no mês de Agosto procedia-se, de imediato, à sementeira da pragana¹³⁰⁹, ou seja, nos finais do mesmo mês de Agosto, podendo-se prolongar até Setembro.

Há a evidenciar a duração mais prolongada, cerca de dois meses, do ciclo da batata nas *inverneiras* castrejas, em virtude da irrigação praticada¹³¹⁰ (Quadro 27)

¹³⁰⁵ - Se a rotação bienal era a mais frequente, de acordo com a espessura dos solos, era frequente o pousio atingir dois ou mais anos.

¹³⁰⁶ - Era frequente iniciar as sementeiras em finais do mês de Agosto.

¹³⁰⁷ - A produção do centeio e da batata fazia-se quase e só nas *verandas*. O solo arável das aldeias principais era para a cultura do cereal rico, o milho.

¹³⁰⁸ - O solo só era estrumado, quando em preparação para a cultura mais exigente, a da batata.

¹³⁰⁹ - Como era a cultura menos exigente nunca se estrumava o solo, quando se procedia a uma sementeira de centeio. Assim, a sementeira efectuava-se, sempre, *na terra das batatas*, ou, após um ano de pousio. Contudo, outros casos se verificavam, como por exemplo, em dois anos sucessivos semeava-se na mesma parcela o cereal para no ano imediato, após a ceifa, no restolho, se fazer outra sementeira, a fim de se obter a ferrã, isto é, uma forragem para o gado. Há a evidenciar que, quando se procedia a uma nova cultura, batata ou centeio, na parcela da pragana, procedia-se à queimada do restolho, as *centeeiras*.

¹³¹⁰ - A batata era uma cultura de sequeiro nas *verandas* e uma cultura de regadio nas *inverneiras*, em virtude de existir uma maior capacidade de rega nas aldeias anichadas no vale encaixado.

Quadro 27 - Um calendário agrícola nos *espaços de centeio*, meados do séc. XX

Castro Labreiro e Gavieira

Castro Labreiro		Culturas	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Lugares "fixos"*	1º Ano	batata centeio				●	→	→	→	→	→			
	2º Ano	centeio							→	→	●			
	3º Ano	centeio ferrã (centeio)							→	→	●			
e Verandas	1º ano	centeio									●			
	2º ano	centeio							→	→	●			
	3º ano	ferrã (centeio)							→	→	●			
Inverneiras	1º Ano	batata centeio			●	→	→	→	→	→		●		
	2º Ano	centeio							→	→				
	3º Ano	batata centeio			●	→	→	→	→	→		●		
ou	1º ano	centeio									●			
	2º ano	centeio							→	→	●			
	3º ano	centeio ferrã (centeio)							→	→	●			
Gavieira														
Verandas	1º Ano	batata centeio				●	→	→	→	→		●		
	2º Ano	centeio							→	→				
	3º Ano	batata centeio				●	→	→	→	→		●		
ou	1º ano	centeio									●			
	2º ano								→	→	●			
	3º ano	centeio							→	→	●			

* - Excento o Ribeiro de Cima e o Ribeiro de Baixo

● → ciclo evolutivo

Fonte: Levantamento efectuado pela autora em Agosto de 2003.

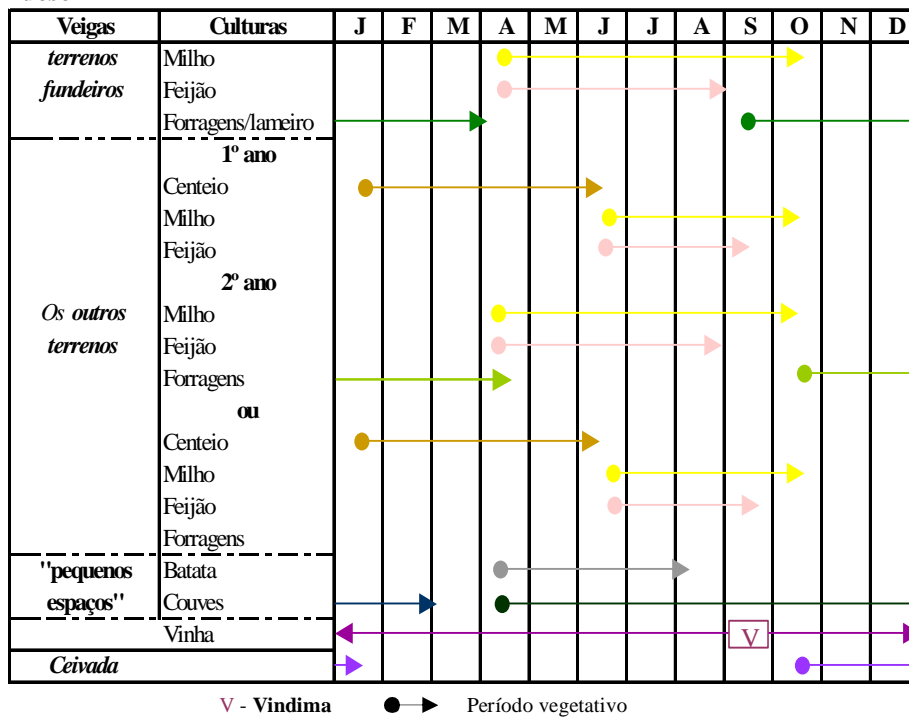
Relembramos que neste calendário agrícola estavam excluídos os lugares dos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, em virtude de, já, se praticar a cultura do cereal mais rico, remetendo-se os espaços de centeio e batata para altitudes superiores, os das respectivas *verandas*.

No Lima em estudo dominava na mancha cultivada o milho *maíz* (Fig. 130), frequentemente consociado ao feijão, que constituíam as culturas de Verão, para no Inverno serem substituídas pelo centeio, os fenos e, ou, os *lameiros*. A batata, cultura intercalar, desenvolvia-se, sensivelmente, entre Fevereiro/Março a Junho/Julho e Agosto (Quadro 27), mês em que se procedia à sementeira do milho, o *serôdeo*, ou, *centieiro*¹³¹¹.

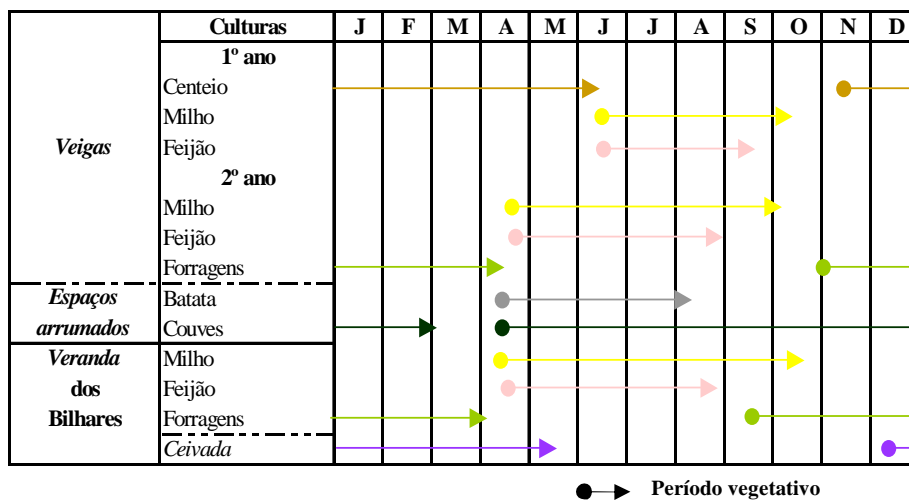
¹³¹¹ - Designação dada pelos soajeiros.

Quadro 28 - Um calendário agrícola nos espaços do milho maíz, meados do séc. XX

A - Lindoso



B- Ermida



Fonte: Levantamento efectuado pela autora em Junho de 2003.

Os solos na *veiga*, a exemplo de outros aráveis, eram categorizados de acordo com as suas potencialidades, que dependiam da escassez, ou, abundância da *água de rega*, verificando-se, assim, rotações de culturas, cujo intervalo variava, por princípio, entre um período mínimo de um ano, a um limiar máximo de dois, ou, mais anos.

Por curiosidade, a população distinguia na *veiga* as parcelas, ou seja, as *leiras* que se distinguíam pela "abundância" da água, por se encontrarem próximas das nascentes, que

brotam caudais, cujo débito armazenado nos respectivos *poços*, permitiam no período estival a cultura do milho graúdo consociado com o feijão, enquanto no Inverno se desenvolviam os *lameiros* onde se praticava a *água de lima*.

Contudo, o volume principal da *água de rega* provinha das linhas de água, as *corgas*, muito distanciadas dos espaços de cultura, pelo que as parcelas *com mais água*, ou seja, aquelas em que a acção da gravidade favorecia a chegada do caudal, destinavam-se à cultura do centeio em rotação com o milho serôdio¹³¹², deixando-se as outras parcelas, sempre sinónimo de *pouca água*, para o centeio que alternava com *forragens/restolho* (Quadros 27 e 28).

A estrutura fundiária que caracterizava, de um modo global, a *veiga*, a extrema fragmentação e dispersão da parcela jurídica, exigia que se elaborasse um calendário agrícola enquadrado por um conjunto de normas de funcionamento, previamente estabelecidas em assembleia coordenada pelas respectivas Autarquias, que no Lindoso¹³¹³ reunia os proprietários mais *encabeçados*¹³¹⁴, e na Ermida¹³¹⁵ todos os agricultores.

As descisões tomadas eram cuidadosamente concretizadas pelos agricultores de ambas as freguesias, pois, caso contrário, teriam, ou, uma simples advertência, ou, mesmo o pagamento de uma multa, a aplicar pelos respectivos regedores, cabos e zeladores.

Era nestas reuniões, os *adjuntos*, que se decidia as normas a aplicar ao longo do ano agrícola, além da marcação dos dias exactos para a execução de tarefas, como as sementeiras e as ceifas, acrescidas no Lindoso pelas vindimas. Eram trabalhos obrigatoriamente efectuados em simultâneo por todos os agricultores, para assim, se evitar danos irremediáveis nas culturas dos prédios vizinhos, com dimensão jurídica tão reduzida, em virtude de envolverem um maior número de braços e a utilização de bovinos, ou melhor, dos carros de bois.

Assim, os dias de trabalho intensivo exigiam muita mão-de-obra, pelo que se recorria aos residentes nas aldeias limítrofes, no caso dos agricultores do Lindoso, predominantemente aos moradores do Soajo e da Ermida, enquanto estes, por sua vez, solicitavam, também, a mão-de-obra de Lourido, Froufe e Mosteirô.

Fainas agrícolas, que pelas peculiaridades de que se revestiam, interligavam as aldeias limianas através dos fortes laços de solidariedade e entreajuda, urdidos ao longo de muitos

¹³¹² - Para as cultura do milho semeado em Junho, na sequência da *segada* do centeio, optava-se pelas *veigas* em que *se podia regar até mais tarde*, sensivelmente até finais de Setembro, em virtude do débito de água a utilizar, permitir a rega em finais do estio.

¹³¹³ - *Veigas* do Lindoso distribuídas pelas três aldeias: *Castelo*: Môdra, Cabanelas, Lobrigo, Leira do Cão e Cabeça de Moínhos; *Parada*: Lamas, Sobredo, Stº André, Chã de Pinheira, Chã dos Lagartos, Lagarinhos e Azibeiro; *Cidadelhe*: Veiga Grande - a do lugar, Bustelo, Sarriboiras, Tapado, Soutelinho e Custeula.

¹³¹⁴ - Proprietários com o maior número de prédios agrícolas, os *cabeceiros*, localizados na *veiga*.

¹³¹⁵ - *Veigas* da *Ermida*: Veiga de Cima, da Seara, da Costa, do Meio, de Tendões e Sargaçal.

séculos, num esforço em ultrapassar as adversidades recorrentes de um meio ambiente muito difícil.

Se no Lindoso *todos os proprietários na veiga* tinham que cumprir as datas estipuladas para a realização das tarefas agrícolas, um prazo, por sinal muito limitado, como era o único dia estipulado para a ceifa, isto é, a *segada* do centeio, logo continuado, no dia seguinte, pela sementeira do milho seródio¹³¹⁶, na Ermida, o período previamente estabelecido determinava dois a três dias para a realização da mesma faina agrícola, a *segada*¹³¹⁷.

Um outro momento de trabalho muito intenso, que envolvia, também, muita mão-de-obra, correspondia à vindima no Lindoso, sempre marcada, em cada aldeia, para determinado dia de Setembro¹³¹⁸.

Quem não vindimasse no dia estipulado, corria o risco de perder as suas uvas, uma vez que outras tarefas se seguiam, como por exemplo, a *carrada do estrume*, ou seja *o mato*, que era cortado nos princípios de Setembro, mas, apenas transportado, após o dia da vindima¹³¹⁹, pois como *o carro vinha alto*, pisava e derrubava as uvas das *latadas*, sem se excluir a probabilidade do *roubo dos cachos*.

Em função dos ciclos vegetativos das culturas praticadas, em ambas as freguesias, tornava-se imperioso *fechar a veiga*, isto é, proibir a entrada dos animais e respectivos carros de bois¹³²⁰, materializando-se nas *cancelas* e *portelos*, através dos arames e ramos que

¹³¹⁶ - Com a sementeira do milho temporão, em Abril/Maio, as datas marcadas, também eram para se cumprir, contudo, no Lindoso, as tarefas que a envolviam, como as *lavradas* e *estrumações*, faziam-se num período mais prolongado, pelo que não se tornava necessário o recurso a mão-de-obra tão "concentrada".

¹³¹⁷ - Recordamos que o dia da *segada* englobava, não só o corte, como o arrumar da pragana, ou seja, *o fazer os feixes* e a respectiva retirada, para, no dia seguinte, no caso do Lindoso, se proceder obrigatoriamente à sementeira do milho, que implicava a lavrada. Quem não cumprisse o calendário estipulado, assistia à perda, quase sempre total, da pragana, pois os vizinhos para ter acesso aos seus *cabeceiros*, forçosamente, tinham que conduzir o carro de bois pela *seara*.

Contudo, dava-se o caso de *os proprietários mais ricos*, que podiam *chamar muita gente*, não necessitarem do dia completo para a *segada*, pelo que, em vez descansarem com o pessoal, cujo salário estava a ser pago, na entrada da *veiga*, à espera que o vizinho terminasse, porque *era pobre e andava com pouca gente*, decidiam ajudá-lo terminando-se, assim, o trabalho umas horas mais cedo.

Uma das normas, rigorosamente, cumpridas traduzia-se no facto de, uma vez todo o centeio ceifado e recolhido, os agricultores aguardavam, junto da cancela, o toque da *corneta*, pelo zelador, a permitir a entrada na *veiga* a fim de se lavar os *cabeceiros* e se proceder à sementeira do milho seródio.

Na Ermida, os costumes eram, sempre, "mais brandos", uma vez que, caso se mantivesse a mancha de centeio, o vizinho para passar com a *jugada* para a lavrada do milho ceifava *um traço* correspondente ao caminho.

Além disso, apesar de serem estipulados dois a três dias para a sementeira do milho, quem não pudesse cumprir, naturalmente, transferia para uma data, sempre próxima, mas a mais conveniente.

¹³¹⁸ - A primeira acta da Assembleia da Freguesia, que encontrámos com a marcação dos dias da vindima, data de 6/9/1900. "(...) sessão extraordinária (...) determinar o dia de vindima para cada um dos lugares (...) entrando em discussão e ouvindo o voto consultivo de seis proprietários dos mais encabeçados delles de cada um dos lugares desta freguesia deliberou-se que o dia da vindima para o lugar de Cidadelhe é o dia 14 (...) para Parada o dia 17 (...) para o Castelo o dia 19 de Setembro corrente (...)".

Livro de Actas 1, 1900, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

¹³¹⁹ - Como a confirmar as nossas Fontes orais ficou em acta de Assembleia da Freguesia de 10/9/1922: "(...) ninguém pode carrar mato sem se proceder a estes trabalhos das vindimas ficando assente que todo o transgressor lhe seja aplicado a multa de 5\$00 (...)".

Livro de Actas 2, 1922, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

¹³²⁰ - "que nas *veigas* semeadas, depois de fechadas as respectivas *cancelas* ou *portelos* e feitas as correcções às paredes, ninguém poderá entrar com gado preso ou cangado e mesmo solto".

"Posturas da Freguesia" in *Livro de Actas 3*, artº 7º, 1929, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

"urdiam" e interligavam as madeiras, hoje, substituídos, maioritariamente, pelos portões em ferro.

Enquanto as *veigas* no Lindoso estavam *fechadas*¹³²¹ de finais de Janeiro a Outubro, o período compreendido entre a sementeira do centeio, *em margens*¹³²², e o corte dos milhos, com a exceção dos três dias correspondentes à ceifa, à sementeira do milho serôdio e ao da vindima¹³²³, na Ermida estavam *abertas* desde a *colheita dos milhos*, em Outubro, até às sementeiras do centeio, em finais de Novembro, além dos dias em que se procedia às *segadas* e sementeiras do milho e feijão.

Contrariamente ao Lindoso, nas *veigas do eido*, isto é, da povoação, a Ermida, nunca existiu a cevadura¹³²⁴, o que não significava que os animais, no Inverno, não não pastorassem e *rilhassem os fenos/restolho* das *leiras*, que aguardavam a sementeira do milho temporão. Sendo assim, o pastoreio exigia uma vigilância muito atenta do proprietário, que impedia, deste modo, a entrada abusiva do seu gado nos pastos dos *cabeceiros* vizinhos, que atingem, de facto, dimensões muito reduzidas¹³²⁵.

Perante uma estrutura fundiária tão fragmentada e para evitar a invasão dos animais nas pastagens alheias, na Ermida, redimensionava-se, para um período fugaz, o do pastoreio

¹³²¹ - Dizia-nos um octogenário, residente no Castelo do Lindoso, em Março de 2003: *O zelador tocava uma buzina, juntava o povo e avisava: "amanhã vai-se fechar a veiga"*.

¹³²² - Havia "duas técnicas" na sementeira do centeio. O centeio de *margem* e o centeio de *leiras*. Aquela, o centeio de *margem*, a mais vulgarizada, após a leira lavrada estendia-se o estrume, misturava-se no solo com uma grade, ou então, se a parcela fosse pequena, com uma sachola e, finalmente, *margeava-se*, isto é, cavavam-se sulcos, sensivelmente, distanciados uns setenta centímetros, ficando os espaços intersulcos mais altos, as *margens* com o centeio, o que permitia um melhor escoamento da água das chuvas. No centeio de *leira*, muito menos praticado, pois só se procedia desse modo, quando se semeava em Outubro, lavrava-se a parcela, semeava-se o centeio e, apenas, se estrumava em Janeiro, deitando-se estrume miudinho por cima da leira.

¹³²³ - Como já o afirmámos não é, apenas, nas *veigas*, que os *direitos e deveres de servidão*, nomeadamente, o *dar e ter direito a caminho*, imperam, pois eles são a tónica dominante em toda a área em estudo, como, nas aldeias da Gavieira, em que durante o período do ciclo vegetativo do milho, finais de Maio a Outubro, o campo estava *fechado*, isto é, impedido à entrada do carro de bois, a exemplo do que acontecia em Castro Laboreiro, nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo. Nas restantes aldeias castrejas, apenas, com a prática de culturas de sequeiro, quando se tornava necessário dar *direito de caminho*, ou, o proprietário do *barbeito deixava-o ficar para feno*, ou então, se semeasse o centeio em Outubro, ou, a batata em Abril, *fechava* os espaços cultivados, quando as culturas atingiam o período de maior desenvolvimento e, logicamente, se aproximava o período das colheitas, sensivelmente, entre o Junho e finais do mês de Agosto.

Salientamos que os períodos de encerramento das parcelas variavam de acordo com as culturas praticadas, havendo a necessidade de os "combinar" com os respectivos períodos vegetativos. Assim, por exemplo em relação à associação cultural mais generalizada, a rotação bienal do centeio/milho/forragens espontâneas, as parcelas *fechavam-se* após a sementeira do centeio, quase sempre em Outubro/Novembro, para se reabrirem nos dias das *segadas* e das sementeiras do milho, *fechando-se*, de novo, até finais de Outubro, mês do corte do milho, como era em Germil, Ermelo, Britelo ou Entre Ambos-os-Rios.

¹³²⁴ - Na Ermida, também existia a cevadura, mas era na *veranda* dos Bilhares, de Dezembro até meados do mês de Março, época em que se iniciavam os trabalhos de preparação do solo para a cultura do milho temporão.

Durante este período todo o gado da aldeia, em manada, pastoreava por todas as parcelas da *veranda*, desde o dia de Natal até ao Ano Novo, ou seja, oito dias. A partir do Ano Novo, os *Bilhares continuavam abertos*, mas, segundo combinação entre todos os proprietários, o gado ia, *à vez*, de quinze em quinze dias, de manhã para a *veranda* regressando, por si, ao lugar no final da tarde.

¹³²⁵ - Deste modo, sensivelmente de finais de Outubro a finais de Janeiro, a *veiga* estava *aberta*, sinónimo que os carros de bois e animais podiam entrar, praticando-se no período estabelecido no *adjunto* e coordenado pela autarquia, a cevadura, isto é, o pastoreio em conjunto de todos os animais pertencentes aos diversos donos dos *cabeceiros*, que *rilhavam* e *roíam* as *forragens/restolho*, indiferentes à pulverização fundiária estabelecida. Além do gado habituado ao pastoreio da *serra* participava, também, a *bezerrada*, ou seja, os vitelos, que apenas *conheciam a corte, iniciando-se e treinando-se*, de este modo, para as pastagens "altas" de Verão, que se aproximavam.

A expressão *veiga fechada* era sinónimo que a entrada estava vedada aos animais, nomeadamente aos bovinos e respectivos carros para transporte, pois os donos dos *cabeceiros* sempre o podiam fazer através das sendas estreitas que ladeavam as parcelas, sem prejudicarem o ciclo evolutivo das diferentes culturas.

O dia de abertura e encerramento da *veiga* para pastoreio dos animais era, também, estabelecido em *adjunto* coordenado pela Autarquia.

em solos cultivados, as áreas da pastagem, com a troca dos *restolhos* entre os proprietários vizinhos, enquanto o gado era, obrigatoriamente, vigiado pelo pastor, o respectivo dono.

Se nas *veigas* da Ermida as forragens sempre foram consumidas directamente pelos animais em pastoreio, nas do Lindoso, nos *terrenos fundeiros*, parcelas que têm maior abundância de água, no Inverno existia o *lameiro*¹³²⁶, em que a associação herbácea¹³²⁷ se submetia a vários cortes, inclusive ao da semente, no mês de Abril, para em finais do mesmo mês, a princípios de Maio, se proceder à sementeira do milho temporão¹³²⁸.

Se as *veigas* da Ermida e do Lindoso constituem, em nossa opinião, uma amostra representativa do universo luso em estudo, evidenciamos detalhes, que entendemos serem curiosos e que distinguem as outras *veigas*, mesmo, nas respectivas formas de "gestão".

Em termos "arquitectónicos", a *veiga* de Vilar de Suento (Fig. 126, p. 591) não se encontra delimitada por um muro exterior, o *cordão*. Além disso, depois dos milhos cortados, em finais de Outubro, ficava *aberta à ceivadura*, em que o restolho e forragens espontâneas eram franqueadas a todos os animais da aldeia, bovinos e pequenos ruminantes, independentemente de os respectivos donos nela possuírem parcelas de cultivo. Esta abertura a todo o gado da aldeia justificou o descontentamento de proprietários dos *cabeceiros*, que decidiram vedar, através de muros em pedra as respectivas *leiras*, protegendo, assim, as forragens que entendiam pertencer aos seus gados.

Por curiosidade, não podemos deixar de referir a surpresa que sentimos, quando, pela primeira vez, entrámos na *veiga* de Vilar de Suento, pois fizemo-lo, após o estudo cuidado das outras *veigas*, mas da margem esquerda. Ao entrarmos, como é normal, pela *cancela* que dá acesso ao caminho principal, de imediato nos ressaltou, de ambos os lados, as parcelas de dimensão muito reduzida, completamente vedadas, por muros em pedra, com uma certa desenvoltura, em oposição total à sensação de espaço amplo e "livre", que sentimos em qualquer uma das do Lindoso, Britelo, Germil, ou, Entre Ambos-os-Rios, por exemplo. À medida, que se progride, as vedações sucedem-se, e, em pleno "coração" fomos, novamente, surpreendidos, mas, pela eira com os respectivos espigueiros, muitos deles totalmente destruídos.

¹³²⁶ - Designação atribuída à parcela coberta por forragens semeadas, regadas no período invernos, e por isso, desenvoltas e verdejantes, justificando-se os vários cortes, através da fouchinha, pelo que se proibia o pastoreio.

¹³²⁷ - Constituída pelas ervas *molar* e *castelhana*. Procedia-se em Agosto/Setembro, entre o milho em maturação, à sementeira da forragem praticando-se no Inverno a *água de lima*, ou seja, a técnica de rega traduzida na cobertura contínua do solo, ou melhor, do lameiro por uma fina película de água, que não só favorece o ciclo vegetativo da forragem, como exerce uma função de protecção das geadas.

¹³²⁸ - Na Ermida, fora da *veiga*, existem os *campos*, *campos bravos*, as parcelas das forragens, que nunca foram semeadas, mas irrigadas no Inverno, caso o entendesse o proprietário. Nos *campos* pastoreavam os animais, sensivelmente até Março, mês em que são fechados para se permitir o desenvolvimento da forragem, de modo a ser cortada em Junho/Julho, a fim de se conseguir feno seco, o alimento dos animais nos dias mais rigorosos de Inverno.

Diremos que, em termos de morfologia agrária, a *veiga* de Vilar de Suento (Fig. 126, p. 591) distingue-se no "nosso" Lima luso pelas vedações dos cabeceiros construídas por blocos de granito sobrepostos e, as mais recentes, por redes de arame, além da eira e os respectivos espigueiros de forma variada, não esquecendo, no âmbito estrutural, a oliveira majestosa, provavelmente multissecular, pertencente a quinze proprietários, que, outrora, arrecadavam, após a safra e partilha equitativa, uma concha da mão de azeitona, ou, a cevadura alargada a todos os ruminantes da aldeia, quer os espectivos donos detivessem ou não o título jurídico da propriedade.

Deixemos o caso de Vilar de Suento para referenciarmos o caso das *veigas*, que se distinguíam pela prática, ou, não da cevadura, como, por exemplo as de Entre Ambos-os-Rios.

Na *veiga* de Meãs, *propriedade dos residentes da Igreja*¹³²⁹, *Tamente*¹³³⁰ e *Froufe*¹³³¹, em parte submersa pela albufeira de Touvedo, aberta, como era usual, após o *corte dos milhos*, permitia-se a *ceivadura* para os bovinos em Dezembro, antes do Natal, para no dia do Ano Novo se estender aos ovinos¹³³². Nas mesmas aldeias, mas, nas restantes *veigas*, os animais pastoreavam nos restolhos dos respectivos proprietários, devidamente vigiados (Fig. 126, p. 591).

Referimos Sobredo com as duas *veigas*, a do lugar em que se verificava a cevadura e uma outra em que o gado pastava, mas, nas parcelas dos respectivos donos. Em Lourido, a aldeia "mais alta" da freguesia, com as suas oito *veigas*¹³³³, semeava-se o centeio em Fevereiro, encerrando-as, de imediato, para reabrirem, após o *corte dos milhos*. Contudo, a *ceivadura* praticava-se, em dias marcados, de Dezembro a Fevereiro, permitida a todos os animais, bovinos, ovinos e, até, caprinos, que pastavam, livremente, por todas as parcelas (Fig. 126, p. 591).

Não podemos deixar de recordar as duas *veigas* da Várzea, a de Cima e a de Baixo, apesar de submersas, nos inícios da década de noventa, pela albufeira do Alto do Lindoso. Se após o *corte dos milhos*, as *veigas eram abertas*, o que possibilitava a pastagem nos *restolhos*

¹³²⁹ - Distinguímos, além da *veiga* das Meãs, as da Vinha de Cima, Lameira e Baldrega, em que cada proprietário conduzia os seus animais para os respectivos *cabeceiros*.

¹³³⁰ - Na *veiga* de Farsamente, submersa pela albufeira de Touvedo praticava-se, também, a cevadura.

¹³³¹ - Em Froufe, além da *veiga* das Meãs verificava-se a *ceivada* na *veiga* das Varzielas.

¹³³² - " - A sementeira das *veigas* deverá ser efectuada por todos os proprietários ao mesmo tempo. E, igualmente ao mesmo tempo deverá ser feito o corte dos centeios.

- A apascentação nas referidas *veigas* só terá lugar no tempo das *cevaduras*.

- Nenhum proprietário poderá trazer a pastar nas *veigas*, juntamente com o gado bovino, mais de duas ovelhas e essas deverão ser mansas."

Código de Posturas de Froufe (excerto), sem data, Cartório da Associação dos co-proprietários da área florestal Ermida, Froufe e Lourido, Lourido.

¹³³³ - Ladeira, Entre-os-Rios, Outrelo, Além, Paredes, Portela, de Cima, de Baixo e Penelas.

dos respectivos proprietários, no mês de Maio, durante uma a duas semanas, de acordo com a "pujança" do *restolho*, fazia-se a *ceivaria*, para *rilhar* toda a erva procedendo-se, de imediato, à sementeira do milho nas datas estipuladas¹³³⁴.

Em todas as aldeias em estudo todos os agricultores, lusos e galegos, levavam os seus animais a pastorearem nas parcelas com *restolho*, enquanto aguardavam o mês de Maio para procederem às sementeiras do milho. Contudo, onde não existia o *uso e costume* da cevadura, cada agricultor conduzia os animais para os seus *terrenos* e vigiava-os, devidamente, para que não atingissem as *leiras* dos vizinhos.

Instituição costumeira, a da cevadura, que se esvaiu, a exemplo de outros *usos e costumes*, em função das profundas alterações sócioeconómicas verificadas nas comunidades raianas e resultantes do intenso êxodo rural das décadas de cinquenta/sessenta do século passado.

Transformações sociais que se repercutiram nas manchas culturais, nomeadamente na redução drástica dos espaços de cultura, em 2003 (Fig. 132).

Se nas aldeias, ainda, encontrámos parcelas coloridas pelas duas culturas cerealíferas "tradicionais", o que nos permitiu elaborar uma cartografia, segundo os critérios que utilizámos nas representações cartográficas da distribuição das culturas, quer para o séc. XVIII, quer para os meados do séc. XX, a tónica dominante são os espaços em *pousio*, ou, devidamente "limpos", porque são todos os anos devidamente "aparados" e roçados, ou, votados ao crescimento espontâneo das ervas daninhas e dos silvedos, em pleno estágio de "abandono".

Contudo, a leitura qualitativa do mapa (Fig. 132) permite-nos inferir que se verificou em toda a área em estudo, mas, principalmente na galega, uma redução muito acentuada da vinha, destacando-se as parcelas de monocultura, embora com dimensão reduzida, em Caballeiros, Ferreiros de Baixo, Igreja (Britelo e Entre Ambos-os-Rios), Sobredo, Tamente e a "vila" do Soajo.

Se na Galiza a vinha tradicional foi eliminada, em Portugal mantém-se nas parcelas onde, ainda se cultiva o milho, ou, naquelas em que, ainda, se faz o corte das ervas daninhas, mas, apesar de tudo, antevê-se, num futuro próximo, o seu desaparecimento, caso não se verifique a utilização de técnicas que garantam a sua "sobrevivência".

¹³³⁴ - Em todas as aldeias em estudo e, independentemente da existência, ou, não da *veiga*, todos os agricultores levavam os seus animais a pastorearem nas parcelas com forragens e *restolho*, enquanto aguardavam o mês de Maio para se proceder às sementeiras do milho. Contudo, cada um conduzia os animais para os seus *terrenos* e vigiava-os devidamente, para que não atingissem os *campos* dos vizinhos. Evidenciamos o caso de Gorbelas, em que se praticava a *ceivadura* nas parcelas que ficavam de *pousio*, isto é, no ano intercalar da cultura de centeio.

Os linhares desapareceram na totalidade, de ambos os lados da fronteira, enquanto os espaços de batata, surgem "envergonhados" e confinados a parcelas com dimensão reduzida, colorindo, por princípio os quintais.

Em nota de síntese limitar-nos-emos a recordar que se a cultura cerealífera, a do milho e, ou, a do centeio, foi determinante nas cores e tonalidades dos espaços em estudo, assim como nos modos de vida das respectivas comunidades, o seu desaparecimento remete-nos para um Lima raiano cuja sobrevivência depende de novas actividades, as decorrentes da reorganização da agro-pastorícia, associada à reutilização de outros recursos endógenos, que são variados, mas, cujo sucesso em muito dependerá da vontade e do querer dos seus habitantes.

5.3.3. Regadios e sistema de rega

Espaços cultivados de regadio em que se destacava a cultura cerealífera, o milho *grosso*, ou as forragens no *campo*, como em Castro Laboreiro, com excepção para os Ribeiros, e Taboazas, exigiram a implementação de um sistema de rega, que teve em comum as mães de água, as *corgas*, as linhas de água com caudal muito variado, além das nascentes, por vezes, localizadas nos próprios espaços de cultivo.

Quando o sistema de rega se baseia no aproveitamento das *corgas*, em termos globais, traduz-se no desvio, quase sempre, em diferentes secções do leito, de parte do caudal para reservatórios, os *açudes* ou *poças*, cujo débito escoado por condutas, os populares *regos*, constituem as *levadas*, que circulam em função da força viva justificada pelo declive dos espaços, que as separa da parcela a irrigar, ou, quando se "alimenta" das nascentes, cuja débito é armazenado, também em *poças*, depende, de igual modo, do gradiente do relevo, para justificar uma velocidade, que permita ao caudal atingir a área a irrigar.

De um modo muito sintético, diremos que o sistema de rega no "nosso" Lima de raia, mais do que depender, propriamente das mães de água, quer se trate de uma *corga*, quer de uma nascente, existe em função da força viva da *levada*, ou do caudal do *rego*¹³³⁵, justificados pela velocidade que atingem, sempre de acordo com o declive da área a percorrer.

Sistema de rega que se fundamenta num princípio base, *o direito adquirido por todos os proprietários* de parcelas de cultura, *a possuir água para regar*, que é distribuída proporcionalmente à área cultivada.

¹³³⁵ - Por princípio, as populações deste Lima de raia, como em todo o Noroeste, reservam a expressão *levada*, para o caudal de água mais volumoso, que pode atingir quilómetros de extensão, logo, o mais importante, que irriga uma área cultivada de dimensões muito significativas, enquanto o *rego* é a conduta na qual circula, em termos comparativos, um volume de água mais reduzido, muito menos extenso, logo, a irrigar uma área de dimensões bem mais limitada.

Fig. 132 – Lima raiano luso: Culturas em 2003

Como a implementação de um sistema de rega, independentemente das "variáveis", que integre, envolve a partilha entre os agricultores de um bem comum, a água, desde sempre, exigiu uma coordenação eficiente pelas autoridades da aldeia em colaboração com os residentes, os verdadeiros interessados na partilha justa e equitativa do bem em divisão.

Sistema de rega que se distingue pelos esquemas implementados num período específico, o estival¹³³⁶, e que variava de acordo com as aldeias, quer pelas datas limites, ou seja, a determinação do dia em que, respectivamente, se iniciava e terminava, o período "oficial" da partilha da água, quer pelas normas rígidas, que incluíam os critérios adoptados na medição das água a utilizar pelos diferentes *consortes*, ou pela determinação do intervalo entre duas regas consecutivas, que variava em função do total do volume de água a distribuir por toda a área cultivada na aldeia.

Uma multiplicidade de "variantes" distinguem os esquemas de rega, nomeadamente, os implementados na mesma aldeia, razão pela qual optámos em seleccionar exemplos, em nosso entender significativos, da realidade que pretendemos questionar.

5.3.3.1. Singularidades de um sistema de rega

Mais do que efectuarmos um descrição exaustiva sobre os detalhes que distinguem os variados esquemas de rega implementados pelas comunidades limianas no período estival, optámos por seleccionar quatro freguesias lusas, respectivamente distribuídos pela margem esquerda, o Lindoso e a Ermida, e pela margem direita, o Soajo e Castro Laboreiro, a fim de reflectirmos sobre os comportamentos da população perante a necessidade da melhor rentabilização de um bem comum, *a água de rega*.

Começamos pelo Lindoso, pelas três aldeias, com particularidades muito específicas nos respectivos esquemas de rega.

Se no Castelo, a água é emprazada nos poços de grandes dimensões, as *poças*¹³³⁷, também nomeadas por *açudes*, construídos junto das nascentes, por princípio, nos cimos afastados do lugar, em Cidadelhe e em Parada, destacam-se as linhas de água, as *corgas*, das quais se desvia parte do caudal, em secções várias, de acordo com o declive, para ser armazenado em reservatórios, as *poças*, ou, *açudes*, que são, sempre, interligados às parcelas

¹³³⁶ - Na parte restante do ano, ou seja, sensivelmente nove meses, não existia calendário previamente estipulado, dependendo a rega da decisão espontânea e exclusiva do agricultor, e caso houvesse vários interessados em simultâneo, utilizava-a aquele *que chegasse primeiro*. Por exemplo, nos *lameiros*, em que se praticava a *água de lima*, e se tornava necessário *limar* durante a noite, acontecia, frequentemente, o agricultor *encarreirar* a água para o seu *cabeceiro*, por exemplo, à uma hora da madrugada e quando, chegava de manhã, a água, já, ter sido desviada para o *cabeceiro* vizinho.

¹³³⁷ - Distinguímos no Castelo três grandes poças, que de manhã eram fechadas no momento em que o sol incidisse no *portão do sol*, ou seja, num dos torreões do castelo, o que exigia aos regantes iniciarem a rega, ainda, na penumbra da madrugada, enquanto, à tarde, a mesma tarefa era executada, quando o *sol desaparecesse por trás das antenas espanholas*.

de cultivo por condutas a céu aberto, outrora, em terra, escavadas no solo, actualmente, devidamente revestidas pelos materiais da modernidade, o cimento¹³³⁸ (Fig. 133).

O intervalo entre duas regas consecutivas da mesma parcela varia segundo as aldeias, em função da abundância, ou, não, da água. Assim, enquanto no Castelo, a aldeia com menos água, o período pode ser, consoante os espaços a irrigar, as *veigas*, de quinze, dezoito e dezanove dias, em Parada e Cidadelhe é sempre de oito dias.

Em Parada e Cidadelhe a divisão, ou, partilha da água fazia-se de modo diferenciado, consoante se tratava da *água da corga*, ou, *água das nascentes*.

Exemplifiquemos com a partilha da água em Parada, que se efectuava, em reunião dos interessados sob a coordenação da Autarquia, nas semanas que antecediam o início do período da rega de cada Verão, começando pela *água das corgas* (Fig. 133).

Se o intervalo de rega para qualquer parcela é de oito dias, com o levantamento do total dos regantes, *os regadores*, assim como dos *carros de terra* que possuíam, de imediato, se determinava não só o número de regantes como as respectivas áreas a irrigar, *em carros de regadio*¹³³⁹.

Nas três secções da ribeira das Mulas¹³⁴⁰, a cotas diferenciadas, localizavam-se os *regos*, que eram dois por secção, a níveis diferenciados, que conduziam a água emanada da *corga* aos respectivos reservatórios, os *açudes*, que se encontram próximos, mas a níveis, também, distintos (Fig. 133).

Se os dois *açudes* de uma secção eram *tapados* ao *sol-posto*, *o abrir a água* verificava-se no *açude de baixo*, pela manhã, à hora que se entendesse, mas, *nunca antes de se começar a conhecer o dinheiro*, isto é, sem que o raiar da aurora permitisse distinguir as diferentes moedas, e *no açude de cima*, pelas duas da tarde.

Ainda para que o volume de água utilizado fosse distribuído do modo mais equitativo possível, alternavam-se as semanas de rega, isto é, os mesmos regantes, numa semana, começavam por *esvaziar* o *açude de baixo*, para, na semana seguinte, iniciarem o escoamento pelo *açude de cima*.

¹³³⁸ - Se todos os proprietários dos *cabeceiros* têm direito a água para regar, ela é distribuída de acordo com a área cultivada, que é avaliada em *carros*. Unidade de medida em que um *carro* de terra equivale, sensivelmente, a 100 m², que se subdivide em *meio carro*, *um quarteirão* e *meio quarteirão*.

¹³³⁹ - Sabia-se o volume de água que o *açude* armazenava durante *um dia*, ou sejam, doze horas, logo, restava *aformar*, quer dizer, *juntar*, sucessivamente, os *carros de terra* dos diferentes *regadores*, de modo a totalizar a área que *um dia* de água podia alimentar. Assim, cada *regador* passava a saber não só os dias da semana de rega, como a água que podia dispor, juntamente, com os *cabeceiros* vizinhos, que em conjunto, consumiam *um dia de água*, caso ele não totalizasse terra suficiente para absorver esta unidade de medida. Destacamos o facto de a quantidade de água destinada a cada *carro* de terra depender do volume do débito do *açude*, uma vez que se distribuída, de igual modo, pela área previamente determinada a ser regada durante *um dia de água*.

Evidenciamos, também, o facto de *um dia de rega da corga das Mulas* se estender desde as duas horas da madrugada até às catorze horas, momento em que se iniciava um *outro dia*, que terminava, como é lógico, pelas duas horas da madrugada seguinte.

¹³⁴⁰ - Actualmente, apenas, se utiliza os *açudes* correspondentes à secção mais elevada.

Fig. 133 - Rede de alimentação do sistema de rega (esboço)

Em relação à partilha da água das nascentes, também se processava em modos equitativos, mas, a unidade de medida era a *polegada*, que regava *um carro de terra*. Se todos os *poços*, quer se situassem dentro, quer fora da *veiga*, se fechavam, sempre, ao pôr-do-sol, a respectiva abertura, já, era mais variável. Assim, se por princípio, se *tapavam os poços* duas vezes por dia, depois de se terem esvaziado, às nove horas da manhã e ao pôr-do-sol, casos havia em que se abriam, apenas, ou, de manhã, ou, da parte da tarde, de acordo com a "pujança" da nascente.

Para se ter a certeza da distribuição equitativa da água e como *a força da nascente* vai diminuindo à medida que o Verão avança, diariamente, antes da *abertura do poço*, espetava-se uma vara, que atingia o respectivo fundo, medindo-se, assim, o nível do espelho de água, que era marcado com um barão, *o atilho*, que se atava nessa mesma vara. Depois, era dividir e marcar, também na própria vara e com outros *atilhos*, as *polegadas* que cabiam a cada regante, de acordo com *os carros de terra* que cada um possuía e, logicamente, com a quantidade de água, que havia para distribuir¹³⁴¹.

Hoje tudo é diferente, em virtude da redução acentuada da área cultivada, quase não se tornando necessário, cumprir os horários da rega, nem, muito menos, proceder à partilha tão exaustiva do total do volume de água pelos respectivos regantes.

Mas, outros *hábitos costumeiros* se implementaram na Ermida, em que as mães de água são *corgas*, afluentes do "rio" Froufe e da ribeira de Carcerelha (Fig. 133).

A população distingue *a água grande*, *a forte*, em virtude do volume considerável da carga líquida e *a água pequena*, como a própria designação o pretende demonstrar, caudal com volume modesto.

A água grande resulta do *desvio* de parte do caudal da linha de água resultante da confluência das ribeiras da Cova e da Freiria, a montante da *veranda* dos Bilhares que, à medida que o declive diminui, se ramifica em outras *levadas*, destacando-se a que rega toda a *veranda* e aquela que, a cotas mais baixas, irriga, predominantemente, a área cultivada que envolve a povoação (Fig. 133).

Em plena *veiga* destacam-se duas *poças*, muito importantes no sistema de rega, que armazenam parte da *levada principal* que atinge o *povo*.

¹³⁴¹ - Encontrámos o mesmo processo na partilha da água das nascentes na "vila" do Soajo (poça de Novás) e em Paradela, por exemplo.

A *água pequena*, considera-se a da Lomba, a proveniente do desvio de parte do caudal de uma *corga* afluyente da ribeira de Carcerelha, e a de Massúidos, *poça* que armazena, em plena aldeia, os excedentes das denominadas *poças grandes* (Fig. 133).

Há, também, pequenos *poços* que armazenam a água, que brota das respectivas nascentes, mas, considerados pouco significativos no regadio¹³⁴².

A unidade de medida da água é o *meio-dia completo*, que irriga uma área de cinquenta e três rasas e meia de *semeadura*, o que significa, por princípio, que são vários os *consortes* a partilharem esse *meio-dia de água*¹³⁴³.

Como esta equivalência, assim como a medição *em rasas de semeadura* das *leiras* da *veiga* e dos *campos* de feno, estão estipulados desde *tempos imemoriais*, todos os anos, antes do início do período de regadio, compreendido entre 13 de Junho e 29 de Setembro, apenas, se corrigem as possíveis alterações na dimensão da exploração agrícola que, por ventura, se verificaram no decorrer do ano, devido a transacções de parcelas jurídicas, ou, a heranças familiares, procedendo-se, em seguida, ao *sorteio da água*¹³⁴⁴.

Pelo *sorteio da água* permite-se a alteração dos dias da semana em que se regam as *leiras* da *veiga* e os *campos* de feno, caso *sobrasse água dos milhos*, assim como os vizinhos com os quais se partilhou o *meio-dia de água* no ano anterior¹³⁴⁵.

No calendário da rega alterna-se a *água grande* com a *água pequena*, regando-se, sempre, de três em três dias (Quadro 29), o que significa que se *forgam* dois dias consecutivos.

Quadro 29 - O calendário de rega na Ermida

Unidades de água	Dias da semana												
	Sáb.	Dom.	Seg.	Ter.	Quar.	Quin.	Sex.	Sáb.	Dom.	Seg.	Ter.	Quar.	Quin.
Manhã	■			1						2			■
Tarde				2			■			1			

■ Água pequena ■ Água grande 1 – Água da Lomba; 2 – Água de Massúide

Fonte: Levantamento efectuado pela autora em Junho/2003.

O *tapar das poças* regulava-se pelo movimento diurno aparente do sol. Ao fim da tarde, e para todas as *poças*, pelo pôr-do-sol, enquanto no início da manhã, pela incidência dos raios solares em sinais gravados, para a *água grande*, na *soleira* da entrada na torre da

¹³⁴² - Como nas outras aldeias em estudo, na Ermida, a água de rega é, também, distribuída de acordo com a área a cultivar pelo agricultor, cuja unidade base de medida é a *vava*.

¹³⁴³ - Quando a área cultivada de um *cabeceiro* é inferior a cinquenta e três rasas e meia, é *somada*, sucessivamente, às áreas vizinhas, de modo a atingir-se a *medida de terra* estipulada à irrigação de *meio dia* de água.

¹³⁴⁴ - Todo este trabalho que antecede o período de regadio, é feito por três agricultores, que, anualmente e à *vez*, se revezam.

¹³⁴⁵ - A troca de vizinhos justificava-se em função dos desentendimentos que, por ventura, tivessem surgido.

Igreja, para a *água pequena*, no bloco de granito da margem de um caminho, hoje destruído, em virtude do alargamento para o acesso ao automóvel. Em pleno século XXI, simplesmente se utiliza como referências o pôr-do-sol e as nove horas da manhã¹³⁴⁶.

Antes de se iniciar o período de rega, torna-se necessário a limpeza e a reparação das *levadas* e *poças*, cujos trabalhos se combinam no *adjunto* coordenado pela Autarquia, sendo efectuados por toda a comunidade, nas datas estabelecidas, seguindo-se-lhe a manutenção, sob a responsabilidade de doze elementos, os correspondentes aos doze *meios-dias de água*, distribuídos por grupos de três homens, que, semanalmente, percorrem toda a rede de irrigação na detecção de estragos, actualmente, muito frequentes, devido à densidade elevada do *porco bravo*.

Não é só na Ermida que se realizam, em conjunto, as actividades de preservação de este tipo de património comum, mas, em toda a área em estudo, podemos constatar que cada comunidade, em cada ano, depois de reunida em assembleia convocada pelas autoridades, actualmente, a Autarquia, *xurra* as nascentes, as *poças* e *regos*, isto é, limpa-os e consertava-os, atitudes que, ainda, hoje se mantêm, apesar das diferenças impostas pela evolução positiva do nível de vida, como, por exemplo, na "vila" do Soajo, que nos anos setenta foi alvo de um "plano de rega" com forte intervenção estatal, pelo que este tipo de trabalhos, a partir de 1970, ficou sob a responsabilidade da respectiva *Associação de Regantes*¹³⁴⁷.

Assim, na margem direita de este Lima raiano, destacamos o Soajo, em que o sistema de rega mais estudado e divulgado é, sem margens para dúvidas, o aplicado na "vila"¹³⁴⁸ que, a exemplo de todas as aldeias por nós observadas, as mães de água são as *corgas* e as *nascentes*, evidenciando-se aquelas, as *corgas*, pelo impacto na organização da comunidade e pela dimensão da área irrigada que, por sinal, corresponde à rechã, suporte das maiores parcelas e com os solos mais férteis, que envolvem o *eido*¹³⁴⁹.

Actualmente, as *corgas* são três, as da Giesteira, do Teixeira e dos Martinhos, sendo aquela, a da Giesteira, elemento da bacia de Saramadigo, que termina, directamente, no Lima,

¹³⁴⁶ - Recordamos, que a exemplo das outras aldeias, também na Ermida, o calendário da rega é estipulado para a época estival, pois de Outubro a finais de Junho, a água *não entra na veiga*, em virtude de os vizinhos terem o direito de *não a deixar passar*, sendo, apenas, de *quem a meter nos campos*, isto é, nas parcelas de forragens, que nunca foram semeadas e nas quais o gado pode pastorear, sensivelmente, até meados de Março, mês em que são *fechados*, para que o feno cresça e seja cortado em Julho.

¹³⁴⁷ - A partir do "novo" plano de irrigação, os *consortes* passaram a contribuir com um pecúlio pela água consumida, que em Maio de 2004, era de dois cêntimos por minuto de rega.

¹³⁴⁸ - Brito, Raquel Soeiro (1953), "Uma Aldeia da Montanha do Minho: o Soajo" in *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Tomo XVIII, 2ª série, nºs 1 e 3, pp. 4-8.

Callier-Boisvert, Collete, 1999, *Soajo, Entre Migrations et Mémoire. Études sur une société agro-pastorale à l'identité rénovée*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, pp. 150-187.

¹³⁴⁹ - Por curiosidade, nas *Memórias Paroquiais de 1758*, o pároco chama-lhe *uma campina* "(...) huma campina beyga de pão em hum alto entre parte dos fregueses (...)".

Dicionário Geográfico, vol. 35, Memória 183, Lisboa, fl. 1, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

enquanto estas, a do Teixo e dos Martinhos, partes integrantes da bacia da Bordença, eclodem no "rio" Adrão (Fig. 133, p. 625).

Desde *tempos imemoriais*, o rendimento agrícola das parcelas do *eido* dependia, primordialmente, dos volumes de água desviados, respectivamente, nas secções das *corgas* do Teixo e da Giesteira, acrescidos, como se torna evidente, pela águas de escorrência que, através de condutas a céu aberto, as *levadas*, eram armazenados, como ainda hoje, em duas *poças* que, pela capacidade de retenção do volume aquífero, continuam a ser as mais importantes, a das *Lages* e a das *Prezas* (Fig. 133, p. 625).

De facto, nesses tempos, se o ano fosse seco, ou o Verão se prolongasse mais umas semanas, a escassez de água era notória, pelo que *poupar muito bem a água*, tornava-se um imperativo para a sobrevivência.

Esta situação foi ultrapassada, com a construção na década de setenta, de uma pequena represa, na bacia da Bordença¹³⁵⁰, a *represa dos Martinhos*, a partir da qual se construiu uma extensa *levada*, com um comprimento de 3 606 metros, que debita um volumoso caudal ao longo das vinte e quatro horas, a *Levada Nova*, também conhecida pela *levada dos Martinhos* (Fig. 133, p. 625).

Com esta obra de engenharia, a cargo dos Serviços Hidráulicos, o problema da escassez de água, para as parcelas cultivadas do *eido*, ficou resolvido, mas, verificaram-se alterações importantes nos velhos *usos e costumes* associados ao regadio, nomeadamente, na partilha da água.

A divisão anterior encontrava-se, pormenorizadamente descrita num caderno, que datava de 1898, designado por *Bilheta das Águas do Eido*, copiado de um outro *mais antigo*¹³⁵¹ e substituído, na década de setenta do século XX, pelos novos registos de distribuição¹³⁵², devidamente, adequados às alterações implementadas pelo "novo" esquema de regadio, que, recordamos, envolveu, além das *poças* das *Presas* e das *Lages*, a *levada dos Martinhos*.

¹³⁵⁰ - Fizemos duas tentativas para atingirmos a *represa dos Martinhos*, partindo, primeiro, da "vila", depois da *veranda* da Bordença, mas, em ambos os casos, fomos obrigados a desistir pela inacessibilidade dos caminhos, que no Verão de 2004, se encontravam, totalmente obstruídos pelas silvas, arbustos e matos.

¹³⁵¹ - Nesta relação faz-se a localização e a descrição exaustiva para todas as parcelas cultivadas do *eido*, através da identificação, não só da própria parcela, como do agricultor que a possui, além de se discriminar a hora de rega e a quantidade de água, que lhe foi atribuída. Brito, Raquel Soeiro (1953), "Uma Aldeia da Montanha do Minho: o Soajo" in *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Tomo XVIII, 2ª série, nºs 1 e 3, pp. 8-9.

Interessados em interpretar esta *Bilheta das Águas do Eido*, questionámos em Março de 2003, um residente do Soajo, que fora um grande entusiasta e dinamizador do novo sistema de regadio, que nos informou da importância da *Bilheta* na construção do novo calendário, mas, que se tinha extraviado na confusão gerada pela grande azáfama e preocupações vividas.

¹³⁵² - Estes registos, os primeiros efectuados com a data de 1971, encontram-se na *Direcção Regional do Ambiente*, em Viana do Castelo, com as actualizações decorrentes das mudanças de proprietários, em virtude das heranças familiares, ou, das compras e vendas efectuadas. Por curiosidade, em 1971, havia 208 agricultores, membros da Associação de Proprietários de Regadio do Soajo, que possuíam 560 parcelas de cultura, que perfaziam uma área total de 567 246 m².

Não foi tarefa fácil elaborar um esquema, devidamente, adaptado ao novo sistema de regadio, respeitando-se, escrupulosamente, os *direitos adquiridos* desde os *tempos imemoriais*, como nos dizia um dos grandes dinamizadores da obra, um simpático octogenário, em Março de 2004¹³⁵³.

Também há que não esquecer as parcelas de cultura localizadas a cotas superiores ao traçado da própria *levada*, que não beneficiam da nova obra hidráulica, uma vez que todo o sistema¹³⁵⁴ foi gizado tendo por base o aproveitamento da força da gravidade, além daquelas *leiras* que, embora em posição imediatamente inferior, estão privadas dos novos benefícios, por se encontrarem muito próximas das *levadas* principais e não ser permitido fazer "desvios" directamente das condutas principais para o solo a irrigar, pelo que houve a necessidade em reorganizar todo o calendário de distribuição da água das duas multisseculares *poças*.

Se a *Levada Nova* debita durante as vinte e quatro horas, cada uma das *poças* fá-lo por intervalos de seis, nove e doze dias, juntando-se, nesses períodos, os diferentes caudais (Quadro 30).

Quadro 30 - A "vila" do Soajo: calendário das águas do *eido* no período estival

Águas do <i>eido</i>	'Primeira' roda												'Segunda' roda											
	Sáb	Dm	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dm	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dm	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dm	Seg
Rocha das Pressas	■	■	■	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←
Rocha das Lages	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←
Levada Nova	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←

Fonte: Levantamento efectuado pela autora em Março de 2003. ■ Poça solta e tapada duas vezes no período de 24 horas

←→ Débito contínuo no período em causa

Contudo, durante seis dias, cumpre-se "o velho horário", isto é, em períodos de três dias alternados, cada uma das *poças*, é solta e tapada duas vezes num dia astronómico, ou

¹³⁵³ - O sistema de partilha da água é, deveras complexo, corroborado, também, pelo responsável da Direcção Regional do Ambiente de Viana do Castelo, em Abril de 2004, justificando, assim, o facto de todo o processo ter sido gizado e definido pelos proprietários, em 1970, limitando-se a equipa técnica a aceitá-lo e a arquivar o documento resultante, *Índice das Propriedades, sua localização, área e tempo de rega*.

¹³⁵⁴ - Um estudo exaustivo do esquema da divisão das águas não se adequa com os objectivos que nos propusemos atingir com a realização desta investigação, pelo que nos limitámos a sublinhar o contributo da *Levada Nova*, que passou a circular pelos *regos* e caminhos da "vila" durante as vinte e quatro horas, contribuindo para o aumento significativo do volume das águas do *eido*, nomeadamente, no período estival, que se inicia a 25 de Junho de cada ano, alimentado, até 1970, apenas pelos débitos das *poças* das Pressas e das Lages.

Se até à década de setenta do século passado, o intervalo de tempo entre duas regas sucessivas da mesma parcela, pela água debitada por cada uma das *poças*, a das Pressas e a das Lages, era de quinze dias, com o novo sistema ficou reduzido a doze.

Curiosamente, se o novo sistema de rega implicou a construção e a renovação de uma rede de *levadas* e *regos*, em moldes modernos, continuam a ser os seculares caminhos, revestidos por autênticos afloramentos graníticos desgastados pela forte acção erosiva das águas, os "meios" privilegiados na condução da água aos campos de culturas.

Todo a descrição exaustiva da partilha da água de rega, quer a anterior a 1971, quer a decorrente do novo sistema de regadio é feita em *Soajo, Entre Migrations et Mémoire. Études sur une société agro-pastorale à l'identité rénovée*.

Callier-Boisvert, Collete, 1999, *Soajo, Entre Migrations et Mémoire. Études sur une société agro-pastorale à l'identité rénovée*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, pp. 150-187.

seja, é *aberta*, logo, pela manhã¹³⁵⁵, para ser *fechada* pelas nove horas e, novamente, *aberta* ao final da tarde, de modo a estar *vazia*, quando o sol rasa em Britelo, a Capela da Penha¹³⁵⁶.

Nos dias restantes da semana, naqueles em que as *poças* escoam para a *Levada Nova*, é o "novo sistema", que vigora na partilha, isto é, a fracção da água medida em horas e minutos¹³⁵⁷, em função da área da parcela a irrigar¹³⁵⁸.

Se de este sistema de regadio depende o ciclo vegetativo das culturas do *eido*, também, as culturas dos socalcos, que se estendem, quer a montante, quer a jusante da povoação, desenvolvem-se em função das nascentes, que brotam volumes de água, embora mais modestos, mas, conduzidos, quase sempre, através das minas respectivas, para resevatórios, as *poças*¹³⁵⁹, cujos consortes fazem entre si a distribuição da água segundo critérios semelhantes, ou seja, os *usos e costumes* adoptados em relação às duas grandes *poças*, a das *Presas* e a das *Lages*¹³⁶⁰.

Há excepções, como, por exemplo, a estratégia utilizada em relação à *poça de Novás*¹³⁶¹ (Fig. 133, p. 625), que é similar à verificada nos *poços* do Lindoso¹³⁶².

Se esquemas idênticos vigoravam em outras aldeias do Soajo, como, por exemplo, em Paradela¹³⁶³, relembramos que, apesar de em muitas das aldeias por nós estudadas as nascentes desempenharem um papel fulcral no sistema de regadio, quando existia, em simultâneo, o aproveitamento das *corgas*, são estas que envolviam e dinamizavam o maior

¹³⁵⁵ - Da parte da manhã, a abertura deve coincidir com o momento em que a luminosidade do dia *permite contar o dinheiro*.

¹³⁵⁶ - Nestes três dias e em pleno século XXI, imperam os velhos conceitos de unidades de medida da água, como o *meio dia*, a *poçada*, a *medida*, o *rego* e a *telha*, que determinam o comportamento da *rolda*, ou seja, o conjunto de regantes, que distribuem entre si a mesma *poçada*. Na *rolda* há a distinguir o *cabeça da rolda*, o *consorte* que, por ter maior área de solo cultivado, tem direito à maior fracção da *poçada*, além de ser o responsável pelo *soltar* e *tapar* da *poça*, assim como pela coordenação da *partilha da água* e respectivo cumprimento. No período de vinte e quatro horas verificam-se duas *roldas*, a da manhã, das zero às doze horas, e a da tarde, das doze às vinte e quatro horas e, logicamente, duas *cabeças de rolda*.

¹³⁵⁷ - A distribuição e partilha da água são efectuadas na base do princípio de que a *levada* rega um hectare de solo cultivado, no intervalo de uma hora.

¹³⁵⁸ - Há que acrescentar, que a rega processa-se de forma continuada, o que significa, relativamente à numeração das parcelas efectuada em 1970, que o ciclo inicia-se, a montante, na parcela um, para se concluir, a jusante, na identificada com o número mais elevado, em 1970, o quinhentos e sessenta, iniciando-se, logo de imediato e a montante, o *giro* seguinte.

Uma "volta", localmente designada por *giro*, dá-se em vinte e um dias, ou seja, o intervalo de tempo necessário para que a *levada* "percorra" todas as parcelas integradas no perímetro de regadio.

¹³⁵⁹ - Se o tempo necessário para que a água de rega, que inclui a *Levada Nova* e as *poças da Presas e das Lages*, dê a "volta", ou seja, o *giro*, ao perímetro de irrigação é de vinte e um dias, em relação às parcelas exteriores, pode ser de oito, onze e até de vinte e dois dias, dependendo não só do volume do caudal debitado pelas respectivas *poças*, como do número de parcelas e respectivas áreas a irrigar por cada uma delas.

¹³⁶⁰ - São *soltas*, segundo os multisseculares costumes, duas vezes por dia, ao despontar da manhã e cerca das seis da tarde (dependendo da duração do dia natural), e *tapadas* pelas nove horas da manhã e ao fim da tarde, no momento em que o *sol rasa a capela da Penha*, em Britelo.

¹³⁶¹ - Adoptava-se como unidade de medida, a *polegada*, cujos múltiplos atribuídos a cada consorte e de acordo com a *terra que possuía*, eram assinalados por *atrilhos* na *vara/pau* que, diariamente, se espetava no fundo do *poço*, a fim de se determinar a altura do espelho de água.

¹³⁶² - Como em Parada do Lindoso, no *poço*, todos os dias e antes da água ser *solta*, era espetada uma vara/pau forte de modo a atingir o respectivo fundo, determinando-se, assim, a altura do volume de água armazenado, para, em seguida, se processar à divisão, em polegadas, marcadas na própria vara por linhas, os *atrilhos*, de acordo com o número de consortes.

¹³⁶³ - Era a *poça da Veiga*. Os consortes, também, utilizavam a estratégia da *vara* espetada no fundo da *poço*, para se proceder à divisão equitativa da água, em *polegadas*, cujos múltiplos eram estipulados, de acordo com a área a irrigar por cada *consorte*.

Nos *tempos antigos* seriam herdeiros dezasseis *consortes*, como nos disseram duas simpáticas octogenárias. Actualmente, a exemplo de tantas outras, a *poça* da Veiga está subaproveitada, devido às extensas áreas de *paul*, que substituem a outrora manha contínua de milharal.

Actualmente, há muitos mais *herdeiros* da referida *poça*, embora esteja subaproveitada, devido à multiplicação das gerações e à compra e venda de *leiras* da *veiga*.

número de *regantes*, nomeadamente, nas *veigas*, que a de Vilar do Suento não é excepção (Fig. 133, p. 625).

A *veiga* de Vilar de Suento é alimentada pela *corga* da Porta da Lage¹³⁶⁴, cujo caudal se canalizava para três *poças*, que se *tapavam* ao fim da tarde, ao pôr-do-sol, para se *soltarem* muito cedo, ainda o dia não raiava, lá pelas cinco da manhã, para serem *tapadas* pelas oito e meia, nove horas¹³⁶⁵.

Quando se *soltavam* as três *poças*, formava-se uma *levada* que, a um nível inferior, se subdividia em quatro *regos*, quatro caudais destinados *per si à terra* de várias famílias, que iniciavam a rega, normalmente, pela *leira* situada ao nível mais baixo, progredindo a área irrigada para as *leiras* a cotas superiores. Uma vez essas *leiras* regadas, o *regador dava sinal ao vizinho* que podia *continuar com a água*¹³⁶⁶.

Um aspecto que todos os residentes de Vilar de Suento nos fizeram questão em evidenciar, dizia respeito à mão-de-obra que envolvia *uma andada*. Era necessário estar muito atento aos *talhadouros* da água, *as tolas*, que as mulheres fechavam com os *torrões* que transportavam, além de se tornar necessário *vigiar os regos*, pois, era normal o vizinho mais ousado desviar parte do caudal para o seu *cabeceiro*, quando ficava distante da *leira* em rega, tornando-se, frequentemente, necessárias dez pessoas, às quais se pagava um salário, quando não vigorava a *entrejuda*.

Como é lógico, à medida que o Verão avança o caudal diminui, mas como a área se mantinha, tornava-se necessário proceder a uma verdadeira corrida para que a água "beijasse" todos os milheiros.

Sistemas de rega exclusivos dos *lameiros* são a tónica das aldeias de Castro Laboreiro, com excepção dos Ribeiros, o de Cima e o da Baixo, pelo simples facto de as condições naturais permitirem, apenas, culturas cerealíferas de sequeiro, a do centeio. Assim, nestas aldeias, os solos mais férteis, sinónimo de reunirem condições para a prática do regadio¹³⁶⁷, são exclusivos das forragens (Fig. 133, p. 625).

Nas *inverneiras*, em virtude de se localizarem a cotas mais baixas, o que permite um melhor aproveitamento das *corgas*, a maior quantidade de água permite, por exemplo, que no *barbeito* da batata, se pratique o regadio.

¹³⁶⁴ - Além de esta *mãe de água* existem as nascentes, cujo débito se armazena nos poços e irrigam as parcelas de cultura exteriores à *veiga*.

¹³⁶⁵ - No período de vinte e quatro horas, consideravam-se duas *andadas* de água, cujos limites tempo correspondiam, respectivamente, ao meio dia e à meia noite, desde os finais de Junho a oito de Setembro.

Na base da equivalência, que estipulava a área cultivada a irrigar por uma *andada*, determinava-se o número de vizinhos que seriam sortos na unidade de medida, em função da soma das respectivas áreas cultivadas.

¹³⁶⁶ - O intervalo de rega para a mesma *leira* era de quinze dias, pelo que a água *brotava aos dezasseis dias*.

¹³⁶⁷ - Relembrámos que o sistema de rega está implementado em função da força da gravidade, pelo que os *campos* surgem quando a diferença de altitude em relação ao desvio da *corga* é suficiente para a circulação da água.

Nas aldeias castrejas, a exemplo dos outros lugares em estudo, o sistema de irrigação baseia-se no aproveitamento da rede hidrográfica, em que o rio Laboreiro se limita aos regadios de seis aldeias¹³⁶⁸, com a Vila incluída (Fig. 133, p. 625).

Destacamos o esquema de regadio implementado pelos "habitantes" da *inverneira* de Pontes, na primeira metade do séc. XX, com a finalidade de se incrementar a cultura da batata e as forragens (Fig. 133, p. 625).

O traçado e a "arquitectónica" do aqueduto¹³⁶⁹ deve-se a um natural, que, nos finais do séc. XIX, emigrou para o Brasil e, no regresso, incentivou os residentes para a obra. O investimento foi efectuado e pago, em grande parte, pelo principal dinamizador, mas em que todos participaram, de acordo com as possibilidades.

Hoje, encontra-se totalmente abandonado¹³⁷⁰, assim como a represa, especificamente construída para a retenção do caudal desviado da *corga* afluyente principal do rio Castro Laboreiro (Fig. 133, p. 625).

A par das linhas de água, faz-se o aproveitamento das nascentes, junto às quais se construíram os respectivos poços, que podem ser propriedade exclusiva de um agricultor, ou, partilhados por um número assinalável de consortes.

Destacamos as velhas *poças* do *planalto*, que armazenavam os débitos das nascentes, que nos meados do séc. XX, foram substituídas por grandes reservatórios, os *pantanos*¹³⁷¹, a partir dos quais se reorganizou o sistema de condutas a permitir não só um maior caudal na irrigação dos *campos*, como atingir as parcelas que, outrora, nunca foram irrigadas¹³⁷² (Fig. 133, p. 625).

Hoje, em virtude das mutações verificadas nas últimas décadas, não se procede, em toda a área em estudo, e mesmo no período estival, ao aproveitamento exaustivo da *água de rega*, bem evidente no rigor com que se procedia à distribuição e respectiva calendarização há umas cinco a seis décadas.

¹³⁶⁸ - Vila, Curveira, Pontes, Mareco, Ameijoeira e Ribeiro de Baixo, precisamente, na área que envolve o Saramagal e Outurelos.

¹³⁶⁹ - O aqueduto entrou em funcionamento nos inícios da década de trinta do século XX, segundo as informações, que recolhemos junto dos habitantes, que comparticiparam e colaboraram na obra.

¹³⁷⁰ - Tinha sido utilizado, pela última vez, para a irrigação da batata, em 2002, conforme nos informou, em Fevereiro de 2002, uma moradora em Pontes.

¹³⁷¹ - Destacamos os *pantanos* que melhoraram a rega nos *campos* da Portelinha e Vido, além daquele que beneficia os *campos* da Ameijoeira.

¹³⁷² - Também em Castro Laboreiro a divisão da água faz-se por unidades de medida, *o dia*, que se subdivide no *meio dia* e no *quarto de dia*. Assim, *um dia de água*, significa que o *consorte* utiliza toda a água armazenada no intervalo de vinte e quatro horas, isto é, entre dois pôr-do-sol sucessivos, enquanto *um meio dia*, por exemplo, corresponde às horas que medeiam o pôr-do-sol e as dez, onze horas da manhã, altura que *começa a contar* para o *consorte* seguinte.

Preocupámo-nos em saber a unidade de *terra* correspondente a uma unidade de água, mas, se o castrejo conhece muito bem as leiras ou campos abrangidos pelo *meio dia* ou o *quarto de dia* de água, não foi capaz de estabelecer a correlação entre as duas unidades de medida, pois *isso já vem desde os antepassados, pelo que se perdeu a conta*.

Contudo, numa brevíssima nota de sùmula, diremos que neste Lima raiano e na primeira dècada do séc. XXI, se os esquemas de rega dependem da proliferaçãõ das nascentes e das linhas de água, as *corgas*, existem por causa da força viva da *levada*, ou, do caudal do *rego*¹³⁷³, justificada pela velocidade que atinge, sempre de acordo com o declive dos espaços que interligam as *poças* e *pantanos*, às parcelas, *leiras* e *campos* a irrigar.

5.3.3.2. Técnicas de rega nos espaços de regadio

O sistema de rega nos espaços limianos em estudo implicava outras "engenharias", mas, na área de cultivo, isto é, na *leira* de milho, ou, no *campo*, das quais destacamos as que favorecem a retenção de uma película de água, para que os milheiros fiquem *encharcados*, ou, que permitam que a água, simplesmente, se espalhe e *molhe* os pés de cultura.

Após a sementeira do cereal, mas, antes que germinasse e começasse a despontar, havia que "urdir" com o auxílio da enxada, um autêntico matiz geométrico, ou seja, *entalheirar*, *aleirar*, como se designa, por exemplo, nas aldeias do Lindoso, na Ermida e em Vilar de Suento, ou, *deleirar*, a expressão utilizada em Mosteirô e Paradamonte.

De acordo com o declive, rasgam-se os sulcos mais profundos, que serão os condutores da água de rega, começando-se, primeiro, por configurar o *cabeceiro*, quer dizer o "rectângulo", cujo comprimento corresponde, por princípio, à largura da *leira*, para, em seguida, ser "fraccionado" em espaços, sensivelmente, de forma rectangular e, ou, quadrangular (Fotos 3, 4, 5 e 6).

¹³⁷³ - Por princípio, as populações deste Lima de raia, como em todo o Noroeste, reservam a expressão *levada*, para o caudal de água mais volumoso, que pode atingir quilómetros de extensão, logo, o mais importante, que irriga uma área cultivada de dimensões muito significativas, enquanto o *rego* é a conduta na qual circula, em termos comparativos, um volume de água mais reduzido, muito menos extenso, logo, a irrigar uma área de dimensões bem mais limitada.

Implementação de um esquema de regadio perecível e multissecular: o *aleirar/entalheirar* da parcela de milho maís



Foto 3 – *Fazer um sulco principal/mestre*



Foto 4 – *Fazer um sulco transversal/secundário*



Foto 5 – *Aplanar o tanque*



Foto 6 – Um *talheiro* concluído e outro em construção

Veiga da Seara, Ermida, Maio/2004.

Fonte: Fotos tiradas pela autora em Maio de 2004.

Após a matriz do *cabeceiro* estar delineada, enceta-se um autêntico trabalho de pormenor e minúcia, ao remover-se e aplanar-se as superfícies, de modo a ficarem ligeiramente, em plano inferior, utilizando-se o solo que resulta na "construção" de um pequeno bordo¹³⁷⁴, que esboça e delimita outros pequenos espaços, os *talheiros*, as *presas*, ou, *tanques*¹³⁷⁵ (Fotos 7, 8, 9, 10 e 11).

¹³⁷⁴ - O processo de *juntar a terra* de modo a constituir um bordo divisório num espaço, por si, já, de dimensões reduzidas, é o que as populações designam por *soma*.

¹³⁷⁵ - Pequenos espaços delimitados por bordos, cuja função consiste em *segurar a água*, de modo a processar-se o *encharcamento*, aquando da rega, a partir do mês de Julho.

Expressões de técnicas de rega no solo cultivado: Leiras entalheiradas/aleiradas em Maio/2004



Foto 7 - Veiga de Stº Andre, Parada do Lindoso
Orientação: Este-Oeste.



Foto 8 - Veiga da Leira do Cão, Castelo do Lindoso
Orientação: Este-Oeste.



Foto 9 - Veiga da Seara, Ermida
Orientação: Este-Oeste.



Foto 10 - Veiga de Vilar de Suento
Orientação: Oeste-Este.

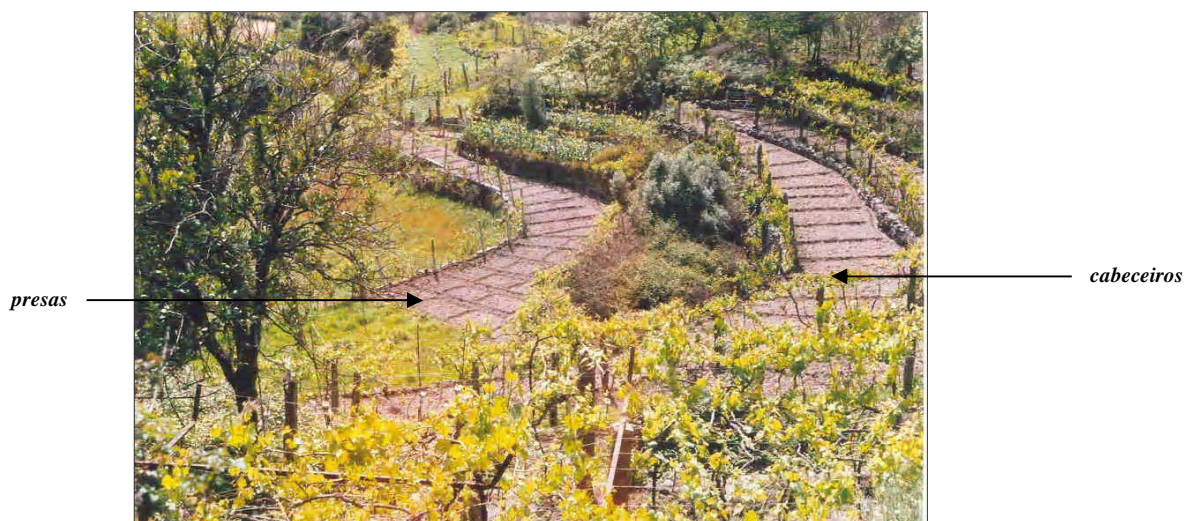


Foto 11 - Veiga de Mosteirô
Orientação: Este-Oeste.

Fonte: Fotos tiradas pela autora em Maio de 2004.

Se, em pleno séc. XXI, conseguimos, ainda, encontrar na paisagem, estas tão peculiares, mas seculares formas de cariz geométrico, o grau de perfeição com que são executadas, varia de acordo com a aldeia e a "arte", ou, "paciência" dos respectivos executantes.

Quer na Ermida, como no Lindoso e em Vilar do Suento, está-se perante uma "engenharia" própria de um "tipo" de rega, que entendemos designar por *encharcamento*, que exige a utilização de volumes significativos de água, a que as populações são sensíveis, pois, quando o débito disponível é, relativamente, mais reduzido, limitam-se a "dividir" os *cabeceiros* de modo que a água se *espalhe* pelo milharal e *molhe* os pés da cultura.

Mas, em Germil, na maioria das aldeias do Soajo, na Gavieira e em Castro Laboreiro, nomeadamente no Ribeiro de Cima e no Ribeiro de Baixo, este tipo de "matiz" dá lugar a um outro, que tem, também, como matriz o traçado de sulcos, *regos*, mas, agora, quase sempre, a todo o comprimento da *leira*, quando é *estreita*, que podem ser rasgados, após a sementeira, como na Gavieira, ou, então, quando se executam as duas fases da *sacha do milho*, como, por exemplo, na "vila", Soajo¹³⁷⁶.

Logo, nestas aldeias, os solos após a sementeira, ora, ostentam *sulcos*, *os regos*, devidamente espaçados, delimitando, assim, os *cabeceiros*, como na Gavieira, no Ribeiro de Cima e no Ribeiro de Baixo, ou, em Germil, ora, uma superfície contínua de acordo com *os usos e costumes* ancestrais, ou então, a imprimir a marca da modernidade, através das ténues "linhas" esboçadas pelo semeador que, de forma ordenada, distribui a semente pelo *solo preparado* (Fotos 12 13 14e 15).

¹³⁷⁶ - Aquando da *primeira sacha*, "dispõe-se" o solo removido e resultante do arranque das ervas daninhas a "contornar" "grupos" de milheiros, ou seja, *faz-se a soma*, para mais tarde, aquando da rega, atenuarem a força viva da água e, assim, se controlar uma provável perda, além da erosão do próprio solo.

Na segunda *sacha*, rasgam-se os sulcos, os *regos* mais profundos, que chamaremos "primários", nos quais se distinguem dois que, ao contornarem os "lados" da parcela, convergem na parte mais elevada, para, assim, conduzirem o total do débito de água até àqueles que, ao "cruzá-los", em espaços regulares, "atravessam" toda a *leira*. Nestes, em pleno dia de rega, circularão as fracções do caudal até atingirem uma outra "rede" de sulcos bem menos profundos e de forma muito irregular, mas imprescindível, para que o precioso líquido atinja toda a cultura em desenvolvimento.

As leiras após a sementeira do milho, Maio/2004

Gavieira – aldeia de Rouças



Foto 12 – *Rasgar os sulcos*
Orientação: NO-SE.



Foto 13 – A leira “preparada”
Orientação: NO-SE.

"vila" do Soajo



Foto 14 – Superfície da parcela de milho semeada à mão
Orientação: Sul-Norte.



Foto 15 – Superfície da parcela de milho semeada com a máquina
Orientação: Este-Oeste.

Fonte: Fotos tiradas pela autora em Maio de 2004.

Nas *leiras* de milho, nomeadamente na Galiza, sempre se implementaram, até meados do séc. XX, técnicas de rega que exigiam o gizar de uma matriz geométrica na superfície do solo arável, cuja especificidade dependia, ou, da dimensão da parcela e, ou, do volume de água que existia para distribuir pelos pés do cereal de *maior rendimento*.

Em qualquer aldeia limiana, a água de rega, após a entrada na *leira*, é encaminhada para o *rego* "lateral", que surge na direcção e sentido em que circula, sendo, em seguida, "desviada", respectivamente, através da "colocação", de uma *tola* ou *talhadouro*, para espaços "simples", ou, muito laborados, que designámos, respectivamente, por "divisão", *tanques*, *presas* ou *talheiros*.

De acordo com o respectivo volume, o caudal pode ser fraccionado, através da "colocação" de outras *tolas* ou *talhadouros*, o que permite irrigar, em simultâneo, vários desses pequenos espaços¹³⁷⁷ (Fig. 134).

Uma vez o solo do pequeno espaço *ensopado* ou, então, *encharcado*, ou, simplesmente *molhado*, desvia-se a água, com a colocação de uma outra *tola* ou *talhadouro* e avança-se, na sequência da remoção das outras *tolas* e *talhadouros* respectivos, para o espaço imediato (Fig. 134).

Quando os pequenos espaços que constituem esse *cabeceiro*, se encontram devidamente irrigados, faz-se, no início do mesmo, um *corte*, com o auxílio da *tola*, ou *talhadouro*, para se repetir a operação, mas, no *cabeceiro* seguinte.

Assim, quando se atinge o último *cabeceiro* há a certeza que o precioso líquido se *repartiu*, de igual modo, por toda a *leira*, sem desperdícios, ou, erosão acentuada do solo.

Pelas descrições, que nos foram efectuadas, conseguimos esboçar um "Lima raiano em rega", ou seja, um Lima de raia em que todos os dias de Verão existiam várias aldeias muito azafamadas, pois, antes que os alvares da aurora surgissem os seus *regadores*, já, estavam reunidos e esforçados em que a água *não se perdesse* desde o *açude* ao milharal. Uma vez na *leira* a irrigar havia que, de modo ágil e coordenado, *fazer e desfazer talhadouros*, ao ritmo do volume de água que havia para distribuir, mas, de modo que o pé de milho conseguisse reter a quantidade máxima possível do precioso bem em distribuição¹³⁷⁸.

Diremos, assim, que em toda a área em estudo, a azáfama inerente ao próprio acto de regar, que exigia um número substancial de mão-de-obra, animava esquemas, que independentemente das "formas" que a superfície livre do solo apresentasse, exigiam, sempre, o traçado dos *regos* de acordo com o declive, delimitando espaços, por princípio, de forma rectangular, os *cabeceiros*, e esboçando uma geometria assaz curiosa, mas, distinta em função da comunidade e do volume de água que havia para distribuir pelos espaços de cultura.

Independentemente da arte e engenho empregues, pretendia-se, sempre, compensar, a partir dos finais do mês de Junho, a evapotranspiração, maximizando-se a rentabilidade da água, outrora, sempre míngua em relação à área a irrigar.

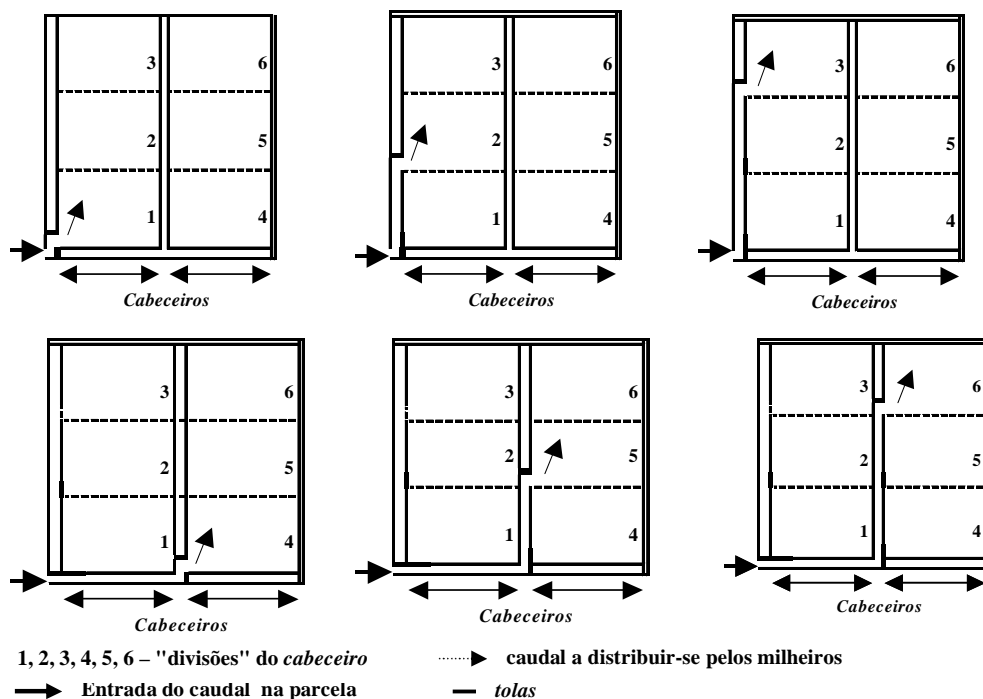
¹³⁷⁷ - O agricultor, por princípio, procede a uma distribuição equitativa da água na parcela, pelo que, ela pode *correr* a velocidades diferentes, em função do volume disponível.

Assim, é frequente o agricultor comentar que *enxarcou*, *ensopou*, *molhou*, ou simplesmente, *refrescou* o milho.

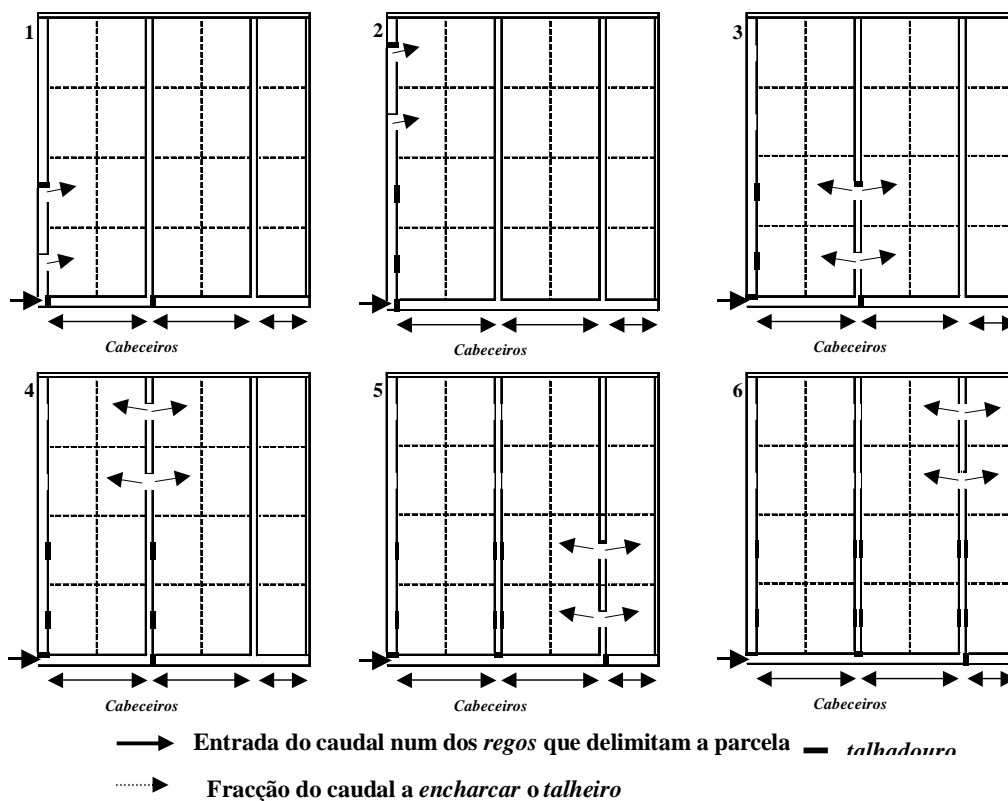
¹³⁷⁸ - Quando se processa esta forma da rega, são necessárias, no mínimo, duas pessoas, pois, desde o momento que a *água entra* na parcela até atingir todos os *pés* da cultura, assiste-se, sucessivamente, à remoção e colocação de montículos constituídos por "terra" e pedras das mais variadas dimensões, as *tolas*, no Soajo e os *talhadouros*, na Ermida, Lindoso, Britelo ou Antre Ambos-os-Rios, por exemplo.

Fig. 134 - Esquemas de regadio nas leiras de milho *maíz*

A – Em cabeceiros com "divisões simples"



B – Em cabeceiros com presas/talheiros/tanques



Fonte: Esquemas efectuados de acordo com a informação oral recolhida pela autora, junto dos residentes, lusos e galegos, nos anos de 2003 e 2004.

Evidenciamos as aldeias da Gavieira e as castrejas do Ribeiro de Cima e do Ribeiro de Baixo, cujas parcelas se caracterizam por um declive acentuado e que acelera a força viva da água, que circula entre as culturas, o que origina o arrastamento do solo, já, por si, pouco espesso. Motivos que justificam o facto de as populações, após as sementeiras, a da batata e a do milho, cobrirem a superfície com um "tapete" contínuo, outrora, sempre de fetos, no séc. XXI, quase sempre de *palha de centeio*, num esforço em evitar a erosão que, de outro modo, destruiria, por completo, a camada de solo arável de si, tão empobrecida (Fotos 16 e 17).

Preservação do solo irrigado – Parcelas de batata, Maio de 2004



Foto 16 – Tibo (Gavieira)

Orientação: N-S.



Foto 17 – Ribeiro de Cima (Castro Laboreiro)

Orientação: NNE-SSO.

Fonte: Fotos tiradas pela autora em Maio/Junho de 2004.

Nas aldeias de Castro Laboreiro, cujas condições climáticas não permitem culturas de regadio, verifica-se nos *campos*, isto é, nas parcelas de forragem, um esquema de rega assente em sulcos, ou, melhor, regos traçados segundo o declive, que, por princípio, coincide com o comprimento do *campo*, a partir dos quais irradiam outros mais "suaves", de modo que a água se espalhe e atinja toda a parcela (Fotos 18 e 19).

O regadio das forragens em Castro Laboreiro, Junho de 2003

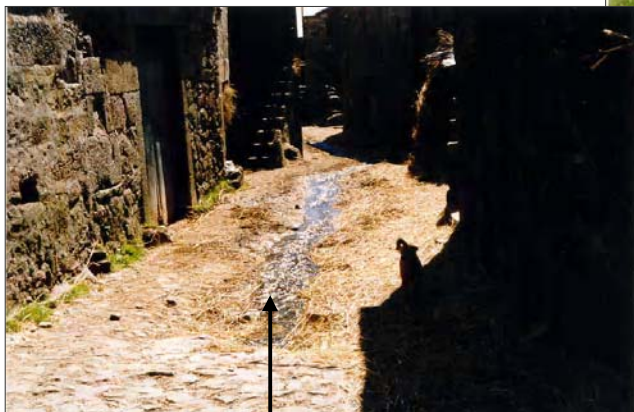


Foto 18 - Levada numa das "ruas" da aldeia em direcção ao *campo*



Foto 19 - Talhadouro no *campo*
Orientação: NO-SE.

Esquema de rega na *veranda das Eiras*

Fonte: Fotos tiradas pela autora em Junho de 2003.

Diremos que este esquema de rega não difere do utilizado pelas outras comunidades em estudo, nas aldeias que reúnem condições naturais a permitirem a irrigação das forragens, nomeadamente, no Inverno, surgindo, então, o *lameiro*, como no Lindoso, Britelo, ou, em Entre Ambos-os-Rios, por exemplo.

Nos *lameiros* praticava-se, no Inverno, a *água de lima*, fina película de água, que cobria, por princípio, durante as vinte e quatro horas, todo o solo, não só com a função de favorecer o ciclo vegetativo da forragem, mas, também, de a proteger das geadas.

Perante as *nuances* curiosas, que os esquemas de rega nos espaços de cultivo podem adquirir neste Lima raiano, e após as numerosas e cuidadas observações que efectuámos, ficámos convictos que mais do que evidenciarem divergências nas técnicas utilizadas pelas diferentes comunidades, elas traduzem, apenas, a necessidade imperiosa em maximizar o aproveitamento do precioso líquido, sempre norteadas pela eliminação de perdas infrutíferas e a distribuição equitativa na parcela.

Independentemente das diferenças, em nosso entender, sempre secundárias, que, ainda hoje, persistem, apesar de toda a evolução das últimas cinco décadas, diremos, em nota de súplica que, se os esquemas de rega, nomeadamente nas aldeias lusas, dependiam, como, ainda, na primeira década do séc. XXI, dos declives que separam as mães de água dos *campos* e das *leiras*, sem se esquecer os pendores das próprias parcelas, dos caudais disponíveis e da magra espessura dos solos, eles reflectem, todavia, a criatividade e os esforços desenvolvidos

para a maximização de rendimentos, sempre escassos, mas imprescindíveis na manutenção do limiar de sobrevivência para gerações, que ao longo de muitos séculos, elegeram a entreaajuda e a combinação de sinergias como os meios capazes para resistirem à aspereza e adversidade de um Lima raiano que, apesar de tudo, se distingue por uma majestosidade muito *sui generis*.

5.3.4. Construções de apoio à exploração agrícola

Se a tónica dominante dos espaços cultivados em estudo incidia, consoante a época do ano e os lugares, nas manchas cerealíferas do centeio e, ou, do milho, o limiano de raia para responder às exigências inerentes às fases dos respectivos ciclos evolutivos, equipou a exploração agrícola com unidades, que, embora se distingam da construção principal, a casa de habitação, constituem elementos integrantes do povoado, entendido como o conjunto de edificado, cuja planta pode adquirir formas distintas, de acordo com as condições locais, como por exemplo, as físicas e as de acessibilidade.

Como somos de opinião que as questões relacionadas com o *povoamento* e os *povoados*, já, foram devidamente levantadas nesta investigação¹³⁷⁹, limitamo-nos, a reflectir sobre elementos construídos, que se tornaram indispensáveis na realização de tarefas inerentes aos ciclos cerealíferos, as eiras, apesar de na maioria dos casos, hoje, se tenham diluído na paisagem, ou, porque desapareceram, ou, porque lhe foram atribuídas outras funções, nomeadamente as de arrecadação das lenhas a serem consumidas no período invernos.

De um modo global, as eiras desempenharam, até meados do séc. XX, uma função importante nas aldeias em estudo, nomeadamente nas lusas, com excepção para quatro aldeias do Soajo¹³⁸⁰, as quatro aldeias primárias da Gavieira¹³⁸¹ e em Castro Laboreiro para os Ribeiros, o de Cima e o de Baixo.

Recordámos a nossa perplexidade, quando nos confrontámos perante comunidades, cuja economia em muito dependia do cultivo de ambos os cereais, o milho e o centeio, ou, nos lugares em que, apenas, se cultiva o centeio, mas, em que a eira nunca existiu¹³⁸² (Fig. 135).

Nestes casos, ou seja, nas aldeias sem eira, o comportamento das populações diferencia-se, consoante o cereal a *debulhar*. Enquanto para o centeio, cereal que exige ser debulhado ao ar livre, conseguia-se, sempre, na aldeia um espaço vazio, para as espigas do milho era o *quinteiro*, uma arrecadação, ou, uma divisão da casa, como a cozinha, o *sobrado*,

¹³⁷⁹ - Capítul 2, *O povoamento serrano*.

¹³⁸⁰ - Adrão, Vilarinho das Quartas, Cunhas, Campo Grande.

¹³⁸¹ - Rouças, Igreja, Baleiral e Tibo.

¹³⁸² - Busgalinhas, S. Bento do Cando, Bouça dos Homens.

Fig. 135 - Lima raiano luso: Eiras e regime de propriedade, por lugar, 2003

ou, simplesmente, a *soleira da entrada* de casa a constituírem os espaços equivalentes à suposta eira¹³⁸³.

A *debulha do milho*, considerada, primordialmente, uma tarefa feminina, poderia adquirir várias formas, que tinham em comum o exercício de uma determinada pressão sobre as espigas, o que provocava a desagregação do grão. Ora, essa pressão poderia ser causada por uma variedade de processos, como, por exemplo, a fricção manual e directa entre as duas espigas, ou seja, a mulher, com as mãos comprimia *uma espiga contra a outra*¹³⁸⁴, ou, colocava-as num cesto *bem fundo*, ou, num saco *bem atado* para, em ambos os casos, as *bater* intensamente com a ajuda de um *pau forte*.

Tarefa que, por princípio, a mulher executava, ou, à lareira preenchendo os serões das noites longas do Inverno, ou, em plena Primavera e, até, no Verão, pela sesta, na *soleira da entrada*, enquanto aguardava que o vizinho passasse a fim de entabular *dois dedos* de conversa.

Mesmo nas aldeias em que existem as eiras de milho, era muito frequente debulhar o cereal em casa, nomeadamente, na "vila" do Soajo, em virtude, quer da distância que as separava da parcela e da residência, quer das quantidades diminutas do cereal não compensar o esforço do transporte¹³⁸⁵.

O mesmo já não acontecia com o centeio, uma vez que, como já o afirmámos, nas aldeias sem eira, optava-se por um espaço vazio, um *poulo*, ou, o tramo mais largo do caminho, que atravessava a aldeia, que, devidamente preparados, davam, respectivamente, *boas eiras*.

Ora, essa "preparação" correspondia à que se efectuava nas eiras cujo pavimento era constituído por *terra*. Assim, na véspera da malha, as mulheres da aldeia, não só *rapavam* a superfície e eliminavam as ervas, como a varriam, para, em seguida, a cobrir, com uma mistura de água e dejectos de bovinos, a fim de tapar todos as fendas e buracos, através dos quais os grãos de centeio poder-se-iam escoar. Uma vez esta cobertura, bem espessa, efectuada, deixava-se secar, para, no dia seguinte, com a eira "impermeabilizada", se proceder à *debulha* de todo o centeio da comunidade.

Hoje, é diferente, pois nos casos muito esporádicos, em que, ainda se utilizam este tipo de eiras, a superfície, depois de devidamente limpa e arranjada, é revestida pelo material da modernidade, o plástico.

¹³⁸³ - Ficámos convencidos que, na área lusa em estudo, a malha do milho correspondia, globalmente, a uma tarefa a realizar em casa, pela família, que utilizava o processo, que lhe parecesse ser mais rentável.

¹³⁸⁴ - Ficámos convencidos que este seria o processo mais usual, pois, até era a forma de se preencher os longos serões de Inverno.

¹³⁸⁵ - Na "vila", o milho era cortado e, no campo, era disposto em *moreias*, as medas, para num período de bom tempo, ser desfolhado e transportado, em cestos, à cabeça para os *caniços*.

Um exemplo dos "tempos" modernos pode-se encontrar na evolução dos materiais utilizados na pavimentação das eiras distribuídas pelas diferentes aldeias.

Se neste Lima raiano, os materiais de "origem" que revestiam as respectivas superfícies eram a *terra* e os *lajedos*, isto é, afloramentos de granito muito desgastados pelos agentes de meteorização, paulatinamente, foram sendo substituídos, principalmente, a partir dos meados do séc. XX, por blocos de granito, ou, no caso mais recentes, pela cobertura exclusiva de cimento (Fig. 135).

Outro aspecto, em nosso entender, curioso nas aldeias produtoras de milho e centeio, relaciona-se com o facto de os residentes, ou, procederem à debulha do cereal em eiras específicas¹³⁸⁶, de acordo com a variedade respectiva, ou, indiferentemente na mesma eira malharem, quer a pragana, quer a gramínea¹³⁸⁷, ou, exclusivamente disporem de eiras para a malha do centeio¹³⁸⁸. diz respeito ao tipo de cereal que as populações debulhavam nas respectivas eiras (Fig. 135).

O facto de em muitas aldeias não existir *eira de milho* não é sinónimo, que os *espigueiros* não se imponham com grandiosidade. Pelo contrário, eles são bem significativos nas paisagens em estudo¹³⁸⁹, pois, em todas as aldeias, nomeadamente as galegas, as espigas eram, após o corte do milheiro, sempre, *desfolhadas* na *leira*, para serem, ou, de imediato, *debulhadas*, ou, transportadas directamente para o espigueiro, o *caniço*, ou, *canastro*, onde se armazenavam e secavam, sendo, gradualmente, retiradas num futuro próximo, de acordo com as necessidades do agregado familiar.

Não podemos deixar de evidenciar os *canastros* de vime em forma circular, que seriam "muito populares" até meados do século passado e que nos dias de hoje se limitam aos "pilares" que os suportavam, sempre, em granito resistente¹³⁹⁰ (Fotos 20, 21 e 22).

¹³⁸⁶ - Vilar de Suento, nas aldeias de Entre Ambos-os-Rios.

¹³⁸⁷ - "Vila" do Soajo, nas do Lindoso, Britelo, Germil e Ermida.

¹³⁸⁸ - Tibo, Rouças, Parabela, Várzea, Adrão, Cunhas.

¹³⁸⁹ - Adrão, Várzea, Parabela, Vilarinho das Quartas, nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, ou, em qualquer uma das aldeias primárias da Gavieira.

Por curiosidade, existem eiras para a malha do milho, em todas as aldeias da margem esquerda, enquanto na margem direita, apenas as encontrámos nas duas aldeias de Ermelo, em Vilar de Suento e na "vila" do Soajo.

¹³⁹⁰ - Se até meados do séc. XX seriam "muito populares" os *canastros* em vime e de forma circular, hoje, quando muito, restam deles, a base de suporte, sempre em granito. Preocupados em encontrar um exemplar em "actividade" conseguimos-lo em Mosteirô, pela indicação específica de um dos residentes.

Após uma certa insistência, conseguimos encontrar um desses canastros em actividade, em Mosteirô.

Os *canastos* em forma circular, Maio de 2004



Fotos 20 e 21 – *Canastos* em vime "conservados"

Localização: *Eira de herdeiros* (dois ângulos) em Mosteirô, Britelo.



Foto 22 – *Canastos* de forma circular destruídos (apenas se mantêm as bases em granito)

Localização: *Eira do povo* em Vilar de Suento, Soajo.

Fonte: Fotos tiradas pela autora em Maio de 2004.

Se o *parque* de espigueiros é significativo em todas as aldeias produtoras de milho¹³⁹¹, independentemente da existência, ou não, da respectiva eira, o que testemunha a importância, até meados do século passado, do cereal rei na economia local¹³⁹², também, nas eiras se encontra, com muita frequência, conjuntos significativos dos austeros, mas imponentes

¹³⁹¹ - Em toda a área lusa em estudo, as diferentes aldeias apresentam um conjunto de eiras, que podem variar entre um mínimo, que é a unidade, a um máximo, que atinge a dezena em Parada do Lindoso.

Como amostra contabilizámos as aldeias com um número de eiras, quer *de herdeiros*, quer *do povo*, igual ou superior a três, em Castro Laboreiro, Soajo e Lindoso. Assim, em Castro Laboreiro evidenciam-se nos lugares "fixos", Coriscadas (9), Portelinha (4), Várzea Travessa (6), e Vila (4); nas *verandas*, Curral do Gonçalo (3), Falagueiras (6), Rodeiro (6) e Seara (6); nas *inverneiras*, Curveira (3).

No Soajo sobressaem as aldeias de Paradela (3), Várzea (4), a "vila" (5) e Vilar de Suento (6).

No Lindoso, evidenciam-se as três aldeias, respectivamente o Castelo (5), Parada (10) e Cidadelhe (8).

¹³⁹² - Adrão, Várzea, Paradela, Vilarinho das Quartas, nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, ou, em qualquer uma das aldeias da Gavieira.

Por curiosidade, existem eiras para a malha do milho, em todas as aldeias da margem esquerda, enquanto na margem direita, apenas as encontramos nas duas aldeias de Ermelo, em Vilar de Suento e na "vila" do Soajo.

*canastros*¹³⁹³, que constituem, sempre, propriedade privada e se acrescentam aos nichos densos e numerosos de estas autênticas obras de arte, que proliferam por todo o Lima raiano em estudo.

Uma das questões com que nos deparámos relacionou-se com *o direito de propriedade das eiras*. Se na margem esquerda lusa as eiras são *de herdeiros* podendo surgir, esporadicamente, as privadas, as exclusivas de um só agregado familiar, distinguimos no Castelo do Lindoso *a eira do povo*, em redor da fortaleza e a par das três eiras de herdeiros (Fig. 135, p. 645).

Na margem direita, se predominam, também, as eiras de *herdeiros*, há, de igual modo, as privadas, como, por exemplo, em Cunhas e na "vila" do Soajo, ou, na Junqueira, mas, evidenciamos *as do povo*, em Vilar de Suento, Paradela, na "vila" do Soajo e em Tibo (Fig. 135, p. 645).

Em Castro Laboreiro, com excepção para os Ribeiros, o de Cima e o de Baixo, onde não existem eiras, elas proliferam, quer nos lugares "fixos", quer nas *verandas e inverneiras*, enquadradas pelo estatuto jurídico de pertença de herdeiros (Fig. 135, p. 645).

Como o estatuto de *herdeiro* se adquire através da herança e como até meados do séc. XX as famílias eram muito numerosas, rapidamente, uma eira passava a ser usufruída por um número assinalável de agregados familiares, por princípio, primos entre si, hoje, maioritariamente, da terceira, quarta e gerações subsequentes¹³⁹⁴.

Curiosamente, um *herdeiro* de uma eira em que se localiza um parque de espigueiros, pode não possuir, mesmo uma fracção de um *canastro*, pois se aquela, a eira, é, sempre, divisível, este, o espigueiro, poder-se-á fraccionar, no máximo, por três agregados familiares, sendo, contudo, o mais frequente a partilha por duas famílias¹³⁹⁵, em virtude da capacidade de armazenamento de espigas (Fotos 23 e 24).

Por estes motivos, a facilidade com que se pode dividir o espaço de uma eira por um número indeterminado de *herdeiros*, faz com que, em muitos casos, se torne difícil às populações distinguir a eira a que toda a comunidade tem direito a utilizar¹³⁹⁶, *a do povo*, daquela que, apesar do efectivo dos utilizadores ser elevado, não deixa de ser de *herdeiros*.

¹³⁹³ - Nichos densos de *canastros* povoam o "nosso" Lima raiano, que testemunham a importância do cereal rei, o milho maíz, na economia local, até meados do século passado, embora parte significativa nada tenha a ver com a eira, mesmo que seja *de herdeiros*.

¹³⁹⁴ - Quando questionámos, especificamente, os nossos interlocutores, quer da margem esquerda, quer da margem direita, como se intitulavam relativamente ao estatuto adquirido, todos se limitaram a afirmar que eram herdeiros. Contudo, há a excepção do nosso interlocutor em Parada do Lindoso, que entendia, depois de muito ter pensado, que além de herdeiro, seria co-proprietário.

¹³⁹⁵ - Contudo, há que ressaltar, que existem proprietários de espigueiros, que não têm direito de propriedade sobre a eira, assim como há co-proprietários da eira, que não possuem espigueiros.

¹³⁹⁶ - *Eiras do povo* devidamente identificadas encontrámo-las no Castelo do Lindoso, na "vila" do Soajo, em Vilar de Suento e Paradela do Soajo.

Eiras de *herdeiros*, Maio de 2004



Foto 23 – Depósito de lenhas: A "função" principal de uma eira castreja na primeira década do séc. XXI

Localização: Rodeiro, Castro Laboreiro.

Foto 24 – Uma das eiras de Parada com os imponentes espigueiros (um ângulo)

Localização: Parada do Lindoso.



Fonte: Fotos tiradas pela autora em Maio de 2004.

Além disso, para mais aumentar as dúvidas, todo o agricultor com cereal para malhar, mesmo *sem direito à eira*, por não ser *herdeiro*, utilizava-a do mesmo modo, bastando-lhe pedir autorização a um dos co-proprietários¹³⁹⁷.

Enquanto na margem esquerda os *herdeiros* têm, por princípio, marcado no pavimento em pedra, através de uma pequena *mossa*, ou, uma *cruz*, a área da eira, que lhe pertence, em Castro Laboreiro, assinala-se no *lastro*, isto é, no espaço que envolve a eira propriamente dita,

Nas *aldeias sem eira*, em S. Bento do Cando e na Bouça dos Homens, a malha do centeio efectuava-se em *poulos*. Em S. Bento, em torno da capela, na Bouça dos Homens no actual largo da capela, enquanto nas Buzgalinhas em três secções mais "espaçosas" do caminho que atravessava a aldeia.

¹³⁹⁷ - Por exemplo, se nas duas eiras de Gorbelas, todos os agricultores *tinham direito e malhar e a colocar as medas em redor*, além de as poder manter durante todo o ano, porque *era um direito herdado que estava marcado na eira*.

Além disso, os *herdeiros das eiras* de Gorbelas, tinham o direito de *emedar os colmeiros* de centeio na eira, por um período de oito dias, o período que antecedia a malha.

Já nas três eiras da Junqueira, embora todos os agricultores malhassem, poucos eram os herdeiros, isto é, *muito poucos tinham o direito* em erguer as respectivas *medas*.

através de pequenas pedras ou *bordos em terra*, a superfície a que têm direito para colocar os grandiosos *medeiros*, que, normalmente, eram dois¹³⁹⁸ por agregado familiar.

Uma das problemáticas que levantámos relacionou-se com o modo como se efectuou a inscrição matricial de este "tipo" de eiras¹³⁹⁹, as de *herdeiros*, nos meados da década de noventa do séc. XX, que foi resolvida, por exemplo, em Parada do Lindoso ao atribuir-lhe um número e identificando-a, apenas, através de um dos co-proprietários, enquanto em Cidadelhe, a cada co-proprietário coube uma fracção de um mesmo artigo.

No Castelo do Lindoso esta questão, já, levantou muitos problemas, em virtude da "coexistência" num espaço não delineado, da área adstrita à fortaleza e das próprias eiras, *a do povo e as três de herdeiros*. Em relação às eiras de herdeiros, após discussões animadas e acesas, decidiu-se, mesmo sem a concordância da Autarquia de então, em associar a cada espigueiro um determinado espaço, ou, melhor, constituir um *talhão*, ao qual foi atribuído o respectivo número matricial. Em relação à área que envolve directamente a fortaleza, não se verificaram vozes discordantes em que *pertencesse* à área de influência do castelo, assim como em relação à eira do povo.

Se é um facto que a grande maioria das eiras está destinada, no séc. XXI, à arrecadação das lenhas, ou, a serem cobertas por arbustos espontâneos, os processos cadastrais adoptados, em muito vai contribuir para que a teia estrutural, tão meticulosamente construída, se esvaíra ao ritmo do desaparecimento das gerações, que ultrapassaram, actualmente, as cinco décadas de vida.

Uma outra questão que levantámos aos nossos simpáticos interlocutores relacionou-se com o facto de conseguirmos entender a calendarização das *malhadas*, principalmente as do centeio, muito numerosas há umas cinco a quatro décadas, quer se realizassem na *eira do povo*, quer na dos *herdeiros*.

Em relação à utilização da *eira de herdeiros*, como as *malhas*, nomeadamente, as do centeio, se faziam de modo independente, ou seja, cada família por sua vez, havia que calendarizar a tarefa.

Quando um *herdeiro* pretendesse fazer a sua *malha*, contactava aquele que estaria mais próximo da data que lhe convinha, para o informar do dia pretendido. Se o dia já estivesse reservado, mas, para um outro *herdeiro*, seria o dia disponível mais próximo, pois,

¹³⁹⁸ - Esforçámo-nos por encontrar as *moças* e cruces que assinalavam, no pavimento em pedra, os espaços, cuja área variava de acordo a fracção que cada herdeiro detém, mas, não os conseguimos encontrar, mesmo, nas eiras "mais arranjadas" em virtude da vegetação espontânea densa que as cobrem.

¹³⁹⁹ - Há aldeias que a identificação matricial nem sequer se levantou, como por exemplo, na Gavieira.

caso se tratasse de um *não herdeiro*, e apesar ter a autorização concedida, só a realizaria num dia não pretendido por qualquer um dos co-proprietários.

Nas *eiras do povo*, como a do Castelo do Lindoso, o agricultor, depois de se inteirar que, para o dia pretendido, não havia *malhas* marcadas, "anunciava" o seu calendário através da colocação de dois a três *colmeiros* na própria eira, o sinal suficiente para que ninguém a utilizasse, enquanto a malha não fosse realizada.

Pela investigação efectuada, ficámos convencidos que seria a colocação de dois a três *feixes de centeio* na eira em questão, a forma mais usual de se fazer a "reserva" para a malha que se avizinhava como a mais próxima.

Se as eiras fossem de grande dimensão como as *do povo* no Castelo do Lindoso e no Soajo¹⁴⁰⁰, nomeadamente, a da Eira do Penedo, na "vila" e a do Carvalhal, em Paradela, podiam-se executar várias malhas em simultâneo, três, nestes exemplos, caso contrário, uma de cada vez.

Práticas costumeiras, que na primeira década do séc. XXI desapareceram e, apenas, permanecem na memória dos mais idosos, apesar de terem animado, pela especificidade estrutural do universo das eiras, os modos de vida das populações ao longo de um período multissecular.

Uma vez que a função principal da maioria das eiras se relacionava com o ciclo do centeio, atendendo às particularidades que envolviam o debulhe das espigas da gramínea, privilegiamos, neste momento, as *malhas* da pragana, não significando, contudo, que, também, não se processassem *malhas de milho*, quer nas *eiras do povo*, quer nas de *herdeiros*, como na "vila" do Soajo, ou, no Lindoso, por exemplo.

Além disso, eram as *malhadas do centeio* que maior impacto causavam na área em estudo, pelo facto de exigirem o envolvimento de um elevado número de intervenientes.

Recordamos que a cultura, hoje, praticamente extinta, exige na parte final do ciclo evolutivo, ou seja, quando a planta ostenta a espiga amadurecida, a *ceifa*, localmente designada pela *segada*, a fim de oferecer o cereal tão desejado.

Após a *segada* e quando na *leira* se seguia a sementeira do milho, ainda, no mesmo dia, os caules depois de reunidos em pequenos feixes, os *colmeiros*, eram transportados em carros de bois, ou, no dorso do agricultor para a eira, para um espaço em redor, ou, para uma

¹⁴⁰⁰ - Na "vila" do Soajo existem cinco *eiras do povo*, onde, cada agregado poderia malhar todo o seu milho ou centeio. Contudo, muitos agricultores, para não dizer a maioria, optavam por não as utilizar, devido da distância que as separavam das respectivas parcelas. Assim, enquanto o milho era, ao longo do ano e gradualmente, "malhado" em casa, para o centeio improvisava-se uma eira com um lençol, ou pano grande, estendidos num espaço, que poderia ser, por exemplo, o quinteiro, uma leira, ou, o caminho junto da casa.

área não cultivada, um *poulo*, onde se erguiam pequenas *medas*, também designadas por *moreias*, ou, *medeiros*, para mais tarde, se efectuar a *malhada*.

Tarefa excluída dos espaços exclusivos do centeio, como em Castro Laboreiro e nas *verandas* da Gavieira, em que os *medeiros* se implementavam no mesmo espaço de cultura, até ao dia da realização da respectiva *malha*.

O dia da *malhada* identifica-se como um dia trabalho intensivo em mão-de-obra, o que implicava a participação de toda a comunidade "activa", como nas aldeias da Gavieira e de Castro Laboreiro, ou, nas outras aldeias, uma fracção bem significativa.

Pelas descrições que nos foram efectuadas, era uma tarefa que se processava, sensivelmente, do mesmo modo em todas as aldeias lusas, que estudámos. Assim, tomamos como protótipo *o dia da malha* nas Buzgalinhas, que tivemos o privilégio em assistir no último dia de Julho de 2004.

Como na primeira década do século XXI, cultivar centeio se limita aos agricultores, que, apenas o fazem para *matar saudades*, ou, então, ter a *sua farinha para cozer*, esporadicamente, *o pão*, as quantidades cultivadas são diminutas, pelo que, num dia se malha todo a praga da comunidade, contrariamente, ao que acontecia, até, há uns trinta a quarenta anos, que, devido à quantidade de centeio cultivado¹⁴⁰¹, cada família *gastava um dia* na realização da sua *malhada*.

Independentemente da produção, logo, pela manhã, há que desfazer os *medeiros* e espalhar os *colmeiros* pela parcela, de modo que o aquecimento solar evapore os resíduos de humidade, por ventura, formada durante a noite, que é sempre muito fresca, mesmo em pleno Verão (Fotos 25 e 26).

¹⁴⁰¹ - Considerava-se uma *malha grande*, quando se obtinha umas trinta rasas de centeio.

A paisagem do centeio em final de ciclo vegetativo, em 2004

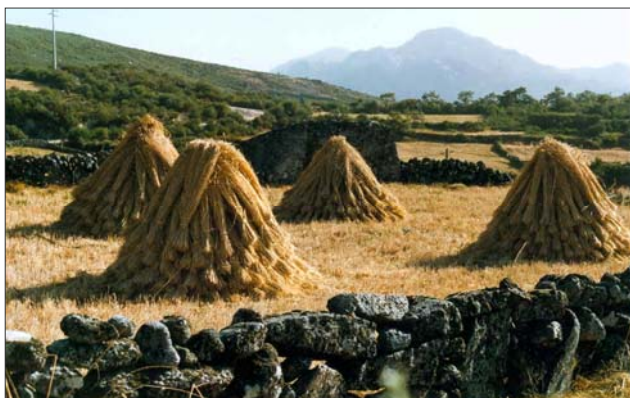


Foto 25 - Os medeiros ou *moreiras*

Localização: Busgalinhas, Gavieira.

Foto 26 – Os feixes ou *colmeiros* expostos ao sol para que a espigue fique bem *sequinha*

Localização: Busgalinhas, Gavieira.



Fonte: Fotos tiradas pela autora em 31 de Julho de 2004.

A eira, um tramo do caminho principal da aldeia, já está, desde a véspera, devidamente limpa e arranjada, faltando, apenas, cobrir a superfície com os plásticos e fixar as *tábuas*, em posição, ligeiramente inclinada, para, assim, se conseguir "bater" os *colmeiros*.

Outrora, as *tábuas* eram as *portas das cortes*, que se traziam da aldeia principal e se fixavam com pedras fortes, de modo a conseguir-se a inclinação desejada.

Hoje, há a presença do tractor, que desloca os *colmeiros* das parcelas mais afastadas e o cereal para a aldeia, substituindo o dorso dos homens, que transportava o centeio para a *eira*, e os carros de bois que carreavam o precioso grão para a casa principal.

Num ritmo cadenciado, dá-se início à *malhada* e todos trabalham. Uns, aproximam os *feixes*, outros batem-nos de modo enérgico, enquanto, no plástico saltita o grão e o caule mais frágil vai quebrando, enquanto o mais resistente é lançado à *parte* para, de imediato, ser levado, ou, para o tractor, ou, para a corte, que fica próximo (Foto 27)

Uma vez *batidos os medeiros* de um vizinho, há que *juntar e ensacar* todo o grão, reunir os caules partidos, outrora *crivados*, para que a triagem fosse, de facto, completa, hoje, utilizados como um bom alimento para o gado, varrer a eira e dar-se por concluída aquela *malhada* (Fotos 28, 29 e 30).

O caminho principal das Busgalinhas "transformado" em eira (2004)



Foto 27 – A malha



Foto 28 – Separar a palha do grão



Foto 29 – Limpeza final do grão



Foto 30 – Transporte da palha para as arrecadações (*palheiros*) e cortes do gado

Fonte: Fotos tiradas pela autora em 31 de Julho de 2004.

Descansa-se cerca de uma meia hora, que é aproveitada pela anfitriã para oferecer uma gama variada de biscoitos e bebidas, que incluem os refrigerantes e o vinho verde¹⁴⁰².

De imediato, inicia-se uma outra *malhada*, com os mesmos intervenientes e as etapas a repetirem-se, mudando, apenas, o dono da pragana, que se está a "trabalhar".

Se as *malhas*, em toda a área em estudo, ou, estão extintas, ou, limitam-se a um número reduzido de *colmeiros*, efectuam-se, sempre, nos moldes tradicionais¹⁴⁰³, com excepção para Castro Laboreiro em que a malhadeira surgiu há cerca de uns sessenta anos. Contudo, em Julho de 2003, se raras foram as aldeias que se matizaram com as parcelas da pragana, conseguimos, apesar de tudo, encontrar a máquina/ceifeira nas Eiras, enquanto no Rodeiro, como a produção era, mesmo, diminuta, foram as mulheres que bateram os *colmeiros* no atrelado do tractor estacionado no *barbeito*, em substituição do carro de bois, que, outrora, se colocava numa das seis eiras, para, assim, se conseguir o imprescindível cereal.

Uma outra "grande" diferença nas malhas do séc. XXI em comparação com as que se realizavam há umas cinco, ou, quatro décadas, relaciona-se com o "destino" a dar à *palha*, ou seja, ao caule do cereal, após a extracção do grão.

O impacte das medas na paisagem do centeio, inícios dos anos oitenta do séc. XX



Foto 31 – Formarigo: As medas de palha no *lastro* da eira, inícios da década de oitenta do séc. XX

Fonte: Foto cedida gentilmente por uma Senhora natural de Formarigo e residente na Vila.

¹⁴⁰² - Outrora, o dia da *malhada* era um dia de festa, pelo que justificava o abate de um *rexelo*, isto é, uma cabra velha, que devido ao número de pessoas, sempre à volta de umas cinquenta, *nem chegava*, por vezes, *um bocadinho para todos*. Se o dono da *malhada* matava um *rexelo*, cada um, incluindo as crianças, levava um prato e um talher, pois nenhuma família tinha a louça suficiente para servir o repasto.

¹⁴⁰³ - Se na maioria das aldeias, actualmente, não se cultiva o centeio, as malhas, enquanto se fizeram, foram sempre na base da força braçal. Por exemplo, no Lindoso, há, ainda, quem cultive, embora em áreas muito reduzidas, o centeio, fazendo a malha, precisamente, nos moldes de outrora, pelo que a malhadeira nunca foi utilizada.

Se, actualmente, como já o referimos, toda a *palha* é dada como alimento aos animais, *antigamente* separava-se os caules hirtos, *o colmo*, a fim de se *colmar* as casas e as cortes, ou, *encher* os colchões, daqueles caules quebradiços destinados à alimentação do gado, com os quais se faziam *medas* de grandes dimensões como, por exemplo em Castro Laboreiro, ou, nas *verandas* da Gavieira (Foto 31).

Espaços *pobres*, os do centeio, mas, distintos daqueles que a população, ainda hoje, designa como *ricos*, pois reúnem condições favoráveis ao ciclo evolutivo da vinha, embora, por vezes, seja casta de produtor directo.

Elemento integrante de uma policultura promíscua, em áreas muito específicas, a vinha beneficiava da reconstituição do solo, que se fazia para a cultura do cereal rei, o milho *grosso*, mas, cujo ciclo evolutivo exige um conjunto de tarefas específicas e traduzidas na *poda*, que se efectua entre finais de Outubro a Fevereiro, nas pulverizações várias de combate a pragas como o oídio e o míldio e, na vindima, no mês de Setembro.

Evidenciamos as vindimas no Lindoso, não só pelos *hábitos costumeiros*, que caracterizavam o quadro que as regulavam, nomeadamente, o estabelecimento anual da respectiva calendarização¹⁴⁰⁴, mas, essencialmente, pelas construções que exigiram, as *adegas*, que reunidas em mancha, emergem no núcleo ancestral da aldeia, como por exemplo, na do Castelo.

Trabalhos agrícolas, que nos dias de hoje, a exemplo das ceifas e das malhas, apenas, os mais idosos teimam em reproduzir, apesar das alterações introduzidas, e que constituem o imaginário dos mais jovens alimentado, ou, pela fotografia que, nas décadas de sessenta e setenta os avós recolheram, para "demonstrarem" aos amigos franceses, como se processavam os trabalhos na *sua terra*, ou, pelas histórias que, embora verídicas, não as conseguem conceber senão como "histórias".

Contudo, após os profícuos diálogos que encetámos com os verdadeiros intervenientes, os "jovens" com mais de sessenta primaveras, estamos convictos que toda a tarefa agrícola, por mais humilde e insignificante que possa parecer, ganha notoriedade, porque se enquadra em autênticas *instituições costumeiras* implementadas num tempo com *matriz imemorial* que, segundo o nosso entendimento, sustentam o sistema agrário de este Lima raino, que em breves notas de síntese passaremos a evidenciar.

¹⁴⁰⁴ - Se na área em estudo, predominava o produtor directo, inclusive na parte galega, hoje, o declínio da vinha acompanha, sensivelmente, a evolução negativa das restantes culturas, com excepção para os "novos" espaços de monocultura, que exemplificam a integração europeia, nomeadamente nas aldeias da Igreja, em Britelo e Entre Ambos-os-Rios, Sobredo, "vila" do Soajo e Caballeiros (mapa das culturas, em 2003).

Espaços de morfologia muito acidentada e envolvidos por condições climáticas de certo modo adversas à fixação das comunidades, desde cedo, teriam sido povoados e dinamizados por grupos, que fizeram dos cereais, a principal cultura a desenvolver nas parcelas de dimensões reduzidas e suportadas por socalcos, tanto mais vigorosos, quanto mais se sobe em altitude.

Complexidade morfológica que se repercutiu, como já o demonstrámos, nos processos complexos de povoamento, a que os sistemas agro-silvo-pastoris não foram indiferentes.

Se de início, ou seja, num período anterior à era Cristã teria sido a cevada a cultura eleita, em plena Idade Média, seria o centeio e o milho, o *miúdo* e o *painço*, os cereais a matizarem a paisagem agrária, para no séc. XVIII, se distinguir essencialmente dois domínios, o do milho *grosso*, de "grande" extensão, e o de centeio em superfícies muito mais limitadas, e restrito a Taboazas e a Castro Laboreiro.

A altitude a que se distribuem essas aldeias, castrejas e Taboazas, em patamares cuja cota, sempre, ultrapassa os 800 metros, determina que os valores das temperaturas no período estival não atinjam o limiar mínimo exigido pelo ciclo do milho, os 20° C.

Assim, em pleno séc. XXI, as próprias populações, ainda, distinguem os *lugares ricos*, por "permitirem" cultivar o *milho grosso*, e os *lugares pobres*, por, apenas, se produzir um único cereal, o *centeio*.

Se no domínio do centeio as parcelas mais produtivas eram os *campos*, ou sejam, as parcelas que permitem a irrigação da cobertura vegetal, as *forragens*, no domínio do milho as *leiras* com maior interesse económico eram aquelas em que se praticava a rotação anual do *milho grosso* com o *lameiro*.

De facto, em todo o Lima raiano em estudo, a produtividade do solo relacionava-se com a disponibilidade da *água de rega*, o *campo* e o *lameiro*, aquele nos *espaços de centeio*, este nos *espaços do milho graúdo*, em virtude de a principal fonte de receita para todas as populações, independentemente da localização geográfica, ser a criação de animais *das pastagens gordas*.

Num esforço em ultrapassar a adversidade das condições físicas, morfológicas e climáticas, populações da *cultura do milho* organizaram a sua paisagem agrária de modos muito *sui generis* em que as *veigas* ao evidenciarem-se pelo *cordão*, *cancelas* e *portelos*, pelo traçado viário bem "hierarquizado" e esquema de regadio implementado, são, em nossa opinião, a expressão máxima da disciplina organizacional da comunidade.

As normas de funcionamento de carácter imperativo, que vigoravam, por exemplo, nas *veigas* do Lindoso, e o modo como que, implacavelmente eram aplicadas, retratam, em nossa

opinião, as seculares dificuldades de sobrevivência a que, apenas, seria possível resistir em função do rigor na calendarização e execução dos trabalhos agrícolas, que, embora fossem de carácter privado e individual, exigiam uma gestão de cariz colectivo.

Solos aráveis limianos cuja produtividade tradicional, para ser a máxima, dependia da água, exigiram um sistema de rega, que se baseou no aproveitamento do caudal das *corgas*, ou, das nascentes localizadas a cotas diferenciadas, cujos *débitos* desviados para *açudes*, ou, *poças*, atingiam, através das *levadas* e dos *regos*, os espaços de cultura.

Sistema de rega cuja força viva do caudal dependia da acção da gravidade, excluía todos os patamares a cotas superiores às das *levadas* e dos *regos*, ficando, então, votados, ou, para o centeio, os *barbeitos* em Castro Laboreiro, ou, para os fenos, os *campos bravos* na Ermida.

Sistema de rega assente no princípio base do direito à *água de rega* por parte de todos os residentes com parcelas de cultura, o precioso líquido era, no período estival, equitativamente dividido, distribuindo-se em proporção à superfície de solo cultivado por cada *regador*.

Num esforço em rentabilizar a *água de rega* nos espaços de cultura, precisamente a do milho, desenharam-se na superfície do solo arável autênticas "obras de arte", embora perecíveis, as *presas*, *talheiros*, ou *tanques*, por exemplo, na Ermida, no Lindoso, ou, Soajo.

Domínio, por excelência, dos cereais, as eiras desempenharam uma função inestimável. Se a *malha* das espigas do milho está, por princípio, "vocacionada" para ser efectuada na eira, o *usual e costumeiro* remete-a para a *soleira da porta da entrada*, ou, para um recanto da casa de habitação.

Trabalho considerado, essencialmente feminino, pois bastava a mulher friccionar, entre si, duas espigas para que o grão abandonasse o *carolo*. Atitude que não invalida a importância do cereal não só na economia doméstica, como na paisagem agrária, bem patente no tempo pelos *parques de espigueiros* distribuídos, de um modo global, por todo o domínio da gramínea, apesar da decadência a que muito deles estão votados, na primeira década do séc. XXI.

Se a função da eira era insubstituível na *malhada* do centeio, aldeias *fortes produtoras do cereal* nunca a *usufríram*, motivo para que a *malhada* se fizesse num espaço livre, o *poulo*, ou, numa secção mais espaçosa do caminho principal.

No que diz respeito aos materiais que constituem as eiras, eles variaram desde as *terreiras* (o chão em terra e lajedo), às mais laboradas, em que o *chão* é constituído por fortes blocos de granito devidamente *aparelhados*. Aquelas, as *terreiras* eram exclusivas das

malhadas do centeio, enquanto estas, as mais laboradas, de modo indiferenciado eram utilizadas nas *malhas*, ou, do centeio, ou, do milho, como, por exemplo, no Lindoso e no Soajo, na "vila", ou, em Entre Ambos-os-Rios.

Se do ponto de vista jurídico há a distinguir as *eiras do povo*, por exemplo, no Castelo do Lindoso, na "vila" e em Paradela (Soajo), predominam por toda a área em estudo, as *de herdeiros*, em que cada família na próprio patamar em granito pode ter marcado através de uma *mossa*, ou, um outro sinal, o espaço da eira que é sua *pertença*, como no Lindoso, Britelo e Ermida. A *marcação* do espaço onde cada *herdeiro* podia *erguer as suas medas de palha*, por princípio duas, em Castro Laboreiro, poder-se-ia, também, efectuar no espaço envolvente ao patamar em granito, o *lastro*, com um pequeno bordo em terra, ou, simplesmente, umas pedrinhas (Foto 31, p. 657).

Unidades, que pela função única que desempenhavam, equiparamos a um outro tipo de construções, as *adegas*, distribuídas por espaços muito mais limitados, pois são restritas aos patamares produtores de vinha, sempre a cotas nunca superiores a 300 metros.

Unidades independentes da habitação implementam-se na povoação, por princípio, nos limiares, em núcleos, nos blocos de granito que, frequentemente, constituem o tecto e parte das paredes, reunindo, assim, as condições ideais para que a temperatura se mantenha sempre baixa e, de este modo, o vinho esteja em bom estado ao longo de todo o ano.

Construções que, na maioria dos casos se encontram em decadência, acompanhando o ritmo de evolução negativa dos sistemas de cultura, que a paisagem agrária tão bem reflecte com os espaços, outrora revestidos de culturas, hoje votados, ou, aos silvedos e ervas daninhas, ou, quando os donos são mais persistentes, cortados para produzirem forragens *aproveitadas para o gado*.

Perante semelhante quadro, limitamo-nos nesta fase do trabalho a levantar uma questão: que amanhã para espaços pulverizados por aldeias em que o despovoamento é um fenómeno sem retorno, a mancha cultivada desapareceu, os residentes vivem predominantemente com rendimentos oriundos do exterior, nomeadamente o estrangeiro, fazem da agro-silvo-pastorícia uma actividade em que não acreditam, em termos de futuro, mas, que a praticam, porque lhes recordam os tempos da juventude e memorizam as gerações que os antecederam?

5.4. Entrejuda e hábitos comunitários na exploração agro-silvo-pastoril

Mais do que questionarmos fenómenos de organização social e económica *sui generis*, que caracterizam desde *tempos imemoriais* as comunidades em estudo pretendemos, na base

do trabalho que desenvolvemos junto das populações, nomeadamente as lusas, reflectir sobre as interacções de solidariedade urdidas num sistema de economia camponesa assente basicamente em duas formas de exploração, a silvo-pastoril em comum e a agrícola por conta própria.

Fenómenos que atraíram a atenção dos especialistas¹⁴⁰⁵ dos quais distinguimos no grupo dos pioneiros em estudos sobre o caso português, Rocha Peixoto¹⁴⁰⁶, Jorge Dias¹⁴⁰⁷, sem esquecer Orlando Ribeiro¹⁴⁰⁸.

Ao não questionarmos a designação atribuída a este tipo de fenómenos¹⁴⁰⁹, limitar-nos-emos a utilizar a expressão actualmente aceite, *comunitarismo*, embora o respectivo conceito varie segundo os autores¹⁴¹⁰.

Se na área em estudo proliferaram os exemplos de entreatjada e hábitos de cariz comunitário, realçamos que mercê das profundas alterações de âmbito socioeconómico verificadas nas últimas décadas, a nossa investigação restringiu-se às descrições das pessoas mais idosas e à observação de casos que, apesar das "alterações", os respectivos actores dizem, ainda, corresponder à expressão do que *era antigamente*.

Comunidades que faziam depender a respectiva sobrevivência da exploração silvícola em comum, mas, que era na exploração agrícola, propriedade privada, que, apesar da dimensão reduzida das parcelas e respectiva dispersão, produziam os alimentos básicos, como os cereais indispensáveis na feitura do pão, desde logo, um conjunto de *direitos e deveres, os de servidão*, transmitidos segundo os *usos e costumes* se "institucionalizaram", apesar de não constarem de qualquer documento escrito a que se possa atribuir validade jurídica face ao

¹⁴⁰⁵ - Evidenciamos, também, pela importância dos trabalhos realizados, Decamps, Paul, 1935, *Le Portugal: la vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot; Sousa, Tude M., 1909, *Serra do Gerez. Estudos, aspectos e paisagens*, Porto, Liv. Chardron; Oliveira, Ernesto Veiga, 1955, "Trabalhos Colectivos gratuitos e recíprocos em Portugal e no Brasil", *Revista de Antropologia*, S. Paulo, Vol. 3, pp. 21-43; Polonah, Luís, 1985, "O colectivismo agrário no Norte de Portugal", *Antropologia Portuguesa, Vol. III*, Coimbra, Instituto de Antropologia, pp. 61-68 e "Espírito de Comunitarismo", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Porto, Sociedade de Antropologia e Etnologia, pp. 63-82; Silva; Carlos, 1998, *Resistir e Adaptar-se, constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Col. Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento.

¹⁴⁰⁶ - Peixoto, Rocha, 1908, "Survivances du Régime Communautaire en Portugal (Abrégé d'une Monographie Inédite)", *Annaes da Academia Polytechnica do Porto*, Extracto do Tomo III, Coimbra, Imprensa da Universidade.

¹⁴⁰⁷ - Dias, Jorge, 1948, *Vilarinho da Furna, uma aldeia comunitária*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Porto, Instituto para a Alta Cultura.

¹⁴⁰⁸ - Ribeiro, Orlando, [1991 (1940)], "Villages et Communautés Rurales au Portugal", e [1991 (1974)], "Notas de Leite de Vasconcelos acerca da vida comunitária em Portugal", e (1991), "Povoamento e usanças comunitárias no Barroso", *Opúsculos Geográficos, IV Vol.*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 373-406.

¹⁴⁰⁹ - Se o sistema de cooperação comunitária baseado na entreatjada e na conjugação de interesses colectivos sem atingir a propriedade privada, foi designado, há mais de cem anos, por "colectivismo agrário", em Espanha, nos trabalhos de Joaquín Costa e em Portugal, nas obras de Oliveira Martins e Alberto Sampaio, expressão que seria substituída por "regime comunalista" ou "comunalismo" nos trabalhos de Tude de Sousa e de Rocha Peixoto, para na década de quarenta do séc. XX, passar a ser conhecida por "comunitarismo".

¹⁴¹⁰ - Limitar-nos-emos a recordar Jorge Dias, que entende por comunitarismo "(...) um tipo de organização social em que os direitos das famílias individuais são regulados em função da propriedade colectiva tradicional que serve de base às suas economias (...). A vida social é considerada como um todo no qual o bem comum é colocado acima dos interesses individuais. Embora as sociedades comunitaristas possa cada família ter a sua propriedade, é a propriedade colectiva que predomina. Todas as famílias submetem-se por mútuo consentimento às condições impostas pelo conselho local (...)."

Dias, Jorge, 1964, "Community Studies in Portugal" in *Portuguese Contribution to Culture*, Joannesburgo, Witwaterstrand University Press, pp. 79-80.

direito português, como por exemplo, o compáscuo, as passagens (por carreiros e sendas tortuosas e caminhos), o corte de lenhas e matos, a exploração e aproveitamento de mões de água, a utilização das eiras, do forno da aldeia, em Castro Laboreiro, ou, então, a entreajuda nas diferentes fainas agrícolas¹⁴¹¹.

Actividades costumeiras, que se executavam consoante a evolução anual do ciclo agropastoril e de acordo com as normas, que não podiam "esquecer" as disposições do *Código das Posturas*, alvo de alterações no tempo e que variavam consoante as freguesias, mas, sempre emanadas das assembleias locais, os *adjuntos* ou *ajuntamentos* convocados pela Presidente da Autarquia e, ou, pelo Regedor, ao toque de uma corneta, a *carrapita*¹⁴¹².

Recordamos que era nestas reuniões que se determinava os dias, ou, para *se fazer* os *regos* e as *poças*, e se reparar os caminhos, as *cabanas* e *cortelhos*, ou, para *tapar as veigas* e *guardar as uveiras*, dar início às sementeiras e às colheitas, ou, então, se decidia a divisão das águas de rega, a *coutagem* dos incultos, quer para *fazer carvão*, quer para o pastoreio, ou, para corte do estrume e das lenhas, sem esquecer a participação na *vigia e vezeira* e a aquisição do touro de cobrição, além do consenso para a respectiva alimentação e tratamento.

Era nestes *conselhos* que se tomavam as decisões que diziam respeito à colectividade, pelo que expressavam um momento importante na vida da democracia directa, ainda que restritiva nalguns aspectos e cada vez menos participada nas últimas décadas do séc. XX para, nos dias de hoje, pertencerem ao imaginário daqueles jovens que, apesar de tudo, gostam de ouvir as histórias de vida dos seus progenitores.

Não podemos esquecer as desigualdades dos elementos participantes nos *adjuntos*, quer no género, quer nos grupos sociais. Assim, por princípio, participavam no *conselho* os *cabeças de casal*, quase sempre homens, apenas, substituídos pelo cônjuge, quando ausentes em terras longínquas na busca de melhores condições de vida.

Outra particularidade, mas de suma importância no carácter selectivo de este tipo de democracia directa, traduzia-se no facto de apenas os votos dos proprietários, isto é, dos donos de terras aráveis e de animais de pastoreio, serem considerados nas decisões que eram tomadas, após os pormenorizados esclarecimentos e trocas de opinião.

Se comunidades existiam em que os membros se encontravam numa similar posição social¹⁴¹³, por todos serem *donos de terras e de gado*, apesar da diferenciação económica,

¹⁴¹¹ - Deixamos de parte, por não corresponder aos objectivos do nosso trabalho, os rituais que envolvem actos vitais como o baptizado e casamento, ou, o velório e todas as outras manifestações culturais de âmbito antropológico, como, por exemplo, as festas e romarias.

¹⁴¹² - Designação atribuída, por exemplo, no Soajo, Lindoso, Ermida e Germil.

¹⁴¹³ - Insistimos perante os nossos interlocutores de Castro Laboreiro, da Gavieira, da Ermida e de Germil, na possibilidade, por exemplo, de existirem famílias possuidoras de gado, mas sem terras, o que eles liminarmente rejeitaram, pelo simples facto de na sua aldeia, naqueles tempos, *toda a gente ter terras e animais*, logo todos participavam nas decisões tomadas nos *adjuntos*.

como era nas aldeias de Castro Laboreiro¹⁴¹⁴, da Gavieira, em Germil, e na Ermida, nas restantes comunidades a estrutura social incluía, por exemplo, os *cabaneiros*, os jornaleiros, os criados, cujo estatuto lhes impedia, simplesmente, a participação presencial neste tipo de assembleias.

Além disso, casos existiam em que as decisões em muito dependiam do voto consultivo dos maiores proprietários¹⁴¹⁵, como era no Lindoso, por exemplo, com a marcação dos dias das vindimas¹⁴¹⁶. Queremos realçar, nesta freguesia, a importância estatutária dos *proprietários mais encabeçados*, pois caso faltassem, decisões importantes poderiam ficar adiadas para uma próxima reunião¹⁴¹⁷.

Se, por um lado, nas decisões assumidas nos *adjuntos* participavam, ou, todos os *cabeças de casal*, ou, a grande maioria, eram os membros da Junta, como representantes e responsáveis pela gestão da comunidade, que dispunham de poderes específicos em sectores importantes como, por exemplo, na fruição dos *montes em comum*, na reparação das infra-estruturas, ou, na implementação e participação nas *vezeiras*.

Contudo, se nos debruçarmos sobre os elementos que constituíram as sucessivas Juntas de Freguesia, sobre o tipo e o modo como eram tratados e decididos os problemas nos *adjuntos*, não é difícil detectar, que os "consensos" conseguidos reflectiam, na grande maioria dos casos, a prevalência dos interesses dos mais influentes do *conselho*.

O esquema de regulamentação colectiva concretizado nas normas previamente estipuladas nos *ajuntamentos* e, sempre norteadas pelo respectivo *Código de Posturas*, cuja desobediência se traduzia na aplicação das multas, por parte da autoridade, a Junta, o Zelador

¹⁴¹⁴ - "(...) a abertura do referido couto salvo para fazer carvão (...) seja geral para todos os habitantes desta freguesia poderem desfrutar o referido monte (...)".

Cartório da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro, *Livro de Actas das Assembleias de Freguesia*, Acta da reunião de 16 de Dezembro de 1911, Cartório da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro, Castro Laboreiro.

ou

"(...) Necessidade de reconhecer (...) o modo de fruição do logradouro comum denominado Montes de Anamão (...) já a Câmara Municipal (...) tinha tomado providências coutando-o em grande parte como consta da respectiva liberação tomada em sessão de 4-2-1841 (...) é proibido apascentar gados e cortar lenhas desde 20 de Maio até 10 de Setembro e desde 20 de Outubro a 24 de Dezembro de cada ano (...) na parte restante do ano podem as pastagens, lenhas e matos serem fruídos e utilizados pelos moradores de todos os lugares (...).

Livro de Actas das Assembleias de Freguesia, Acta da reunião de 15 de Junho de 1913, Cartório da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro, Castro Laboreiro.

¹⁴¹⁵ - Caso estes maiores proprietários faltassem a decisão era adiada para a próxima assembleia

¹⁴¹⁶ - "(...) determinar o dia da vindima para cada um dos lugares em harmonia com o artº único e seus parágrafos da postura adoptada pela Câmara Municipal em 11 de Agosto de 1888 (...). Entrando em discussão e ouvindo o voto consultivo de seis proprietários dos mais encabeçados delles de cada um dos lugares (...) deliberou-se (...)".

Livro 1 de Actas das Assembleias de Freguesia, Acta da reunião de 6 de Setembro der 1900, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

¹⁴¹⁷ - "(...) resolver os dias de vindima em harmonia com a Postura adoptada pela Câmara Municipal em 11 de Agosto de 1888 (...). Como faltavam nesta sessão os cidadãos dos mais encabeçados (...) nada se resolveu (...)".

Livro 1 de Actas das Assembleias de Freguesia, Acta da reunião de 6 de Setembro der 1908, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

e, ou, o Regedor, era mais norteado pela força das circunstâncias do que pelos interesses colectivos dos moradores.

Normas frequentemente adversas, ou, mesmo prejudiciais para os mais pobres que, de acordo com a sua condição, se sentiam na necessidade em aceitar, como eram, por exemplo, as práticas decorrentes de uma desfavorável entreaajuda.

Exemplifiquemos com o arranjo e conserto dos caminhos e *cabanhas*, com a *feitura dos regos e das poças* nas semanas que antecediam o período da rega, tarefas em que todos os moradores das diferentes aldeias em estudo eram obrigados a participar em igualdade de circunstâncias, embora a utilização e respectivo proveito fossem desiguais. Quem tivesse maior área cultivada a irrigar, maior número de animais de pastoreio nas pastagens de Verão, maior quantidade de lenhas e matos a transportar, ficaria mais beneficiado relativamente ao trabalho prestado na preservação de este tipo de infra-estruturas.

Também não podemos esquecer o sistema de *vezeira*. Se aldeias existiam, como já o demonstrámos, que a participação de um vizinho na *vigia* dependia do número de cabeças de animais, era frequente, como nas aldeias castrejas, nas da Gavieira e na "vila" do Soajo, por exemplo, que não se atendesse a este "pequeno pormenor", pelo que a mão-de-obra empregue beneficiava, de forma evidente, os donos dos maiores rebanhos mistos e estremes, o da *rês* e o dos ovinos. Mesmo nas aldeias em que os custos da vigilância eram repartidos de acordo com o total de animais pertencentes ao agregado familiar, o rendimento obtido da pastagem comum era proporcional ao efectivo de gado de cada vizinho.

Recordamos o Soajo, nomeadamente a "vila", e o Lindoso, em que as famílias economicamente mais fortes podiam afastar-se das regras de *vigilância comunitária*, sem qualquer punição, mesmo, a pecuniária, ao estabelecerem um sistema de vigilância "próprio", recorrendo aos pastores contratados sob a figura de criados e jornaleiros.

Além disso, o próprio modo de gestão da *vezeira e vigia* pressupõe um elemento de desigualdade na medida em que todos, independentemente da situação económica, eram teoricamente obrigados a "guardar" os animais de pastoreio dos demais *fogos*, apesar das diferentes contrapartidas.

Um outro exemplo comum a todas as aldeias em estudo, diz respeito ao *boi do povo* para o qual se destinava uma corte, além de um ou vários *chãos*¹⁴¹⁸ para pastagens exclusivas,

¹⁴¹⁸ - "(...) vedação e tapagem de um chão (...) para pastagem de um touro de vacas (...) todo aquele indivíduo que lá meter gado ou outra fazenda de qualquer espécie ficará sujeito a multas de mil a dois mil e quatrocentos réis (...) que o mato do roço do dito chão ou tapada seja pertencente aos habitantes herdeiros ao referido touro de vacas (...)".

Acta da reunião de 5 de Janeiro de 1913, Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso, Lindoso.

mas, o tratamento e respectiva assistência eram efectuados pelos *herdeiros*¹⁴¹⁹, à vez, de acordo com o número de vacas, como na "vila" do Soajo¹⁴²⁰ e nas aldeias do Lindoso, ou, então, não se atendia ao efectivo de gado, como era na Várzea, por exemplo.

Em nota muito breve diremos que estamos perante princípios comunitários, que ao pretenderem privilegiar uma distribuição equitativa dos encargos da comunidade, diziam proporcionar um equilíbrio não só entre si, como entre os benefícios correspondentes, mas, não evitavam um aproveitamento diferenciado das condições infra-estruturais e dos bens comunais usufruídos, como eram, por exemplo, os decorrentes do sistema da *vigia e da vezeira*.

Outros laivos de comunitarismo, determinados autores pretendem identificar nos esquemas de ajuda implementados entre os familiares, vizinhos e amigos residentes nas aldeias limítrofes, aquando da realização das multisseculares fainas agrícolas, como, por exemplo, as ceifas e sementeiras, ou, as *malhadas* e as vindimas, actualmente, em desuso e decadência, mercê das profundas alterações do *modus vivendi* das últimas décadas.

As *segadas*, nomeadamente, as do centeio e sementeiras do milho serôdio, tarefas árduas, que, no caso das *veigas*, eram realizadas em simultâneo e num curto espaço de tempo, por princípio, um dia, como no Lindoso, tornava-se necessário a utilização de muita mão-de-obra, que se "recrutava" nas aldeias limítrofes. Se as famílias com maiores rendimentos podiam recorrer aos assalariados, a maioria fazia jus da troca de favores, pelo que a participação na tarefa dependia da ajuda recebida no calendário anterior.

Em relação às *malhadas*, nas comunidades em que colaboravam todos os moradores, como nas aldeias, ou, melhor, nas *verandas* da Gavieira, caso um vizinho faltasse, sem justificação plausível¹⁴²¹, era-lhe retirado o direito de utilização da eira e, de modo espontâneo, os vizinhos recusavam-se em colaborar na sua *malhada*¹⁴²².

¹⁴¹⁹ - Se, por princípio, o touro de cobrição era pertença da comunidade, havendo, por vezes, dois ou três animais, de acordo com o efectivo das vacas da aldeia, não era sinónimo que todos os moradores tivessem direito ao animal, pois, apenas, pertencia aos moradores, que *herdavam o direito* dos pais e avós, ou, então, participassem na aquisição colectiva do exemplar.

¹⁴²⁰ - (...) existe um touro de vacas desta vila que cada um dos habitantes herdeiros são responsáveis a tratar do referido tourocada um conforme as vacas que tiver quantos dias tem obrigação de zelar e tratar como seu (...) que a maior parte dos herdeiros do focado touro nem o zelam nem o pensam deixam-no andar extraviado fazendo graves prejuízos à cultura por isso requeriam que em virtude do código de posturas da Câmara Municipal desta comarca dos Arcos de Valdevez (...) que o apascente tal como é a sua obrigação todo o prejuízo que o referido touro lhe fizer seja condenado o indivíduo na multa de mil réris além do dano que o referido touro fizer conforme artº nº 27 (...) todo e qualquer tempo que o referido lhe pertencer o emprestar para cobrir vacas dos que não sejam herdeiros ficam sujeitos ao presente artº e excluído de herdeiro de toda a vida (...)."

Livro de Actas das Assembleias de Freguesia, Acta da reunião de 8 de Dezembro de 1878 Cartório da Junta de Freguesia do Soajo, Soajo.

¹⁴²¹ - As justificações, normalmente, aceites pela comunidade tinham que estar relacionadas com uma doença, com a coincidência dos dias da rega, ou, da da *vezeira*.

¹⁴²² - Preocupámo-nos em conseguir informações sobre as possíveis retaliações, nomeadamente, a aplicação de multas, quando um residente não participasse numa tarefa, que envolvesse, toda ou parte da comunidade, mas, ficámos convencidos, que a reacção imediata se traduzia na recusa numa próxima colaboração e a utilização do equipamento, que, por princípio estaria à "disposição" de toda a aldeia.

Situação semelhante verificava-se em relação à não participação na *vigia* e na *vezeira*, pelo que eram retirados os respectivos animais do rebanho, ou, da manada.

Contudo, quando colocámos estas problemáticas, aos nossos interlocutores, preocupavam-se, de imediato, em esclarecer-nos, que, dificilmente, surgiam este tipo de situações, pois toda a gente cumpria religiosamente os *imemoriais usos e costumes*, com excepção, sempre muito rara, para aquele vizinho de mau carácter, ou, recém-chegado e não integrado na aldeia.

Costumes imemoriais enquadravam a utilização, por exemplo, das *eiras do povo* e dos *fornos do povo*, também apelidado de *comunitários*.

Se nas aldeias com *eira do povo* como na "vila", no Soajo e no Castelo do Lindoso, as famosas *eiras comunitárias*, mas, que a *malhada* não se enquadrava nos hábitos de entreaajuda tradicional, dependendo, apenas, da decisão da família produtora do cereal, todos os moradores a podiam utilizar, tornando-se, apenas, necessário *tomar a vez*, isto é, na véspera, ou, vésperas, dependendo do número de agricultores interessadas em malhar o seu cereal, colocar-se uma a duas *moreias* a delimitar o espaço de que se necessitava, ficando, assim, a comunidade informada.

Outra situação *sui generis* na área lusa acontecia nas aldeias de Castro Laboreiro com o *forno do povo*. Embora cada família amassasse o seu pão, o embolasse e vigiasse a respectiva cozedura, como são fornos de grande dimensão exigiam grandes quantidades de material lenhoso para que estivessem devidamente aquecidos. Ora, Castro Laboreiro tem grande carência em lenhas, mesmo tratando-se de giestas, motivo suficiente para que as donas de casa combinassem entre si, não só os dias da cozedura, mas, alternassem na "sequência" *a primeira a cozer o seu pão*, que teria por missão em aquecer o forno, totalmente frio, e, logicamente consumia muito mais combustível lenhoso, comparativamente àquelas que se lhe seguiam e se limitavam, praticamente, a manter a temperatura necessária.

Diremos que nestes dois casos, embora se verificasse a utilização de um património comum, *a eira* e o *forno do povo*, as tarefas e atitudes que a utilização de estes imóveis desencadeavam tinham por base a iniciativa e tomadas de decisão com carácter individual. Contudo, entendemos que no caso de Castro Laboreiro, na utilização do *forno comunitário* estava implícito a entreaajuda com o objectivo de se rentabilizar não só o corte e transporte do combustível, como o respectivo consumo.

Realçamos que a entreaajuda estava presente em todos os trabalhos agrícolas, precisamente nos grupos familiares economicamente mais débeis e que predominavam na área em estudo. Em Castro Laboreiro, por exemplo, no lugar da Vila, as famílias

organizavam-se, de acordo com o tipo da actividade agrícola, em *sociedades*. Assim, grupos de famílias constituíam, respectivamente, quatro *sociedades*, a das batatas¹⁴²³, a do *esterco*, a da *segada* e a da *malha* do centeio, ou, então, poder-se-iam distribuir por *agrupamentos* diferentes, consoante a actividade a realizar¹⁴²⁴.

Nas aldeias em que se verificava uma maior estratificação social, como na "vila" do Soajo e no Castelo, por exemplo, a entreajuda abrangia as famílias com recursos desiguais, estendendo-se aos grupos mais modestos, os sem posse de terra, ou, com courelas exíguas, que se viam na necessidade em prestar "trabalhos por favor", que tinham como compensação, além da alimentação, ofertas de géneros agrícolas, por vezes, a cedência do moínho, ou, o empréstimo do gado para trabalhar.

Sistemas de entreajuda, que a partir da década de setenta do séc. XX integravam, primordialmente, as mulheres, devido à partida para o exterior dos respectivos cônjuges em demanda de uma melhoria da qualidade de vida, mas, que tendem a desaparecer, a um ritmo cada vez maior na transição do século, em função das fortes alterações verificadas nos modos de vida de estas populações limianas e de raia.

A saída maciça de mão-de-obra e a entrada de quantias monetárias acentuadas justificou o desequilíbrio dos sistemas de ajuda mútua, que as pessoas associam a um passado pobre, de miséria, substituídos, agora, pelos novos estilos de vida, libertos da dependência de outrora e reveladores de melhores níveis económicos.

Em nota muito breve diremos que estamos perante princípios comunitários, que ao pretenderem privilegiar uma distribuição equitativa dos encargos da comunidade, não proporcionavam o equilíbrio desejável entre si e os benefícios correspondentes, pois permitiam o aproveitamento diferenciado das condições infra-estruturais e dos *bens comunais* usufruídos, como eram, por exemplo, os decorrentes da construção e conservação dos aparelhos de rega e da rede viária, da participação nos sistemas da *vigia* e da *vezeira*, do *usufruto dos montes*, ou, simplesmente dos esquemas laborais incrementados nas *veigas*.

Reflexões conclusivas

Paisagens e espaços limianos de raia, cujas condições naturais, adversas e hostis, exigiram que as populações residentes implementassem esquemas e estratégias peculiares de sobrevivência, ao fazerem depender a sua subsistência dos rendimentos disponibilizados pela

¹⁴²³ - Na década de setenta do séc. XX, existiam catorze sociedades, o que não é de estranhar, se atendermos à importância do tubérculo na economia dos castrejos.

¹⁴²⁴ - Geraldès, Alice, 1979, *Castro Laboreiro e Soajo. Habitação, Vestuário e Trabalhos da Mulher*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa, Lisboa, pp. 86-92.

exploração agrícola, por conta própria e propriedade privada, e pelos *montes em comum*, a exploração silvícola em comum.

Se se desconhece a origem da exploração em comum, a que o *povo* faz corresponder os *baldios* no sentido da *terra a que ninguém pertence*, a este tipo de exploração estão associados um conjunto de direitos, os *de servidão*, que não constam de qualquer documento escrito a que se possa atribuir validade jurídica, em face do direito português, por falta de forma legal.

Os *direitos de servidão*, parte integrante da exploração, estabelecidos sobre prédio alheio em benefício dos terrenos da aldeia, isto é, os *terrenos em comunhão*, ao transmitirem-se segundo *os usos e costumes*, desde *tempos imemoriais*, constituem uma verdadeira instituição, a *instituição costumeira*.

Se foi grande a luta contra a exploração silvo-pastoril em comum, que, apesar de todas as vicissitudes, ainda, persiste na área em estudo, embora de forma muito mitigada, remonta ao séc. XV a primeira documentação, que encontramos sobre a importância económica das pastagens em comum nas áreas raianas do Lima, que confirma o pastoreio comum dos gados, lusos e galegos, em *montes comuns*, que ignoravam a divisão política.

Se é um facto, que os *montes comuns* a lusos e galegos, se foram esvaindo, à medida que se definia e estabilizava a fronteira, na primeira década do séc. XXI, os bovinos castrejos, da Fraga e Queguas, por exemplo, diariamente, se reuniam nas pastagens do *planalto*, indiferentes à divisão política bem patente nos respectivos marcos.

Exploração silvícola em comum forma *sui generis* de rentabilização dos incultos, os *montes*, não passava de uma reserva patrimonial da comunidade, a quem se reconhecia o direito de a gerir directamente através do *conselho dos vizinhos*, mais tarde pelas assembleias de freguesia, os *adjuntos do povo*, coordenados pelas Juntas de Paróquia e, recentemente, pelas Juntas de Freguesia.

Deste modo, a comunidade de cada aldeia usufruía o seu *monte* no pastoreio em comum das *reses* e do *gado*, na extracção das lenhas e dos matos, aquelas fonte de combustível, estes o “forro” das camas dos animais.

Esta forma curiosa de exploração, a silvícola em comum, era regulamentada em cada uma das aldeias por um conjunto de normas, que constituíam parte de um código, o *Código das Posturas*, sujeito a alterações através dos tempos, de acordo com os interesses dos membros das diferentes comunidades.

Uma gestão equilibrada, ou, melhor, sustentada na utilização dos recursos, que eram escassos, exigia que se proibisse, isto é, *coutasse* durante um determinado período, por sinal,

muito variável, pois era estipulado de acordo com o tipo e o estado de depredação da manta vegetal que era necessário recuperar, as pastagens para o gado *vacum*, lanígero e caprino, as lenhas e matos, ou, o *torgo* para a feitura do carvão. Quem "esquecesse" as regras era punido, por princípio, com a aplicação de multas pecuniárias.

Um aspecto relevante da exploração silvícola em comum, no sentido de *as terras a que ninguém pertencem*, ou seja, as áreas *baldias*, está relacionado com um longo processo de *desamortização*, por vezes, gradual, por vezes, mais brusco a favor de terceiros, nomeadamente privados.

Se a paisagem dos *montes*, através dos muros que foram construídos, adquiriu as marcas da propriedade privada em detrimento da exploração em comum, esta é atingida no seu cerne, por um rude golpe, talvez, o mais incisivo, com a ocupação dos Serviços Florestais, consequência da implementação do *Plano de Povoamento Florestal*, iniciado em 1939.

Com a implementação do *Plano de Povoamento Florestal*, na década de quarenta, a população, lusa e galega, assistiu a uma redução substancial dos *montes em comum*, porque lhes subtraíram os localizados nas chãs e vertentes, cujas condições locais de clima favoreciam os povoamentos de folhosas e resinosas, de acordo com o limiar das condições favoráveis ao desenvolvimento do respectivos ciclos vegetativos, o que ocasionou reacções, por vezes, violentas por parte das populações.

A subtracção de manchas de exploração comum, com expressão muito significativa na sobrevivência das respectivas populações, teve como consequência imediata, a redução drástica do efectivo pecuário, a que o limiano, luso e galego, respondeu com a procura de novos horizontes de trabalho, por vezes, bem distantes do torrão natal, mas, que estão na génese de um novo quadro sociocultural, que, actualmente, envolve e distingue estas populações *serranas* e de raia.

Então, até meados do séc. XX, a economia das populações dependia, primordialmente dos respectivos *montes*, cuja expressão máxima da sua importância se reflectia no pastoreio em comum, nomeadamente dos bovinos, caprinos e ovinos, que se complementava com as produções da exploração agrícola, por conta própria e propriedade privada.

Se a primeira referência explícita às variedades de gado criadas na área em estudo, a encontrámos, para o séc. XVIII, no *Catastro de Ensenada* e no *Dicionário Geográfico*, qualquer uma das Fontes, não menciona o quantitativo, mesmo, aproximado, dos efectivos pecuários, dando-nos, apenas, a informação sobre as espécies criadas, bovino, pontualmente, o cavalariço, ou, melhor, as bestas, caprino e ovino.

Espécies, cujos efectivos teriam tido fortes variações no tempo, atingiriam o limiar

máximo há uns cinquenta a sessenta anos, com os caprinos e ovinos a dominarem as chãs, a cotas distintas, das serras do Soajo, Peneda, Amarela e Laboreiro, que "deu lugar", na primeira década do séc. XXI, ao predomínio dos bovinos, cujo universo dependia, em 2003, do dinamismo das famílias distribuídas pelas diferentes aldeias em estudo.

Além das políticas florestais seria o êxodo rural dos anos cinquenta, que se prolongou pelas décadas seguintes, uma das principais causas das variações profundas no universo dos animais de pastoreio e repercutidas, de modo incisivo e irreversível, no quadro socioeconómico de toda a área em estudo, mutações que a paisagem de hoje, de modo tão evidente, reflecte.

Pastoreio que poderia englobar em cada aldeia, por vezes, rebanhos de caprinos com cerca de um milhar de unidades, que, diariamente, eram conduzidos por caminhos, os carreiros estreitos, sinuosos, muito declivosos, que exigiam um controle muito cuidado e constante por parte dos respectivos proprietários. Não é de estranhar, pois, que estes organizassem esquemas de vigilância, de modo a sobrar-lhes tempo para a realização de outras tarefas, nomeadamente, as agrícolas.

Deste modo, nada melhor que a reunião de esforços de todos os residentes, traduzida na *vigilância*, em conjunto, do rebanho da aldeia, *à vez*, por princípio, de acordo com o número de cabeças, que cada família possuía. Além disso, tratava-se de animais de pequeno porte, logo, praticamente, indefesos perante os ataques matreiros da fera, que espreitava, o lobo, pelo que era necessário recolhê-los, todas as noites, nas respectivas cortes.

O gado bovino em menor número, mas a exigir pastos mais suculentos, implicou esquemas de vigilância mais variados, até porque muitas das manadas, como as da serra Amarela e as do Monte do Quinxo, por exemplo, desde sempre pastorearam o período compreendido entre a alta Primavera e os inícios do Outono, nos cimos da *serra* devidamente acompanhadas, incluindo o período nocturno, pelos pastores, que se *revezavam* de acordo com o número de animais, que a família possuísse.

Os moradores da aldeia reuniam em conselho, o *adjunto*, sempre, que surgissem casos de interesse comum a resolver, como as questões relacionadas com a calendarização da *vezeira* e, ou, da *vigia*, isto é, a fixação do *número de dias a dar por cada fogo à roda*, ou seja, *à vez*, normalmente, de acordo com o quantitativo de animais que o agregado familiar possuísse.

Esta *instituição costumeira* distinguia-se, nos diferentes lugares, pelo número de pastores que guardavam o rebanho, pelo número de animais necessários para o *cabeceira* participar um dia na *roda*, ou, simplesmente, participava-se indiferente aos *ratios* de animais

por agregado familiar, como na Gavieira, Castro Laboreiro, ou, no Soajo, contrariamente, ao que acontecia na Serra Amarela em que se cumpria meticulosamente o *ratio* estipulado.

Mas os “detalhes” que diferenciavam os hábitos tradicionais na vigilância dos rebanhos em pastagens silvícolas comuns, estendiam-se à *vezeira* do gado graúdo, o bovino, que se processava, apenas, no estio. Assim, desde as aldeias, lusas e galegas, em que nunca existiu a *vezeira* dos bovinos, ficando a cargo do proprietário o pastoreio do seus animais, (Castro Laboreiro, Ermelo ou Gavieira) até àquelas que incluiu a presença dos pastores durante as vinte e quatro horas, várias *nuances* proliferaram neste Lima raiano em estudo.

Se a vigilância dos animais de pastoreio no período estival era organizada de acordo com a qualidade e a extensão dos prados naturais dispersos pelas chãs e *chairas*, sempre superiores a 900 metros, e a mão-de-obra disponível nas respectivas comunidades, foi, contudo, a necessidade em disponibilizar, na aldeia, todos os espaços com solo arável para a cultura considerada *a rica*, a do milho *maíz*, que determinou que no período seco e de temperaturas mais elevadas, sensivelmente de Abril/Maio a Setembro/Outubro, todo o pastoreio se verificasse nas pastagens silvícolas comuns, às cotas mais elevadas.

Instituições costumeiras, a *vigia* e a *vezeira* desapareceram, deixaram de se praticar na Galiza, nos anos quarenta, em raros casos, nos inícios da década de cinquenta, enquanto em Portugal terminou nos moldes tradicionais nos finais dos anos sessenta atingindo, por vezes, a década de setenta, com excepção, em 2003, para as *vigias* da Ermida, Lourido e Germil.

Comportamentos de comunidades que, ainda, na primeira década do séc. XXI a paisagem, de modo tão evidente retrata, através dos *currais* e das *cabanas*, dos *poulos* e dos *cortelhos*, das *lapas* e dos *lapigos*, distribuídos de acordo com a qualidade dos pastos, sempre dependentes da altitude, e interligados por uma rede densa de sendas e carreiros, que, em 2003, permaneciam, maioritariamente, esquecidos e "diluídos" pela manta vegetal de matagal que, caprichosamente, os encobre.

Se nos anos cinquenta a setenta, o efectivo das espécies de pastoreio, em valores absolutos, teve, por princípio, uma redução acentuada, nas últimas duas décadas assistiu-se, em determinadas aldeias, a um ressurgimento, mercê das novas explorações que emergiram com um efectivo superior "à média tradicional", a par daquelas que, por inércia, resistem graças à persistência das famílias mais “corajosas”, que teimam em manter os seus animais, porque os considera, como de estimação, terminando, contudo, quando assiste à venda da última *cabeça*, por falta de saúde e energia em *subir a serra* do proprietário vergado pela idade.

Espaços de morfologia muito acidentada e envolvidos por condições climáticas adversas à fixação das comunidades, que, desde cedo, fizeram da cereicultura a produção agrícola principal num esforço em complementar a actividade mais significativa, a pastorícia.

Exceptuando-se os lugares "fixos" e as *verandas* castrejas, além das *verandas* da Gavieira, a que acrescentamos a aldeia galega de Taboazas, espaços cujas condições naturais, nomeadamente as climáticas, apenas, permitem o desenvolvimento de um único cereal de sequeiro, o centeio, todo o Lima raiano, nos últimos séculos e até meados do séc. XX, coloria-se por uma policultura, em que sobressaíam a cultura cerealífera de regadio, a do milho *grosso*, sem se esquecer as manchas descontínuas de trigo e dos linhares, além das da vinha que circundava as orlas da parcela do milho nos espaços abrigados e cuja cota não ultrapassava os 300 metros.

Na primeira década do séc. XXI, as próprias populações, ainda, distinguem os *lugares ricos*, por "permitirem" cultivar o *milho grosso*, e os *lugares pobres*, por, apenas, se produzir um único cereal, o centeio.

Nos espaços exclusivos do centeio este cereal cultivava-se em alternância, ou, com a batata, a cultura mais exigente, ou, com o pousio em que proliferavam as *forragens/restolho* utilizadas como pastagem para os animais de pastoreio, enquanto nos espaços do milho *maíz* de regadio, frequentemente consociado ao feijão, constituíam as culturas de Verão, para no Inverno serem substituídas pelo centeio, os fenos e, ou, os *lameiros*. A batata, cultura intercalar, desenvolvia-se sensivelmente entre Fevereiro/Março a Junho/Julho e Agosto mês em que, ainda, se procedia à sementeira do milho, o serôdeo" ou *centieiro*.

Como a principal fonte de receita para todas as populações, independentemente da localização geográfica, era a criação de animais *das pastagens gordas*, o rendimento do solo relacionava-se com a disponibilidade da *água de rega*, o *campo* e o *lameiro*, aquele nos *espaços de centeio*, este nos *espaços do milho graúdo*.

Milharais que coloriam os prédios rústicos, que em função da qualidade dos solos, quer os de fundo de vale, quer os das rechãs a cotas mais elevadas, se foram fragmentando, porque se tornava imprescindível, que todos os herdeiros do casal pudessem usufruir um rendimento, assaz mais elevado, nem que para isso, os irmãos ficassem co-herdeiros em parcelas de cultura, que se dividiam através dos *marcos* e sulcos que, apenas, os próprios e os vizinhos conseguem distinguir.

Fragmentação fundiária, que as populações consideram "normal e natural", pois é assim, desde os tempos dos antepassados mais afastados, mas, que corrobora a importância da silvo-pastorícia na sobrevivência de populações, que se defrontaram com a necessidade de

fazer da agricultura um complemento, embora importante, da sua actividade, a agro-silvo-pastoril.

Se em toda a área em estudo, lusa e galega, são frequentes e numerosos os casos de pulverização e dispersão dos prédios rústicos, que exigem a combinação e entendimento dos intervenientes no cumprimento de variadas *instituições costumeiras*, aldeias existem em que a comunidade organizou determinados espaços agrícolas, sempre produtores do milho grosso, em função de um estatuto e *performance* muito *sui generis*, apesar das variantes encontradas, as *veigas*.

A estrutura fundiária que caracteriza, de um modo global, a *veiga*, é a extrema fragmentação e dispersão da parcela jurídica, pelo que do calendário agrícola implementado emanava um conjunto de normas de funcionamento previamente estabelecidas, em reunião com os proprietários *encabeçados* cujas decisões eram cuidadosamente concretizadas pelos agricultores, pois, caso contrário, teriam, ou, uma simples advertência, ou, mesmo o pagamento de uma multa, a aplicar pelos respectivos regedores, cabos e zeladores.

Era nestas reuniões, os *adjuntos*, que se decidia as normas a aplicar ao longo do ano agrícola, além da marcação dos dias exactos para a execução de tarefas, como as sementeiras e as ceifas, acrescidas nos espaços das vinhas, pelas vindimas, ou seja, a marcação dos trabalhos, obrigatoriamente efectuados, em simultâneo, por todos os agricultores, porque envolviam maior número de braços e a utilização de bovinos, ou melhor, dos carros de bois, para assim, se evitar danos irremediáveis nas culturas dos prédios limítrofes, pois os animais tinham, forçosamente, de as pisar, atendendo à dimensão tão reduzida da parcela jurídica.

Os dias de trabalho intensivo exigiam, então, muita mão-de-obra, pelo que se recorria aos residentes nas aldeias limítrofes, interligando-se, assim, as aldeias limianas através dos fortes laços de solidariedade e entreajuda, urdidos ao longo de muitos séculos, num esforço em ultrapassar a adversidade recorrente de um meio ambiente muito difícil.

Sensivelmente de finais de Outubro a finais de Janeiro, a *veiga* estava *aberta*, sinónimo que os carros de bois e animais podiam entrar, praticando-se no período estabelecido no *adjunto* e coordenado pela autarquia, em determinadas aldeias, como por exemplo nas do Lindoso, a cevadura, isto é, o pastoreio em conjunto de todos os animais pertencentes aos diversos donos dos *cabeceiros*, que *rilhavam* e *roíam* as *forragens/restolho*, indiferentes à pulverização fundiária estabelecida. Além do gado habituado ao pastoreio da *serra* participava, também, a *bezerrada*, ou seja, os vitelos, que apenas *conheciam a corte*, *iniciando-se e treinando-se*, deste modo, para as pastagens "altas" de Verão, que se aproximavam.

Solos aráveis limianos cuja produtividade tradicional, para ser a máxima, dependia da água, exigiram um sistema de rega, que se baseou no aproveitamento do caudal das *corgas*, ou, das nascentes localizadas a cotas diferenciadas, cujos *débitos* desviados para *açudes*, ou *poças*, atingiam, através das *levadas* e dos *regos*, os espaços de cultura.

Sistema de rega cuja força viva do caudal dependia da acção da gravidade, excluía todos os patamares a cotas superiores às das *levadas* e dos *regos*, ficando, então, votados, ou, para o centeio, os *barbeitos* em Castro Laboreiro, ou, para os fenos, os *campos bravos* na Ermida.

O sistema de rega no "nosso" Lima de raia, mais do que depender, propriamente das mães de água, quer se trate de uma *corga*, quer de uma nascente, existe em função da força viva da *levada*, ou, do caudal do *rego*, justificados pela velocidade que atingem, sempre de acordo com o declive da área a percorrer.

Sistema de rega que se fundamenta num princípio base, *o direito adquirido por todos os proprietários* de parcelas de cultura, *a possuir água para regar*, que é distribuída proporcionalmente à área cultivada.

Sistema de rega que se distingue pelos esquemas implementados para um período específico, o estival, e que variava de acordo com as aldeias, quer pelas datas limites, ou seja, a determinação do dia em que, respectivamente, se iniciava e terminava, o período "oficial" da partilha da água, quer pelas normas rígidas que incluíam os critérios adoptados na medição das água a utilizar pelos diferentes *consortes*, ou, pela determinação do intervalo entre duas regas consecutivas, que variava em função do total do volume de água a distribuir por toda a área cultivada na aldeia.

O sistema de rega nos espaços limianos em estudo implicava outras "engenharias", mas, na área de cultivo, isto é, na *leira* de milho e no *campo*, das quais destacamos as que favorecem a retenção de uma película de água, para que os milheiros ficassem encharcados, ou, que permitissem que a água, simplesmente, se espalhe e *molhe* os pés de cultura.

Se, em pleno séc. XXI, conseguimos, ainda, encontrar na paisagem, estas tão peculiares, mas seculares formas de cariz geométrico, o grau de perfeição com que são executadas, variava de acordo com a aldeia e a "arte", ou, "paciência" dos respectivos executantes.

Contudo, nas *leiras* de milho, nomeadamente na Galiza, sempre se implementaram, até meados do séc. XX, técnicas de rega que exigiam o gizar de uma matriz geométrica na superfície do solo arável, cuja especificidade dependia, ou, da dimensão da parcela e, ou, do volume de água que existia para distribuir pelos pés do cereal de *maior rendimento*

Se a tónica dominante dos espaços cultivados em estudo incidia, consoante a época do ano e os lugares, nas manchas cerealíferas do centeio e, ou, do milho, o limiano de raia para responder às exigências inerentes às fases dos respectivos ciclos evolutivos, equipou a exploração agrícola com unidades específicas, as eiras, apesar de, na maioria dos casos, hoje, se tenham diluído na paisagem, ou, porque desapareceram, ou, porque lhe foram atribuídas outras funções, nomeadamente as de arrecadação de lenhas a serem consumidas durante o inverno.

Existem aldeias sem eira, onde o comportamento das populações se diferenciava consoante o cereal a *debulhar*. Assim, enquanto para o centeio, cereal que exige ser debulhado ao ar livre, conseguia-se, sempre, na aldeia um espaço vazio, um *poulo*, ou, o tramo mais largo do caminho, que atravessava a aldeia, que, devidamente preparados, davam, respectivamente, *boas eiras*, para as espigas do milho era o *quinteiro*, uma arrecadação, ou, uma divisão da casa, como a cozinha, o *sobrado*, ou, simplesmente, a *soleira da entrada* de casa a constituírem os espaços equivalentes à suposta eira.

A *debulha do milho*, considerada, primordialmente, uma tarefa feminina, poderia adquirir várias formas, que tinham em comum o exercício de uma determinada pressão sobre as espigas, o que provocava a desagregação do grão. Ora, essa pressão poderia ser causada por uma variedade de processos, como por exemplo, a fricção manual e directa entre as duas espigas, ou, então, após colocadas num cesto *bem fundo*, ou, num saco *bem atado*, batê-las intensamente com a ajuda de um *pau forte*.

Tarefa, que por princípio, a mulher executava, ou, à lareira preenchendo os serões das noites longas do Inverno, ou, em plena Primavera e, até, no Verão, pela sesta, na *soleira da entrada*.

Uma das questões com que nos deparámos relacionou-se com o *direito de propriedade das eiras*. A par das eiras *de herdeiros*, podem surgir, esporadicamente, as privadas, as exclusivas de um só agregado familiar, mas, as mais conhecidas e divulgadas são as *eiras do povo*, a da "vila", no Soajo e a do Castelo do Lindoso, em redor da fortaleza, e a par das três eiras de herdeiros.

Curiosamente, um *herdeiro* na eira em que se localiza um parque de espigueiros, pode não possuir, mesmo uma fracção de um *canastro*, pois se aquela, a eira, é, sempre, divisível, este, o espigueiro, poder-se-á fraccionar, no máximo, por três agregados familiares, sendo, contudo, o mais frequente a partilha por duas famílias, em virtude da capacidade de armazenamento de espigas.

Pela facilidade com que se pode dividir o espaço de uma eira por um número indeterminado de *herdeiros*, acontece, frequentemente, que se torne difícil às populações distinguir a eira que toda a comunidade tem direito a utilizar, *a do povo*, daquela que, apesar do efectivo dos utilizadores ser elevado, não deixa de ser de *herdeiros*.

No caso das aldeias sem *eira do povo*, todo o agricultor com cereal para malhar, mesmo, *sem direito à eira*, por não ser *herdeiro*, utilizava-a do mesmo modo, bastando-lhe pedir autorização a um dos co-proprietários.

Usos e costumes implementadas num tempo com *matriz imemorial* e que urdem as relações laborais e de vizinhança de comunidades, que num esforço único de sobrevivência, fizeram da agro-silvo-pastorícia a substância do seu rendimento, praticada em moldes muito peculiares, bem evidentes nos elos e ligações, que estabeleceram com a própria exploração, a sylvícola em comum e a agrícola, por conta própria e propriedade privada, que se manifestam na primeira década do séc. XXI, por exemplo, nos direitos e deveres de servidão, na forma organizacional de trabalhos, que se repercutem na morfologia agrária através da dimensão e grau de dispersão da parcela agrícola, das redes de caminhos, dos *açudes* e das *levadas*, das *eiras* e dos *canastos*, das *adegas* e das *cortes*, além dos *currais* e das *cabanas*, dos *poulos* e dos *cortelhos*, sem esquecer os *fojos*, que, em decadência e de uma forma irregular se distribuem pela *serra*, recordando as estruturas imprescindíveis no funcionamento da exploração multissecular, a agro-silvo-pastoril.

Capítulo 6 – Paisagem agro-silvo-pastoril e dinâmicas de evolução (séc. XX)

Introdução

Se nos espaços e paisagens que estudamos se torna evidente os contrastes bem pronunciados entendidos pela morfogénese e clima, os principais condicionantes das associações vegetais espontâneas, a lande, também, se constata, como já o questionámos, a implementação gradual das construções, edificadas e de cultivo, do que resultou, apesar da diversidade, a unidade de paisagem, que justificámos pelas interacções, pacientemente urdidadas por comunidades, que aproximaram os *sítios* e os lugares, independentemente da altitude e do recôndito da *serra*, a que se encontrem localizados.

Territórios morfologicamente caracterizados pelos patamares, cuja cota varia entre os 50 a mais de 1 200 metros, disponibilizam unidades de solo arável com dimensões diminutas, que se reduzem na dimensão em função do aumento da altitude.

Lima de raia que foi adquirindo uma variedade de cores e tons, uns, relacionados com a evolução da cobertura vegetal espontânea, outros, justificados pela acção humanizadora, que se iniciou com a civilização do megalitismo e se continuou através dos variados grupos, que, sucessivamente, se fixaram e lhe imprimiram a "marca" da respectiva cultura, ou, talvez melhor, do *modus vivendi*.

Resultado do cruzamento de variadas culturas, das quais salientamos, pela importância, ainda bem manifesta no séc. XX, quer na estrutura agrária, quer na organização das comunidades, a romana, a visigótica e, logicamente, a implementada no período medieval.

Lima de raia em que o homem, independentemente da civilização em que se inseria, sempre fez depender a sua sobrevivência da criação de gado complementada pela actividade agrícola.

Povoado, desde sempre, por agricultores, simultaneamente criadores de animais de pastoreio, que, em função do aumento populacional se lhes deparava a necessidade em conseguir novas áreas de cultura, pelo que *subiam mais na serra* e *urdiam* novos esquemas do mesmo modo de vida, o agro-silvo-pastoril, e da mesma forma de povoamento, o agrupado.

Lima em estudo, que nos séc. XVIII, já, apresentava os modelos de povoamento e de morfologia agro-pastoril, que perduram, sensivelmente, até à primeira década do séc. XXI, apesar de todas as convulsões sociais das últimas cinco a seis décadas.

Espaços e paisagens integrados em área protegida, cuja morfologia agro-silvícola, em capítulo de síntese, pretendemos questionar, num esforço em recriar soluções que privilegiem

a preservação da qualidade do seu ambiente, para assim, se melhorar o bem-estar das populações e se combater o despovoamento.

6.1. Espaços agro-silvestres: mutações das últimas décadas

Se neste momento a nossa preocupação incide, primordialmente, em questionar para o séc. XX, a evolução da dimensão das manchas agro-silvo-pastoris que matizam o Lima em estudo, entendemos, tendo por base toda a investigação já efectuada e apresentada ao longo do trabalho, privilegiarmos o matiz multissecular proporcionado pelas culturas cerealíferas, às quais, em espaços restritos, se associa a da vinha, a par das vastas extensões de lande, que, numa designação genérica denominamos por pastagens extensivas.

Começemos pela cultura de maior rendimento, a vinha. Cultura de ambiente mediterrâneo povoou os espaços com melhor exposição geográfica e, ou, mais abrigados dos ventos frios e secos que sopram de norte e leste, cuja cota, por princípio, não ultrapassa os 300 metros.

Com forte incidência na Galiza, em pleno séc. XVIII (Fig. 127, p. 599), quer a de cepa alta, quer a de cepa baixa, distribuir-se-ia, também, na mesma época, em Portugal, mas, as suas cores e tons a ladear as parcelas, essencialmente cerealíferas, teriam uma maior impacto na paisagem galega, em virtude da extensão pela qual se distribuía, a avaliar pelas informações que as Fontes¹⁴²⁵ nos fornecem.

Importância vitícola que ter-se-ia intensificado nos períodos seguintes, nomeadamente na área lusa e de acordo com as informações orais, que conseguimos recolher.

Se os nossos interlocutores no Lindoso, que foram vários, nos chamaram a atenção para o facto de na secção jusante do rio Cabril, na margem direita, existir o *sítio* denominado *Vinhas do Covelo* (Foto 33), também, o *Desenho Topográfico do Lindoso*, de 1803, (Fig. 7, p. 105), refere o topónimo para o mesmo "lugar".

Além disso, os mesmos residentes do Lindoso, não se esquecem dos *muitos lagares e pias*¹⁴²⁶ encontrados na mesma secção do rio Cabril, quando da construção da albufeira do Alto do Lindoso, actualmente submersa pela subida das águas limianas, além de nos terem mostrado, na mesma área, a uma cota ligeiramente superior, vestígios de construções (Foto 33), que entendem corresponder a um núcleo de *adegas de antigamente*, que justificam pela

¹⁴²⁵ - Cardoso, Pe. Luís, 1758, *Dicionário Geográfico*, Vol. 7, fls. 1239-1242 (Britelo); Vol. 13, fls. 185-200 (Entre-Ambos-os-Rios); Vol. 20, fls. 665-672 (Lindoso); Vol. 35, fls. 1363-1368 (Soajo), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

"Interrogatorio" in *El Catastro de Ensenada de la Provincia de Ourense*, 1753, Livros nº 1935 (concelho de Entrimo), 2187 e 2196 (concelho da Lobeira), 2205, 2208, 2212, 2216, 2219 e 2222 (concelho de Lobios), Arquivo Historico de Ourense, Ourense.

¹⁴²⁶ - Designação que a população atribui à dorna, o recipiente em pedra, para o qual era vertido directamente o líquido que saía do lagar.

extensa área de *vinha que teria existido na época*, ou seja, *há mais de um século*, hoje, substituída por uma mancha esparsa de sobreiros e de pinhais.

Estivemos na área em causa, nomeadamente nas Vinhas do Covelo, área bem abrigada dos ventos de Norte e de Leste pelo que reúne as condições mínimas para que a cultura se possa ter desenvolvido, mas, que entendemos não ser suficiente para nos permitir inferir a possível relação entre a denominação do *sítio* e a provável mancha vitícola, apesar de, actualmente, serem os zimbros, como os sobreiros, símbolo de condições climáticas muito localizadas e particulares de clima, a sobressaírem na paisagem envolvente (Fotos 32 e 33).

Hipotéticos espaços vitícolas na secção jusante da bacia do Cabril (séc. XIX)



Foto 32 – As Vinhas do Covelo (margem direita).

Orientação: Oeste-Este.

Foto 33 – Paredes em ruínas que os residentes do Lindoso atribuem a uma das adegas do séc. XIX (margem esquerda).



Fonte: Fotos tiradas pela autora em Julho de 2004.

Se não conseguimos outras Fontes que nos confirmassem estas hipotéticas dilações, a jusante, em Cidadelhe, à cota inferior dos cento e cinquenta metros, encontrámos construções, que a população mais idosa não hesita em afirmar que foram *adegas no tempo dos avós*.

Embora arruinadas, estas *adegas* teriam sido utilizadas numa época mais recente, em comparação com as hipoteticamente encontradas na secção jusante do Cabril, a avaliar pelo seu "estado de conservação", que permite reconfigurar a parede "principal", o *lagar*, a *pia* e, em casos mais esporádicos, a *pedra com uma ranhura*, utensílios indispensáveis numa adega limiana de fronteira até há umas décadas (Fotos 34 e 35).

Lindoso: Espólio de duas *imemoriais adegas* em Cidadelhe (Maio de 2004)

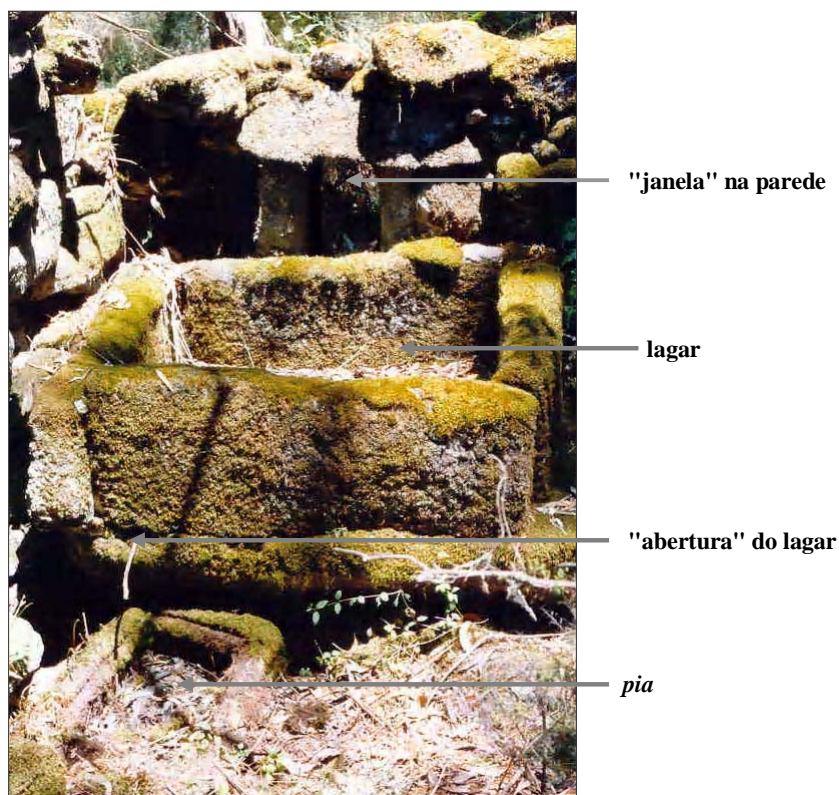


Foto 34 – O lagar e a *pia* em "bom estado" de conservação

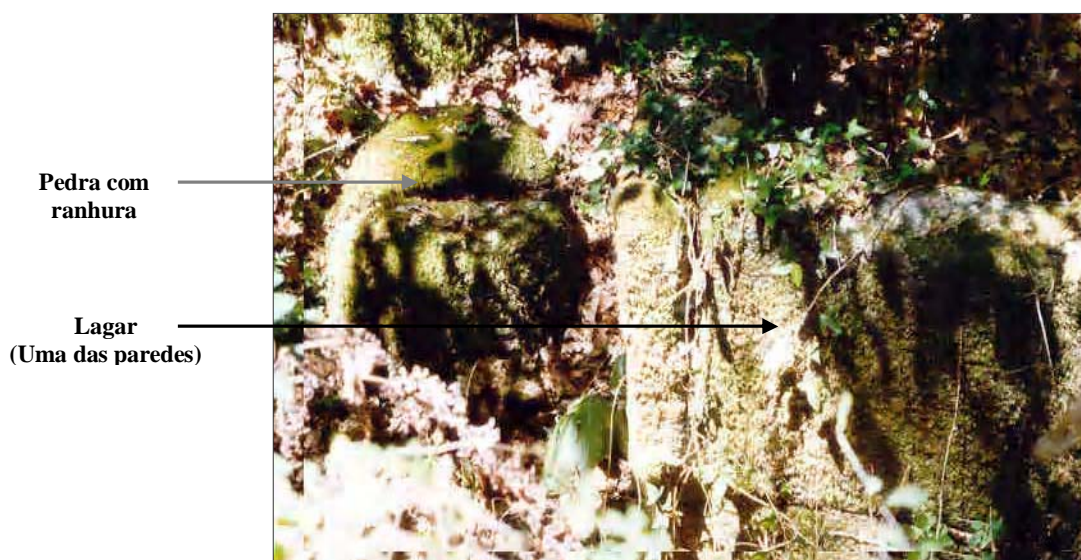


Foto 35 - Um dos elementos de identificação de uma adega do Lindoso: a pedra com uma peculiar ranhura

De facto, as *adegas* com este tipo de "equipamento", mas, localizadas a níveis mais elevados, ou seja, no núcleo das respectiva aldeia, foram utilizadas pelos residentes, que em 2004 detinham mais de cinquenta primaveras, até, sensivelmente, à década de sessenta.

Nestas *adegas*, na parede "principal" e o mais próximo do imprescindível *lagar*, existe, sempre, uma *janela*, com duas aberturas, os *buracos laterais*, para suporte de um *pau*, talvez melhor, uma *trave*, que *atravessava o lagar* se interligava na extremidade oposta, por intermédio de um *parafuso* em madeira, a um *pau/trave* já *encaixado* na *ranhura* de uma *pedra*, elementos que, também, se encontram nas *adegas* em ruínas.

Esquema que se tornava necessário para espremer o *bagaço*, depois *de junto* no centro do *lagar* e sobreposto por uma superfície em madeira, na qual assentava, directamente a *trave* para, de este modo, pressionar as *peles e grainhas dos bagos*, obtendo-se mais uns decilitros do líquido tão desejado¹⁴²⁷.

Há, ainda, a distinguir na *pia*, reservatório para onde se escoava o vinho, após decantado do *lagar*, a *ranhura* na superfície superior das quatro paredes, que segundo os residentes, a exemplo do que acontecia com as do lugar, serviria para "encaixar" uma tampa, que se colocaria, quando da *matança do porco*, após *se ter posto as peças a salgar*, uma vez que desempenhavam, também, a função de *salgadeira da casa*.

Estas *adegas*, que designamos por *imemoriais*, por se desconhecer as respectivas "origens", distribuem-se pelas três aldeias do Lindoso, sempre, muito próximo do rio Lima e enquadradas por uma vegetação arbórea e arbustiva muito densa, que as torna praticamente inacessíveis¹⁴²⁸, pois correspondem a manchas densamente cultivadas até há uns cinquenta anos. Contudo, mesmo, nas primeiras décadas do séc. XX, as uvas eram transportadas no dorso dos residentes para as *adegas*, localizadas no lugar, sempre, a cotas mais elevada.

Embora constituam elementos integrantes da exploração agrícola do Lima raiano em estudo, não nos podemos deixar de questionar, a exemplo do que persistentemente fazia o nosso simpático acompanhante, quando, em Cidadelhe visitamos *adegas imemoriais*, sobre os motivos que justificariam a implementação de este tipo de construções, a cotas baixas e tão distanciadas do respectivo povoado.

O aproveitamento agrícola dos solos iniciar-se-ia nos patamares a cotas mais baixas, para em função da pressão demográfica se processar, progressivamente, nos situados a

¹⁴²⁷ - Este esquema manual de *espremer o bagaço* dominou até meados do séc. XX, mas, nas *adegas* contemporâneas, que, recordamos, se localizam nas aldeias, existindo, ainda, unidades em funcionamento.

¹⁴²⁸ - Tivemos a amabilidade de um residente de Cidadelhe em nos acompanhar, que, dias antes da nossa "visita", mandou "desbravar" caminho, mas, mesmo assim, ocasiões houve que a única maneira em conseguirmos avançar foi colocarmos as mãos no chão atendendo ao declive, mesmo muito acentuado, e às silvas que apareciam sem se saber bem de onde, ou, pelo contrário, elas surgiam de todos os lados, inclusive de cima, sobre a cabeça.

altitudes superiores? Esta hipótese poderá, em parte, ser corroborada pelo núcleo, a "Cidade", (Fig. 4, p. 33) que a ter existido implementou-se, em posição alcandorada, sobranceiro ao rio Lima, a uma altitude cerca dos 200 metros.

Se seguirmos este raciocínio, poderemos aventar, sem correr risco de retirar dilações apressadas, que poderemos estar perante um exemplo relacionado com a ocupação romana, que ao desencadear a "descida" das comunidades castrejas para os fundos dos vales, neste caso, as que viviam nas rechãs limianas mais elevadas, nomeadamente nas da serra Amarela, redimensionariam a unidade de povoamento e passariam a usufruir das condições locais de clima de um Lima, que lhes permitiu desenvolver a *cultura rica*, a da vinha¹⁴²⁹?

Se, pelo contrário, estas *adegas* são contemporâneas do *sítio* das três aldeias, uma explicação aceitável encontra-se na proximidade da matéria-prima, evitando-se, assim, o transporte das uvas, sempre no dorso dos agricultores, havendo, contudo, que deslocar a bebida.

Esta hipótese, é, em nossa opinião, "contrariada" pela localização das *adegas* nas aldeias do Lindoso, nomeadamente no Castelo, a uma altitude cerca dos 400 metros, já, voltadas para a *serra*, o que obrigava, até à década de sessenta/setenta do séc. XX, as moçoilas *carregarem à cabeça*, os cestos das uvas para percorrerem as subidas, mesmo íngremes, que as interligavam às *veigas*.

Adegas do Castelo do Lindoso (meados do séc. XX)



Foto 36 - "Nicho" de adegas localizadas na saída da aldeia, ao longo do caminho que conduz às áreas de pastoreio em comum.

Orientação: SE-NO.



Foto 37 - Uma das adegas escavadas no granito.

Orientação: Norte-Sul.

Caminho de acesso às pastagens em comum

Fonte: Fotos tirada pela autora em Agosto de 2004.

¹⁴²⁹ - Não conseguimos qualquer leitura, de âmbito histórico e arqueológico, que se debruçasse sobre esta problemática.

Independentemente dos factores que estão na base da implementação de este tipo de construções, somos de opinião, que são unidades que revelam a importância da vinha na economia das comunidades de *montanha*, cujos membros residiam nas secções abrigadas dos fundos dos vales, apesar de desconhecermos, desde quando, as *latadas* e as *cepas* dão cor a todo o Lima raiano em estudo.

Importância na paisagem e na economia doméstica, que prevaleceu até meados do séc. XX (Fig. 131, p. 609), embora em 2003, como já o demonstrámos, a vinha tenha desaparecido na Galiza¹⁴³⁰ e, em Portugal¹⁴³¹, se limite a ladear as parcelas, que, ou, ainda, lhes é lançado o milho, ou, anualmente são cortadas as ervas daninhas, a fim de se preservar os fenos para alimento dos animais, enquanto *se aproveita algum vinho* (Fig. 132, p. 621).

Vinha de *produtor directo*, nos lugares com condições locais de clima mais adversas, *de enxertia* nas aldeias mais abrigadas e soalheiras, a vinha distribuía-se, sempre nas orlas das parcelas, ladeando, por princípio, a cultura arvensa (Fig. 131, p. 609).

Espaços de cultura promíscua, em que a vinha era a cultura permanente, cobriam-se, no período estival, de milho *maís*, frequentemente, consociado com o feijão e a abóbora, que no Inverno dava lugar, ou, ao centeio, ou, às *forragens/restolho*, ou, onde era possível a *água de lima*, ao *lameiro*.

Em nota de síntese, se no período estival, com excepção para os *campos castrejos*, *verandas* da Gavieira e de Taboazas, era a mancha de milho, que dominava e coloria a paisagem agrária limiana, "interrompida", em espaços restritos, pelas *parras da vinha*, que ladeavam as parcelas, no período do Outono/Inverno e primeiros meses da Primavera, era a extensa superfície do centeio, que, independentemente da altitude, se distribuía por toda a área em estudo, "quebrada", ou, pelo *lameiro*, nas parcelas com *água de lima*, ou, pelas *forragens/restolho*, nas *leiras* com *pouca*, ou, *sem rega*, além dos *campos bravos*, os *campos* de feno, já muito próximos, ou, mesmo inseridos nos espaços de lande, já, domínios das pastagens extensivas (Quadros 27 e 28, pp. 612 e 613; Fig. 131, p. 609).

Diremos, então, que a primeira metade do séc. XX correspondeu a uma época, em que a mancha agrícola, nomeadamente na área lusa, teria atingido o limiar máximo, que as populações nos justificaram pelo efectivo de residentes ser muito elevado e se tornar imperioso alimentar, razões suficientes para que todos os esforços fossem enveredados, não, propriamente, no aumento da produtividade, mas em se conseguir outros espaços de cultura,

¹⁴³⁰ - Em 2004 prevalecia a cultura da vinha em moldes modernos, ou seja, em monocultura em Caballeiros, Ferreiros de Baixo, Igreja (Entre Ambos-os-Rios) e Sobredo.

¹⁴³¹ - Em 2004 existiam vinhas em moldes racionais, em parcelas de monocultura, nas aldeias de Sobredo e da Igreja (Entre Ambos-os-Rios) e "vila" no Soajo.

de milho, ou, de centeio, mesmo que fosse necessário "desbravar" parcelas muito declivosas e de muitos difíceis acessos.

Além disso, na Espanha, na década de trinta, tinha-se vivido uma guerra fratricida, cujas consequências se repercutiram de modo calamitoso na actividade agrícola, motivos que justificaram a elevada procura pelos vizinhos galegos dos produtos agrícolas lusos.

Os nossos interlocutores, lusos e galegos, nos prolongados diálogos que estabelecemos, transmitiram-nos, para as primeiras décadas do séc. XX, a imagem agrícola de um Lima raiano, com excepção para a Galiza no período da Guerra Civil e anos subsequentes, em que todos os espaços aráveis, mesmo os mais declivosos e com solos quase inexistentes, eram aproveitados, ou, para a cultura do cereal *rico*, o *milho grosso*, ou, então, para o centeio¹⁴³², nos solos mais adversos e nos espaços em que as condições climáticas não permitiam o ciclo evolutivo do cereal mais desejado, o milho.

Contudo, a segunda metade do século XX, como já o abordámos, ficou marcado na trajectória das comunidades limianas de raia como um período "de grandes alterações", irrefutavelmente associadas aos novos estilos de vida dos seus naturais, que ao não se compadecerem com a economia tradicional e de subsistência, repercutiram-se, de forma decisiva, na geometria e imagens da paisagem agro-silvícola, motivos suficientes para que a organização territorial de este espaço rural, nos dias de hoje, só poderá ser entendida pelas mutações profundas, que o atingiram ao longo das últimas seis décadas.

Preocupados em apresentar, de um modo simples, mas claro, as grandes mutações da paisagem agro-silvícola, nas últimas décadas, munimo-nos de fotografias aéreas a uma escala¹⁴³³, que nos proporcionasse uma leitura com bastante pormenor sobre espaços agro-silvícolas¹⁴³⁴, para dois momentos distintos¹⁴³⁵, que consideramos significativos e representativos de todo o Lima raiano em estudo.

Com um conjunto de problemas fomos confrontados, os relacionados com a "qualidade" das fotografias aéreas, a preto e branco, que se referem a momentos distintos e, por conseguinte, reflectem níveis de tecnologias bem diferenciados, nomeadamente no que diz respeito à resolução da imagem, que se repercute nos tons que expressam as diferentes

¹⁴³² - "(...) *Nesses tempos tudo era aproveitado (...)*", assim se expressavam os nossos simpáticos interlocutores, lusos e galegos.

¹⁴³³ - Escalas de 1/2 500 e 1/3 000.

¹⁴³⁴ - O esboço da mancha cultivada diz respeito às aldeias de Castro Laboreiro, Gavieira, "vila" do Soajo, Várzea, Castelo e Parada do Lindoso e Ermida.

Escolhemos estas unidades territoriais, pois entendemos que a Gavieira, Castro Laboreiro, Várzea, no Soajo, e a Ermida, correspondem a povoações que se a morfologia condiciona a organização territorial, o forte isolamento de que foram alvo, até aos inícios dos anos noventa do séc. XX, repercutiu-se na organização social, aspectos distintos dos verificados, quer na "vila" do Soajo, quer no Lindoso, com as suas aldeias sobranceiras ao rio Lima, desde sempre, com ligações a Braga, além de as condições físicas locais permitirem, por exemplo, a cultura da vinha, embora de modo muito condicionado.

¹⁴³⁵ - O Instituto Geográfico Português, entidade a que recorremos para aquisição do material fotográfico, realizou, na área lusa em estudo, a primeira cobertura, respectivamente, em 1965 e 1970, e a mais recente (em 2002) em 1994/1995.

manchas culturais, o que muito interfere no resultado final da fotografia por nós "trabalhada", dificultando, para momentos distintos, a leitura comparativa da paisagem em estudo.

Cientes das carências da informação fotográfica oficial e publicada, ao nível da aldeia, optámos por uma intensa e pormenorizada investigação efectuada nos territórios, privilegiando, como já o afirmámos¹⁴³⁶, paisagens agro-silvícolas portuguesas bem diversificadas, que entendemos constituírem a expressão da área em estudo.

Uma vez munidos da fotografia aérea, no Verão de 2003, fomos para as aldeias e em diálogo com as populações identificámos, para os meados do séc. XX¹⁴³⁷, os espaços cultivados, cujo contorno delineámos na respectiva fotografia.

Mas, outros problemas se nos levantaram, quando pretendemos assinalar as manchas cultivadas em 2003, pelo que queremos, em primeiro lugar, evidenciar a perecibilidade de qualquer mancha de cultura, sempre, muito dependente, por exemplo, do entusiasmo com que o agricultor está animado no período das sementeiras.

Ressalvamos, mesmo para breves intervalos de tempo, como é um ano agrícola, as expressões que estes espaços e paisagens limianas em áreas de fronteira poderão, esporadicamente, adquirir, desde as dependentes da "disposição" do agricultor, à vulnerabilidade das próprias estruturas, onde um conjunto de alterações urge serem tomadas, para, assim, se garantir a vivência em áreas difíceis, mas majestosas e imponentes.

Uma outra questão que se nos levantou relacionou-se com a vinha que, na área em estudo, quando existia, se distribuía pela orla das parcelas. Nas aldeias, que reúnem condições naturais para esta cultura, mesmo, quando *a leira fica a feno*, é frequente a vinha permanecer *mais uns anos*, pelo que é, quase sempre, a última cultura a ser abandonada. Quando falámos com os nossos interlocutores, designavam essas parcelas, como *campos de velho* ou *leiras de paul*, pois a vinha, lentamente, ia-se definhando, em virtude de lhe faltar a *estrumeação anual*, aquando da sementeira do milho, ou, da batata, pelo que entendemos que a parcela cultivada teria que ser sinónimo de parcelas com cereal, neste caso, o milho.

Um outro problema incidiu nas hortas. Como todas as famílias possuem uma pequena horta, quase sempre, um pequeníssimo espaço, optámos por não as assinalar, pois não são significativas na organização da paisagem.

¹⁴³⁶ - Como se encontra explanado nos Princípios Metodológicos, atendendo à extensão da área em estudo, seleccionámos, um espaço amostra, que, embora luso, inclui paisagens diversificadas e bem representativas deste Lima raiano, para, com o auxílio da fotografia aérea referente aos anos de 1965/70 e 1994/95, escalas de 1/2500 e 1/3000, esboçarmos as áreas humanizadas nos dois períodos e, de este modo, sermos capazes de avaliar a evolução do espaço agrário, assim como a tendência que se prospectiva, para a raia limiana, nos próximos anos.

¹⁴³⁷ - Questionávamos as pessoas, que nos responderam, sempre, com a maior da franqueza e simpatia, que espaços eram cultivados, há uns trinta a quarenta anos.

Perante semelhantes problemáticas, decidimo-nos por considerar como espaços cultivados as parcelas, que no Verão de 2003, estavam cobertas pela cultura temporária principal, o centeio e a batata, nas *verandas* de Castro Laboreiro e da Gavieira, nas *inverneiras* e lugares "fixos" castrejos, com excepção para os Ribeiros, o de Baixo e o de Cima, e o milho nas restantes aldeias, sem esquecermos a vinha "moderna" na "vila" do Soajo.

Pela expressão na paisagem e pelo significado económico para as populações, preocupámo-nos em esboçar os *campos* de feno nas *verandas*, quer da Gavieira, quer nas castrejas e respectivas *inverneiras*, sem descorarmos *os campos bravos*, os de feno da Ermida.

A Ermida, uma aldeia inserida em pleno ambiente de *serra*, embora se encontre no patamar dos 400 a 450 metros de altitude, na década de noventa ficou, finalmente, conectada, por estrada, à aldeia mais próxima, a de Lourido (Fig. 136).

Se na densa rede viária dos meados do séc. XX os caminhos "mais largos", apenas, permitiam a circulação dos carros de bois, evidencia-se a malha urdida pelos carreiros e veredas que conectavam todos os *sítios* da aldeia e da *serra*, com destaque para as *cambas*, os acessos "rápidos", mas, efectuados a pé, à povoação mais próxima, a aldeia de Lourido.

Se a mancha florestal sensivelmente se manteve no período em observação, destacamos o "corredor" das forragens espontâneas, os fenos, que "interliga" a aldeia à respectiva *veranda*, a dos Bilhares, cujo núcleo de construções se limita às cortes que até meados do séc. XX, se destinavam a abrigar os ruminantes durante o período estival.

Em 2003, se a maioria das cortes estavam em ruínas, pois, apenas, uma parte foram preservadas pelos respectivos proprietários, pondo-lhe, até, uma cobertura em zinco, a *veiga* encontrava-se totalmente ao abandono produzindo forragens espontâneas, que são cortadas em Junho/Julho, a fim de alimentarem os bovinos durante o Inverno.

Na aldeia, se o núcleo de habitações adquiriu outras dimensões, justificadas pelas residências construídas pelas famílias que emigraram, o solo arável, que nos meados do séc. XX era meticulosamente cultivado, encontrava-se, em 2003, limitado a parcelas, as *leiras* de milho que se distribuía de acordo com a perseverança dos seus proprietários¹⁴³⁸ (Fig. 136).

A mancha de milho que coloria as *veigas*, há uns trinta anos, era reduzida, em 2003, a pequenas parcelas que, de um modo irregular se distribuía pela *velha* mancha cultivada.

¹⁴³⁸ - Não podemos deixar de evidenciar, na Ermida, a dimensão da mancha de milho, em 2003, comparativamente à verificada no ano anterior, 2002, que era bem mais reduzida. Assim, quando nesse mesmo Verão, o de 2003, confrontámos um dos agricultores mais entusiastas da Ermida, com a nossa surpresa, limitou-se, simplesmente a dizer, que nesse ano, ele próprio e outros dois agricultores decidiram-se *em semear mais milho*.

Fig. 136 - Ermida e Bilhares: evolução da ocupação do solo desde meados do séc.

XX

até

2003

Situação similar encontrámos nas aldeias de Parada do Lindoso e da "vila" no Soajo. De um modo global, nas extensas áreas cultivadas dos meados do séc.XX, destacava-se, no Verão de 2003, parcelas de milho dispersas, como por exemplo, na *veiga* de St^a André, em Parada, ou, então, na "vila", com destaque para uma vinha estreme, em moldes modernos (Figs. 137 e 138).

Em espaços cultivados, há umas três décadas, predominava, em 2003, uma extensa área coberta por giestas e matagal, autênticas *bouças*, como no caso das *verandas* da "vila"¹⁴³⁹, além dos silvedos, cuja exuberância encobre a velha rede viária, impossibilitando a circulação (Fig. 21, p. 213).

Em 2003, na "vila" destacavam-se nos socalcos das *verandas*, que conduzem ao rio Lima, quer a montante da povoação, quer a jusante, as *bouças* e extensas *áreas de giestais*, os testemunhos dos "velhos" espaços, meticulosamente ocupados pelo milho, no período estival, e pelo *restolho*, no período de inverno (Figs. 137 e 138).

Nestas duas aldeias sobressai, também, a evolução positiva da mancha construída, justificada pelas residências novas dos naturais que saíram para o exterior, mas, construíram a casa nova *na sua terra*, o *sinal* da nova posição social.

Evidenciamos, contudo, em Parada o "surto" da construção da década de oitenta nos solos mais férteis da aldeia, os da *veiga* de St^o André, área de reserva agrícola nacional.

Alterações significativas, também, se verificaram nas respectivas redes viárias, com a estrada internacional, em Parada, a ser rectificadas, em virtude do novo complexo Hidroeléctrico do Alto do Lindoso, enquanto na "vila" novos eixos foram construídos, com destaque para aquele que interliga a aldeia a Cunhas e Paradela, com "desvio" para o Castelo do Lindoso. Sobressaem, também, os "novos" eixos asfaltados que fazem a ligação mais rápida às *verandas* das Ínsuas e do Murço, sem esquecer o bom estado do pavimento da *antiga* estrada florestal (Figs. 137 e 138).

A floresta, ou, melhor, os pinhais adquiriram nova expressão, principalmente nas "velhas" parcelas cultivadas da "vila" e sobranceiras ao rio Lima, uma vez que as manchas de resinosas e folhosas plantadas na década de quarenta continuavam, em 2003, a impor-se na área envolvente à povoação.

¹⁴³⁹ - Principalmente nas *verandas* da Reigada, Ínsuas, Murço e Lapas e Ramil.

Em Parada, ainda, em 2003, se faziam sentir, em termos de impacte ambiental, as obras da Central Hidroeléctrica do Alto do Lindoso, através das escombreyras em pleno leito do rio Lima.

Contudo, são as aldeias da Várzea e do Castelo, aquelas que mais foram "atingidas" pela implementação de um empreendimento de semelhante envergadura (Figs. 139 e 140).

Enquanto a Várzea perdeu os seus espaços de cultura, as duas *veigas*, o que não impediu, apesar de tudo, que exíguos espaços cultivados matizassem no Verão de 2003 a aldeia, o Castelo, além de assistir à submersão de áreas cultivadas e incultas, mas, em muito menor proporção, estava confrontado com um conjunto de "construções" ao abandono, as instalações que se destinaram ao alojamento dos funcionários e trabalhadores da Empresa, as arrecadações e estaleiros, além da remoção de terrenos inerentes à própria obra, que passados mais de uma dezena de anos, ainda, se mantinham na paisagem.

A "velha" e humilde represa do Lindoso, cedeu lugar, nos inícios da década de noventa, a um volumoso e imponente espelho de água, que, embora atinja a Várzea e lhe subtraía os espaços de cultura, espraia-se predominantemente pela Galiza.

Evidenciamos, para 2003, a rede viária, principalmente a estrada de ligação à fronteira, muito alterada no vale do Cabril, em que a ponte, no período medieval em madeira, foi submersa e substituída, a jusante, por uma verdadeira obra da engenharia moderna portuguesa (Fig. 140).

Em posição altaneira encontra-se a fortaleza, o castelo do Lindoso, com o "seu" espaço envolvente, em que se destacam as eiras, uma do *povo* e três de *herdeiros*, além do majestoso parque de espigueiros, *todos propriedade privada*.

O núcleo de residências e respectivas *veigas* dispõem-se em redor, com evidência para as manchas "novas" construídas ao longo do principal eixo de comunicação, principalmente a jusante da aldeia.

Das *veigas*, meticulosamente cultivadas nos meados do séc. XX, sobressaíam, de modo irregular, em 2003, parcelas de milho, com os seus *bardos* de vinha, que se distribuíam, também, pelas *leiras de velho*, mas, devidamente cortadas das ervas e arbustos daninhos.

Ao fazer uma leitura de síntese sobre a evolução nas últimas quatro décadas dos espaços que constituem as cinco aldeias por nós seleccionadas como representativas dos espaços de milho *maís* verifica-se o declínio generalizado da actividade agrícola, que foi a principal até meados do séc. XX, a que a paisagem "tão bem responde", pela diminuição drástica das manchas da cultura cerealífera, embora tenha sido na Ermida que encontrámos,

Fig. 137- Parada: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003

Fig. 138- A “vila” do Soajo: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003

Fig. 139 – Várzea: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003

Fig. 140 – Castelo: evolução da ocupação do solo desde meados do séc. XX até 2003

no Verão de 2003 e em valores proporcionais às áreas, outrora cultivadas, a maior mancha de milho em toda a área em estudo, lusa e galega (Figs.136, 137, 138, 139 e 140) .

"Velhos" espaços cultivados, predominantemente cobertos, em 2003, por associações herbáceas e arbustivas desenvoltas, verdadeiros matagais, que tornavam impossível a "entrada" e a utilização dos carreiros e caminhos *antigos*, por estarem totalmente "submersos" pela "nova manta vegetal", a que se acrescenta os "parques de giestas", que encontraram condições óptimas de desenvolvimento, por exemplo, nas *verandas* da "vila", no Soajo.

Se os espaços de floresta, de folhosas e resinosas, não tiveram alterações muito significativas, pois a política de florestação processou-se nas décadas de quarenta e de cinquenta, as superfícies de pastagens extensivas proliferam mercê, por um lado, da redução dos parcelas cultivadas, por outro, pela eliminação dos pequenos ruminantes, as cabras, verdadeiros depreadores, de qualquer tipo de pastagens.

Contudo, uma evolução positiva se constata não só na rede viária, como nas manchas de edificado.

Se nos meados do séc. XX muitas das aldeias, a exemplo da Várzea e da Ermida, não tinham uma estrada, em 2003, todas as aldeias limianas e de raia têm um bom acesso traduzido na *estrada asfaltada*.

O mesmo tipo de evolução positiva se constata na mancha do edificado. Em todas as aldeias do Lima raiano, a exemplo das "aldeias amostra", se verificou um ritmo acentuado na construção de residências novas (Fig. 16, p. 181), uma das consequências do êxodo rural, que se iniciou nas décadas de cinquenta e sessenta do séc. XX.

Se muitas residências do núcleo ancestral foram reconstruídas, parte significativa entraram em decadência, optando os seus proprietários pela *casa nova* implementada, por princípio, ao longo dos eixos de comunicação principais, ou, nos espaços de *baldio* concedidos pelas respectivas Juntas de Freguesia a preços muito apelativos, por vezes, mesmo, simbólicos.

Evolução positiva no edificado e na rede viária verificou-se, de igual modo, nos espaços do cereal de sequeiro, o centeio, nomeadamente em Castro Laboreiro e na Gavieira.

Mas, antes de prosseguirmos entendemos reflectir não só sobre as opções, que sentimos a necessidade em tomar, como sobre as dificuldades com que nos deparámos, quando da realização do levantamento das grandes manchas de ocupação do solo, em 2003, em ambas as freguesias, Castro Laboreiro e Gavieira.

A fim de conseguirmos uma imagem global dos espaços "com exclusividade" na cultura do centeio, optámos por trabalhar tendo por base ortofotomapas produzidos pela

respectiva entidade oficial, o *Instituto Geográfico Cadastral*, cuja escala, a de 1/10000, nos permitiria atingir esse nosso objectivo.

De imediato nos surgiram problemas, os relacionados com o facto de a Entidade Oficial, apenas, disponibilizar os ortofotomapas resultantes dos voos de 1993/94, o que nos dificultou a leitura comparativa da paisagem agro-silvícola em dois momentos distintos.

Um outro problema relacionou-se com a qualidade dos próprios exemplares, a preto e branco, com uma resolução, mesmo muito deficiente, o que nos impossibilitou apresentar a imagem resultante do trabalho que desenvolvemos, tendo como suporte esses mesmos ortofotomapas.

Perante semelhantes contratempus não desistimos e continuando os "passos metodológicos" utilizados em relação aos espaços de milho, fomos para Castro Laboreiro e para a Gavieira, onde, com a ajuda preciosa dos residentes conseguimos retratar, em nossa opinião, os aspectos principais de evolução do aproveitamento da paisagem nas últimas décadas.

Recordemos, numa leitura global sobre o povoamento castrejo, (Fig. 141) que os núcleos de povoamento foram organizados e hierarquizados pelo *rio Grande*, o de Castro Laboreiro, e que na sua bacia, a do Laboreiro, se distingue, principalmente, as áreas mais extensas, outrora, minuciosamente cultivadas, as do *planalto* e as reduzidas extensões de solo arável nas vertentes encaixadas.

A norte das aldeias dos Ribeiros, o de Baixo e o de Cima, e à medida que nos deslocamos para montante, surgem, em primeiro lugar, as aldeias "protegidas" dos rigores climáticos do Inverno, as *inverneiras*, para na orla do *planalto*, junto das ribeiras, ou, nas lombas que separam pequenos vales, emergirem os outros lugares, as *verandas*.

Além dos núcleos com habitação sazonal distribuem-se os lugares "fixos", preferencialmente no eixo Norte/Sul em que a Portelinha e o Ribeiro de Baixo se destacam como as aldeias, respectivamente, mais setentrional e meridional.

Em pleno *planalto*, as *verandas* dispostas ao longo das duas margens do Laboreiro, tinham, em meados do séc. XX, a circundá-las os extensos *barbeitos* de centeio, dispostos numa verdadeira "auréola" hierarquizada pelo rio. Enquanto na margem esquerda, a mancha contínua da praga estendia-se desde a Seara à Portela "dirigindo-se" para Norte ao encontro da Várzea Travessa, na margem direita, envolvia todas as aldeias, desde o Rodeiro às Coriscadas, "encontrando", em Várzea Travessa, a mancha cerealífera da margem direita, que se continuava pela Portelinha e outros espaços mais a norte (Fig. 141).

Fig. 141 – Castro Laboreiro: Ocupação do solo, em 2003

Extensa mancha de centeio, que envolvia, nesta secção do Laboreiro, as *verandas* e todos os lugares "fixos", inclusive o da Vila (Fig. 141).

Realçamos os "corredores" de centeio, que a partir das *verandas* de uma das margens interrompiam a manta vegetal do planalto, para "ir ao encontro" da veranda, mas localizada na margem oposta, como, por exemplo a mancha cerealífera que interligou, em termos globais, Formarigo ao Rodeiro¹⁴⁴⁰.

Foi com uma grande surpresa, que nos deparámos com superfícies tão vastas, outrora repletas de centeio, como, amavelmente, nos afirmaram os residentes nos diferentes lugares, que, em 2003, eram extensos giestais, a "perder de vista", ou, então, pastos com muitas giestas¹⁴⁴¹, onde a cabeça de gado deambula, indiferente ao dono, que persiste em vigiá-la.

Há, contudo, a distinguir nas bacias das ribeiras afluentes do *rio Grande*, sempre a cotas mais baixas, de modo a possibilitar a rega por gravidade, as parcelas *mais ricas*, os *campos* de feno, comparativamente às *mais pobres*, os *barbeitos* do centeio, em 2003, com uma área bem mais reduzida, pois, em substituição proliferam os bosques e as bouças.

Os diferentes lugares interligavam-se pelos *barbeitos* e *campos* de feno, atravessados pelas sendas, que serviam toda a aldeia e a conectavam com o exterior¹⁴⁴² (Fig. 141).

As aldeias castrejas, *verandas*, *inverneiras* e, a montante destas, os lugares "fixos" que nos em meados do séc. XX eram envolvidos pelos "velhos" *barbeitos* de centeio, com grandes dimensões, estão no início do séc. XXI rodeadas por extensas manchas de giestais, apenas, interrompidas pelos *campos* de feno, também, de extensão bem mais reduzida, enquanto no *planalto*, para além das *bouças* e *bosques*, a associação vegetal que substitui, predominantemente o centeio, mantêm-se os *prados*, as pastagens comuns, em 2003, para o gado castrejo e galego, apesar da visibilidade dos marcos da fronteira (Fig. 141).

Distinguimos, também, em pleno *planalto* os espaços de *prados e lenhas* dos meados do séc. XX, a que as populações, ainda, em 2003, foram tão sensíveis pelo fornecimento do combustível, que era tão necessário à manutenção das lareiras nas longas noites de Inverno, as giestas, que a população designa por *lenhas*¹⁴⁴³.

Nesses espaços praticava-se uma rotação de "culturas", em três "folhas", duas *para os fenos*, em que se distinguia aquela em que a forragem era cortada para servir de alimento do

¹⁴⁴⁰ - Efectuámos esse percurso no Verão de 2003, totalmente coberto por extensos parques de giestas volumosas, que designámos por bouças e se estendiam por vastas superfícies.

¹⁴⁴¹ - Atribuímos a designação genérica de *bouças*.

¹⁴⁴² - Sobre os caminhos e sendas que interligavam as aldeias castrejas e a freguesia com o exterior, deve-se ler Lima, Alexandra Cerveira Pinto S., 1996, *Castro Laboreiro, povoamento e organização de um território serrano*, Cadernos Juriz/Xurés, 1, I.C.N., Parque Peneda-Gerês, Câmara Municipal de Melgaço, Braga, pp. 17-26.

¹⁴⁴³ - *Lenhas* expressão que significa no vocabulário, não só castrejo, como nas gentes da Gavieira e Soajo, os troncos e raízes das urzeiras, além das giestas desenvoltas, que constituem, ainda hoje, o combustível eleito.

gado no Inverno, de uma outra, o *prado*, em que o feno permanecia para ser pastoreado pelo gado em pleno Verão, além daquela "vocacionada" à cultura das giestas, tão necessárias na obtenção do combustível, as lenhas¹⁴⁴⁴ (Fig. 141).

As populações justificaram os *prados do planalto*, a exemplo daqueles que existem nos patamares elevados de toda a serra da Peneda, pelo facto de nas extensas áreas de lande, *se fazermos antigamente os labores*, que as pessoas mais idosas recordam, ou, porque, ainda, assistiram, quando eram crianças, ou, reproduzem as memórias que os progenitores, pais e avós, oralmente, lhes transmitiram.

Não foi, apenas, a população castreja a recorrer aos *labores*¹⁴⁴⁵, também a da Gavieira e, muito provavelmente a do Soajo, nomeadamente a da "vila"¹⁴⁴⁶.

Se nos dias de hoje, os seniores castrejos, de modo resolutivo, identificam em pleno *planalto* os *prados*, espaços fornecedores de pastos para o *gado*, correspondendo aos espaços dos *antigos labores*, os residentes mais idosos da Gavieira e do Soajo, admitem que muitas áreas de pastagens em plena *serra*, nomeadamente, os *poucos*, estarão relacionadas com *os labores que os antigos faziam nos montes*.

Ora, *os labores*, como me esclareceram três octogenárias, respectivamente residentes em Rouças, Rodeiro e Seara, exigiam um conjunto de tarefas realizadas entre Julho e Agosto, esporadicamente, Setembro, nos *baldios afastados das verandas*.

Iniciava-se o trabalho com a delimitação do espaço, por vezes, com o recurso a muros de pequena altura, para, em seguida, *se escarpar o terreno*, isto é, após o arranque das giestas e das torgas¹⁴⁴⁷, caso existissem, cavar-se o solo *às sacholadas* de modo a obter-se *torrões*, que se deixavam expostos ao sol, para, quando estivessem secos, se juntar *umas carquejas* e fazer-se *umas forrageiras*, a fim de se proceder à *queimada*. Uma vez terminada a *queimada*, o solo era *remexido*, de modo a envolver a cinza e a estar apto a receber a semente, que *daria fruto* no Verão seguinte¹⁴⁴⁸.

¹⁴⁴⁴ - Em Julho de 2003, dizia-nos uma residente, do Rodeiro, na casa dos quarenta anos, que, ainda, há uns dez anos, os *prados* encontravam-se parcelados em três folhas, de modo a produzirem, feno e giestas, que, respectivamente, se cortavam e arrancavam para, no Inverno, servirem de alimento para o gado e combustível para a lareira, além de na outra "folha" se deixar o feno para o gado pastorear durante o Verão.

¹⁴⁴⁵ - "(...) *Os pais das famílias grandes, nos anos de fome, subiam*, os da Gavieira e Soajo à *serra*, os de Castro, ao *planalto para fazermos os labores* (...).

¹⁴⁴⁶ - Encontramos para a "vila" no Soajo, uma referência à *queimada* e não propriamente aos *labores*, em "Notícia sumária acerca do concelho dos Arcos de Valdevez, *Nova Carta Topográfica de Portugal, Tomo III, Folha nº 2-d (Arcos de Valdevez)*, Lisboa, Imp. Lucas, 1914, dir. Marquês de Ávila e Bolama, pp. 61-62.

¹⁴⁴⁷ - Nome que a população atribui às "velhas" urzes, nomeadamente, às raízes, com um tronco volumoso, e muito apreciadas como combustível nas noites muito frias de inverno.

¹⁴⁴⁸ - Era uma cultura que *não dava trabalho*, pois, após a sementeira, *só se regressava ao terreno passado um ano para efectuar a segada*.

Foi com um brilho peculiar nos olhos, que a anciã castreja e moradora no Rodeiro, nos falou da alegria, quando assistia à chegada dos *dez a doze carros de centeio*, puxados pelas vacas que o pai *tangia*, no final do ciclo evolutivo da pragana¹⁴⁴⁹.

Estamos perante espaços, esporadicamente, cultivados que, após a *segada do* cereal, se revestiam de uma nova associação vegetal, mas, secundária, apesar da recuperação de espécies consideradas pela comunidade *importantes*, as giestas e urzeiras (Fig. 141).

Somos de opinião, que se praticava uma agricultura em que a técnica da queimada imperava e de "carácter itinerante", embora o agricultor mantivesse fixa a residência, que era construída com materiais duradouros¹⁴⁵⁰.

Mas, a "associação", ou melhor, a rotação de "culturas" nas parcelas de giestas e nos *barbeitos* de centeio, não está, assim, tão afastada no tempo, como nos poderá querer parecer, pois, nos inícios dos anos oitenta as giestas desenvolviam-se em parcelas a par dos *barbeitos* de centeio, em pleno núcleo da aldeia (Foto 38).

Foto 38 - Formarigo e a área envolvente (inícios década de oitenta, séc. XX)



Fonte: Foto gentilmente cedida por uma família natural da aldeia.

Recordamos, que se o centeio era imprescindível na alimentação, quer do homem, quer dos animais, as giestas constituíam o principal combustível, pelo que se tornava necessário proceder à respectiva cultura em parcelas exclusivas. Quando a planta atingisse o

¹⁴⁴⁹ - Na época das *segadas* o agricultor dirigia-se *ao labor* a fim de efectuar o corte e trazer para a aldeia, o cereal em feixes, os *medeiros*, para ser malhado na eira.

¹⁴⁵⁰ - O agricultor, de modo aleatório, optava por espaços distintos e, apenas, por mero acaso "regressaria" à antiga "clareira".

estádio de desenvolvimento considerado suficiente¹⁴⁵¹ para *se fazer uma boa fogueira*, procedia-se ao arranque para se verificar, nesse mesmo espaço, uma nova sementeira, a do centeio.

Lembramos, ainda, a cotas inferiores dos espaços das cultura de sequeiro, os *campos de feno*¹⁴⁵², que nas aldeias castrejas correspondiam às parcelas mais férteis, pela pujança da forragem irrigada, sinónimo de se poder alimentar melhor e maior número de cabeças de gado (Fig. 141).

Cultura muito importante na economia da população castreja foi, a partir das primeiras décadas do séc. XX, a da batata, que alternava na parcela com o centeio (Quadro 27, p. 612).

Considerada a cultura rica, comparativamente ao centeio, a *estrumeação* do solo fazia-se aquando da plantação do tubérculo, que recordamos, era de sequeiro nas *verandas* e de regadio nas *inverneiras*.

Em 2003, conseguimos encontrar *barbeitos* de batatas (Fig. 141), constituindo a expressão significativa nas "hortas", ou seja, nos espaços cultivados junto ao núcleo dos povoados, enquanto os de centeio eram muito esparsos, com a maioria dos lugares a "esquecerem-se" da cultura.

A batata de "boa" qualidade desenvolvia-se, no *passado*, nas *verandas*, precisamente nas da Gavieira, evidenciando-se a das Gorbelas, muito procurada pelos agricultores das aldeias limítrofes¹⁴⁵³, não só para o consumo como para a *semente*¹⁴⁵⁴ (Fig. 142).

Ficámos convencidos que nas *verandas*, quer da Gavieira¹⁴⁵⁵, quer de Castro Laboreiro a produção da batata era, de facto, significativa pelo que se tornava necessário conseguir processos de conservação do tubérculo durante bastantes meses¹⁴⁵⁶.

Assim, nas *verandas* da Gavieira, nomeadamente, nas Gorbelas, fazia-se *um buraco, uma cova*, que não tivesse capacidade de armazenagem superior a cem quilogramas¹⁴⁵⁷ do tubérculo.

¹⁴⁵¹ - Um ciclo evolutivo das giestas poderia compreender um período de quatro, cinco ou mais anos, intervalo de tempo, sempre dependente do ritmo de crescimento da planta.

¹⁴⁵² - Enquanto em Castro Laboreiro os campos de feno eram irrigados ao longo de todo o ano, na Gavieira, apenas era permitido até ao início da rega dos milhos, pois a partir de finais de Junho toda a água era necessária à cultura "rainha", que se cultivava na aldeia respectiva.

¹⁴⁵³ - Nas várias aldeias do Soajo nos falaram da boa qualidade da batata da *veranda* da Gavieira e como a que produziam era insuficiente para o consumo, o soajeiro sempre foi um bom cliente, preferindo, contudo, a de Gorbelas.

¹⁴⁵⁴ - Chegavam a deslocar-se à Gavieira, agricultores vindos das aldeias limítrofes da vila dos Arcos para adquirirem o afamado tubérculo, principalmente, a *batata vermelha*.

¹⁴⁵⁵ - Nas aldeias "primárias" da Gavieira todo o solo arável era ocupado pelos milhos, razão pela qual, apenas e esporadicamente, se produzia *em bocadinhos de terreno para se comer no cedo*, ou seja, o tubérculo era plantado em Fevereiro para ser extraído em Junho. Por curiosidade, nas hortas da Gavieira, apenas, se cultivava a couve galega, devido à necessidade em aproveitar todos os espaços agrícolas na cultura do milho.

¹⁴⁵⁶ - Relembramos que quer em Castro Laboreiro, quer na Gavieira, o rendimento familiar provinha da venda da batata e, logicamente, da criação de gado.

¹⁴⁵⁷ - Por princípio, cada cova levaria uns cinquenta quilos. Evitava-se conservar grandes quantidades numa única cova, para no caso de se verificar infiltração de água, ou estragos provocados pelos ratos, o prejuízo ser menor.

Fig. 142 - Gavieira: Ocupação do solo, em 2003

Começava-se por *forrar* com uma camada de fetos, para em seguida se intercalar *camadas de batatas e camadas de fetos*, sendo a cobertura final em terra, a fim de o tubérculo ficar devidamente isolado das variações climáticas. Em redor, do "armazém" improvisado *rasgava-se um sulco com saídas* de modo a permitir, caso chovesse, o escoamento da água proveniente da escorrência.

Nas *verandas* da Gavieira, a exemplo de Castro Laboreiro, nos meados do séc. XX, era a cultura do centeio que dominava toda a paisagem agrícola (Fig. 142), surgindo, também, os *campos de feno*¹⁴⁵⁸ irrigados no Inverno, pois no Verão, apenas se verificava, caso *sobrasse água da rega do milho*, cujo ciclo se desenvolvia na aldeia principal.

Espaços de centeio e da batata, quer castrejos, quer das *verandas* da Gavieira, em 2003, votados, predominantemente às giestas e arbustos espontâneos, as *bouças*, surgindo as forragens, nas parcelas em que os proprietários, ainda, conseguiam cortar todos os anos, para obtenção dos fenos.

Nos espaços com água, *os velhos campos de feno*, foram, predominantemente, cobertos por uma associação arbustiva pujante e desenvolta, que nós atribuímos a designação genérica de *bosques* (Figs. 141 e 142).

Perante tal alteração da mancha cultivada preocupámo-nos em saber, a partir de quando, se verificou semelhante, "metamorfose", ao que nos responderam, nas diversas aldeias castrejas, que há pouco mais de uns dez anos¹⁴⁵⁹.

A mudança foi, mesmo muito brusca e rápida justificada pelo facto do êxodo rural, que desde longas décadas atingiu a freguesia, mas, apenas, os homens, ficando as mulheres a fazerem todo o trabalho. Nos últimos anos, foi diferente. Partiu a família nuclear activa permanecendo *os velhos que não podem trabalhar*.

Situação similar encontramos, a cotas inferiores, nas aldeias principais da Gavieira e nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo. Em Abril/Maio era uma azáfama constante, pois era tempo das *lavoiras* todos os espaços eram meticulosamente aproveitados para a cultura principal¹⁴⁶⁰, por vezes, em consociação com o feijão. Após a colheita do milho *grosso*, em

¹⁴⁵⁸ - Enquanto em Castro Laboreiro os campos de feno eram irrigados ao longo de todo o ano, na Gavieira, apenas era permitido até ao início da rega dos milhos, pois a partir de finais de Junho toda a água era necessária à cultura "rainha", que se cultivava na aldeia respectiva.

¹⁴⁵⁹ - "(...) Se tivesse vindo há uns quinze anos deparava-se, ainda, com muito centeio e com as eiras rodeadas pelos *medeiros de palha* (...). Comentário de uma simpática castreja moradora na aldeia do Rodeiro.

¹⁴⁶⁰ - Como me informaram em todas as aldeias da Gavieira e nos Ribeiros, *tudo era aproveitado para milho*. Na Gavieira, por exemplo, até a horta era *aproveitada para se semear* o cereal "rei".

Setembro/Outubro, a parcela recobria-se com as *frragens espontâneas/restolho*¹⁴⁶¹, que seriam consumidas pelos animais de pastoreio (Quadro 28, p. 613).

Evidenciamos nos Ribeiros castrejos, além dos *campos* exclusivos para fenos, as parcelas de milho *grosso*, que no Inverno se revestiam com os fenos irrigados, sendo *pastoreados*, sensivelmente, em Fevereiro/Março, para no período subsequente, ou seja, de Março a Abril/Maio serem cortados e *consumidos em verde pelo gado nas cortes respectivas*.

Em nota de síntese diremos que nos estios dos meados do séc. XX as aldeias "primárias" da Gavieira e os Ribeiros castrejos, coloriam-se pelos tons de verde/amarelos, sinónimos dos milhos em desenvolvimento, que contrastavam nas *verandas, inverneiras* e lugares "fixos" com os "dourados" das *searas* e os cinzas de um solo, que aguardava a nova sementeira de centeio, sem esquecer os verdes dos *campos* de feno, diariamente afagados pelas fina película de água que, caprichosamente, se espraiava. Nos invernos/primaveras eram os tons de verde viçoso que imperavam em ambas as freguesias, justificados, quer *pelos centeios* em crescimento, quer pelos fenos pujantes das *verandas*, quer pelas *frragens/restolho* das *leiras* "salpicadas" pelos "amarelos" da barrosã, que, pachorrentamente, pastoreava, e pelos castanhos e pérolas dos pequenos ruminantes, que irriquetos saltitavam e, também, mesclavam paisagens *serranas* e de raia tão *sui generis*.

Na primeira década do séc. XXI tudo é diferente. As extensas áreas, outrora, de centeio, foram substituídas por manchas de giestas desenvoltas¹⁴⁶², ou, pelo "restolho" constituído por *frragens espontâneas*, os fenos, que os donos, ainda, conseguem cortar, enquanto em algumas das *velhas leiras* de milho se desenvolvem os fenos irrigados no estio, permitindo dois cortes¹⁴⁶³, ou, então, as giestas, silvas e arbustos, que se entrelaçam e impedem uma simples entrada na parcela (Figs. 141 e 142).

Em 2003, também, os espaços de milho de outrora, quer em Castro Laboreiro, quer na Gavieira, eram votados, predominantemente, ou, ao crescimento espontâneo de associações herbáceas, que nunca são cortadas, ou, à *frragem*, que todos os anos é aparada para ser aproveitada como feno seco no Inverno.

Numa leitura comparativa evidenciamos a aldeia de Rouças em que sobressaíam, em 2003, as parcelas de milho *grosso* distribuídas pelo espaço agrícola essencialmente ocupado

¹⁴⁶¹ - *Frragens* que não eram irrigadas e simplesmente destinadas ao pastoreio, contrariamente, ao que sucede na actualidade. Como se não cultiva o milho, regam-se as *frragens*, que continuam a ser espontâneas, mas que atingem um desenvolvimento, que lhes permite constituir bons fenos.

¹⁴⁶² - A desenvoltura é de tal ordem, que passamos por verdadeiros túneis, cujas "margens" eram alas de giestas com os ramos a entrelaçarem-se de modo a constituírem uma cúpula sob a qual passámos tranquilamente sem que fossemos, sequer, tocados por um dos mais humildes "braços".

¹⁴⁶³ - Nas aldeias da Gavieira nas *velhas leiras* de milho, agora, campos de feno, ao proceder-se à rega, no Verão, é possível fazer dois cortes de feno, respectivamente, em Junho e em Setembro.

com forragens, em comparação com as restantes aldeias, quer na Gavieira, quer em Castro Laboreiro, nos Ribeiros (Figs. 141 e 142, pp. 703 e 709).

Recordamos a *veiga* de Tibo, com solos muito férteis e equipada, desde a década de noventa, com um esquema de regadio, mas, que em 2003 estava totalmente ao abandono, emergindo, apenas, parcelas de feno, em virtude dos arbustos espontâneos "cobrirem" espaços significativos das suas parcelas.

Na realidade, em 2003, cultivar cereais, centeio, ou, milho era sinal de vitalidade, *de grande coragem*, ou, então, de um esforço inglório em manter *usos e costumes imemoriais*, que a paisagem tão bem o expressa, através de um matiz humilde e discreto, como no Verão de 2003, conseguimos observar (Figs. 141 e 142, pp. 703 e 709).

Se o declínio dos espaços cultivados é uma constante, em nossa opinião, sem retorno, os núcleos do edificado atingiram, nas últimas décadas, novas dimensões em virtude das residências novas, que o natural constrói, após anos passados no exterior, uma das formas em demonstrar a nova posição social.

Área em estudo, em que um grande empreendimento foi implementado na década de noventa, a Central Hidroeléctrica do Alto do Lindoso, que, ao reconfigurar a paisagem, poderá ser incentivador de outros investimentos num espaço frágil e cuja vulnerabilidade tornou-se bem evidente com as mutações das últimas décadas.

6.2. Perspectivas de um amanhã para paisagens agro-silvo-pastoris em área protegida

Estamos perante uma área, que consideramos muito humanizada e que se justifica pela forma como os residentes, até meados do séc. XX, conseguiram atingir um equilíbrio entre os recursos disponíveis e as próprias necessidades, as de sobrevivência, quando conciliaram o aproveitamento das potencialidades locais com a respectiva preservação no tempo, como por exemplo, os socalcos, o parcelado, os regadios, ou, as sendas e carreiros tortuosos.

Morfologia agrária em que predominava a cultura cerealífera, com os espaços exclusivos de centeio, como em Taboazas, nas *verandas* da Gavieira e em Castro Laboreiro, com excepção para os Ribeiros, e os espaços do milho *grosso*, que se distribuía por todas as outras aldeias, cereais determinantes não só nos modos de organização da paisagem, como das próprias comunidades.

Até meados do séc. XX eram o centeio e a batata, acrescidas da "cultura rica", a do milho *grosso*, sem esquecer a vinha, que se distribuía pelos espaços soalheiros e abrigados

dos ventos frios, a uma altitude a não ultrapassar os 300 metros, que constituíam os principais produtos agrícolas locais.

Logo, a sobrevivência multissecular do limiano de raia, fundamentava-se, além da pastorícia, nas culturas do centeio e da batata, surgindo o milho grosso nas parcelas com estios "quentes" e cuja variação altimétrica permitia a rega por gravidade, além da vinha nos espaços mais abrigados, factores que explicam, em larga medida, o ordenamento multissecular do território em estudo, só possível, também, pela abundância da mão-de-obra e pela forte organização das comunidades em torno de interesses comuns.

Com as profundas alterações sociais nas comunidades explicadas pelo forte êxodo rural, que se iniciou nas décadas de cinquenta e sessenta do séc. XX, as paisagens agrícolas, quer a do centeio, quer a do milho *grosso*, "assistem" na primeira década do séc. XXI, à "substituição" nas respectivas parcelas das culturas cerealíferas, pelas associações herbáceas e arbustivas, pujantes e viçosas, que designámos por *bosques* e *bouças*, ou, então, pelas forragens, os *fenos*, quando, anualmente, a associação herbácea espontânea é convenientemente cortada pelos respectivos proprietários.

As parcelas de milho e, ou, de centeio surgem "tímidas" e esparsas, dependendo, apenas, da vontade que o proprietário teve, naquele ano, em semear uma maior área de cereal.

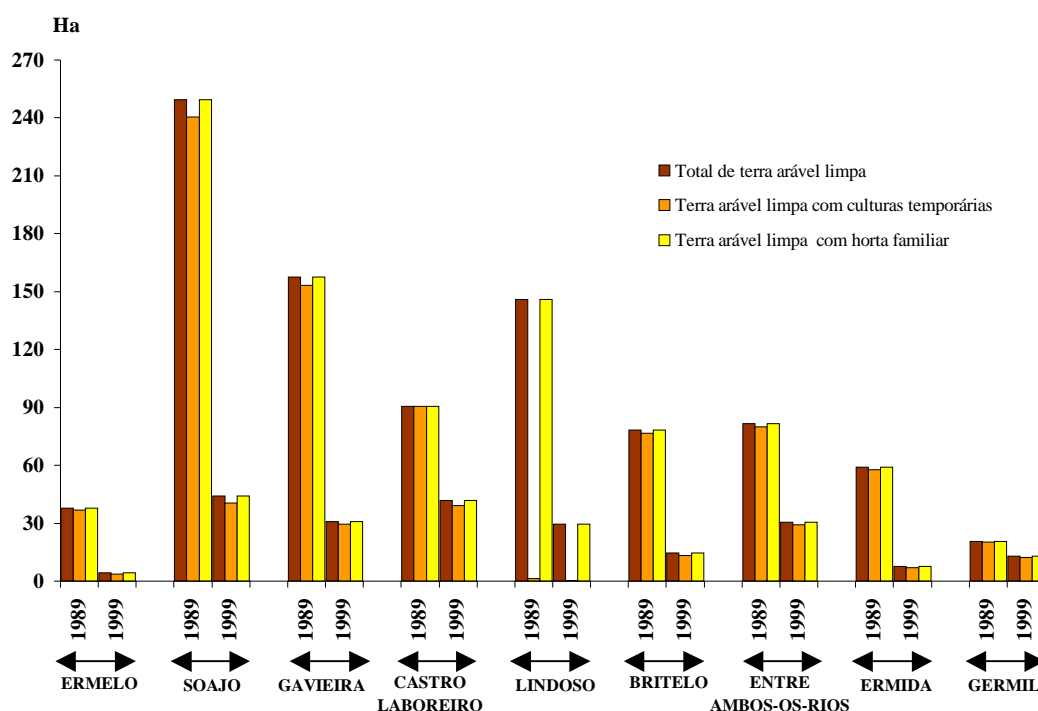
Se em muitas das aldeias as ruas já não são percorridas pelos animais de pastoreio, nomeadamente os bovinos, outras, pelo contrário, destacam-se pelo efectivo relativamente numeroso, como em Olelas e na Fraga, em Rouças e na Ermida.

Aldeias com extensas áreas de pastagens extensivas, mas, que evoluem de um modo "natural" e "espontâneo", pelo que os incêndios de Verão são uma constante ameaça e cujos resultados funestos estavam bem visíveis, em 2003, na paisagem silvícola.

Leitura dos espaços e paisagens em estudo, para o início do séc. XXI, de certo modo, corroborada pelos valores de indicadores estatísticos e oficiais (Fig. 143) publicitados na última década do séc. XX em relação aos espaços portugueses¹⁴⁶⁴.

¹⁴⁶⁴ - Recordamos, mais uma vez, a impossibilidade em conseguirmos valores estatísticos à escala de freguesia e de lugar para a área galega, que as entidades competentes justificaram pela necessidade em preservar a privacidade individual.

**Fig. 143 – As freguesias lusas: Variação da terra arável limpa
(1989, 1999)**

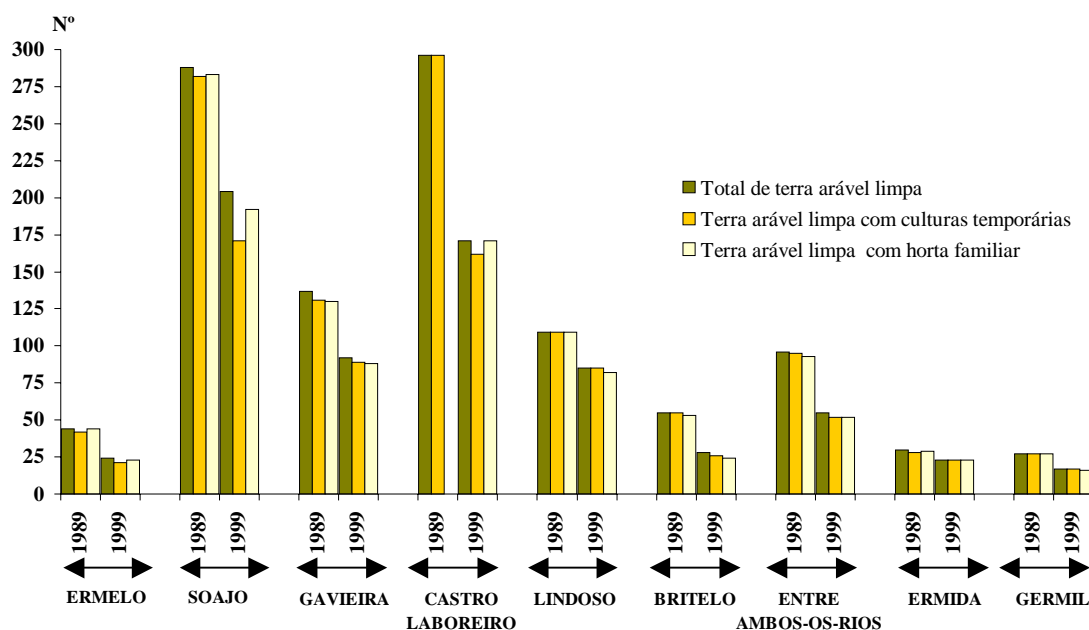


Fontes: R.G.A., 1989, 1999, I.N.E., Lisboa.

Mesmo numa observação sumária dos dados estatísticos, publicados e oficiais, facilmente se detecta, para o período dos últimos dez anos do séc. XX, a redução drástica e generalizada da terra arável limpa em todas as freguesias, com o destaque para a importância das hortas familiares.

A investigação, que efectuámos junto das comunidades, permite-nos apresentar como a explicação mais aceitável, que entendemos ser comprovada, de novo, pelos dados oficiais publicados (Fig. 144), a relacionada com a eliminação de muitas das explorações agrícolas e com duração centenária, porque o agricultor, produtor singular, ou, desapareceu, ou, ao perder as forças *entregou aos filhos*, que estão ausentes, assim como a família nuclear, e por conseguinte, a única solução é *o deixar ficar as terras a monte*, pois, o ancião "distrai-se" a *cuidar* das diminutas parcelas, próximo da residência, onde cultiva os hortícolas, que as condições climáticas lhes permite, nomeadamente, a batata e os vegetais consumidos na dieta alimentar diária.

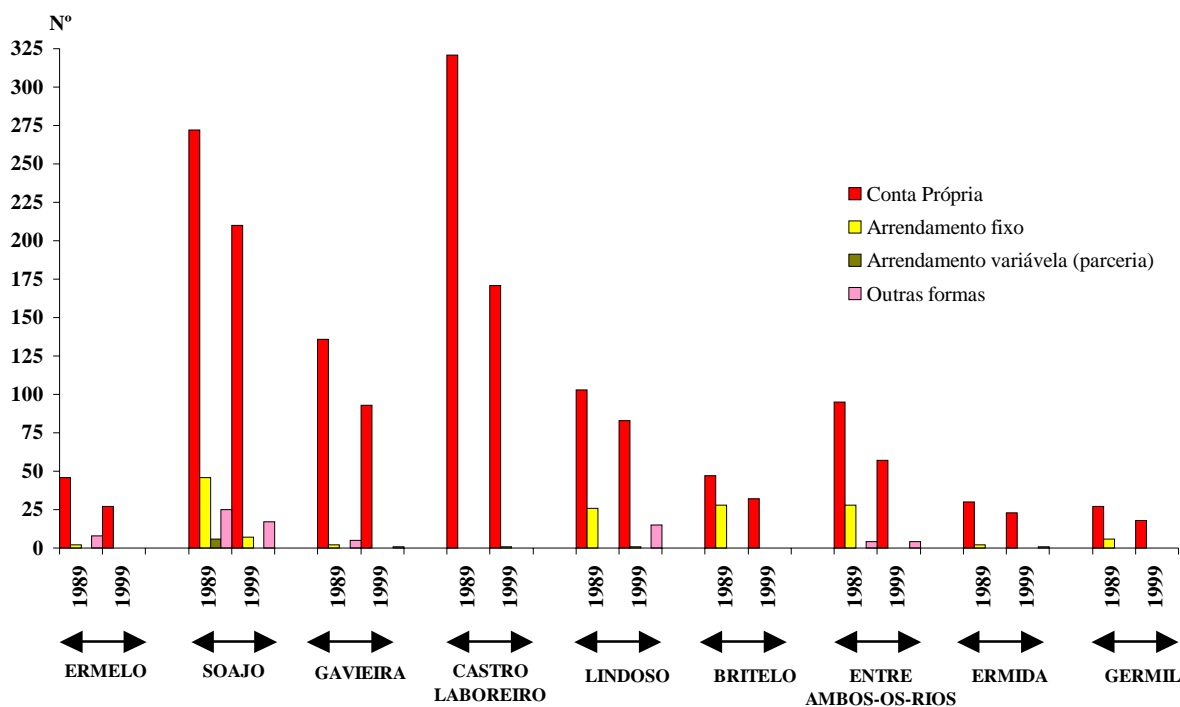
Fig. 144 – As freguesias lusas: As explorações agrícolas e a ocupação da terra arável limpa (1989, 1999)



Fontes: R.G.A., 1989, 1999, I.N.E., Lisboa.

Recordamos que nos encontramos perante formas de exploração, predominantemente por conta própria, em moldes tradicionais, facilmente comprovado, quer pelas inúmeras conversas que mantivemos, quer pelas publicações estatísticas oficiais (Figs. 145 e 146).

Fig. 145 – As freguesias lusas: formas de exploração agrícola (1989, 1999)



Fontes: R.G.A, 1989, 1999, INE,

Se a informação publicada remete as explorações agrícolas por contrato de arrendamento fixo¹⁴⁶⁵, embora em declínio acentuado, para as freguesias do Soajo, Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, o nosso trabalho de campo permite-nos localizá-las, precisamente, nos lugares da "vila" do Soajo, do Castelo do Lindoso e da Igreja, respectivamente, em Britelo e em Entre Ambos-os-Rios.

Enquanto na "vila" do Soajo, encontrámos os "rendeiros" rurais, porque, apenas, conseguiam casa de habitação, caso cultivassem determinadas parcelas a ela "associada", mas, sempre subaproveitadas, como tivemos ocasião de constatar, em Junho de 2000 e nos Verões seguintes. Já no Castelo do Lindoso, o "rendeiro" com quem dialogámos, nesse mesmo período, foi um idoso, viúvo, que, sempre, viveu naquela *quinta*, mas, cujo trabalho era da responsabilidade dos filhos, que, com ele coabitavam.

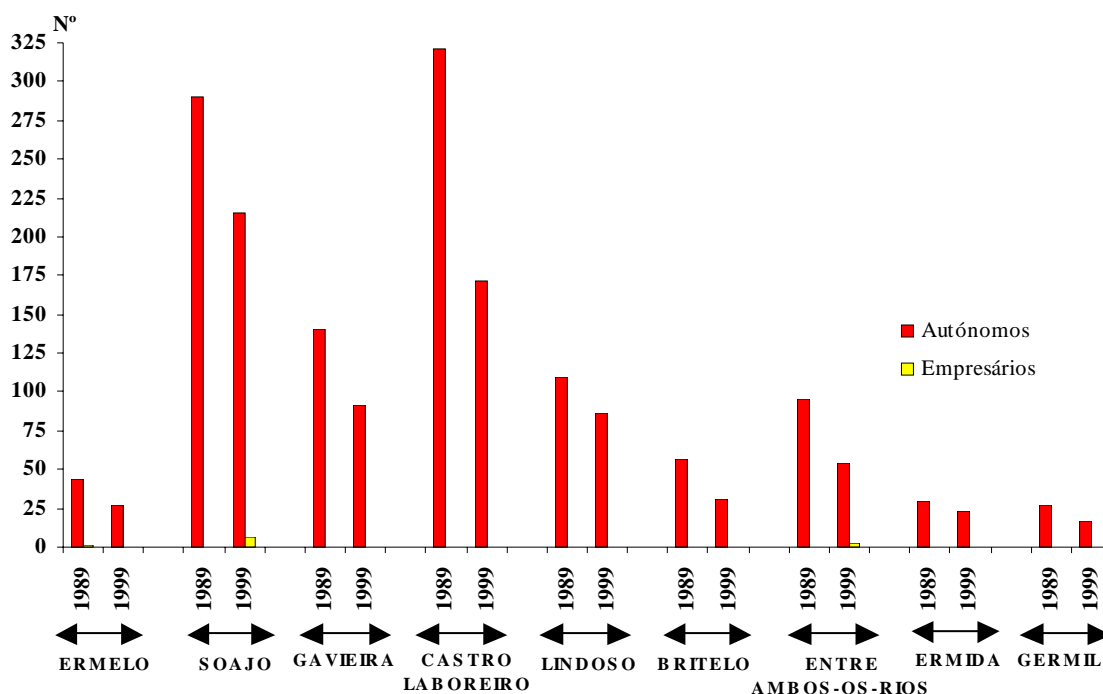
Nos lugares da Igreja, quer de Britelo, quer de Entre Ambos-os-Rios, se existem casos, mesmo de parceria, a exemplo do Soajo e do Lindoso, devido à necessidade em se obter uma casa de habitação, destacamos aqueles que se associam aos melhores solos das aldeias e que envolvem o rio Lima, as *quintas*, com duração multissecular, alvo de alterações de âmbito

¹⁴⁶⁵ - Em princípio, uma exploração por arrendamento fixo, pressuporia uma exploração em moldes modernos, caso que não se verificava na transição do milénio.

estrutural, como em Britelo¹⁴⁶⁶, ou, em Entre Ambos-os-Rios¹⁴⁶⁷, que se destacam na paisagem e na primeira década do séc. XXI, respectivamente, ou, pela fragmentação acentuada, ou, pela monocultura da vinha.

Tendo, mesmo, em linha de conta, os casos esporádicos da "vila"¹⁴⁶⁸ do Soajo e de Entre Ambos-os-Rios¹⁴⁶⁹, nos lugares da Igreja e de Sobredo, a investigação efectuada nas aldeias permite-nos, ainda, inferir que, independentemente da forma de exploração agrícola, o espírito empresarial não anima o agricultor do "nosso" Lima raiano, aliás, evidente, nos dados estatísticos oficiais e publicados (Fig. 146).

Fig. 146 - As freguesias lusas: Os produtores agrícolas singulares (1989, 1999)



Fontes: R.G.A., 1989, 1999, I.N.E., Lisboa.

¹⁴⁶⁶ - Por curiosidade, o exemplo da casa do Paço, em Britelo (Igreja), que, embora se subdividisse em duas explorações agrícolas, constituía, na paisagem e até meados do séc. XX, uma unidade em função das parcelas que, em mancha, se estendiam pelo *plano* aluvial em torno da casa senhorial, a antiga casa dos Senhores de Britelo. Hoje, fragmentada e dividida, mercê das heranças e das vendas sucessivas que os herdeiros foram efectuando distribuíam-se, no Verão de 2003, por umas treze famílias proprietárias.

¹⁴⁶⁷ - Esta exploração vinícola, em Agosto de 2003, por conta própria, é o resultado de duas explorações sob a forma de parceria, que no séc. XX vigorou e cuja "renda" era paga em géneros, *o terço*, até à década de setenta, para, depois passar *a meias*. Em 2003, os herdeiros tinham optado por uma transformação de base, não só reconvertendo as culturas como estendendo a exploração pela área limítrofe, que era inculta e, outrora, *balda*.

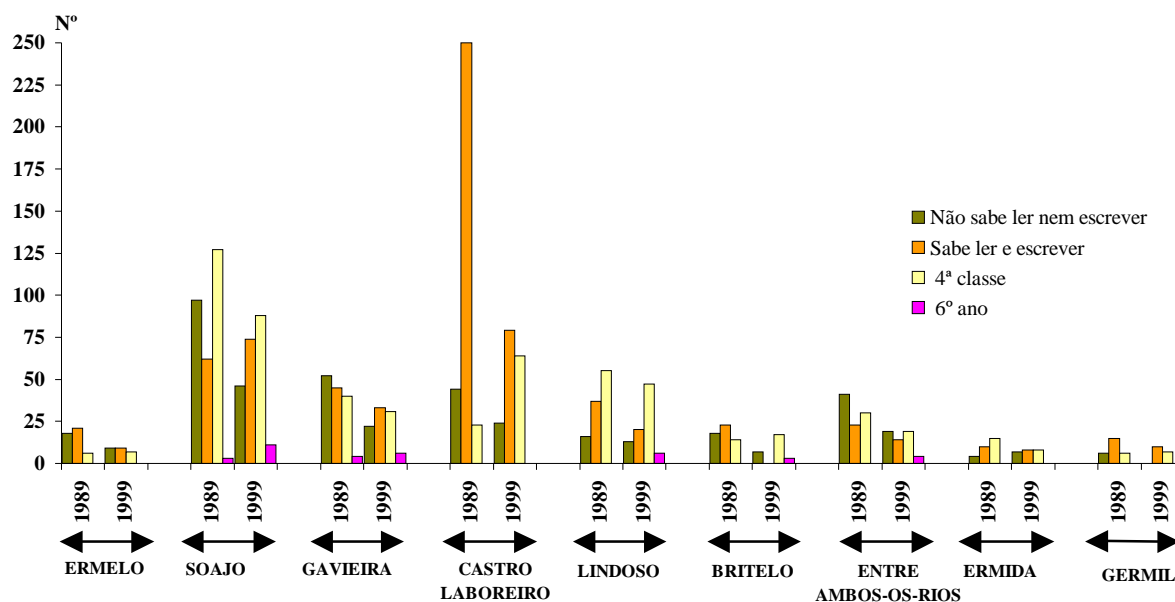
¹⁴⁶⁸ - Nos socacos debruçados sobre o Lima, precisamente, no Escachoal, encontramos em Agosto de 2003, uma exploração por conta própria, voltada para a monocultura da vinha, em início de produção.

¹⁴⁶⁹ - Além das monoculturas da vinha na Igreja, acresce uma outra vinha na aldeia de Sobredo.

Em Entre Ambos-os-Rios, na aldeia da Igreja, outra pequena mancha de monocultura da vinha, mesmo junto ao rio Lima, encontravam-se, no Verão de 2003, em fase de desenvolvimento.

Do efectivo dos agricultores, incluindo o reduzido número com iniciativa empresarial, não se pode dissociar o grau de escolarização, que caracteriza o universo em causa (Fig.147).

Fig. 147 – As freguesias lusas: Grau de instrução dos produtores singulares (1989, 1999)



Fontes: R.G.A., 1989, 1999, I.N.E., Lisboa.

Se há o predomínio dos agricultores que "sabem ler e escrever", lembramos, que são indivíduos, que não possuem qualquer diploma escolar e que a destreza foi adquirida através de uma aprendizagem justificada pela necessidade imperiosa em transmitir sentimentos¹⁴⁷⁰, ideias e outros conhecimentos.

Ora, o grau de literacia do agricultor luso e da área em estudo integra-se no quadro de factores, que contribuem para o estágio de uma agricultura, que enfrenta as graves dificuldades inerentes às áreas de montanha e transfronteiriças, embora enquadrada numa área protegida.

De facto, a leitura baseada nos elementos estatísticos oficiais e publicados, associados à nossa investigação junto das populações, leva-nos a inferir que os *solos cultivados*, na primeira década do séc. XXI, mesmo em moldes tradicionais, são esparsos, pois, na paisagem emergem, ou, os espaços diluídos nos silvedos e matagais, ou, as parcelas revestidas pelas

¹⁴⁷⁰ - Por curiosidade, lembramos um septuagenário, residente em Adrão, no Soajo, em 2000, quando se confrontou, em França, nos anos cinquenta, com o facto de não saber escrever, ao querer mandar notícias à namorada, que tinha ficado na aldeia. Para ultrapassar o obstáculo, pediu a um amigo e companheiro de *caserna*, que lhe indicasse num jornal desactualizado, as palavras que queria transmitir, por escrito, à eleita. Uma vez seleccionadas pelo amigo, há que as copiar letra, por letra, e enviá-las para "a terra". Este exercício repetitivo efectuado ao longo de anos foi suficiente não só para ler o que lhe desperta a atenção, como escrever aquilo que precisa.

forragens espontâneas, para o corte do feno, frequentemente, ladeadas pela vinha tradicional que, teimosamente, se esforça em persistir, restando as localizadas próximo do povoado, que, a par dos fenos, são matizadas, no período estival, pelo milharal, como a testemunharem que, ainda, se pratica a "velha" agricultura (Figs. 131 e 132, pp. 609 e 621).

Contudo, recordamos que a actividade decisiva na economia das populações era a criação de gado de pastoreio. Sem nos querer repetir, pois entendemos, já, ter questionado suficientemente a problemática, relembramos, que na primeira década do séc. XXI os ruminantes desapareceram na maioria das aldeias, com excepção para algumas explorações de caprinos, como em Cunhas, em Bouzadrigo, em Parada do Monte, por exemplo, ou, para a criação "tradicional" na Ermida, em Germil e Lourido, ou, na Fraga e na Pereira. (Figs. 106 e 107, pp. 499 e 501).

Os ovinos, sempre, criação "tradicional" encontrámo-los, com mais evidência nas aldeias castrejas, na Ermida e na Pereira (Figs. 106 e 107, pp. 499 e 501).

Se os bovinos em muitas das aldeias tiveram uma evolução positiva muito acentuada, noutras, simplesmente, desapareceram. Além disso, subsistem de um pastoreio nas chãs da *serra*, na época de condições climáticas mais amenas, entregues a si mesmos e à sorte em encontrar a pastagem mais succulenta, enquanto no período chuvoso e de inverno *descem* à aldeia e sobrevivem das forragens e fenos que crescem, de um modo generalizado, pelos *velhas* parcelas da cultura cerealífera.

Os seus donos, maioritariamente anciãos, estão confiantes, pois, no Verão, apenas, de quando em vez, *sobem* a fim de verificar se não foram atacados pela fera, ou, não tiveram qualquer acidente, enquanto no Inverno se limitam a *metê-los* na parcela das forragens, ou, a orientá-los pela berma da estrada, pois o *rendimento está garantido pelo subsídio* que recebem no âmbito comunitário de apoio às espécies endógenas.

Pastagens extensivas distribuídas, ou, entre as manchas de pinhais, ou, pelas extensas áreas queimadas, cobrem a *serra* em núcleos esparsos constituídos por espécies rijas em função dos longos anos de crescimento, não havendo preocupação em garantir ao animal um bom pasto.

Espaços integrados em área protegida, o Parque Internacional Gerês/Xurés, pressupor-se-ia que fossem aplicadas um conjunto de medidas, pelo menos, no foro da preservação ambiental.

Perante um quadro sombrio no *modus vivendi* actual, não é de mais recordar que se a cultura cerealífera, a do milho e, ou, a do centeio, em simultâneo com uma pastorícia, que depende, principalmente, das pastagens espontâneas e distribuídas pela *serra*, foram

determinantes na organização territorial dos espaços em estudo, assim como nos modos de vida das respectivas comunidades, o equilíbrio ambiental de este Lima de raia exige, desde já, entre outros aspectos, a reorganização da agro-pastorícia.

Estamos convictos que um dos vectores de desenvolvimento dos espaços e paisagens em estudo que estudamos terá, de modo inquestionável, incidir na actividade multissecular, a agro-pastorícia, mas, em moldes que garanta a sua sustentabilidade, além da atracção de outras comunidades com hábitos culturais distintos, como a urbana.

Todavia, exige, em primeiro lugar, um reordenamento da *serra*, entendida como todo o espaço em estudo, incluindo as próprias povoações, que exige, em primeiro lugar, um combate efectivo aos fogos florestais, que ultrapassa a simples acção dos bombeiros *em apagar o fogo* localizado no tempo e no espaço.

Que manchas silvícolas se adaptam à especificidade das aldeias e altos cimos de uma serra da Peneda, do Labreiro, ou, da Amarela? Que rechãs reúnem condições para a proliferação de pastagens de acordo com as espécies em pastoreio? Que tipo de pastagens a incrementar de acordo com a manada, ou, com a *rês*, ou, os ovinos? Que culturas e técnicas a adoptar nas "velhas" parcelas, as *leiras* e os *barbeitos*, que reunam, de facto, condições para a produção agrícola?

Como recuperar a aldeia agrícola? As eiras, as cortes de animais, a maioria dos espigueiros, as tradicionais adegas, os palheiros, além de a própria casa agrícola.

Como recuperar os *currais* e os *poulos*, as *cabanas* e os *cortelhos*, ou, os *fojos*? Como recuperar uma rede viária que, desde sempre, interligou as aldeia aos lugares mais recônditos da *serra*?

Que tipo de acções a estabelecer com outras comunidades, nomeadamente as urbanas?

Que direitos a dar à população envolvida, mas, também, que deveres lhes são exigidos? As condições dependentes, por exemplo, da atribuição do conjunto de Medidas Compensatórias, implementadas pelo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2000-2006, das quais salientamos, as Medidas Agro Ambientais, respondem, de facto, à peculiaridade das comunidades envolvidas?

Quem faz a gestão ordenada de estes territórios? Nos dias de hoje, em 2004, uma gama de organismos distribuídos pelo Parque Nacional da Peneda/Gerês, pelo Parque Natural da Baixa Limia/Serra do Xurés, pelos Gabinetes das diferentes Câmaras Municipais, pelas diferentes Associações de Bombeiros, pelas entidades responsáveis pela sanidade animal, pelas autarquias locais, nomeadamente as próprias Juntas de Freguesia, todos eles distribuídos

por ministérios tão diferenciados como, no caso português, o da Agricultura, do Ordenamento do Território e Ambiente, ou o da Administração Interna.

Esta estrutura organizacional "pulverizada" poderá, de facto, responder às problemáticas efectivas de uma agro-silvo-pastorícia, que se pretende integrada nas características efectivas dos territórios?

Somos de opinião, que o primeiro grande problema que as comunidades e respectivos territórios enfrentam é conseguir um só corpo responsável pela gestão integrada dos espaços agro-silvestres.

Apenas de este modo se evitarão, a exemplo dos nossos dias, o corolário solto de medidas com resultados muito nefastos, porque são defasadas e descoordenadas no tempo, no espaço e nas comunidades.

As populações têm o direito em conhecer a entidade, personificada num rosto, e responsável pelo desenvolvimento dos seus espaços agrários e silvestres, para assim, lhes ser possível contactá-la, pedir-lhe esclarecimentos, além de a responsabilizar pelas consequências, quer positivas, quer negativas, da aplicação de um, ou, vários planos de ordenamento.

Por outro lado, as comunidade tornam-se responsáveis na aplicação de um conjunto de medidas, razões suficientes para que aos respectivos membros seja pedido e exigido um conjunto de deveres, os relacionados com o progresso da sua *serra*, a que nunca se recusaram, nem alhearam, lamentando, apenas, que são esquecidos e nunca ouvidos nas decisões tomadas.

Conclusões reflexivas

Nas margens ribeirinhas do Lima são as vertentes, de pendor acentuado, que suportam as plataformas com as parcelas de cultivo, sempre de dimensão reduzida e dispostas como que em anfiteatro, ostentando, umas, as novas plantações de vinha, como em Entre-Ambos-os-Rios, Britelo e Caballeiros, e a cultura tradicional do milho graúdo rodeado pelas parras, como no Lindoso e no Soajo, outras, as afamadas laranjeiras de Ermelo, ou, as estufas de Quintella, enquanto a maioria, o *paul*¹⁴⁷¹, isto é, as ervas em crescimento livre e espontâneo que, ou, são cortadas, no início do Verão, para alimento dos animais de pastoreio durante o Inverno, ou, simplesmente, constituem verdadeiros silvedos e matagais. (Fig. 3, p. 37; Figs. 137, 138 e 140, pp. 693, 695 e 699).

¹⁴⁷¹ - Designação que as populações atribuem aos terrenos, outrora meticulosamente cultivados e, actualmente, deixados de *velho*, isto é, por amañhar.

Estas, as áreas de *paul*, eram áreas cerealíferas, que em 2003 e em muitos dos casos se encontram bem salpicadas pela construção nova, que envolve o núcleo ancestral. Contíguo e subindo em altitude, surgem as manchas de pinhais, em 2003, muito atingidas pelos fogos de Verão, que cedem lugar, a cotas mais altas, às urzes, carquejas e torgas, também, alvo de grandes incêndios, de quando em vez, interrompidas, ao longo das *corgas*, pelas manchas de folhosas, que se esvaem ao encontro da rocha desnudada, que encima e coroa a *serra*.

A desembocar no rio Lima, surgem importantes linhas de água, em cujas bacias se desenvolveram núcleos populacionais de suma importância na humanização da área em estudo.

Em pleno coração da serra da Peneda, são os campos de cultivo, mas de menor extensão, relativamente, aos “ribeirinhos” do Lima, que mais se evidenciam, em redor dos respectivos lugares, com planta de contornos, também, mais reduzidos e com as casas mais apinhadas, como em Rouças, no Baleiral, ou, nos Ribeiros, o de Cima e o de Baixo (Fig. 3, p. 37; Figs. 141 e 142, pp. 703 e 709).

Destacamos o lugar da Peneda, que, devido ao fenómeno religioso, apresenta imponentes construções, mas cuja planta não difere da dos restantes lugares (Fig. 3, p. 37).

Estamos perante núcleos rodeados pelas *velhas leiras* de cultura, apenas, salpicadas em 2003, por tímidas parcelas de milho que se continuam, em altitude, pelos pinhais, actualmente, muito destruídos pelos incêndios, mas, que conduzem, através das extensões de lande, aos cimos altivos, em que rocha austera e desafiadora domina (Figs. 141 e 142, pp. 703 e 709).

A altitudes próximas dos 1000 metros e dispersas na paisagem surgem os núcleos residenciais *sui generis*, em torno dos quais se dispõem as parcelas de cultivo, outrora, intensamente ocupadas pelo centeio e pela batata, hoje, pelos fenos e giestais, mas, onde o fluxo de pessoas e animais continua a ser intenso, pois como o efectivo de gado¹⁴⁷² é, relativamente elevado, todos os apoios e cuidados, que a *barrosã* exige, continuam a ser prestados, predominantemente, a partir das Busgalinhas, Junqueira, Gorbela, S. Bento do Cando, ou, Bouça dos Homens, *sítios* voltados para as pastagens mais altas (Fig. 142, p. 709).

Pastagens, outrora, fortemente percorridas e consumidas pelos animais de pastoreio, cuja importância, ainda, se pode avaliar, através dos *poulos* e *fojos* disseminados, apesar do abandono a que foram votados.

Bacia do Labreiro, que se distingue, na secção a montante, pelo *planalto* e pelas reduzidas extensões de solo arável das vertentes encaixadas, que eram ocupados pelas culturas

¹⁴⁷² - Designação, que as populações atribuem ao gado bovino.

de sequeiro, a do centeio, pois as condições climáticas não permitem o desenvolvimento da cultura principal dos sécs. XIX e primeira metade do XX, a do milho *grosso* (Fig. 141, p. 703).

Extensas manchas de giestais interrompidas pelos *campos* de feno, substituem os antigos *barbeitos* em que se cultivava o centeio e a batata, além dos *prados* que se distribuía pelas bacias das *corgas*, quando a acção da gravidade permitia o regadio

No *planalto* desenvolvem-se as extensas áreas de lande, enquanto, a sudeste, emergem blocos de granito, imponentes na forma e no porte, dos quais se destaca o *penedo* de Anaman.

Prados do planalto que, apesar da visibilidade dos marcos da fronteira, são pastagens comuns dos *gados* castrejo e galego, além de ouvintes silenciosos das conversas amistosas entre os castrejos, que, diariamente acompanhavam os respectivos gados, e os galegos de Vencéans, San Xés e da Fraga, que, esporadicamente iam *ver como estavam* as suas *rubias*¹⁴⁷³ (Fig. 3, p. 37; Fig. 141, p. 703).

Além da cabeceira do Laboreiro, desenvolve-se, em pleno *planalto*, a bacia do Acebedo/Montaña, cujos olhos de água, que constituem as respectivas nascentes, se encontram na mesma chã, a uma distância muito próxima, distinguindo-se pela acção da gravidade, apenas, perceptível, nas direcções tomadas pelos respectivos “fios” de água¹⁴⁷⁴ (Fig. 3, p. 37).

No vale do Montaña (Fig. 3, p.37), a exemplo da bacia do Agro, os espaços de cultura de outrora em que dominava uma policultura intensiva de regadio, são nos primeiros anos do novo século solos desocupados, com o desenvolvimento de uma vegetação herbácea, espontânea e a proliferação dos silvedos, à excepção das manchas reduzidas, que são roçadas, por causa do feno utilizado na alimentação, durante Inverno, do *gado*.

Como em toda a área em estudo, interrompem as parcelas de cultivo, manchas de pinheiros, que cedem lugar, à medida que se sobe, às áreas de lande, que terminam pelos cimos dos rochedos imponentes do granito.

Patamares cobertos por solos com aptidão agrícola envolvidos por “andares” de vegetação observam-se, também e a *grosso modo*, no vale do Grou.

Ambas as margens são matizadas por autênticos “rosários” de povoados envolvidos pelas respectivas parcelas de cultivo, que terminam, praticamente, no Lima, isto é, na secção terminal do rio, que os organizou.

¹⁴⁷³ - Raça de gado bovino na Galiza.

¹⁴⁷⁴ - Perante a planura da chã em que se encontram as nascentes do Laboreiro e do Acebedo, nos dizia um habitante, em Maio de 2003, “por que é que os antigos não desviaram, com uma simples sacholada este veio de água para Castro? Foi mesmo querer deixar ir para o outro lado...”

Não podemos deixar de referir, ainda na secção jusante do Grou, as manchas de cerejeiras e de vinha, que, outrora, cobriram os solos e, actualmente, substituídas pelos eucaliptos e pinhais, ou, muito simplesmente, deixadas à mercê dos arbustos e ervas daninhas.

Se são similares as condições geomorfológicas e ambientais, que envolvem o vale do Grou, as populações foram sensíveis às alterações biogeográficas, nomeadamente, a altitude e exposição solar, manifestadas nas coberturas vegetais, isto é, na *riqueza dos montes*. Assim, quando a criação de gado era a maior fonte de subsistência, na margem esquerda, a par de um bom efectivo de gado graúdo, existiam os rebanhos, quase só de ovelhas, os animais mais exigentes no tipo de pastagens, que contrastavam com os das aldeias de San Xes, também, muito numerosos, mas, quase e, apenas, de cabras¹⁴⁷⁵, animais parcos na alimentação (Fig. 106, p. 499).

Uma situação de abandono generalizado das antigas manchas cultivadas, estende-se a toda a Limia¹⁴⁷⁶, não se "afastando" a secção jusante do Salas e bacias de Caballeiro, Lobios e Caldo (Fig. 3, p.37).

Esta paisagem não difere, em muito, da encontrada em plena serra Amarela, com uma ampla área matizada por parcelas, outrora cultivada, hoje, votada ao abandono e a ser povoada com tufos de giestas e silvas.

Contudo, a Ermida, como que debruçada sobre a secção montante da *corga* de Froufe, persiste em resistir à tendência geral de este Lima raiano, ao apresentar, em 2003, a *veiga* "muito" cultivada e a manter a tradição na criação de gado, miúdo e graúdo, apesar das mutações das últimas décadas (Fig. 136, p. 689).

Numa leitura sinóptica sobre o espaço rural em estudo, evidenciamos fragmentos de paisagem, como as rechãs, a altitudes variadas, que acomodam as povoações, sempre envolvidas pelas áreas de culturas, hoje, predominantemente devolutas, os povoamentos de folhosas e resinosas, aquelas, as folhosas, no fundo dos valeiros, como que a proteger os campos de feno, que se desenvolvem a seus pés, enquanto, estas, as resinosas, se estendem por vastas áreas, parecendo ir ao encontro da lande, que prolifera a altitude mais elevada, além das formas agrestes e sumptuosas dos granitos, nos altos cimos, como a coordenarem os movimentos e fluxos na *montanha* materializados na densa rede viária, caminhos, carreiros e sendas, que, ao rasgar, com uma densidade elevada, os maciços montanhosos, aproxima todos

¹⁴⁷⁵ - (...) Em Sr^a Cruz, na Vila, Quintas..., o monte era extenso e bom, com muitos pastos de feno, enquanto nas aldeias de San Xes mal se saía do povoado aparecia o monte com muitos penhascos, e só as cabras eram capazes de subirem em semelhantes áreas fragosas. Era preciso andar muito para se ter um pasto (...).

Assim nos comentavam residentes de Gaias, Carreiras, Baldemir e Sabariz, em Junho de 2003.

¹⁴⁷⁶ - Podemos dizer que, em toda a área ribeirinha do Lima, são a tónica comum, em 2003, as antigas áreas cultivadas em que se praticava uma policultura intensiva, estarem votadas, desde há décadas, ao abandono, como, por exemplo no Valoiro, Herdadiña, Xendive e Torno, ou, Compostela e Aceredo.

os sítios de este Lima raiano, como, por exemplo, as *poldras* dos rios Labreiro e Cabril às *lapas* e *poulos* da Peneda, ou, aos *currais* e *cabanais* da Amarela e do Quinxo, atribuindo-lhe a identidade, que o especifica, segundo nossa opinião, como único e inédito (Fig. 120, p. 543).

Paisagem agro-silvo-pastoril palco de actividades tradicionais em decadência desenvolvidas por actores, maioritariamente envelhecidos, que já não possuem forças para *subir à serra* e vigiar a *fazenda*, mas, que se consideram agricultores, pois possuem *terras*, mesmo que seja o pequeno quintal, e distinguem o "agricultor de facto" através da posse de gado bovino.

Espaços raianos de um Lima enquadrado pelas normas do Parque Internacional Gerês/Xurés, que se dizem protectoras da qualidade de vida e da conservação do património, que povoam a *serra* com animais devoradores do gado e devastadores dos milharais, que concedem indemnizações, quase sempre tardias ou, então, já anuladas, como era o caso das recompensas das parcelas de milho devastadas pelo javali que, na calada da noite, desce ao povoado para se servir do repasto que, com esforço, foi cultivado pelo agricultor.

Lima raiano cujo desenvolvimento sustentado exige, em nossa opinião, o desenvolvimento da agro-pastorícia em moldes de atrair e fixar os seus residentes, além de permitir a melhoria da qualidade do seu ambiente, o garante de outras actividades, nomeadamente a turística e a de lazer.

Para quando uma gestão dependente de um único poder decisão, capaz de rentabilizar de modo integrado e de acordo com os interesses das populações, lusas e galegas, as potencialidades de que o Lima em estudo é tão profícuo, a agro-pastorícia, o ambiente e as actividades do turismo e do lazer?

Capítulo 7 – Amenidades e espaços de oportunidade

Introdução

A marginalidade político-geográfica da área em estudo agravada pela crise profunda da agro-silvo-pastorícia dos meados do séc. XX estimulou, nas últimas décadas, o êxodo massivo das famílias para as áreas metropolitanas, principalmente de Lisboa e Barcelona, para os países europeus em desenvolvimento no após II Guerra Mundial, rompendo-se, assim, equilíbrios ambientais, sociodemográficos e económicos secularmente implementados.

Factores suficientes para se justificar o fraco estágio de desenvolvimento em que estes espaços se encontram, a que se acrescenta a interdependência que, entretanto, se criou entre a marginalidade geográfica geradora de despovoamento que, por si, contribuiu para o abandono das parcelas cultivadas e das áreas de pastagens, que intensifica, por sua vez, uma outra marginalidade, a económica e a social, levando, pelo menos em termos relativos, ao acentuar das situações de subdesenvolvimento.

Em que medida estas imagens do Lima raiano são adequadas aos primeiros anos do séc. XXI, quando grande número dos naturais regressaram, embora mais velhos, e investimentos avultados foram efectuados na residência nova, ou, totalmente reconstruída, apesar de muitos dos seus proprietários, apenas, a habitarem durante um dos meses de Verão? Ou, a rede de estradas com bons pisos, embora estreitas e sinuosas, aproxima o lugarejo mais recôndito à respectiva sede do concelho e, assim, de imediato, aos centros urbanos mais próximos, Braga, Viana do Castelo e Ourense?

Ora, se é verdade que os factores, que no início apontámos, não podem ser menosprezados, se é verdade que a respectiva interdependência, de cariz vicioso, tem que ser levada em conta, pois permite-nos uma compreensão de todo um processo histórico, que conduziu à realidade actual, também é verdade, que as intervenções adequadas e justas para o espaço raiano em estudo, têm de ser capazes de, simultaneamente, abrirem espaços para a emergência de outras perspectivas e horizontes.

Assim, o recuo no tempo, que nos preocupámos em fazer ao longo da investigação, permite-nos questionar se o grande problema do Lima raiano de hoje, não se traduzirá, propriamente numa consequência das situações de isolamento e deficiente acessibilidade do passado, mas resultará, precisamente das dinâmicas específicas do presente.

Presente, que deverá ser entendido pela existência de territórios não integrados em redes com significado económico, cultural e social, ou seja, pela existência de territórios

insularizados, extensivamente caracterizados por uma baixa densidade relacional e informacional.

Partindo destes pressupostos, as atenções ter-se-ão que concentrar na marginalidade socioeconómica resultante da "velha" interdependência, que é viciosa e que acabámos de abordar, apenas, combatida com resultados favoráveis, quando se privilegiam a intervenção activa e coordenada dos moradores, das instituições e organizações, os agentes, que estimulam e constróem, ou, pelo contrário, contrariam o desenvolvimento de estes espaços e paisagens raianas.

Mais grave, porque mais decisiva, do que a baixa pressão física, resultado dos processos de despovoamento, é a grande dificuldade da maioria dos residentes de este Lima raiano em se actualizarem, em se organizarem, ou, em partilharem esforços, de modo a melhorar a sua qualificação, ou, porque a idade é avançada, ou, porque os graus de literacia e cultural entram a mudança e a inovação. Situação de gravidade que se poderá, também, entender pelo facto das entidades responsáveis, autárquicas e do poder central, não assumirem o papel, que lhes é devido, impulsionar e motivar os actores directamente interessados na aquisição de destrezas, que lhes permitam combinar recursos externos ao próprio território com a valorização dos recursos endógenos.

O trabalho que desenvolvemos ao longo dos cinco anos, junto dos verdadeiros interessados, os residentes, lusos e galegos, permitiu-nos aferir um desânimo e descrença num futuro promissor, que se estendem a todo o universo em estudo, apesar do potencial de desenvolvimento, que facilmente se pode constatar.

Entendemos que este Lima raiano, embora integre um espaço económico e social caracterizado, quer por fragilidades e potencialidades similares, quer por relações de colaboração e intercâmbio reforçadas nos últimos anos pela geração das novas políticas¹⁴⁷⁷ resultantes da entrada conjunta de ambos os países na Europa desenvolvida, porque permanece o limiar político a dividi-lo, serão os projectos a implementar, no âmbito socioeconómico, ambiental e no quadro de cada país, que poderão, num futuro próximo, estabelecer a diferença nos ritmos de desenvolvimento dos territórios de cada nacionalidade.

¹⁴⁷⁷ - A colaboração inserida em programas específicos, de iniciativa comunitária, como o I.N.T.E.R.R.E.G. I, II e III.

7.1. Recursos e potencial de desenvolvimento

7.1.1. O complexo hidroeléctrico do Lindoso

Lima raiano que no início do séc. XX atraiu investimentos avultados "simplesmente" porque o encaixe da bacia do rio Lima associado ao volume do caudal da respectiva rede hidrográfica eram favoráveis à implementação de um importante aproveitamento hidroeléctrico, o do Lindoso, as *Quedas do Lindoso*, cuja concessão foi outorgada pelo monarca Carlos I, em 1907¹⁴⁷⁸ e utilizada pela *Sociedade Anónima Electro del Lima*¹⁴⁷⁹.

O empreendimento construiu-se no longo período de 1908 a 1922¹⁴⁸⁰, ano em que se iniciou o funcionamento, sendo considerado na época o maior aproveitamento hidroeléctrico português¹⁴⁸¹.

As *Quedas do Lindoso*, alvo de sucessivas ampliações, foram praticamente desactivadas com a edificação de um novo empreendimento, o do *Alto do Lindoso*¹⁴⁸², o mais potente centro produtor hidroeléctrico instalado em Portugal, a funcionar desde 1992.

Mas, mais que historiarmos a implementação faseada das instalações do maior centro produtor de energia em Portugal, debruçemo-nos sobre os impactes no ordenamento da paisagem e nos hábitos das populações.

O aproveitamento hidroeléctrico do Lindoso, um dos mais antigos do País, surgiu num período em que o fenómeno da industrialização em Portugal era, ainda, muito incipiente, pelo que, de início, foi projectado com muitas limitações, motivos que justificaram as sucessivas ampliações das instalações, de acordo com a crescente procura de energia, justificada pela evolução socioeconómica do País.

Em termos de "obra de arte", que emergiu na paisagem, salientamos a *presa* de água, ou, melhor, a barragem, que se localizava na aldeia do Castelo, da qual emanava o canal de

¹⁴⁷⁸ - " (...) tendo-me sido presente o requerimento em que Justino Antunes Guimarães, natural de S. Salvador de Briteiros concelho de Guimarães districto de Braga e Jesus Palacios Ramilo, natural de Ribadavia, provincia de Orense do reino de Hespanha pedem para lhes ser concedido o aproveitamento da água do rio Lima, fazendo uma derivação no sitio da Costa do Fajo na freguesia do Lindoso, do concelho de Ponte da Barca no districto de Vianna do Castelo para criação de força motriz (...)

Alvará de concessão do Aproveitamento hidroeléctrico no rio Lima, de 14-2-1907, publicado no Diário do Governo nº 40 de 20-2-1907.

¹⁴⁷⁹ - Constituída por escritura pública de 19 de Maio de 1908.

¹⁴⁸⁰ - Teriam sido muitas as dificuldades encontradas, desde as financeiras às inerentes à I Guerra Mundial, período de quatro anos com grandes problemas, por exemplo, na importação dos equipamentos.

¹⁴⁸¹ - Por curiosidade, o empreendimento iniciou o funcionamento com a potência instalada de 8 750 MWA, valor muito respeitável para qualquer país europeu naquela época.

No último período da construção, de 1918 a 1922, foram erigidas as centrais receptoras de Braga e Freixo (Porto) e concluiu-se a montagem da linha de transporte de energia Lindoso-Braga-Porto a uma tensão nominal de 75 KW sobre postes de madeira.

Paralelamente a esta linha, a uma distância entre 150 a 250 metros, foi montada uma outra, a telefónica, também sobre postes de madeira; um, para intercomunicações de centrais, outro para o serviço dos guardas de linha.

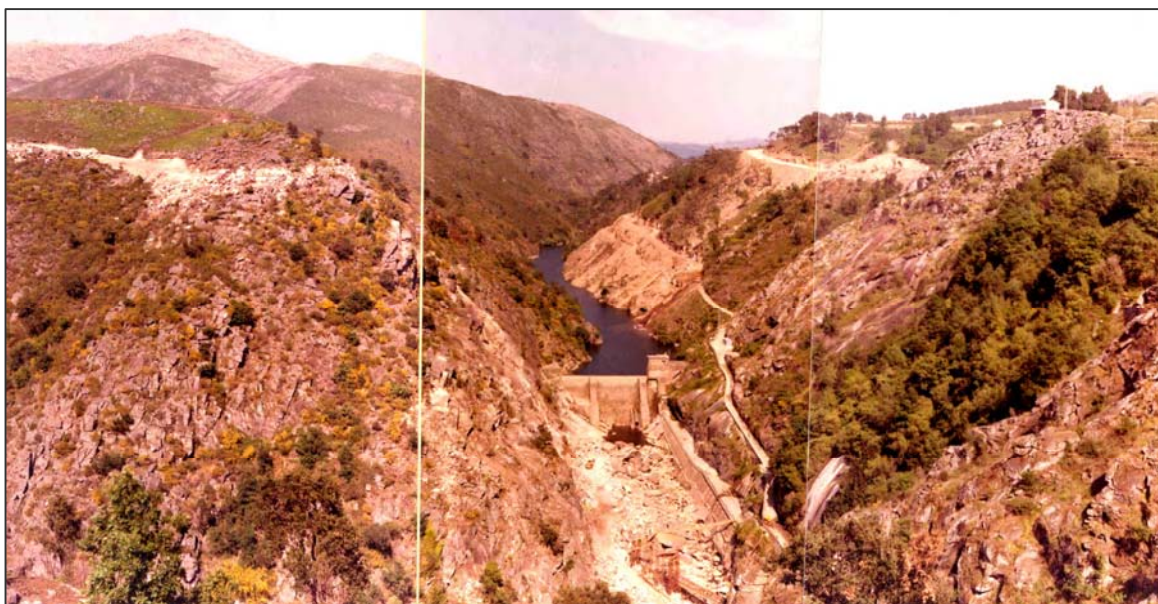
Em 10 de Abril de 1922 a energia chega à central receptora do Freixo, de onde centenas de KWA são emanados para Vila Nova de Gaia.

Em Setembro de 1923 inicia-se a distribuição na cidade do Porto, devido a um protocolo com a respectiva Câmara Municipal.

¹⁴⁸² - O empreendimento do Alto do Lindoso constitui, juntamente com o empreendimento de Touvedo, de dimensões mais modestas, o complexo de produção de energia hidroeléctrica do rio Lima.

derivação¹⁴⁸³, que conduzia o caudal¹⁴⁸⁴ até Paradamonte (freguesia de Britelo), aldeia em que se localizam o depósito de extremidade¹⁴⁸⁵, que os populares designam pelo *embalse*, em pleno núcleo "antigo" da aldeia, a chaminé de equilíbrio, as respectivas condutas e canais de ligação, e a Central¹⁴⁸⁶ (Fig. 148).

Foto 39 - Represa do Lindoso: vista geral da situação do local da barragem obtida de jusante, panorâmica em três partes, Abril de 1982



Fonte: *Imagens Alto do Lindoso*, E.D.P., Produções E.M., Porto.

A grandiosidade e a dimensão da área, que o complexo do Lindoso abrangeu, implicou alterações profundas, não só no direito jurídico da propriedade, como no usufruto, por parte das populações, de bens de utilização em comum, os moinhos, as *levadas*, as águas de rega e de consumo doméstico, por exemplo.

Desde logo, se tornaram necessárias negociações, por um lado, com os proprietários de *terrenos* e com os *consortes* de moinhos, das *levadas* e fontes públicas, por outro, com as Autarquias na cedência de áreas consideradas *de baldio*, caminhos e fontes de utilização pública, tudo, em princípio, acordado, com as devidas indemnizações. Negociações, por vezes árduas e difíceis, que se resolveram nas barras dos tribunais¹⁴⁸⁷.

¹⁴⁸³ - Escavado em rocha, na bacia vertente da margem esquerda, tem um comprimento de 6 781, 42 metros, dos quais 4 310, 80 metros em 19 túneis e 2 470, 62 metros a céu aberto.

¹⁴⁸⁴ - A velocidade média da água era, de início, de 2,33 m/segundo e o caudal máximo de 8m³/segundo, que após obras de ampliação, passou, em 1944, para um caudal máximo de 30m³/segundo.

¹⁴⁸⁵ - O depósito de extremidade foi construído em 1947, com a capacidade bruta de 180 000 m³, dos quais 160 000 m³ úteis, no resultado das ampliações sucessivas, que tinham sido efectuadas e que a "velhinha" câmara de carga, já não suportava.

¹⁴⁸⁶ - Complexo formado por dois edifícios, um em forma de L com um corpo de 55x13 m e outro de 19,5x10 metros.

¹⁴⁸⁷ - *Livro de Actas da Assembleia de Freguesia* de 3 de Maio de 1932, Cartório da Junta do Lindoso, Lindoso.

**Fig. 148 - Paradamonte: O impacto da Electro del Lima na organização espacial
(primeira metade do século X)**

Uma das obras que grandes transtornos trouxe à vida quotidiana dos habitantes foi a construção do canal de derivação, pois é um canal que não se limitou à condução simples do caudal do rio Lima, desde o Castelo do Lindoso a Paradamonte, mas à captação das exurgências e linhas de água, que ia "encontrando", do que resultou o "desaparecimento" de volumes acentuados de água para rega, além da eliminação de fontes, como, por exemplo, a fonte do lugar de Cidadelhe.

Além dos prejuízos, grandes transtornos lhes eram inerentes, uma vez que as populações, através da respectiva autarquia local, tinham, em primeiro lugar, de demonstrar a relação entre a construção da obra e o desaparecimento dos débitos de água, em segundo lugar, acordar um entendimento, que passava, sempre pela reposição de um volume semelhante ao do aquífero, ou, de novas fontes, além de uma indemnização dos danos causados.

Indemnizações, que não se limitariam à reposição, noutra lugar, dos imóveis destruídos e a prestações pecuniárias, mas poderiam incluir a construção de obras de interesse público, como, por exemplo, em Parada, a participação, na construção de uma escola primária.

As grandes modificações verificaram-se na aldeia em que se instalou o centro produtor de energia hidroeléctrica, a *Central do Lindoso*, em Paradamonte, pela extensa área de *balديو*, utilizada como parte integrante da exploração silvícola em comum do lugar, que abrangia toda a vertente declivosa e sobranceira ao rio Lima, que a Empresa adquiriu para a instalação não só da Central, como dos equipamentos inerentes ao próprio complexo hidráulico (Fig. 148).

Como restou um vasto espaço não utilizado, este foi dividido em talhões para construção de habitações, entregues às famílias trabalhadoras na Empresa, na maioria oriundas de outros concelhos, ao que se juntava, de início, uma parcela de 1 000 m² para cultivo¹⁴⁸⁸.

Desta política "colonizadora" resultou uma paisagem em terraços matizados pelas casas que se distanciam, com formas estreitas e alongadas, suportados pelos socalcos fortes e volumosos, a "terminar" no rio Lima, onde, na primeira década do séc. XXI, predominavam extensas áreas de *paul*.

Em termos da política de habitação adoptada pela Empresa, destaca-se pela traça urbana, o Bairro para os funcionários com o estatuto mais elevado, hoje identificado como o *Bairro da EDP* e cujos moradores, são, quase todos octogenários (Fig. 148).

¹⁴⁸⁸ - Esta área de cultivo, caso fosse devidamente amanhada, poderia ser, no final de períodos trienais ser, sucessivamente acrescida de "novas" áreas com 1 000m², caso a entidade fiscalizadora, confirmasse o devido aproveitamento agrícola.

Próximo do *bairro das vivendas*, foi construída uma escola¹⁴⁸⁹, para os filhos dos trabalhadores, actualmente um Jardim Infantil e, um pouco mais distante, uma Capela¹⁴⁹⁰.

Em Paradamonte, destaca-se o núcleo de cultura e lazer¹⁴⁹¹, essencialmente constituído pelo campo de férias, pela pousada, pelo edifício com a sala de espectáculos¹⁴⁹², ainda, designada pela *casa de cinema*, em que eram passados filmes todos os fins-de-semana e o salão para reuniões e jogos, os campos de futebol, voleibol, patinagem e ténis, a piscina, tudo envolto em jardins, outrora, meticulosamente tratados¹⁴⁹³.

Oferta de equipamentos que distinguia Paradamonte de todas as aldeia em redor, ou melhor, inclusive a sede do concelho, que *não tinha sala de cinema*, o que deixava muito orgulhosos todos os residentes.

Mais importante que os equipamentos, era o mercado de trabalho, sempre assegurado, pois, além dos funcionários e trabalhadores do quadro, existia o grande grupo dos indiferenciados, maioritariamente analfabetos, os assalariados em condições extremas de precariedade¹⁴⁹⁴.

Quando chegámos a Paradamonte, em 2000, ficámos surpreendidos pela admiração e carinho, que os residentes, ainda, demonstravam pelos responsáveis da "velhinha" *Electro del Lima*, os *grandes fomentadores de emprego, bem-estar e lazer*.

Grande impacto, como não é de estranhar, verificou-se nas vias de comunicação, com a construção da estrada de Ponte da Barca a Cidadelhe, para mais tarde ser prolongada até à fronteira, na Madalena. Além disso, com a construção do "braço" que faz a ligação da estrada nacional à Central, muito próxima da "ponte de arame"¹⁴⁹⁵, que ligava as duas margens do rio Lima, melhorou a acessibilidade do Soajo em relação a Ponte da Barca, em detrimento dos Arcos de Valdevez¹⁴⁹⁶.

¹⁴⁸⁹ - Inaugurada em 1948 substituiu aquela que funcionava desde os inícios do funcionamento da Empresa.

¹⁴⁹⁰ - A Empresa tinha para os trabalhadores posto médico, cantina inaugurada em 1956, com uma refeição gratuita para os filhos dos trabalhadores, que frequentassem a escola, como estímulo ao acto da matrícula.

¹⁴⁹¹ - Inaugurado em 1957.

¹⁴⁹² - Com uma capacidade para 205 pessoas.

¹⁴⁹³ - Segundo residentes nos comentaram, com muita saudade, (...) *no tempo da Electro del Lima todos os arruamentos da aldeia eram ladeados por jardins muito bem tratados* (...). Existia uma equipa de jardineiros, especificamente contratados, para que a aldeia estivesse, sempre ajardinada e limpa.

Foi com muito orgulho, que nos falaram nas sessões semanais de cinema, assim como da usufruição dos equipamentos de desporto e lazer, que a Empresa disponibilizava a toda a população.

¹⁴⁹⁴ - Grande grupo sempre disponível a trabalhar, mesmo dias contínuos, sem dormirem, quando, por exemplo era necessário transportar as grandes máquinas, com a utilização de animais de tracção, ou outro tipo de trabalho emergente, pois sabiam que, quando não houvesse, propriamente, trabalho *iam partir pedra sempre precisa* e, assim, não lhes faltava o orçamento diário.

¹⁴⁹⁵ - Ponte original, sustentada por quatro cabos de arame, daí a designação de "ponte de arame".

¹⁴⁹⁶ - (...) Dadas as distâncias que separam essa freguesia desta vila e os difíceis meios de comunicação que tem a servi-la, tudo quanto o Soajo produz e não consome é exportado para o vizinho concelho de Ponte da Barca que de braços abertos recebe o povo que lhe vai levar os géneros que lhe sobejam para aí adquirir aquilo que necessita.

E a Câmara desse concelho, reconhecendo os benefícios que auferia desse movimento comercial de vaivém, pensa em mandar construir uma ponte no sítio da Casa das Máquinas da Electro del Lima, em melhores condições de segurança e de trânsito do que as da conhecida ponte de arame, que hoje se encontra em precário estado (...).

Se na primeira década do séc. XXI, a população de Paradamonte recorda os tempos áureos e "amigos" da *Electro del Lima*, que vantagens, lhe trouxe, de facto, o empreendimento?

Por curiosidade, limitámo-nos a recordar, que a Empresa passou, logo em 1922, a abastecer em energia eléctrica, áreas dos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia, quando, por exemplo, na vila dos Arcos de Valdevez, apenas, se festejou a inauguração da luz eléctrica em 1925¹⁴⁹⁷.

Que investimentos, em termos de dinâmica territorial, foram incentivados nesta secção do vale do Lima pela presença de um empreendimento de semelhante envergadura?

A ampliação das instalações continuaram até 1953, período em que, já, se levantava a hipótese da implementação de um novo aproveitamento, o do "Lindoso Alto", que, após prolongados estudos, várias vezes interrompidos, culminaram com a construção das novas instalações, sob a égide da E.D.P.¹⁴⁹⁸, do maior centro produtor de energia eléctrica em Portugal, o *Complexo Hidroeléctrico do rio Lima* constituído pelos empreendimentos do *Alto Lindoso e de Touvedo*¹⁴⁹⁹, aquele, a funcionar, como já o referimos, desde 1992¹⁵⁰⁰.

Pelos impactes causados na paisagem ninguém pode ficar indiferente à grandiosidade do empreendimento do *Alto do Lindoso*, nomeadamente pela extensão da albufeira em que 75% da respectiva área se estende por território espanhol¹⁵⁰¹ (Figs. 139 e 140, pp. 697 e 699).

Se a implementação do novo empreendimento, cuja Central de produção de energia eléctrica se localiza no Castelo (Lindoso), exigiu a beneficiação e a construção de vias rodoviárias em territórios portugueses¹⁵⁰² e espanhol¹⁵⁰³, do que resultou, na globalidade, para este espaço de fronteira, uma estrutura viária internacional, totalmente renovada que, muito facilita a ligação de Ponte da Barca a Ourense, não podemos deixar, desde já, de salientar

Jornal A *Concórdia*, nº 354, de 16 de Janeiro de 1927.

¹⁴⁹⁷ - "(...) festejamos hoje a inauguração da luz eléctrica importante melhoramento (...)".

Jornal A *Concórdia*, nº 271, de 19 de Abril de 1925.

¹⁴⁹⁸ - Em Abril de 1975, pelo Decreto-Lei nº 205-G/75 de 16 de Abril, foi nacionalizado todo complexo de produção e distribuição de energia hidroeléctrica do Lima, entretanto, reestruturado e integrado na Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal, S.A.R.L, C.H.E.N.O.P.

¹⁴⁹⁹ - A 17 Kms a jusante, praticamente em simultâneo, construiu-se o aproveitamento hidroeléctrico de Touvedo que, além da produção de energia eléctrica, desempenha uma importante função regularizadora dos caudais, que são elevados, e turbinados no Alto do Lindoso (250m³/s a plena carga), armazenando-os, para os restituir ao rio com valores não superiores a 100m³/s, evitando-se, deste modo, variações bruscas e de grande amplitude no regime do rio.

¹⁵⁰⁰ - As obras referentes à construção das infraestruturas iniciaram-se em Outubro de 1983.

¹⁵⁰¹ - A bacia hidrográfica do Lima envolvida no Complexo totaliza uma área de 1 524, 8 Kms em que 1 335,2 Kms se localizam em território espanhol e, apenas, 189,6 Kms em Portugal.

O empreendimento tornou-se possível pelo Convénio (1968) estabelecido entre Portugal e a Espanha e que regula o uso e aproveitamento hidráulico das secções internacionais dos rios transfronteiriços, nomeadamente a do rio Lima.

Por curiosidade, enquanto a albufeira do Alto do Lindoso atinge os 390 hm³ de volume de água acumulada e submerge, em nível de pleno armazenamento, uma área de 1 072 ha, a de Touvedo possui a capacidade máxima de 15 500 hm³ e uma área inundável, em nível pleno de armazenamento, de 172 ha do Alto do Lindoso.

¹⁵⁰² - Entre Ponte da Barca e o posto de fronteira, na Madalena, construíram-se três pontes novas e 30 Km de estradas.

¹⁵⁰³ - Tornou-se necessário em território espanhol restabelecer a rede viária atingida pela albufeira salientando-se a construção de 24 Kms de estrada nacional, que incluem oito pontes.

diferenças significativas, na qualidade do traçado e, em determinados tramos, do pavimento, entre a "rede" espanhola e a portuguesa, sendo aquela alvo de uma maior beneficiação¹⁵⁰⁴.

Quando reflectimos sobre a extensão da área envolvida na construção das instalações do Alto do Lindoso, nomeadamente da albufeira, que submergiu os espaços e paisagens construídos, cultivados e incultos, compreendidos pelas cotas dos 300 a 340 metros, poderemos aperceber (Fig. 149) do volume das obras¹⁵⁰⁵ que em território espanhol foram intensos e difíceis¹⁵⁰⁶, contrariamente ao que sucedeu na área portuguesa¹⁵⁰⁷, desencadeados pela *Electricidade de Portugal/E.D.P.* de modo a conseguir levar a bom termo os propósitos que se tinha decidido a concretizar.

De facto, na primeira década do séc. XXI, enquanto em Portugal¹⁵⁰⁸ a população atingida evita falar na *Electricidade de Portugal*, para não recordar o modo como foi prejudicada, na Galiza, a empresa é muito bem aceite e, até, elogiada, apesar das quatro aldeias totalmente submersas, Bao, Buscalque, Reloeira e Aceredo¹⁵⁰⁹ (Fig. 149).

A exemplo de todas os lugares da área em estudo, nestas aldeias submersas, predominavam as casas ancestrais, em mancha compacta, estruturada por ruelas estreitas e sinuosas, rodeada pelas parcelas de cultivo que, em terraços, com pendor muito suave, como que "deslizavam" ao longo e para o rio Lima (Fig. 150).

Paisagem de fundo de vale, que deu "lugar" a um imponente espelho de água, como presenciaram as multisseculares aldeias envolventes, com excepção para o "novo" Aceredo.

Os residentes destas aldeias, as submersas, com as quantias auferidas construíram novas residências, predominantemente, ou, nas vilas de Entrimo e Lobios, as sedes dos

¹⁵⁰⁴ - Há que realçar o facto dos eixos viários espanhóis, já, terem sido alvo de obras de conservação, por parte das entidades espanholas, nomeadamente nos pavimentos, o que não invalida, contudo a diferença de qualidade, na construção, relativamente aos eixos portugueses. Além disso, a rede portuguesa, em 2004, ainda não estava totalmente remodelada, faltando o troço compreendido entre Paradamonte e Cidadelhe.

Em 2001, iniciaram-se as obras exigidas, que se prolongaram por um intervalo superior a dois anos, sendo suspensas, em virtude das graves consequências de âmbito ambiental, devido ao carácter megalómano, que indicia, quando se olha para a "monstruosidade" da ponte construída, ou então, para a altura da barreira rasgada no granito.

¹⁵⁰⁵ - A aquisição de terrenos e construções afectadas pela albufeira abrangeu 11 885 parcelas e 231 habitações, que envolveu 2 373 proprietários.

¹⁵⁰⁶ - Um conjunto de factores justificam as "dificuldades" que a Electricidade de Portugal encontrou, quando decidiu entrar em contacto com as autoridades e populações espanholas, mas que resolveu, em detrimento das avultadas quantias monetárias despendidas.

Se por um lado a extensão da área envolvida, desde logo, pressupunha dificuldades bem evidentes, por outro, a solidez e verticalidade assumidas pelas autoridades espanholas justificam a inflexibilidade nas posições, que se concretizou não só na exigência de equipamentos e infra-estruturas a implementar, mas nas justas informações e apoio dado às populações, como o alerta para a necessidade de, previamente, actualizarem os valores patrimoniais, para que todas as indemnizações fossem feitas a preço real. Além disso, a Empresa nem questionou, por exemplo, a posição daqueles proprietários, que cediam as parcelas a submergir, com a condição de venderem, também, aquelas localizadas acima da cota dos 340 metros.

¹⁵⁰⁷ - Em Portugal tudo foi bem diferente. As populações sentiram-se desprotegidas, não informadas e à mercê de um "gigante", que actuou de acordo com os seus interesses, indiferente aos dramas que as famílias estavam a viver.

Populações totalmente desprotegidas pelos poderes, local e central, limitaram-se a receber indemnizações feitas na base de valores patrimoniais, completamente desactualizados, pelo que as expropriações em Portugal se limitaram à entrega passiva, por parte das populações, dos respectivos bens, segundo os valores estipulados pela Empresa.

A população, como na Várzea, a aldeia portuguesa mais atingida, reagiu com um forte êxodo na tentativa de colmatar uma realidade tão sinistra, pois estava sem dinheiro e desprovida das suas *veigas*, restando-lhe a casa e os espigueiros, cuja função já não tinha sentido.

¹⁵⁰⁸ - Ficaram inundadas as duas e únicas *veigas* na Várzea, uma *veiga* no Castelo e parte de uma outra em Paradela.

¹⁵⁰⁹ - Praticamente toda a área cultivada de Quintela, além de uma parte *das veigas* de Lantemil, Compostela.

Fig. 149 – O Lima submerso – principais manchas de ocupação do solo (anterior a 1992)

Fig 150 – Buscalque: Estrutura Fundiária (1983)

respectivos concelhos, ou, nas aldeias mais próximas em que se evidencia Compostela¹⁵¹⁰, com excepção para muitos dos habitantes de Aceredo.

Se Aceredo multissecular sucumbiu, ou melhor, submergiu, um outro Aceredo se soergueu, a cota mais elevada, mas no lugar com o mesmo nome, que se distingue pelas grandiosidade das residências, vivendas envoltas em espaçosos jardins, evidenciando-se, na maioria, como sinal de poder económico, a piscina¹⁵¹¹.

A aldeia, a de Aceredo, distinguiu-se, nas discussões levantadas em torno das consequências do empreendimento, pela imponente Igreja setecentista, de interesse arquitectónico inquestionável, que a E.D.P. teve que transferir, pedra por pedra, para Compostela, implementando-a num patamar sobranceiro ao rio Lima, além da construção do cemitério novo e a trasladação dos corpos supultados na "velhinha" aldeia.

Mas, "voltemos" às aldeias portuguesas, precisamente à do Castelo, aquela em que se localiza a Central hidroeléctrica que, ainda nos primeiros anos do séc. XXI (2003), se mantinha rodeada pelas "velhas" áreas de exploração de inertes, por um "edificado" contemporâneo do empreendimento, especificamente, os estaleiros das obras, os escritórios, os alojamentos dos funcionários da Empresa e uma estalagem, conjunto que, em 2003, estava ao abandono¹⁵¹² (Fig. 140, p. 699).

A jusante da aldeia desenha-se o vale do rio Lima em garganta, em que sobressai o talvegue rochoso e os escombros denunciadores da proximidade das obras desenvoltas, para em Paradamonte, se "impor" a "antiga, mas histórica" *Central do Lindoso*, exemplar precioso da arquitectura industrial do início do séc. XX.

Logo a jusante, o caudal envelhece, pronuncio de um novo plano de água, o da albufeira de Touvedo, bem nítido em Ermelo e Britelo mas, desenvolvendo-se em toda a extensão em Entre Ambos-os-Rios, na confluência dos rios Froufe e Tamente, prolongando-se em direcção a Touvedo¹⁵¹³.

¹⁵¹⁰ - Compostela distingue-se pelos dois núcleos populacionais, um o ancestral, com as casas compactas, apenas separadas pelas ruas estreitas e sinuosas; outro, situado a cota mais elevada, com residências de traça urbana, rodeadas por amplos jardins, bem vedadas por muros que se fecham por imponentes portões em ferro, tendo várias piscinas. É a Compostela nova, que "nasceu" não só devido ao capital da emigração, mas, também pela deslocalização das populações moradoras nas aldeias, hoje, submersas.

¹⁵¹¹ - Este "novo Aceredo" reflecte, em grande medida, as indemnizações conseguidas com a submersão dos respectivos bens, conforme nos informaram os residentes, com quem contactámos, quase todos a ultrapassar os sete décadas de vida.

Por curiosidade, foi neste "Aceredo novo", que encontramos, em toda a área em estudo, os residentes mais fechados, que se escusavam em falar, escondendo-se por trás dos cortinados, enquanto o cão de guarda, sempre de raça, aflito dava o alarme de que alguém desconhecido passava na rua, sempre, muito espaçosa e ampla, mas declivosa, parecendo corresponder a um traçado previamente planeado.

¹⁵¹² - Era a situação, que se observava, no Verão de 2004.

¹⁵¹³ - A nossa área de trabalho limita-se a sul, precisamente em Tamente, motivos que justificam o facto de não desenvolvermos, propriamente, a problemática do empreendimento de Touvedo, de dimensões bem mais reduzidas, comparativamente ao Alto do Lindoso

Espaços submersos na área em estudo pela albufeira de Touvedo



Foto 40 – Igreja (Britelo) – A veiga
(Dezembro de 1992).

Foto 41 – Tamente (Entre Ambos-os-Rios) – A ponte romana sobre o "rio" Tamente
(Dezembro de 1992).



Foto 42 - Tamente (Entre Ambos-os-Rios) – Poldras do "rio" Tamente
(Dezembro de 1992).

Fonte: *Imagens Alto do Lindoso*, E.D.P., Produção E.M., Porto.

Destacamos em "Paradamonte sul", sobranceiro ao espelho de água de Touvedo, a bolsa de vivendas, de traça urbana, rodeadas por espaços verdes desenvolvidos, e construídas por famílias, em parte residentes nos dois grandes centros urbanos portugueses que optaram, nos tempos livres, por usufruir a tranquilidade dos espaços amenos e "ribeirinhos" de um Lima, que não só enobrece a paisagem, como oferece um recurso precioso, na economia nacional do séc. XXI.

Complexo de produção de energia hidroelétrica, o do rio Lima, que proporciona

outros fortes impactes negativos na paisagem, ainda bem evidentes, por exemplo, nos escombros, que cobrem o talvegue no tramo interalbufeiras, nas "velhas" pedreiras, ainda a descoberto, na alteração da vegetação, que, outrora, cobria as margens, na morte da flora e fauna que povoavam o rio¹⁵¹⁴.

A denotar desleixo e um certo abandono verifica-se, também, no núcleo da aldeia de Paradamonte, nos "antigos" espaços de lazer, apesar de funcionarem no período estival, o desaparecimento dos espaços ajardinados, o estado de *paul*, a que estava votado o pequeno laranjal, no Verão de 2004, o modo descuidado como se encontram os campos de jogos, embora, se possam utilizar¹⁵¹⁵. É, assim, tão difícil preservar?

Recordamos, também, as outras consequências, que a população lusa, em 2003, não tinha, ainda, esquecido, as *veigas* submersas (duas na Várzea e duas nas aldeias da Igreja, respectivamente, em Britelo e em Entre Ambos-os-Rios), em troca de indemnizações insignificantes, que contrastam com os valores atingidos pelas atribuídas às populações galegas¹⁵¹⁶, quando da albufeira do Alto do Lindoso.

Se o antigo empreendimento do Lindoso fixou e atraiu mão-de-obra, ao proporcionar padrões de qualidade de vida, que as populações consideram bons, comparativamente com as povoações envolventes, o que se tem assistido nas últimas décadas?

Aproveitamento hidroeléctrico inserido em territórios economicamente débeis, não travou o surto emigratório do séc. XX, pelo contrário, exacerbou-o, como aconteceu na Várzea, embora, recordemos a atracção de mão-de-obra durante a realização das obras¹⁵¹⁷.

Devido às reestruturações sucessivas da Empresa, a mão-de-obra local tem sido, ou, compulsivamente dispensada, ou, atingindo a idade da reforma, jamais é substituída, constituindo a bolsa de trabalhadores no activo os "seguranças", que dominam em número, e os electricistas, parte a residirem nas aldeias do Lindoso e de Britelo¹⁵¹⁸.

Então, de que modo se valoriza um recurso próprio, o aproveitamento hidroeléctrico do Lima, actualmente de valor incalculável, a nível nacional e internacional, a favor das

¹⁵¹⁴ - O rio Lima era muito rico em peixe, o salmão, que subia o rio para a desova até à cachoeira do Lindoso, local onde se ergue a albufeira, o sável e uma gama de peixe mais miúdo, os barbos, escalos, vogas, além da flora própria do habitat natural, que o caudal lhe proporcionava. Passados catorze anos da construção do Alto Lindoso começam a surgir os primeiros barbos, escalos e vogas, naturais da rede afluente, uma vez que chegados ao Lima, já, encontram condições de sobrevivência. O salmão e o sável, jamais chegarão ao Lindoso, devido ao obstáculo que são as comportas da albufeira de Touvedo, apesar dos corredores elevatórios instalados, mas que as espécies são incapazes de transpor.

¹⁵¹⁵ - (...) *nada é como dantes (...), em Paradamonte reina o desleixo (...)*, lamentava uma residente no Verão de 2003.

¹⁵¹⁶ - As residenciais sumptuosas de Aceredo, que ladeiam a albufeira em território espanhol e que as respectivas populações justificam pelos valores pecuniários das indemnizações acordados com a *Electricidade de Portugal*.

¹⁵¹⁷ - Abordámos esta questão no Capítulo *Mobilidades Geográficas*.

¹⁵¹⁸ - No levantamento, que efectuámos em Junho e Julho de 2000, respectivamente no Lindoso e em Britelo, trabalhariam na Empresa, quer no Alto do Lindoso, quer em Touvedo um total de 39 funcionários, que residiam no Castelo (5 homens); em Parada (1 homem); em Cidadelhe (5 Homens); em Britelo, Igreja (6 homens); em Paradamonte (14 homens e 7 mulheres); em Mosteirô (1 homem).

populações autóctones¹⁵¹⁹ quando, em 2003, os espaços envolventes cujo valor natural, humano e histórico é indiscutível, permaneciam votados ao desgaste normal do tempo?

As populações aguardam com muito regozijo, passados mais de uma dezena de anos após o início do funcionamento da Central do Alto do Lindoso, a possibilidade de investir na implementação dos projectos que emanam do *Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto Lindoso* (P.O.A.T.A.L.)¹⁵²⁰, apenas, em vigor desde 9 de Março de 2004¹⁵²¹, instrumento que contempla o aproveitamento turístico dos dois espelhos de água e de espaços envolventes de aldeias, que na área em estudo, correspondem às da Igreja (Ermelo e Entre Ambos-os-Rios), Vilarinho do Souto e Tamente, Várzea e Castelo (Fig. 3, p. 37).

Desde já, emergiram conflitos, quando os órgãos de gestão da E.D.P., a exemplo do comportamento das décadas de setenta e oitenta, decidiram em finais de 2004 alienar "velhas" instalações, precisamente a estalagem, a que a população¹⁵²² do Lindoso se opôs por intermédio da Autarquia, recorrendo à barra dos tribunais¹⁵²³, alegando que se encontrava implementada numa área de *balديو*.

Com mais este exemplo, limitar-nos-emos, em nota de síntese, a questionar se é com atitudes similares que se favorece o desenvolvimento de espaços apelidados de baixas densidades relacionais, quando entidades poderosas, como a E.D.P., ao assumirem uma posição autista relativamente aos anseios legítimos das populações locais, ostensivamente utilizam os respectivos recursos endógenos e de grande rendibilidade.

7.1.2. O Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés

"Lima raiano", que atendendo ao valioso património, natural e humanizado, que o impregna, integra o primeiro parque nacional¹⁵²⁴ português, o Parque Nacional Peneda-

¹⁵¹⁹ - Pelo espaço ocupado pela rede de postes de alta tensão, a Empresa paga à Autarquia uma quantia estipulada.

São suficientes contribuições deste tipo para compensar o aproveitamento e utilização de um recurso, que, de facto é pertença das populações?

¹⁵²⁰ - *Diário da República I, Série B, n.º 57*, de 08-03-2004, pp. 1260-1274.

¹⁵²¹ - "(...) incide sobre o plano de água e zona de protecção com uma largura de 500 metros contada a partir do nível de pleno armazenamento (cota 50 m na albufeira de Touvedo e cota de 338 m na albufeira do Alto do Lindoso) e medida na horizontal (...)".

Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2004.

O P.O.A.T.A.L. enquadra-se no Plano de Bacia Hidrográfica do rio Lima, aprovado em 2003 (*Resolução de Conselho de Ministros n.º 11/2003, de 8 de Março*), que refere no âmbito da articulação do ordenamento do território com o domínio hídrico, "a necessidade de assegurar a elaboração e a adequação dos planos de ordenamento das albufeiras". Além disso, o P.O.A.T.A.L. não implica a alteração do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (*Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95, de 24 de Junho*).

As duas albufeiras foram classificadas como albufeiras protegidas em 2002 (*Decreto Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de Fevereiro*).

¹⁵²² - Actualmente há residentes, em coordenação com a Autarquia, nomeadamente a camarária, que têm possibilidade em investirem nas construções, que o Plano de Ordenamento das Albufeiras possibilita.

¹⁵²³ - A Autarquia disponibiliza-se a pagar pelas velhas instalações um valor simbólico, alegando que foram construídos em terrenos de baldio.

Por curiosidade em Dezembro de 2004 eram oito os empresários de hotelaria interessados na aquisição, seis lusos e dois galegos.

¹⁵²⁴ - "(...) Ao criar-se o primeiro parque nacional no continente, procura-se possibilitar no meio ambiente da Peneda-Gerês a realização de um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vistas finalidades educativas, turísticas e científicas. (...) Numa síntese da ética de protecção, trata-se de possibilitar uma vasta região montanhosa de cerca de 60 000 ha,

Gerês¹⁵²⁵, criado em 1971¹⁵²⁶, e o Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés¹⁵²⁷, institucionalizado em 1993¹⁵²⁸.

Em 1997, num esforço de intensificação de acções conjuntas de cooperação, foi acordado entre ambos os países a criação do primeiro parque europeu, de cariz internacional, o *Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés*, que, logicamente, é constituído pelos territórios dos Parques Nacional Peneda-Gerês e Natural Baixa Limia-Serra do Xurés¹⁵²⁹.

quase na totalidade já submetidos no regime florestal, a conservação do solo, da água, da flora, da fauna e da paisagem, abrindo-a às vastas possibilidades do turismo, mas mantendo uma rede de reservas ecológicas de alto interesse científico, tanto nacional como internacional (...)"

Decreto-Lei n.º 187/71 de 8 de Maio.

Diário do Governo n.º 108, I Série, de 8 de Maio de 1971.

Entende-se por parque nacional uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional.

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, art.º 5.

¹⁵²⁵ - A delimitação do Parque Nacional, para a qual não se encontram na área que estudamos argumentos válidos, que justifiquem os critérios utilizados. Legalmente, não se incluem as aldeias de Vilar de Sente, Vilarinho das Quartas e parte da "vila" (freguesia do Soajo), Tamente (freguesia de Entre Ambos-os-Rios), Paradela, Portuzelo (freguesia de Vila Chã, S. João) e Vergaço (Freguesia de Cibões).

¹⁵²⁶ - O Parque Nacional da Peneda-Gerês é criado pelo Decreto-Lei n.º 187/71, de 8 de Maio de 1971.

Diário do Governo n.º 108, I Série, de 8 de Maio de 1971.

A lei orgânica do Parque Nacional da Peneda-Gerês é aprovada pelo Decreto-Lei n.º 519-C/79, de 28 de Dezembro.

Diário da República n.º 298 I Série, 2.º Suplemento, de 28 de Dezembro de 1979.

A gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês é transferida para o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (S.N.P.R.C.N.) pelo Decreto-Lei 403/85, que revoga o art.º 1 do Decreto-Lei 519-C/79 e o art.º 4.º do Decreto-Lei 181/71.

Diário da República n.º 236, I Série, de 14 de Outubro de 1985.

O Decreto-Lei n.º 126/86, de 2 de Junho revoga o Dec.-Lei 403/86, que determina que a gestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês passa a competir ao S.N.P.R.C.N.

Diário da República n.º 125, I Série, de 2 de Junho de 1986.

O Despacho 45/90, do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, determina a apresentação de um plano de protecção do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Diário da República n.º 211, II Série, de 12 de Agosto de 1990.

Aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês e respectivo regulamento.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/95, de 11 de Novembro de 1995.

¹⁵²⁷ - Abrange uma área de 20 920 Ha.

Dos treze núcleos rurais que o Parque integra, inserem-se na área que estudamos, as aldeias de Queguas, Guxinde, Pereira, Bouzadrage, Olelas (concelho de Entrimo) e Quintela, Compostela, Ludeiros (concelho de Lobios).

¹⁵²⁸ - A declaração do *Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés* foi oficializada pelo Decreto 29/1993, de 11 de Fevereiro.

O respectivo *Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais* foi exarado no Decreto 32/93 de 11 de Fevereiro.

Diário Oficial de Galicia, n.º 37, de 24 de Fevereiro.

O *Plan Rector de Uso y Xestión* (P.R.U.X.), com uma vigência de cinco anos, elaborado de acordo com as directivas de gestão mencionadas no *Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais* foi publicado pelo Decreto n.º 155/1998, de 28 de Maio.

Diário Oficial de Galicia, n.º 107, de 5 de Junho.

Os objectivos principais relacionam-se com a conservação dos espaços naturais, da flora e fauna silvestres, abrangendo as áreas, a cotas mais elevadas, dos concelhos de Muiños, Lobios e Entrimo.

Para dar continuidade aos espaços protegidos ao longo da fronteira, surgiu a iniciativa nas entidades espanholas de ampliarem o espaço natural galego limítrofe ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, dando-se por terminado, em 20 de Julho de 2001, a apresentação das respectivas alegações. As conversações e acordos com as respectivas populações permitiram que a ampliação se considerasse concluída em Outubro de 2003, com a inclusão dos concelhos de Quintela do Leirado, Calvos de Randín (o único concelho que integra núcleos povoados), Bande, Vereá e Lobeira, aguardando-se a publicação do decreto que formalize o redimensionamento. Contudo, o concelho raiano de Padrenda, ainda, não o integra, devido aos receios manifestados pelos munícipes.

Em Novembro de 2004 continuava-se a aguardar a publicação no Diário Oficial de Galicia do decreto referente à ampliação.

¹⁵²⁹ - Se em 31 de Julho de 1997 foi assinado um convénio de colaboração entre a Espanha e Portugal, relativamente às duas áreas protegidas. Não existe desse acto um reconhecimento jurídico, o que não impede que as direcções de ambos os Parques trabalhem em colaboração estreita, como o demonstram as várias iniciativas que se têm realizado em conjunto, por exemplo, a elaboração do segundo Plano de Ordenamento de ambos os Parques, em plena fase de laboração.

A área em estudo insere-se, predominantemente no Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés, que abrange uma área global próxima dos 90 000 Ha.

Recordamos que os objectivos que nos propusemos atingir com a realização deste trabalho não envolvem, especificamente, o primeiro parque transfronteiriço ibérico, motivo pelo qual nos limitaremos a problematizar o desenvolvimento de espaços e paisagens, que privilegiámos nesta investigação, por sinal, enquadrados, também, pela figura de Área Protegida.

Se o Lima luso, que estudamos, adquiriu o estatuto de área protegida, com a constituição do Parque Nacional em 1971, o percurso da nossa investigação permite-nos inferir que esse atributo, embora com as devidas *nuances*, terá origens muito mais recônditas, recuará, pelo menos, ao séc. XIII (1282)¹⁵³⁰, ou mesmo, ao séc. XII. Recordemos os monteiros¹⁵³¹ do Soajo¹⁵³², os do Lindoso¹⁵³³, ou, os de Britelo¹⁵³⁴ que controlavam a *serra*, respectivamente das margens direita e esquerda do Lima luso em estudo, e os privilégios auferidos pelas populações, que nelas residiam, por serem áreas de montaria real¹⁵³⁵.

Se é um facto indiscutível que, pelo menos, já, no séc. XIII existiam *os guardadores dos montes*, as matas com superintendência real e disseminadas pelo País¹⁵³⁶, pela documentação que conseguimos, eles, os *montes* incluíam, também, os das *serras* do Soajo, Peneda e Amarela, figuras que perduraram até 1821¹⁵³⁷.

Iniciou-se, a partir desta data, 1821, um novo período na história da administração florestal, que teve como um dos "marcos" 1886, ano em que emergiram os Serviços Florestais da Direcção-Geral da Agricultura e se reuniram as condições para a elaboração dos primeiros planos de florestação dos *baldios*, nomeadamente os *serranos*¹⁵³⁸. Contudo, seria com o Estado Novo que as populações em que se incluem as de este Lima raiano se viram confrontadas com a imposição da cobertura florestal e com todas as consequências dela decorrente, quer no âmbito social, quer económico.

Espaços e paisagens, o suporte e a memória de comunidades, impregnados de um valioso património multissecular, natural e construído, mas ameaçados pelos condicionalismos decorrentes da florestação massiva e do intenso êxodo rural dos meados do séc. XX, assiste-lhes o direito em exigir ao poder central, que implemente medidas específicas capazes de garantirem uma gestão racional dos respectivos recursos endógenos, a fim de os

¹⁵³⁰ - "(...) que os Monteiros do Soajo ande dar ao Alcayde de Laboreyro (...)"

Chancelaria D. Dinis, Livro 1, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, fls. 54.

¹⁵³¹ - Os monteiros reais seriam, ou melhor, eram os guardas fiscais da *serra*, os responsáveis pela gestão dos espaços de cultura, pastagens e caça.

¹⁵³² - "*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Vol. I, 1888, Lisboa, p. 396.

¹⁵³³ - "*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Vol. I, 1888, Lisboa, p. 414.

¹⁵³⁴ - "*Inquirições de D. Afonso III*", 1258, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Vol. I, 1888, Lisboa, p. 413.

"*Inquirições de D. Afonso III*", 1220, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Vol. I, 1888, Lisboa, p. 119.

¹⁵³⁵ - Esta problemática encontra-se desenvolvida no Capítulo 2, *O Povoamento serrano*.

¹⁵³⁶ - Os monteiros tinham como atribuições a defesa tanto da flora como da própria fauna que matizavam a mata do País "considerando esta não só como uma fonte de produtos úteis indispensáveis às populações, mas também como ambiente necessário para a vida normal da fauna cinegética (...) A referência a Monteiros-menores e a Guardadores de matas justifica que se acrescente agora que o Monteiro-mor os tinha por auxiliares, tais como os Monteiros a cavalo e Moços de monte, em correspondência assim mais ou menos perfeita com os Regentes, Mestres e Guardas florestais do nosso tempo (...)".

Neves, C.M. Baeta, 1965, "Dos Monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores", *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, vol. XXVIII, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

¹⁵³⁷ - Decreto de 22 de Agosto de 1821 que terminou com os cargos de Monteiro-mores e menores e todos os lugares da sua dependência.

¹⁵³⁸ - Em 1888 foram aprovados os regulamentos da arborização nos primeiros perímetros florestais criados, os das serras do Gerês e da Estrela.

preservar e valorizar, de modo a transmiti-los às gerações vindouras.

Então, que evolução nas dinâmicas territoriais de este Lima luso em estudo, no período das três décadas, em que a presença do Parque Nacional da Peneda-Gerês é a figura proeminente¹⁵³⁹?

Recordamos, em breve nota, tomando como comparação os espaços galegos, que estudámos e considerados área protegida, apenas em 1993¹⁵⁴⁰, que o ritmo da variação da população lusa não difere, em substância, da evolução demográfica, que se constata na Galiza, que o limiar político não distingue as manchas de cultivo e de pastagem extensiva, em que o *paul* se alastra a um ritmo veloz, de ambos os lados da fronteira, que a inexistência de um aproveitamento racional e sistemático dos espaços silvestres é comum aos territórios das duas nacionalidades, que os "alumínios" e, por vezes, os azulejos proliferam no âmago dos povoados, lusos e galegos, apesar de uma certa preocupação com a traça e os materiais utilizados no edificado português.

Quando ouvimos as populações, lusas e galegas¹⁵⁴¹, as opiniões, por ventura, poderão divergir. De início, a população galega não estaria de acordo com o projecto do Parque Natural, em virtude das limitações impostas no *usufruto dos montes*, pois entendiam que perderiam a liberdade multissecular *de cortar, roçar e fazer queimadas*, onde melhor lhe aprouvesse¹⁵⁴².

Teria sido esse o sentimento que determinou a oposição dos habitantes do concelho de Entrimo e que justificará, segundo a sua opinião, o facto de na fase que antecedeu a respectiva inclusão, o concelho não ter sido alvo de projectos de beneficiação significativos, a exemplo do que teria acontecido no concelho de Lobios.

A inclusão de aldeias do concelho de Entrimo na área protegida teria sido decidida pelo respectivo alcaide, à revelia da vontade da maioria dos munícipes, motivo suficiente para justificar a indiferença com que, no Verão de 2003, nos falaram sobre a "presença do Parque" na sua aldeia, da qual, segundo as suas perspectivas, não teriam recebido, ainda, benefícios de relevo.

Os habitantes de Lobios, ou, melhor das aldeias em que estabelecemos os diálogos,

¹⁵³⁹ - Atendendo aos objectivos estipulados nesta investigação, debruçar-nos-emos, exclusivamente, sobre problemáticas que envolvem a Área de Ambiente Rural, embora estejamos cientes dos esforços e sucessos obtidos nas intervenções efectuadas nas Áreas de Ambiente Natural.

¹⁵⁴⁰ - Toda a investigação que efectuámos ao longo deste trabalho, nos permite inferir que o estádio de desenvolvimento da área em estudo, de uma forma global, não reflecte a existência do limiar político.

¹⁵⁴¹ - Baseamo-nos em diálogos com carácter informal, que estabelecemos com habitantes das aldeias de Pereira e de Queguas (concelho de Entrimo), Villameá, Torneiros, Ludeiros e Compostela (Concelho de Lobios).

¹⁵⁴² - Foram estas as razões que "motivaram" a população do concelho da Lobeira, nomeadamente da Fraga, Taboazas, Parada do Monte e San Xes, a tomarem uma posição decisiva contra a adesão ao Parque da Baixa Limia-Serra do Xurés e impediram o respectivo Autarca a participar na adesão. Contudo, estavam muitíssimo preocupados, no Verão de 2003, por não serem capazes de impedirem a próxima inclusão, que se efectuará com a declaração oficial de alargamento do Parque.

embora reconheçam que *perderam direitos sobre os montes*, ou, tivessem abdicado de culturas não autóctones, admitem que têm *usufruído de benefícios*, nomeadamente no campo do turismo, uma vez que no período estival os visitantes aumentaram substancialmente, além de os investimentos que têm sido efectuados em equipamentos de apoio à actividade, como, por exemplo, no complexo balneário do Rio Caldo, ou, no repovoamento cinegético do Xurés.

A leitura do Decreto¹⁵⁴³, que aprova o *Plano Director de Utilização e Gestão do Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés*, nomeadamente o item ANEXO, que descreve a respectiva delimitação territorial, permite inferir que teria havido a preocupação em excluir como áreas do Parque Natural as vertentes com cotas baixas e os fundos de vale, ou seja, os espaços mais povoados, em que se implementam as aldeias mais populosas, como por exemplo, a sede dos dois concelhos, Terrachá e Fondevilla com os respectivos núcleos envolventes.

Ora, são as aldeias, as áreas mais "sensíveis" às normas em vigor numa área protegida, no âmbito do ordenamento urbano e da construção, quer de novas residências, quer na recuperação do edificado secular, ao tornar-se necessário preservar a traça genuína, os materiais endógenos, além das utilizações do solo, de acordo com as respectivas capacidades, motivos que, com facilidade, originam grandes protestos e descontentamento por parte das populações.

Contudo, a presença do parque natural, neste "campo" ainda não se teria feito sentir, não só pelas informações, que conseguimos em 2003, através das populações, quer pela observação das próprias aldeias, em que os materiais modernos proliferam, tanto nos "aumentos" em cimento e tijolo na velha casa de granito austero, como na arquitectura dos edifícios novos, quase sempre a reprodução da planta tradicional de outros países europeus, ao que se acrescenta a falta generalizada de redes de saneamento, além das "argamassas" betuminosas, que revestem as "ruas" dos povoados.

Somos levados a inferir que, ou, pela juventude do Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés¹⁵⁴⁴, ou, por decisão assumida pela respectiva Direcção, uma política de preservação do património construído, ainda não atingiu, de facto, os centros rurais envolvidos, razões, que justificam, em nosso entender, a "indiferença" com que a maioria dos

¹⁵⁴³ - Decreto nº 107/1998, de 5 de Junho, p. 6 223.

¹⁵⁴⁴ - " o tipo constructivo das novas edificacións que se levanten nestes núcleos así como as obras de mellora e reforma das existentes deberá axustarse a 'estética das construcións tradicionais da comarca (...)".

"Plan Rector de Uso y Xestión (P.R.U.X.)", Decreto nº 155/1998, de 28 de Maio, Anexo, Núcleos Urbanos, 4. *Diario Oficial de Galicia*, nº 107, de 5 de Junho.

residentes reagem perante o novo regime jurídico em vigor¹⁵⁴⁵.

Sentimentos bem diferentes animam a populações lusas. Em primeiro lugar, confrontaram-se, na década de setenta, com uma nova figura jurídica, a de Parque Nacional, sobre a qual não foram informadas, nem consultadas. Em segundo lugar, não conseguem entender critérios utilizados na delimitação da área protegida, quando lhes dizem, que aldeias limítrofes e com identidade similar, umas, constituem parte integrante, outras ficaram excluídas do Parque Nacional¹⁵⁴⁶. Em terceiro lugar, e na opinião dos nossos interlocutores, que foram em grande número, as medidas tomadas, sempre com carácter imperativo, são predominantemente lesivas aos seus próprios interesses.

Populações, já, "flageladas" pelas medidas proibitivas impostas pela Política Florestal do Estado Novo, assistiram, de uma forma impotente, à implementação de outras normas que, em muitos dos casos, lhes são de difícil compreensão. Mas, passemos a exemplificar. Populações imbuídas de uma cultura secular, que lhes foi transmitida pelas gerações mais velhas, em que o javali, ou, o lobo eram animais inimigos, porque dizimavam, respectivamente, as culturas e os efectivos de pastoreio, motivos suficientes para justificarem as *batidas* e os estratagemas utilizados na caça a esses exemplares, assistem, de forma passiva, desde as últimas décadas do séc. XX, não só ao repovoamento dessas espécies, como ao abate dos seus *gados* e à destruição dos milheirais, para não serem punidos com avultosas multas pecuniárias¹⁵⁴⁷.

Se o problema dos *gados* dizimados e da destruição das manchas de cultura resultante do repovoamento cinegético da *serra* se traduziu numa revolta forte das populações, nos primeiros anos de implementação das medidas de protecção às feras, ela foi, de certo modo atenuada, na década de noventa, pelos prémios comunitários e incentivadores da criação de *gado* em regime de pastagem livre, enquanto as manchas de milho regrediram a um ritmo

¹⁵⁴⁵ - " (...) Este régimen jurídico especial se oriente a la protección de su flora, fauna, constitución geomorfológica y paisaje en atención el carácter singular del territorio determinado por la configuración de su relieve y su vegetación ".

Decreto 29/1993, de 11 de Fevereiro, Artº 1.

¹⁵⁴⁶ - Não podemos esquecer a amargura com que o Presidente da Autarquia de Germil, em Agosto de 2000, nos questionava (...) *porque motivos Germil pertence ao Parque enquanto Paradela (S. João) e Portuzelo tiveram a sorte de ficarem excluídas? É capaz de nos dizer as diferenças entre Germil e as aldeias vizinhas?*

Outro exemplo, em nossa opinião, também, "flagrante" encontra-se na freguesia do Soajo que, como já o referimos, as aldeias de Vilarinho das Quartas, Vilar de Suento e "parte" da aldeia principal, a "vila" ficaram excluídas do primeiro e único parque nacional português.

¹⁵⁴⁷ - Se é verdade, que a Instituição paga os prejuízos resultantes do ataque do lobo, é necessário comprovar através de fotografia, as marcas que a fera deixou na carcaça do animal, o que para populações septuagenárias se torna difícil a utilização de uma máquina fotográfica. Além disso, está-se perante um pastoreio extensivo com o *gado* a deambular pela *serra*, pelo que o período que medeia entre a morte de um exemplar e o momento em que ele é encontrado pode ser suficientemente lato para que a decomposição tenha "apagado" as marcas deixadas pela fera.

Mas, mesmo com as autoridades a aceitarem as provas do ataque, quase sempre se torna necessário esperar longos meses para que a indemnização, sempre muito aquém do valor real, seja entregue ao dono do animal.

Em relação aos prejuízos dos javalis nos milharais, se até finais do séc. XX, eram indemnizados, segundo um critério semelhante ao utilizado em relação ao lobo, no séc. XXI deixou de ser atribuído, pela simples razão de o efectivo de javalis ter crescido a um ritmo mais acelerado, em relação ao previsto, pelo que se tornava insuportável, em termos contabilísticos para a Direcção do Parque, o pagamento de semelhantes indemnizações.

forte, porque a idade do agricultor vai pesando e não se compadece com um trabalho tão árduo, além das produções não serem, de modo nenhum, compensadoras dos custos exigidos.

Área protegida, também integrada na Rede Natura 2000, a exemplo do Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés, estatuto que as populações consideram um outro entrave ao desenvolvimento, como por exemplo, os residentes de Germil, na Serra Amarela, que se confrontaram com a proibição da instalação de um parque eólico no Muro pela necessidade da preservação da águia real, em vias de extinção, sem que, por isso, tivessem sido recompensados pelas entidades competentes, pela perda dos rendimentos resultantes da cedência dos terrenos à empresa de produção de energia eólica.

Mas, é no reordenamento da aldeia, ou seja, no novo caminho a romper, ou, no secular a alargar, nas áreas de implementação do novo edificado, na cércea, que se quer alterar, ou, importar do estrangeiro, nos novos materiais que se pretendem utilizar, que incide, na primeira década do séc. XXI, o maior descontentamento em relação à figura do Parque Nacional, que os residentes dizem muito distante, não só pela sede se localizar em Braga¹⁵⁴⁸, mas, porque os técnicos, muito esporadicamente aparecem, e, quase sempre, para censurarem atitudes tomadas, através da aplicação de medidas punitivas.

As longas e múltiplas conversas, sempre com carácter informal, que, ao longo dos cinco anos, tivemos em toda a área em estudo, permite-nos pensar, que um dos principais motivos de um certo mau estar, se explicará pela falta de informação e esclarecimento, por parte dos elementos responsáveis, sobre as medidas tomadas, nomeadamente as punitivas¹⁵⁴⁹.

Uma animosidade latente associada às visitas muito espaçadas de elementos responsáveis pela Gestão do Parque¹⁵⁵⁰ explicam, em nossa opinião, por exemplo, o rasgo proibido de caminhos¹⁵⁵¹, as construções recentes, ou, recuperadas, que desvirtualizam o

¹⁵⁴⁸ - Há a salientar as delegações, que se localizam nos Arcos de Valdevez e em Ponte da Barca.

¹⁵⁴⁹ - Exemplifiquemos com um caso, que os intervenientes nos contaram no Verão de 2000, relativo à aprovação de um projecto sobre a reconstituição de uma habitação numa das aldeias da serra Amarela. O projecto foi reprovado, pelos técnicos do Parque, porque o telhado deveria ter quatro águas e não as duas que a planta indicava, atitude que se traduziu nuns longos meses de atraso no início da obra.

Passado dois anos, um irmão do proprietário dessa habitação, entregou um projecto, também para recuperação de uma residência, mas localizada numa outra aldeia da mesma *serra*. Conhecedor do caso do irmão, o telhado projectou-se, desde logo, para quatro águas, mas, foi reprovado, pela razão de que deveria ter duas águas.

Se a revolta foi enorme, a confusão foi total, porque não entendiam os motivos de decisões tão contraditórias, justificando-as por livres arbítrios, além da vontade de afastar os moradores do Parque.

Nós próprios ficámos confusos, pelo que nos preocupámos em conhecer os motivos de atitudes, *a priori* sem sentido, perante responsáveis da Instituição, que nos informaram que a decisão tomada dependia do número de águas do telhado tradicional, que pode variar consoante a aldeia.

Então, interrogamo-nos, porque não se fazem sessões com as populações, por exemplo aos domingos, a explicar-lhes como se deve preservar a aldeia, mas, sem se esquecer a modernidade? Porque não se justificam, devidamente as decisões tomadas? Porque não se envolvem e esclarecem as pessoas nas acções a implementar? As populações são inteligentes, gostam da sua terra, são amáveis e acolhem muito bem todos aqueles, que se preocupam com o seu bem-estar e valorizam o seu património.

¹⁵⁵⁰ - Trabalhámos e investigámos, nesta área, principalmente durante cinco Primaveras e Verões (2000 a 2004 inclusive), nunca tendo o prazer de nos encontrar com responsáveis da Área Protegida, com excepção dos últimos dois anos com licenciados com contrato a termo certo embrenhados em levantamentos de variáveis imprescindíveis à laboração do II Plano de Ordenamento.

¹⁵⁵¹ - Quando nos deslocámos, por exemplo, a Gorbelas, uma *veranda* da Gavieira, o impacte que causa os cascalhos e pedras soltas à mercê da gravidade e resultantes do alargamento de um velho carreiro, muito íngreme, que nos conduz ao *poulo* de Seida, além daquelas casas

património genuíno da aldeia, uma vez que, é opinião corrente, que uma vez erigidas¹⁵⁵² não haverá coragem suficiente para as desmoronar.

Não podemos esquecer a imagem que, logo em 2000, nos foi transmitida, quando entramos, sistematicamente, em contacto directo com todas as famílias, a fim de efectuarmos o estudo sobre a *Mobilidade* e perguntávamos se eram proprietários de imóveis em outros lugares e nos referiam que os adquiriram na sede do concelho, ou, em Braga, mais raramente em Viana do Castelo, pelo facto de lhes ter sido proibido pelas entidades do Parque a construção *de uma casa nova nos seus próprios terrenos*.

Compreendemos que, por ventura, essas "novas" áreas para construção alterariam a planta tradicional do aglomerado, mas, apesar de tudo, questionamos se não haveria possibilidade em se conseguir um consenso, sobre uma outra localização na aldeia, que não a desvirtualizasse, mas, que impedisse uma próxima deslocalização da família.

Será preferível seguir meticulosamente um plano previamente gizado, por equipas de trabalho que não dialogaram previamente com as populações, punindo e proibindo, de imediato, os prováveis transgressores, irradiando-os, ou, conseguir consensos e acordos que, simultaneamente evitem a desvirtualização da aldeia e sejam capazes de irem ao encontro da vontade dos residentes, contribuindo-se, deste modo, para o atenuar de um despovoamento, que, não se deseja, mas que as circunstâncias favorecem a um ritmo avassalador?

Mais do que a aplicação de medidas punitivas, ou, em sentido totalmente oposto, o da figura do "fazer de conta", tornava-se necessário estabelecer longos e pacientes encontros, verdadeiras sessões de educação ambiental, dos quais inevitavelmente surgiriam consensos, em que a imagem das entidades seria beneficiada, os residentes ficariam confiantes e a paisagem preservada¹⁵⁵³.

Apesar de tudo, no período dos cinco anos, que perdurou esta investigação junto das populações, apercebemo-nos de uma melhoria, embora muito ténue, na imagem do Parque Nacional perante uma pequena parte da população, principalmente das autarquias. Postura que não resulta, propriamente, da acção directa da Entidade, mas, dos resultados decorrentes da

construídas, que pela traça que apresentam, não se pode acreditar que tenham projecto aprovado pelas entidades competentes. Estes "exemplares" já os encontramos em 2000 e prometiam perpetuar-se em 2004.

Que educação ambiental é proporcionada pelas entidades responsáveis?

¹⁵⁵² - Não podemos deixar de referir a construção, em 2003, de um curral, em Tibo, aldeia da Gavieira, mesmo na margem da estrada, em plena vertente de forte declive, com um forte impacto negativo, não só pela descontextualização na paisagem, mas pela remoção dos volumes acentuados de massa rochosa, ao que se acresce mais área roteada no Verão de 2004. Que posição tomam as entidades pela preservação da área protegida?

¹⁵⁵³ - "(...) Não existem sistemas que permitam intervenções pedagogicamente activas, quer do ponto de vista da preservação do património, da sua valorização, da sua requalificação ou mesmo, da pura e simples qualidade das intervenções (...)".

"Programa de Requalificação do Ambiente Rural nas regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês e Parque Natural de Baixa Limia-Serra do Xurés", *Candidatura ao INTERREG II*, Ponte da Barca, Fevereiro de 1966, p. 6.

implementação de projectos de valorização com matriz comunitária¹⁵⁵⁴. Projectos de desenvolvimento que, entre outros aspectos positivos, alertaram as populações para a importância de uma aprendizagem ambiental, ao interiorizarem que o progresso e a rentabilização da sua terra implicam, entre outras medidas, a necessidade em preservar e respeitar o património e o ambiente.

Independentemente dos postos de trabalho proporcionados pela presença do Parque, que na primeira década do séc. XXI¹⁵⁵⁵, seriam em número muito limitado, em comparação com a primeira década de vigência, somos de opinião, apesar de todas as "contingências" que a presença desta Instituição se traduz em benefícios de considerável importância para a vida das comunidades.

No âmbito das infra-estruturas evidenciamos os esforços para o alargamento da rede viária interna, o abastecimento de água ao domicílio, a implementação da rede de saneamento básico e de equipamentos turísticos sem esquecermos a preocupação em projectar a nível nacional e internacional a qualidade ambiental e cultural dos territórios.

Em relação à rede viária há que distinguir, de um modo global e no interior de cada aldeia, uma verdadeira rede capilar, a interligar as residências à via principal, que conecta os lugares da freguesia às respectivas sedes do concelho.

Se a maioria dos aglomerados estão *a priori* equipados com uma rede de saneamento, não se estará, de facto, a rentabilizar o investimento, porque as ligações domiciliárias, por exemplo, não foram efectuadas.

Evidenciamos a construção do Parque de Campismo¹⁵⁵⁶ em Entre Ambos-os-Rios, a recuperação de "velhas" casas dos extintos Guardas Florestais, as "casas da natureza"¹⁵⁵⁷, enquanto outras continuam entregues à acção inexorável da meteorização e do banditismo, bem patentes nos telhados destruídos, janelas e portas derrubadas.

Seria a investigação científica¹⁵⁵⁸ a adquirir grande importância nas actividades do Parque Nacional, nomeadamente no âmbito das ciências humanas, em que se destacam, por exemplo, as explorações arqueológicas no Planalto de Castro Laboreiro, nos castelos de

¹⁵⁵⁴ - Como os projectos enquadrados pelas Medidas do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006) estão, nos finais de 2004, em plena fase de implementação, período limite do nosso trabalho junto das populações, a nossa observação incide, no âmbito do impacte territorial, o decorrente da aplicação dos apoios comunitários do Q.C.A. II (1994-1999).

¹⁵⁵⁵ - No Verão de 2 000 trabalhavam no Parque de Campismo de Tamente: seis residentes de Entre Ambos-os-Rios, a tempo certo (4 mulheres e 2 homens); na área florestal e no museu arqueológico: 6 Vigilantes da Natureza (2 de Entre Ambos-os-Rios, 2 de Britelo e 2 do Lindoso); 31 funcionários e trabalhadores assalariados (26 homens e 5 mulheres), que residiam em Britelo (7 homens e 3 mulheres), no Lindoso (11 homens e 1 mulher); no Soajo (8 homens e 1 mulher).

¹⁵⁵⁶ - Não podemos esquecer, mesmo no limiar do Lima luso em estudo, dois parques de campismo, o de Travanca e o de Lamas de Mouro.

¹⁵⁵⁷ - Castro Laboreiro: Barreiro e Dorna. Gavieira: Baleiral. Soajo: Adrão, *Veranda* do Murço. Lindoso: Cidadelhe. Britelo: Penha. Entre Ambos-os-Rios: Penadoeido.

¹⁵⁵⁸ - Não podemos deixar de referir que a Instituição concede uma especial atenção, como era de esperar, à investigação no domínio das Ciências Naturais.

Castro Laboreiro e do Lindoso, nas Serras do Soajo e Amarela e a construção, nos anos oitenta, dos museus no Castelo do Lindoso, na Ermida, em Entre Ambos-os-Rios, sendo o exemplar mais recente, inaugurado em 2004, o núcleo museológico na aldeia da Vila, em Castro Laboreiro¹⁵⁵⁹.

Embora nos encontremos perante um conjunto de obras, cujo valor cultural é inquestionável, pelas fragmentos de civilizações que pretendem perpetuar e transmitir às gerações futuras, entendemos que não fomentam as dinâmicas relacionais imprescindíveis no desenvolvimento de lugares como os das aldeias que estudamos, por não corresponderem ao resultado da aplicação de um sistema integrado de estratégias que privilegie, por exemplo, a participação activa da população, o único processo capaz de viabilizar a sua fixação, apesar dos fortes investimentos envolvidos com matriz predominante comunitária, mas, aleatoriamente aplicados.

Para aldeias que adquiriram há mais de trinta anos o estatuto de área protegida, em breve nota de síntese, limitar-nos-emos a inferir que a presença do Parque Nacional da Peneda/Gerês se, por um lado, impôs fortes limitações à actividade humana, desde a prática agro-silvo-pastoril à problemática da recuperação e construção das habitações e anexos agrícolas, assumindo uma posição autista perante as reacções e opiniões das populações locais, o que contribuiu para a intensificação do êxodo rural, por outro, incrementou o volume de investimento público em infra-estruturas básicas de natureza colectiva.

Se este tipo de políticas fomentou uma melhor qualidade de vida dos residentes, não impediu a emergência de outros problemas como, por exemplo, os decorrentes da melhoria das acessibilidades, da maior concentração de poluentes nos novos sistemas de saneamento, do impacto das novas captações para o abastecimento público, sem se questionar, por enquanto, a pressão demográfica da carácter sazonal, decorrente da projecção a nível nacional e internacional da qualidade ambiental e cultural destes territórios.

7.1.3. Projectos de desenvolvimento no âmbito comunitário

A área raiana em estudo, nomeadamente a lusa, área protegida, tem beneficiado de políticas de salvaguarda e de valorização do património, que, pelas estratégias utilizadas potencializam a atracção e fixação dos naturais, pois exigem a adesão e participação activas dos residentes, nomeadamente as fomentadas pelas chamadas *Iniciativas Comunitárias*.

¹⁵⁵⁹ - As instalações resultaram da recuperação de um edifício, a antiga fábrica de chocolates, "(...) movida à força hidráulica fundada em 1908 e reconstruída em 1919 (...)".

Jornal *A Neve*, de 9 de Dezembro de 1920.

É constituído por duas áreas de exposição, uma sala de tratamento de espólio e uma antiga casa colmada.

Num esforço em atenuar os impactos negativos e, sempre que possível, em potencializar os recursos locais, foi criada, em 1993, a *A.D.E.R.E.-Peneda Gerês*¹⁵⁶⁰, Associação de Desenvolvimento Regional, entidade que abrange, não só a área protegida, como a totalidade dos cinco concelhos¹⁵⁶¹ em que se insere o Parque Nacional.

Todavia, na primeira década do séc. XXI, outras entidades de cariz associativo e empenhadas na valorização dos recursos locais actuam no Lima luso que estudamos, das quais salientamos, pelo impacto suscitado nas populações a *A.D.R.I.L*¹⁵⁶², a *A.D.R.I.M.I.N.H.O*¹⁵⁶³ e a *A.R.D.A.L*¹⁵⁶⁴ que, em articulação com as directivas e actividades do Parque Nacional, a exemplo do que acontece com a *A.D.E.R.E.-Peneda Gerês*, pretendem incrementar uma cultura de desenvolvimento e potenciação dos recursos locais assente na auscultação dos anseios e preocupações das populações, os genuínos agentes na mudança dos respectivos territórios.

Atendendo à pluralidade de entidades e organismos que as constituem, umas de carácter público (administração central e local), outras de carácter privado (associações empresariais e culturais), e de carácter cooperativo (cooperativas de agricultores), às estratégias e finalidades que as norteiam, a elaboração, no âmbito comunitário, de instrumentos de resposta aos variados programas de desenvolvimento regional e local para um

¹⁵⁶⁰ - A *A.D.E.R.E.-Peneda Gerês*, criada em 21 de Janeiro de 1993, cujos sócios fundadores foram o Instituto de Conservação da Natureza, a Comissão de Coordenação da Região Norte, as respectivas Câmaras Municipais (Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro) e a Comissão Regional do Alto Minho. Em 1994, a Assembleia Geral decidiu alargar a estrutura associativa às instituições: Associação de Criadores de Raça Cachena, Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Arcos de Valdevez, Clube de Caça e Pesca de Arcos de Valdevez; Clube de Caça e Pesca de Ponte da Barca; Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, União Desportiva Recreativa e Cultural de Cidadelhe, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arcos de Valdevez, Associação Industrial e Comercial de Arcos de Valdevez, Adere-Soajo, Escola Profissional do Alto Minho Interior, Associação Desportiva e Cultural de Gondoriz, Associação Desportiva e Cultural de Cabreiro, Associação Desportiva, Recreativa e Cultural do Lindoso, Associação Nacional de Criadores de Raça Garrano, Associação Nacional dos Criadores de Gado da Raça Barrosã, Associação Nacional dos Criadores de Gado da Raça Bravia, U.R.Z.E..M.E.L., Centro Paroquial da Freguesia do Vale.

¹⁵⁶¹ - Os concelhos de Arcos de Valdevez, Melgaço, Montalegre, Ponte da Barca e Terras de Bouro.

¹⁵⁶² - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima. Constituída em 17 de Julho de 1991, o sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela *V.A.L.I.M.A.* – Associação de Municípios do Vale do Lima, pelo *P.N.P.G.* – Parque Nacional da Peneda-Gerês, pela *R.T.A.M.* – Região de Turismo do Alto Minho e *I.S.P.V.C.* – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado inclui as seguintes associações: *T.U.R.I.H.A.B.* - Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez, Associação Empresarial de Ponte de Lima, *A.R.V.A.L.* - Artesãos Reunidos do Vale do Lima, Adegas Cooperativas de Ponte da Barca, *A.J.A.P.* - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adegas Cooperativas de Ponte de Lima, *AAVL* - Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, *A.E.V.A.L.* - Associação Empresarial Val do Límia e *C.E.V.A.L.* – Conselho Empresarial do Vale do Lima.

¹⁵⁶³ - Associação de Desenvolvimento Rural do Vale do Minho. Constituída em 12 de Agosto de 1994, a representação do sector público é feita pela Associação dos Municípios do Vale do Minho e pela Região de Turismo do Alto Minho, enquanto o sector privado integra a Associação de Agricultores de Paredes de Coura, Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, União Empresarial do Vale do Minho, *ADEMINHO* – Escola Profissional do Alto Minho Interior, Associação dos Jovens Agricultores do Minho, *APA* – Associação de Produtores de Alvarinho, *ACIVAC* – Associação Comercial e Industrial dos Vales do Ancora e Coura, Associação Comercial e Industrial dos Concelhos de Monção e Melgaço, *A.G.R.E.S.T.A.* – Associação de Agricultores do Minho, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Adegas Cooperativas Regionais de Monção, *TURIHAB* – Associação de Turismo de Habitação, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva – Melgaço Radical, *ACEB* – Associação para a Cooperação entre Baldios individuais e colectivos, Clube Celtas do Minho, Projecto Núcleo de Desenvolvimento Cultural de Vila Nova de Cerveira, *C.O.O.P.E.T.A.P.E.* – Cooperativa de Ensino, *CRL*, Quintas de Melgaço, Agricultura e Turismo, *S.A.*

¹⁵⁶⁴ - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima. Constituída em 29 de Fevereiro de 2000, tem como sócios promotores as seguintes instituições: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez; Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Cooperativa Agrícola dos Agricultores de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca; Associação Nacional dos Criadores da Raça Garrano; Associação dos Criadores da Raça Cachena; Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez; Núcleo de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa; Confraria de Nossa Senhora da Peneda.

Mundo Rural com graves problemas de desenvolvimento, destacaremos os inseridos nas *Iniciativas Comunitárias*¹⁵⁶⁵, das quais começamos por evidenciar as desencadeadas pelas "gerações" do Programa L.E.A.D.E.R.¹⁵⁶⁶.

Dentro das estratégias do L.E.A.D.E.R., salientamos a dinamização de projectos que valorizaram a recuperação das aldeias¹⁵⁶⁷ da "vila" (Soajo)¹⁵⁶⁸, do Castelo e Parada (Lindoso)¹⁵⁶⁹, no âmbito do *Turismo de Aldeia*¹⁵⁷⁰, proporcionando a baixo custo¹⁵⁷¹ uma oferta qualificada de alojamento turístico¹⁵⁷².

Para além da recuperação e oferta de alojamento, em que os principais actores foram os dezoito proprietários das casas restauradas¹⁵⁷³, houve a preocupação na preservação do ambiente tradicional, que é de elevada qualidade, pelo que destacamos, entre outras intervenções¹⁵⁷⁴, o restauro dos espigueiros privados com eira comunitária, no caso da "vila" do Soajo e do Castelo, além dos espigueiros, também, privados de Parada, o *ex-libris* de cada uma das três aldeias, além da pavimentação das "ruas" com extensas lajes de granito, a recuperação dos lavadouros comunitários e a revitalização das fontes emblemáticas das

¹⁵⁶⁵ - Distinguímos os Programas L.E.A.D.E.R., I.N.T.E.R.R.E.G. e A.G.R.O.

¹⁵⁶⁶ - O programa L.E.A.D.E.R., aplicado desde 1991 nas zonas elegíveis para os objectivos 1 e 5b), pretendeu essencialmente diversificar as actividades em mundo rural, na base do aproveitamento de recursos locais, nomeadamente o turismo, as pequenas unidades de produção artesanal ligadas à agricultura, à floresta e à cinegética, além de privilegiar a integração do turismo rural nas redes europeias de operadores de turismo, a recuperação de património cultural e paisagístico e a formação profissional das populações, designadamente as mais jovens.

Os resultados positivos obtidos no período de dez anos, explicados não só pelos princípios integradores dos projectos apresentados e dos recursos potencializados, mas principalmente pelo carácter descentralizador e pela capacidade de mobilização dos agentes locais, das entidades privadas, cooperativas e associativas com as entidades públicas de nível central, regional e local, justificam a sua manutenção no III Q.C.A. (2000-2006).

L.E.A.D.E.R. I (1990-1993), L.E.A.D.E.R. II (1994-1999); L.E.A.D.E.R.+ (2000-2006).

¹⁵⁶⁷ - A intervenção no Soajo desenvolveu-se no período de execução do L.E.A.D.E.R. I, enquanto a intervenção nas aldeias do Lindoso se deu no período de vigência do L.E.A.D.E.R. II.

¹⁵⁶⁸ - O projecto traduziu-se na recuperação de onze casas com expressão arquitectónica significativa e em estados diferentes de degradação, com o recurso a materiais e tecnologias tradicionais, que decorreu nos anos 1994/95.

¹⁵⁶⁹ - O projecto implementou-se em sete casas de traça tradicional, quatro no Castelo e três em Parada, cujas obras de recuperação se verificaram em 1999/2000, entrando em pleno funcionamento em 2001.

¹⁵⁷⁰ - O Turismo de Aldeia é um empreendimento composto no mínimo por 5 casas particulares situadas numa aldeia histórica, centros rurais ou aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem (Decreto-Lei. nº 169/97, de 04/07 — D.R. nº 152, I Série, Artº 9º).

¹⁵⁷¹ - O proprietário é participado, a fundo perdido, pelo Programa L.E.A.D.E.R. com 50% dos custos da recuperação, mas obriga-se a disponibilizar durante dez anos a casa para este tipo de turismo, o Turismo de Aldeia.

¹⁵⁷² - Constituinte uma variante em relação ao quadro regulamentar da legislação T.E.R., então em vigor, este tipo de oferta turística é global e gerida de forma integrada, criando-se, para esse efeito, a ADERE-SOAJO, Associação de Desenvolvimento Rural, cuja sede foi instalada na "vila", num edifício recuperado da ruína total, que sendo um dos exemplares marcantes da arquitectura tradicional local, constitui uma referência pedagógica a ter em conta em futuras reabilitações arquitectónicas.

Neste tipo de oferta turística não se verifica a coabitação com o proprietário, que reside na aldeia, a uma distância relativamente próxima, que lhe permite dar ao turista o apoio permanente e legalmente exigido.

¹⁵⁷³ - Evidenciamos, para o período de 1994-99 os contratos programa propostos pela ADERE-PENEDA GERÊS (Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda-Gerês), que envolveu os Ministérios do Ambiente, da Agricultura e do Planeamento e Administração do Território, além das respectivas Câmaras Municipais, para possibilitar a candidatura de projectos ao Programa Operacional do Ambiente (P.O.A.), dos quais destacamos as intervenções no estabelecimento do Saneamento Básico, no Abastecimento de Água, na Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos, na Rede Viária, na Recuperação de Regadios Tradicionais, nos Arranjos Urbanísticos, nomeadamente nas aldeias do Castelo, Parada, na "vila" do Soajo e na Peneda.

¹⁵⁷⁴ - Obras de restauro e recuperação, no período de 1994-99, que traduzem o resultado dos contratos programa promovidos pelas entidades jurídicas o Centro Rural Soajo/Lindoso, a ADERE-PENEDA GERÊS, que envolveu os Ministérios do Ambiente, da Agricultura e do Planeamento e Administração do Território, além das respectivas Câmaras Municipais, para possibilitar a candidatura de projectos ao Programa Operacional do Ambiente (P.O.A.), dos quais salientamos, neste momento, os Arranjos Urbanísticos, nomeadamente nas aldeias do Castelo, Parada, "vila" do Soajo e Peneda.

aldeias¹⁵⁷⁵, além da melhoria generalizada dos acessos.

A estas aldeias raianas se associa o complexo grandioso da Peneda, ou, talvez melhor, da Senhora da Peneda¹⁵⁷⁶. Constituído por um "nicho" de edifícios, que se impõem pela volumetria e majestosidade do granito, dos quais se destacam os *quartéis*, encontravam-se em estado elevado de deterioração, pelo que estão a ser alvo de um conjunto de acções de recuperação, o resultado de projectos enquadrados nas *Iniciativas Comunitárias*¹⁵⁷⁷.

Salientamos neste complexo renovado o "núcleo da Senhora da Peneda"¹⁵⁷⁸, a pousada da juventude, além das recuperações de outros edifícios¹⁵⁷⁹ e da implementação de infra-estruturas no saneamento básico e no abastecimento de água, assim como todo o arranjo urbanístico do largo principal e respectivos acessos.

Outros edifícios, nomeadamente três velhos *quartéis* aguardavam, em 2003, o momento da recuperação, que a curto prazo será efectuada, a crer na motivação das entidades em maximizar as oportunidades proporcionadas pelas *Iniciativas Comunitárias*.

Também as aldeias da "vila", no Soajo, Castelo e Parada, no Lindoso, na continuação da valorização do património proporcionada pelos programas L.E.A.D.E.R. estão a ser alvo de outras recuperações no âmbito do Programa A.G.R.I.S., nomeadamente o restauro das fachadas de edifícios degradados, mas de traça tradicional¹⁵⁸⁰, além da recuperação dos espaços e caminhos com interesse histórico-turístico, construindo-se, assim, e de modo gradual, as condições necessárias para que cada aldeia e áreas envolventes proporcionem uma melhoria na qualidade de vida, a que todo o cidadão tem direito.

A implementação de este tipo de projectos, que visam a recuperação de elementos construídos em decadência do mundo rural, estender-se-á, pela primeira vez, às aldeias de Ermelo (Igreja)¹⁵⁸¹ e Germil¹⁵⁸².

¹⁵⁷⁵ - Em Parada ainda se verificou uma intervenção no restauro de uma capela em pleno coração da aldeia, a Capela de Nossa Senhora do Amparo.

¹⁵⁷⁶ - Recordamos a grande afluência de peregrinos, principalmente na primeira semana de Setembro, que exigiu a construção de edifícios em granito, de grande dimensão, destinados ao alojamento desses romeiros oriundos de lugares tão distantes como Xinzo del Lima, ou Viana do Castelo, além das instalações, também grandiosas destinadas à Confraria., ou ao próprio Santuário.

¹⁵⁷⁷ - Obras de grande envergadura, que se verificam desde o séc. XX, e se prolongam na primeira década do séc. XXI, que exigem a apresentação de projectos integrados a envolverem, como já o afirmamos, um conjunto variado de entidades, para assim beneficiarem de Programas Comunitários como os L.E.A.D.E.R., I.N.T.E.R.R.E.G. e S.I.V.E.T.U.R. (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica), por exemplo.

¹⁵⁷⁸ - Constituído por uma pousada (10 quartos com casa de banho individual, uma sala de estar, uma sala de reuniões, uma sala de recepção e área de serviço), um hotel (de três estrelas) e um restaurante. Recuperação co-financiada pelo S.I.V.E.T.U.R. (Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica).

¹⁵⁷⁹ - A residência do Capelão e o edifício adjacente ao Santuário são destinados às funções da Irmandade da Senhora da Peneda.

¹⁵⁸⁰ - Programa A.G.R.I.S., Acção 7: "Valorização do Ambiente e do Património Rural", Subacção 7.1.: "Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural".

Entidade proponente a A.D.R.I.L..

¹⁵⁸¹ - Entidade proponente a A.R.D.A.L., no âmbito do Programa *Agris*, Subacção 7.1.: "Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural".

¹⁵⁸² - "(...) como finalidade operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projectos inovadores (...)".

Candidatura do Núcleo Rural de Germil à Acção 7.1 do Programa *Agris*, A.D.R.I.L., Ponte de Lima.

Evidenciamos a aldeia em Ermelo, pelo valor arquitectónico do "velho" Mosteiro dos Monges de Cister e pela traça *sui generis* das residências em decadência, que lhes são adjacentes, que, no conjunto, estruturam o largo principal, o do Mosteiro, que pela preciosidade ímpar que ostenta, já, deveria ter sido alvo de uma intervenção integrada, de modo a potencializar as possibilidades "latentes" que encerra.

Aldeias, que no Verão de 2004, não denotavam sinais das revitalizações em projecto, mas, que as populações, tendo como exemplos o Soajo e o Lindoso, aguardavam na expectativa de uma *benfeitoria* para a sua *terra* e, logicamente, uma valorização na qualidade de vida.

Ermelo, cuja aldeia, a da Igreja, é conhecida pela qualidade das laranjas¹⁵⁸³, que produz¹⁵⁸⁴, está a ser alvo da execução de um outro projecto¹⁵⁸⁵, no âmbito do Programa L.E.A.D.E.R.+ , que incide, por um lado, na conquista de mercados, que assegurem o escoamento da produção¹⁵⁸⁶, por outro, na implementação de um mecanismo de recolha, devidamente adaptado às condições locais¹⁵⁸⁷, sem esquecer o tipo de embalagem exigido pelo transporte adequado do citrino.

Outras iniciativas que favorecem a produção genuína local, a agrícola e a pecuária estão a ser implementadas no âmbito da *Política Agrícola Comum*, pelo que entendemos tornar-se pertinente fazer uma abordagem reflexiva, embora breve e global, sobre o impacto da Política Agrícola Comum nas condições de vida das populações limianas e de raia, além das prováveis incidências na estrutura territorial.

Há a recordar que a P.A.C. surgiu (1957)¹⁵⁸⁸ determinada em incentivar os agricultores da Europa do Centro no incremento de uma agricultura produtivista¹⁵⁸⁹, nomeadamente na produção e criação intensivas de *cereais* e de bovinos, nomeadamente na produção de leite, o

¹⁵⁸³ - Por curiosidade, trata-se de uma laranja de casca fina, sem sementes, muito sumarenta, produzida em moldes, totalmente tradicionais, sendo colhida nos meses que medeiam Fevereiro de Junho.

¹⁵⁸⁴ - Cerca de 500 laranjeiras "tradicionais" produzirão umas 50 toneladas de laranjas.

¹⁵⁸⁵ - Entidades envolvidas: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (A.R.D.A.L.), Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima (A.D.R.I.L.), Associação de Desenvolvimento Local de Ermelo (A.D.L.E.), e a então Associação de Municípios do Vale do Lima (VALIMA)

¹⁵⁸⁶ - Numa primeira fase, fez-se um estudo no mercado local a nível dos restaurantes, pastelarias e frutarias. Posteriormente, elaboraram-se e distribuíram-se desdobráveis e cartazes, com a colocação de um outdoor no centro de Arcos de Valdevez.

Com esta campanha todas as laranjas passaram a ser identificadas com um selo de garantia e os estabelecimentos que vendam o produto serão classificados como estabelecimentos recomendados.

¹⁵⁸⁷ - Está-se perante laranjeiras com muitas décadas de vida, altas, distribuídas por terraços suportados por socalcos, embora com uma altura reduzida, não se esquecendo os agentes da colheita, os proprietários numa faixa etária avançada.

¹⁵⁸⁸ - Tratado de Roma assinado em 1957 pelos seis países membros fundadores: Bélgica, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, República Federal Alemã.

¹⁵⁸⁹ - Principais objectivos da P.A.C.: Aumentar a produtividade na agricultura, desenvolvendo o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola, assim como uma utilização óptima dos factores de produção, nomeadamente de mão-de-obra; assegurar, assim, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento do rendimento individual dos que trabalham na agricultura; estabilizar os mercados; garantir a segurança dos abastecimentos; assegurar preços razoáveis aos consumidores.

"Tratado de Roma", 1957, artº 39º in Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, p. 13.

que implicou não só excessos de produção de este tipo de bens, mas disparidades estruturais e regionais, já, bem evidentes nos anos sessenta, em toda a Europa Comunitária.

Paradigma produtivista, cujas consequências justificaram, embora tardiamente (1975), a necessidade em se reconhecer não só um regime particular de ajuda em favor das "zonas agrícolas desfavorecidas"¹⁵⁹⁰, nas quais se incluem "as zonas de montanha"¹⁵⁹¹, como se implementar nos países de produção de elevado rendimento, embora de modo muito gradual, políticas de redução da capacidade agro-pecuária intensiva.

Contudo, a necessidade premente de uma reforma na *Política Agrícola Comum* justificou, em 1991, a divulgação do *Documento de Reflexão*, que, entre outros princípios e objectivos, admitiu como principais orientações da "nova agricultura europeia" a *multifuncionalidade* da agricultura¹⁵⁹², a *preservação*¹⁵⁹³ e a *diversificação* das fontes produtivas do mundo rural¹⁵⁹⁴, princípios que se "oficializaram", também de modo muito tímido, em 1992, com a institucionalização da "Nova P.A.C."

Recordamos que a entrada em vigor da "Nova PAC" se verifica no período de mudança, talvez o mais intenso e profundo da agricultura ibérica, nomeadamente a portuguesa, a decorrente da entrada de ambos os países na União Europeia.

Se no caso português e numa primeira fase (até 1990), os produtos agrícolas não estiveram sujeitos às regras e disciplina da componente de preços e mercados, embora os agricultores tivessem acesso imediato a toda a gama de apoios estruturais no âmbito do FEOGA-Orientação¹⁵⁹⁵, o trabalho que desenvolvemos e, já, devidamente explanado, levamos a questionar em que medida esta situação de excepção foi aproveitada pelas comunidades do Lima raiano em estudo, nomeadamente no campo das alterações estruturais, que são imprescindíveis na evolução positiva da agro-pastorícia.

Além disso, a investigação que efectuámos permite-nos, também, questionar se os incentivos da última década do séc. XX à produção de produtos endógenos pelos processos e

¹⁵⁹⁰ - Directiva do Conselho de 28 de Abril de 1975 (75/268/CEE), Título Primeiro.

¹⁵⁹¹ - "As zonas agrícolas desfavorecidas compreendem as zonas de montanha nas quais a actividade agrícola é necessária a fim de salvaguardar o espaço natural, nomeadamente por razões de protecção contra a erosão ou para corresponder a necessidades em matéria de tempos livres, bem como outras zonas onde a manutenção de um mínimo de povoamento ou a conservação do espaço natural não são asseguradas".

Directiva do Conselho de 28 de Abril de 1975 (75/268/CEE), Título Primeiro, artº 3 item 1.

¹⁵⁹² - "(...) À exploração agrícola, além da função produtiva de bens agrícolas, alimentares ou não, cabe-lhe outras competências, nos campos da protecção do ambiente e da paisagem rural, o que contribui para o desenvolvimento local e ordenamento do território (...).

Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, p. 31.

¹⁵⁹³ - O que implica assegurar um número suficientemente grande de agricultores ligados à terra.

Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, p. 31.

¹⁵⁹⁴ - "Postulado" que admite, o facto de o desenvolvimento rural não depender exclusivamente do sector agrícola.

Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, p. 31.

¹⁵⁹⁵ - No âmbito do F.E.O.G.A., um programa especialmente concebido para complementar a política estrutural comunitária criou-se um Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (P.E.D.A.P.), de modo a permitir uma flexibilização de acordo com o pronunciado atraso estrutural da nossa agricultura.

técnicas tradicionais, nomeadamente a criação de animais de pastoreio (raça bovina *cachena e barrosã*) em pastagens livres, ou, espécies de culturas (feijão, milho grosso ou batata) autóctones, através da concessão dos populares *subsídios* foram suficientemente motivadores, para que os residentes de este Lima raiano tomassem iniciativas capazes de fomentarem a agro-pastorícia, ou, outras actividades "locais" geradoras de novos rendimentos.

Se admitirmos que a P.A.C. não é na sua essência uma política de desenvolvimento rural, mas, talvez mais uma opção para um entendimento com a Organização Mundial de Comércio (O.M.C.)¹⁵⁹⁶, a União Europeia confrontar-se-á com a necessidade em incrementar uma política, cujas iniciativas favoreçam o espaço rural que, embora evidentes na reforma dos fundos estruturais de 1988¹⁵⁹⁷, ter-se-iam desenvolvido e destacado, apesar de distantes das expectativas criadas¹⁵⁹⁸ pela Agenda 2000¹⁵⁹⁹.

Outras iniciativas que favorecem a produção genuína local, a agrícola e a pecuária, estão a ser implementadas no âmbito das *Medidas Agro-Ambientais*, das quais salientamos as inseridas no *Plano Zonal Nacional da Peneda-Gerês*¹⁶⁰⁰, projecto de apoio ao rendimento proposto pela *ADERE-Peneda Gerês* em que participam outras Instituições¹⁶⁰¹ e que abrange todo o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Pretende-se com este projecto, por um lado, incentivar os agricultores na agro-

¹⁵⁹⁶ - Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, p. 43

¹⁵⁹⁷ - Com a reforma dos fundos estruturais foram definidos objectivos a atingir, assim como os correspondentes instrumentos de intervenção, que incluam as respectivas condições e modalidades de financiamento. Assim, os espaços rurais com problemas de desenvolvimento incluam-se nas zonas objectivo 1, 5a), mas, essencialmente na zona de objectivo 5b), como é o caso deste Lima raiano.

"(...) Nas zonas de objectivo 5b) (...) São definidas como prioridades a diversificação das actividades económicas, a conservação dos recursos naturais e do ambiente, o desenvolvimento das pequenas e médias empresas industriais, do turismo rural e dos produtos típicos, a melhoria da formação da mão-de-obra, assim como a criação ou melhoria da base de infra-estruturas.

Nas zonas de objectivo 5a) (...) De entre as acções elegíveis destacam-se as relativas à modernização das explorações, à instalação e apoio aos jovens agricultores, às indemnizações compensatórias destinadas aos agricultores das zonas desfavorecidas e à promoção da comercialização e transformação dos produtos agrícolas e florestais. (...)"

Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, p. 250.

¹⁵⁹⁸ - Com a Agenda 2 000 procurou-se um aprofundamento da "Nova PAC", de 1992, no sentido da substituição gradual das medidas de apoio de mercados e preços pelas ajudas directas aos rendimentos dos agricultores, com um conjunto de medidas agrupadas em nove capítulos: "(...) investimento nas explorações agrícolas; formação profissional; cessação antecipada de actividade; indemnizações compensatórias aos agricultores das zonas desfavorecidas e das zonas classificadas como tendo restrições ambientais; medidas agro-ambientais; medidas agro-florestais, melhoria das estruturas de comercialização e transformação; promoção, adaptação e desenvolvimento das zonas rurais(...)"

Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, p. 251.

¹⁵⁹⁹ - A Agenda 2 000 manteve o mesmo tipo de acções nas áreas de objectivo 1, incluindo no objectivo 2 "reconversão económica e social das zonas com dificuldades estruturais" as acções anteriormente financiadas pelos objectivos 5a) e 5b).

A Agenda 2000 introduziu o conceito de *segundo pilar* da PAC no intuito do reforço do desenvolvimento sectorial e rural, nomeadamente nos conceitos de multifuncionalidade da actividade agrícola, da qualidade e segurança alimentar, de bem-estar animal e das utilizações do solo para fins não alimentares.

Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, pp. 250-269.

¹⁶⁰⁰ - Inserido no projecto global intitulado *Dinamização e Apoio ao Desenvolvimento Sustentável* na área do P.N.P.G., que surgiu no âmbito do Programa A.G.R.I.S., Acção 8.

O *Plano Zonal do Parque Nacional da Peneda-Gerês* é constituído pela *Medida 1*, orientada no apoio às explorações agrícolas, segundo determinadas condições de área (entre os 0,3 e 2,5 ha) e de efectivo pecuário (8,22 cabeças de gado por exploração, mas, com um peso de equinos inferior a 20%, para as explorações com mais de 3 exemplares) e pela *Medida 2*, que incide na gestão integrada das áreas comunitárias, em termos globais os "baldios".

As candidaturas dos agricultores e órgãos de gestão dos "baldios" decorreram entre 14 de Fevereiro de 2005 e 29 de Abril de 2005.

¹⁶⁰¹ - Instituto da Conservação da Natureza/ Parque Nacional da Peneda-Gerês (I.C.N./P.N.P.G.), Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho (D.R.A.E.D.M.) e Direcção Regional de Turismo do Alto Minho (D.R.A.T.M.).

pastorícia tradicional¹⁶⁰², atribuindo-lhes um suplemento¹⁶⁰³, quando optam pela preservação das sementes tradicionais, das raças de pecuária autóctone e pela reparação e conservação dos socialcos, por outro, permitir que os órgãos de administração dos *baldios*, recuperem, entre outros elementos, por exemplo, os *poios* (socialcos) e as *cabanas* (casas abrigo dos pastores).

Embora nos encontremos perante um projecto em plena implementação, no momento que redigimos este relatório, esperamos que se traduza em resultados favoráveis para as populações, pelo menos, na melhoria da autoestima e na sensibilização para a necessidade da preservação de actividades e obras legadas pelas gerações, que as antecederam.

Se nos primeiros anos do séc. XXI, como já o comentámos, os incentivos comunitários, por exemplo, as *Medidas Compensatórias* no âmbito da criação de gado autóctone, *cacheño* e *barrosão*, justificam as explorações com várias dezenas de cabeça de animais, questionamos em que medida se está a contribuir para um desenvolvimento sustentado e duradouro das aldeias, quando os próprios criadores são os primeiros a admitirem o abandono da exploração no momento em que os *subsídios* caducarem.

Quando nos debruçamos sobre os "velhos" espaços agro-silvo-pastoris, de imediato questionamos, no âmbito das medidas agro-florestais, a pertinência de projectos de reflorestação, quando todos os verões se assiste a incêndios de dimensão acentuada, sempre explicados pela falta de reestruturação e reordenamento dos "velhos" espaços silvestres e os agrícolas, agora de *paul*.

Se um dos graves problemas da produção endógena, nomeadamente agrícola e pecuária, envolve a falta da publicitação e certificação da qualidade incontestável dos produtos, em que medida se está a trabalhar na construção de redes de comercialização, que conectem este Lima raiano aos consumidores europeus, exigentes na qualidade dos produtos, mas predispostos a pagarem um preço "à altura" da qualidade da aquisição?

Questões elementares que, de imediato, se levantam, quando se reflecte sobre o contributo da P.A.C. no desenvolvimento de espaços rarefeitos, com uma evolução negativa e continuada de habitantes.

Não esqueçamos que a revisão intercalar da P.A.C.¹⁶⁰⁴, em 2003, ao pretender reforçar a vertente do desenvolvimento rural¹⁶⁰⁵, se preocupou essencialmente em entusiasmar os

¹⁶⁰² - Uma ajuda base de 400€/Ha/Ano.

¹⁶⁰³ - Ajudas adicionais de 200 €/Ha/Ano para a conservação de sementes, 100 €/Ha/Ano para a preservação dos socialcos e 50 €/Ha/Ano para a manutenção das raças autóctones.

¹⁶⁰⁴ - Reestruturação prevista no quadro da Agenda 2000 entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

¹⁶⁰⁵ - "(...) Elementos da reforma que reforçam as medidas comunitárias de apoio ao desenvolvimento rural (o 2º Pilar da P.A.C.): Incentivos para melhorar a qualidade dos produtos e dos processos produtivos (...); Incentivos para o cumprimento das normas (...) tendo em vista uma correcta introdução da legislação comunitária sobre ambiente, saúde pública e animal, segurança no trabalho, etc.; Incentivos no domínio do bem-estar animal (...); A intensidade das ajudas aos jovens agricultores será aumentada (...)".

pequenos agricultores na diversificação de actividades, na criação da sua pequena empresa e outras iniciativas de muito pequena escala, em suma, no apoio à pluriactividade e plurirrendimento, medidas que vão ao encontro do colmatar de uma vasta gama de dificuldades sentidas pelos residentes limianos e de raia, que, desde há décadas, constataram não poderem depender,

Mas, o desenvolvimento sustentado, que se pretende, pressupõe a igualdade de oportunidades, tanto no acesso, como na manutenção dos postos de trabalho, independentemente do sexo, da idade, ou, das convicções, isto é, pressupõe a valorização social e profissional das actividades, que no caso da área em estudo, se encontram associadas ao sector agrícola e ao mundo rural.

Norteado por estes objectivos está em desenvolvimento no Lima português o projecto *Lima Agro-Rural para o Séc. XXI*¹⁶⁰⁶, que privilegia a problemática da população rural e do vale do Lima com deficientes habilitações e dificuldades de empregabilidade, precisamente as mulheres, os jovens à procura do primeiro e do novo emprego e os emigrantes regressados, abrangendo, na área em estudo, as freguesias de Germil, Entre Ambos-os-Rios e a Gavieira.

Se, em 2004, estava concluída a primeira fase, isto é, se tinha efectuado o diagnóstico das necessidades, a boa prossecução do projecto poderá corresponder, talvez, a uma das primeiras iniciativas, que ausculta e envolve as populações sobre decisões tão importantes como, por exemplo, a reflexão sobre as diferentes formas de discriminação, nomeadamente, no acesso ao trabalho, sobre a criação da própria empresa, embora de pequena dimensão, mas, fomentadora da empregabilidade.

Projecto em implementação que poderá ser um pronuncio de uma nova etapa no combate ao subdesenvolvimento, pois, se da recuperação do património, natural e construído, muitas das aldeias apresentam um resultado positivo, embora pese o *déficit* demográfico na maioria dos aglomerados, há que tomar novas iniciativas, as que valorizam o espírito crítico e a autoestima dos habitantes, através da informação e do conhecimento, de modo a que eles decidam e actuem, com determinação objectiva, sobre o rumo do seu torrão natal.

Área, que é raiana, que se insere, predominantemente num Parque Transfronteiriço, o do Gerês-Xurés, cujas equipas directivas partilham a necessidade em se fomentar, de modo coordenado, estratégias de afirmação positiva e capazes de corrigirem a perda continuada de influência dos respectivos territórios, esforçam-se em elaborar projectos de desenvolvimento

Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, p.177.

¹⁶⁰⁶ - Integrado no programa europeu *EQUAL - de igual para igual*, no período de vigência do III Q.C.A., 2000-2006, ocupa-se entre outras medidas, das de prevenção e de combate ao desemprego, de desenvolvimento de recursos humanos e promoção da igualdade de oportunidades para todos no acesso ao mercado de trabalho e na manutenção dos postos de trabalho.

sustentado, apoiados e incrementados pelas Iniciativas Comunitárias, das quais evidenciamos, neste momento, o I.N.T.E.R.R.E.G.¹⁶⁰⁷.

Antes de prosseguirmos, entendemos relembrar, as relações de cordialidade e de boa vizinhança que, desde sempre, existiu entre as populações de ambos os lados da fronteira, que, quase nunca coincidiam com as estabelecidas pelos respectivos poderes, regionais e nacionais, razões, que, em nosso entender, justificarão, o facto de nas duas primeiras gerações de Iniciativas Comunitárias, em que destacamos as do I.N.T.E.R.R.E.G., as medidas implementadas, corresponderem mais a programas aplicados a espaços de cada lado da fronteira, do que, propriamente, a acções de âmbito transfronteiriço.

Contudo, esse período foi de suma importância na implementação de infra-estruturas, nomeadamente no campo das acessibilidades e do ambiente, além de ter favorecido uma cultura de confiança e de cooperação transfronteiriça, bem patente nas orientações, estratégias e objectivos exarados no Documento Único de Programação I.N.T.E.R.R.E.G. III A, Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha, 2000-2006¹⁶⁰⁸.

É no âmbito de esta Iniciativa Comunitária, que se encontrava em fase de laboração, nos finais de 2005, o primeiro plano de ordenamento do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés, que traduzirá a cooperação e intercâmbio dos técnicos de ambas as nacionalidades e constituirá um exemplo dos esforços desenvolvidos pelas diferentes entidades de ambos os lados da fronteira¹⁶⁰⁹.

Parque transfronteiriço, instrumento através do qual as autoridades, lusas e espanholas, pretendem cooperar no âmbito ambiental, social e cultural, de modo a preservar e a

¹⁶⁰⁷ - O programa I.N.T.E.R.R.E.G. ao pretender colmatar os problemas de desenvolvimento derivados de um isolamento em relação às economias nacionais (zonas elegíveis do objectivo 1), promove, desde 1990, a cooperação entre as regiões fronteiriças, ou seja, o aumento da coesão regional mediante a constituição de redes de cooperação, que envolvem agentes privados e organismos públicos, estruturas institucionais e administrativas, os responsáveis pelo planeamento e respectiva implementação, bem como a mobilização da população local e dos respectivos recursos (desenvolvimento de base acentuadamente endógena).

A criação do Mercado Único Europeu permitiu a livre circulação de bens, pessoas e informação, contexto que favorece o fortalecimento de contactos entre lusos e espanhóis e o sentimento comum do afastamento em relação aos respectivos centros de decisão nacional. Deste modo, a cooperação transfronteiriça neste Lima raiano surge como um meio eficaz na mobilização das comunidades locais e regionais, ganhando, progressivamente, uma maior notoriedade, em primeiro lugar entre agentes políticos locais ou regionais, depois entre outras Instituições, em que se destacam o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés.

Os resultados positivos conseguidos nos últimos dez anos do séc. XX (I.N.T.E.R.R.E.G. I -1990-1993) e (I.N.T.E.R.R.E.G. II - 1994-1999), traduzidos na colmatação de parte das carências em infra-estruturas básicas, como as acessibilidades, o saneamento a distribuição da água, favoreceram o estabelecimento de novas parcerias e redes transfronteiriças no âmbito do novo programa, o I.N.T.E.R.R.E.G. III (2000-2006).

¹⁶⁰⁸ - Os objectivos apresentados na proposta conjunta de Portugal e Espanha ao Programa de Iniciativa Comunitária I.N.T.E.R.R.E.G. III-Vertente A, ao privilegiarem o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos territórios de fronteira, exigem a adopção de estratégias, que envolvam, quer os recursos tradicionais (naturais e produtivos), quer os recursos de inovação e conhecimento. Reconhece não só a necessidade da valorização dos recursos próprios, naturais, culturais e construídos, como a necessidade em atrair e fixar outros recursos, outros residentes e "chamar" mais fluxos de visitantes, em suma, reconhece que, há que ter a capacidade suficiente na dinamização dos recursos do território e do meio ambiente em interacção com o potencial humano e a sociedade do conhecimento.

Então, privilegia quatro eixos: a Dotação de infra-estruturas, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço; a Valorização, promoção e conservação do meio ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais; o Desenvolvimento sócio-económico e promoção da empregabilidade; o Fomento da cooperação e integração social e institucional. Prioridades que, pelos desafios que representam, exigem a consolidação dos laços de cooperação das regiões transfronteiriças e a canalização dos apoios para o fortalecimento da base produtiva e da valorização do mercado das produções locais.

¹⁶⁰⁹ - Recordamos cada Parque, possui *per si* um primeiro Plano de Ordenamento, a vigorar, no caso do luso, a partir de 1995, e o galego desde 1993.

desenvolver os respectivos valores patrimoniais, naturais e humanos, potencializando as normas estabelecidas para os espaços definidos nos respectivos *Planos de Ordenamento*¹⁶¹⁰, ainda em vigor, e que se coadunam com as estratégias de desenvolvimento previstas na programação comunitária¹⁶¹¹.

A cooperação entre as duas áreas protegidas, a exemplo das outras áreas portuguesas e espanholas de fronteira, encontrarão, a curto e médio prazo, dificuldades no aprofundamento da cooperação, as resultantes, por exemplo, da inviabilidade de se poder constituir uma estrutura única, verdadeiramente transfronteiriça, que coordene a cooperação, por causa das distintas personalidades jurídicas e do carácter supraestatal de que se revestiria.

Não nos poderemos esquecer que, apesar da identidade comum de problemas de ambos os lados, a fronteira é um sinal de separação que continua a determinar o relacionamento entre os dois países, embora possa ser esbatida pela permeabilização das barreiras físicas, económicas, sociais e, mesmo, psicológicas.

A preciosidade dos patrimónios, natural, humano e paisagístico, complementados pelos produtos regionais do primeiro parque transfronteiriço europeu, é motivo suficiente para que as entidades responsáveis, portuguesas e galegas, incentivadas pelos propósitos das *Iniciativas Comunitárias*, nomeadamente o I.N.T.E.R.R.E.G, continuem a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de compatibilizarem estratégias de dinamização territorial, em que se privilegia a sustentabilidade do meio ambiente, dos espaços e paisagens classificados de protegidos.

7.1.4. O turismo, uma actividade emergente

Não nos cansamos em lembrar que os espaços e paisagens em estudo se, por um

¹⁶¹⁰ - O Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês considera três áreas específicas: a de ambiente natural, a de ambiente rural e a social.

Enquanto a área de ambiente natural abrange uma terça parte do território protegido e na qual se distingue, pela importância das espécies a conservar, as zonas de protecção "total, parcial e complementar", a área de ambiente rural abrange os territórios humanizados, por excelência, os territórios destinados à agricultura e à pastorícia, considerando-se as zonas "agrícola, florestal, silvo-pastoril, de protecção aos recursos e sistemas naturais, de intervenção específica qualificada, de protecção ao património cultural e as albufeiras", e a área social engloba os territórios totalmente humanizados, na qual se distingue as zonas urbana (os aglomerados), e as de recreio e turismo.

O Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais do Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés estabelece as zonas de "reserva integral, protecção especial, renovação florestal, cultivos, massas de água, de serviço, núcleos urbanos).

Fontes: *Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês*, Decreto-lei 151/95, de 24 de Junho.

Plan de Ordenación dos recursos naturais, Decreto 32/1993, de 11 de Fevereiro

¹⁶¹¹ - Limitámo-nos, pelas razões já apresentadas e relacionadas com o facto de nos encontrarmos em pleno período de execução das acções aprovadas, a referir três dos vários projectos de Cooperação transfronteiriça, INTERREG III A, aprovados em Abril de 2003:

- "Espacios Protegidos Galicia y Norte de Portugal" e subscrito pelo I.C.N.- P.N.P.G., Câmaras Municipais (Ponte de Lima, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Montalegre), A.D.E.R.E.-P.G. e Dirección General Conservación Naturaleza.

Em relação ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, o projecto abrange um conjunto de actividades das quais distinguimos: Publicações e Materiais de Apoio; Estudos e Actuações de Ordenamento Turístico; Estudos e Actuações de Desenvolvimento Local.

- "Ordenación Florestal y Gestión Sostenible del territorio de Lima-Limia" coordenado pela então V.A.L.I.M.A., Câmaras Municipais (Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Viana do Castelo) e Diputación Provincial de Ourense.

- "Rede de Abastecimento de Água e Saneamento (Vale do Lima)" da responsabilidade da então VALIMA, Câmaras Municipais (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), Augas de Galicia.

lado, se caracterizam pela baixa densidade física e relacional agravada pelo massivo êxodo rural das últimas décadas, por outro, são portadores de conteúdos paisagístico e cultural de valor inestimável, gerados no tempo multissecular por comunidades que desenvolveram uma matriz identitária assente em valores de solidariedade e de harmonia consigo mesmas e com a natureza que as envolve.

Transformações sociais e económicas das últimas décadas, que "coloca" a agropastorícia como actividade secundária, porque a posição social e económica dos residentes não depende do seu rendimento, o que implica, a exemplo de outros espaços rurais europeus de baixa densidade, a emergência de outras formas de entender e reorganizar estas paisagens limianas.

Quando questionamos paisagens, como são as do Lima raiano, identificadas por uma matriz assente em património natural e paisagístico, humano e cultural, de valor incalculável, a sua reorganização em muito dependerá da forma como forem definidas e estabelecidas prioridades na potencialização de recursos, agora "adormecidos", mas, capazes de estimularem outras actividades e permitirem uma igualdade de oportunidades ao limiano de raia, o que favorece, também, a preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Amenidades emergentes numa outra área de actividades locais, as do turismo e do lazer, nomeadamente no âmbito do Turismo de Natureza, modalidade que assegura a protecção e a valorização de estes espaços e paisagens categorizados de protegidos.

Porém, antes de prosseguirmos, entendemos lembrar princípios metodológicos que justificámos no início da investigação e por vários momentos, já, adoptados, ou seja, privilegiar a área portuguesa no estudo das problemáticas, que exigiram um pormenorizado trabalho de campo.

Deste modo, ao pretendermos questionar recursos endógenos vocacionados para a implementação de um turismo de qualidade no Lima raiano em estudo, incidimos, preferencialmente, a nossa pesquisa nos espaços lusos, nomeadamente, para a elaboração de cartografia adequada, não nos escusando, contudo, em comentar de um modo mais global, a situação galega.

Como já o questionámos, a exemplo do que se verifica na Galiza, uma conjugação de esforços, paulatinamente urdida, se tem verificado na área lusa e a partir da década de noventa do séc. XX, entre os responsáveis do Parque Nacional da Peneda-Gerês, das jovens Associações Locais de Desenvolvimento, dos organismos autárquicos e por uma franja, ainda muito reduzida, da população local no sentido em se promover, por um lado, a divulgação das paisagens e espaços com uma beleza ímpar e impregnados de história e cultura, por outro

lado, em se criarem condições para a implementação de equipamentos, que permitam ao visitante a utilização da informação de acordo com os interesses, que justificaram a sua estadia (Fig. 151).

Nas ofertas de alojamento, sem esquecermos em Lobios o complexo da instância termal de Baños, no Rio Caldo, ou, as unidades residenciais nas sedes dos concelhos de Entrimo e Lobios, destacamos na Gavieira a *veranda* de S. Bento de Cando com os respectivos *quartéis* e a aldeia da Peneda com a pousada da juventude, o hotel e a pousada, enquanto surgem em Castro Laboreiro, na Vila, as várias unidades residenciais e no Castelo do Lindoso a única residencial.

Destacam-se, também, as estruturas de alojamento do *Instituto da Conservação da Natureza-P.N.P.G.* e geridas pela *A.D.E.R.E.-P.G.*, o parque de campismo¹⁶¹² e as "casas de natureza"¹⁶¹³, ou seja, as casas de campo¹⁶¹⁴, "velhas" residências dos extintos guardas florestais.

Não podemos, contudo, deixar de relembrar todas "as casas da floresta"¹⁶¹⁵, em número significativo, distribuídas pela *serra*, em estado total de abandono que, apenas, se consegue entender pela incúria e desleixo das entidades, que são responsáveis pela gestão da área protegida, mas, aparentemente indiferentes e alheios aos seus problemas.

Mas, debrucemo-nos, no âmbito do *Turismo de Aldeia*¹⁶¹⁶, sobre as três aldeias, a da "vila", no Soajo, e as do Castelo e Parada, no Lindoso, povoações com o património recuperado, do qual se destacam as dezoito casas restauradas.

Aldeias com o ambiente preservado e a autoestima dos residentes, dos quais se salientam os proprietários dos alojamentos, bem incentivada, exigiam uma promoção de qualidade da modalidade turística, que apresentam¹⁶¹⁷. Motivos suficientes para que se implementasse uma rede internacional de divulgação de este tipo de oferta turística, a *Associação do Turismo de Aldeia, (A.T.A.)*¹⁶¹⁸ que, em 1999, lançou a imagem de marca

¹⁶¹² - Como já o afirmámos localiza-se em Entre Ambos-os-Rios e encontra-se em funcionamento no período de 15 de Maio a 30 de Setembro. Distinguímos, também, o Parque de Campismo, no concelho de Entrimo.

¹⁶¹³ - Na categoria de "casas da natureza" são classificadas as casas integradas em áreas protegidas, destinadas a proporcionar mediante remuneração, serviços de hospedagem e que, pela sua implantação e características arquitectónicas contribuam decisivamente para a criação de um produto integrado de valorização turística e ambiental das regiões onde se inserem".

Decreto-Lei n.º 47/99, art.º 2.º, n.º1.

¹⁶¹⁴ - Classificação da Direcção Geral de Turismo.

¹⁶¹⁵ - Designação que as populações atribuíam, genericamente, às habitações dos ex-guardas da floresta.

¹⁶¹⁶ - No concelho de Entrimo existem unidades de alojamento inseridas no Turismo de Aldeia na Feira Vella e em Asperelo.

¹⁶¹⁷ - Apesar da A.D.E.R.E.-SOAJO continuar a ter, em 2001, entre outros objectivos, gerir a oferta global do Turismo de Aldeia na "vila", apenas, uma unidade integrava a sua Central de Reservas.

¹⁶¹⁸ - A A.T.A. com sede em Ponte de Lima, também financiada pelo L.E.A.D.E.R. II, resultou da cooperação entre a A.D.R.I.L. (Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima), promotora base, a A.D.R.I.M.I.N.H.O (Associação de Desenvolvimento Rural do Vale do Minho), a A.T.A.H.C.A. (Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave) e, posteriormente, a SOL-DO-AVE (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave), lançou, em 1999, a imagem de marca *Aldeias de Portugal*, rede nacional para a promoção, organização e comercialização do Turismo Rural, mais concretamente o *Turismo de Aldeia*.

Aldeias de Portugal.

Ciente da importância da divulgação de esta forma de turismo de qualidade além fronteiras, a A.T.A. estabeleceu, em 2000, cooperação com a Itália¹⁶¹⁹, através do A.E.I.E., *Agrupamento Europeu de Interesse Económico - Aldeias de Tradição*¹⁶²⁰ e com a T.U.R.I.H.A.B.-*Solares de Portugal*¹⁶²¹, a C.E.N.T.E.R., *Central Nacional para o Turismo no Espaço Rural*¹⁶²².

Estando inseridas numa rede internacional, que faz a divulgação do turismo em espaço rural, mas de elevada qualidade, as três aldeias reúnem, desde 2000, as condições para que o seu mercado de oferta de alojamento, rapidamente ultrapassasse os limites regionais e nacionais e se disponibilizasse para clientes tão exigentes, como por exemplo, os de uma Europa Central.

Exemplos de alojamento que denominamos de *formal*, que, de modo nenhum, responde à intensidade da procura verificada nos períodos, quer de Verão, quer das festas de ano, nomeadamente o Ano Novo, o Carnaval e a Páscoa, levando os visitantes a recorrerem ao universo vasto das casas particulares não legalizadas, nem certificadas, que designamos por *alojamento informal*¹⁶²³ (Fig. 151), por sinal, bem mais significativo, não só pelo efectivo de famílias envolvidas, como pelo fluxo turístico que dinamiza.

Problema, em nossa opinião grave que, muito provavelmente, as medidas preconizadas no P.O.A.T.A.L, ao viabilizarem a construção de várias unidades de alojamento turístico, virão, em larga medida, solucionar¹⁶²⁴ (Fig. 151).

Um efectivo significativo de turistas, nomeadamente estrangeiros, motivado em descobrir e usufruir uma Natureza de ambiente tranquilo e não poluído é atraído pelas aptidões paisagísticas e silvícolas, que conferem uma tónica de excelente qualidade a todo o Lima raiano em estudo, tanto o luso como o galego mapa dos espaços turísticos.

Em simultâneo, espaços existem que reúnem, também, um património multimilénar que os envolve numa auréola de cultura, nomeadamente a pré-histórica e a medieval

¹⁶¹⁹ - Como observadores subscreveram o consórcio entidades da Holanda e da Galiza (Val do Limia).

¹⁶²⁰ - *Aldeias de Tradição* é uma rede transnacional para a promoção do Turismo Rural, mais concretamente o *Turismo de Aldeia*, que em 2001 integrava aldeias recuperadas em Itália, na Holanda, além das portuguesas.

¹⁶²¹ - Associação que agrega turismo de habitação e agro-turismo.

¹⁶²² - A C.E.N.T.E.R. ao integrar formas distintas de turismo rural, mas que se complementam, o Turismo de Aldeia que atinge, sobretudo, classes mais jovens, apreciadores da montanha, do contacto directo com as populações e o Turismo de Habitação, que privilegia a convivência com a família, terá como metas a atingir, para além da promoção conjunta e recíproca, que já existe, das duas modalidades, a organização de uma central comum de reservas e a reorganização do Turismo em Espaço Rural.

¹⁶²³ - Não nos esqueceremos dos verões de 2000 a 2004 a facilidade com que éramos abordados na berma da estrada internacional Entre Ambos-os-Rios/Madalena por famílias que se faziam transportar nos seus automóveis para nos questionar sobre a existência de casas particulares disponíveis para alojamento temporário. Por sua vez, os proprietários, numa atitude de publicidade, nos mostravam as seus alojamentos disponíveis e nos entregavam os seus cartões para divulgar entre os possíveis interessados.

¹⁶²⁴ - O *Plano de Ordenamento das Albufeiras do Touvedo e Alto Lindoso* (P.O.A.T.A.L.) prevê a implementação de alojamentos turísticos nas aldeias do Castelo, na margem direita da barragem do Alto do Lindoso, na margem esquerda da mesma albufeira, mas, junto à fronteira com a Espanha, em Tamenté, além de uma pousada da juventude em Ermelo.

Fig. 151 - Lima raiano: um espaço turístico (uma amostra: área lusa)

(Figs. 4 e 5, pp. 67 e 93), capaz de fomentar uma outra modalidade de turismo de elevada qualidade, o histórico-cultural, muito vocacionada não só para o grupo de investigadores e intelectuais, como para todo o público curioso em descobrir a sua identidade (Fig. 151).

Espaços imbuídos, ainda, pelos *usos e costumes imemoriais*, que dinamizaram as actividades agro-pastoris da primeira metade do séc. XX (Fig. 23, p. 231 e Fig. 151).

Condições naturais e culturais que justificaram o facto de as entidades responsáveis pela gestão do Parque Nacional, a exemplo dos responsáveis pelo Parque Natural da Baixa Limia, terem, nos últimos anos, multiplicado a divulgação de trilhos pedestres, com base nos velhos carreiros e sendas utilizados, quer pelo gado de pastoreio, quer pelos actores do "contrabando", em que se destaca os *sítios* com testemunhos das culturas milenárias.

É muito frequente, quando percorremos a *serra* de ambas as margens do Lima, encontrarmos pares de jovens e adultos, por princípio, a falarem inglês, mas também o francês, orientados pelos roteiros produzidos por ambos os Parques, o Nacional Peneda-Gerês e o Natural Baixa Limia-Serra do Xurés, a descobrirem as sendas, os velhos carreiros tortuosos, que, além de proporcionarem paisagens de beleza ímpar, possibilitam não só o encontro com laivos das culturas pré-histórica, romana e medieval mas, principalmente, com os *usos e costumes* de uma sociedade agro-silvo-pastoril do séc. XX (Figs. 21, 22 e 120, pp. 213, 219 e 543; Fig. 151).

Independentemente da dinâmica turística, já, verificada e a que fomos sensíveis na observação adstrita à própria *serra*, entendemos que dever-se-á questionar o "ambiente turístico" que se pretende, de facto, implementar nas duas margens limianas, tomando, como exemplo, as aldeias da "vila", no Soajo, e a do Castelo, no Lindoso, nos quatro primeiros anos do séc. XXI.

No Castelo, embora a afluência turística fosse elevada, a aldeia não "perdia" a matriz ambiental que a especifica, e que justificamos pelo nível cultural do turista que a visitava. Utilizava, por princípio, meio de transporte próprio, preocupava-se em visitar a fortificação, o castelo do Lindoso, recolher a maior variedade possível de conhecimentos sobre os fragmentos de história, que o monumento simboliza e o respectivo museu documenta, inteirar-se da obra "monumental" em que se traduz a albufeira do Alto Lindoso, além de visitar outros exemplos multisseculares do património da aldeia.

Uma grande maioria manuseava com muito à vontade um mapa e, em casos esporádicos, a bússola, além de se preocupar em perguntar por elementos de interesse a visitar, mas que tinham dificuldade em encontrar. Predominava o visitante, que demonstrava ter estudado a sua deslocação e, por tal, era decisivo e resoluto na busca dos exemplos, que

tinha, previamente decidido observar.

Não nos esquecemos, numa das nossas longas conversas com dois moradores, passar no caminho tortuoso um casal, a que um dos residentes desde logo, se apressou em informar-nos, sem que nada tivéssemos perguntado (...) *são estrangeiros que andam a conhecer a nossa aldeia* (...).

Era o visitante que permanecia, apenas, as horas necessárias para a efectuação da "exploração", partindo, de imediato, em virtude da carência, por exemplo, de restaurantes e de unidades de alojamento¹⁶²⁵.

No mesmo período, no Soajo, na "vila", circulavam muitas das dezenas de visitantes, que se adensavam nas margens do rio Adrão, *a praia do rio Adrão*, que, pelos comportamentos assumidos¹⁶²⁶, nomeadamente no contacto com os residentes, demonstravam sinais evidentes de uma falta de sensibilidade perante o ambiente que os envolvia, o rural e *serrano*, pelo que se tornaria necessário um certificado comprovativo da frequência, com sucesso, de um Curso em Educação Ambiental, como condição necessária para a usufruição de áreas de *montanha*.

Além de estes, existia o visitante das excursões, em que permanecia durante um período nunca superior a uma hora, o tempo suficiente para que se refrescasse num dos bares da aldeia, para, depois, partir rumo a outras direcções.

Na "vila" tinha grande significado aquele turista, o residente nas grandes cidades, principalmente Lisboa, que se alojava durante os fins-de-semana e por períodos mais prolongados, a fim de explorar e "usufruir" a *serra*, contribuindo para um movimento intenso e atípico nas ruas da aldeia, descaracterizando-as e "absorvendo" os próprios habitantes¹⁶²⁷.

Temos que admitir que ficamos surpreendidos, quando entrámos em contacto com a realidade turística do Soajo, que, de um modo global, nos impressionou pela "massividade", que entendemos não favorecer um turismo de natureza e cultural, que se pretende de qualidade.

De um modo informal, questionámos muitos residentes da "vila", de ambos os sexos e com experiências e histórias de vida muito diferentes, que se distribuía por distintos grupos etários, sobre o modo como estavam a reagir ao epifenómeno turístico. Todos foram unânimes em lamentar o modo "ativo e superior" como eram abordados pela grande maioria

¹⁶²⁵ - Apenas em 2003 surgiu um restaurante e, em 2004 abriu uma unidade residencial. Relembramos que as três casas de turismo de aldeia abriram em 2001.

¹⁶²⁶ - Eram em grande número, principalmente ao fim-de-semana, utilizavam o transporte próprio, que na *praia do rio Adrão* evadiam a propriedade privada para o descanso e as merendas, deixando um rasto de papéis, sacos de plástico e detritos a infestar o ambiente.

¹⁶²⁷ - Relembramos que a "vila" já se encontrava com um conjunto de equipamentos, que vão desde as casas de turismo de aldeia aos dois restaurantes, da agência bancária à farmácia, ou, da cabeleireira aos mini-mercados e que justificam a capacidade de "retenção" do turista que vem, por princípio, de Lisboa.

desses visitantes, sem pensar naqueles exemplos cujos comportamentos os levavam a intitulá-los de *estrangeiros maus*. Excluímos os proprietários das casas de turismo de aldeia e dos restaurantes que, embora, os não elogiassem, se remetiam ao silêncio, pois o rendimento auferido, assim o justificava.

Exemplos de turistas¹⁶²⁸ e modos de fazer turismo, que esperamos que enriqueça o debate sobre o tipo de dinâmicas a fomentar com a implementação dos variados projectos proporcionados pelo *Plano de Ordenamento das Albufeiras de Touvedo e do Alto Lindoso* (Fig. 151, p. 767).

Encontramo-nos perante uma área protegida, que ostenta um espelho de água, o da albufeira do Alto Lindoso, ainda por potencializar, em termos de dinâmica turística, embora os próximos anos se adivinhem promissores na oferta de actividades aquáticas não poluidoras e suficientemente importantes na atracção de outras gentes, nomeadamente estrangeiros, além da capitalização de recursos e investimentos que, em muito poderão contribuir para um desenvolvimento sustentado deste Lima raiano (Fig. 151, p. 767).

Plano de ordenamento, que em termos globais, privilegia as actividades lúdicas e de lazer, nomeadamente a prática de desportos não poluentes, como a navegação recreativa a remos, à vela e a pedais, ou, a implementação de um edificado com funções meramente turísticas¹⁶²⁹, do qual salientamos uma pousada para a juventude¹⁶³⁰ e os quatro empreendimentos turísticos¹⁶³¹, além da estalagem da E.D.P. ser alvo de recuperação específica¹⁶³².

Não esquecemos a sacrificada aldeia da Várzea, que, a sul, poderá assistir ao aparecimento de uma área de recreio, de pesca e de lazer, além de um ancoradouro, de acordo com as normas descritas no próprio regulamento.

Pela área distribuir-se-ão parques de merenda, ancoradouros, áreas de recreio, de pesca e de lazer, distinguindo-se a aldeia da Igreja, em Entre Ambos-os-Rios pela previsão de um espaço, que virá a desempenhar as funções de uma das "portas de entrada no Parque Nacional da Peneda-Gerês", ou seja, um espaço que dá as boas vindas ao visitante e disponibiliza

¹⁶²⁸ - Foi uma tónica dominante nas aldeias do Soajo a má aceitação dos visitantes, por parte dos residentes, que designamos por uma não conformação "silenciosa", uma vez que a população se remete ao silêncio, pronunciando-se, apenas, quando tem confiança no interlocutor, e que justificam pela privacidade que lhes foi roubada, além da insegurança criada, que os impede, por exemplo, de uma mulher, sozinha, se deslocar à *serra*, para *ver o gado*, atitude, que, outrora, fazia sem qualquer problema.

¹⁶²⁹ - Estruturas de alojamento que resolverão o problema do aluguer "informal" e generalizado de residências nas aldeias de Britelo, Soajo, Gavieira e Castro Laboreiro nos períodos de Verão e festas de ano.

¹⁶³⁰ - Implementar-se-á na mancha a sul da aldeia de Ermelo e terá uma capacidade máxima de oitenta camas.

¹⁶³¹ - A norte do aglomerado de Tamente; na margem direita da barragem do Lindoso (capacidade máxima de 15 quartos); Noroeste da aldeia do Castelo; área junto à fronteira com a Espanha (capacidade máxima de 10 quartos). Empreendimentos que podem atingir os dois pisos, com excepção para aquele que se implementar na margem direita da albufeira do Alto do Lindoso, cuja *cércea* não ultrapassará um piso.

¹⁶³² - Na área que envolve a estalagem são permitidas obras de beneficiação e de recuperação, desde que se mantenha a altura total da construção e a área de implementação dos edifícios, permitindo-se, também, a construção de infra-estruturas de apoio à actividade turística.

informação sobre a área protegida, por exemplo, locais de interesse a observar, ou, a rede viária intraparque.

No Lima luso, que estudamos, está prevista, também, a construção de uma outra "porta de entrada no Parque"¹⁶³³, a do Mezio, com a mesma finalidade, ou seja, a de receber e dar apoio, através de informação variada, aos potenciais visitantes (Fig. 151, p. 767).

Cada "porta" desenvolverá, no âmbito cultural, um determinado tema, já seleccionado, de acordo com as características dominantes do território envolvente. Assim, enquanto a "porta" do Mezio privilegiará os conhecimentos sobre "Fauna e a Flora", a de Entre Ambos-os-Rios incidirá na "Geologia e a Água", o domínio da informação a ser concedida.

Janelas de oportunidade cujos empreendimentos, caso sejam de facto estruturados numa perspectiva de integração no meio envolvente, rentabilizarão espaços e paisagens, que não perdendo a matriz cultural e paisagística, farão de esta secção do Lima um espaço de descanso e lazer por excelência para habitantes dos centros citadinos, de que muito poderão beneficiar as respectivas populações pelas oportunidades na fixação da sua mão-de-obra.

Esperemos que "um outro P.O.A.T.A.L." surja nos espaços ribeirinhos da albufeira, que se estende em Espanha, cujas orientações deverão, em nossa opinião, ser determinadas em coordenação com o plano português.

Relembramos que em 2005 o *Plano de Ordenamento do Parque Internacional Gerês/Xurés* encontrava-se, ainda, em fase de laboração, mas, já traduzirá, por ventura, o esforço de ambas as entidades em incrementar uma estrita colaboração e coordenação no ordenamento da área protegida internacional.

Somos de opinião que esse interesse revelado por ambas as entidades, a portuguesa e a espanhola, se deve repercutir no ordenamento dos espaços limítrofes a toda a albufeira, independentemente, da nacionalidade dos territórios pelos quais o espelho de água se estende. Só, assim, se potencializará da melhor maneira, quer em rentabilidade, quer em equilíbrio ambiental, um empreendimento da envergadura da Albufeira do Alto Lindoso que abrange territórios internacionais.

Mas, retomemos toda a riqueza arqueológica e etnográfica do Lima raiano em estudo, pelo que se justifica que relembremos, no caso do território português, os quatro núcleos museológicos distribuídos pela Ermida, Entre Ambos-os-Rios, Castelo e Vila (Castro Laboreiro).

Reflectiremos sobre o ecomuseu, precisamente o núcleo museológico de Castro

¹⁶³³ - Portas de entrada do Parque que serão implementadas em acção conjunta das respectivas Câmaras Municipais e da Associação de Desenvolvimento das Regiões do Parque Nacional da Peneda- Gerês (A.D.E.R.E. Peneda-Gerês).

Laboreiro, não só por ser a unidade mais jovem do efectivo implementado na área em estudo, como pelas razões que justificarão a sua implementação, o despovoamento acelerado, passivamente aceite, das suas aldeias, principalmente as *verandas* e as *inverneiras*¹⁶³⁴.

Deixamos para os especialistas, nomeadamente os antropólogos, as variadas problemáticas que nos inícios do séc. XXI envolvem a construção de este tipo de museus, mas estamos cientes que serão sempre locais de encontro e confronto de culturas, uma, a local, passivamente aceite como extinta, ou, em vias de extinção, pelos respectivos órgãos responsáveis, a outra, a dos visitantes, a da modernidade e a da urbanidade, que salvo excepções, se deleitam ao longo de umas horas em observar, mas, frequentemente sem entenderem os modos de vida de outrora, ou, talvez melhor, os modos de vida daqueles que, frequentemente, catalogam de desprovidos de "cultura e civilização".

Se um dos objectivos principais que se pretendem atingir com a construção da unidade é a preservação da memória da cultura endógena impregnada dos valores natos da comunidade *verandeja*, que se encontra em elevado estado de agonia, a sua construção implicou a recolha de património, o construído, no qual se inclui o pré-histórico, o natural impregnado pelo cultural, os usos e costumes, ou seja, pelos modos de vida oriundos de *tempos imemoriais*.

Iniciativa que, desde logo, teve adesão espontânea das populações, pois, houve que reconstituir todo o ciclo de vida do castrejo de há uns cinquenta anos, através das peças e instrumentos, generosamente oferecidos pelos proprietários, animadas por uma série de imagens, em base digital, que reproduzem os espaços e as paisagens, as festas, canseiras e trabalhos das famílias e da comunidade.

Montagem fotográfica e documental, devidamente tratada e organizada, que será apresentada aos grupos de turistas, que, após o "filme passado", serão convidados a efectuarem um percurso pelas *verandas* e *inverneiras*, aldeias, em sono profundo, talvez, mergulhadas num pesadelo, que não passará, porque lhes falta a alma e a vida que, apenas, os naturais, que estão ausentes, eram capazes de lhes insuflar¹⁶³⁵.

Se concordamos, em parte, com os objectivos que se pretendem atingir com a implementação do ecomuseu, como geógrafa, entendemos que dever-se-á fazer um esforço na recriação de estratégias, que permitam a fixação de um limiar mínimo de residentes, pois a

¹⁶³⁴ - Como esta problemática foi desenvolvida no Capítulo 2, *O povoamento serrano*, recordemos, apenas, o povoamento *sui generis* castrejo, que denominámos de "duplo" povoamento, pelo facto de parte da população realizar, anualmente e com carácter sazonal, duas deslocações, que justificavam a residência, no período que medeia o Natal da Páscoa, nas *inverneiras*, e os meses restantes do ano nas *verandas* respectivas. Movimentos, que na última década diminuíram drasticamente e num futuro próximo tenderão a acabar, de certo modo explicado pelo facto de estes lugares correrem o sério risco de ficarem despovoados.

¹⁶³⁵ - Um dos motivos que justificou o empreendimento, baseia-se, precisamente, no pressuposto do despovoamento total das *verandas* e *inverneiras*, declaradamente admitido e, pacificamente, aceite por técnicos responsáveis pelo projecto.

preservação do lugar exige a presença de uma comunidade, mesmo com um número limitado de elementos, mas, os suficientes para garantirem a sua vivência. Entristecemos-nos com as auréolas de núcleos rurais fantasmas, que delinearão, a um curto prazo, as duas margens do *rio Grande*, que as entidades responsáveis pela gestão "sustentada" do Parque, naturalmente, aceitam como factos adquiridos e jamais ultrapassáveis.

Obra grandiosa, que em muito enobrece a freguesia, mas, que esquece e subalterniza os personagens mais importantes, aqueles que trabalham e querem dinamizar o seu território, as pessoas que residem no exterior e, quando regressam, continuam a optar por outros centros urbanos para viverem *os anos da reforma*.

Se o núcleo museológico de Castro Laboreiro, pela própria essência, corresponde a um empreendimento de grande valor cultural, a sua construção não pode justificar a aceitação, de modo passivo, dos danos resultantes do esvaimento da gente castreja, apesar de toda a animação e ilustração que o possam caracterizar, pois nunca passará de um espaço morto que favorece e apressa a "mumificação" não só dos lugares de "duplo povoamento" como do *modus vivendi* dos *verandeiros*.

Em que medida os investimentos envolvidos, que foram avultados, na implementação da obra, não poderiam ter sido devidamente aplicados num plano integrado de desenvolvimento da freguesia, que envolvesse, também, entre outros, o investimento castrejo, ou seja, o investimento dos naturais, quer nela residam, ou não?

É com projectos decididos à revelia dos verdadeiros interessados, neste caso, os castrejos, que se consegue criar oportunidades, que viabilizem a fixação de um efectivo "mínimo" de residentes, também, exigido pelas redes incentivadoras, mesmo de baixa densidade, do desenvolvimento?

Um Centro Cívico e outro de Informação, também funcionam em Castro Laboreiro, na Vila, no intuito de dar apoio ao turista, que não só usufrui a paisagem pelas longas caminhadas que a *serra* lhe proporciona, como pela cultura que pode constatar, quando calcorreia o *planalto* e se confronta, por exemplo, com um efectivo significativo de construções do megalitismo.

Turismo de Natureza, cujas estratégias utilizadas pretendem incentivar o turista na descoberta da cultura local, ao propor-lhe, por um lado, a realização das longas caminhadas no *planalto* que o confrontam com as civilizações multimilenares, por outro, ao pô-lo em contacto com uma gama de produtos de fabrico artesanal, além de *usos e costumes* com tradição secular.

Integrado no aproveitamento de recursos próprios, com raiz ancestral, dever-se-á

enveredar esforços na recriação de condições para a produção daqueles bens, outrora, indispensáveis na confecção do vestuário, como a lã dos ovinos, o linho, que se cultivava no Soajo, Lindoso, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, ou, de um modo generalizado na área galega.

Actualmente, assiste-se, quer na área galega, quer na lusa, ao reinício da apicultura, em virtude da qualidade do mel, que se explica pelas características ímpares das urzes e das carquejas, que florescem e matizam, de modo indiferenciado, no período da Primavera e Verão, as serras da Peneda e da Amarela, do Laboreiro e os Montes do Quinxo.

Se a apicultura é a actividade que se encontra a florescer pela área em estudo¹⁶³⁶, é no campo da gastronomia, nomeadamente, na produção de fumados de origem porcina, que mais incide a produção artesanal.

Destacamos no Rodeiro, em Castro Laboreiro, a unidade artesanal de produção de derivados porcinos¹⁶³⁷, uma empresa familiar em que trabalhavam, em 2004, três membros da mesma família, por sinal uma família que tinha sido imigrante em França, auxiliados por assalariados do sexo feminino, em momentos de acumulação de trabalho, como são aqueles que antecedem a abertura de uma feira de divulgação de produtos locais.

O grande problema com que se debatiam os proprietários relacionava-se com a dificuldade em conseguirem uma rede de locais de venda, que lhes assegurasse um escoamento sensivelmente constante ao longo do ano. Se possuíam um posto de venda na Vila, a sede da freguesia, uma "banca" no Solar Alvarinho e abasteciam um minimercado em Monção, a par de restaurantes sitiados em Braga e no Porto, eram as feiras de divulgação de este tipo de produtos, que constituíam os principais mercados.

Desde a de Melgaço, na qual tinham ganho o prémio dos produtos de melhor qualidade, deslocavam-se a todas aquelas, que se distribuíam por uma área, que, já, ultrapassava, em 2004, o sul do Porto.

Também no intuito em divulgar e promover os produtos regionais realiza-se na área lusa, anualmente e em alternância, uma Feira-mostra, ou, no Lindoso à sombra do Castelo, ou, no Soajo em redor do Pelourinho¹⁶³⁸.

Pretende-se com este tipo de iniciativas não só atrair visitantes, mas animar e entusiasmar as populações em enveredar por actividades, que contribuam para que as fontes

¹⁶³⁶ - Se o mel da Peneda, do Soajo, ou Amarela, em virtude da qualidade que o caracteriza, tem nos primeiros anos do séc. XXI assegurado o escoamento nos mercados urbanos, a produção é, também, incentivada pelos apoios de âmbito comunitário à produção .

¹⁶³⁷ - Na implementação teve um subsídio, no âmbito comunitário no valor de "13 500 contos", começou a funcionar em Outubro de 2002, tendo a capacidade para transformar em derivados 5 a 6 porcos por semana.

¹⁶³⁸ - Reiniciar actividades tradicionais, como a apicultura, ou um artesanato, como os bordados, o trabalhar da lã, a dos ovinos, ou a cestaria, por exemplo, são iniciativas, que diferentes Associações de Desenvolvimento Local se esforçam em dinamizar, quando elucidam e apoiam os residentes na apresentação de propostas às diversas medidas comunitárias enquadradas no item "Valorização dos Recursos Naturais e Culturais".

de rendimento se diversifiquem, desde as relacionadas com o emprego fomentado pela actividade turística em ascensão, à produção endógena de cariz artesanal, cuja procura em muito dependerá do ritmo de evolução do turismo, sem esquecer a agro-silvo-pastorícia, que urge reorganizar em moldes sustentados.

A realidade que constatámos ao longo dos primeiros cinco anos do século actual, permite-nos inferir que, se o património se constrói e, quando recuperado e preservado, é, também, fenómeno em constante evolução, porque os bens comuns, naturais e culturais, com as suas indesmentíveis funções de uso e fruição contêm em si todo um manancial de desenvolvimento, a reestruturação da paisagem limiana e de raia assumirá relevância quando, por um lado, envolver a actividade turística com todas as consequências a ela inerente, por outro, não esquecer que é a agro-pastorícia e todas as actividades a ela associadas, embora num quadro da modernidade, a única actividade, por ser endógena, capaz de garantir a fixação de residentes no limiar necessário à sustentabilidade do Ambiente, cuja qualidade se torna imperativo manter.

2. Desafios de um Lima raiano: uma proposta síntese de desenvolvimento

Mesmo correndo o risco de nos repetir, não será demais lembrar, em breve nota, que a área que investigámos, um território ocupado pelo homem desde a pré-história, perdeu forte massa humana nas últimas décadas, porque não resistiu ao êxodo para o estrangeiro e principais regiões urbanas nacionais, em consequência do maior grau de desfavorecimento dos sistemas agro-pastoris extensivos e das dificuldades decorrentes das intervenções humanas exógenas, de carácter impositivo, como foram as políticas florestais dos anos quarenta/cinquenta e, mais recentemente, as decisões em se criar, no quadro em vigor, o Parque Nacional Peneda-Gerês (1971)¹⁶³⁹.

Recordamos os impactos não só da florestação, como das políticas de conservação da natureza nos "velhos" sistemas agrários, na flora e fauna existentes espaços agro-silvo-pastoris e habitados.

Por outro lado, a evolução positiva de infra-estruturas culturais, educativas e de saúde das últimas décadas, lusas e galegas, não acompanhou a falta de oportunidades profissionais para a população activa mais jovem, confrontando-se este grupo etário, com um nível de formação tendencialmente mais elevado, com a inexistência, de acordo com a formação adquirida, de saídas profissionais na sua região.

¹⁶³⁹ - Como já o afirmámos, as populações galegas, ainda, não se "ressentiam", em 2003, das restrições criadas pelo Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés (1993), que entendemos e explicamos não só pela sua "juventude", mas pelo facto de incidir, essencialmente em áreas que não incluem núcleos de povoamento.

Ainda há a não esquecer, em ambos os lados da fronteira, o avolumar dos problemas de cariz ambiental e decorrentes do abandono rural, por exemplo, os da erosão e os dos incêndios florestais.

Ora, a dinâmica positiva, que se pretende para este Lima raiano, enquadrada nas políticas agrícolas e de desenvolvimento rural da União Europeia¹⁶⁴⁰, terá que inverter as perdas da vitalidade demográfica e económica, a acção repulsiva sobre as populações e a respectiva capacidade de investimento.

O desenvolvimento tem que ser sustentável, tanto no âmbito ecológico, como no económico, social e cultural, pelo que será um processo dinâmico, em evolução, ajustado às necessidades da população contemporânea, sem pôr em causa as opções das gerações futuras¹⁶⁴¹.

Apesar da subjectividade que envolve este conceito, considerámos na área que estudamos, para além das iniciativas já incrementadas, em nosso entender, tímidas por ficarem muito aquém das expectativas criadas pela própria legislação europeia, como necessidades prementes, a valorização, de facto, das paisagens física, humanizada e cultural, através da conservação do património natural e dos espaços naturais, da recuperação do edificado multissecular e da consideração das identidades locais, reforçadas pela autoestima elevada e o sentido de pertença da população limiana e de raia.

Então, que desenvolvimento para o "nosso" Lima raiano, cuja importância ultrapassa, e em muito, o seu peso na componente produtiva, porque desempenha *funções vitais* para a comunidade nacional e internacional, que envolvem o preservar do ambiente, da paisagem e do património, os "pilares" da história e da identidade do povo do Noroeste Peninsular?

Como já o afirmámos, o desenvolvimento da área em estudo traduzir-se-á numa questão de densidades, a da massa crítica dos meios humanos, a da actividade económica e a dos centros urbanos¹⁶⁴².

Que Política de Desenvolvimento Rural, ou, talvez melhor, como conjugar, por um

¹⁶⁴⁰ - " O desenvolvimento rural sustentável deve ser uma das prioridades da União Europeia e tornar-se um princípio fundamental de qualquer política rural no futuro próximo e após o alargamento. Esse desenvolvimento deve ter como objectivos inverter o processo de êxodo rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, responder ao crescente pedido de mais qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer e melhorar o bem estar das populações. Assim, a necessidade de preservar e melhorar a qualidade do ambiente rural deve ser integrada em todas as políticas comunitárias relativas ao desenvolvimento rural. É necessário estabelecer um maior equilíbrio de gastos públicos, dos investimentos em infraestruturas e dos serviços nas áreas da educação, da saúde e das comunicações entre as zonas rurais e urbanas".

"Declaração de Cork", ponto nº 1, 1997, in Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, p. 53.

¹⁶⁴¹ - "As políticas devem promover um desenvolvimento rural que fomente a qualidade e a amenidade das paisagens rurais europeias para que a sua utilização pelas gerações actuais não prejudique as opções das gerações futuras. No que respeita às acções locais, devemos sempre estar conscientes das nossas responsabilidades globais".

"Declaração de Cork", ponto nº 4, 1997, in Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, p. 54.

¹⁶⁴² - "(...) Só existirá um mundo rural dinâmico se dispuser de uma estrutura urbana dinâmica e bem hierarquizada (...)".

Cunha, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na era da Globalização*, Coimbra, Liv. Almedina, p. 258.

lado, o reforço da componente de desenvolvimento rural da P.A.C.¹⁶⁴³, numa perspectiva mais optimista da P.A.R.C., por outro, os instrumentos tão valiosos, pela importância e carácter inovador no apoio e incentivo ao desenvolvimento de áreas rurais e raianas consideradas periféricas, os programas L.E.A.D.E.R., I.N.T.E.R.R.E.G, ou, A.G.R.O., para os espaços e paisagens à espreita de oportunidades, como são aqueles que estudamos, os limianos e de fronteira?

Área em estudo equipada por uma rede viária, que entendemos estar de acordo com as amenidades¹⁶⁴⁴ a potencializar, na qual distinguimos a "externa"¹⁶⁴⁵, que aproxima a região metropolitana do Porto aos principais núcleos urbanos da Galiza, e a "interna" cujo traçado inclui a via internacional Ponte da Barca a Ourense, eixo organizador de um esquema viário, traçado de acordo com o movimento e acidentado do relevo, como que "obrigando" o viajante a usufruir, calmamente, a tranquilidade e belezas paisagísticas, à medida que se aproxima dos variados lugares que, independentemente da dimensão, têm, sempre, a servi-los um eixo de comunicação.

Contudo, a rede de transportes públicos é, objectivamente, deficiente porque, ou, não atinge todas as localidades, ou, a frequência de autocarros, as *carreiras*, é muito reduzida, com a excepção no período escolar, devido à necessidade em transportar os jovens alunos, que frequentam as Escolas sitiadas nas respectivas sedes dos concelhos.

O transporte privado é, na área em estudo, uma ferramenta de trabalho para o grupo activo, que exerce a sua profissão nos lugares limítrofes, ou, o meio indispensável para o ancião que necessita, por exemplo, de uma consulta médica na sede do concelho, que devido à idade se vê obrigado a recorrer ao carro de aluguer.

Se a área lusa possui uma rede de saneamento básico para todas as aldeias, na galega grande parte das localidades, ainda, carecia, em 2004, deste tipo de equipamento. Contudo,

¹⁶⁴³ - Em plena implementação (2000-2006) o *Plano Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural* designado por *Programa A.G.R.O.*, tem como finalidade desencadear uma acentuada interacção entre a agricultura, no caso em estudo, a agro-pastorícia, enquanto actividade tradicional, mas de cariz moderno, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais no âmbito ambiental, económico e social, pelo que assume, preferencialmente, duas orientações: a melhoria da competitividade agro-florestal e da sustentabilidade rural; o reforço do potencial humano e dos serviços à agricultura e áreas rurais.

Destacamos a *Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais* designada por *A.G.R.I.S.* muito próximo do *Plano de Desenvolvimento Rural* vulgarmente conhecido por *R.U.R.I.S.*

Na *Medida A.G.R.I.S.* salientamos, por entendermos ir ao encontro dos desafios do Lima em estudo, a *Ação 7, Valorização do Ambiente e do Património Rural*, que reforça a salvaguarda de valores ambientais associados à competitividade (Objectivo 1) e a valorização do potencial específico dos territórios (Objectivo 4), ao pretender a *Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais*, além da *Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais*.

O *Plano de Desenvolvimento Rural*, o *R.U.R.I.S.* com as quatro acções, *Medidas Agro Ambientais, Indemnizações Compensatórias, Florestação de Terras Agrícolas e Reforma Antecipada*, contribui de forma directa para a prossecução do objectivo estratégico da política agrícola e de desenvolvimento rural de promoção de uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável.

¹⁶⁴⁴ - "(...) As amenidades representam a natureza em todo o seu esplendor numa tripla dimensão: recursos naturais, biodiversidade e identidade cultural (...).

Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, p. 102.

¹⁶⁴⁵ - Dos eixos principais, distinguimos na área lusa, um litoral, o *ICI*, no sentido norte/sul, que faz a ligação de Viana do Castelo à Região Metropolitana do Porto, que se prolonga pelo litoral urbanizado da Galiza; outro, o *IC 28*, aproxima a cidade de Viana do Castelo a toda a bacia do Lima, continuando-se, também, para Espanha.

apenas, um número muito reduzido de alojamentos lusos estavam conectados ao sistema colector, ou, porque este não funcionava, ou, porque os proprietários do edificado tinham grande relutância em utilizá-lo, continuando a optar pela tradicional "fossa séptica".

Durante o período em que trabalhámos junto das populações, não encontramos qualquer *etar* para tratamento dos efluentes residuais, aspecto grave, pela perigosidade na contaminação das diferentes redes hidrográficas.

Não nos esquecemos, na área lusa, dos problemas resultantes da implementação do novo esquema de distribuição de água ao domicílio, que, as populações, em 2004, ainda, o rejeitavam, continuando a optar pela "sua" rede com mais de vinte anos de vida¹⁶⁴⁶.

Se se verifica a cobertura total da rede de distribuição de electricidade e, logicamente, a televisão, a que se acrescenta a cobertura total da rede telefónica fixa, mas, no que respeita à rede móvel ficam excluídos os lugares da freguesia de Gavieira e Castro Laboreiro, é, praticamente, inexistente a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, mesmo, nas sedes das autarquias, as Juntas de Freguesia, evidenciando-se em 2004 e na área lusa, as do Soajo, Britelo e Entre Ambos-os-Rios, com um computador e respectivo acesso à *internet*.

Relembramos que a rede escolar, independentemente do País, se encontra numa fase de grandes alterações, mercê da evolução negativa da natalidade e dos objectivos que norteiam o sistema de ensino obrigatório.

No âmbito sanitário, distinguimos na área lusa, em Castro Laboreiro, a Vila, que além de um Centro Médico tem, como o Soajo, na "vila", uma farmácia. Todas os residentes nas restantes aldeias se confrontam com a necessidade de se deslocarem à respectiva sede do concelho, para usufruírem um serviço a que todo o cidadão tem direito e de que "obrigatoriamente" necessita.

Nas aldeias galegas a situação não é muito diferente, localizando-se este tipo de serviços na sede dos respectivos concelhos e, no caso da Lobeira, também, na aldeia das Conchas, com um posto médico, aldeia limítrofe à área que estudamos.

Lembramos os centros hospitalares, sediados fora da área em estudo, que no caso luso,

¹⁶⁴⁶ - Forte contestação envolveu a implementação da nova rede de abastecimento de água, pela simples razão de que as populações, já tinham, sensivelmente há uns vinte anos, construído a sua "reserva de água", nas áreas de cabeceira, além da correspondente rede de distribuição, razão pela qual entenderem não se tornar necessário outro tipo de investimentos, apenas, justificados, segundo as opiniões locais, pela obrigatoriedade do pagamento mensal de um bem e equipamento, que lhes pertencia, caso que não acontecia nas vilas e cidades.

Nunca esqueceremos o modo angustiado e, por vezes, de revolta, quando no Verão de 2000, espontaneamente nos questionavam se entendíamos que fosse justo, que viessem a pagar, mensalmente, um bem e equipamentos, dos quais eram proprietários. Coincidiu a nossa primeira "visita" à Várzea e a Adrão, no períodos em que estavam a ser executadas as redes das condutas. Se na Várzea, onde reside uma comunidade muito sofredora, se limitavam a sussurrar sobre uma obra, com a qual estavam em total desacordo, em Adrão a situação foi mais curiosa. Tomaram-nos por uma técnica da Câmara Municipal, não acreditando, tão pouco, no Senhor que nos acompanhava, um habitante idóneo da aldeia, pelo que se limitavam a pedir que nos afastássemos. Resolvemos "parar" umas duas horas, falar com as pessoas mais receptivas, não nos sendo difícil criar a confiança suficiente, para que a comunidade estivesse ao "nosso dispor", num esforço máximo de colaboração, e procedermos ao levantamento, que estávamos dispostos a efectuar.

corresponde a um hospital de cariz regional e sediado em Viana do Castelo.

Em termos de equipamento social e de apoio aos idosos, destacamos, na área lusa, os centros de dia dos lugares da Igreja, em Entre Ambos-os-Rios, da "vila" no Soajo, e da Vila, em Castro Laboreiro, que fazem a cobertura domiciliária, respectivamente da margem esquerda e direita limiana, enquanto na Galiza eles se remetem para a sede dos respectivos concelhos, a exemplo dos lares, também para idosos, e indiferentemente do país.

Idosos que se evidenciam na estrutura etária do efectivo demográfico de ambos os países (Fig. 48, p. 296), enquanto se regista, de um modo global e nas últimas décadas, uma variação negativa dos seus residentes (Figs. 37 e 38, pp. 275 e 277).

Distinguem-se no Lima luso, para a década de 1991/2001, apenas, onze lugares (19,6%) que assistiram a um aumento dos seus residentes (Fig. 152). Nestes, salientamos Froufe, Portela e Seara, cuja evolução positiva se explica pelo regresso, com carácter definitivo, de um grupo "significativo" de naturais, que durante longas décadas trabalharam no exterior, nomeadamente nos Estados Unidos e na França.

Num esforço em diferenciarmos as aldeias numa perspectiva de discriminação positiva, evidenciamos os sete lugares (12,5%) cuja variação negativa é, apesar de tudo, inferior a 10% (mapa: um espaço de futuro). As restantes aldeias, trinta e oito, (67,8%) salientam-se pelo ritmo acentuado de despovoamento (Fig. 152).

Nas vinte e oito aldeias, cujos habitantes com uma idade inferior a 19 anos, atingem, comparativamente, o "maior peso" no efectivo populacional, embora com valores inseridos no modesto intervalo dos 10 e 30% da população residente, vinte lugares "acumulam" um total de activos que se integram, predominantemente, no sector dos serviços (Fig. 152).

Mas, são vinte e quatro as aldeias lusas cujos activos se distribuía, preferencialmente, pela construção civil e pelos serviços, entendidos como os trabalhos prestados, essencialmente em Lares e Escolas (Figs. 46 e 47, pp. 293 e 294; Fig. 152).

Se o sector primário em 2000 se caracterizava pelo menor peso no efectivo dos empregados (Fig. 42, p. 289) e englobava, principalmente, a população com uma idade superior aos 55 anos, entendemos, não só pela investigação que efectuámos junto dos residentes, como pelo efectivo de animais de pastoreio que, ainda, povoavam os diferentes lugares (Figs. 112 e 113, pp. 513 e 514), que um número significativo de aldeias (vinte e uma) apresentavam, em 2004 (Fig. 152), condições favoráveis ao desenvolvimento da secular agro-silvo-pastorícia, mas, a "reconverter" em função das exigências do séc. XXI.

Ora, o "rejuvenescimento" da actividade agro-pastoril exige, em primeiro lugar, que se

Fig. 152 - Lima raiano: um território com futuro (uma amostra: área lusa)

faça um aproveitamento racional da *serra*, ou seja, há que proceder a um estudo rigoroso e cuidado dos espaços *agrários e silvícolas*, de modo a processar-se uma gestão, que permita a distribuição, de acordo com as condições naturais e de exposição geográfica das manchas de floresta, de pastagem e de culturas, sem nunca se esquecer a recuperação e preservação do ambiente.

De facto, torna-se imperioso, em primeiro lugar, que os espaços silvestres sejam devidamente estudados para que se potencialize os recursos, agora, "adormecidos" e negligenciados, a fim de se enveredar por um autêntico ordenamento da *serra*.

Do desleixo generalizado, porque a *serra* está "entregue à sua sorte", resultam os fogos de Verão, que grassam de modo impiedoso, quer nas manchas de folhosas e resinosas, quer nas pastagens espontâneas que proliferam a altitudes variadas, ou, nos velhos espaços cultivados e, agora, de *paul* (Figs. 136, 137, 138, 139, 140, 141 e 142, pp. 689, 693, 695, 697, 699, 703 e 709).

Além disso, as pastagens que não são devoradas pelos fogos de Verão tornam-se, cada vez mais pobres, ásperas e amargas para os animais que, sofregamente, deambulam em busca do alimento suculento que, de ano para ano, rareia, enquanto as parcelas de cultura desaparecem, porque o ancião se limita a pastorear os seus ovinos nas beiras dos caminhos, que circundam o núcleo povoado¹⁶⁴⁷.

Se a reconversão da extensa mancha silvícola, em que se destaca *a de exploração em comum*, exige o redimensionamento da mancha florestal, a recuperação e o incremento de novas áreas de pastagens¹⁶⁴⁸, o reaproveitamento dos "velhos" espaços cultivados pressupõe o incentivo à produção de espécies vegetais locais, alimentares como a do feijão¹⁶⁴⁹ consociado com o milho e a da batata, e não alimentares como determinadas espécies medicinais¹⁶⁵⁰ e ornamentais¹⁶⁵¹.

Somos de opinião que o reordenamento integrado e equilibrado dos espaços *serranos* e de raia, que estudamos, só responderá às necessidades das populações e do meio ambiente que

¹⁶⁴⁷ - Alertamos que não apresentamos uma proposta específica de ocupação do solo dos espaços *serranos*, porque entendemos que não se trata de um objectivo que se insira, propriamente, no âmbito da Geografia Humana, como é o nosso trabalho. Tratar-se-á de uma temática a ser minuciosamente estudada numa investigação específica sobre espaços silvestres, por exemplo, no foro da Geografia Física, ou, da Engenharia Florestal.

¹⁶⁴⁸ - No gado bovino, principal receita da famílias-exploração através da venda das *crias*, há que ter em atenção a não "conspiração" com outras espécies alógenas, privilegiando-se as raças locais, com denominação de origem protegida (D.O.P.) e já, certificada, como é o caso, por exemplo, da raça *cachena* e a *barrosã*.

A raça *cachena*, também, conhecida pela designação de Cabreira, Carramelha ou Carramilhinha. A área geográfica de produção está delimitada no Despacho nº 3934/98 (2ª série) e abrange as *serras* da Peneda e Amarela.

¹⁶⁴⁹ - Destacamos o feijão *Tarreste*, designação sob a qual os agricultores englobam todos os feijões rasteiros, que se distribuem por uma variedade de formas, tamanhos e cores.

¹⁶⁵⁰ - Por exemplo, a bretónica, o hipericão, a milfurada e a uva do monte.

¹⁶⁵¹ - Distinguimos o azereiro e o azevinho.

as envolve, se pressupor a valorização da agro-silvo-pastorícia¹⁶⁵² que, para além da racionalização das associações vegetais, silvícolas e forrageiras, implica o reinventar de espaços, como os das *inverneiras* e *verandas*, dos *currais* e dos *poulos*, e o das próprias aldeias sem residentes, que constituem a matriz do *habitat* (Figs. 18, 21, 22 e 120, pp. 195, 213, 219 e 543). Também implica a recuperação dos caminhos e das calçadas, que aproximam os cimos da *serra* aos fundos de vale, dos sistemas de condução e distribuição das águas de rega, dos muros de arrimo (socalcos) para o terraceamento dos solos, dos monumentais *fojos* do lobo, sem esquecer as casas dos ex-guardas florestais, actualmente em ruína.

Uma vez os espaços silvícolas e agrícolas devidamente ordenados e racionalizados, o Lima em estudo apresentará as condições necessárias a uma actividade agro-pastoril, que envolva aquele turista desejoso em participar nas actividades com *tempo imemorial*, complementando, assim, as vertentes histórico-cultural e ambiental da modalidade Turismo da Natureza, que, na transição do século, começa a despelotar.

Somos de opinião que a associação, ou, melhor, o planeamento integrado entre agro-silvo-pastorícia, turismo em espaços *serranos* e ordenamento territorial será a melhor solução para que, com muita inteligência e imaginação, se possa fazer emergir, de facto, uma nova vida nos territórios que estudamos, aparentemente agrestes, mas, que num futuro próximo, poderão corresponder, mesmo a nível nacional, às melhores bolsas de oportunidades¹⁶⁵³.

Na "área ribeirinha", que envolve as albufeiras do Alto do Lindoso e do Touvedo, em período muito próximo, surgirá um espaço de lazer, naturalmente, vocacionado para desportos aquáticos não poluidores, devidamente equipado com uma bolsa de alojamentos, que englobará tanto as casas de Turismo de Aldeia na "vila", no Soajo, ou, no Castelo e em Parada, no Lindoso, como o hotel e as unidades residenciais a construir¹⁶⁵⁴ (Fig. 152, p. 781).

Espaço de lazer e turismo que se estenderá pelas vertentes das serras Amarela e do Soajo voltadas para o rio Lima, em cujos patamares se praticaria uma agro-pastorícia "aberta"

¹⁶⁵² - Uma das muitas dificuldades que se relacionam com a agro-pastorícia e desenvolvimento rural, para além das limitações orçamentais, incide na determinação das compensações/indemnizações a atribuir ao criador de gado em regime extensivo, ou, à exploração rural pela produção/manutenção de bens públicos com qualidade (as linhas de água límpidas e transparentes; a atmosfera impregnada pelos odores das urzes e carquejas, que matizam as extensas manchas que recobrem a *serra* e, apenas, feridas pelos cortes silenciosos da *barrosã*, que deambula, de modo pachorrento, a proibição das batidas ao lobo e o abate de outros animais que devoram as culturas ...) e prestação de serviços (a construção civil muito controlada, a proibição de grande número de actividades, que "estragam" o ambiente calmo e sossegado ...), que pela própria natureza não é possível o mercado valorizá-los.

Imposições a título gratuito, que deverão ser substituídas, por contrapartidas pecuniárias estabelecidas, ou, por subvenções contratuais, ou, meramente administrativas, ou, pela imposição de uma taxa a favor dos residentes, os garantes da qualidade do ambiente.

¹⁶⁵³ - O mercado de trabalho encontra-se, de certa forma, saturado nos centros urbanos. Ora, a atracção exercida pelo emprego urbano sobre os trabalhadores rurais, nas últimas décadas do séc. XX, tende a esvaír-se pela falta de oferta nos locais "tradicionais" de trabalho. Assim, o mundo rural esquecido espreita a oportunidade para que se rentabilizem as suas potencialidades deixadas durante longas décadas ao abandono. Não será a mudança de século o período promissor para a revitalização e recuperação dos recursos naturais e da identidade de um povo rural? Em que medida poderemos considerar o século XXI, o século marcado pelo emprego em se deslocar na direcção dos residentes em áreas rurais, descongestionando-se, assim, os territórios urbanos, tão saturados?

¹⁶⁵⁴ - Se o parque de alojamento turístico, em 2004, era muito deficitário em proporção à procura dos visitantes, passará a responder às necessidades do mercado em expansão, com a implementação das construções previstas no P.O.A.T.A.L. (que incluem desde um hotel a uma pousada da juventude) para a área ribeirinha da albufeira do Alto do Lindoso (mapa dos espaços de turismo).

ao turista que goste de participar em actividades *imemoriais* e efectuar longas caminhadas, através dos carreiros sinuosos, que o conduzem aos nichos de civilizações milenares.

Os vales da Gavieira e da Peneda, incrustados em plena serra da Peneda, com as cinco aldeias e respectivas *verandas*, constituem, em nossa opinião, um outro espaço de turismo e de lazer, o da serra da Peneda, com aptidões excepcionais para actividades associadas à silvo-agro-pastorícia e aos longos percursos exploratórios, não só dos povoados pré-medievais, como dos ambientes *serranos* (Fig. 152, p. 781).

Espaço com boas condições de alojamento proporcionadas pelo complexo da Senhora da Peneda, a que se acrescenta os Quartéis de S. Bento de Cando, as habitações, com uso sazonal, das *verandas* da Gavieira, devidamente recuperadas, constituiriam o refúgio e o abrigo para os visitantes, por princípio mais jovens, que preferem calcorrear a *serra* motivados, ou, pela actividade agro-pastoril e, ou, pelos percursos exploratórios dos patamares limianos.

Um outro espaço de lazer no Lima em estudo, o *planalto* castrejo com as unidades de alojamento da Vila, a que se acrescentariam as habitações, devidamente reconstruídas das *inverneiras* e *verandas*, em 2004, em decadência (fig. 152, p. 781).

O visitante partindo das *verandas* e, ou, *inverneiras* subia ao *planalto*, questionava as construções megalíticas, enquanto testemunhava as pastagens em *montes comuns* dos bovinos com duas nacionalidades, mas que os *usos e costumes imemoriais* se preocupa e teima em não considerar.

No Lima luso em estudo, consideramos "três espaços" de lazer e turismo, que distinguimos pelo movimento do relevo, pelos tons dos afloramentos rochosos que coroam os cimos da *serra*, pelas formas de ocupação do solo, pelos costumes e tradições que, embora distintos, tipificam o mesmo modo de vida, o agro-silvo-pastoril.

Como estruturas de apoio ao alojamento "instituído", e após uma recuperação que se torna urgente, utilizar-se-iam os velhos refúgios dos pastores, os *cortelhos* e as *cabanas* dispersas, ou, inseridas nos *poulos* e nos *currais*, além dos *fojos*, sem esquecer as decadentes casas dos ex-guardas florestais e as sendas tortuosas, que conduzem aos núcleos da presença do homem pré-medieval no âmago *serrano*.

Implementar-se-ia, também, dispersos pela *serra*, *bungalows* e outro tipo de alojamentos, que permitissem ao visitante que gosta da aventura, por princípio o mais jovem, a ligação constante ao ambiente *serrano*, mesmo, enquanto descansa das caminhadas efectuadas pelos velhos caminhos de pé posto, densamente percorridos na primeira metade do séc. XX, pelos animais de pastoreio e pelos residentes, os pastores e, ou, os homens do

contrabando.

Estratégias de conservação e desenvolvimento agro-ambiental, que despelotam outra gama variada de actividades nos territórios de ambas as nacionalidades. Salientamos as acções de formação de educação ambiental¹⁶⁵⁵, nomeadamente para jovens limianos de raia, que os motivasse para as problemáticas que envolvem a preservação e reutilização da natureza, do património e da cultura local, com a recuperação das práticas tradicionais.

Estamos cientes das dificuldades na consecução de uma proposta com estas características, que justificamos pela postura dominante da classe que decide não ser, infelizmente, favorável ao mundo rural, em virtude do poder e da cultura serem, na primeira década do séc. XXI, predominantemente urbanos.

Mas, quando reflectimos sobre as amenidades de este Lima raiano e sobre os evidentes sinais da procura, no período de 2000-2004 e no âmbito do turismo e do lazer, questionamos em que medida nos encontraremos no advento de uma nova economia limiana de raia, ou seja, uma "economia reticular de baixa densidade"¹⁶⁵⁶ suportada na oferta de produtos endógenos e complementares.

Somos de opinião que, apenas, este sector, o do turismo e do lazer reunirá condições, por ter capital próprio suficiente, endógeno, e, ou, de origem externa, nomeadamente, oriundo das grandes empresas nacionais, ou, mesmo internacionais, para recriar as condições necessárias a um reordenamento do Lima raiano em estudo.

A produção de investimento multifuncional e empreendimentos mais ou menos complexos, reconfigurá-lo-ão ao fomentar pequenas economias de aglomeração com, ou, sem base produtiva própria.

O futuro das actividades associadas ao turismo e lazer depende estreitamente da diversidade e diversificação, em regime de oferta integrada de produtos complementares¹⁶⁵⁷, que os espaços, que se sucedem em altitude, os "ribeirinhos" com as albufeiras, o dos núcleos povoados e o das altas pastagens (Fig. 152, p. 781) forem capazes de produzir.

Actividades que de um modo tímido e aleatório começam a emergir com a aplicação de projectos que emanam, ou, da P.A.C., numa perspectiva optimista, P.A.R.C., ou, das *Iniciativas Comunitárias*, que jovens associações de desenvolvimento "nascidas" em função

¹⁶⁵⁵ - Não podemos deixar de referir, em relação à área lusa, a Escola Superior Agrária, em Ponte de Lima, e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Instituições que disponibilizam formação na área dos estudos agro-rurais e turismo em espaço rural e de "montanha".

¹⁶⁵⁶ - ""(...) Esta economia de baixa densidade e intensidade é constituída por microempresas e produtos de pequena escala que fazem o trânsito multilocal, em primeira aproximação na rota das pequenas feiras e mercados, sempre à espreita de uma oportunidade que lhes aumente o valor específico e comercial. Tudo indica que se trata de uma actividade com uma elevada taxa de "mortalidade aparente", pois morrem e renascem com o mesmo vigor (...).""

Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, pp. 161-163.

¹⁶⁵⁷ - Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, p. 167.

das políticas de base comunitária¹⁶⁵⁸ elaboram e coordenam a respectiva implementação, no caso das lusas, a A.D.E.R.E.-P.N.P.G., a A.D.R.I.L. e A.R.D.A.L, que têm incidido nos territórios lusos em estudo, preferencialmente, nas aldeias do Soajo e do Lindoso.

Sem querermos retirar a importância de cada uma delas, na dinâmica limiana em estudo, ficámos convencidos, que trabalham de modo isolado e aleatório, apesar de referirem nos respectivos projectos de candidatura a colaboração de outras entidades, nomeadamente o P.N.P.G., justificando-se, assim, em nossa opinião, os resultados das acções implementadas que, embora proliferem, até em quantidade, se tornam incapazes de promover um ordenamento harmonioso, susceptível de criar amenidades e a oferta integrada de produtos complementares.

Não esquecemos, por exemplo, pelo significado de que se reveste, o prémio anual agricultura 2004, na categoria *Actividades Rurais* atribuído à A.R.D.A.L.¹⁶⁵⁹.

Todavia, somos de opinião que o desenvolvimento rural ao pretender-se sustentado e integrado terá que passar pelo estabelecimento de redes que articulem espaços humanamente rarefeitos com núcleos urbanos de pequena e média dimensão, de modo a superar as desvantagens da dispersão da oferta a fim de afirmar a sua qualidade diferenciada.

Então, questionamos, o desenvolvimento rural do séc. XXI compadecer-se-á com as dimensões de um concelho ou, pelo contrário, exigirá a implementação de fluxos com lugares, que ultrapassam a divisão administrativa concelhia, ou, mesmo o limiar nacional?

Estamos cientes da complexidade da problemática, que acabamos de levantar, por entrar no foro dos critérios, sempre difíceis de seleccionar, até por que implica questões de soberania nacional, mas, a ponderar na consideração de uma região.

Como geógrafa, entendemos que o "delinear" de uma região implica a individualização de uma unidade, como, por exemplo, a unidade geográfica que identificámos para os espaços e paisagens objecto desta investigação.

Entendemos que o Lima raiano, que distinguimos, poderia constituir "o núcleo" de um outro espaço mais vasto, que articularia, num limiar mínimo, as áreas de influência das sedes dos respectivos concelhos¹⁶⁶⁰, valorizando-se, também, as dimensões relacional e

¹⁶⁵⁸ - Constituíram-se para a implementação de Medidas integradas nas *Iniciativas Comunitárias*, nomeadamente nos Programas L.E.A.D.E.R. e o I.N.T.E.R.R.E.G..

¹⁶⁵⁹ - O júri considerou todo o esforço e actividades que a Associação desenvolveu na revitalização socioeconómica do concelho dos Arcos de Valdevez, nomeadamente na valorização das aldeias em infra-estruturas, como a electrificação das *verandas* da Gavieira, ou, a abertura e conservação de caminhos agrícolas e rurais, a recuperação de regadios tradicionais, como o da *veiga* de Tibo, a organização de feiras de artesanato, como a do Soajo, a recuperação de trilhos pedestres, como aqueles que envolvem as *verandas* da Gavieira, ou, o âmago da Serra da Peneda, passando pela Chã do Monte, o turismo nas modalidades da natureza, religioso, pedestrianismo e montanhismo, a recuperação de património, como o da Peneda, ou a implantação de postos de venda de produtos locais, no Soajo, na "vila".

¹⁶⁶⁰ - Arcos de Valdevez, Entrimo, Lobeira, Lobios, Melgaço, Ponte da Barca.

funcional¹⁶⁶¹.

Imbuídos por este pressuposto entendemos que se justifica a sugestão que apresentamos para as atitudes a tomar pelos diferentes actores das futuras valorizações, nomeadamente, nos projectos turísticos permitidos pelo P.O.A.T.A.L.¹⁶⁶², que, em nossa opinião, dever-se-ão fazer sentir, também, na Galiza, na sequência de um trabalho coordenado entre os dois países¹⁶⁶³, de acordo com as particularidades dos respectivos espaços.

Tornar-se-ia necessário a emergência de uma entidade, que poderia resultar da coordenação entre as direcções do *Parque Nacional da Peneda-Gerês*¹⁶⁶⁴ e a do *Parque Natural da Baixa Limia-Serra do Xurés*, isto é, uma entidade com uma nova estrutura, a fundamentada em objectivos, que privilegiassem a aproximação, de facto, às populações, viabilizando-se uma auscultação frequente dos problemas e anseios dos limianos, que constituiriam parte substancial das questões chave de um *Plano Estratégico de Desenvolvimento Rural para o Alto Lima e a Baixa Limia*¹⁶⁶⁵, ou seja, de uma carta para o desenvolvimento equilibrado e integrado, que teria por motor a indústria do turismo e do lazer em espaços protegidos e limianos, em que se firmaria um compromisso aberto à comunidade entre os empreendedores, locais e vindos do exterior, e a administração pública, regional e local.

Teria por finalidade esboçar, talvez melhor, arquitectar os espaços e paisagens em estudo, tendo em consideração as infra-estruturas, os equipamentos, as qualificações espaciais mencionadas nos *Planos de Ordenamento*, nomeadamente os da área protegida e em outros documentos de cariz oficial, as amenidades latentes, as economias de baixa densidade e a gestão ordenada dos fluxos turísticos. Em suma, preocupar-se-ia em redesenhar e reordenar todos os elementos, naturais e humanos, que poderão favorecer a utilização racional dos

¹⁶⁶¹ - Mudanças na concepção territorial, que justificará um conjunto vasto de relutâncias e opiniões desfavoráveis, uma vez que implicam o reequacionamento das estratégias que têm sido as políticas públicas de intervenção pelas entidades competentes, bem como das políticas urbanas e de desenvolvimento regional.

¹⁶⁶² - Evidenciamos o P.O.A.T.A.L., por estarmos convencidos, que será a concretização do grupo de projectos admitidos pelo Plano, que maior impacte terá na área em estudo, na próxima década, ou, talvez melhor, nas próximas décadas.

¹⁶⁶³ - A elaboração, em parceria, do primeiro Plano de Ordenamento do Parque Transfronteiriço Gerês/Xurés é um bom exemplo dos esforços de cooperação transfronteiriça, que as entidades das duas nacionalidades estão a desenvolver.

¹⁶⁶⁴ - Poder-se-á querer argumentar que esta nossa sugestão, não passa de uma simples constatação das competências e das atribuições que o Parque Nacional da Peneda-Gerês tem desenvolvido, desde a década de setenta do séc. XX. Contudo, como já o demonstrámos, a actuação desta entidade junto das populações limianas e de raia tem-se pautado pela tomada de atitudes reveladoras de um evidente afastamento, que gera o desconhecimento dos problemas em termos reais e que se traduz, principalmente, na adopção de medidas de carácter punitivo, ou então, no "fazer de conta" perante os verdadeiros atentados ao equilíbrio ambiental e paisagístico, que se têm verificado nos últimos anos.

Os resultados bem evidentes, quer na paisagem, quer no comportamento dos residentes, e que traduzem a forma de interacção da Direcção do Parque Nacional com as populações residentes, permitem-nos questionar em que medida a preocupação das sucessivas equipas responsáveis não se limitará, apenas, à aplicação de modelos de desenvolvimento para áreas protegidas em destaque nos anos cinquenta/sessenta, independentemente da panóplia de estudos efectuados, mas, sem visibilidade profíqua nas medidas de carácter prático a implementar. Conjunto de trabalhos, dos quais destacamos um dos relatórios efectuados, já, no séc. XXI, *Turismo da Natureza, Enquadramento Estratégico, Parque Nacional Peneda-Gerês, 2000-2006*.

¹⁶⁶⁵ - Toda a área protegida limiana, lusa e galega, além dos espaços envolventes, nomeadamente os polarizados pelas respectivas sedes de concelhos, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Melgaço, Entrimo, Lobios e Lobeira, com interacções a centros urbanos como o Porto, Ourense e Corunha.

espaços protegidos e raianos.

Este documento deveria enunciar e mencionar boas práticas preventivas de processos e procedimentos, podendo, desde logo, admitir a criação de um grupo de trabalho constituído por técnicos oriundos e naturais da área a desenvolver, que constituiria, por exemplo, um observatório, o *Observatório Rural do Alto Lima e Baixa Limia* sediado na região a potencializar, o Lima raiano.

Entidade que teria a capacidade e a legalidade em acompanhar e orientar, de facto e a par e passo, todo o tipo de micro-dinâmicas limianas e transfronteiriças, desde as previstas para os planos de água e espaços envolventes, até aos empreendimentos e projectos nas vertentes e cimos das *serras*.

Iniciativas que envolveriam a agro-pastorícia e a certificação da qualidade dos produtos de origem, as actividades de carácter artesanal e a reconstrução do edificado "perdido" nas aldeias e na *montanha*, não esquecendo a revitalização da cultura e da identidade, que se assimila, até, nas simples "guias" da serra Amarela, na bretónia¹⁶⁶⁶, que se desenvolve em Felgueira Ruiva, ou, nas sendas perdidas da serra do Labreiro, que conduziam à Senhora da Peneda e na piscina de água quente espontânea na instância termal de Rio Caldo.

A este grupo de trabalho, o Observatório dotado de autonomia e independência perante as entidades "tradicionais", competiria, também, entre outras atribuições, organizar uma carteira de iniciativas para jovens empreendedores, fomentar, aproveitando os recursos humanos das Instituições do Ensino Superior vizinhas¹⁶⁶⁷, acções de formação para o desenvolvimento do Alto Lima e da Baixa Limia, nomeadamente no âmbito das novas tecnologias do conhecimento e da informação, organizar acções piloto das amenidades limianas, sensibilizar novos promotores. Em suma, competir-lhe-ia colaborar e participar na reconstituição de um tecido sócio-territorial mais polinucleado e reticulado, permitindo que se atingisse uma situação de equilíbrio, mesmo, com o nível baixo de densidade populacional, que caracteriza este Lima raiano.

O trabalho que desenvolvemos, junto das populações, nomeadamente as lusas, permite-nos antever, caso não se tomem este tipo de iniciativas, ou, outras similares, que os grandes impulsos previstos na actividade turística e de lazer, como, por exemplo, naqueles que o P.O.A.T.A.L. vier a permitir, favorecerá a massificação de uma actividade económica bastante susceptível perante conjunturas de mercado menos favoráveis.

¹⁶⁶⁶ - Planta medicinal muito popular na área em estudo.

¹⁶⁶⁷ - No espaço luso as sediadas, por exemplo, em Ponte de Lima e Viana do Castelo.

Entretanto, os programas de índole local e regional apoiados pelas *Iniciativas Comunitárias*, limitar-se-ão a redistribuir, de modo anacrónico, ilusões e fantasias de uma suposta política desenvolvimentista, em virtude de se continuar a acentuar o despovoamento acelerado de aldeias, como as de Tibo, Germil, Igreja (Ermelo), Várzea, as *verandas* castrejas, ou, Guxinde, Ferreiros, Bouzadrago, Queguas e Compostela, por exemplo (Figs. 36, 37 e 38, pp. 273, 275 e 277).

"Irregularidades" da área em estudo, que por si, já se pauta por baixas densidades, nomeadamente a demográfica, reforçam a sugestão, por nós apresentada, ou seja, a necessidade de uma gestão concertada e coordenada, que implique uma postura proactiva e empreendedora por parte dos agentes e actores, sob coordenação luso-galega, além da evidência do reequacionamento das relações rural/urbano de modo a atingir-se uma visão integrada e sistémica do território em que se insere.

De facto, não bastará ao Lima raiano uma massa crítica, mesmo de baixa densidade, de atribuições e competências, ou, um conjunto de bens públicos e benefícios contextuais, se não possuir uma economia empresarial emergente, ou, com capacidades mínimas de o ser.

Uma economia dinamizada pelos investimentos-âncora, no âmbito municipal, intermunicipal e transfronteiriço, públicos, privados ou mistos, no sentido em que se tornem em nós de reticulação, em centros para novas iniciativas que, em nossa opinião, incidiriam, também, nos respectivos núcleos urbanos concelhios, que surgiriam, simultaneamente, como elementos de integração territorial e de articulação, interurbana e interregional¹⁶⁶⁸, "alargada" a ambos os países.

Na sequência do raciocínio que temos estado a desenvolver, não podemos olvidar a globalização dos mercados, que ao envolver, também, os locais, mormente os rurais, outros riscos e desafios se lhes colocam, ao confrontarem-se com oportunidades muito exigentes, em que o grau de falência das iniciativas e empreendimentos é muito mais elevado.

Encontramo-nos perante paisagens e espaços, que entendemos poder designar de institucionalizados, em virtude da sobrevivência em muito depender dos subsídios¹⁶⁶⁹ e das transferências orçamentais¹⁶⁷⁰. Por outro lado, o investimento privado, externo, ou, mesmo interno, em pequenas, ou, médias actividades, defronta-se com elevados custos de contexto e

¹⁶⁶⁸ - Ao optar-se por investimentos-âncora em centros urbanos, que, já existem à escala concelhia, evitar-se-iam riscos de desagregação e desintegração dos tecidos socioeconómico e territorial de base local e regional, além do grave problema de sustentabilidade económico-productiva de núcleos, por exemplo, as sedes dos respectivos concelhos, tradicionalmente débeis na sua estrutura funcional, que, com certeza, não teriam recursos suficientes para resistir às lógicas de uma rede simultaneamente de competitividade e de complementaridade.

¹⁶⁶⁹ - Por exemplo, os subsídios recorrentes das *Indemnizações Compensatórias*, ou, das compensações a fundo perdido e no âmbito comunitário.

¹⁶⁷⁰ - Transferências orçamentais que encontram o seu termino nas Autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia, com tendência para reduções acentuadas em função, também, das consequências da globalização, que não se compadece com os custos de oportunidade dos recursos escassos.

de rede, o que levanta problemas sérios de crescimento, caso nos esqueçamos que vivemos numa sociedade da informação e do conhecimento, em que a distância e a escala poderão ser contrabalançadas pela informação e reticulação.

Exemplifiquemos com as identidades/oportunidades do "nosso" Lima raiano, no âmbito do Turismo, em que as variadas iniciativas e empreendimentos na recriação da ruralidade, nomeadamente, na recuperação dos aglomerados "vocacionados" para o *Turismo de Aldeia*, acompanharam à sua escala, a do lugar, o ritmo da globalização dos mercados, com a criação da imagem de marca *Aldeias de Portugal* divulgada a partir de 2000, pela *C.E.N.T.E.R.*, numa cooperação transnacional para uma melhor rendibilidade do turismo de qualidade.

De facto, encontramos-nos perante uma outra oportunidade, a "gerada" pela globalização produtiva e comercial, que ao reduzir a importância relativa da distância perante as opções de localização territorial, faz depender o grau de atracção dos territórios da qualidade dos bens contextuais e reticulares oferecidos.

Assim, impõe-se uma observação intensa e cuidada sobre os espaços e paisagens em estudo, ou melhor, sobre as suas qualidades reais e virtuais, que, em determinadas circunstâncias nos poderão transpor directamente da memória do passado para o projecto do futuro¹⁶⁷¹.

Urge, então, repensar o ordenamento dos espaços e paisagens de este Lima raiano, como o resultado do estudo sobre os saberes que se articulavam em torno do multissecular modo de vida assente na agro-silvo-pastorícia, no artesanato e na cultura endógena, de modo a que se consiga combinar bens, ou, investimentos-âncora, que reunam, virtuosamente, a agro-silvo-pastorícia e o ambiente, as actividades de carácter artesanal e os serviços, o turismo, lazer e a cultura.

Torna-se necessário, então, um debate cuidado, mas, intenso sobre as acções e intervenções que se poderão desenvolver "à margem" da economia dominante, a massificada, globalizada, para que se evitem as decisões erradas na selecção de projectos e respectiva implementação, que, sempre acarretam perdas vultuosas de dinheiros públicos.

Em jeito de alerta, não podemos deixar de questionar, em que medida a administração local, pelo menos no caso da portuguesa, aquela que melhor conhecemos, possui competências e destrezas suficientes para desencadear um ciclo de desenvolvimento intermunicipal ou supramunicipal, que conduza à identificação e formulação de

¹⁶⁷¹ - Covas, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*, Ed. Colibri, p. 195.

investimentos-âncora, quando se constata, além de um "bairrismo, por vezes doentio", o elevado auto-consumo administrativo e financeiro das diferentes organizações públicas, que superintendem e interferem nos respectivos processos de desenvolvimento.

Conjunto de desafios para o "nosso" Lima raiano, que, em plena sociedade do conhecimento e da informação se vê confrontado com uma massa humana crítica de idosos e com baixo grau de literacia, dependentes de rendimentos (Fig. 41, p. 287) predominantemente oriundos do estrangeiro, resignados em abraçar os descendentes queridos, anualmente e, apenas, num dos meses de Verão.

A par, pacientemente, assistem à eliminação da *rês* e à redução do *gado*, em virtude das forças, que lhes vão escasseando, não lhes permitir *subir à serra*, enquanto as parcelas, outrora cultivadas, são votadas a *paul* e se deparam com a "evasão" da sua rua pelo turista, em favor de um rendimento, que lhes dizem trazer progresso à *terra*, mas, que não conseguem vislumbrar, pelo que estão convictos que o futuro dos seus espaços e paisagens, a breve prazo, se traduzirá num despovoamento praticamente total¹⁶⁷².

Para perspectivas tão sombrias e de desencanto, que raíam no horizonte da grande maioria dos residentes, lusos e galegos, limitar-nos-emos a recordar-lhes, que acreditamos, caso haja vontade e tenacidade suficientes, que o desenvolvimento dos seus espaços e paisagens, independentemente dos investimentos, já, efectuados, exige outras formas de iniciativas, por exemplo, os investimentos-âncora, que reúnem virtuosamente a agro-silvo-pastorícia e o ambiente, as actividades de carácter artesanal e os serviços, o turismo e o lazer, que despelotarão não só novos pólos, os nós de reticulação, como redimensionarão outros centros urbanos, nomeadamente as sedes dos respectivos concelhos.

Rede urbana que articulará os seus espaços rarefeitos, através da mobilidade das gerações mais jovens, familiares e amigos, que movidos pelos novos padrões de qualidade de vida tenderão, cada vez mais, a concentrarem-se nestes "novos" núcleos hierarquizados pelo tipo de funções que vierem a oferecer.

Estes espaços reticulados, que contrabalançam a distância pela informação, ter-se-ão de integrar numa outra área bem organizada, que dependerá, impreterivelmente, de uma nova política regional, a que integre o Noroeste Peninsular, encontrando-nos, então, perante paisagens e espaços limianos e de fronteira projectados à escala internacional, um dos grandes desafios da sociedade do conhecimento do séc. XXI.

¹⁶⁷² - Como já o referimos ao longo do trabalho, os residentes, quer os lusos, quer os galegos, estão mais que convictos, que a breve prazo, ou seja, quando a geração dos residentes desaparecer em função da lei natural, os seus espaços tornar-se-ão vazios, com a floresta e o matagal a ocupar não só as leiras como os caminhos e quintais.

NOTA FINAL

A diversidade de Fontes investigadas, que explicamos pela multiplicidade de variáveis envolvidas na consecução do trabalho, exigiu a utilização de metodologias adequadas e diferenciadas, cuja especificidade justificou que as principais conclusões fossem apresentadas ao longo dos diferentes capítulos.

Entendemos que a conclusão geral do trabalho se reproduz no item "uma proposta síntese de desenvolvimento" para as paisagens e espaços estudados, uma vez que, apenas, nos seria possível fundamentar soluções de desenvolvimento para o amanhã dos territórios limianos, após termos salientado, numa leitura de síntese, que recorreu à imagem cartográfica (Fig. 152, pp. 781), a interacção global de diferentes domínios abordados.

Assim, neste momento final, com suporte nas diferentes "reflexões conclusivas", já, apresentadas, questionaremos, de acordo com o grau de consecução dos objectivos gizados, a validação da hipótese que estrutura a investigação do presente trabalho.

Relembramos que nos propusemos demonstrar que o desenvolvimento dos espaços limianos e de raia em estudo, para o séc. XXI, envolve a recuperação do seu património dotado de uma preciosidade incalculável, em virtude de reunir culturas variadas, conter valores paisagísticos e ambientais ímpares e os residentes serem os transmissores de uma matriz identitária multissecular, reunindo-se, desta forma, as condições necessárias, não só ao surgimento de novas actividades, as associadas ao sector dos serviços, como à recriação das tradicionais, em que se destaca a agro-silvo-pastorícia.

Então, iniciámos o presente trabalho dando particular realce ao território, porque nos preocupámos em verificar a preciosidade dos elementos de humanização que encerra. A presença humanizadora do Lima em estudo identifica-se com as primeiras civilizações, a megalítica, a castreja, a romana, ou, a árabe, não esquecendo, também, a sueva e a visigoda. Civilizações que nos legaram um património valioso que as paisagens e espaços limianos tão bem souberam resguardar (Figs. 4 e 5, pp. 67 e 93).

Pelos vestígios encontrados, encontrar-nos-emos perante civilizações, em que os problemas de defesa teriam estado bem presentes, como se pode inferir na opção pelos lugares, cujo *sítio* e, ou, *posição* permitissem coordenar e controlar as portelas, os vaus e, logicamente, as principais redes viárias peninsulares (Figs. 4 e 5, pp. 67 e 93).

As suas influências teriam sido, também, muito importantes no campo civilizacional, a inferir pelos topónimos das actuais povoações, quer de origem germânica, Cando, Britelo,

Froufe e Germil, justificados pela presença suevo-visigótica, quer de origem latina, Cidadelhe e Lindoso, que marcam a influência da cultura romana (Fig. 3, p. 37).

Contudo, são as estruturas defensivas com função exclusivamente militar e contemporâneas do advento da Reconquista Cristã, os castelos, que se tornam imprescindíveis na compreensão da riqueza arqueológica e da organização do território em estudo (Fig. 5, p. 93). Ao castelo competia assegurar a protecção e a defesa de áreas relativamente extensas, muitas vezes, em coordenação com outros castelos limítrofes, pelo que estabelecia uma interacção forte com as comunidades, tornando-se o verdadeiro pólo dinamizador das áreas que protegia.

A par da questão defensiva impunha-se na Idade Média a humanização de novos espaços, em que a acção dos mosteiros se mostrou decisiva (Figs. 5 e 8, pp. 93 e 115). As populações atraídas pela protecção, respectivamente do castelo e do mosteiro, tenderiam a fixar-se não só nas respectivas áreas de influência directa, como nos solos mais férteis, os depósitos de sopé e de aluvião, que cobrem as rechãs, proporcionando-lhes recursos, que, apesar de tudo, eram reduzidos, mas capazes de fixar o agregado familiar (Fig. 10, p. 145).

A pressão demográfica, as exíguas produções agrícolas e a própria influência colonizadora do mosteiro incentivavam a busca de novos espaços, que, existiam nos patamares e *plainos* superiores da *serra*. A necessidade de sobrevivência obrigou, assim, o limiano de raia a percorrer, em pleno período medieval, minuciosamente, as extensas áreas montanhosas, mesmo as mais recônditas, e arquitectar esquemas de humanização que melhor rentabilizassem os recursos do *sítio* escolhido.

Gradualmente e, pelo menos, desde a Reconquista Cristã, uma rede de fluxos foi gizada, cuja intensidade e perenidade dependeria das potencialidades oferecidas pelos *sítios* em interacção, o lugar principal e aqueles, também, marcados por construções, relativamente laboradas, como as *verandas* da Gavieira e as do Soajo, ou, então, simples e rudimentares, como os *poulos* do Soajo, ou, os *currais* e *cabanas* da Ermida e do Lindoso, de Olelas e da Illa, da Fraga e San Xes (Fig. 23, p. 231), sem esquecer a originalidade de um "duplo" povoamento, o castrejo (Fig. 18, p. 195).

Modelo de povoamento, portanto milenar, justificado pelas condições naturais, adversas e hostis, que exigiram às populações residentes a implementação de esquemas e estratégias peculiares de sobrevivência, como seja, a adopção de sistemas agrários que envolveram a exploração agrícola por conta própria e propriedade privada e os *montes em comum*, a exploração silvícola em comum.

Sistema agrário impregnado por um conjunto de direitos peculiares, os *de servidão*, que ao transmitirem-se segundo *os usos e costumes*, desde *tempos imemoriais*, constituem uma verdadeira instituição, a *instituição costumeira*, porque não constam de qualquer documento escrito a que se possa atribuir validade jurídica, em face do direito português, por falta de forma legal, mas, que se praticam, em pleno séc. XXI, quer na exploração silvícola em comum, quer na pequena exploração agrícola por conta própria.

Até meados do séc. XX, a exemplo dos tempos medievais, a economia das populações dependia, primordialmente dos respectivos *montes*, cuja expressão máxima da sua importância se reflectia no pastoreio em comum, nomeadamente dos bovinos, caprinos e ovinos, que se complementava com as produções da exploração agrícola, por conta própria e propriedade privada (Figs. 118, 119, 121, 122, 123, 124, 131, 133 e 135, pp. 531, 533, 553, 557, 563, 567, 609, 625 e 645).

Prédios rústicos muito fragmentados, porque se tornava imprescindível que todos os herdeiros do casal pudessem usufruir um rendimento, assaz mais elevado, nem que para isso, os irmãos ficassem co-herdeiros em parcelas de cultura, que se dividem através dos *marcos* e sulcos que, apenas, os próprios e os vizinhos conseguem distinguir.

Fragmentação fundiária, que as populações consideram “normal e natural”, *pois é assim, desde os tempos dos antepassados mais afastados*, que justificamos como constituindo o resquício dos princípios subjacentes à demarcação dos *casales* na *villa* do Império Romano.

Exploração tradicional em decadência, que os espaços agro-silvestres, na segunda metade do séc. XX, tão bem demonstram através do abandono progressivo, a que foram votados, na sequência da alteração do quadro sociodemográfico dos residentes (Figs. 136, 137, 138, 139, 140, 141 e 142, pp. 689, 693, 695, 697, 699, 703 e 709).

Se o residente de este Lima raiano era, na primeira metade do séc. XX, essencialmente agricultor e pastor, no séc. XXI, predominam os reformados, enquanto no pequeno grupo dos activos se evidenciam os operários na construção civil e os trabalhadores distribuídos pela restauração e pequeno comércio, além dos pequenos empresários, ex-emigrantes que "abriram um negócio", por princípio na sede do concelho em que se inserem, e no "ramo" de actividade em que trabalharam no estrangeiro (Figs. 41, 46 e 47, pp. 287, 293 e 294).

Numa simples observação da comunidade lusa, em 2000, de imediato, se evidencia no efectivo dos residentes a proporção, que é muito significativa, daqueles que viveram um período, com duração variável, distante da terra que os viu nascer, mas, que a elegeram para habitar no início do terceiro milénio (Fig. 82 e 84, pp. 387 e 391).

População residente que transporta histórias de vida passadas no exterior,

nomeadamente em França, Canadá, Estados Unidos, recentemente, em Andorra e na Suíça e fazem depender a sua posição social de rendimentos auferidos no exterior (Fig. 97, p. 426).

Entradas, com carácter definitivo, que, em muito, contribuíram na recomposição do quadro demográfico e social das aldeias extremamente deficitárias em residentes, principalmente masculinos e com idades inferiores aos quarenta anos, de certo modo, *sui generis*, pois constata-se que adquirem significado os habitantes maiores de cinquenta anos, com repercussões muito positivas para as novas vivências da aldeia (Fig. 85, p. 393).

Se os projectos de sucesso económico e social, que nos "primeiros" emigrantes da segunda metade do séc. XX, pressuponha o regresso à aldeia com um poder de compra bem mais elevado do que aquele com que partiram, "converteu-se", essencialmente para as gerações mais jovens, num outro projecto, o da promoção social no país em que trabalham.

Movimentos de saída e de entrada das populações, com carácter duradouro, que sempre se teriam verificado no tempo, embora com intensidade diferenciada, mas, cujo resultado final é nos primeiros anos do séc. XXI, predominantemente em desfavor das comunidades e lugares em estudo, com repercussões muito negativas no ordenamento do território, enquadrado pelas normas do Parque Internacional Gerês/Xurés, e em termos de gestão ambiental (Figs. 78, 79 e 80, pp. 375, 377 e 379).

Salientamos o facto de o Lima luso, área protegida desde 1971, constituir um território de montaria real, pelo menos, no séc. XIII, ou, mesmo no séc. XII, situação da qual auferiu privilégios, directamente, concedidos pelos diferentes monarcas, até 1821, data em que se iniciaram as políticas da cobertura florestal do território nacional, com grande impacto paisagístico, económico e social, nas décadas de quarenta e cinquenta do séc. XX.

Ora, perante as observações e estudos analíticos delas decorrentes, que efectuámos, conseguimos demonstrar, como nos propusemos no início do presente trabalho, que os territórios em estudo encerram patrimónios multimilenares, o construído e o de cultivo, o natural e o de pastoreio, os hábitos e as tradições que, embora parte significativa se encontre em decadência e, mesmo, em ruína e desuso, se impõem na paisagem e no modo de vida das comunidades pela diversidade cultural que impregnam.

A par, surgem as habitações "novas", testemunho de culturas exógenas, que o patricio importou dos lugares europeus e, ou, *americanos*, onde trabalhou, predominantemente, nas últimas décadas do séc. XX (Figs. 15 e 16, pp. 179 e 181).

Contudo, é o grande empreendimento do séc. XX, a central hidroeléctrica, nos anos vinte, a do Lindoso, na década de noventa, a do Alto Lindoso, que, pela grandiosidade, se impõe na paisagem (Fig. 149, p. 737).

Se o antigo empreendimento, o do Lindoso, inserido em territórios economicamente débeis, atraiu, durante a realização das obras, mão-de-obra e a fixou, ao proporcionar padrões de qualidade de vida, que as populações consideram bons, comparativamente com as povoações envolventes, o novo complexo, o do Alto do Lindoso, não travou o surto emigratório dos meados do séc. XX, pelo contrário, exacerbou-o, como aconteceu na Várzea.

De imediato, uma questão se levanta, a relacionada com a valorização, a favor das populações locais, de um recurso próprio, os caudais da bacia do Lima, que debitam para a albufeira do Alto Lindoso, quando, em 2004, os espaços, que lhes são envolventes, permaneciam, há mais de dez anos, votados ao desgaste da meteorização.

Espaços com o estatuto de protegidos, inseridos no primeiro parque transfronteiriço europeu, identificam-se pela matriz assente em património natural e paisagístico, humano e cultural, como o comprovámos, de valor incalculável, pelo que a sua reorganização em muito dependerá da forma como forem definidas e estabelecidas prioridades na rentabilização das amenidades capazes de estimularem outras actividades e permitirem uma igualdade de oportunidades ao limiano de raia (Figs. 151 e 152, pp. 767 e 781).

Os evidentes sinais da procura no âmbito do Turismo de Natureza, a acção motivadora das jovens Associações de Desenvolvimento Local junto dos residentes, a esclarecerem os programas de iniciativa comunitária, que visam a revitalização das respectivas aldeias, permitem-nos considerar este Lima raiano, não só um mercado emergente, como admitir que se encontra no advento de uma nova economia suportada pela oferta de produtos endógenos e complementares.

Contudo, a bolsa dos bens e dos novos serviços locais só se concretizará, quando se reunirem as condições propícias à recriação da agro-pastorícia em moldes a atrair e a fixar residentes, o que permite, sem qualquer dúvida, melhorar a qualidade do ambiente, o garante das outras actividades, a turística e a de lazer, que contribuem, por sua vez, para assegurar a protecção e a valorização de estes espaços e paisagens com um teor arqueológico e cultural inestimável.

Em nota final, ao validarmos na totalidade a hipótese que suportou a investigação que, agora, terminamos, sintetizámos a nossa proposta de desenvolvimento para o Lima raiano por nós estudado, que, atendendo aos fundamentos que a enquadram e devidamente comprovados no presente trabalho, reúne todas as condições, caso haja vontade, inteligência e imaginação por parte de todos os intervenientes, os residentes e as entidades competentes, para que da sua aplicabilidade resulte uma nova vida em territórios *serranos* e de raia, aparentemente agrestes,

mas, que num futuro próximo, poder-se-ão integrar, mesmo a nível peninsular, nas melhores bolsas de oportunidades.

BIBLIOGRAFIA¹⁶⁷³

1 – Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

"Couto de Aboim", *Tombo da Comenda de Távora, Livro 69*, 1658, fls. 852-1087.

"Demarcação do Couto de S. Silvestre da Ermida, Lourido e Froufe pertença do Couto de Aboim", *Tombo da Comenda de Távora, Livro 69*, 1658, fls. 1087-1090.

"Inquéritos Paroquiais de 1775, freguesias de S. Vicente de Germil, S. Miguel de Entre Ambos-os-Rios, S. Silvestre da Ermida, S. Mamede do Lindoso, S. Martinho de Britello", *Termos da Visita da 1ª Parte da Nóbrega e Neiva*.

"Tombo da Comenda de Santa Maria de Castro Laboreiro e seu limite", 1565, *Registo Geral, Livro 2*, fls. 424-428v.

"Tombo da Igreja de S. Mamede do Lindoso", 1574, *Registo Geral, Caixa 289, nº 6*.

"Tombo da Igreja de S. Martinho da Villa de Castro Laboreiro", 1551, *Registo Geral, Caixa 274, nº 6*, fls. 292 v-296 v.

"Tombo da Igreja de S. Martinho do Soajo e sua anexa Salvador da Gavieira", 1795, *Registo Geral, Caixa 281, Nº 2*, 1795 fls. 1-48.

Arquivo da Casa de Bragança, Vila Viçosa

"Demarcação da vila de Castro Laboreiro que parte com a Galiza", 1538, Julho, 26, Castro Laboreiro, *Forais, Tomo 2º*, 1208-1760, *Docs. 21 a 27*, fls. 292v.-296.

"Foral da Vila de Castro Laboreiro dado por El-Rey D. Affonso Conde de Bolonha", 1513, Nov. 11, Lisboa, *Forais, Tomo 1º*, fls. 160v. – 176.

"Privilégios concedidos pelos Senhores Reis deste Reino aos moradores do concelho de Castro Laboreiro, insertes em uma descrição feita no dito concelho", 1664, Fev. 11, Melgaço, *Privilégios, Tomo 3, MS-16/NG.17*, fls. 288-300.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Livros de Registo Paroquiais do Lindoso, anos de 1664 a 1892.

Misto, anos de Abril de 1664 a Fevereiro de 1707. *Mistos*, anos de 1597 a 1842

Baptismos, anos de Setembro de 1671 a Junho de 1868.

Casamentos, anos de Maio de 1669 a Dezembro de 1892.

Óbitos, anos de Abril de 1667 a 1813.

¹⁶⁷³ - Limitamo-nos, além das obras citadas no texto, a referenciar, apenas, aquelas que considerámos essenciais para a elaboração do trabalho.

Livros de Registos Paroquiais de Castro Laboreiro

Mistos, anos de 1597 a 1842.

Baptismos, anos de 1713 a 1890.

Livros de Registos Paroquiais da Gavieira

Mistos, anos de 1613 a 1807.

Baptismos, anos de 1634 a 1885.

Livros de Registos Paroquiais do Soajo

Mistos, anos de 1645 a 1693.

Baptismos, anos de 1645 a 1877.

Arquivo da E.D.P., Porto

Cadastró dos prédios submersos pela albufeira do Alto do Lindoso (cota dos 300 a 340 metros), 1982 e 1983, escalas 1/1000 e 1/500.

Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

Estatísticas do Distrito de Viana do Castelo, anos de 1835 a 1855, Administração Geral de Viana:

"Mapa da população e seu movimento", anos de 1937 a 1955.

"Mapas da produção da colheita de cereais e dos necessários para consumo nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo", anos de 1835 a 1851.

"Estatísticas da produção do vinho e da aguardente nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo", anos de 1836 a 1851.

"Mapa estatístico da quantidade de cera e mel produzido nos concelhos de Castro Laboreiro e Soajo", anos de 1851 a 1855.

"Mapa demonstrativo da quantidade e qualidade e valor de lãs nos concelhos de Castro Laboreiro e do Soajo", anos 1851 e 1855.

"Mapa numérico do gado existente no concelho de Castro Laboreiro", anos de 1851 a 1855.

Arquivo Historico de Ourense

Pleito entre el monasterio de Celanova y la Orden de Cristo sobre la iglesia de San Salvador de Monte Córdoba, año 1569 e documentos vários que se encontram na mesma pasta, Documento 71, Bande, Cajón 69, Caja 9865.

El Catastro de Ensenada de la Provincia de Orense, 1753, "Interrogatorio", Livros nº 1935 (concelho de Entrimo); nºs 2187 e 2196 (concelho da Lobeira); nºs 2205, 2208, 2212, 2216, 2219 e 2222 (concelho de Lobios).

El Catastro de Ensenada de la Provincia de Orense, 1753, "Personal Legos", Livros nºs 312 (concelho de Entrimo); nºs 2188, 2190, 2193, 2197, 2199, 2202 (concelho da Lobeira); nºs 434, 2206, 2209, 2213, 2217, 2220, 2223 (concelho de Lobios).

"Ilduara, viuva de D. Gutierre, y Madre de San Rosendo, Hace Donacion, al Monasterio de Celanova, de algunas villas y de otros bienes", Cartulario de Celanova, fls. 5v.- 6v.

Arquivo Municipal de Melgaço

"Autos da Câmara feitos na Casa do Paço", *Administração do concelho de Castro Laboreiro*, fls. 137, 140, 150-150 v. e ilegível.

"Descrição da linha de fronteira entre Portugal e Hespanha, correspondente aos termos municipaes de Melgaço e Lobera", *Actas de Entrega da Linha de Fronteira entre Portugal e Espanha correspondentes aos termos municipais de Melgaço e Entrimo, Melgaço e Lobera; Melgaço e Leirado; Melgaço e Padrenda; Melgaço e Vereia*, 1896.

"Documentação varia", *Colecção Augusto César Esteves*.

Traslado dos "Privilégios do Couto de Melgaço", 25 de Setembro de 1431, *Chancelaria D. João I, Livro 4*, Torre do Tombo, fl. 132.

"Mappa estatístico da população e seu movimento nesta freguesia em referencia ao anno de 1841".

Biblioteca Municipal dos Arcos de Valdevez

Acta da Sessão Pública da Assembleia Municipal em que se aprovou as "Posturas para o bom regimen do concelho", 15 de Dezembro de 1838.

Cartório da Associação dos co-proprietários da área florestal de Froufe, Lourido e Ermida.

Código de Posturas de Froufe (excerto), sem data, Lourido, Entre Ambos-os-Rios.

Cartório da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro

Livros de Actas das Assembleias de freguesia de Castro Laboreiro, anos de 1900 a 1960.

Cartório da Junta de Freguesia da Ermida

Rol da vezeira e vigias, anos de 2002 e 2003.

Cartório da Junta de Freguesia da Gavieira

Livro de Actas das Assembleias de Freguesia da Gavieira, anos de 1938 a 1960.

Cartório da Junta de Freguesia do Lindoso

Livros de Actas das Assembleias de Freguesia do Lindoso, anos de 1900 a 1960.

"Posturas da Freguesia", *Livro de Actas das Assembleias de Freguesia*, nº 3, artº 8º, 1929.

"Posturas da Freguesia", *Livro de Actas das Assembleias de Freguesia*, nº 4, artº 6º, 1929.

Cartório da Junta de Freguesia do Soajo

Livros de Actas das Assembleias de Freguesia do Soajo, anos de 1854 a 1960.

Cartório Paroquial do Lindoso

Livros de Registo Paroquiais do Lindoso, anos de 1912 a 2001.

Baptizados, Janeiro de 1912 a Dezembro de 2001.

Casamentos, Junho de 1912 a Dezembro de 2001.

Óbitos, Janeiro de 1912 a Dezembro de 2001.

Livros dos Usos e Costumes da freguesia do Lindoso, *anno de 1921*.

Conservatória do Registo Civil de Ponte da Barca

Livros de Registo Paroquiais do Lindoso, anos de 1858 a 1911.

Baptizados, Janeiro de 1912 a Dezembro de 2001.

Casamentos, anos de Dezembro de 1893 a Abril de 1911.

Óbitos, anos de Abril de 1858 a Março de 1911.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

Dicionário Geográfico do Reino de Portugal, Pe. Luís Cardoso, 1758, "Britelo", vol. 7, fls. 1239-1242; "Ermelo, Entre Ambos-os-Rios e Ermida", vol. 13, fls. 185-200 e 255-260; "Gavieira e Germil", vol. 17, fls. 176-176 e 209-212; "Lindoso", vol. 20, fls. 665-672; "Soajo", vol. 35, fls. 1363-1368.

"Foral da Terra da Nóbrega", *Forais Novos Entre Douro e Minho*, Leitura Nova, L. 1, fls. 94-97v., microfilme, rolo 2311.

"Foral da Terra do Soajo", *Forais Novos Entre Douro e Minho*, Leitura Nova, L. 1, fls. 106-106 v., microfilme, rolo 2311.

"Foral do lugar do Lindoso", *Forais Novos Entre Douro e Minho*, Leitura Nova, L. 1, fls. 108v.-109, microfilme, rolo 2311.

Livro do Tombo das Demarcações dos lugares das Comarcas de Tra-los-Montes e Dantre Douro e Minho que estam ao longo da raia e do termo de Castela e Gualiza, 1538, "Demarcação da vila e concelho do Lindoso", "Demarcação do concelho do Soajo",

"Demarcação da vila de Castro Laboreiro, Núcleo Antigo, nº 289, fls. 138-151, microfilme, rolo nº 1762.

"Privilégio de Afonso V ao concelho de Castro Laboreiro", *Chancelaria de Afonso V*, Liv. 1, fls. 41-41v., *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 3, fl. 276v.

2 – Fontes manuscritas com publicação

ALMANSA, Javier Ruiz, 1948, "Descripción del Reino de Galicia por el licenciado Molina (1550)", *La Población de Galicia (1500-1945) Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de Cada Epoca*, Vol. I, Instituto "Balmes" de Sociología, Madrid, pp. 43-53.

ALMANSA, Javier Ruiz, 1948, "Galicia en el Itinerario de D. Fernando Colon (1517-1523)", *La Población de Galicia (1500-1945) Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de cada Epoca*, Vol. I, Instituto "Balmes" de Sociología, Madrid, pp. 103-243.

ALMANSA, Javier Ruiz, 1948, "Situación Angustiosa de los Campesinos Gallegos en el Siglo XVII según D. José Lucas Labrada, en su descripción del Reino de Galicia, 1804", *La Población de Galicia (1500-1945), Segundo los Documentos Estadísticos y Descriptivos de Cada Epoca*, vol. I, Instituto "Balmes" de Sociología, Madrid, pp. 169-172.

ALMEIDA, João, 1943, *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, Ed. Império, Lisboa.

ALONSO, Benito F., 1898-1901, "Testimonio de un privilegio de D. Fernando III el Santo, confirmando outro de D. Alfonso VII el Emperador, por el que se donan varios lugares al Monasterio de Celanova", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo I, pp. 122-124.

ALONSO, Benito F., 1898-1901, "Monasterio de Celanova. Relación de los pueblos y territorios concedidos y confirmados por los reys al monasterio de San Salvador de Celanova, según nota dada por el R. P. Abad del mismo al Director general de Rentas en Mayo de 1834, de los cuales algunos eran por entonces desconocidos, ya por haber sufrido transformaciones sus nombres, ya por haberse celebrado permutas con otros monasterios, y son los siguientes.", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo I, pp. 189-191.

ALONSO, Benito F., 1898-1901, "Monasterio de Celanova", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo I, pp. 193-198.

BARROS, João, 1549, *Colecção de Manuscritos Inéditos agora dados à Estampa, V, Geographia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Biblioteca Municipal do Porto, 1919, Tipografia Progresso, Porto, 128 p..

BRANDÃO, Frei António, 1945, *Crónica de D. Afonso Henriques*, edição actualizada com uma introdução de A. Magalhães Basto, Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia, Liv. Civilização, Editora, Porto, pp. 30-32; 37-40.

- BRANDÃO, Frei António, 1944, *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, Ed. Actualizada com introdução de A. de Magalhães Basto, Biblioteca Histórica, Série Régia, Ed. Civilização, pp. 79-82, 129-131.
- Chancelarias Portuguesas. D. Afonso V, 1300-1479*, ed. org. por ANDRADE, Amélia Aguiar; KRUS, Luís, 2001, "Valdevez Medieval, Documentos II", Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
- CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira, 1987, "Duarte de Armas, "Livro das Fortalezas", c. 1509-c. 1516,"", *Portugaliae Monumenta Cartographica*, reprodução fac-similada da edição de 1960, vol. I, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, pp. 71-75 + Estampas 28-33.
- COUSELO, Xesús Ferro, 1995, "Tumbo de Fiães", *Boletín Avriense*, Anexo 20, Museo Arqueolóxico Provincial, Ourense, 371 p.
- CORNIDE Y SAAVEDRA, José Andrés, *Description Circunstanciada de la Costa de Galicia, y Raya por donde confina con el inmediato Reino de Portugal, Hecha en el Año de 1764*, edición i estudio por AXEITOS, Xosé Luis, 1991, Col. Historia (Ed.do Castro).
- Crónica dos Cinco Reis de Portugal*, 1943, edição diplomática da Crónica inédita quatrocentista, códice nº 886 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, com respectiva versão actualizada da Crónica Geral de Espanha, referentes a Portugal, outros textos e um estudo de A. Magalhães Basto, 2 vol., Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil, Série Régia, Liv. Civilização, Editora, Porto.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho (ed.), 1969, "Foral da vylla de Crasto Leboreiro dado per el-rey dom afonso Comde de bollonha", *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, Conforme Exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, pp. 65-66.
- "Foral da Terra da Nobrega dado per Imqujriçooens do tombo", *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, Conforme Exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, pp. 121-125.
- "Foral da Terra do Soajo", *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, conforme exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, p. 138.
- "Foral do lugar de Lindoso", *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve, Entre Douro e Minho*, Conforme Exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, p. 142.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I., *Documentos dos Condes Portucalenses e D. Afonso Henriques, A. D. 1095-1185*, ed. de Rui de Azevedo, 1958, tomo I, Academia Portuguesa da História, Lisboa, pp. 42 e 569-570, 75-76, 87-89 e 589-590, 229-230.
- Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. I, ed. Rui de Azevedo, Pe. Jesus Avelino Costa, Marcelino Rodrigues Pereira, 1979, Centro de História da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 192-193.

- FREIRE, Anselmo Braancamp (dir.), 1905, "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. seculo.", *Archivo Historico Portuguez*, vol III, nºs 7 e 8 (31-32), Lisboa, pp. 241-273.
- GONZALEZ, Julio (ed.), 1944, "1199 – Junio, Benavente. Concede fuero a Milmanda", nº 126, *Alfonso IX – Documentos, Tomo II*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, pp. 180-183.
- GONZALEZ, Julio (ed.), 1944, "1228, Junio, Bayona. Concede fuero a Lobeira", *Alfonso IX – Documentos, Tomo II*, nº 547, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, Madrid, pp. 547-548.
- ""Livro do Inventário dos bens de Mumadona – "Et ad radice castro annofrice"", 1059, *Portugaliae Monumenta Historica-Documentae Chartae*, 1868, vol. I, D.C. 420, Lisboa.
- História Florestal, Aquícola e Cinegética - Colectânea de Documentos Existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelarias Reais*, vol I, Ministério de Agricultura e Pescas, Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, Lisboa.
- "1282 Agosto 23 – Carta sobre o que os monteiros de Soajo devem dar ao alcaide de Labreiro - *Chancelaria D. Dinis* Livro 1, fl. 54", p. 36.
- "1483 Dezembro 12 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros do Soajo, pela qual é proibido tomar-lhes os sabujos e que fidalgos e pessoas poderosas morem na dita terra e julgado e tenham aí casa ou herdamento, sob certas penas – *Chancelaria D. João II*, Lº 24, fl. 146", pp. 58-59.
- "1483 Dezembro 12 – Carta de confirmação de privilégios aos monteiros do Soajo, pela qual lhes é dada licença para vender e passar o seu gado para a Galiza – *Chanc. D. João II*, Lº 24, fl. 146v.; *Além Douro*, Lº 1, fls. 198-198v. e 198v.-199; *Chanc. D. Manuel I*, Lº 32, fls. 55-55v.", pp. 59-60.
- "1483 Dezembro 12 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros do Soajo, pela qual são isentos de ter armas e somente são obrigados a ter sabujos e ascumas – *Chanc. D. João II*, Lº 24, fl. 146 v.", p. 60.
- "1359 Janeiro 6 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros do Soajo - *Chanc. D. Pedro I*, Lº 1, fl. 33", p. 89.
- "1498 Dezembro 7 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria de Soajo, pela qual são isentos de ter armas, salvo ascumas e sabujos - *Chanc. D. Manuel*, Lº 32, fls. 25-25v. e *Além Douro*, Lº 1, fls. 194v.-195", pp.138-139.
- "1498 Dezembro 7 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria de Soajo, pela qual é proibido aos fidalgos morarem na dita terra e julgado, terem herdamentos e tomarem-lhes os sabujos, sob certas penas – *Além Douro*, Lº 1, fls. 198v. -199", pp. 139-140.
- "1498 Dezembro 8 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria de Soajo, pela qual lhes é dada licença para venderem e passarem o seu gado para a Galiza – *Chanc. D. Manuel*, Lº 32, fls. 55-55v. e *Além Douro*, Lº 1, fls. 198-198v.", pp. 141-142.
- "1498 Dezembro 8 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros da montaria do Soajo,

- pela qual são isentos dos cargos do concelho, de pagar pedidos, etc. – Além Douro, L^o 1, fls. 195-195v.", pp. 142-143.
- "1542 Agosto 17 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros de Soajo pela qual são isentos dos cargos de concelho, de pagar pedidos, etc. – Chancelaria D. João III, L^o 32, fls. 70v.-71", pp. 165-166.
- "1542 Agosto 17 – Carta de confirmação de privilégio aos monteiros de Soajo pela qual são isentos de trazerem armas. – Chancelaria D. João III, L^o 32, fls. 71", pp. 166-167.
- LIBER FIDEI, Sanctae Bracarensis Ecclesae*, Ed. Crítica pelo Pe. Avelino de Jesus Costa, Tomos I, II e III, 1965, 1978 e 1990, Junta Distrital de Braga, Braga.
- LOPO, Albino Santos Pereira, 1913, *Monumentos Militares ao Norte do País*, Museu Militar do Porto, n^o 700, Porto.
- MORENO, Humberto Baquero (coord.), 2003, *Demarcações de Fronteira, Lugares de Trás-os-Montes e de Entre Douro-e-Minho*, vol. III, Centro de Documentação e História Medieval, Universidade Portucalense, Infante D. Henrique, Porto.
- NEVES, C. M., 1965, "Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo", *Dos monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores*:
- "1507 Fevereiro 27 – Ao officio de monteiro mor acrescentamento pera que aja sempre oytos monteiros de caullo e xxx de monte e etc. – Chancelaria. D. Manuel, L^o 38, fls. 58-58v.. Leitura Nova: L^o 5 de Místicos, fls. 125-125v.", p. 267.
- "1752 Outubro 26 – À margem: Monteiros da Montaria do Conselho de Soajo. Carta de Confirmação de Privilegios – Chancelaria de D. José I, L^o 83, fls. 80v.-82v.", pp. 270-274.
- NÚÑES, Arturo Vásquez, 1898-1901, "Privilegio de D. Alfonso VII el Emperador haciendo varias donaciones al Monasterio de Celanova y confirmando sus antiguos cotos. Era 1183. Año 1145", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo I, pp. 148-151.
- NÚÑES, Arturo Vásquez, 1902-1905, "Privilegio de D. Fernando III el Santo, confirmando el D. Fernando I por el que se conceden al Monasterio de Celanova los derechos reales de raso, homicidio, etc. Año de 1232", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo II, pp. 307-309.
- NÚÑES, Arturo Vásquez, 1902-1905, "Real Provisión de D. Enrique IV mandando devolver al Monasterio de Celanova el castillo de Santa Cruz y sus cotos", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo II, pp. 310-311.
- Obras Completas do Cardeal Saraiva* (D. Francisco de S. Luiz), Patriarca de Lisboa, Precedidas de uma Introdução pelo Marquez de Rezende, Publicadas por António Correia Caldeira, Tomo II, 1873, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Portugaliae Monumentae Historica, Inquisitiones*, vol. I, 1888, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa:
- "Inquirições de D. Afonso II", 1220, pp. 37-39; 117-118; 188-189; 235-237.

"Inquirições de D. Afonso III", 1258, pp. 374-396; 406- 415.

VILAS BOAS, Custodio José Gomes, 1800, "Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da província do Minho", Sousa, Fernandes; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho, População e Economia nos finais dos Setecentos*, 1997, Ed. Presença, Lisboa, pp. 106-121; 139-140; 148-149; 156-162.

3 – Fontes cartográficas e fotográficas

"Atlas do Vol. I, Esboço X", 1936, *Estudos de História Militar Portuguesa*, Arquivo Militar, Lisboa.

BARJA, Francisco Xavier Río, 1990, "Mapa Xurisdiccional da provincia de Ourense no séc. XVIII, escala 1/200000", *Cartografía Xurisdiccional de Galicia no século XVIII*, Consello da Cultura Galega, Santiago.

Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês, 1/50000, 1984, Direcção Geral de Geologia e Minas, Serviços Geológicos de Portugal.

Cartas Militares de Portugal, 1/25000, 1948 e 1993, nºs 30, 17,9, 5, 4, Instituto Geográfico do Exército, Lisboa.

DOMINGUEZ, Olga Gallego, 1988, "Mapa de Cotos e Xuridicios da antiga provincia de Ourense, 1/100000, ano de 1751 - La Organization Administrativa Territorial de la Antigua Provincia de Ourense a Mediados del siglo XVIII", *Boletín Avriense*, Anexo 10, Museo Arqueoloxico Provincial, Ourense.

LUNA, Maria Pilar Torres *et al*, 1979, *Mapa de Limites de las Parroquias de Galicia*, 1/200000, Departamento de Geografía, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

Mapa Provincial de Ourense, 1/200000, 2000, Instituto Geográfico Nacional, Madrid.

Mapas Topográficos Nacionais de España, 1/50000, 1942, nºs 263, 301,336, 1942, Instituto Geográfico y Cadastral, Madrid.

Mapas Topográficos Nacionais de España, 1/25 000, 1990 e 2002, nºs 263 (I, II, III, IV), 301 (I, II, III, IV), 336 (I), Instituto Geográfico Nacional, Madrid.

MENDEZ, Martinez Gonçalo, 1993, *La Documentation cartografica sobre Galicia existente en sus archivos: Catalogación y análisis geografica hasta 1900* (tese de doutoramento), Santiago de Compostela.

Fotografias aéreas (Ermida, Parada, Castelo, "vila" do Soajo e Várzea), escala aprox. 1/2500, coberturas aéreas de 1965/70 e 1994/95, Instituto Geográfico Português, Lisboa.

Ortofotomapas (Castro Labreiro e Gavieira), 1/10000, cobertura aérea de 1992, Instituto Geográfico Português, Lisboa.

PRIEGUE, Elisa Ferreira, 1987, "Mapa da provincia de Ourense com os caminhos medievais, escala 1/400000 - Los Caminos Medievales de Galicia", *Boletín Avriense*, Anexo 9, Museo Arqueoloxico Provincial, Ourense.

4 – Fontes estatísticas

Animais intervencionados, Cooperativa Agrícola Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, Secção de Sanidade Animal, 1995 a 2003, Arcos de Valdevez.

Animais intervencionados, Secção de Sanidade Animal, A.R.A.P., Associação Raiana Agro-Pecuária de Monção e Melgaço, 2003, Monção.

Arrolamento do gado bovino leiteiro dos distritos de Aveiro, Porto e Viana do Castelo, 1930, Ministério da Agricultura, Direcção geral dos Serviços Pecuários, Divisão de Estatística Pecuária, Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura, Lisboa.

Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira, 1934 e 1940, Ministério da Agricultura, Lisboa.

Arrolamento Geral de Gado e Animais de Capoeira, 1955, I.N.E., Tipografia Portuguesa LDA., Lisboa.

Arrolamento Geral do Gado, 1972, I.N.E., Serviços Centrais, Lisboa.

Censo da População do Reino de Portugal, 1890, Direcção de Estatística Geral e Comércio, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Imprensa Nacional, Lisboa.

Censo da População do Reino de Portugal, 1900, Repartição de Estatística Geral, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Imprensa Nacional, Lisboa.

Censo da População de Portugal, Estatística Demográfica, 1911, Direcção Geral de Estatística, Ministério das Finanças, Imprensa Nacional, Lisboa.

Censo da População de Portugal, 1920, 6º Recenseamento Geral da População Portuguesa, Direcção Geral de Estatística, Ministério das Finanças, Imprensa Nacional, Lisboa.

Censo da População de Portugal, 1930, 7º Recenseamento Geral da População Portuguesa, Direcção Geral de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa.

VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, 1940, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa.

IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, 1950, Instituto Nacional de Estatística, Tipografia Portuguesa Lda., Lisboa.

X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, 1960, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa.

X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, 1960, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa.

XI Recenseamento Geral da População, 1970, Estimativa a 20%, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

XII Recenseamento Geral da População, 1981, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional, Lisboa.

XIII Recenseamento Geral da População, 1991, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

- Censos de 2001, XIV Recenseamento Geral da População*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Censo de 1787, Floridablanca*, impresso e publicado pelo Instituto Nacional de Estadística, Madrid, 1990, "Comunidades Autonomas del Norte Atlántico – 4".
- Censo de la Poblacion y de las Viviendas de España de 1960, Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion de España, Provincia de Orense*, Instituto Nacional de Estadística, Madrid.
- Censo de la Poblacion y de las Viviendas de España de 1970, Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion de España, Provincia de Orense, Tomo IV – 32*, Instituto Nacional de Estadística, Madrid.
- Censo de la Poblacion de España de 1981, Nomenclator, Provincia de Orense*, Instituto Nacional de Estadística, Madrid.
- Censo de la Población y Viviendas, 1991, Nomenclátor de las ciudades, villas, lugares, aldeas Y demas entidades de población con especificación de sus núcleos*, Instituto Nacional de Estadística (INE), Madrid.
- Censo de Población y Viviendas, 2001*, www.ine.es.
- COELHO, Eusebio Candido C. P. Furtado, 1861, *Estatística do Districto de Vianna do Castello* (Suplemento ao Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comercio e Industria de Dezembro de 1860), Imprensa Nacional, Lisboa.
- Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España, Provincia de Orense, 1900*, Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico, Imprenta de la Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico, Madrid.
- Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España, Provincia de Orense, 1910*, Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico, Imprenta de la Dirección General del Instituto Geográfico y Estadístico, Madrid.
- Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España, Provincia de Orense, 1920*, Dirección General de Estadística, Imprenta de los hijos de M. G. Hernández, Madrid.
- Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España, Provincia de Orense, 1930*, Dirección General del Instituto Geográfico, Catastral y de Estadística, Hijos de M. G. Hernández, Madrid.
- Nomenclátor de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Población de España, Provincia de Orense, 1940*, Dirección General de Estadística, Barranco, Madrid.
- Nomenclator de las Ciudades, Villas, Lugares, Aldeas Y Demas Entidades de Poblacion de España, Provincia de Orense, 1950*, Instituto Nacional de Estadística, Sucesores de Rivadeneyra, S. A., Madrid.

Recenseamento Geral dos Gados no Continente do Reino de Portugal em 1870 e 1873, “Intendência da Pecuária de Viana do Castelo”, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Imprensa Nacional, Lisboa.

Recenseamento Agrícola do Continente, Gado, 1979, I.N.E., Serviços Centrais, Imprensa Nacional, Lisboa.

Recenseamentos Gerais da Agricultura, 1989 e 1999, I.N.E., Lisboa.

5 – Dicionários, Guias, Corografias, Enciclopédias

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, 1987, "Alto Minho", *Novos Guias de Portugal*, nº 5, Lisboa.

ARGOTE, D. Jeronymo Contador, 1732-1744, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcibispado de Braga Primaz das Hespanhas*, da Geografia do Arcebisado de Braga, e da Geografia Antiga da Provincia Bracarense, 4 vols., Lisboa.

CASTRO, Pe. João Bautista, 1745, *Mappa de Portugal, Parte Primeira*, Lisboa.

CASTRO, Pe. João Bautista, 1814, *Roteiro Terrestre de Portugal*, 5ª Ed., Lisboa.

COSTA, P. António Carvalho, 1869, *Corografia Portuguesa eDescripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal com as notícias das fundações das cidades, villas, & lugares*, Tomo I, 2ª Edição, Braga.

CANDI, F. Carreras (dir.), 1980, *Geografia General del Reino de Galicia, Orense*, Tomo 1º, por Vicente Risco, Ediciones Gallegas, S. A., La Coruña.

CONDE d'AURORA, 1959, *Roteiro de Ribeira Lima*, 3ª ed., Porto.

Guia de Portugal, IV, *Entre Douro e Minho*, Tomo II, *Minho*, 1965, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vols., 1873-1890, Lisboa.

MADOZ, Pascual, 1848-1850, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, 22 vols., Madrid.

SERRÃO, Joel (dir.), 1985-1990, *Dicionário de História de Portugal*, I-VI vols., Lisboa.

VASCONCELOS, José Leite, *Etnografia Portuguesa*, X Vols. Vols. I a III organizados pelo Autor, ed. Imprensa Nacional, 1933 (vol. I), 1936 (vol. II) e 1941 (vol. III). Vols. IV a X, organizados por M. Viegas Guerreiro com a colaboração de Alda da Silva Soromenho e Paulo Soromenho, ed. Imprensa Nacional, 1958 (vol. IV), 1967 (vol. V), 1975 (vol. VI), 1980 (vol. VII), 1982 (vol. VIII), 1985 (vol. IX) e 1989 (vol. X), Lisboa.

VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, 2 vols., 1886-1887, Lisboa.

VITERBO, Fr. Joaquim de Stª Rosa, *Elucidário das palavras e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2 vols., ed. crítica de Mário Fiuza, s/d, Lisboa-Porto.

5 – Periódicos

A NEVE, Semanário Independente, por Castro Laboreiro

LÉLIO, "O castelo de Castro Laboreiro", nº 5, de 9 de Dez./1920, 1ª p..

FÔRÇAS, "Estrada para Castro-Laboreiro", nº 6, de 16 de Dez./1920, 1ª p..

MANÔLO, "Castro-Laboreiro", nº7, de 6 de Jan./1921, 1ª p..

MANÔLO, "Castro-Laboreiro", nº 8, de 13 de Jan./1921, 1ª p..

MANÔLO, "Castro-Laboreiro", nº 9, de 20 de Jan./1921, 1ª p..

MANÔLO, "Castro-Laboreiro ", nº 10, de 30 de Jan./1921, pp. 1-2.

Z, "Castro-Laboreiro, terra de neve eu te envio muito saudar!", nº 6, de 16 de Dez./1920, 1ª p..

«Queremos uma estrada ...», nº2, de 18 de Novembro de 1920, 1ª p..

«Por Castro Laboreiro», nº2, de 18 de Nov./1920, p.2.

«Boas Vindas», nº 2, de 18 de Nov./1920, p.2

«Emigração», nº1, de 11 de Nov./1920, p. 3.

«Esquecidos», nº 3, de 25 de Nov./1920, 1ª p..

«Da América do Norte», nº 3, de 25 de Nov./1920, p. 3.

«Montaria», nº 5, de 9 de Dez./1920, p. 3.

«Uma caçada», nº 5, de 9 de Dez./1920, pp. 2-3.

CONCÓRDIA (A), Semanário Republicano Liberal, Arcos de Valdevez

A.C.A., "Atenda-se o povo do Soajo - Estrada do Soajo", nº 400, 8 de Jan./1928, 1ªp..

ELGA, "Canto Regional Soajeiro", Número Especial Comemorativo do 12º Aniversário, 7 de Dezembro de 1930, p. 47.

ENES, Alexandre, "Desditos da minha Serra", Número Especial Comemorativo do 12º Aniversário, 7 de Dezembro de 1930, p. 46.

LAGE, Manuel Gonçalves, "Páginas do Soajo - Soajo", Número Especial Comemorativo do 12º Aniversário, 7 de Dez/ 1930, pp. 45-46.

Um Romeiro, "O Minho; a nossa terra; romaria e belezas da Peneda; factos e observações ligeiras", nº 387, 18 de Set/1927, pp. 1-3.

Um amigo do Soajo, "Por Soajo", Número Especial Comemorativo do 12º Aniversário, 7 de Dezembro de 1930, p. 47.

VASCONCELOS, João, "Defendamos a lavoura", nº 116, de 12 de Março/1922, pp. 1-2.

«O manifesto do gado», nº 39, de 29 de Agosto/1920, pp. 1-2.

«O contrabando», nº 52, de 30 de Nov./1920, pp. 1-2.

«Energia eléctrica», nº 218, de 16 de Março/1924, 1ª p..

«Manifesto dos gados», nº 255, de 14 de Dez./1924, 1ª p..

«Terras do Minho, Arcos de Valdevez, Luz eléctrica I», nº 271, de 19 de Abril de 1925, 1ª p..

«Terras do Minho, Arcos de Valdevez, Luz eléctrica II», nº 272, de 26 de Abril de 1925, 1ª p..

«De Soajo à sede do concelho», nº 354, de 16 de Janeiro/1927, 1ª p..

«Estrada do Soajo I», nº 354, de 16 de Janeiro/1927, 1ª p..

«Estrada de Soajo II», nº 355, de 23 de Jan./1927, p. 2.

«Estrada de Soajo III», nº 357, de 6 de Fev./1927, p. 2.

«Baldios», nº 448, de 20 de Nov./1929, 1ª p..

«Montaria», nº 524, de 17 de Agosto/1930, p. 3.

A Vanguarda, Quinzenário Regionalista de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez

A. C., "O acontecimento da Peneda", nº 7, de 9 de Nov./1947, 1ª p..

A. CERQUEIRA, "E a Peneda reconstrói-se...", nº 9, de 7 de Dez./1949, pp. 1-2.

Correspondente, "Por Soajo - Ponte Persil; Batida dos Lobos", nº XVII, de 4 de Abril/1948, p. 3.

Correspondente, "Da Gavieira", nº XXXVI, de 20 de Dez./1948, p. 3.

ETNUCUS, "Apontamentos de Turismo 1 – A Serra e o Homem", nº 137, de 23 de Nov./1952, 1ª p..

ETNUCUS, "Apontamentos de Turismo 2 – A técnica, a vida e a natureza", nº 138, de 7 de Dez./1952, pp. 1 e 5.

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "Senhora da Peneda", nº 110, de 11 de Nov./1951, 1ª p..

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós", nº 130, de 17 de Agosto/1952, p. 2.

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "Ermelo. Ao Amigo Pe. Rafael", nº 139, de 21 de Dez./1952, nº 139, p. 4.

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "Ermelo. Ao Amigo Pe. Rafael", nº 141, de 18 de Jan./1953, pp. 1 e 5.

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós", nº 156, de 27 de Set./1953, 1ª p..

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)", nº 159, de 27 de Set./1953, pp. 1 e 4.

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)", nº 160, de 11 de Out./1953, 1ª p..

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)", nº 161, de 25 de Out./1953, pp. 1 e 4.

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)", nº 163, de 22 de Nov./1953, 1ª p..

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)", nº 164, de 6 de Dez./1953, p.4.

PINTOR, Pe. Manuel António Bernardo, "A Peneda Terra dos Meus Avós – O Santuário e a sua administração (até finais do séc. XVIII)", nº 165, de 20 de Dez./1953, 1ª p..

SEQUEIRA, Américo, "Dos Arcos à Peneda. Notas de viagem", nº 110, de 11 de Nov./1951, p.4.

SEQUEIRA, Américo, "Dos Arcos à Peneda. Notas de viagem (cont.)", nº 112, de 9 de Dez./1951, 1ª p..

SEQUEIRA, Américo, "Dos Arcos à Peneda. Notas de viagem (cont.)", nº 114, de 6 de Jan./1952, 1ª p..

«Estrada Mezio-Soajo», nº 9, de 7 de Dez./1947, p. 2.

««Até que enfim ... foi preso o "Carquejo" temível quadrilheiro»», nº XXI, de 30 de Maio/1948, pp. 1 e 4.

«O Carquejo foi julgado no Tribunal desta Comarca», de 10 de Julho/1949, 1ª p..

«Ruralidades palpáveis: A nova ponte para o Soajo», nº XCIV, de 18 de Maio/1951, p.2

JORNAL DE VIAGENS E AVENTURAS DE TERRA E MAR, Porto

CAMPOS, Alfredo, "Castro Laboreiro", nº 79 – 3º Vol., de 28 de Novembro/1880, p. 305.

CAMPOS, Alfredo, "Castro Laboreiro", nº 80 – 3º Vol., de 5 de Dezembro/1880, pp. 10-11.

CAMPOS, Alfredo, "Castro Laboreiro", nº 81 – 4º Vol., de 12 de Dez./1880, pp. 45-46.

CAMPOS, Alfredo, "Castro Laboreiro", nº 84 – 4º Vol., de 2 de Janeiro/1881.

JORNAL DOS ARCOS – Político, Literário, Noticioso e Anunciador, Publicação Semanal, Arcos de Valdevez

«Parochia de S. João Baptista de Rio Frio: O castelo de Rio Frio», nº 326, de 10 de Julho/1902, p. 2.

«Parochia de S. João Baptista de Rio Frio: O castelo de Rio Frio», nº 327, de 17 de Julho/1902, pp. 1-2.

«O Sr. Arcebispo na Peneda», nº 374, de 18 de Junho/1903, 1ª p..

«O Sr. Arcebispo na Peneda», nº 375, de 25 de Junho/1903, 1ª p..

«O Sr. Arcebispo na Peneda», nº 376, de 2 de Julho/1903, 1ª p..

LA REGIÓN, Ourense

RUMBAO, Alfredo Cid, "Castillos de la Provincia de Orense", de 29 de Junho/1960, pp. 3-6.

«Hosteleros lusos y ourensanos pugnan por el poblado que construyó EDP al hacer Lindoso», de 21 de Novembro de 2004, 1ª p.

O ARCOENSE, Semanário Litterário, Agrícola, Político e Noticioso, Arcos de Valdevez

«Arborização dos Baldios», nº 1211, de 6 de Junho/1909, 1º p..

«Estrada de Ázere a Soajo», nº 1210, de 30 de Maio/1909, 1ª p..

«Um grande melhoramento distrital», nº 1109, de 16 de Junho/1907, 1ª p..

NOTÍCIAS DOS ARCOS, Semanário Regionalista, Arcos de Valdevez

PINTOR, P. Manuel A. Bernardo, "A Peneda, Terra dos Nossos Avós", nº 834, de 13 de Nov./1955, 1ª p..

PINTOR, P. Manuel A. Bernardo, "A Peneda, Terra dos Nossos Avós", nº 835, de 27 de Nov./1955, p. 4.

PINTOR, Pe. Manuel A. Bernardo, "Soajo e as Pastagens de Felgueira Ruiva", nº 824, de 29 de Maio/1955, p. 2 e 4.

PINTOR, Pe. Manuel A. Bernardo, "Soajo e as Pastagens de Felgueira Ruiva", nº 825, de 12 de Junho/1955, pp. 2-4.

PINTOR, Pe. Manuel A. Bernardo, "Migalhas de História: o Soajo", nº 819, de 6 de Março/1955, 1ª p.

PINTOR, Pe. Manuel A. Bernardo, "Migalhas de História: o Soajo", nº 820, de 6 de Março/1955, pp. 1 e 3.

POVO DA BARCA, Semanário Independente – órgão dos interesses locais, Ponte da Barca

ZETIANNA, "Carta de Britello", nº 48, de 4 de Março/1900, pp. 1 e 2.

«Factos e Notícias- Providências», nº 53, de 14 de Julho/1901, p. 2.

6 – Diários do Governo/Diários da República

"Decreto-Lei de 22 de Agosto/1822", *Diário do Governo*, I Série, nº 198, Ano de 1821, p. 265.

"Decreto-Lei de 7 de Set./1835", *Diário do Governo*, I Série, nº 211, Ano de 1835, 7 de Set, pp. 371-377.

"Alvará de 14 de Fevereiro concedendo licença para aproveitamento com força motriz de água do rio Lima, no sítio da Costa do Fojo, no Concelho de Ponte da Barca", *Diário do Governo* nº 40, de 20 de Fev/1907, pp. 530-531.

"Decreto-Lei nº 5 624, de 10 de Maio/1919", *Diário do Governo*, I Série, nº 98, Ano de 1919, 10 de Maio, pp. 981-987.

"Decreto-Lei nº 6 412, de 21 de Fev./1920", *Diário do Governo*, I Série, nº 38, Ano de 1920, 21 de Fevereiro, pp. 291-292.

"Decreto-Lei nº 6 461, de 20 de Março/1920", *Diário do Governo*, I Série, nº 56, Ano de 1920, 20 de Março, pp. 423-426.

"Decreto-Lei nº 27 207, de 16 de Nov./1936", *Diário do Governo*, I Série, nº 269, Ano de 1936, 16 de Novembro, pp. 1425-1451.

"Lei nº 1971, de 15 de Junho/1938", *Diário do Governo*, I Série, nº 136, Ano de 1938, 15 de Junho, pp. 971-974.

"Decreto-Lei nº 46 939, de 5 de Abril/1966", *Diário do Governo*, I Série, nº 80, Ano de 1966, 5 de Abril, pp. 507-508.

"Decreto-Lei nº 49 400, de 24 de Nov./1969", *Diário do Governo*, I Série, nº 275, Ano de 1969, 24 de Novembro, p. 1664.

"Decreto-Lei nº 187/71", *Diário do Governo*, I Série, nº 108, Ano de 1971, 8 de Maio, pp. 657-661.

"Decreto-Lei nº 39/76", *Diário do Governo*, I Série, nº 15, Ano de 1976, 19 de Janeiro, pp. 89-91.

"Decreto-Lei nº 40/76", *Diário do Governo*, I Série, nº 15, Ano de 1976, 19 de Janeiro, p. 92.

"Portaria nº 117/76", *Diário do Governo*, I Série, nº 51, Ano de 1976, 1 de Março, p. 450.

"Decreto-Lei nº 613/76", *Diário do Governo*, I Série, Ano de 1976, de 27 de Julho, pp. 1702-1704.

"Decreto-Lei nº 519-C/79", *Diário da República*, I Série, 2º Suplemento, nº 298, Ano 1979, 28 de Dezembro, pp. 3414 - (7) a 3414-(11).

"Decreto-Lei nº 403/85", *Diário da República*, I Série, nº 236, Ano de 1985, 14 de Outubro, pp. 3373-3376.

"Decreto-Lei nº 126/86", *Diário da República*, I Série, nº 125, Ano de 1986, 2 de Junho, p. 1308.

"Despacho nº 45/90", *Diário da República*, II Série, nº 211, Ano de 1990, 12 de Setembro, p. 10241.

"Decreto-Lei nº 19/93", *Diário da República*, I Série – A, nº 19, Ano 1993, 23 de Janeiro, pp. 271-277.

"Decreto nº 29/1993, de 11 de Fevereiro", *Diário Oficial de Galicia*, nº 37, Ano de 1993, 24 de Fevereiro, pp.

"Decreto nº 32/1993, de 11 de Fevereiro", *Diario Oficial de Galicia*, nº 37, Ano de 1993, 24 de Fevereiro, pp.

"Decreto-Lei nº 151/95", *Diário da República*, I Série - A, nº 125, Ano de 1995, 24 de Junho, pp. 4095-4098.

"Resolução do Conselho de Ministros nº 134/95", *Diário da República*, I Série - B, nº 261, Ano de 1995, de 11 de Novembro, pp. 6896-6903.

"Decreto nº 155/1998, de 28 de Maio", *Diario Oficial de Galicia*, nº 107, Ano de 1998, de 5 de Junho, pp. 6221-6227.

"Decreto Regulamentar nº 3/2002", *Diário da República*, I Série – B, nº 29, Ano de 2002, 4 de Fevereiro, pp. 937-939.

"Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2004", *Diário da República*, I Série - B, nº 57, Ano de 2004, 8 de Março, pp. 1260-1274.

7 – Obras impressas

ABENGOCHEA, Juan Jose Sayas; Moreno, LUIS A. Garcia, 1981, "Romanismo y Germanismo. El despertar de los pueblos hispánicos (siglos IV-X)", Tomo II de *Historia de España*, dir. Manuel Tañón de Lara, Madrid.

ABREU, João Gomes, 1910, "Terra da Nóbrega (Notas Históricas)", Separata de *O Instituto*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 42 p.

ALARCÃO, Jorge, 1988, *O domínio romano em Portugal*, *Forum da História*, Publicações Europa-América, 3ª Ed., Lisboa.

ALARCÃO, Jorge, 1990, "O domínio romano em Portugal", Vítor Oliveira Jorge *et al Portugal, das origens à romanização*, vol. I, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, pp. 345-351.

ALBARELLO, Luc *et al.*, 1995, *Pratiques et méthodes de recherche en sciences sociales*, Armand Colin, Paris.

ALBORNOZ, Claudio Sánchez, 1956, *España. Un enigma histórico*, Buenos Aires.

ALBORNOZ, Claudio Sánchez, 1966, *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, Buenos Aires.

ALBUQUERQUE, J. Pina Manique, 1960, *Mapa da Galiza Sueva*, Braga, pp. 5-10.

ALEXANDRE, Valentim, 1993, *Os sentidos do império: Questão nacional e Questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Ed. Afrontamento, Porto.

ALMEIDA, António Mendes, 1902, "A arborização e utilização das serras portuguesas", *Separata do Boletim da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa*, Lisboa, 25 p.

ALMEIDA, António Mendes, 1928, "Portugal Florestal", Separata do *Boletim do Ministério da Agricultura*, vol. X, nºs 8 a 12, Lisboa.

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado, 1968, *Vias Medievais Entre Douro e Minho*, (tese de licenciatura), Faculdade de Letras, Porto, (policopiado).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira., 1978, *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*, vol. I (dissertação de doutoramento), Faculdade de Letras, Porto, (policopiado).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, 1973, "Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal", Separata da *Revista de História*, Faculdade de Letras, Porto, 29 p.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, 1973, "Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal", Separata "A Pobreza a Assistência na Península Ibérica durante a Idade Média", *Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Lisboa, 57 p.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, 1978, *Casteologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho, desde as origens a 1220*, (trabalho complementar para prestação de provas de doutoramento em História de Arte), Faculdade de Letras, Porto, (policopiado).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, 1986, "A paróquia e o seu território", *Cadernos do Noroeste*, Braga, p. 113-130.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira., 1987, "Murallas Românicas e Cercas góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal. A sua lição para a dinâmica urbana de então", *Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian., Lisboa, pp. 137-141.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, 1988, "Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho, nos séculos XII e XIII", *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2º vol., Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 65-70.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, 1989, "Castelos e cercas medievais — séculos séculos X a XII", *Portugal no Mundo. História das fortificações portuguesas no mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, p. 38-54.
- ALMEIDA, João F., 1986, *Classes Sociais nos Campos: camponeses parciais numa região do Noroeste*, Instituto de Ciências Sociais, U.L., Lisboa.
- ALONSO, Benito F, 1893, *Guerra Hispano-Lusitana*, Imprensa de Antonio Otero, Orense.
- ALONSO-NUÑEZ, J. M., 1975, "El Noroeste de la Peninsula Iberica en Estrabon", *Boletín Auriense*, Tomo V, Museo Arqueológico Provincial, Orense, pp. 343-347.
- ALVES, Manuel Brandão, 1989, "A Fronteira: barreira ou oportunidade ao desenvolvimento?", *Revista Planeamento e Administração*, vol. II, C.C.R.L.V.T., pp. 13-24.
- ALVES, Manuel Brandão, 1990, "As oportunidades de desenvolvimento das regiões fronteiriças", *Barrosânia*, Revista trimestral da região de Barroso, nº 4, Lisboa , pp. 27-34.
- ALVES, Lourenço, 1983, "A simbologia da arte românica (achegas para uma interpretação da cultura medieval no Alto Minho)", *Revista Caminiana*, nº 8, Caminha, pp. 105-135.
- ALVES, Lourenço, 1984, ""Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho", (Monumentos civis e militares)", *Revista Caminiana*, nº 10, Caminha, pp. 41-88.

- ALVES, Lourenço, 1987, "Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho (Monumentos civis e militares)", *Revista Caminiana*, nº 11, Caminha, pp. 187-215.
- ALVES, Lourenço, 1987, "Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho (Monumentos civis e militares)", *Revista Caminiana*, nº 12, Caminha, pp. 37-73.
- ALVES, Teresa, 1994, *Serviços e Reestruturação Produtiva — Utilização de Serviços pelas Explorações Agrícolas da Raia Central e Desenvolvimento Regional* (dissertação de doutoramento), Universidade de Lisboa, Lisboa.
- ALVES, Teresa; PIRES, I., 1990, *Os Serviços em Portugal, Evolução e Distribuição Regional: 1960-1988*, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Lisboa.
- ALLAIRE, G., 1988, "Le modèle de développement agricole des années 1960", *Économie Rural*, nºs 184/185/186, pp. 171-181.
- ALLEN, John C.; DILLMAN, Don A., 1994, *Against All Odds: Rural Community in the Information Age*, Rural Studies Series, Westview Press, Oxford.
- AMARAL, António Caetano, 1867, *Memórias para a História da Vida do Venerável Arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão*, 2ª Edição, Tomo II, Typographia dos Órfãos, Braga.
- AMARAL, Diogo Freitas, 1993, *Curso de Direito Administrativo*, vol. 1, Liv. Almedina, Coimbra.
- AMIGÓ, Xavier, 1988, "L'agriculture a temps parcial a l'alta muntanya catalana. El cas de l'Alt Urgell", *Documents D'anàlisi Geogràfica*, nº 12, pp. 99-115.
- AMIN, Ash.; THRIFT, N., 1994, *Globalization, institutions and regional development in Europe*, Universidade de Oxford, Oxford.
- AMIN, Ash (ed.), 1997, *Post-Fordism*, Blackwell Publishers Ltd, 4ª ed., Oxford
- AMORIM, Maria Norberta, 1991, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1960-1980*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães.
- AMORIM, Maria Norberta, 1991, *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Universidade do Minho, Braga.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, 1992, "Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste", *Actas do I Congresso D. Afonso Henriques*, vol. 2, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 83-93.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, 1994, *Vilas, Poder Régio e Fronteira: O exemplo do Entre Lima e Minho Medieval* (tese de doutoramento), Lisboa, (policopiada).
- ANDRADE, Amélia Aguiar, 1999, "Entre Lima e Minho e Galiza na Idade Média: Uma Relação de Amor e Ódio", *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, Separatas, Porto, Faculdade de Letras, pp. 77-91.
- ANDRADE, Anselmo, 1918, *Portugal Económico*, 2ª Ed., Coimbra.
- APPLEYARD, Reginald, 1999, *Emigration Dynamics in Developing Countries*, (4 vols.), Ashgate Publishing Ltd., Hampshire.

- ARKLETON, Trust, 1994, *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991*, 2 vols., Bruxelles.
- ARLAUD, Samuel; PÉRIGORD, Michel, 2000, *Dynamiques des agricultures et des campagnes dans le monde*, Géophrys, Poitiers, 2000.
- ARNOULD, Paul; HOTYAT; SIMON, Laurent, 1997, *Les Forêts d'Europe*, Paris, Nathan, Paris.
- AUROI, Claude; MAURER, JEAN-LUC (dir.), 1998, *Tradition et Modernisation des Economies Rurales: Asie - Afrique - Amérique Latine*, P.U.F., Paris.
- AYDALOT, Ph., 1980, *Dynamique spacial et développement inégal*, Economica, Paris.
- AYDALOT, Ph., 1986, *Milieux innivateurs en Europe*, GREMI, Paris.
- BADÍA, Joám, 1990, *El atraso industrial de Galicia: Auge y liquidación de las manufacturas textiles, 1750-1900*, Ariel, Barcelona.
- BADOUIN, Robert, 1971, *Économie Rural*, Armand Colin, Paris.
- BAGANHA, Maria Ioannis B., 1993, "Interesses Colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração, 1776-1927", *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séculos XIX e XX)*, Ed. Fragmentos, Lda., Algés, pp. 28-40.
- BAPTISTA, A. J. Mendes, 1999, "Políticas para o desenvolvimento do interior", *Estudos Regionais*, 2, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.
- BAPTISTA, António Martinho, 1980, "O Pelourinho do Soajo", *Separata da Revista Terra de Val de Vez*, nº 1, 23 p.
- BAPTISTA, António Martinho, 1986, "Adenda à notícia explicativa da Carta Geológica de Portugal, folha 1_D (Arcos de Valdevez) – Arqueologia", *Terra de Val de Vez*, nº 9, Braga, pp. 97-107.
- BAPTISTA, António Martinho, 1990, "Monumentos Arqueológicos do Parque Nacional. A Torre Grande (Lindoso)", *Revista Juriz/Xurés*, nº 6/7, Braga, I.C.N. e P.N.P.G., Braga.
- BAPTISTA, Fernando O., 1986, "Trabalhadores Agrícolas e agricultores familiares", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nºs 18/19/20, pp. 411-450.
- BATISTA, M.; FERRÃO, J., 1989, "Industrialização e Desenvolvimento Endógeno em Portugal", *Sociologia*, Lisboa, pp. 43-64.
- BARBOSA, Pedro Gomes, 1997, ""Sistemas defensivos de Fronteira, na "Reconquista" (séculos IX – inícios do XII)""", *Actas do VIII Colóquio "Preparação e Formação Militar em Portugal"*, Lisboa, pp. 31-50.
- BARREIROS, José Baptista, 1961, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista O Distrito de Braga*, vol. I, Fasc. I e II, Braga, pp. 59-147.
- BARREIROS, José Baptista, 1961, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista O Distrito de Braga*, vol. I, Fasc. III e IV, Braga, pp. 335-411.

- BARREIROS, José Baptista, 1963, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista O Distrito de Braga*, vol. II, Fasc. I e II, Braga, pp. 83-170.
- BARREIROS, José Baptista, 1964, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista O Distrito de Braga*, vol. II, Fasc. III e IV, Braga, pp. 81-188.
- BARREIROS, José Baptista, 1964, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista O Distrito de Braga*, vol. III, Fasc. I e II, Braga, pp. 1-96.
- BARREIROS, José Baptista, 1965, "Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola", *Revista O Distrito de Braga*, vol. III, Fasc. III e IV, pp. 401-496.
- BARROCA, Mário Jorge, 1990/91, "Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)", *Revista Portugalia, Nova Série*, vol. XI-XII, pp. 89-126.
- BARROS, Afonso, 1982, "As características da pequena agricultura em Portugal", *La Question Agrária*, nº 5, Milão, pp. 27-66.
- BARROS, Afonso; MENDES, Fernandes R., 1983, "Formas de produção e estatuto do trabalho na agricultura portuguesa", *Análise Social*, vol. XIX, nº 75, 1, pp. 57-78.
- BARROS, Henrique, 1945, *História da Administração Pública em Portugal, nos sécs. XII a XV*, Tomos I e II, 2ª Ed, Sá da Costa, Lisboa.
- BARROS, Henrique, 1975, *Os grandes sistemas de organização da economia agrícola*, Sá da Costa, Lisboa.
- BARROS, Vítor Coelho, 1988, "Agricultura minifundiária: que tecnologia?", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, Porto, p. 3-21.
- BARTHEZ, Alice, 1982, *Famille, Travail, Agriculture*, Economica, Paris.
- BARTHEZ, Alice, 1982, "L'agricultura como produzione familiare in Francia", *La Question agrária*, nº 5, Milão, pp. 91-116.
- BARTHEZ, Alice, 1987, "Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura", *Cambio Rural en Europe*, Arkleton Trust, Ed. MAPYA, Madrid, pp. 161-177.
- BARQUERO, A. V., 1988, *Desarrollo Local. Una Estrategia de Creación de Empleo*, Pirámide, Madrid.
- BARQUERO, A. V., 1993, *Política Económica Local*, Pirámide, Madrid, 1993.
- BATEMAN, David; RAY, Cris, 1994, "Farm pluriactivity and rural police: Some evidence from Wales", *Journal of rural studies*, vol. 10, nº 1, pp. 1-13.
- BASTO, Artur Magalhães, 1923, "A fronteira hispano-portuguesa (Ensaio de Geografia Política)", *Revista O Instituto*, vol. 70, Coimbra, pp. 57-69, 103-117, 211-225.
- BEÇA, Humberto, 1923, "Castelos de Entre-Douro e Minho", Tese apresentada ao *Congresso Minhoto, em Braga*, Tipografia "Minerva", Famalicão, 45 p.
- BECK, U., 1992, *Risk Society: towards a new modernity*, Sage Publications, London.

- BEIRANTE, Maria Ângela, 1993, ""A "Reconquista" Cristã"", *Portugal, das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, vol. II, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Ed. Presença, Lisboa, pp. 253-375.
- BENDER, B. (ed.), 1993, *Landscape: politics and perspectives*, Berg, Oxford.
- BENK, Georges; LIPIETZ, Alain (org.), 1994, *As Regiões Ganadoras. Distritos e Redes, os novos paradigmas da Geografia Económica*, Celta Editores, Lisboa.
- BENNET, R. (ed.), 1993, *Local government in the new Europe*, Belhaven Press, Londres.
- BERTRELL, Caroline B., 1991, *Homens que partem, Mulheres que esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Pub. D. Quixote, Lisboa.
- BLANCO, Manuel Novoa, 1986, "Pleito entre los vecinos de Entrimo y el Conde de Ribadavia", *Boletín Avriense*, Tomo XIV-XV, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, pp. 263-280.
- BOAVENTURA, Manuel, 1973, *Justiça de Soajo*, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez.
- BODIN-RODIER, Dominique; BLANCHET, Jacques, 1997, *La stratégie agro-alimentaire mondiale. Les enjeux du XXI ème siècle*, Masson & Armand Colin, Paris.
- BOLAMA, General Marquez d'Avila, 1914, "Folha nº 2-d (Arcos de Valle de Vez)", *Nova Carta Chorographica de Portugal*, Imprensa Lucas, Lisboa, pp. 31-65.
- BONNAMOUR, Jacqueline (coord.), 1996, *Agricultures et Campagnes dans le Monde*, Col. D.I.E.M., SEDES, Paris.
- BOURE, Robert (dir.), 1998, "Le Rural en Mouvement", *Ciencas de la Societé*, nº 45, Presses Universitaires du Mirail (P.U.M.), Toulouse.
- BOURQUE, Linda B.; FIELDER, Eve P., 1995, "How to conduct self-administered and mail surveys", *The Survey Kit*, vol. 3, Thousand Oaks, Sage Publications, Califórnia.
- BOURGOIS, L., 1987, "L'Agriculture et les Services: Divorce ou Symbiose?", *Economie Rural*, nº 177, p. 10-18.
- BRAWELL, B.; LANE, B. (eds), 1994, *Rural tourism and sustainable development*, Channel New, Clevedon.
- BRANDÃO, M. Fátima, 1994, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no séc. XIX*, Ed. Afrontamento, Porto.
- BRITO, Raquel Soeiro, 1951, "Migrations pastorales et agricoles dans les montagnes du Minho", *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie Lisbonne 1949*, Tome III, Travaux de la Section IV, Lisbonne, pp. 76-82.
- BRITO, Raquel Soeiro, 1953, "Uma aldeia de Montanha do Minho. O Soajo. Estudo de Geografia Humana", Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Tomo XVIII, 2º Série, nºs 1-3, Lisboa, 49 p.
- BRONSEVAL, Frère Claude, 1970, *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal, 1531-1533. Introduction*,

- traduction et notes par Dom Maur Cocheril*, Tome I e II, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris.
- CABO ALONSO, A., 1992, "Las relaciones interterritoriales: los flujos socioeconómicos y sus repercusiones espaciales", *Actas V Colóquio Ibérico de Geografia*, U. de León, pp. 321-331.
- CABRAL, Manuel Vilaverde Cabral, 1974, *Materiais para a história da questão agrária em Portugal, Séculos XIX/XX*, Coleção Civilização, Editorial Nova, Porto.
- CABRAL, J. Pina, 1984, "Comentários Críticos sobre a casa e a família no Alto Minho Rural", *Análise Social*, Vol. XX, nº 81-82, pp. 263-284.
- CABRAL, J. Pina, 1987, *Filhos de Adão, Filhas de Eva: a visão do Mundo Contemporâneo do Alto Minho*, D. Quichote, Lisboa.
- CABRAL, M. Villaverde *et al*, 1976, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura, Estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950-70*, Ed. Presença, Lisboa.
- CABRAL, M. Villaverde, 1981, "A ética dos estudos camponeses, notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu futuro em Portugal", *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nº 7- 8, pp. 135-148.
- CABRAL, M. Villaverde, 1983, "Economia subterrânea vem ao de cima; estratégias rurais perante a industrialização e a urbanização", *Análise Social*, nº 76, pp. 139-244.
- CABRAL, M. Villaverde, 1987, "Pluriactivité et stratégies paysannes d'abandon de l'agriculture: deux exemples", *Information sur les Sciences Sociales*, 26, SAGE, pp. 319-344.
- Cadernos da Montanha*, 2000, "Peneda 1", A.R.D.A.L. (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) e Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, 181 p.
- Cadernos da Montanha*, 2000, "Peneda-Soajo II", A.R.D.A.L. (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) e Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, 115 p.
- Cadernos da Montanha*, 2000, "Peneda-Soajo III", A.R.D.A.L. (Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima) e Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, 129 p.
- CAETANO, José M.; MASA, Leopoldo; MACORRABA, Luís F., *et al*, 2000, *Estados e Regiões Ibéricas na União Europeia*, Série de Estudos Portugueses, nº 14, Ed. Regional da Estremadura, Mérida.
- CALDAS, E. de Castro, 1991, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Série Sociologia-2, I.N.I.C. Lisboa.
- CALDAS, E. de Castro, 1983, "Minho e Galiza: os laços que nos unem", *Separata Jornal de Vale do Vez*, 6, Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez.
- CALDAS, E. de Castro, 1994, *Arcos de Valdevez e Montaria do Soajo*, Memória monográfica

do concelho do Arco de Valdevez.

- CALDAS, E. de Castro; FIGUEIREDO, Ernesto, 1980, "Agro-Sistemas", *Revista do Noroeste*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 21-38.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, 1987, "Soajo visto de fora", *Terra de Val de Vez, Boletim Cultural*, nº 10, G.E.P.A., Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, pp. 39-53.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, 1990, "Femmes et mères célibataires dans le Nord-Ouest du Portugal (1860-1986)", *Ethnologie Française*, XX, nº2, pp. 189-202.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, 1992, "Une micro-société agropastoral dans ses limites: le communal et le privé", *Actas do Colóquio de Paris: Ethnologie du Portugal: unité et diversité*, Centre Gulbenkian, Paris, pp. 151-165.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, 1999, *Soajo, Entre Migrations et Mémoire. Études sur une société agro-pastorale à l'identité renouvelée*. Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, 2004, *Soajo entre Migrações e Memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez.
- CALVO ALONSO, Carlos, 1988, *El Catastro de Enseñada. Proyecto de única contribución en la Corona de Castilla in El Catastro en España - 1714-1906*, 2º vol., Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación Tributaria, Ministério de Economia Y Hacienda, Madrid.
- CAO, Celso Rodríguez, 1997, "Desde os Castelos", *Antela, A Memória Asolagada*, Ed. Xerais, pp. 54-59.
- CAO, Celso Rodríguez, 2000, "Torres Señoriales de la Limia Alta (Orense): Estudio Arquitectónico", *Castillos de España*, nº 7, pp. 55-62.
- CAPELA, Maria C. R. Pereira; CAPELA, José V., 1992, "A Gestão do Património e Actividades Económicas nas Comunidades Agro-pastoris da Serra do Gerês (Perspectiva dos Regimentos dos séculos XVIII e XIX)", *Terras de Bouro, O Homem e a Serra*, Série Cadernos de Cultura, Ed. Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro, pp. 67-91.
- CARDOSO, A., 1986, "As Zonas transfronteiriças entre Portugal e Espanha no processo de Integração económica", *Estudos de Economia*, vol. VI, nº 2, pp. 111-127.
- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues, 1997, "A Fecundidade Legítima em duas comunidades do Minho Interior, séc. XVII-XX", *Actas do IV Congresso de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. II, Bilbao, pp. 413-435.
- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues., 1997, "A Alfabetização em Basto, Stª Tecla, (Minho Interior), na Transição do Antigo Regime", *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil*, vol. II, Porto, pp. 293-311.

- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues, 1999, *Basto (Stª Tecla), Uma Leitura Geográfica (do séc. XVI à contemporaneidade)*, nº 7, NEPS, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães.
- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues, 1999, "O esboço cartográfico — forma inédita de síntese, para os sécs. XVII-XVIII, do espaço rural", *Actas do VIII Colóquio Ibérico de Geografia*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, pp. 128-137.
- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues, 2000, "Propriedade e Sociedade no séc. XVIII. O Caso de Basto (Stª Tecla)", *Revista Sociedade e Cultura, Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 13 (1), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, pp. 281-306.
- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues, 2001, "Aldeias de Tradição no Lima", *IV Colóquio da Geografia Portuguesa*, Associação dos Geógrafos Portugueses, Lisboa (em suporte electrónico).
- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues, 2003, "Lapas da Peneda", *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. XIX, Porto, pp. 181-194.
- CARVALHO, Elza M. G. Rodrigues, 2003, "Residência sazonal na serra da Peneda — A Gavieira", *V Colóquio da Geografia Portuguesa*, Associação dos Geógrafos Portugueses, Lisboa, 2004 (no prelo).
- CASTELO-BRANCO, Fernando, 1958, "Do Tráfego Fluvial e da sua Importância na Economia Portuguesa", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Jan./Março, 1958, pp. 39-66.
- CASTRO, Armando, 1963 "Baldios", *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, dir. Joel Serrão, Iniciativas Editoriais, Lisboa, pp. 277-282.
- CASTRO, Joaquim, 2003, *emigração & contrabando*, Graficamares, Amares.
- CAVACO, Carminda (coord.), 1983 e 1984, *Estudos de Geografia Rural de Portugal*, Lisboa, vol. I e II, C.E.G.U.L., I.N.I.C., (policopiado).
- CAVACO, Carminda, 1985, "'A agricultura a tempo parcial como factor de "estabilidade e paz social" em Portugal"', *Finisterra*, vol. XX, nº 39, Lisboa, pp. 47-107.
- CAVACO, Carminda, 1985, "A população agrícola em Portugal, contribuição para o seu estudo", *Finisterra*, vol. 20, nº 40, Lisboa, pp. 314-362.
- CAVACO, Carminda, 1991, "Agricultura moderna, ambiente e desenvolvimento rural na perspectiva comunitária", *Actas do 1º Congresso da Geografia Portuguesa*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, pp. 71-96.
- CAVACO, Carminda, 1993, "Da Integração da P.A.C. ao turismo cinegético", *Revista Inforgeo*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, pp. 37-53.
- CAVACO, Carminda; RAMOS A., 1994, *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, P.A.O.T. e D.G.D.R., Lisboa.
- CAVACO, Carminda (coord.), 1995, "As Regiões de Fronteira, Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu", *Estudos para o Desenvolvimento*

- Regional e Urbano*, nº 43, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Lisboa.
- CAVACO, Carminda, 1997, "Servicios y nuevas oportunidades en los territorios rayanos", *Actas Simposium Vilar Formoso, 1996, La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp. 191-198.
- CAVACO, Carminda, 1999, "Comércio retalhista em espaço rural. Principais tendências", *Revista Finisterra*, nº 67-68, Lisboa, pp. 121-129.
- CAVACO, Carminda (coord.), 1999, "Desenvolvimento Rural, Desafio e Utopia", *Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano*, nº 50, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Lisboa.
- CAVACO, Carminda, 2005, "As paisagens rurais: do 'determinismo natural' ao 'determinismo político?'", *Revista Finisterra*, nº 79, Lisboa, pp. 73-101.
- CAVAZZANI, Ada, 1982, "Il Part-time e l'agricoltura contadina nella società industriali: nuove prospettive di studio", *La Question Agraria*, nº 5, Milão, pp. 5-26.
- CEPEDA, Francisco José Terroso, 1997, "Uma visão portuguesa de las áreas deprimidas", *Actas Simposium Vilar Formoso, 1996, La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp. 83-94.
- CHAMPION, A. G. (Ed.), 1991, *Countrurbanization: the changing pace and nature of population deconcentration*, Londres, Edward Arnold, Londres.
- CHEN, Jean; WILLS, David, 1990, *The Impact of China's Economic Reforms Upon Land, Proprety and Construction*, Ashgate Publishing Ltd, Aldershot.
- CHIVITE, Jesus Taboada, 1963, "Los Castillos", *Cuadernos de Arte Gallego*, nº 24, Ed, Castrelos, Vigo, pp. 29-35.
- CLARK, D.; ILBERY, B.; BERKELEY, N., 1995, "Telematics and rural business – An evaluation of uses, potentials and policy implications", *Regional Studies*, nº 29, pp. 171-200.
- CLAUSE, Guy; ESTEVES, Maria Céu (coord.), 1987, *As Relações Luso-Espanholas no Contexto da Adesão à CEE*, Lisboa.
- CLAVAL, Paul, 1995, *La Géographie Culturelle*, Nathan, Paris.
- CLOKE, Paul; LITTLE, Jo, 1994, *Contested, Countryside, Cultures*, London, Routledge, London.
- CLOKE, Paul; DOEL, Marcus; MATLESS, David; MARTIN, Philips; THRIFT, Nigel, 1994, *Writing the Rural: Five Cultural Geographies*, Paul Chapman Publishing Ltd., London.
- CLOUT, H. D., 1998, "The European countryside – contested space", B. Graham (ed) *Modern Europe – place, culture and identity*, Arnold, Londres.
- COBOS, Justo R.; RODRIGUEZ, Concha S. F., 1993, *Trás-os-Montes/Zamora: La Frontera que nos une*, Disputación Provincial de Zamora, Zamora, 83 p.

- COELHO, Maria Helena Cruz, 1990, “A Terra e os Homens da Nóbrega no séc. XIII”, *Homens, Espaços e Poderes, sécs. XI-XVI, I, Notas de Viver Social*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 170-198.
- COELHO, Maria Helena Cruz, 1990, “As relações fronteiriças Galaico-Minhotas à luz das Cortes do séc. XV”, Revista da *Faculdade de Letras*, II Série, vol. VII, Porto, pp. 59-70.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coords.), 1996, "Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325), do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV", vol. III, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Ed. Presença, Lisboa.
- COELLO, Antonio Martinez, 1984, “A Identidade das Formas do Saúdo no Noroeste Peninsular (Área Galaico-Minhota). Ensaio de Antropologia Social”, *Actas do II Colóquio Galaico-Minhoto*, I vol., Santiago de Compostela, pp. 381-396.
- CONDE-VALVIS, Francisco, 1961, "El Castillo de Sande", *Boletín de la Asociación Española de Amigos de los Castillos*, Madrid, pp. 157-162.
- COOPER, Adward, 1980, *Castillos Señoriales de Castilla de los Siglos XV y XVI* (trad. Juan M. Madrazo), vol. I, Fundación Universitaria Española, Madrid.
- COROVIL, Francisco, 1979, *Estrutura das Explorações Agrícolas, o Produto Agrícola Bruto como instrumento de análise e determinação — ensaio para 1968-70*, Oeiras.
- CORTÁZAR, José Angel García, 1988, “La época medieval”, *Historia de España Alfaguara*, Tomo II, dir. Miguel Artola Madrid, pp. 7-343.
- CORTÁZAR, José Angel García; AGUIRRE, Ruiz, 1983, *História Rural Medieval*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa.
- CORTÉS, Fernando Cortés, 1998, *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira, 1640-1668*, Lisboa.
- COSTA, D. António, 1874, *No Minho*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- COSTA, Pe. Jesus Avelino, 1959, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vols. I e II, Coimbra.
- COSTA, Pe. Jesus Avelino, 1960, *Freguesia de Santa Marinha da Nóbrega (Barral)*, Braga.
- COSTA, Pe. Jesus Avelino, 1981, “Comarca Eclesiástica de Valença do Minho, Antecedentes da diocese de Viana”, *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto*, I vol., Ponte de Lima, pp. 69-348.
- COSTA, Pe. Jesus Avelino, 1988, “Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca, Subsídios para a sua história”, *Actas do Congresso Subsídios para a História da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, vol. I, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, pp. 7-223.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus, 1984, "O Culto de S. Bento na Terra de Valdevez (Subsídios para a Monografia do Concelho)", Separata da *Terra de Val de Vez*, Braga, 121 p.

- COUDÉ-GAUSSSEN, Geneviève, 1981, *Les Serras da Peneda et do Gerês*, Étude Géomorphologique, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 5, Lisboa.
- COUDÉ-GAUSSSEN, Geneviève, 1988, "'Un faciès méridional au sein des "moyennes montagnes atlantiques": les serras orientales du Minho", *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2º vol., Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 211-219.
- COUSELO, Xesús Ferro, 1995, "Tumbo de Fiães", *Boletín Avriense*, Anexo 20, Museu Arqueolóxico Provincial, Ourense.
- COVAS, António, 1997, *Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural*, Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, Lisboa.
- COVAS, António, 2004, *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural: Temas e Problemas*, Ed. Colibri, Lisboa.
- CROSS, D. F. W., 1990, *Counterurbanization in England and Wales*, Aldershot.
- CRUZ, António, 1970, *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do séc. XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas*, Centro de Estudos Humanísticos, Faculdade de Letras, Porto.
- CRUZ, João Amorim Machado, 1969, "Regime Comunitário Pastoril na Serra Amarela (Ermida-Ponte da Barca)", *Trabalhos do Instituto de Antropologia D. Mendes Corrêa*, nº 2, Porto, 15 p.
- CUEVILAS, Florentino Lopez, 1923, "Os dólmenes do Monte das Motas en Lobeira", *Revista Nós*, nº 18, Santiago de Compostela, pp. 18-21.
- CUEVILAS, Florentino Lopez; LOURENÇO, Xurxo, 1923, "Catalogo dos Castros Galegos, Terra da Lobeira", *Revista Nós*, Tomo X, Santiago de Compostela, nº 116, pp. 175-182; nº 117, pp. 189-200; nº 118, pp. 211-222.
- CUEVILAS, Florentino Lopez, 1925, "As mámoas do Concello de Lobeira", *Boletín de la Real Academia Galega*, nºs 170 e 171, Coruña, pp. 25-39.
- CUEVILAS, Florentino Lopez, 1927, "Papeletas para un inventario das mamoadas galegas", *Revista Nós*, Fasc. 44, Santiago de Compostela, pp. 5-10.
- CUEVILAS, Florentino Lopez, 1955, "El Comercio y los Medios de Transporte de los Pueblos Castreños", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo X, Fascículo XXXI, Instituto Padre Sarmiento, pp. 145-157.
- CUNHA, Arlindo, 2000, *A Política Agrícola Comum e o Futuro do Mundo Rural*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, Lisboa.
- CUNHA, Arlindo, 2004, *A Política Agrícola Comum na Era da Globalização*, Liv. Almedina, Coimbra.
- DAVEAU, Suzanne, 1976, "Caractères Géographiques Comparés des Frontières Franco-Suisse et Luso-Espagnole", *Actes du 99e Congrès National des Sociétés Savantes*, Besançon, 1974, *Études Géographiques sur la Montagne*, Paris, pp. 161-168.
- DAVEAU, Suzanne, 2000, "A rede hidrográfica no Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco", *Revista Finisterra*, nº 69, pp. 11-38.

- DAVEAU, Suzanne, 2002, "O conteúdo geográfico da Descrição do Reino de Portugal", *Duarte Nunes do Leão, Descrição do Reino de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Colecção Clássicos da Histografia – 3, Lisboa, pp. 63-92.
- DAVID, P. Pierre, 1947, *Études Historiques sur La Galice et le Portugal du VI ème au XII ème siècle*, Collection Portugaise publiée sous le patronage de l'Institut Français au Portugal, 7ème vol., Portugalia Editora, Lisboa.
- DECAMPS, Paul, 1935, *Le Portugal: la vie sociale actuelle*, Firmin-Didot, Paris.
- DELGADO, Mário, 1992, *Castelos do Norte de Portugal na Fundação do Estado Português*, Palestra realizada em Espinho, 37 p.
- DELORE, Bernard; LACOMBE, Philippe, 1984, *La multiactivité des agriculteurs, conjuncture ou struture*, Association des Ruralistes Français, Paris.
- DEVY-VARETA, Nicole, 1985, ""Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a "coutada" velha do rei""", *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, vol. I, Porto, pp. 47-67.
- DEVY-VARETA, Nicole, 1986, "Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do Declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)", *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, vol. I, Porto, pp. 5-37.
- DEVY-VARETA, Nicole, 1987, "A Serra Minhota, notas de uma viagem de estudo ao Noroeste de Portugal", *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I Série, Vol. III, Porto, pp. 264-267.
- DIAS, Nuno Pizarro, 1990, "As cidades de fronteira com a Galiza", *Cadernos do Noroeste*, vol. 3 (1-2), Universidade do Minho, Braga, pp. 81-102.
- DIAS, Jorge, 1946, "As Casarotas na Serra da Amarela, Construções Megalíticas com uma Inscrição", Extracto do fascículo I do vol. XI dos "*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*", Imprensa Portuguesa, Porto, 9 p.
- DIAS, Jorge, 1947, "Las Construcciones Circulares del Noroeste de la Península Ibérica y las Citanias", *Cadernos de Estudos Galegos*, Tomo III, pp. 173-194.
- DIAS, Jorge, 1948, *Vilarinho da Furna. Uma aldeia Comunitária*, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Instituto para a Alta Cultura, Porto.
- DIAS, Jorge, 1950, "Abrigos pastoris na Serra do Soajo", Extracto do vol. XII, fasc. 3-4 dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, pp. 350-354.
- DIAS, José João Alves, 1996, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa.
- DIRY, Jean-Paul, 1999, *Les Espaces Ruraux*, SEDES, Paris.
- DOMINGUES, Álvaro, 1986, "Economia e organização do espaço rural", *Cadernos do Noroeste: Sociedade, Espaço, Cultura*, Universidade do Minho, Braga, pp. 39-65.
- DOMINGUES, José, 2002, "O Direito de Padroado da Igreja de Castro Laboreiro na Idade Média", *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço*, nº 1, pp. 217-250.

- DOMINGUEZ, Olga Gallego, 1977, "El Monasterio de Celanova a mediados del siglo XVIII", *Boletín Avriense*, Tomo VII, Museo Arqueológico Provincial, Año VII, Orense, pp. 155-171.
- DOMINGUEZ, Olga Gallego, 1988, "La Organización Administrativa Territorial de la Antigua Provincia de Ourense a Medios del Siglo XVIII", 1751, *Boletín Avriense*, Anexo 10, Ourense, 204 p..
- DUARTE, Gorjão, 1978, "Baldios, propriedade e aproveitamento comunitário" *Revista de Poder Local*, nº 6, Março-Abril, Estudos Democráticos, pp. 16-27.
- DURAN, Carlos Olbes, 1997, *Castillos de Ourense*, Ed. Lancia, S. A., Leon.
- EBOLI, M. Giuseppina, 1994, "Tempo parziale e pluriattività: gli sviluppi della ricerca e dell'informazione", *La Question Agraria*, nº 53, Milão, pp.75-91.
- ENRICO, Pugliese, 1985, "Stattificazione Sociale e part-time", *La Question Agraria*, nº 18, Milão, pp. 27-46.
- E. CONSUELO; JÉSUS, Ferro, 1973, "Monte Córdoba, Priorato de San Rosendo de Celanova en Portugal", *Boletín Avriense*, Tomo III, Museo Arqueológico Provincial, Orense, pp. 7-13.
- EIROA, Jorge Juan, 1973, "Notas para un estudio de los comienzos de la edad del bronce en el Noroeste de la Península Hispanica", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XXVIII, Santiago de Compostela, pp. 62-69.
- EMERSON, M.; GROS, D., 1998, *Interaction between E.U. Enlargement, Agenda 2000 and E.M.U. — the case of Portugal*, C.E.P.S., Bruxelas.
- ESTÊVÃO, João Antunes, 1983, "A florestação dos baldios", *Revista Análise Social*, Lisboa, vol. XIX (77-78-79), Lisboa, pp. 1 157-1 260.
- ESTEVES, Augusto Cesar, 1957, *Melgaço, Sentinela do Alto Minho, Das origens ao Liberalismo*, 1º vol., Tipografia Melgacense, Melgaço.
- ETXEZARRETA, Miren; VILADOMIU, Lourdes, 1987, "El escenario internacional y sus efectos sobre la estructura de las explotaciones y de los hogares agrícolas", *Arkleton Trust, Cambio Rural in Europe*, MAPyA, Madrid, pp. 27-44.
- FARIÑA, Maria Luisa Pérez, 1994, "La Dinámica Demográfica de los Municipios Fronterizos Galaico-Portugueses", *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto* (Viana do Castelo, 27-29 de Setembro de 1985), I vol., Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, pp. 261-371.
- FAURE, C., 1978, *Agriculture et Capitalisme*, Antropos, Paris.
- FEIJÓ, Rui, 1985, *Panorâmica sobre as Gentes e os Campos do Alto-Minho no Ano de 1870. Notas de uma Pesquisa de História Regional em Curso*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris.
- FEIO, Mariano, 1998, *A Evolução da Agricultura do Alentejo Meridional: as Cartas Agrícolas de G. Péry; As Difíceis Perspectivas Actuais na Comunidade Europeia*, Colibri, Lisboa.

- FERRISSON, João, 2000, "Revitalização de áreas rurais no interior português: desafios e possibilidades de integração territorial", Revista *GEOLNOVA*, nº 1, pp. 51-60.
- FERNANDES, A. Almeida, 1965, "Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas, Parte I", *Arquivo do Alto Minho*, vol. IV, II Série, Viana do Castelo, pp. 164-205.
- FERNANDES, A. Almeida, 1967, "As Paróquias Suevas, Parte II", *Arquivo do Alto Minho*, V vol. II Série, Viana do Castelo, pp. 5-57.
- FERNANDES, A. Almeida, 1967, "As Paróquias Suevas, Parte II", *Arquivo do Alto Minho*, Viana do Castelo, VI vol. II Série, pp. 5-34.
- FERNANDES, A. José, 1989, *Portugal face à política Regional da Comunidade Europeia*, Bib. Economia e Gestão, nº 6, Dom Quixote, Lisboa.
- FERNANDEZ, Francisco Conde-Valdiz, 1957-58, "El Castillo de Allariz y su Emplazamiento", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo XIX, Fasc. I-IV, pp. 169-196.
- FERNANDEZ, J. Lorenzo, 1947, "Antiguas Habitaciones de Pastores en la Sierra del Labreiro", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo III, pp.341-361.
- FERNANDEZ, J. Lorenzo, 1974, "El carrito en la Limia Baixa", *Boletín Auriense*, Tomo IV, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, pp. 159-166.
- FERNANDEZ, Xaquín Lorenzo, 1934, "Notas Etnográficas da Terra de Lobeira. O liño e a lá", *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, VI, Santiago de Compostela, pp. 27-81.
- FERNANDEZ, Xurxo Lorenzo, 1930, "Foro de Lobeira", *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, V, Santiago de Compostela, pp. 1-35.
- FERRÃO, João, 2000, "Relações Entre Mundo Rural e Mundo Urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro", Revista de *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, Lisboa, pp. 45-54.
- FERRÃO, João, LOPES, Raúl., 2003, "Zones rurales et capacité entrepreneurial au Portugal, pratiques, représentations, politiques", *Géographie, Économie, Société*, vol. 5, pp. 139-160.
- FERRÃO, João, LOPES, Raúl, 2004, "Understanding Peripheral Rural Areas as Context for Economic Development", *The Future of Europe's Rural Peripheries*, Ashgate Publishing Ltd, Hampshire, pp. 31-61.
- FERRÃO, João, FERREIRO, Maria Fátima; LOPES, Raúl, 2004, "Entrepreneurship and Innovation in Two Contrasting Portuguese Rural Areas", *The Future of Europe's Rural Peripheries*, Ashgate Publishing Ltd, Hampshire, pp. 247-270.
- FERRÃO, João; JENSEN-BUTLER, C., 1988, ""Existem regiões "periféricas" em Portugal?""", *Análise Social*, vol. XXIV (100), pp. 355-371.
- FERREIRA, M. Júlia; VENTURA, José E., 1999, "Dinâmicas Urbanas nas Áreas de Montanha Portuguesas", *Actas VI Encontro Nacional da A.P.D.R., Regiões e Cidades na União Europeia. Que Futuro?*, Braga, Escola de Engenharia e de Gestão,

Universidade do Minho, Braga, 13 p.

- FERRO, Caetano, 1979, *Sociedade Humana e ambiente no tempo: temas e problemas da Geografia Histórica*, Lisboa.
- FERRO, Maria Manuela L. Veiga, 1987, "A agricultura do Noroeste de Portugal: Uma perspectiva histórica; a revolução do milho", *Revista Caminiana*, nº 14, Caminha, pp. 157-191.
- FIELDING, Antony J., 1994, "La contro-urbanizzazione nell'Europa Occidentale", *Geografia e società, Le reti urbane fra decentramento e centralità*, Petros Petrimmeris (org.), 2ª Ed., Milão, pp. 83-100.
- FINK, Arlene, 1995, *How to design surveys*, The Survey Kit, vol. 5, Thousand Oaks, Sage Publications, Califórnia.
- FIRMINO, Ana, 2000, "Desenvolvimento sustentável: a aliança entre a Natureza e o bom senso", *Revista GEOLNOVA*, nº 1, pp. 115-127.
- FONSECA, Maria Lucinda, 1990, *População e Território. Do País à Área Metropolitana*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 14, Lisboa.
- FONTES, Luis de Oliveira; REGALO, Henrique de Araújo, 1997, *Lindoso, o castelo e a região*, Parque Nacional Peneda-Gerês, Instituto da Conservação da Natureza, Braga.
- FONTES, Luís; REGALO, Luís Fernando; ARAÚJO, Henrique Jorge L., 1994, "'A componente arqueológica de "projecto da tratamento museológico e rentabilização cultural" do Castelo do Lindoso"', *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 33-44.
- FRANCO, Xosé Maria Eguileta; RODRIGUEZ, Manuel Xusto, 1992, "Arqueologia Medieval Gallega: consideraciones metodológicas", *Gallecia*, nº 13, Publicacion do Departamento de Historia, Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, p. 291-296.
- FRANCO, José M. Eguileta, 1994, "As Mámoas dos Concellos de Baixa Limia", *Cuadernos de Estudos Galegos*, Tomo XLI, nº 106, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Padre Sarmiento", Santiago de Compostela, pp. 39-64.
- FRANCO, José M. Eguileta, 1999, *A Baixa Limia Galega na Prehistoria Recente, Arqueoloxia dunha Paisaxe da Galícia Interior*, Deputación Provincial de Ourense, Ourense.
- FRANCO, Xosé Maria Eguileta; CAO, Celso Rodriguez; RODRIGUEZ, Manuel Xusto, 1988, "Arqueoloxía na Baixa Limia. O Encoro do Lindoso e o seu Entorno: Lobios (Ourense)", *Arqueoloxia. Informes 2*, Campaña 1988, Xunta da Galícia, Conselleria de Cultura e Xuventude, Santiago de Compostela, pp. 139-156.
- FRANCO, Xosé Maria Eguileta; CAO, Celso Rodriguez; RODRIGUEZ, Manuel Xusto, 1989, "Arqueologia na Baixa Limia. O encoro do Lindoso e o seu entorno: Lobios (Ourense)", *Arqueoloxia. Informes 3*, Campaña 1989, Xunta da Galícia, Conselleria de Cultura e Xuventude, Santiago de Compostela, pp. 112-125.
- FREIRE, José Geraldes, 1987, "Factores de Individualidade do Ocidente Hispânico", *Revista*

- Portuguesa de História*, Tomo XXII, Coimbra, pp. 115-135.
- GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, 1986, *O Numeramento de 1527-1532, Tratamento Cartográfico*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, nº 9, Lisboa, 118 p. e mapas.
- GALLENT, Nick; TEWDWR-JONES, 1999, Mark, *Rural Second Homes in Europe*, Ashgate Publishing Ltd., Aldershot.
- GAMA, António, 1987, "Indústria e produção num espaço peri-urbano", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Coimbra, pp. 33-54.
- GAMA, António, 1992, "Urbanização difusa e territorialidade local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 34, Coimbra, pp. 161-172.
- GARCÍA, Higinio, 1922, "Monte se Santa Eufemia, Antigua Obóbriga?", *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*, Tomo VI, nº 146, Ourense, pp. 499-502.
- GARCÍA, Higinio, 1922, "“Exploraciones arqueológicas en “Monte dos Castelos””, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo VI, nº 143, pp. 389-396.
- GARCIA, Sabell *et al*, 1975, *A Galícia Rural na Encruzilhada*, Vigo
- GASPAR, Jorge; BÉRTOLO, José, 1991, "Comércio e Serviços", *Estratégias de Desenvolvimento nas Zonas Fronteiriças de Portugal e Espanha*, vol. II, Lisboa, C.E.P.C.E.P. e A.E.D.R.I., Lisboa.
- GASPAR, Jorge, 1987, *Portugal nos próximos vinte anos*. 1º vol.: *A Ocupação e a Organização do Território- Análise Rectros pectiva e Tendências Evolutivas*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- GASPAR, Jorge, 1993, *As Regiões Portuguesas*, MPAT/DGDR, Lisboa.
- GASSON, R., 1991, "Part-time farming: A note on definitions — Comment", *Journal of agricultural economics*, vol. 42, nº 2, pp. 200-201.
- GENEAU de Lamarlière, I., 1989, "Le marché commun, essai de bilan géographique", *Revue Géographique de l'Est*, nº 2, pp. 97-116.
- GEORGE, Pierre, 1964, "Anciennes et nouvelles classes sociales dans les campagnes françaises", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 37, pp. 13-21.
- GERALDES, Alice Duarte, 1996, *Brandas e Inverneiras, Particularidades do sistema agropastoril castrejo*, Instituto de Conservação da Natureza, Parque Nacional Peneda-Gerês, Braga, Cadernos Juríz/Xurés, nº 2.
- GERALDES, Alice, 1978, "Castro Labreiro: a mulher na vida e na lenda", *Revista Mínia*, 2ª série, Braga, pp. 42-64.
- GERALDES, Alice, 1979, *Castro Labreiro e o Soajo. Habitação, Vestuário e Trabalhos da Mulher*, Colecção Parques Naturais, nº 4, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa.
- GERALDES, Manuel, 1913, *Monografia sobre a indústria do linho no distrito de Braga*,

Imprensa da Universidade, Coimbra

- GEVAERT, Pierre, 2000, *L'avenir sera rural*, Le Courier du Livre, Paris.
- GILG, Andrew W., 1999, *Perspectives on British Rural Planning Policy, 1994-97*, Ashgate Publishing Ltd, Aldershot.
- GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin, 1992, *O Inquérito: Teoria e Prática*, Celta Editora, Oeiras.
- GOMES, José Cândido, 1903, *As Terras de Valdevês, Memórias Historicas e Descritivas do Concelho dos Arcos de Val de Vez*, vol. V, Tip. Minerva Vimaranesense, Guimarães.
- GOMES, Rita Costa, 1987, "A construção das fronteiras", Bettencourt, Francisco; Curto, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, Sá da Costa Editora, pp. 357-382.
- GONÇALVES, Iria, 1993, "Alguns aspectos da visita régia ao entre Cávado e Minho, no séc. XIII", *Estudos Medievais*, nº 10, Delegação Regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura, Porto, pp. 33-57.
- GONZÁLEZ, Román Rodríguez *et al*, 1999, *A Despoboación en Galicia: Preocupación ou lóxica territorial*, Xunta da Galicia.
- GRALHEIRO, Jaima, 1990, *Comentário à(s) Lei(s) dos Baldios*, Almedina, Coimbra.
- GRAHAM, Brian (org.), 1998, *Modern Europe: Place, Culture, Identity*, Londres, Arnold Pub., Londres.
- GRIMES, S., 2000, "Rural areas in the information society: diminishing distance or increasing learning capacity?", *Journal of Rural Studies*, nº 16, pp. 13-21.
- GUERRA, Luís de Figueiredo, 1926, "Castelos de Viana do Castelo", Separata de *O Instituto*, vol. 73, nº 5, Imprensa da Universidade, Coimbra, 41 p.
- GUERREIRO, M. V., 1981, *Pitões das Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica*, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa.
- GUICHARD, François, 1997, "La dimensión transfronteriza o la historia confrontada con lo económico y lo político: Galicia/Portugal", *Actas Simposium Vilar Formoso, 1996, La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp. 35-45.
- HAUBERT, Maxime (dir.), 1999, *L'avenir des paysans: Les mutations des agricultures familiales dans les pays du Sud*, Col. Tiers Monde, I.E.D.E.S., P.U.F., Paris.
- HAUBERT, Maxime (dir.), 1999, *L'avenir des paysans: Les mutations des agricultures familiales dans les pays du Sud*, Col. Tiers Monde, I.E.D.E.S., P.U.F., Paris.
- HERRERA, Carmen Diez, 1982, "'El "valle" unidad de organización social del espacio en la Edad Media"', *Estudos Medievais*, nº 10, Porto, pp. 1-32.
- HESPANHA, A. Manuel, 1982, *História das Instituições: época medieval e moderna*, Almedina, Coimbra.

- HESPANHA, A. Manuel, 1990, *A propriedade multiforme: Um estudo sociológico sobre a evolução recente dos sistemas fundiários em Portugal*, (dissertação de doutoramento), Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- HESPANHA, A. Manuel, 1992, *Poder e Instituições no Antigo Regime, Guia de Estudo*, Cadernos Pénople, Ed. Cosmos, Lisboa.
- HESPANHA, A. Manuel, 1994, *Com os Pés na Terra, Práticas Fundiárias da População Portuguesa*, Afrontamento, Porto.
- HESPANHA, A. Manuel, 1982, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra.
- HIRSCHMAN, A., 1988, *The Strategy of Economic Development*, Westview, Londres.
- HOUÉE, P., 1989, *Les Politiques de Développement Rural*, Economica, Paris.
- HOWELLS; J., 1999, "Regional Systems of Innovation?", D. Archibugi, J. Howells, J. Michie (eds), *Innovation Policy in a Global Economy*, Universidade de Cambridge, Cambridge.
- IGLESIAS, Mercedes Barroca; CARBALLO, Maria Antonia Calvo; EARLEY, Ana Garcia; OUBIÑA, Eva Tobal, 1995, "As Torres do Val da Limia", *Anexo VIII, Xornadas de Historia de Galicia, Aspectos Historicos de Ourense*, Serviços de Publicación de la Diputation Provincial de Ourense, pp. 49-65.
- ILBERY, Brian (ed.), 1998, *The Geography of Rural Change*, Longman, Londres.
- JACINTO, Rui; BOURA, I., 1989, *Formas de Intervenção de FEDER e a sua Inserção no Quadro da Política Regional Comunitária*, C.C.R.C., Coimbra.
- JACINTO, Rui, 1993, "O desenvolvimento urbano das áreas de fronteira: estrangulamentos e perspectivas face a novas centralidades", *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e Ordenamento do Território*, M.P.A.T., Lisboa.
- JACINTO, Rui, 1993, "As Regiões Portuguesas, a política regional e a reestruturação do território", *Cadernos de Geografia*, nº 12, Coimbra, pp. 25-39.
- JACINTO, Rui, 1995, "As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça", *Cadernos de Geografia*, nº 14, Coimbra, pp. 37-54.
- JACINTO, Rui, 1995, "Perspectivas de cooperação a partir dos programas comunitários e a administração portuguesa: desenvolvimento da fronteira hispano-portuguesa e cooperação transfronteiriça", *La cooperación de Castilla y León con Portugal, Relaciones Transfronterizas*, Cortes de Castilla Y León, 1995, pp. 49-79.
- JAMARDO, Jose Fariña, 1975, *La Parroquia Rural en Galicia*, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid.
- JAMARDO, Xose Fariña, 1982, *Concellos abertos na Limia*, Ourense.
- JAVEAU, Claude, 1992, *L'enquête par questionnaire: Manuel à l'usage du praticien*, 4e ed., Ed. de l'Université de Bruxelles, Bruxelles.

- JORGE, Susana Oliveira, 1990, "A consolidação do sistema agro-pastoril", *Portugal. Das Origens à Romanização*, vol. I de *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, pp. 163-212.
- JORGE, Vítor Oliveira, 1982, *Megalitismo do Norte de Portugal. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, (tese de doutoramento), Faculdade de Letras do Porto, Porto (policopiada).
- JORGE, Vítor Oliveira; Baptista, António Martinho, 1997, *As mamoas do Alto da Portela do Pau*, Castro Laboreiro, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.
- LABRADOR, Alberto Pazo; SOLLA, Xosé Manuel Santos, 1995, *Poboación e Territoria. As parroquias Galegas nos últimos cen anos*, Ed. Difux, S. L., Santiago de Compostela.
- LABRIANIDIS, Lois (ed.), 2004, *The Future of Europe's Rural Peripheries*, Ashgate Publishing Ltd, Hampshire.
- LAMARCHE, Hugues (coord.), 1994, *L'agriculture familiale: comparaison internationale*, Col. Alternatives Rurales, L'Harmattan, Paris.
- LAMAS, Maria, 1948, *As Mulheres do Meu País*, Actuális Lda., Lisboa.
- LAPA, Ignacio Ferreira, 1871, *Relatorio da Missão Agrícola na Provincia do Minho*, Anno de 1870, Imprensa Nacional, Lisboa.
- LE Roy, Anne, 2000, *Les activités de service: une chance pour les économies rurales? - vers de nouvelles logiques de développement rural*, Col. Alternatives Rurales, L'Harmattan, Paris.
- LEAO, Claudio C., s/d, *Marginalisation et developpement des zones de montagnes méditerranéen: Le cas de Soajo au Portugal*, Institut Agronomique Méditerranéen de Montplllier.
- LEFOTR, Isabelle, 1997, *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés*, Economica, Paris.
- LEGUEY, Jean-Pierre, 1993, "'O "Portugal" Germânico", *Portugal, das Invasões Germânicas à "Reconquista"*, vol. II, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Ed. Presença, Lisboa, pp.11-115.
- LEMA, Paula B., 1978, *Tourém. Uma aldeia raiana de Barroso*, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Lisboa.
- LESOURD, Michel (coord.), 1997, *Crises et Mutations des Agricultures et des Espaces Ruraux*, Ed. Du Temps, Paris.
- LIMA, Alexandra Cerveira Pinto S., 1994/95, "Castro Laboreiro: Os trajectos das mudanças sazonais. Os caminhos e a sua relação com a organização e aproveitamento do território", *Bolsas de Investigação para jovens historiadores e antropólogos*, 1ª ed., Douro Litoral e Minho, pp. 11-30.
- LIMA, Alexandra Cerveira Pinto S., 1996, *Castro Laboreiro, Povoamento e Organização de um Território Serrano*, Cadernos Juríz/Xurés, nº 1, Instituto da Conservação da Natureza, Parque Nacional Peneda-Gerês e Câmara Municipal de Melgaço, Braga.

- LIMOUZIN, Pierre, 1996, *Les agricultures de l'Union Européenne*, Masson & Armand Colin, Paris, 1996.
- LINK, M., 1805, *Voyage en Portugal*, par M. le Comte de Hoffmansegg; rédigé par Link, H. (et faisant suite à son Voyage dans le même Pays), Levrault, Schoel et Ce, Paris.
- LOPES, Raul, 2001, *Competitividade, inovação e territórios*, Celta Ed., Lisboa.
- LOPO, Domingo L. Gonzalez, 1993, "La Emigracion a Portugal desde el Suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XX", *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, (Séculos XIX e XX)*, Ed. Fragmentos Lda., Algés, pp. 373-383.
- LOURENÇO, Joaquim da Silva, 1981, *Política Agrícola sócio-estrutural da CEE: perspectivas para o desenvolvimento das regiões minifundiárias portuguesa*, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian da Ciência, Oeiras.
- LORENZO, Xurxo; FARIÑA, Luciano, 1933, "Tres Estacións de Arte Rupestre da Serra do Labreiro", *Revista Nós*, Tomo X, nº 115, pp. 124-132.
- LOSADA, Fermin Pérez, 1995, "Sobre a Toponimia das Villae Romanas en Galicia II, Topónimos de Posesores", *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 153-188.
- LOUREIRO, Nuno dos Santos, 1987, "Sistemas de Agricultura do Parque Nacional da Peneda-Gerês e suas implicações na gestão ordenada da mesma área classificada", *Terra de Val de Vez, Boletim Cultural*, nº 10, G.E.P.A., Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez, pp. 55-82.
- LUNEAU, Gilles, 2000, *Les Nouveaux Paysans*, Ed. du Rocher, Paris.
- KNAUDER, Stefanie, 1999, *Globalization, Urban Problems, Rural Disadvantages*, Ashgate Publishing Ltd., Hampshire.
- MACIAS, Marcelo, 1918-1922, "Documentos del Archivo Catedral de Orense", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, Tomo VI, Nº 146.
- MACÍAS, Santiago, 1992, "Resenha de factos políticos", *Antes de Portugal*, vol. I da *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, pp. 417-437.
- MACNAGHTEN, Phil; URRY, John, 1998, *Contested Natures*, Sage Publications, London.
- MAGALHÃES, A., 1953, *Gerês e Vilar da Veiga*, Braga.
- MAGALHÃES, Justino, 1994, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, Universidade do Minho, Instituto das Ciências da Educação, Braga.
- MAÑA, Luis Manuel Garcia, 1988, "La Frontera Hispano-Lusa en la Provincia de Ourense", *Boletín Avuriense*, Anexo 11, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 214 p..
- MARSDEN, T. (ed.), 1993, *Constructing the countryside – an approach to rural development*, U.C.L. Press, Londres.

- MARQUES, A. H. Oliveira, 1968, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Ed. Cosmos, Lisboa.
- MARQUES, A. H. Oliveira, 1993, ““O Portugal “Islâmico””, *Portugal, das Invasões Germânicas à “Reconquista”*, vol. II, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Ed. Presença, Lisboa, pp. 121-248.
- MARQUES, José, 1978, “Relações Económicas do Norte de Portugal com o reino de Castela, no séc. XV”, Separata da *Revista Bracara Augusta*, vol. 32, n°s 73-74 (85-86), Braga, 54 p.
- MARQUES, José, 1985, "Cartas Inéditas de D. João I do Arquivo Histórico Nacional de Madrid. Novos elementos para o estudo das relações galaico-portuguesas, nos séculos XIV-XV", *Revista Caminiana*, n° 12, Caminha, pp. 9-33.
- MARQUES, José, 1990, "A acção governativa de D. Afonso V durante a visita ao Minho, em 1462", Separata. do *Arquivo do Alto Minho*, vol. 27 (VII da 3ª série), pp. 3-32.
- MARQUES, José, 1993, "Os municípios portugueses dos primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis. Alguns aspectos", *Revista da Faculdade de Letras, História*, nova série, X, pp. 68-90.
- MARQUES, José, 1995, "Aspectos do Povoamento do Norte de Portugal nos sécs. XIII/XIV", *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Guimarães, pp. 209-234.
- MARQUES, José, 1996, "As doações dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques à Igreja", *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 5, Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 327-349.
- MARQUES, José, 1999, "Aspectos da vida de *fronteira nos finais da Idade Média*", *Separata das Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, Porto, pp. 183-208.
- MARQUES, Maria Alegria F., 1996, "A restauração das dioceses de Entre Douro e Tejo e o litígio Braga-Compostela", *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 5, Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 51-56.
- MARQUES, Teresa Sá, 2004, *Portugal na Transição do Século. Retratos e Dinâmicas Territoriais*, Ed. Afrontamento, Porto.
- MARTINEZ, Alberto Lopes, 1989, *O cooperativismo católico no processo da modernização da agricultura galega, 1900-1943*, Diputation Provincial, Pontevedra.
- MARTINS, Luís Paulo S., 2004, *Espaços de Lazer e de Turismo no Noroeste de Portugal*, Ed. Afrontamento, Porto.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira, 1990, *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis*, Guimarães, Vol. I, Coimbra.
- MASSEY, Doreen, 1984, *Spatial Division of labour: social structures and the geography of production*, Methuen, Londres.

- MASSEY, D.; JESS, P. (eds.), 1995, *A Place in the world? Places, cultures and globalization*, Open University, Oxford.
- MASSOT, Marti A., 1999, *El Modelo Europeo de Agricultura ante el Desafio de la Globalización*, Real Sociedad Económica de Amigos del País, Valência.
- MATA, Joel Silva Ferreira, 1987, "Elementos para a História da Agricultura na Região Minhota na Segunda Metade do Século XVIII", *Boletim Cultural, Centro de Estudos Regionais*, nº 4, Viana do Castelo, pp. 104-122.
- MATHIEU, Nicole, 1998, "La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les annés quatre-vingt dix", *Économie Rural*, nº 247, pp. 11-20.
- MATHIEU, N.; JOLLIVET, M. (eds), 1989, *Du rural à l'environnement. La question de la nature aujourd'hui*, L'Harmattan, Paris.
- MATOS, Artur Teodora, 1980, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada.
- MATTOSO, José, 1992, "Portugal no Reino Asturiano e Leonês", *Antes de Portugal*, vol. I de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, pp. 441-562.
- MATTOSO, José, 1972, "S. Rosendo e as Correntes Monásticas da sua Época", *Comunicação ao Congresso de S. Rosendo*, realizado em Santo Tirso, em Setembro de 1970, Lisboa, 27 p..
- MATTOSO, José, 1980, *Ricos Homens, infanções e cavaleiros. A nobreza Medieval Portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa.
- MATTOSO, José, 1981, "As Famílias Condais Portucalenses dos sécs. X e XI", *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, pp. 101-157.
- MATTOSO, José, 1982, "Data da Introdução da liturgia romana na diocese de Braga", *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, pp. 91-102.
- MATTOSO, José, 1983, "O Condado Portucalense", *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, pp. 3-51.
- MATTOSO, José, 1987, "Os Moçárabes", *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 19-34.
- MATTOSO, José, 1987, "A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos sécs. XII e XIII", *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 49-69.
- MATTOSO, José, 1987, "A caça no Soajo", *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 205-211.
- MATTOSO, José, 1987, "O Monaquismo Tradicional em Portugal no séc. XII", *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Ed. Estampa, Lisboa, pp. 167-181.
- MATTOSO, José, 1992, "A época sueva e visigótica", *Antes de Portugal*, vol. I de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, pp. 301-356.
- MATTOSO, José, 1992, "Antes de Portugal", *História de Portugal*, vol. I, dir. José Mattoso, Lisboa.

- MATTOSO, José, 1993, "A sociedade feudal e senhorial", *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II de História de Portugal, dir. José Mattoso, Lisboa.
- MATTOSO, José, 1993, "Dois séculos de vicissitudes políticas", *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II de *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa, pp. 23-164.
- MATTOSO, José, 1995, "Identificação de Um País, Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325", vol. I, *Oposição*, vol. II, *Composição*, Ed. Estampa, 5ª Edição, Lisboa.
- MEDEIROS, António, 1999, "Na Serra: os (des)encontros do Soajo", *Ler História*, nº 36, Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, Lisboa, pp. 177-220.
- MEDEIROS, Isabel, 1984, "Acerca do Povoamento na Serra da Peneda", *Terra de Val de Vez*, nº 4, Boletim Cultural, G.E.P.A., Arcos de Valdevez, pp. 39-56.
- MEDEIROS, Isabel, 1984, "Acerca do Povoamento na Serra da Peneda", *Terra de Val de Vez*, Arcos de Valdevez, nº 7, pp. 39-56.
- MEDEIROS, Isabel, 1986, "Estruturas Pastoris e Povoamento na Serra da Peneda", *Estudos de Geografia Humana e Regional*, C11, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, (policopiado), 92 p.
- MEDEIROS, Isabel, 1986, "Significado Geográfico dos Baldios na Economia Pastoril da Serra da Peneda", Brito, Raquel Soeiro (coord.), *Estudos de Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 333-348.
- MEDEIROS, Isabel, 1988, "Contribuição para o estudo dos sistemas pastoris na Serra da Peneda", *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2º Volume, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 223-231.
- MENDES, José M. Amado, 1980, *Memória sobre a província do Minho pelo 2º Visconde de Balsemão*, Introdução, Transcrição e Notas de José M. Amado Mendes, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 44-95, Anexo I e Anexo II.
- MENDRAS, Henri, 1995, *Les sociétés paysannes*, Paris, Ed. Gallimard, Paris.
- MEPAT, 1999, *Plano nacional de desenvolvimento económico e social 2000-2006, Diagnóstico Prospectivo*, MEPAT/SEDR, Lisboa.
- MEREA, Manuel Paulo, 1931, "Algumas Palavras sobre Portugal no século IX", Separata da *Revista de Direito* da Universidade de Lisboa (1930), Lisboa, 16 p.
- MEREA, Paulo, 1943, "'De Portucale" (civitas) ao Portugal de D. Henrique"', Separata de *Biblos*, Vol. XIX, Tomo I, Coimbra, 22 p.
- MEREA, Paulo; AMORIM GIRÃO, 1948, "Territórios Portugueses no séc. XI", Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo II, Coimbra, 17 p. e 2 mapas.
- Ministério do Planeamento, 2000, *Plano de desenvolvimento regional, 2000-2006*, Ministério do Planeamento, Lisboa.
- MONTEIRO, Manuel, 1906, "Castellos de Norte de Portugal. De como se organizava a defesa territorial do país durante a Edade Média", *Serões*, Revista Mensal Ilustrada, vol. III, 2ª Série, Ferreira & Oliveira Editores, Lisboa, pp. 273-281.

- MORENO, Humberto Baquero 1986, "Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média", Separata da *Revista da Faculdade de letras*, II Série, vol. III, Porto, pp. 77-89.
- MORENO, Humberto Baquero, 1978, "Relações entre Portugal e Galiza nos sécs. XIV e XV", *Revista História*, Vol. I, Faculdade de Letras do Porto, pp. 35-45.
- MORENO, Humberto Baquero, 1983, "A vontade política na Autonomia de Portugal", *Revista Gaia*, vol. I, Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Gaia, pp. 27-30.
- MORENO, Humberto Baquero, 1984, "Áreas de conflito na fronteira Galaico-Minhota no Fim da Idade Média", *Actas do II Colóquio Galaico-Minhoto*, vol. I, Santiago de Compostela, pp. 53-65.
- MORENO, Humberto Baquero, 1986, "Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa", H. Baquero Moreno, *Os municípios portugueses nos sécs. XII a XVI*, Lisboa, pp. 93-138.
- MORENO, Humberto Baquero, 1986, "Os castelos Medievais", *Revista Gaia*, vol. IV, Gabinete de História e Arqueologia, Vila Nova de Gaia, pp. 19-24.
- MORENO, Humberto Baquero, 1991, "O concelho de Melgaço no tempo de D. João I", *VI Centenário da tomada do Castelo de Melgaço*, Melgaço, Ed. da Câmara Municipal de Melgaço, Região do Turismo de Alto Douro e Minho e "A Voz de Melgaço", pp. 21-30.
- MORENO, Humberto Baquero, 1992, "As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza", *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Ed. Távola Redonda, pp. 75-83.
- MORENO, Humberto Baquero, 1995, "A consolidação de Portugal na Idade Média", *Separata das Actas do VI Colóquio Portugal na História de Portugal*, 6 p.
- MORENO, Humberto Baquero, 1996, "A Igreja Barcareense na Independência de Portugal", *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 5, Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 7-16.
- MORENO, Luís A. Garcia, 1981, "Las Invasiones y la Época Visigoda, Reinos y Condados Cristianos", Tomo II, *Historia de España*, dir. Manuel Tuñon Lara, Madrid, pp 245 – 473.
- MOSELEY, M. J., 2003, *Rural Development, Principles and practice*, Sage Publications, Londres.
- MUCCHIELLI, Roger, 1975, *Le questionnaire dans l'enquête psycho-sociale: connaissance du problème*, 5e ed., Librairies Techniques, Entreprise Moderne d'Édition et Les Ed. E.S.F., Paris.
- MULLER, Pierre; GERBAUX, Françoise; FAURE, Alain, 2000, *Les entrepreneurs ruraux: agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux*, Col. Alternatives Rurales, Université des Sciences Sociales de Grenoble, Grenoble.

- NEVES, C. M. Baeta, 1961, "A Arborização dos baldios e o regime silvo-pastoril", *Gazeta das Aldeias*, nº 2 444, pp. 256-258.
- NEVES, C. M. Baeta, 1961, "Primeiros Passos no Futuro Ordenamento Silvo-Pastoril dos Baldios Serranos", *Gazeta das Aldeias*, nº 2 446, pp. 325-329.
- NEVES, C. M. Baeta, 1965, "Dos monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores", *Anais do Instituto Superior de Agronomia*, vol. XXVIII, Lisboa, pp. 19-53.
- NUNES, António Lopes Pires, 1988, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa.
- NUNES, J. Arriscado; FEIJÓ, R. Graça, 1990, ""As transformações dos "incultos" no Noroeste (1750-1900). Uma proposta de reapreciação"", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 8/9, pp. 45-90.
- OCDE, 1993, *What Future for our countryside? A rural development policy*, Paris.
- OCDE, 1994, *The contribution of amenities to rural development*, Paris.
- O'FLNAGAN, Patrick, 1978, "Social and political organization in Galicia: a spatial unconformity", *Separata Finisterra*, nº 13, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Lisboa.
- OLIVEIRA, A. Lopes, 1968, "Castro Laboreiro. A Terra, o Homem e a Tradição", *Separata de Comunidades Portuguesas*, nº 10, 8 p..
- OLIVEIRA, A. Lopes, 1970, *Soajo, Uma aldeia diferente "Cabeça de Montaria"*, Ed. Junta Distrital de Viana do Castelo, Viana do Castelo.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga, 1955, "Trabalhos Colectivos gratuitos e recíprocos em Portugal e no Brasil", *Revista de Antropologia*, vol. 3, S. Paulo, pp. 21-43.
- OLIVEIRA, Pe. Miguel, 1950, *As Paróquias Rurais Portuguesas, Sua origem e Formação*, União Gráfica, Lisboa.
- OLIVEIRA MARTINS, 1994, *Fomento Rural e Emigração*, 3ª Ed., Guimarães Editores, Lisboa.
- ONEGA, José Ramon, 1981, *Los Judios en el Reino de Galicia*, 1ª ed., Ed. Nacional, Madrid.
- O'NEILL, Brian J., 1991, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Pub. D. Quixote, Lisboa.
- PACHECO, José Augusto Brito, 1994, "Uma Descrição do Reino da Galiza e da Província de Entre Douro e Minho", *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto* (Viana do Castelo, 27-29 de Setembro de 1985), I vol., Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, pp. 155-169.
- PALENZUELA, Vicente Angel H, 1996, "Naycimimento de Portugal en el Ambito del Imperio Hispanico", *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 2, Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 187-199.

- PALLARES, Maria Carmen; PORTELA, Ermelindo, 1996, "La idea de frontera en la Historia Compostelana", *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua época*, vol 2, Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, Guimarães, pp. 63-78.
- PEARSON, S. *et al.*, 1987, *Portuguese Agriculture in Transition*, Cornell University Press, New York.
- PEIXOTO, A. A. da Rocha, 1908, "Survivances du Régime Communautaire en Portugal", *Annaes da Academia Polytechnica do Porto*, dir. F. Gomes Teixeira, *Extracto do Tomo III*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 17 p.
- PEIXOTO, Maria da Graça, 1986, "Os castelos e outras construções militares nos Numeramentos do séc. XVI", *Revista Gaia*, Vol. IV, Gabinete de História e Arqueologia, Vila Nova de Gaia, pp. 25-42.
- PEREIRA, Félix Alves, 1914, "Habitações Castrejas do Norte de Portugal", *Estudos do Alto Minho*, Tipografia Modelo, Viana do Castelo, pp. 13-19.
- PEREIRA, Félix Alves, 1919, "Notícia sumária acerca do Soajo", BOLAMA, General Marquez d'Avila (dir.), *Folha nº 2-d (Arcos de Valle de Vez)*, *Nova Carta Chorographica de Portugal*, 1914, Imprensa Lucas, Lisboa, pp. 52-63.
- PEREIRA, Félix Alves, 1919, "Notícia sumária acerca do concelho dos Arcos de Valdevez", BOLAMA, General Marquez d'Avila (dir.), *Folha nº 2-d (Arcos de Valle de Vez)*, *Nova Carta Chorographica de Portugal*, 1914, Imprensa Lucas, Lisboa, pp. 31-52.
- PEREIRA, Félix Alves, 1903, "Novas Mamoas da serra do Soajo", *O Archeologo Português*, vol. VIII, nºs 2 e 3, Museu Ethnologico Português, pp. 72-75.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1971, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico, Portugal na segunda metade do séc. XIX*, Ed. Cosmos, Lisboa.
- PEREIRA, T. A., 1986, *O Sector Agrícola e o Sistema Capitalista — Análise de algumas Formas de Integração*, E.P.P.R.U., 24, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Lisboa.
- PESTANA, Manuel Inácio, 1984, "O Castelo da Piconha – Vestígios de um importante monumento militar galaico-português", *Castrum*, Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, pp. 15-16.
- PESTANA, Manuel Inácio, 1988, "O castelo da Piconha. Subsídios documentais para a história da sua alcaidaria-mor", *Separata do Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, nº 2, 8 p.
- PINA, Maria Helena, 1990, "O espaço agrário de Ponte de Lima, Alguns Contrastes", *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vols. V e VI, Porto, pp. 65-148 e 171-256.
- PINTADO, A.; BARRANECHEA, 1974, *A raia de Portugal. A Fronteira do Subdesenvolvimento*, Ed. Afrontamento, Porto.
- PINTO, José, 2002, "Os Santos Esperam, Mas Não Perdoam...". *Um estudo sobre a Romaria da Peneda*, ed. do Autor, Arcos de Valdevez.

- PINTO, José, 2005, *Rituais Funerários na Gavieira. Uma etnografia da morte numa microsociedade serrana do concelho de Arcos de Valdevez*, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez.
- PINTO, Mário G. L. Barros, 1985, "O Canto das Cruzes no Soajo", *Boletim Cultural Terra de Val de Vez*, nº 8, Arcos de Valdevez, pp. 77-95.
- PINTOR, P.e Manuel A. Bernardo, 1965, "Castro Laboreiro e seus forais". Comunicação apresentada ao *Congresso Histórico de Portugal Medieval*, em Braga de 1959, Separata da *Bracara Augusta*, vol. XVIII-XIX, nºs 41-42 (53-54), 16 p.
- PINTOR, P.e Manuel Bernard, 1972, *Senhora da Peneda (Senhora do Minho)*, Braga.
- PINTOR, P.e Manuel A. Bernardes, 1975, *Melgaço Medieval*, Braga.
- PINTOR, Pe Manuel A. Benardo, 1976, *Santuário da Senhora da Peneda, uma jóia do Alto Minho*, Braga.
- PINTOR, P.e Manuel A. Bernardo 1977, "O Recontro do Val-de-Vez onde foi?", *Revista Independência* da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Separata dos nºs 17 e 18, Braga, 87 p..
- PINTOR, P.e Manuel A. Bernardo, 1981, "Por Terras do Soajo. S. Bento do Cando na freguesia da Gavieira", *Terra de Val de Vez*, nº 2- II Semestre, G.E.P.A., Braga, pp. 6-30.
- PIRES, Luís Madureira, 1998, *A Política Regional Europeia e Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- PORTUGAL, Thomaz Antonio de Villa-Nova, 1789, "Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo da villa de Ourem", *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências*, Tomo I, Lisboa.
- Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Distritos de Viana do Castelo e Vila Real*, 1941, vol. II, Ministério da Economia, Junta de Colonização Interna.
- Plano de Ordenamento PNPG — Área de Ambiente Natural* (Dec. Lei 519 C/79 NÚCLEOS 1, 2 e 3), 1995, P.N.P.G., Divisão de Ordenamento e Projectos, Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza.
- Plano de Povoamento Florestal*, 1940, Imprensa. Nacional, Lisboa, 200p., 1 mapa.
- POLANAH, Luis, 1978, "Do uso e significado das alcunhas na freguesia de Castro Laboreiro", *Minia*, 2ª Série, nº 1, Braga, pp. 77-104.
- POLANAH, Luis, 1978, "Impressões do Soajo", Separata de *O Distrito de Braga*, vol. III, 2ª Série (VII), Braga, 25 p.
- POLANAH, Luis, 1979, "Castro Laboreiro de relance", *Revista Minia*, 2ª Série, nº 3, Braga, pp. 198-222.
- POLANAH, Luis, 1979, "Economia Familiar e estratégia de casamento em Castro Laboreiro", Separata de *O Distrito de Braga*, vol. III, 2ª Série (VII), Braga, 40 p.

- POLANAH, Luis, 1981, *Comunidades Camponesas no parque Nacional da Peneda-Gerês*, Coleção Parques Naturais, nº 8, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa.
- POLANAH, Luis, 1985, "O Colectivismo Agrário no Norte de Portugal", Separata de *Antropologia Portuguesa*, Vol. 3, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 61-68.
- POLANAH, Luís, 1990, "Espírito de Comunitarismo", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, pp. 63-82.
- POLANAH, Luis, 1992, *A Propósito do Comunitarismo na serra do Gerês*, Câmara Municipal de Terras de Bouro, Terras de Bouro, pp. 57-65.
- POLIVKA, H., 1988, "Frontière et structures économiques", *Revue Géographique de l'Est*, XXVII (1-2), pp. 103-117.
- PORTELA, J., 1988, *Rural household strategies of income generation. A study of northeastern Portugal, 1900-1987*, U. Wales, ed. do autor.
- Posturas da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro*, 1930, concelho de Melgaço, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 4 p.
- PRATT, Andy C., 1996, "Discourses of Rurality: Loose Talk or Social Struggle?", *Journal of Rural Studies*, vol. 12, nº1, pp. 69-78.
- PRIEGUE, Elisa Ferreira, 1988, "Los Camiños Medievales de Galicia" e Mapa da província de Ourense, em anexo, *Boletín Auricense*, Anexo 9, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 260 p.
- QIAN, Wenbao, 1996, *Rural-Urban Migration and its Impact on Economic Development in China*, Ashgate Publishing Ltd., Aldershot.
- RACHEL, Arié, 1984, "España Musulmana (siglos VIII-XV)", tomo III, *Historia de España*, dir. Manuel Tuñón Lara, Barcelona.
- RAMON, Jose; OXEA, Fernandez, 1950, "Descripcion de los Estados de Monterrey en Galicia, por D. Pedro Gonzalez de Ulloa (1777)", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Anejo IV, Instituto P. Sarmiento, Santiago de Compostela.
- RAMON, Jose; OXEA, Fernandez, 1957-58, "El castillo de Allariz y su Emplazamiento", *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Historicos y Artísticos de Orense*, Tomo XIX, Fascículos I-IV, pp. 169-202.
- RAMOS, Luís António de Oliveira; SILVA, Rosa Fernanda Moreira, 1997, "Pasar fronteras. Ignorar las fronteras", *Actas Simposium Vilar Formoso, 1996, La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp. 31-34.
- RAU, Virgínia, 1943, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, Lisboa.
- RAU, Virgínia, 1946, *Sesmarías Medievais Portuguesas*, Lisboa.

- Reconhecimento dos Baldios do Continente*, 1939, vol. II, Parte I, Ministério da Agricultura, Junta de Colonização Interna.
- REGGIANI, Aura, 1998, *Accessibility, Trade and Locational Behaviour*, Ashgate Publishing Ltd, Aldershot.
- REIS, António Matos, 1998, "Castelos e Torres no Concelho de Ponte da Barca", *Actas do Congresso Subsídios para a História da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca, Vol. II*, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Ponte da Barca, pp. 225- 235.
- REIS, Jaime, 1981, "Aspectos Económicos de Viana do Castelo em 1840: Um Inquérito Esquecido", *Estudos Contemporâneos*, nºs 2/3, Secretaria de Estado da Cultura, Porto, pp. 143-198.
- Relatório ácerca da Arborisação Geral do Paiz. Em resposta aos quesitos do artº 1º do Decreto de 21 de Setembro de 1867*, 1868, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa.
- RIBEIRO, Luciano, 1959, "Uma Descrição de Entre Douro e Minho por Mestre António", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXII, Câmara Municipal do Porto, pp. 440- 460.
- RIBEIRO, Orlando, 1941, "Cultura do milho, economia agrária e povoamento", 1941, *Biblos*, Coimbra, XVII, pp. 645-663.
- RIBEIRO, Orlando, 1987, *A Formação de Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "A cultura do milho e a disseminação do povoamento em Portugal", *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 191-192.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "O Milho, A Vida Rural e a Expansão Portuguesa", *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 193-206.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "Brandas e Inverneiras em Castro Laboreiro", *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp.251-256.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "Montanhas Pastoris de Portugal, Tentativa de Representação Cartográfica", *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 257-272.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "Aglomeracão e dispersão do povoamento rural", *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp.299-316.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "Novas Contribuições para o estudo do povoamento de Portugal", *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 317-355.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "Aldeia: Significação e Tipos", *Opúsculos Geográficos, O Mundo Rural*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 357-364.

- RIBEIRO, Orlando, [1991 (1940)], "Villages et Communautés Rurales au Portugal", *Opúsculos Geográficos*, IV vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 373-387.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "Notas de Leite de Vasconcelos acerca da vida comunitária em Portugal", *Opúsculos Geográficos*, IV vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 390-396.
- RIBEIRO, Orlando, 1991, "Povoamento e usanças comunitárias no Barroso", *Opúsculos Geográficos*, IV vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 397-406.
- RIBEIRO, Orlando, 1992, *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, Livros Horizonte, 3ª ed., Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando, 1995, *Opúsculos Geográficos, Estudos Regionais*, IV vol., Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 292-294.
- RIBEIRO, Orlando, 1998, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Liv. Sá da Costa, 7ª edição, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando, 2001, *Introduções Geográficas à História de Portugal, Estudo Crítico*, Col. Humanismo e Ciência, 2ª ed., Ed. Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann, *Geografia de Portugal*, DAVEAU, Suzanne, organização, comentários e actualização, 1987 (vol. I), 1988 (vol.II), 1989 (vol. III), 1991 (vol. IV), Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- ROCA, M. Nazaré; MARTINS, Fernando, 1999, "Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Alto Minho", *Actas VI Encontro Nacional da A.P.D.R., Regiões e Cidades na União Europeia. Que Futuro?*, Braga, Escola de Engenharia e de Gestão, Universidade do Minho, Braga, 17 p..
- ROCA, Maria Nazaré, 2000, "Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no Alto Minho" *Revista GEOINOVA*, nº 1, pp. 33-50.
- ROCHA PEIXOTO, 1903, "A Pedra dos Namorados", *Portugalia, Materiaes para o estudo do povo portuguez*, Tomo I, Fascículos 1 a 4, pp. 807-809.
- ROCHA PEIXOTO, 1907, "O Traje Serrano (Norte de Portugal)", *Portugalia, Materiaes para o estudo do povo portuguez*, Tomo II, Fascículos 1 a 4, pp. 360-448.
- ROCHA, Manuel Inácio F., 1984, "Uma Visita à Várzea", *Boletim Cultural*, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, pp. 74-80.
- RODRIGUES, Cristina *et al*, 1978, "O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII", *Revista da Faculdade de Letras*, IV Série, nº 2, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 399-439.
- RODRIGUES, Manuel, 1987, *Os Baldios*, Colecção Universitária, Ed. Caminho, Lisboa.
- RODRIGUES, Maria João; OLIVEIRA, Neves (Org.), 1994, *Políticas de Reestruturação, Emprego e Desenvolvimento Regional*, Lisboa, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Lisboa.

- RODRIGUES, Pe. Aníbal, 1981, "A Cultura Dolmética e Castreja em Castro Laboreiro", *Actas do 1º Colóquio Galaico-Minhoto*, II vol., Associação Cultural Galaico-Minhota, Ponte de Lima, pp. 281-286.
- RODRIGUES, Pe. Aníbal, 1985, *Pontes Romanas e românicas de Castro Laboreiro*, Biblioteca Municipal de Melgaço, Melgaço.
- RODRIGUÉS CALDO, Maria José, 1979, *Crises Agrárias e Emigração na Galicia do século XIX*, Santiago de Compostela.
- ROSSI, Maria I. Carzolio, 1988, "Participación monástica en el control de la repoblación. El monasterio de San Salvador de Celanova", *Cuadernos de História de España*, Tomo LXX, Buenos Aires, pp. 5-59.
- RUMBAO, Alfredo Cid, 1984, *Historia de Allariz, Villa y Corte Romanica*, Diputacion Provincial de Orense, Orense.
- SAMPAIO, Alberto, 1885, "Estudos de Economia Rural do Minho", *Revista de Guimarães*, Vol. 2, pp. 203 – 231.
- SAMPAIO, Alberto, 1923, "As Vilas do Norte de Portugal", *Estudos Históricos e Económicos – I*, Col. Documenta Histórica, 2ª Ed., Vega, Lisboa.
- SÁNCHEZ LÓPEZ; F. CABERO DIÉGUEZ, V.; MARTÍN HERNANDEZ, J.T. (coord.), 1993, *Frontera y desarrollo. El programa transfronterizo de España y Portugal*, C.S.I.C., Salamanca.
- SANSURJO, Manuel D., 1908, "Los Caminos Antiguos y el itinerario nº 18 de Antonino en la Provincia de Orense. Apéndice. – El manuscrito del P. Sarmiento", *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*, Tomo III, pp. 202-208; 236-240; 247-252.
- SARAIVA, Clara, 1994, "Contrastes do Alto Minho: A Ribeira e a Serra", *Cadernos Vianeses*, Tomo 17, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, pp. 173-192.
- SARMENTO, João Carlos Vicente, 2004, *Representação, Imaginação e Espaço Virtual: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.
- SCOULLOS, M., 1992, "Prefazione", *Il Turismo nelle regioni rurali della CEE: la tutela del patrimonio naturale e cultural*, Ed. Sc. Ital., Roma.
- SEGURA I MAS, Antoni, 1988, *El Catastro en Europa in El Catastro en España - 1714-1906*, 2º vol., Centro de Gestion Cadastral Y Cooperación tributária - Ministério de Economia y Hacienda, Madrid.
- SERVOLIN, C.; GERVAIS, M.; NALLET, H. (dir.), 1974, *L'Agriculture dans le Systéme Social*, I.N.R.A, Paris.
- SERVOLIN, C., 1972, "L'Absorption de l'Agriculture dans le Monde de Production Capitaliste", TAVERNIER, Y. (dir.) *et al*, *L'Univers Politique des Paysans, dans la France Contemporaine*, A. Collin, Paris.

- SERVOLIN, C.; GERVAIS, M.; NALLET, H. (dir.), 1974, *L'Agriculture dans le Systhème Social*, I.N.R.A., Paris
- SHAW, G.; WILLIAMS, A., 1994, "Tourism: opportunities, challenges and contradictions in the CE", *The European challenge: geography and development in the European Community*, Univ. Press, Oxford.
- SILBERT, Albert, 1972, "O Colectivismo Agrário em Portugal, História de um Problema", *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 215-297.
- SILBERT, Albert, 1966, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien regime XVIIIe siècle - debut du XIXe siècle: Contribution à l'histoire agraire comparée*, Paris (reed. I.N.I.C., 1978, Lisboa).
- SILBERT, A., 1968, *Le Problème Agraire Portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823) d'après les documents de la Commission de l'agriculture*, Fondation Calouste Gulbenkian, P.U.F., Paris.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro, 1994, "O Contributo Histórico-Militar do Lindoso para a Restauração, Um Ataque Galego ao Castelo do Lindoso, 1657", *Actas do III Colóquio Galaico-Minhoto* (Viana do Castelo, 27 – 29 de Setembro de 1985), I Volume, Instituto Cultural Galaico-Minhoto, Câmara Municipal de Viana do Castelo, pp. 231-243.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira, 1986, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, L. A. Rebello, 1868, *Memória sobre a População e a Agricultura em Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- SILVA, Manuel Carlos F.; TOOR Marga von, 1988, "Camponeses e Patronos numa aldeia minhota", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, pp. 51-80.
- SILVA, Manuel Carlos, 1990, "Comunitarismo: identidade e diferenciação. O caso de uma aldeia do Alto Minho", *Cadernos do Noroeste*, vol. 3 (1-2), Universidade do Minho, Braga, pp. 205-234.
- SILVA, Manuel Carlos, 1991, "Caso e casos em espaço rural minhoto: o poder doméstico", *Cadernos do Noroeste*, vol. 4 (6-7), Universidade do Minho, Braga, pp. 79-99.
- SILVA, Manuel Carlos, 1998, *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, Porto.
- SILVA, M. Graça et al, 1980, "Algumas Notas sobre associativismo" (extractos do relatório do trabalho realizado na Divisão de Associativismo, Juventude e Família Rural, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho), *Comunidades Rurais, Estudos Interdisciplinares, Studium Generale*, nº 5, Porto, pp. 241-251.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira, 1983, "Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas", *Revista Studium Generale-Estudus Contemporâneos*, Ministério da Cultura, nº 5, Porto, pp. 9-115.

- SILVA, Rosa Fernanda Moreira, 1985, "A Aldeia da Várzea (Serra do Soajo), Situação Actual e Inundação, para breve, da sua Veiga", *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I Série, vol. I, Porto, pp. 5-33.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira, 1990, "Alguns métodos de investigação em Geografia Rural: sua apresentação crítica", Separata das *I Jornadas de Estudo Norte de Portugal - Aquitânia*, 1990.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira, 1991, "Dois Casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade", *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I Série, vol.VII , Porto, pp. 5-39.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira, 1996, "L'agriculture et l'évage dans la région du Minho (Notes et remarques)", *Campagnes françaises et ibériques de l'Atlantique*, Col. Recherches Rurales, nº 2, Bordeaux, pp. 91-116.
- SILVA, Rosa Fernanda Moreira, 1997, "Parques da Peneda-Gerês e Baixa Limia-Serra do Xurés", Guia da Visita, *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Porto.
- SIMÕES, J. Manuel, 1995, "As Regiões de Fronteira Portuguesas: Da Construção ao Recentrar da Periferia", *Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local*, nº 43, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 35-62.
- SIRGADO, José R., 1995, "O Turismo nas Áreas de Fronteira, em Portugal", *Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano*, nº 43, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 187-205.
- SIRGADO, José R., 1993, "Turismos nas Regiões Portuguesas. Contributo para a modelação de um cenário de desenvolvimento e inovação para o final do século", *INFORGEO, Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos*, nº 6, Lisboa, pp. 21-36.
- SOARES, Nuno Miguel S. R., 2000, "O Núcleo Megalítico do Mezio (Arcos de Valdevez)", Separata das *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. III, *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Porto, 6 p..
- SOARES, Torquato de Sousa, 1943, "Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista", *Revista Portuguesa de História*, Tomo II, Coimbra, pp. 321-334.
- SOUSA, Tude M., 1907, "Regimen Pastoril dos Povos da Serra do Gerês", *Portugalia, Materiaes para o estudo do povo portuguez*, Tomo II, Fascículos 1 a 4, pp. 459-652.
- SOUSA, Tude M., 1909, *Serra do Gerez. Estudos, aspectos e paisagens*, Liv. Chardron, Porto.
- SOUSA, Fernando; ALVES, Jorge Fernandes, 1997, *Alto Minho, População e Economia nos Finais de Setecentos*, Ed. Presença, Lisboa.
- SYRETT, Stephen, 1995, *Local Development, Restructuring, locality and economic initiative in Portugal*, Ashgate Publishing Ltd, Aldershot.
- SUEIRO, Manuel Martinez, 1978, *Fueros Municipales de Orense*, Publicaciones de la Excma. Diputacion Provincial, Orense.

- TEPICHT, J., 1973, *Marxisme et Agriculture*, Paris, A. Collin.
- TORRES Casimiro, 1949, "Límites geográficos de Galicia en los siglos IV y V", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo IV, Fascículo XIV, Instituto Padre Sarmiento, Santiago de Compostela, pp. 367-384.
- TORRES Casimiro, 1953, "La Galicia Romana y la Galicia Actual", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo VIII, Fascículo XXVI, Instituto Padre Sarmiento, Santiago de Compostela, pp. 371-395.
- TORRES, Claudio, 1992, "O Garb-Al-Andaluz", *Antes de Portugal*, vol. I, História de Portugal, dir. José Mattoso, Lisboa, pp. 361-437.
- TRANOY, Alain, 1981, *La Galice Romaine, Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Publications du Centre Pierre Paris, Collection de la Maison des Pays Ibériques, 7, Diffusion de Boccard, Paris.
- Tratado de Limites entre Portugal e Hespanha, Anexos ao Mesmo Tratado*, 1895, Imprensa de Libanio da Silva, Lisboa, 30 p.
- TRICART, Jean, 1994, *Écogéographie des Espaces Ruraux*, Editions Nathan, Paris.
- TRIGAL, L. Lopez, 1984, "La Frontera como factor geográfico", *Actas II Colóquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, pp. 596-602.
- TRIGAL, L. Lopez et al, 1994, *La migracion de portugueses en España*, U. León, León.
- TRIGAL, L. Lopez, 1995, "La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial", *La cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones Transfronteirizas*, Cortes de Castilha y León, pp. 15-37.
- TRIGAL, L. Lopez, 1997, "Las redes urbanas de la Raya hispano-portuguesa", *Actas Simposium Vilar Formoso, 1996, La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Fundación Rey Afonso Henriques, Zamora, pp. 199-205.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 1986, "Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência", *Análise Social*, vol. XXII, nº 91, pp. 313-330.
- TRINDADE, Maria José Lagos, 1965, "Alguns Problemas do Pastoreio em Portugal nos séculos XV e XVI", *Do Tempo e da História*, Lisboa, I.A.C., nº 1, pp. 114-134.
- RADICH, M.Carlos; Alves, A. Monteiro, 2000, *Dois séculos da Floresta em Portugal*, Celpa, Lisboa.
- YRUELA, M. Pérez; GUERRERO, M. M.: Giménez, 1994, "Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teoricas", *O Desenvolvimento Local é possível?*, Forum, S.P.E.R., Lisboa.
- VALENTIN, Cabero et al, 1994, *La frontera hispano-portuguesa en el marco de la nueva Europa: la región fronteriza de Salamanca*, Dip. Salamanca e U. Salamanca, Salamanca.
- VALVERDE, José Figueira, 1948, ""Una inédita "Descripción del Reino de Galicia" (1647)", *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Fascículo IX, Instituto Padre Sarmiento, Santiago de Compostela, pp. 136-149.

- VARELA, J. M. Vázquez, 1993, "El cultivo del mijo, (*Panicum Miliaceum*, L.), en la Cultura Castreña del Noroeste de la Península Ibérica", *Cuadernos de Estudos Galegos*, Tomo XLI, nº 106, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Padre Sarmiento", Santiago de Compostela, pp. 65-351.
- VASCONCELLOS, J. Leite, 1882, *Uma excursão ao Soajo, Notas Numa Carteira*, Typographia do Tirocinio, Barcelos, 31 p.
- VASCONCELLOS, J. Leite, 1916, *Uma Excursão a Castro Laboreiro, Notas Numa Carteira*, Tip. Sequeira, 15 p.
- VASCONCELOS, J. Leite, 1927, *De Terra em Terra*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VASCONCELOS, José Leite, 1936 e 1942, *Etnografia Portuguesa*, Imprensa Nacional, vols. II e III, Imprensa Nacional, Lisboa.
- VAZQUEZ, B.; ARQUERO, A., 1990, "Les Regions periféricas de la Comunidad ante el desafio del mercado del mercado unico", *Estudos Territoriales*, 32, pp. 49-64.
- VELOZO, Francisco José, 1953, *Baldios, maninhos e exploração silvo-pastoril em comum (estudo económico, histórico e jurídico)*, Livraria Cruz & C.^a Ltd.^a, Braga.
- VERCRUYSSSE, Jean-Pierre, 1999, "A Cooperação Transnacional, Terceira Dimensão do Desenvolvimento Local", *LEADER Magazine*, nº 21, pp. 4 a 8.
- XAVIER, Bernier, 1997, *Les mutations des espaces ruraux dans les pays en voie de développement*, Economica, Paris.
- WACKERMANN, Gabriel (coord.), 1996, *Nouveaux Espaces et Systèmes Urbains*, Col. Mobilité Spatial, S.E.D.E.S., Paris.